

**Universidade de Évora
Departamento de História**

PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA: UMA BIOGRAFIA (1902-1972)

2.^a parte

Tese de Doutoramento em História

Autor: Fernando Manuel Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas

Co-orientador: Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

Évora

2004

Universidade de Évora
Departamento de História

PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA: UMA BIOGRAFIA (1902-1972)

2.^a parte

Tese de Doutoramento em História

Autor: Fernando Manuel Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas

Co-orientador: Professor Doutor Helder Adegar Fonseca



166 318

Évora
2004

Índice

2.^a parte

Capítulo VI – “Guinada de leme.”	493
Capítulo VII – “Impossível ficar calado!”	629
Capítulo VIII – “... explicar Portugal o melhor que posso.”	781
Capítulo IX – “... e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”	923
Epílogo – “Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”	991
Fontes & Bibliografia	999
Agradecimentos	1035

Capítulo VI

“Guinada de leme.”¹

«Somos homens para vencer e temos de vencer»²

«An ally as to be watched just like an enemy.»³

“[...] uma entusiástica despedida.”⁴

Na manhã do dia 18 de Janeiro de 1938, quatro anos após aquela que tinha sido uma jornada histórica para a consolidação do Corporativismo português,⁵ Pedro Theotónio Pereira embarcou na estação ferroviária do Rossio, em Lisboa, rumo a Salamanca. Nesta e noutras cidades sob o domínio das autodenominadas forças nacionalistas, iria desempenhar as funções de “agente especial” junto de Francisco Franco Bahamonde.⁶ A partida foi todo um acontecimento. Como o próprio relatou nas suas *Memórias*, e a imprensa da época confirma, havia no Rossio, dentro e fora da estação, uma multidão preparada tanto para se despedir como para vitoriar Pedro Theotónio Pereira.⁷ Evento “inovidável e difícil de conceber”, apesar de apenas se tratar de um

¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 338 e idem, *op. cit.*, II volume, s.e., s.l., Verbo, 1973, p. 30.

² Excerto de um curto discurso proferido por Pedro Theotónio Pereira no fim de um banquete realizado no Grande Hotel do Porto, no dia 18 de Abril de 1936. *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, p. 8 (5.ª coluna).

³ Leon Trotsky (1874-1940).

⁴ *Diário de Lisboa*, 18 de Janeiro de 1938, p. 4.

⁵ Nomeadamente naquilo disse respeito à repressão da luta pela manutenção do chamado sindicalismo livre. Sobre a estratégia, etapas e características da repressão policial ao “18 de Janeiro”, Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pp. 457-473 e *passim*.

⁶ Como recordou Theotónio Pereira nas suas *Memórias*, as condições da sua nomeação eram únicas na história da diplomacia portuguesa. A “Secretaria de Estado não tinha nos seus arquivos um caso de agente especial que servisse de inspiração para o efeito. Tratou-se pois de o improvisar.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 35. Na carta que Theotónio Pereira entregou a Franco em Burgos, no dia 31 de Janeiro de 1938, em substituição da apresentação de credenciais como fazem os embaixadores, Salazar assinalava que a nomeação de um agente especial pretendia “dar à Espanha na pessoa de Vossa Excelência e ao seu nobre e valoroso exército um testemunho mais dos sentimentos do povo português.” E se mais à frente atribuía a Theotónio Pereira a designação de “mensageiro”, antes salientava que de modo a “que o significado político da resolução tomada pelo Governo português fosse inequivocamente patenteado foi decidido que a pessoa escolhida para esta missão fosse um membro do próprio Gabinete, o qual para esse fim deixou a pasta do Comércio e Indústria.” Citado em *ibidem*, p. 61-62.

⁷ Semanas antes, a 11 de Dezembro, cinco dias depois de ter sido anunciada a sua nomeação como “agente especial”, e, um par de dias mais tarde, quando deixou de exercer as funções de ministro, Theotónio Pereira fora já publicamente felicitado e homenageado. A 22 de Dezembro, os “Sindicatos Nacionais” prestaram mais “uma

“Guinada de leme”

adeus ao “agente diplomático que partia para o seu posto”, nele esteve presente “gente dos Sindicatos Nacionais e duma maneira geral do vasto sector das Corporações [...]”. A concentração de pessoas era de tal ordem que “não fosse a acção habilíssima da Polícia”, o alvo das felicitações “nunca teria chegado a entrar a tempo na estação.” Saído do “automóvel a meio da praça”, foi “levado literalmente através daquela imensa multidão até ao elevador do piso baixo.” Ainda segundo o relato do homenageado sobre o ocorrido na manhã de 18 de Janeiro de 1938,

Atingida a porta da gare, ali se comprimia nova massa de gente com bandeiras, que ocupava o próprio espaço das linhas. Mais morto que vivo consegui finalmente subir para o meu vagão, onde se tinha reunido uma parte do Governo.⁸

De qualquer modo, nas suas *Memórias* Pedro Theotónio Pereira foi bastante comedido tanto na descrição do evento como na apreciação do seu significado. Na verdade, “muito antes da hora marcada para a partida [...] já se encontravam centenas de pessoas de todas as categorias sociais na plataforma da «gare», junto da qual estava formado o comboio.” Perfiladas “num dos extremos” encontravam-se as “direcções dos sindicatos nacionais” empunhando os “respectivos estandartes”, dando assim “uma nota de cor na mancha escura da multidão.” Quando entrou na gare, às 8,15h, o antigo ministro do Comércio e Indústria foi recebido por “uma entusiástica e prolongada salva de palmas.” Saudado pelos membros do Governo⁹ que se encontravam presentes, foi efusivamente cumprimentado e felicitado pelos inúmeros populares e outras individualidades que ali tinham comparecido.¹⁰ O comboio acabou por atrasar-se dez minutos, uma vez que Theotónio Pereira teve muita dificuldade em subir para a carruagem que lhe estava destinada, tanta era a “afluência de gente” que o queria “saudar”. Via-se na contingência de romper “muito a custo por entre a multidão”, enquanto ia “recebendo abraços e apertos de mão de todos os presentes.” Já no comboio, quando se assomou à janela ouviu um dos

significativa homenagem ao sr. dr. Pedro Teotónio Pereira por motivo da sua nomeação da sua nomeação para representante do Governo português em Espanha.” *O Século*, 23 de Dezembro de 1937.

⁸ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 344. Além de relevância política, a despedida teve profundo significado pessoal para Pedro Theotónio Pereira. Pais, irmãos, irmãs e cunhado fizeram questão de o acompanhar à gare, facto que, segundo o repórter, naturalmente comoveu Theotónio Pereira. *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 4 (6.ª coluna).

⁹ Ministros do Interior, Mário Pai de Sousa, da Marinha, comandante Ortins de Bettencourt, das Colónias, Francisco Vieira Machado, das Obras Públicas, major Silva Abranches, e o novo titular do Comércio e Indústria, Costa Leite (Lumbralles), além do subsecretário de Estado da Guerra, capitão Santos Costa. Os ministros da Agricultura, da Educação Nacional e da Justiça, assim como o subsecretário de Estado das Corporações, fizeram-se representar. *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 1 (3.ª coluna).

¹⁰ Leal Marques em representação de Oliveira Salazar, Teixeira de Sampayo, Henrique Tenreiro, Sebastião Ramires e Eduardo Schwalbach, director do *Diário de Notícias*. Por lá estavam “representantes de todos os sindicatos nacionais de Lisboa e Setúbal”, representantes da Junta de Burgos, a direcção da FNAT, “representantes da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, do Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau, do Grémio dos Importadores e de diversos clubes náuticos; oficiais das unidades da guarnição, numerosos legionários [...]” *Diário de Lisboa*, 18 de Janeiro de 1938, p. 4. *O Século* registou ainda a presença do general Casimiro Teles, comandante-geral da Legião Portuguesa. *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 1 (3.ª coluna).

“Guinada de leme”

“manifestantes” dar vivas ao “fundador dos sindicatos nacionais.” Depois de “uma grande salva de palmas e «vivas» a Portugal, à Espanha e ao dr. Teotónio Pereira”, já com o comboio em andamento, os “legionários levantaram o braço direito e o ilustre viajante”, que “ostentava na lapela o emblema da «Legião Portuguesa»”, respondeu “da mesma forma à saudação.”¹¹

Durante a viagem até à fronteira, além de ter sido acompanhado pela direcção do Sindicato Nacional dos Ferroviários, em várias estações foi Pedro Theotónio Pereira saudado por apoiantes e admiradores. Nas estações ferroviárias de Santarém e do Entroncamento prepararam-se manifestações corporativistas dirigidas a Pedro Theotónio Pereira e que apenas o choque entretanto ocorrido no Carregado entre dois comboios de mercadorias,¹² impediu que se concretizassem. Aquela fatalidade fez com que o “rápido” do Porto, em que o “agente especial” se fazia transportar, não pudesse cruzar aquelas duas localidades, frustrando as iniciativas.¹³ Apesar dos impedimentos, pelo menos na Pampilhosa, na Guarda e em Vilar Formoso houve representantes das autoridades à espera de Theotónio Pereira para o saudar. Na Guarda estiveram na estação o governador civil “substituto”, o reitor do Liceu, o presidente da Câmara Municipal e muitos populares, além do “comandante distrital da «Legião Portuguesa», com uma companhia e um terno de clarins”. Em Vilar Formoso, representantes de autoridades da Espanha Nacionalista, o cônsul geral de Portugal – “sr. dr. Vasco Pereira da Cunha” –, o “chefe da missão militar portuguesa em Espanha” – capitão Nunes de Oliveira –, e uma “lança” da “«Legião Portuguesa»”, sob o “comando do sr. Júlio Eiras”, que saudou Theotónio Pereira.¹⁴ Já em

¹¹ *Diário de Lisboa*, 18 de Janeiro de 1938, p. 4. “Em «ordem de serviço» do comando geral da «Legião Portuguesa» foi determinado que o legionário n.º 1 da Brigada Naval, Pedro Theotónio Pereira, represente em Salamanca aquele organismo nacionalista português.” *Diário da Manhã*, 19 de Janeiro de 1938, p. 4 (3.ª coluna). Na qualidade de legionário da Brigada Naval, Pedro Theotónio Pereira tomou parte em várias cerimónias públicas como, por exemplo, aquela que deu início à instrução de “marinheiros legionários” (a 13 de Dezembro de 1936 em Lisboa). Ainda a 1 de Agosto de 1937, no Porto, participou num banquete de confraternização entre marinheiros e legionários da Brigada Naval. Finalmente, cerca de um mês mais tarde, esteve a bordo da canhoneira *Diu*, fundada no rio Douro, onde realizou “uma brilhante festa de confraternização entre marinheiros e legionários navais.”

¹² *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1938, pp. 1 e 2. Segundo Costa Brochado, as “direcções sindicais” que compareceram na estação do Entroncamento, fizeram-no apenas por a isso terem sido intimadas. Relatório de Brochado Coelho para Oliveira Salazar. Lisboa, 18 de Abril de 1938. AOS/CP-41.

¹³ Uma noção daquela que era a expressão política, social e geográfica de Pedro Theotónio Pereira e do Corporativismo no País e no regime, encontra-se numa passagem registada no *Diário de Notícias* e na qual o repórter descrevia os preparativos levados a cabo na cidade de Santarém e no Entroncamento: “Próximo da hora da passagem do comboio, na estação desta cidade [Santarém] encontravam-se deputações das Casas do Povo do distrito, com os seus estandartes, sócios das referidas Casas, sindicatos nacionais do distrito, representantes da Junta Nacional do Vinho e da Federação Nacional dos Trigos e três comandantes de «lança» da Legião Portuguesa e no Entroncamento a Casa da Moita do Norte, com a sua tuna e um grupo de crianças da sua colónia balnear infantil, deputações dos Sindicatos Nacionais dos Ferroviários (oficinas e armazéns gerais) e da 5.ª zona dos serviços regionais que ali se encontravam para manifestar a sua simpatia ao primeiro subsecretário de Estado das Corporações, criador e animador das Casas do Povo.” *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1938, p. 2.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1934, p. 2 (2.ª coluna). Segundo noticiava *O Século*, no dia 18 saía de automóvel, do Porto para a Pampilhosa, uma “comissão constituída pelos srs. dr. Cerveira Pinto, delegado do I.N.T.P., e Alfredo Óscar de Magalhães, vereador do Município e membro da direcção do S. N. dos Empregados Bancários, e as direcções dos Sindicatos Nacionais dos Empregados do Comércio e Seguros.” *O Século*, 18 de

“Guinada de leme”

Fuentes de Oñor, aguardavam-no as autoridades portuguesas e espanholas e “um numeroso grupo de raparigas e rapazes falangistas [que] entoou, como saudação, o hino da Falange.”¹⁵

A despedida em si, assim como a extraordinária cobertura que mereceu por parte da imprensa, podem ter muitas interpretações. Mas em primeiro lugar, representam bem o significado do acontecimento para aqueles sectores da sociedade portuguesa que além de apoiarem o Estado Novo, fortemente se identificavam com a causa nacionalista em Espanha.¹⁶ Por outro lado, a nomeação e a partida de Pedro Theotónio Pereira constituíam, da parte de Oliveira Salazar, a tomada de uma medida política e diplomática que sem qualquer dúvida se constituía no primeiro passo para o reconhecimento *de jure* do campo franquista pelo Estado português. Mas, finalmente, não era apenas a política do Estado português em relação a Espanha e à causa nacionalista que se manifestava e autocongratulava no Rossio naquela fria manhã de Janeiro de 1938. A multidão de várias centenas de pessoas que foi despedir-se do antigo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e ex. ministro do Comércio e Indústria, como muitos daqueles que aguardaram pela sua passagem em algumas estações de caminho de ferro, representavam o campo do regime que medrara à sombra da construção do Corporativismo e que desde o 28 de Maio de 1926, de muitas formas, tentara impor-se na política e na sociedade portuguesas.¹⁷ Embora se tratasse de um sector heterogéneo, a verdade é que incluía aquilo que de realmente novo nascera e se procurava consolidar com a

Janeiro de 1938, p. 1 (3.^a coluna). Na edição do dia seguinte, *O Século* apresentou um relato sobre a recepção feita a Theotónio Pereira na Pampilhosa, sendo de notar que do Porto em direcção àquela localidade tinham afinal saído não uma mas várias viaturas automóveis onde viajaram um significativo número de personalidades ligadas a vários organismos corporativos. *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 4 (7.^a coluna).

¹⁵ *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 4 (7.^a coluna). Curiosamente, o *Diário da Manhã* foi o jornal que cobriu em tom mais circunspecto a viagem de Pedro Theotónio Pereira, omitindo, por exemplo, as manifestações de apoio de que foi – ou deveria ser – alvo em várias das estações por onde passou e parou o comboio que o conduzia a Espanha. *Diário da Manhã*, 19 e 20 de Janeiro de 1938.

¹⁶ A notícia do *Diário de Lisboa* chamava a atenção para o “grande significado político” de que se revestia “a manifestação feita ao dr. Teotónio Pereira.” Só não esclarecia que “significado” era esse. *Diário de Lisboa*, 18 de Janeiro de 1938, p. 4. Sobre a atitude do Governo português na fase inicial do conflito e aquilo que certos sectores radicais afectos ao regime, ou situados à sua direita, gostariam que tivesse sido feito após o pronunciamento militar em Espanha, César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1.^a ed., s.l., O Jomal, 1987, pp. 146-149; Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 38-39; Luís de Almeida Braga, *Posição de António Sardinha*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, *passim* (onde também reproduz as críticas de Pequito Rebelo sobre a posição do Governo português face ao conflito espanhol); ou ainda, “A posição de Portugal perante a guerra internacional de Espanha” in *A Voz*, 23 de Maio de 1937, p. 2 (reproduzindo uma conferência proferida pelo tenente-coronel Vasco de Carvalho “ao microfone do Rádio-Clube”).

¹⁷ A natureza autoritária do regime não impede que se afirme – diria mesmo que permite que se afirme – que muitos dos cidadãos que se deslocaram às várias estações por onde passaria Theotónio Pereira para o saudarem, o tenham feito em reconhecimento do alcance que teriam tido nas suas vidas muitas das medidas tomadas por aquele que tinha sido o primeiro subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Reconheciam que a criação dos Sindicatos Nacionais e das Casas do Povo, ou a acção do INTP, dera um importante contributo para uma melhoria das suas condições de vida e para o reconhecimento de velhos e novos direitos e regalias sociais. Ver nota abaixo sobre os benefícios para os trabalhadores produzidos pela assinatura de muitos contratos de trabalho patrocinados pela subsecretaria de Estado das Corporações.

“Guinada de leme”

inauguração do novo regime constitucional em Abril de 1933. Caracterizavam-no a sua juventude, o seu nacionalismo e o seu voluntarismo, o facto de desde aquela data – ou até mesmo desde Maio de 1926 – terem conseguido forçar uma ruptura – que nunca seria absoluta –, com o regime implantado na sequência do 5 de Outubro de 1910, chegando, depois, a impor em alguns momentos uma certa radicalização do Estado Novo. Unia-os ainda a devoção por Salazar mas, igualmente, a impaciência pelo facto deste não se colocar claramente ao lado do espírito e da prática revolucionária que caracterizava o programa e os objectivos de sectores e personalidades da direita do mesmo Estado Novo.¹⁸ Definia-os a devoção pela natureza revolucionária do Corporativismo, materializado-se este numa progressiva institucionalização executada pela mão de Salazar mas, sobretudo, de Pedro Theotónio Pereira.¹⁹ Por outro lado, faziam-se notar publicamente não apenas nos cargos de responsabilidade política e administrativa criados pela nova ordem e pelos seus chefes – em especial na e pela máquina corporativa –, mas, ainda, através das iniciativas mobilizadoras produzidas em torno de uma nova ideia de nação e que iam desde as grandes manifestações nacionalistas que tinham tido lugar, já depois de Abril de 1933, durante as celebrações do 1.º de Maio de 1934, 1935, 1936 e 1937,²⁰ até às comemorações dos aniversários do 28 de Maio de 1926 e da nomeação de Oliveira Salazar como ministro das Finanças em Abril de 1928, mas que, efectivamente, remontavam ao período que imediatamente sucedera às intentonas revolucionárias fracassadas de Fevereiro de 1927.²¹ Finalmente, distinguiam-se pela forma como a partir de Julho de 1936, tendo como pretexto o início da Guerra Civil espanhola, não apenas se movimentaram no

¹⁸ Por exemplo, ao pronunciar-se sobre a escolha de Pedro Theotónio Pereira para o desempenho da função de agente especial, Franco Nogueira nenhuma característica adiantou que, aos olhos de Salazar, pudesse verdadeiramente habilitá-lo. Já para justificar a sua saída do Governo, aquele comentador opinava: “Pedro Theotónio continuava a ser um partidário convicto do regime. Mas as suas relações com Salazar eram nesta altura um tanto difíceis. Não haveria nenhuma divergência de fundo, e as suas relações pessoais estavam intactas. Mas havia entre os dois homens uma diferença de *ritmo*, de *temperamento*: Pedro Theotónio era um *realizador*, para quem a acção constante era indispensável, e que punha em tudo uma *urgência*, uma *pressa*, que se não compadeciam com a *lentidão exterior*, a calma, o *dar tempo ao tempo*, a demorada consideração dos problemas, que eram timbre de Salazar. Pedro Theotónio sentia-se frustrado; Salazar impacientava-se com a precipitação constante de quem queria estar sempre a *actuar*, algumas vezes sem objectivo preciso.” Franco Nogueira, *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3.ª ed., s.l., Liv. Civilização Ed., 1986, p. 138 e pp. 138n e 139n.

¹⁹ Como escreveu o repórter de *O Século* enviado à estação do Rossio, a manifestação ali ocorrida era uma demonstração de apreço a Pedro Theotónio Pereira pelo seu largo contributo para “a fundação e progresso do Corporativismo em Portugal.” *O Século*, 19 de Janeiro de 1938, p. 1 (3.ª coluna).

²⁰ Sintomaticamente, estas celebrações oficiais tiveram sempre lugar em cidades e vilas minhotas. A primeira vez em Braga e, depois, em Guimarães, Barcelos e Famalicão. Nos últimos festejos do 1.º de Maio a que assistiu ocupando ainda funções governativas, Pedro Theotónio Pereira demonstrou publicamente a convicção de que as comemorações daquela data deveriam continuar a ter lugar no Norte e, em particular, “na província do Minho.” *O Século*, 3 de Maio de 1937, p. 8.

²¹ Entre outras celebrações da “pátria”, da “nação”, do regime e de algumas figuras destacadas deste, que a Ditadura Militar e o Estado Novo criaram e recriaram – e de que aqui não se fala –, sublinhe-se ainda o novo significado assumido pelas celebrações da chamada restauração da independência a ter lugar no dia 1 de Dezembro.

“Guinada de leme”

sentido de forçar um maior empenhamento português no conflito, como por terem sabido aproveitar a circunstância para combater e tentar vencer, dentro e fora do regime, todos os sectores que até aí consideravam estar bloqueando o avanço da revolução nacionalista, tendo a constituição da Legião da Portuguesa sido o aspecto mais visível e relevante dessa nova realidade.²²

Por tudo isto, em Dezembro de 1937, quando deixou o cargo de ministro do Comércio e Indústria, e em Janeiro de 1938, quando partiu para Espanha, Pedro Theotónio Pereira era um valor mas também um problema no seio do regime. Um valor, por ter contribuído para a sua criação e consolidação, ajudando a trazer para o seu interior um grande número de grupos e interesses, nomeadamente daquilo que restava do Integralismo Lusitano, do Nacional Sindicalismo, dos meios nacionalistas tanto estudantis como operários ou de diversos sectores das classes médias que se poderiam ter mantido mais ou menos apáticas, ou ido parar às mãos das oposições externas ao regime. Com o seu trabalho, Pedro Theotónio Pereira alargara e robustecera a base social, política e ideológica de apoio do salazarismo. Os problemas criados advinham do facto de se ter constituído, voluntariamente ou não, pelos apoios que reunira à sua volta e pelo poder que esses mesmos apoios lhe conferiam, numa figura de destaque que muitos dos sectores mais radicais do regime viam já não como um complemento de Salazar mas como

²² Sobre as circunstâncias políticas imediatas que conduziram à criação da Legião Portuguesa, razões essas intimamente ligadas ao triunfo da Frente Popular nas eleições espanholas e, depois, ao deflagrar da Guerra Civil em Espanha, Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo. 1936-1944*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 39-46. Sobre a alteração das condições políticas internas que contribuíram para uma radicalização do regime a partir de finais de 1935, tomando-o sistemática e racionalmente mais repressivo, Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 42-44. Resta saber se esta mudança na estratégia do regime foi ou não a reacção de uma estrutura que se considerava ameaçada. A radicalização do regime após a sua vitória no “18 de Janeiro” de 1934, ainda necessita do seu historiador. Não é líquido que na sua essência essa radicalização não possa ter sido provocada por mais uma alteração/correção dos equilíbrios internos do regime. No capítulo V viu-se de que forma Salazar procurou resistir às pressões de radicalização oriundas de alguns dos sectores do Estado Novo, nomeadamente daquele a que pertencia Pedro Theotónio Pereira. Sobre as tensões existentes no seio do regime entre os sectores republicano moderado e monárquico nacionalista em meados da década de 1930, escreveu Brochado Coelho de uma forma desassombrada o seguinte: “Quando fundaram a Legião Portuguesa, eu escrevi um artigo em *A Verdade* defendendo que, bem vistas as coisas, essa fundação não era necessária nem tinha fundamento. Só subordinada às Forças Armadas se justificaria. Foi o fim do Mundo porque, por detrás daquilo tudo havia um plano de substituir a União Nacional, que eles diziam não servir para nada, por uma organização de tipo fascista ou mesmo nazi. Salazar, para os conter, teve de baixar até estender o braço e pôr na lapela um emblema, ele que era, doutrinariamente, a antítese de tudo isso!...” Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, pp. 139-140. Pedro Theotónio Pereira queixou-se junto de Salazar do conteúdo de alguns artigos da *Verdade* publicados no dia 4 de Setembro de 1936. “O trabalho das corporações é velhacamente criticado nos dois artigos da última página. E na primeira página tem V. Ex.a 2 artigos em que habilmente se faz contravapor à ideia da legião, insinuando-se que ela agrava o exército e foi lançada contra o Governo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 5 de Setembro de 1937. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. I, (1931-1939)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 57 (documento 28).

“Guinada de leme”

uma alternativa ao chefe do Governo.²³ Depois de 1934, mas, sobretudo, desde que em 1936 ascendera a ministro, Pedro Theotónio Pereira não deixara de se promover politicamente e de propagandear o seu programa para o regime e para o País. Tinha as suas ideias, os seus apoios, a sua agenda, o seu talento. Não teria a aptidão e o prestígio político de Salazar, mas também não desejava substituí-lo, pelo menos não em qualquer circunstância. No entanto, possuía um carisma e uma vontade que muitas vezes pareciam ser os ingredientes que faltavam para que se cumprisse o projecto nacionalista encarnado numa parte da Constituição de 1933 e tão em voga na Europa de entre-guerras. Daí que Pedro Theotónio Pereira tivesse ascendido na altura da sua partida para Espanha, por mérito e por vontade própria, à condição, informal é certo, de terceira figura do regime, depois de Carmona e de Oliveira Salazar. É verdade que os ministros do Interior ou da Guerra tinham no Governo, no regime e no País mais poder, e não apenas formal. Porém, nenhum como Theotónio Pereira reuniu à sua volta apoios e paixões tão declaradas, tão ostensivas. Por isso, um dos aspectos mais importantes da sua carreira política no Governo não correspondeu apenas à criação de um sistema corporativo minimamente capaz de operar. Relevante foi o facto da criação deste, nas circunstâncias em que teve lugar, lhe ter permitido constituir uma facção no seio do regime – mesmo que informal mas decerto extensa e valorizada pela sua heterogeneidade social –, facção essa que tinha um programa e uma prática.²⁴ Simplesmente, nem o programa nem a prática eram capazes de viver sem Salazar, como muito dificilmente existiam sem Pedro Theotónio Pereira, sendo que este foi o primeiro a percebê-lo. Por um lado, alimentava, de forma involuntária ou não, manifestações políticas dos sectores que comandava e que se constituíam para o apoiar. Por outro lado, recordava publicamente nesses mesmos eventos que Salazar era o chefe e que a sua estratégia e as suas opções tácticas eram as mais adequadas.

²³ “No Café Martinho [no Rossio, em Lisboa], onde se reuniam os mentores da campanha, à frente dos quais estavam os delegados do Instituto Nacional do Trabalho, fui eu encontrar, perorando a uma grande mesa, aquele Dr. Miranda da Rocha, Presidente da Câmara de Marco de Canaveses [...]. Contrariei-o: «O Dr. Miranda da Rocha fala como se Salazar não fosse um bom chefe!» Ao que ele respondeu que havia melhor... «Quem? Pedro Teotónio Pereira», afirmou ele, convicto!” Costa Brochado, *op. cit.*, p. 163.

²⁴ “O Subsecretariado das Corporações parece ter-se transformado, a pouco e pouco, num órgão de política própria que, através dos delegados distritais, sindicatos, etc., muito e muito concorreu para a confusão política que havia de gerar o ambiente revolucionário a que nos vimos referindo.” Costa Brochado era de opinião que após o fim da guerra em Espanha, haveria uma revolução monárquica alimentada pelos sectores monárquicos e de “extrema direita” do regime. Relatório de Brochado Coelho para Oliveira Salazar. Lisboa, 18 de Abril de 1938. AOS/CP-41. Em Dezembro de 1937, quando foi noticiada a partida de Pedro Theotónio Pereira para Espanha, logo “os organismos corporativos e de coordenação económica pensaram [...] prestar-lhe [...] as suas homenagens.” “Conhecedor” desse propósito, o antigo ministro, “embora sensibilizado por mais essa prova de simpatia, procurou evitá-la, e só acedeu quando soube que a referida manifestação constituiria mais uma afirmação de fé inabalável no [...] ressurgimento económico tão brilhantemente empreendido pelo sr. dr. Oliveira Salazar.” Na mensagem que fizeram chegar a Oliveira Salazar, os representantes dos organismos corporativos – que foram a S. Bento e aí recebidos por Leal Marques – recordavam que desejavam ver prosseguir de modo “inalterável” a “obra magnífica do Ressurgimento.” *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro de 1937, p. 1.

“Guinada de leme”

Embora não se trate de informação totalmente fiável e exacta, em 1939 o embaixador britânico em Lisboa recebeu de um adido militar na legação britânica um relatório no qual se denunciava a existência de duas facções hostis a Salazar no seio do regime. A fonte era um oficial da Armada portuguesa e o relatório, com conhecimento do embaixador Selby, seguiu imediatamente para o Foreign Office e para os serviços de informação britânicos. Nele podia ler-se:

A Naval Officer come to see me yesterday and talked at some length about the internal position of the country as he saw it. I was careful not to ask for any information nor to make any remarks on what he told me.

Briefly he said that there were two parties at present that were bitterly hostile to Salazar and his régime. Both parties are strongly pro-German in sympathies and have a big proportion of wealthy industrialists among their adherents. They do not combine because of the personal hostility and jealousy of the two leaders.

One party is lead by Sr. Teotónio Pereira, who is now Portuguese Ambassador in Nationalist Spain, the other by the Minister of Education, Sr. Carneiro Pacheco.

According to my informant the first party, curiously enough, is the more powerful of the two, and apparently it was owing to the waxing power of its leader and his 'machinations' against Salazar that the latter 'banished' him to Spain.

If all the rumours one hears are correct, Dr. Salazar would appear to be passing through a particularly uncomfortable period of his régime.²⁵

A escalada de Theotónio Pereira no seio do regime foi uma consequência da sua nomeação para subsecretário de Estado das Corporações. Porém, seria na derradeira fase da sua passagem por este posto e, depois, já à frente do Ministério do Comércio e Indústria que se destacaria cada vez mais. Por exemplo, em Abril de 1936, a propósito da “assinatura dos contratos de trabalho entre tanoeiros e patrões, e a posse dos corpos gerentes da Caixa Sindical da Previdência”, teve lugar em Vila Nova de Gaia uma “gloriosa jornada corporativa e de exaltação do Estado Novo.”²⁶ A “assinatura” e a “posse”, que poderiam ter sido cerimónias relativamente discretas, foram transformadas pelo aparelho corporativo numa manifestação

²⁵ 2 de Fevereiro de 1939. PRO-FO371/24069. Como Theotónio Pereira não era nem nunca terá sido germanófilo, pelo menos enquanto diplomata colocado em Espanha, poderemos ser tentados a ter como inválida a restante informação veiculada. Simplesmente, a germanofilia atribuída a Theotónio Pereira é compreensível pelo facto de muitos dos seus apoiantes e dos interesses que o apoiavam o serem e de o próprio Theotónio Pereira veicular um discurso e apresentar comportamentos que o colocavam esteticamente mais próximo do Nacional-Socialismo e do Fascismo do que do parlamentarismo de feição liberal

²⁶ A aparente delicadeza e evidente importância política do acto pode ser explicada pelo facto de no dia 15 de Abril Pedro Theotónio Pereira se ter deslocado ao Porto e a Vila Nova de Gaia, em “visita sem carácter oficial”, para se encontrar com os “directores” do Instituto do Vinho do Porto e do Grémio dos Exportadores. Na mesma visita dever-se-á ter tratado ainda de pormenores relativos à futura publicação do decreto n.º 26 553 sobre exportação de vinhos do Porto. *Diário da Manhã*, 16 de Abril de 1936, p. 7.

“Guinada de leme”

popular de apoio ao regime (corporativo) e ao Governo.²⁷ No Sábado dia 18, de madrugada, rumaram a Gaia, oriundos de Lisboa, as “direcções” e os “sócios dos Sindicatos Nacionais de Lisboa e de Setúbal”. Faziam-no a convite do “S. N. dos Tanoeiros de Vila Nova de Gaia”, para tomarem parte nas “comemorações.”²⁸ Em Gaia, onde se reuniram para participar no evento alguns milhares de pessoas, tendo “as manifestações festivas” começado de “manhã cedo – às 7 horas – assinaladas por girândolas de foguetes e pelas bandas de música que percorreram as ruas”, desfilaram por ruas engalanadas e diante de edifícios oficiais devidamente enfeitados para o evento, representantes de vários Sindicatos Nacionais, de associações de bombeiros, desportivas ou de “Socorros Mútuos”, para além de uma banda de música, de um rancho folclórico e de “piquetes de Polícia Municipal”. Todos se dirigiram à estação das Devesas onde aguardaram a “chegada dos seus camaradas da capital.”²⁹ A primeira parte das celebrações concluiu-se depois dos representantes dos sindicatos usarem da palavra e elogiarem a natureza da revolução portuguesa – “Revolução serena, magnífica [...]! [Que] Não quer crueldades, não quer provocar uma gota de sangue!”³⁰

“Às 13 horas e 45 minutos, quando já se avistava o «rápido»” que transportava as autoridades, entre elas os membros do Governo, “uma forte girândola de foguetes subiu ao ar, enquanto as bandas de música executavam a «Maria da Fonte».”³¹ Dirigiram-se à tribuna, sendo

²⁷ Independentemente daquilo que era entusiasmo induzido ou organizado, a verdade é que grande parte dele era espontâneo. Ainda que os direitos sociais consagrados na celebração dos contratos colectivos de trabalho dissessem apenas respeito aos sectores em que se celebravam, a verdade é que eram significativos. “São os contratos de 1936 dos tanoeiros e dos trabalhadores de armazéns de vinhos de Lisboa, Setúbal e Porto – e não os de 1934 – que constituem como que o padrão dos demais [...]. [...] os contratos e acordos firmados nestes anos inserem garantias que o ETN [Estatuto do Trabalho Nacional], em 1933, os decretos referentes ao horário de 1934 e 1936 e, depois, a Lei n.º 1952, de [10 de Março de] 1937, relativa ao contrato individual, haviam consignado ou iriam consignar. É o caso do salário mínimo, variável obviamente de indústria para indústria e, às vezes, de região para região; o horário normal de oito horas; o trabalho suplementar pago em mais 50%; o descanso semanal ao domingo e o pagamento do salário a dobrar sempre que o operário trabalhe nesse dia; as férias pagas – de 3, 6 e 8 dias – após pouco mais de um ano de serviço, a readmissão do trabalhador após prestação do serviço militar ou após o afastamento por motivo de doença; dias de licença à mulher por altura do parto com pagamento de pelo menos 1/3 do respectivo ordenado ou salário; ou ainda a previdência, com a criação das respectivas caixas, para as quais os patrões contribuem com 4 ou 5% da massa salarial e cada trabalhador com 4 ou 5% do seu salário ou vencimento, descendo a contribuição dos mais idosos para 2,5%.” Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 499.

²⁸ *O Século*, 19 de Abril de 1936, pp. 1, 5 e 8 e *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, p. 8. O *Diário da Manhã* estimava em “600” o número de “sindicados” que seguiu de comboio para o norte.

²⁹ “12 horas e 23 minutos. Estoiram foguetes. O comboio especial [oriundo de Lisboa] ornado de bandeiras e flâmulas, [...] entra nas agulhas. A multidão agita-se. Enfim!

[...] Entre as individualidades que chegam e as que se encontram na «gare» trocam-se os primeiros cumprimentos. O desembarque. Depois o impressionante desfile das bandeiras dos Sindicatos do Sul perante a tribuna armada a meio do Largo das Devesas. A multidão aclama os recém-vindos. São 35 Sindicatos Nacionais.”

Terminara o desfile – e as bandeiras dos Sindicatos do Sul alinham agora com as dos Sindicatos do Norte. A Tuna dos empregados da Carris faz-se ouvir.” *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, p. 1.

³⁰ *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, p. 8 (4.ª coluna).

³¹ É importante notar que estas celebrações – como as sucessivas festas do trabalho – além de decorrerem num ambiente político e social globalmente favorável ao regime, tinham ainda a preocupação de recuperarem os moldes

“Guinada de leme”

aclamados por uma “multidão” que chegou a “atingir o delírio.” Forma-se então “um enormíssimo cortejo em que tomam parte milhares de operários e operárias, com os seus estandartes.” O “espectáculo” é apelidado pelo repórter do *Diário da Manhã* de “grandioso e empolgante.” Teve depois início a “sessão solene” que decorreu nos Paços do Concelho, para onde tinha seguido o cortejo “a pé” e os membros do Governo “de automóvel.” Discursou um representante do Sindicato Nacional dos Operários Tanoeiros do Distrito do Porto que se dirigiu “às classes patronais de todo o País.” Em seguida, Pedro Theotónio Pereira, além de presidir à sessão, discursou. Nas suas palavras destacava-se a evocação da existência de uma ameaça comunista, mas, sobretudo, o elogio à capacidade social e política do Corporativismo português para defrontar essa ameaça com êxito.³² À tarde comemorou-se no Palácio de Cristal, no Porto, o 11.º aniversário do 18 de Abril e, mais uma vez, apesar de presidir à cerimónia o ministro da Marinha, foi Pedro Theotónio Pereira quem atraiu as atenções e mais empolgou os participantes ao louvar a obra feita pelo regime e ao dar conta da necessidade de prosseguir a tarefa.³³ No dia seguinte, a imprensa voltava a destacar a obra e as palavras de Pedro Theotónio Pereira, desta vez a propósito da continuação da sua jornada no Porto, em Leixões, em Aveiro e na Gafanha. O ponto alto das cerimónias teve lugar nesta povoação, constando do lançamento ao mar de um novo navio – tratava-se do «Brites», um “lindo veleiro de quatro mastros” – que iria enriquecer a frota bacalhoeira portuguesa. Pedro Theotónio Pereira discursou e condecorou “Mestre Mónica”, o chamado “engenheiro analfabeto” a quem coubera elaborar e concretizar o projecto de construção de uma embarcação com 750 toneladas e “provido dum motor a óleos pesados, de 300 cavalos de força, com o qual” era capaz de “desenvolver 9 milhas e meia”, chegando às 11 milhas “à vela.”³⁴

Sobre o significado da “jornada do Porto” escreveu João Ameal um artigo de fundo no *Diário da Manhã*. Aí salientava o facto dos acontecimentos dos dias 18 e 19 de Abril terem demonstrado a “unidade” dos portugueses em torno de um projecto político ao escrever que “a Revolução Corporativa caminha e triunfa em Portugal.” Destacava, depois, “que as massas do povo português” não sonhavam “com aquela tenebrosa e sinistra «rebelião» profetizada por Ortega y Gasset”, compreendendo, isso sim, que a “dissolução da Pátria” era o “maior perigo a evitar”, pelo que o único caminho a seguir não era o da “guerra civil, mas [o d]a disciplina social

em que se desenvolviam as festas populares tradicionais do norte do País, as chamadas “verbenas”. Este tipo de solução, que diluía a dimensão política, tomava mais fácil a consecução de bons níveis de mobilização popular.

³² “Jornada Corporativa de Gaia”. Reproduzido em Pedro Theotónio Pereira, *A batalha do futuro*, 2ª. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, pp. 149-163.

³³ *O Século*, 19 de Abril de 1936, pp. 1, 5 e 8. Estes acontecimentos foram designados pelo *Diário da Manhã* como “A grande jornada nacionalista do Norte” e “A Grande Jornada Corporativa do Norte”. *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, pp. 2 e 8, respectivamente.

³⁴ *O Século*, 20 de Abril de 1936, pp. 1 e 6.

“Guinada de leme”

ao serviço das doutrinas corporativas.” Por fim, e citando o discurso pronunciado por Theotónio Pereira em Gaia, sublinhava que tudo aquilo que os trabalhadores legitimamente ambicionavam do ponto de vista social, podia ser obtido dentro duma

«[...] organização séria e equilibrada das actividades que representam funções da vida económica e social, impondo a visão totalitária dos seus mais vastos problemas, valorizando a iniciativa privada e estimulando a formação dos seus dirigentes, compelindo patrões e trabalhadores para o bom entendimento no plano da corporação e reservando-se o Estado com dignidade e com firmeza, a alta missão de orientador e de fiel do interesse comum, na ordem e na paz social».

Como resumia João Ameal, uma luta muito dura – e os adversários podiam confirmá-lo –, estava a produzir resultados. Nela saía derrotada a “política demagógica de promessas desmedidas e inviáveis” e triunfava a “política de verdades e de realizações”, a “Revolução da Ordem” por oposição à “Revolução da Desordem.”³⁵ Sendo Pedro Theotónio Pereira, mais do que nenhuma outra figura do regime, aquele que conduzia este combate em várias frentes, fazendo-o impulsionado tanto pelas suas convicções como pelos apoios ou pelos desafios com que sistematicamente era incentivado ou confrontado, era óbvio que palmo a palmo, criando oportunidades e aproveitando as circunstâncias, vinha conquistando o seu espaço na vida política portuguesa.

Antes da sua partida para Espanha, em Março e em Maio de 1937 o então ministro do Comércio e Indústria demonstrou sem margem para quaisquer dúvidas que era uma figura notável do regime e, além disso, tal como sucedera em ocasiões anteriores, muito atreito a promover – ou a aceitar que outros promovessem –, iniciativas políticas mobilizadoras, mas das quais os principais favorecidos nem sempre eram os líderes naturais da “revolução corporativa” – Carmona e Salazar –, mas sim o próprio Pedro Theotónio Pereira. No início de 1937, a imprensa noticiava em termos muito elogiosos e com enorme destaque a “notável conferência” realizada pelo “sr. Ministro do Comércio” em Coimbra, sublinhando que fora “delirantemente aplaudida.” Independentemente daquele que foi o teor da dita “conferência”,³⁶ importa destacar o seu significado político, a começar pelo enorme efeito mobilizador que concitou. Tratou-se de mais uma oportunidade para se proceder a uma importante mobilização dos sectores políticos e sociais mais radicais do regime. Daqueles que eram os apoiantes do programa de revolução corporativa defendido e executado por Pedro Theotónio Pereira e nos quais o ministro do Comércio se escorava para prosseguir a sua acção e exhibir o seu peso junto do Governo e do regime. Chegado de comboio a Coimbra, acompanhado pelo seu chefe de Gabinete, Higinio de

³⁵ *Diário da Manhã*, 20 de Abril de 1936, p. 1 (1.ª coluna). Também Augusto da Costa, em artigo de fundo, comentou o significado da incursão do Governo no norte do País, destacando o papel de Pedro Theotónio Pereira. *Diário da Manhã*, 22 de Abril de 1936, pp. 1 e 2.

³⁶ “O espírito da Gente Nova na Revolução”. Reproduzido em Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 185-213.

“Guinada de leme”

Queiroz, e por Costa Leite (Lumbralles), na altura subsecretário de Estado das Finanças, por eles esperavam além das autoridades políticas e militares, gente representando

Casas do Povo e Sindicatos do distrito de Coimbra, Mocidade e Legião Portuguesa, Sindicatos Nacionais dos Motoristas, Carros Eléctricos, Indústria Hoteleira, Empregados do Comércio e Indústria, da Construção Naval, Trabalhadores dos Armazéns de Vinhos, Empregados de Panificação, Tanoeiros, dos Empregados dos Fósforos, todos os do Porto, e Ferroviários do Sul, Centro e do Norte, Federação dos Vinhos, pessoal das fábricas, Academia, oficiais do exército e muito povo.

Na «gare» encontravam-se formados a Brigada Naval da Legião Portuguesa, de Lisboa, e os Legionários de Coimbra, na sua máxima força.

[...]

O sr. dr. Teotónio Pereira, agradeceu levantando o braço direito. Depois passou revista à força da P.S.P.

[...].³⁷

Seguindo a pé, por entre a multidão que o aclamava, para o Teatro Avenida, diante de uma sala completamente cheia Pedro Theotónio Pereira foi efusivamente aplaudido. A audiência era maioritariamente constituída pela elite política e social da cidade de Coimbra e por estudantes da Universidade. O povo ficou à porta. Pedro Theotónio Pereira foi convidado pelos estudantes para ir a Coimbra. Tendo-lhe sido dadas as boas vindas por um dos alunos (José Guilherme Melo e Castro,³⁸ vice-presidente da Associação Académica, que discursou),³⁹ foi recebido como a emanação daquilo que de mais revolucionário e nacionalista, ou, se se quiser, mobilizador, havia no Estado Novo. Como fez questão de recordar o jovem orador, era para os estudantes um privilégio estarem em “contacto” com “um governante como o sr. Pedro Theotónio Pereira.” Mas para além disso, no discurso pronunciado por José Guilherme Melo e Castro repetia-se a velha queixa da direita nacionalista. Uma vez mais apelava ao Governo e ao regime para que continuasse a dar “razões” aos seus seguidores para que prosseguissem no combate, devendo essas razões ser a continuação e aprofundamento de uma acção política de que Pedro Theotónio Pereira era o maior intérprete e que Melo Castro resumia da seguinte forma:

Queremos grandes medidas de justiça social que reparem os destroços que deixou o capitalismo liberal e não podemos estar calados enquanto os olhos não vêem alguma coisa do que enxerga a alma, diante das belas satisfações que o Governo de Salazar, especialmente pela mão de V. Ex.a, já deu a algumas das

³⁷ A Voz, 28 de Fevereiro de 1937, p. 1.

³⁸ José Guilherme de Melo e Castro (1914-1972) seria secretário de Estado da Assistência Social entre Maio de 1954 e Junho de 1957. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, viria a pertencer à chama da ala marcelista do Estado Novo. Presidiu à Comissão Executiva da União Nacional depois da chegada de Marcello Caetano à Presidência do Conselho. Até à sua morte protagonizou algumas iniciativas de aproximação do marcelismo a certos sectores da oposição.

³⁹ A dado passo, dirigindo-se a Costa Leite na qualidade de presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, recordou-lhe que os estudantes da Universidade de Coimbra tinham acorrido “às fileiras da Legião”, mas não apenas por causa dos seus “aspectos meramente anticomunistas.” Através da Legião esperavam, sobretudo, que se organizassem “as vontades e a fé da mocidade portuguesa” que andava há muito “ávida por dar-se à Causa muito bela e muito grande da Revolução Nacional.” A Voz, 28 de Fevereiro de 1937, p. 8.

“Guinada de leme”

necessidades sociais da Nação; não podemos admitir que haja quem, por egoísmo, se recuse a compreender ou pretenda disformar à medida do próprio interesse, numa hora em que o perigo é iminente sobre a honra da Pátria; não nos sofre o ânimo que possa haver portugueses a camuflar o perigo; queremos conhecer o inimigo de cara e como tal, queremos sinceramente e com clareza confiar o nosso afã de justiça nas mãos de Chefes que os nossos corações aprovem.⁴⁰

Palavras como estas eram, obviamente, velhas conhecidas de Pedro Theotónio, recordando-lhe se preciso fosse a bondade e legitimidade daquelas sensibilidades do País para quem a revolução nacional corporativa era tudo e onde sempre pudera recrutar os seus apoiantes activos, ainda que não poucas vezes bastante incómodos para o regime. Uma sensibilidade que historicamente, sobretudo depois do 28 de Maio, se lançava em guerra aberta contra a tradição republicana e liberal que subsistia no País e, também, no seio do próprio Estado Novo. Como se não bastasse, essa tradição além de manietar o regime e a liderança de homens como Salazar e Theotónio Pereira, inviabilizava a afirmação do único modelo político-ideológico que a direita nacionalista considerava capaz de salvar a pátria, impedindo, conseqüentemente, o triunfo do Comunismo. Uma vez que na sequência da vitória da Frente Popular nas eleições espanholas de Fevereiro de 1936 e do início da Guerra Civil em Julho daquele mesmo ano, a ameaça comunista parecia maior do que nunca, em Fevereiro de 1937, interpretando o sentir da direita do regime, aquilo que Melo e Castro dizia era que sem uma eliminação clara dos princípios liberais ainda dominantes na sociedade e na política portuguesa, a vitória comunista se poderia tornar uma realidade em Portugal. No caso dos meios estudantis da Universidade de Coimbra, o perigo já rondava. Tal sucedia por inépcia do regime, que não combatia com suficiente empenho a tradição liberal que o minava e minava o País, sendo que a ausência desse combate decorria em grande medida do facto de não existir um empenho suficiente na doutrinação e mobilização das massas, a começar pelos estudantes. Nesse sentido, a ida de Pedro Theotónio Pereira a Coimbra – acompanhado por Lumbralles na dupla qualidade de membro do Governo e dirigente da Legião Portuguesa –, e a subsequente apresentação da sua conferência, era uma tentativa de responder à ansiedade e aos pedidos veiculados por jovens nacionalistas a partir de Coimbra e, certamente também, do resto do País.⁴¹ Embora não tivesse continuidade, a palestra pretendia mobilizar e doutrinar, algo que

⁴⁰ *Diário da Manhã*, 1 de Março de 1937, p. 4 (destaque nosso). Mais à frente acrescentava: “Face a face com Chefes como V. Ex.a, a mocidade sente invadi-la a esperança sem sombras de que as horas definitivas, as horas grandes e heróicas de Revolução Nacional não tardam a soar em Portugal.”

⁴¹ A este propósito afirmou o José Guilherme de Melo e Castro: “A mocidade verdadeiramente revolucionária vive à beira do abismo, sr. Ministro, abismo que ameaça, a cada passo, atraí-la e perdê-la irremediavelmente se não é dado aos seus olhos contemplar realizações positivas e consoladoras da Revolução Nacional, se não lhe é dado cobrar a certeza, como nesta noite os estudantes de Coimbra diante de V. Ex.a, que os chefes que a levam querem tanta justiça como ela.” *Diário da Manhã*, 1 de Março de 1937, p. 4

“Guinada de leme”

como se sabe – mesmo nos anos da guerra em Espanha – não preocupava especialmente Oliveira Salazar e vários sectores do regime, fosse porque não acreditavam nas virtudes intrínsecas desse tipo de procedimentos, fosse por considerarem que mais do que unir e fortalecer o regime, o dividia e enfraquecia, sobretudo se não fosse usado com a devida conta, peso e medida.⁴²

Acontecendo estes factos, e alguns outros, logo em Coimbra, uma espécie de segunda capital da “revolução nacional” – a primeira era Braga –, é óbvio que a iniciativa protagonizada por Pedro Theotónio Pereira não podia quedar-se pelo anonimato.⁴³ Mas seria poucos meses mais tarde, nas vésperas do 28 de Maio de 1937, que o mesmo Pedro Theotónio Pereira tratou de balizar no regime e no Governo o seu espaço político e aquilo que esse mesmo espaço representava. Fê-lo publicando um livro da sua autoria e que recolhia uma série de discursos e conferências proferidas desde que chegara à subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, e tendo dado todo o seu esforço para que fosse publicado durante as comemorações do décimo primeiro aniversário do 28 de Maio.⁴⁴ Com destaque de primeira página, *O Século* recordava que o livro evocava o homem que com “mão firme, clarividência e arrojo” tinha lançado “os fundamentos e ergueu as paredes mestras desse edifício que o pensamento” de Oliveira Salazar “definira notavelmente.” O comentário prosseguia recordando que Pedro Theotónio Pereira, fruto da experiência adquirida à frente da subsecretaria de Estado das Corporações, era, “sem sombra de dúvida”, a “maior autoridade” naquele ramo da “administração pública” e que “tantos e importantes pontos de contacto” tinha com “todos os departamentos do Estado e da vida nacional.”⁴⁵ Sendo o regime – ou pretendendo ser – corporativo, é óbvio que estes elogios podiam não ser vistos apenas como mera formalidade.

Poder-se-á sempre afirmar que todo o protagonismo assumido por Pedro Theotónio Pereira nunca equivalia a qualquer outro desejo senão o de pôr em prática as suas ideias, as suas convicções, a sua extraordinária capacidade realizadora, o seu enorme talento político,

⁴² Para Pedro Theotónio Pereira era diferente, sendo bom recordar que o proselitismo foi uma das várias e mais notáveis ferramentas de acção política que lhe ficou dos tempos do Integralismo Lusitano e do intenso convívio com António Sardinha.

⁴³ Na abertura da conferência Pedro Theotónio Pereira recordou que Coimbra era o “lar espiritual da nova reconquista da terra portuguesa.” Em Coimbra tinha Salazar dado “as suas lições serenas enquanto não chegava a hora de responder ao apelo da Nação.” E depois confessava que nunca tomava a Coimbra “sem um outro nome” bem “presente” no seu “espírito”: o de António Sardinha. Citou-o evocando uma incursão que ele fizera em Coimbra, e onde este terá afirmado. “«Deus prepara os acontecimentos, mas é preciso que os homens de boa vontade não faltem no momento próprio e estejam à altura da sua missão...»” *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 1.

⁴⁴ Trata-se, obviamente, de *A batalha do futuro. Organização corporativa*, 1ª. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937. Sua cunhada, casada com Alberto Theotónio Pereira, era filha do proprietário da Livraria Clássica Editora. O seu título, porém, e para não destoar, recuperava uma “frase imorredoura” pronunciada por Salazar num discurso onde discorreu sobre o Corporativismo. Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2.ª ed., s.l., Verbo, 1972, p. 216.

⁴⁵ *O Século*, 26 de Maio de 1937, p. 1 (6.ª coluna).

“Guinada de leme”

tudo potencializado por um carisma fora do comum, sobretudo nesse quase deserto de figuras arrebatadoras que era o Estado Novo. E mesmo tendo assim acontecido, não deixa de ser verdade que para Salazar, em finais de 1937, se impunha por várias razões a saída do Governo e do País de Pedro Theotónio.⁴⁶ Em primeiro lugar, para se ver livre de alguém que cada vez mais envolvia o regime e o Governo em problemas políticos, não apenas por ser visto por vários sectores como uma alternativa ao chefe do Governo, mas por corporizar, pelo seu talento e prestígio, o sector radical do regime que desde finais de 1935 voltara a ganhar um peso maior.⁴⁷ Em segundo lugar, por em alguns momentos ter não apenas enfrentado Oliveira Salazar com excessiva franqueza, como por ter tentado aconselhá-lo politicamente em termos que não apenas ultrapassavam aquilo que o seu interlocutor poderia tolerar, mas ainda por ousar emitir as suas opiniões para além da esfera que lhe estava eventualmente atribuída.⁴⁸ Em terceiro lugar, porque a azáfama em torno da construção do Corporativismo tendia, e não apenas por culpa de Theotónio Pereira, a criar crescentes dificuldades na manutenção dos equilíbrios necessários para a sobrevivência do regime. É verdade que novos equilíbrios entre sensibilidades no seu seio, favorecendo os radicais, se tinham manifestado nas escolhas feitas por Salazar que conduziram à remodelação governamental ocorrida em Janeiro de 1936. Viria a acentuar-se a importância daquela sensibilidade ao longo desse mesmo ano, tanto por causa do agravar da situação política em Espanha, com o conseqüente deflagrar da guerra civil, mas também pelo crescimento da contestação interna e externa ao regime, tanto social como política.⁴⁹

⁴⁶ Algumas das razões “menos simbólicas e mais práticas” que terão levado Salazar a mandar Pedro Theotónio Pereira para Espanha, encontram-se em Manuel de, “Pereira, Pedro Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 50-51.

⁴⁷ Muito por causa do impacto causado, dentro do regime e do Governo, pela deterioração das relações políticas entre Salazar e o seu ministro da Guerra, Passos e Sousa, a propósito do teor e do alcance da muito propalada reforma das Forças Armadas, mas que em última análise radicava “em antagonismos pessoais” e “ambições de poder”. Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000, 72-99. Também a preparação de um golpe político-militar chefiado pelo capitão-de-mar-e-guerra Mendes Norton, envolvendo inúmeras sensibilidades oposicionistas, contribuiu para uma guinada do regime à direita. Sobre as relações políticas delicadas entre Salazar e vários sectores da tropa em 1935, idem, *ibidem*, pp. 77-78 e Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 228-237.

⁴⁸ Por exemplo, em carta datada do dia 5 de Setembro de 1936, Pedro Theotónio Pereira informava Salazar de que considerava ser a recém criada Legião Portuguesa, “remédio de efeito seguro contra esta diabólica vaga comunista que por toda a parte se infiltra.” Para este combate o regime deveria fazer sentir “por toda a parte um pulso de ferro”, sendo que para tal era necessária “uma verdadeira mobilização das forças sãs do País e uma forte contra-ofensiva antes que a deles tome corpo.” Salazar não podia estar, em tudo, mais em desacordo, sendo ainda que para o presidente do Conselho a Legião era uma ferramenta a ser usada de modo circunstancial e nunca indiscriminada para fazer face a ameaças reais ou virtuais como seria essa “diabólica vaga comunista”. CLNSRF, *op. cit.*, p. 57 (documento 28).

⁴⁹ Neste caso, o reforço dos radicais do regime era simultaneamente causa e consequência das crescentes dificuldades políticas sentidas pelo Estado Novo. A mestria de Salazar esteve, novamente a partir de 1936, em

“Guinada de leme”

Deve ainda ser dito que Theotónio Pereira foi enviado para Espanha porque os recursos diplomáticos do País e do regime eram escassos. Entre 1936 e 1938, Salazar teve a sorte de em alguns momentos as circunstâncias terem funcionado a seu favor e de, claro está, ter sabido aproveitá-las. Questões de política interna e externa que não tinha qualquer possibilidade de controlar, e que evoluíram muito contra os interesses do presidente do Conselho, acabaram por lhe permitir enviar para o Reino Unido e para Espanha dois dos melhores quadros do regime que também se caracterizavam por, desde o início da década de 1930, causarem alguns imbróglis políticos dentro do País. Porém, tanto no Reino Unido como em Espanha, Armindo Monteiro e Pedro Theotónio Pereira podiam colocar todo o seu prestígio, talento e inteligência ao serviço de Salazar, desempenhando com êxito tarefas da maior relevância, ao ponto de terem chegado a ser vistos, em momentos diferentes das suas biografias políticas, como sucessores potenciais ou naturais de Salazar. Se não cabe aqui enumerar e discutir as razões que levaram à escolha de Armindo Monteiro para exercer as funções de embaixador em Londres,⁵⁰ no caso de Pedro Theotónio Pereira era óbvio que além de talento, energia e inteligência política, era suficientemente prestigiado e facilmente identificável do ponto de vista ideológico com uma boa parte do espírito que prevalecia dentro do campo nacionalista espanhol. Mas não eram apenas estes factos que lhe permitiam ser bem recebido em Salamanca. Desde o início da Guerra Civil, Pedro Theotónio Pereira tinha-se destacado por ter acompanhado de muito perto e intervindo na questão política espanhola, sempre com resultados práticos muito positivos para os revoltosos. Finalmente, é bom recordar que Pedro Theotónio Pereira tinha os seus próprios contactos em Espanha. Conhecia algumas personagens influentes do campo nacionalista, qualidade que podia ser potencializada significativamente no caso de vir a necessitar de recorrer às redes de contactos que amigos seus portugueses também possuíam em Espanha, como era o caso de Sebastião Ramires.⁵¹

procurar e conseguir reequilibrar o regime sem favorecer – ou desfavorecer – excessivamente nenhuma das facções do Estado Novo. Nomeadamente, porque quaisquer desequilíbrios condenavam, a prazo, tanto o regime como o próprio Oliveira Salazar.

⁵⁰ Sobre este tema Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma biografia política (1896-1955)*, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 2000, pp. 156-165. É plausível, embora insuficiente, o argumento segundo o qual “Armindo Monteiro é afastado por defender a continuação da política [externa portuguesa] tradicional.” António José Telo, “A Política Externa do Salazarismo” in “O «Estado Novo», I. O ditador e a ditadura” in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. J. Medina, s.e., s.l., Clube Internacional do Livro, s.d., p. 278. Opinião contrária sustenta Marcello Caetano. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 74-75.

⁵¹ Entrevista com o eng. Fernando Sanchez Ramirez. Empresário. Évora, dia 15 de Março de 2004. César Oliveira, *op. cit.*, pp. 146-147 e p. 227(n18). Aparente e teoricamente, Sebastião Ramires era a figura do regime mais qualificada para desempenhar a missão para a qual Pedro Theotónio Pereira foi nomeado em Dezembro de 1937. Porém, várias razões justificavam que Ramires não fosse o eleito por Salazar. Tanto por não possuir o peso e o prestígio político de Pedro Theotónio Pereira mas, sobretudo, por não poder continuar a aconselhar Salazar e a

“Guinada de leme”

Quanto àquilo que podia significar Pedro Theotónio Pereira no seio do regime, na luta surda entre as diversas facções, tendo em conta o peso da extrema direita, convém sublinhar que o subsecretário de Estado, e depois ministro, poderá ter sido em algum momento da segunda metade da década de 1930, e independentemente daqueles que poderiam ser os seus desejos, empurrado para desempenhar um papel que não desejava: o de Rolão Preto do salazarismo.⁵² Lendo com atenção o seu discurso de Coimbra de Fevereiro de 1937, percebe-se que era isso que, acima de tudo, pretendia evitar de forma a poder manter intactas as suas ambições, as suas expectativas políticas. Embora o tivesse repetido em público noutras alturas – indo assim claramente contra aquilo que em privado dizia a Salazar e, provavelmente também, a outras figuras políticas do regime –, em Coimbra, mais do que em qualquer situação de natureza idêntica, perante os estudantes da Universidade, recordou-lhes a importância de Salazar na história regime, sublinhando o seu talento político, tanto estratégico como tático.

*Sem essa dominadora influência que fez de Salazar o grande Mestre da Acção, estaríamos muito aquém da nossa posição actual e teria sido incomparavelmente menos segura e mais cheia de hesitações a marcha da Revolução. [...] Foi enfim o espírito de Salazar que nos habituou a trocar sem esforço e sem desgosto o acessório pelo essencial, o indefinido pelo finito, o desejo febril de acudirmos a tudo pelo desejo febril de acudirmos a tudo pelo sentimento forte e disciplinado de fazermos alguma coisa, a ambição doentia de lançarmos muitas primeiras pedras em cada instante, pelo ponto de honra de ver colocada a última pedra numa só obra que fosse.*⁵³

Havendo quem pensasse que Theotónio Pereira ia a Coimbra para se dirigir aos seus apoiantes dizendo-lhes, publicamente ou não, aquilo que mais desejavam ouvir, e que seria um apelo à radicalização do regime, podendo pelo meio promover alguns ajustes de contas, enumerar queixas, definir novos caminhos e arregimentar apoios, acabou afinal por tentar apaziguá-los, dando claramente a entender aos seus putativos apoiantes que caso desejassem um chefe mais dinâmico e com um outro tipo de carisma, tinham que esperar ou procurar noutro lado.⁵⁴ Independentemente daqueles que seriam os seus desejos e ambições políticas, a verdade é que Pedro Theotónio Pereira quis ou soube resistir sempre, tanto aos apelos que

desempenhar várias missões mais ou menos secretas, mais ou menos delicadas junto da Espanha nacionalista, no caso de ser indigitado para o cargo de “agente especial.”

⁵² Da mesma forma que não desejava transformar os Sindicatos Nacionais, o INTP ou a Legião Portuguesa no embrião de um outro movimento Nacional Sindicalista, mesmo que integrado no Estado Novo e por este transitória ou definitivamente reconhecido.

⁵³ *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 2 (3.ª coluna).

⁵⁴ No decurso da conferência, e ainda a propósito dos elogios feitos a Oliveira Salazar, Pedro Theotónio Pereira afirmou: “Não deixámos contudo de trazer na nossa mentalidade um velho hábito de oposição e de reserva, agravado em extremo pelas ilusões liberais e pelo espírito partidário. *Dai este hipercriticismo que ainda hoje nos transfigura. Colocados na controvérsia, atirados para a tribuna da oposição sentimo-nos capazes de renovar os trabalhos de Hércules. E por absurdo encontramos às vezes a criticar levianamente aquilo que é já obra da nossa fé e do nosso esforço e que todavia no momento seguinte, perante agravos alheios, defenderíamos à custa do próprio sangue.*” *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 2 (1.ª coluna, itálico nosso).

“Guinada de leme”

vinham de fora, como àqueles eventualmente originados pelas suas mais íntimas cogitações.⁵⁵ Dai que em Coimbra tenha optado, muito de acordo com o espírito do tempo, por passar à ofensiva apontando as suas baterias contra a ameaça comunista, recordando portanto que já não era a “velha democracia liberal e parlamentar” que exercia “qualquer fascinação sobre as ideias da mocidade que estuda.” Reconhecendo publicamente que o Comunismo medrava nas Universidades e nalguns sectores das classes médias, lançou-se na análise de um amplo fenómeno que classificava como a “infiltração do vago lirismo da foice e do martelo”, uma consequência do facto do político ter cedido o “lugar ao económico e ao social.”

Assim se explica que se tente por todos os meios explorar com as injustiças e as misérias sociais, carregando a negro todos os aspectos, a fim que os corações jovens se impressionem e resvalam insensivelmente para a cilada que se lhes prepara. [...]

Mas a despeito das suas falas poéticas com trémulos de indignação sagrada, a gente pensa sempre naquela velha história do chapelinho [sic.] vermelho em que o lobo, apesar da touca de rendas não conseguiu esconder nem os dentes carniceiros nem os olhos maus, luzindo de ódio e de cobiça.⁵⁶

Mas o mais interessante nesta espécie de análise que Pedro Theotónio Pereira fazia sobre o avanço do Comunismo na Europa e, também, em Portugal, estava no facto de ter percebido claramente que ele existia e crescia independentemente daquilo que se pudesse fazer no domínio da melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas. Por isso acentuava:

[...] não esperemos [...] que os melhores resultados duma boa política social sejam suficientes para defender a sociedade dos contágios perigosos. Fazendo-se justiça aos humildes, consolidam-se é certo os alicerces daquela e aumentam-se as suas condições de resistência. Mas é preciso simultaneamente pôr toda a força moral que de aí resulta de guarda ao povoado, não vão os lobos redobrar no ataque...⁵⁷

Dai que apresentando o seu exemplo, Pedro Theotónio Pereira recordasse que fora no domínio das grandes reformas económicas e sociais ainda a decorrerem – mobilizadoras de muitos dos espíritos mais novos –, que construira o seu percurso político. Fizera-o dentro do regime, servindo Salazar, e, através deste, servindo o País, sempre alicerçado num “grande ideal” que tornara “possível o milagre do nosso ressurgimento.”⁵⁸ Esse “ideal” era constituído por

⁵⁵ As primeiras notícias sobre a nomeação de Pedro Theotónio Pereira enfermavam, pelo menos, de uma grande contradição. Por um lado, era motivo de grande satisfação a sua partida para Espanha. Por outro, o Governo ficava órfão de uma das suas mais proeminentes e competentes figuras. “O prestígio justíssimo de que goza entre as classes patronais e trabalhadores resulta da notável obra por ele levada a efeito, sob o ponto de vista social e económico, no que se refere à organização corporativa das actividades nacionais.” *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro de 1937, p. 1.

⁵⁶ *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 2 (4.ª coluna).

⁵⁷ *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 2 (5.ª coluna).

⁵⁸ “[Mocidade:] [...] aprende a ser firme nas convicções, ousada nas iniciativas, corajosa nas responsabilidades, disciplinada na acção; tempera os teus nervos e a tua sensibilidade submetendo-te alegremente ao clima rude da ordem nova que pedirá esforço constante, desinteresse, sacrifícios sem limite; que é muito bela a missão que te

“Guinada de leme”

um conjunto de princípios que assimilara durante a sua passagem pelo Integralismo Lusitano e, especialmente, no seu convívio com António Sardinha. Mas o “ideal” era ainda fruto da sua experiência de vida pessoal e profissional, além do produto de uma já longa aprendizagem política à frente da Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, da sua presidência da Associação Académica da capital, da sua passagem por organizações católicas, pelo Instituto António Sardinha, pela *Monarquia*, pela *Época* e pela *Ideia Nacional*, o seu papel na Liga de Acção Integralista, as lutas e as cumplicidades que mantivera com várias sensibilidades do campo monárquico português e, finalmente, a descoberta e a convivência política com Oliveira Salazar.

De qualquer modo, e como notaram já vários historiadores, no momento em que pronunciou a sua conferência em Coimbra, o curso político que em finais de 1935 impusera ao regime uma radicalização, entrara em refluxo. Por exemplo, ao analisar-se a história da Legião Portuguesa a partir do momento da sua criação, mas sobretudo depois de 1937, percebe-se por exemplo que a existir uma milícia do regime, o Governo deveria ter sobre ela um domínio absoluto.⁵⁹ Daí que a partir dos Ministérios do Interior e da Guerra, mas também da própria presidência do Conselho,⁶⁰ se manobrasse no sentido de a expurgar de todo e qualquer radicalismo e espontaneidade.⁶¹ Precisamente nos derradeiros meses de 1937, “e ao longo de 1938,” procedeu-se a “uma verdadeira reorganização da Legião Portuguesa que, apesar de não ter abandonado em definitivo a saudação fascista,⁶² viu serem afastados muitos dos seus efectivos [mais radicais], remodelados os seus quadros dirigentes a nível distrital e local” e, finalmente, publicados um par de documentos que, tendo sido essenciais para a sua “organização”, limitaram qualquer deriva maximalista presente no momento da sua aparição “espontânea”. De qualquer modo, o aspecto mais significativo das mudanças que começaram a ter lugar um ano logo após o nascimento da Legião Portuguesa, passou “pelo afastamento de

espera, ó mocidade, e é para ti que vai toda a nossa esperança.” *Diário da Manhã*, 28 de Fevereiro de 1937, p. 2 (6.ª coluna).

⁵⁹ “[...] Salazar tem dúvidas sobre a legião cívica, e está mesmo renitente na sua criação; mas convence-o o empenho de Santos Costa.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 32. Por outro lado, e para perceber o divórcio muitas vezes existente entre Salazar e a extrema direita do regime, nomeadamente em 1936, comparem-se os acontecimentos de 28 de Agosto desse ano, com as cerimónias de homenagem ao soldado desconhecido – para “revigorar e prestigiar o sentimento nacional” – celebradas no Mosteiro da Batalha a 14 de Agosto e promovidas por Salazar. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 20-21.

⁶⁰ Mas não esquecendo que Salazar, através da criação da Legião Portuguesa, teria ganho “finalmente a margem de manobra necessária para efectuar as grandes reformas da instituição militar que tiveram lugar no ano de 1937.” Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 62-63.

⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 103-123.

⁶² Ainda antes da existência da Legião Portuguesa, já os “sindicatos nacionais de todo o País e as organizações patrióticas e nacionalistas do Estado Novo” tinham resolvido “nas muitas sessões preparatórias” do Comício de 28 de Agosto no Campo Pequeno, “adoptar, definitivamente, em Portugal, aquela saudação.” *O Século*, 27 de Agosto de 1936, p. 2 (2.ª coluna).

“Guinada de leme”

várias centenas legionários dos diversos distritos, uma verdadeira «purga» que se iniciou ainda em 1937.”⁶³ Neste contexto, e embora não seja possível, por falta de documentação que claramente o explicita, determinar em concreto o papel desempenhado por Pedro Theotónio Pereira no nascimento da Legião Portuguesa, a verdade é que dificilmente não terá tido conhecimento daquilo que se estava a preparar e, portanto, uma participação pelo menos indirecta na preparação dos acontecimentos que tiveram lugar no dia 28 de Agosto de 1936 e cuja finalidade era reclamar a criação de uma milícia para a defesa do Estado Novo.⁶⁴ A forte possibilidade do ministro do Comércio e Indústria ter tido conhecimento daquilo que se preparava e se iria passar, com uma intervenção maior ou menor nos acontecimentos anteriores a 28 de Agosto e naqueles que sucederam neste mesmo dia, deve-se naturalmente à circunstância do nascimento, “de facto”, da Legião Portuguesa, ter acontecido na sequência de “uma manifestação nacionalista convocada pelos sindicatos nacionais.” Os organizadores fizeram concentrar no Terreiro do Paço, em Lisboa, milhares de cidadãos que depois seguiram em “cortejo” para a “Praça de Touros do Campo Pequeno.”⁶⁵ Aqui teve lugar um “comício que marcou o nascimento informal, mas real, daquela organização milicial.” Embora o apelo à criação da Legião tenha sido feito por Jorge Botelho Moniz, a verdade é que entre a multidão se encontrava muita gente pertencente aos organismos corporativos, a começar pelos já citados Sindicatos Nacionais, ao mesmo tempo que na tribuna fizeram alguns discursos homens como Fernando Homem Cristo, do INTP,⁶⁶ tendo uma outra figura ligada ao aparelho corporativo,

⁶³ *Ibidem*, pp. 115-116. A contabilidade dos efectivos expurgados entre Janeiro e Setembro de 1938 encontra-se em *ibidem*, pp. 116-117 (nota 41). O grosso dos legionários afastados dividia-se entre “ex.-nacionais-sindicalistas, monárquicos e também comunistas”, que teriam tentado infiltrar-se na Legião. *Ibidem*, pp. 117-120. Note-se que a radicalização política do regime em 1936 coincide, também, com a assunção por Salazar, no mês de Maio, da pasta da Guerra, sendo que o regresso à moderação, a partir de meados de 1937, é uma consequência da criação de condições para o apaziguamento da instituição militar. Acontecimentos como o atentado de que Oliveira Salazar foi vítima apenas serviram para dramatizar a conjuntura, mas não para a sua radicalização, independentemente da vaga repressiva a que deu azo. Telmo Faria, *op. cit.*, pp. 149 e ss..

⁶⁴ A passagem já citada de uma carta enviada por Theotónio Pereira a Oliveira Salazar no dia 5 de Setembro de 1936, e na qual ostensivamente destaca as virtudes da Legião Portuguesa recém nascida, são um sintoma claro de que se tratava se não de um mentor, pelo menos de um dos seus maiores entusiastas. CLNSRF, *op. cit.*, p. 57 (documento 28). Convém recordar que Theotónio Pereira era o legionário n.º 1 da respectiva Brigada Naval, tendo chegado a participar em algumas cerimónias públicas organizadas pela Legião nas décadas de 1930 e 1940, e a colaborar com alguns textos da sua lavra, num ou noutro número de publicações da Legião.

⁶⁵ “O cortejo mete pela Rua Augusta” e aí, frente ao Hotel Duas Nações, “alguns espanhóis, da janela, agitam lenços brancos.” Da rua, “partem «vivas» à Espanha nacionalista, a Portugal, a Carmona, ao Estado Novo, a Teotónio Pereira, ao Corporativismo e «morrás» ao Comunismo dissolvente, aos traidores à Pátria, aos sequazes de Moscovo.” *Diário da Manhã*, 29 de Agosto de 1936, p. 1 (3.ª coluna).

⁶⁶ César Oliveira, *op. cit.*, pp. 221-222. A Legião foi formalmente criada por decreto-lei n.º 27 058, promulgado a 30 de Setembro de 1936. Sobre as circunstâncias políticas e jurídicas de elaboração do decreto-lei, sublinhando-se, nomeadamente, os evidentes entraves na legislação à espontaneidade das movimentações que tinham conduzido ao pedido de criação duma milícia do regime, Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 71-72. Fernando Homem Cristo tinha sido o organizador da “primeira grande jornada corporativa, levada a cabo a propósito da assinatura do contrato colectivo de trabalho” abrangendo “os trabalhadores de armazéns de vinhos e tanoeiros de Vila Nova de

“Guinada de leme”

António Júlio Castro Fernandes,⁶⁷ além de vários sindicalistas, assumido nos acontecimentos uma posição de destaque. Também nos dias que precederam o comício no Campo Pequeno, foi publicitado no *Diário da Manhã* um “comunicado de uma Frente Nacional Anticomunista” que anunciava aquele acontecimento e os seus objectivos, “exortando à participação de todos e confirmando os discursos” vários, sendo o mais aguardado o de Jorge Botelho Moniz, figura que se tornara particularmente conhecida e estimada entre os sectores radicais do regime pela forma como na estação radiofónica de que era proprietário, manifestava o seu apoio aos revoltosos espanhóis através duma aparatosa e violenta verve nacionalista e anticomunista.⁶⁸ Ainda antes da realização da manifestação no Terreiro do Paço e do comício no Campo Pequeno, tinham-se levado a cabo “uma série de ‘sessões preparatórias’, de cariz ‘anticomunista’, organizadas por diversos sindicatos nacionais [...]” Trataram-se de sessões da responsabilidade, por exemplo, do Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa (a 20 e 21 de Agosto), do Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira (a 22 de Agosto), do “comício anticomunista realizado em Setúbal a 25 de Agosto e da sessão de propaganda no Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria da Panificação, a 26 do mesmo mês.”⁶⁹ Mas será já num ambiente político de regresso a uma certa moderação política ditada pelo bom senso e, sobretudo, pelo factos – e que no domínio da política externa se manifestou, por exemplo, numa reaproximação ao Reino Unido e num afastamento em relação às posições até aí mantidas de grande identificação com a estratégia dos nacionalistas espanhóis na Guerra Civil –, que se deve compreender a saída de Theotónio Pereira do Governo e subsequente partida para Espanha,⁷⁰ sendo certo que até finais de 1937 o então ministro do Comércio e Indústria tinha sido dentro e fora do Governo um dos apoiantes claro de uma ajuda inequívoca e imediata aos insurrectos.⁷¹

Gaia”, no mês de Abril de 1936. Fernando Homem Christo, *A Cabeceira do Ocidente: A Reacção Integral*, s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, 1984, p. 5.

⁶⁷ Nascido em 1903, licenciado no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, “era um dos homens fortes do corporativismo.” Antigo membro da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e fundador do movimento nacional-sindicalista. Além de ter pertencido ao INTP entre 1933 e 1935 – um dos primeiros camisas azuis a participar no “processo de criação dos Sindicatos Nacionais – e ocupado a vice-presidência da FNAT, em 1936 era presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e vogal do Conselho Técnico Corporativo. Em 1944, seria nomeado subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e, em 1948, ministro da Economia. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1992, pp. 66, 172, 236 e 247 e Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 50n.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 49-51. *Diário da Manhã*, 22 de Agosto de 1936, pp. 1 e 8.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 50. Nos acontecimentos de natureza idêntica aos do Campo Pequeno, que tiveram lugar no Porto a 18 de Setembro, no Palácio de Cristal, os membros e dirigentes de diversos Sindicatos Nacionais voltaram a desempenhar um importante papel. *Ibidem*, p. 51.

⁷⁰ Por exemplo, pelo teor de uma carta enviada a Salazar por Theotónio Pereira no 4.º aniversário da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, depreende-se a existência, mais uma vez, de um certo distanciamento político entre os dois homens. “Carta de 23 de Setembro de 1937” in CLNSRF, *op. cit.*, pp. 82-83 (documento 43).

⁷¹ O próprio Pedro Theotónio Pereira deu nas suas *Memórias* testemunho desta sua atitude e do forte impacto político e emocional que teve o início da guerra em Espanha. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 272-287.

“[...] aspirações do Portugal-Maior [...]”⁷²

Embora nunca o tenha dito ostensivamente, parece óbvio que Pedro Theotónio Pereira aceitou com alívio a sua nomeação para o cargo de agente especial do Governo português junto de Franco. Fosse porque sentia novamente que o esforço de corporativização do regime enfrentava resistências que Salazar não combatia de forma clara e com suficiente perseverança, fosse porque concluiu que deveria dar início a uma nova fase na sua vida pública. Desde o início do *alzamiento* nacionalista, Pedro Theotónio Pereira tinha acompanhado de muito perto a situação espanhola. Sendo alguém que ainda muito novo visitara e conhecera Espanha, que tinha acompanhado com muito entusiasmo a Ditadura de Primo de Rivera – descrita nas suas *Memórias* como um período de desenvolvimento económico e de acalmia social e política exemplar⁷³ –, recebeu aparentemente com alguma surpresa, mas sobretudo com muita emoção, tantos os acontecimentos que levaram à instauração da segunda República como, depois, a crescente instabilidade decorrente da vitória das esquerdas nas eleições de Fevereiro de 1936 e à qual o pronunciamento militar de Julho deveria pôr cobro. Temendo, após o evidente fracasso inicial dos golpistas, uma derrota dos revoltosos nos primeiros dias e, mais tarde, a solução do conflito através da negociação, certo é que também para Pedro Theotónio Pereira foram de enorme angústia as semanas iniciais do conflito. Procurava manter-se a par dos acontecimentos utilizando todo o tipo de canais formais ou informais que tinha à sua disposição. Ouvia emissões radiofónicas portuguesas e espanholas e lia sofregamente a imprensa em busca tanto de factos como de narrativas que transmitissem toda a realidade e emoção do terçar de armas. Nesse sentido, e independentemente do lado que se desejava que viesse a sair vencedor, Pedro Theotónio Pereira comportava-se como um qualquer cidadão português que podia e desejava ter acesso à informação veiculada sobre o desenvolvimento dos acontecimentos.⁷⁴

⁷² António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes & Possibilidades. Prefácio do Ex.mo Senhor D. Gabriel Maura Gamazo, conde la Mortera*, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1924, p. 229.

⁷³ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 269-271. Como político e como homem, Primo de Rivera tinha algumas características que certamente Pedro Theotónio Pereira conhecia e que, embora involuntariamente, reproduziu na sua vida pública. Primo de Rivera era um “homem afável” e “excêntrico”, renunciando sistematicamente a qualquer “auréola de distante dignidade.” Também Primo de Rivera se preocupou com o “bem estar material das classes trabalhadoras”, valendo a pena recordar que em 1926 foram criados em Espanha “comitês paritários, com igual representação de trabalhadores e empresários e um presidente nomeado pelo governo.” R. A. C. Parker, *El Siglo XX. I Europa, 1918-1945*, 11ªed., Madrid, Siglo XXI Ed., s.d. (1986), p. 221.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, pp. 271-278. Segundo Theotónio Pereira, “tão forte era o abalo” provocado pelas primeiras semanas da guerra em Espanha que até “a própria produtividade das empresas se ressentia visivelmente.” *Ibidem*, p. 277.

“Guinada de leme”

Independentemente daquelas noites que tanto em Julho como ainda Agosto, e tal como Salazar, dormiu pouco ou não dormiu de todo por causa do que se ia passando em Espanha,⁷⁵ Theotónio Pereira não deixaria de agir, procurando dar o seu contributo como homem e como governante para a vitória dos revoltosos.⁷⁶ Logo a 24 de Julho, “véspera do Dia de Sant’Iago”, Pedro Theotónio Pereira foi contactado em Lisboa por representantes dos revoltosos que lhe manifestaram ter “uma necessidade desesperada de medicamentos.”⁷⁷ O então ministro do Comércio e Indústria pôs-se imediatamente “em campo” recorrendo, em primeiro lugar, a “entidades não oficiais”, tendo a felicidade de apenas encontrar “facilidades.” No próprio dia saiu a primeira remessa de medicamentos para Burgos, composta essencialmente por “soro antitetânico”. A partir deste momento, e depois de apresentado o tenente-general Ponte, que o procurara, à Cruz Vermelha e “às autoridades competentes”, estava-se, ainda que informalmente, em condições de “dar uma ajuda substancial na questão.”⁷⁸ Mas não ficou por aqui a colaboração não institucional dada por Pedro Theotónio Pereira aos revoltosos. No dia seguinte ao pedido feito por aquele militar espanhol, o ministro do Comércio recebeu em sua casa, muito cedo, “um telefonema do comandante do Centro de Aviação Naval, que estava então instalado na doca do Bom Sucesso.” Fez-se imediatamente deslocar para aquele local, onde foi recebido pelo dito comandante, José Cabral, uma personagem que se notabilizava por ser “um oficial de grande distinção” e, sobretudo, amigo pessoal de Pedro Theotónio Pereira. Resumidamente, sucedera que no Tejo, oriundos do norte de Espanha⁷⁹ e rumo ao sul,⁸⁰ tinham estacionado três hidroaviões.⁸¹ Desta vez, o problema logístico enfrentado pelos militares nacionalistas que pilotavam as aeronaves, dizia respeito à falta de combustível nos tanques e ao pequeno almoço por tomar.⁸² Embora não tenha dependido de Pedro Theotónio Pereira a ordem

⁷⁵ *Ibidem*, p. 278.

⁷⁶ No dia 21 de Julho, por exemplo, “só nos chegavam notícias de terrível infelicidade para as forças militares da Espanha.” *Ibidem*, p. 283. Ainda nas suas *Memórias*, Theotónio Pereira evoca sistematicamente as situações de eliminação física, por parte dos partidários do Governo de Madrid, de oficiais das Forças Armadas, especialmente da Marinha de Guerra, e ainda os atentados contra a integridade física de religiosos, além do assalto e do saque de edifícios pertencentes ou identificados com a Igreja Católica.

⁷⁷ Tratava-se de um “recado do tenente-general Ponte” que viera “incógnito no avião inglês que trouxera Franco para Marrocos e era portador duma carta de apresentação para mim, que lhe fora dada no campo de batalha ao norte de Madrid por um velho amigo meu que me sabia na pasta do Comércio.” *Ibidem*, p. 284.

⁷⁸ Theotónio Pereira não diz e nós não sabemos quem seriam as “autoridades competentes.” Mas presume-se que se tratassem de amigos dos nacionalistas em Portugal e mais ou menos ligados às autoridades portuguesas. *Ibidem*.

⁷⁹ Tinham descolado da base naval de Marín, localizada na margem esquerda da Ria de Pontevedra.

⁸⁰ Cádiz.

⁸¹ No dia 27 de Julho, o encarregado de negócios de Portugal em Madrid, Riba Tâmega, informou Lisboa de que as autoridades espanholas pediam que “«os três hidros com revoltosos espanhóis surtos no Tejo sejam desarmados e os tripulantes internados.»” Citado em César Oliveira, *op. cit.*, p. 192.

⁸² Um dos oficiais espanhóis da tripulação dos hidroaviões, o mais jovem, era portador de uma mensagem escrita pelo punho de seu irmão, comandante da base de Marín, que conhecera Theotónio Pereira uns anos antes numas férias em San Sebastián. Pedia-lhe, naturalmente, que ajudasse o irmão porque “esto se complica”. Todo o episódio

“Guinada de leme”

para reabastecer as aeronaves, a entrega que lhe foi feita de mais uma mensagem pessoal por parte de um outro militar espanhol, tornava evidente que o ministro do Comércio e Indústria se tratava de uma personagem pública que tinha contactos pessoais e político-militares em Espanha e que nos primeiros dias da guerra, como muitos outros portugueses ligados ao Governo e às várias instituições do regime, formal ou informalmente tratou de apoiar o esforço de guerra dos nacionalistas. Independentemente do conhecimento formal que Salazar e outras figuras ou autoridades do regime tinham desta realidade, era evidente que o início da guerra em Espanha criara no seio da sociedade portuguesa e, também, do próprio regime, visões e procedimentos diversos sobre a forma como o País deveria reagir às consequências políticas e militares do *alzamiento* de 17 de Julho de 1936.⁸³

Neste quadro de instabilidade decorrente dos problemas oriundos do exterior, o Governo e o regime viram multiplicar-se dificuldades internas. O deflagrar da guerra em Espanha nada fez para que pudesse ser apaziguada a turbulência que historicamente caracterizava a sociedade portuguesa. E isso pode ser dito não apenas naquilo que contribuiu para o recrudescimento da actividade oposicionista ao regime, à sua esquerda,⁸⁴ mas também para um acentuar das divisões no seio do próprio regime. Aquando do deflagrar do conflito espanhol, e apesar do Governo ter decidido apoiar os militares pronunciados – o que estava de acordo com a opinião que podia ser expressa tanto dentro como, eventualmente, fora do regime –, a verdade é que, junto dos sectores nacionalistas mais radicais e voluntariosos, a atitude delineada por Salazar e executada por Armindo Monteiro pecava por ser pouco ousada. Isto é, não bastava apenas o apoio político, o apoio logístico e o apoio moral aos nacionalistas.⁸⁵ Os sectores a que aqui se

se encontra descrito em *ibidem*, pp. 285-286. Na verdade, não deverá tratar-se de San Sebastián, uma vez que, mais à frente nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira afirma que só conheceu aquela cidade quando, em 1938 na qualidade de Embaixador, ali passou oficialmente a residir.

⁸³ Numa entrevista dada à imprensa, Nuno Theotónio Pereira, sobrinho de Pedro Theotónio Pereira, recorda que no liceu que frequentava, o Pedro Nunes, ajudou a organizar “uma missão de apoio a Franco”, depois de promover “campanhas para arranjar alimentos para os nacionalistas espanhóis. «Íamos às empresas buscar sacos de arroz e de açúcar, que foram levados até Sevilha numa grande coluna de camiões. Éramos cerca de cem e ficámos muito bem instalados nos palácios dos aristocratas.» Ana Soromenho, “Um homem na cidade” in *Actual* (suplemento do semanário *Expresso*), n.º 1 651, 19 de Junho de 2004, p. 18. Sobre a ajuda informal aos nacionalistas, César Oliveira, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas: Política e Economia*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 51.

⁸⁴ Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 244-261. Se Luís Farinha desvaloriza o significado da actividade oposicionista depois de Julho de 1936, analisando-a à luz dos resultados que pôde produzir, na época, então em Madrid, Álvaro Cunhal chegou a pensar que a revolta dos marinheiros da Organização Revolucionária Armada [ORA] tinha acabado vitoriosa. Enviou uma carta à Internacional Comunista Juvenil onde descrevia o que sucedia “muito mais na base do que sabia da ORA e das intenções dos marinheiros do que daquilo que realmente se estava a passar.” Era natural. A ORA, apesar de derrotada, era em 1936 uma organização “consciente da sua força.” José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, volume I, “Daniel”, *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, 1.ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 213-220.

⁸⁵ Sobre os primeiros passos políticos e diplomáticos dados pelo presidente do Conselho e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros na sequência dos acontecimentos de 17 e 18 de Julho de 1936, César Oliveira, *Salazar e a*

“Guinada de leme”

faz referência reclamavam, desde logo nos meios de comunicação, que o Governo intervisse militarmente no conflito e, conseqüentemente, daí retirasse ganhos políticos, diplomáticos e até territoriais.⁸⁶ O brigadeiro Vasco de Carvalho, por exemplo, numa conferência transmitida pela rádio e que depois *A Voz* reproduziria, não questionava o apoio português aos rebeldes, mas considerava que a transformação de um pronunciamento militar falhado em guerra civil – a que se acrescentaram incidentes que logo nas primeiras semanas do conflito tinham tido lugar próximo e por vezes no interior do território português, especialmente nas imediações de Badajoz –, deveria ter sido aproveitado pelas autoridades portuguesas para, logo “nas primeiras horas do levantamento”, enviarem uma Divisão para as imediações da fronteira portuguesa no Caia. O “procedimento” teria um motivo justo, uma vez que as tropas de Madrid teriam violado “a fronteira e por terra nossa em algarada mourisca, com total desprezo da soberania portuguesa”, haviam “corrido a matar e a pilhar sem que jamais fossem dadas as precisas explicações [...]”. A intervenção portuguesa, além de garantir a integridade do território nacional e a segurança das suas populações, facilitaria a “ligação” automática dos “exércitos nacionalistas do Norte e do Sul”, ficando este último livre do longo e penoso esforço despendido nas duras operações de Badajoz e Mérida, permitindo-lhe assim avançar logo sobre Ciudad Real e atingir o centro da Mancha.⁸⁷

Que o exército português não tivesse qualquer capacidade operacional para executar uma manobra desta envergadura ou que política e diplomaticamente o exercício fosse, no

Guerra Civil de Espanha, 1.ª ed., s.l., O Jomal, 1987, pp. 140-155. Centrando-se no problema conturbado da “não intervenção”, Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 156-165 e Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., pp. 40-157. Ver ainda António José Telo, *op. cit.*, pp. 278-279. Sobre as relações político-diplomáticas entre Portugal e Espanha de Fevereiro a Julho de 1936 – período de vigência do Governo da Frente Popular –, César Oliveira, *op. cit.*, pp. 106-126. Para uma breve contextualização das atitudes dos governos português, soviético, francês e britânico no início da Guerra Civil em Espanha, Fernando Martins, “Uma Revolução Tranquila? A Política Externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico” in *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Fernando Martins (ed.), 1.ª ed., Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001, pp. 145-154.

⁸⁶ Sobre as várias sensibilidades da opinião pública portuguesa e o “primeiro esboço de uma política de informação” durante a Guerra Civil de Espanha e os meses que antecederam o início da Segunda Guerra Mundial na Europa, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de Barros, “O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, Dissertação de Mestrado, UNL, FCSH, Lisboa, 1993, pp. 43-69.

⁸⁷ Esta proposta de Vasco de Carvalho, mereceria, mais tarde, o seguinte comentário da parte do Marquês de Quintanar: “El comandante Vasco de Carvalho, sin embargo, en su conferencia repetidamente aludida, explicó cómo Portugal hubiera podido hacer más, todavía, por España: el envío a la frontera de Badajoz de una División, que hubiera permitido a las tropas de Franco subir por Despeñaperros hacia la Mancha, acortando camino de Toledo y Madrid, ¿No hubiesen existido para esta colaboración activa y castrense – vino a preguntarse –, tantas o más fuertes razones que en Navas de Tolosa y en Salado?... Y si esto es cierto, no lo es menos, el hecho de que el dualismo renovado en 1640, nos proporcionó en los caminos de la guerra, un flanco izquierdo exento de peligros y más tarde una retaguardia segura. ¿Qué, en la hipótesis unitaria y republicana, no hubiera significado la adversidad – tal vez invencible –, el hecho de unas grandes ciudades profundamente izquierdistas como Lisboa y Porto [sic] y de un proletariado agrícola fanáticamente bolchevizado en el Algarbe, el Alentejo y la Extremadura?...” Marques de Quintanar, “Prologo de la Segunda Edición” in Antonio Sardinha, *La Alianza Peninsular*, 2.ª ed., Segovia, Imp. De «El Adelantado», 1939, pp. XLIV-XLV.

“Guinada de leme”

mínimo, leviano ou irresponsável, era indiferente para o conferencista. Porém, aquilo que importa verdadeiramente sublinhar é que este tipo de ideias que puderam ser livremente transmitidas aos microfones de uma estação radiofónica – que hora a hora, na sua cobertura dos acontecimentos em Espanha, inflamava as paixões patrióticas e o sentimento nacionalista dos portugueses da forma mais ostensiva –, e depois reproduzidas num jornal diário de importante tiragem como *A Voz*, colocavam o Governo e, em particular, Salazar e Armindo Monteiro, numa posição politicamente delicada e relativamente frágil. Mas outros exemplos desta deriva nacionalista provocada pela guerra em Espanha, mas que nem o Governo nem o Exército estavam na disposição de acompanhar – mas totalmente disponíveis para contrariar –, encontram-se na atitude assumida por integralistas da já extinta Junta Central.⁸⁸ Durante a Guerra Civil espanhola, José Pequito Rebelo preconizava que “a grandeza e a beleza do perigo obrigavam às grandes decisões”,⁸⁹ sendo que, invocando António Sardinha, defendeu que uma acção rápida e destemida, após o evidente fracasso do pronunciamento militar nacionalista, teria permitido não apenas “resgatar Olivença” mas, também, “resgatar as fronteiras de Marrocos.” Pequito Rebelo retomava na sua leitura da oportunidade criada pela Guerra Civil em Espanha, o argumento essencial de uma obra extremamente polémica publicada por António Sardinha em 1924 e evocada por nacionalistas portugueses mais exaltados, tanto durante a Guerra Civil de Espanha como durante a primeira metade da Segunda Guerra Mundial. No sentir e no pensar destes sectores, a conjuntura ibérica pós-1936 teria permitido satisfazer as “aspirações do Portugal-Maior”, reivindicando os “direitos” que lhe pertenciam “no sultanato marroquino.”⁹⁰ Para António Sardinha na década de 1920, como para Pequito Rebelo, dez ou vinte anos mais tarde, a partilha de Marrocos era um objectivo essencial da política externa portuguesa, sendo que devia ser feito em acordo com Espanha. Nesta partilha, a Portugal caberia a região atlântica e à

⁸⁸ Convém recordar, neste contexto, que a publicação do decreto-lei n.º 27 529, de 20 de Fevereiro de 1937, causou enorme mal estar entre os mais fervorosos portugueses apoiantes do campo nacionalista espanhol. Aquela peça legislativa proibia expressamente “a todo o cidadão português o alistamento em qualquer das forças armadas espanholas em luta, o recrutamento para as mesmas e bem assim a propaganda por qualquer meio destinada directamente promover um e outro.” Todos os que posteriormente à publicação deste decreto-lei abandonassem o território português para participar nas hostilidades em Espanha, seriam punidos com a perda da qualidade de cidadãos portugueses e com a pena prevista no art. 156.º do Código Penal, tendo sorte idêntica os que promovessem ou efectuassem o recrutamento e alistamento. “Mais tarde, sob a influência das novas necessidades, foram condecorados publicamente aqueles cidadãos portugueses que melhor se bateram em Espanha.” Era nestes termos que um antigo membro da Junta Central do Integralismo Lusitano comentava, anos depois, o significado político duma peça legislativa que teria contribuído para piorar a defesa dos interesses portugueses em Espanha durante a Guerra Civil e para inviabilizar o aprofundamento das relações entre Portugal e Espanha após o fim daquele conflito. Luís de Almeida Braga, *op. cit.*, p. 130 (nota 61).

⁸⁹ José Pequito Rebelo, *A Ideia de Portugal Forte*, Lisboa, 1940, s.p., citado em *idem, ibidem*, p. 82.

⁹⁰ António Sardinha, *op. cit.*, p. 229, citado em Luís de Almeida Braga, *op. cit.*, p. 82. Aquela obra de Sardinha continha uma dedicatória aos chamados “soldados de Alhucemas.” “À Memória daqueles soldados espanhóis que, regando com seu sangue anónimo as penhas de Marrocos, souberam dar a vida num século sem esperança a toda a grandeza histórica da Península.”

“Guinada de leme”

Espanha a região levantina de Marrocos, sendo que apenas assim se poderia então falar de “paz e de boa vizinhança” entre os dois Estados peninsulares.⁹¹ Seguindo esta linha do pensamento nacionalista, Luís de Almeida Braga concluiu que os “voluntários portugueses” que tinham combatido e recebido “o beijo da Morte” em Espanha – nos seus “ásperos campos de batalha” –, ao lado das tropas comandadas por Franco, teriam sido traídos. A traição fora uma consequência do facto de não se ter dado nem o “regresso a Tânger”,⁹² nem a “restituição das doces terras oliventinas”, tudo, claro está, por tibieza e incompetência das autoridades portuguesas, manifestada desde o início da Guerra Civil Espanhola, mas que se acentuara ao longo da Segunda Guerra Mundial com o prosseguimento de uma política externa seguidista em relação ao Reino Unido.⁹³ Simpatizantes ou não do Nacional Socialismo, aquilo que propunham era uma orientação de política externa que aproximasse Portugal do Eixo, uma vez que apenas dessa forma se poderia presumir que tal projecto seria posto em prática.

No fundo, e na opinião destes sectores, não apenas Portugal conduzira durante a Guerra Civil espanhola uma política contrária aos seus interesses, como seguira uma estratégia que, neste domínio, nada tinha que ver com os princípios nacionalistas de que o Estado português se proclamava seguidor. Pelo contrário, continuaria na linha de uma política externa idêntica em todos os seus aspectos essenciais, àquela que caracterizara a República implantada em 1910. Oliveira Salazar era demasiado cauteloso, conservador mesmo, e tanto ele, como o regime e o Estado que representava, e alguns dos seus seguidores – nomeadamente Pedro Theotónio Pereira⁹⁴ –, tinham acabado por celebrar com o Governo espanhol, em Março de 1939, um tratado através do qual Portugal “renunciou finalmente aos seus direitos sobre a heróica praça alentejana.”⁹⁵

É neste contexto de complexas e contraditórias condicionantes políticas internas que deve ser analisado o processo de definição da atitude de Salazar em relação à guerra em Espanha e aos inúmeros problemas que criava ou avivava em Portugal. Um processo que teve início no preciso momento em que se previu não tanto a possibilidade do deflagrar de uma

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 86.

⁹² Sobre Tânger escrevia Luís de Almeida Braga: “Vai outra vez repartir-se o Mundo. Já se arrumam as cadeiras para como em Vestefália ordenar a paz. Quem deixará que Portugal fique alheio ao debate? Quando o processo de Tânger entrar em tabela, tem de ser recordado aí o nosso direito. Descuido grande foi já na outra guerra não ter posto em Tânger o objectivo principal da nossa cooperação militar.” *Ibidem*, pp. 85-86.

⁹³ Um pouco mais à frente, numa crítica à Espanha de Franco, Luís de Almeida Braga acrescentava: “Não pode reter Olivença quem reclama Gibraltar.” *Ibidem*, pp. 82-83.

⁹⁴ Sintomaticamente, Luís de Almeida Braga recordava que Pedro Theotónio Pereira teria proclamado, na sequência das “efusivas aclamações dos tratados de comércio e de amizade” com Espanha, que “«Portugal teve em António Sardenha o seu profeta dos tempos novos.” *Ibidem*, p. 86.

⁹⁵ Numa referência ao “Tratado de Amizade e Não-Agressão”, conhecido como “Pacto Ibérico”, e celebrado a 13 de Março de 1939. *Ibidem*, pp. 83-84.

“Guinada de leme”

guerra civil ou de uma revolução de enormes consequências em Espanha mas, sobretudo, o facto de uma simples subida ao poder naquele País de um Governo de sinal totalmente contrário ao que operava em Portugal, poder gerar fortes elementos de instabilidade e de desagregação no seio do regime e do Governo conduzidos por Oliveira Salazar.⁹⁶ Convém recordar que no momento inicial do *alzamiento*, e quando formalmente o Estado português não tinha tomado qualquer posição oficial sobre os acontecimentos declarados em Espanha – o que não significa que o chefe do Governo, as instituições do Estado ou apoiantes e colaboradores do regime, espontaneamente ou recebendo algumas ordens, não estivessem a agir facilitando a vida aos insurrectos –, já grandes fatias da sociedade se tinham pronunciado sobre o conflito, e iriam continuar a fazê-lo, tanto por palavras como actos.⁹⁷ No decurso deste processo complexo e insuficientemente estudado, coube a Pedro Theotónio Pereira tomar, também junto de Oliveira Salazar, algumas iniciativas. Menos de duas semanas após o início da guerra, a 29 de Julho de 1936, o ministro do Comércio achou por bem sugerir ao chefe do Governo o envio ao “Governo de Madrid”, com posterior publicação na imprensa, de uma nota sobre a situação político-militar vivida na “zona de Badajoz”. Duplamente pressionado, tanto pelos trágicos acontecimentos que vinham tendo lugar nas imediações de Badajoz (onde acabariam por juntar-se duas colunas militares nacionalistas, uma oriunda de Burgos, a outra de Sevilha), como pelas reacções que esses acontecimentos provocavam em Portugal, nomeadamente junto dos sectores políticos afectos ao regime em que Theotónio Pereira se movimentava mais à vontade, Salazar recebeu do ministro do Comércio a sugestão de que fosse apresentada ao Governo de Madrid a oferta de uma intervenção militar portuguesa em território espanhol.⁹⁸

⁹⁶ Quando se fala em previsão tem-se presente o discurso de Oliveira Salazar pronunciado em 21 de Fevereiro de 1936, “numa das salas de S. Bento, em reunião particular de Deputados.” Oliveira Salazar, “Independência da Política Nacional” in *Discursos e Notas Políticas, II, 1935-1937*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1945, pp. 109-118, especialmente pp. 111-114.

⁹⁷ Citando várias fontes, nomeadamente o testemunho dum diplomata estrangeiro colocado em Portugal, César Oliveira afirma que seria impensável que o tão amplo e importante apoio dado em Portugal aos revoltosos espanhóis não tivesse a “direcção” de Salazar. No entanto, esta é apenas uma parte da verdade. Tanto no apoio aos revoltosos, como ao Governo de Madrid, os portugueses agiram muitas vezes espontaneamente, colocando as direcções políticas do campo em que teoricamente se encontravam perante factos consumados. Os momentos iniciais da Guerra Civil em Espanha foram, pela sua natureza, também para Portugal e para os portugueses, um daqueles momentos em que os cidadãos ou agiram ou procuraram agir de acordo com convicções que nasceram do apelo emocional e do cariz fortemente ideológico que o conflito imediatamente assumiu. Por mais centralizado, centralizador e repressivo que fosse o Estado salazarista em meados da década de 1930, não estava em condições de condicionar com eficácia de maior os acontecimentos que se desenrolavam em Portugal a propósito de Espanha.

⁹⁸ Como é óbvio, em sectores mais ou menos afectos ao regime, houve algumas movimentações de sinal contrário, como notava em despacho para Londres o representante diplomático britânico em Lisboa: “I hear from several sources that senior army officers are dissatisfied at Portuguese foreign policy and are insisting on extensive cabinet changes. Dr. Salazar would remain Prime Minister, but not Minister of Finance or of War. Several military men would receive portfolios. Decision as to Minister for Foreign Affairs is still doubtful. They complain that Portuguese Government have identified the country with the cause of the Spanish insurgents which will involve danger if the

“Guinada de leme”

Segundo a nota proposta, o Governo português, depois de mostrar preocupação pelos acontecimentos que enchiam de “luto a vida da Espanha” e fazer “votos para que a nação irmã” regressasse “em breve a uma vida de paz e harmonia entre os seus cidadãos”, passava imediatamente para a constatação de que não tendo “certamente” o Governo Madrid “conhecimento dos actos de banditismo que há alguns dias” vinham “sendo cometidos em algumas localidades da província de Badajoz e que têm transido de horror e de indignação as populações portuguesas da zona fronteiriça”; da mesma forma que não dispunha aquele mesmo Governo nas imediações daquela cidade espanhola “quaisquer forças regulares” às suas ordens – “e certamente por isso é que [...] não tem podido corrigir os desmandos que por informações fidedignas ali se estão cometendo” –, o Governo de Lisboa informava que estava “na disposição de oferecer ao Governo de Madrid e sob fiscalização do seu adido militar em Lisboa, os elementos militares necessários para restabelecer imediatamente a ordem naquela região e entregar a mesma às autoridades que o Governo espanhol para ali enviar.”⁹⁹

Embora longe das sugestões mais audazes que certos sectores da vida política portuguesa avançavam logo início do levantamento militar, nomeadamente as apresentadas pelo brigadeiro Vasco de Carvalho aos microfones do Rádio Clube Português, a proposta de Theotónio Pereira ia muito além daquilo que segundo Salazar deveria ser feito do ponto de vista político, diplomático e militar. Propondo a intervenção num local que se revelou de elevado significado estratégico na fase inicial do conflito, Theotónio Pereira dava mesmo assim voz a todos aqueles que, muito mais do que Salazar, estavam decididos a envolver Portugal num conflito de consequências imprevisíveis. Ao elaborar e apresentar o documento citado, Theotónio

latter are defeated, whilst Portuguese army is without arms; and that Great Britain and France are being alienated whilst friendship of Germany and Italy is cultivated.

The new Government would consequently be pro British and orders for war material would be placed as soon as possible.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”, telegrama n.º 163. 4 de Setembro de 1936. PRO-FO371/20511. Quatro dias mais tarde, escudando-se em informação credível transmitida pelo ministro francês em Lisboa, a Embaixada britânica enviava para Londres um outro relatório dando conta da existência em Portugal, a propósito da atitude do Governo de Salazar em relação à crise espanhola, de um conflito entre duas “correntes de opinião.” “Sir C. Wingfield to Mr. Eden”, despacho n.º 352, 10 de Setembro de 1936. PRO-FO371/20511. O mais relevante no conteúdo deste relatório, segundo a convicção do seu autor, era que embora simpatizantes com a causa dos revoltosos, os oficiais que se queixavam da política demasiadamente arrojada de Salazar em relação aos acontecimentos de Espanha, não podiam ignorar o facto do Exército português não se encontrar minimamente apetrechado para fazer face a uma ameaça séria oriunda do País vizinho. Ou seja, a política de Salazar, ditada pela ideologia, ignorava a realidade militar na retaguarda.

⁹⁹ CLNSRF, *op. cit.*, p. 47 (Documento 27a). Nesta colectânea segue-se a transcrição de dois documentos não assinados. Os dois, por na arrumação do Arquivo Oliveira Salazar se encontrarem junto aos papéis enviados ao presidente do Conselho por Pedro Theotónio Pereira, são atribuídos pelos organizadores ao ministro do Comércio. O primeiro, manuscrito, não lhe pode ser atribuído, uma vez que a caligrafia não é minimamente semelhante à de Pedro Theotónio Pereira. O segundo, dactilografado e anotado à mão, tanto pelo seu teor como pela caligrafia das notas, também não pode ser atribuído àquele colaborador de Salazar. De qualquer modo, um e outro, redigidos algumas semanas após o início do conflito, ou seja, em circunstâncias diversas daquelas em que Theotónio Pereira escreveu as suas notas, emitiam opiniões sobre a forma como o Governo devia lidar com os problemas políticos e diplomáticos suscitados pelo início da guerra em Espanha. Idem, *ibidem*, pp. 48-56 (Documentos 27b e 27c).

“Guinada de leme”

Pereira – e uma vez que nada indica que estivesse a responder a um pedido de Salazar para que se pronunciasse sobre a crise espanhola –, veiculava certamente aquela que era a sua opinião e a opinião de sectores do regime – que de qualquer modo na sua globalidade não é possível identificar com precisão –, que desde muito cedo esperaram e rapidamente procuraram forçar um maior empenhamento de Portugal no conflito espanhol. Independentemente daquilo que nesta posição de Pedro Theotónio Pereira era estritamente conjuntural, também parece óbvio que houve da sua parte a vontade de poder promover, se não uma aplicação prática daquela que era a visão de Sardinha acerca do teor das relações políticas entre Portugal e Espanha,¹⁰⁰ pelo menos um maior empenhamento português no conflito por considerar que tal atitude permitiria uma dupla vitória. Uma vitória na frente externa sobre as ameaças daí oriundas à soberania do País e à integridade do regime. E um triunfo na frente interna, uma vez que a mobilização patriótica que a intervenção certamente suscitaria, na opinião de Theotónio Pereira reforçaria a coesão em torno da pátria e do regime, além da popularidade deste.

Independentemente daquele que viria a ser o papel de Theotónio Pereira como diplomata às ordens de Oliveira Salazar e as condicionantes políticas desse tão longo período, no início da Guerra Civil Espanhola parece evidente que as questões de política externa deveriam ser tratadas como um prolongamento dos grandes problemas e coordenadas da política interna. Isto é, fortemente marcadas pela ideologia. Se pode parecer, e em grande medida bem, que nesse sentido havia uma identidade de pontos de vista entre, por exemplo, Salazar e os seus interlocutores no Ministério dos Negócios Estrangeiros, por um lado, e Pedro Theotónio Pereira, entre muitos, por outro, a verdade é que através de uma observação mais rigorosa das duas atitudes, dos dois pensamentos, se percebe facilmente que, embora eivada de ideologia, a posição oficial do Estado português face ao conflito espanhol acabou por se revelar, não apenas mais moderada e, portanto, realista em muitos os seus aspectos do que aquela que era preconizada por sectores mais intrinsecamente nacionalistas do regime ou que giravam na sua órbita.¹⁰¹ O mesmo não acontece com as posições reveladas por Theotónio Pereira, para quem,

¹⁰⁰ E explanada em António Sardinha, *op. cit.*

¹⁰¹ Independentemente daquilo que na política portuguesa em relação à Guerra Civil Espanhola era ideologia e, portanto, uma tentativa clara de salvaguardar a integridade do Estado Novo em nome da preservação da independência política de Portugal no contexto peninsular e europeu, vislumbra-se uma outra estratégia. Era objectivo desta procurar reduzir a dependência da diplomacia portuguesa em relação ao Reino Unido e fazer com que Londres percebesse a importância para os seus interesses não só da continuação e reforço da aliança histórica com Portugal – que atravessava uma crise clara no Verão de 1936 – mas, também, o reconhecimento quer das vantagens de um reforço das iniciativas de política externa de Portugal no seio da aliança, quer da afirmação de uma certa autonomia portuguesa face à aliança e ao próprio Reino Unido. Sobre a importância e a evolução da aliança de Portugal com o Reino Unido durante a Guerra Civil Espanhola, Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*, s.e., s.l., Ed. Fragmentos, s.d., pp. 11-49 e pp. 107-120 e António José Telo, *op. cit.*, pp. 278-283.

“Guinada de leme”

em 1936, o problema ideológico era o essencial, não sendo possível descortinar na sua leitura do conflito espanhol – mesmo aquele que apresentou nas suas *Memórias* –, muito mais do que uma cruzada levada a cabo pelas partes sãs das sociedades portuguesa e espanhola contra o seus elementos moralmente deletérios, embora, por maioria de razão, estes estivessem muito mais presentes na parte espanhola da Península Ibérica.¹⁰² É claro que esta submissão da concepção e execução de uma política externa a pressupostos primordialmente ideológicos não era um exclusivo do Estado Novo nem, tão pouco, de personagens aparentemente excêntricas como Pedro Theotónio Pereira, Pequito Rebelo ou o coronel Vaz de Carvalho, e, antes deles, António Sardinha, mas uma tentação e uma realidade com um passado na história das relações internacionais.¹⁰³

Porém, se se confrontar a atitude em matéria de política de externa, e a carga ideológica que tanto Oliveira Salazar como Pedro Theotónio Pereira nela colocaram, percebe-se que algumas afirmações genéricas produzidas no domínio da teoria e da história das relações internacionais no século XX, segundo as quais regimes com a natureza do Estado Novo tendem a desvalorizar ou até a não possuir, em geral, na forma como interpretam a sociedade internacional e definem a sua acção externa, qualquer componente ideológica forte, consistente, consequente e coerente, não correspondem à realidade.¹⁰⁴ Ou seja, toda a política externa portuguesa logo em 1936 teve uma importante dimensão ideológica e até idealista, sendo que

¹⁰² Sobretudo nas suas *Memórias*, mas também na documentação enviada por Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar durante os primeiros meses da sua estada em Espanha, iniciada em Janeiro de 1938, é evidente a sua admiração por essa espécie de gesta anticomunista protagonizada pelo povo anónimo espanhol, pelos seus mais humildes soldados. É aí que se convence ter encontrado a essência dos acontecimentos mais gloriosos da história de Espanha na sua luta secular contra os inimigos da cristandade, tanto na própria Península, como no Norte de África, nas Américas ou no Extremo Oriente.

¹⁰³ Uma curta reflexão crítica em torno da importância da ideologia na concepção da política externa nos regimes políticos de feição liberal, Hans J. Morgenthau, *Escritos sobre política internacional. Presentación de Antonio Truyol y Serra. Estudio preliminar, traducción y notas de Esther Barbé*, s.e. Madrid, Ed. Tecnos, 1990, pp. 39-42. Sobre as “religiões políticas” como factor condicionante nas relações internacionais, idem, *ibidem*, pp. 84-85.

¹⁰⁴ Há, no entanto, quem tenha defendido ter sido a política desenvolvida por Salazar em relação ao conflito espanhol, um repositório do mais estrito e racional realismo político-diplomático. Franco Nogueira, *As crises e os homens*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Civilização Editora, 2000, pp. 296-298. Nesta linha, ver ainda idem, *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., 1986, pp. 20 e ss. Toda a sua argumentação pode ser facilmente posta em causa na seguinte passagem de uma nota oficiosa, da autoria de Salazar, sobre a situação em Espanha: “Mete-se pelos olhos dentro que vários países, tendo ou não adaptado processos originais de Governo e afirmando-se no campo doutrinal estrénuos defensores das suas criações políticas, não exerçam acção noutros para os converter à sua própria ideologia. Não se pode dizer o mesmo de alguns que, por força do seu facciosismo ou crença no valor universal das suas ideias, intervêm de modo efectivo na sequência dos acontecimentos políticos e por toda a parte fomentam a sublevação social: estes fizeram partidários e nacionais seus cidadãos de outros Estados. É a nova forma das guerras entre povos no presente.” Oliveira Salazar, “A ordem pública em Portugal e os acontecimentos de Espanha (comentários à revolta de dois navios de guerra)” in Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 186 (nota oficiosa publicada nos jornais de 10 de Setembro de 1936).

“Guinada de leme”

esse facto não a impediu de ser bem sucedida.¹⁰⁵ Contudo, e para que conste, se nas suas linhas gerais a concepção de Theotónio Pereira do conflito espanhol tinha uma forte componente ideológica e até idealista, depois de colocado em Espanha essas características tenderam a esbater-se ao ter rapidamente percebido que a ideologia casava bastas vezes muito mal com aqueles que eram os interesses do País que servia como diplomata. Assim, durante a Guerra Civil, como mais tarde durante a Segunda Guerra Mundial, comportou-se essencialmente como um realista que facilmente percebeu que tanto os interesses de Portugal como os do Estado Novo estavam dependentes da construção e manutenção de uma política de neutralidade de toda a Península Ibérica. Para isso havia que confrontar em Espanha como na Europa personagens e políticas que ideologicamente estavam mais próximas do Estado Novo do que aquelas em que afinal o Governo de Lisboa se apoiava para prosseguir sem mácula os seus objectivos de política externa.¹⁰⁶ Daí que em Salamanca, Burgos, San Sebastián ou Madrid os seus parceiros privilegiados tenham sido quase sempre os representantes da diplomacia britânica e norte-americana, assim como os políticos espanhóis mais hostis a uma ligação político-militar preferencial do seu País com a Itália e, sobretudo, a Alemanha.¹⁰⁷

¹⁰⁵ O êxito desta política, tendo em conta os seus pressupostos, contradiz as linhas da análise realista da política internacional entre 1919 e 1939 tal como foi apresentada em E. H. Carr, *The Twenty Years' Crisis. 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, s.e., s.l., Papermac, 1981, *passim*.

¹⁰⁶ Eram eles a “defesa da independência nacional face ao ‘perigo espanhol’”; a “defesa do património colonial [...]” e, finalmente, a garantia “da sobrevivência do regime”. Fernando Rosas, “A neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial no quadro da política externa do Estado Novo (1935-1945)” in Hipólito de la Torre Gómez (coord.), *Portugal, España y Europa. Cien Años de Desafío*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, 1991, pp. 117-127.

¹⁰⁷ A forma como em Espanha Theotónio Pereira soube interpretar a política de neutralidade portuguesa no decurso da Segunda Guerra Mundial, contribuindo desse modo, dentro das suas escassas possibilidades, para a neutralidade de toda a Península, mereceu-lhe os elogios de inúmeros diplomatas britânicos e norte-americanos que com ele serviram em Espanha algures entre 1939 e 1945. Segundo o testemunho deixado por Hayes, embaixador dos EUA em Madrid durante a Segunda Guerra Mundial, Pedro Theotónio Pereira “After serving in cabinet posts at Lisbon, he had been accredited to General Franco early in the Spanish Civil War; and his protracted stay in Spain, together with his continuing personal intimacy with Dr. Salazar, enabled him to exert a significant influence in both countries. His strong patriotism was at all times evident as was also his loyalty to the historic Anglo-Portuguese alliance. He recognized, as fully as we did, the danger both to Portugal and the Allied cause in any Axis intervention in Spain or in any un-neutral collaboration of Spain with the Axis. Though he distrusted Serrano Suñer and heartily disliked the Falange, his long and close association with other influential advisers of General Franco and with large segments of the Spanish people stood us, as well as himself, in good stead. In his constant endeavor to draw Spain with Portugal into a really neutral Peninsular bloc, he contributed immeasurably, at a time when the British and ourselves had much less influence, toward counteracting the propaganda and pleas of our enemies.” Carlton J. H. Hayes, *War Time Mission in Spain: 1942-1945*, s.e., Nova Iorque, The Macmillan Company, 1946, p. 36.

“[...] desafio à rotina e ao tédio.”¹⁰⁸

Quando, em Dezembro de 1937, Pedro Theotónio Pereira foi chamado a desempenhar as funções de “agente especial” em Espanha, junto do Governo nacionalista chefiado pelo general Franco, encerrou um ciclo na sua biografia política. Porém, isso não queria dizer que se tivesse desligado em absoluto das questões que considerava mais relevantes na política interna portuguesa, passando a dedicar-se exclusivamente à diplomacia e à política externa.¹⁰⁹ A continuação do seu interesse e intervenção nas questões de política interna tinha como pretexto a atenção que não deixaria de dar ao modo como era prosseguido o trabalho no domínio da “reforma do Estado”. Isto significava que caso quisesse continuar a existir politicamente, Pedro Theotónio Pereira deveria dar cumprimento aos compromissos que tinha assumido com uma política, com uma ideia e, sobretudo, com aqueles a quem aquelas serviam, mas também com a continuação da sua atitude tradicionalmente vigilante e mobilizadora daquelas que considerava serem as forças sãs do País e do regime em torno de um conjunto de ideias e de práticas. É verdade que com o passar dos anos a sua devoção mudou de estilo e adaptou-se às novas realidades. A manutenção de laços políticos com aqueles sectores em que tradicionalmente recolheu apoios libertavam-no de uma dependência política excessiva ou até total do chefe do Governo. Tanto os conselhos que sobre política interna foi dando a Oliveira Salazar ao longo dos anos que permaneceu em Espanha – e depois noutros postos diplomáticos –, como as impressões que sobre a mesma política interna trocou com Marcello Caetano e, eventualmente, com outros seus amigos, como, noutro registo, as queixas deixadas por Costa Brochado nas suas *Memórias*, denunciando as incursões de Pedro Theotónio Pereira em Lisboa nos primeiros tempos em que ocupou o seu posto diplomático em Espanha,¹¹⁰ demonstram o peso político, a influência e prestígio que não apenas conservou mas que tudo fez por preservar.¹¹¹

¹⁰⁸ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. II, *Prefácio de Marcello Caetano*, s.e., s.l., Verbo, 1973, p. 94.

¹⁰⁹ Para uma definição do conceito de diplomacia contemporânea e para uma breve análise das crescentes dificuldades colocadas ao exercício da actividade diplomática desde o fim da Grande Guerra, Hans J. Morgenthau, *op. cit.*, pp. 153-166.

¹¹⁰ “O Teotónio, esse, veio de Burgos a Lisboa, deixando por dias a companhia de Franco, só para ir ao Secretariado exigir do António Ferro a imediata suspensão do meu jornal *A Verdade!* Disse-me isto o chefe de redacção do Secretariado, engenheiro Silva Dias, por sinal um bom jornalista que era das melhores penas do *Diário da Manhã*.” Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, p. 143. “Com os triunfos da Falange, em Espanha, os nossos nacionais-sindicalistas, legionários e jovens da Mocidade começaram a pedir a Salazar a cabeça, sobretudo os lugares, das grandes figuras republicanas do Regime... A pouco e pouco, foram todos corridos, distinguindo-se sempre nessas corridas Pedro Teotónio Pereira, arvorado, então, em leader das direitas e lógico sucessor de Salazar...” *Idem, ibidem*, pp. 153-154.

¹¹¹ No dia 13 de Novembro de 1938, encontrando-se na sua casa no Dafundo, Theotónio Pereira comentava, numa carta dirigida a Salazar em termos muito críticos, a reforma da Câmara Corporativa promulgada a 12 de Novembro de 1938 (decretos n.º 29 110, 29 111 e 29 112). O antigo ministro do Comércio e Indústria fizera ver pessoalmente ao chefe do Governo – numa reunião em que também participaram os ministros do Comércio e Indústria e da Agricultura, e o subsecretário de Estado das Corporações –, que uma verdadeira reforma daquela instituição

“Guinada de leme”

É claro que desde a sua juventude Pedro Theotónio Pereira mudara, evoluíra, politicamente, compreendendo e adaptando-se a novas realidades. E se naturalmente outras mudanças nas suas qualidades e nas suas imperfeições como homem e como político se verificariam aquando da sua passagem pelos postos que ocupou em Espanha, no Brasil, nos EUA e no Reino Unido, a verdade é que os anos do Integralismo, do sardinhismo e do salazarismo – marcados estes últimos pela colaboração com Salazar, mas também pela assunção dos seus próprios desígnios –, produziram o essencial daquelas que eram e seriam em política as características mais absolutamente necessárias para definir uma vida. Por um lado, Pedro Theotónio Pereira nunca teve – nem é certo que alguma vez as desejasse e considerasse especialmente úteis – bases doutrinárias particularmente originais e elaboradas. Intelectual e ideologicamente não era pretensioso nem tinha pretensões, o que também não significa que fosse um vazio de ideias. Desde finais da década de 1920, as suas qualidades permitiram-lhe tornar-se numa figura cimeira de uma facção da direita portuguesa mais convictamente nacionalista e pragmática, e, depois, de uma importante sensibilidade do salazarismo, sensibilidade essa que herdava algumas das profundas mas às vezes um tanto indefinidas convicções que fizeram escola no País desde a implantação do sidonismo. Ao longo da década de 1930, Pedro Theotónio Pereira tornara-se num dos rostos do sector radical e fascizante do regime, embora sem nunca entrar irreversivelmente em rota de colisão com Salazar.

Recorde-se que a sua decisão de aceitar o convite para desempenhar as funções de “agente especial” na Espanha nacionalista prendeu-se sobretudo com a coincidência de dois factores. E sobre isso deixou Pereira Theotónio Pereira o seu testemunho. Assim, e por um lado, aos 34 anos aceitou o convite que lhe foi feito para ir para Espanha porque estava saturado da rotina que desde 1933 lhe era imposta pelo desempenho de cargos governamentais. Corresponder ao desafio que Salazar lhe lançou era poder continuar o exercício da actividade política mas fugindo “à rotina e ao tédio.” Porém, esse seu desejo, aparentemente súbito, de

implicaria que “pudesse valer alguma coisa como órgão de consulta e de representação.” Em consequência de algumas medidas presentes na legislação aprovada, seria impossível “alargar até ao necessário a composição das secções, à medida que sejam criadas as corporações. É evidente que isso terá consequências certas sobre o valor real da Câmara e fará perder grande parte do interesse que as corporações nela possam encontrar.” CLNSRF, *op. cit.*, pp. 118-119 (documento 61) e AOS/DI. 2., 3 e 4 de Novembro de 1938, vol. II. A discussão informal da reforma da Câmara Corporativa, envolveu o embaixador de Portugal em Espanha, o subsecretário de Estado Rebelo de Andrade, Castro Caldas e Marcello Caetano. Ao que parece, este abandonou a reunião zangado pelo facto dos interlocutores não terem aceite os seus argumentos. Tinham-se juntado para procurar encontrar a “solução menos inviável” para a reforma da Câmara, mas não se entenderam. Na carta que escreveu à noite para serenar os ânimos, Theotónio Pereira pedia a Marcello que lhe desculpasse por ter sido, eventualmente, “muito antipático”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 1 de Novembro de 1938 (documento n.º 34). Arquivo Marcello Caetano (AMC), Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“Guinada de leme”

alterar substancialmente os termos em que exercia a actividade política, era o produto do espírito da época e da importância que as ideologias e o seu confronto assumiam, em particular na Guerra Civil de Espanha.¹¹² O carácter de Theotónio Pereira e a forma como sempre vira e vivera o pensamento e a acção política foram como que confirmados e reforçados pelos eventos políticos que tiveram lugar na Europa nas vésperas do início Guerra Civil espanhola e que o deflagrar desta consagraria. Uma luta sem quartel, sempre com uma forte componente ideológica, mesmo que não poucas vezes a ideologia desse o seu lugar ao realismo político. No entanto, a partir de Julho de 1936, tudo parecia poder ter uma clareza e incutir certezas que as circunstâncias da acção política em Portugal, entre 1926 e 1936, muitas vezes o tinham obrigado a ignorar ou a esquecer. Ao partir para Espanha a 18 Janeiro de 1938, Theotónio Pereira sentia-se um cruzado mais numa luta em que tinha o dever de participar tal como o tinham feito e ainda estavam a fazer “os filhos dos campos ou das fábricas que passavam a fronteira de salto para vestirem dentro de poucos dias o uniforme do Tércio.” Tudo por causa de uma guerra considerada justa e necessária por todos aqueles que aproveitaram na organização do Exército espanhol, e no “pensamento militar” que o enquadrava, “umas clareiras de evasão” para as frustrações da “rotina da vida moderna.” Era isso que “explicava o espírito de aventura que levava às repartições de alistamento do Tércio uma corrente de moços de alma inquieta, iguais aos soldados e marinheiros que outrora seguiam como voluntários em cada nau para serviço na Índia”. Por se sentir solidário com esses homens do povo, anónimos, mas que faziam história; por comungar o mesmo espírito de missão e estar imbuído de uma poderosa energia aventureira, Theotónio Pereira considerou ter também ele a obrigação moral e política de seguir para Espanha, mesmo que não fosse para se alistar no Tércio.¹¹³

E no entanto, nada disto o fez omitir a excelente oportunidade que, do ponto de vista pessoal, para ele representou a instalação provisória em San Sebastián das representações diplomáticas dos vários Estados que já tinham reconhecido a Espanha nacionalista. Ter podido, nomeadamente durante o Verão de 1938, contar com a companhia da família, beneficiar do convívio, em ambiente privilegiado num País em guerra, com os seus colegas do corpo diplomático, ficar instalado numa moradia localizada à beira da baía que banha aquela cidade, ou conhecer de perto, e quase quotidianamente, a esmerada gastronomia basca. Tudo isto foi algo inesquecível e que, claro está, tornava importantes momentos da sua vida agitada de

¹¹² No momento em que Theotónio Pereira partiu para Espanha, é bem possível que uma vez mais se tivesse deixado levar pelo “ambiente sedutor das imaginações” exercido pelo fascismo – “a milícia, a farda, os hinos, o espírito de luta, a camaradagem dos grupos, o sabor da aventura, a renúncia à mentalidade burguesa”. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 68.

¹¹³ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 94.

“Guinada de leme”

diplomata em algo de reconfortante e compensador.¹¹⁴ Reconhecendo, portanto, que todo o soldado merece uma recompensa justa pelo tremendo esforço subjacente às tarefas que desempenha e pela forma como põe em risco a sua vida, nas suas visitas às unidades instaladas na frente de combate ou na retaguarda, Pedro Theotónio Pereira levava-lhes “um sinal de simpatia: uns cigarros, umas conservas de peixe, umas garrafas de vinho e, em certas ocasiões, uns discos de fados para serem tocados nas velhas grafonolas.” Mesmo que as “visitas às posições avançadas em que havia voluntários portugueses” fossem “física e politicamente um tanto difíceis.”¹¹⁵

Mas o convívio com a tropa, nomeadamente com a portuguesa, trouxe alguns amargos de boca a Theotónio Pereira, demonstrando como a sua vaidade feita imprevidência criava situações muito delicadas do ponto de vista político e diplomático. Numa informação produzida por Armando Boaventura acerca de vários aspectos da Guerra Civil espanhola, num parágrafo em que criticava duramente a criação dos “viriatos”,¹¹⁶ chamou a atenção para uma outra consequência nefasta da sua existência, independentemente de ela se ter manifestado num domínio que estava muito para além da responsabilidade e da existência daquele corpo como força militar. Ao que parece, Theotónio Pereira decidira visitar as frentes apresentando-se fardado de legionário da Brigada Naval, “ostentando galões dourados e medalhas.” Como se não bastasse, mas muito previsivelmente, entendeu dever ser ele a dar notícia para “o seu jornal favorito” – o *Diário de Notícias* – de como se apresentara, do que fizera, do que acontecera numa das suas deslocações à frente. O resultado da sua ida à frente de batalha e da divulgação do evento naquele jornal foi que como funcionavam próximo daquele periódico as agências Reuters e Havas, “a notícia foi imediatamente transmitida para todo o Mundo.” O *Temps* “publicou-a com grande relevo, o que causou péssima impressão nos meios oficiais espanhóis, sobretudo no Quartel General.” A imprensa republicana, por seu lado, explorou o caso o mais que pôde, “chamando a atenção da Inglaterra e da Comissão de Não-Intervenção para o facto

¹¹⁴ “A chegada à minha nova casa, depois de seis meses no hotel, quando os últimos raios de sol iluminavam os cumes montanhosos do horizonte de Donostiarra, deixou-me verdadeiramente encantado. [...]

A frescura do ar, a comida duma cozinheira vasca e o ruído das ondas quebrando na praia foram como um sortilégio que pela primeira vez se me revelasse. [...]

Em San Sebastián o tempo dava para tudo, Chegava mesmo a tomar banho na esplêndida praia e fazer visitas agradáveis que nem sempre eram de mera obrigação. [...]

Para a minha família foi um período de tempo que nos deixou as mais gratas recordações.

[...] Ali se encontravam por volta do meio-dia os diplomatas provisoriamente instalados na região, se conversava entre dois mergulhos nas águas transparentes da baía e se dirigiam galanteios às senhoras mais elegantes da sociedade espanhola e dos círculos diplomáticos.” Idem, *ibidem*, pp. 106-107.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 146.

¹¹⁶ Em minha opinião foi um erro a criação dos ‘viriatos’. Trata-se de cinco ou seis centenas de oficiais e sargentos portugueses, do nosso exército, os quais, independentemente do seu valor pessoal, estão sob comandos espanhóis. Se a guerra durar – dura, como agora – poucos escaparão e o seu esforço será inútil e inglório. “Guerra Civil de Espanha, Informação do Armando Boaventura”, s.d.. AOS/CO/NE-9I, fls. 266-281.

“Guinada de leme”

do representante de Portugal se apresentar fardado¹¹⁷ nas frentes, a vitoriar, entre os ‘viriatos’, os Srs. Presidente da República e [o] Presidente do Conselho de Portugal...” Como é óbvio, o acontecimento era em princípio apenas ridículo, não fora o caso de ser grave. Por isso, não tardou a chegar ao Ministério da Guerra e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros,¹¹⁸ humilhando merecidamente a figura do embaixador e beliscando a sensatez daqueles que tinham decidido enviá-lo para Salamanca como “agente especial” e depois promovido-o a embaixador de Portugal, Extraordinário e Plenipotenciário. Reportando-se provavelmente estes factos ao ano de 1938, parece óbvio que Pedro Theotónio Pereira se comportava de modo a, mesmo que sacrificando o bom senso, exibir a sua pessoa na mais esplendorosa vaidade.

Nesta linha de reconhecimento e crítica no interior do regime àquilo que parecia ser a tendência de Theotónio Pereira, de seus apoiantes e simpatizantes, para exagerarem os méritos políticos e pessoais do embaixador em Madrid, os serviços de censura portugueses, pelo menos uma vez, viram-se na contingência de cortar uma notícia que as *Novidades* se preparava para publicar na edição de 29 de Março de 1939. Numa entrevista ao capitão, e também padre, Almeida Coelho, na qual se destacavam comentários “acerca do esforço dos ‘Viriatos’ em Espanha”, o censor viu-se na contingência de eliminar uma passagem que não cabia em “tais reportagens” por chocar com aquela que devia ser a “actuação oficial do nosso Embaixador “. Ora a passagem cortada dizia respeito a uma resposta do citado capitão a uma pergunta do jornalista sobre a acção de Theotónio Pereira junto da tropa portuguesa que combatia em Espanha do lado nacionalista. Nela podia ler-se que o “dr. Teotónio Pereira foi o homem próprio do momento que passa”, tendo por isso sido “Salazar [...] felicíssimo na sua escolha.” Sendo de opinião que a obra do embaixador começava a “ver-se”, sublinhava ainda o facto do seu “trabalho” ser “silencioso mas persistente.” E acrescentava: “Já se começa a ver. Agora, foi o tratado político, amanhã, será o que mais convier a Portugal.” Considerado pelo entrevistado como o “grande animador do auxílio prestado a Espanha”, declarava ainda que os portugueses que se encontravam “espalhados por toda a Espanha” lhe deviam “imenso.” “Muitas vezes, envergando a sua farda de legionário”, visitava os portugueses “nas frentes”, levando-lhes “auxílio material e moral.” Além de “muito estimado pelo Generalíssimo”, Theotónio Pereira destacava-se por “várias vezes” ter “arriscado a vida afim de zelar” pelo bem estar dos

¹¹⁷ Palavra dactilografada a vermelho no original.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

voluntários portugueses” que estava “sempre pronto a atender.”¹¹⁹ Esta propensão para o destaque era qualquer coisa que o regime e Salazar apenas moderadamente poderiam tolerar.

Um “arcano”.¹²⁰

Depois da sua nomeação para o cargo de agente especial, mas ainda antes de ter chegado a Salamanca, Pedro Theotónio Pereira foi merecedor daquela que foi talvez a melhor e mais interessante nota biográfica de apresentação aos espanhóis.¹²¹ Publicada no *Ideal*¹²² e da autoria do duque de Maura,¹²³ tratava-se de um retrato perspicaz sobre a importância política de Theotónio Pereira no Estado Novo e o significado da sua indigitação como “agente especial”. Maura sublinhava a sua “precoce vocação política” – no “mais nobre sentido” do “vocábulo” – e recordava que pertencera ao “grupo monárquico integralista” com os “demais discípulos e colaboradores do malogrado António Sardinha, autor ” da *Aliança Peninsular* e “sempre vivo na memória” dos espanhóis que o conheciam e admiravam. Chamava depois a atenção para o facto daquele grupo “sonhador e romântico”, visto depreciativamente pelos velhos políticos do parlamentarismo republicano, se ter conseguido transformar num conjunto de pessoas insubstituível na sustentação do “novo Estado.” E o juízo mais original vinha a seguir. Maura considerava que Theotónio Pereira utilizava Salazar tanto para se aconselhar como para a “acção”, nunca tergiversando quando desafiado pela sua própria “maturidade menos ágil” ou por uma “juventude menos experiente.” Não se esquecendo do papel desempenhado na implementação do Corporativismo português pelo recém nomeado agente especial junto do Governo de Franco, recordava o facto de terem sido Salazar e Sebastião Ramires não apenas a traçarem as grandes linhas definidoras daquele novo sistema económico e social a aplicar à

¹¹⁹ Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de registo e justificação de cortes. Confidencial. N.º 73. Lisboa, 29 de Março de 1939. ANTT/Ministério do Interior – Gabinete do Ministro. Processos – Livro de Registo de Correspondência, Maço 508, Caixa 66-1.

¹²⁰ Duque de Maura, *Ideal*, Ano VII, n.º 1 692, p. 5.

¹²¹ A restante imprensa espanhola publicada no campo nacionalista limitou-se a reproduzir a informação oficial sobre Theotónio Pereira que lhe foi distribuída pelas autoridades portuguesas e espanholas, assim como as declarações prestadas pelo novo agente especial aquando da sua chegada a Espanha.

¹²² *Ideal*, Ano VII, n.º 1 692, p. 5. Consultou-se um recorte deste jornal, sem data, depositado no Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP).

¹²³ Historiador e político conservador, interveio na política ao lado de seu pai (António Maura I Montaner) e depois da morte deste. Deputado, senador vitalício e ministro durante a Monarquia. Novamente deputado à Assembleia Nacional durante a Ditadura, apesar depositor a Primo de Rivera e, mais tarde, membro do primeiro comité revolucionário republicano. Foi ministro do Interior do primeiro Governo Provisório da República, demitindo-se na sequência do agravamento da ordem pública, nomeadamente o incêndio de conventos levado a cabo por populares a 11 de Maio de 1931. Exilou-se em Portugal após o início da Guerra Civil. Regressou a Espanha em 1953. <http://www.xtec.es/~jrovira6/bio/maura1.htm>. Acedido no dia 7 de Junho de 2004. Alguns detalhes da biografia política de Gabriel Maura Gamazo, duque de Maura (1879-1963), durante a vigência da Ditadura de Primo de Rivera encontram-se em Raymond Carr, *Espanha. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990, pp. 545 e 563.

“Guinada de leme”

realidade portuguesa, ainda antes da aprovação plebiscitária da nova Constituição, como a decidirem-se pela criação de um “organismo directivo das previstas corporações” com a designação de “subsecretaria” de Estado adscrita à presidência do Conselho, nela colocando Pedro Theotónio Pereira. Elogiando as qualidades políticas exibidas por Theotónio Pereira à frente das Corporações e do Comércio e Indústria, e que poderiam ser confirmadas pela leitura de *A batalha do futuro*,¹²⁴ o duque de Maura sublinhava que a carreira daquele homem acabara por se virar “impensadamente da política para a diplomacia”, pelo que as suas ideias neste domínio eram ainda um “arcano”. Em jeito de conclusão, que era também uma especulação feita sobre terreno pouco firme, afirmava que não parecia muito ousado “supor” que no domínio da política externa e das relações políticas e diplomáticas entre Portugal e Espanha, as suas ideias coincidiriam com as do seu primeiro “chefe e mestre, António Sardinha”, para quem Espanha e Portugal sempre seriam “duas nações fraternalmente solidárias.”¹²⁵

“[...] a nossa liberdade, a ordem social portuguesa, a nossa independência.”¹²⁶

Porque devidamente talhado pela imprensa, foi um Theotónio Pereira prestigiado aos olhos dos espanhóis do campo nacionalista que desembarcou em Salamanca no dia 19 de Janeiro de 1938. Mas mais do que isso, convém recordar, no estrito domínio da política externa portuguesa da altura, e ainda da política europeia, o contexto em que iria actuar, ou seja, aquele em que Oliveira Salazar decidiu enviar um “agente especial” para junto de Franco. Fê-lo quase ano e meio depois de ter tido lugar a muito significativa e talvez até decisiva ajuda dada pelo Governo português aos revoltosos, antes,¹²⁷ durante e depois do *alzamiento*,¹²⁸ de forma a garantir o triunfo político e militar inequívoco dos revoltosos. Fê-lo ainda depois de, sobretudo a partir de Julho de 1936, o Governo português ter manifestado toda a sua hostilidade em relação aos

¹²⁴ Livro “que todos os espanhóis cultos conhecem.”

¹²⁵ *Ideal*, Ano VII, n.º 1 692, p. 5. Na fase derradeira da sua passagem por Espanha, Theotónio Pereira teceu algumas considerações acerca da influência política sobre si exercida por Sardinha: “O que lhe digo é que o nosso Sardinha foi perfeito na interpretação de muitos fenómenos históricos. Mas quanto ao resto, acertou menos. Como político seria apenas neste capítulo peninsular um poeta enamorado de temas perigosos.

Tenho porém o retrato dele sobre a minha mesa de trabalho. E discípulo em muito do seu alto espírito, nem mesmo no capítulo do ‘hispanismo’ deixei de lhe ficar devendo aquilo que nos liga quase sempre aos mestres: por ele senti a curiosidade do tema e conheci muita coisa que me foi de um benefício inestimável.

Curioso como me coube a mim, estar mais de seis anos neste posto!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 21 de Outubro de 1944 (documento n.º 50). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

¹²⁶ “Apontamento de conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Encarregado de Negócios de Inglaterra em Lisboa”, Lisboa 7 de Agosto de 1936 in MNE, *DAPE*, vol. III, Lisboa Imprensa Nacional de Lisboa, 1964, pp. 90-91.

¹²⁷ César Oliveira, *op. cit.*, pp. 109-122.

¹²⁸ *Idem*, *ibidem*, pp. 140-155.

legítimos representantes do Estado espanhol na capital portuguesa, o que veio a conduzir à ruptura de relações diplomáticas consumada por Lisboa a 23 de Outubro de 1936.¹²⁹ Fê-lo, finalmente, num contexto em que estava em causa da parte do Governo português um reforço da sua aliança com o Reino Unido, aliança essa que sendo necessária por muitas e boas razões, era primordialmente essencial para garantir uma estabilização política e militar da Península, desiderato essencial à segurança do Estado e à estabilidade do regime político que vigorava. Aliás, em Dezembro de 1937, ao ser anunciada a nomeação de um agente especial português junto de Franco, com o peso político de Pedro Theotónio Pereira, o Governo estava ostensivamente a seguir a política britânica em relação ao conflito espanhol, uma vez que, dias antes, Londres e Burgos tinham consumado a sua aproximação. Tudo começara quando, em representação da Espanha nacionalista, o duque de Alba fora enviado para o Reino Unido no mês de Maio de 1937,¹³⁰ respondendo os britânicos, a 16 de Novembro de 1937,¹³¹ ao fazerem seguir para Burgos Sir Robert Hodgson na qualidade de “agente” para questões comerciais.

Todo o tipo de constrangimentos da política portuguesa em relação ao conflito espanhol, estiveram presentes no teor da conversa mantida entre Barjona de Freitas e o general Franco no momento em que este foi informado do envio para Espanha de um “agente especial” português. Em nome do seu Governo, aquele diplomata pedia desculpa pelo facto de não ter tido ainda lugar o reconhecimento *de jure* da Espanha nacionalista – e por isso se nomeava um “agente especial” e não um embaixador –, o que naturalmente não satisfazia em absoluto o seu interlocutor. Daí que houvesse necessidade de se enunciar perante Francisco Franco algumas das vantagens da opção feita por Lisboa e que apenas ao Governo de Lisboa podiam interessar. Sustentou Barjona de Freitas que o não reconhecimento *de jure* e o mero envio de um “agente especial”, ao não enfraquecer a posição do Governo português no “Comité de Londres” (de não-intervenção), era sobretudo do interesse dos nacionalistas espanhóis uma vez que dessa forma não se enfraqueceria a sua posição naquele órgão. Ainda que Barjona tivesse explicado a Franco que a posição portuguesa era uma “atitude própria”, a verdade era que a decisão de

¹²⁹ Todo este processo se encontra descrito em *ibidem*, pp. 190-201.

¹³⁰ “[...] el envío a Londres a finales de mayo de Jacobo Stuart Fitz-James y Falcó, XVII duque de Alba, como «representante oficioso del general Franco» ante las autoridades británicas. La elección no podía ser más oportuna puesto que Alba, en su condición de duque de Berwick y par de Inglaterra, era bien conocido y respetado en los círculos aristocráticos y conservadores del Reino Unido. El objetivo de dicho nombramiento, al margen de hacer más fluidas las comunicaciones bilaterales, pretendía sobre todo ofrecer una imagen de la España franquista suficientemente moderada como para apaciguar cualquier temor sobre la evolución filo fascista y antibritánica.” Enrique Moradiellos, *op. cit.*, p. 189.

¹³¹ Também em Novembro, um navio de guerra britânico, o *Galatea*, fez uma visita de cortesia a Beigbeder, alto-comissário no Marrocos espanhol, sendo a bandeira vermelha e dourada dos nacionalistas hasteada numa embarcação do Reino Unido. Acontecimento idêntico viria a ter lugar em Palma de Maiorca. Hugh Thomas, *The Spanish Civil War*, 3ª ed., s.l., Penguin Books in association with Hamish Hamilton, 1986., p. 766.

“Guinada de leme”

nomeação um “agente especial” fora posterior à britânica, dela dependendo, e não ia mais longe por causa da forma como vinham evoluindo as relações com Londres, nomeadamente do ponto de vista político e militar, numa altura em que Portugal procurava reapetrechar as suas Forças Armadas com recurso a fornecimentos oriundos do Reino Unido.¹³² A insatisfação da Junta em relação à atitude portuguesa manifestou-se, por exemplo, no dia em que Vasco Pereira da Cunha, cônsul-geral de Portugal em Salamanca, se encontrou com Sangronis¹³³ e este lhe comunicou que embora houvesse razões para compreender a opção portuguesa de não reconhecer oficialmente as autoridades nacionalistas, a verdade era que o envio de um simples “agente especial” ficava ainda aquém do desejado: o reconhecimento *de jure*. Para Sangronis a situação era tão mais grave quando se fazia saber que “alguns países como a Polónia” esperavam pelo “reconhecimento de Portugal para reconhecerem também” a Junta. Daí que fosse inevitável que Pedro Theotónio Pereira, e apesar das garantias de toda a “boa vontade e facilidades para o desempenho da sua missão”, quanto à questão da “precedência”, no protocolo estivesse sempre “depois de qualquer representante oficial ou mesmo depois de qualquer representante oficioso chegado primeiro” a Salamanca.¹³⁴

Para Portugal, como para as várias potências europeias, o posicionamento face à Guerra Civil Espanhola era devedor dos (des)equilíbrios de política interna e externa, sendo que a proximidade geográfica e a base política e ideológica em que assentava o Estado Novo tornavam maiores as suas dificuldades. Embora as grandes linhas estratégicas da política portuguesa em relação ao conflito armado no País vizinho se tenham mantido inalteradas, a verdade é que o elemento táctico dessa política, e em particular da política externa, sofreu algumas mudanças, o que veio a suceder à medida que aquele evoluía, que a situação na Europa se alterava e que as próprias variáveis de política interna, espanhola, portuguesa e das principais potências europeias também se alteravam.¹³⁵

¹³² “Do Consulado-Geral de Portugal em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 94, Salamanca, 4 de Dezembro de 1937 in Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1948). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, V volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, pp. 117-118 (documento n.º 1471). A partir daqui citado como MNE, DAPE.

¹³³ Chefe dos Serviços Exteriores do Departamento da Imprensa e Propaganda do Estado.

¹³⁴ “[...] não depende da boa vontade do Governo Espanhol por tratar-se de um direito que não se pode violar sem provocar justificadas reclamações dos outros representantes. [...] Perante a minha insistência prometeu-me que se daria o devido relevo à vinda do Dr. Teotónio Pereira e procuraria que a imprensa se ocupasse devidamente do assunto. [...] No entanto antes de efectuar nova diligência junto de outra entidade não considero o caso satisfatoriamente resolvido.” “Do Cônsul-Geral de Portugal em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 4, Salamanca, 11 de Janeiro de 1938 in MNE, DAPE, V volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, pp. 154-155 (documento n.º 1503).

¹³⁵ Sobre a história da política externa britânica na segunda metade da década de 1930, a mais relevante do ponto de vista dos interesses portugueses no desenrolar da Guerra Civil em Espanha, John Charmley, *Chamberlain and the Lost Peace*, s.e., Chicago, Ivan R. Dee, Publisher, 1989; idem, *Churchill: The End of Glory. A Political Biography*, s.e., s.l., Sceptre, 1995, pp. 308-367; R. A. C. Parker, *Chamberlain and Appeasement: British Policy and the Coming*

“Guinada de leme”

Resumindo, para Portugal o apoio aos nacionalistas e a vitória destes asseguraria a não bolchevização de Espanha e, a prazo, de toda a Península.¹³⁶ Porém, e pelo facto de esses mesmos nacionalistas se encontrarem, em grande medida, política, económica e ideologicamente próximos e dependentes da Alemanha e da Itália – que, pela sua parte, e tanto em relação ao conflito espanhol como à política europeia, estavam longe de possuírem uma absoluta comunhão táctica e, até, estratégica¹³⁷ –, colocava sérios problemas à consecução dos objectivos e interesses portugueses, sobretudo à medida que se ia tornando mais forte a possibilidade de vir a estalar uma guerra geral, na qual Portugal e Espanha poderiam ver-se na contingência de alinhar em campos opostos. Em 1936, pensava-se em Lisboa que, após a vitória da Frente Popular nas eleições de 16 de Fevereiro, não estaria apenas em causa a repetição das ameaças às intervenções na política portuguesa conduzidas a partir de Espanha em 1931 e 1934, quando os Governos esquerdistas daquele País apoiaram as oposições ao salazarismo, inclusivamente com armas.¹³⁸ A partir de Fevereiro/Março de 1936, chegou-se à conclusão de que se jogava uma questão político-ideológica de fundo, havendo quem lhe chamasse “civilizacional”, que justificava, por exemplo, o apoio a um leque variado de forças políticas espanholas, do centro para a direita, mesmo que se soubesse possuírem no seu seio elementos fortemente nacionalistas, nomeadamente os falangistas, que consideravam ser justo e necessário, na primeira oportunidade, um avanço militar sobre Lisboa que pusesse fim a esse acidente histórico que era a existência de Portugal como Estado independente.¹³⁹ Mas na

of the Second World War, s.e., Nova Iorque, St. Martins's Press, 1993, pp. 158-199 e idem, *Churchill and Appeasement*, s.e., s.l., Papernac, s.d., pp. 116-209.

¹³⁶ Este argumento também foi evocado pelo Governo de Franco nas instruções entregues ao duque de Alba antes deste ter dado início à sua missão diplomática em Londres. “Si triunfara en España el bolchevismo (que se propagaría seguramente en Portugal) sería una secuela de Rusia.” Citado em Enrique Moradiellos, *op. cit.*, p. 190.

¹³⁷ Por exemplo, enquanto os italianos – como as autoridades portuguesas – se esforçavam por contribuir para uma resolução rápida do conflito armado, aos alemães interessava o seu arrastamento, objectivo que Moscovo, até 1938, também partilhava. Franco, por seu lado, concebeu uma campanha militar em marcha moderada e lenta, uma vez que dessa forma conseguiu a vitória da forma que mais desejava: obter poder político para refazer a Espanha à sua imagem, eliminado física ou politicamente os inimigos à esquerda e os seus rivais da direita. Paul Preston, *La política de la venganza. El fascismo y el militarismo en la España del siglo XX*, 2ª. ed., Barcelona, Ediciones Peninsula, 1997, pp. 57-81.

¹³⁸ Hipólito de la Torre Gómez, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 40-47. Sobre as relações luso-espanholas durante o período de vigência da Ditadura Militar e da Ditadura de Primo de Rivera, idem, *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 120-140.

¹³⁹ Num relatório enviado ao Governo português em finais de 1937, dando conta das movimentações políticas no campo nacionalista, o cônsul de Portugal em Salamanca, Vasco Cunha, concluiu: “«publica-se em San Sebastián um jornal da Falange cujos cartazes representam a Península Ibérica sem divisão de fronteira e atravessada de lado a lado por uma faixa onde se lê a palavra ‘Unidade’, que é o inocente título do jornal.»” Citado em Franco Nogueira, *As crises e os homens*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 294. Isto significa, também, que a prontidão no apoio dado pelo Governo português aos rebeldes teve um elemento de irracionalidade não desprecianda. Ou seja, uma não incursão militar espanhola em Portugal, que devia ter sido equacionada, tanto depois do triunfo dos nacionalistas como no decurso do conflito ou, até, no caso de vitória “vermelha”, estava dependente

“Guinada de leme”

realidade, e como afirmou Armindo Monteiro em conversa com o Encarregado de Negócios britânico em Lisboa, havia entretanto questões mais importantes para resolver:

Temos de considerar que, nos territórios sujeitos ao que se chama o Governo de Madrid, dominam de facto os homens dos partidos comunista e anarco-sindicalista. A sua vitória será de facto a vitória da gente que obedece às ordens de Moscovo. Para Portugal isso significará a guerra logo a seguir ao triunfo desta ou em curto prazo depois dele.

[...]

*Teremos assim em jogo a nossa liberdade, a ordem social portuguesa, a nossa independência.*¹⁴⁰

Ainda que a posição portuguesa no conflito espanhol tivesse, inicialmente, contado com a oposição do Reino Unido,¹⁴¹ seu principal, para não dizer único, aliado, sucedeu que a rápida internacionalização daquele, logo no ano de 1936, parecia dar razão às palavras proferidas por Armindo Monteiro, a outras pronunciadas por Salazar¹⁴² e, já agora, àquele que era o sentimento de inúmeras personalidades do Partido Conservador britânico,¹⁴³ de diversos testemunhos proferidos por diplomatas do Reino Unido espalhados por Espanha e de boa parte da imprensa,¹⁴⁴ todos eles vendo o conflito neste País como uma espécie de repetição das situações revolucionárias e de guerra civil que tinham tido lugar na Rússia depois dos acontecimentos de Fevereiro de 1917.¹⁴⁵ Parecendo querer confirmar as piores suspeitas, o

de factores não controláveis em São Bento ou nas Necessidades. A incursão dar-se-ia ou não consoante o desenvolvimento da política espanhola e da vontade britânica de intervir na Península ao lado de Portugal.

¹⁴⁰ “Apontamento de conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Encarregado de Negócios de Inglaterra em Lisboa”, Lisboa 7 de Agosto de 1936 in MNE, *DAPE*, vol. III, Lisboa Imprensa Nacional de Lisboa, 1964, pp. 90-91.

¹⁴¹ Valha a verdade que tardou um pouco a manifestar-se, decorrendo apenas do chamado processo de internacionalização do conflito. Mesmo neste contexto, a neutralidade “benévola” adoptada pelo Governo de Sua Majestade estava longe de molestar seriamente os interesses e o comportamento adoptados pelo Governo português. Sobre a política britânica durante a fase inicial do conflito – e quando este parecia poder ser breve –, Enrique Moradiellos, *op. cit.*, pp. 40-136.

¹⁴² “Temo-nos cansado de dizer à Europa que a guerra civil espanhola, independentemente da vontade e intenções das partes em conflito, é com absoluta evidência uma luta internacional num campo de batalha nacional, e que forças poderosas se desenvolvem em todos os países para conseguir, por meio de movimentos internos ou de prestações de pessoal ou material, auxílios ao triunfo de uma ideologia que supomos não ser – ou pelo menos até há pouco não era – a do Governo oficial de Madrid.” Oliveira Salazar, *op. cit.*, pp. 185-186.

¹⁴³ Em Agosto de 1936, Winston Churchill deu aos leitores do *Evening Standard* a sua versão dos acontecimentos em Espanha, insistindo que era uma luta entre Comunismo e Fascismo. Por isso declarou: “whoever wins in Spain, freedom and free democracy must be the losers. A revived Fascist Spain in closest sympathy with Italy and Germany is one kind of disaster. A communist Spain spreading its snaky tentacles through Portugal and France is another, and many will think the worse.” R. A. C. Parker, *Churchill and Appeasement*, s.e., s.l., Papermac, s.d., pp. 106-107.

¹⁴⁴ Enrique Moradiellos, *op. cit.*, pp. 24-50.

¹⁴⁵ “The majority of the Conservative Party were on Franco’s side, seeing him as a shield against Communism. Eden took a contrary view, however, and refused advances from Mussolini while Italy was sending volunteers to help Franco.” Ou ainda: “In Britain, the majority of the Conservative Party and the Cabinet sided with Franco in the dispute. Eden, the Foreign Secretary, differed.” Richard Lamb, *Mussolini and the British*, s.e., s.l., John Murray, 1997, p. 7 e 171. Quanto às divisões verificadas na sociedade britânica a propósito da guerra em Espanha: A. J. P. Taylor, *English History 1914-1945*, s.e., Oxford - Nova Iorque, Oxford University Press, 1992 (1.ª ed., 1965), pp. 394-398 e 416. Sobre as analogias históricas e políticas, estabelecidas à época, entre os acontecimentos espanhóis de 1936 e russos de 1917 e posteriores, Enrique Moradiellos, *La Perfidia de Albión. El Gobierno británico y la guerra*

embaixador soviético em Londres, numa reunião de diplomatas dos países presentes no Comité de Não Intervenção realizada a 28 de Outubro,¹⁴⁶ não tinha qualquer problema em afirmar que visto o continuado apoio da Itália, Alemanha e Portugal aos revoltosos, a URSS não apenas não se via obrigada a cumprir o Acordo de Não Intervenção, como considerava justo o seu apoio ao Governo espanhol.¹⁴⁷ Um dia depois de terem sido feitas estas declarações, e pela primeira vez no conflito, as forças republicanas iniciaram uma ofensiva militar, a primeira digna desse nome em todo o conflito, cujo êxito dependeu do armamento soviético utilizado e da presença no terreno e nos estados-maiores de militares oriundos da União Soviética.¹⁴⁸

A sequência de acontecimentos na Europa, que a diplomacia portuguesa não podia naturalmente controlar, conduziu não apenas à vitória dos nacionalistas em Espanha mas, sobretudo, ao crescimento das tensões entre as principais potências – frustrando as expectativas de países como o Reino Unido, preocupado que estava com o desenvolvimento e consolidação da sua política de apaziguamento. O resultado seria o deflagrar da Segunda Guerra Mundial em Setembro de 1939. No contexto que tem vindo a ser descrito, a forma rápida e expedita encontrada pelo Governo português e, em especial, pela sua diplomacia para embarcar no apoio aos revoltosos em Espanha, não deixa de ser curiosa. Embora a situação revolucionária no País vizinho e a identificação político-ideológica entre o Estado Novo e os revoltosos tenham servido para justificar a atitude prosseguida, o facto é que o procedimento adoptado contrasta com a cautela e a frieza que quase sempre norteou Oliveira Salazar ao longo da sua carreira política. Aparentemente, e com excepção da decisão tomada de fazer a guerra aos movimentos independentistas em Angola no ano de 1961, em nenhum outro momento o dirigente máximo do

civil española, 1ª ed., Madrid, Siglo XXI, 1996, pp. 32-39 e Ernst Nolte, *La Guerra Civil Europea 1917-1945. Nacionalsocialismo y bolchevismo*, 1ª. ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1994, pp. 231-241.

¹⁴⁶ A sua primeira reunião teve lugar em Londres no dia 9 de Setembro.

¹⁴⁷ A decisão soviética de intervir em Espanha foi tomada a 6 de Setembro de 1936. *The New York Review of Books*, vol. LI, n.º 8, 13 de Maio, 2004, p. 47 (informação contida numa carta de R. W. Davies ao editor da publicação). “What were the aims of the Soviets and their agents? How did they respond to the confused and chaotic situation in Spain? From first to last their policies were dictated by the Soviet Union’s interests as a great power. Concerned with the rise of Hitler, the Comintern had advocated the creation of broadly based Popular Fronts, ranging from bourgeois democrats and progressives to the proletarian parties, which should start a process of fusion that would be encouraged by the Communists. Only if these fronts were presented as part of an international defense of democracy could the Western powers be attracted as allies against the fascist powers. Thus the immediate Communist response to the outbreak of the war was prudent and cautious, avoiding any appearance that the Popular Front government was a Communist or revolutionary organization. [...]” Raymond Carr, “Spain and the Communists” in *The New York Review of Books*, vol. L, n.º 6, 10 de Abril de 2003, p. 63.

¹⁴⁸ Ivan Mikhailovich Maisky era o embaixador soviético em Londres. Hugh Thomas, *op. cit.*, pp. 467-468. Sobre o fornecimento de armas soviético ao Governo espanhol, Gerald Howson, *Arms for Spain. The Untold Story of the Spanish Civil War*, s.e., Nova Iorque, St. Martin’s Press, 1999, *passim*. Sobre a intervenção soviética em Espanha durante a Guerra Civil, Ronald Radosh, Mary R. Habeck e Grigory Sevostianov (ed.), *Spain Betrayed. The Soviet Union in the Spanish Civil War*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 2001, *passim* e Stanley G. Payne, *Unión Soviética, comunismo y revolución en España (1931-1939)*, 1.ª ed., Barcelona, Plaza Janés, 2003, pp. 165-227.

“Guinada de leme”

Estado Novo foi tão voluntarioso na forma como conduziu um processo decisório de transcendente importância. A opção assumida no Verão de 1936, se analisada apenas à luz das questões de política externa, parece excessiva, desproporcionada mesmo, uma vez que valoriza a dimensão estratégica do conflito, deixando para segundo plano a avaliação do elemento tático, sempre imprevisível e imprevisível, tanto do ponto de vista externo como interno. Daí que pareça muito parcial, por apontar apenas às variáveis de política externa, a avaliação produzida nos termos em que o fez, por exemplo, Jorge Borges de Macedo ao afirmar que a “orientação da política externa portuguesa de apoio a Franco, sem alterar o equilíbrio europeu, com reforço da Inglaterra, tinha-se definido com clareza na questão abexim, mas com a guerra civil de Espanha, Salazar definiu uma política própria que foi a pedra de toque do Estado Novo.”¹⁴⁹ Sendo nas suas linhas gerais correcta a análise, convém recordar que a sua validade decorre do conhecimento tido a posteriori daquela que foi a direcção tomada pelos acontecimentos. Por isso, e de modo a possuir-se uma visão mais próxima da realidade sobre aquilo que significaram as decisões tomadas por Salazar face aos acontecimentos que tiveram lugar em Espanha, parece óbvio que mais atenção deveria ter sido dispensada pela historiografia à enorme imprevisibilidade da situação política internacional vivida no Verão de 1936. No caso de se ter em conta essa realidade, é óbvio que facilmente se conclui ter sido o conjunto de decisões tomadas em Lisboa no mês de Julho de 1936 pelo chefe do Governo português, um passo mais ditado pela emotividade do que pela razão, o que poderia ter condenado de modo irreparável a consecução dos objectivos definidos e dos interesses defendidos. Mas isso não foi tudo. A pressão política interna a que o regime se encontrava sujeito, nomeadamente da sua ala direita, também terão sido determinantes nas decisões tomadas.

É verdade que apesar de todo o ambiente confuso e cada vez mais instável que caracterizava a Europa a partir de 1936, acabou por se registar uma aproximação entre os interesses de Portugal e do Reino Unido na Península Ibérica. Em Londres, no mês de Maio de 1937, Chamberlain substituiu Baldwin como primeiro ministro e, mais importante, em Fevereiro do ano seguinte Eden demitiu-se, sendo substituído por Halifax à frente do Foreign Office.¹⁵⁰ Simplesmente, se Eden sempre vira com maus olhos a política adoptada por Portugal em

¹⁴⁹ Jorge Borges de Macedo, *Marcelo Caetano e Marcelismo*, s.e., s.l., Lisboa, 1995, pp. 11-12.

¹⁵⁰ A propósito deste acontecimento, e a meio do relato de uma conversa mantida com o general Conde de Jordana – vice presidente do Governo e ministro dos Assuntos Exteriores –, Pedro Theotónio Pereira anotou o seguinte: “O Ministro dos Assuntos Exteriores mostrou-se muito optimista sob a forma como estão decorrendo as operações militares e manifestou-me especial regozijo pela saída do Sr. Eden do Foreign Office. A este respeito devo observar a V. Ex.a que a reviravolta da política externa britânica produziu em toda a Espanha Nacional tanto ou mais regozijo que a brilhante e feliz conquista de Teruel.” “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício sem número, Salamanca, 4 de Março de 1938 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 215 (documento n.º 1561).

“Guinada de leme”

relação a Espanha depois de Julho de 1936, Halifax, por seu lado, se não criticava nem sequer se preocupava muito com esta, era um homem muito mais disposto do que o seu antecessor à frente do Foreign Office em executar uma política de apaziguamento da Alemanha. Ora uma componente dessa política, se necessário fosse, facilmente sacrificaria os interesses portugueses e parcelas da sua soberania, nomeadamente em África. A 17 de Novembro de 1937, quando ainda não ocupava a pasta dos Negócios Estrangeiros, Halifax foi enviado à Alemanha para conferenciar com Hitler em Berchtesgaden. Regressou a Londres convencido de que para apaziguar a Alemanha era necessário fazer importantes concessões. Na sua opinião os únicos recursos disponíveis para satisfazer as ambições alemãs encontravam-se em África, até porque um dos seus interlocutores germânicos lhe falara no desejo de Berlim em recuperar o Togo, os Camarões e em adquirir uma parte do Congo belga e de Angola. Com base nas opiniões expressas por Halifax, o Governo britânico concluiu que a recolocação da Alemanha num “lugar ao sol” podia passar pela negociação daquelas reivindicações. Sobre este ponto, discutido e aprovado pelo Comité dos Negócios Estrangeiros Britânico – a que pertencia Chamberlain –, foi estabelecido um plano mais alargado daquilo que deveria vir a ser uma nova partilha de África.¹⁵¹ Contra esta situação procurou o Governo português agir imediatamente, tendo Salazar telegrafado para Londres pedindo a Armindo Monteiro uma qualquer declaração do Governo de Sua Majestade que pudesse tranquilizar Lisboa:

Recebido telegrama n.º 697. Suponho difícil V. Ex.a em entrevista com Eden averiguar factos se como tem sido afirmado assunto conversas Halifax se mantém secreto. Mas não será impossível obter declaração tranquilizadora cujo teor e tom muito convém fixar dizendo V. Ex.a encontrando-se face graves afirmações jornais tem necessidade de informar e esclarecer o seu Governo acerca do que se passa por causa sobretudo opinião pública portuguesa muito susceptível esta matéria e não propriamente porque Governo, seguro como está sua própria intransigência e funcionamento aliança inglesa caso risco ataque integridade colonial, tome muito à letra referido plano de combinação.¹⁵²

Por outro lado, e embora com o reconhecimento por Londres quer do Governo de Franco,¹⁵³ quer da invasão da Abissínia pela Itália que se dera em 1935,¹⁵⁴ tivesse tido início uma estratégia político-diplomática que pretendia obter um apaziguamento da Europa através do isolamento, ainda que relativo, da Alemanha,¹⁵⁵ verdade era que para cumprir este objectivo, o

¹⁵¹ Andrew Roberts, *The Holy Fox: The Life of Lord Halifax*, s.e., s.l., Phoenix Giant, 1991, pp. 76-77.

¹⁵² “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres”, telegrama n.º 425, Lisboa, 2 de Dezembro de 1937 in MNE, *DAPE*, vol. I, 2ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1973, p. 212 (documento n.º 155.). Ver ainda, idem, *ibidem*, documentos n.º 137 e 138.

¹⁵³ O reconhecimento, *de facto*, deu-se a 16 de Novembro de 1937.

¹⁵⁴ Reconhecimento *de jure* a 10 de Abril de 1938, na sequência do chamado acordo da Páscoa italo-britânico. Sobre a atitude da diplomacia portuguesa durante a crise da Abissínia, Pedro Aires Oliveira, “Portugal e a crise italo-abissina (1935-1936)” in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 5-28.

¹⁵⁵ John Charmley, *Chamberlain and the Lost Peace*, s.e., Chicago, Ivan R. Dee, Publisher, 1989, *passim*.

“Guinada de leme”

Governo de Londres contava com a diplomacia portuguesa, ainda que tanto Portugal como Espanha tivessem nos assuntos europeus, até à derrota inesperada da França em Junho de 1940, uma importância relativamente marginal.¹⁵⁶ Ainda assim, neste contexto, é legítimo e lógico que se defenda ter sido a celebração do chamado Pacto Ibérico – uma iniciativa não só espanhola, mas também britânica –, um produto tardio mas eficaz da chamada política de apaziguamento britânica na Península, e que juntamente com o protocolo adicional celebrado em 1940, seria o instrumento diplomático que condicionaria a relações político-diplomáticas entre os dois Estados peninsulares.¹⁵⁷

Neste esboço de enquadramento vale ainda a pena sublinhar que praticamente por todo o mundo onde era possível formar uma opinião acerca dos acontecimentos em Espanha no decurso da Guerra Civil, esses mesmos acontecimentos ficaram registados e foram aceites essencialmente enquanto duas versões simplificadas acerca daquilo que estava em causa. Segundo uma delas, um dos campos era comandado por um “aspirante a ditador militar, apoiado por ricos latifundiários e capitalistas” e por um ramo “reaccionário e intolerante” da Igreja Católica. Este campo tratava de fazer a guerra a “um governo progressista, reformista e democrático” que contava com o apoio de trabalhadores industriais e agrícolas e dos elementos mais esclarecidos das classes médias. Na segunda versão, falava-se de um Governo impotente, “sem poder”, presidindo a uma associação “violenta, desordeira e brutal” de “Comunistas e anarquistas sem lei” que atacavam a propriedade, “queimavam igrejas” em manifestações “de ateísmo feroz”, conseguindo uma “fina camada de respeitabilidade” através da presença entre eles de um pequeno número de “intelectuais liberais sem poder”. Mas é claro, tratava-se de uma coligação assustadora da qual a Espanha apenas podia ser “resgatada pelas forças da ordem e

¹⁵⁶ Neste contexto vale a pena sublinhar que embora durante toda a Guerra Civil em Espanha o papel de Portugal fosse muito importante, ele em nada influiu no desenvolvimento verificado entre as principais potências europeias entre 1936 e 1939. P. M. H. Bell, *The Origins of the Second World War in Europe*, 2.ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1997, p. 242n.

¹⁵⁷ O Tratado de Amizade e Não-Agressão luso-espanhol foi celebrado a 17 de Março de 1939, mas a iniciativa levada a cabo por parte da diplomacia de Franco, tendo em vista a sua celebração, remonta a 12 de Setembro de 1938. Um Protocolo Adicional será incluído a 29 de Julho de 1940. Do ponto de vista formal, e enquanto as grandes potências realmente o desejassem, o acordo obtido garantia que a guerra não chegaria à Península. As razões para o atraso português na concretização do primeiro documento terá sido uma consequência do facto do Governo em Lisboa pretender medir o alcance para os interesses do País da aproximação então em curso entre o Reino Unido, por um lado, e a Espanha nacionalista e a Itália, por outro. Pensava ainda poder estar em gestação um entendimento italo-britânico para a partilha do império colonial português. Opinião idêntica é sustentada por António José Telo, *op. cit.*, p. 282. Ver ainda Fernando Rosas, “O Pacto Ibérico e a neutralização da Península” in *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*, s.e., s.l., Ed. Fragmentos, s.d., pp. 107-120. Por outro lado, César Oliveira confessa a sua perplexidade relativamente à demora nas negociações para a celebração do acordo luso-espanhol de 1939. César Oliveira, *op. cit.*, pp. 373-374. É óbvio que em finais de 1938 Salazar abandonara o voluntarismo e a empatia político-ideológica em que assentaram as suas decisões políticas em relação à Espanha no Verão de 1936.

“Guinada de leme”

da decência.”¹⁵⁸ Não havendo qualquer razão para não concluir que o apoio inequívoco dado pelo regime chefiado por Oliveira Salazar aos nacionalistas em Espanha assentava na segunda versão dos acontecimentos, a verdade é que quando em Julho de 1936 se dá o pronunciamento militar, a decisão por parte das autoridades portuguesas de se colocarem ao lado dos revoltosos, foi tomada contra todas as regras do bom senso, sobretudo quando se lhes deparava uma sucessão de acontecimentos à partida tão importantes para os destinos da política externa e da política interna de Portugal. A resposta mais provável para esta atitude estará no facto dos dirigentes portugueses terem pensado que o *alzamiento* nunca degeneraria numa guerra civil e que se trataria de um golpe militar que se tornaria vitorioso se não numa questão de horas, pelo menos numa questão de dias. Pelo facto dos acontecimentos não terem seguido o curso previsto em Lisboa (onde, recorde-se, conspiravam os principais inimigos da República espanhola), a precipitação poderia ter de facto trazido grandes problemas ao Governo e ao regime.¹⁵⁹ Ora aquela precipitação, que poderia ter sido fatal, decorreu também do facto do ano de 1936 ter sido extremamente complicado para a diplomacia portuguesa. O problema espanhol não foi o único que se lhe apresentou, embora se tratasse do mais importante e aquele cujo desenlace mais imediata e directamente influenciaria o País e o regime. O facto da soberania portuguesa se estender, por exemplo, à África continental¹⁶⁰ e ao Extremo Oriente,¹⁶¹ nomeadamente a

¹⁵⁸ R. A. C. Parker, *Chamberlain and Appeasement: British Policy and the Coming of the Second World War*, s.e., Nova Iorque, St. Martin's Press, 1993, p. 80.

¹⁵⁹ Não foram apenas as autoridades portuguesas que se enganaram na previsão da desejada eficácia do golpe militar inicialmente comandado por Sanjurjo. De qualquer forma, as previsões optimistas acerca do desenlace rápido da rebelião a favor daqueles que lhe deram início teve lugar em vários momentos dos primeiros meses da guerra. Tanto alemães como italianos, ao decidirem-se no apoio ao transporte das tropas comandadas por Franco do protectorado espanhol em Marrocos para o território metropolitano, fizeram-no na convicção de que daí para a frente a vitória militar dos rebeldes seria rápida. A continuação da ajuda italo-alemã até Novembro fez-se sempre com essa convicção. Só a partir daquele momento – que coincidiu com o fracasso da ofensiva rebelde para a tomada de Madrid – se reconheceu o erro de avaliação e se substituíram os conceitos de golpe ou pronunciamento militar e, depois, de guerra curta, pelo conceito de guerra longa, tendo “brancos” e “vermelhos” no interior de Espanha, e os respectivos aliados no exterior, passado a agir de acordo com uma realidade não prevista. Para a evolução da atitude de alemã perante a guerra civil espanhola em 1936, Gerhard L. Weinberg, *The Foreign Policy of Hitler's Germany: A Diplomatic Revolution in Europe*, vol. 1, s.e., New Jersey, Humanities Press, 1994, pp. 284-299. Sobre as relações germano-espanholas no período posterior, até ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial, idem, *The Foreign Policy of Hitler's Germany: Starting World War II 1937-1939*, vol. 2, s.e., New Jersey, Humanities Press, 1994, *passim*. A percepção britânica da guerra em 1936, do ponto de vista da historiografia espanhola, Enrique Moradiellos, *op. cit.*, pp. 40-136.

¹⁶⁰ António Louçã, “A diplomacia salazarista e as propostas de partilha colonial: 1937-1938”, in *História*, ano XIX (nova série), n.º 34, Agosto-Setembro, 1997, pp. 5-13. Sobre o entrelaçamento, em 1935, da “crise italo-abissina” com os “interesses coloniais portugueses”, Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 11-16. Sobre a crise colonial de 1937, Franco Nogueira, *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., 1986, pp. 132-137, que não confunde aquilo que sobre o tema se sabia na altura dos acontecimentos com aquilo que os historiadores estão habilitados a saber.

¹⁶¹ Na Primavera e Verão de 1937, por exemplo, no seu avanço “para o sul da China, as forças japonesas aproximam-se de Macau, e a pretexto de evitar uma eventual ocupação pelos chineses, Tóquio tenciona enviar alguns navios de guerra àquele porto português. Ao mesmo tempo que procura dissuadir o governo nipónico, Salazar determina a partida para Macau do *Gonçalo Velho* e do *Bartolomeu Dias*, e de duas companhias de artilharia; e em meados de Setembro o governo de Tóquio desiste do propósito.” Sobre este episódio e alguns

“Guinada de leme”

Macau, fez com que as atenções se virassem ora para a componente colonial da política de apaziguamento britânica face à Itália e, sobretudo, à Alemanha – como já vimos –, mas também para o conflito sino-japonês que remontava a 18 de Setembro de 1931, e que na sequência dos incidentes na ponte de Marco Polo, ocorridos na noite 7 de Julho de 1937, recrudesceu brutalmente, parecendo estar imediatamente em causa não só a segurança mas também a integridade daquela colónia portuguesa na China.¹⁶² Sucedeu que a catadupa de acontecimentos de 1935-1936 condicionou o processo decisório em relação a Espanha em Julho de 1936, sendo que a profunda e crescente crise política europeia e asiática, com repercussões em África, mostrou em 1938 o alcance dramático que poderia ter tido, apesar de todas as condicionantes, a decisão tomada pelo Governo português face aos acontecimentos de Espanha naquela data. Isto porque no momento da crise checoslovaca e da então muito provável deflagração de uma guerra geral europeia, Portugal esteve à beira de se ver arrastado inapelavelmente pelo torvelinho. Em Setembro de 1938, e caso tivesse tido início um conflito militar por causa das reivindicações alemãs na Checoslováquia, as possibilidades de Portugal se poder manter neutral teriam sido muito menores do que aquelas que existiram em 1939, 1940-41 ou em 1943, aquando, respectivamente, do início da guerra na Europa, da derrota francesa, das intenções alemãs de ocuparem ou patrocinares a ocupação de Gibraltar pelos espanhóis e, finalmente, da cedência de facilidades militares nos Açores aos britânicos. Em 1938, e para além daquilo que eram as divergências entre as grandes potências europeias, caso Chamberlain não tivesse sido bem sucedido em Munique, uma guerra geral teria deflagrado.¹⁶³ Nessas condições, a possibilidade do seu alastramento à Península Ibérica seria não apenas uma consequência da internacionalização da Guerra Civil em Espanha – independentemente dos esforços que Londres pudesse desenvolver para que a Península se mantivesse neutral –, mas, sobretudo, da incapacidade dos nacionalistas para aniquilarem política e militarmente os seus inimigos.¹⁶⁴

imediatamente posteriores, elogiando muito o papel desempenhado por Oliveira Salazar, Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 124-125.

¹⁶² Sobre o conflito sino-japonês e o seu impacto político-diplomático no Extremo Oriente e no Pacífico, Akira Iriye, *The Origins of the Second World War in Asia and the Pacific*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1987, pp. 1-50. Peter Calvocoressi, Guy Wint e John Pritchard, *Total War. The Causes and Courses of the Second World War. Revised Second Edition*, 2ª ed., s.l., Penguin Books, s.d., pp. 703-823.

¹⁶³ Sobre crise checoslovaca, Gerhard L. Weinberg, *The Foreign Policy of Hitler's Germany: Starting World War II 1937-1939*, vol. 2, s.e., New Jersey, Humanities Press, 1994, pp. 313-464.

¹⁶⁴ Na sequência do êxito que Chamberlain reconheceu ter sido a Conferência de Munique, sugeriu a Mussolini que negociações podiam ser imediatamente levadas a cabo para resolver o problema espanhol. “The two sides could be called on to observe a truce, while the four Munich powers would help to work out a settlement. News of theses leaked out, and caused the republic to fear that it was about to suffer the same fate as Czechoslovakia. Franco did not like the idea either.” Hugh Thomas, *op. cit.*, p. 849. Por outro lado, o êxito do apaziguamento em Munique acabou por permitir aos alemães fornecerem os nacionalistas com o material de guerra necessários para pôr fim à Guerra no início de 1939. Caso isso não tivesse acontecido, o conflito ter-se-ia tornado num impasse bélico. Ou

“Guinada de leme”

Portanto, mesmo que Franco desejasse, de forma unilateral, neutralizar política e diplomaticamente a Espanha e, conseqüentemente, toda a Península, a verdade é que o campo republicano teria uma palavra a dizer, tornando-se pela primeira vez uma verdadeira opção e um interlocutor sério junto de todos os inimigos dos alemães num conflito europeu que esteve à beira de se declarar.¹⁶⁵ O facto de no final do Verão de 1938 os republicanos resistirem ainda aos nacionalistas, fazia com que estes não pudessem decidir tudo sobre aquela que devia ser a política externa de toda a Espanha. Caso desejassem optar pela neutralidade, não se encontravam em posição de impedir que uma parte do País, por mais reduzida que fosse geograficamente, aproveitasse o início de uma guerra europeia para ganhar fôlego e, sobretudo, aliados. Iniciado um conflito militar na Europa em que os alemães, aliados dos nacionalistas na Guerra Civil Espanhola, se vissem confrontados por franceses, britânicos e, até, soviéticos, uma importante consequência seria, além da identificação quase imediata das duas facções em presença na guerra espanhola com os dois campos em confronto na guerra europeia – o que teria consequências político-militares imprevisíveis –, a passagem de Portugal para uma situação incómoda, tornando-se então por demais evidentes as contradições da sua política externa e os erros de análise em que assentara. Por um lado, Portugal era aliado da Grã-Bretanha, prosseguindo e aprofundando a tradição histórica da sua política externa. Mas por outro, na Península Ibérica, seguia uma política independente e contrária à britânica, não tanto pelo facto do êxito de Franco se ter escorado no apoio da Alemanha e da Itália, mas por os republicanos poderem ficar em condições de se tornarem nos interlocutores privilegiados na Península dos inimigos da Alemanha na Europa. Era o regresso ao intervencionismo na política espanhola de modo idêntico àquele que sucedera durante a Guerra de Sucessão Espanhola.

Foi precisamente com o agravamento da situação na Europa, a propósito do crescente irredentismo germânico na região dos sudetas na Checoslováquia, e do perigo do seu alastramento a Portugal e a Espanha, que Pedro Theotónio manifestou pela primeira vez a opinião de que teria chegado o momento de ser dado a conhecer junto do generalíssimo uma proposta concreta que conduzisse à neutralização da “Península”, na sequência da proposta feita por Nicolau Franco a Salazar, no dia 12 de Setembro no Caramulo, e na qual se sugeria a adopção por Portugal e pela Espanha “nacional” de “uma política concertada de neutralidade,

seja, o desinvestimento soviético na Guerra a partir de Munique não era suficiente para garantir a vitória dos franquistas. Idem, *ibidem*, p. 941.

¹⁶⁵ Sobre a reacção do Governo franquista à crise checoslovaca e os termos em que se manifestou uma fugaz e derradeira esperança republicana de não ser inapelavelmente derrotada, Enrique Moradiellos, *op. cit.*, pp. 310-321. Sobre as consequências dos acordos de Munique em Espanha, idem, *ibidem*, pp. 321-336. Sobre estado de espírito de Franco durante os dias em que se desenrolou a crise checoslovaca, Paul Preston, *Franco. A Biography*, s.e., Londres, Harper Collins, 1993, pp. 312-314.

“Guinada de leme”

com garantia das fronteiras comuns.” Theotónio Pereira preocupava-se de tal forma com a grave situação europeia e a possibilidade de que uma crise no velho continente – degenerando, ou não, em guerra –, contaminasse a Península, que transmitiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros uma série de sugestões quanto às cedências negociais a fazer junto dos nacionalistas de forma a ser obtido, tão rapidamente quanto possível, um entendimento diplomático.

Considerando vantagem neutralizar na Península todos os motivos susceptíveis de estenderem a esta eventual conflito permito-me fazer V. Ex.a [Oliveira Salazar] sugestão se não seria viável acordo Não-Agressão que obtivesse ao mesmo tempo para Espanha reconhecimento beligerância por parte de Inglaterra, assegurando aquela seus portos e bases militares não serem utilizados por outrem com ou sem reserva prévia agressão terceiros.¹⁶⁶

Apesar do conteúdo de uma conversa tida com o embaixador alemão em Espanha, no decurso da qual este procurara assegurar, e ao contrário dos “boatos” que circulavam, que uma vez resolvida a questão dos sudetas a Checoslováquia deixava de interessar à Alemanha e, portanto, não só não havia razões para uma guerra na Europa, mas ainda para que os “vermelhos” em Espanha alimentassem qualquer esperança duma alteração no rumo dos acontecimentos,¹⁶⁷ a verdade é que independentemente do apetite germânico pela Checoslováquia não ter sido saciado com a assimilação dos sudetas, sucedia que no ano de 1938 ficara demonstrado que, também por causa do seu apoio aos nacionalistas, Portugal se encontrava política e diplomaticamente muito desprotegido para fazer frente com alguma segurança a uma crise europeia que degenerasse em guerra. Pelo menos enquanto o conflito em Espanha não terminasse. Independentemente desta realidade não parecer apoquentar os responsáveis pela política externa portuguesa, mais preocupados com os destinos do império colonial português, a pressa demonstrada por Theotónio Pereira para que o tratado luso-espanhol se fizesse o mais rapidamente possível era uma atitude de um enorme realismo e

¹⁶⁶ “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 152, San Sebastián, 20 de Setembro de 1938 in MNE, *DAPE*, I volume, 1973, p. 441 (documento n.º 370). Nesta altura já teria tido conversas com o ministro dos Assuntos Exteriores espanhol e nas quais este manifestava preocupação com o “à-vontade com que a Alemanha fazia preparativos de guerra e se metia a dar ordens em casa alheia.” Também Wenceslau Fernández Flores, escritor espanhol, teria tido o seguinte desabafo que Theotónio Pereira registou: “Se vem a guerra entre as nações não estando a nossa liquidada, vamos ficar em campos inimigos. Que horror!” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 103-104. A 19 de Setembro, no decurso de uma conversa que manteve com o general Conde de Jordana sobre a possibilidade de espanhóis e portugueses chegarem a um entendimento, que notou o seu interlocutor cada vez “mais preocupado” com o “grave momento da política internacional.” “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Ofício n.º 254 – Proc. n.1, San Sebastián, 19 de Setembro de 1938 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 448 (documento n.º 1756). De facto, e desde Maio, tinham sido suspensas as negociações hispano-germânicas para a celebração de um importante acordo entre os dois países. A 31 de Março de 1939, dezoito dias depois de celebrado o Tratado de Não-Agressão com os portugueses, Madrid e Berlim assinaram o seu próprio acordo. Gerhard L. Weinberg, *op. cit.*, p. 161.

¹⁶⁷ Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Telegrama n.º 154, San Sebastián, 23 de Setembro de 1938 in *ibidem*, documento n.º 373, p. 443.

“Guinada de leme”

previdência, percebendo portanto quais eram as ameaças reais à segurança de Portugal numa Europa em vésperas do início de um novo conflito que envolveria as suas maiores potências.¹⁶⁸

Setembro foi também, e após a bem sucedida, embora efêmera, aproximação germano-britânica, tempo para que os alemães manifestassem sérias dúvidas quanto à possibilidade dos nacionalistas conseguirem impor uma rendição incondicional aos republicanos. Por esse facto, o embaixador alemão junto de Franco confienciava a Pedro Theotónio Pereira ser da opinião de que, cedo ou tarde, se teria de avançar para uma solução negociada.¹⁶⁹ Para Theotónio Pereira, esta nova atitude podia não ser mais do que o alargamento à Espanha da política de entendimento entre Londres e Berlim iniciada em Munique. Por aquilo que lhe confienciava o seu interlocutor, uma concertação de políticas em Espanha entre aquelas duas potências apenas dependeria da anuência britânica em participar na eliminação da influência soviética na Europa.¹⁷⁰ E se uma solução negociada da guerra em Espanha fora sempre temida pelo Governo de Lisboa, a verdade é que face à possibilidade de se consolidar a aproximação germano-britânica registada em Munique, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português não apenas via chegar a bom termo a grave crise checoslovaca – o que favorecia no imediato a forma como as Necessidades definia os interesses de Portugal –, mas também a possibilidade de empurrar para o extremo oriental da Europa o eventual deflagrar de um conflito militar, cujas repercussões na Península Ibérica apenas muito dificilmente se sentiriam – o que a médio prazo também seria positivo na óptica da política externa portuguesa. Mas por outro lado, qualquer entendimento entre Londres e Berlim podia tornar Portugal num objecto de qualquer entendimento bilateral sobre os seus destinos e o do seu império africano. Num só ano, por causa da situação em Espanha e da crise europeia, Portugal passara do purgatório – onde estivera na sequência do reconhecimento oficial do Governo do general Franco por Lisboa –, para o inferno – que fora o modo trágico como se desenvolvera a crise checoslovaca –, e novamente para o purgatório, que tanto tinha aspectos infernais como outros a roçar o

¹⁶⁸ Sobre a probabilidade do alastramento de uma guerra geral europeia à Península, caso não tivesse sido resolvida pacificamente a crise checoslovaca, António José Telo, *op. cit.*, pp. 281-282. Isto independentemente de tanto britânicos como alemães tudo terem feito para que a guerra não chegasse ao extremo ocidental da Europa e o próprio Franco não desejar envolver-se num conflito europeu sem ter resolvido aquele que tinha entre mãos. Sobre as fricções nas relações hispano-germânicas a propósito da crise checoslovaca, Gerhard L. Weinberg, *op. cit.*, pp. 158-160.

¹⁶⁹ “Abordando situação interna Espanha concordou que afastamento hipótese guerra tirava as melhores esperanças aos vermelhos [...]. Pela primeira vez mostrou dúvidas sérias sobre vitória militar Generalíssimo dizendo que a despeito de repetidas declarações em contrário deste último o caminho que vê mais provável será a mediação.” *Idem, ibidem.*

¹⁷⁰ “Que a Inglaterra parece resolvida a terminar de vez com a influência russa na Europa o que tudo conduzirá a pôr a breve trecho termo guerra Espanha, mesmo sem vitória completa generalíssimo, uma vez que situação resultante fique por completo isenta de influência russa. [...] Fiquei com a impressão que tal atitude da Alemanha representaria já princípio acordo com a Inglaterra.” *Idem, ibidem*, pp. 443-444.

paradisiaco, mas que ao fim ao cabo fazem parecer os anos de 1936 a 1939 tão ou mais dramáticos do que aqueles ocorridos enquanto durou a Segunda Guerra Mundial.

“[...] para a frente de batalha.”¹⁷¹

Barjona de Freitas teve um importante papel nas negociações entre portugueses e espanhóis que tiveram como solução a troca de “agentes especiais.” Para dar execução a um projecto que tinha como objectivo uma aproximação diplomática formal entre a Espanha franquista e o seu Governo, Salazar utilizou os “bons ofícios” daquele “veterano” da “diplomacia” das Necessidades na altura colocado em Tânger e que para o efeito se deslocou a Espanha.¹⁷² Na conversa mantida com Franco, a 3 de Dezembro, Barjona de Freitas transmitiu ao generalíssimo uma comunicação do Governo português na qual se informava que Pedro Theotónio Pereira seria a figura que Salazar tinha pesado nomear “agente especial.”¹⁷³ Antes de partir para Espanha, no dia 6 de Janeiro,¹⁷⁴ Pedro Theotónio Pereira encontrou-se, provavelmente nas Necessidades, com o embaixador Teixeira de Sampayo. Ficaram aí assentes os “pormenores” da missão e aprazou-se para breve a partida.¹⁷⁵ Dias mais tarde, Theotónio Pereira deverá ter tido sobre o mesmo assunto uma última conversa com Salazar.¹⁷⁶ Depois da atribulada partida do Rossio e das manifestações de apoio à sua pessoa e à sua missão recebidas tanto em Lisboa como

¹⁷¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 345.

¹⁷² “O Ministro plenipotenciário em Tânger, Sr. Barjona de Freitas, partiu hoje de Lisboa para aí de automóvel encarregado de fazer em nome do Governo Português uma comunicação ao general Franco, em audiência que este se digne a conceder-lhe.” “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Cônsul-Geral de Portugal em Salamanca”, telegrama n.º 39, Lisboa, 30 de Dezembro de 1937 in MNE, *DAPE*, vol. V, 1967, p. 112 (documento n.º 1465).

¹⁷³ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, II volume, s.e., s.l., Verbo, 1973, pp. 32-33 e p. 60. No “comunicado” do Governo português, a ser entregue por Barjona de Freitas a Franco, podia ler-se que seria nomeado para o representar em Espanha alguém que “pela sua categoria política” pudesse “desenvolver a bem das duas nações” os seus “interesses e testemunhar os sentimentos da Nação Portuguesa.” Daí que a escolha “tivesse caído na pessoa do actual Ministro do Comércio, Dr. Teotónio Pereira, o qual para esse efeito abandonará a pasta. O Governo faz saber ao generalíssimo Franco que gostosamente receberá em reciprocidade um seu agente nas mesmas condições.” “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Cônsul-Geral de Portugal em Salamanca”, telegrama n.º 41, Lisboa, 4 de Dezembro de 1937 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 116 (documento n.º 1469).

¹⁷⁴ Apenas um mês após a sua nomeação, foi Theotónio Pereira informado por Teixeira de Sampayo sobre os pormenores da sua missão. A longa espera, que chegou a impacientá-lo, poderá ter tido vários motivos que, aparentemente, não lhe foram revelado. Um deles, porém, terá sido o início e o impasse relativo a que chegou batalha de Teruel. Sobre a batalha de Teruel, Hugh Thomas, *op. cit.*, pp. 788-794 e pp. 837-838. Sobre a impaciência de Theotónio Pereira, “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Dafundo, 3 de Janeiro de 1938, CLNSRF, *op. cit.*, p. 91 (documento 48).

¹⁷⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 7 de Janeiro de 1938, *idem, ibidem*, p. 92 (documento 49). Não foi possível encontrar no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros qualquer documento relativo a esta conversa.

¹⁷⁶ Segundo Franco Nogueira, no momento da nomeação de Theotónio Pereira, Salazar estaria muito preocupado com a situação política no campo nacionalista, nomeadamente com as demonstrações ostensivas de expansionismo ibérico dos falangistas. A nomeação de um agente especial seria uma tentativa de enviar para Espanha um interlocutor mais capaz de confrontar, apreciar e informar Salazar sobre a situação política interna espanhola. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 139.

“Guinada de leme”

noutros pontos do País por onde passou o comboio que transportava Theotónio Pereira, já instalado em Salamanca iniciou um trabalho que implicava tanto o estabelecimento de contactos com as figuras gradas do Governo de Franco, como com autoridades civis e militares radicadas em vários pontos de Espanha, mas que por uma razão ou por outra importava conhecer e cultivar.¹⁷⁷ Finalmente, Pedro Theotónio Pereira preocupou-se muito especialmente em conhecer, e entabular o mais rapidamente possível relações, com os representantes diplomáticos mais importantes instalados junto do Governo nacionalista, na convicção, correcta, de que sozinho dificilmente poderia ter um mínimo de êxito na sua missão.¹⁷⁸

À chegada a Salamanca aguardavam por Pedro Theotónio Pereira autoridades civis, militares e religiosas. Porém, nas suas *Memórias* causa verdadeira impressão o relato que deixou sobre as estações de comboio por onde foi passando a partir de Vilar Formoso, sempre “iluminadas por uma ténue chama de petróleo”, não havendo “outras luzes em volta. A imensidade escura do planalto reflectia o frio e a desolação duma noite de Inverno sem estrelas, sob um céu tão negro como a terras.” Era como se a paisagem desoladora fizesse adivinhar os duros trabalhos que o esperavam, embora tudo não fosse senão consequência do facto de a partir de Fuentes de Oñor, Theotónio Pereira se encontrar num País em guerra. Entre aqueles que o esperavam em Salamanca abundavam os militares, os “uniformes.” Havia “soldados com *gilabas* mouras enfiadas pela cabeça”, vários tricórnios da Guarda Civil, “*Carabineros*”, homens “velhos e adolescentes com uniformes do Tércio de Estrangeiros. Frio áspero e militares à nossa volta reflectindo nos botões de metal dos capotes as luzes da estação.” Diante de Theotónio Pereira perfilaram-se “três legionários de África com as grandes patilhas nos rostos secos e o arrego orgulhoso dos uniformes do Tércio de Estrangeiros.” Trataram-no de *Usted*, mas via-se “logo que eram portugueses, e do Minho. Cada um deles levava no peito a esfera armilar e o

¹⁷⁷ Por exemplo, logo nas primeiras semanas de desempenho da sua missão, em Fevereiro, visitou, na cidade de Sevilha, o “General Queipo de Llano.” Revelou-se-lhe tal e qual como “supunha”. Tratava-se de alguém que tinha descoberto “os benefícios do poder paterno pelo Estado e está perfeitamente na lua de mel com as suas funções de Senhor absoluto da formosa província da Andaluzia.” Na missiva que enviou a Salazar com o registo das suas impressões, acrescentou ainda que o tinha escutado “é claro, com a maior gravidade, como Gama ouvia os autocratas do Oriente.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 22 de Fevereiro de 1938, CLNSRF, *op. cit.*, p. 97 (documento 53).

¹⁷⁸ As impressões dos encontros com os embaixadores da Alemanha e de Itália e com o agente britânico, que tiveram lugar a 21 de Janeiro, encontram-se em MNE, *DAPE*, V volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, pp. 165-166 (documentos n.º 1515 e 1516). Um relato pitoresco dos primeiros encontros de Theotónio Pereira com os seus colegas estrangeiros, sendo recordados os bombardeamentos levados a cabo pela aviação republicana durante as entrevistas mantidas com o embaixador alemão, Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. II, s.e., s.l., Verbo, 1973, pp. 19-37 e 43-46.

“Guinada de leme”

escudo das quinas em gravação tosca e recortada certamente pelos próprios no seu tempo de folga.”¹⁷⁹

Em Salamanca – “praça militar em tempo de guerra” – ficou instalado no Grande Hotel, “na esquina da Monumental Plaza Mayor.”¹⁸⁰ Na primeira noite não conseguiu dormir. Ouvia-se o “brado” e o “ruído dos passos das sentinelas que montavam a guarda nas ruas apertadas da cidade medieval [...]” De madrugada escutou um “ruído novo mais compassado” que o arrancou na cama, ficando “a espreitar no canto da janela uma força militar que se aproximava. Pesadamente carregados, chispavam nas pedras da calçada as botas ferradas dos soldados.” Tratava-se de um “contigente que passava na direcção da estação para seguir para a frente de batalha.” Era outra vez a guerra, sendo que no espaço de algumas horas Pedro Theotónio Pereira deixara para trás a visão de uma realidade feita apenas através dos jornais e da rádio, passando a desfrutar de uma observação in loco.¹⁸¹

Nos dias que se seguiram, além de ter feito visitas de cortesia às autoridades da cidade e da região – religiosas, políticas e militares –, encontrou-se com Nicolau Franco – secretário-geral do Estado espanhol em vésperas da constituição do primeiro Governo nacionalista –, com o embaixador alemão, Eberhard von Stohrer,¹⁸² com o embaixador italiano¹⁸³ e com o agente britânico destacado para Salamanca que, sentindo-se isolado e vivendo num ambiente hostil, terá recebido Theotónio Pereira de braços abertos. Sir Robert Hodgson não tardou em descobrir que o neófito diplomata português, além de um potencial aliado político – algo que apenas se

¹⁷⁹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 344.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 345. Após a tomada de posse do primeiro Governo nacionalista e do seu reconhecimento de jure por Portugal, “foi oficialmente decidido que as missões diplomáticas se instalassem em San Sebastián por se ter verificado que em Burgos não haveria possibilidades de instalação para todas as embaixadas que já se anunciavam. San Sebastián tinha todas as possibilidades requeridas, quer como abundância de vivendas independentes quer como possibilidades hoteleiras.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. II, *Prefácio de Marcello Caetano*, s.e., s.l., Verbo, 1973, p. 95. Theotónio Pereira procurou adiar a transferência. “Achei de facto que era inconveniente ir para longe e suspendi os trabalhos de transferência da missão. Feito agora o reconhecimento, são precisos pelo menos três dias para fazer a mudança o que dificultará como é natural as comunicações.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Salamanca, 13 de Maio de 1938, CLNSRF, *op. cit.*, p. 112 (documento 58).

¹⁸¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 345.

¹⁸² Encontros relatados em Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. II, *Prefácio de Marcello Caetano*, s.e., s.l., Verbo, 1973, pp. 17-25. Quando se encontrava no edifício da Embaixada germânica, Salamanca sofreu um ataque aéreo de alguma intensidade, tendo algumas bombas caído na proximidade do local em que Theotónio Pereira se encontrava. Episódio idêntico, embora com consequências bem menos dramáticas, teve lugar no dia em que o embaixador visitou Pedro Theotónio Pereira no hotel em que este se encontrava instalado. “Os Embaixadores alemão e italiano chamaram ao caso «saudação» vermelha pela chegada do representante de Portugal. O agente inglês começou por me fazer a mesma observação na visita que lhe fiz no hotel onde reside.” “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 3, Salamanca, 21 de Janeiro de 1938, MNE, *DAPE*, V volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, p. 165 (documento n.º 1515).

¹⁸³ O conde Viola di Campalto.

“Guinada de leme”

revelaria num futuro mais ou menos próximo¹⁸⁴ –, era um conhecedor e um apaixonado pelos episódios da Guerra Civil Russa, leitor compulsivo de obras de história ou de ficção que se debruçassem sobre as façanhas políticas e militares dos exércitos brancos e seus generais no conflito que culminou em 1921,¹⁸⁵ além de conhecedor da “longa experiência de Hodgson na matéria” e de, por via disso, se ter documentado de modo a estar em condições de o impressionar minimamente.¹⁸⁶

Nas primeiras semanas passadas em Espanha, Theotónio Pereira foi recebido pelo Caudilho, assistiu à posse do primeiro Governo nacionalista – que substituiu a Junta Governativa –, partindo em seguida para as imediações de vários pontos da frente de batalha. Com esta atitude, além de procurar possuir um conhecimento menos deficiente da situação militar, preocupava-o estar mais próximo daquilo que pensavam diversas autoridades políticas e militares espalhadas pela Espanha nacionalista.¹⁸⁷ Entretanto, na segunda e terceira semana de Fevereiro, regressou a Lisboa onde conversou com Santos Costa, Teixeira de Sampaio, Armindo Monteiro e António Ferro.¹⁸⁸ Na primeira entrevista com Franco, que durou

¹⁸⁴ Sobre Theotónio Pereira, Hodgson enviou para Londres a seguinte informação: “Gave up his post as Minister of Commerce at Lisbon and arrived in Salamanca last January as agent to the Government of General Franco. On the 12th May the Portuguese Government recognised de jure the National Government, and it was made known that Dr. Pereira would be the first Portuguese Ambassador in Burgos. He presented his letters on the 24th June. Has an attractive personality and is of most pleasant intercourse. Also, he is a fine figure of man. A warm partisan of Dr. Salazar, he has a profound admiration for his methods of government. Of the Anglo-Portuguese Alliance he always speaks as being the central feature of Portugal’s foreign policy. At the same time, he is liable, on occasion, to criticise Great Britain’s attitude in relation to Spain as misguided and ill-informed. She would have done more wisely had she formed a policy in the light of advice tendered by Lisbon.” “Sir R. Hodgson to Viscount Halifax - (Received October 31)”, n.º 570, Burgos, 31 de Outubro de 1938, PRO-FO371/22633.

¹⁸⁵ Pedro Theotónio Pereira teve em Espanha a oportunidade de conhecer vários antigos oficiais dos exércitos que tinham combatido os bolcheviques durante a guerra civil russa. Muitos deles “pertencentes à nobreza báltica”, em Espanha, encontravam-se alistados na Legião. Havia ainda oficiais gregos, ucranianos, polacos, irlandeses e búlgaros, todos reconhecíveis “à distância pelos modos e aparência.” Os búlgaros confessaram uma vez a Theotónio Pereira que os soldados portugueses sob o seu comando eram excelentes, apenas com o “defeito” de usarem de “extrema clemência para com os prisioneiros.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 130-131.

¹⁸⁶ Conversámos sobre “as guerras dos Russos Brancos contra os bolcheviques, porque eu já sabia da longa experiência na matéria. Citei a Sir Robert as campanhas de Denkin na Sibéria, de Wrangel na Ucrânia e Crimeia e, como ponto de maior interesse, a guerra movida na Mongólia pelo barão Ungern de Sternberg. Hodgson servira nessas três campanhas e noutras crises [...]. Já ficavam um pouco distantes na minha memória os livros de Ossendovski, mas as respostas precisas do meu interlocutor a umas perguntas que lhe fiz relacionadas com o tema trouxeram-me ao espírito uma multidão de lembranças quase praticamente esquecidas. Eu deveria ter acompanhado pelo menos em espírito as andanças do meu colega inglês.

[...]

Sir Robert despediu-se de mim como se juntos tivéssemos atravessado a estepe siberiana incorporados num regimento da cavalaria do Etman dos cossacos!” Idem, *ibidem*, p. 25.

¹⁸⁷ Tanto em Salamanca como noutros pontos do território espanhol esteve mais do que uma vez debaixo de fogo. Note-se, porém, que as impressões que nos deixou nas suas *Memórias* de muitas das principais figuras nacionalistas, em pouco ou nada se assemelha àquelas outras que produziu nos documentos oficiais e, sobretudo, privados que enviou para Portugal enquanto desempenhou os cargos de agente especial e embaixador. *Ibidem*, pp. 17-80.

¹⁸⁸ CLNSRF, *op. cit.*, pp. 94-96 (documentos 51 e 52). Com António Ferro estudou a “situação” em Espanha “com cuidado”, esboçando-se um plano de ação. “Ele julga necessário ter lá, pelo menos durante certo tempo, um funcionário do S.P.N. e a mim agrada-me mais essa ideia do que ter um adido de imprensa pois não me parece

“Guinada de leme”

“aproximadamente uma hora”, foi recebido com cordialidade “mas com certa reserva acerca” da posição portuguesa quanto às suas “relações diplomáticas” com Espanha.¹⁸⁹ Lançando o tema do aprofundamento das relações económicas entre Portugal e Espanha, claramente prioritário, como resposta de Franco recebeu uma declaração de que deveriam “no futuro [...] ser estudadas com maior atenção.” Antes haveria “que chegar a acordo em assuntos muito importantes”, ficando as questões económicas relegadas para depois da guerra.¹⁹⁰ Theotónio Pereira deu depois, como rapidamente Salazar assinalaria, um passo em falso.

Observei que a minha estada neste país me oferecia de facto oportunidades interessantíssimas para conhecer a sua evolução actual. E fazendo convergir a conversa para a necessidade de um estreito contacto com o generalíssimo, a fim de se poder desenvolver essa política de entendimento e colaboração, aludi às questões internacionais de grande interesse para a Espanha e aproveitei o ensejo para, cumprindo o determinado por V. Ex.a, conhecer o ponto de vista do meu interlocutor sobre o assunto da retirada dos voluntários.¹⁹¹

Evidente era que Theotónio Pereira tinha instruções claras para tomar conhecimento sobre aquela que seria a forma institucional e político-ideológica que o regime político chefiado por Franco viria a assumir depois de terminada a guerra, sendo evidente que ao Governo português interessava ouvir todo e qualquer tipo de declaração que desse notícia de uma identificação político-ideológica da Espanha do pós-guerra com o Portugal de Carmona e Oliveira Salazar.¹⁹² Era evidente que uma solução deste tipo parecia ser um dos sinais mais seguros de que a Espanha se desejava subtrair à até então por demais evidente influência alemã e, ao mesmo tempo, dominar os ímpetos do radicalismo falangista, nomeadamente na

conveniente a nomeação do [Armando] Boaventura. A minha primitiva impressão verificou-se mais depois destas semanas em Espanha.” Idem, *ibidem*, p. 95 (documento 52). Sobre as razões do recurso ao S.P.N., “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 11, Salamanca, 5 de Fevereiro de 1938 in MNE, *DAPE*, vol. V, 1967, pp. 185-186 (documento n.º 1537).

¹⁸⁹ “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 9, Burgos, 31 de Janeiro de 1938 in MNE, *DAPE*, vol. V, 1967, p. 172 (documento n.º 1525). Sobre esta entrevista, nas suas *Memórias* Pedro Theotónio Pereira deixou o seguinte testemunho: “Conversei perto de duas horas com o Generalíssimo e muito admirei a sua completa serenidade ao abordar os problemas mais numerosos.” E depois: “Não me recebeu com exteriorizações de cordialidade próprias das raças latinas.” Nem uma referência às razões dessa ausência de cordialidade de que dera conta a Salazar em Janeiro e Fevereiro de 1938. É óbvio que no início da década de 1970 estava mais preocupado com o efeito que o seu testemunho poderia ter nas relações luso-espanholas e, ao mesmo, em rescrever a história das relações entre a Espanha e Portugal no período em que exercera funções diplomáticas em Espanha. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 55-62.

¹⁹⁰ “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 7, Salamanca, 1 de Fevereiro de 1938 in MNE, *DAPE*, vol. V, 1967, p. 176 (documento n.º 1530).

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 177. A este ponto respondeu Salazar: “Desde que foi constituído um Governo com Ministro dos Negócios Estrangeiros não há fundamento para V. Ex.a esperar ou procurar ter contactos tão amiudados com o generalíssimo, como estava previsto na hipótese da continuação da situação anterior.” “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Agente Especial em Salamanca”, telegrama n.º 4, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1938 in MNE, *DAPE*, vol. V, 1967, p. 183 (documento n.º 1534).

¹⁹² Ao Governo português importava conhecer o peso que os sectores falangistas teriam no regime e, claro está, se Franco seria ou não uma solução transitória na chefia do Estado. Os portugueses queriam pois saber se a monarquia seria ou não restaurada e, caso tal viesse a acontecer, quando é que teria lugar e se se faria com Afonso XIII ou com o seu filho João de Bourbon, duque de Barcelona.

“Guinada de leme”

sua expressão imperial.¹⁹³ Sinais de uma possível identificação da Espanha nacionalista com Portugal foram dados a respeito da chamada “questão social.” Depois de salientar a “boa impressão” causada pela “situação económica” encontrada, Theotónio Pereira levou “novamente a conversa para a reforma do Estado.” E então,

*O generalíssimo disse-me que justamente nesta ocasião se iam passar factos muito importantes neste particular. [...] Um dos primeiros actos do novo Governo seria a promulgação da Carta do Trabalho. E a propósito falou do carácter marcadamente social do novo regime e disse que uma coisa não entendia na política portuguesa: que se falasse tão pouco da questão social. Não sabia se era falta de propaganda ou se existia de facto uma certa indiferença pela questão.*¹⁹⁴

Theotónio Pereira ficou verdadeiramente empolgado com a ideia, uma vez que já diversos falangistas o tinham procurado para tomar conhecimento da nova ordem social eventualmente criada pelo salazarismo. Uma vez que Franco também mostrava interesse, o agente especial luso rapidamente se disponibilizou para “falar da matéria”, para “prestar quaisquer informações sobre a [...] ordem corporativa” portuguesa. E numa observação muito curiosa e em grande sintonia com as convicções políticas e ideológicas de Pedro Theotónio Pereira, reproduzia a Salazar a leitura que fazia de uma parte da evolução política espanhola e que era também um recado claro sobre o entendimento que tinha das peripécias recentes e da política portuguesa neste campo.

*Disse da minha boa impressão acerca do secretário-geral da Falange, Raimundo Fernández Cuesta, agora Ministro da Agricultura, e da feliz evolução que verificara nas ideias daquela desde a intervenção do generalíssimo ao fundi-la com os «requetés».*¹⁹⁵ *Era necessário que a Falange evitasse certos exageros demagógicos, mas também não escondia que aconselhara sempre aos meus amigos do campo requeté que aceitassem na Falange o aspecto popular e de vanguarda que esta demonstrava, pois de outra forma não chegariam ao coração das massas nem venceriam a sedução marxista. Parecia pois que o generalíssimo via muito bem o problema, propondo-se agora praticar em Espanha uma política largamente penetrada do que poderíamos chamar o novo espírito social.*¹⁹⁶

¹⁹³ “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 7, Salamanca, 1 de Fevereiro de 1938 in MNE, DAPE, vol. V, 1967, pp. 176-177 (documento n.º 1530).

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 177-178. Curiosamente preocupado com esta questão, na volta Salazar transmitia a seguinte impressão a Theotónio Pereira: “Só não percebi pelo teor do ofício se V. Ex.a respondeu ou não ao generalíssimo, desfazendo imediatamente as suas dúvidas ou reservas acerca do interesse e resolução portuguesa pela questão social. O nosso trabalho sem alarido, contraposto à forma demagógica e espectacular de outros movimentos, pode efectivamente fazer supor algumas pessoas menos conhecedoras dos factos reais que é em nós menor do que naqueles o interesse pela questão social, pelo que convém não perder nenhuma oportunidade de repor as coisas no seu verdadeiro pé.” “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Agente Especial em Salamanca”, telegrama n.º 4, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1938 in *op. cit.*, p. 183 (documento n.º 1534).

¹⁹⁵ Sobre a unificação entre «requetés» (carlistas) e falangistas, imposta aos dois movimentos por Franco, Paul Preston, *op. cit.*, pp. 248-274 e Stanley G. Payne, *Fascism in Spain: 1923-1977*, s.e., s.l., The University of Wisconsin Press, 1999, pp. 259-272.

¹⁹⁶ “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 7, Salamanca, 1 de Fevereiro de 1938 in MNE, DAPE, vol. V, 1967, p. 178 (documento n.º 1530).

“Guinada de leme”

Finalmente, “sobre o sistema actual” das relações entre os “dois países” o generalíssimo não disse “uma só palavra”, especialmente quanto à questão do “reconhecimento”.

Não me fez qualquer reflexão sobre o assunto quando directamente lhe falei das resistências que tenho adivinhado, nem prometeu interessar-se pessoalmente pelos assuntos que eu houvesse de tratar, como não me facilitou ou prometeu facilitar futuras entrevistas. Julgo pois ter deparado no generalíssimo a mesma reserva, embora atenuada, que encontrei nas esferas nacionalistas que se ocupam de política externa.¹⁹⁷

No que correu de ano, até ao Outono de 1938, Pedro Theotónio Pereira não se cansou de se informar sobre os pressupostos, personalidades e projectos de poder em que assentava a acção política na “Espanha Nacional”. Deu ainda uma grande parte do seu esforço para a tentativa de resolução de inúmeros e difíceis problemas económicos pendentes entre Portugal e Espanha, o que seria relativamente facilitado pelo facto de, a 11 de Maio de 1938, Pedro Theotónio Pereira ter podido comunicar ao Governo espanhol o seu reconhecimento *de jure* pelo Estado português.¹⁹⁸ Porém, a questão do reconhecimento não foi pacífica para as autoridades portuguesas. É evidente que o representante português em Salamanca, tendo vindo em Março e em Abril várias vezes a Lisboa para trocar impressões com Salazar e Teixeira de Sampayo sobre a definição da melhor oportunidade para se dar um reconhecimento que se sabia estar para breve, partiu uma última vez para Espanha sem a certeza de quando e como é que esse acontecimento se concretizaria. Esta indefinição faria com que a comunicação do reconhecimento vindo de Lisboa estivesse estado em risco de ser recebido por Franco ou pelo general Jordana, ministro dos Negócios Estrangeiros, não pelos canais oficiais mas por noticiário radiofónico com origem na capital portuguesa.¹⁹⁹ Tudo porque os eventos não se encadearam da forma desejada. No essencial as hesitações e o precipitar final dos acontecimentos deveu-se ao

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 179-180. Para um relato mais detalhado e vivo das reacções e do alcance do reconhecimento *de jure* por Portugal do Governo de Franco, “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Salamanca, 30 de Abril de 1938. CLSRF, *op. cit.*, pp. 101-104 (documento 55) e “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Salamanca, 13 de Maio de 1938, idem, *ibidem*, pp. 113-114 (documento 58), onde Theotónio Pereira também critica “a precipitação com que a notícia” do reconhecimento lhe fora “comunicada” e o perigo que a houvera de a notícia ter sido comunicada ao Governo de Franco fora dos canais oficiais – “[...] pela rádio ou pelos jornais, ou o que seria ainda pior, pelo próprio N.[icolau] F.[ranco].”

¹⁹⁸ “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Agente Especial em Salamanca”, telegrama n.º 32, Lisboa, 11 de Maio de 1938 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 288 (documento n.º 1619). As razões do reconhecimento foram avançadas por Salazar no discurso pronunciado no dia 28 de Abril de 1938, na sessão de encerramento da I Legislatura. “Realizações de Política Interna – Problemas de Política Externa” in *Discursos e Notas Políticas, III, 1938-1945*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, s.d., pp. 61-85.

¹⁹⁹ O facto de Theotónio Pereira não ter sido consultado para se pronunciar sobre a escolha do momento mais apropriado para o reconhecimento *de jure* do Governo franquista, deixou-o manifestamente indisposto com Lisboa. Ver, por exemplo, “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 64, Salamanca, 12 de Maio de 1938 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, pp. 290-291 (documento n.º 1624) e “Do Agente Especial em Salamanca ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 105 – Proc. n.º 1/38, Salamanca, 16 de Maio de 1938 in idem, *ibidem*, pp. 293-294 (documento n.º 1629). Sobre as conversas mantidas em Lisboa, antes do reconhecimento, “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Dafundo, 22 de Fevereiro de 1938, CLNSRF, *op. cit.*, pp. 99-100 (documento 54).

“Guinada de leme”

facto de todo o período que precedeu o reconhecimento *de jure*, e segundo o testemunho deixado por Theotónio Pereira, se ter caracterizado pela existência de um ambiente político à volta de Salazar, naquilo que respeitava à resolução deste problema, de grande intriga, havendo dentro e fora das Necessidades quem defendesse que o Governo português deveria saber esperar protelando o mais possível qualquer decisão quanto ao reconhecimento *de jure*. Pedro Theotónio Pereira, pelo seu lado, defendia que o reconhecimento devia ter lugar o mais brevemente possível, sobretudo depois de Jordana, numa das inúmeras conversas que mantiveram durante este período, lhe ter dito que “o reconhecimento *de jure* assumiria uma importância capital.” A pressa de Theotónio Pereira, por oposição aos silêncios e hesitações de Salazar, resultava da convicção de que esse reconhecimento reforçaria não só a posição de Portugal em Espanha mas, sobretudo, o peso de Jordana e das suas opções de política externa no xadrez político espanhol e no seio do próprio Governo franquista. Numa situação em que ainda não era previsível o fim de Guerra Civil, mas muito esperado o início de um conflito militar geral na Europa – estava-se no rescaldo do Anschluss e ainda antes de Munique –, o fortalecimento da posição de Jordana, cujas credenciais pró-britânicas eram conhecidas, parecia a Theotónio Pereira qualquer coisa de essencial.²⁰⁰

Finalmente, e na etapa inicial da sua estada em Espanha, o representante diplomático do Governo de Salazar preocupou-se em acompanhar e resolver os mais diversos e complexos problemas associados à presença de inúmeros portugueses combatendo tanto nas hostes nacionalistas como republicanas. Em Cárceres, chamou-lhe a atenção “um belo hospital do *Tercio* sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima.” Do alto do seu metro e oitenta e sete, comoveu-se com o internamento de “mais de 50 portugueses [...], alguns mutilados ou gravemente atingidos.” E de facto, em todo o seu percurso de embaixador, nunca deixou de visitar os portugueses que se encontravam espalhados nos países onde serviu, não sendo também a primeira nem a última vez que se comovia sinceramente com o sofrimento causado pela guerra.²⁰¹ Em 1938, reconhecia que o “alistamento de portugueses” na Legião “tendia a diminuir como sempre acontecia com a inscrição de voluntários à medida que o idealismo se ia

²⁰⁰ O relato destas peripécias encontra-se em Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 84-89. Além de ter reforçado politicamente Jordana, o reconhecimento português foi muito saudado em manifestações populares que tiveram lugar em Burgos e em Salamanca. Na altura do reconhecimento *de jure* da Espanha franquista pelo Governo português, Pedro Theotónio Pereira mostrara intenção de sair, sustentando que a sua missão estava cumprida, enquanto “agente especial”, e que o cargo de embaixador devia ser ocupado por um diplomata de carreira. No entanto, e segundo confidenciou a Salazar, acabou por continuar por ter percebido que ficaria mal colocado caso regressasse a Lisboa. O conde Jordana ter-lhe-ia confidenciado que caso não “ficasse embaixador”, Nicolau Franco já não seria o embaixador de Espanha em Lisboa. 23 de Maio. AOS/DI. 2., 1938, vol. I.

²⁰¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 22 de Fevereiro de 1938, *idem, ibidem*, p. 97 (documento 53). Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 73-75; pp. 111-112 e pp. 130-133.

“Guinada de leme”

cansando e os mais bravos iam sendo ceifados.”²⁰² Precisamente por esse facto, passou o Natal de 1938 longe da família. Entendia que “devia estar o mais perto possível dos nossos bravos legionários”, sendo que apenas a neve que barrara os “caminhos e a preparação da ofensiva” sobre a Catalunha impediu que se tivessem juntado tantos quanto “desejava.”²⁰³ Depois do desfile dos Viriatos em Madrid, o que sucedeu num ambiente de desconfiança e insegurança internacional, como consequência dos últimos acontecimentos ocorridos na Checoslováquia, mas também de boatos que davam como certa uma invasão italiana de Portugal, Theotónio Pereira mostrou a Salazar fortes preocupações com o destino dos mutilados e com o apoio às famílias dos mortos portugueses alistados na Legião durante a Guerra Civil. Mesmo que o Governo português não pudesse ser responsabilizado “pela incorporação destes voluntários”, também era verdade “que a acção dos mesmos” mereceria “bem” que o “país” os não abandonasse.”²⁰⁴ Fazia, por isso, a Salazar um retrato social e político da situação:

Pelo que tenho conseguido apurar, os nossos legionários – válidos ou inválidos – e ainda as famílias daqueles que morreram, vão ficar em posição nitidamente inferior ao que aconteceria se se tratasse de indivíduos de nacionalidade espanhola. Enquanto que neste último caso se facilitam empregos aos antigos legionários e se pagam pensões aos herdeiros dos que morreram, as famílias dos nossos nada receberão devido a residirem em território estrangeiro e os próprios legionários vêem-se a todo o instante tentados a optarem pela nacionalidade espanhola afim de conseguirem quaisquer benefícios. Esta é de facto a situação real.

Nestas circunstâncias, não podia deixar de se preocupar com a necessidade urgente que havia de se proceder a uma avaliação correcta do número de portugueses que houvera combatido na Legião, independentemente daquelas que eram as fortes objecções colocadas pelas autoridades espanholas:

*Resta porém um ponto delicado: continuarmos sem números exactos sobre a participação de portugueses na guerra, bem como de fichas de mortos, mutilados, inválidos, etc. Essa recolha de elementos só será possível em complemento do serviço feito em Talavera pelo Oficial da Missão Militar – indo alguém a Marrocos consultar os próprios arquivos da Legião.*²⁰⁵

Depois de instalado – primeiro em Salamanca, mais tarde em San Sebastián –, e já a par daquela que era a rotina elementar típica da actividade diplomática, Theotónio Pereira rapidamente percebeu que os meios para comunicar à disposição tanto da Embaixada como do próprio Ministério não eram os mais seguros. Por isso, evitava utilizar o telefone e o telégrafo

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 112.

²⁰³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, San Sebastián, 31 de Dezembro de 1938. CLNSRF, *op. cit.*, p. 137 (documento 66). Nesta mesma missiva pede, no entanto, autorização ao chefe do Governo para ir passar a Lisboa o aniversário de sua mãe, no dia de Reis.

²⁰⁴ Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, San Sebastián, 9 de Junho de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 166-167 (documento 77).

²⁰⁵ Idem, *ibidem*.

“Guinada de leme”

para tratar os assuntos de Estado mais relevantes e sensíveis. Procurava deslocar-se a Lisboa o maior número vezes que lhe era possível e sempre que tal lhe era pedido ou autorizado, ou então, em alternativa, enviava e recebia por portadores de grande confiança uma parte muito significativa da correspondência pessoal ou oficial que trocou com Salazar ou com quaisquer outros interlocutores pessoais ou oficiais. Tratava-se de um recurso claramente mais seguro, mais rápido e até relativamente frequente.²⁰⁶

“Só Deus poderá salvar-nos e poupar-nos ao temporal que se aproxima.”²⁰⁷

Em 1913, o ministro de Portugal em Madrid, José Relvas, conhecendo as linhas de evolução recente da política externa espanhola e consciente das dificuldades que no plano externo Portugal atravessava, a propósito da elaboração de uma “informação sobre os caminhos de ferros estratégicos de Espanha”, esboçou uma análise das grandes linhas da acção diplomática do País em que se encontrava colocado, e da forma como o Governo de Lisboa poderia fazer reverter em seu proveito essa realidade. Nomeadamente, reconheceu a necessidade de

²⁰⁶ “As conversas telefónicas são incertas e muitas vezes difíceis em extremo quanto a compreensão e tenho a certeza de que são escutadas. Os telegramas levam horas e há dias que vêm completamente transtornados.” A missiva em que Pedro Theotónio Pereira enviava a Salazar estas e outras ideias foi levada a Lisboa pelo “criado”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Salamanca, 30 de Abril de 1938. CLSRF, *op. cit.*, p. 101 (documento 55). Sobre a sua desconfiança em relação à eficácia e à segurança dos meios normalmente à disposição dos diplomatas para comunicarem com os respectivos governos, escreveu Pedro Theotónio Pereira: “À maneira antiga, preparei minuciosos relatórios do que mais importava e consegui manter sempre contactos directos. Nunca confiei na segurança das máquinas de cifrar, mesmo as mais modernas.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 18. Sobre o mesmo problema escreveu na altura em que era embaixador em Espanha: “Eu evito mandar telegramas pormenorizados sobre os assuntos de maior importância, porque não só portador semanal me facilita a ida de ofícios sempre mais completos, mas também porque receio muito da segurança da cifra. Não a estando a mudar quase todos os dias, não há que contar com ela.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 6 de Outubro de 1939. CLSRF, *op. cit.*, p. 212 (documento 96). Ver ainda “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 197 – Proc. n.º 1/39, San Sebastián, 1 de Maio de 1939 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 729 (documento n.º 2035), onde confessa que o seu cepticismo em relação à segurança da cifra lhe ficara “do contacto com as matemáticas na velha Politécnica de Lisboa e do que conhecimento que” tinha “dos processos de investigação que o cálculo das probabilidades” oferecia aos “especialistas na matéria.” O embaixador Calvet de Magalhães dá uma outra interpretação, em parte plausível, para esta desconfiança que Theotónio Pereira nutria pela cifra: “Ele [Teixeira de Sampaio] detestava Teotónio Pereira que sempre procurou curto-circuitá-lo em relação a Salazar. Com a sua autoridade de licenciado em matemática convenceu o chefe do Governo de que as cifras por nós utilizadas eram facilmente quebradas pelas potências interessadas em conhecer as nossas relações confidenciais com o governo de Madrid, passando a corresponder-se com Salazar apenas por cartas particulares, transmitidas por um correio diplomático que permanentemente viajava no comboio entre Madrid e Lisboa. Desta forma, Teotónio Pensava que Sampaio ficaria ignorando as matérias que ele tratava com o chefe do Governo. O que ele não sabia, porém, era que Salazar enviava frequentemente cópias dessas cartas a Sampaio...” José Calvet de Magalhães, *Diplomacia Doce e Amarga*, s.e., Lisboa, Editorial Bizâncio, 2002, p. 71. No Brasil teve, finalmente, uma máquina de cifra que lhe merecia toda a confiança. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 29 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 502-513.

²⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 1 de Julho de 1939 (documento n.º 35). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

“Guinada de leme”

elaboração de um projecto político e diplomático que tivesse como objectivo uma aproximação efectiva entre os dois Estados ibéricos e cujo desenlace desejável seria a celebração de um tratado que regulasse as relações entre eles.²⁰⁸ O “plano” concebido, “ambicioso mas inteligente”, consistia afinal na instituição de uma “«*entente* com a Espanha, que tinha de ser apoiada pela Inglaterra, acompanhando a preparação da *entente* franco-espanhola, tendo uma e outra como resultado final a aliança dos países ocidentais, que atrairia mais tarde a Itália.»” O resultado seria que a “constituição desta quádrupla aliança poderia convertê-la no «árbitro [da] paz da Europa».”²⁰⁹ As suas vantagens residiriam no exorcizar dos “aspectos negativos da convivência peninsular,” e no facto do Reino Unido ser chamado “para apoiar e garantir o acordo hispano-português.”²¹⁰ Finalmente, o acordo reforçaria a posição internacional de Portugal e de Espanha. Independentemente daquele que seria o destino deste projecto, os seus princípios e objectivos devem ser aqui evocados porque de alguma maneira estarão presentes nos acordos celebrados entre o Portugal de Salazar e a Espanha de Franco em Março de 1939. Isto porque para além daquilo que era a especificidade da situação política na Península e na Europa entre Setembro de 1938²¹¹ e Março do ano seguinte, daquelas que eram as características ideológicas dos regimes que celebraram o acordo, a verdade é que este retomou alguns dos princípios de orientação geral, de objectivos e de procedimentos presentes no documento elaborado por José Relvas em Outubro de 1913.²¹²

De facto, o acordo que seria celebrado em 1939 caracterizava-se por pretender estabilizar as relações políticas entre a Espanha e Portugal depois de terem tido lugar sucessivos acontecimentos que tinham deteriorado as relações entre os dois países desde 1931, exorcizando os “aspectos negativos da convivência peninsular”. Por outro lado, o Reino Unido era chamado a pronunciar-se e, de alguma maneira, a garantir o seu apoio ao acordo, uma vez que ele não só era subscrito por um seu aliado, como vigoraria numa área de importância estratégica para a sua segurança. Finalmente, e ainda que tal não sucedesse de forma absoluta, o acordo reforçaria a posição externa dos dois países no seu conjunto, ao mesmo tempo que poderia funcionar como instrumento garante da sua neutralidade no caso de vir a deflagrar um

²⁰⁸ Sobre este projecto de *entente* com a Espanha, Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal - Espanha. 1913-1919*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1980, pp. 70-83.

²⁰⁹ José Relvas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 7 de Abril de 1913, citado em Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 71.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 72.

²¹¹ Foi uma diligência do embaixador de Portugal em Espanha que deu início a um processo que conduziu à celebração do chamado Pacto Ibérico. “Relato da conversa do Presidente do Conselho com o Embaixador de Espanha, no Caramulo, em 16 de Setembro de 1938” in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, pp. 444-447 (documento n.º 1754).

²¹² Seria o início da guerra na Europa a pôr termo à política de aproximação a Espanha concebida pelo ministro de Portugal em Madrid. *Ibidem*, pp. 77-79.

“Guinada de leme”

conflito militar na Europa envolvendo as suas principais potências e caso a estas de alguma forma essa neutralidade fosse útil. Embora neste aspecto particular os acordos de 1939 estivessem longe dos objectivos de política externa portuguesa após o início da Grande Guerra em Julho-Agosto de 1914 – e que passavam pela vontade extrema de avançar para a beligerância –, a verdade é que o projecto de 1913 não descartava em absoluto a possibilidade de uma neutralização da Península em caso de conflito, ou de uma entrada dos dois países ibéricos nesse mesmo conflito, mas nesse caso sempre no campo da *entente* franco-britânica e dos seus aliados russos.

Convém ainda recordar para reforçar a relevância dos paralelismos aqui evocados, que nas vésperas da Grande Guerra, como durante a Guerra Civil Espanhola e boa parte da Segunda Guerra Mundial, havia um forte receio em Portugal tanto quanto às pretensões expansionistas espanholas na Península como quanto à cobiça do império português em África por parte de terceiras potências europeias.²¹³ É portanto num contexto não totalmente singular que a diplomacia portuguesa conduzida por Salazar e por Teixeira de Sampaio escuta, reflecte e depois decide sobre a indicativa espanhola de ver estabelecido um tratado entre os dois países ibéricos que lhes garantisse a segurança mútua, tanto no plano bilateral como na sua relação com potências terceiras. E se, em Julho de 1936, o Governo português agira face aos desenvolvimentos de uma grave crise política e militar espanhola de forma absolutamente singular do ponto de vista da sua tradição diplomática, depois da conferência entre Nicolau Franco e Salazar a política externa portuguesa retomou em grande medida os seus padrões tradicionais.

A crise europeia de final de Verão de 1938 apanhou Theotónio Pereira num momento em que sentia e declarava em privado não sentir “vocaçãõ para a carreira.”²¹⁴ De qualquer modo, e tendo rapidamente percebido aquilo que estava em jogo – nomeadamente a neutralidade da Península Ibérica no caso de ter início uma guerra europeia envolvendo as grandes potências –, Theotónio Pereira lançou-se numa intensa actividade política e diplomática, tanto em Lisboa como em Burgos, actividade essa que tinha como objectivo a celebração de um tratado que consagrasse as relações entre Portugal e Espanha e, ao mesmo tempo, garantisse uma solidariedade entre os dois países proporcionando uma forte projecção na Europa, dissuadindo potências terceiras de qualquer tentação intervencionista ou manipuladora.

²¹³ Sobre os antecedentes históricos e ideológicos do expansionismo espanhol em Portugal imediatamente antes da Grande Guerra e no decurso desta, chamando a atenção para o germanofilismo de alguns dos seus teóricos, *ibidem*, pp. 116-131 e 145-155.

²¹⁴ “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 1 de Setembro de 1938 (documento n.º 33). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“Guinada de leme”

Durante o largo período de aproximação do Governo espanhol a Portugal, e que precedeu a assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão, Pedro Theotónio Pereira pôde observar de maneira privilegiada a forma como o topo da hierarquia do Estado espanhol pensava e, sobretudo, agia, nomeadamente na sua dimensão externa. Muito embora Theotónio Pereira tenha sido um partidário precoce da celebração de um acordo luso-espanhol²¹⁵ que desse algumas garantias jurídicas e políticas à pacificação da Península Ibérica, isso não significou nunca que tivesse esquecido aquilo que lhe pareciam ser os indiscutíveis sintomas imperialistas, desde logo na própria Península, de importantes sectores da sociedade espanhola e, em particular, do perigoso cinismo que alimentava muitas das figuras cimeiras do franquismo. Mas ao mesmo tempo, e já na sequência da ocupação militar de Barcelona pelos nacionalistas, em Janeiro de 1939, advertiu Jordana sobre o tremendo erro político que seria fazer qualquer cedência aos apelos franceses e britânicos de ceder ao “humanitarismo” no tratamento dos vencidos. Theotónio Pereira, um homem que sinceramente se apiedava perante o sofrimento de civis e militares – portugueses ou espanhóis – causado pela guerra, que viu a Espanha material e moralmente destruída, aconselhou o ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, evocando o exemplo português, sobre o erro que encerrava qualquer “política de acalmação” em circunstâncias tão graves.²¹⁶ Por outro lado, conhecendo certamente os actos de violência extrema levados a cabo pelos nacionalistas, tanto pela tropa, como por falangistas que tinham vivido escondidos naquela cidade durante a guerra, ou que rapidamente chegaram do seu exterior, Theotónio Pereira pareceu querer acreditar nas palavras de Jordana que lhe garantia que não só a entrada da tropa se fizera “com toda a ordem, sem saques nem violência”, como imediatamente após a ocupação militar as “autoridades policiais haviam começado a exercer imediatamente as suas funções”, tendo até ao momento em que a conversa se realizou sido “pronunciadas” apenas “dez penas de morte, em casos que não admitiam duas opiniões.” Valha a verdade que o mesmo Jordana admitia “que a polícia teria um largo trabalho em Barcelona, pois era fora de dúvida que pululavam os indivíduos culpados de crimes de toda a natureza. Só a pouco e pouco se faria o apuramento das responsabilidades.”²¹⁷

²¹⁵ A certa altura comunicou para Lisboa: “Calculo que esta tecla do pacto vai ser agora o *leit-motiv* das nossas conversas. Aguado por isso instruções.” “Do Embaixador de Portugal em San Sebastián ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Burgos, 22 de Setembro de 1938 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 455 (documento n.º 1761). E logo no início de 1939 informava Lisboa de que sempre que entrava no “gabinete” do general Jordana notava que este “espera[va] sempre notícias a [...] respeito” do “pacto de não-agressão”, sendo que por ocasião da sua última visita tinha dado “mostras de verdadeira ansiedade.” “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Ofício n.º 14, San Sebastián, 21 de Janeiro de 1939 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 455 (documento n.º 1888).

²¹⁶ “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Ofício n.º 67 – Proc. n.º 1/39, San Sebastián, 23 de Fevereiro de 1939 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 643 (documento n.º 1946).

²¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

“Guinada de leme”

Sucedem que nada disto era verdade. Embora nunca se venha a conhecer exactamente o número de pessoas chacinadas pelos nacionalistas em Barcelona após a sua ocupação, há quem tenha falado em 10 000 assassinados entre 26 e 31 de Janeiro e em 25 000 execuções nas semanas e meses subsequentes.²¹⁸ Não significa isto que tudo tivesse sido obra das autoridades. Sucede porém que estas consentiram que tivessem lugar os famosos *paseos* na sequência dos quais os falangistas “mataram quem quiseram com impunidade.” O próprio comandante das tropas italianas comunicou a Ciano, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Mussolini, que Franco procedera na capital da Catalunha a uma “purga muito drástica”.²¹⁹ Depois da violência espontânea e dos assassinatos sistemáticos que pouco mais foram do que ajustes de contas, montou-se toda uma estrutura jurídica, política e militar repressiva que além de proceder à eliminação física de inúmeros inimigos dos nacionalistas, tratou de proceder à restauração de uma nova ordem. A Theotónio Pereira, no entanto, preocupavam-no apenas “os pobres prisioneiros” que na Catalunha tinham escapado às “Tchekas” e que pareciam “espectros”.²²⁰ Quando em Fevereiro regressou a Barcelona para assistir a um desfile militar para celebrar a conquista da cidade, foi levado pelas autoridades da cidade a visitar “as famosas *tchekas*”. Saiu de lá horrorizado:

Os vermelhos tinham-nas disseminadas por zonas da cidade bastante discretas, sem nenhuns sinais exteriores da sua sinistra utilização. Numa delas depararam-se-me, depois das celas comuns – mais bárbaras que em qualquer outro sítio –, cinco graus de celas de castigo onde o corpo e o espírito do padecente sofriam as torturas mais atrozes, até à morte ou à loucura.

E depois teorizava:

Está nitidamente provada a origem eslava de tais monstruosidades. O serviço especial das tchekas era dirigido por um checoslovaco e aquelas foram construídas por um jugoslavo, perito na matéria. Um e outro estão, felizmente, a ferros.

Por fim concluía, com inocência aparente, sem remorsos e sem perceber a contradição:

*E o mais curioso é que o técnico jugoslavo está agora explicando às autoridades nacionais o processo científico de funcionamento das tchekas e já revelou outros projectos que brevemente iam ser postos em execução, para defesa contra o que os vermelhos chamavam a quinta coluna nacional!*²²¹

²¹⁸ Guillermo Cabanellas citado em Hugh Thomas, *op. cit.*, p. 873 (nota 3). Embora não sejam apresentadas provas, estes números são tidos pelos historiadores como estando próximo da realidade.

²¹⁹ Mussolini, por seu lado, ao saber que muitos italianos que tinham combatido ao lado dos republicanos tinham sido capturados, mostrou-se favorável à sua eliminação. “Homens mortos não contam histórias”, sentenciou na presença de Ciano. Citado em idem, *ibidem*, pp. 873-874.

²²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, San Sebastián, 17 de Fevereiro de 1939” in CLNSRF, *op. cit.*, p. 144 (documento 69).

²²¹ “Do Embaixador de Portugal em Espanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Visita a Barcelona – Parada Militar”, Ofício n.º 68 – Proc. n.º 1/39, San Sebastián, 24 de Fevereiro de 1939 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, pp. 648-649 (documento n.º 1949).

“Guinada de leme”

Interveniente que era, embora modesto e indirecto, do profundo conflito político e ideológico que marcou a Guerra Civil Espanhola, e que a ela não se limitara, Pedro Theotónio Pereira confirmara sofrer da tentação muito comum na época e que era a de não só aceitar mas também promover a desumanização do adversário. Numa carta que por esta altura escreveu ao seu amigo Marcello Caetano, tudo parecia seguir na maior das harmonias, apenas havendo dúvidas sobre se os acontecimentos iriam corresponder à vontade divina:

Aqui, o delírio! Estive uma semana na frente da Catalunha e sinto-me transportado para umas alturas em que tudo se me dilata dentro do peito. Isto é que são ares meu velho amigo. E só fico murcho quando recebo o correio dessa banda...

A tomada de Barcelona levou esta gente ao rubro.

Deus consolide por aqui um Estado Novo que O sirva.²²²

Nem um sinal, um remorso, por muito pequeno que fosse, sobre a forma como os nacionalistas liquidavam os seus inimigos, logo ele que nunca se absteve de condenar a violência extrema que no campo republicano se utilizou para ajustar contas com os inimigos políticos das mais variadas proveniências.

Com o pano de fundo que foi o da tomada de Barcelona pelos nacionalistas, até Março de 1939 aceleraram as negociações para a assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão. Independentemente da sua importância e do empenho que dentro das suas limitações colocou na sua aprovação, Theotónio Pereira não teve qualquer influência naquele que veio a ser o texto final. A 15 de Março de 1939, Salazar enviou-lhe um telegrama informando-o de que a assinatura “estava combinada com o Embaixador Franco para sexta-feira 17.” No dia seguinte enviaria o “texto do tratado [...] devidamente ajustado, para conhecimento de V. Ex.a.”²²³ Precisamente no dia 15, o Exército alemão entrou na Boémia e na Morávia. A partir dessa dia, quando a Europa entrou no caminho que a iria levar à guerra, a vida de Pedro Theotónio Pereira alterar-se-ia para sempre, não apenas pelo facto ter visto prolongada até ao Outono de 1945 a sua missão de embaixador em Madrid, mas porque a Segunda Guerra Mundial o faria mudar como político e como homem.

²²² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 29 de Janeiro de 1938 [sic.] (documento n.º 31). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34. Theotónio Pereira enganou-se na datação do ano. Trata-se de 1939 e não de 1938.

²²³ “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Espanha”, telegrama n.º 40, Lisboa, 15 de Março de 1939 in MNE, *DAPE*, V volume, 1967, p. 669 (documento n.º 1971). O texto integral do Tratado encontra-se em idem, *ibidem*, pp. 667-669 (documento n.º 1970).

“[...] a regressar à modéstia da minha vida anterior.”²²⁴

Quando chegou a Espanha, Pedro Theotónio Pereira deu nota ao Ministério que passara a tutelá-lo das faltas do “selo a óleo” e do “selo para lacre” muito “necessários” para o “serviço da missão”. Por ter dado imediatamente início a um conjunto de viagens por Espanha e também por conveniência de serviço vir muitas vezes a Portugal conferenciar com Oliveira Salazar e Teixeira de Sampayo, no curto espaço de um mês – entre 19 de Janeiro e 18 de Fevereiro –, e apesar das dificuldades de circulação provocadas pela guerra, visitou Valladolid, Burgos, Sevilha e Málaga. E assim foi que rapidamente constatou serem curtos os recursos financeiros colocados à sua disposição. Destas viagens e dos gastos na sede da missão deu imediatamente notícia, informando que excedera em £60 a verba que mensalmente lhe era atribuída para cobrir despesas extraordinárias e de representação. Também reclamou que “parte dos seus vencimentos” lhe fossem “abonados em escudos ou em libras”, e não apenas na moeda em vigor em Espanha, o que impôs uma consulta da Repartição do Pessoal e da Administração Interna à 7.ª Repartição da Contabilidade Pública para se inteirar “das possibilidades legais de satisfação do referido pedido.”²²⁵ Salazar, manda-lhe então dizer que o pedido “não é viável” uma vez que há “aí o câmbio oficial do Governo espanhol” que, sobrevalorizando a peseta no momento da troca de escudos e libras pela moeda espanhola, acabaria por lesar financeiramente o Governo português. Salazar prometia ir “ver se é possível outra qualquer [solução] que não lese V. Ex.a nem lese o Governo.” De qualquer modo, o presidente do Conselho comprometia-se a que os serviços do Ministério entregassem mensalmente em Lisboa, à família de Pedro Theotónio Pereira, a “importância” desejada, tudo em “harmonia com [...] última conversa.”²²⁶ O problema do dinheiro, ou, se quisermos, a forma como era “utilizada” a parte das “ajudas de custo especialmente destinada a despesas extraordinárias e de representação”, merecerá o envio de uma missiva oficial ao chefe do Governo e ministro dos Negócios Estrangeiros. Nela, Pedro Theotónio Pereira não apenas justificava o atraso na explicação devida aos serviços pelo pedido que fizera,²²⁷ como resumidamente dava conta do destino do dinheiro gasto. Logo em Fevereiro, e além da visita a Granada e a Motril, fora, como

²²⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 6 de Outubro de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 211-212 (documento 96).

²²⁵ AHDMNE, Proc.º 702/37. Nomeação do Dr. Pedro Theotónio Pereira como agente especial do Governo Português junto do Governo do Generalíssimo Franco.

²²⁶ Telegrama n.º 11, expedido para Dr. Pedro Theotónio Pereira, 19 de Março de 1938. AHDMNE, Proc.º 702/37.

²²⁷ “[...] em virtude de só em fins de Abril ter voltado a receber vencimentos por efeito das dificuldades suscitadas com as transferências de fundos para Espanha”. Da Missão Especial de Portugal em Espanha para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 6 de Junho de 1938. AHDMNE, Proc.º 702/37. Relativo ao “vencimento e representação de Outubro”, Pedro Theotónio Pereira recebeu um cheque £266.0.1. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 7.ª repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, n. 1806, 12 de Outubro de 1939.

“Guinada de leme”

se viu, em visita oficial à cidade de Málaga “com o fim de agradecer o convite” que lhe fora feito para ser “hóspede de honra do Ayuntamiento durante as festas de aniversário da libertação do jugo vermelho.” Estivera em Cáceres, “igualmente em jornada oficial”, para visitar “o hospital legionário e inaugurar a lápide de consagração do mesmo a Nossa Senhora de Fátima.” Entre 28 de Fevereiro e 4 de Março passara por Burgos de “visita aos ministérios.” No dia seguinte viajara de avião para Lisboa, regressando a Salamanca “pela mesma via no dia 11.” A 13 do mesmo mês, estava já a caminho de Segóvia e Valladolid. Em 24, seguiu novamente para Burgos e, depois, para Victoria, San Sebastián e Bilbao, “de visita aos vários ministérios”. Esteve a “seguir em Pamplona e Saragoça (frente do Ebro) em missões” essencialmente de natureza político-militar, “regressando por Burgos a Salamanca em 30 de Março.” A 1 e a 4 de Abril fizera “novas viagens a Burgos”. No dia 8 seguiu para Saragoça a “tratar de assuntos da missão militar, tendo visitado na frente da Catalunha algumas das unidades para onde iam ser enviados vários membros daquela missão.” Por lá ficou até ao dia 11,

tendo estado em Burgos em 12 e feito viagem para Lisboa em 13. Regressado a Salamanca, voltei a Burgos em 27 e logo no dia seguinte ali fui novamente, viajando em avião, para comunicar o próximo reconhecimento do Governo do Generalíssimo.

Em 2 de Maio tornei a Burgos por via aérea e em 11 realizei igual viagem para fazer comunicação oficial do reconhecimento. Em 21 fiz viagem para Lisboa.

Isto quanto a deslocações, podendo resumir-se em duas palavras: vinte mil quilómetros de automóvel e nem a quarta parte do tempo passado na sede da missão, onde tinha a minha instalação. Os quilómetros feitos em avião totalizam alguns milhares.

Como é óbvio, grande de parte das despesas impostas pela bom cumprimento da sua missão, correram por conta de Pedro Theotónio Pereira. Escrevia o agente especial no mesmo ofício: “Não pedi que me fosse abonada qualquer verba relativamente às despesas feitas com todas estas deslocações, incluindo as que fiz a Lisboa.”

Havia depois as “despesas extraordinárias de representação” relativas aos convites dirigidos, “para almoços e jantares”, às “pessoas de maior categoria do meio diplomático: Embaixadores da Itália e da Alemanha e Agente Especial do Governo do Generalíssimo em Lisboa.” Acrescentando:

Também obsequiei muitas entidades categorizadas especialmente do Exército. Os oficiais da nossa missão militar foram frequentemente meus convidados e por ocasião da passagem por Salamanca do núcleo principal em 7 de Abril findo, ofereci uma festa aos oficiais e outra aos sargentos e cabos.²²⁸

²²⁸ Doc. Cít.. As condições excepcionais em que Pedro Theotónio Pereira exerceu a sua actividade diplomática – num país dilacerado pela Guerra Civil – fizeram-no também reclamar que continuasse ao seu serviço uma viatura do Estado português. Rematando depois: “Acresce que o Governo de do Generalíssimo tem os respectivos ministérios dispersos por umas cinco cidades distando entre si centenas de quilómetros, e que o próprio corpo diplomático é forçado a residir a mais de duzentos quilómetros da secretaria de Estado dos Assuntos Exteriores. Por esse motivo

“Guinada de leme”

Quando, meses mais tarde, começou a procurar um edifício em Madrid no qual se instalasse provisoriamente a Embaixada – já que o edifício original pertencente ao Estado português se encontraria em obras durante quase toda sua estada na capital de Espanha –, Pedro Theotónio Pereira começou a pensar regressar à situação pessoal e profissional que deixara em Abril de 1933.²²⁹ Falou disso muitas vezes a Salazar. Deseja voltar a Portugal por razões pessoais (saúde da mulher, afastamento dos filhos e do trabalho) e pela saturação do exercício do cargo, para o qual não se considera fadado. A partir da Primavera de 1939 voltara a sentir-se pessimista quanto à situação política em Espanha. Via Franco sob um tão desejado quanto procurado domínio italiano e, sobretudo, alemão, além de “bastante perturbado com as grandezas do mando,” ao mesmo tempo que o atormentava a incerteza sobre a posição que a Espanha tomaria quando a guerra se iniciasse.²³⁰ Em finais de Agosto, no relato que fez a Salazar de uma conversa que mantivera com Franco, além de notar uma certa hostilidade da parte deste em relação a Portugal, desesperava com os comentários que ouvia sobre a evolução recente da “política internacional” e que considerava “gravíssimo”. Por isso, declarava

[...] que o Pacto Germano-Russo viera constituir a prova real da total ausência de comunidade ideológica dos nossos países com a Alemanha e que grande deveria ser a desilusão dos que há semanas atacaram a Inglaterra, seguros de que o pacto anti-Komintern era a base da política alemã.

E para rematar, dando sinais daquilo que era em grande medida o reflexo de alguém que vivia sob forte pressão emocional como consequência do ritmo a que se sucediam os acontecimentos e daquela que era sua própria natureza, teria dito ao seu interlocutor, depois deste ter tentado justificar uma prática e um discurso italiano cada vez mais expansionista:

[Franco] Tentou justificar a situação actual da Itália pela recusa do «espaço vital» que ela reclamava. Eu disse que isso era uma cantiga de origem alemã e que a Itália já possuía, de resto, hoje todo o espaço que desejava.

Mas declarei que não eram as razões habitualmente invocadas, a semente dos novos países e dos novos impérios. [...] O que havia era um «vento de extorsão» no mundo que talvez só acalmasse pela força das armas e em contenda que poria em grave risco aquele património sagrado por que a Espanha se

todas as missões diplomáticas acreditadas na Espanha Nacional, dispõem de vários carros para as viagens do respectivo pessoal.” (Destaque nosso) “Da Missão Especial de Portugal em Espanha para o ministro dos Negócios Estrangeiros”, Lisboa, 6 de Junho de 1938. AHDMNE, Proc.º 702/38. Acabaria por ser “superiormente autorizada” a permanência da viatura ao serviço de Pedro Theotónio Pereira. Do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 11 de Junho de 1938 ao Embaixador de Portugal em Espanha. AHDMNE, Proc.º 702/38, n.º 19.

²²⁹ Em todos os postos por onde passou como embaixador, Theotónio Pereira teve sempre o encargo de procurar um edifício e reformá-lo para aí instalar a legação portuguesa – foi o caso de Madrid e de Washington – ou de proceder a reformas profundas no edifício já existente – caso das Embaixadas do Rio de Janeiro e de Londres. No caso de Madrid, apenas em 1942 o Estado português adquiriu um edifício que depois reformou e decorou. Como é bom de ver, as actuais embaixadas portuguesas nos EUA, Reino Unido e Espanha devem muito aos padrões estéticos que enformavam o gosto de Pedro Theotónio Pereira.

²³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. San Sebastián, 29 de Junho de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 177-178 (documento 83a).

“Guinada de leme”

*sacrificava na sua guerra heróica. E desta vez que não viessem falar em cruzada ideológica, os que se bandeavam com a Rússia dos Soviets.*²³¹

Vistos estes factos e analisando o galgar da crise europeia, considera serem poucas as possibilidades de êxito da diplomacia portuguesa no objectivo de evitar a todo o custo que uma guerra europeia envolvesse directamente Portugal. Iniciada a guerra mais convicto se sentiu quanto à incapacidade portuguesa para fazer face ao que se passava na Europa e no Mundo. Disse-o muitas vezes a Salazar nas várias missivas que lhe enviava.²³² Com Marcello Caetano, porém, abria-se mais:

*De política não lhe falo: ignoro a interna e desespera-me a externa. Só Deus poderá salvar-nos e poupar-nos ao temporal que se aproxima. O Dr. Salazar tem uma boa estrela. Contemos com ela.*²³³

Mas mesmo assim, em Setembro, imediatamente depois do início da guerra dizia claramente ao presidente do Conselho:

*[...] Isto não merece senão muito pouca confiança desde que se prova que são os alemães quem manda. Com a guerra na Europa, a questão espanhola deslocou-se para um plano que está já muito acima das nossas forças.*²³⁴

E acrescentava:

*Eu continuo a pedir a V. Ex.a que me substitua. E além das razões que não me permitem pensar em me instalar definitivamente em Madrid e que levam a deixar o cargo, há uma outra que me tira todo o escrúpulo de insistir nesta ideia na presente oportunidade: sinto que já não nada posso fazer uma vez que a guerra pôs a andar engrenagens superiores às nossas forças. Eu ou outro qualquer faremos o mesmo, enquanto as circunstâncias continuarem as actuais.*²³⁵

²³¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Sevilha, 25 de Agosto de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, p. 193 (documento 89). Na mesma linha, escrevia um mês mais tarde: “Pela primeira vez fica-se sabendo que a Alemanha se passa a chamar em língua espanhola «Gran Alemania» e que o Governo passa a ser chamado o «Gobierno del Caudillo».” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. San Sebastián, 28 de Setembro de 1939. Idem, *ibidem*, p. 201 (documento 93), onde, nas páginas seguintes, também se avalia, pelo relato de uma conversa entre Serrano Suñer e Theotónio Pereira, o impacte político, mas também pessoal, produzido pelo entendimento germano-soviético de Agosto de 1939.

²³² “Como já disse a V. Ex.a, não julgo possível ficar em Madrid e terá assim V. Ex.a de me substituir ao fim de quase dois anos desta missão em Espanha. Nunca me senti com disposição para esta carreira embora tenha posto sempre toda a boa vontade a tentar suprir as qualidades e o jeito que me faltam.

A instalação em Madrid oferece a V. Ex.a oportunidade de nomear um embaixador definitivo e de consentir que eu regresso à modéstia da minha vida anterior.” Dramatizava tanto a situação que, apesar dos seus 37 anos incompletos, colocava a hipótese de, caso a guerra chegasse a Portugal, voltar à “fileira onde servi quando chegou a idade militar.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 15 de Setembro de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 197 (documento 91).

²³³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” San Sebastián, 1 de Julho de 1939 (documento n.º 35). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

²³⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 22 de Setembro de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, p. 197 (documento 92). Destaques no original

²³⁵ Idem, *ibidem*. Destaques no original. Em Outubro voltava a insistir: “Eu não posso ficar em Madrid. Tenho feito um sacrifício muito grande porque não gosto nada desta vida. [...] sinto verdadeiramente que me é impossível continuar. Não posso por isso encarar a hipótese de voltar a instalar-me em Madrid, nem as minhas condições de vida mo permitem.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 6 de Outubro de 1939. Idem, *ibidem*, p. 211 (documento 96).

“Guinada de leme”

É verdade que, em certa medida, estas observações poderiam ter como objectivo, caso lhes fosse dado seguimento, conseguir uma oportunidade para voltar à vida política interna. Mas não é fácil ir além da especulação. De qualquer modo, é possível que com a previsibilidade do início da guerra e já com a guerra iniciada, ela acabasse por envolver Portugal – mesmo que indirectamente –, e assim despertasse em sectores do regime, nomeadamente à sua direita, uma de duas possibilidades: a substituição de Salazar ou, o mais provável, a imposição de algumas mudanças aproveitando a conjuntura de grave crise que poderia, pelo menos a prazo, enfraquecer a posição do presidente do Conselho e de alguns dos sectores do regime mais moderados em que sempre se apoiou.

Sucedem que, e para além da política, durante a estada em Espanha, tornou-se muito penosa a vida pessoal de Pedro Theotónio Pereira. O afastamento físico, atenuado apenas por algumas incursões muito breves até Lisboa – muitas vezes quase só para falar com Salazar –, pelas visitas que recebia em Espanha de seus pais e de seus filhos e pelas incursões que antes da chegada da guerra à França aí fazia para regularmente visitar sua mulher, aumentavam-lhe a impaciência e a angústia. Na falta de correspondência trocada com a família, atestam o seu estado de espírito as cartas enviadas a Salazar e a Marcello Caetano durante a guerra. Em Julho de 1939, desde San Sebastián, confessava a Marcello a satisfação que sentia por saber estar para breve a visita dos filhos – “depois de tão grande separação vai ser uma alegria tê-los aqui comigo.” Sobre a “Isabel” tinha notícias de algumas melhoras, mas também a certeza de que estava “ainda muito longe de poder fazer uma vida normal”, pelo que passaria “os meses de Verão numa altitude ao pé de Pau.”²³⁶

²³⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 1 de Julho de 1939 (documento n.º 35). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Nesta carta, como em muitas outras que enviou a Marcello Caetano durante a sua estada em Espanha, Theotónio Pereira jamais se esquecia pedir notícias do seu afilhado, João Alves Caetano, e de o felicitar. Reconhecendo-se como “longinquo padrinho”, comentava sistematicamente, além de pormenores da vida dos filhos, as notícias que recebia do afilhado. Era evidente o afecto e a preocupação muito grande dos dois homens pela educação, pelo bem-estar e pela felicidade dos filhos. Nos aniversários do afilhado, escrevia cartas a Marcello felicitando-o, não se esquecendo de mandar lembranças (em Dezembro de 1939, mandou um “boneco – que é a fina flor da indústria brincadeira [sic.] espanhola!...” e um “casaco à homem” que comprou na mesma “loja” em que adquirira outros iguais para o seus filhos. Mas rematava: “Receio bem que tenha sido asneira!”). “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 1 de Julho de 1939 (documento n.º 35). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Quando estava em Lisboa, aproveitava o momento para se oferecer para aparecer em casa de Marcello Caetano para jantar. Em Outubro de 1941, a propósito tanto da sua estada em Espanha como da recente ida de Marcello Caetano ao Brasil, integrado numa “Embaixada especial”, escrevia: “[...] Junto uma caixa com uma pomposa alusão ao que seria possivelmente uma embaixada noutros tempos! Não sei se o João gostará ainda de bonecos. Deve estar tão crescido! Dê-lhe isso com um grande beijo do padrinho e fale-lhe das célebres embaixadas portuguesas – a começar nos elefantes de Tristão da Cunha!” “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 12 de Outubro de 1941 (documento n.º 43). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Semanas depois de ter recebido aquela que poderá ter sido a primeira carta escrita pelo punho do afilhado, manifestou a sua alegria a Marcello Caetano: “Gostei muito da carta do meu afilhado que qualquer dia vou encontrar um rapaz grande... Deus o abençoe e lhe dê muita saúde e alegria.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para

“Guinada de leme”

A evidente incompatibilidade entre aquilo que era o desejo e a vontade de Pedro Theotónio Pereira acudir a sua mulher e as exigências subjacentes ao exercício do cargo de embaixador criaram alguns choques com Salazar. No início do mês de Agosto de 1939 – trinta dias antes do início da guerra na Europa –, Pedro Theotónio Pereira pediu a Salazar que lhe fosse concedida “licença graciosa para gozar em períodos interpolados de Agosto e Setembro,” assim o viesse a permitir as “circunstâncias da política internacional.”²³⁷ Salazar respondeu-lhe afirmando que tendo “seguido sempre o critério de não conceder licenças interpoladas, salvo aos directores gerais”, o representante português em Madrid apenas podia escolher a data que mais lhe conviesse, não esquecendo que a mesma poderia ser “interrompida por motivo de serviço ordenado pelo Ministério.”²³⁸ Pedro Theotónio Pereira fica um bocado atrapalhado com a resposta e comunica:

*Esclareço que meu pedido de licença interpolada obedecia exactamente a consciência que tenho de veras do meu cargo e noção do momento que passa e prática de outros cargos de responsabilidade que tenho desempenhado. Facto de também ter minha mulher bastante doente no estrangeiro tornaria mais útil licença gozada em quatro períodos semanais de acordo com V. Ex.a. Em virtude do que V. Ex.a me comunica agora solicitarei licença graciosa para ser gozada primeira oportunidade.*²³⁹

E quando a 6 de Outubro de 1939 escrevia a Salazar uma carta particular, era já de uma despedida que se tratava. Pensava regressar a Lisboa “entre 15 e 20 porque primeiro” teria “de tratar da ida” da sua “mulher para Portugal.” A 30 de Setembro fechara a “Casa da Embaixada”, não tendo tido qualquer desgosto com inventários [...]” Despedira os “criados” que já tinham “seguido para Portugal”, sendo que para lá mandara também “roupas, pratas, mobílias e todas as coisas” que chegara de Lisboa na Primavera de 1938. E “prestes” que estava “a regressar à modéstia da minha vida anterior”, aproveitava para dar alguns conselhos sobre a forma de melhorar a eficácia do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chegando ao ponto de dizer que caso não fosse Salazar a “mandar telegramas não haveria correio no Ministério senão raras vezes.”²⁴⁰

Marcello Caetano.” 25 de Novembro de 1941 (documento n.º 44). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

²³⁷ Telegrama n.º 181. Recebido da Embaixada de Portugal em San Sebastián. 2 de Agosto de 1939. AHDMNE.

²³⁸ Telegrama n.º 112. Expedido para a Embaixada de Portugal em San Sebastián. 3 de Agosto de 1939. AHDMNE.

²³⁹ Telegrama n.º 184. Recebido da Embaixada de Portugal em San Sebastián. 5 de Agosto de 1939. AHDMNE.

²⁴⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 6 de Outubro de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 211-212 (documento 96).

“Guinada de leme”

“[...] como isto anda aos trambolhões.”²⁴¹

Depois da crise emocional e de confiança que o apoquentara desde a Primavera até ao Outono de 1939, Pedro Theotónio Pereira reencontrou-se com o seu estado de espírito normal.²⁴² Para que tal acontecesse, é possível que se tivesse dado conta de factos e argumentos políticos – alguns deles fornecidos pelo próprio Salazar – para continuar em Espanha. A celebração do convénio comercial luso-espanhol (assinado a 9 de Dezembro de 1939) foi certamente um dos factores que lhe terá feito recobrar o ânimo.²⁴³ E isso era evidente na correspondência trocada tanto com Salazar como com Marcello Caetano. A Salazar dizia:

Calcula V. Ex.a a alegria que sinto em se haver chegado a algum resultado depois de tantos esforços! De todo o coração o felicito por este grande passo.

[...] Há a maior curiosidade no Corpo Diplomático acerca do nosso convénio – que é o primeiro.

Agora é o degelo: creio que se resolverá tudo – ou quase tudo o que estava pendente. Apanhei-os juntos em Madrid e não os tenho largado para aproveitar a monção!

Deus louvado que houve em Outubro a reviravolta²⁴⁴ que assinalei a V. Ex.a.²⁴⁵

Em Abril de 1940, e apesar dos dias agitados, confessava que o “moral” estava “bom!”²⁴⁶

Voltara a empolgar-se pela política interna ou, no mínimo, pelo trabalho, e seu impacto, realizado por Marcello Caetano enquanto comissário nacional da Mocidade Portuguesa. Marcello

²⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 14 de Agosto de 1940. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. II, (1940-1941)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1989, p. 77 (documento 27).

²⁴² Este estado de espírito, no caso de se ter efectivamente verificado, podia tomar-se comum nos diplomatas que desempenharam missões espinhosas durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre os efeitos, imediatos e a prazo, deste conflito no exercício da actividade diplomática, Gordon A. Craig, “Diplomats and Diplomacy during the Second World War” in Gordon A. Craig e Francis L. Loewenheim, *The Diplomats 1939-1979*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 11-37.

²⁴³ Sobre os antecedentes, alguns pormenores e o significado deste acordo, César Oliveira, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas: Política e Economia*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 55-58. Em 1941, entraria em vigor um novo acordo comercial e em 1943 seria celebrado um acordo comercial e de pagamentos entre Espanha e Portugal. Idem, *ibidem*, pp. 85-129.

²⁴⁴ Referia-se, por exemplo, ao facto do novo Ministério do Comércio e Indústria ter começado a deixar a impressão de que estava a criar “um ambiente de boa vontade” antes inexistente. “Do Embaixador de Portugal em San Sebastián ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 230, San Sebastián, 8 de Outubro de 1939, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1948). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, VI volume, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, p. 110 (documento n.º 119).

²⁴⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Madrid, 8 de Dezembro de 1939. CLNSRF, *op. cit.*, p. 218 (documento 100). Porém, no fim da missiva acrescentava: “Continuo muito apreensivo sobre a carreira do Generalíssimo: é sem dúvida o aspecto mais sério da questão. Agora já recebe sobre o Trono do Palácio Real.” Numa carta datada do dia 10 do mesmo mês, mantinha o mesmo optimismo sobre o estado dos “negócios” portugueses. Idem, *ibidem*, p. 219 (documento 101). Sublinhava a libertação de “alguns pobres diabos nossos condenados por desertores ou presos por delitos de moeda sem importância.”

²⁴⁶ “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 9 de Abril de 1940 (documento n.º 37). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Apesar de ser a altura em que se confirma a derrota finlandesa na guerra com a URSS, que os britânicos se lançam sobre a Noruega e em que se começa a ter certeza de que alemães e italianos, com o consentimento das autoridades espanholas, começam a “escutar conversas telefónicas” e a ficar com cópias de todos os telegramas recebidos e enviados pelos “aliados e amigos destes.” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Madrid, 18 de Abril de 1940. MNE, DAPE, VI volume, 1970, p. 523 (documento n.º 590).

“Guinada de leme”

mandava-lhe os boletins editados pela organização que passara a liderar, documentos que Pedro Theotônio procurava ler e comentar.²⁴⁷ Uma das coisas que mais o cativava quanto ao alcance de uma organização cuja existência sempre achou essencial para o País, foi-lhe transmitida pelo seu filho Pedro numa carta enviada e na qual relatava alguns episódios passados durante uma estada sua num acampamento da Mocidade:

O Pedro também me escreveu muito entusiasmado com a sua classificação na escala dos novos comandantes de Castelo. E diz-me na carta: – ‘As divisas foram-me entregues pelo dr. Marcello Caetano. Nunca mais me hei de esquecer desse momento.’ E a seguir conta-me mil pormenores do acampamento e dos chefes e companheiros. Que comem bom bacalhau, pão branco, andaram de rebocador, que deixou queimar um dia os feijões e que o Sr. Comissário lhe disse que tinha escrito ao pai!

O pequeno escreve-me constantemente grandes cartas e eu em todas sinto o seu entusiasmo pela M. P. e o bem que lhe tem feito respirar esse ambiente. Para mim é um consolo sem limites vê-lo assim e através da influência que a Mocidade exerce no meu filho e eu avalio, querido Marcello, o que tem sido o seu trabalho na obra e a chama que lhe tem comunicado.

[...]

Estou contente com o Pedro e parece-me que com o tempo só vai melhorando, firmando-se-lhe o carácter e demonstrando novas qualidades.²⁴⁸

Independentemente de ter recebido notícias como esta, Abril e, sobretudo, Maio e Junho, foram meses terríveis.²⁴⁹ De repente, e contra todas as expectativas, belgas, holandeses, franceses e, em certa medida, também britânicos, sucumbiram à eficácia militar alemã.²⁵⁰ Em Abril, e apesar de numa conversa com Pedro Theotônio Pereira, Franco ter manifestado toda a sua cordialidade e vontade de manter a Espanha neutral, não deixou de dar conta de inúmeras

²⁴⁷ “Li ontem com vagar o n.º 2 do bol. Da M. P. O seu discurso voltou a encantar-me. Não se pode dizer mais nem melhor. E mesmo aqui cai como uma luva.” “Cartão de Pedro Theotônio Pereira para Marcello Caetano.” 28 de Janeiro de 1941 (documento n.º 40). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotônio, Caixa 44, n.º 35-64.

²⁴⁸ Aproveitava Theotônio Pereira a ocasião para falar do afilhado e fazer planos para estar com Marcello, com “os pequenos”. “Gostei imenso da cartinha e do retrato do meu afilhado. O mestre João está a sair um homem e acho as notas esplêndidas. É caso de perguntar se não tem igual jeito para letras e ciências pois vejo 14 em matemática e 15 em português!

Estou pensando, se for possível, pedir 15 dias de licença em Julho e ir gozá-los no barco do meu irmão. Isso me permitiria juntar-me consigo e trazermos os pequenos para confraternizar com uma grande caldeirada.” “Carta de Pedro Theotônio Pereira para Marcello Caetano.” 3 de Maio de 1943 (documento n.º 45). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotônio, Caixa 44, n.º 35-64.

²⁴⁹ Aquele que viria a ser o novo embaixador do Reino Unido em Madrid, Samuel Hoare, acabado de chegar a Lisboa, de onde deveria seguir para Espanha, não deixou de registar nas suas *Memórias* a impressão causada em Portugal pelos dramáticos e inesperados acontecimentos de França: “Our anxieties were not lessened when we reached Lisbon. My old friend of Oxford and Foreign Office Days, Walford Selby, had nothing but bad news to tell us. [...] But never were fears and anxieties graver in the background: ‘The Germans will have occupied all France in a week. It will only take them another fortnight to occupy the Spanish Peninsula. General Franco will welcome them into Spain, and once in Spain, it only be a matter of hours before they are in Lisbon.’ This was the talk of the whole town. It was more than talk. It was conviction. Worse still, it seemed to be supported by the telegrams from London.” Samuel Hoare, *Ambassador on Special Mission*, s.e., Londres, Collins, 1946, p. 19.

²⁵⁰ Sobre as razões de tão rápido e elevado êxito militar alemão no confronto com os exércitos belga, holandês, francês e britânico na ofensiva iniciada a 9-10 de Maio de 1940, Ernest R. May, *Strange Victory: Hitler's Conquest of France*, s.e., Nova Iorque, Hill & Wang, 2000.

“Guinada de leme”

queixas contra franceses e britânicos, culpando-os, como sempre tinha feito, tanto pelos problemas da própria Espanha como pela instabilidade vivida na Europa. Considerava que apenas dos aliados poderiam vir razões que conduzissem a Espanha à beligerância. Por outro lado, e como era típico na sua personalidade, dava garantias tanto sobre a continuação da neutralidade italiana como certezas de uma próxima destruição do grosso da Armada britânica pela Força Aérea alemã. Assegurava ainda que os franceses seriam esmagados pelos alemães, mas, pelo sim pelo não, afirmava que era capaz de reunir de um momento para o outro um Exército com cerca de um milhão de homens e mais de mil aviões para fazer frente a qualquer ameaça oriunda dos Pirinéus. Ou seja, apesar das garantias de continuação da neutralidade espanhola, e ao contrário daquele que era o pensamento português sobre o conflito em curso, desejava o triunfo da Alemanha e a derrota e humilhação de franceses e britânicos na esperança de poder ficar com alguns despojos. E, claro, tentava fazer *bluff* com os britânicos usando para o efeito os portugueses. Aliás, expressão indiscutível das simpatias que a Alemanha reunia em importantes sectores da vida pública espanhola, e que alguma condescendência mereciam de Franco, era a forma como muita imprensa se manifestava e a liberdade de acção que os alemães gozavam em Espanha.²⁵¹ Mesmo assim, no início de Maio continuava a sentir a “atmosfera favorável a nosso respeito”, mas recordando que esta “gente é sempre excessiva: nas fases de amizade e nas de retraimento.” Por isso, advogava que “certa reserva” da parte portuguesa, “em meras questões de pormenor ou de demonstrações exteriores”, pudesse ser “mal interpretada.” Neste contexto, a assinatura para breve pelo Estado português da Concordata com o Vaticano era tida como “um passo seguro – e de superior coragem – que prova[va] bem” que, sob a liderança de Salazar, Portugal seguia com “toda a firmeza um caminho e não hesita[va] nos momentos decisivos.” Assim “Deus” continuasse a ajudar e a proteger Salazar, porque seria “certa a nossa salvação.”²⁵²

De Maio para Junho, o ambiente passou a ser de crescente “nervosismo” e “inquietação”,²⁵³ tendo-se chegado a saber, “de fonte segura”, que tinha sido feita uma “diligência muito séria junto da Espanha para a forçar a ir à guerra ao lado dos alemães,” tendo apenas valido a oposição de Franco para que tal não acontecesse.²⁵⁴ Mas mesmo assim, alertava Salazar de que era mais fácil encontrar “*trevos de quatro folhas*” do que gente que sentisse os

²⁵¹ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, ofício n.º 116, Madrid, 23 de Abril de 1940. MNE, *DAPE*, VI volume, 1970, pp. 543-548 (documento n.º 603).

²⁵² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 6 de Maio de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 29 e 31 (documento 9).

²⁵³ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, carta, Madrid, 10 de Maio de 1940. MNE, *DAPE*, VI volume, 1970, pp. 606-607 (documento n.º 684).

²⁵⁴ Tratava-se, naturalmente, de um rumor sem fundamento. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 10 de Maio de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, p. 33 (documento 10).

“Guinada de leme”

perigos da “*hegemonia alemã*.” Ainda que houvesse um “instinto de salvação, a fé católica, o espírito latino são afogados pelo ódio contra a França, e contra a Inglaterra.”²⁵⁵

E, no entanto, já depois de, a 12 de Junho, a Espanha ter passado da neutralidade à não-beligerância²⁵⁶ e, dois dias mais tarde, ter ocupado Tânger,²⁵⁷ a diplomacia portuguesa encontrou margem de manobra suficiente para negociar e fazer aprovar o chamado protocolo adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão datado de Março de 1939. Face àquela que era, também fruto das circunstâncias, uma alteração profunda da política externa espanhola, tanto Theotónio Pereira como Salazar e Teixeira de Sampaio consideraram que seria positivo e necessário alargar e completar as garantias previstas no Tratado de Março de 1939. A esta conclusão chegaram apenas depois de uma conversa que Serrano Suñer e Theotónio Pereira mantiveram no Escorial. Próximo do túmulo de Filipe II, Serrano Suñer não escondeu o seu “alarme” quanto ao futuro das relações luso-espanholas “perante possíveis pressões alemãs”, mostrando por isso vontade de que os “dois países [...] fossem além do tratado de amizade e de não agressão na política de entendimento; que fizessem qualquer coisa que pudesse ser mostrada aos Alemães e auxiliar a Espanha na sua resistência.” Como não podia deixar de ser,

²⁵⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 27 de Maio de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, p. 39 (documento 12).

²⁵⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 13 de Junho de 1940. *Idem, ibidem*, p. 45 (documento 14). Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 214-215.

²⁵⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 14 de Junho de 1940. *Ibidem*, pp. 46-47 (documento 15). A ocupação de Tânger, embora tal nunca tivesse sido apreendido pelas autoridades portuguesas, pretendia ser para a Espanha a primeira etapa de uma extensa expansão territorial em Marrocos à custa da França e com a necessária cooperação e protecção alemã. Porém, a questão de Tânger mostrou ser um motivo importante de atrito nas relações entre alemães e espanhóis entre Junho de 1941 e Novembro de 1942, quando forças norte-americanas desembarcaram no Norte de África. Isto porque contra aqueles que eram os interesses espanhóis, e também franceses, no noroeste africano, a Alemanha demonstrou ser mais uma ameaça do que um aliado, manifestando ter as suas próprias ambições na região. Neste contexto, a “operação Félix”, que teria como pretensão expulsar os britânicos de Gibraltar, fechando o Mediterrâneo à Royal Navy, pode ser vista como um primeiro passo vital para o estabelecimento de forças alemãs no noroeste africano, nas Canárias e, posteriormente, nos arquipélagos de Cabo Verde, da Madeira e dos Açores, com o objectivo de serem conseguidas importantes vantagens estratégicas numa futura guerra contra os EUA. Assim sendo, a oposição de Franco e de Suñer à pressão alemã para a conquista de Gibraltar, deveu-se em grande medida à sua desconfiança quanto àquelas que eram ambições do Reich naquela região de África. Norman J. W. Goda, *Tomorrow the World. Hitler, Northwest Africa, and the Path Toward America*, s.e., s.l., Texas A & M University Press, 1998, pp. 55-59 e 103-106. Sobre a importância dos portugueses na Europa e no Atlântico Norte para a estratégia de domínio mundial definida por Hitler, *idem, ibidem*, pp. 113-122. Sobre a precedência que Marrocos assumia na política externa definida por Espanha no Verão de 1940, realidade não totalmente apreendida por Theotónio Pereira, “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 107, Madrid, 2 de Julho de 1940 MNE, DAPE, VII volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp. 191-192. No Inverno de 1940-41, o Marrocos francês era visto por Serrano Suñer, e não só, como a região em que a Espanha poderia abastecer-se do trigo de que necessitava. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para o embaixador Teixeira de Sampaio”. Madrid, 29 de Novembro [de 1940]. AHDMNE. GSG. Maço 6. Sobre a percepção norte-americana do perigo que representava para a sua segurança uma presença militar alemã nos arquipélagos portugueses e espanhóis no Atlântico, assim como no noroeste africano, Robert Dallek, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945. With a New Afterword*, 2.ª ed., Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, 1995, pp. 261-266; Warren F. Kimball, *Forged in War. Roosevelt, Churchill, and the Second World War*, 1ª ed., Nova Iorque, William Morrow and Company, Inc., 1997, pp. 83-84 e 128 e Kenneth S. Davis, *FDR. The War President: 1940-1943: A History*, s.e., Nova Iorque, Random House, 2000, pp. 56 e 251-252.

“Guinada de leme”

ao conversarem sobre o encontro entre Suñer e Theotónio Pereira, tanto o embaixador em Madrid como Sampayo, introduziram um “coeficiente de correcção ao alarme manifestado, talvez interesseiramente, por Serrano Suñer [...]”. No entanto, rapidamente concluíram que a oportunidade deveria ser aproveitada, sobretudo se tanto Beigbeder como Franco partilhassem as opiniões e as preocupações políticas manifestadas por Suñer. O passo seguinte seria encontrar uma “fórmula de realização” que estivesse dentro das “possibilidades” portuguesas, “à face da aliança inglesa.” A ideia final sobre o significado da abordagem e as vantagens que dela se poderia retirar era:

Fugiríamos assim a ter de recusar o que nos fosse proposto e julgássemos exorbitante, e inveríamos a posição de queixa em nosso favor, se fosse a Espanha que recusasse a fórmula proposta por nós.²⁵⁸

Independentemente daqueles que foram os acertos feitos por Salazar e Teixeira de Sampayo para a apresentação por Pedro Theotónio Pereira de uma proposta em Espanha, parece evidente que foi o facto do texto final do protocolo poder ser interpretado de maneira diferente por portugueses e por espanhóis e, entre estes, da forma mais conveniente pelas diferentes sensibilidades ou até facções que intervinham na concepção e execução da política externa de Madrid, que permitiu a sua aprovação e assinatura. Aliás, também os britânicos puderam guardar para si uma leitura vantajosa dos termos deste acordo, vendo-o não como uma limitação à sua capacidade de intervir na Península, mas como um instrumento capaz de, simbolicamente, impedir a Alemanha de o vir a fazer.²⁵⁹ Embora não pudesse resolver definitivamente o problema da neutralidade da Península, o Protocolo seria um sinal dado a alemães e a britânicos, assim os espanhóis o desejassem, de que Lisboa e Madrid podiam e queriam conduzir os seus próprios destinos numa Europa, num Mediterrâneo e num Atlântico Norte extremamente instáveis e inseguros. Apesar de Beigbeder, o ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, ser um reconhecido adversário de Serrano Suñer, não deixou de porfiar para que se pudesse celebrar um acordo cuja ideia fora originariamente lançada por este. Sendo evidente que se tratou de um acordo político-diplomático que podia ser muito útil na sua política externa de Lisboa e de Madrid, do lado espanhol o Protocolo Adicional poderá ser melhor compreendido se também for visto como um instrumento de combate entre facções que se digladiavam no seio do regime recém instituído. Só assim se percebem as dificuldades que os espanhóis tiveram para chegar à redacção final, muito pelo facto de Suñer ter promovido, ou pelo menos consentido, que tivessem lugar um conjunto de iniciativas cujo objectivo era

²⁵⁸ Teixeira de Sampayo, “Relações luso-espanholas. Documento para os arquivos”, Lisboa, 30 de Junho de 1940, in MNE, *DAPE*, VII volume, 1971, pp. 176-178 (documento n.º 929) e Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 227-229.

²⁵⁹ Se o desejassem, e com um mínimo de boa vontade, também os alemães podiam ver a celebração do Protocolo Adicional como um primeiro passo dado pela Espanha no sentido de afastar Portugal da nefasta influência britânica. Norman J. W. Goda, *op. cit.*, pp. 113-115.

“Guinada de leme”

torpedear as negociações em curso, nomeadamente através da promoção da publicação na imprensa de inúmeras notícias em que se exprimiam os mais duros ataques a Portugal e ao Reino Unido. Em muita da imprensa publicada em Espanha evocava-se a natureza perversa da aliança luso-britânica e promovia-se a ideia da integração de Portugal no “império espanhol”, ao mesmo tempo que se humilhava o embaixador britânico com quebras de protocolo ou com demonstrações públicas de hostilidade ao Reino Unido e de apoio ostensivo à Alemanha. Entretanto, em público, fazia-se com que Theotónio Pereira aparecesse sempre numa situação de favorecimento em relação ao seu colega britânico e, de preferência, como cúmplice da amizade de espanhóis com italianos e alemães.²⁶⁰ Apesar da oposição, Beigbeder, Theotónio Pereira, Salazar e, finalmente, Franco, chegaram a uma conclusão, sendo a versão final do Protocolo aprovada pelas autoridades em Lisboa e em Madrid e devidamente assinada.²⁶¹ O acordo, além de uma vitória da política externa portuguesa e, por seu intermédio, do próprio Reino Unido, mas também da própria Alemanha – uma vez que protegia a sua retaguarda –, era acima de tudo uma vitória de Beigbeder e dos adversários em Espanha de uma aproximação ao Eixo, pelo menos nos moldes pensados por Suñer e pela Falange e que o próprio Franco não desdenhava em absoluto.²⁶² O Protocolo sublinhava a solidariedade e a amizade entre Portugal e Espanha, prometia a não-agressão e criava mecanismos de consulta mútua em caso de se manifestarem sintomas de crise internacional grave que pudessem afectar os dois países. Era o sinal definitivo, do lado espanhol, de que enquanto houvesse vontade política, a Espanha poderia manter uma estratégia que a afastasse suficientemente do Eixo, garantindo-lhe alguma independência formal em relação às eventuais pretensões político-militares alemãs ou italianas na Península e no noroeste africano, nomeadamente em Marrocos. Assim aquelas potências o permitissem.²⁶³ Ora em tudo isto, o mérito de Theotónio Pereira esteve no facto de ter sabido ler

²⁶⁰ “Ontem, no desfile dos sindicatos [...] todo o tempo se ouviu gritar «Gibraltar espanhol!»! O Hoare estava verde. À tarde houve recepção no Palácio da Granja e o Generalíssimo apenas falou com os alemães e comigo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 19 de Julho de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, p. 64 (documento 21). O relato das maquinações levadas a cabo pela imprensa espanhola contra Portugal e o Reino Unido, a descrição das situações delicadas em que tanto Theotónio Pereira como Hoare foram colocados nos dias que antecederam e imediatamente sucederam à assinatura do Protocolo, e onde é evidente o ambiente de confronto entre facções políticas do franquismo, encontra-se em CLNSRF, *op. cit.*, pp. 54-71 (documentos 18 a 23). De antologia, e para este período, é ainda uma carta de Theotónio Pereira para Salazar publicada em idem, *ibidem*, pp. 249-251 (documento 70).

²⁶¹ O Protocolo Adicional foi assinado a 27 de Julho de 1940. Dois dias mais tarde seria celebrado um acordo comercial tripartido, envolvendo a Espanha, o Reino Unido e Portugal, mediante o qual os britânicos financiavam a compra pelos espanhóis de um determinado valor de produtos coloniais portugueses.

²⁶² Na segunda metade de 1940, Beigbeder teria já abandonado as suas posições tradicionalmente pró-Eixo e iniciado uma política moderada no domínio tanto interno como externo. Paul Preston, *op. cit.*, p. 369.

²⁶³ César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1.ª ed., s.l., O Jomal, 1987, pp. 360-363. Para uma versão dos acontecimentos que conduziram à celebração do Protocolo Adicional, em que se valoriza a lucidez e a habilidade político-diplomática dos actores espanhóis, na mesma proporção em que se sublinha a manifesta ignorância e credulidade que terá caracterizado os intervenientes portugueses – sobretudo Salazar e Theotónio

“Guinada de leme”

e transmitir para Lisboa as suas impressões em torno das divisões que marcavam profundamente a sociedade e a política espanholas e, claro está, as intrigas, as contradições, que dividiam e enfraqueciam a clique que, rodeando o generalíssimo, detinha algumas das alavancas mais eficazes da governação.²⁶⁴

Naquilo que restou de ano, em 1940, como nos seguintes, a actividade do embaixador português em Madrid resumiu-se à observação e ao comentário mais ou menos cuidado do que lhe parecia ser a essência da luta por um lugar ao sol levado a cabo no seio da reduzida clique que, sob a direcção de Francisco Franco, ia conduzindo os destinos de Espanha. Simplificando um pouco, e segundo o testemunho de Theotónio Pereira deixado na correspondência pessoal e oficial enviada a Oliveira Salazar, pode-se dizer que essa clique agia no sentido tanto de alcançar o reconhecimento de Franco, mas, também, para conseguir reduzir a margem de manobra deste ou até, no limite, proceder ao seu derrube.²⁶⁵ Durante a Guerra Civil e, acima de tudo, no decurso da Segunda Guerra Mundial, naquela luta pelo poder os elementos externos assumiam uma importância essencial, uma vez que a sua ingerência podia desequilibrar decisivamente os termos da confrontação. Intervinha pondo em campo poderosos argumentos de natureza política, militar e, sobretudo, económica, tornando-se evidente que nesta luta o papel de Portugal era relativamente secundário. Nesse sentido, a relevância da acção de Theotónio Pereira como embaixador de Portugal em Espanha não está tanto nas virtudes político-diplomáticas de alguém que juntamente com o Governo que representava conseguiu em grande medida e por mérito próprio, assegurar a neutralidade efectiva de Portugal e de Espanha na Segunda Guerra Mundial, nas soluções que propunha no domínio da política externa ou nas leituras particularmente perspicazes que produzia sobre a situação internacional e os seus reflexos na Península, mas na nitidez do retrato que deixou do ambiente social e político que predominou em Espanha entre 1938 e 1945. Esta sua característica, estes seus méritos, não

Pereira –, mas onde também se vinca a elevada qualidade do pensamento estratégico e da prática diplomática alemã, emergindo Hitler com a “visão bastante mais realista” de todos sobre o significado do citado protocolo, António Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, s.e., s.l., Perspectivas & Realidades, 1987, pp. 209-216. Sobre o encontro de Sevilha ver ainda, César Oliveira, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas: Política e Economia*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 67, para quem Franco se comporta como alguém que continua “convencido da vitória alemã.”

²⁶⁴ A intensa e muitas vezes trágica conflitualidade política que marcou o franquismo nos anos da Segunda Guerra Mundial encontra-se resumida em Raymond Carr, *Espanha. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990, pp. 677-689. Stanley G. Payne, *Franco. El Perfil De La Historia*, s.e., Madrid, Espasa Calpe, 1992, pp. 85-126, cruzando as contingências da política externa com os ditames de política interna. O mesmo acontecendo em Paul Preston, *op. cit.*, pp. 343-373. Um relato mais completo relato e uma análise mais detalhada da evolução da política interna espanhola nos anos de 1939 a 1941, com os seus reflexos na política externa, encontra-se em Stanley G. Payne, *Fascism in Spain: 1923-1977*, s.e., s.l., The University of Wisconsin Press, 1999, pp. 310-362.

²⁶⁵ Caso dos monárquicos, carlistas e militares. Sobre a grave crise política que opôs militares e carlistas a falangistas na Primavera e no Verão de 1942, e que ameaçou pôr em causa a autoridade de Franco, Stanley G. Payne, *Franco. El Perfil De La Historia*, s.e., Madrid, Espasa Calpe, 1992, pp. 109-112.

“Guinada de leme”

sendo particularmente originais do ponto de vista da história da diplomacia portuguesa, assumem uma dimensão única. Neste sentido, as centenas e centenas de missivas enviadas a Oliveira Salazar revelam tanto sobre a história política e social da Espanha nos primeiros anos do franquismo, como sobre aquilo que era Pedro Theotónio Pereira politicamente. Tratava-se de alguém que tinha qualidades únicas para se embrenhar totalmente no ambiente político que lhe importava conhecer e, eventualmente, sobre ele intervir – presume-se que sempre dentro dos limites reservados a um embaixador. Uma ferramenta que utilizou, provavelmente não a única, para sensibilizar alguns oficiais superiores das Forças Armadas espanholas para a bondade das posições portuguesas, foi proceder a uma distribuição criteriosa de condecorações. Em finais de Novembro de 1940, dizia a Salazar que recebera “as condecorações para os 3 generais”, mas reforçava a ideia expressa anteriormente de que não havia “forma de não condecorar também os outros 2.”

*O Millan Astray não se cala e é dos que convém que não fale contra nós! Quanto ao Zarda comanda uma das divisões de Madrid, teve sempre portugueses sob o seu comando durante a guerra e goza de enorme prestígio. Tem a mesma posição do Duque de Sevilha. E com a 2.ª Grã Cruz deste último, o caso mais se complicou!*²⁶⁶

Da mesma forma, depois de uma conversa que Theotónio Pereira manteve com o general Kindelán Duany no início de Dezembro de 1940, e que decorreu em termos muito favoráveis, uma vez que Kindelán não se cansou de criticar a Falange e Suñer e de sublinhar que ele, como muitos outros militares, tudo fariam para impedir uma entrada da Espanha na guerra, arrastada ou não pelo Eixo, o embaixador português em Madrid não se esqueceu de assinalar que o seu interlocutor se mostrara “encantado com a ideia de receber as insígnias na Embaixada e que era a primeira aonde entrava.”²⁶⁷ Embora sempre procurasse agir, e agiu, defendendo e promovendo em Espanha os interesses de Portugal. Mas à medida que os anos foram passando, e em 1940-41 isso era já evidente, Theotónio Pereira tornou-se numa peça do xadrez político espanhol, cumprindo desse modo o papel que tradicionalmente estava atribuído à figura do “embaixador residente” que remontava ao Antigo Regime e que no decurso da Segunda Guerra Mundial era já uma realidade em vias de extinção.²⁶⁸

Em tudo aquilo que ao longo de sete anos foi dizendo para Lisboa, merecem particular atenção os comentários feitos às figuras do generalíssimo e de Serrano Suñer, nomeadamente

²⁶⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Madrid], 30 de Novembro de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 126-127 (documento 43).

²⁶⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Madrid, 9 de Dezembro de 1940. AHDMNE. GSG. Maço 6.

²⁶⁸ Gordon A. Craig e Francis L. Loewenheim, *The Diplomats 1939-1979*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1994, p. 4.

“Guinada de leme”

durante o período em que este desempenhou importantes tarefas governativas. Embora nunca tivesse confiado inteiramente em Franco – e isso continuaria a suceder já depois de ter saído de Madrid –, não poucas vezes pareceu acreditar ser este o principal travão a um eventual triunfo em Espanha de forças e movimentos favoráveis ao Eixo, o obstáculo decisivo para o cumprimento dos desígnios de alemães e italianos. Neste contexto, sobretudo entre 1939 e 1942, a Theotónio Pereira pareceu quase sempre que Serrano Suñer era o homem dos alemães em Espanha, e que neste contexto o generalíssimo era, nas cúpulas do regime, senão o derradeiro pelo menos o mais importante garante da neutralidade espanhola na guerra. Por isso, lhe custou mais do que seria imaginável reconhecer que a amplitude de movimentos de que Suñer gozava, dos quais Theotónio Pereira tanto se queixou e que inúmeras vezes feriram profundamente os interesses quer de Portugal quer dos aliados, se deviam não apenas à acção mais ou menos autónoma daquele em relação a Franco, mas a uma actuação concertada entre os dois e, claro está, a uma manipulação, consciente ou não, exercida por Franco sobre Suñer.²⁶⁹ Esta atitude do generalíssimo, além de um produto do seu carácter e das suas ambições políticas, era uma consequência da situação de enorme debilidade em que a Espanha se encontrava depois do fim da Guerra Civil. Uma debilidade com causas tanto internas como externas. Embora as simpatias de Franco fossem evidentemente para o Eixo, por razões ideológicas, mas, sobretudo, por reconhecer que apenas uma vitória do Eixo permitiria à Espanha e ao seu caudilho conquistar novamente um lugar ao sol idêntico àquele que tivera no lugar nos tempos de Carlos V e Filipe II, a verdade era que em circunstância alguma durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo nos três anos iniciais do conflito, a Espanha se sentiu suficientemente apoiada por Hitler ou Mussolini de modo a encobrir a sua fraqueza, a sua dependência. Neste contexto, o papel normalmente atribuído por Theotónio Pereira a Franco de resistente às pressões exercidas tanto pelo Eixo como por Suñer – funcionando este enquanto instrumento dos desígnios daquele –, não era mais do que a manifestação da política do próprio caudilho. Porém, à medida que essa realidade se tornou evidente, Portugal não passou a agir

²⁶⁹ Além de terem sensivelmente a mesma idade – Suñer nasceu em 1901, Theotónio Pereira em 1902 –, os dois homens possuíam, do ponto de vista político, alguns pontos em comum. Se o embaixador foi co-autor do Estatuto do Trabalho Nacional, Suñer desempenhou papel idêntico em relação a um documento homónimo produzido pelo franquismo: o *Fuero del Trabajo* (9 de Março de 1938). Por outro lado, nutriam os dois uma verdadeira obsessão pelo fenómeno informativo e pela utilidade que, no domínio da propaganda política e ideológica, tinham, se devidamente aproveitados, os meios de comunicação de massa. Serrano Suñer promulgou a *Ley de Prensa y Imprenta*, e foi, a partir da década de 1950 um importante empresário no sector dos meios de comunicação de massa, além de responsável pela angariação dos capitais privados que constituíram a EFE – a agência de notícias espanhola. Aquilo que mais os diferenciava era a devoção religiosa, profundamente católica, de Theotónio Pereira e o agnosticismo de Suñer que, na sua juventude, foi presidente da *Asociación Profesional de Estudiantes*, uma organização laica combatida pelo catolicismo confessional vinculado à *Acción Católica*). Joaquín Bardavío, “Cumple cien años el Cuñadísimo” in *La Aventura de la Historia*, Ano 3, n.º 35, Setembro de 2001, p. 20.

“Guinada de leme”

com o objectivo de hostilizar Franco. Apesar dos pecados deste, o pensamento dominante nas Necessidades sempre defendeu a bondade da preservação do franquismo, de preferência com Franco. Essa era vista como a melhor garantia da preservação em Espanha de uma estrutura política que assegurasse a continuidade e até o aprofundamento de uma comunhão ideológica entre os dois Estados peninsulares.

No princípio de Setembro, ainda não estava no horizonte o encontro entre Franco e Hitler em Hendaia, Theotónio Pereira garantia que a situação interna parecia “mais embrulhada. Conspira[va]-se muito contra o Franco” e era “evidente que as forças externas” ajudavam “à grande.” As pressões alemãs eram “muito fortes”, havendo do “lado eixo grande irritação por causa das negociações comerciais com a Inglaterra.” Era indiscutível que “que o Generalíssimo” ia “resistindo”, parecendo igualmente claro que a “dificuldade da sua posição aumenta[va] todos os dias.” Porém, aqueles que queriam a “guerra” pareciam um “pouco mais calmos.”²⁷⁰ Chegado o fim do ano de 1940, continuava a parecer evidente que Serrano Suñer era não apenas o braço que executava uma política excessivamente hostil aos interesses de Portugal e à preservação da neutralidade da Península, mas ainda alguém com uma capacidade única para pela natureza do seu carácter dificultar muito mais a acção tanto de organismos representativos do Estado espanhol e dos interlocutores diplomáticos deste estabelecidos em Madrid. Pedro Theotónio Pereira, a certa altura, e depois de registar a “*fantástica indiferença de Serrano pelos problemas concretos*”, confessava a Salazar não apenas ter tido “vontade de lhe partir a cara”, merecendo “pancada”.²⁷¹

Depois das pressões exercidas pela Alemanha sobre a Espanha em Novembro e Dezembro de 1940,²⁷² e retomadas logo no início de 1941, voltaram os receios de uma invasão

²⁷⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 6 de Setembro de 1940, CLNSRF, *op. cit.*, p. 85 (documento 29).

²⁷¹ Como consolação, restava ao embaixador português em Madrid suspeitar de que os “*chefes do exército se entendiam*”, havendo “*um princípio de oposição organizada perante as veleidades do Serrano.*” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, 15 de Dezembro de 1940, *idem, ibidem*, p. 133 (documento 45). Itálico no original. Estavam longe os tempos em que Theotónio Pereira conhecera pessoalmente Serrano Suñer e, ao constatar a sua ascensão política, a classificou como favorável aos interesses de Portugal. Tudo porque ia além “dos bons sentimentos e das boas palavras”. Praticava “actos palpáveis” naquela que era uma “política de aproximação com Portugal tanto junto do Generalíssimo como nos vários domínios sujeitos ao seu Ministério. [...] sem a sua acção nem eu poderia ter conseguido – como consegui – que desaparecessem das paredes os cartazes da Falange que tanto irritavam a sensibilidade portuguesa, nem que terminassem nos jornais e revistas as alusões [...] a um iberismo que há uma ano parecia dominar todas as zonas da opinião pública espanhola.” Suñer tinha ainda promovido “o acto comemorativo” do terceiro aniversário da conquista do Alcazar de Toledo pelos nacionalistas e “promovido todas as campanhas de imprensa favoráveis” a Portugal. Na altura, não pondo em causa a amizade do conde de Jordana, Pedro Theotónio Pereira confiava mais na “influência” do “Sr. Serrano Suñer.” “Da Embaixada de Portugal em San Sebastián para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 184. 27 de Abril de 1939. AHDME. Espanha (1939-1940). Informação sobre política interna e externa da Espanha. 3.º Piso. Maço 92. Processo 33,1.

²⁷² A 7 de Dezembro, por um conjunto variado de razões, Franco decidiu uma vez mais protelar a entrada da Espanha no conflito. Norman J. W. Goda, *op. cit.*, p. 122 e Paul Preston, *op. cit.*, pp. 401-415. Sobre o encontro

“Guinada de leme”

alemã da Península e que teria como objectivo primacial ocupar Gibraltar e, segundo algumas opiniões, abrir o caminho para a presença militar alemã no noroeste Africano.²⁷³ Multiplicam-se os rumores,²⁷⁴ pelo menos em Espanha, no Reino Unido e também em Portugal, de que, eventualmente a 12 de Janeiro, Hitler teria intimado Franco para uma segunda conferência, na qual lhe iria exigir mais uma vez que a Espanha entrasse na Guerra – proposta esta que teria sido avançada logo no dia 2 daquele mesmo mês. Segundo Theotónio Pereira, não tardou a correr a notícia de que Franco teria recusado tanto o convite como a entrada do seu País no conflito evocando o “compromisso do protocolo com Portugal.” Nesta conjuntura, Hoare e Theotónio Pereira procuraram chegar à fala com o generalíssimo ou, estando este indisponível, com Serrano Suñer. Ambos se escusaram. Hoare acreditava que o desafio fora efectivamente feito por Hitler e que a recusa de Franco não iria fazer mais do que adiar o inevitável: a incursão alemã até Gibraltar. Se esta não se tinha ainda dado era porque “as condições actuais são desgraçadas. Os caminho estão péssimos, não há que comer e há tanta falta de carvão como de gasolina.”²⁷⁵ Para segurar Franco na sua posição de neutralidade, não apenas no curto prazo mas, também, no médio prazo, Theotónio Pereira insistia na realização de um encontro entre o generalíssimo e Salazar, iniciativa que contava com o apoio dos britânicos, começando por Hoare. Isto porque o embaixador britânico acreditava que Salazar “tinha mais influência que ninguém junto do generalíssimo.” Hoare fazia finca pé nas vantagens que constituiria para a continuação da neutralidade na Península, e para que tal acontecesse insistia que Salazar

entre Hitler e Serrano Suñer em Berchtesgaden, realizado a 19 de Novembro de 1940, Norman. J. W. Goda, *op. cit.*, pp. 124-125 e Paul Preston, *op. cit.*, pp. 406-407.

²⁷³ Além do trabalho de Norman J. W. Goda já citado, ver Gerhard L. Weinberg, *Germany, Hitler & World War II: Essays in Modern German and World History*, 2.ª ed., s.l., Cambridge University Press, 1996, p. 199. Uma leitura diferente dos objectivos estratégicos alemães no nordeste africano encontram-se em, Peter Calvocoressi, Guy Wint e John Pritchard, *op. cit.*, p. 165, onde se pode ler: “Hitler regarded Franco’s Spain as a natural ally and as a debtor. A republican Spain he might have invaded without more ado but Franco’s Spain he sought to bargain with. His aim was to lure Franco into active alliance in order to secure control of the western gateway into the Mediterranean and possession of one of the Canary islands and as a base for the Battle of the Atlantic.”

²⁷⁴ Era mais do que um rumor. Efectivamente, Stohrer, embaixador alemão em Madrid, e Ribbentrop voltaram a pressionar Franco e Serrano Suñer no sentido de este promover a curto prazo a entrada de Espanha na guerra através da ocupação de Gibraltar. Apesar de todas as dificuldades, numa reunião a três – com Franco, Suñer e Stohrer – o generalíssimo garantiu que o seu País entraria indubitavelmente na guerra. Na carta enviada por Hitler a Franco, de 6 de Fevereiro de 1941, aquele prometia ajuda económica a Espanha apenas depois desta entrar na guerra. No dia seguinte, Stohrer recebeu um memorando produzido pelo Estado Maior General das Forças Armadas espanholas. Nele era apresentada uma extensa lista de bens em que a Espanha se encontrava deficitária e que era necessário preencher para melhorar a sua situação militar. Paul Preston, *op. cit.*, pp. 418-421.

²⁷⁵ No Inverno de 1940-1941, Theotónio Pereira sentia-se profundamente impressionado com a situação interna. Não só a política. As condições económicas e sociais sentidas em Espanha eram de “meter medo.” Havia uma “fome espantosa e o Governo” não parecia “ter a noção do que se passa[va].” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 24 de Janeiro de 1941, MNE, DAPE, VIII volume, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 56-57 (documento n.º 1449).

“Guinada de leme”

promovesse um encontro pessoal com Franco.²⁷⁶ Aliás, dias mais tarde, Theotónio Pereira insistia com o chefe do Governo para que este aceitasse encontrar-se rapidamente com Franco, fosse porque o encontro de que se falava do generalíssimo com Hitler só iria complicar “as coisas”, fosse porque “seria uma cartada única e com funda repercussão na parte boa da Espanha. Sobretudo no Exército.”²⁷⁷

Mas no início de 1941, parecia evidente a Pedro Theotónio Pereira que dificilmente a Espanha entraria no conflito, excepto no caso de ser arrastada. Isso significava que o Governo de Madrid tinha uma importante margem de manobra para se manter fora do conflito, de acordo com os seus interesses. Isto, e algo mais, continuou a repeti-lo a Serrano Suñer, de modo a aplacar os seus instintos belicistas tanto pró-nazis como vincadamente anti-britânicos. Suñer gostava de divagar sobre a grandeza de Espanha e a importância que a sua entrada na guerra teria para o desenrolar do conflito numa fase em que este se desenrolava primordialmente no Atlântico Norte e em grande parte da bacia do Mediterrâneo, tanto no Norte de África como, poucas semanas mais tarde, nos Balcãs.²⁷⁸ Por um lado, é óbvio que Pedro Theotónio Pereira via em Serrano Suñer uma personagem politicamente perigosa, não apenas pelo seu voluntarismo belicista e pró-alemão, mas sobretudo pela influência que tinha na política espanhola, nomeadamente junto de Franco e por causa de Franco. E se Pedro Theotónio não descartava em absoluto que as ideias de Suñer poderiam no limite ser passadas à prática, fazendo quase que por absurdo que se ignorassem as profundas dificuldades logísticas, políticas e morais que tornavam altamente improvável e profundamente indesejável uma entrada da Espanha na Guerra, guardava ainda a ideia de que tudo aquilo que lhe era dito por aquele homem franzino, agressivo, nervoso e de honestidade política e moral muito abaixo da média, era típico de alguém que vivia num mundo que pouco ou nada tinha que ver com a realidade.

²⁷⁶ “[...] Hoare [voltou] a exprimir o seu receio acerca da força de ânimo de Franco na hipótese de novo contacto pessoal com Hitler. Instou que eu usasse de todos os argumentos junto do Generalíssimo para o demover desse encontro e teve a expressão:

– Ah! Se o Doutor Salazar pudesse falar com ele!” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Ofício, Madrid, 29 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 68 (documento n.º 1464).

²⁷⁷ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 28 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 64-66 (documento n.º 1461).

²⁷⁸ “Serrano lançou-se com paixão a pintar toda a grandeza do quadro da intervenção da Espanha na guerra. Seria tão decisiva a entrada da Espanha na guerra que se compreendia bem que a Alemanha visse com desgosto que ela se mantivesse à margem do conflito.

Eu fiz o ligeiro comentário de que Mediterrâneo tinha outra saída e que o estreito de Gibraltar não era porta que se fechasse aos couraçados, ou mesmo a navios mais pequenos, especialmente durante a noite.” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 29 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 56-57 (documento n.º 1449). Sobre o mesmo tema, veja-se o relato de uma outra conversa de Theotónio Pereira com Suñer em “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 28 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 64-65 (documento n.º 1461).

“Guinada de leme”

Por isso, desabafava com Salazar ao relatar-lhe as divagações de Suñer sobre a guerra, a situação da Espanha, as intrigas e a hipocrisia dos britânicos, além da força da Alemanha:

Achei tudo isto tão artificial que com dificuldade oculte a impressão que me estava produzindo. Sem zanga nem ironia, disse-lhe que ele, Serrano, se mostrava sempre de um péssimo trágico quanto à possibilidade da guerra. Claro que havia perigo, mas perigo de se ser arrastado. O que eu não conseguia entender era que a Espanha pudesse sentir alguma tentação séria de se meter num conflito de tal grandeza que bem depressa se concretizara num duelo singular entre a Inglaterra e a Alemanha. O resto não contava. Esta impressão era cada vez mais forte em todos os povos e também aqui em Espanha. Parecia-me, pois, que o perigo da guerra – embora muito grande – já fora maior e mais directo. Agora, só arrastado na cauda do ciclone...²⁷⁹

Independentemente de Theotónio Pereira ter tido em finais de Janeiro de 1941 uma intuição que se viria a cumprir, mas de que depois muitas vezes se esqueceria, em virtude das circunstâncias que vieram a condicionar a evolução do conflito entre 1941 e 1943,²⁸⁰ possuía também uma excelente capacidade para conhecer o verdadeiro carácter dos homens.²⁸¹ Durante a sua estada em Espanha essa qualidade foi particularmente importante, e disso há testemunho nos relatos que nos deixou das suas conversas com Franco, Suñer, Jordana e outras personalidades políticas e militares da Espanha nacionalista, mas também com colegas seus embaixadores, nomeadamente os britânicos e os norte-americanos. Por exemplo, e naquilo que dizia respeito a Serrano Suñer, Theotónio Pereira sabia fazer reverter a favor dos seus interesses de embaixador algumas das situações mais desfavoráveis com que era confrontado. Precisamente durante o período em que estive no ar esse rumor de um encontro entre Hitler e Franco, no decurso do qual se dizia que aquele queria demover o generalíssimo da intransigência de que aparentemente dera mostras durante a cimeira em Hendaia nos derradeiros dias de Outubro de 1940,²⁸² facto que lançou algum pânico no seio das hostes britânicas presentes em Espanha,

²⁷⁹ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Ofício, Madrid, 29 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 68 (documento n.º 1464).

²⁸⁰ Por exemplo, em finais de Julho de 1943, Theotónio Pereira recordava ao seu “compadre” Marcello que o último ano fora não apenas “o de mais trabalho”, como fazia questão de sublinhar que o país e os portugueses estavam ainda em plena zona ciclónica.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Madrid, 25 de Julho de 1943 (documento n.º 47). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

²⁸¹ Permitindo-se discordar da avaliação que Salazar fazia de Serrano Suñer, Theotónio Pereira opinava: “Ainda acerca do que V. Ex.a me diz sobre Serrano e das suas contradições – tudo profundamente certo –, peço licença apenas para observar que não só o seu ódio pela Inglaterra, como bom espanhol que é, vale mais, como sentimento negativo, que a sua declarada simpatia pelos Alemães, mas também que Eccles se engana ou pretende enganar quando afirma que Serrano aceita compromissos com tanta facilidade. Nada menos verdadeiro: finge por sistema que aceita, com toda a intenção de se escapar ou de não cumprir. Veja-se, por exemplo, o caso de Tânger, em que andou positivamente a mangar com Sir Samuel Hoare: nunca lhe escreveu a prometida carta.” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 10 de Janeiro de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 91 (documento n.º 1486).

²⁸² Sobre o encontro entre Hitler e Franco em Hendaia, Paul Preston, *op. cit.*, pp. 394-400. Para uma interpretação do significado global desta mini cimeira, que incorporou um encontro posterior entre Serrano Suñer e Ribbentrop e produziu o chamado “protocolo de Hendaia”, Norman J., W. Goda, *op. cit.*, pp. 103-106 e 108.

“Guinada de leme”

Theotónio Pereira abordava Suñer em tom ligeiro mas aludindo justamente ao seu ponto mais fraco: o patriotismo e nacionalismo exacerbados. A tática podia aplicar-se da seguinte forma, de modo a recordar a inevitável e humilhante subalternização da Espanha às potências do Eixo no caso daquela se decidir a entrar no conflito:

[...] despachei a pergunta:

– Que há de verdade em todos os rumores que correm sobre pressões da Alemanha junto do Governo Espanhol?

Serrano, ferido no seu orgulho, reagiu logo:

– As relações da Espanha com o Eixo não são de molde que nos dirijam imposições. A Alemanha já nos conhece e sabe o respeito que nos é devido. Não costumamos receber ordens.²⁸³

Isto quando se generalizara a opinião, e que Pedro Theotónio Pereira partilhava, de que com Suñer as “entrevistas” nada adiantavam. No caso pessoal do embaixador português, e ao “contrário de Jordana e de Beigbeder,” que quando ministros “frequentemente” lhe pediam que os visitasse no Ministério dos Assuntos Exteriores, parecia evidente que Suñer deixara de ter qualquer interesse em conversar. Ora isto era particularmente preocupante porque dessa forma se encontravam praticamente cortados os canais formais de consulta entre a Espanha e Portugal e que poderiam ajudar a manter uma situação desejável de cooperação ainda que mínima, sobretudo numa altura em que por Madrid se multiplicavam os rumores “de que a Alemanha, mais tarde ou mais cedo, dará o golpe na Península” e Franco não dava sinais de responder à recente diligência de Theotónio Pereira propondo um encontro entre Salazar e Franco em Espanha.²⁸⁴ E embora houvesse em Lisboa, com Nicolau Franco, como em Madrid, com inúmeras personalidades espanholas e do corpo diplomático dos vários países ali representados, vários mecanismos de consulta, a verdade era que reconhecendo todos que Suñer era na política espanhola uma figura especial e tinha a seu cargo uma pasta tão delicada como a dos Assuntos Exteriores, que aliás conduzia de forma pouco convencional, criara-se um ambiente de grande tensão, não apenas política mas também emocional.

A imprevidência e a imprevisibilidade espanhola, especialmente de Serrano Suñer e da Falange, acresciam em grande medida como consequência dos graves problemas internos que a Espanha conhecia e também, claro está, em resultado da difícil conjuntura externa. Num cenário de rumores sobre pressões alemãs e italianas sobre a Espanha, no rescaldo do encontro

²⁸³ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 10 de Janeiro de 1941, MNE, DAPE, VIII volume, 1973, p. 91 (documento n.º 1486).

²⁸⁴ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Carta, Madrid, 7 de Fevereiro de 1941, MNE, DAPE, VIII volume, 1973, pp. 84-85 (documento n.º 1478).

“Guinada de leme”

de Franco e de Suñer com Mussolini e Pétain,²⁸⁵ quando ainda não se recebera qualquer resposta à proposta portuguesa de um encontro entre Franco e Salazar, quando imprensa afecta à Falange, especialmente o *Arriba*, tratava de insultar os jornais portugueses pela forma como tratavam a política interna espanhola, e, finalmente, na sequência da morte de Afonso XIII, Salazar aconselhava Theotónio Pereira a não se deixar arrastar pelas provocações de Suñer e da Falange, sabendo distinguir o que eram aquele e esta, do que era o Estado espanhol e, em particular, aquilo que representava o generalíssimo. Embora estivesse disposto a levar a cabo algumas retaliações, era da opinião de que se não deveria perder de vista o essencial. Ou seja, manter boas relações entre os dois estados de forma a tornar menos penosa a preservação da neutralidade peninsular. E depois rematava, consciente do carácter *sui generis* do parceiro que procurava apaziguar:

Amanhã vai haver exéquias em S. Roque, por alma de D. Afonso XIII. Foi convidado o Chefe do Estado a fazer-se representar. Do Governo irá o Presidente do Conselho e o Ministro da Marinha. Não sei se os Espanhóis ficarão satisfeitos ou se ainda se zangarão por cima. Como nunca se sabe o que lhes agradaria...²⁸⁶

O problema da passagem da Espanha do estatuto de não beligerância para o de beligerância activa como consequência de uma ocupação hispano-germânica de Gibraltar, pareceu a Theotónio Pereira ter ficado temporariamente resolvido no início de Março de 1941, quando lhe chegaram informações fidedignas que remeteu para Oliveira Salazar. Tinham como fonte a própria Gestapo, aí se defendendo que os vários encontros mantidos por Hitler, Franco, Ribbentrop e Serrano Suñer, assim como a avaliação da situação económica e militar da Espanha, tinha permitido concluir que não fazia sentido, a curto prazo, trazer a guerra à Península Ibérica. Resumindo, a situação da economia espanhola era desesperada, o seu Exército encontrava-se totalmente impotente para realizar qualquer operação de grande envergadura e, por último, as próprias divisões nas cúpulas políticas e militares de Espanha praticamente inviabilizavam, sem enormes riscos para a própria Alemanha, uma entrada daquele País no conflito. Particularmente reconfortante era ainda o facto do estado-maior alemão não considerar o “exército espanhol capaz de sustentar uma campanha contra Portugal e dela sair vitorioso.” Acrescentando-se que para se “fazer uma ideia sobre a força armada espanhola, basta uma viagem de dia a Burgos, o maior e mais importante centro militar: a desilusão é incompleta.”²⁸⁷

²⁸⁵ Sobre o encontro com Mussolini em Bordighera, na fronteira franco-italiana, a 12 e 13 de Fevereiro, e com Pétain, em Montpellier, no regresso a Espanha, Paul Preston, *op. cit.*, pp. 422-425.

²⁸⁶ “Do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Madrid”, Carta, Lisboa, 6 de Março de 1941, MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, pp. 170-171 (documento n.º 1564).

²⁸⁷ “Informação de 6.3.41. A ALEMANHA E A ESPANHA”, Secreto. CLNSRF, *op. cit.*, p. 218 (documento 63a).

“Guinada de leme”

Quanto aos termos em que num nível mais baixo se deviam orientar as relações com Espanha, Theotónio Pereira manteve desde sempre uma posição muito cautelosa, advogando uma atitude muito cautelosa em tudo aquilo que dissesse respeito, por exemplo, ao estabelecimento de contactos demasiadamente íntimos e, portanto, comprometedores com a Falange. Estando a ser preparada, em finais de Março de 1940, “uma peregrinação de Évora a Toledo”, o embaixador português em Madrid dizia a Salazar ser “absurdo” que os portugueses se deslocassem à capital espanhola e ao Escorial para “saudar o túmulo do fundador da Falange!”.²⁸⁸ Sustentava que a comitiva de peregrinos não deveria passar de Guadalupe e de Toledo, reservando todos os seus actos ao estrito domínio religioso.²⁸⁹

Esta preocupação seria recorrente, mas intensificar-se-ia à medida que se tornava por demais evidente a provável derrota do Eixo na guerra e a forma como, sem quaisquer escrúpulos, as autoridades espanholas procuravam aproveitar Portugal e os portugueses para estabelecerem pontes com os aliados, acautelando desse modo a sobrevivência do franquismo, e em particular da Falange, após uma vitória aliada. Por exemplo, em Outubro de 1943, quando parecia confirmar-se uma visita de Marcello Caetano a Madrid, visita essa que vinha sendo falada, pelo menos informalmente, desde Julho daquele ano, Theotónio Pereira não deixou de detalhar os riscos que do seu ponto de vista comportava. Assim, e independentemente do lado pessoal da visita,²⁹⁰ Theotónio Pereira ponderou a natureza e o significado político da mesma. Pretendendo Marcello Caetano ir a Madrid na qualidade de professor de Direito convidado pelos seus pares, era o dirigente máximo da Mocidade Portuguesa que muitos espanhóis desejavam receber, em particular o braço juvenil da Falange – “Frente de Juventudes”. Pretendia-se então aproveitar a visita para se promover a associação de uma instituição e de um Estado a um Governo, a um regime e a um País respeitável aos olhos dos aliados. Por isso, do lado espanhol, eram feitas insistentes pressões para que Marcello se deslocasse a Madrid também na qualidade de dirigente organização de juventude da Mocidade Portuguesa. Do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, a concretização de tal objectivo por parte da Falange era algo que não interessava minimamente a Portugal, tanto do ponto de vista da sua política externa junto dos aliados, como dos seus interesses em Espanha.

²⁸⁸ José António Primo de Rivera.

²⁸⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 29 de Março de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 240 (documento 68). Theotónio Pereira sentia-se ainda preocupado com a prevista visita de ciclistas portugueses a Espanha. Tinha que ao entrarem em competição, fizessem triste figura, dada a superioridade indiscutível do ciclismo espanhol. E acrescentava: “Já bastou futebol. Acho bem avisar já para que não venham.”

²⁹⁰ “A sua vinda a Madrid é uma notícia que me enche de verdadeira alegria. Depois de tantos anos que temos estado separados, será enfim a altura de se poder conversar e estar um pouco juntos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 19 de Outubro de 1943 (documento n.º 48). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

“Guinada de leme”

Como conheço isto bem, digo-lhe que é indispensável não nos deixarmos agora agarrar pela Falange que tem os seus dias contados. A “Frente de Juventudes” é justamente o sector para nós mais suspeito, onde se alimenta a ideia de União Ibérica e que mais aborrecimentos me dá pela persistência com que pretende confundir – espanholizando-o [sic.] – o nosso [interesse] com o deles.

Há um grande programa em estudo para nos misturar a estes últimos dias da Falange (Falange não quer dizer Franco). Como já não podem como antes fazer vista com o “eixo” – querem agora que a Mocidade apareça de braço dado com eles. Devemos evitá-lo a todo o custo e escusado dizer que a habilidade está em recusar sem nos darmos por entendidos.

Prosseguia ainda, insistindo com Marcello para que não só percebesse mas também se identificasse com as suas posições:

Enquanto a “Frente de Juventude” não mudar de espírito e enquanto se não esclarecer mais esta melindrosa situação, é indispensável que a Mocidade não vá no bote. Portanto, o Leite Pinto e os outros que não se comprometam nem venham por aqui.

Quanto a si, deixo ao seu critério resolver este problema: vir o catedrático mas ficar em Lisboa o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.²⁹¹

Fazendo ainda valer os ensinamentos proporcionados pelos anos passados em Espanha, terminava a carta sobre a afinal indesejável visita de Marcello a Madrid com afirmações não apenas de teor totalmente contrário àquele que empregara no seu início:

O momento é mau e ainda cheio de perigos. Talvez convenha levar os homens do direito a esperar um pouco mais, pois receio muito que mesmo que você jure que o Comissário Nacional não veio, os camaradas da Falange se encarreguem de dizer a todos os ventos que veio aqui visitá-los. E isso não nos convém.

Recordando que aquilo que estava em causa na decisão a ser eventualmente tomada por Marcello Caetano quanto a uma ida, ou não, a Madrid, era uma questão da maior delicadeza e interesse para o Estado português, não se eximia de evocar a inexperiência do seu interlocutor sobre as questões em causa:

Deus louvado as coisas vão correndo à nossa feição, mas entre dificuldades imensas e riscos não menores. Isto tem sido muito árduo mas ficará certamente como um dos capítulos mais interessantes e proveitosos das nossas relações com a Espanha. E escusado dizer-lhe o que tenho aprendido nesse particular!²⁹²

Este episódio, e a forma como se desenvolve na troca de correspondência entre Marcello Caetano e Theotónio Pereira, se revela alguma coisa sobre as características totalmente distintas daqueles dois homens enquanto políticos, enuncia ainda os meandros da acção e da intriga política dentro do regime, nomeadamente da Mocidade Portuguesa. Numa outra carta,

²⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 19 de Outubro de 1943 (documento n.º 48). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Destaque – sublinhado – no original.

²⁹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 19 de Outubro de 1943 (documento n.º 48). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

“Guinada de leme”

aparentemente incrédulo com a ingenuidade do seu interlocutor e amigo, mas sobretudo apreensivo, Theotónio Pereira escreve:

O assunto em questão é muito delicado e peço-lhe por isso que tanto o que escrevi na minha última carta como o que vai nesta fique entre nós.

Surpreende-me muito que nunca lhe tenham dito nada sobre as relações com os organismos da Falange. Escrevi no Verão umas notas a esse respeito com as directivas a observar. Não lhas comunicaram? Também ainda há semanas escrevi ao Leite Pinto recomendado mais uma vez que se evitassem contactos. [...]

O caso complica-se agora porque acaba de ser feito convite oficial – de Estado a Estado – para a vinda a Espanha duma grande representação da M. P. Era melhor ter-se evitado este convite mas julgo que de qualquer forma isso não se conseguiu.

E depois concluía com uma chamada de atenção para aquelas que eram as diferenças aos seus olhos, e aos olhos do mundo, entre algumas das idiossincrasias do franquismo e do salazarismo:

Vai-se recusar. A M. P. não é o S. E. V. nem a Frente de Juventudes. E não é a altura de os deixarmos confundir para honra e glória do sector que nos é aqui mais adverso porque consubstancia o espírito incompatível com a existência de Portugal.

Agravada pois a situação, continuo a achar difícil que você se deixe aqui embrulhar nos laços que lhe estenderão à sua chegada.

Sendo que na qualidade de embaixador e de amigo, Pedro Theotónio Pereira se prestava a recebê-lo e a acompanhá-lo no caso de decidir a visitar Madrid, além de “ansioso por vê-lo chegar” – até porque a visita de Marcello seria altamente prestigiante e, portanto, um “serviço” prestado a Portugal –, a verdade é que o aconselhava a não ir enquanto “o horizonte político em Espanha” não estivesse “mais definido.” Seria melhor que voltasse a pensar “antes de se comprometer.”²⁹³

“[...] ‘porque o calor mata o piolho’.”²⁹⁴

Durante a sua estada em Espanha assumiu proporções nunca vistas a devoção de Pedro Theotónio Pereira pelo culto do género epistolar. O afastamento da família, dos amigos e do centro de decisão política do País que servia, muito contribuíram para que tal acontecesse. Porém, e naquilo que diz respeito à correspondência política trocada com Salazar, grande parte dela não oficial, porque produzida expressamente para não figurar nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ela revela o desejo de alguém que se quer fazer afirmar e destacar como peça essencial da diplomacia portuguesa mas, sobretudo, a necessidade de, através da

²⁹³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 27 de Outubro de 1943 (documento n.º 49). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

²⁹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 10 de Abril de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 271 (documento 75).

“Guinada de leme”

escrita, criar uma rotina que ajudasse Theotónio Pereira a aliviar a tensão e os sacrifícios pessoais e emocionais que o desempenho da sua missão impunha. Por um lado, havia a solidão e a delicadeza imposta pelo exercício do cargo, sendo bom recordar que caso Portugal entrasse na guerra era altamente provável que tal se desse em consequência do abandono por Espanha do seu estatuto de não-beligerância, facto que poderia não apenas responsabilizar politicamente o embaixador em Madrid, como, sobretudo, o ameaçava colocar cara a cara com o inimigo no território deste até às vésperas do início do conflito ou mesmo já depois daquele se ter iniciado.²⁹⁵ Por outro lado, e para lá daquela que era uma realidade política e militar internacional que a Portugal e à diplomacia portuguesa era de todo impossível controlar, com os efeitos no moral de Theotónio Pereira de que já se falou, sublinhe-se ainda a importância da pressão exercida sobre aquela que parecia ser, e era de facto, a quase absoluta situação de caos que caracterizava a vida política espanhola nos anos da Segunda Guerra Mundial. Este facto impressionou sempre profundamente Pedro Theotónio Pereira e era talvez um daqueles a que mais frequentemente se referia na correspondência enviada a Salazar.²⁹⁶ Ora independentemente daquilo que possa ser considerado exagero ou incompreensão nos recados que mandava e nos quadros que pintava sobre os caminhos ínvios da política espanhola, a verdade é que se sentiu sempre profundamente impressionado pela natureza da acção política em Espanha. Isto quando se tratava de um homem com uma grande experiência política, habituado a movimentar-se nos bastidores da mais crua intriga desde os tempos em que ainda adolescente começara a militar no Integralismo Lusitano.

O esforço e até os perigos que implicaram para Pedro Theotónio Pereira o desempenho da missão em Madrid, atestam-se não apenas pela coragem física que demonstrou ter nas visitas que no decurso da Guerra Civil fez a algumas das frentes de batalha, mas ainda em vários incidentes, sendo que pelo menos num deles terá posto em risco a sua vida. Além de ter protagonizado vários acidentes de viação provocados pelo seu cansaço e do seu motorista, pelo mau estado das estradas, por problemas mecânicos nas viaturas em que se fazia deslocar ou até a rapidez que via obrigado a colocar em muitas das suas viagens,²⁹⁷ o incidente mais grave teve lugar quando, inesperadamente, se viu afectado por um dos sucessivos surtos de epidemia

²⁹⁵ “Eu procuro ter os serviços de informação organizados para ao menos evitar que se repita o caso de Junot em Abrantes se a catástrofe tiver de vir.” Evocava o facto de D. João VI só ter tido notícia da invasão francesa de 1807 quando aquele general do Exército napoleónico já se encontrava naquela cidade ribatejana. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Madrid], 11 de Junho de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 355 (documento 90).

²⁹⁶ “A minha angústia aqui tem sido sempre o conflito directo entre Espanha e Portugal. Esta ideia tem andado no ar desde Julho passado, não sei quantas vezes. E é triste reconhecê-lo mas seria uma das poucas possibilidades de união interna para este pulverizado país.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 27 de Maio de 1941. Idem, *ibidem*, p. 332 (documento 86).

²⁹⁷ Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

“Guinada de leme”

de tifo que, a partir do fim do Inverno e na Primavera de 1941, começaram a assolar Espanha como consequência das privações cada vez maiores impostas aos espanhóis e que se manifestava numa situação clara de subnutrição de uma grande fatia da população. Em finais de Março, noticiava o claro agravamento diário das condições sanitárias como consequência de um surto de “tifo exantemático”. Esta espécie de fatalidade fizera com que se fechassem “certos locais por causa do contágio”, e mostrando desta vez verdadeira compaixão cristã pela situação em que se encontravam os presos políticos espanhóis, contava que só na “prisão de Prolier”, onde vegetavam “4 000 presos políticos e sociais”, tinham morrido “60 num dia.”²⁹⁸ Em Abril acrescentava mais alguma informação. “A epidemia de tifo exantemático reveste bastante gravidade.” Era a “peste” que se juntava “à fome negra”, criando uma “situação verdadeiramente trágica.” Os “médicos” recordavam que “com o povo no terrível estado de fraqueza em que se encontra[va]”, apenas a meteorologia podia “salvar” os espanhóis de uma “hecatombe”. Viesse bom tempo, “porque o calor mata o piolho”, e o problema resolver-se-ia naturalmente. Não fosse isso, e “todas as providências seriam insuficientes em face da gravidade já atingida pela epidemia.” Naturalmente, apelava às autoridades portuguesas para que tomassem “sérias medidas de defesa”, sobretudo porque nas “províncias” havia conhecimento de “pormenores lancinantes de fome e miséria.”²⁹⁹ A única vantagem desta situação era que recordava às autoridades espanholas os custos acrescidos que teria uma entrada na guerra, para além dos elevados custos políticos e económicos de uma ruptura com os ingleses.

Nesta conjuntura de privações inimagináveis conhecidas pelos espanhóis, e apesar da situação privilegiada em que vivia, juntamente com todo o pessoal português da Embaixada em Madrid.³⁰⁰ Para enfrentar e remediar a escassez de bens existente em Espanha, mandava regularmente o seu motorista a Lisboa que carregava o automóvel de Theotónio Pereira com todo o tipo de bens.³⁰¹ No início de 1942, como consequência da situação vivida em Espanha,

²⁹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 31 de Março de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 244 (documento 69).

²⁹⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 10 de Abril de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 271 (documento 75).

³⁰⁰ A 30 de Novembro de 1940, perguntava a Salazar pela “camioneta”, advertindo que em Madrid se estava “sem pão dias seguidos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Madrid], 30 de Novembro de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, p. 127 (documento 43). Cinco dias mais tarde voltava ao assunto, criticando a forma como Lisboa parecia querer tratar o problema logístico da Embaixada em Madrid. “O caso não se resolve infelizmente com um reboque. Ir e vir à fronteira são mais de 800 km. E temos aqui 9 famílias que passam as maiores dificuldades. Convinha transportar de cada vez um mínimo de 1 200 ou 1 500 quilos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Madrid], 5 de Dezembro de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, p. 129 (documento 44).

A situação piora todos os dias.

Há regiões onde se não come pão há três meses. Os meios políticos estão muito inquietos. Funcionários de confiança pedem a demissão e não aparece gente em termos.”

³⁰¹ Numa carta enviada à sua irmã Virgínia, Theotónio Pereira pedia-lhe que acrescentasse a uma lista extensa de géneros, “4 ananases”, seis garrafas de vinho do Porto “Companhia Velha 1908”, “um quilo de bolachas” e “um

“Guinada de leme”

Pedro Theotónio Pereira viu-se seriamente afectado por uma das doenças mais comuns em Espanha durante a Guerra. Segundo o testemunho deixado por sua irmã:

Numa altura muito grave para Portugal, quando meu irmão Pedro veio a Lisboa para acompanhar Salazar no célebre encontro com Franco em Sevilha, voltou dessa viagem com muitas dores na garganta. E sabendo que grassava por lá uma epidemia de difteria e outra de tipo exantemático, chamou um médico para o observar. Este disse tratar-se de uma angina estreptocócica com muita febre. Fez o receituário e voltaria no dia seguinte.

Pelo sim, pelo não, eu resolvi dormir na casa dele no Dafundo, pois só tinha consigo uma governanta de idade.

Vendo-o muito agitado, pus um colchão no chão junto da cama e ali fiquei.

De madrugada, acordei sobressaltada com o barulho da sua respiração e vi que a cara dele estava arroxeadada e os olhos salientes. Compreendi o que era, abri-lhe à força a boca, e o fundo da garganta estava tapado com membranas brancas. Consegui meter os dedos para lhas desviar ou puxar para fora e ele, muito aflito, vomitou tudo para cima da minha cabeça. Era difteria!

Tratou depois Virgínia de correr para “debaixo da torneira a lavar a cabeça,” que ensaboou “com sabão azul e branco e depois álcool, porque nunca tinha tido essa doença e sabia ser em outros tempos aterradora.” É que tanto o “avô alemão perdera dois filhos com a difteria”, como sua mãe a tivera no Ginjal, “já depois de casada.”³⁰² No caso de Theotónio Pereira o caso era particularmente grave. Depois de “passado o primeiro perigo,” entrou-se em contacto com “um especialista [...] amigo.” Tendo sido tirada “uma zaragatoa para análise rápida”, viu-se que dava um “positivo tão grave, que ainda depois do regresso a Espanha, meu irmão, logo que pôde, teve de ser operado em profundidade para não ficar porta-bacilos.” Como se não bastasse, “esteve muitos dias aterrado, receando ter contagiado o Dr. Salazar durante a viagem.”³⁰³

Durante a sua missão em Espanha, em parte como consequência das circunstâncias criadas pela guerra europeia, Theotónio Pereira pôde dedicar-se a reforçar e a renovar os seus laços pessoais com D. Duarte Nuno de Bragança, o pretendente à Coroa portuguesa.³⁰⁴ Conheciam-se desde muito novos, tendo pelo menos uma vez Theotónio Pereira visitado a família real durante o seu exílio no castelo de Seebenstein, na Áustria. Embora se ignorem as razões que permitiram que tal acontecesse e se era relativamente comum que jovens com as

frasco de petróleo para o cabelo para pôr na cabeça dos pequenos [...] por causa do perigo dos piolhos [...].” E fazia um voto: “Vamos a ver se tudo isto ainda cabe no carro.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Virgínia Theotónio Pereira”, Madrid, 1 de Abril de 1941. Documento cedido ao autor pelo dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

³⁰² “O Avô atravessava então o rio num botezinho, de noite, para lhe ir fazer fumigações com enxofre (parece que era assim, eu ainda não tinha nascido).”

³⁰³ Virgínia Theotónio Pereira, *Simple Memórias (1910-1990)*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor, 1993, pp. 110-111.

³⁰⁴ “Durante a sua estadia em Espanha, e quando D. Duarte Nuno por lá aparecia, [Pedro Theotónio Pereira] resolvia levá-lo ao cinema depois de jantarem, sobretudo se se tratava de um filme dos irmãos Marx que muito o divertiam e a quem, diga-se de passagem, o Senhor Dom Duarte não achava uma graça por aí além...” BDCMPTP. Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 266.

“Guinada de leme”

convicções e extracção social idêntica à de Pedro Theotónio Pereira convivessem com tanta proximidade com o ramo miguelista dos Braganças, verdade foi que desde a década de 1920 manteve contactos de alguma proximidade com D. Duarte Nuno, com suas irmãs, Da. Filipa e Da. Antónia, e, talvez também, com seu pai, D. Miguel II.³⁰⁵ Quando no decurso da Segunda Guerra Mundial, e tendo a sua residência na Áustria perdido o estatuto de extra-territorialidade, D. Duarte Nuno foi fixar-se na Suíça, passou a visitar Espanha com alguma frequência. Neste contexto, a presença de Theotónio Pereira em Madrid facilitava-lhe a vida para se deslocar entre a Suíça e Espanha, uma vez que por intermédio daquele se lhe tornava menos complicado conseguir os vistos necessários ao seu vai e vem. Isso mesmo dizia Theotónio Pereira a Salazar no fim de uma carta em que tratava de vários assuntos político-diplomáticos. O presidente do Conselho era informado de que o pretendente ao trono se encontrava em Madrid, que se haviam encontrado várias vezes e que já lhe conseguira os vistos de que necessitava para regressar à Suíça. Porém, e encontrando-se em Lisboa a “Senhora D. Filipa”,³⁰⁶ e no caso desta não se poder deslocar à capital espanhola, o embaixador comunicava que D. Duarte pensava deslocar-se a Badajoz para aí se avistar com sua irmã. Mas como era preferível que D. Filipa³⁰⁷ viesse até Madrid, fazendo a viagem de avião, Theotónio Pereira pedia a Salazar para “orientar” o problema, apressando-se a acrescentar que D. Duarte se mostrava “muito satisfeito com as notícias recebidas de Portugal.”³⁰⁸

Porém, nos anos da guerra, não era apenas às imediações da fronteira hispano-portuguesa que D. Duarte se deslocava. A exemplo daquilo que acontecera algures na década de 1920 ou 1930, quando “arriscando a prisão, entrou clandestinamente em Portugal, na companhia de José Pequito Rebelo, visitando [pela primeira vez] o Alentejo e o Centro do País,

³⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 265.

³⁰⁶ As “Infantas” tinham sido convidadas pelo Estado português para participarem nas “celebrações centenárias.” “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 3 de Junho de 1942 in Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política, 1926-1955*, s.e., s.l., Editorial Estampa, 1996, p. 273 (documento 51).

³⁰⁷ “[...] a infanta D. Filipa [...] pela sua personalidade e desenvoltura agita muitos espíritos. Crítica o lugar-tenente, Azevedo Coutinho, que considera enfeudado a Salazar; acusa os monárquicos de estarem enfeudados aos homens da finança, em particular por intermédio do banqueiro Ricardo Espírito Santo; e fala abertamente de divergências graves entre Salazar e Carmona. Neste particular, diz que o presidente da República está mal influenciado por sua filha Maria Inez e seu ajudante-de-campo, o capitão Silva e Costa; e que Salazar está «farto e cansado»; e que o cardeal Cerejeira tem procurado intervir, sem resultado, na divergência entre o chefe do Estado e o chefe do governo. E num jantar em casa do visconde do Torrão, e na presença de Balfour, a infanta D. Filipa afirma que, se Salazar conceder aos ingleses facilidades nos Açores, os alemães compreenderão.” Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 424-425. Sobre a reacção alemã ao acordo luso-britânico de 1943 sobre os Açores, Felicitas Von Peter, “Apanhados de Surpresa? A Embaixada Alemã e o Acordo dos Açores” in *Penélope*, n.º 22, 2000, pp. 35-51.

³⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Madrid, 7 de Novembro de 1940. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 113-114 (documento 38).

“Guinada de leme”

numa excursão que o levou a Marvão a Viseu e de Aljubarrota a Fátima”,³⁰⁹ enquanto Theotónio Pereira esteve colocado em Madrid, o pretendente à Coroa veio várias vezes “incógnito” a Portugal, umas vezes na companhia do embaixador, outras apenas com o seu motorista.³¹⁰

Em 1942, por razões ainda por aclarar, mas que normalmente se ligam a um projecto de Salazar que garantisse uma certa continuidade do regime depois da guerra através da restauração monárquica, o chefe do Governo e várias personalidades directa ou indirectamente ligadas a D. Duarte Nuno terão mostrado preocupação pela situação do pretendente ao trono – até aí vivendo algures na Europa, mais ou menos abandonado pela generalidade dos monárquicos portugueses. O domínio em que essa preocupação mais se manifestou foi o do casamento do príncipe. Sabedor Salazar que D. Duarte não tinha nem vontade, nem meios – políticos e financeiros – para contrair matrimónio com uma princesa real, e que a sua extracção miguelista era ainda um factor de divisão entre monárquicos e de mal-estar para republicanos, fizeram-se contactos informais que acabaram por conduzir ao casamento de D. Duarte, neto de D. Miguel, com uma princesa do ramo Orleães e Bragança radicado no Brasil e descendente em linha directa de D. Pedro IV, imperador do Brasil e vencedor da Guerra Civil que em 1832-1834 opusera liberais a miguelistas.³¹¹

Toda a iniciativa foi do conhecimento directo de um número muito reduzido de personalidades da vida pública portuguesa. Além de Salazar, o lugar-tenente de D. Duarte, João Azevedo Coutinho, o pretendente à Coroa, suas irmãs, Pedro Theotónio Pereira, Ricardo Espírito Santo e, apenas em Abril de 1942, João do Amaral.³¹² É possível que vários monárquicos e algumas personalidades do regime íntimas de Salazar, tivessem alguma ideia daquilo que se estava a passar, casos de Santos Costa, Lumbralles e Mário Figueiredo, três monárquicos empedernidos. No entanto, se por exemplo os espanhóis desconheciam totalmente

³⁰⁹ Paulo Morais Alexandre, “Duarte Nuno” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 571.

³¹⁰ “[...] quantas vezes o carro do meu irmão trouxe o sr. D. Duarte a Lisboa incógnito! Se o nosso bom motorista Rafael aparecia com cara de caso, já se sabia o que era...” Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 265.

³¹¹ Convém recordar que os monárquicos consideraram terem sido os acontecimentos de 1942, que conduziram ao casamento de D. Duarte Nuno com sua prima D. Maria Francisca de Orleães e Bragança, o resultado de “uma ofensiva diplomática que o levou a várias capitais” e, finalmente, ao Brasil. Paulo Morais Alexandre, *op. cit.*, p. 571.

³¹² A João do Amaral coube tratar de inúmeros pormenores da deslocação do príncipe ao Brasil, desde logo a escolha do meio de transporte – marítimo ou aéreo (um “clipper”). Tratava-se de um pormenor importante. “Sendo, porém, que o Clipper não tem rigor nos horários, a partida é muitas vezes retardada de dia para dia; e devendo o embarque efectuar-se em Lisboa, aquela incerteza obriga o viajante a aguardar nesta cidade, ou muito perto, a comunicações do dia e hora exacta, a qual era geralmente feita com uma antecedência mínima. Isto complica o principal problema que o meu amigo tem de resolver. É evidente que a pessoa viria na véspera provável da partida. Mas poderia ter de demorar-se um, dois ou três dias. Tomaríamos sobre nós a responsabilidade de evitar que a sua presença aqui fosse conhecida ou se tomasse notória e desse causa a qualquer dissabor.” “Carta de João do Amaral para Oliveira Salazar”, Lisboa, 29 de Abril de 1942. Arquivo Oliveira Salazar (AOS) / CP – 8, fls. 402-403.

“Guinada de leme”

os projectos de Salazar para D. Duarte,³¹³ já os britânicos haviam criado um ficheiro sobre o caso. Diziam sentir-se com ele melindrados pelo facto de saberem que João do Amaral, a instâncias de Salazar, iria acompanhar D. Duarte na sua visita ao Brasil onde casaria com a sua prometida. Isto quando havia pouco tempo, o mesmo João do Amaral tinha proferido na Assembleia Nacional um discurso muito duro condenando a ocupação de Timor, em meados de Dezembro de 1941, por tropas australianas e holandesas.³¹⁴ Mas aquilo que efectivamente interessava aos britânicos era, por um lado, confirmar as preocupações e o empenho de Salazar quanto a uma possível restauração monárquica enquanto solução capaz de preservar Portugal não apenas ao embate do pós-guerra, mas até como expediente que pudesse ser usado num momento de crise profunda do regime. Por outro, pretendiam chamar a atenção para o facto do Governo britânico não estar em condições de poder aceitar que se sentasse em “trono estrangeiro” um “príncipe germanófilo.”³¹⁵

Em todo este processo, coube a Pedro Theotónio Pereira receber D. Duarte Nuno em Madrid e instalá-lo convenientemente enquanto era preparado politicamente, pelo embaixador e por João do Amaral, para a missão que iria desempenhar no Brasil, ao mesmo tempo que era sondado o seu potencial para uma possível subida ao trono no momento em que se achasse possível e se considerasse conveniente. As ideias de Salazar sobre o assunto – casamento no Rio de Janeiro e seu significado e a possibilidade de se vir a proceder a uma restauração da monarquia – tê-las-á transmitido por carta a Theotónio Pereira³¹⁶ e, antes disso, poderá tê-las discutido com algumas personalidades do regime pertencentes ao círculo restrito de

³¹³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 21 de Maio de 1942, CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1990, p. 97 (documento 15).*

³¹⁴ Eden, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, que sobre o tema falou muito em privado com Armindo Monteiro, interrogou-se sobre as “razões” que “teriam favorecido a escolha do Dr. João Amaral – ‘arqui-inimigo da Inglaterra’ – para acompanhar o Sr. D. Duarte ao Rio.” A seguir deu a entender que a “escolha dos membros” da “comitiva não tinha ajudado” no Reino Unido o “Sr. D. Duarte Nuno a aproximar-se do trono.” “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 3 de Junho de 1942 in *op. cit.*, p. 271 (documento 51).

³¹⁵ No Foreign Office havia quem se preocupasse com a possibilidade de Salazar ter escolhido o germanófilo João do Amaral para acompanhar D. Duarte ao Rio, apenas com o objectivo de neutralizar a anglofilia do príncipe. Ou seja, o Foreign Office não tinha uma posição definitiva sobre as simpatias do príncipe. “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 5 de Junho de 1942 in *idem, ibidem*, pp. 274-275 (documento 51). Em carta a Armindo Monteiro, Salazar informou que não lhe coubera a escolha de João do Amaral para acompanhar D. Duarte em Madrid e no Rio de Janeiro, embora lhe parecesse bem “pela inteligência de que é dotado” e pela “intervenção que tivera junto da família imperial brasileira”, quando fora ao Brasil na qualidade de membro da embaixada portuguesa que ali se deslocara para agradecer ao Governo daquele País a sua participação nas comemorações centenárias de 1940. “Carta de Oliveira Salazar para Armindo Monteiro”, [Lisboa], 15 de Junho de 1942 in *ibidem*, pp. 279-281 (documento 51a). Porém, não era totalmente verdade a versão de Salazar sobre os termos em que fora feita a escolha de João do Amaral.

³¹⁶ “Recebi e muito agradeço a carta de V. Ex.a a respeito do Senhor Dom Duarte.

Fico conhecendo perfeitamente o que V. Ex.a pensa sobre o assunto e o que deseja que eu por aqui faça. Isso é essencial em todos os assuntos e neste particular.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 7 de Maio de 1942, CLNSRF, *op. cit.*, p. 88 (documento 13). Não foi encontrada em parte alguma a carta de Salazar a que Pedro Theotónio Pereira se refere.

“Guinada de leme”

conselheiros que assistia o chefe do Governo em momentos politicamente delicados.³¹⁷ No entanto, parece evidente que em Maio de 1942 a hipótese restauracionista não passava disso mesmo e que as verdadeiras intenções Salazar podiam permanecer ocultas. Em conversa com Serrano Suñer,³¹⁸ a quem Theotónio Pereira se dirigiu para falar da “presença do Príncipe em Espanha” e para explicar as razões, que não as autênticas, que o fariam passar por Espanha e depois por Portugal para se dirigir, finalmente, ao Brasil, quando aquele lhe perguntou se estava a ser preparada para breve a restauração da monarquia, o embaixador português respondeu, e provavelmente não apenas para manifestar sua vontade de manter a máxima discrição possível sobre tão delicado assunto: “– Ai está um assunto acerca do qual o Dr. Salazar não me falou nem o próprio Príncipe me fez perguntas...”³¹⁹

Certo era que tudo aquilo que envolveu a viagem de D. Duarte, desde os preparativos até ao seu primeiro objectivo, tentar o casamento, não fora o conhecimento que do facto os britânicos puderam obter, se manteve relativamente secreto porque globalmente realizado de forma prudente e célere.³²⁰ Oficialmente, D. Duarte e D. Filipa deslocavam-se ao Brasil para responder a um convite ao qual Salazar dera a sua anuência, “apesar do momento não ser o melhor”, uma vez que o príncipe ia “fazer obra nacional junto da colónia e valorizar a [...] posição política” do País e do regime.³²¹ Sabendo-se que D. Duarte vinha acompanhado pela sua irmã Filipa, Theotónio Pereira começou por se preocupar em encontrar um local digno para os instalar, uma vez que hipóteses como o Ritz estavam muito além dos seus recursos financeiros.³²² Chegado a Madrid, rapidamente se tranquilizou por saber o príncipe “muito irritado contra os alemães – ou talvez melhor – contra o nazismo.” Nesse aspecto, era o espelho dos

³¹⁷ Num relatório enviado para Washington, Bert Fish afirmava que Pedro Theotónio Pereira, juntamente com o capitão Lourenço da PVDE, estava entre os principais conselheiros de Salazar. “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 607, 10 de Setembro de 1942, NA, General Records of the Department of State (GRDS), 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/001/93).

³¹⁸ Que mostrou muito interesse pelo caso, tanto estabelecendo certos paralelismos com a situação espanhola, como sugerindo que D. Duarte se casasse com “D. Esperança, irmã da mulher do pretendente espanhol”, D. Juan de Bourbon.

³¹⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 21 de Maio de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, p. 97 (documento 15).

³²⁰ Mas alguns contratempos houve. A propósito de uma notícia publicada em Espanha sobre a chegada em breve de D. Duarte a Madrid, e da qual Salazar e João do Amaral tiveram notícia, este desabafou com o presidente do Conselho: “[...] tendo havido necessidade de trocar um segredo por dinheiro, os que deram o dinheiro não resistiram à sedução mercantil de transformar, por sua vez, o segredo em moeda aquisitiva de importância mundana e prestígio político. Felizmente o barulho já amainou um pouco. Mas é preciso que não recomece, que doravante tudo se passe com o máximo de discrição e velocidade [...]”. “Carta de João do Amaral para Oliveira Salazar”, Lisboa, 13 de Abril de 1942. Arquivo Oliveira Salazar (AOS) / CP – 8, fls. 404-405.

³²¹ *Ibidem*, p. 98.

³²² Estando em vigor, o que sucedeu até 1950, a legislação do século XIX e XX que duplamente bania de Portugal a família real e, em particular, qualquer pretendente à coroa, o Estado português não podia, formalmente, prover aos gastos da viagem de D. Duarte Nuno. Por isso, escrevia Theotónio Pereira: “A vida está por mais do dobro e então nas coisas de luxo nem é bom falar. Vamos a ver o que poderei fazer.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 7 de Maio de 1942, *ibidem*, p. 88 (documento 13).

“Guinada de leme”

sentimentos expressos por “todos os católicos” que chegavam do “Centro da Europa.” Pedro Theotónio Pereira aconselhava D. Duarte e este, aparentemente, ouvia “com boa vontade.” Mesmo assim havia necessidade que João do Amaral fosse quanto antes para Madrid de modo a que se ficassem a conhecer.³²³

Acertado o casamento, que se realizou na catedral de Petrópolis a 15 de Outubro de 1942, começou-se a discutir em Lisboa o novo local de residência do casal real. Sendo Espanha uma forte possibilidade numa Europa em guerra – mas que não viria a concretizar-se³²⁴ –, deixando para trás aquilo que ainda restaria das suas convicções monárquicas, Pedro Theotónio Pereira sugeriu a hipótese de San Sebastián “– o mais afastado da nossa fronteira.” Não só conhecia bem a terra, e podia por isso ajudar D. Duarte e sua mulher a ficarem bem instalados, como o cônsul português era da sua “confiança.”³²⁵ De qualquer modo, e até 1951, a questão da restauração monárquica adormeceu. Independentemente de tal se poder ter ou não devido a uma entrevista que secretamente manteve com D. Duarte aquando duma passagem deste por Lisboa, a verdade é que o esforço e o risco controlado que implicara a passagem por Lisboa do príncipe em Junho de 1942, a caminho ou no regresso do Brasil, não produziu qualquer resultado,³²⁶ excepto, eventualmente, provocar e irritar alguns republicanos dentro e fora do regime, quando as intenções supostamente restauracionistas de Salazar foram descobertas, e dar um suplemento de esperança aos monárquicos de forma a comprometê-los mais ainda com o Estado Novo num momento em que se previa uma forte crise do regime como consequência

³²³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 21 de Maio de 1942, *ibidem*, p. 97 (documento 15).

³²⁴ “[...] ficou combinado que o Príncipe nem aqui se deterá e seguirá logo viagem para a Suíça [...].

A meu ver convém agora que esta passagem seja rodeada da maior discrição e que tudo se passe rapidamente.

Já não faltarão aí os bons republicanos a agitarem-se.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 21 de Outubro de 1942, *ibidem*, p. 225 (documento 42).

³²⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 8 de Outubro de 1942, *ibidem*, p. 214 (documento 40).

³²⁶ Salazar, já durante a guerra, teria dito uma vez “ao arquiduque de Habsburgo que talvez fosse de restaurar o trono português.” Porém, na opinião do monárquico Fezas Vital, a ter existido tal “desabafo representara apenas uma ideia e nunca uma decisão.” Esta não teria sido tomada porque ficara desapontado com um “encontro confidencial e a sós com o duque de Bragança” e abandonara definitivamente a ideia. Porém, e como reconhece Franco Nogueira, não se conhece qualquer prova documental de que o acontecimento tenha tido lugar ou de que, caso tivesse sucedido, Salazar tivesse ficado com uma impressão que o dissuadissemos quanto aos seus projectos restauracionistas. Os testemunhos indirectos existentes não convenceram Franco Nogueira. Mesmo assim têm servido, pelo menos, para diminuir a figura do pretendente ao trono. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 526-527. António José Telo, citando documentação britânica, garante apenas que, em Julho de 1944, se deu um encontro entre D. Pedro de Orleães e Bragança e Salazar. Segundo o embaixador Campbell, o chefe do Governo não apenas deixara de confiar em D. Duarte, como percebera que não devia e não podia enfrentar com êxito Carmona e os sectores republicanos das Forças Armadas. António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. II, s.e., s.l., Vega, 1991, p. 130. Numa curta informação enviada para Washington, o conselheiro da Embaixada dos EUA em Lisboa desdramatizava os rumores em torno do significado da estada daquele príncipe brasileiro na capital portuguesa durante três semanas do mês de Junho de 1944. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1382, 21 de Outubro de 1942, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/7-744).

“Guinada de leme”

dos efeitos produzidos pela guerra tanto nos seus derradeiros anos como já depois de terminada, caso houvesse possibilidade de sobrevivência.³²⁷

O que todo este problema demonstra, logo em 1942, é o facto de muito precocemente terem começado a ser pensados e discutidos abertamente entre alguns dos notáveis do salazarismo as mudanças políticas que estavam a acontecer e a melhor forma de lhes responder ou de as antecipar, numa demonstração clara daquela que era uma assinalável sensibilidade e espírito de sobrevivência política da parte do regime e dos seus dirigentes máximos, mesmo que relativamente pouco tivesse sido feito de forma concertada, organizada.³²⁸ Sendo evidente naquele ano, não que os aliados iriam ganhar a guerra nos termos em que veio a suceder, mas que muito provavelmente não a iriam perder – do que resultaria uma alteração profunda no ambiente internacional com consequências na política interna portuguesa –, imediatamente a liderança do regime percebeu que deveria introduzir algumas alterações na sua acção, já que as circunstâncias internacionais tinham deixado de ser aquelas em que regime nascera e a custo se afirmara na década de 1930. Esta discussão era importante porque por um lado era ditada pela posição de Portugal em relação ao conflito, e porque, por outro, a forma como o conflito andava produzia implicações no modo como o País poderia passar a posicionar-se face à guerra, o que tinha consequências na realidade política interna. Esta realidade complexa fez com que naturalmente brotassem tensões e se exprimissem opiniões bastante diversas. Em consequência teve lugar aquela que foi talvez a primeira crise política do Estado Novo, crise essa produzida por circunstâncias externas ao regime e ao País.³²⁹ De um lado, e neste combate, havia aqueles que defendiam claramente a revisão do conceito da chamada neutralidade geométrica, o que implicava a passagem à beligerância, tanto por esse reajustamento ir ao encontro dos interesses dos aliados, como por equivaler à melhor forma de

³²⁷ Quando, em Maio de 1945, D. Amélia veio pela primeira vez a Portugal depois da implantação da República, e novamente se especulou em alguns sectores sobre a possibilidade de uma restauração monárquica, o conselheiro da Embaixada norte-americana em Lisboa comentou o assunto em termos inequívocos. “The supporters of the House of Braganza in Portugal are so few, however, that it could be difficult to believe that the intelligent President of the Council would attempt to engineer a restoration of the Monarchy as a means of gaining more popular support for himself.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 136, 18 de Maio de 1945, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6365 (853.00/5-1845).

³²⁸ Embora se trate de tudo menos de um testemunho isento, desinteressado, vale sempre a pena ter presente a descrição que Marcello Caetano deixou do assinalável desnorte político e ideológico vivido pelo regime, e em particular por Salazar, entre 1942 e 1945. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 152-166 e 174-182. Apesar de tudo mais objectivo do que Franco Nogueira, *op. cit., passim*.

³²⁹ Sobre a crise do equilíbrio social em que desde a década de 1930 assentava o Estado Novo, Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 337 e ss.; sobre a crise política e social sentida pelo salazarismo a partir de 1942, Fernando Rosas (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 308-314 e 369-408. Ainda sobre as dificuldades políticas e sociais conhecidas pelo Estado Novo na segunda metade da guerra e imediatamente depois da sua conclusão, António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. II, s.e., s.l., Vega, 1991, pp. 91-160.

“Guinada de leme”

defender os interesses do País e, sobretudo, do regime.³³⁰ Outros, entre os quais se encontrava Salazar, defendiam a continuação da manutenção da neutralidade *a outrance*, apenas cedendo aos aliados quando outra alternativa não existisse. O objectivo desta política estava em limitar tanto quanto possível na política interna os efeitos de um apoio declarado concedido aos, ou recebido dos, Aliados, tanto durante como depois da conclusão do conflito, e independentemente deste trazer a vitória incondicional desses mesmos Aliados sobre o Eixo ou uma paz negociada que ao preservar uma Alemanha unida e uma Europa central forte, fosse capaz de fazer frente ao perigo soviético e abrisse espaço para a sobrevivência sem grandes sobressaltos de regimes com as características do salazarismo ou do franquismo.³³¹ Neste confronto, em que a primeira baixa foi a demissão de Armindo Monteiro do cargo de embaixador em Londres no mês de Julho de 1943,³³² assumira Pedro Theotónio Pereira desde o ano transacto uma posição intermédia e que, ao fim ao cabo, seria a que triunfaria em 1944-45, mesmo que não fosse esse o desejo de Salazar e da extrema direita do regime à qual, claramente, fruto da sua prolongada estada em Espanha, o mesmo Pedro Theotónio Pereira deixara de pertencer de modo incondicional.

De 1942 até ao fim da guerra, e também depois da conclusão desta, embora menos transigente do que Armindo Monteiro ou até, eventualmente, Marcello Caetano,³³³ Theotónio Pereira tinha bastante claro aquilo que deveria ser feito, não dramatizando, ao contrário de

³³⁰ O mais sólido e destacado arquitecto deste pensamento era o embaixador português em Londres, Armindo Monteiro. Sobre a evolução do seu pensamento, Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 201-234.

³³¹ “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 6 de Setembro de 1942 in Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *op. cit.*, p. 305 (documento 54); “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 1 de Julho de 1943 in *idem, ibidem*, p. 414 e pp. 416-417 (documento 68).

³³² Aquando da saída de Armindo Monteiro de Londres, Pedro Theotónio Pereira foi a primeira hipótese de substituição que Salazar colocou e levou à consideração do embaixador em Madrid. Este, embora dissesse estar às “ordens” do chefe do Governo, apresentou as razões que não favoreciam a opção pensada por Salazar. O essencial do seu argumento punha-o da seguinte forma: “Não prevejo pois que eu possa em Inglaterra conseguir rapidamente situação favorável junto de Eden ou de Churchill e temo por outro lado que velhos relatórios do tempo da guerra de Espanha ou intriga do «intelligence» aqui, venham criar-me injustamente uma atmosfera que hoje não tenho.” Deu então a ideia do envio do duque de Palmela: “É o amigo n.º 1 da Embaixada em Lisboa, fala muito bem inglês, é rapaz rico, com excelente apresentação, educado no colégio de Eton, talvez companheiro de Eden.” Com “um conselheiro diplomático ao lado” era certo que cumpriria. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 22 de Julho de 1943. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. IV, (1943-1944)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1991, p. 237-238 (documento 31). Sobre a substituição de Armindo Monteiro e a escolha de Palmella, o embaixador Calvet de Magalhães deixou o seguinte testemunho: “Fora Sampayo que sugerira a Salazar a designação de Palmela para Londres, seu parente e amigo íntimo. Salazar queria nomear Teotónio Pereira, embaixador em Madrid, mas este não queria trocar a tranquilidade madriena para ir para o inferno de Londres. Tendo sabido da sugestão de Sampayo, defendeu em carta para Salazar a designação de Palmela, o que tem enganado alguns investigadores que se baseiam unicamente na leitura dessa carta. Na Cifra conhecia-se perfeitamente que a ideia partira de Sampayo e até os argumentos de que se serviu para convencer Salazar. José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, p. 21. De facto, foi Teixeira de Sampayo quem passeando uma noite na avenida Liberdade, se recordou de Palmella, ainda seu parente, para substituir Armindo Monteiro, mesmo que não possuísse nem o brilho deste últimos nem o do seu tetravô. Eduardo Brazão, *Memorial de Dom Quixote*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1976, pp. 201-202.

³³³ A degradação da situação política interna, tal como vista pelo sucessor de Salazar na presidência do Conselho, encontra-se em Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 152-166.

“Guinada de leme”

Salazar, a delicada e até perigosa situação em que o regime se encontrava e que atribuía, também aqui ao contrário de Salazar, não exclusiva e primordialmente ao impacte da guerra, mas à forma extremamente deficiente como a política interna fora conduzida desde que a Europa mergulhara num conflito de proporções nunca vistas. Começando por uma avaliação das posições divergentes de Salazar e de Armindo Monteiro sobre a forma como devia aproveitada e interpretada no presente a aliança histórica com o Reino Unido, parecia a Theotónio Pereira que embora fosse correcta a pretensão de Salazar de criar condições para que se abandonasse a “sistemática subserviência” de um pequeno País em relação a uma grande potência, não se eximia também de pedir ao presidente do Conselho que reconhecesse serem os britânicos capazes de admitir “a dignidade dos outros e que uma vez convencidos disso, acabam depois por tomá-los a sério.”³³⁴ Dizendo depois claramente a Salazar que a sua política em relação ao Reino Unido não era a mais correcta, atribuía o facto de desde há muito estar a ser “mal ajudado nas [...] relações com os ingleses.” E neste particular a culpa não era de Armindo Monteiro, mas sim do próprio Salazar uma vez que era este quem, em última análise, devia ser responsabilizado por não haver nas Necessidades praticamente ninguém que “trabalhe”. Assim sendo, Theotónio Pereira, e ao contrário de Salazar, considerava que as dificuldades existentes nas relações com Londres eram responsabilidade do embaixador Campbell e dos “funcionários ingleses de 2.ª linha.” Estando, ao expor estes seus pontos de vista, Theotónio Pereira a responder a uma carta de Salazar datada de 27 de Julho de 1942, e na qual este se queixava dos trabalhos que lhe davam as relações com os britânicos por causa de Armindo Monteiro e do embaixador do Reino Unido em Lisboa, não se eximia de apoiar algumas das posições do representante português em Londres contra aquele que era o pensamento de Salazar. Assim, era de opinião que Salazar se deixava “por vezes tomar de irritação nas relações com a Inglaterra.” Por isso, Theotónio Pereira aconselhava Salazar a não descer “ao contacto directo em certas ocasiões e em certos assuntos.” Ou seja, independentemente de poder desejar que Salazar abandonasse a pasta dos Negócios Estrangeiros ou que, pelo menos, passasse a dedicar-lhe menos atenção, Theotónio Pereira queria poupar o chefe do Governo a vexames que tinham consequências nas instituições Presidência do Conselho e Ministério dos Negócios Estrangeiros por se colocarem, por exemplo, a mercê de intrigas congeminadas por

³³⁴ Sobre o primeiro conflito entre Salazar e Armindo Monteiro, pronunciou-se Theotónio Pereira a pedido do chefe do Governo. Este fez-lhe o favor de enviar uma carta contando os motivos dos seus desencontros com o embaixador em Londres, além de diversa correspondência secreta trocada entre Lisboa e Londres. Entretanto, a intriga entre os dois também já chegara aos ouvidos de Theotónio Pereira através de comentários que lhe tinham sido feitos por Hoare. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 30 de Julho de 1942. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1990, p. 150 (documento 29) e “Carta de Oliveira Salazar para Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 27 de Julho de 1942. Idem, *ibidem*, pp. 153-161 (documento 29a).

“Guinada de leme”

embaixadores de segundo plano, como era o caso de David Eccles. Nesta primeira impressão, e repetindo, conscientemente ou não, um argumento de Armindo Monteiro,³³⁵ recordava a Salazar que a “grande maioria dos portugueses” era “anglófila, cegamente, conforme a nossa maneira.” Acrescentava por isso que normalmente ninguém se queixava “por via da regra das dificuldades causadas pela Inglaterra. Ou então não a apontam como responsável.” Só faltou dizer, e Salazar sabia-o, que não responsabilizando os britânicos, os portugueses faziam recair as culpas pelas dificuldades ultimamente sentidas por causa da guerra, no Governo e no regime, já para não falar no próprio presidente do Conselho. Em segundo lugar, e dando razão a muitas críticas feitas por Armindo Monteiro, Pedro Theotónio Pereira condenava asperamente “certas brutalidades perfeitamente escusadas” cometidas pela PVDE, no caso pelo modo nocivo como utilizava um poder já de si excessivo nos postos consulares portugueses em que estava presente em permanência. Mas o mais relevante no incidente entre Salazar e Armindo Monteiro estava num pormenor para o qual Theotónio Pereira argutamente não podia deixar de chamar a atenção:

O que não tenho dúvida é [que] o que ele diz agora encontraria farto eco na opinião dos portugueses se ele viesse por exemplo com um artigo de fundo no Diário de Notícias. Não faltaria quem dissesse: – Mas é isto mesmo! Porque nos afastámos afinal da Inglaterra?

É claro que Theotónio Pereira reconhecia que a política delineada por Salazar – “de suprema prudência e de rara dignidade” – era rara na história portuguesa, mas o importante era que Salazar fosse capaz de dominar a sua “indignação contra as incompreensões e a curteza de vistas da política britânica”, fazendo ao mesmo tempo um esforço para ser “melhor ajudado pelos colaboradores directos.”³³⁶

Deixando depois de parte aquela que era afinal para Theotónio Pereira uma questão menor, dedicava-se a analisar o fundo do problema, pronunciando-se sem margem para quaisquer dúvidas não só sobre aquele que considerava indiscutivelmente vir a ser o desfecho da guerra, como sobre o desfecho que para si, intimamente, melhor servia os interesses portugueses e afectaria a saúde do regime e os destinos do País.

Eu não vejo que a acentuar-se a viabilidade da vitória anglo-americana – que eu desejo porque também não acredito no futuro do Eixo – seja necessário tão solene e pronunciada mudança de rumo como aconselha alarmadamente o Dr. Armindo Monteiro. Ao contrário, penso que se até lá chegarmos com a ajuda de Deus, bastarão pequenos toques de leme que V. Ex.a dará melhor do que ninguém e com o sentido da oportunidade que sempre tem demonstrado.

³³⁵ “Carta de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar”, Londres, 1 de Julho de 1943 in Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *op. cit.*, p. 431 (documento 68).

³³⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 1 de Outubro de 1942, CLNSRF, *op. cit.*, pp. 207-208 (documento 39).

“Guinada de leme”

O futuro demonstraria que não se tinha enganado nas suas previsões: os Aliados ganharam; o regime pouco teve de mudar para se adaptar às exigências eventualmente criadas pelo triunfo das democracias no ocidente e do Comunismo a leste. Esta lucidez, porém, tinha uma explicação que, em parte, Theotónio Pereira deu. Na sua opinião, nunca correria o risco de cometer erros como os de Armindo Monteiro porque, ao contrário deste, não era de se apaixonar pelos estrangeiros ou pelas suas causas.³³⁷ No entanto, poderia ter ido um pouco mais longe. No País em que serviu durante sete anos como embaixador, pouco ou nada encontrou que o pudesse fazer apaixonar. Pelo contrário. Tudo aquilo que observou tornou-o em grande medida ainda mais desconfiado de Espanha e das suas intenções em relação a Portugal. Fosse por achar que tal decorria de uma fatalidade histórica, fosse porque o Governo em Madrid estava entregue a gente que além ter aprendido a conhecer aprendeu a não confiar. Desde muito cedo aprendeu uma lição que nunca esqueceria.³³⁸ Que a política ou a doutrina do bloco ibérico, nascido e reforçado durante e mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, apenas de modo limitado servia os interesses portugueses. Neste domínio, estava bem mais perto do pensamento de Armindo Monteiro ou de Teixeira de Sampayo do que de Salazar e concluiu que as ideias de Sardenha sobre as relações entre os dois Estados peninsulares eram desprovidas de qualquer sentido. Quando exerceu funções de embaixador em Washington esclarecer-se-iam as dúvidas que ainda pudessem restar.

“Isto só nos poderá dividir.”³³⁹

Na noite mais curta do ano de 1941, os alemães deram início à operação Barba Ruiva. Contando com o apoio, apenas um pouco mais do que residual, das Forças Armadas finlandesas e romenas – e também das húngaras e italianas a partir de 1942 –, a poderosa máquina de guerra germânica irrompeu pelo território soviético 129 anos depois de Napoleão ter tentado fazer vergar a Rússia ao mais poderoso exército europeu até então reunido. Sobre as razões da invasão, a inépcia de Estaline para perceber a ameaça iminente colocada pelo seu vizinho ocidental, o estado das relações entre a Alemanha e URSS desde a celebração do Pacto Molotov-Ribbentrop e todos os detalhes da preparação e execução militar da operação, muito e

³³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 1 de Outubro de 1942, idem, *ibidem.*, p. 209 (documento 39).

³³⁸ Ver, por exemplo, Pedro Theotónio Pereira, “Antecedentes do Protocolo ao Tratado de Amizade com a Espanha”, s.d. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 297-323.

³³⁹ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, carta, Madrid, 23 de Junho de 1941. MNE, DAPE, VIII volume, 1973, pp. 600-601 (documento n.º 1990).

“Guinada de leme”

bem se tem escrito.³⁴⁰ No extremo ocidental da Europa, como no resto do velho continente e um pouco por todo o mundo, o alastramento da guerra à URSS poucas surpresas causou, tornando-se nuns casos profundo motivo de preocupação e, noutros, de alívio quando não de júbilo.

Em Portugal, se por um lado uma boa parte da imprensa acompanhava com júbilo o início da guerra – nomeadamente os sectores germanófilos e intrinsecamente anticomunistas –, já os principais dirigentes políticos do regime viram com apreensão o acontecimento. A 27 de Junho, por exemplo, menos de uma semana após o início da invasão da URSS, Salazar declarava a um interlocutor da Embaixada britânica em Lisboa que recebeu em São Bento, que caso o Império Britânico conseguisse vencer a Alemanha ficaria tão exausto que os Estados Unidos teriam “caminho livre” na Europa e que isso produziria resultados desastrosos.³⁴¹ Como afirmou numa extensa carta enviada a Pedro Theotónio Pereira, a Salazar repugnava-lhe que uma vez reiniciada a guerra a leste, Churchill tivesse colocado imediatamente o Império Britânico ao lado da URSS, um sinal claro mas triste do que era ter o “espírito dominado pela ideia de guerra em vez de o estar pela ideia de paz.”³⁴² Acreditando que voltada para leste a Alemanha redescobria a sua vocação e podia tornar-se numa potência satisfeita, ao mesmo tempo que se fortalecia e fortalecia a Europa salvando-a do “ferro comunista”, Salazar considerava que em breve se resolveria um importante dilema colocado em termos simples, apelativos, mas que a médio prazo se verificaria ser totalmente inverosímil: “[...] ou a Rússia há de ser nacional-socialista ou a Alemanha há de ser comunista.” E rematava: “Apesar das reticências que pomos e temos posto sempre em muitos postulados da doutrina nazista, parece não poder haver dúvidas de que é a primeira hipótese que interessa à Europa.” Não esperando outra coisa senão a vitória alemã nas estepes eslavas, Salazar considerava ter sido de “mestre” o “golpe alemão”, “mesmo para a consciência do mundo, apesar da baralhada dos motivos alegados por Hitler”, estando em condições de “abrir novos horizontes.” Por isso, em Junho de 1941, dependia da

³⁴⁰ Sobre história militar, David M. Glantz e Jonathan M. House, *When Titans Clashed. How the Red Army Stopped Hitler*, s.e., s.l., University Press of Kansas, 1995; Alan Clark, *Barbarossa. The Russian-German Conflict. 1941-1945*, s.e., s.l., Phoenix, 1995; e acima de tudo clássico em dois volumes, John Erickson, *The Road to Stalingrad. Stalin's War With Germany: Volume One*, s.e., Londres, Weidenfeld, 1993 e idem, *The Road to Berlin. Stalin's War With Germany: Volume Two*, s.e., Londres, Phoenix Giants, 1983 (1996). Sobre as relações político-diplomáticas germano-soviéticas, A. Read e D. Fisher, *The Deadly Embrace: Hitler, Stalin and the Nazi Soviet Pact, 1939-1941*, s.e, Nova Iorque-Londres, W. W. Norton & Company, 1988. Gabriel Gorodetsky, *Grand Delusion. Stalin and the German Invasion of Russia*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1999. Sobre Estaline como chefe militar, Robert Conquest, *Stalin: Breaker of Nations*, s.e., s.l., Penguin Books, 1991, pp. 236-238 e Edvard Radzinsky, *Stalin*, s.e., Nova Iorque, Sceptre, 1997, pp. 445-491.

³⁴¹ “Situation in Portugal”, 28 de Junho de 1941. PRO-FO371/26794.

³⁴² No documento aqui citado, e a propósito de um telegrama enviado por Theotónio Pereira onde relatava uma conversa mantida com Samuel Hoare, escrevia: “Continuo a pensar que a posição tomada pela Inglaterra é precipitada, e não amadurecida.” “Do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Madrid”, Carta, Lisboa, 24 de Junho de 1941. MNE, DAPE, VIII volume, 1973, p. 609 (documento n.º 1992).

“Guinada de leme”

“Inglaterra fechá-los” ou não. Tudo dependia de ser ou não capaz de ver a “guerra através da paz” e não a “guerra através da guerra.”³⁴³

Theotónio Pereira, por seu lado, viu o início da guerra contra a URSS como contendo dois elementos de grande importância e extremamente positivos, apesar daquela que era a profunda desconfiança que nutria pelo ateísmo Nazi. Em primeiro lugar, por se ter reiniciado a luta da Alemanha e da Europa contra o Comunismo, luta essa interrompida na sequência dos acordos firmados em Agosto de 1939 por Molotov e Ribbentrop.³⁴⁴ Em segundo lugar, por ter percebido que a guerra não apenas iria ser longa como iria absorver a quase totalidade do potencial de guerra alemão e, portanto, reduzir radicalmente a possibilidade de a guerra poder chegar à Península. Estrategicamente, a partir de 21 de Junho de 1941, Portugal, Espanha e Gibraltar passavam a ter um interesse meramente residual no pensamento e acção estratégica dos alemães e dos seus aliados.³⁴⁵ Mas Pedro Theotónio Pereira, pelo sim pelo não, mandava Eduardo Beça regularmente à fronteira sul da França ocupada em busca de informações sobre a disposição estratégica e tática e os quantitativos de tropas alemãs ali colocadas. Porém, logo no início de Setembro de 1941, retirava para Lisboa uma vez que a “situação” parecia de “momento mais tranquilizadora.”³⁴⁶ Mas por outras vias, foi tendo sempre “notícias de França.”³⁴⁷

Em Espanha, claro, o efeito da guerra contra a “Rússia” era o esperado. “Tudo embandeirado em arco,” promessas de envio de um “corpo de voluntários para lutar ao lado dos Alemães contra os bolchevistas” e a generalização de opiniões que garantiam uma vitória “fácil e

³⁴³ “Do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Madrid”, Carta, Lisboa, 24 de Junho de 1941. MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, pp. 603-605 (documento n.º 1992). Apesar de pouco citado, parte deste documento encerra uma das mais interessantes reflexões de Salazar sobre a guerra, transmitindo aquela que era a sua visão do mundo numa fase da guerra em que todos os seus desejos pareciam poder concretizar-se: derrota do Comunismo; entendimento germano-britânico e capacidade europeia para resistir a uma ofensiva norte-americana capaz de pôr em cheque os interesses do velho continente espalhados pelo mundo.

³⁴⁴ Em conversa com Hoare, Theotónio Pereira fez notar que a “Alemanha se toma[ra] assim na cabeça da luta anticomunista”, procurando parar “as imensas injustiças praticadas contra numerosas nações no Oriente da Europa”, oferecendo-se pela “primeira vez [...] no continente uma ideia moral e uma razão de solidariedade às nações europeias.” Na linha de Salazar, de quem não tinha ainda recebido a carta acima citada, considerava que a Inglaterra teria muito a perder caso “viesse a solidarizar-se com a Rússia, que dois anos antes a atraíu para ela própria e à França.” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, telegrama n.º 80, Madrid, 23 de Junho de 1941. MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, p. 599 (documento n.º 1989). A Serrano Suñer, Pedro Theotónio Pereira diria que “frente ao Comunismo” Portugal mantinha a sua posição, concordando que a guerra com a URSS “dava à Alemanha grande força moral.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 25 de Junho de 1941. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. II, 1940-1941*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1989, p. 379 (documento 96).

³⁴⁵ “Vamos a ver quanto tempo poderão estar entretidos por esse lado.” Theotónio Pereira receava acima de tudo o efeito que o início da guerra no leste poderia ter no “espírito dos Portugueses”, ao proclamar que “Isto só nos poderá dividir.” “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, carta, Madrid, 23 de Junho de 1941. MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, pp. 600-601 (documento n.º 1990).

³⁴⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 1 de Setembro de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 413 (documento 107).

³⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 18 de Setembro de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 431 (documento 110). Destaque no original.

“Guinada de leme”

breve” da Alemanha.³⁴⁸ Com isto e os graves incidentes à porta da Embaixada do Reino Unido em Madrid,³⁴⁹ com a Falange e o Serrano Suñer recobrando fôlego, Theotónio Pereira sentia outra vez a “gravidade do posto e quanto ele” excedia as suas “forças.” Valia-lhe o “apoio” de Salazar e “poder verificar que a cada momento” não se afastava do “seu pensamento.”³⁵⁰ Em finais de Novembro, a propósito de uma outra extensa carta que Salazar lhe enviara para dar conta das suas últimas “reflexões” sobre o “momento actual”, referia-se aos “momentos de ansiedade” que conhecia e recordava ser a “situação [...] espantosamente complexa e tão difíceis os problemas.”³⁵¹

A curto prazo, o ambiente internacional e a situação de Portugal no mundo parecia complicar-se ainda mais com o ataque japonês a Pearl Harbour a 7 de Dezembro de 1941. Tudo se reflectia em Madrid. A 11 tinha Theotónio Pereira notícia de que a Itália e a Alemanha haviam declarado guerra aos EUA, mas de tudo aquilo que se passava nada de verdadeiramente útil havia para contar. É claro que certos meios militares e políticos espanhóis apareciam tão excitados como quando em Maio-Junho de 1940 os alemães haviam esmagado britânicos e franceses: “Aparte a gente da rua e um pequeno núcleo da alta sociedade, tudo o mais bate palmas porque o Japão obteve tão fáceis triunfos sobre os Estados Unidos.” Surpreendente e até chocante aos olhos de Theotónio Pereira era que ninguém parecesse importar-se “que nas Filipinas” estivessem a morrer “filhos da «Hispanidade» e que as bombas japonesas” destruíssem “as velhas igrejas e conventos espanhóis” (“Não há vestígios que isto lhes doa”), fazendo assim uma analogia com aquilo que os “rojos” haviam feito em Espanha durante a Guerra Civil. Recebido por Serrano Suñer lá lhe observou o embaixador português a impressão que lhe causava ver os espanhóis rejubilarem com a destruição de importantes vestígios da civilização espanhola por armamento manuseado por gente que lhe era estranha para não dizer hostil.³⁵² Com a ocupação de Timor por holandeses e australianos mais pressão foi colocada em Theotónio Pereira, vendo-se este alvo de importante solidariedade por parte das autoridades

³⁴⁸ “Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, carta, Madrid, 23 de Junho de 1941. MNE, *DAPE*, VIII volume, 1973, pp. 600-601 (documento n.º 1990).

³⁴⁹ “[...] um grupo de manifestantes” dirigiu-se ao “edifício” da Embaixada e “lá gritou insultos de toda a ordem, partiu os vidros e deixou a bandeira da Falange arvorada no portão”, colocada “por um indivíduo fardado.” Na sequência do grave incidente, Hoare ficou à espera de um pedido de desculpas que não chegou. Teve então de pedir uma audiência a Serrano Suñer para “formular protesto.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 25 de Junho de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 375-376 (documento 96).

³⁵⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 25 de Junho de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 376 (documento 96).

³⁵¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 27 de Novembro de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 485 (documento 115).

³⁵² Atirou a Serrano: “– «Imagine V. que as Filipinas ainda eram espanholas...»

Deu um salto na cadeira e depois ele próprio reconheceu que o ataque dos japoneses era a última palavra da falta de escrúpulos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 11 de Dezembro de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, p. 493 (documento 117).

“Guinada de leme”

espanholas, a começar por Suñer. Mas era uma evidência – notada ou não pelo embaixador português – que em Madrid se sentia um certo prazer por se constatar que o Governo de Lisboa se sentia directamente traído e humilhado pelos seus aliados britânicos.³⁵³ De qualquer modo, Timor era muito longe e relativamente pouco importante. Assim fosse Salazar capaz de o compreender e aceitar.

Foi numa Europa e num mundo em mudança acelerada, provocada pela ofensiva do Exército Vermelho na URSS, pelo ataque japonês à base aero-naval norte-americana de Pearl Harbour e pela declaração de guerra das potências do Eixo aos EUA, mas em que ainda estava longe a percepção generalizada de que a guerra seria ganha indubitavelmente pelos Aliados,³⁵⁴ que Franco e Salazar se encontraram pela primeira vez. Remontando, pelo menos, a 1941, a ideia de um encontro entre os dois homens, é já em 1942, depois de uma estada prolongada de Theotónio Pereira em Lisboa nas primeiras duas a três semanas de Janeiro, que se define que teria lugar muito em breve a sempre tão falada entrevista.³⁵⁵ Para os espanhóis, e por aquilo que disse Serrano Suñer a Theotónio Pereira, esse encontro, embora devesse ter acontecido antes, poderia apesar de tudo realizar-se para dar finalmente seguimento aos “contactos previstos no protocolo ao tratado de amizade”, para funcionar como sinal reprovador de Portugal e Espanha face àquelas que pareciam ser as ameaças de um ataque iminente às “ilhas portuguesas”³⁵⁶ e, finalmente, para tentar ainda influenciar a criação de um bloco latino que se constituísse como uma alternativa aos blocos beligerantes.³⁵⁷ Como era óbvio, para Theotónio Pereira as declarações de Serrano Suñer não passavam da manifestação de uma espécie de dislate, uma

³⁵³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 20 de Dezembro de 1941. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 509-511 (documento 120). A 18 de Dezembro, Timor havia sido ocupada, num exercício político-militar executado totalmente à revelia das autoridades portuguesas.

³⁵⁴ Depois dos acontecimentos de Dezembro de 1941, muitos historiadores têm a tendência para cair na tentação do determinismo histórico, não apenas afirmando que a partir daí era certa a derrota do Eixo, mas apreciando os acontecimentos que depois daquela data tiveram lugar à luz de percepções moldadas por esse determinismo. Sobre as dúvidas prevalentes até muito tarde, de modo evidente para os contemporâneos, quanto àquele que seria o desenlace da Segunda Guerra Mundial. Richard J. Overy, *Why the Allies Won*, 1ª ed., Nova Iorque - Londres, W. W. Norton & Company, 1996.

³⁵⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 24 de Janeiro de 1942. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942, s.e., s.l.*, Presidência do Conselho de Ministros, 1990, pp. 13-17 (documento 1).

³⁵⁶ Além de uma referência à recente ocupação de Timor, Suñer evocava o discurso de Roosevelt de 27 de Maio de 1941. Neste discurso, entre várias outras questões relativas à política externa e à política de defesa norte-americanas, o presidente Roosevelt considerou que uma ameaça aos Açores, tal como à Islândia ou à Gronelândia, era vista em Washington como pondo em causa a “segurança física da América.” Sobre o significado do discurso e da passagem referente aos Açores, David Reynolds, *From Munich to Pearl Harbor. Roosevelt's America and the Origins of the Second World War*, s.e., Chigado, Ivan R. Dee, 2001, p. 130 e Kenneth S. Davis, *op. cit.*, pp. 192-193.

³⁵⁷ Como sublinhou Theotónio Pereira, “O que me surpreendeu foi ouvi-lo [a Suñer] dizer que *as duas nações peninsulares deveriam ter tentado todos os esforços para formar um bloco de paz com as nações sul-americanas!*” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 24 de Janeiro de 1942. Idem, *ibidem*, p. 14 (documento 1). Nesta data, tanto Theotónio Pereira como alguns observadores espanhóis, consideravam ser impossível a constituição de qualquer tipo de bloco neutral latino-americano. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 28 de Janeiro de 1942. Idem, *ibidem*, p. 24 (documento 2).

“Guinada de leme”

vez que como recordava, a 29 de Janeiro de 1941, Salazar mandara dizer a Franco que chegara a oportunidade de um encontro com Franco – “Não fora portanto por falta de interesse de Portugal que o encontro se realizava” –; fora de Salazar que partira “a sugestão para se tentarem em conjunto todos os esforços para evitar que as nações sul-americanas se comprometessem na contenda”; e que o “assunto de Timor” fora “liquidado” com “honra para Portugal”, tendo sido público a reparação do “agravo que [...] fora feito”, estando o embaixador em condições de acrescentar que as ilhas portuguesas estavam “mais defendidas” do que se o Governo português tivesse à sua disposição “uma esquadra de grandes couraçados.”³⁵⁸

Independentemente do interesse manifestado por Salazar, através de Theotónio Pereira, para que o encontro decorresse discretamente, fora de Madrid, de preferência no “campo”, despido “de todas as manifestações” – nada de “banquetes, nem recepções, nem cumprimentos de autoridades ou corpo diplomático” –, importava perceber as razões pelas quais Serrano, depois de ter andado a arrastar os pés sobre o assunto durante um ano, decidira avançar. Para Theotónio Pereira era evidente que não fora o “«eixo»” a aconselhar o encontro, até porque começavam a recear que através de Portugal a Espanha começasse a fugir. Parecia-lhe, por isso, que fora Franco a desejar o encontro.³⁵⁹ E isso era o reflexo tanto da mudança que o curso da guerra começava a conhecer, dos resultados produzidos pela “Terceira Conferência de Ministros do Exterior” que ainda decorria no Rio de Janeiro,³⁶⁰ como de alterações nos equilíbrios internos da política espanhola, em que se tornava claro que o generalíssimo, pressionado por sectores monárquicos e militares, começava a marcar uma maior distância em relação à Falange e a Serrano Suñer.³⁶¹

³⁵⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 24 de Janeiro de 1942. *Ibidem*, pp. 14-15 (documento 1).

³⁵⁹ Poucos dias mais tarde, Theotónio Pereira começara a ter dúvidas sobre se não teria sido Serrano Suñer a decidir a realização do encontro entre Franco e Salazar. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 28 de Janeiro de 1942. *Ibidem*, p. 24 (documento 2).

³⁶⁰ Realizada de 15 a 28 de Janeiro, com a capital brasileira “carregada de entusiasmo no momento em que o mundo observava para ver como as Américas reagiriam” aos acontecimentos de Pearl Harbour e à declaração de guerra alemã aos EUA. Apesar das dificuldades, não deixou de ratificar uma demarcação clara dos Governos dos países latino-americanos ali presentes – com a provável excepção da Argentina – em relação ao Eixo. Para Franco, obviamente, estes sinais eram muito preocupantes e obrigavam à tomada de algumas medidas. Sobre a Conferência do Rio, Frank D. McCann, Jr., *A Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*, s.e., Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995, pp. 203-208 e SEITENFUS, Ricardo, *O Brasil Vai à Guerra. O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3.ª ed., s.l., Editora Manole, 2003, pp. 270-276.

³⁶¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 24 de Janeiro de 1942. *Ibidem*, p. 16 (documento 1). Paul Preston sustenta que depois do regresso de Salazar a Lisboa, e apesar de querer mais do que nunca manter canais abertos com norte-americanos e britânicos, Franco mantinha intacta a sua “disposição” pró-Eixo. Paul Preston, *op. cit.*, p. 454.



“Guinada de leme”

A conferência marcou-se para o dia 12 de Fevereiro, em Sevilha.³⁶² Segundo informação recolhida em Madrid pela Embaixada britânica, grande parte das conversas mantidas em Sevilha reportaram-se a questões económicas pendentes entre os dois Estados, tendo neste particular Salazar aproveitado para sublinhar que a Espanha recebia um melhor tratamento da parte dos britânicos do que Portugal, seu secular e fiel aliado.³⁶³ Um dos mais sucintos, mas certamente um dos mais exactos resumos produzidos pela diplomacia britânica sobre aquilo que sucedera no encontro de Sevilha:

Although some reports have suggested that the Franco-Salazar meeting has drawn Portugal closer to the Axis, our conclusion on the available information is that the meeting accomplished little and was only a qualified success. One of Salazar's main objects was, no doubt, to strengthen the neutrality of the Peninsula and it is known that he hopes to extend this neutral bloc to include France in the hope that the three Latin and Catholic countries will have a voice in the post-war settlement.

2. Economic questions were evidently among the principal matters discussed, but no concrete results have so far been reported.

*3. Our provisional conclusion is that the meeting has not modified Portuguese or Spanish policy to any appreciable extent. [...]*³⁶⁴

De qualquer modo, em Fevereiro de 1942 estava ainda longe o momento em que Franco perceberia que a Alemanha não só não iria ganhar a guerra mas até perdê-la, sendo portanto precipitado pensar que em Sevilha se deu o primeiro passo na direcção da constituição de um “Bloco Ibérico” que, efectivamente, saiu da visita do novo ministro, ou do outra vez ministro, dos Negócios Estrangeiros a Lisboa, o general conde de Jordana, realizada entre 18 e 22 de Novembro, dez dias depois do início do desembarque de forças norte-americanas no Marrocos francês e na Argélia.³⁶⁵

³⁶² Sobre os preparativos do encontro, nos quais Theotónio Pereira desempenhou papel de relevo, “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 28 de Janeiro de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 26-29 (documento 2) e “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 5 de Fevereiro de 1942. *Idem, ibidem*, pp. 32-33 (documento 3).

³⁶³ “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”, telegrama n.º 302, 15 de Fevereiro de 1942. PRO-FO371/31164.

³⁶⁴ “Da Embaixada do Reino Unido em Washington para o Foreign Office”, telegrama n.º 1387, 3 de Março de 1942. PRO-FO371/31164. Ver ainda “Da Embaixada do Reino Unido em Madrid para o Foreign Office”, telegrama n.º 317, 18 de Fevereiro de 1942. PRO-FO371/31254. Aí se desmentem uma série de rumores postos a correr, nomeadamente sobre a presença do embaixador alemão na capital da Andaluzia ou de negociações para a constituição de um bloco neutral que incluísse Portugal, Espanha e Argentina.

³⁶⁵ Sobre o conteúdo e o significado do encontro de Sevilha, Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 374-376. O resumo do sucedido nesta curta cimeira foi feito por Salazar ao embaixador do Reino Unido em Lisboa e por Theotónio Pereira a Samuel Hoare. Ver, respectivamente, PRO-FO371/31255 (telegrama n.º 1997, de Lisboa para o Foreign Office, 23 de Dezembro de 1942) e PRO-FO371/31255 (telegrama n.º 2005, de Madrid para o Foreign Office, 25 de Dezembro de 1942) Ver ainda, António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I, s.e., s.l., Vega, 1991, pp. 70-74, que além de apresentar esta mini cimeira como um triunfo dos designios pessoais e políticos de Serrano Suñer, considera que os principais intervenientes portugueses possuem uma tremenda inclinação para se deixarem enganar, ao mesmo tempo que não têm qualquer capacidade para perceber e para agir sobre a realidade que os rodeia. Ver ainda Carlos Gaspar, “Espanha, relações com a” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. *Suplemento*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., Figueirinhas, 1999, pp. 648-657.

“Guinada de leme”

Problema herdado desde o início da guerra, as extremamente difíceis relações diplomáticas entre Portugal e Espanha tardaram a conhecer melhorias durante o ano de 1942. De qualquer modo, e para uma distensão nas relações entre os dois países, além de factores externos relativos à evolução do conflito militar, contribuiu uma profunda e séria crise política em Espanha que acabaria por conduzir, em parte contra aquele que era o desejo de Franco, à saída de Serrano Suñer do Governo. Embora esta exoneração seja algumas vezes atribuída à progressiva tomada de consciência pelo caudilho de que a sorte da guerra estava a mudar, e de que por isso se deveria desfazer de um ministro que além de extremamente influente e poderoso era conhecido por exuberantemente defender uma similitude de pontos de vista muito grande entre a Espanha e o Eixo,³⁶⁶ verdade foi que teve razões puramente internas. Remontando à Primavera de 1941, a crise da Falange e a progressiva degradação da posição de Suñer no seio da Falange e junto próprio Franco, conheceu novos e importantes desenvolvimentos durante parte do Verão de 1942. Por causa de sérios incidentes ocorridos em Bilbao no dia 16 de Agosto,³⁶⁷ envolvendo falangistas e carlistas, a 3 de Setembro, e contra aquela que era a vontade inicial de Franco, teve lugar uma recomposição ministerial que equivaleu a um profundo reajustamento do equilíbrio de forças no seio do franquismo e que, do ponto de vista dos interesses portugueses, tal como eram avaliados por Theotónio Pereira, trouxe a boa notícia da saída de Serrano Suñer do Governo e da política activa espanhola e da sua substituição naquele posto por Jordana.³⁶⁸ Pedro Theotónio Pereira, que acompanhou com preocupação e depois também com gosto o desenrolar da crise, não lhe terá permanecido totalmente à margem. Certamente, e dentro dos limites do bom senso, envolveu-se na trama, fazendo tudo aquilo que estava ao seu alcance para que tivesse lugar senão o afastamento de Suñer, pelo menos uma redução séria do seu poder, assim como o enfraquecimento possível do movimento político a ele muito ligado e sempre extraordinariamente perigoso nas suas acções desenvolvidas em Espanha, tanto na sua orientação interna como externa.³⁶⁹

³⁶⁶ No Verão de 1942, e até mesmo antes, italianos e alemães olhavam com cada vez maior desconfiança para Suñer. Mais do que lamentarem a saída de Serrano Suñer do Governo, apreciaram acima de tudo a exoneração do general Varela, que consideravam ser um anglófilo “perigoso”, e a vitória de Arrese sobre Suñer, rematando finalmente uma luta de longa data entre os dois dentro da Falange. Paul Preston, *op. cit.*, p. 471.

³⁶⁷ Teve lugar no santuário da Virgem de Begonha, onde decorria uma cerimónia de homenagem aos “Requetés” caídos na Guerra Civil.

³⁶⁸ Sobre a crise do santuário da Virgem de Begonha e as intrigas, próximas e longínquas, envolvendo várias facções da Falange e do franquismo em prol da destruição política de Suñer e da subordinação de certos sectores mais radicais daquele movimento, Stanley G. Payne, *Fascism in Spain: 1923-1977*, s.e., s.l., The University of Wisconsin Press, 1999, pp. 363-381.

³⁶⁹ Em meados de Julho, Theotónio Pereira estava a par das “horas difíceis” que Suñer vinha vivendo. “A Falange está agora contra ele. Toda a luta se desenrola no sentido de levar o Generalissimo a uma recomposição que aumentasse o número de ministros falangistas. Serrano entre a hostilidade do exército e da Falange, vai levando a água ao seu moinho. Creio que ganha a partida.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid,

“[...] falar um pouco das coisas de Portugal.”³⁷⁰

O desembarque Aliado no Norte de África, protagonizado essencialmente por forças dos EUA, iniciou o processo de reconquista da Europa continental. Em Espanha, além de ter provocado a substituição da velha declaração da “não-beligerância” pela “neutralidade”, produziu uma mobilização parcial das Forças Armadas com o objectivo de fazer face a uma eventual invasão alemã. Jordana, depois de ter receado o pior, ou seja que o próximo passo anglo-americano tivesse como objectivo a Espanha, exultou de felicidade. Theotónio Pereira que estava em Lisboa na altura da operação “Torch”³⁷¹ – cumprira a 7 de Novembro 40 anos –, partiu imediatamente para Espanha. Em Madrid foi imediatamente recebido por Jordana:

O primeiro aspecto de Jordana foi também tranquilizador. Pareceu-me mesmo vislumbrar um sorriso por detrás dos óculos.

[...]

Todo o início da conversa foi preenchido por Jordana que passou logo a fazer-me a exposição dos factos passados. Fiquei convencido que a despeito dos riscos do momento, estava alegre e decidido, como um bom general em plena batalha.³⁷²

Os acontecimentos do Norte de África, se alguma coisa fizeram, foi aprofundar a percepção, em Portugal como em Espanha, de que os regimes vigentes naqueles dois Países deveriam começar a fazer alguma coisa que lhes permitisse enfrentar com êxito o impacto político que provocaria o avanço e eventual vitória dos Aliados. Desde logo, e dando conta do pensamento de Salazar, Theotónio Pereira deu conta ao embaixador norte-americano, Carlton

17 de Julho de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, p. 131 (documento 25). Depois de seguir atentamente o comportamento de Suñer naquilo que à evolução da política interna espanhola dizia respeito, a 20 de Agosto Theotónio Pereira resumiu a Salazar os incidentes de Bilbao, sublinhando a sua gravidade. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 20 de Agosto de 1942. *Idem, ibidem*, p. 166 (documento 31). Nove dias mais tarde, relatava os desenvolvimentos da crise, achando o “caso muito embrulhado”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 29 de Agosto de 1942. *Ibidem*, p. 175-176 (documento 33). Finalmente, em cartas datadas dos dias 1 e 3 de Setembro, dava conta dos últimos e importantes pormenores da crise política, com destaque para a remodelação na pasta dos “Assuntos Exteriores”. Theotónio Pereira exultava com a ideia de ter de volta “o bom do General Jordana com quem tenho mantido sempre as mais estreitas relações de amizade.” *Ibidem*, pp. 187-189 e 192-193 (documentos 34 e 35). A 16 de Setembro, Theotónio Pereira ainda voltou ao tema da crise política e governamental. *Ibidem*, pp. 197-203 (documento 37).

³⁷⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 17 de Novembro de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, p. 257 (documento 47). Na verdade, foi redigida a 18 de Novembro a parte da missiva em que o seu autor aborda a situação política portuguesa.

³⁷¹ Iniciou-se a 8 de Novembro, tendo tanto as autoridades portuguesas como espanholas sido notificadas sobre a sua execução e objectivos pelos embaixadores norte-americanos e britânicos nas respectivas capitais. Estes eram portadores de mensagens do presidente Roosevelt e do primeiro-ministro Churchill. Sobre a preparação, o desenrolar e os efeitos político-militares e geoestratégicos da operação “Torch”, Peter Calvocoressi, Guy Wint e John Pritchard, *op. cit.*, pp. 385-395

³⁷² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 9 de Novembro de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, p. 243 (documento 45).

“Guinada de leme”

Hayes, das preocupações portuguesas e espanholas para o pós-guerra.³⁷³ Os Governos dos dois Estados desejavam ter suficiente margem de manobra do ponto de vista externo para construir uma “reserva política e económica para a reconstrução da Europa”, reserva essa que assentava no “problema da ordem social e do comunismo.” Hayes não apenas anuiu como já tinha dado conta da sua intenção de conseguir junto do presidente Roosevelt uma “*declaração [...] para Franco acerca da atitude dos E. U. para com a política interna da Espanha.*” Isso seria nada mais do que convencer Roosevelt de que “a Espanha não era a falange.”³⁷⁴

Porém, e apesar de tanto Franco como Jordana parecerem a Theotónio Pereira capazes de reagir da melhor forma, interna e externamente, à presença de tropas Aliadas no Norte de África, via também muita agitação:

O abalo nervoso sofrido por todos os espanhóis em geral – aparte os que sempre foram anglófilos – explica-se facilmente por outra razão ainda, além do medo do que farão os alemães ou do que poderá acontecer se estes últimos perderem a guerra: – os espanhóis sentem-se vexados porque verificam que com os aliados em todo o Norte de África, já nem Gibraltar, nem as Canárias, nem a zona espanhola do Marrocos, passam a ter valor apreciável. Sentem-se muito desgostosos porque se lhes vai a importância.³⁷⁵

Mas para além daquilo que se passava em Espanha como resultado da presença militar aliada no Norte de África, e que por dever Theotónio Pereira relatava e comentava para Lisboa, começou aos seus olhos a tomar grande importância o estado da situação política portuguesa. Já que aquando da sua última estada em Lisboa não pudera encontrar-se com Salazar, escrevia-lhe transmitindo a sua franca opinião, mas começando com uma chamada de atenção que valia a pena reter: “V. Ex.a sabe que eu não sou homem de fogos de palha. Detesto falar antes de tempo e só em geral o faço depois de convencido.” E continuava indo direito ao problema: “Começa a haver no estrangeiro uma má ideia a respeito da estabilidade da nossa situação política e social.” Ora independentemente de muito daquilo que se comentava fora do País não fosse mais do que o desejo de ver a situação política portuguesa evoluir no sentido de

³⁷³ Theotónio Pereira não tinha qualquer predilecção por Hayes, ao contrário do que sucedia com Hoare. Sobre o embaixador norte-americano fez, num momento de relativa impiedade e alguma impaciência, o seguinte retrato: “[...] o velho professor, indulgente e piedoso, que beija o anel dos bispos ajoelhando, e que dá as graças em voz alta quando se senta e se levanta da mesa da embaixada!” Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 10 de Janeiro de 1944. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. IV, (1943-1944)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1991 (documento 57).

³⁷⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 9 de Novembro de 1942. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1990, p. 247 (documento 45). Destaques no original.

³⁷⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 17 de Novembro de 1942. *Ibidem*, p. 253 (documento 47). Destaques no original. Ao seu colega Hoare, Theotónio Pereira confessou que não sentia ainda a “situação” em Espanha “livre de ansiedade”. Temia um ataque alemão à Península no caso de os espanhóis não se mostrarem suficientemente firmes perante as pressões oriundas de Berlim. “Da Embaixada do Reino Unido em Madrid para o Foreign Office”, despacho n.º 24, 24 de Dezembro de 1942. PRO-FO371/31255.

“Guinada de leme”

uma maior abertura, a verdade era que a vaga de greves que se tinha sucedido em importantes empresas de Lisboa e dos seus arredores tinha criado “uma bola de neve” que estava perigosa e preocupantemente em marcha. Isto porque ao contrário daquilo que até à relativamente pouco tempo sucedia, passara a ser possível “fazer greves” e “perturbar a vida do país nos seus centros vitais.”³⁷⁶ Assim, e além da má impressão causada pelos factos, parecia sobretudo ser de levar em conta a péssima qualidade política das medidas adoptadas para resolver os problemas. O resultado, claro está, era que o “Governo perdeu prestígio.”³⁷⁷

Convém notar que embora a situação política e social em Portugal fosse no final do ano de 1942 muito pior do que tinha sido nos primeiros anos de guerra, a verdade era que a deterioração do ambiente político e social se vinha repetindo desde 1940-41, cada vez com maior gravidade.³⁷⁸ Em 1941, por exemplo, o embaixador britânico em Lisboa, Sir Ronald Campbell, notava que a forma estrita como Salazar conduzia a política de neutralidade portuguesa, se compreensível na frente externa, provocava uma forte erosão no Governo e no regime, uma vez que se mantinha surda em relação à anglofilia da generalidade da opinião pública portuguesa. Com esta atitude, parecia afinal que Salazar estava nas mãos da minoria germanófila presente no Governo e colaboradora activa do regime que se destacava ainda por ser facilmente identificável com uma minoria pertencente às classes altas, mais favorecidas. Ora os anglófilos, talvez “75 por cento” da sociedade portuguesa, pertenciam naturalmente às classes médias e baixas. Esta realidade assim existente e assim apresentada, era a prazo um factor muito sério de divisão da sociedade face ao Governo e ao regime. Mas mais do que isto, no início de 1941 era já evidente que o Governo tinha dificuldades sérias para estar à altura dos desafios, em grande medida pelo facto de se encontrar muito centralizado na figura de Salazar e, também por isso, ser muito pouco maleável e com reduzida ou nenhuma capacidade de iniciativa

³⁷⁶ Numa referência directa, mas não exclusiva, à greve da Carris, uma empresa à qual, enquanto fora subsecretário Estado, Pedro Theotónio Pereira devotara muito do seu trabalho (ver capítulo V). A propósito dos acontecimentos na Carris, a legação dos EUA em Lisboa comunicava ao Departamento de Estado que a capital portuguesa se encontrava “comovida”. A greve, que envolvera centenas de trabalhadores, tinha como causa a reivindicação de uma subida de salários. Além de ter provocado um elevado número de detenções, tratava-se, na opinião do diplomata norte-americano, do primeiro grande incidente laboral desde que a guerra começara. “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, telegrama n.º 1382, 21 de Outubro de 1942, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5134 (853/5045/102). Um relatório mais detalhado sobre a greve ocorrida naquela empresa de capital britânico, “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 678, 31 de Outubro de 1942, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5134 (853/5045/111).

³⁷⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 17 de Novembro de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, p. 257 (documento 47).

³⁷⁸ A segunda metade do ano de 1940 fora politicamente bastante tranquila. Pelo menos essa era a convicção da Legação norte-americana em Lisboa. “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1152, 10 de Dezembro de 1940, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1009) e “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1130, 23 de Outubro de 1940, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1008), em que se comunicava que a actividade da oposição praticamente cessara desde Fevereiro e que a opção de Salazar pela neutralidade tinha “reconciliado finalmente quase toda a gente.”

“Guinada de leme”

ou de reacção face aos desafios colocados pela guerra.³⁷⁹ Neste contexto, os comentários muito duros e frontais feitos por Pedro Theotónio Pereira à situação interna em meados de Novembro de 1942, reportavam-se a uma realidade intimamente ligada tanto à natureza política do regime e aos equilíbrios muito instáveis em que desde o seu início assentava, mas também à enorme pressão que a guerra exerceu sobre todos os Governos e regimes que como o Estado Novo passaram pelos seis duros anos que durou a Segunda Guerra Mundial.

Na carta citada, Theotónio Pereira não se eximia de lançar críticas em todas as direcções, talvez por se sentir mais forte e mais independente, do ponto de vista político, do que nunca. Falava dos “casos [que] foram abafados ou atamancados por qualquer forma” e que por isso o “fogo” ficara a “lavar por de baixo.” Notava a falta de eficácia e o baixo moral da polícia, o que era responsabilidade directa do ministro do Interior, Pais de Sousa.³⁸⁰ Estava convencido que o problema da agitação social não fora atacado “pela raiz” e que portanto os casos das últimas semanas não tardariam a repetir-se. Mas além do ministro do Interior, considerava que nem Duarte Pacheco, responsável das Obras Públicas a quem teria sido conferida a tarefa de “principal orientador da força pública!”, nem o subsecretário de Estado das Corporações estavam à “altura de tais circunstâncias”.³⁸¹ Finalmente, Theotónio Pereira dava a entender que desesperava com a “organização.” Ou seja, independentemente daquilo que eram as dificuldades políticas do Governo e os efeitos da profunda crise económica, social e política provocada tanto pela inépcia daquele como pelas privações impostas pela guerra, verdade era que Theotónio Pereira fazia fogo sobre dois membros do Governo pertencentes à ala do republicanismo conservador – Duarte Pacheco e Mário Pais de Sousa –, e sobre os sectores da governação sobre os quais tivera responsabilidades enquanto membro do Governo – Corporações e Economia³⁸² –, mas que com o advento da guerra conheceram enormes dificuldades para manter o dinamismo que antes haviam conhecido. Como se não bastassem,

³⁷⁹ “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”, despacho n.º 74, 7 de Março de 1941. PRO-FO371/26793. Cerca de um mês mais tarde, o representante dos EUA em Portugal fazia um retrato favorável da situação socio-económica e política do País, mas previa um agravamento das condições de vida a partir do Verão como consequência da imposição do “bloqueio” britânico e dos efeitos do ciclone de Fevereiro na produção agrícola. “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 10, 11 de Abril de 1941, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1014).

³⁸⁰ Mal visto pelos sectores mais à direita do salazarismo, não se livrando da fama de imediatamente antes da implantação do Estado Novo ter procurado estabelecer algumas pontes com certos sectores da oposição. Familiar de Salazar, fazia parte daqueles sectores republicanos conservadores que tinham aderido à Ditadura Militar e, depois, ao Estado Novo. Seria substituído na remodelação governamental de 1944. Maria Conceição Rodrigues, “SOUSA, Mário Pais de” in *Dicionário de História do Estado Novo*, 2.º volume, coord. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 955.

³⁸¹ Sobre o subsecretário de Estado, Trigo de Negreiros, acrescentava: “[...] creio mesmo que se tem revelado duma mediocridade além do que se podia esperar.”

³⁸² A pasta da Economia fora criada aquando da remodelação governamental de Setembro de 1940, tendo sido Rafael Duque a personagem convidada para ocupar a chefia do novo Ministério. Sobre esta remodelação, Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 286-291.

“Guinada de leme”

por si mesmos, os problemas internos, Theotónio Pereira sublinhava a sua importância na frente externa, nomeadamente em Espanha. Tendo as autoridades de Madrid conhecimento das dificuldades porque passava o Governo português, enfrentando uma vaga de contestação que não era capaz de combater eficazmente, era óbvio que essa realidade o enfraquecia nos contactos e negociações que sempre iam decorrendo. No entanto, e apesar de viver afastado do País desde Janeiro de 1938, Theotónio Pereira tinha a convicção de que o problema social ressuscitado nos últimos anos ainda podia ser resolvido.

Tenho a convicção [de] que a grande massa do nosso operariado ainda se pode juntar à volta da situação. Mas se não acudir a isto, ficarão todos nas mãos dos nossos inimigos.

E depois apresentava a solução, coincidindo na sugestão avançada, com aquilo que na altura era também a convicção do seu amigo Marcello Caetano.³⁸³ Havia que “pôr outros homens no Governo” e, ao mesmo tempo, arranjar forma de “desarticular toda a manobra revolucionária.” Reconhecendo que a sociedade e, sobretudo, o regime, estava dividido entre germanófilos e anglófilos, advertia Salazar para “se aguentar com as asneiras e os desvarios” de uns e de outros.³⁸⁴ “À medida que um dos lados for ganhando a partida, a crise será cada vez mais aguda para nós. E muito mais se for em definitivo o grupo aliado a estar por cima. O que aliás desejo.” Reconhecendo que o combate se fazia em duas frentes – como decerto também sucedia com Salazar –, pedia um esforço “sobre-humano para salvar a situação política”, o que de qualquer forma considerava ser possível tanto em Espanha como em Portugal. Aliadófilo, ou talvez apenas anglófilo, naquilo que respeitava ao desenrolar da guerra, receava os efeitos da vitória das Nações Unidas. Por isso, e temendo que a Europa se desgraçasse depois do fim do conflito,

³⁸³ Segundo o testemunho de Marcello Caetano, a partir de 1942-43 “os portugueses [...] mostravam-se cada vez mais imitadiços.” A partir de Setembro de 1942 começou a escrever cartas a Salazar mostrando-lhe a sua preocupação e reclamando a adopção de medidas que resolvessem a delicada situação política e social. Em 1944, era convidado para integrar o Governo. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 152-166. Quando começou a escrever cartas a Salazar dando conta do pobre estado em que o País se encontrava, a diplomacia britânica em Lisboa caracterizava-o como: “A fanatical supporter of the regime, he is inclined to be choleric and malicious and is much feared by his political opponents. A warm supporter of Italian fascism, he can be regarded as covertly anti-British.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”, 21 de Setembro de 1942. PRO-FO371/31182. Dois anos mais, tarde um documento enviado de Lisboa para o Departamento de Estado em Washington dizia o seguinte sobre Marcello Caetano, recém empossado ministro das Colónias. “He is a strong totalitarian. Though some report him to be friendly to the Allies, this is a sudden new development to be true. He acquired a reputation at Oporto for being unfriendly to the Allies, in word and deed. [...]

He is intelligent but a narrow and fanatical pro-Portuguese; a thorough ‘New State’ doctrinaire; in 1935 he was pro-Italian. He has [...] a very unattractive character. Caused trouble when boys at a youth camp did not salute when he walked through.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1007, 27 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/002/9-2744). Anos mais tarde, a Legião Portuguesa produziu uma curta informação na qual afirmava que homens como Barradas de Oliveira, António Tinoco, Dutra Faria e Ramiro Valadão pertenciam à “faceta [sic.] política conhecida pelos ‘Marcelinos’, isto é, os acólitos do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano. AOS/CO/PC-57, fl. 261, s.d..

³⁸⁴ Sobre a relevância para a saúde do regime da “hostilidade” entre germanófilos e anglófilos, escreveu Marcello Caetano: “[...] foi ganhando terreno [a ideia] de que a vitória das Nações Unidas seria fatalmente a derrocada do regime político português – o que exacerbava o germanofilismo de muitos situacionistas e dava alento aos adversários, esperançados no êxito das forças aliadas [...]” Idem, *ibidem*, pp. 152-153.

“Guinada de leme”

tinha presente que a sobrevivência do Estado Novo dependia de uma salvação do franquismo em Espanha e, sobretudo, de uma consolidação imediata da “situação em Portugal”, de modo a que Salazar não acabasse “ferido pelas costas.”³⁸⁵

Esta era também a opinião de observadores estrangeiros colocados em delegações diplomáticas em Lisboa. Tendiam a cristalizar as suas opiniões em torno daquela que seria a crescente interdependência política nos destinos do salazarismo e do franquismo, mas, sobretudo, daquele em relação a este.

*In these circumstances, developments in Spain are of particular importance to Portugal. Even in normal times domestic political conditions in Portugal are highly sensitive to events in the remainder of the peninsula. At the present time this sensitiveness becomes almost pathological.*³⁸⁶

Mas bem mais importante era a análise global feita por esses mesmos observadores sobre a situação política portuguesa e que, aliás, não diferia muito daquela que os notáveis do regime também faziam:

*In summary, then, it may be said that Salazar's situation is growing rapidly more precarious from the standpoint both of internal problems and of international isolation. Granted a continued trend of the war in favor of the United Nations and barring the early emergency of a genuinely stable partner-régime in Spain, it may be anticipated in these conditions that he will incline increasingly to the idea of seeking safety in an alliance with the Western Powers.*³⁸⁷

O ano de 1943 apenas confirmou as previsões de uma progressiva deterioração da situação interna. O combate eficaz do regime à agitação social e política que se espalhou e cresceu muito durante aquele ano, permitiu que 1944, apesar de também ter sido um ano mau, fosse apesar de tudo menos violento.³⁸⁸ Esse facto contribuiu, e de que maneira, para que próximo do fim do Verão Salazar se decidisse, finalmente, proceder a uma profunda mudança governamental que tinha como objectivo preparar o regime e o País para o pós-guerra.³⁸⁹

³⁸⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 17 de Novembro de 1942. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 257-258 (documento 47).

³⁸⁶ “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 943, 21 de Abril de 1941, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1075).

³⁸⁷ “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 943, 21 de Abril de 1941, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1075).

³⁸⁸ “There is no doubt that that the recent strikes were less widespread and serious than those last year.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 504, 13 de Maio de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/00/1093).

³⁸⁹ A este propósito terá Salazar afirmado a Marcello Caetano: “[...] resolvi fazer a remodelação do governo há tanto tempo esperada. Só agora chegou a oportunidade: estamos num momento de acalmia, sem nenhuma complicação interna ou externa que possa ser interpretada como pressão. A guerra deve estar por pouco. [...] [...] Levantam-se, porém, os problemas da paz e esses prevejo que venham a ser tremendos: pressões de toda a ordem e de todo o lado, complicações internas...” Esta conversa, na sequência da qual Marcello Caetano seria convidado para fazer parte do novo Governo, teve lugar a 5 de Setembro. A posse foi a 6. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 179.

“Guinada de leme”

A recomposição governamental de 6 de Setembro de 1944 foi de facto importante. Para além de pretender preparar o regime para as lutas, internas e externas, do pós-guerra,³⁹⁰ reajustou equilíbrios entre facções e individualidades e reforçou formalmente o peso na máquina governamental de gente pertencente à geração de Theotónio Pereira.³⁹¹ Pessoal político que na sua juventude andara pelos caminhos do Integralismo, fora, ou ainda era, monárquica, fora, ou ainda era, nacionalista e corporativista. Disso dava Theotónio Pereira nota numa importante carta que escreveu a Marcello Caetano felicitando-o pela entrada no Governo para a pasta das Colónias, mas não se ficando por aqui nas suas considerações:

Creio na verdade que este é o nosso Governo, ou, se quiser, o mais nosso desde o tempo em que olhávamos o Terreiro do Paço através dos nossos 20 anos.

Acho pois que o seu nome não poderia faltar – e alegra-me que seja esse o seu ministério de estreia: estará um pouco afastado das pequenas coisas da nossa pequena política e terá ante si a perspectiva imensa do que nos resta de grande. Deus o ajude a fazer aquilo que esperamos de si.

Creio que perdoará que não aluda aos sacrifícios, dissabores, dores de cabeça ou desgostos, que estas coisas trazem inevitavelmente. Como há muitos anos comecei a experimentar isso, sou, além de velho amigo, um velho companheiro nessas coisas. O que lhe digo é que dou por bem empregado o que se padeça pela grande oportunidade que se tem de servir o País. E como essa certeza me enche a alma, pouco me importa o resto. O importante é servir agora.

Estamos a jogar uma partida tremenda mas confio cegamente que a ganharemos se estivermos à altura da nossa missão.³⁹²

Referia-se, certamente, à continuação de Lumbralles nas Finanças, à entrada de Marcello Caetano para as Colónias e de Luís Supico Pinto para a Economia,³⁹³ mas também à ocupação de duas Subsecretarias de Estado por gente que com ele trabalhara nas Corporações e que, provavelmente, o embaixador em Madrid conseguira meter no Governo.³⁹⁴ O primeiro, Castro

³⁹⁰ De que Salazar deu nota pública no discurso que pronunciou na sequência do acto de posse do novo ministro da Guerra, ao dar nota de “que em cada dia que passa é melhor a nossa preparação para todas as eventualidades e mais firmes a nossa confiança e o nosso espírito de servir.” Oliveira Salazar, “Na posse do novo ministro da Guerra” in *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 89.

³⁹¹ Oito meses mais tarde o jovem conselheiro da Embaixada norte-americana em Lisboa, Edward Shester Crocker, tecia o seguinte comentário sobre a recomposição ministerial de Setembro último. “[...] the President of the Council has lost none of his astuteness and political acumen as an expert balancer of divergent factors. Nevertheless, the Government which he heads is not in sympathy with the ideals which have motivated our part in the present struggle. The Department will recall that the present Government of Portugal is established on the well-known lines of the corporative state, closely following the pattern of the former Fascist State.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 136, 18 de Maio de 1945, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6365 (853.00/5-1845).

³⁹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 21 de Outubro de 1944 (documento n.º 50). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

³⁹³ “The new minister is reported to have a liaison with a well known local actress whom he would marry were it not for Salazar’s insistence that she give up the stage which she is unwilling to do.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1007, 27 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/002/9-2744).

³⁹⁴ O “agregado” de imprensa da Embaixada de Espanha em Lisboa não pôde deixar de notar este facto: “[...] Casi todos los Ministros y Subsecretarios son ‘corporativistas’ acérrimos, lo que parece indicar que Salazar, en efecto, se

“Guinada de leme”

Fernandes, nascido em 1904, fora chamado para a Subsecretaria de Estado das Corporações, depois de durante alguns anos ter sido membro da direcção da FNAT. Trabalhara activamente na implantação da máquina corporativa e era conhecido pelas suas convicções nacionalistas que, antes da guerra, se associavam sem problema àquelas que caracterizavam o fascismo italiano. Fora procurador à Câmara Corporativa e presidira à Federação Nacional de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal.³⁹⁵ O segundo, Albano Homem de Melo, nascera em 1906 e ia ocupar a Subsecretaria de Estado da Agricultura. Fora deputado e pertencera, tal como Castro Fernandes, à direcção da Federação Nacional de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal. Fora ainda presidente do Conselho Nacional de Vinhos e director secção para a educação física na FNAT.³⁹⁶

Theotónio Pereira, na altura um dos mais influentes conselheiros de Salazar, ao ponto de, na representação diplomática britânica em Lisboa, ser considerado como o candidato com mais possibilidades de vir a suceder a Salazar caso este acabasse por decidir sair do Governo,³⁹⁷ veio a São Bento falar com o chefe do Governo e opinar sobre o sentido que devia ser dado à recomposição ministerial.³⁹⁸ Feita esta, e a propósito das notícias que a imprensa espanhola publicou sobre o acontecimento, dando-lhe grade destaque e fazendo-lhe, do ponto de vista de Theotónio Pereira, comentários acertados, não deixava o embaixador em Madrid de tecer um curto comentário sobre o significado da recomposição. Formara-se um “Governo da mais fiel ortodoxia política e que ao mesmo tempo se rodeará de um grupo de valores, simultaneamente jovens e experimentados, capaz de enfrentar as excepcionais dificuldades do pós guerra.” Consolava-o ainda pensar que “ao fim de 18 anos desta situação política, é possível

dispone a llevar a cabo un esfuerzo por galvanizar lo que mas se discute de cuyo mantenimiento él ha hecho cuestión de confianza.” Ana Vicente, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-1960*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1992, p. 129.

³⁹⁵ Ver supra (nota 66).

³⁹⁶ “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1007, 27 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/002/9-2744).

³⁹⁷ “Of outstanding intelligence and endowed with considerable social charm, he stands very high in the esteem of Dr. Salazar, and it is thought that the latter may have marked him out as a possible successor if he were ever to relinquish office.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”, 10 de Junho de 1943. PRO-FO371/34714. Em Setembro de 1944, a Embaixada dos EUA chegou a considerar provável a nomeação de Theotónio Pereira para Subsecretário de Estado dos Negócios. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, telegrama n.º 2759, 6 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º C-212 (853/002/9-844). Sobre os meandros recomposição ministerial Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 544-549. Ver ainda Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, pp. 374-376.

³⁹⁸ “[...] O Pedro Teotónio Pereira que veio de Madrid e esteve com Salazar, avisa-me: ‘Você vai ser chamado; quase todos os que foram ouvidos até aqui consideraram necessária a sua entrada para o Governo’. [...]” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 177. O “agregado” de imprensa da Embaixada de Espanha em Lisboa, transmitia para Madrid os rumores que corriam sobre a entrada de Pedro Theotónio Pereira para o Governo, onde iria ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros. O próprio teria manifestado interesse em ocupar a chefia daquele Ministério, depois de lhe terem sido oferecidas e recusado tanto o “Comércio” e as “Obras Públicas”. Segundo os mesmos rumores, Theotónio Pereira seria substituído por Lumbralles em Madrid. Ana Vicente, *op. cit.*, pp. 128-130.

“Guinada de leme”

reunir um grupo de homens, muito novos, na sua maioria, e universalmente reconhecidos como os melhores valores que existem no País.”³⁹⁹ Porém, não se tratara ainda da hora do render da guarda. Não apenas continuavam no Governo e nas altas esferas do Estado gente representando as gerações mais velhas – desde logo os cada vez mais desavindos Carmona e Salazar –, como os mais jovens iriam ter muita dificuldade para se manter à superfície – Marcello Caetano saiu do Governo para a União Nacional na remodelação de 4 de Fevereiro de 1947 e Supico Pinto, também afastado, nunca mais voltaria a fazer parte de qualquer elenco governamental –, como se viram na contingência de esperar vinte e quatro anos para suceder a Salazar na chefia do Governo. Em Setembro de 1944, e ainda que publicamente pretendessem mostrar-se, e mostravam-se, como a geração que encetaria a mudança de que o País necessitava, não passavam de um anacronismo político e ideológico. Marcello Caetano seria afinal em Setembro de 1968 aquilo que Theotónio Pereira poderia ter sido em Setembro de 1944. Assim Salazar tivesse querido e podido mobilizar o regime para uma mudança política ao mais alto nível.⁴⁰⁰

Mais próximo da verdade, quanto àquelas que tinham sido as intenções de Salazar quando nomeara para o Governo gente que, com excepção do próprio, de Lumbralles e de Caeiro da Mata, nunca tinha ocupado postos ministeriais, estavam os que consideravam que além de pretender preservar o poder bem firme nas suas mãos, Salazar desejava manter a “velha linha.” Por outro lado, a mudança radical levada a cabo no Governo era a confirmação de que o anterior chegara ao fim sem qualquer vestígio de qualidade, dando razão aos que como Marcello Caetano ou Theotónio Pereira o tinham abertamente criticado. Do exterior poderiam estar a chegar sinais de liberalização, mas Salazar escolhera rodear-se de ministros que lhe davam garantias de com ele colaborarem na manutenção da ordem instituída em 1933 com a promulgação de uma nova Constituição.⁴⁰¹ Aliás, a subida de Júlio Botelho Moniz à pasta do

³⁹⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 8 de Setembro de 1944. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. IV, (1943-1944)*, 1.ª ed., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1991, p. 616 (documento 106).

⁴⁰⁰ O profundo e sincero desejo que em 1944 Marcello Caetano apresentou a Salazar de ver criado um “Ministério da Assistência Social”, e que mostrou uma enorme vontade de chefiar, teve de esperar por melhores dias. Esta discordância, vista à luz daquela que viria a ser a política social do marcelismo, dá conta de algumas diferenças políticas de fundo existentes entre Salazar, por um lado, e Marcello Caetano ou Pedro Theotónio Pereira, por outro. Salazar bloqueava-lhes tudo. Desejos de legítima ascensão política até ao topo da acção governativa e vontade de aplicação de políticas sectoriais e globais, mesmo que em situação de subordinação. Salazar centralizava decisões, quase não reunia Conselhos de Ministros e opôs-se, até 1950, à criação de um Ministério que coordenasse a actividade governativa mais relevante. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 179-181.

⁴⁰¹ É também possível que numa conjuntura tão difícil, em que o regime parecia poder vir a cair como consequência da previsível vitória dos Aliados, Salazar só pudesse recorrer a gente mais nova para com ele formar o Governo. Não seria de admirar que os ministeriáveis mais velhos tivessem preferido esperar pelo evoluir dos acontecimentos. Se estes evoluíssem favoravelmente, era lógico que voltassem a mostrar-se disponíveis para voltar a colaborar com

“Guinada de leme”

Interior e de Santos Costa ao Ministério da Guerra, queriam dizer que naquilo que dizia respeito à manutenção da ordem interna – por via das polícias e da tropa –, estava na mão de indefectíveis de Salazar e do regime.⁴⁰² Internamente, mais do que no compromisso, Salazar continuava a apostar na repressão, sendo também de presumir que via os novos ou jovens ministros e subsecretários de Estado, na sua maioria, como ajudantes em questões administrativas sem grande margem para tomarem decisões políticas com qualquer relevo. Salazar optara por permanecer nos Negócios Estrangeiros, o que significava que desejava não apenas manter um controlo estrito sobre a política externa, agindo o melhor que podia e sabia sobre os novos desafios que aí vinham, como desejava manter tanto quanto possível inalteradas as relações com a Espanha – consolidando o “Bloco Ibérico” – e com o Reino Unido – reforçando e até revigorando a velha aliança.⁴⁰³ Finalmente, e perante aquilo que aos olhos de muitos, dentro e fora do regime, parecia ir ser o “último ministério” de Salazar, “o último turno”, não é de admirar que algumas das caras novas se tratassem de uma escolha de recurso, visto que figuras notáveis e históricas do regime não estariam disponíveis para participar activamente no seu inevitável enterro.⁴⁰⁴

“[...] ele [o “bloco ibérico”] é um mas as suas partes são duas.”⁴⁰⁵

Depois do encontro entre Jordana e Salazar em Novembro de 1943, estreitou-se, ao menos formalmente, o relacionamento político entre Portugal e Espanha. Embora as autoridades portuguesas tardassem ainda algum tempo a possuir a convicção clara de que a Espanha não entraria na guerra ao lado Eixo, a verdade foi que as preocupações e as prioridades do Governo

Salazar ao mais alto nível. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, telegrama n.º 2785, 7 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º C-212 (853/002/9-744).

⁴⁰² Manuel Maria Múrias, não citando fontes – embora fazendo uso do arquivo pessoal e das memórias (ou memória) de seu pai e de outras figuras que tinham na altura acesso a informação privilegiada e fidedigna nos bastidores do regime –, atribui um grande protagonismo a Teotónio Pereira na recomposição ministerial de Setembro de 1944. “[...] Pedro Teotónio Pereira [...] convencera o Dr. Salazar da vantagem de chamar para o governo alguns dilectos amigos seus: Marcello Caetano e António Júlio de Castro Fernandes, e de promover a ministro da Economia, Luiz Supico Pinto. Com a perfeita consciência dos perigos de, nessa altura, deixar crescer outro inimigo (bem lhe bastavam Manuel Rodrigues e Armindo Monteiro, politicamente intocáveis), Salazar (e porventura Teotónio Pereira) procura calar o catedrático de Direito Administrativo [...] chamando-o para o Terreiro do Paço. [...]

Nessa altura, [...] e igualmente recomendado por Pedro Teotónio Pereira, seria convidado para ministro do Interior o ten. cor. Júlio Botelho Moniz, antigo adido militar em Madrid: – o homem andava a desbocar-se pelos quartéis, dizendo coisas horríveis dos *políticos*; fazendo-o *político* talvez fosse possível fechar-lhe a boca.” Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, pp. 171-172 (itálico no original).

⁴⁰³ Efectivamente, apenas um ministro era mais velho do que Salazar (Caeiro da Mata), sendo de 44 anos a média de idades dos ministros e de 46 a dos subsecretários de Estado. A permanência de Lumbralles no Governo era tida como uma consequência da sua competência técnica e devoção pessoal a Salazar. Por isso, já havia quem o visse como possível “sucessor” de Salazar. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1011, 28 de Setembro de 1944, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/002/9-2844).

⁴⁰⁴ Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 548-549.

⁴⁰⁵ “Apontamento”, 6 de Dezembro de 1944. AHDMNE, GSG, Maço 6.

“Guinada de leme”

de Lisboa em relação a Espanha foram-se alterando substancialmente. Mais do que nunca no passado recente, o Governo de Lisboa tentou perceber em que medida o evoluir da guerra e os sucessivos ajustamentos que Madrid ia fazendo para se adaptar ao pós-guerra, teriam possibilidades de garantir a sobrevivência do franquismo ou, pelo contrário, levariam à sua liquidação. Esta preocupação era compreensível porque os responsáveis políticos portugueses suspeitavam que caso o franquismo não suportasse o impacte provocado pela derrota do Eixo, muito provavelmente tal sucederia também com o Estado Novo português. A par desta preocupação, e decorrente dela, Lisboa preocupou-se em encontrar, juntamente com Madrid, uma solução de política externa que tendo como ponto de partida a autoproclamada excepcionalidade política e social da Península, desejava constituir no espaço latino-americano um bloco de Estados que se constituísse legitimamente como alternativa à bipolarização internacional que sairia da guerra: o das democracias liberais e o do comunismo. Em terceiro lugar, as relações bilaterais entre os dois países ibéricos também se distinguiram a partir de 1943, e já depois do fim da guerra, por tentarem disputar entre si as boas graças das duas principais potências ocidentais, sucedendo-se as acusações recíprocas, mais ou menos declaradas, de que Portugal e Espanha trabalhavam de costas voltadas na conquista de vantagens de todo o tipo e de legitimidade política para enfrentarem com mais tranquilidade tanto a derradeira fase da guerra como as previsivelmente difíceis etapas subsequentes. Em todo este contexto, tratou-se de se discutir qual deveria ser para os derradeiros anos da guerra e para depois da sua conclusão, a interpretação a dar aos tratados políticos firmados em 1939 e 1940.

Este problema é importante porque independentemente daquela que possa ter sido a conclusão a que Salazar chegou sobre aquele que deveria ser o papel da Espanha nas relações externas de Portugal, a verdade é num futuro não muito longínquo se tornaria em motivo de controvérsia, e até de conflito, entre Theotónio Pereira e o chefe do Governo, nomeadamente quando aquele desempenhou o cargo de embaixador em Washington. Assim, e num documento não assinado produzido no Ministério dos Negócios Estrangeiros nos derradeiros dias de 1944, questionava-se seriamente as vantagens que decorreriam para Portugal da continuação de uma política que o fazia aparecer “aos olhos do mundo como de certo modo ligado ou compreendido sob todos os aspectos com a Espanha, misturadas as duas políticas, assemelhados os regimes dos dois países [...]”⁴⁰⁶ Independentemente das vantagens, e também dos inconvenientes, que a política pós-1939 trouxera para Portugal, chegara a altura de introduzir mudanças uma vez que

⁴⁰⁶ “Apontamento”, 6 de Dezembro de 1944. Loc. cit..

“Guinada de leme”

ela devia ser, e isso ensinava a história,⁴⁰⁷ de “mera circunstância, ocasional, simplesmente transitória.” Sendo que em momentos de normalidade, Portugal e Espanha viviam em “estado de amistosa indiferença”, era para esse mesmo estado que, defendia o autor do documento, se estava a regressar, se deveria regressar. O comportamento da Espanha em matéria de política externa era em tudo uma indicação de que deveria mudar a base do relacionamento entre os dois estados ibéricos. A forma como com grande independência os espanhóis haviam começado a cultivar Churchill – que aliás, desde o início da Guerra Civil, nunca hostilizara os nacionalistas – e enveredado por colocar as relações com os EUA num “pé de amizade e bom entendimento”, logo se tornara evidente que o Governo espanhol passara a proceder com Portugal “como se do tratado de amizade e do seu protocolo nada restasse além do nome.” Apontando depois baterias à forma como a Espanha dera início e concretizara a negociação de um acordo sobre comunicações aéreas com os Estados Unidos, sem avisar previamente Lisboa e inclusivamente iludindo ostensivamente o Governo português, era, juntamente com outras atitudes e medidas de política externa em que Portugal fora deixado às escuras, a prova de que não existia da parte espanhola a vontade de respeitar qualquer “política de entendimento.” A atitude e as conclusões a tirar eram simples.

*[...] entre nações amigas, como entre indivíduos não é mau fazerem-se sentir as discordâncias realmente existentes. E depois de o fazer em intimidade, e a sós, mais facilmente se pode algum dia, se nisso houver ganho, deixar perceber a outros com satisfação deles que nem tudo é uno no bloco ibérico: ele é um mas as suas partes são duas, distintas, até muito distintas.*⁴⁰⁸

A realidade acima descrita, independentemente do tom em que se fazia e das conclusões para uma política futura que delas se pretendiam retirar mas não foram nunca passadas à prática, embora nunca ignorada por Salazar, submeteu-se sempre ao seu entendimento daquilo que deveria ser o relacionamento entre os dois Estados e no qual a similitude ideológica, o modo idêntico de interpretar o mundo, se tornaram na realidade que se sobrepôs a uma outra e que era a de Portugal e Espanha, durante a Segunda Guerra Mundial e no mundo do pós-guerra possuírem em matéria de política externa interesses divergentes.

Assim, desde Dezembro de 1942 e até Novembro de 1945, quando finalmente Theotónio Pereira regressa a Lisboa para imediatamente seguir para o Rio de Janeiro, a política portuguesa em relação a Espanha caracterizou-se por tentar conciliar, produto de um preconceito ideológico cujo único resultado prático, embora importante, era garantir a

⁴⁰⁷ “Na sua política para com Portugal, à Espanha só interessa aquilo que favoreça à obra de captação, de aglutinação que está sempre no fundo do seu pensamento para realizações futuras. São todos ibéricos del futuro, para empregar a expressão do General Prim.” “Apontamento”, 6 de Dezembro de 1944. Loc. cit.. Sublinhado no original.

⁴⁰⁸ “Apontamento”, 6 de Dezembro de 1944. Loc. cit..

“Guinada de leme”

sobrevivência na Península de dois regimes autoritários, políticas de países que perseguiram interesses senão divergentes, que pelo menos tinham tendência a excluir-se. Ora se até finais de 1942, ou mesmo meados de 1943, fazia sentido ter uma política que procurasse em quase tudo a colaboração e o assentimento de Espanha, dada a sua proximidade com o Eixo e o seu desejo de entrar na guerra ao lado daquele bloco, desaparecida essa ameaça, e não sendo inteligente em absoluto voltar as costas ao vizinho continental, teria sido vantajoso perseguir uma política que no geral seguisse os moldes enunciados no “apontamento” citado.

Não tendo assim sucedido, constatou-se que Espanha e Portugal andaram à compita pela conquista das boas graças de britânicos e norte-americanos, sendo de notar que globalmente os espanhóis foram muito mais solícitos do que os portugueses para ouvir e para atender as exigências vindas do campo anglo-saxónico. Foi o caso, por exemplo, da suspensão das exportações de volfrâmio de Portugal e de Espanha para a Alemanha. Enquanto Salazar protelou até Junho de 1944 a suspensão daquele minério, Franco chegou a um acordo um mês antes.⁴⁰⁹ Por outro lado, Espanha e Portugal perceberam a importância que os EUA teriam na fase final da guerra e na ordem internacional que sairia do fim daquela. Porém, enquanto a Espanha procurou, nomeadamente através do estabelecimento de acordos bilaterais com o Governo de Washington, uma aproximação aos EUA tão rápida e tão profunda quanto as circunstâncias o permitiam, Portugal arrastou os pés e complicou o mais que pôde – envolvendo o RU, o problema da libertação de Timor e a obtenção de garantias por parte dos EUA pela integridade do império colonial português –, a autorização para a utilização de uma base militar nos Açores.

Embora nesta conjuntura Pedro Theotónio Pereira tenha cumprido, mais uma vez, as instruções recebidas de Lisboa, não deixa de ser verdade que viu quase sempre de uma forma muito crítica o modo quase intransigente como Salazar interpretou e aplicou a sua política externa espanhola. Assim, e embora considerasse que a Espanha se “encontrava em péssima situação para negociar” o que quer que fosse, sobretudo com britânicos e norte-americanos, era evidente que apesar de todas as iniciativas e esforços levados a cabo tanto em Lisboa como em Madrid, dificilmente se podia dizer que seguia uma política de colaboração com Portugal. Do lado de Espanha, nomeadamente na questão do volfrâmio, só se encontrava “silêncio e reserva”, com Jordana “calando ou deixando cair as coisas, certamente por culpa de Franco.” E concluía:

⁴⁰⁹ Antes de um acordo definitivo, a Espanha declarará um embargo provisório às exportações de volfrâmio. Salazar rapidamente conclui que o Governo de Franco pagaria caro tal atitude. Neste, como noutros assunto, Jordana não seguia minimamente as opiniões e os conselhos que Salazar lhe fazia chegar por diversas vias. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 16 de Fevereiro de 1944. CLNSRF, *op. cit.*, 1991, p. 422 (documento 68).

“Guinada de leme”

“Por tudo isto sou do parecer que – mantendo embora o mesmo afinco em trazer a Espanha para o bom caminho – tratemos de fazer a nossa política.”⁴¹⁰ Ora a Espanha apenas queria ir pelo “bom caminho”, eventualmente indicado pela diplomacia portuguesa, no caso de estar certa que esse era o caminho que servia os seus interesses e não o do País vizinho. E isso raramente acontecia. Por outro lado, e como é óbvio, mesmo havendo muitas vezes vantagem e alguma vontade em seguir os passos propostos por Portugal, era muito difícil a um grande País, mesmo em dificuldades, seguir uma política que lhe era apresentada por um pequeno Estado. Até porque, convém notar, Portugal seguia em relação à Espanha a sua própria política de omissões, sendo o caso das negociações com os britânicos sobre os Açores, quase apetece dizer, um paradigma paradigmático.⁴¹¹ Porém, houvesse pragmatismo e realismo, e não quisessem portugueses ou espanhóis quase obsessivamente conduzir ou condicionar a política externa um do outro, então poderia haver, além de coexistência, uma cooperação activa entre os dois Estados.

Em perspectiva, toda esta problemática parece um tanto absurda, não fossem as idiosincrasias do Estado Novo e do seu chefe. No fundo, foi a obsessão portuguesa, durante a Guerra Civil, a Segunda Guerra Mundial e durante todo o pós-guerra, pela constituição de um bloco ibérico que funcionasse na política interna e na política externa que diminuiu a possibilidade do Estado português rentabilizar em pleno os esforços de cooperação apresentados por britânicos e por norte-americanos em 1943 e 1944. Isto é, uma vez que Salazar pautava a sua política externa por pressupostos ideológicos, presumia sempre atitude idêntica por parte daqueles com quem lidava, desconfiando por isso até muito tarde que os aliados anglo-americanos acabariam cedo ou tarde por não resistir à tentação de apoiar a instituição em Portugal de um regime democrático, de feição liberal e parlamentar. Só isso explica, por exemplo, não tanto a impressão causada pela deposição de Mussolini pelos seus

⁴¹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 16 de Fevereiro de 1944. Idem, *ibidem*, p. 423 (documento 68).

⁴¹¹ O mesmo se passou em relação aos alemães. A forma como as autoridades portuguesas, com a ajuda não combinada da representação diplomática britânica em Lisboa, iludiram o embaixador alemão sobre o acordo dos Açores do Verão de 1943, foi bastante além de muitas das supostas patifarias de que Salazar ou Theotónio Pereira acusavam as autoridades espanholas. Sobre os enganos a que Salazar e Teixeira de Sampaio sujeitaram o embaixador Huene entre Junho e Outubro de 1943, Felicitas Von Peter, *op. cit.*, pp. 46-48. O pretexto português para tal atitude residia no receio de que uma eventual entrada, consentida ou não, dos britânicos nos Açores pudesse conduzir a uma resposta militar alemã sobre Portugal continental. De facto, e mais de duas semanas após o início do desembarque de forças britânicas nos Açores, Theotónio Pereira começava uma carta endereçada a Salazar dizendo que, “felizmente”, se continuava “sem novidades do lado dos Pirinéus. Os ingleses dizem-se bem informados e mostram-se tranquilos. Supõem sempre que todas as medidas militares alemãs no sul de França têm apenas fins defensivos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 27 de Outubro de 1943. CLNSRF, *op. cit.*, p. 305 (documento 46).

“Guinada de leme”

pares a 25 de Julho de 1943,⁴¹² mas as ilações repletas de emotividade que se permitiu retirar do acontecimento, ao ter mandado dizer a Theotónio Pereira que estava disposto a sacrificar-se para salvar o regime. Salazar temia tornar-se num factor de instabilidade política tanto do ponto de vista interno como externo, em grande parte pelas às vezes justas analogias que se faziam entre os regimes políticos que vigoravam em Portugal e em Itália, antes da queda de Mussolini. Por finais de Julho, além de considerar ser possível ser deposto pelos seus pares, visto o sucedido em Itália, Salazar estava certamente atento àquilo que se passava no seio das Forças Armadas, à agitação social e política que ainda se fazia sentir, mas, sobretudo, aos pesados sinais de insatisfação oriundos do Reino Unido como consequência das dificuldades que vinha colocando nas negociações para a cedência de bases nos Açores à presença militar britânica. A tudo isto, e por causa da sua atitude negocial, via a sua posição agravar-se com a apresentação do pedido de demissão de Armindo Monteiro do cargo de embaixador em Londres a 19 de Julho e repetida a 21.⁴¹³ Finalmente era possível que tivesse ainda fresca na memória a disponibilidade que mostrara a um interlocutor italiano, com o qual se encontrou no início de 1943, para patrocinar “uma eventual aproximação” de Mussolini com os Aliados.⁴¹⁴ Ou seja, ao contrário daquilo que escrevia Theotónio Pereira, não fora apenas o fascismo que caíra mais rapidamente do que o esperado, dificultando assim as negociações com os britânicos por causa dos Açores. O que verdadeiramente sucedia, era que tudo passara a correr demasiadamente depressa à medida que se tornava evidente que o Eixo ia perder incondicionalmente a guerra e esse facto colocava uma enorme pressão no processo decisório do Governo português. De qualquer modo, e ao contrário daquilo que Salazar temia, do ponto de vista de Theotónio Pereira havia ainda uma grande margem para não apenas reagir aos acontecimentos mas, também, tomar a iniciativa da acção. Isso significa, claro está, que embora não visse de que forma o regime podia salvar-se sem Salazar, verdade era que caso “a situação atingisse uma gravidade insustentável” o chefe do Governo teria então mesmo de se afastar.⁴¹⁵

⁴¹² Sobre a reunião do Grande Conselho Fascista que destituiu Mussolini, começando por votar a restituição do poder militar ao rei, R. J. B. Bosworth, *Mussolini*, s.e., Londres, Arnold, 2002, pp. 400-401. Para uma descrição pormenorizada do “25 de Julho”, das suas causas e implicações, Renzo De Felice, *Mussolini l'alleato. I. L'Italia in guerra 1940-1943. Tomo secondo. Crisi e agonia del regime*, s.e., Turim, Einaudi, 1996, pp. 1089-1410. Ver ainda, Denis Mack Smith, *Mussolini*, s.e., Londres, Phoenix, 1994, pp. 287-300.

⁴¹³ Restava a Salazar o consolo de certamente desconhecer que Eden chegou a ponderar a possibilidade do Reino Unido patrocinar um mudança na chefia do Governo em Portugal. Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*, pp. 220-234.

⁴¹⁴ Renzo De Felice, *op. cit.*, p. 1306.

⁴¹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 28 de Julho de 1943. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 241-247 (documento 32).

“[...] tomar as providências precisas.”⁴¹⁶

Além de qualidades políticas, Theotónio Pereira possuía um conjunto de atributos pessoais que o tornavam numa escolha acertada para exercer funções ao mais alto nível no corpo diplomático português. Marcello Caetano, que o conhecia bem, e certamente também os defeitos, elogiou-lhe o “seu idealismo generoso” simultaneamente “optimista” e “construtivo”, e a sua capacidade indiscutível como “condutor de homens”. Tendo-as utilizado no Governo, voltou a usá-las em Espanha, e, claro, também no Brasil, nos EUA e no Reino Unido.⁴¹⁷ Nas suas *Memórias*, Marcello Caetano fez questão de sublinhar a forma desabrida como desempenhou a primeira missão como embaixador. Ao embrenhar-se nas primeiras linhas de combate, confraternizando com a tropa e demonstrando grande coragem física, Pedro Theotónio Pereira ao mostrar as suas qualidades pessoais e de político pretendeu ainda ajudar a criar e a consolidar perante os espanhóis uma imagem substancialmente diferente, mais positiva, do homem português e de Portugal. Para além disso, soube conquistar a simpatia de alguns sectores dos meios políticos, sociais, económicos e militares mais influentes, pondo muitas vezes em prática a sua qualidade de “homem do mundo, sociável, de gostos apurados e maneiras delicadas, que atraía homens e fascinava mulheres.”⁴¹⁸ Foi-lhe possível demonstrar nos meios diplomáticos que ele, Pedro Theotónio Pereira, e Portugal eram essenciais no jogo político-diplomático Europeu, sobretudo quando este se voltava para o Mediterrâneo ocidental, para o noroeste africano e para o Atlântico. Apesar de Portugal se ter mantido neutral, uma neutralidade com vários matizes à medida que a guerra ia avançando, era evidente que a política externa portuguesa fora muito mais eficaz sob a batuta de Salazar do que quando definida por sucessivos e tão diversos governos republicanos entre 1914 e 1918. Tal facto, tamanha vitória, foi para Theotónio Pereira um dos maiores motivos de orgulho da sua longa carreira política e que procurou rentabilizar na

⁴¹⁶ Pedro Theotónio Pereira ao comandante militar da fronteira de Irun. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 220.

⁴¹⁷ A poucos dias do fim de 1945, o futuro embaixador Martim de Faria e Maya manifestava o seu “grande regozijo”, não apenas por ter sido nomeado “definitivamente” para o corpo diplomático, mas também por ter sido colocado na Embaixada no Rio de Janeiro. E explicava porquê: “[...] vou ter um chefe de missão ótimo e a muitos títulos superior: Pedro Teotónio Pereira. Não podia, pois, ser mais feliz. Parto, justamente com ele, no ‘Serpa Pinto’ no próximo dia 18.” “Carta de Martim de Faria e Maya para Guilherme Braga da Cruz”, Lisboa, 10 de Dezembro de 1945. Arquivo de Tadmim. Fundo Geral. Arquivo Guilherme Braga da Cruz (carta n.º 321). Com quase um ano de Brasil, reforçava as suas impressões acerca das qualidades do embaixador Theotónio Pereira: “Este posto diplomático não deixa de ser interessante. Com o bom Chefe que tenho é trabalhoso, porque mantém tudo e todos sempre em actividade e com ele aprende-se a trabalhar bem e a produzir com eficiência. Por isso e pelas excepcionais virtudes do Theotónio Pereira, me felicito por ter vindo com ele e aqui estar.” “Carta de Martim de Faria e Maya para Guilherme Braga da Cruz”, Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1946. Loc. cit. (carta n.º 386). Agradeço ao Dr. Gonçalo Sampaio e Mello a localização e cedência destes dois documentos. O embaixador Martim de Faria e Maia publicou no Diário dos Açores um extenso texto em memória de Pedro Theotónio Pereira (ver capítulo VII).

⁴¹⁸ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 102. Sobre as qualidades pessoais de Pedro Theotónio Pereira, Joaquim Paço D’Arcos, *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, III volume, s.e., s.l., Guimarães & C.ª Editores, s.d., p. 212.

“Guinada de leme”

política interna, nos postos diplomáticos que ocupou imediatamente a seguir à guerra, nomeadamente no Rio de Janeiro e em Washington.⁴¹⁹

A maior mácula na sua estada em Madrid, esteve ligada à forma como se viu obrigado a agir para pôr cobro à emissão irregular de vistos para entrada em Portugal, e cujo responsável, veio a provar-se, foi o cônsul em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes. Tendo sido informado a 20 de Junho de 1940 de que “multidões de fugitivos de várias nacionalidades” se “comprimiam na fronteira dos Pirinéus buscando apavoradamente continuar viagem para Portugal”, Theotónio Pereira rumou a Hendaia. Cumprindo ordens de Lisboa, tinha como missão agir com o objectivo de, no mais curto espaço de tempo possível, evitar que continuassem a entrar em Espanha refugiados portadores de passaportes com vistos passados ilegalmente pelo cônsul Aristides Sousa Mendes e que, à data, lesavam profunda e quase irremediavelmente a imagem do País aos olhos de alemães e de espanhóis. Porém, e para se perceber a atitude tomada pelas autoridades portuguesas em relação ao problema, além da questão jurídica deve ter-se em conta a delicadeza política do momento. A confusão que Theotónio Pereira presenciou nas estradas espanholas e francesas situadas nas imediações da fronteira, com acumulação de milhares de refugiados de várias nacionalidades, revelava, além do problema humanitário, a situação de conflito militar que varria boa parte de França e que ninguém podia garantir que não viesse a afectar a curto ou médio prazo a Península Ibérica. Era no contexto desta realidade política que Pedro Theotónio Pereira agia, justamente no momento em que se temia que os blindados alemães prosseguissem a sua marcha imparável pela Península até à costa atlântica e a Gibraltar.

Tendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, sob o ponto de vista político, agido da forma que lhe pareceu correcta e da única maneira que lhe era possível tendo como objectivo travar a vaga de refugiados que, entrando por Espanha, demandava Portugal com o objectivo de se pôr a salvo no Novo Mundo, fica a questão moral que terá movido Aristides Sousa Mendes em Bordéus, e que fez com que, à revelia das ordens vindas de Lisboa, emitisse gratuitamente milhares de vistos expressamente não autorizados, ignorando a dimensão política e administrativa do cargo que exercia e dos actos que praticava. Aquelas, para o Governo português, e também para Theotónio Pereira, respeitavam à forte possibilidade de um acto inesperado como o praticado por Sousa Mendes poder criar uma situação que justificasse a espanhóis e a alemães a deflagração de um incidente político-diplomático de tal forma grave

⁴¹⁹ Entre os elogios ao trabalho desenvolvido por Pedro Theotónio Pereira em prol da neutralidade portuguesa, nomeadamente aqueles que Hayes e Hoare (Templewood) fizeram questão de testemunhar nas memórias que publicaram logo a seguir ao fim da guerra, encontravam-se aqueles que a documentação oficial britânica revelava.

“Guinada de leme”

que, embora nunca justificasse uma invasão de Portugal, poderia debilitar seriamente o objectivo do Governo de Lisboa de continuar a prosseguir uma política de neutralidade previamente definida. Por outro lado, abria um precedente de indisciplina nos serviços consulares e diplomáticos que para que não se repetisse noutras representações portuguesas sujeitas ao mesmo tipo de pressão deveria ser punido exemplarmente.⁴²⁰

Resta apenas tentar saber em que medida Theotónio Pereira terá sido susceptível à questão moral que envolvia a concessão dos vistos e, portanto, a decisão de Sousa Mendes de continuar a passá-los ilegalmente, beneficiando milhares de refugiados mas desobedecendo a ordens e prejudicando os interesses do Estado que servia. Theotónio Pereira tinha assistido em Espanha, desde Janeiro de 1938, à destruição causada pela guerra civil. Conhecía de perto a questão dos refugiados provocada pelo conflito tanto no interior de Espanha, como em Portugal e em França. Durante o conflito espanhol e, depois, com a guerra já a decorrer um pouco por toda a Europa, era do conhecimento geral que a questão dos refugiados se tratava de um tremendo problema humanitário mas, também, de um grande imbróglio político. De um e de outro ponto de vista, e particularmente em Junho de 1940, é óbvio que Portugal não estava em condições de o resolver ou sequer de o suportar. Por isso, e cumprindo instruções, alertado que estava para o melindre político-diplomático que causava, Theotónio Pereira, tratou de encarar o problema do ponto de vista estritamente político-administrativo. Por outro lado, e embora depois da guerra se tenha começado a ter uma percepção mais clara daquela que foi a política de perseguição aos judeus levada a cabo pelas autoridades alemãs em toda a Europa ocupada e directa ou indirectamente no interior de alguns Estados seus aliados, como foi o caso da Itália de Mussolini ou da França de Pétain – e é dos judeus que se fala quando se louva a atitude de Sousa Mendes –, a verdade era que, em 1940, aquela realidade não tinha entrado ainda na sua fase mais violenta – a do extermínio puro e simples –, nem tão pouco se podia saber que essa mesma perseguição, num espaço de tempo relativamente curto, iria entrar numa nova fase e começar a ser feita de uma outra forma, com consequências humanas a todos os títulos dramáticas.⁴²¹

⁴²⁰ Sobre a forma como o Governo de Salazar, durante a vigência do Nacional-Socialismo na Alemanha, lidou com o problema dos refugiados judeus que pretendiam afluír a Portugal para daí seguirem para outras paragens, Manuela Franco, “judeus em Portugal” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII. *Suplemento F/O*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 317-322.

⁴²¹ “Esquece-se, por vezes, o facto de que, nos primeiros dezoito meses que se seguiram à invasão da Polónia, em Setembro de 1939, os judeus não terem sido o alvo principal dos nazis. [...]” “Entre 1939 e 1941, os nazis ainda não tinham elaborado uma política clara e consistente em relação aos judeus, aos polacos ou mesmo ao milhão de nativos alemães que haviam «repatriado» para território alemão anexado.” Robert S. Wistrich, *Hitler e o Holocausto: História Breve*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2004, pp. 97-98. É bom recordar que vários países que se mantiveram neutrais ou combateram na guerra ao lado dos aliados, na Europa como na América, tiveram uma política muito restritiva em relação à aceitação da entrada de refugiados, particularmente judeus. Por outro lado, as autoridades

“Guinada de leme”

Sendo evidente que Theotónio Pereira teve responsabilidade directa por aquilo que veio a suceder a Aristides de Sousa Mendes, nomeadamente por ter deposto, como era sua obrigação, no processo disciplinar de que o cônsul seria alvo, a verdade é que se comportou como alguém que cumpriu ordens que tinham como objectivo tratar de travar o fluxo de milhares de refugiados a Portugal, recusando-se a dar cobertura a uma concessão de ilegal de vistos pelo cônsul português em Bordéus. Uma outra atitude da parte de Theotónio Pereira só poderia ser realmente considerada se, em Junho 1940, houvesse uma perspectiva do problema que apenas o desenrolar dos acontecimentos viria a proporcionar. No entanto, ajuda a perceber o seu carácter que, ao contrário de Aristides Sousa Mendes, foi insensível ao problema humanitário e permeável à questão política e às obrigações de funcionário. Por outro lado, é evidente que as poucas páginas das suas *Memórias* que dedicou à questão dos refugiados na fronteira franco-espanhola, omitindo alguns factos e não nomeando o responsável directo pela acumulação de refugiados com vistos portugueses na fronteira de Hendaia-Irun, revelam que Theotónio Pereira adquirira a consciência de que o incidente não apenas podia ser visto como uma mácula na sua biografia mas, sobretudo, que se tratava de uma daquelas situações em que as questões morais e o dever político se tinham cruzado para se confrontarem e obrigarem à tomada de decisões que, a prazo, produzem juízos terríveis sobre o carácter dos protagonistas. Comparando o comportamento de Theotónio Pereira com o de Sousa Mendes durante a crise de refugiados de Junho de 1940, deve registar-se a superioridade de carácter do cônsul sobre o embaixador, mesmo que na altura em que os factos decorreram uma parte da percepção do problema fosse muito diferente daquela que a passagem do tempo veio a proporcionar.⁴²² Na verdade, Theotónio Pereira não escolheu, consciente ou inconscientemente, entre salvar milhares de judeus ou enviá-los para a morte em campos de extermínio. Mas sendo isto verdade, não parece que alguma vez lhe tenha ocorrido que os valores morais a que estava obrigado, ao menos pela sua formação religiosa, não estavam a ser postos em prática. Ao não apoiar política e moralmente Aristides de Sousa Mendes, Theotónio Pereira optou por não aplicar princípios éticos a que estaria moralmente obrigando, preferindo submeter-se ao peso da conjuntura e às obrigações estritas de funcionário do Estado.

britânicas e norte-americanas desenvolveram uma política sistematicamente ambígua em relação à perseguição dos judeus na Europa dominada pela Alemanha Nacional Socialista. Idem, *ibidem*, pp. 201-227. Sobre as diferentes interpretações acerca a natureza política e ideológica do Holocausto e a cronologia das diferentes etapas da política nazi anti-semita, Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship. Problems and Perspectives of Interpretation*, 4.ª ed., Londres, Arnold, 2000, pp. 93-133 e Michael Burleigh, *Ethics and extermination: Reflections on Nazi genocide*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997, pp. 183-224.

⁴²² Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 219-221; Rui Afonso, *Injustiça: O Caso Sousa Mendes*, s.e., Lisboa, Ed. Caminho, 1990, pp. 73-91 e José-Alain Fralon, *Aristides de Sousa Mendes: Um herói português*, s.e., Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 79-81.

“«Su español no es bueno ni es malo, ¡es el español de Pedro!»⁴²³

[...] A primeira vez que saí de Portugal foi para ir cantar a Madrid, convidada pelo embaixador Pedro Theotónio Pereira (Fevereiro, 1943).⁴²⁴ Essa minha primeira ida a Espanha teve uma grande influência em mim, porque fui ver um espectáculo de flamenco e fiquei apaixonada por aquela música. Daí a minha mania cantar espanhol. Todas as minhas espanholadas são filhas dessa viagem.⁴²⁵

Segundo o seu testemunho, além de ter cantado na Embaixada, o que não pode ter acontecido, Amália actuou ainda no “Palácio do Duque de Aveyro, da duquesa de Santana, na Dona Sol, e noutros sítios.”⁴²⁶ Theotónio Pereira, que era um grande apreciador de fado, frequentando em Lisboa algumas das casas mais afamadas onde pela noite dentro se cantava aquela que, bem ou mal, é considerada a expressão máxima da música genuinamente portuguesa, tinha certamente conhecimento do enorme talento de Amália Rodrigues.⁴²⁷ Assim, e da mesma forma que conseguiu mais tarde levar a Madrid a Orquestra da Emissora Nacional dirigida por Pedro da Costa de Freitas Branco, promover a participação de cavalos e ginetes portugueses em concursos hípicas em Espanha,⁴²⁸ apoiar a iniciativa de António Ferro e do Secretariado de Propaganda Nacional que levaram a Espanha, para uma curta digressão, a companhia de bailado “Verde Gaio”,⁴²⁹ ou elogiar e financiar informalmente uma companhia de teatro espanhol que levou à cena o *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett,⁴³⁰ no início de 1943 empenhou-se em

⁴²³ Comentário da “senhora condessa de Jordana [...]” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 149.

⁴²⁴ “A minha festa acabou às 5 da manhã. Foi a maior que tenho dado. Ofereci ceia a rigor – com vinhos todos portugueses do melhor – a 130 pessoas sentadas. Convidei pode dizer-se toda a grande sociedade espanhola. Os nossos «fadistas» fizeram dois números de 45 minutos cada um. Agradaram muito. Tive duas orquestras para dançar. A festa foi num grande clube que aluguei para o efeito.

Convidei para jantar amanhã nos meus quartos do Ritz os embaixadores da Inglaterra e Estados Unidos. À sobremesa ouvirão ¼ hora de Armandinho. Na 4.ª feira convido para almoçar o novo alemão.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 12 de Fevereiro de 1943. CLNSRF, *op. cit.*, p. 41 (documento 4). Ao contrário daquilo que é comum ler nas biografias de Amália Rodrigues, a artista não cantou, pelo menos em Fevereiro de 1943, na Embaixada portuguesa em Madrid, uma vez havia pouco que fora adquirida e encontrava-se ainda em obras.

⁴²⁵ Vítor Pavão dos Santos, *Amália (Uma Biografia)*, s.e., s.l., Contexto, 1987, p. 57.

⁴²⁶ É possível que Amália tenha regressado a Madrid, a convite de Theotónio Pereira, em 1944 e que tivesse então actuado na Embaixada portuguesa. Isto porque a propósito de duas grandes festas organizadas por Theotónio Pereira, foi comunicado a Salazar “que a pequena cantou à maravilha” e a “pequena cantou maravilhosamente e foi muito apreciada. A pontos que a própria Condessa de Jordana quis dar uma pequena festa no Palácio Viana para a ouvir outra vez.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 26 de Janeiro de 1944. CLNSRF, *op. cit.*, p. 394 (documento 63a) e “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 3 de Fevereiro de 1944. *Idem*, *ibidem*, p. 397 (documento 64).

⁴²⁷ Em Maio de 1955, Theotónio Pereira foi fotografado no “Retiro do Fado a Tipóia” com o visconde Paço Nespiera, José Van-Zeller Pereira Palha e Amália Rodrigues. Entrevista com D. Maria Teresa Palha (Duquesa de Palmela). Lisboa, dia 24 de Novembro de 2001.

⁴²⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 18 de Maio de 1944. CLNSRF, *op. cit.*, pp. 552-553 (documento 19).

⁴²⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 28 de Julho de 1943. *Idem*, *ibidem*, p. 134 (documento 19).

⁴³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 14 de Julho de 1944. *Idem*, *ibidem*, pp. 579-580 (documento 96).

“Guinada de leme”

mostrar a um núcleo representativo da elite espanhola aquele que era um novo, seguro e perene talento musical português. O acontecimento foi marcante para Amália Rodrigues, não apenas por ter sido Theotónio Pereira quem a levou pela primeira vez a actuar no estrangeiro – o que fez perante a fina flor da sociedade espanhola e de vários estrangeiros radicados em Madrid –, mas porque da paixão do embaixador pelo fado e pelo modo como Amália o interpretava acabou por nascer o discreto letrista de um dos temas do seu repertório. Conta ela na sua autobiografia que

O Embaixador gostava muito da Perseguição, um fado da Maria Alice, mas eu não gostava e disse-lhe que, pelo menos aquela sextilha: Como sentinela alerta / noite e dia sempre esperta / em posição de sentido, não cantava. E ele mudou-a para eu cantar. Por isso, a Perseguição, tal como passei a cantá-la, tem uma sextilha da autoria do embaixador Teotónio Pereira.⁴³¹

Theotónio Pereira teve ainda tempo para convidar Amália para um jantar na Embaixada, mas que a fadista se preparava para recusar “porque não sabia estar a jantar com um embaixador [sic].” Sabendo “disto,” telefonou para o hotel e “disse que ali era [ele] a autoridade máxima de Portugal e me mandava ir jantar [...]. Tendo ido “toda atrapalhada, sem saber onde pôr as mãos, com medo de entornar a sopa”, ao acabar “o jantar” paternalmente Theotónio Pereira teria comentado: “A menina não se aflija, pode ir onde quiser, com quem quiser, que está sempre bem.”⁴³² Amália, está claro, sentiu-se tão feliz como aliviada.⁴³³

Quando o Governo português confirmou oficialmente que Pedro Theotónio Pereira deixaria o seu cargo de Embaixador e Madrid para desempenhar funções idênticas no Rio de Janeiro onde, nas palavras do ministro dos Assuntos Exteriores Espanhol Alberto Martín Artajo, “se relacionan las políticas europeas y americanas”,⁴³⁴ a imprensa da capital espanhola, curiosamente, apenas teceu os elogios da praxe em termos, aliás, bastante circunspectos. De Madrid, Antas de Oliveira justificava o estilo em função daquelas que eram as “condições especiais em que trabalha a imprensa espanhola”, mas isso não impedia que manifestassem a

profunda pena com que foi sentida em todos os meios, tanto oficial como social ou intelectual, a saída de Madrid do Embaixador de Portugal cuja actividade multiforme se acostumaram a acompanhar e apreciar no decurso destes últimos oito anos.

Por outro lado, a circunspecção da imprensa teria sido também uma consequência do “desejo manifestado pelo nosso Embaixador a este Ministro de Assuntos Exteriores, no sentido de serem evitadas na imprensa manifestações porventura excessivas e possivelmente inconvenientes em

⁴³¹ Vítor Pavão dos Santos, *op. cit.*, p. 58.

⁴³² *Idem, ibidem.*

⁴³³ Alguns pormenores sobre a primeira actuação de Amália Rodrigues em Madrid, ver ainda Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 53.

⁴³⁴ “El señor Martín Artajo se refirió después al nombramiento de don Pedro Teotónio Pereira, al que – dijo – llevamos en el corazón muchos españoles, para nuevo puesto de embajador de su país en Brasil, como enviado extraordinario. Puesto de mucha importancia ya que a través de él se relacionan las políticas europeas y americanas.” “La marcha del embajador portugués” in YA, 10 de Outubro de 1945.

“Guinada de leme”

momentos delicados como estes da política internacional”. De qualquer forma, o ministro Artajo achou que deveria em declarações à imprensa “dar um testemunho público da sua consideração e apreço pessoal pela pessoa e pela acção diplomática neste posto do Ex.mo Senhor Dr. Pedro Theotónio Pereira.”⁴³⁵

Mas pelo tom do ofício dirigido pela Embaixada portuguesa em Madrid ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, era óbvio que o teor das notícias saídas na imprensa não agradava à diplomacia portuguesa. Tirando o *YA* e o *ABC*, a imprensa reproduzia textos da imprensa lisboeta – em especial do *Século* –, e apresentava uma biografia breve e circunstancial com origem em Lisboa. Dela constavam a data de nascimento e os postos ocupados em Governos chefiados por Oliveira Salazar até finais de 1937; o seu papel de executor do programa corporativo previsto na Constituição de '33; e, claro, uma vez que se citava abundantemente a imprensa portuguesa, o seu protagonismo, apenas comparável, embora em plano de alguma inferioridade, ao de Salazar na manutenção da neutralidade da Península no decurso da guerra que havia pouco terminara.⁴³⁶ Só os textos do *YA* – que citava as declarações do Ministro dos Assuntos Exteriores do seu país –, e do *ABC*, que recordava em detalhe alguns dos passos menos óbvios da carreira de Theotónio Pereira, tinham procurado ir mais longe na forma como noticiavam a saída do embaixador português. Porém, mais importante ainda para caracterizar uma parte da acção desenvolvida por Pedro Theotónio Pereira como embaixador e “amigo” da Espanha, e em cujo papel se manifestou defensor dos seus interesses, era uma nota publicada a 10 de Outubro pelo *ABC*:

En el aspecto cultural, el embajador portugués siempre alentó y secundó las iniciativas de los ministros de Asuntos Exteriores. Así cuando se organizó la participación de España en la Exposición del Mundo Portugués (1940), D. Pedro Theotonio Pereira prestó su eficacísima colaboración y la Exposición española fue albergada en los Jerónimos, ocupando el lugar de honor y preferente. Posteriormente facilitó la celebración de la Exposición de la Monumenta Chartographica Indiana que tuvo lugar en el Museo de las Janelas Verdes. Ha contribuido activamente a que las iniciativas españolas encontraran reciprocidad portuguesa, y así el intercambio de visitas de las Orquesta Nacionales respectivas y la creación del Centro de Estudios Hispano portugués en Oporto, procurando que el Instituto para la alta cultura de Portugal correspondiese en lo posible a las actividades del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Puede, pues, afirmarse D. Pedro Theotonio Pereira ha contribuido grandemente al estrechamiento de los lazos culturales entre España y Portugal.

⁴³⁵ Pelo menos a avaliar pelo teor dos recortes de notícias enviados pela Embaixada para a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid, n.º 263. 13 de Outubro de 1945. AHDMNE. Proc.º 33,21. Relações políticas com os diversos países da Europa. Espanha. 1936 a 1948. 2 P, A 48, Maço 178 a).

⁴³⁶ Foram enviados para Lisboa recortes dos seguintes jornais espanhóis: *Pueblo, Madrid, YA, El Alcazar, ABC, e Arriba*.

“Guinada de leme”

Como é natural ficava para trás aquilo que embora menos simbólico, ocupara o seu espírito enquanto desempenhara a sua missão: tudo fazer para que a guerra que devastara a Europa não chegasse a Espanha, contaminando inevitavelmente Portugal. Mas excessivo na notícia de elogio à acção de Pedro Theotónio Pereira no seu labor em prol do aprofundamento dos laços políticos e também culturais entre Portugal e Espanha, era o facto de se fazer notar que as suas intervenções nos acontecimentos citados não tinham afinal passado de reacções a iniciativas espanholas. A incapacidade de organismos portugueses não apenas para lançarem acções junto das autoridades espanholas, mas até para corresponderem ao que lhes era proposto, para que dessa forma a proximidade entre os dois países e os dois regimes se pudesse sedimentar minimamente para além daquilo que eram as relações inevitáveis de natureza político-diplomática e comerciais, teve em algumas intervenções de Pedro Theotónio Pereira um protagonista importante e determinado. Porém, o que não ficava dito, era que toda a acção política da diplomacia portuguesa em Espanha, e Theotónio Pereira não se cansou de o repetir, foi sistematicamente ignorada ou combatida. Quando no final do ano de 1944, abandonaram Espanha aquelas que, com Pedro Theotónio Pereira, eram as grandes figuras de embaixadores que ali tinham servido durante parte da Segunda Guerra Mundial, tornou-se particularmente insuportável a continuação da sua missão em Espanha. Confessava então a Salazar estar convicto de que os espanhóis o achavam um embaixador incómodo por saber de demasiado. Havia-se chegado “outra vez a uma fase em que Franco e a sua gente” se iriam sentir “um tanto coibidos” com a continuação da sua “presença”. E de facto, num momento em que era essencial aos espanhóis apagar ou senão contar de uma outra maneira aquela que fora a sua política externa durante a Guerra Civil e o conflito mundial que estava à beira de se extinguir, pelo menos na Europa, era óbvio que não podia ser vista com bons olhos a presença de alguém que se orgulhava de ter visto “muita coisa” e que “mesmo calado” não deixava de fazer o seu “comentário a tudo isto.”⁴³⁷

É por isso sintomático que embora viesse a considerar que a notícia da sua saída da Embaixada portuguesa em Espanha tivesse abalado os meios políticos espanhóis, não se eximiu de faltar, juntamente com outros embaixadores, a uma recepção dada no Palácio do Oriente, celebrando o dia do caudilho, de modo a deixar clara aquela que era a sua avaliação sobre a

⁴³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 15 de Janeiro de 1945. AOS/CD-17, Pasta 1, fls. 1-9. A Embaixada norte-americana em Lisboa tinha a sua opinião sobre os motivos que levaram Salazar a manter, por mais algum tempo do que seria expectável, Pedro Theotónio Pereira em Madrid. “What may happen in Spain is today of less concern to Portugal [...]. Nevertheless, the Prime Minister has decided not to bring his Ambassador, Teotonio Pereira, back just yet (as Minister or Undersecretary of Foreign Affairs, according to report). His continuance in Madrid can be useful ‘while Franco’s ideas are in their formative phase’, especially as he is known accurately to reflect Salazar’s own thinking.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1479, 16 de Fevereiro de 1945, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6365 (853.00/2-1645).

“Guinada de leme”

política espanhola durante a guerra, saboreando o efeito que a sua atitude, mais que a dos seus colegas também faltosos, teve no “ânimo geral” e nas “forças políticas.” Por isso, e apesar do mérito do seu trabalho e da consciência que sempre teve de que caso fosse bem sucedido lhe poderia reservar um lugar de algum destaque na história política da Península Ibérica durante a Segunda Guerra Mundial,⁴³⁸ em Outubro de 1945 pedia a Salazar que tomasse todas as providências de forma a que a imprensa portuguesa o não o apelidasse de “hispanista” nem exagerasse nos comentários às virtudes do Bloco Ibérico.⁴³⁹ Cumprira a sua missão, mas saía de Madrid com a plena certeza de que não seria em Espanha que Portugal teria um parceiro que lhe poderia servir para enfrentar com êxito a difícil conjuntura interna e externa do pós-guerra. Fosse porque então considerava a Espanha de Franco uma perdedora, fosse porque se convencera até ao limite do tolerável de que Portugal e Espanha na Europa e no mundo que conhecia estavam condenadas a não poder entender-se.⁴⁴⁰ Os espanhóis sabiam disso e na primeira oportunidade não se eximiram de lhe (voltar) chamar aquilo em que efectivamente se tornara: “el más enemigo – que España ha tenido que padecer en sus relaciones con Portugal.”⁴⁴¹ Não sendo a Espanha aquilo que Pedro Theotónio Pereira desejou que fosse, não era boa nem era má, era fatalidade com a qual Portugal tinha que viver e em relação à qual deveria sempre acautelar-se.

⁴³⁸ “Esta tem sido na verdade uma longa e dura batalha travada longe e na sombra. Só muito mais tarde se poderá escrever alguma coisa de tudo isto – desta emocionante partida em que não seria possível ariscar mais. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a José Cordeiro Blanco”, Madrid, 29 de Dezembro de 1942. ACMPTP.

⁴³⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 6 de Outubro de 1945. AOS/CD-17, fls. 274-279.

⁴⁴⁰ Na entrevista que manteve com o ministro dos Assuntos Exteriores, Artajo, e na qual Pedro Theotónio Pereira lhe comunicou que ia dar-lhe “uma notícia que pessoalmente” o “penalizava”, ou seja, que “ia deixar o posto em Madrid”, não só “o efeito foi enorme”, como ao revelar desconhecer o nome do seu sucessor e em que data é que poderia haver um, o ministro “chegou a alamar-se: íamos nós desinteressar-nos da sorte de Espanha? Seria isso possível?” Idem, *ibidem*.

⁴⁴¹ Citado em Ana Vicente, *op. cit.*, p. 59.

Capítulo VII

“Impossível ficar calado!”¹

Não houve a menor nota discordante, o que não quer dizer que lhe não tenham sido armadas constantes ciladas próprias deste estranho meio.²

Sabemos que entrar no Pacto do Atlântico não é inteiramente um bem que se apeteça – é um dever e uma necessidade.³

“[...] a chegada de um vice-rei.”⁴

Pedro Theotónio Pereira embarcou em Lisboa no paquete *Serpa Pinto*,⁵ rumo ao Rio de Janeiro, no dia 19 de Dezembro de 1945.⁶ Ia exercer as funções de embaixador de Portugal na capital do Brasil. Do novo pessoal da Embaixada no Rio, que foi mudado de alto a baixo com a nomeação de Theotónio Pereira, acompanhavam-no João Sainte-Marie de Moraes (2.º secretário de Legação, que vinha transferido de Madrid) e Martim de Faria e Maia (3.º secretário de Legação) – este com sua mulher e um filho de dois meses.⁷ “Um temporal de rara violência” tinha durante

¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Washington, s.d. [1947]. AOS/CP-213, fl. 259. Afirmção produzida a propósito de uma série de entrevistas dadas a vários jornais aquando da viagem de Pedro Theotónio Pereira à Nova Inglaterra. A mais importante teria sido a concedida ao *Standard Times* e publicada em 28 de Outubro de 1947. Segundo o entrevistado, que enviou o respectivo recorte para Salazar, a coisa não tinha “saído mal de todo” e não tinha tido, “é claro, nenhuma preparação.”

² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1946 (documento n.º 52). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

³ Deputado José Nosolini, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 201, 28 de Julho de 1949, p. 743.

⁴ Martim de Faria e Maia, “In Memoriam de um grande Mestre e Amigo” in *Diário dos Açores*, 11 de Dezembro de 1973, p. 2.

⁵ “Devido à extrema amabilidade da Companhia Colonial de Navegação [proprietária do navio], foi-me dispensado o pagamento do frete da maioria dos volumes que transporte para o Rio de Janeiro, incluindo o automóvel que levei no mesmo vapor ‘Serpa Pinto’ em que fiz viagem.

Isso teve como resultado que o total das despesas feitas por esta verba não excedeu a importância de Esc. 4.258\$65, conforme os documentos que incluo. [...]

Em consequência desta prestação de contas, rogo a V. Ex.a que me sejam passadas guias para o reembolso da importância de Esc. 20.741\$35. “Ofício de Pedro Theotónio Pereira dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, António Oliveira Salazar.” Lisboa, 1 de Maio de 1946. AHDMNE. *Pedro Theotónio Pereira, Embaixador de Portugal em Madrid. Colocação como Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro*. Proc. n.º 20, 151.

⁶ Nomeado a 19 de Outubro de 1945. Em Janeiro de 1946, o Governo brasileiro propôs a Lisboa o acordo na nomeação de um novo embaixador que seria Henrique Dodsworth, “antigo perfeito no Rio de Janeiro.” “Ministério dos Negócios Estrangeiros. Informação – Parecer”, Lisboa, 30 de Janeiro de 1946. AOS/CO/NE-2A, fl. 596.

⁷ O 1.º secretário de Legação era Carlos Pedro Pinto Ferreira. As funções de Conselheiro Comercial eram exercidas pelo cônsul geral do Rio de Janeiro, José Luis Archer. Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português. 1945 (De 1 de Janeiro de 1945 a 31 de Dezembro de 1945)*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, p. 39.

“Impossível ficar calado!”

“dois dias” retido o “vapor” no “rio e barra do Tejo”, abrandando apenas quando da chegada à Madeira. “Depois da escala em S. Vicente de Cabo Verde começaram as calmarias e o forte calor do Verão equatorial.” Imediatamente a seguir atingiram o “Trópico de Capricórnio, que abrange o Rio de Janeiro.” O navio seguia repleto não de turistas ou de diplomatas portugueses ou europeus, mas de gente que continuava a fugir à guerra, apesar dela ter terminado cerca de seis meses antes. A isso obrigavam os efeitos da destruição causada e que, em finais de 1945, não se sabia muito bem como poderia ser vencida. O ambiente no navio era obviamente confrangedor, mas isso não impedia que Theotónio Pereira pusesse à prova o seu “3.º secretário da Legação”, pedindo-lhe que redigisse “um memorial sobre o acordo cultural luso-brasileiro”,⁸ “ponto” sobre o qual Martim de Faria e Maia se sentia “quase em branco.”⁹ De qualquer modo, como será fácil imaginar, e tendo em conta o que aconteceu dias mais tarde, Theotónio Pereira viajava com o seu pensamento naquilo que iria suceder à sua chegada. Só então se poderiam esclarecer as suas dúvidas e saber de ciência certa os frutos que iria colher daquela que havia sido uma recepção meticulosamente preparada e combinada. O ambiente no Brasil em relação a Portugal estava longe de ser o melhor. Em primeiro lugar, porque a estratégia de política externa portuguesa parecia não poder concretizar-se uma vez que o Estado Novo brasileiro, nascido em Novembro de 1937 e personificado em Getúlio Vargas, tinha acabado de se desvanecer. O “golpe de [29] outubro de 1945 [...] afastou um ditador civil”¹⁰ em que Salazar depositara

⁸ Desde o início da década de 1930 tinham sido celebrados alguns “acordos culturais” luso-brasileiros. O último respeitava à promulgação do decreto n.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945, relativo ao Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Acordo resultante da Conferência Interacadémica para a unidade ortográfica da língua portuguesa, realizada em Lisboa nos meses de Julho e Agosto de 1945. Seria assinada 8 de Outubro. A. da Silva Rego, *Relações Luso-Brasileiras (1822-1953)*, s.e., s.l., Edições Panorama, s.d., pp. 120-123. Dário Moreira de Castro Alves (org.), *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*, 1.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000, pp. 215-216. É também possível que se tratasse de uma referência ao Acordo Cultural de 4 de Setembro de 1941 – importante instrumento de propaganda político-ideológica de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal. A. da Silva Rego, *op. cit.*, pp. 122-130. Para uma transcrição do referido acordo, *idem, ibidem*, pp. 123-125. A partir do início de 1943 tornou-se cada vez mais evidente que Salazar preparava soluções de política externa que fizessem com que o regime resistisse ao impacte do paz guerra. As tentativas por si conduzidas com o intuito de se conseguir um estreitamento de laços políticos com o Brasil – renovadas durante a guerra e várias vezes procuradas depois da sua conclusão –, devem ser interpretadas como sintoma de uma necessidade política sentida pelo salazarismo para ultrapassar as fragilidades de um pequeno País permanentemente acossado, independentemente daqueles que seriam os laços históricos – sobretudo de cariz civilizacional, para usar um jargão que ciclicamente os governos portugueses e brasileiros tendem a usar – que uniam os então dois únicos países lusófonos. Veja-se, por exemplo, o teor de um relatório enviado por Bert Fish ao Departamento de Estado. “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 943, 21 de Abril de 1943, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853.00/1075). Ver ainda Oliveira Salazar, “No Fim da Guerra (palavras proferidas na sessão da Assembleia Nacional de 8 de Maio de 1945)” in *Discursos e Notas Políticas*, IV, 1943-1950, s.e., s.l., Coimbra Editora, 1951, pp. 93-98 e *idem*, “Portugal, a Guerra e a Paz (Em sessão da Assembleia Nacional de 18 de Maio de 1945)” in *idem, ibidem*, pp. 101-122.

⁹ Martim de Faria e Maia, *op. cit.*

¹⁰ Frank D. McCann, Jr., *A Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*, s.e., Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995, pp. 348-349 e 370-378. A facilidade com que vingou o golpe militar no Brasil fez com que em Portugal aumentassem os receios (ou a esperança, consoante o ponto de vista) de que algo de semelhante pudesse acontecer. Os sectores mais conservadores do regime, por exemplo, consideravam que Salazar tinha ido longe de

“Impossível ficar calado!”

grandes e, naquele momento, infundadas esperanças para reposicionar Portugal e o regime que conduzia nesse agora estranho mundo do pós guerra que afirmara a superioridade do Comunismo e das democracias, quando, no início da década de 1940, ambos pareciam em vias de extinção.¹¹ Em segundo lugar, a missão no Brasil adivinhava-se espinhosa porque a numerosa colónia portuguesa estabelecida em Terras de Vera Cruz tinha uma história, com treze anos, de relações muito conturbadas com o Governo português e, sobretudo, com o antigo embaixador, Martinho Nobre de Mello,¹² uma personagem controversa que Salazar achara por bem mandar para o Rio em 1932, cuidando mais das vantagens para a política interna que podia colher dessa escolha do que da vocação do eleito para a diplomacia.¹³ Em terceiro lugar, e como consequência da vitória dos Aliados na guerra e da queda do Estado Novo brasileiro, tinham ganho um novo e importante fôlego e um renovado prestígio as figuras da oposição democrática exiladas no Brasil. Nada disto, porém, parecia ser capaz de vergar Theotónio Pereira, que embora consciente das dificuldades porque passava o regime chefiado por Salazar e os escolhos que se deparavam à sua missão, rumou ao Brasil com o espírito combativo que sempre o caracterizara e com uma confiança reforçada pelo êxito em que acabara por se tornar a sua estada de quase oito anos em Espanha.

Assim sendo,

mais nas concessões que fizera a propósito da eleição da nova Assembleia Nacional. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, telegrama recebido n.º 2234, 10 de Novembro de 1945, NA, General Records of the Department of State (GRDS), 1945-1949. Caixa n.º 6365 (853.00/11-1045).

¹¹

¹² Diplomata e professor de Direito (Santo Antão, Cabo Verde, 24-XII-1891 – Lisboa, 27-XII-1985). Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ministro da Justiça e dos Cultos de Sidónio Pais, foi juiz do Supremo, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Foi membro do Conselho Político Nacional (ver capítulo V). Em 13-IV-1932 foi nomeado embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, sendo colocado na disponibilidade, a seu pedido, por despacho de 18 de Setembro de 1945. Negociou o primeiro tratado de comércio e navegação concluído entre Portugal e o Brasil depois de 1825 (26-VIII-1933). Negociou e assinou o acordo concluído entre a Chancelaria brasileira e a Embaixada portuguesa para a criação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934). Negociou ainda e assinou, em 13-V-1935, o ajustamento da reciprocidade de direitos entre os jornalistas portugueses e brasileiros. Pela troca de notas de 24 e 27-VII-1935, negociou e concluiu o acordo entre os Governos português e brasileiro para a liquidação dos atrasados comerciais portugueses, por meio de um entendimento directo entre os Bancos de Portugal e do Brasil. Pela troca de notas de 30-VIII e 30-X-1937, celebrou a legalização e regularização da Agência Financeira de Portugal no Rio de Janeiro. Após a sua exoneração do cargo de embaixador do Brasil, aí fixou residência. No campo das ideias e prática política publicou: *Constituição Municipalista e Corporativa* (adoptada pela situação presidencialista de Sidónio Pais, 1918); *Projecto de Organização do «Casal Família»* (1918); *Corporativismo e Descentralização* (manifesto nacional, 1924); *Ritmo Novo* (1933) e *Rumo ao Brasil* (1935). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pp. 805-806.

¹³ Sobre o modo como Martinho Nobre de Mello desempenhou a sua missão no Rio de Janeiro, nomeadamente no que respeitou à complicada relação mantida com a colónia portuguesa no Brasil, Heloisa Paulo, “*Aqui Também é Portugal*”: *A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, s.e., Coimbra, Quarteto, 2000, pp. 325-334. A avaliação do papel de Martinho Nobre de Mello é de tal forma difícil, que a autora tanto assinala os incidentes muito sérios que protagonizou, como as simpatias que reuniu junto da colónia portuguesa. Sobre esta última realidade, idem, *ibidem*, p. 97.

“Impossível ficar calado!”

Na madrugada de 5 de Janeiro de 1946, o «Serpa Pinto» com todas as flâmulas desfraldadas da popa à proa, entrava na esplendorosa baía da Guanabara, em cujas águas vinham singrando rebocadores, iates, lanchas e outros barcos, todos enfeitados com bandeiras portuguesas e que eram as vanguardas festivas da nossa colónia no Brasil a saudar o novo embaixador de Portugal.

Na “ponte do comando [...] ostentando orgulhosamente o seu boné de «yachtman»”, Pedro Theotónio Pereira “correspondia com a continência protocolar às ovações e aos toques das sirenes.” Do alto da “mesma ponte”, quando horas mais tarde o “navio atracou ao cais fluminense de Mauá”, Theotónio Pereira “enfrentou os muitos milhares de compatriotas” que agitavam bandeiras portuguesas e brasileiras e “faziam ecoar gritos de júbilo e saudação” para lhe darem as “boas-vindas.”¹⁴ Foi então que a Martim de Faria e Maia, testemunha dos acontecimentos, lhe ocorreu que para aqueles milhares de portugueses reunidos no cais onde se deu o desembarque, a vinda do novo embaixador “era como que a chegada de um vice-rei.” Na sua intimidade não imaginava possível “tal espectáculo em Terras de Santa Cruz, em Janeiro de 1946.” No entanto, esta não seria mais do que a “primeira manifestação” a que assistiria “resultante em grande parte da expansão, até longe, do prestígio de que gozava a personalidade distinta de Pedro Teotónio.”¹⁵

No telegrama enviado a quente para Lisboa e no qual se relatavam os pormenores da chegada Pedro Theotónio Pedreira ao Rio de Janeiro, sublinhava-se o facto da colónia portuguesa ali residente ter feito uma recepção no “cais” que “tomou proporções grandiosas de patriotismo e devoção nacional,” enquanto os “elementos categorizados da colónia mostraram-se entusiasmados” com as “demonstrações populares e categoria das personalidades [brasileiras] presentes”, pelo que logo afirmaram que a “manifestação” constituía uma “resposta aos maneios” de vários sectores que pretendiam “hostilizar” o novo embaixador logo à sua chegada. Ao contrário daquilo que se poderia esperar, Theotónio Pereira comunicava não ter vislumbrado a “menor nota discordante, vindo a imprensa muito boa.” No própria dia da chegada, um “órgão da esquerda”, o *Correio da Manhã*, publicara um “manifesto contra o Governo Português e o novo Embaixador”, manifesto esse assinado “por um grupo de escritores e pseudo intelectuais brasileiros.” Já da parte do Governo brasileiro notara um comportamento que parecia

¹⁴ Um jornal da colónia portuguesa descrevia da seguinte forma a euforia que tomou conta dos portugueses que, dias mais tarde, foram dar as boas-vindas ao novo embaixador português numa sessão que teve lugar no Gabinete Português de Leitura: “A alma de Portugal [...] falou mais alto, quando a multidão de portugueses, que se comprimia dentro e fora do belo edifício manuelino, deu largas ao seu entusiasmo, gritando ao ver chegar Teotónio Pereira. ‘Portugal! Portugal! Portugal!’, ovacionando-o a todo o instante, vivendo-o comovidamente. Algumas senhoras choravam. É que esse embaixador bem simboliza a sua pátria; trabalhou lado a lado do grande obreiro que fez uma pátria nova e prestigiada, organizou as classes oprimidas e colocou-as num mais alto nível de vida, para depois vir até nós, com a grata frase de que ‘vinha aprender, no Brasil, a ser mais português.’” *Brasil-Portugal*, 25 de Janeiro de 1946.

¹⁵ Martim de Faria e Maia, *op. cit.*

“Impossível ficar calado!”

ser o de querer “dar especial atenção” a Portugal e ao seu novo embaixador. O “Introdutor de Embaixadores” tivera a gentileza de comunicar a Pedro Theotónio Pereira no momento em que o saudou “a bordo” que seria recebido na Segunda-feira seguinte pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil,¹⁶ podendo no dia subsequente entregar as suas “credenciais”.¹⁷

No cais de Mauá a “balbúrdia criada pelo entusiasmo da mole imensa dos portugueses” foi tal que a pequena comitiva se desfez, reencontrando-se apenas horas mais tarde no Hotel Glória,¹⁸ situado à frente da praia do Flamengo.¹⁹ Rapidamente foi dado início ao trabalho, tendo sido enviado para Lisboa um extenso telegrama com a notícia dos termos em que tivera lugar a recepção ao novo embaixador.²⁰ Este facto, consequência do ritmo acelerado que Theotónio Pereira imprimiu ao exercício da actividade diplomática, demonstrava sem margem para qualquer dúvida que até onde o permitissem as circunstâncias, as relações de Portugal com o Brasil poderiam mudar, evoluindo significativamente.²¹ Mesmo que tal não tivesse acontecido, tanto pelo tratamento privilegiado que as comunidades de emigrantes portugueses ali estabelecidos iriam merecer, como pela tentativa (re)lançamento das bases de uma política bilateral, a entrega da chefia da Embaixada no Brasil a Pedro Theotónio Pereira era à partida um acontecimento relevante.

¹⁶ Até ao final do mês de Janeiro, Leão Velloso sobraçou a pasta das Relações Exteriores, sendo então substituído por João Neves da Fontoura. Fernando P. de Mello Barreto Filho, *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil. 1912 a 1964*, s.e., São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 168.

¹⁷ AHDMNE. Telegrama recebido da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 6 de Janeiro de 1946.

¹⁸ O Glória custava os “olhos da cara”, mas Theotónio Pereira não tinha “outro remédio” senão instalar-se naquela que era a mais distinta unidade hoteleira da capital brasileira de então. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290.

¹⁹ Ambiente idêntico, embora bastante menos eufórico, haveria de ter lugar em 1952 quando uma “missão político-cultural” portuguesa foi recebida entusiasticamente no Rio de Janeiro. Tendo o navio em que se deslocava, o *Vera Cruz*, entrado na baía de Guanabara, “a colónia portuguesa” ocorreu em “massa ao cais de Mauá.” Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 257.

²⁰ Este telegrama terá sido o primeiro a ser transmitido recorrendo a um “moderno sistema criptográfico mecânico (manual e eléctrico) [...]” Idem, *ibidem*.

²¹ A avaliar pelo tom da correspondência enviada a Salazar por Theotónio Pereira, percebe-se que enquanto até finais de Outubro de 1945, foi o embaixador brasileiro, João Neves da Fontoura, a protagonizar em Lisboa a intermediação das relações diplomáticas luso-brasileiras, a partir de Janeiro, e como resultado da sua demissão e da queda do golpe militar que derrubou Getúlio Vargas, deveria caber a Theotónio Pereira protagonizar o estabelecimento de contactos entre Portugal e Brasil tendo em vista a continuação da política de reaproximação entre os dois países. Como se verá, uma série variada e até contraditória de factores fez com que Theotónio Pereira, por um lado, e Neves da Fontoura, agora como ministro das Relações Exteriores do Brasil, e o seu sucessor, Raul Fernandes, por outro, não conseguissem quaisquer resultados práticos significativos na melhoria das relações luso-brasileiras. Mesmo assim, Theotónio Pereira confessava não desgostar “deste Fernandes. Aparte as suas caturrices, deve ser pessoa séria e de carácter. [...] Comparando este Fernandes com o Neves da Fontoura, reconheço hoje que tive muito pouca sorte em lidar logo de entrada com o segundo. Isso deve ter concorrido para o desgosto total e irremediável que esta terra e esta gente me provocam.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 35-44.

“Impossível ficar calado!”

De qualquer modo as dificuldades sentidas pelo novo embaixador para se ambientar ao Brasil foram inúmeras e de toda a ordem. Desde logo o clima.²² O “espantoso calor húmido do Rio” era “muito mais difícil de suportar que o mês de Agosto em Madrid.” Acordava de manhã “mais fatigado que na noite anterior e qualquer gesto brusco ou palavra mais impetuosa” deixavam-lhe a “camisa a escorrer.”²³ No entanto, “muito mais penosa do que o clima” era a “atmosfera política” brasileira. A “maneira de ser dos brasileiros” desnorteava-o, a começar pela “simples leitura dos jornais, logo pela manhã” e que, queria fazer crer, inevitavelmente lhe produziam “uma náusea e uma vertigem.” Tudo porque as primeiras páginas vinham “carregadas de títulos loucos ou extravagantes, destinados a captar a atenção das massas.” Traziam “insultos, insinuações, calúnias,” à “mistura com as notícias sensacionais”, “tudo em letras gordas.” Tinha a impressão, aliás correcta, de que o sensacionalismo da imprensa era imposto pelos condicionais económicos próprios do exercício da actividade num mercado vasto mas muito competitivo. Por outro lado, parecia-lhe óbvio que por trás dos títulos da imprensa não havia “nem pensamento, nem ponderação, nem método, nem responsabilidade.” Os jornais não passavam de “fogos de palha, mas fogos que fazem arder tudo quanto alcançam”, não respeitando “princípio algum.” Só assim se compreendia que apenas no Rio de Janeiro circulassem “23 diários [...] ateando a desordem e o caos em cada dia.” As “fogueiras”, claro está, ardiam “com os alegres ventos que a democracia da ONU” ia “enviando pelo mundo.” Aliás, a “febre” de que padecia o Brasil desde os últimos meses do Verão europeu não era provocada por outra coisa senão os “fumos democráticos” que tinham enlouquecido o seu povo.²⁴ Para quem passara os últimos doze anos da sua vida sobretudo em contacto com a imprensa portuguesa e espanhola, mais ou menos submetidas a uma censura férrea, é óbvio que a liberdade recém adquirida de que gozava a imprensa brasileira, não podia causar outra coisa que não estranheza e repulsa, independentemente daquelas que, mesmo sob um regime de censura, seriam certamente as características muito próprias da imprensa brasileira, em geral, e carioca, em particular.

²² Também em Washington se queixaria do clima: “Tudo está coberto de gelo e não cessa de nevar. Que clima!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 12 de Fevereiro de 1948. AOS/CD-18, fls. 124-128.

²³ “Mudei ontem de camisa por quatro vezes e tirei-as sempre a escorrer.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290. Note-se que Pedro Theotónio Pereira continuou no Brasil e nos EUA, embora neste posto menos, a utilizar canais particulares para o envio da correspondência diplomática teoricamente mais sensível – mas que era a maior parte das vezes também pessoal. Nela transmitia as suas opiniões sobre quase tudo, mas principalmente sobre o posto em que se encontrava, sobre política externa e, por vezes, sobre política interna. Tratavam-se de relatórios, em princípio semanais, que desde a sua estada em Espanha ganhara o hábito de endereçar a Salazar.

²⁴ Idem, ibidem.

“Impossível ficar calado!”

Mas não era, está bom de ver, apenas a imprensa que perturbava o espírito de um católico convicto como o de Pedro Theotónio Pereira. Repugnava-lhe aquilo que lhe parecia ser uma atitude claramente “tola” por parte de todo um povo, a começar pelas próprias elites, e que, do ponto de vista do embaixador, apenas se justificava pela cruel ditadura que o clima impunha e pela fatal mistura de raças que caracterizava o Brasil. Esta dupla fatalidade – climatérica e rácica –, fazia com que houvesse que baixar perigosamente o conceito de civilização quando se falava do Brasil e dos brasileiros. Daí que Pedro Theotónio Pereira escrevesse:

*Toda a vida brasileira está envenenada por um louco frenesim. Delírio de divertimento: pandega e batota por todos os lados. Delírio de agitação social: greves todos os dias e um grave movimento de reivindicações em marcha: toda a gente negoceia e especula. Delírio de preços: hora a hora a vida sobe e vim encontrar aqui preços que só julgava possíveis nos Estados Unidos.*²⁵

Pedro Theotónio Pereira ainda ia dando notícia de que em certos meios brasileiros havia a esperança de que o novo homem forte do Brasil, o general Dutra, acabasse por “usar medidas violentas para restituir um pouco de serenidade e disciplina.” Mas o importante naquilo que via e que contava a Salazar, independentemente de ter muito de intrinsecamente brasileiro, era nada mais do que a apoteose, a catadupa de acontecimentos, própria de uma situação social e política relativamente descontrolada que sempre sucedia à queda de um qualquer regime que com o passar dos anos se tivesse tornado menos popular e que, no caso do Brasil, num espaço de década e meia tinha sonogado aos seus cidadãos fatias importantes de liberdade política e de liberdade económica. Nesse sentido, aquilo a que Pedro Theotónio Pereira assistia durante toda a sua estada no Brasil não andava muito longe do que poderia acontecer em Portugal no dia em que o Estado Novo caísse e fosse substituído por uma solução político-constitucional inspirada pelas ideias que haviam dado forma às Nações Unidas no dia 1 de Janeiro de 1942.²⁶

²⁵ *Ibidem*. Para quem passara os últimos anos da sua vida em dois países que tinham sofrido na pele uma delicada situação económica como consequência da guerra, é óbvio que o ambiente no Brasil era difícil de perceber e de aceitar. Por outro lado, os pressupostos em que assentava a organização da economia portuguesa, mas também da espanhola, e caso se ignorasse a dimensão do mercado negro, faziam parecer a liberdade económica brasileira qualquer coisa de dissolvente, olhasse-se como se olhasse para essa realidade. Para quem advogava a organização socio-económica em moldes corporativos, era óbvio que a liberdade económica recentemente conquistada pelos brasileiros, mesmo que muito anárquica e ao mesmo tempo até limitada, não podia parecer outra coisa que não uma enorme estranheza. Mas Theotónio Pereira depressa se adaptaria. Disso o acusaria anos mais tarde um diplomata britânico colocado em Washington. “He is an extremely ambitious intriguer and, not much bothered with scruples, has been involved in several rather shady commercial transactions here and in Brazil.” FO 494/3 Confidential Print. Further Correspondence – Portugal. “Leading Personalities in Portugal”. Relatório do embaixador Nigel Ronald. 10 de Novembro de 1949. Agradeço ao dr. Pedro Aires Oliveira a indicação desta referência.

²⁶ Esta *Declaração* implicava que as propostas e os princípios presentes na *Carta do Atlântico* passassem a ser reconhecidas pelos Estados dela signatários. Mas, sobretudo, que um conjunto de coordenadas doutrinárias (a defesa da vida, da liberdade — também religiosa —, da independência, dos direitos humanos e da justiça), seriam aplicadas nos seus, como noutros territórios, e, portanto, se tomariam no denominador comum para fazer a guerra que levaria não só à derrota do Eixo, mas que poderia também tornar-se no ponto de partida para a paz. Além disso, qualquer Estado poderia no futuro subscrever aquela declaração, desde que disposto a aceitar, cumprir e

“Impossível ficar calado!”

E isso, naturalmente, era algo de insuportável para quem não tolerava que uma sociedade profundamente conservadora e hierarquizada, como era a portuguesa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, pudesse ser revolvida de alto a baixo.

"How fantastic to suggest that you are the Portuguese Hess!"²⁷

Com Salazar na chefia do Governo em Lisboa, com a ida de Martinho Nobre de Mello para o Brasil e a permanência de Getúlio Vargas na chefia do Governo (1930) e do Estado brasileiro (1937), notara-se uma certa aproximação entre os Governos de Lisboa e do Rio de Janeiro. Mas essa aproximação era bastante errática, uma vez que os interesses dos dois países, tal como definidos pelos respectivos governantes, não eram de todo coincidentes no domínio da sua projecção externa.²⁸ Enquanto, por exemplo, face à ameaça de uma incursão alemã na Península Ibérica no Outono de 1940 e com as atenções britânicas e norte-americanas voltadas para os arquipélagos portugueses do Atlântico, as relações luso-brasileiras se estreitaram um pouco mais, uma vez que o Governo do Rio de Janeiro deu nota do seu apoio total aos “esforços de Portugal para se manter em paz”, da mesma forma que se comprometia a fazer “todas as diligências que Salazar” julgasse “necessárias nesse sentido”, com a entrada do Brasil na guerra notou-se um arrefecimento nas relações entre os dois países.²⁹ A propósito desta decisão, e em nome do Governo português, o embaixador Martinho Nobre de Mello entregou no Rio de Janeiro uma mensagem que esteve longe de ser bem recebida pelas autoridades brasileiras. Além de parte do seu conteúdo ter sido considerado quase ofensivo, Oliveira Salazar viu cair por terra a

fazer cumprir os seus princípios. Era esta uma forma de se abrir espaço, a partir de um núcleo duro, para a edificação de um organismo depositário da paz universal. Townsend Hoopes e Douglas Brinkley, *FDR and the Creation of the U.N.*, s.e., Londres e New Haven, Yale University Press, 1997, pp. 45-47. Sobre o significado da declaração e a lista completa dos seus primeiros signatários, ver ainda Winston Churchill, *The Second World War*, volume III, *The Grand Alliance*, s.e, s.l., Penguin Books, 1988, pp. 605-606 e James Joll, *Europe Since 1870: An International History*, 3.ª ed., s.l., Penguin Books, 1990, p. 425.

²⁷ Excerto de uma carta enviada por Samuel Hioare a Pedro Theotónio Pereira e citado em “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 17 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 324-335.

²⁸ Entre 1932 e 1945, além das convenções ortográficas de 1943 e 1945, de um Acordo Telegráfico e de um Acordo sobre Tarifas Postais (ambos de 30 de Abril de 1943), celebrou-se um Tratado de Comércio (26 de Agosto de 1933) e o respectivo Protocolo Adicional (21 de Julho de 1941). *Tratados e Actos Internacionais Brasil-Portugal*, s.e, Lisboa, 1962., pp. 165-201.

²⁹ Logo em 1938, aquando da preparação das comemorações do duplo “centenário”, o Brasil fora convidado a partilhar com Portugal a condição de anfitrião do evento. “Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal [...] ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao largo do nosso; que [...] a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião [...]” “Comemorações Centenárias” in Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, III, 1938-1943, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, s.d., p. 45 (Nota oficiosa da Presidência do Conselho de 27 de Março de 1938). Para o efeito, o Governo brasileiro enviou a Lisboa uma Embaixada composta por gente notável, desde militares até políticos, passando ainda por algumas figuras cimeiras do seu meio cultural. Em 1941, Portugal mandou ao Brasil uma Embaixada com características idênticas – chefiada por Júlio Dantas –, com o objectivo de agradecer a participação daquele País nas citadas comemorações. Sobre a deslocação da Embaixada portuguesa ao Brasil, Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 122-144.

“Impossível ficar calado!”

pretensão de criar na Península Ibérica e na América do Sul “zonas de paz” que “pudessem ser úteis a todos os beligerantes durante a guerra e ao mundo depois da luta.”³⁰ No entanto, e pelo menos em 1945, houve acontecimentos que indicaram uma vontade de reaproximação entre os dois Estados, muito embora o seu êxito viesse a estar dependente da evolução da política interna brasileira. Ainda assim, logo no início de Agosto, deslocou-se a Lisboa uma delegação brasileira com o objectivo de acertar os últimos pormenores que levassem à conclusão do muito aguardado e sempre protelado acordo ortográfico entre os dois países.³¹ Desde o ano de 1931 esse projecto conhecera alguns avanços e recuos sem nunca se concretizar em absoluto, sobretudo por falta de vontade política do lado brasileiro,³² para quem o princípio de uma uniformização ortográfica parecia indiciar uma limitação intolerável da sua identidade nacional por via linguística, algo que Theotónio Pereira, quando embaixador no Rio, viria a constatar ao presenciar a forma como a questão da língua foi muitas vezes tratada nos debates da Constituinte em 1946. De qualquer modo, e a propósito da vinda a Portugal da citada delegação, Oliveira Salazar, num curto discurso, chamou a atenção para o facto do acordo ortográfico poder tornar-se no “ponto de partida, porventura primeira condição de mais ambiciosos entendimentos e realizações”, mesmo que tardassem “dezenas” de anos a concretizarem-se.³³ Semanas mais tarde, neste ambiente ainda bastante aprazível na relação entre os dois países, aquando do seu regresso de Itália, tropas brasileiras desembarcam em Lisboa e, “enquadradas por contingentes portugueses”, desfilaram em parada. Carmona condecorou com a “medalha de valor militar as forças do Brasil” e enviou uma mensagem de circunstância ao presidente Getúlio Vargas que, respondendo em conformidade, dava um sinal da sua intenção de promover no mundo do pós-guerra uma reaproximação entre o Brasil e Portugal.³⁴

³⁰ Franco Nogueira, *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., 1986, pp. 297 e 401-402. “Para mais, e em face do claro imperialismo norte-americano”, Salazar queria “evitar” que os EUA ampliassem “a sua influência absorvente à América do Sul”, o que considerava ser “benéfico para a Europa futura [...]”. Do seu ponto de vista “a entrada dos países latino-americanos na guerra, ao lado dos Estados Unidos, seria abrir para estes uma penetração de que aqueles mais tarde se poderiam libertar apenas com dificuldade. Com este objectivo, e por instruções de Salazar, deixara Pedro Theotónio cair em Madrid uma palavra, que encontrara, se não entusiasmo, pelo menos aceitação. Mas o estado de guerra declarado pelo Brasil à Alemanha e à Itália acaba de destruir a visão de Salazar.” Idem, *ibidem*, p. 402.

³¹ A 8 de Dezembro de 1945 seria assinada em Lisboa a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira. Nunca nenhum Governo brasileiro a aplicaria ou sequer promulgaria.

³² Dário Moreira de Castro Alves (org.), *op. cit.*, pp. 215-216.

³³ Oliveira Salazar, “Relações Luso-Brasileiras. A Unidade Intercontinental da Língua Portuguesa” in *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 137 (Palácio Nacional de Sintra, 8 de Agosto de 1945).

³⁴ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 581. No início de 1945, Henry Norweb comentava da seguinte forma a possível evolução das relações luso-brasileiras. “Beneath the bombast of Luso-Brazilian oratory, there are firm traditional ties which will continue to strengthen after the war. Constitutional developments in Brazil will consequently have repercussions in this country. The promotion, at least in newspaper articles, of the South Atlantic as a natural Portuguese sea (Portuguese in the larger sense) while obviously not a series bid for power, is nevertheless significant of a consciousness of Luso-Brazilian interests in an association with the Anglo-Americans.” “Da

“Impossível ficar calado!”

Foi neste contexto especialíssimo que Pedro Theotónio Pereira foi escolhido e aceitou ser transferido de Madrid para o Rio de Janeiro. Simplesmente, o gesto que pretendia colocar num posto, que passava a ser tido como de grande prioridade, um dos embaixadores políticos que mais se destacara nos últimos anos da actividade diplomática portuguesa, acabou por sair totalmente frustrado. Quando ao fim de nove meses de estada no Rio de Janeiro, Theotónio Pereira começou a pedir para regressar a Lisboa por considerar terem saído frustradas as suas expectativas e as da política portuguesa no Brasil, estava demonstrando o erro que constituíra o investimento naquele País como um dos parceiros privilegiados da política externa do Governo de Lisboa. Apesar de tudo isto ocorrer numa época em que a sociedade internacional conhecia alterações extremamente significativas, sendo uma das mais faladas a arrumação do mundo em “blocos” que poderiam, em alternativa ou em complementaridade, ser políticos, económicos, culturais, ideológicos ou outros.

O golpe de 29 de Outubro de 1945, que derrubou Getúlio Vargas e o seu “Estado Novo”, deixou, ainda antes de ter partido para o Brasil, o novo embaixador português e o seu Governo sem interlocutor válido. Definir e estabelecer relações bilaterais em novas bases, num mundo em mudança acelerada, na sequência de um acontecimento militar que criou uma situação política que rapidamente se prestou a marcar e a realizar eleições presidenciais e para uma Assembleia Constituinte, era pouco menos do que uma tarefa impossível.³⁵ Essa impossibilidade era maior ainda pelo facto das relações com o Brasil terem sido deixadas quase ao abandono desde meados da década de 1930 – como, bem ou mal, consideraria Theotónio Pereira poucas semanas depois de ter chegado ao Rio –, e de, estruturalmente, a política externa portuguesa tender a ser muito pouco flexível, por várias razões, mas, sobretudo, por ser muito marcada pela ideologia.

Assim sendo, não é descabido pensar que, ostensivamente ou não, a política brasileira de Salazar, e da qual a partir de 1946 Theotónio Pereira seria um intérprete vital,³⁶ tivesse o seu

Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1473, 14 de Fevereiro de 1945, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 3455 (711.53/2-1445).

³⁵ À sua chegada, apesar de efusivamente recebido pelos portugueses e de rapidamente ter podido entregar as credenciais de embaixador, o que demonstrou boa vontade da parte das autoridades, Pedro Theotónio Pereira sofreu sucessivos ataques de quase toda a imprensa. Porém, rapidamente o exclusivo das críticas terá passado a pertencer aos jornais situados mais à esquerda e que Theotónio Pereira designava por “vis folhas comunistas.” Mais de uma semana após a sua chegada, apenas estes periódicos insistiam em ocupar-se das convicções político-ideológicas de Pedro Theotónio Pereira lançando sobre ele “sempre [...] a mesma peçonha.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290. Mas como se verá, os ataques políticos não ficaram por aqui.

³⁶ Apesar de colocado no Brasil, Pedro Theotónio Pereira continuaria a ter, embora em escala um pouco menor, o papel de conselheiro de Salazar para assuntos de política externa e interna. Por exemplo, em Julho de 1946 telegrafava o seu parecer sobre as vantagens e desvantagens de uma apresentação nesse ano de uma candidatura de Portugal a País membro da Organização das Nações Unidas. “Se Suíça Suécia e outros neutros apresentam

“Impossível ficar calado!”

ponto de partida ideológico em alguns dos pressupostos em que assentava a política peninsular tal como fora expressa por António Sardinha em *A Aliança Peninsular*³⁷ e que se resumia da seguinte forma:

O que pode e há de aproximar o Brasil de Portugal é o que pode e há de aproximar da Espanha as nacionalidades hispano-americanas: – a guarda e o prestígio dum tipo de civilização que a todos os hispanos igualmente pertence e que, sendo a base fundamental da sua razão de ser como pátrias livres, é, simultaneamente como simples «programa de conservação», – o «programa de conservação», em que Moniz Barreto insistia pelo que tocava a Marrocos –, a afirmação dum natural e irresistível super-nacionalismo.

*Por esse super-nacionalismo, traduzido numa aliança, ou espécie de liga ou anficionia, Portugal e Espanha recobrarão na Europa a preponderância que em direito lhes cabe, ao passo que na América as pátrias, que da Península derivam, sanadas as chagas que internamente as laceram, aplanadas as arestas que externamente as susceptibilizam e trazem num estado de desconfiança permanente, não demorarão a atingir o esplendor e a supremacia para que Deus as convocou. Outro não é o conteúdo da civilização hispânica, – outra não é a política do Atlântico, mare nostrum.*³⁸

Mas se o pressuposto ideológico de base profundamente nacionalista e civilizacional em que assentava a visão de Salazar e de Theotónio Pereira sobre aquilo que devia ser a promoção de uma unidade de pensamento e de acção entre os dois países de língua portuguesa por um lado, e os de língua espanhola, por outro, não andava longe daquilo que Sardinha e outros intelectuais do espaço ibero-atlântico tinham teorizado sobre a conveniência da criação e valorização de uma unidade civilizacional hispânica aplicada à unidade de vistas na política internacional,³⁹

agora suas candidaturas julgo que será difícil não os acompanharmos. Risco máximo aliás provável é que Rússia deixe entrar alguns ou todos esses outros e vete Portugal. No plano internacional desde que seja Rússia só a negar essa entrada, reacção pode ser-nos favorável visto Rússia não cessa tomar atitudes cada vez mais chocantes. No plano interno [...] poderia ser explicado nosso insucesso por exclusiva intransigência Rússia. Reputo mais difícil explicar perante nossa opinião pública ausência candidatura Portugal se Suíça e Suécia forem admitidas. Conviria explicar Espanha nossa posição caso resolvamos apresentar-nos para evitar inúteis ressentimentos. Tenho-a ajudado aqui o mais possível e seria conveniente não exteriorizasse despeito contra nós [...]. Telegrama recebido da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 12 de Julho de 1946. AHDMNE. MNE-SE, RNP, “Admissões, suspensões e expulsões ONU. 2.º Piso, Armário 60, Maço 383. Semanas mais tarde comunicava a Salazar que as autoridades brasileiras estavam convencidas serem fortes as possibilidades de Portugal ser admitido na ONU, facto que fazia perceber algumas agitação nos “nossos democratas” instalados no Brasil. A esse propósito, também, subira de intensidade a “campanha da língua brasileira, o mesmo acontecendo com certas manifestações anti-portuguesas à volta de problemas históricos e da questão da imigração.” Também nesta altura que se publica no *Correio da Manhã*, como publicidade paga, o “livro negro sobre Portugal.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 3 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 374-385.

³⁷ Nomeadamente no capítulo VIII, “Mare nostrum”. António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes & Possibilidades. Prefácio do Ex.mo Senhor D. Gabriel Maura Gamazo, conde la Mortera, s.e.*, Porto, Livraria Civilização, 1924.

³⁸ António Sardinha, *op. cit.*, pp. 442-443.

³⁹ Sobre a influência exercida pelo Integralismo Lusitano e em particular por António Sardinha junto da *Acción Española* e dos meios intelectuais “contra-revolucionários” espanhóis, nomeadamente na adopção do conceito de *Hispanidad*, segundo o qual os principais objectivos de política externa eram o “entronque” de Espanha com Portugal e a América Latina no domínio da política externa, Mercedes Gutiérrez Sánchez e Fernando Jiménez Núñez, “La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español” in Manuel Baião (ed.), *Elites e*

“Impossível ficar calado!”

verdade foi que quando em Dezembro saiu a barra do Tejo a bordo do *Serpa Pinto*, Theotónio Pereira ia já instruído sobre as novas dificuldades que se lhe deparariam na sua missão no Brasil.⁴⁰ Ao plano de acção mais ou menos reflectido e estruturado em Lisboa no mês de Outubro de 1945, sucedia-se um outro de contingência, segundo o qual o novo embaixador tentaria fazer o que lhe era política e diplomaticamente possível em condições muito diversas daquelas em que sua ida para o Rio de Janeiro tinha sido originalmente pensada e decidida. Por isso, só em Abril de 1946, três meses depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, Theotónio Pereira informava Salazar estar finalmente em “condições de propor” aquilo “que era preciso fazer”, estudados que haviam sido “todos os problemas” que submeteria à consideração do ainda ministro dos Negócios Estrangeiros.⁴¹

Por outro lado, embora seja evidente que a política do “bloco ibérico” constituía uma segunda face da política externa portuguesa para o pós-guerra, também ela, tal como a brasileira, assente em pressupostos ideológicos indiscutíveis, convém notar que para Theotónio Pereira a prioridade dada ao “bloco ibérico” sempre pareceu pouco de acordo com os interesses portugueses e pouco consistente em si mesma, uma vez que não assentava em pressupostos claros do lado espanhol.⁴² Como fazia questão de recordar a Salazar e de dizer ao próprio ministro espanhol dos Assuntos Exteriores, o então ainda embaixador português em Madrid tinha a “convicção de que com Franco em Chefe de Estado” não haveria “maneira de melhorar as relações com os aliados”, o que, obviamente, não dizia respeito apenas aos interesses da

Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931), s.e., Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UE, 2004, pp. 319-320.

⁴⁰ No entanto, um cidadão português radicado no Brasil, resumia da seguinte forma aquele que seria o pensamento de Theotónio Pereira sobre as linhas em que se deviam desenvolver as relações entre os dois Estados ibéricos e a América Latina: “[...] a verdade era que o representante de Portugal, que eu encontrei em Madrid, se me afigurava um idealista sinceramente devotado à causa de uma Europa democrática [sic.]. O que me pareceu era que ele trabalhava por uma Espanha e por um Portugal, unidos, porém independentes nos destinos, que lhes estavam traçados. Espanha e Portugal tinham prestado à civilização da Renascença os mais heróicos e gloriosos serviços. Deram às letras e às artes um património valiosíssimo. Alargaram o planeta. Descobriram, povoaram e colonizaram a chamada América Latina. Com esta, de comum, só o passado, a raça, a língua, a religião e os sentimentos de solidariedade de família que se transmitiam de geração a geração. Apenas. E que influência mais bela se cobiçaria? O absurdo de um bloco ibero-imperialista, aos seus olhos irónicos, reduzia-se a uma tolice.” M. Paulo Filho, “O embaixador de Portugal” in *Correio Paulistano*, 25 de Julho de 1947. Paulo Filho era director do *Correio da Manhã*, o jornal que mais dores de cabeça deu a Theotónio Pereira durante a sua estada no Rio.

⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1946. AOS/CD-17, fls. 336-341.

⁴² Já no Brasil os factos vir-lhe-iam a dar razão. No parlamento federal um deputado “comunista” chegou a fazer um ataque a Portugal chamando precisamente a atenção para a similitude político-ideológica não apenas entre salazarismo e franquismo, mas entre o salazarismo e os regimes fascistas derrotados na Segunda Guerra Mundial. Isto enquanto Theotónio Pereira era sistematicamente atacado pelas suas simpatias fascistas, simpatias por demais evidentes para quem se informasse sobre o seu passado político em Portugal na década de 1930 ou até em Espanha no decurso dos dois primeiros anos dos oito que por lá passou. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 306-308. Aproveitando o balanço dado pelo ataque no parlamento, a imprensa mais à esquerda fez dele eco chamando-lhe “espião nazista (!), amigo da falange, conspirador contra a segurança do Brasil”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 309-323.

“Impossível ficar calado!”

Espanha mas, sobretudo, aos interesses de Portugal, no caso do Governo de Lisboa continuar a desejar manter-se muito fiel à linha do “bloco ibérico” assente por Salazar e Jordana na cimeira realizada em Lisboa por finais de 1942. Para Theotónio Pereira a continuação de Franco à frente da chefia do Estado espanhol, no rescaldo das decisões sobre Espanha tomadas por britânicos, soviéticos e norte-americanos no decurso da conferência de Potsdam, só seria viável no caso da situação internacional se alterar inesperada e substancialmente.⁴³ Algo que a certa altura teria parecido a Pedro Theotónio Pereira, embora estivesse enganado, passado a ser também a opinião de Oliveira Salazar,⁴⁴ tornando a política externa portuguesa em relação a Espanha cada vez mais favorável à restauração da Monarquia, reconhecendo-a como a única solução capaz de manter o País vizinho política e socialmente estável, erradicando de vez a ameaça de uma revolução comunista e a instauração de um regime parlamentar republicano como aquele que na Primavera e Verão de 1936 dera origem a um Governo de Frente Popular. É claro que tanto para Salazar como para Theotónio Pereira não existia “outra solução de ordem” em Espanha “senão” a que saísse “logicamente” da “situação” existente e “nunca contra ela.”⁴⁵ Mas para Theotónio Pereira, e ao contrário do que pensavam e diziam muitos portugueses e espanhóis – embora por razões diferentes –, só se devia “falar em Bloco Ibérico” caso fosse “possível implantar-se” em Espanha um regime capaz de vencer a “terrível hostilidade” que a ameaçava. Nessa altura faria sentido “tentar [...] um bloco peninsular com vasto papel. Caso contrário, o único que pode surgir será o de uma defesa desesperada da ordem se as coisas continuarem a piorar.” Theotónio Pereira tinha assim a convicção de que Portugal e o seu Governo seriam “muito provavelmente contagiados por qualquer abalo forte que a Espanha” viesse a sofrer. Nessa situação seria caso para afirmar: “Deus afaste tal bloco do nosso futuro!”⁴⁶

Mesmo antes do fim da guerra, é evidente que embora Theotónio Pereira continuasse fiel aos pressupostos político-ideológicos em que assentava o Estado Novo, receava que tanto o Governo como certos sectores de opinião portuguesa situados mais à direita impusessem uma

⁴³ De qualquer modo, Theotónio Pereira era da opinião de que “a declaração de Potsdam” ferira o “orgulho do País” e aumentara a sua “coesão interior.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, San Sebastián, 31 de Agosto de 1945. AOS/CD-17, fls. 236-251. Esta missiva relata uma conversa de quatro horas entre Pedro Theotónio Pereira e José Lequerica, o ministro dos Assuntos Exteriores que substituíra Jordana aquando da morte deste. Pedro Theotónio Pereira considerava-o “um homem com alto valor moral.” Tratava-se de “um católico puro, homem de vida modesta e exemplar, despido de ambição ou vaidade política.” Idem, *ibidem*. Sobre o significado internacional da cimeira de Potsdam, Arthur Funk, 1945. *De Yalta a Potsdam. Des illusions a la guerre froide*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d., pp. 127-185. Sobre o seu impacto em Espanha, Manuel Espadas Burgos, *Franquismo y Política Exterior*, s.e., Madrid, Ediciones Rialp, 1988, pp. 166-170.

⁴⁴ “Muito agradeço a grande carta de V. Ex.a da semana passada e as duas que me mandou pelo Manuel de Oliveira. Vejo que V. Ex.a está chegando à conclusão de que não parece haver arranjo possível com os aliados enquanto Franco continuar na chefia do Estado, para já não dizer no poder.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 12 de Setembro de 1945. AOS/CD-17, fls. 260-273.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

política externa assente apenas em princípios ideológicos. Por esse facto, a partir de Madrid, e sobretudo nos últimos meses que ali passou como embaixador, fez tudo o que esteve ao seu alcance para que em Lisboa, e em particular nas Necessidades – e nisso não estava só como se viu no capítulo VI –, se elaborasse uma política externa que privilegiasse a maior aproximação possível aos aliados britânicos e norte-americanos, os aliciasse para uma política que procurasse mudar a Espanha de acordo com os interesses de Portugal e não apenas com base naqueles que seriam os interesses do Reino Unido e dos EUA. Embora não devesse hostilizar as autoridades espanholas, o Governo português não poderia consentir nem defender nenhum tipo de política que conduzisse a uma qualquer espécie de identificação político-ideológica entre franquismo e salazarismo uma vez que era evidente que Portugal saíra da guerra, a todos os níveis, numa posição muito mais confortável do que a Espanha, sobretudo porque durante o conflito se mantivera sempre numa órbita muito próxima dos vencedores, algo que, obviamente, não sucedera com o Governo de Madrid. Reconhecendo esse facto, Theotónio Pereira pretendia que em Lisboa se soubesse rentabilizar, tão rápida e eficazmente quanto possível, o aliadofilismo praticado entre 1939 e 1945, defendendo na frente espanhola uma acção de grande cautela e distanciamento em relação a Franco e uma aposta na aproximação aos sectores conservadores e ordeiros que se iam constituindo em alternativa e que olhavam para a restauração da monarquia como a solução que poderia salvar a Espanha das dificuldades que a permanência de Franco no poder fatalmente implicava. Neste contexto, a sua saída de Madrid, além de ter correspondido a um afastamento das lides diplomáticas por si desejado – tanto por razões políticas como, sobretudo, pessoais⁴⁷ –, foi imposta pelo facto de ter, à medida que os anos foram passando, mas sobretudo em 1944-45, desenvolvido ideias muito próprias sobre aquele que devia ser o sentido da evolução da política espanhola e que levaram a que nela se envolvesse directamente extrapolando o estrito campo de acção política de um diplomata, e de por esse facto lhe terem sido criados anticorpos tanto em Lisboa como em Madrid.

Mas paralela e contraditoriamente, a sua partida para o Brasil, depois de uma estada de cerca de três meses em Portugal, e durante a qual não deixaria de participar na campanha eleitoral,⁴⁸ tinha tudo para ser considerada como mais uma iniciativa de política externa

⁴⁷ Era desejo familiar, a começar por seus pais, que após uma estada de quase oito anos em Espanha, Pedro Theotónio Pereira não retomasse ao exercício de cargos políticos e, muito menos, no estrangeiro. O próprio tinha alimentado essa esperança. Porém, não quis ou não soube resistir ao apelo que Salazar lhe fez para ocupar o posto de embaixador no Brasil. Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

⁴⁸ No que seria, de modo ostensivo, o seu mais relevante regresso às lides de política interna desde 1937. Foi orador no comício realizado no “Palácio de Exposições do Parque Eduardo VII em Lisboa e que terá reunido – contabilizando os que assistiram no interior e os que se espalharam pelas suas imediações – “mais de 20.000 pessoas.” O evento foi presidido pelo ministro do Interior, o tenente-coronel Júlio Botelho Moniz. *Diário da Manhã*, 11 de Novembro de 1945, pp. 1, 3, 5 e 6. Num discurso de conteúdo moderado e tolerante – “Sem quebra do

“Impossível ficar calado!”

subordinada a desígnios essencialmente ideológicos, algo que Theotônio Pereira, pelas impressões deixadas durante a sua estada em Espanha, estava cada vez menos disposto a executar. No entanto, e além de outros argumentos poderem ter sido utilizados para o convencer a exercer o cargo de embaixador no Rio, é possível que lhe tenha sido dito que o Brasil era uma aposta de política externa que permitiria romper o cerco imposto a Portugal pela Espanha na Península e pelos EUA e pelo Reino Unido no Atlântico e, eventualmente, até nas suas possessões coloniais.⁴⁹ Por outro lado, parece evidente que até à queda de Getúlio Vargas, mais do que os norte-americanos ou os britânicos, eram os brasileiros que possuíam no campo aliado uma política de não hostilização da Espanha.⁵⁰ Nesse sentido, volta-se aqui à razão primeira da sua nomeação para o Rio e que era a de se transformar no braço direito de uma nova política atlântica de Portugal. Embora interessasse em primeiro lugar ao Governo de Lisboa, esta política poderia ser, a prazo, útil numa recuperação da Espanha para a sociedade internacional.

Mas independentemente daquela que tenha sido a estratégia delineada, verdade foi que Theotônio Pereira enfrentou no Brasil um ambiente que não se cansou de caracterizar como hostil, mesmo quando já com alguns meses passados no Rio de Janeiro comunicava a Lisboa que a sua posição e a do País que representava tinham melhorado significativamente. Em Janeiro de 1946, tratou de agir principalmente em duas frentes. Uma herdada, estrutural, e que sabia ter que enfrentar. Outra, de certa forma inesperada, uma vez que era consequência das profundas mudanças políticas ocorridas no Brasil na sequência do golpe militar de Outubro. Mas antes de poder aplicar qualquer estratégia, quando tentava equilibrar o barco procurando iniciar uma nova política, viu lançar-se contra si um fortíssimo ataque político e pessoal. Praticamente

respeito pelas convicções alheias nem por aqueles que exerçam o seu direito de discordar disto ou daquilo, ou mesmo de discordar de tudo, mas com a necessária elevação de pensamento e elegância moral [...]” –, evocou, sobretudo, as dificuldades que o País tivera de enfrentar com o deflagrar da guerra em 1939. Criticou a ingratidão de muitos portugueses que, apesar das duras penas impostas pela guerra por toda a Europa, reclamavam do Governo políticas que apenas poderiam ser desenvolvidas com o mundo em paz. Finalmente, manifestava a convicção de que nada havia a “corrigir no terreno das ideias” e que toda a agitação política que o País conhecia a propósito das eleições tinha origem num ambiente internacional transitoriamente alterado.

⁴⁹ Embora Salazar tenha sido sempre extremamente cauteloso no modo como enquadrava as relações com o Brasil nos chamados territórios ultramarinos. Nas “notas interpretativas” ao Tratado de Amizade e Consulta celebrado em Novembro de 1953, a pedido do Governo de Lisboa Portugal era definido como compreendendo a “metrópole” europeia e os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Era uma demonstração prática do “exclusivismo” colonial português. Dário Moreira de Castro Alves (org.), *op. cit.*, pp. 221-222.

⁵⁰ Sobre a forma como o Brasil acompanhava a situação espanhola, Pedro Theotônio Pereira escreveu: “Tudo isto implica que a sua posição [do embaixador brasileiro em Madrid, Pimentel Brandão] para com a Espanha seja cheia de simpatia e compreensão

Sei que abordado por Artajo lhe disse terminantemente que no Brasil havia a disposição de não deixar agravar a Espanha.” Para Theotônio Pereira era pena que não tivesse sido o embaixador português no Rio a obter do Governo brasileiro uma “declaração” tão favorável à Espanha. “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Madrid, 12 de Setembro de 1945. Loc. cit. (passagem sublinhada por Salazar com lápis azul). Neste mesma carta Theotônio Pereira informava que para o embaixador norte-americano em Madrid só havia uma “questão pessoal” na política espanhola: “Franco”.

“Impossível ficar calado!”

desde o momento em que pusera o pé em território brasileiro, e segundo a interpretação de Theotónio Pereira, certos sectores da vida política brasileira, mas sobretudo “comunistas”, não desistiam de “agredir” Portugal e o seu Governo, procurando confundir política e ideologicamente Portugal e Espanha.⁵¹ Com esta atitude, além de prejudicarem os interesses portugueses, pretendia-se obviamente criar embaraços de “toda a ordem ao Governo.” O ambiente existente era ainda prejudicado pelo facto da “maioria da imprensa” – “influenciada por esta vaga de idolatria democrática que vai pelo mundo” –, se abster de tomar qualquer posição de defesa tanto de Portugal e do seu Governo como, até, do próprio Governo brasileiro que, oficialmente, tinha uma política de não hostilização dos dois Estados ibéricos. Era portanto impossível a Pedro Theotónio Pereira encontrar apoio na maioria dos jornais, embora para se defender dos ataques de que sentira vítima estivesse a ser preparado um documento no qual se recolhessem informações “inglesas e americanas” a seu “respeito” e que depois os jornais publicariam como “coisa suas.” Os ataques na Câmara dos Deputados dirigidos a Portugal e ao seu embaixador, e que não conheciam qualquer resposta, tanto da parte dos deputados ligados ao Governo, como da imprensa conservadora, eram reveladores de muitas das dificuldades que iria enfrentar no mundo do pós-guerra. Dependente que estava, para uma reacção conveniente, daquilo que as informações recolhidas junto de meios norte-americanos e britânicos poderiam fornecer para melhorar a posição de Portugal e do seu embaixador no Brasil, desmentindo as acusações de simpatia e colaboração com o Eixo durante a guerra, é óbvio que Theotónio Pereira não podia fazer outra coisa que não fosse pedir a “Deus” que não lhe faltasse.⁵²

E a verdade foi que não faltou. Theotónio Pereira preparou uma contra-ofensiva na qual, com muito trabalho, conseguiu envolver alguma imprensa e mobilizar vários recursos dentro e fora da Embaixada, contra-ofensiva essa que, além de bem pensada e melhor executada, acabou extremamente bem sucedida por ter tido a ajudá-la um imponderável extremamente bondoso. Procurando demonstrar junto do Itamaraty, aparentemente com êxito, que o ataque levado a cabo pelo deputado comunista na tarde de 15 de Fevereiro, e logo secundado pela imprensa, não era outra coisa senão “uma grande manobra” que “aparentemente” se dirigia a

⁵¹ Era um risco evidente para o qual havia sido alertado por Armando Boaventura: “Convém fazer no Brasil uma propaganda tendente a separar, quanto possível, Portugal da actual situação política espanhola – não ligando de nenhum modo o destino de Portugal à sorte de Franco, contrariando, assim, a nefasta acção jornalística da imprensa católica portuguesa, acção cuja repercussão no Brasil só tem contribuído para comprometer o bom nome de Portugal. Neste capítulo, importa explicar o caso português.” Armando Boaventura, *Notas Sobre o Brasil, Confidencial*, s.d., p. 5. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP). Documento de sete páginas dactilografadas, sem data e não assinado. Pelo seu punho, Pedro Theotónio Pereira escreveu no topo da primeira página: “de Armando Boaventura.”

⁵² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 306-308.

“Impossível ficar calado!”

Theotônio Pereira “mas que visava Dutra e o Governo em última análise”, o embaixador português sublinhava que ao ter “sido acusado de nazista na Câmara e na imprensa brasileira”, deveria haver uma resposta e que a força e a eficácia dessa resposta seriam a única “forma de partir os dentes à insídia”, transformando uma derrota aparente numa vitória exemplar. De forma a manter-se, enquanto embaixador, numa posição de reserva política, terá conseguido junto do Itamaraty um compromisso para que as autoridades brasileiras agissem de acordo com as suas instruções e como se a “coisa” fosse iniciativa dessas mesmas autoridades. Propôs que se fizessem consultas junto dos embaixadores britânico e norte-americano sobre aquela que teria sido a acção de Theotônio Pereira em Espanha, uma vez que “eles deviam ter ideias acerca da matéria...” Paralelamente, Theotônio Pereira prometeu fornecer ao Itamaraty várias cartas pessoais que lhe tinham sido enviadas por “numerosas individualidades inglesas e americanas” para que pudessem ser mostradas ao “presidente Dutra” e a outras personalidades, de modo a que ficasse demonstrado todo o seu aliadofilismo bem como o do Governo e País que representava na qualidade de embaixador.

Nesta altura, e como se podia constatar na carta do dia 19 de Fevereiro já citada, “o panorama estava longe de ser animador.”⁵³

Velasco [o deputado comunista que lançara as acusações sobre Theotônio Pereira] falara e a Câmara não reagira. A quase totalidade da imprensa aplaudia com gáudio e preparava-se para uma campanha [...].

Neves⁵⁴ procurara, embora com expressões amigas, levar-me a tirar importância ao incidente (receoso sem dúvida de arriscar a defender-me) e só ante a minha insistência se decidira a chamar a atenção do líder da maioria para o agravo que me fora feito.

Por último a necessidade de lhes indicar que ouvissem americanos e ingleses, deixou-me fundamente desgostoso de tudo isto. E, com tanta mais razão, que não havia recebido nem do embaixador americano nem do inglês, a mais ligeira indicação de boa vontade a meu respeito.⁵⁵

Naturalmente, Theotônio Pereira despedira-se de João Neves da Fontoura “pouco seguro do que iria suceder.”⁵⁶ Dias mais tarde, levou-lhe as cartas que foram lidas e causaram boa impressão,

⁵³ “E com disfarçada ironia não deixei de dizer: – Claro que lhe peço que lhe peço que lhes não diga (ao inglês e ao americano) que fui eu que lembrei isto, por duas razões: 1.ª Por pudor natural da minha parte. 2.ª Porque o mais natural seria até que fosse você a abonar-me junto dos americanos ou dos ingleses, e não a pedir-lhes informações...” “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 309-323.

⁵⁴ João das Neves da Fontoura (Rio Grande do Sul, 1887 – Rio de Janeiro, 1963), advogado, jornalista, político e diplomata. Foi embaixador do Brasil em Lisboa de 1943 a 30 de Outubro de 1945. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31 de Janeiro a 12 de Dezembro de 1946, tendo chefiado a Delegação brasileira à Conferência de Paz realizada em Paris de 29 de Julho a 15 de Outubro. Voltaria a ser ministro das Relações Exteriores em 31 de Janeiro de 1951 – às ordens de Getúlio Vargas –, exercendo funções até 19 de Julho de 1953. <http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/joanevesdafontoura.htm>. Página acedida a 6 de Agosto de 2004. Fernando P. de Mello Barreto Filho, *op. cit.*, 2001, pp. 168-172 e pp. 189-199.

⁵⁵ “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 309-323.

“Impossível ficar calado!”

dando a sensação de serem decisivas, e que podiam vir a ser usadas na imprensa e pela maioria parlamentar. No dia seguinte, “foi a grande tourada na Câmara.” O senador Neves Ramos fez “a sua declaração em favor” de Theotónio Pereira, provocando “um verdadeiro delírio selvático que da bancada comunista se comunicou à união democrática.” Valeu então a “votação final à volta de outro assunto mas que era de facto a prova real do meu caso.” Segundo Theotónio Pereira, ter-se-ão dito monstruosidades a seu respeito, tendo-lhe sido dirigidos ataques por parte de “numerosos deputados tidos por moderados mas com certeza filhos da viúva, para não dizer de outra pessoa.” Apenas um segundo deputado da maioria se teria dado ao trabalho de defender Theotónio Pereira, mas não saindo do “campo dos princípios.”⁵⁷

Visto isto, e apesar de devidamente instruída, a imprensa pouco ou nada escreveu em defesa de Theotónio Pereira. Pelo meio, sentiu o ofendido uma tremenda vontade de sair à liça, “discutindo” com a “canalha”. A situação, e Salazar concordava, era “muito má”, devendo o Governo português dar-se por satisfeito “com a declaração da maioria e fazer vista grossa ao mais.” Isto porque o Governo brasileiro era fraco e não queria naturalmente comprometer-se muito para além do razoável, em grande medida por temer “uma imprensa de bandoleiros que se alimenta[va] do escândalo” e não possuía a “menor sombra de decoro.” Do Itamaraty vinham apenas conselhos para que Pedro Theotónio Pereira aceitasse as coisas como eram, não se tendo sequer dado ao trabalho de pedir informações sobre o caluniado às embaixadas do Reino Unido e dos EUA. Como se não bastasse, “um espanhol de S. Paulo” dera uma entrevista com “verdadeiros insultos contra nós e calúnias manifestas.” Reclamando uma intervenção imediata das autoridades brasileiras, Theotónio Pereira recebeu a resposta óbvia: que mandasse o ministério público “proceder”, mas como aquilo que a imprensa procurava era “escândalo”, óbvio seria que Theotónio Pereira acabasse como réu e não como vítima. O melhor, portanto, era não dar importância, presumindo que Theotónio Pereira não estava em condições de separar aquilo que era o insulto político do insulto pessoal. Cada vez mais a crítica política se tornara para si

⁵⁶ Mais do que uma vez, nas cartas que enviou para Salazar, começou Theotónio Pereira a estabelecer comparações entre João das Neves e Serrano Suñer. “Nunca vi homem mais parecido com o Serrano Suñer. Mas mais medroso que o espanhol.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1946. AOS/CD-17, fls. 364-367. Na verdade não podiam tratar-se de personalidades mais diferentes. Talvez fosse mais acertada uma comparação com Júlio Dantas. Não só eram amigos como partilhavam a mesma devoção pelo valor intrínseco da superficialidade da forma, o que praticavam tanto nos actos como nas palavras. Pedro Theotónio Pereira esquecera-se momentaneamente o quanto detestara Dantas e as razões porque tal acontecera consigo e com muitos rapazes da sua geração. Por outro lado, Pedro Theotónio Pereira dedicava a Neves da Fontoura comentários profundamente sarcásticos sobre os seus atributos físicos: “Com o João Neves é que decididamente não podemos contar: cada vez mais me parece um desses homens pequeninos sem gosto pela dança!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 374-385.

⁵⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 309-323.

“Impossível ficar calado!”

numa ofensa pessoal, comportamento típico de alguém que com o passar do tempo se tornara mais convencido da sua importância política e histórica e, claro, da sua própria infalibilidade.⁵⁸

A contra-ofensiva de Theotônio Pereira prosseguiu na imprensa. Para ela escreveu cartas e inspirou comentários e notícias. Fez, literalmente, uma entrevista a si próprio que o *Globo* publicou e “produziu grande efeito.” Pelo meio, indagara e chegara à conclusão de que Martinho Nobre de Mello tinha “responsabilidade em tudo isto.” Procedera “como um verdadeiro mulato” ao visitar Theotônio Pereira depois da sua chegada e não tendo “um gesto nestes dias críticos” que tinham acabado de “passar.” Sucedia que “toda a gente na colônia” o apontava como “culpado pelo rancor e pelo ódio” a Salazar e a Theotônio Pereira. “Em consciência” achava então ser “verdade a acusação” que se fazia sobre as maquinações e as interferências de Martinho. Até porque saíra “um artigo no jornal dos seus melhores amigos”, e que o deixava “comprometido”, uma vez que titulava o “Que se fará com Teotônio?” Como o descrédito de Martinho Nobre de Mello⁵⁹ seria enorme, uma vez que praticara na Embaixada grandes “porcarias”, a sua participação numa conspiração contra Theotônio Pereira e Salazar seria apenas outra mais.⁶⁰ Já a colônia, em “contrapartida”, vinha-se portando maravilhosamente a propósito do incidente. Toda ela vibrava de “patriotismo e indignação”, aproveitando “todas as ocasiões” para “demonstrar o seu lealismo.” Naturalmente, estava “encantado com esta gente.” Em jeito de balanço provisório dizia não estar “desanimado” e chegando a pensar que seria possível sair mais forte da “contenda.” Mas como os riscos eram grandes, e apelando outra vez a Deus, Theotônio Pereira propunha que “a contra-ofensiva se intensificasse com operações eficientes.”⁶¹

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Chamava-lhe ainda um “ente desprezível e perverso que dá bem a medida do seu baixo carácter pela maneira como se comporta”, sugerindo até que deveria ser encontrada maneira de expulsar Nobre de Mello do Brasil. O facto de, por exemplo, o antigo embaixador ter procurado um “empregado” do consulado para lhe dizer que “não queria que se dissesse que era ele que estava movendo esta campanha”, não passava de “um pormenor mais sobre este miserável.” Ou, outra vez, uma manifestação do seu “feito de preto.” Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Algumas das “porcarias” a que se referia, a serem verdadeiras, estavam estampadas no relatório que lhe foi enviado por Armando Boaventura. “[...] um dactilógrafo – Flaminio de Azevedo, antigo repórter policial e que, no Rio de Janeiro, ao serviço de Martinho Nobre de Mello, foi seu confidente, encarregado das chaves de misteriosos ‘apartamentos’, destinados às aventuras amorosas do mesmo Embaixador. Flaminio de Azevedo é o protótipo do ‘alcoviteiro’. Inteligente, astuto, sem escrúpulos, soube explorar a seu talante as fraquezas e o complexo de inferioridade que caracterizam Martinho Nobre de Mello. Apesar de ser o seu homem de confiança, seu colaborador em negócios de compra e venda e de usura [...], Flaminio de Azevedo dizia mal do Embaixador, ameaçando-o, por vezes, de denunciar os seus múltiplos atentados à honra alheia. Flaminio esteve sempre no segredo da vida escandalosa de M. N. De Mello, cujas amantes frequentavam a casa de Flaminio, e este, a seu tempo, arrumava-as, casando-as com incauto compatriota recém-chegado ao Brasil. Tudo por negócio.” Armando Boaventura, *op. cit.*, p. 1. Espólio de Pedro Theotônio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁶¹ A propósito da crise que se atravessava, Theotônio Pereira chamava a atenção de Salazar para a necessidade de receber autorização para deixar o hotel e arrendar um apartamento: o “[...] hotel além de caro é terrivelmente indiscreto. Tudo é espionagem neste momento e não posso convidar certas pessoas pelos inconvenientes que tem a vinda delas a um lugar onde tudo se sabe. Estou desesperado sem casa onde receber gente.” *Ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

Um “golpe de fortuna” provocou ao fim um mês uma alteração substancial na situação, fazendo pender para o lado português o “prato da balança.” Atribuindo a situação para que fora empurrado ao facto de, enquanto embaixador, Martinho Nobre de Mello não ter querido ou não ter sabido apresentar no Brasil a política portuguesa durante a guerra – as suas “razões” e os seus “frutos”⁶² –, mas também à disponibilidade natural dos brasileiros para criticarem Portugal e os portugueses,⁶³ verdade era que a contra-ofensiva inicial com origem na embaixada portuguesa apenas provocara uma outra de proporções ainda maiores do lado contrário. Criara, inclusivamente, arrependimento naqueles poucos que, próximos do Governo brasileiro, tinham frouxamente dado alguns passos para não deixar que Theotónio Pereira caísse quase totalmente desamparado, forçando-o a “ter que fazer as malas.”⁶⁴ Mas o milagre aconteceu quando, por fim, chegou às mãos de Pedro Theotónio Pereira o exemplar de um livro recentemente publicado, da autoria do antigo embaixador norte-americano em Madrid, Carlton Hayes.⁶⁵ Mandado vir de Washington por Theotónio Pereira, ao começar a folheá-lo rapidamente percebeu que se tratava de “um elemento precioso” para a sua defesa. Mesmo assim, mostrou-se surpreendido pelo facto de a partir de Lisboa ninguém o ter posto ao corrente do facto, uma vez que pelas Necessidades chegara a passar um exemplar do livro, estando a única desculpa do lapso na possibilidade da pessoa que Salazar encarregara de ler o livro ignorar “a linda maneira” como estava a ser tratado o embaixador português no Rio. De qualquer modo, percebendo as vantagens que lhe traria o livro de Hayes e encorajado pelo acolhimento o *Jornal do Comércio* dera à publicação de alguns trechos significativos do discurso pronunciado por Salazar poucos dias antes,⁶⁶ pediu a um funcionário da Embaixada que mostrasse ao director daquele diário – Elmano Cordeiro – o livro de Hayes. “O efeito” produzido pela apresentação do livro “foi tão imediato” que o director “se prontificou a publicar” aquilo que o embaixador quisesse. Theotónio Pereira fez então redigir uma “correspondência de Washington, dando conta do aparecimento do livro e recordando a propósito as campanhas feitas no Brasil” contra o embaixador português. E de facto, a “notícia” saiu “feliz”.

⁶² “Há um mês que isto durava e tenho de facto que reconhecer que a nossa posição não era brilhante.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 17 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 324-335.

⁶³ “Jamais o mau espírito que pode a todo o momento envenenar a alma do Brasil contra Portugal, encontrou oportunidade tão favorável para nos amarrar ao pelourinho.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 17 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 324-335.

⁶⁴ Em meados de Março, a atitude de João Neves da Fontoura não parecia outra coisa senão a de um “manhoso, incerto e não se querendo de nenhuma forma comprometer. Provou isso à saciedade, não recolhendo informações a meu respeito nem organizando, como lhe seria fácil, a publicação de umas quantas coisas que concorressem para me imunizar de novos ataques. Não quis fazer nada. Esta é a verdade e sem rancor o digo.” Talvez por seu comportamento nunca ter deixado de ser “amigável.” Idem, *ibidem*. Sublinhado no original.

⁶⁵ Carlton J. H. Hayes, *War Time Mission in Spain: 1942-1945*, s.e., Nova Iorque, The Macmillan Company, 1946.

⁶⁶ Referia-se ao discurso pronunciado na biblioteca da Assembleia Nacional no dia 23 de Fevereiro. Oliveira Salazar, “Ideias falsas e palavras vãs (reflexões sobre o último acto eleitoral)” in *op. cit.*, pp. 195-213.

“Impossível ficar calado!”

Publicada com grande relevo no Jornal do Comércio [...], repercutiu aqui como um grande acontecimento. Tão geral foi o efeito obtido que não poderia desejar desforra mais completa.

[...]

Todos os jornais – à exceção dos comunistas – transcreveram a carta de Washington do Jornal do Comércio, ou redigiram desenvolvidas notícias sobre o tema. O próprio Correio da Manhã deu-lhe o maior relevo, publicando a carta na íntegra [...].⁶⁷

Na noite seguinte à saída da notícia teve lugar a consagração privada de Pedro Theotónio Pereira. Num “grande jantar oferecido por senhoras da sociedade” a uma personagem da alta roda que estivera de visita Rio, o embaixador passou o tempo todo a receber “cumprimentos de políticos, jornalistas e homens de posição” no Brasil. O “efeito” era “tão grande” que se arriscava a dizer que os “elementos burgueses” não voltariam a atacá-lo, embora não pudesse dizer o mesmo dos “comunistas e aderentes”, assim como da “fina flor do nosso revirinho [...]”.⁶⁸

O Hesse português, como chegara a ser chamado pelos seus inimigos no Brasil, podia agora recuperar um pouco do fôlego perdido e ir a Lisboa de avião – começara a haver uma ligação semanal entre o Rio e Lisboa, da responsabilidade de uma companhia inglesa, que fazia a viagem em menos de dois dias⁶⁹ –, “conversar longamente” com Salazar e tratar de uma série de “pontos” que careciam “ser resolvidos”, começando pelo problema da reforma da Embaixada. Propunha a Salazar que o seu regresso se fizesse pelos EUA de forma a poder, na sequência de uma visita privada aos seus amigos norte-americanos, retirar daí benefícios políticos para a sua estada posterior no Brasil.⁷⁰ Em Junho sabia que podia contar com uma visita de Hoare ao Rio e

⁶⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 17 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 324-335. A carta começava do seguinte modo: “A propósito da chegada a esta capital [Washington], de jornais brasileiros, que reflectem os ataques de que foi alvo no mês passado na Assembleia Constituinte e em alguns sectores da imprensa o Embaixador de Portugal Sr. Dr. Pedro Theotónio Pereira, adquirem especial interesse alguns capítulos do sensacional livro agora publicado ‘Wartime Mission in Spain’, da autoria do Embaixador Carlton Hayes, que representou os Estados Unidos em Madrid durante três anos críticos da guerra mundial. [...]” *O Globo*, 15 de Março de 1946. Apesar de ter sido o autor, ou precisamente por ter sido o autor, toda a carta se encontra escrita num tom de extraordinária (auto)complacência e de inenarrável (auto)elogio. Talvez pelo estilo adoptado, se convencesse Theotónio Pereira que ninguém pudesse concluir ser o próprio embaixador o autor da notícia.

⁶⁸ Mesmo assim uma parte da imprensa continuava a atacar Pedro Theotónio Pereira. Mas o embaixador “não acreditava” que o Governo fizesse fosse o que fosse contra a imprensa, a menos que fechasse “violentamente a Constituinte. Tudo suportam e tudo se engole. Falei com o próprio Dutra e ele encolheu os ombros, aconselhando-me a não dar importância.” *Idem, ibidem.*

⁶⁹ Depois de regressar ao Rio, via EUA, não se abstinha de comentar as facilidades de deslocação que os avanços tecnológicos haviam produzido nos últimos anos: “É incrível como se pode percorrer tão longa distância em tão pouco tempo! E a feliz coincidência do oferecimento que me foi feito para vir no avião da Panair, permitiu que viesse de Washington para o Rio de Janeiro em 20 horas quando o avião de linha gastaria 3 dias, devido às paragens.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1946. AOS/CD-17, fls. 342-351.

⁷⁰ Nesta sua viagem aos EUA não se ficaria por aquelas que seriam as suas intenções iniciais. Além de ter feito e recebido algumas visitas pessoais, Theotónio Pereira visitou o Consulado português em Nova Iorque, inteirando-se das condições em que laborava – tendo-lhe parecido excelentes –, e foi a Washington com o objectivo de conhecer o terreno e a casa que tinham sido adquiridas pelo Estado português para aí, e depois das necessárias reformas, ser instalada a Embaixada e a Chancelaria que, entretanto, estavam provisoriamente instaladas num hotel. No meio de tudo isto, Bianchi, o embaixador em Washington, não mostrara “disposição de valorizar a [...] passagem”

“Impossível ficar calado!”

passar ao seu lado pelos meios que interessavam de modo a desfazer-se das últimas manchas que, junto de gente respeitável, ainda o podiam ligar ao fascismo.⁷¹

“Este é o Brasil de agora.”⁷²

Regressado ao Brasil, depois de em Lisboa se ter reunido para consultas com Salazar,⁷³ encontrou um ambiente bem mais favorável a Portugal. Salvo as excepções do costume, a imprensa publicou notícias agradáveis sobre a sua passagem pelos EUA, enquanto tanto no Governo como na oposição os adversários de Portugal, na versão de Theotónio Pereira, viravam cada vez mais as suas atenções para outros assuntos. Embora esse facto não devesse necessariamente consolá-lo, verdade foi que aqueles sectores da política e da imprensa brasileira que num passado recente haviam criticado violentamente o embaixador português, passaram a apontar algumas das suas baterias para Samuel Hoare, criticando a cumplicidade deste com os fascismos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial – o português e o espanhol.⁷⁴ Os ataques do *Correio da Manhã*, chegaram a fazer com que Theotónio Pereira temesse que Hoare se “arrependesse de exteriorizar a sua estima” pelo embaixador português, isto depois da própria legação britânica ter mostrado afiçãõ pela natureza e alcance dos factos

Theotónio Pereira pelos EUA. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 342-351.

⁷¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 17 de Março de 1946. AOS/CD-17, fls. 324-335. Entretanto, Hoare voltara a escrever a Theotónio Pereira para lhe comunicar que estava a preparar um livro de memórias sobre a missão que desempenhara em Espanha durante a Segunda Guerra Mundial. Revelava que nelas iria prestar tributo a Salazar e expressar todo o agradecimento pela ajuda que Theotónio Pereira lhe dera no cumprimento da sua missão. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1946. AOS/CD-17, fls. 336-341.

⁷² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 27 de Agosto [de 1946]. AOS / CP-213, fls. 189-193.

⁷³ Theotónio Pereira encontrou Salazar com saúde debilitada. Por isso, tentou ser-lhe útil durante a passagem por Washington. “Como não consegui encontrar em Lisboa, pedi ao Bianchi que enviasse a V. Ex.a [...] os tais sais ingleses muito bons para combater as tonturas. Irá um frasquinho dos antigos e uns comprimidos novos que se levam no lenço e se quebram em caso de necessidade. Produzem imediato alívio.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Maio [de 1946]. AOS/CD-17, fls. 342-351. Este estado de depressão iria prolongar-se até finais de 1946. “A saúde do Dr. Salazar, porém, não era boa. A depressão mantinha-se. Ia assegurando a rotina do Governo, mas queixava-se de falta de sono, não conseguia dormir mesmo tomando soníferos, tinha vertigens, comia mal, trazia consigo uma tristeza profunda e dificilmente encarava a hipótese de fazer qualquer trabalho intelectual mais pesado, como seria um discurso político de importância.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 271. Apesar disso, e por insistência dos seus colaboradores políticos, discursa na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional que decorre no mês de Novembro no Liceu Filipa de Lencastre, em Lisboa. Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 58 e Oliveira Salazar, “Relevância do Factor Político e a Solução Portuguesa” in *op. cit.*, pp. 243-262.

⁷⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 2 de Junho [de 1946]. AOS/CD-17, fls. 353-357.

“Impossível ficar calado!”

relatados e comentados pela imprensa. No entanto, Hoare manteve-se ao lado de Theotônio Pereira.⁷⁵

Mas além de se terem produzido ganhos importantes em consequência do aproveitamento da viagem de Hoare ao Brasil e dos termos elogiosos em que Hayes se tinha referido à colaboração de Portugal e de Theotônio Pereira com os Aliados durante a Guerra, a posição do Governo foi melhorando como consequência da criação de uma política de informação, ou de propaganda, que tinha como objectivo melhorar a imagem de Portugal e do Estado Novo no Brasil. Era um trabalho que pretendia apresentar resultados muito necessários tanto junto da opinião pública e da classe política brasileiras, como das colónias de portugueses dispersas pelo Brasil e que, na opinião de Theotônio Pereira, tinham sido progressivamente deixadas ao abandono pelo embaixador Martinho Nobre de Mello e pelo próprio Governo português, o que provocou uma crescente indiferença por parte dos emigrantes ou dos seus descendentes em relação às suas raízes, e uma maior permeabilidade à influência política e ideológica exercida por elementos da oposição radicados naquele País. É claro que uma coisa eram as instruções que o novo embaixador levava na bagagem, outra a criação e o aperfeiçoamento de uma política de propaganda portuguesa que tinha como alvo o Brasil no Brasil, mas, também, o Brasil em Portugal. Tendo em conta aquilo que teria em mente e que acordara com Salazar aquando da sua estada em Lisboa em Abril e Maio, certo foi que a situação de grande instabilidade política encontrada já em Janeiro, com mudança de Governo e de regime, a hostilidade declarada por parte quer da imprensa quer de uma fatia da comunidade portuguesa instalada no Brasil, tanto em relação ao novo embaixador como ao Estado Novo, que acusavam de ser um dos últimos regimes fascistas da Europa e anacronicamente sobrevivente à guerra, forçou Theotônio Pereira a propor uma alteração de procedimentos. Fê-lo, em especial, no domínio do tratamento a dar pela imprensa portuguesa aos acontecimentos que iam tendo lugar no Brasil e à forma como Portugal e o Governo português eram tratados por certos sectores da imprensa e da política brasileiros. Até aí, e do ponto de vista do embaixador, Portugal tinha praticado sistematicamente uma política de abnegação, aceitando naturalmente uma série de factos consumados que não pareciam servir uma política nova naquele País da América do Sul. Como recordava a Salazar, em tom muito crítico,

A nossa política tem sido fingir que se ignoram certas realidades. Não se acusam os toques. Resultado: os brasileiros estão cada vez mais susceptíveis e nós temos cada vez menos direito de nos queixarmos seja do que for. Levadas as coisas a este extremo, isto só acusa fraqueza da nossa parte e não oferece o menor estímulo aos elementos que nos poderiam ser favoráveis.

⁷⁵ “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 11 de Junho [de 1946]. AOS/CD-17, fls. 358-359.

“Impossível ficar calado!”

E depois concluía com uma crítica veemente à política até aí seguida em relação ao Brasil, afirmando que tudo aquilo que Portugal fazia era continuar a “deitar azeite nas ondas”, quando os factos indicavam que se estava a ir “longe de mais na política de acalmção.” Precisamente no decurso da sua última ida a Lisboa, Theotónio Pereira procurara resolver este problema afirmando que Portugal deveria passar a ter uma política – presumindo que nas últimas décadas tivera alguma –, mais agressiva e determinada. Na sua opinião, e muito por causa da forma como entendia a política em geral, e a política externa em particular, a questão da gestão da informação, e em particular o comportamento da imprensa portuguesa no tratamento da informação relativa ao Brasil, era de uma enorme importância. Valia por isso a pena “levantar um pouco o véu” e permitir que os jornais portugueses transmitissem à “nossa gente” uma “ideia menos optimista de certas reacções brasileiras a nosso respeito.” Ora do ponto de vista das vantagens políticas para Portugal, uma alteração no comportamento da censura e dos jornais tinha como vantagem o lançamento de uma política de “verdade”. Essa “política de verdade”, na sua opinião, teria o mérito de provocar em Portugal “certas reacções” e, finalmente, exercer no Brasil uma “acção” que fizesse ver aos brasileiros que o Governo de Lisboa não fechava sistematicamente “os olhos ante agravos sem perdão nem explicação fácil.”⁷⁶

Por outro lado, do seu ponto de vista era também claro que a forma deficiente como a imprensa portuguesa tratava os assuntos respeitantes ao Brasil, em especial os “ataques” de que Portugal estaria ali a ser alvo, prejudicava o labor da embaixada os princípios de política externa que orientavam o Governo português. Para Theotónio Pereira esta atitude correspondia a uma omissão grave e injustificável, além de pessoalmente preocupante, uma vez que punha em causa a importância e o alcance político-diplomático do seu trabalho. Queixava-se a Salazar de que os cortes feitos, “certamente na melhor das intenções”, pelo *Diário de Notícias*, aos ataques sofridos por Portugal e pelo seu embaixador no Rio, tinham não apenas o condão de omitir factos importantes em si mesmo mas, sobretudo, de fazer com que “as nossas vitórias” no Brasil acabassem “por não se notar.” Por exemplo, a avaliar pelo comportamento do *Diário de Notícias*, “tão brando e pacífico parecia o ambiente, que dir-se-ia uma batalha de flores com cortejos, banquetes e sessões solenes.” Theotónio Pereira reconhecia “que para dar notícias em termos, era preciso apurado sentido de medida exacta, para não se criar alarme ou desânimo.” No entanto, era “igualmente mau suavizar tudo.” Em particular, queixava-se a Salazar do facto de ter sido amputada uma parte de uma entrevista por si dada àquele matutino. O corte caíra precisamente sobre uma declaração em que se referia em termos críticos aos sectores da

⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1946. AOS / CP-213, fls. 186-187.

“Impossível ficar calado!”

colônia portuguesa que ousavam divergir daquele que era o rumo político definido pelo Estado português. Theotônio Pereira considerava que esse corte apenas contribuía para que persistissem os equívocos. A “verdade absoluta” era que, ao chegar ao Brasil em Janeiro de 1946, constatara que a colônia estava afastada do seu Governo e na sua grande maioria muito próxima dos sectores “extremistas” da oposição – nomeadamente “comunistas” –, mas que, entretanto, fruto do trabalho político por si realizado, passara-se esmagadoramente para o lado do Governo que pouco antes desprezava ou, no mínimo, ignorava.⁷⁷ Tendo competido a Forjaz Trigueiros preparar a “entrevista” e, portanto, quem devia explicar o critério que presidira ao corte – “decerto na melhor das intenções” – que deixava na sombra os méritos e as vitórias, sobretudo, de Theotônio Pereira, a verdade era que não só ninguém tinha ainda explicado os motivos daquela atitude, como o queixoso suspeitava da existência de uma mão de António Ferro, uma vez que este era um claro “partidário” da política “de derramar sistematicamente azeite e de dar a impressão que vivemos aqui no melhor dos mundos.”⁷⁸ E resumia depois os termos em que, no Brasil, conduzia o combate político e porque motivo, com os erros cometidos em Lisboa, não podia ser mais eficaz:

*Os portugueses pensam pois que aqui não existem problemas. Esta falta de reacção tem efeito deletério sobre a nossa colónia que não percebe que se trague tudo sem pestanejar. Se em Lisboa se pinta assim a vida no Brasil, como hão de acreditar aqui que é verdadeira a versão da nossa vida que de lá nos é apresentada?*⁷⁹

⁷⁷ À chegada de Theotônio Pereira ao Brasil, a colônia portuguesa foi descrita da seguinte forma: “A Colônia portuguesa é numerosa e encontra-se muito dividida, por falta de elemento coordenador, principalmente porque viveu e vive inteiramente à margem da Embaixada. No Rio de Janeiro, graças a portugueses da envergadura moral e social de Albino de Sousa Cruz e dr. Souza Baptista, a colônia é susceptível de unidade. Basta para isso que o Embaixador saiba e queira aproximar-se dela – ou permitir que ela se aproxime do Embaixador, tarefa, aliás, fácil. Através de vários centros regionais – testemunho de um patriotismo são – a colônia, não obstante a sua dívida de gratidão pelo Brasil, mantém íntegro o amor da Pátria. É gente humilde, trabalhadora que não esqueceu nem esquece a sua terra natal – a sua pátria pequenina. O regionalismo dos transmontanos, dos beirões, dos minhotos, como dos poveiros do mar é um índice admirável de portuguesismo. Há [que] falar a toda essa gente, conviver com ela, medidas as devidas distâncias, porque todo o seu entusiasmo redundará em louvor a Portugal.” Armando Boaventura, *op. cit.*, p. 3. Espólio de Pedro Theotônio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁷⁸ Esta observação era verdadeira e podia ser aplicada a muitas das principais figuras do regime e ser até definida como uma estratégia de acção que tinha origem em Oliveira Salazar e que se definia pela extrema preocupação sobre aquilo que era dito sobre Portugal no estrangeiro. Por exemplo, na sequência da intentona da Mealhada, de Outubro de 1946, o encarregado de negócios norte-americano em Lisboa, Edward S. Crocker, fazia notar a preocupação de António Ferro e do Governo – através do SNI e do *Diário da Manhã* –, pela forma e pelo conteúdo dos despachos sobre o evento que a Reuters, a Associated Press e a United Press tinham enviado para o estrangeiro, tudo por causa de notícias aparentemente falsas que o *Daily Mail* tinha publicado no Reino Unido. E depois concluía: “Up until the present there has been no official censorship of the news sent out of Portugal. However, the foreign press representatives here believe that MANHA’s article may well presage the application by the Government of censorship restrictions to outgoing press despatches.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 1169, 22 de Outubro de 1946, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6365 (853.00/10-2246).

⁷⁹ Theotônio Pereira propunha, por exemplo, que como reacção a uma campanha intolerável e injustificável levada a cabo pela imprensa brasileira a propósito de um incidente “insignificante” envolvendo um navio português em Nova

“Impossível ficar calado!”

Theotónio Pereira queria então a verdade, ou aquilo que entendia ser a verdade, em torno da forma como o Brasil devia ser visto em Portugal, porque essa verdade reforçaria os objectivos da política brasileira do Estado Novo mas, sobretudo, porque daria ao embaixador no Rio uma projecção de que absolutamente necessitava, tanto para se afirmar junto dos portugueses radicados no Brasil, como da “opinião pública” no seu próprio País. Era uma dupla necessidade política por parte de alguém que não queria nem suportava viver no anonimato e para quem a política, desde sempre, mas cada vez mais à medida que o tempo ia passando, necessitava do constante reconhecimento público do seu mérito na acção. Para alguém que conquistara a pulso notabilidade política e social no seu País – visível na proximidade com Salazar e com outras figuras notáveis do regime –, que considerava ter servido em Espanha de modo irrepreensível, era insuportável estar colocado a milhares quilómetros de distância em ambiente hostil sem uma cobertura regular da imprensa portuguesa que desse nota da sua existência e eco dos seus triunfos.

Por finais de Agosto de 1946, com o impasse por desfazer, era dada nota de que não apenas o “acordo cultural” de Setembro de 1941 não funcionava “em absoluto” no Brasil, como dele não se encontrava o “menor vestígio”. Daí que Theotónio Pereira pedisse que se deixassem de pagar em Lisboa “600 contos por ano com a secção brasileira [?]”, e se passasse a investir apenas parte dessa quantia tão volumosa na política de informação e propaganda que Theotónio Pereira desde sempre considerara essencial. Simplesmente, e para fosse politicamente eficaz a sua utilização, sublinhava que em circunstância alguma podia ser António Ferro a orientar o “serviço de noticiário” português no Brasil e do Brasil em Portugal. É que já se sabia que não conseguia sair “da sua maneira nem das suas ideias.”⁸⁰ No domínio da organização de uma nova política de informação, Theotónio Pereira certamente que não ignorava as opiniões emitidas por Armando Boaventura no relatório “confidencial” já citado e no qual, produto de uma observação próxima e aturada da situação de Portugal e dos portugueses no Brasil, chegara à conclusão de que a “acção” do Secretariado de Propaganda Nacional naquele País não conseguia ser “coroada de êxito.” Embora aquilo que dizia a Salazar sobre António Ferro não fosse o que lhe comunicara Armando Boaventura, a verdade é que como ele descartava os méritos propagandísticos que na década de 1930 tinham guindado António Ferro ao topo da

lorque, em vez de abafar o caso os jornais portugueses tivessem sido incentivados pelo Governo a dar “duas vergastadas rijas”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1946. Loc. cit..

⁸⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 23 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 404-411.

“Impossível ficar calado!”

estrutura política do Estado Novo.⁸¹ Para Armando Boaventura, e “ainda que injustamente”, o homem de topo do SPN era “considerado germanófilo”, assim como os seus “delegados ou representantes. Daí que a medida politicamente mais sensata que o Governo português através da sua Embaixada no Rio” deveria tomar era nada menos do que “liquidar” a presença do SPN no Brasil e procurar manter alguma influência junto da secção portuguesa do Departamento de Imprensa e Propaganda – organismo brasileiro que corresponderia, grosso modo, ao SPN –, dirigida pelo visconde de Carnaxide. É claro que depois do golpe de Outubro, também o DIP estava desacreditado e a própria restauração da liberdade de imprensa o tornava ridículo e até desnecessário e ineficaz. Mas mesmo assim seria certamente menos inútil do que o SPN. Face à nova realidade, as “campanhas” tinham deixado de ter o “menor controle”, ainda mais tratando-se o Brasil de um País “propenso ao ódio, à intriga, à difamação, por caprichos pessoais ou por interesses materiais.” Independentemente de Armando Boaventura sustentar a opinião de que o “dinheiro” tudo pagava ou fazia pagar, acabava por considerar verdadeiramente eficaz apenas a “propaganda comunista”, mesmo que não se manifestasse junto das “massas”, mas nos meios intelectuais, onde pontificavam figuras como Gilberto Freire ou José Lins Rego.⁸² Ora quando da sua ida a Lisboa em Novembro de 1946, Theotónio Pereira conseguiu convencer Salazar da total ineficácia do SPN, dos métodos utilizados por António Ferro e do trabalho do visconde de Carnaxide, sendo aceite a sua ideia de instalar no Brasil os serviços da agência de notícias a criar brevemente pelo Governo português. No entanto, e com esta já instituída, tendo-se espalhado a notícia da sua criação no Brasil e da disponibilização de importantes verbas para o seu funcionamento, toda a operação foi suspensa por Theotónio Pereira, mesmo tendo em conta a falta que fazia para levar a bom porto a política desenhada pelo Salazar e pelo embaixador português no Rio. É que a partir do momento em que a imprensa brasileira teve conhecimento da iniciativa, atacou-a imediatamente, tornando no imediato impraticável.⁸³

O ambiente hostil, fortemente anti-português e anti-Estado Novo, no qual o confronto protagonizado por Pedro Theotónio Pereira se desenrolaria, era do seu ponto de vista protagonizado por vários sectores da vida política e social brasileira. E se a esquerda brasileira foi aquela que, em primeiro lugar, hostilizou Theotónio Pereira e, através, dele, o salazarismo e a

⁸¹ Diga-se que quando estivera em Espanha, mais do que uma vez Theotónio Pereira se queixara a Salazar da inoperância e inconveniência da acção de António Ferro, dos seus homens e dos seus serviços.

⁸² Armando Boaventura, *op. cit.*, pp. 5-6. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação.. ACMPTP.

⁸³ “[...] teria sido possível com inteligência e com descrição, se o Ferro se convencesse que [...] toda a sua máquina (secção brasileira do SNI e Camaxide) não têm aqui a menor eficácia. São mitos. Por agora, o único remédio para a intriga que se levantou, é não fazer nada.

Felizmente não fui atingido.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 4 de Março de 1947. AOS/CD-18, fls. 53-57.

“Impossível ficar calado!”

sua natureza fascista, fazendo alastrar a sensibilidades moderadas essa hostilidade, verdade era que em vários episódios se percebia que alguns sectores da vida brasileira aproveitavam afinal a natureza política e ideológica do salazarismo para exteriorizarem sentimentos de uma xenofobia estrutural em relação aos portugueses.⁸⁴ Este tipo de atitudes ficava bem patente em episódios que Theotónio Pereira considerava em si mesmos insignificantes mas que, paradoxalmente, não podiam ser ignorados. Era o caso, por exemplo, da descoberta pela polícia brasileira de que o *Serpa Pinto* houvera transportado “cerca de mil litros de azeite” de contrabando. A propósito deste facto, a imprensa teria então criado um imenso escândalo, com “campanhas de ódio contra Portugal, contra o *Serpa Pinto* (‘navio contrabandista’) e contra os portugueses, acusados de fazerem mercado negro [...]” Para Theotónio Pereira a situação era clara: “o espírito de certa imprensa do Brasil para conosco é isto: ódio selvagem não contra a situação, mas contra tudo o que é nosso, com justiça ou sem ela.” Assim sendo, e enquanto houvesse em Lisboa quem continuasse a achar que a política brasileira do Governo português devia ser a de permanecer calado e de “fechar sempre os olhos” – e nesse caso seria até melhor deixar de mandar para Lisboa informação sobre os problemas portugueses no Brasil na falsa esperança de que a imprensa portuguesa a publicasse –, a acção de Theotónio Pereira estava condenada ao fracasso. Era verdade que para procurar ajudar a resolver este problema chegara entretanto ao Rio de Janeiro um delegado do Secretariado Nacional de Informação que já “tomara o pulso à situação.” Porém, caso não mudasse a atitude em Lisboa em relação a este tipo de problemas nada daquilo que fosse feito no Brasil podia ter grandes resultados.⁸⁵ Nesta política em que a luta em torno da forma e do conteúdo da informação era tudo, constata-se que a par dos recursos normalmente utilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, os instrumentos de propaganda do regime, funcionando através da imprensa, não só desempenhavam um papel essencial, como Theotónio Pereira continuava a ser alguém com uma grande vocação para instrumentalizar e rentabilizar este domínio vital da acção política e diplomática.

No início de 1947, a atenção por si prestada à questão do tratamento da informação permitiu-lhe rejubilar e felicitar Salazar pela prevista criação para breve de uma “agência de

⁸⁴ Na sequência da discussão e aprovação pela Constituinte de um novo estatuto legal para os emigrantes portugueses no Brasil, Pedro Theotónio Pereira ouviu da boca de Aureliano Leite – o autor da emenda que favorecia os interesses portugueses –, que embora se pudessem considerar os ataques a Theotónio Pereira como uma consequência do facto de ser no Rio de Janeiro o representante de Salazar, a verdade era “que mesmo que o não fosse” seria igualmente “atacado.” Aureliano Leite reconhecia que existia no Brasil “um movimento de opinião contra Portugal,” que era de “toda a vida. O próprio António José de Almeida”, quando em 1922 visitara o Brasil, não pudera “ir a São Paulo”, tal seria ali a antipatia para com Portugal e os portugueses. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 418-426.

⁸⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1946. Loc. cit.

“Impossível ficar calado!”

notícias” portuguesa,⁸⁶ especialmente pelo facto do início da actividade desta ir coincidir com um momento em que a “imprensa” hostil no Rio de Janeiro fora quase completamente “neutralizada”, o que permitia rentabilizar o seu potencial. Ao longo de toda a sua vida pública a intervenção de Theotónio Pereira no domínio da informação foi sistemática e praticamente ininterrupta, mas foi no Brasil que atingiu proporções nunca antes imaginadas, sendo essencial para o perceber o facto de vigorar no Brasil um regime de liberdade de imprensa. Se por um lado esta realidade colocava o embaixador e o País que representava à mercê de sectores tidos como hostis, também permitia que Theotónio Pereira aproveitasse todo seu talento de manobrador, manipulador e de sedutor junto daquela imprensa que estivesse disposta a dar apoio às suas intenções. Assim, se em Portugal como em Espanha sempre se vira limitado na sua acção pelo mais ou menos forte e rigoroso controle da imprensa conduzido pelos respectivos Governos, no Brasil a ausência desse controle permitia-lhe agir e reagir com alguma liberdade e medir-se de igual para igual com os seus adversários. Contradizendo as suas queixas, a verdade era que tinha sido em Espanha e não no Brasil que estivera à mercê dos caprichos da imprensa. No Brasil era atacado impiedosamente, mas a partir do momento em que passou a ter argumentos e a conhecer os meandros da imprensa carioca, passou a estar em condições de contra-atacar ou até de tomar as suas iniciativas. Em Espanha foi algumas vezes pessoal e politicamente enxovalhado, humilhado, e não só não podia ripostar nos termos em que desejasse fazê-lo, ou em quaisquer outros, como o fim ou a diminuição dos ataques de que era alvo dependia quase sempre dos interesses e dos caprichos das autoridades, das sensibilidades, que controlavam a imprensa. Em Espanha, por exemplo, a certa altura deixaram de poder circular jornais portugueses e as notícias sobre Portugal ou portuguesas sobre o que se passava em Espanha, eram cortadas de forma cuidadosa para não dizer sistematicamente. Do facto se queixara inúmeras vezes às autoridades espanholas e, por causa do seu silêncio, sentia-se muitas vezes desamparado, frustrado e impotente. No Brasil, reconhecendo a existência de liberdade de imprensa e as vantagens que concedia a todos os contendores, lamentava sobretudo, apesar de fazer outro tipo de queixas, o facto dos jornais portugueses, por causa das autoridades em Lisboa, não poderem ser suficientemente agressivos. Ou seja, era mais por causa da censura praticada em Portugal do que pela liberdade de imprensa que ia vigorando no Brasil que se via

⁸⁶ Em Dezembro chamara a atenção de Salazar para o facto de o grosso das notícias sobre Portugal publicadas pela imprensa brasileira terem origem em agências noticiosas estrangeiras. Por isso, sublinhava ser da maior utilidade o rápido início de trabalhos” pela “nossa agência de notícias.” E continuava: “Tenho a certeza que a sua influência se fará sentir não só no Brasil mas até em muitos outros países pela utilização do seu noticiário por parte das outras agências. Precisamos é romper com o silêncio que cerca as nossas acções e as nossas boas razões.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 13 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 477-484.

“Impossível ficar calado!”

privado dos aliados de que necessitava na luta política e pessoal que conduzia. Repetiam-se a *contrário* as limitações que entre 1938 e 1945 lhe tinham sido impostas pelos espanhóis, diminuindo extraordinariamente a sua capacidade de acção.

Mas mesmo assim agia. A certa altura convenceu-se de que tinha conhecido uma figura notável da colónia portuguesa que, acompanhado por um grupo representativo desta, se prestara a fazer uma diligência junto do “dono” do *Correio da Manhã*, um dos jornais mais hostis a Portugal e ao seu embaixador no Brasil. Caso a iniciativa fosse bem sucedida, havia finalmente a esperança de se poder cortar a “válvula” que alimentava uma já longa e intensa campanha contra Portugal e o seu Governo. Esta era, claro está, uma iniciativa inovadora para a colónia lusitana radicada no Brasil. Obrigava-a a sair dos “costumes” e “atmosfera” próprios do País em que se radicara, e que após uma estada prolongada acabara por amolecê-los.⁸⁷ Mas mesmo assim, um par de semanas mais tarde, Theotónio Pereira podia assegurar a Salazar que depois de todas as iniciativas por si pensadas e por outros parcialmente executadas, haviam passado já “três semanas” sem que o *Correio da Manhã* atacasse o Governo português, o que lhe permitia dizer que haviam sido liquidadas “as campanhas contra Portugal e contra o seu Governo e homens de Estado.”⁸⁸ Mesmo que não fosse verdade – e talvez Theotónio Pereira não soubesse ainda que não podia ser verdade –, uma vez que certa imprensa brasileira, e em particular o *Correio da Manhã*, continuaram a trazer notícias e comentários mais ou menos críticos sobre o Governo português,⁸⁹ importante foi que o embaixador percebera a lógica de funcionamento do sistema e a melhor maneira de o pôr ao serviço dos seus interesses e dos interesses que representava.⁹⁰ Assim, em finais de 1946, a “maré” era de tal forma “favorável” que estava em condições de usar o conservador *Globo* contra o progressista *Tribuna Popular* e até de ter de responder ao assédio feito por alguns jornais que, após o regresso a Lisboa, lhe pediam

⁸⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 5-10.

⁸⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls.23-34.

⁸⁹ O quadro geral da imprensa brasileira foi a apresentada a Theotónio Pereira nos seguintes termos: “Quanto à Imprensa brasileira está esta – hoje mais do que ontem – dividida. Na sua quase totalidade é hostil, não a Portugal, mas ao Governo de Portugal, contra o qual faz sistemática campanha, de perto coadjuvada por dois elementos portugueses cujos nomes importa que aqui consignar: – Tomaz Ribeiro Colaço e Lúcio Pinheiro Santos. Tomaz Colaço é um caso patológico – física, fisiológica e biologicamente considerado, até mesmo quando a política intervém na patologia... É um caso de inversão!

Lúcio Pinheiro dos Santos é um antigo democrático que se diz assistente de professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Porto.” Um e outro tinham “jornais e revistas, [...] importantes” que aceitavam e publicavam “a sua prosa antinacionalista, antipatriótica. Entre outros, o importante ‘Correio da Manhã’, o ‘Diário de Notícias’ do Rio de Janeiro.” Armando Boaventura, *op. cit.*, pp. 4-5. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁹⁰ Embora as circunstâncias não fossem as mesmas, a liberdade de imprensa não se exercesse do mesmo modo, em 1946 e 1947 Pedro Theotónio Pereira ter-se-á certamente recordado do ambiente que conhecera em Lisboa nos tempos em que militara no Integralismo Lusitano, enquanto vigorou a República.

“Impossível ficar calado!”

insistentemente entrevistas.⁹¹ Concedeu quatro. A maior à *Voz de Portugal* e as outras à *Noite*, ao *Globo* e à *Vanguarda*.⁹² Apesar dos riscos que as entrevistas comportavam, uma vez que se ficava “sempre à mercê das asneiras que fatalmente” se “atribuem” aos entrevistados num País em que não havia “controle possível.” Mas era também a única possibilidade de ser ouvido e de ficar “alguma coisa.”⁹³ Apesar das reacções que provocaram pelas críticas que continham aos meios oposicionistas portugueses radicados no Brasil, a verdade era que aquelas já não produziam o efeito, tanto em Theotónio Pereira como na opinião pública, que antes conseguiam. O Brasil mudara.

“[...] esta batalha esteve perdida.”⁹⁴

Depois de por finais de 1945 ter uma vez mais parecido que se poderia resolver o problema do permanente e aparentemente irreversível do afastamento entre o português do Brasil e o português de Portugal, com a eleição da Constituinte tornou-se evidente que não apenas essa velha dificuldade não iria chegar a bom porto, como uma outra, também no domínio da língua, poderia nascer. O acompanhamento que fez dos trabalhos que tinham lugar na Câmara de Deputados permitiu-lhe concluir com preocupação que determinados sectores não apenas não se mostravam nada preocupados com a questão de uma harmonização ortográfica mínima entre os dois ramos do português, como advogavam que a nova Constituição estabelecesse o reconhecimento de uma nova língua nacional que seria o brasileiro. Independentemente de poderem existir outras causas – e elas existiam certamente –, para Theotónio Pereira o simples facto de ser colocada a hipótese de uma substituição do português pelo brasileiro como a língua oficial do Brasil, com as alterações mais ou menos artificiais no idioma escrito que tal medida implicaria, afastando-a ainda mais do padrão linguístico que seria o português usado em Portugal, não manifestava outra coisa senão um dos vários sintomas do revanchismo que tomara conta de algumas esferas da sociedade brasileira.⁹⁵ Embora os seus recursos neste domínio fossem muito reduzidos, Theotónio Pereira decidiu-se pelo contra-ataque. Pronunciou um discurso sobre as relações culturais luso-brasileiras, no qual não apenas marcou a posição

⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 13 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 477-484.

⁹² A entrevista à *Noite* saíra com “duas inexactidões numa coluna de prosa sobre o abastecimento em Portugal.” As outras duas estavam para sair mas Theotónio Pereira tinha mais “confiança nos textos” porque lhe fora possível “passar pela vista as notas das respostas.” Idem, *ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 4 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 360-363.

⁹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 27 de Agosto [de 1946]. AOS / CP-213, fls. 189-193.

“Impossível ficar calado!”

do Governo de Lisboa sobre a questão, como forçou Pedro Calmon e Neves da Fontoura a comprometerem-se publicamente sobre o assunto ao fazerem “afirmações concretas sobre a questão da língua e sobre a cultura portuguesa.”⁹⁶ Acerca o mesmo assunto, escrevia três semanas mais tarde:

*Chego a pensar que esta batalha esteve perdida. A proposta teve a assinatura da maioria dos membros da Constituinte. Agora, as coisas vão melhor. Esta reviravolta a nosso favor tem trazido muita gente boa a fazer a nossa defesa e há até muitos que vieram fazer amende honorable [sic.]. Tudo o que se possa fazer pela reafirmação do nosso prestígio pode ter agora importância decisiva.*⁹⁷

Tendo no início ficado decidido que a questão da língua seria resolvida por uma Comissão de especialistas escolhida pelo Ministério da Educação e aprovada pelo presidente da República, quando foi informalmente conhecida por Theotónio Pereira a sua constituição – informação que lhe foi passada oficiosamente por Pedro Calmon –, ficou finalmente descansado e convicto de que em circunstância alguma a nova Constituição iria consagrar o brasileiro como língua nacional ou oficial do Brasil.⁹⁸

A reunião da “Constituinte” trouxe ainda à discussão a possibilidade de se eliminarem as “restrições de trabalho para os portugueses” no Brasil. A forma como Theotónio Pereira acompanhou a discussão da chamada “emenda Acúrcio Torres”, uma iniciativa que pretendia precisamente liquidar grande parte das restrições existentes ao estabelecimento de portugueses no Brasil, demonstra não só a importância económica e social que para Portugal poderia voltar a ter a emigração em geral e a emigração para o Brasil em particular, como a noção que o Governo de Lisboa tinha da emigração enquanto sector estratégico da economia do País, da sua enorme importância para a respectiva saúde financeira e comercial e, claro está, para a preservação de alguma estabilidade política e social. No entanto, o acompanhamento desta questão revela o interesse em garantir que a emigração para o Brasil se faria tanto quanto possível de uma forma digna e humana, uma vez que eram conhecidas do Estado Português as condições humilhantes em que muitos portugueses não só emigravam para aquele destino, como aí eram obrigados a trabalhar.⁹⁹ Uma maior abertura das fronteiras brasileiras à emigração

⁹⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 11 de Junho de 1946. AOS/CD-17, fls. 358-359.

⁹⁷ Nesta “batalha da língua” que ia assim decorrendo, nomeava o “sr. Prazeres” como o “inventor da língua brasileira e caudilho do movimento há 15 anos a esta parte.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 4 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 360-363.

⁹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 6 de Outubro de 1946. AOS/CD-17, fls. 457-464.

⁹⁹ A preocupação do Governo português com o problema da emigração levou à publicação, em 29 de Março de 1947, do decreto lei n.º 36 199 que suspendia a emigração portuguesa, excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulassem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países de destino. A partir desta data, e sem grande esperança, Theotónio Pereira tentou abrir negociações para a celebração de um acordo luso-brasileiro que regulasse os fluxos migratórios entre os dois Países. A 28 de Outubro do mesmo ano foi criado,

“Impossível ficar calado!”

portuguesa seria sempre uma maneira de contornar este problema, sendo que uma das razões que impediu a aprovação da emenda “Acúrcio Torres” – embora não a única nem a mais importante –, foram as pressões exercidas por interesses económicos ligados à emigração, e à emigração portuguesa em particular, que desejavam manter o *status quo* de modo a poderem continuar a recrutar mão de obra sem direitos para a execução de trabalhos extremamente duros a baixo custo.¹⁰⁰

A forma como num outro domínio o Estado brasileiro parecia querer continuar a tratar os emigrantes portugueses, nomeadamente concedendo-lhes alguns benefícios de cidadania apenas a troco da sua naturalização, deixava Theotónio Pereira frustrado pelo facto de a mudança de regime em curso não ter permitido concluir com as autoridades brasileiras as negociações que neste domínio estavam em curso já em Maio de 1944. Nessa altura, Neves da Fontoura, na qualidade de embaixador do seu País em Lisboa, submeteu “à apreciação do Governo português um projecto de diploma a publicar no Brasil” e no qual se previa a concessão de um “estatuto especial” aos portugueses ali radicados.¹⁰¹ As autoridades do Rio de Janeiro estavam dispostas a autorizar a “livre entrada dos portugueses no Brasil”, a conceder “direitos públicos e privados” de que apenas os brasileiros usufruíam, embora “com as restrições impostas pela lei constitucional,” além da “facilitação e estímulo à naturalização.”¹⁰² A esta proposta tinham as autoridades portuguesas respondido favoravelmente, embora desejando que a sua promulgação pelas autoridades brasileiras se fizesse não através de diploma legal brasileiro, mas pelo recurso à negociação de uma convenção luso-brasileira que contemplasse os direitos dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal, o que, nos termos propostos do Governo português, não era possível à luz das disposições constitucionais brasileiras. Alertadas para o problema, as autoridades portuguesas reconheceram a vantagem do

no Ministério do Interior, a Junta de Emigração (decreto lei n.º 36 558) que apresentava disposições relativas à protecção ao emigrante e ao condicionamento da emigração.

¹⁰⁰ O problema da entrada e circulação da mão de obra portuguesa no Brasil e da brasileira em Portugal, ficou apenas resolvida em 1953 com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, nomeadamente pelo disposto no seu artigo V (“As Altas Partes Contratantes [...] permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e protecção da saúde pública.” Citado em Dário Moreira de Castro Alves (org.), *op. cit.*, p. 306.

¹⁰¹ Apesar de Neves da Fontoura ser acusado por Theotónio Pereira de assumir atitudes que em nada favoreciam os interesses de Portugal, verdade era que se tratara não apenas da figura pública do Estado brasileiro a quem foi oferecido por Pedro Theotónio Pereira o “primeiro dos seus jantares no Rio de Janeiro”, como nesse mesmo evento, e em nome do presidente da República, foi agraciado com as insígnias da grã-cruz de Santiago e Espada, em “memória” da sua “participação no estabelecimento da Convenção Ortográfica [...]”. No discurso que pronunciou no acto de entrega da condecoração, dirigiu-se a Theotónio Pereira elogiando-lhe a “inteligência clara, a cultura aprimorada, a simpatia irradiante, o tacto aperfeiçoado nos actos da carreira.” João Neves da Fontoura, *Palavras aos Portugueses. Prefácio de Júlio Dantas*, s.e., Lisboa – Rio, Edições Dois Mundos, s.d., pp. 181-184.

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 220.

“Impossível ficar calado!”

tratamento do problema através da promulgação de legislação interna nos respectivos países.¹⁰³ Também neste domínio, o golpe militar de 29 de Outubro de 1945 alterou profundamente as intenções da diplomacia de um dos dois Estados em presença, tendo Theotónio Pereira enfrentado no Brasil uma batalha política em que se tornou evidente uma total indisponibilidade por parte do Governo de Eurico Dutra para retomar quaisquer negociações. Face à situação existente, parecia evidente que desaparecia em ritmo acelerado o número de cidadãos portugueses que mantinham a sua nacionalidade depois de passarem alguns anos emigrados no Brasil. Como dizia Theotónio Pereira, a situação, como se apresentava, estava cada vez mais para que “todos os dias” os portugueses se fossem “tornando brasileiros”, uma vez que as portas da emigração só se escancaravam para os portugueses no caso destes se fazerem brasileiros. E, portanto, a única conclusão a tirar era que o “Brasil já não era capaz de nos tratar melhor.” Na questão da preservação da nacionalidade dos portugueses estabelecidos no Brasil, parecia óbvio que a sociedade brasileira, ou pelo menos a sua classe política, já não tinha “forças para um acto de reparação”. Era também evidente que o Brasil não se portara bem com Portugal e com os portugueses, estando ainda a portar-se muito mal “com ele próprio.”¹⁰⁴

Comparando a sua presente estada no Brasil com a anterior em Espanha, e apesar de então ter tantas vezes reconhecido a existência de uma certa anarquia no quotidiano político do franquismo, a verdade era que, depois da queda de Getúlio Vargas, o Brasil era um “verdadeiro caos em todo o sentido.” Em Espanha, apesar da confusão generalizada, não só havia um principio de ordem repartido por Franco, pela Falange, pelo Exército e pela Igreja Católica, como os espanhóis tinham como álibi o facto de terem saído de uma guerra civil e entrado quase imediata e directamente numa Europa em guerra. No Brasil nada disso acontecera e, no entanto, Pedro Theotónio Pereira não tinha sequer um interlocutor no Governo brasileiro ou próximo deste. A Salazar dizia: “Não chego, sequer, a queixar-me das autoridades: não existem.” Por mais boa vontade que o Governo português tivesse colocado no tão propalado desejo de aprofundar as relações com o Brasil, aproveitando algumas das circunstâncias proporcionadas pela guerra e o facto do Estado Novo brasileiro ter possuído até Outubro de 1945 importantes afinidades políticas e ideológicas com as do seu homónimo português, a verdade era que a saída de Getúlio Vargas da boca de cena deixara órfã a política de Salazar para o Brasil, sendo óbvio que não se tratava de uma política para um Estado mas sim para um regime. Desaparecido este, Portugal ficou sem política externa. Como dizia Theotónio Pereira, e visto o

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 27 de Agosto [de 1946]. AOS / CP-213, fls. 189-193.

“Impossível ficar calado!”

fracasso relativo na questão da preservação da nacionalidade portuguesa por parte dos emigrantes lusos no Brasil, o melhor talvez fosse voltar a não dar “importância” àquilo que se ia passando e prosseguir na “posição sempre optimista dos nossos jornais e dos nossos centros de informação.”¹⁰⁵

No capítulo da emigração para o Brasil talvez valesse então a pena que o Governo português se cingisse ao essencial, avisando os candidatos a uma saída de que a situação económica do Brasil era terrível e que tanto a “opinião pública” como as “leis” só queriam os portugueses “para cavar no campo” ao “mesmo tempo” que as “batatas” estavam “a 5 cruzeiros o quilo, o arroz a mais de 4 e o feijão branco a 3,50 o litro.”¹⁰⁶ A forma como certa imprensa manipulava politicamente, por exemplo, a questão da emigração portuguesa para o Brasil, parecia a Theotónio Pereira motivo mais do que suficiente para colocar a imprensa em Portugal ao serviço da política externa. Uma vez que muitos dos “passageiros de 3.ª classe” chegados ao Brasil declaravam aos jornais “que em Portugal se morre de fome”, seria então altura de tanto O Século como o *Diário de Notícias* falarem no “caso com dureza.” É que Theotónio Pereira não tinha qualquer dúvida de que os emigrantes saídos para o Brasil iam ao engano.¹⁰⁷

Isto quando durante boa parte do Verão europeu transmitira a Salazar a convicção de que a situação dos portugueses no Brasil podia melhorar. Em Junho, por exemplo, tinham começado a aparecer na “Constituinte as primeiras emendas a favor de facilidades para os portugueses.” Algumas delas podiam ser consideradas “muito boas” e eram “assinadas com nomes de prestígio.” Embora houvesse que fazer tudo para “concentrar estes esforços amigos.” O pior era que parecia evidente a indisponibilidade do ministro dos Assuntos Exteriores, Neves da Fontoura, para “ajudar.” E, por isso, com perspicácia afirmava: “Possivelmente só lhe agrada o que for feito exclusivamente com ele.”¹⁰⁸ E, de facto, o ministro “nada fez”, independentemente de várias emendas ao projecto de Constituição “resolverem o assunto de

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*. De facto, e segundo os dados recolhidos, sabemos hoje que a situação económica brasileira nos anos em que Theotónio Pereira por lá esteve foi relativamente benigna, pelo menos no domínio do crescimento económico. Em 1946 e em 1947 o PIB per capita subiu e a dívida externa diminuiu, sendo que a inflação, comparando-a com aquela que se verificaria logo a partir do início da década de 1950, foi bastante moderada. Fernando P. de Mello Barreto Filho, *op. cit.*, pp. 165-166. Apesar de tudo, Theotónio Pereira assistiria àquilo que parecia ser uma constante degradação da conjuntura política e social brasileira. Nas vésperas da chegada ao Brasil do cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, a situação era muito grave, pelo menos no Rio de Janeiro. Uma onda de “assaltos às lojas” varrerá alguns bairros da cidade, tendo-se ouvido muitas vezes gritar “Mata galego” – numa referência explícita aos portugueses. Consequentemente, grande parte do comércio permanecia fechado. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1946. AOS / CP-213, fls. 194-197.

¹⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 10 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 386-398.

¹⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 11 de Junho [de 1946]. AOS/CD-17, fls. 358-359.

“Impossível ficar calado!”

forma muito mais airosa.” A principal, “assinada pelo deputado Acúrcio Torres de Pernambuco” e subscrita por deputados de “todos os lados da Câmara, menos os comunistas”, propunha que “para todos os efeitos” fossem “equiparados aos brasileiros naturalizados os portugueses com mais de cinco anos de residência no Brasil.” Fruto do trabalho da Embaixada, este tipo de propostas pareciam ser testemunho do “renascimento do interesse e simpatia pelas nossas coisas.” Tudo estava em “saber fomentar essa atmosfera”, o que só seria possível no caso de ser resolvido o problema da produção de informação portuguesa para os jornais brasileiros e com apoio financeiro à política de informação que Theotónio Pereira queria desenvolver no Rio de Janeiro.¹⁰⁹ Neste domínio, no início de Agosto de 1946, como resposta a um “livro negro” sobre Portugal publicado semanas antes no *Correio da Manhã* como propaganda paga, a embaixada conseguiu fazer publicar como resposta, no mesmo jornal, uma espécie de “livro branco”. A iniciativa teria custado “uns 25 contos” e fora coberta “entre ½ dúzia de portugueses com o Sousa Baptista à cabeça.”¹¹⁰ O jornal aumentara a tiragem e, mesmo assim, às “9 da manhã estava esgotado em absoluto.” Esta iniciativa permitira que pela primeira vez os brasileiros tivessem ficado a conhecer aquela que tinha sido a política externa portuguesa durante a guerra. Theotónio Pereira encarregou-se de escrever, na “maior discrição”, todos os textos publicados no *Correio da Manhã*, lamentando o facto de “não ter podido pôr mais estatísticas.”¹¹¹ No início de Agosto defendia que o “assunto da imigração” também precisava de ser bem visto pelo Governo português. A “questão da emenda” constitucional degradara-se, “tudo indicando que o projecto em estudo” se cingiria ao “tocante ao direito aos estrangeiros”, tal como exposto na Constituição “ultra-nativista” de 1891. Daí que houvesse necessidade de apelar ao presidente Dutra, uma vez que se estava perante o “momento de ser tentado um esforço decisivo.”¹¹² No entanto, e a poucos dias da votação da nova Constituição, reconhecia que por falta de vontade política do Governo e da maioria que o apoiava, perdera-se “uma grande oportunidade” quanto à possibilidade de se introduzir na lei fundamental brasileira alguns

¹⁰⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 4 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 360-363.

¹¹⁰ O “homem” da colónia portuguesa no Brasil com quem se podia “contar.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 10 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 386-398. Uma outra figura notável, embora ligada aos meios oposicionistas, era Ricardo Seabra, que segundo Theotónio Pereira financiava o “revivalho” ao mesmo tempo que pedia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português que o ajudasse na sua acção de mecenas de uma creche. Tinha, ao que parece, pago “21 contos” da página que o *Correio da Manhã* publicara contra o Estado Novo e que o embaixador português apelidou de “livro negro”, obrigando à resposta no mesmo jornal, dessa vez em forma de “livro branco.” Apesar de “milionário”, e segundo Theotónio Pereira, Ricardo Seabra mantinha-se “aferrado ao seu facciosismo vermelho.” Não fora ele e já os “democratas” portugueses “teriam ido pregar para outra freguesia – ou mudado de carreira!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 5 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 412-417.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 3 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 374-385.

“Impossível ficar calado!”

dispositivos que permitissem melhorar as suas condições de cidadania no Brasil sem necessitarem de abdicar da nacionalidade portuguesa.¹¹³

“Viemos como tropas de choque romper uma muralha de ódio e de mentira.”¹¹⁴

Pedro Theotónio Pereira tomou posse duma embaixada cujo estado do recheio se encontrava bastante degradado.¹¹⁵ Mais assustadora seria esta situação para o seu novo inclino, pelo simples facto de ter deixado em Madrid um edificio em excelentes condições, comprado e recuperado já durante a Segunda Guerra Mundial. Mas na capital do Brasil não era apenas o recheio da Embaixada que se encontrava numa condição no mínimo lastimável. O seu estado geral era “deplorável”, não “se encontrando [...] em condições de ser habitado” tendo pelo novo embaixador sido imediatamente tomada a “resolução” de se iniciarem as “obras indispensáveis”. Era por isso lógico que desde o primeiro dia se instalasse num Hotel.¹¹⁶ Mas o abandono geral a que a presença diplomática portuguesa no Brasil estava votada, reflectia-se também nos atrasos no pagamento de salários ao Cônsul Geral e que, no início de Fevereiro de 1946, não recebera ainda os meses de Dezembro e Janeiro, sendo que na mesma data ainda nenhum dos funcionários vira pago o seu salário do primeiro mês do ano já vencido (falta que, no entanto, fora rapidamente corrigida).¹¹⁷ Sobre o estado em que se encontrava o edificio é esclarecedor o relatório privado redigido por Armando Boaventura e entregue a Theotónio Pereira:

Mercê do abandono que Martinho Nobre de Melo votou à Embaixada [...], precisa esta de sofrer profunda e total remodelação. Instalada em edificio, propriedade do Estado português, a embaixada requer obras de reconstrução que importam em algumas centenas de contos de réis – desde os jardins à chancelaria e à residência do Embaixador. A chancelaria – no rés-do-chão – é uma vergonha. No pequeno e esconso “hall”, um sofá e duas poltronas oferecem um aspecto repelente, imundo. Todo o mobiliário é velho e sujo.

¹¹³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 23 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 404-411. A aprovação da nova Constituição, prevista para 7 de Setembro, seria adiada porque, segundo Pedro Theotónio Pereira, ter-se-ia que proceder à eleição de um vice-presidente da República e “isso provocaria cisão irremediável na maioria.” Nesta altura falava-se na iminência de um golpe militar com o objectivo de “ser plenamente restaurada a normalidade democrática” e no general Dutra como encamando a “tendência ‘getulista’” dentro do regime. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 8 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 418-426. Sublinhado no original.

¹¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-17, fls. 58-74.

¹¹⁵ A quantidade de peças de mobiliário e de louças em “mau estado” ou de utensílios que não funcionavam, a acumulação de material deteriorado era impressionante. AHDMNE. Embaixada de Portugal no Brasil. “Auto de Entrega da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro.” 5 de Janeiro de 1946.

¹¹⁶ Telegrama n.º 7. Recebido da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 11 de Janeiro de 1946. AHDMNE. MNE. Ofício. Lisboa, 1 de Maio de 1946. Pedro Theotónio Pereira, embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Subsídio em Hotel. AHDMNE, proc. n.º 20,151.

¹¹⁷ AHDMNE. Telegrama n.º 70. Recebido da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 5 de Fevereiro de 1946. Telegrama n.º 39. Expedido do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 5 de Fevereiro de 1946.

“Impossível ficar calado!”

O antigo Embaixador ocupava três ou quatro gabinetes, num dos quais tinha o seu telefone secreto – (o segredo não se referia a assuntos de Estado, mas, sim, da sua vida particular). O segundo Secretário e o Adido de Imprensa não tinham gabinete próprios. No destinado ao segundo Secretário, o ex-Embaixador instalou um depósito de sacos de cimento, azulejos, tijolos e pneumáticos.¹¹⁸

Ainda segundo informações recolhidas por Armando Boaventura, o estado a que chegara a degradação da Embaixada devia-se ao facto de Martinho Nobre de Mello ter desviado para proveito próprio, o “cimento, tijolos, azulejos” que constavam de “facturas passadas em nome da Embaixada e para obras na Embaixada – obras nunca realizadas!”¹¹⁹

Desde Fevereiro, Pedro Theotónio Pereira começou a chamar a atenção de Salazar para as vantagens que decorreriam da transferência da sua residência oficial do Hotel Glória para uma casa ou apartamento arrendado que se localizasse no centro do Rio de Janeiro. Assim, e enquanto se preparasse o “plano de obras” da Embaixada, e sendo líquido que os trabalhos iriam durar “1 ou 2 anos”, Theotónio Pereira tinha dúvidas sobre se seria boa política ficar instalado no Glória, vistos os gastos pessoais e para o próprio erário público que comportava. Do ponto de vista da sanidade das suas finanças, interrogava Salazar sobre se poderia “fazer” a sua “vida [...] no hotel e convidar toda a gente que devo”, diariamente ,ou quase, sentando-a à sua “mesa”, tendo em conta os elevados custos financeiros que estas opções comportavam. “Estando solidamente a casa em reconstrução”, propunha que se arrendasse “no melhor sitio” do Rio “um apartamento dos melhores” para “passar a receber nele os meus convidados de todos os dias, aparte os banquetes oficiais” que continuariam a ser “dados no Glória.” O “apartamento seria mais discreto” e permitir-lhe-ia “convidar até 12 ou 15 pessoas de cada vez.” É claro que produzia todas estas afirmações “olhando evidentemente ao maior rendimento” do seu “trabalho.” No entanto, sabia que para se “decidir a alugar o apartamento, arranjar móveis, recheio, criados, etc.,” necessitava saber se “era de admitir a manutenção do subsídio do hotel enquanto a casa do Estado não” estivesse “habitável.”¹²⁰

Em Maio voltava ao assunto. Mantendo-se a impossibilidade de habitar o edifício da Embaixada, tornara-se também evidente para Pedro Theotónio Pereira que o Hotel Glória escolhido para sua residência não reunia as “condições necessárias para poder continuar lá por

¹¹⁸ Armando Boaventura, *op. cit.*, p. 1. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP. No dia seguinte à chegada ao Rio, Theotónio Pereira visitou o “velho Palácio de São Clemente”, onde estavam instaladas a residência do embaixador e a chancelaria da Embaixada, “outrora oferecido para tal fim pela colónia portuguesa do Brasil ao Estado português. Como chancelaria, o palácio ainda continuou a funcionar, apesar de deficiente por inconfortável e antiquado, mas a residência, por absolutamente inadequada a uma representação diplomática no Brasil, foi logo como tal recusada pelo embaixador que imediatamente começou a tratar de projectar-se um novo edifício no mesmo local.” Martim de Faria e Maia, *op. cit.*.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

¹²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 299-305. Sublinhado no original.

“Impossível ficar calado!”

muito tempo mais.” Faltavam-lhe, além do “conforto e da distinção dos grandes hotéis das capitais europeias”, as “instalações apropriadas” para receber os “convidados no ambiente de intimidade e discrição que os separe dos demais hóspedes do hotel.” Este “aspecto” era “particularmente de atender se não se perderem de vista os melindres” da “acção” do embaixador “no perturbado momento actual.” A conclusão que Pedro Theotónio Pereira retirava era que seria absolutamente necessário instalar-se “em casa a alugar que reúna as necessárias condições”, até por que “as obras que vão ser feitas na casa da Embaixada devem durar bastante tempo.” Restava-lhe assim pedir a Oliveira Salazar que desse ordem para que no Rio se procedesse “em consequência”.¹²¹ No mês de Julho já estava instalado na nova residência alugada.¹²²

Sobre o estado em que se encontrava o edifício da Embaixada, cujas culpas não se eximia de atribuir directamente a Martinho Nobre de Mello, escrevia a Salazar:

É inconcebível o desleixo a que tudo tinha chegado nas coisas da embaixada. [...]

Feriu-me profundamente o contraste entre a nossa miserável embaixada e a maravilha portuguesa do Itamaraty. E vi hoje outra coisa deslumbrante por carregada de recordações nossas: o Palácio do Grão-Pará em Petrópolis onde vive o príncipe D. Pedro. Um amor de pequeno Palácio onde tudo fala de Portugal.

*Como foi possível termos no Brasil esta coisa monstruosa que é a nossa embaixada? V. Ex.a se visse com os seus próprios olhos, choraria de vergonha e de tristeza. Antes ter uma casa alugada. Creio que é hora de dar remédio a este estado de coisas e rogo por isso a V. Ex.a que me ajude.*¹²³

Aquando da visita do cardeal patriarca, Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil, notou-se de modo particular a falta que fazia um edifício em condições que alojasse a Embaixada.¹²⁴ Havia que encontrar, e para isso contava com a ajuda do Itamaraty, o “melhor local” para dar a “recepção” devida ao mais alto dignatário da Igreja Católica portuguesa.¹²⁵ Mas aquilo que de mais relevante aconteceu aquando daquela que foi a segunda visita de Cerejeira ao Brasil, do ponto de vista daquele que era o sentimento dos meios políticos brasileiros em relação a Portugal, nove meses depois da chegada de Pedro Theotónio Pereira ao Brasil, teve lugar precisamente durante a recepção oferecida em “honra” do cardeal patriarca pela Embaixada portuguesa no “Automóvel Club” do Rio de Janeiro. Sugerido pelo Itamaraty, o local revelara-se

¹²¹ AHDMNE. MNE. Ofício. Lisboa, 1 de Maio de 1946. Pedro Theotónio Pereira, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Subsídio em Hotel, proc. n.º 20, 151.

¹²² “[...] instalou-se num bom apartamento na avenida do Flamengo, ao lado do qual ficava o «Edifício Amendoeira» para cujos 7.º e 8.º andares (arrendados pelo Estado) se mudou a chancelaria [...]” Martim de Faria e Maia, *op. cit.*

¹²³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290.

¹²⁴ “Aquilo tinha chegado à última. Os tapetes com buracos, as cadeiras partidas, os estofos no fio.”

¹²⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 5 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 412-417.

“Impossível ficar calado!”

“excelente e sumptuoso”. E embora tudo tivesse corrido “melhor do que [se] esperava”, desde logo porque dos oitocentos convites expedidos, seiscentos tinham tido uma resposta favorável, era de notar o facto de terem havido “faltas sem explicação fácil” que não o terem sido motivadas, segundo Theotónio Pereira, “pela cobardia e a desordem moral e mental” que se vivia no Brasil. Muita acabara por ser a “gente de qualidade” que faltara, especialmente “do campo intelectual e político”,¹²⁶ sendo que por se tratar o Brasil “de uma país onde as maneiras não abundam, nem sequer” havia a “preocupação de justificar a falta.” Os convites haviam sido enviados de modo a abrangerem “todas as esferas da sociedade carioca”, tendo sido enviados cinquenta convites para deputados à Constituinte, nomeadamente a algumas figuras que se tinham destacado por atacar Portugal e o seu embaixador, “aparte os comunistas.” O objectivo fora o de “tentar fazer a paz sob a égide do cardeal Cerejeira e oferecer cristãmente a outra face.” Embora alguns dos convidados percebessem a intenção, aceitando “às boas” o convite, “a maioria não tugi nem mugiu.” Mesmo assim o “êxito” não podia ser posto em causa. O cardeal ficara “estafado”, cumprimentando uma “coluna interminável” de “gente conhecida e nomes de 1.ª ordem” e colaborando dessa forma naquela que até então tinha sido “a maior recepção a brasileiros” oferecida pela representação diplomática portuguesa. Conversara “literalmente” com toda a gente e fora “festejadíssimo”.¹²⁷

Para além das faltas aos convites, uma indiferença pela visita do cardeal e em particular pela recepção ficou demonstrada na forma como a imprensa quase ignorou o evento, embora, valha a verdade, e tendo em conta a enorme agitação política e social que então se vivia no Brasil, dificilmente podia ter qualquer interesse para os jornais e para a opinião pública. Mas isso, aparentemente, era algo que Theotónio Pereira não compreendia nem aceitava. A fraca cobertura pela imprensa da recepção dada pela representação portuguesa no Rio de Janeiro ao cardeal patriarca de Lisboa e chefe da Igreja Católica portuguesa, era apenas uma consequência mais de “uma campanha de silêncio” e que caso o embaixador dela não estivesse a par, não deixaria de provocar a sua perplexidade. Theotónio Pereira, aliás, preferia as “campanhas de ódio” que a propósito da visita do cardeal o *Correio da Manhã* e os “órgãos comunistas” lançavam, do que o “completo silêncio dos restantes.” A atitude destes apenas denotava que se mantinha a “cabala” contra Portugal. Fora possível “calar por completo os ataques da imprensa moderada”, mas não se lhe “vencera o silêncio hostil.” A “conspiração” mantinha-se e nem o

¹²⁶ Na véspera da recepção, na conferência “lapidar” proferida por Manuel Gonçalves Cerejeira, havia sido notado o mesmo tipo de faltas: “até os líderes católicos fogem!” Sendo ainda certo, como notava Theotónio Pereira, que o “Sr. Cardeal” devia “notar grande diferença sobre o ano de 1934!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 14 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 427-439.

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

cardeal pudera “dominar” a “barragem” levantada pela imprensa do Rio. No entanto, e apesar da situação não poder ser considerada má, aprovada que fora pela Constituinte uma medida transitória que permitia solucionar a questão da língua de várias maneiras a contento de Portugal, Theotónio Pereira propunha a Salazar que no geral se assentasse uma “orientação a seguir” e que se fizesse “alguma coisa” da parte portuguesa.¹²⁸

Mas apesar destes sinais importantes, efectivamente relevante era o facto do ambiente político no Brasil ter passado a estar cada vez mais centrado na evolução da situação política interna, tendo tido lugar a partir de Agosto uma luta aberta de certos meios muito influentes contra o Partido Comunista¹²⁹ e contra a presença soviética no Brasil, havendo a registar alguns incidentes diplomáticos importantes, envolvendo primeiro diplomatas brasileiros na União Soviética e depois o embaixador deste País no Rio de Janeiro.¹³⁰ Com visível satisfação contava Theotónio Pereira a Salazar alguns detalhes sobre as penas aparentemente passadas pelos diplomatas brasileiros em Moscovo. Dizia ele que o embaixador brasileiro nesta capital vivia com “todos os funcionários num hotel” em “regime intolerável.” Haveria um “regulamento despótico na vida interior do hotel e abusos e indiscrições de toda a espécie.” Um funcionário brasileiro que se considerara “molestado” protestara com “toda a razão”, acabando “barbaramente espancado.” Continuava depois relatando e comentando o conteúdo da nota “enérgica” enviada pelo Governo do Rio para Moscovo, e na qual exigia que o Governo soviético pusesse uma casa em condições “à disposição da embaixada”, ou esta se “retiraria” por ser “inadmissível a continuação de um tal vexame.”¹³¹ O ano de 1947 seria, aliás, de forte reacção anticomunista nos meios políticos brasileiros, parecendo que paulatinamente, e como confessou Raul Fernandes a Theotónio Pereira, começara-se “de repente a ter medo dos comunistas”, ao ponto de muitos políticos que supostamente com eles tinham andado “aos beijos e aos abraços”, assim como ao embaixador “russo”, queriam agora “deitá-lo ao mar.”¹³²

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ “A suspensão do órgão comunista levantou uma tempestade. Até o ministro da Guerra, Gois Monteiro, veio dizer nos jornais que não aprovou que se restrinja a liberdade de imprensa.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 17 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 399-403. Dias depois Theotónio Pereira falava de “caos político interno” o que tinha a vantagem de ter posto fim aos ataques a Portugal. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 8 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 418-426.

¹³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 418-426.

¹³¹ Relatava ainda Theotónio Pereira que “simultaneamente o embaixador russo” no Rio de Janeiro tivera “de apresentar uma nota declarando que a que trouxera a público há semanas (a da acusação de bebedeira) não passava de uma informação sem base oficial.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 18-22.

¹³² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 35-44. Sobre a viragem anticomunista na política interna e na política externa brasileira, que conduziu ao rompimento das relações diplomáticas com o Governo de Moscovo em Outubro de 1947, Fernando de Mello Barreto Filho, *op. cit.*, pp. 169-180.

“Impossível ficar calado!”

O início de 1947 parecia vir a permitir que se começassem a dar os primeiros passos numa área de grande importância para os interesses portugueses. O avanço nas negociações que tinham por objectivo promover a importação de bens alimentares e matérias-primas essenciais que escasseavam no mercado mundial e que Portugal – metropolitano e ultramarino –, não produzia ou produzia de modo insuficiente, chegaram a parecer poder chegar a bom porto. Era o caso dos cereais – trigo e arroz¹³³ – e das oleaginosas, uma vez que a falta deste tipo de produtos em Portugal – depois de vários anos maus na produção de azeite –, era, em 1946 e 1947, motivo de grande preocupação. Ora o facto do Brasil ter acabado por mostrar grandes dificuldades em fornecer a maior parte dos bens procurados, fez com que a partir do Rio de Janeiro Theotónio Pereira procurasse informar-se sobre o andamento das iniciativas do Governo de Lisboa que tinham objectivo encontrar e adquirir na Argentina o trigo que escasseava em Portugal e que não parecia ser fácil encontrar no mercado internacional.¹³⁴

Chegado o ano de 1947, chegaram também boas notícias numa área em que Theotónio Pereira sentia condicionada a acção da diplomacia portuguesa. A subida aparentemente muito significativa nas “despesas de representação” do funcionalismo público, e dos chefes de missão naquilo que dizia respeito à carreira diplomática, que sucedeu com a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 1947, fez com que Theotónio Pereira felicitasse “sinceramente” Salazar por ter sido tomada tal “medida.” Constatava que o aumento chegava a todos mas, sobretudo, àqueles que nas representações diplomáticas tinham “grandes deveres e obrigações a cumprir.” Por outro lado, os aumentos verificados passavam a dar ao Governo a “autoridade moral necessária para ser bem servido, ou antes, para exigir que muitos que podiam até fazer pouco,

¹³³ Pela intervenção que indirectamente conseguira do próprio presidente Dutra, parecia praticamente garantida para Portugal, no início de 1947, a reserva de uma cota de importação de arroz de 60 mil toneladas – exactamente o valor pedido pelo Ministério da Economia portuguesa. De qualquer modo, as autoridades portuguesas e até alguns sectores brasileiros consideravam que em termos económicos o “comportamento” do Brasil não tinha “desculpa”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 18-22. Oito dias mais tarde, as “possibilidades económicas do Brasil” apenas lhe permitiam fornecer mil toneladas de arroz no início do ano e outras cinco mil mais para a frente. Ou seja, um décimo daquilo que fora pedido pelo Ministério da Economia português.

¹³⁴ “Ando agora numa luta tremenda para arrancar trigo, apesar dos meus apelos aflitivos para Lisboa atrasaram-se e chegámos tarde, quando já está tudo vendido, o que é agravado pela resistência passiva dos agricultores, contra as medidas do governo argentino, monopolizando o comércio de exportação.” Num cenário complicado, Portugal procurara adquirir no mercado argentino 68 mil toneladas de cereais. Sobre a possibilidade de vir a ser satisfeito um pedido irrealista, comentava o interlocutor de Theotónio Pereira: “Eu não posso estar a inventar trigo, e avisei a tempo e horas.” “Carta para Pedro Theotónio Pereira”, Buenos Aires, 15 de Março de 1947. Remetente com assinatura ilegível. Pelo conteúdo do documento depreende-se que se trata de um cidadão português enviado pelo Ministério da Economia para a América do Sul para tratar da importação naqueles mercados de matérias-primas e bens alimentares em falta no mercado português. Sobre este assunto, escrevia na citada carta: “[...] ontem saiu o vapor chileno ‘Papudo’ com 950 toneladas de carne e 500 toneladas de óleo de linhaça; no dia 26 devermos carregar no barco dinamarquês o ‘Gertrud’ 1 260 toneladas de carne e em Abril, por volta do dia 10, no vapor ‘Quintero’ 800 toneladas. Havia ainda um pedido português formal para a importação de açúcar mas que muito dificilmente seria satisfeito. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“Impossível ficar calado!”

passem a cumprir melhor.” Preocupado mais com as melhorias introduzidas no sistema do que com aquilo em que poderiam beneficiá-lo pessoalmente, as notícias do novo orçamento também agradavam a Pedro Theotónio Pereira por contemplarem “a verba para a nova casa.”¹³⁵ Dava-se assim o primeiro passo substancial para resolver aquele que era um “problema tão decisivo para o nosso prestígio” no Brasil que se sentia “realmente feliz por ver a solução a ponto de iniciar-se.”¹³⁶ E vaticinava: “O futuro provará a falta que isto fazia. E agora, mãos à obra.”¹³⁷

E era natural que rejubilasse. No ano que acabara de terminar, Pedro Theotónio Pereira queixara-se recorrentemente dos apertos financeiros a que estava sujeito na Embaixada, o que atribuía ao excessivo zelo administrativo e financeiro da parte da burocracia que tomava conta das Necessidades e pela qual Salazar era naturalmente responsável. Por exemplo, na sequência de uma visita que fizera a São Paulo, e onde, ao contrário da primeira vez, não levava com “pedradas” mas fora, isso sim, “recebido como um chefe de Estado”, fizera várias despesas obrigatórias que o Ministério não queria cobrir, aprovando o ministro tal política. Por outro lado, e aquando do seu regresso ao Brasil via EUA, viagem que corra por conta da companhia aérea que ligava Washington e o Rio de Janeiro, em vez de felicitado pela poupança, Theotónio Pereira vira fora o “corte de vinte contos no que tenho recebido por mês.” Aplicara-se a lei como se estivesse estado fora do posto e o resultado materializou-se num corte no vencimento.¹³⁸ Pela

¹³⁵ Apesar de no início da sua estada no Rio de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira se ter mostrado muito optimista quanto a um rápido desenrolar das obras na Embaixada, problemas com verbas e alguns obstáculos que lhe foram sendo colocados nas Necessidades, atrasaram o seu progresso. Em Julho de 1946, chegava-se à conclusão que o edifício de São Clemente não tinha “arranjo” e que se devia fazer um outro “bastante recuado”, uma vez que se iriam processar mudanças urbanísticas importantes na zona envolvente da Embaixada. O plano final deveria estar concluído ainda antes de Outubro, sendo certo que os arquitectos Rebello de Andrade e Jacome de Castro, responsáveis pela obra, trabalhavam simultaneamente nos profundos melhoramentos a introduzir na Embaixada portuguesa de Washington. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 4 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 360-363. Em Março de 1947, e contra todo o optimismo entretanto manifestado, previa-se que as obras se atrasassem irremediavelmente pelo facto da Rebello de Andrade não ter correspondido ao que se esperava dele. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-18, fls. 58-74.

¹³⁶ “A obra do Brasil é de importância fundamental para nós. Está publicamente anunciada e será um dos mais fortes factores (dos raros que nos restam) para levantar o nosso prestígio aqui. Os portugueses estão entusiasmados e os estrangeiros impressionaram-se com o projecto.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 45-52.

¹³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 35-44. Anos mais tarde, no diário que publicou, Franco Nogueira considerou a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro como, “de longe”, “a melhor, a mais sumptuosa, a mais imponente” entre todas as que Portugal tinha na altura espalhadas pelo mundo. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986, p. 131 (entrada para 13 de Junho de 1965). Theotónio Pereira procurou que a nova Embaixada fosse reconstruída em grande medida à imagem das suas ideias. Esse facto era reconhecido pelo arquitecto Rebello de Andrade: “A ver vamos se a ‘Musa’ não me abandona, para me ser possível interpretar os desejos de V. Ex.a, que finalmente devem ser os de todo o bom e sincero português.” “Carta de Rebello de Andrade para Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 16 de Agosto de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹³⁸ “A verdade, Sr. Presidente, é esta: da Secretaria de Estado só se recebem notícias desagradáveis. Palavras de estímulo nenhuma. Digo isto a pensar nos outros, porque a mim, basta-me o prazer de ver que o meu trabalho serve

“Impossível ficar calado!”

primeira vez em mais de oito anos de serviço diplomático, Theotónio Pereira começava a queixar-se sistematicamente pela forma como era tratado pelos burocratas e diplomatas que iam tomando conta do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acusava ainda as Necessidades de não libertarem regularmente a verba necessária para o pagamento das “rendas” ou de, a outro nível, o deixar abandonado, sem notícias, apesar de entretanto se ter criado uma carreira aérea regular, quase diária, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro. A situação, nesse particular, mantinha-se idêntica àquela existente durante o período em que o *Serpa Pinto* chegava cada dois meses.¹³⁹

Em finais de Agosto continuava sem correio rápido e regular oriundo de Lisboa. Não sabia se Salazar dera ou não dera uma entrevista à imprensa portuguesa e apenas recebera “dez exemplares” do “Livro Branco” que o Ministério dos Negócios Estrangeiros publicara sobre os acordos celebrados durante a Segunda Guerra Mundial por Portugal com o Reino Unido e os EUA.¹⁴⁰ As Necessidades não comunicavam com Pedro Theotónio Pereira por via aérea. Só através de telegramas que chegavam sistematicamente a más horas ou então utilizando o *Serpa Pinto* que tocava solo brasileiro cada dois meses. “Raramente” chegava um “papel” e notícias, “nenhumas.” Era verdade que compreendia que Salazar não levasse muito a sério nem perdesse muito tempo com o Brasil, mas a verdade era que já que Theotónio Pereira por lá estava “sempre se poderia tentar alguma coisa.” Pelo seu temperamento custava-lhe presenciar tão grande desperdício de recursos e ser confrontado diariamente com uma evidente incapacidade de agir e reagir em conformidade, tudo pelo facto do Brasil estar esquecido na política externa portuguesa e ter definitivamente sido passado para plano secundário. Por isso escrevia:

É uma pena que continue o triste espectáculo desta opinião pública mal esclarecida. Os amigos que temos por aqui não compreendem esta passividade. E eu calo-me, porque não lhes posso dar nenhuma explicação capaz.

Quando fui a Lisboa já propus o que me parecia razoável que se fizesse.

Não volto pois a insistir senão para dizer que estamos trabalhando muito mal.¹⁴¹

Os problemas de saúde que trouxera de Lisboa e que se terão agravado com o ritmo intensivo de trabalho e o “clima de estufa” a que estava sujeito no Rio de Janeiro, fizeram com que Pedro Theotónio Pereira pedisse insistentemente a Salazar, a partir de finais de Agosto, que lhe permitisse uma ida a Portugal para se tratar das “varizes” passando uma curta temporada de

para alguma coisa e que estou sendo útil a V. Ex.a.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 4 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 360-363. Sublinhado a azul pelo punho de Oliveira Salazar.

¹³⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 8 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 368-370.

¹⁴⁰ *Texto integral dos documentos que constituem o Livro Branco relativos aos acordos de Portugal com a Grã-Bretanha e Estados Unidos da América*, s.e., Lisboa, 1946.

¹⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 23 de Agosto de 1946. AOS/CD-17, fls. 404-411.

“Impossível ficar calado!”

banhos nas termas de Monfortinho. Mas não sendo de duvidar que os seus problemas de saúde existiam e tendiam a agravar-se,¹⁴² verdade era que necessitava de uma oportunidade para ir a Portugal e recuperar protagonismo político que vinha perdendo colocado que estava a largos milhares de quilómetros de Lisboa, aparentemente ignorado por Salazar e hostilizado pelas Necessidades.

Depois de ter recebido de Salazar o telegrama que o autorizava a sair para Lisboa no dia 5 de Novembro, Theotónio Pereira logo pedia que a imprensa portuguesa fosse avisada do facto e dele desse notícia, dedicando ao tema três páginas de uma, apesar de tudo, longa carta expedida para o ainda ministro dos Negócios Estrangeiros.¹⁴³ Tinha a certeza de que seria “útil comunicar aos nossos jornais no começo de Novembro” a sua “curta visita a Portugal mas sem fixar data. Poder-se-ia dizer: no correr de Novembro.” É claro que como fazia a viagem de avião não queria “ralar os [...] Pais”, preferindo “chegar de repente.” Era a maneira de lhe poupar “um cuidado inútil pois os desastres [de aviação] havidos” faziam-lhes “muita impressão.” Vendo-o “chegar antes da época esperada”, não teriam “tempo de se preocupar.” Mas o importante, politicamente, era que o “público” se inteirasse da sua ida, o que evitava “especulações políticas”, vistos os graves acontecimentos ocorridos no Porto durante o mês de Outubro¹⁴⁴ e que tinham afectado o equilíbrio permanentemente instável que rodeava a vida Embaixada portuguesa.¹⁴⁵ Independentemente daquilo que a preocupação de Theotónio Pereira revelava do

¹⁴² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1946. AOS / CP-213, fls. 194-197; “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 14 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 427-439 e “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 440-449.

¹⁴³ É possível que quisesse estar em Lisboa na altura em que teria lugar a I Conferência da União Nacional, realizada entre 9 e 11 de Novembro, proposta e organizada pelo chamado sector “críticos” pertencente ao regime e no qual se destacava Marcello Caetano. Fernando Rosas (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)”, in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 380-381 e pp. 402-404.

¹⁴⁴ “Se V. Ex.a quiser, pode até já recomendar que se dê mais cedo a notícia falando vagamente no correr de Novembro ou antes do fim de Novembro e explicando os motivos correspondentes de serviço. Essa antecedência desligará completamente a minha ida dos factos agora. E o público já fica avisado.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 15 de Outubro de 1946. AOS/CD-17, fls. 465-472. Referia-se ao chamado golpe da Mealhada, iniciado com a saída de uma coluna militar do Porto no dia 10 de Outubro. Tratavam-se de tropas do regimento de Cavalaria n.º 6, comandadas pelo “ex.-tenente” Fernando Queiroga. As comunicações telegráficas e telefónicas com o estrangeiro chegaram a estar cortadas, tendo sido na noite do dia 10 publicada uma nota oficiosa sobre o evento. Telmo Faria, “Golpe da Mealhada” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 101-102. Sobre o ambiente geral de depressão que afectava algumas das figuras proeminentes do regime, incluindo Oliveira Salazar, Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 270-272.

¹⁴⁵ A propósito do impacto dos acontecimentos do Porto, escrevia: “Avalio o estado de espirito de V. Ex.a e a única coisa que lhe posso dizer é que, como todos os bons portugueses, aqui me tem à sua disposição.

Posso também dizer ainda que comigo está a esmagadora maioria da colónia. A nossa gente reagiu exemplarmente. [...] Quanto aos brasileiros, posto de parte o pequeno grupo de amigos que têm a coragem de o não ocultar, os outros mais uma vez demonstraram os seus sentimentos para com Portugal. [...]

O que se vê é que a opinião pública brasileira – digamos antes a imprensa – não se alegra com as nossas alegrias nem se entristece com as nossas tristezas. Muito ao contrário: esconde as primeiras e bate palmas com as segundas.

“Impossível ficar calado!”

ambiente de intriga política quase permanente vigente em Lisboa, é significativa a importância que Theotónio Pereira dava ao mais pequeno detalhe político e a necessidade que sentia de ser notícia de jornal, por mais curta que fosse, depois de uma estada infrutífera de meses no Brasil.¹⁴⁶

De regresso, e já nos primeiros meses de 1947, reconhecendo embora que a posição de Portugal no Brasil melhorara muito, Theotónio Pereira continuava a lamentar o facto das autoridades brasileiras evitarem a todo o “custo qualquer demonstração externa e pública de amizade ou de apreço por Portugal.” Embora o seu interlocutor no Itamaraty fosse então muito mais agradável e favorável às diligências da Embaixada portuguesa, já nada podia apagar o “desgosto total e irremediável que esta terra e esta gente” lhe tinham provocado. Continuando a dramatizar, muito ao seu jeito – característica que o passar dos anos apenas parecia acentuar –, garantia a Salazar que ficaria no Brasil enquanto fosse “estritamente necessário” ao chefe do Governo, mas avisava que já não seria “capaz de conseguir” de si próprio “aquele mínimo de conformidade (quando não possa ser de simpatia) para um embaixador se sentir feliz no país onde está.” Mas para além de estar colocado num posto que dia para dia perdia importância na política externa portuguesa e que na política internacional não tinha qualquer relevância, Theotónio Pereira sentia-se ferido no seu orgulho pelo facto de se acumularem pequenos incidentes que lhe permitiam constatar ser-lhe impossível ganhar qualquer posição mínima de notoriedade junto dos meios diplomáticos do Rio de Janeiro. Nem junto das embaixadas do Reino Unido, dos EUA ou da Espanha, nem junto do Itamaraty, conseguia Theotónio Pereira para si qualquer notoriedade. Depois de em Madrid ter conseguido tornar-se numa figura quase incontornável dos meios político-diplomáticos – e não apenas destes¹⁴⁷ –, de ter conseguido o

Parece que vem isto do complexo colonial.” Idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ Na carta que enviou a Oliveira Salazar antes de partir para Lisboa a 5 de Novembro, sugeria-lhe que o melhor seria que apenas se anunciasse a sua chegada depois desta ter já acontecido. Mas logo a seguir agradecia o facto de ter sido mandada anunciar a sua ida. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 31 de Outubro de 1946. AOS/CD-17, fls. 473-474. A estada em Portugal, além de ter ajudado à melhoria do estado de saúde, permitiu a resolução de problemas familiares importantes e a resolução e esclarecimento com Salazar e no Ministério dos Negócios Estrangeiros de uma série de problemas pendentes. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 13 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 475-476. Um deles fora conseguir que lhe fosse enviada uma mala diplomática todas as semanas. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 13 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 477-484.

¹⁴⁷ Já no Brasil, recebia de uma amiga portuguesa que residia em Madrid, uma carta agradecendo a “lembrança” que tivera a “amabilidade” de lhe enviar e que muito apreciara. Prosseguia depois em tom ligeiro dando conta daquela que tinha sido uma faceta importante da estada de Theotónio Pereira em Madrid: “A vida mundana tem sido menos animada que no ano passado e toda a gente está francamente sensaborona. Os diplomatas não têm recebido quase e os espanhóis pouco mais fazem. Todos os seus amigos nos pedem notícias suas e fazem-se lembrados. A Angelita, recém-chegada do México, diz-me que as suas cavaqueiras lhe fazem a maior falta. Pede-me que lhe mandasse muitas saudades. Quanto a nós, já sabe a falta que nos faz e como tudo está diferente em Pinar 1 [Numa referência a Carneiro Pacheco, o novo inquilino da Embaixada Portuguesa localizada na Calle del Pinar, n.º 1].” “Carta de Isabel a Pedro Theotónio Pereira”, Madrid, 28 de Julho de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPT. Sublinhados no original.

“Impossível ficar calado!”

seu lugar na história pelo papel, ainda que reduzido, que desempenhara na manutenção da neutralidade da Península Ibérica durante a guerra, no Rio não era sequer convidado para os jantares havidos aquando da visita de Eden ao Brasil. Tanto o Itamaraty como o embaixador do Reino Unido – “diplomata de série [...], tímido, inodoro e insípido” –, o tinham olímpicamente ignorado. Apenas recebera um convite, como “toda a gente, para a recepção geral da véspera da partida”, onde juntava o que interessava e o que não interessava, tudo era rebaixado ao mesmo nível e não havia qualquer possibilidade de se fazer notar junto de Eden. Theotônio Pereira não tinha qualquer dúvida de que fora excluído do jantar oferecido a Eden no Itamaraty por “rancor” e “mesquinhez”. Afinal, quando Hoare estivera no Rio e Theotônio Pereira fora convidado para estar presente em alguns dos eventos de homenagem a Lorde Templewood, acabara por sair deles, assim como Portugal e Salazar, altamente elogiado. Ora isso era algo que, segundo Theotônio Pereira, os brasileiros não suportavam. Por outro lado, embora o embaixador britânico tivesse “visto” Theotônio Pereira, em Junho último, “convidado e distinguido pelo Itamaraty, não apenas como amigo de Hoare mas como o velho aliado da Inglaterra,” fizera questão em não o “incluir na lista dos convites” para o jantar de homenagem a Eden realizado na Embaixada do Reino Unido.¹⁴⁸ O rol de injustiças de que se sentia vítima mandava-o a Salazar:

Infelizmente que viu este incolor representante da Grã-Bretanha? Que Portugal era tão pouca coisa no Brasil que o próprio Ministro das Relações Exteriores tinha o cuidado de me excluir da sua homenagem a Hoare, ao mesmo tempo que não mexia um dedo para nos defender da trovoada de insultos e insídias que a imprensa vomitava contra nós. E assim passa a gente para a penumbra da menor valia.

*Somos aliados da Inglaterra, mas não aqui no Brasil. Aqui não há um gosto de colaboração normal, de informação recíproca. E não é culpa da Inglaterra: é culpa do Brasil. Este é que faz o possível para nos deixar na sombra.*¹⁴⁹

¹⁴⁸ Quando Gainer, o embaixador britânico, regressou a Londres, de onde seguiria para Varsóvia, evitou visitar Theotônio Pereira, despedindo-se através de uma “carta protocolar.” Theotônio Pereira vingou-se mandando “uma grande caixa com orquídeas à Lady Gainer”, mas não indo a “bordo” cumprimentar o marido. Esta não foi a primeira referência a Lady Gainer feita por Theotônio Pereira na correspondência enviada a Salazar. Era evidente que se dava melhor com a embaixatriz do que com o embaixador. “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Abril [de 1947]. AOS/CD-18, fls. 80-84. Em parte por causa da sua projecção pública, Theotônio Pereira manteve durante toda a sua vida sólidas relações de amizade com senhoras pertencentes aos mais altos meios sociais. Mantinha, inclusivamente, uma correspondência regular com muitas delas. Era o caso, por exemplo, de Lady Maud, mulher de Samuel Hoare. “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-18, fls. 58-74.

¹⁴⁹ “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 35-44. Quando chegou ao Rio e procurou o seu colega britânico, Pedro Theotônio Pereira ficou imediatamente com uma “fraca impressão.” “Um homem fatigado e meio adormecido pelo calor. Limitou-se-me a dizer que tinha recebido uma carta do Foreign Office a meu respeito e outra do embaixador em Madrid.” Theotônio Pereira suspeitava que “também” devia ter “sido trabalhado pela campanha local.” “Carta de Pedro Theotônio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290.

“Impossível ficar calado!”

Como se não bastasse faziam 38.º graus à sombra, Theotónio Pereira escrevia apenas com calções de banho vestidos com o “suor” a correr-lhe “pelas costas como se tivesse no banho turco.” Isto quando parecia que tinha voltado “a nevar em Lisboa.”¹⁵⁰

Para fazer face à luta política no Brasil, e que levaria a cabo tanto contra a oposição ao salazarismo, como contra interesses políticos brasileiros totalmente antagónicos aos portugueses – e cuja expressão cultural era muito significativa –, Theotónio Pereira fez uso da figura de João de Barros, que além de personalidade republicana próxima dos círculos de oposição republicana ao Estado Novo, era sogro de Marcello Caetano.¹⁵¹ Por razões estritamente políticas – de combate aos opositores portugueses e brasileiros ao salazarismo – e culturais – que não deixavam de ser políticas e estavam intimamente ligadas à questão da língua comum –, João de Barros foi convidado de Theotónio Pereira durante grande parte do mês de Maio e no início do mês de Junho de 1946.¹⁵² Nos comentários feitos por Pedro Theotónio Pereira a Marcello Caetano, ao tentar avaliar a visita do sogro deste ao Brasil, não pôde ou não quis reconhecer, afinal, o fracasso, ainda que relativo, em que a visita se transformara e que Theotónio Pereira acabava por atribuir à natureza muito estranha desse meio que era o Brasil. Ou seja, por um lado, João de Barros fora “admiravelmente recebido e festejado”, tendo inclusivamente partido de regresso a Lisboa “com a melhor das impressões.” Porém, se não “houve a menor nota discordante”, isso não significava que lhe não tivessem “sido armadas constantes ciladas próprias deste estranho meio.”¹⁵³ Mas o eventual êxito ou o presumível fracasso da visita, no fundo todos os constrangimentos que a ida de João de Barros ao Brasil conheceu não passava, na opinião de Theotónio Pereira, de uma espécie de inevitabilidade, uma consequência, como já foi dito, dos problemas estruturais que minavam as relações entre Portugal e o Brasil mas, também, da natureza da própria sociedade e que numa perspectiva do eurocentrismo mais estrito, parecia a todos os títulos criticável, irremediavelmente atrasada e

¹⁵⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 35-44.

¹⁵¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1946 (documento n.º 52). Loc. cit.. Em Julho de 1944, João de Barros fora agraciado com as insígnias da grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Havia também quem garantisse que João de Barros interviera num momento delicado junto de Cândido de Campos, director do vespertino *A Notícia*, de quem era amigo pessoal, para que este jornal pusesse fim a uma “campanha contra o Doutor Salazar.” Armando de Boaventura, *op. cit.*. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹⁵² No jantar que lhe foi oferecido no Itamaraty, João Neves da Fontoura sublinhou que não era tanto o poeta ou “o mestre da juventude” que se homenageava, tão pouco o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, ou o “companheiro” de António José de Almeida na sua visita ao Brasil em 1922, mas ao seu labor de décadas, “de uma forma apostólica e militante”, que dera início a “uma campanha de aproximação espiritual e afectiva” entre Portugal e o Brasil.” João Neves da Fontoura, *op. cit.*, pp. 194-195.

¹⁵³ João de Barros, pelo menos, dera “por tudo e com superior tacto e patriotismo soube sempre encontrar a saída.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1946 (documento n.º 52). Loc. cit..

“Impossível ficar calado!”

geneticamente decadente. É claro que por preconceito ideológico, uma vez que Theotónio Pereira seguiu para o Brasil logo após a queda do Estado Novo de Getúlio Vargas, o embaixador português estava “convencido que isto tem caído muito e em todo o sentido.” Independentemente dos resultados que a sua acção de combate político à oposição vinha conseguindo,¹⁵⁴ era notório o “rancor profundo” que os brasileiros tinham para com os portugueses, o que se acentuava pelo facto do Brasil viver “uma fase de depressão geral”, com “toda a vida do país envenenada e empobrecida.” “Tudo o que possa falar em nosso favor ou louvor, lhes queima a boca e os fere como um agravo.” Parecia inclusivamente a Theotónio Pereira que, tendo em conta o estado de espírito dos brasileiros, seria preferível uma personagem como Martinho Nobre de Mello à frente da Embaixada, isto é, alguém que voluntariamente se apagava e se comportava praticamente como uma não existência política, no sentido em que não desejava alterar o estado de coisas fazendo uso de uma atitude interventora junto das autoridades brasileiras. Mas não se ficariam por aqui as queixas em relação aos brasileiros nem os comentários sobre as causas da sua hostilidade. Também com Marcello Caetano desabafava: “Não supõe o estado de desorientação a que este país chegou. Causa tristeza. E não é só no domínio das ideias porque no campo económico o desastre ainda é maior.” E depois continuava:

[...] Aqui não há nunca questão de princípios nem de ideologias puras. Tudo é pequenino e rasteiro. Personalismos e interesses, nada mais. Sobretudo personalismos. A própria maçonaria só vive destes compadrios. É realmente curioso ver este espectáculo.

O retrato do Brasil feito por Theotónio Pereira a Marcello Caetano é totalmente diferente daquele que este deixou nas suas *Memórias* onde relatou a viagem da Embaixada chefiada por Júlio Dantas àquele País e onde não apenas não faz qualquer referência crítica à figura do embaixador Martinho Nobre de Mello, como são constantes os elogios à forma como fora recebida a comitiva, tanto pelas autoridades brasileiras como pela colónia portuguesa.¹⁵⁵ Independentemente de Marcello Caetano ter escrito no seu exílio brasileiro as suas *Memórias*, e por isso se sentisse condicionado nas críticas que tencionasse fazer, verdade era que em 1941 o ambiente no Brasil era muito menos desfavorável a Portugal e ao salazarismo. Por outro lado, as notícias que em 1946 Pedro Theotónio Pereira mandava a Caetano sobre o Brasil, poderão ter tido algum impacto na forma como o então ministro das Colónias via a evolução da política portuguesa num momento de profunda crise e de pressão no sentido na mudança, levando-o a reflectir sobre as linhas gerais em que o salazarismo deveria evoluir e os limites que deveriam

¹⁵⁴ “Não voltei a ser atacado nem tem havido referências desagradáveis ao nosso Governo. Pelo contrário [...]”
Ibidem.

¹⁵⁵ Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 122-142.

“Impossível ficar calado!”

ser colocados a essa mesma evolução de modo a que se não caísse em situações como aquela que se vivia no Brasil em 1946 ou que Portugal conheceria durante a vigência do regime instituído à sombra da Constituição de 1911.

Porém, ou porque as coisas tinham efectivamente melhorado, ou porque pela natureza do seu carácter, Pedro Theotónio Pereira, que não era homem para se deixar abater, dedicava o resto da missiva a pintar um retrato muito mais favorável para Portugal do que aquele existente quando chegara ao Brasil.¹⁵⁶ Desde logo, tinha razões para se sentir mais tranquilo “a respeito da batalha da língua.”¹⁵⁷ Por outro lado, haviam cessado “totalmente nos jornais moderados os ataques e críticas a nosso respeito.” O que se passara a ler tornara-se “em geral bastante agradável. Só os comunistas é que nos não perdoam a posição que temos, mas estão no seu pleno direito.” Uma ida de Theotónio Pereira aos EUA, a visita de Hoare ao Brasil, a “batalha da língua” na Assembleia Constituinte e o “debate sobre o trabalho dos portugueses”, eram “contas” que iam “dando bom saldo credor e iam pesando decisivamente na situação geral.” A tudo isto juntava-se o facto de o “livro do Hayes e do discurso do Hoare” terem sido “duas boas varridelas nos miasmas.” Finalmente, podia-se assegurar, a “gente boa”, que era “muita”, estava “connosco”. Tratavam-se afinal daqueles que não sofriam de “complexos de inferioridade e que possuem mentalidade e hábitos europeus. Esses são muito parecidos connosco.”¹⁵⁸

Já em finais de 1946, o reacender da questão da língua trouxera bons resultados, com o debate entretanto ocorrido na Câmara a demonstrar que podiam ser duráveis as vitórias portuguesas. Tivera lugar um discurso importante, pronunciado por Aureliano Leite, “contrário à

¹⁵⁶ Independentemente dos ganhos, denunciava alguma coisa sobre alguns dos problemas que vinha enfrentando: “Ainda um pormenor curioso sobre as coisas aqui e a sua peculiar maneira de ser: o Martinho entrou para gerente de um pequeno banco e tem como seu imediato colaborador o Herbert Moses [advogado, empresário e jornalista, director do jornal *A Noite* e presidente da Associação Brasileira de Imprensa entre 1931 e 1966, nascido em 1884, veio a falecer em 1972]! Está agora explicada muita coisa.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1946 (documento n.º 53). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Cerca de seis meses antes, já Theotónio Pereira recordara a Salazar que se tratava de alguém totalmente diferente do seu antecessor no posto de embaixador. “Não se enganam de facto [alguns jomais] dizendo que eu sou ‘vinho de outra pipa’, como afirmava há dias um desses patifórios fazendo comparações entre mim e o Martinho Nobre de Mello. Eles o sabem!

Este digno ex-embaixador no Brasil portou-se bastante mal. Veio ao fim de uma semana deixar um cartão aqui no hotel e para me humilhar deixou simultaneamente a todos os funcionários. Coisas de preto” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1946. AOS/CD-17, fls. 280-290.

¹⁵⁷ “Isto tem estado áspero e foi a pior arremetida que temos sofrido. Felizmente juntou-se a melhor gente do nosso lado e extremaram-se os campos.”

O grupo oposto constituiu agora uma sociedade pró língua brasileira onde se juntaram todos os nossos inimigos: escusado dizer nacionais e políticos. Não falta lá o Cândido Campos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1946 (documento n.º 53). Loc. cit.

¹⁵⁸ Ibidem. Sintomaticamente, em post scriptum, Theotónio Pereira escrevia: “Rasgue esta terrível missiva. Nem todas as verdades se dizem!” Sobre a importância das palavras proferidas por Hoare, escreveu Theotónio Pereira a Salazar: “[...] no seu livro é moderadamente amável para Portugal mas não devemos esquecer as afirmações que fez aqui e tiveram a maior repercussão.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1947. AOS/CD – 18, fls. 23-34

“Impossível ficar calado!”

tese nativista”, tendo imediatamente os defensores desta “última corrente” percebido que o “terreno” lhes fugia “debaixo dos pés” ao constituírem “uma sociedade pró língua brasileira na qual ajuntaram” a “fina flor” dos “adversários ‘rácicos’” de Portugal.” A “parada de forças” de um lado e de outro fora importante por “demonstrar” que eram mais e valiam “infinidamente mais” os que estavam “do bom lado.”¹⁵⁹

“Portugal vive, actualmente, uma época de calma e felicidade.”¹⁶⁰

Independentemente de se tratarem de personagens com características diferentes, de gerações diferentes, e de terem ocupado o posto de representante máximo de Portugal no Brasil em conjunturas distintas, há quem afirme que Martinho Nobre de Mello e Pedro Theotónio Pereira partilharam o facto de terem conseguido “congregar a simpatia da colónia” portuguesa no Brasil, “ou pelo menos da parte mais afectada ao regime, abrindo as portas da Embaixada às manifestações populares.”¹⁶¹ As décadas de 1930, sobretudo, e a de 1940, apesar de se considerar coincidirem com um período de maior fascização do regime instituído em Portugal e desta realidade ter convivido com uma realidade política brasileira que se revia nas soluções autoritárias de direita que lhe chegavam da Europa, nomeadamente da Itália e da Alemanha, países com importantes colónias de emigrantes no Brasil, a verdade foi que o “regime salazarista não promove[u]” de forma sistemática qualquer programa de “propaganda oficial”, a começar pela colónia ali instalada. A “actuação” centrou-se “na exploração de elementos já existentes na própria colónia, limitando-se a divulgar comunicados oficiais e a poucas emissões radiofónicas, sobretudo nos anos trinta.”¹⁶²

Independentemente de outros esforços por si desenvolvidos na área da informação e da propaganda, a ida de Theotónio Pereira para o Brasil fez com que o cinema documentário passasse a preencher o “quotidiano da colónia” portuguesa. A partir de 1947, aos “Domingos”, passaram a ser exibidos regularmente documentários portugueses, com destaque para a “série do SNI Imagens de Portugal.” Cerca de um ano após a chegada de Theotónio Pereira, estava

¹⁵⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 27 de Julho de 1946. AOS/CD-17, fls. 371-373.

¹⁶⁰ Palavras proferidas por Pedro Theotónio Pereira em entrevista concedida em São Paulo. *Diário Popular*, 17 de Junho de 1946.

¹⁶¹ Heloísa Paulo, *“Aqui Também é Portugal”: A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, s.e., Coimbra, Quarteto, 2000, p. 97.

¹⁶² “Nas décadas seguintes, nomeadamente nos anos cinquenta, quando das primeiras incursões indianas para a recuperação dos territórios ocupados pelos portugueses, a actuação da propaganda oficial toma-se um pouco mais intensa, com o envio dos documentários do SNI e um maior número de comunicados na imprensa periódica da colónia. [...] apesar da actuação oficiosa do regime, e da acção dos representantes consulares”, certo é que foram as “associações da colónia [...] e os seus meios de comunicação” os “melhores ‘executores’ da propaganda salazarista entre os ‘patricios’ no Brasil.” Idem, *ibidem*, p. 323.

“Impossível ficar calado!”

em marcha uma parte da máquina de propaganda que houvera sido pensada, sendo de notar que estes mecanismos contavam com apoio da *Voz de Portugal* para poderem ser eficazes. Este jornal noticiaria, por exemplo, ter chegado a haver uma frequência de cerca de 3000 pessoas na sala do cinema Odeon durante as duas sessões inaugurais ocorridas a 23 de Março de 1947, indo muito além daquela que era a “capacidade média de qualquer cinema do Rio de Janeiro” na altura. Do programa constavam “curtas-metragens sobre algumas das ‘realizações’ mais emblemáticas do regime,” como era o caso dos “*Bairros Económicos, a Restauração dos Monumentos Nacionais, Obras de Hidráulica Agrícola, a Inauguração do Estádio Nacional, e A aldeia mais portuguesa de Portugal.*” O êxito da exibição destes documentários foi tal que serão apresentados durante todo o mês de Abril, apenas com uma interrupção de uma semana, quando Theotónio Pereira visitou os “núcleos da colónia em Teresópolis e Nova Friburgo, cidades próximas ao Rio, para que ali fossem visionados.”¹⁶³ Este e outro tipo de iniciativas propagandísticas com recurso à utilização de meios audiovisuais, preocupava, além de Theotónio Pereira, tanto alguns membros mais ou menos anónimos da colónia portuguesa, como figuras de topo da estrutura cultural criada pelo Estado Novo. Assim, um membro da colónia sugeria que a Embaixada patrocinasse “duas exhibições gratuitas do filme CAMÕES para os estudantes dos cursos secundário e superior” logo que o filme chegasse ao Rio de Janeiro. Propunha que se fizesse o mesmo em São Paulo e que só depois das “duas referidas exhibições em cada uma das citadas cidades” fosse a película apresentada ao público. Fazia esta sugestão por estar convicto de que o resultado seria “estupendo, tanto sob o ponto de vista educativo como comercial”. O êxito comercial da empresa estaria garantido uma vez que cada estudante trataria de fazer “propaganda” junto de “conhecidos” e da “família” das “qualidades do filme”. Já os resultados educativos se apreciariam pelo facto de se ensinar à “mocidade brasileira que em Portugal” se produziam “grandes filmes, além de se lhes ensinar muitas outras coisas que parece ignorar.” Ainda no domínio do audiovisual, incitava o embaixador a “fazer sentir junto desses comendadores duma figa [sobre] a necessidade da construção de um grandioso e moderno cinema” no Rio “para a exibição de filmes portugueses para o público em geral.” O autor da missiva não tinha quaisquer dúvidas de que “todos os portugueses contribuiriam para essa dinâmica iniciativa, pois todos” lhe “falavam com entusiasmo a tal respeito.” Oferecia-se então para legar ao projecto todas as suas “parcas” economias, sendo que centenas de outros patricios o seguiriam no exemplo.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 365.

“Impossível ficar calado!”

*O projecto traria as maiores vantagens, mesmo comerciais, e o grande e moderno salão poderia ter muitas outras aplicações. Talvez que algum comendador, quando mais não seja para ganhar outro chocalho, queira encabeçar a lista ou organizar o plano.*¹⁶⁴

Embora as sugestões feitas não fossem de todo exequíveis, tanto por razões políticas, como por motivos financeiros e comerciais, este testemunho é interessante por parecer demonstrar, juntamente com alguns outros já utilizados noutros trabalhos, que o cinema era um importante veículo de comunicação e de propaganda para o qual os potenciais alvos estariam disponíveis e que se devidamente trabalhado poderia produzir bons resultados. No entanto, e como se sabe e se notava na própria carta escrita por um não conhecedor dos meandros da produção e distribuição de material cinematográfico, o cinema como propaganda era muito caro e uma realidade sujeita as constantes e profundas mutações de todo o tipo, pelo que a prazo se esgotaria como filão político-ideológico para o Estado Novo.¹⁶⁵

Júlio Leitão de Barros, o realizador de *Camões*, também escreveu a Pedro Theotónio Pereira dando-lhe conta de que sabia estar para breve a exibição comercial do filme no Brasil, pedindo-lhe que estivesse particularmente atento por considerar que se tratava de um trabalho que serviria de “instrumento objectivo e palpável, como sintoma da vida portuguesa actual, e do esforço colectivo do país no sentido do seu prestígio externo e da sua cultura interna.” *Camões* era, afinal, um “tema nacional por excelência” e uma “obra do clima português, lírica e literária”, mas que em última análise Theotónio Pereira julgaria.¹⁶⁶

¹⁶⁴ E logo a seguir rematava, continuando a falar não sobre cinema, mas sobre os comendadores: “Peço desculpa ao Sr. Embaixador pela maneira como me refiro aos nossos comendadores, mas infelizmente considero-os uma calamidade. Poderá ser que Vossa Excelência tenha outra opinião sobre esses vaidosos retrógrados e egocêntricos, mas a minha é esta. A única vantagem que se pode tirar deles é usar de arte para os fazer abrir os cordões à bolsa. É isso que devemos fazer.” “Carta de Manuel Ferreira de Matos a Pedro Theotónio Pereira”, Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹⁶⁵ O facto do mesmo Manuel Ferreira de Matos ter sugerido a Theotónio Pereira que fizesse sentir a Lisboa a baixa qualidade da recepção no Brasil das emissões da Emissora Nacional – “Milhares de portugueses compram [...] aparelhos de telefonia em prestações especialmente para ouvir Portugal e ficam decepcionados” –, apontava uma área em que a propaganda do regime podia ser feita com custos mais baixos e com uma eficácia não desprecianda. Pelo menos enquanto a televisão não emergisse no Brasil como fenómeno de classes médias. Sobre as virtudes das emissões radiofónicas, escrevia: “Doutrina e verdades irradiadas pela Emissora Nacional, seriam, creio eu, o melhor antídoto contra o veneno que andam por aí inoculando nas veias de portugueses mal informados os traidores à pátria e os divulgadores da mentira standardizada [sic.]”. Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ “Carta de Júlio Leitão de Barros a Pedro Theotónio Pereira”, Paris, 10 de Outubro de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP. Leitão de Barros que estivera em Cannes para no respectivo festival de cinema apresentar *Camões*, sentira-se orgulhado pelo facto da película ter sido aplaudida “duas vezes” durante a exibição. Mas acerca dos aspectos mais desagradáveis comentava: “Sobre a representação portuguesa pairou aqui uma campanha política, cujos pormenores me abstenho de referir, mas cujos apoios foram a má vontade da delegação russa, a qual, mercê do desinteresse dos americanos, da fuga dos ingleses do certame antes do fim, e da timidez francesa, comandou as votações e nos excluiu. Profissional e tecnicamente este certame nada valeu, a não ser pelo controle do público. Os ingleses, compreendendo o logro, abandonaram o júri e não compareceram nas últimas reuniões.”

“Impossível ficar calado!”

Para criar ou reforçar os laços do Governo português com as colónias radicadas no Brasil, Pedro Theotónio Pereira ausentou-se do Rio de Janeiro algumas vezes e durante temporadas relativamente largas. Como nenhum outro diplomata português antes colocado no Brasil, deslocou-se àquelas regiões onde era mais significativa a presença de núcleos de emigração portuguesa. Se a primeira viagem de Pedro Theotónio Pereira a São Paulo esteve muito próximo de se tornar um pesadelo, dando provas suficientes sobre aquele que era o estado de espírito da colónia portuguesa naquela cidade – e Estado – em relação ao Governo de Lisboa, mas também das dificuldades existentes para manter com as autoridades e a sociedade brasileira uma relação prática e frutuosa, já a segunda mostrou à exaustão que tudo aquilo que antes estava mal mudara radicalmente e para melhor. Recebido calorosamente pelas autoridades civis, militares e religiosas de São Paulo, dirigiu-se ao hotel onde ficaria hospedado para num ambiente amigável devidamente preparado pelo cônsul, dar uma “entrevista colectiva à imprensa.” Depois de ter “mandado servir um ‘Porto de Honra’, [...] numa palestra muito cordial com os jornalistas, prontificou-se a responder às perguntas que lhe fossem formuladas.” Tratou de manifestar “a sua alegria diante da oportunidade” de se colocar “em contacto com a colónia portuguesa radicada em S. Paulo, acentuando que não havia ‘preparado’ nenhuma declaração para os jornais.” Os jornalistas que lhe fizessem as perguntas que entendessem e “como entendessem.”¹⁶⁷

Foi então “imediatamente” interrogado sobre a definição que dava ao regime político vigente em Portugal, dissertando “livremente sobre a afectividade” que unia Portugal “a todos os povos do mundo e, principalmente, ao do Brasil [...]”. Recordou que ao contrário daquilo que sucedia “nos regimes de feitiço totalitário”, e já agora também no Brasil, em Portugal não se colocavam restrições rígidas aos “produtos [...] importados ou exportados [...]”. Finalmente, sublinhava que os portugueses haviam sido sempre, com excepção do interregno republicano, “um povo acostumado a governar-se” e notava que o “chefe de Estado” era “eleito por sufrágio directo e confirmado em três eleições sucessivas [...]”. Portugal era então “de facto” uma “democracia”, um País e um regime “anti-totalitário.”¹⁶⁸

Respondendo a outras perguntas, Theotónio Pereira garantiu que em Portugal o sindicalismo era livre e que era essa liberdade que garantia a expansão que a economia nacional vinha conhecendo desde que o Estado Novo fora implantado. Assegurou igualmente que durante a última campanha eleitoral, na qual participara, houvera sido “concedida a mais

¹⁶⁷ *Jornal de Notícias*, 18 de Junho de 1946.

¹⁶⁸ *Ibidem*. Um vespertino de São Paulo reproduzia a seguinte afirmação de Theotónio Pereira sobre a qualidade da democracia portuguesa: “As nossas instituições estão firmes. Comprova essa minha afirmativa a reeleição do nosso chefe de Estado, por impressionante unanimidade.” *A Noite*, 17 de Junho de 1946.

“Impossível ficar calado!”

ampla liberdade de imprensa.” A única coisa que correria mal não podia ser considerado responsabilidade do Governo, uma vez que fora a oposição a pedir o impossível: o “adiamento” das eleições. Estas tinham decorrido, na óptica do embaixador português, “livremente e por meio de voto secreto.” Justificou a ausência de partidos políticos chamando a atenção para o facto de por causa da existência destes, e durante a vigência da Constituição de 1911, Portugal ter batido todos os recordes de instabilidade política, sucedendo-se as “mudanças de governo”, pelo que, naturalmente, o “povo” ficara “cansado” de tantas “lutas estéreis.”¹⁶⁹ A razão da não existência de partidos políticos em Portugal radicava na sua incompatibilidade com os conceitos de governabilidade e instabilidade, precisando que o seu conceito de democracia estava para além das lutas entre facções. Considerava-se um “cidadão livre, falando à imprensa livre”, sendo que do seu ponto de vista “a ideia de democracia” implicava a possibilidade de um “cidadão” se orientar “livremente dentro das tendências sociais.” Não era por isso “essencial à democracia a existência de partidos políticos.” Garantiu também a existência de imprensa oposicionista em Portugal – um membro da delegação portuguesa citou o jornal *República* –, para precisar que “embora existisse oposição ao governo, nomeadamente em relação à política internacional, havia acordo geral entre oposicionistas e governantes” e que, afinal, “não estava proibida a constituição de partidos” no seu País.¹⁷⁰

Ao abordar aquelas que eram as duas questões mais delicadas nas relações luso-brasileiras – exceptuando o problema da hostilidade que a natureza política e ideológica do salazarismo suscitava em muitos sectores sociais e políticos brasileiros –, a emigração e o estatuto dos portugueses no Brasil, Theotónio Pereira remeteu-se a uma posição defensiva, naturalmente muito diversa daquelas que assumia na correspondência particular trocada com Salazar, nos contactos mantidos com as autoridades brasileiras e com representantes das forças vivas brasileiras ou portuguesas instaladas no Brasil. Recordava que não havia restrição à emigração de brasileiros para Portugal nem proibição de emigração portuguesa para o Brasil. Uma vez que os territórios coloniais portugueses não tinham capacidade de absorver o excedente demográfico anual da metrópole, na ordem das “100 000” almas, era óbvio que a opção brasileira como destino de emigração era válida, estando apenas dependente da vontade dos potenciais emigrantes que, segundo Theotónio Pereira, optavam ou não pelo Brasil em função das informações que recebiam dos seus “patricios” aí instalados. Sobre o “estatuto dos portugueses”, questão discutida na Constituinte e que indirectamente dizia também respeito a

¹⁶⁹ E exemplificava: “[...] três portugueses reunidos, a esse tempo, representavam a criação de outros tantos partidos...” Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

cidadãos emigrantes de outros países que procuravam que o Estado brasileiro adoptasse medidas que facilitassem a sua integração, Theotónio Pereira apenas disse tratar-se de qualquer coisa que cabia ser resolvida pelos brasileiros. Mesmo assim aproveitou a oportunidade para sublinhar que não havendo em Portugal qualquer tipo de “restrições ao trabalho” dos cidadãos brasileiros em Portugal, também não se deveria limitar esse direito aos portugueses no Brasil – excepto naquilo que respeitava “à liberdade de trabalho nas profissões liberais”, subordinadas que estavam nos dois países “à regulamentação própria de cada profissão, que veda[va] o exercício aos estrangeiros”¹⁷¹

Para além da simpatia que recolheu na imprensa paulista, pelo menos naquela cujos recortes teve o cuidado de enviar para Lisboa, Theotónio Pereira foi merecedor da atenção e da simpatia da colónia portuguesa das cidades de São Paulo e de Santos. Como fazia notar um jornal desta cidade portuária, desde “os primeiros momentos da visita do embaixador [...], brasileiros e portugueses ficaram cativos ante a lhaneza de trato, acessibilidade, entusiasmo e sinceridade do ilustre representante de Portugal” no Brasil, parecendo “claro” que não havia “figura mais simpática de diplomata” que tivesse “visitado tão alegremente, livre de protocolos, curioso e interessado em tudo e em todos, fazendo perguntas como ninguém, detendo-se ante os mínimos detalhes [...], integrando-se”, portanto, “integrando-se na comunidade brasileira e no seio de seus compatriotas.”¹⁷² Como comunicou oficialmente às Necessidades e em privado a Salazar, a sua passagem pelo Estado de São Paulo fora de facto um êxito, tornando-se evidente que era fora dos circuitos clássicos da acção diplomática que, fruto do seu carácter, do seu carisma, a estada de Theotónio Pereira se constituía de facto num acontecimento único.

Quando em Janeiro de 1947, ao cumprir um ano à frente da Embaixada no Rio de Janeiro, Theotónio Pereira foi alvo de uma homenagem por parte da colónia portuguesa residente naquele Estado. O acto contou com a presença de representantes de colónias portuguesas oriundos um pouco de todo o Brasil, sendo indiscutível que embora do ponto de vista estratégico as relações luso-brasileiras não tivessem conhecido qualquer avanço significativo – e vistas as circunstâncias era quase impossível que tal tivesse sucedido mesmo que o embaixador fosse outro, com mais e melhores qualidades –, verdade foi que o seu carisma, a sua vocação e a sua experiência política conseguiram restaurar o prestígio do salazarismo junto da vasta colónia portuguesa, restituindo-lhe a unidade interna que lhe faltava,¹⁷³ ao mesmo tempo que conseguiu apaziguar – é certo que muito à custa da própria

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² *O Diário*, 22 de Junho de 1946.

¹⁷³ Nas vésperas da sua partida no *Serpa Pinto* para o Recife, escrevia a Salazar: “Ao menos que a minha estada neste país sirva para unir mais e tonificar a ténpera da nossa gente”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira

“Impossível ficar calado!”

evolução que a vida política brasileira conheceu entre Janeiro de 1946 e Julho de 1947 –, o ânimo anti-português e anti-salazarista que encontrara no Brasil à sua chegada e durante largos meses da sua estada.¹⁷⁴

As suas viagens pelo Brasil foram acontecimentos políticos e pessoais dos mais reconfortantes que teve oportunidade de protagonizar durante a sua permanência como embaixador no Rio de Janeiro. Após a bem sucedida ida a São Paulo no mês de Junho, em Setembro aproveitou a boleia do *Serpa Pinto* e a companhia do cardeal Cerejeira e rumou ao nordeste brasileiro. Na visita e no contacto com a colónia portuguesa espalhada por aquela vasta região sentiu pela primeira vez algum conforto na sua missão. Até aí tudo aquilo que de melhor lhe tinha acontecido tivera quase sempre uma aparência efémera, desde a vitória que o livro de Hayes lhe permitira até aos bons resultados obtidos durante a visita a São Paulo. Perante acontecimentos tão agradáveis, escreveu a Salazar dando conta do seu estado espírito e relatando alguns pormenores do sucedido. Nas paragens visitadas, no Recife e na Bahia, os portugueses tinham sido “inexcedíveis de boa vontade e de entusiasmo”. Não houvera “a menor nota discordante, aparte um tolo manifesto” produzido por “alguns meninos de Direito” que se tinham permitido “agravar o Senhor Patriarca” que também seguira a bordo do paquete. De qualquer modo, o incidente tivera “imediate resposta” da parte de um “outro grupo de estudantes”, tudo correndo “às mil maravilhas”. Mesmo assim, foi no Recife que mais teve Theotónio Pereira que se preocupar com questões políticas. Vira-se na contingência de estar à conversa “com os jornalistas durante quatro horas”, mas valera a pena uma vez que a partida fora ganha, tendo “todos” ficado “amigos.”¹⁷⁵

Salazar”, Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 427-439. Ou ainda: “Pensando bem e atendendo ao que por aqui estou fazendo, ir ver essa boa gente ainda será o melhor e mais justo emprego do tempo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 440-449.

¹⁷⁴ Sobre a homenagem que lhe foi feita pelos “patricios”, *A Época*, 28 de Janeiro de 1947, pp. 1 e 5. Augusto Baptista, “presidente em exercício do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, pronunciou um vibrante discurso” em que agradeceu ao embaixador a sua intervenção na resolução da situação militar de muitos emigrantes, que dessa forma podiam voltar a visitar Portugal, do mesmo modo que sublinhou o “significado” das viagens realizadas a “São Paulo, Pernambuco, Baía, Mato Grosso, Pará e Amazonas [...]”. Classificou depois Pedro Theotónio Pereira como a “coluna mestra da nossa pátria”, garantindo-lhe que podia estar seguro da fidelidade dos portugueses do Brasil ao Governo que presidia aos “destinos” de Portugal.

¹⁷⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Setembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 440-449. “Segui para Pernambuco a bordo do paquete ‘Serpa Pinto’, tendo-se recusado a Companhia Colonial de Navegação, a despeito da minha insistência, a cobrar o preço da passagem com a alegação de que tinha muita honra em que o Embaixador de Portugal fosse seu hóspede em viagem oficial realizada entre dois portos brasileiros. Tive já ocasião de escrever à Direcção da mesma Companhia em Lisboa agradecendo o facto e as gentilezas que me foram dispensadas a bordo.

No Recife fui hóspede do Governo do Estado que me instalou no melhor hotel. As despesas limitaram-se por isso aos encargos exigidos pela representação, aliás reduzidos porque, à parte o almoço oferecido a Sua Eminência o Cardeal Patriarca, o programa não deu lugar a que tivesse de oferecer o usual banquete de retribuição.

As viagens Recife - Baía e Baía - Rio de Janeiro foram efectuadas pelo avião de carreira da Companhia Cruzeiro do Sul tendo-me apressado a pagar com antecedência os respectivos bilhetes para evitar que fossem a Colónia ou as

“Impossível ficar calado!”

Na Baía corra tudo, se possível fosse, de forma ainda mais agradável, tendo a “recepção por parte de portugueses e brasileiros” sido “toda sentimental.” Por exemplo, o orador escolhido para saudar Theotónio Pereira, “quatro vezes” tivera “que se calar, sufocado pela comoção. Tudo patriotismo, alegria, o verdadeiro delírio, cada vez que se falava em Portugal.” O nome de Salazar fora sempre “aclamado com a emoção do desagravo”, o que traduzia “os melhores sentimentos” da “gente” portuguesa, como se esperassem uma oportunidade para demonstrarem todo o seu afecto pelo Pátria e pelos seus líderes. Theotónio Pereira garantia que em momento algum conseguira terminar “as últimas sílabas do nome” de Salazar ou de Carmona sem “que uma trovoadas de aplausos não irrompesse do fundo daqueles peitos de bons portugueses.” Fora óptimo estar com aquela gente que lhe confessava ser a primeira vez que viam um embaixador. Por outro lado, os brasileiros do Nordeste não podiam parecer outra coisa senão totalmente diferentes daqueles que conhecera e com quem convivia no Rio de Janeiro e que “pareciam doutro país.”¹⁷⁶

A terceira grande viagem fê-la para contactar com a colónia portuguesa residente no centro e norte do Brasil, isto é, os “centros principais” da colónia de Mato Grosso, Amazonas e Pará. A visita decorreu com “grande felicidade”, deixando a Theotónio Pereira as “melhores recordações.” Encontrou o “mais vibrante entusiasmo patriótico” e uma “unânime solidariedade” com o Governo, tendo recolhido “impressões inexcitavelmente agradáveis” no contacto com os “bons portugueses” que residiam naquelas “paragens longínquas”. Em Manaus, por exemplo, tudo decorreu de maneira verdadeiramente impressionante, segundo o testemunho deixado por um dos acompanhantes do embaixador.

O aeródromo desta capital da Amazônia ficava a uns quilómetros a leste dela e cerca da margem do rio Amazonas. O trajecto para a dita cidade fez-se com um grande cortejo fluvial em que participaram muitas dezenas de embarcações de diversos tipos, engalanadas com flores e bandeiras portuguesas e brasileiras e conduzindo as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado e numerosíssimos elementos da nossa colónia ali. Quando esse cortejo atingiu as águas do limite da Manaus, essas embarcações e todas as que, também embandeiradas, estavam no respectivo porto, começaram a fazer ouvir as sirenes em manifestação de júbilo, ao mesmo tempo que de terra ecoavam altamente, por entre as aclamações de outros portugueses que aguardavam no cais: as salvas de artilharia, os foguetes e – o que é mais – as repetidas badaladas festivas dos sinos de todas as velhas igrejas da cidade. Ao ouvir esta surpreendente bimbalhada, Pedro Theotónio Pereira mais e profundamente se emocionou e perguntou

autoridades a custear a despesa.” “Da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 30 de Setembro de 1946, ofício s. n.º. AHDMNE, Proc.º n.º 20, 151.

¹⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Setembro de 1946. Loc. cit.. “Na Baía estive hospedado em casa do Comendador Armando Almendra, figura de destaque da nossa Colónia, não tendo por isso que efectuar senão reduzidos gastos de representação. Também me não foi dado oferecer banquete por já se encontrar completo o programa da minha estada naquela cidade.” “Da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 30 de Setembro de 1946. Loc. cit..

“Impossível ficar calado!”

numa exclamação: Então os sinos das igrejas também tocam por eu vir aqui? *Logo o bispo de Manaus [...]* respondeu: – Como não, senhor embaixador, pois que esses sinos são também portugueses!, vieram já fundidos de Portugal nos séculos XVI e XVII e não podiam ficar silenciosos neste momento!¹⁷⁷

Este como outros pormenores do périplo acabaram por ser expostos pessoalmente a Salazar quando passou por Lisboa nos meses de Novembro e Dezembro. Tal como sucedera em São Paulo e no Nordeste, impressionara-o a forma como se tinham comportado as representações consulares, sendo que o “procedimento” de todas as “autoridades” locais excedeu as melhores expectativas. Percorrera cerca de 11 mil quilómetros em nove dias – “graças ao itinerário organizado pela Cruzeiro do Sul” –, valendo a pena recordar que noutros tempos teriam sido “necessários 2 anos pelo menos!” Era razão para dizer que já conhecia o Brasil.¹⁷⁸ Os efeitos políticos haviam sido grandes, ora junto das autoridades locais, ora dos portugueses residentes nas paragens visitadas. Do “entusiasmo dos portugueses”, aliás, nem “era preciso falar!” “Deus louvado”, o Portugal e o Estado Novo tinham “homens de primeira ordem em todos os grandes centros.” E apesar dos jornais do interior terem dado notícia da “intentona do Porto” – referindo-se ao golpe da Mealhada –, tal não afectara o moral da colónia, até porque as notícias tinham saído nos “termos mais amigáveis para o governo.” A diferença era enorme se comparada aquela gente com a “canalha” do Rio. A viagem devia ser interpretada como o “reconhecimento admirável” do espírito de “fidelidade” dos “compatriotas”, apesar de “tão desligados” por vezes da “representação oficial.”¹⁷⁹

Finalmente, em Abril de 1947, visitou e percorreu o Rio Grande do Sul, dele voltando “encantado com a paisagem e com a nossa gente.” Contactou com os centros da colónia situada no “extremo sul Brasil.” Visitou Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, fazendo um percurso com um total cerca 4 mil quilómetros. O acolhimento fora excelente, estando acima de qualquer dúvida a união das colónias e a demonstração de um patriotismo vibrante e de uma lealdade inexcusável em relação ao Governo. Não houvera qualquer nota discordante, ficando na retina, para ser comunicado às Necessidades, a boa impressão do trabalho realizado pelo Cônsul de Porto Alegre. Na mesma linha, registara com agrado a atitude do cônsul honorário Vieira Fonseca no Rio Grande do Sul, também merecedor de uma palavra de louvor na Secretaria Estado. Agradara particularmente a forma como organizara a “recepção”, enviando à “sua custa”

¹⁷⁷ Martim de Faria e Maia, “In Memoriam de um grande Mestre e Amigo” in *Diário dos Açores*, 12 de Dezembro de 1973, p. 1. Destaques no original.

¹⁷⁸ “Vi o verdadeiro Brasil: aquele que nós amamos e aquele que nos faz honra”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 31 de Outubro de 1946. AOS/CD-17, fls. 473-474.

¹⁷⁹ Idem, ibidem. “Acabo visitar. No início do próximo ano esperava concluir as visitas deslocando-se aos Estados do sul.” “Da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 25 de Outubro de 1946, telegrama n.º 494. AHDMNE, proc.º n.º 20,151.

“Impossível ficar calado!”

um avião extraordinário a Porto Alegre para conduzir o embaixador num percurso superior a quinhentos quilómetros. O Brasil estava “visto.”¹⁸⁰

O que não ficara dito era que enquanto visitava os portugueses espalhados pelo Brasil, se apresentava como uma personagem da vida política portuguesa que possuía vida e, portanto, ambição própria. Algo que, aliás, muitos “patricios” naturalmente perceberam e até alimentaram. Nas vésperas da sua partida para Lisboa, a 5 de Novembro, terá recebido uma carta do Recife na qual o seu signatário, António Pereira de Sousa, lhe pedia que não ficasse em Portugal, fazendo votos para regresse no fim da quadra natalícia. Defendia ser necessário que se formasse a partir da “Colónia Portuguesa no Brasil um grande bloco que em torno do [...] nome” de Pedro Theotónio Pereira – “bloco que precisa[va] de ter uma consolidação maior a não ser que outras pudessem ser as directrizes da sua vida”. O intuito desse “bloco” não seria outro senão o de ajudar o embaixador a “substituir Salazar, que esgotado de trabalho” precisava de “descansar.” Essa honra e esse fardo deveria caber a Theotónio Pereira pelo facto de ter sido o “construtor da Organização Corporativa e o grande Embaixador na Espanha durante a guerra.” Ao signatário da missiva parecia então que “este milhão de portugueses” radicados no Brasil precisavam de “estar ao lado”, porque afinal lhe estava a ser quase oferecido um “posto de sacrificio.”¹⁸¹ Rematava a carta abordando a questão da restauração monárquica em termos que, pelo menos em parte, não andaria longe daquele que seria o pensamento de Theotónio Pereira:

Monárquico sou, mas não me parece que os horizontes do mundo estejam suficientemente desanuviados para que a solução monárquica seja útil. Demais a mais vejo nela o grande perigo dos cortesãos, sempre amigos de pequenos enredos e capazes de empecerem [sic.] a administração. Poderei estar enganado, mas tiro estas conclusões pelo faro.

*Se estamos vivendo a eliminar partidos não devemos criar em Portugal uma questão de regime: a menos que a mudança fosse indicada como resultado de um plebiscito amplamente feito. É necessário que baixe muito a percentagem de analfabetismo.*¹⁸²

“[...] panela mexida por muitos e mal mexida de todas as formas.”¹⁸³

¹⁸⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 12 de Abril de 1947. AOS/CD-18, fls. 76-79. “Da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 8 de Abril de 1947, telegrama n.º 175. AHDMNE. Proc.º n.º 20, 151/47.

¹⁸¹ António Pereira de Sousa lamentava que dada a sua avançada idade não pudesse “correr o Brasil de Norte a Sul, feito propagandista do seu [de Theotónio Pereira] nome [...].” “Carta de António Pereira de Sousa para Pedro Theotónio Pereira”, Recife, 30 de Outubro de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹⁸² Idem, *ibidem*.

¹⁸³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Supico Pinto”, s.d., citada em Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d. p. 67.

“Impossível ficar calado!”

Se 1946, na política interna portuguesa, acabou com a I conferência da União Nacional, 1947 começou com uma recomposição ministerial. Este acontecimento daria azo a importantes e, quiçá, dificilmente contornáveis mudanças na história do Estado Novo. Sobre o seu alcance e significado, escreveu um nostálgico cronista do salazarismo.

Como seria de esperar, depois da trapalhice eleitoral, da irreverência da I conferência da União Nacional e duma vaguíssima intentona revolucionária, Salazar resolveu-se a fazer a tão desejada remodelação ministerial – foi como se lhe arrancassem um dente... Os motivos eram razoavelmente simples: – o fim das hostilidades tinha alterado profundamente o cenário em que se representava a nossa vida política; as eleições, as críticas das oposições e dos situacionistas tinham descoberto alguns podres do Estado Novo; havia ministros cansados e outros queimados. Instalar uma nova equipa de outra geração era o mais ajuizado.¹⁸⁴

A recomposição ministerial de Fevereiro de 1947, que, em princípio, Pedro Theotónio Pereira acompanhou de longe mas, também, o mais atentamente que lhe foi possível, não deixou de o preocupar. Depois de concluída, incomodaram-no a saída de Marcello Caetano do Governo para presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Melindrou-o a forma como Supico Pinto foi passado da pasta da Economia, onde acumulava e se acumulavam dificuldades de toda a ordem, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros onde iria substituir Salazar¹⁸⁵ – ainda que, ao mesmo tempo, a sua indignação não deixasse de lhe agradar uma vez que via em Supico Pinto, um homem da sua confiança pessoal e política,¹⁸⁶ uma personalidade capaz de levar a cabo muitas das mudanças que as Necessidades exigiam de forma a tornarem mais

¹⁸⁴ Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 185.

¹⁸⁵ Antes de em 1940 ter sido nomeado subsecretário de Estado das Finanças, Supico Pinto movimentou-se claramente na órbita política de Pedro Theotónio Pereira. A partir daí foi uma figura com a qual, desde Espanha, Theotónio Pereira se correspondia com regularidade – o que é particularmente visível no conteúdo de algumas cartas enviadas por Theotónio Pereira a Marcello Caetano – e por quem se interessava. Theotónio Pereira propôs a Salazar que convidasse Supico Pinto, e não Marcello Caetano, para fazer parte da Embaixada enviada ao Brasil em 1941. Supico Pinto formara-se nos “gabinetes ministeriais” – nomeadamente no do Interior, às ordens de Linhares de Lima –, e no “serviço do Ministério que poderia ser considerado o seu Estado-Maior, denominado Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria.” Em consequência, devido aos seus próprios méritos e à ajuda de Theotónio Pereira (ver capítulo VI), ascendeu em 1944 a ministro da Economia. Por causa de incompatibilidades políticas e pessoais visíveis já em 1946, nas suas *Memórias* Marcello Caetano refere-se em termos particularmente duros ao trabalho de Supico Pinto no Ministério da Economia entre 1944 e 1947. Classificou-o também, para anos posteriores na história do salazarismo, como “hábil político de combinações de bastidores.” Em finais de 1946, segundo a mesma opinião, “não possuía estofos para arcar” com a “maré de críticas” de que a sua política económica estava a ser alvo, tanto dentro como fora do regime. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 273-274. Sobre o percurso político de Supico Pinto, José Carlos Valente, “PINTO, Clotário Luís Supico Ribeiro” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, M-Z, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 728-729. Sobre a “Embaixada” ao Brasil, “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Madrid, 30 de Maio de 1940. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. II, (1940-1941)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1989, p. 339 (documento 87).

¹⁸⁶ Pedro Theotónio Pereira era padrinho de casamento de Luís Supico Pinto. Quando se casou foi passar a lua-de-mel na Embaixada de Portugal em Madrid. Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

“Impossível ficar calado!”

eficaz a acção diplomática do Estado português.¹⁸⁷ Por isso se terá sentido particularmente desconcertado quando soube que tendo Supico Pinto sido indigitado pelo presidente do Conselho para os Negócios Estrangeiros, e com o decreto de nomeação já lavrado, acabasse por não tomar posse em consequência das exigências feitas por Santos Costa para que não fosse reconduzido em funções governativas, tanto como compensação para a saída de Júlio Botelho Moniz do Ministério do Interior e do elenco governativo, como para penalizar a sua acção como ministro da Economia e a putativa facção do regime que representaria, onde pontificava o embaixador no Brasil.¹⁸⁸ Finalmente, Theotónio Pereira sentia-se desassossegado pelo facto de lhe parecer indiscutível que ou bem que Salazar fora fortemente beliscado na sua autoridade, visto o desenlace da remodelação; ou então, porque optara por se deixar conduzir a si, e conduzir também o regime, para uma situação de confrontação mais ou menos surda entre duas grandes sensibilidades – uma eventualmente mais à esquerda e outra possivelmente mais à direita, uma mais intrinsecamente civil e outra mais ostensivamente militar, mas cada uma ideológica e geracionalmente complexa, heterogénea e repleta de contradições e conflitos –, voltava uma página na vida do Estado Novo e na forma como os seus destinos passavam a ser conduzidos.¹⁸⁹ Esta previsão sobre um novo fraccionamento do regime a partir de dentro, e que não sabe exactamente quem mais a poderá ter feito na altura, confirmou-se rapidamente tendo

¹⁸⁷ “Tenho uma desagradável impressão do Ministério visto de longe. Só estando aqui eu poderia avaliar bem a realidade desta minha maneira de sentir. Tudo é difícil e tudo é demorado. Tem-se às vezes à sensação dum monólogo. Enquanto as direcções gerais não tiverem funcionários de zona responsáveis pelos negócios de cada missão, raras vezes andaremos a horas. Eu senti a diferença entre estar perto do Ministério e estar longe. Fiz aqui uma experiência pouco animadora.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-18, fls. 58-74.

¹⁸⁸ “Santos Costa alega que a escolha [de Supico Pinto] representa a promoção de um homem que, além de impopular, se incompatibilizou com os militares; realizada simultaneamente com o afastamento de Botelho Moniz do Interior, constitui uma afronta às Forças Armadas; e criar-se-ia nestas um estado de espírito cujas consequências podiam ser graves.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 63. “O Exército responsabilizava-o pelas dificuldades de abastecimentos e pela corrupção da organização corporativa (que incluía os organismos de coordenação económica). Mas o Ministro da Guerra tem que engolir a demissão do seu protegido Júlio Botelho Moniz [...]” MATOS, Luís Salgado de, “COSTA, Fernando dos Santos” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, p. 447. Se a par deste acontecimento notarmos a ausência de qualquer referência por parte de Marcello Caetano, nas suas *Memórias*, ao caso Supico Pinto, e de haver quem considerasse ser já o ex. ministro da Economia “um dos delfins de Salazar”, talvez se perceba que a acção de Santos Costa, com a anuência de Marcello Caetano, foi uma tentativa, conseguida, de liquidar preventivamente Supico Pinto e aquilo que representaria ao impedir a sua nomeação para os Negócios Estrangeiros no início de 1947. O palpite sobre o delfinato encontra-se em Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 181.

¹⁸⁹ Franco Nogueira, citando uma carta de Theotónio Pereira a Supico Pinto – mas da qual não assinala a data –, chama a atenção para a dupla interpretação da crise e do procedimento ambíguo de Salazar que nela foi feita pelo embaixador no Rio de Janeiro. Num excerto dessa missiva pode ler-se: “«Não conheço os antecedentes, nem sei até que ponto o nosso Amigo [Salazar] é plenamente responsável pelo que aconteceu. Mas não é homem para se deixar conduzir, senão quando é o que ele quer.»” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Supico Pinto”, s.d., citada em Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 67.

“Impossível ficar calado!”

apenas sido eliminada, ou pelo menos muito alterada na sua feição, na sequência da crise política que conduziu à recomposição governamental de Agosto de 1958.¹⁹⁰

Não sendo de afastar a possibilidade de ter escutado mais do que meros rumores sobre a iminência de uma profunda mexida no Governo quando esteve em Lisboa no mês de Novembro,¹⁹¹ e que até pudesse ter sido auscultado por Salazar sobre o assunto, apesar de se encontrar geograficamente afastado, Pedro Theotónio Pereira não desejava ver-se politicamente distante naquilo que dizia respeito à resolução das questões internas de maior relevância. Não tendo informações exactas e de fundo sobre aquilo que se passava – pelo menos de modo idêntico no caso de se encontrar em Lisboa ou colocado numa Embaixada europeia –, depois de consumada a remodelação confessaria a sua perplexidade interrogando-se sobre o que teria acontecido, referindo-se não necessariamente à recomposição mas ao caso Supico Pinto.¹⁹² E se é arrojado e até eventualmente errado sugerir que a vontade quase repentina de Theotónio Pereira se deslocar a Lisboa em Novembro de 1946, esteve relacionada com a realização da Conferência, uma vez que com ela coincidiu cronologicamente – chegou no dia 6 e a conferência começou a 9, tendo a data de saída do Brasil sido escolhida pelo embaixador –, é também possível que tenha desejado acompanhá-la e, eventualmente, influenciá-la, podendo participar ainda nas movimentações que vinham tendo lugar nos bastidores do regime e que tinham em vista uma recomposição governamental que muitos adivinhavam para breve. Em termos ainda mais concretos, terá eventualmente pretendido estar em Lisboa durante a I conferência da União Nacional porque estaria em condições de prever que dela podia sair um Marcello Caetano

¹⁹⁰ Esta classificação das facções – uma civil e outra militar – foi feita por Marcello Caetano nas suas *Memórias*, mas é, propositadamente, muito pouco exacta. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 284. Sobre a remodelação governamental de 1947, Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, p. 404, que, na linha de Franco Nogueira (*op. cit.*, p. 65), embora indo um pouco mais além, não hesita em classificá-la taxativamente como a primeira remodelação em que Salazar “não recompõe” o Governo “como quer, mas como tem de ser.” Sobre a recomposição ministerial, ver ainda Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 62-67.

¹⁹¹ “Em meados do mês passado já se dizia à boca pequena que o Ministério [das Comunicações] ia ser criado, como e com quem. Mas como a notícia vinha de mistura com a boataria da recomposição ministerial acolhia-a sempre sorrindo e dizendo da minha ignorância. Até que o decreto apareceu para assinatura... os mais mal informados eram os ministros!” Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar”, Lisboa, 7 de Janeiro de 1947. José Freire Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 208 (Documento C102). Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 278.

¹⁹² Uma razão pela qual se pode dizer que Pedro Theotónio Pereira não se encontrava completamente às escuras na questão da recomposição, tinha que ver com o facto de, em Janeiro, a imprensa brasileira ter começado a publicar “todos os dias boatos sobre a remodelação” que Salazar preparava. “No geral, tom muito melhor. As agências telegráficas estão muito mais verdadeiras.” Na mesma altura, *O Globo* publicou uma nota dando notícia da saída, para breve, de Theotónio Pereira para Washington. O embaixador português encarregou-se imediatamente de desmentir um rumor que se viria a revelar verdadeiro. Resta saber se Theotónio Pereira já estava a par do movimento diplomático que iria ter lugar. Mas como se verá, é pouco provável que em Janeiro já se pensasse nas Necessidades num movimento que só foi discutido mais tarde e que, quanto à mudança do embaixador no Rio, foi suscitado pelo próprio Theotónio Pereira. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls.5-10.

“Impossível ficar calado!”

vitorioso e um Supico Pinto derrotado.¹⁹³ Apesar do desconhecimento – real ou apenas retórico –, que em Fevereiro manifestou a Marcello Caetano sobre tudo o que se tinha passado em torno da nomeação do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, certo é que o juízo com que brindou o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, ao afirmar que “a panela” não fora “mexida só por um e que houve vários paladares a contentar,” transmitia afinal a certeza de que a crise ministerial não tinha sido resolvida a seu contento, ao contrário do que sucedera em 1944.¹⁹⁴

Neste contexto, as palavras enviadas por Theotónio Pereira a Marcello Caetano demonstram de forma clara como, desde 1944, senão até mesmo antes, parecia ser diferente o modo como os dois homens encaravam o futuro do regime, mesmo que ambos partilhassem a ambição de, mais cedo do que tarde e por caminhos diferentes, poderem vir a suceder a Salazar. A Marcello Caetano confessava, portanto, ter ficado “desapontado com vários aspectos da crise” e incapaz de “entender outros.” Incomodava sinceramente Theotónio Pereira a hipótese de ter sido Marcello Caetano a pedir para sair – o que era verdade –, uma vez que defendia ser urgente “acautelar o futuro”, não havendo “senão razões para não desertar dos posto.” Para o embaixador no Rio, as mudanças que o “mundo” vinha conhecendo, e ao contrário daquilo que muitos pensavam – a começar pelo próprio Marcello Caetano –, não era razão para reformas e alterações no rumo e na natureza política e ideológica do regime, mas sim para prosseguir, provando-se “com mais evidência que nunca que temos razão e que os outros não fariam senão atirar o país para o caos.”¹⁹⁵ Mas apesar de não perceber – ou perceber demasiado bem –, e criticar Marcello Caetano por ter saído do Ministério das Colónias, não deixava de o felicitar por ter aceite, com sacrifício pessoal, do exercício de novas funções na União Nacional, sobretudo porque sendo tão amigo de Cancela de Abreu – escolhido para ministro do Interior –, era de acreditar que ambos fariam “a obra que o país” estava “pedindo”, aliviando desse modo a “negligência” a que fora votada a “política interna.” Naturalmente, tão crítico que estava do sentido dos últimos eventos, apenas podia dizer que caso não se acudisse rapidamente à

¹⁹³ “Da discussão francamente aberta, saíram incinerados o presidente da comissão executiva da União Nacional, o ministro do Interior, Júlio Botelho Moniz, e o ministro da Economia, Luiz Supico Pinto, tido como um dos delfins de Salazar. Para além da política externa, considerada indiscutível, quase nada se salvou da obra do Estado Novo, que comemorava vinte anos. Nem as oposições democráticas e comunizantes se tinham atrevido a dizer tanto e tão mal.” Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, pp. 180-181.

¹⁹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 2 de Março de 1947 (documento n.º 55). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Na carta escrita a Supico Pinto, na mesma altura e sobre o mesmo tema, utilizou expressão idêntica para ilustrar a sua opinião sobre a crise política que rodeara toda a recomposição governamental. “«O que mais me aflige nisto tudo é a evidência de ter sido panela mexida de todas as formas.»” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Supico Pinto”, s.d., citada em Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 67.

¹⁹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Rio de Janeiro, 2 de Março de 1947 (documento n.º 55). Loc. cit.. Sublinhado no original.

“Impossível ficar calado!”

situação não seria possível num “futuro muito próximo [...] dominar os acontecimentos.” De positivo, registava apenas o facto de no Brasil ter já tudo entrado “nos eixos”, deixado de lhe “dar cuidado”.¹⁹⁶

Para além das razões imediatas que conduziram à recomposição ministerial de Fevereiro de 1947 – problemas económicos, golpe da Mealhada, crise política no interior do regime –, a verdade é que, pelo menos, desde Junho de 1946 se vinham dando movimentações envolvendo alguns notáveis do regime no sentido de promover uma alteração substancial tanto na composição do Governo como, sobretudo, na sua orgânica, o que caso acontecesse poderia mudar substancialmente as relações de poder no regime. Um dos principais se não o principal rosto desta iniciativa foi o na altura tenente-coronel e ministro da Guerra, Santos Costa. Aparentemente apoquentado com o estado de saúde de Oliveira Salazar, Santos Costa procurou Costa Leite (Lumbralles) para com ele discutir a possibilidade de ser introduzido na orgânica do Governo o cargo de “vice-presidente do Conselho ou ministro sem pasta.” Esta solução, na opinião do ministro da Guerra, permitiria que emergisse alguém com capacidade para representar Salazar “junto dos outros ministros e aliviá-lo assim de muito esforço e cansaça dispensáveis.” Como é óbvio, e como reconheceu Costa Leite, a adopção de uma solução deste tipo, se por um lado seria positiva porque permitiria ao chefe do Governo reduzir significativamente a sua actividade, tinha como principal inconveniente o facto de tornar aquele que viesse a ser escolhido no seu “eventual substituto, o que além de agravar alarmes injustificados quanto à saúde do Chefe do Governo, teria reflexos políticos sobre a unidade das forças da situação.” Portanto, e para Costa Leite, o “alívio” de Salazar passaria apenas pelo seu abandono da pasta dos Negócios Estrangeiros. Independentemente de Santos Costa ter apresentado objecções a esta solução, fosse porque não considerava conveniente que Salazar saísse das Necessidades, fosse porque sabia que Salazar “gostava desse ministério”, tratou de prosseguir a conversa no campo que lhe interessava e que era discutir os nomes que poderiam ser tidos em conta para exercer o cargo de ministro sem pasta ou de vice-presidente do Conselho. Evocando a previdência, porque preocupado com o estado de saúde de Salazar, Santos Costa adiantou que o cargo devia ser criado e que o escolhido, independentemente de lhe estar vedado a “concepção e traçado das grandes directrizes”, deveria ser alguém “com experiência política, que gozasse da inteira confiança do sr. Presidente do Conselho e que conhecesse bem os seus critérios na resolução dos problemas.” Santos Costa considerava ser Costa Leite “uma das pessoas em condições de desempenhar a função.” Como é normal nestas circunstâncias, Costa Leite recusou a ideia, adiantando uma série razões de ordem política e

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

pessoal.¹⁹⁷ Surpreendentemente, ou não, Santos Costa considerava-se, juntamente com o Costa Leite, a outra individualidade do regime com as características necessárias para ocupar o cargo de vice-presidente do Conselho. Infelizmente para si, considerava que

não podia desempenhar tais funções porque não podia deixar o Ministério da Guerra onde tinha ainda muita coisa a fazer, nem dar a impressão de que se voltava ao militarismo político e de que havia portanto um retrocesso na Situação.

Visto o impasse, Santos Costa avançou com alguns nomes – “Mário de Figueiredo, Rafael Duque...”, nomes altamente improváveis –, e perguntou ainda qual a opinião do seu interlocutor sobre a hipótese Armindo Monteiro.

Respondi que ele, S.[antos] C.[osta], tinha ouvido em Conselho de Ministros o bastante para, em meu entender, afastar a hipótese. Concordou que era assim, embora fosse pena.¹⁹⁸

Costa Leite avançou então com o nome de Theotónio Pereira para o cargo de ministro de Negócios Estrangeiros. Mas como Santos Costa defendia que qualquer solução passava não por mudanças neste campo mas pela nomeação de um ministro sem pasta, observou que Theotónio Pereira não era solução uma vez que o “sr. Presidente da República não podia com ele desde que, sendo S. S. [subsecretário de Estado] das Corporações”, se tinha ausentado “amuado para a Madeira sem mais nem menos.” Diversas vezes teria falado com Carmona sobre Pedro Theotónio Pereira e “sempre encontrara viva reacção de antipatia, tendo chegado a dizer: o dr. Salazar perdoou-lhe mas eu não esqueço a carta que ele escreveu.”¹⁹⁹ Santos Costa deu por fim à conversa, propondo a sua continuação noutra oportunidade e uma ida dos dois a São Bento para confrontar Salazar com as suas soluções e opiniões. Porém, Costa Leite escusou-se, dizendo em tom ligeiro que não ia em “golpes de Estado.”

Neste ambiente de intriga permanente, em que se discutia a orgânica governamental e o eventual número dois de Salazar – mas em que se redigiam apontamentos de conversa para informar parcial e parceladamente o presidente do Conselho sobre aquilo que se ia passando –, fica claro que Theotónio Pereira embora continuasse a ser uma figura em destaque no regime, tinha nele uma posição relativamente frágil apesar de dividir o chamado sector ultra do regime. Entre os militares havia obviamente quem não julgasse aconselhável o seu regresso ao

¹⁹⁷ Em 1950, seria pela primeira vez nomeado um ministro com características idênticas àquelas preconizadas por Santos Costa. Costa Leite foi o eleito, exercendo as funções de ministro da Presidência até 1955.

¹⁹⁸ “Apontamento. Conversa com o Ministro da Guerra [...] Santos Costa, [...] 17 de Junho de 1946”. AOS/CP-152. 4.3.3./1, fls. 338-341. Sublinhados no original.

¹⁹⁹ Como a nomeação dos embaixadores era sempre confirmada pelo presidente da República, é de supor que Carmona se tivesse sentido muito desconfortável das duas vezes que lhe falaram de Theotónio Pereira para ocupar os postos de Madrid e do Rio Janeiro. Sentimento idêntico teria conhecido ao ver-se obrigado a aceitar a sua nomeação para a pasta do Comércio e Indústria em 1936. Aparentemente, o argumento de Santos Costa era fraco. Dizia mais sobre aquilo que o próprio pensava sobre Theotónio Pereira do que sobre as convicções de Carmona, mesmo que não andassem muito longe do conteúdo da inconfidência de Santos Costa. Costa Leite sugeriu depois o nome de Dinis da Fonseca e que terá sido agrado do seu interlocutor. Idem, *ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

Governo, nem para ser ministro dos Negócios Estrangeiros nem, muito menos, para desempenhar funções de número dois ou de substituo de Salazar. Sendo certo que quando se preparava para sair de Washington (em finais de 1949, início de 1950), e depois já no Verão 1950, foi convidado pelo presidente do Conselho para regressar ao Governo, parece ser indiscutível que dificilmente seria bem recebido por todos. Depois de em 1950 não ter aceite, por mero capricho, regressar ao exercício de funções governativas, Theotónio Pereira teve que esperar por 1958, com Santos Costa já fora da vida política, ao ter deixado a pasta da Defesa Nacional, para que pudesse voltar a ser ministro. Desta vez foi-o por sugestão de Supico Pinto que, ao recusar o convite que Salazar lhe dirigiu para assumir a pasta da Presidência, se lembrou do então embaixador em Londres.²⁰⁰ Era evidente que embora número dois do Executivo, a sua posição no regime estava muito longe daquela que conhecera nas décadas de 1930 e 1940. O Estado Novo mudara muito e Theotónio Pereira não pudera acompanhar essa mudança.

Mesmo assim, e voltando atrás, no Verão de 1947 um Salazar melindrado, “muito abatido”, queixando-se de “falta de saúde e de umas perturbações circulatorias que lhe davam tonturas”, num “estado de grande depressão” comentou a Marcello Mathias, durante um almoço a dois que decorreu na sua casa no Vimioso, a possibilidade de vir em breve a abandonar o Governo. O chefe do Executivo confessou a Mathias que não se sentia “com forças para assumir a responsabilidade plena das suas funções” e que, por isso, “preferia ir-se embora.” Manifestou ter “a impressão de que a sua autoridade já não era devidamente respeitada” e, inesperadamente, pediu uma opinião sobre a possibilidade de vir a ser substituído por Pedro Theotónio Pereira. Salazar sabia existirem “correntes de opinião dentro do regime” que lhe eram “muito favoráveis” Do seu ponto de vista, a opção Theotónio Pereira parecia-lhe ser muito válida tendo em conta a sua “magnífica presença física” e o facto de se ter “imposto desde a primeira hora pela sua integridade moral e ortodoxia política.”²⁰¹

A esta conversa, e como é óbvio, não pode ser atribuído um significado transcendente, uma vez que não existe qualquer outro testemunho da época que demonstre ter Salazar seriamente pensado na sua substituição por Theotónio Pereira. Por outro lado, caso a observação de Salazar seja colocada num contexto geral, mais difícil será entendê-la. Isto

²⁰⁰ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 520.

²⁰¹ Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, 2ª. ed., Lisboa, Difel, 1984, pp. 84-85. A esta provocação de Salazar, desenvencilhou-se Marcello Mathias respondendo “[...] que tinha muita estima e apreço pelo Pedro Teotónio Pereira, e o admirava sob vários pontos de vista, mas que muitos daqueles que estavam com o regime, apoiavam este devido ao prestígio dele, Salazar. O choque político provocado por qualquer mudança seria certamente muito grande e prejudicial. Fosse qual fosse o substituo para o lugar do chefe do Governo, independentemente das suas qualidades, nunca disporia do crédito que Salazar acumulara durante cerca de vinte anos de governo.” *Idem, ibidem*, p. 85.

“Impossível ficar calado!”

porque era o presidente da República que tinha, à luz da Constituição, a responsabilidade de escolher o presidente do Conselho, algo que, pelo menos na década de 1960, Salazar sempre deu testemunho de querer respeitar quando se tornaram recorrentes as discussões e as conversas em torno daquela que era a inevitável substituição do chefe do Governo. Por outro lado, no Verão de 1947 a observação de Salazar parece ter pouco sentido uma vez que a luta política entre facções no interior do regime não tinha a intervenção de Theotónio Pereira, excepto se pensarmos que poderia fazê-lo através de Marcello Caetano ou de Luís Supico Pinto. Neste cenário, o chefe do Governo poderia pura e simplesmente ter a intenção de trazer à liça uma nova personagem que, eventualmente, mais do que substituí-lo o ajudasse a desempatar a contenda que tinha lugar entre “ultras” e “liberais”. Sucede porém que desde o momento em que Marcello Caetano ascendera no firmamento do regime, pelo papel que tivera nos acontecimentos que rodearam a I conferência da União Nacional, assumindo-se como chefe de uma ala reformista e liberalizadora do Estado Novo, não parece que estivesse interessado nem necessitasse do apoio de Theotónio Pereira. Este, pela sua parte, não deverá ter visto com bons olhos as ambições de Marcello Caetano, o seu programa e, sobretudo, o modo como se comportara com Supico Pinto, que no início de 1947 estava muito mais próximo de Theotónio Pereira do que o novo presidente da Comissão Executiva da União Nacional que se aliara a Santos Costa e a Botelho Moniz para liquidar politicamente o ainda ministro da Economia. Conhecedor desta realidade, é possível que a sondagem a que Marcello Mathias foi sujeito, sobre a possibilidade de Theotónio Pereira ascender à Presidência do Conselho, quisesse significar que Salazar podia estar efectivamente interessado em escolher o então já embaixador em Washington não para seu sucessor mas, sobretudo, para o promover politicamente através deste tipo de consultas, que se espalhavam rapidamente nos bastidores do regime, com o objectivo de reforçar uma terceira facção dentro do regime e que, existindo embrionariamente 1946-47, fora em grande medida disseminada com o afastamento de Supico Pinto do Governo e a presença de Theotónio Pereira durante vários anos no estrangeiro.²⁰² De qualquer modo, parece indiscutível que em 1947, muito mais do que em 1944, Theotónio Pereira vira o seu poder no seio regime não apenas limitado mas, sobretudo, em declínio irreversível.²⁰³

²⁰² Entre outros acontecimentos, durante a I conferência da União Nacional deve ter repugnado muito a Theotónio Pereira assistir à reconciliação entre Salazar e Manuel Rodrigues. Deram um “aperto de mão de grande espectáculo, prolongado e terno”, a que se seguiu “um abraço comovido.” Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, 181. Sucede que entre 1933 e 1937, Rodrigues Júnior e Theotónio Pereira tinham protagonizado no Governo a polarização de duas “falanges” insusceptíveis de serem conciliadas pelo seu republicanismo e monarquismo, respectivamente. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 108.

²⁰³ Mesmo assim, o seu amigo Ricardo Espírito Santo, tido pelos diplomatas norte-americanos em Lisboa como amigo íntimo e conselheiro de Salazar, quando se discutia a escolha do candidato presidencial do regime às eleições de 1949, defendia a passagem do chefe do Governo para a Presidência da República e a subida à

“Impossível ficar calado!”

“O Brasil continua a ser bem pouca coisa.”²⁰⁴

No início de 1947, quando se aproximavam no Brasil as “eleições municipais” e a “eleição dos Governadores dos Estados e de algumas vagas de senadores e deputados”, descrevia a Salazar o “verdadeiro pandemónio da democracia.” Estava-se perante “dez mil candidatos para menos de 900 lugares.” Garantia que já “ninguém se entendia acerca da exacta posição dos partidos em cada caso”, encontrando-se “tão repartidos” que bem se poderia afirmar “que as forças políticas da democracia brasileira” tinham “chegado à fase da pulverização.” Ainda do seu ponto de vista, “inteiro, só o partido comunista”,²⁰⁵ sendo que apenas o exército seria capaz de lhe “fazer frente”, embora num “terreno diferente da luta eleitoral.” Como se não bastasse, o “próprio Governo” estava “dividido”, não havendo ninguém capaz de se impor no seu seio. Observando tudo o que se passava, e sendo por demais evidente que ninguém lhe parecia ter coragem suficiente para adiar ou cancelar as eleições apazadas para daí a onze dias, salvava-se a figura do cardeal de São Paulo por ter condenado “um candidato burguês que se unia aos comunistas.”²⁰⁶ Ainda sobre as eleições, uma semana mais tarde, acrescentava:

No Domingo temos eleições. O ambiente na cidade já está insuportável. Só se vêem pretos agitando-se nas ruas. Tudo indica que as votações comunistas vão ser de estrondo.

*O calor está mais forte que nunca. Compreendo que se degenera ao fim de algum tempo nesta atmosfera.*²⁰⁷

Para agravar a situação via os “partidos burgueses [...] esfacelados”, não se entendendo “sequer para a designação de candidatos locais.” A Câmara dos deputados, aparentemente, deixara de deliberar “por falta de quorum”, pelo que os brasileiros acabavam por começar a dar sinais de que se estavam a cansar do parlamentarismo o que, do ponto de vista de Theotónio Pereira, seria uma boa e útil notícia a fazer publicar nos principais jornais portugueses. Parecia de qualquer modo estar para breve um “regresso à ditadura” com o general Dutra a fazer um golpe que se antecipasse às eleições. Mas mais preocupante era o aparentemente imparável avanço do “comunismo” e que de um dia para o outro poderia assenhorar-se do Brasil, mesmo

Presidência do Conselho de Pedro Theotónio Pereira, Marcello Caetano ou Marcello Mathias, por esta de ordem de prioridade. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 255, 9 de Julho de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6366 (853.0017-948).

²⁰⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 20 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 485-486.

²⁰⁵ Em finais de Dezembro parecia acreditar que os “comunistas” podiam ganhar, uma vez que parecia “seguro” o seu “grande avanço.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 20 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 485-486.

²⁰⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 5-10.

²⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 11-17.

“Impossível ficar calado!”

que se estivesse no ponto alto do tratamento jornalístico de um incidente com um diplomata brasileiro que acabara de correr em Moscovo. A imprensa conservadora, tal como o Governo e várias forças políticas colocadas à esquerda dos comunistas, procuravam rentabilizar ao máximo o acontecimento. Caso fosse bem aproveitado, como veio a ser, a prazo a influência da União Soviética e dos comunistas no Brasil diminuiria drasticamente. Mesmo assim Theotónio Pereira considerava a ofensiva demasiado tímida, certamente pelo facto dos “democratas” temerem o regresso da “reacção.”²⁰⁸

Neste ambiente, Theotónio Pereira continuava a queixava-se a Salazar das ofensas pessoais e políticas de que se sentia vítima por parte da oposição portuguesa no Brasil, não podendo reagir, e muito menos como gostaria, pelo facto de exercer funções de embaixador. Acusavam-no de ser filho de “taberneiros por grosso” e que fora para o Brasil para “esganar as liberdades” que tornavam o “povo” brasileiro “tão digno e tão feliz!” Desta vez, porém, a colónia deixara-o ficar mal ao não se ter unido e reagido em defesa da honra de Pedro Theotónio Pereira. Era um caso de “apatia, cobardia, falta de fibra!” Fora um “desgosto”, sobretudo por considerar que estava no Brasil sobretudo por causa dos emigrantes.²⁰⁹ Este encadeamento de acontecimentos e de factos parecia-lhe então ser uma boa ocasião para concluir que naquilo que dizia respeito ao combate político no Brasil entre o representante do Governo português e algumas figuras notáveis da oposição, o grosso da colónia, pelo menos a do Rio, preferia não se manifestar o que, no mínimo, queria significar o seu desinteresse pelo lado estritamente conflituoso do combate político, e, no limite, que não só não apoiava incondicionalmente Theotónio Pereira, como via com bons olhos a crítica à autoridade, ao poder emanado de Lisboa. Daí que Theotónio Pereira interpretasse a homenagem que lhe estava a ser preparada para celebrar o primeiro aniversário da sua chegada ao Rio, como uma tentativa de apagar o “desapontamento” criado pela falta de reacção da colónia ao ataque oriundo dos meios oposicionistas como resposta ao conteúdo da entrevista que dera ao *Globo* e onde, precisamente, criticara duramente os portugueses que se mantinham afastados e activamente críticos do Estado Novo. Resolvera não a recusar “porque sempre é útil ver marcar posições.”²¹⁰

Durante a passagem de Theotónio Pereira pelo Brasil, a imprensa apresentou a “recomposição” como “um passo firme” no caminho da “democratização” de Portugal. Estando a imprensa “muito melhor”, os seus comentários foram “no geral [...] amigáveis.” Não se viam,

²⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 20 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 485-492.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

²¹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, [Rio de Janeiro], 29 de Dezembro de 1946. AOS/CD-17, fls. 502-513.

“Impossível ficar calado!”

restos sequer, daquele “ódio militante” com que se olhava para o Estado Novo um ano antes.²¹¹ Mas em toda a história das mudanças no Governo ocorridas em Lisboa, aquilo que mais importou a Theotónio Pereira foi o facto da saída de Salazar do Ministério dos Negócios Estrangeiros – onde foi substituído por Caeiro da Matta – lhe ter dado o pretexto de que necessitava para pedir ao chefe do Governo para ser substituído como embaixador no Rio de Janeiro. O pedido era feito com o argumento de que o “principal” que tinha “a fazer” estava feito, e que tendo Salazar deixado a pasta dos Negócios Estrangeiros não desejava demorar-se no Brasil, uma vez que se quebravam os laços de confiança pessoal e política em que houvera sido decidido em 1945 a colocação de Theotónio Pereira no Brasil. Não desejando de forma alguma criar mal-entendidos com Caeiro da Matta,²¹² pedia a interferência de Salazar junto deste, dizendo-lhe que estava assente entre os dois, e antes do regresso de Caeiro da Matta às Necessidades, a saída para “breve” de Theotónio Pereira do Rio. Recordava ainda que não apenas o Brasil ficava muito longe, como desde o início ficara combinado que a “missão” seria “temporária.” Além disso, a situação no Brasil evoluíra favoravelmente do ponto de vista dos interesses portugueses, sendo já possível colocar no Rio uma “pessoa de confiança” que trabalhasse como Theotónio Pereira tinha trabalhado.²¹³

Umas boas semanas mais tarde, Salazar escreveu a Theotónio Pereira procurando responder a algumas das dúvidas e angústias que pareciam assaltar o embaixador no Rio de Janeiro. Como conhecia particularmente bem o interlocutor, o que não lhe seria difícil uma vez que Theotónio Pereira era personagem cristalina, onde facilmente se captavam todos os defeitos e virtudes dos homens, redigiu a carta em termos amistosos e de franqueza. A amizade, particularmente, sensibilizava bastante Theotónio Pereira uma vez que embora se reconhecesse servidor de Salazar – “seu subordinado na hierarquia do serviço público (estando até agora já no quadro do Ministério) –, ao fim de tantos de relacionamento pessoal e político não esperava outra coisa senão que o chefe do Governo o “tratasse como um amigo e um amigo com boa vontade suficientemente demonstrada.” O facto de Salazar ter comunicado a Caeiro da Matta os termos em que tinha combinado com Theotónio Pereira a sua missão no Rio deixou o embaixador particularmente descansado, uma vez que estava “farto” do Brasil, depois de ali “ter feito” tudo o que estava ao “seu alcance, com a decisão e a energia que sempre” punha “em servir a Pátria e ajudar” Salazar. À censura produzida pelo presidente do Conselho pelo facto de

²¹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1947. AOS/CD-18, fls. 45-52.

²¹² Idem, *ibidem*.

²¹³ A cumplicidade pessoal entre os dois homens, a propósito da colocação de Theotónio Pereira no Rio, era evocada pelo embaixador ao recordar que quando fora a Lisboa em Novembro, caso Salazar não lhe tivesse demonstrado “todas as atenções e provas de amizade”, teria “sido obrigado mais cedo a desistir do posto.” *Ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

Theotónio Pereira ter pedido para deixar o Brasil, respondeu-lhe com uma série de argumentos que, no geral, já utilizara noutras ocasiões, tanto quando fora membro do Governo como quando estivera em Espanha – o sacrifício pessoal e, sobretudo, aquele que impunha aos pais, aos filhos e a uma mulher doente crónica, provocado por uma ausência quase permanente que o exercício de cargos públicos sempre obrigava. Mas para dar uma outra dimensão ao problema, juntando-lhe um comentário que pretendia levar Salazar a perceber, eventualmente, a dimensão do sacrifício que estava fazendo no Brasil.

*V. Ex.a um dia deixou a Câmara dos Deputados e voltou para Coimbra. Eu estou exactamente no mesmo estado de espírito que V. Ex.a tinha então. Não tomo isto a sério e não vejo que possa fazer mais nada de útil nestes tempos mais chegados.*²¹⁴

Por outro lado, e apesar dos elogios que Salazar fizera à “obra” que estava sendo realizada na embaixada do Rio, verdade era que em mais de um ano de estada no Brasil, Theotónio Pereira percebera, compreendera, e em certa medida até aceitara,²¹⁵ que havia pouco interesse pelo trabalho ali realizado, tendo até tido, como confessava, “certa surpresa”, estranhando a “transição, habituado que estava a trabalhar perto” de Salazar em “assuntos de real importância e interesse imediato para o país.” O desinteresse por parte de Salazar, assim como a sua perda de influência eram tais que, segundo o próprio Theotónio Pereira, em “quinze meses” recebera apenas duas cartas do chefe do Governo.

A questão da “obra” era importante porque, do ponto de vista de Salazar, a sua conclusão poderia dar-se no prazo de um ano, consagrando tanto Theotónio Pereira como servindo os interesses de Portugal. Ora, farto de se ver política e diplomaticamente secundarizado por uma estada no Brasil que considerava inútil, desmontava a agenda da sua missão num futuro próximo tal como era vista pelo presidente do Conselho:

*consolidar a obra de união e coesão da colónia; visitar os restantes centros portugueses; começar em termos de se verem os trabalhos da nova embaixada; lançar a informação portuguesa no Brasil; e fazer acordo sobre a emigração.*²¹⁶

Sucedia que do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira a questão da unidade da colónia não se colocava, uma vez que não julgava possível fazer mais do aquilo que já tinha sido feito, não

²¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-17, fls. 58-74.

²¹⁵ “Não me queixo mas reconheço [...] que as coisas do Brasil tinham incomparavelmente menos importância e menos urgência que os restantes problemas que ocupavam V. Ex.a. E depressa vim a dar-lhe razão por não perder tempo com as coisas de cá.” Idem, *ibidem*.

²¹⁶ *Ibidem*. A suspensão portuguesa decretada em Março de 1947, teria tido também, segundo alguns observadores norte-americanos, um objectivo prosaico: “In order to maintain the labor supply in the Southern part of the country, as well as to reroute emigration to the colonies, the Portuguese government in 1947 suspended emigration to Brazil. But because of the lack of facilities in the colonies less than a thousand settlers have emigrated annually to Portuguese overseas possessions in recent years.” Olive Holmes, “Spain and Portugal – A Dilemma for the West” in *Foreign Policy Reports*, vol. XXV, n.º 4, May 1, 1949, p. 49n. NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6365.

“Impossível ficar calado!”

podendo sequer a “unidade” da colónia ser maior do que aquilo que era “no momento presente.” As visitas, por outro lado, estavam em vias de ser concluídas, sendo que em finais de Abril pensava, como programado, ter já “visitado todos os centros.”²¹⁷ O problema das obras na Embaixada, e que parecera em vias de rápida resolução, se se exceptuarem os constrangimentos orçamentais impostos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros,²¹⁸ acabara por se complicar seriamente por causa da atitude do arquitecto Rebello de Andrade, parecendo óbvio a Theotónio Pereira que sairia do Rio de Janeiro para Lisboa ou para outro posto sem poder assistir ao “começo das obras”, o que aliás, suspeitava, pudesse vir a fazer com que recebesse “os primeiros remos com algum fundamento aparente.”²¹⁹

A política de informação no Brasil, a “agência”, como lhe chamava Theotónio Pereira, “estava pronta” para ser lançada, não fora a “estranha indiscrição do Secretariado anunciando dinheiro fresco todos os meses para a embaixada, quando na realidade estava fazendo todos os esforços para atrasar ou dificultar a realização da ideia.” De qualquer modo, a “miragem do dinheiro” envenenara de tal forma o ambiente que se decidira pôr momentaneamente de parte a ideia. No que respeitava ao ponto final, o da emigração – certamente o mais relevante –, parecia-lhe mais ou menos óbvio ser impossível que o Governo brasileiro pudesse ou sequer desejasse “a qualquer combinação amigável em qualquer terreno.” Ou seja, e segundo Theotónio Pereira, enquanto não houvesse “alguma transformação no panorama político ou novos e imprevistos acontecimentos para porem esta gente em condições de querer produzir alguma coisa”, seria irrealista pensar que se poderia avançar o que quer que fosse. Portanto, a “obra” que segundo Salazar deveria ser concluída no Brasil, ou bem que já estava terminada – no caso da colónia – ou era impossível prever quando e como poderia acontecer. Poderia, como

²¹⁷ A este propósito não podia deixar de recordar o facto do Ministério dos Negócios Estrangeiros ter sido sempre muito relutante em consentir as despesas que este tipo de despesas acarretavam mas que, apesar de tudo, percorrera 26 mil quilómetros no Brasil em 1946. *Ibidem*.

²¹⁸ Segundo Marcello Mathias, era “difícil”, num momento em que os “ordenados” eram “baixos” e a “vida” em Portugal estava “caríssima”, “falar em despende 20 ou 30 mil contos com o edifício duma Embaixada.” De qualquer modo, nos últimos dias de Agosto de 1946, o secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros desconhecia em quanto estavam orçamentadas as obras. “Carta de Carlos Pedro Pinto Ferreira para Pedro Theotónio Pereira”. Lisboa, 25 de Agosto de 1946. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

²¹⁹ Aparentemente, Rebello de Andrade fizera uma “proposta” ao Ministério dos Negócios Estrangeiros “contendo exigências que forçosamente” teriam suscitado reparos, não se sabendo inclusivamente se a obra era para executar pelas Necessidades ou pelo Ministério das Obras Públicas, sendo que Theotónio Pereira sempre teria advogado que esta última solução “era mais segura pois obrigava a cumprir e a respeitar normas já definidas.” Resumindo, não era possível prever o que quer que fosse e se seria “fácil chegar a um acordo com o Rebello de Andrade.” E mais à frente acrescentava: “Se o Rebello de Andrade, por tratar com as Necessidades directamente e não já com o Duarte Pacheco [sic.] (que era um bom oficial de ofício, entrou pelo caminho do abuso, modera-se este ou procura-se outro arquitecto. Ou então manda-se-lhe fazer apenas o projecto e encarrega-se outra entidade de executar ou fazer executar.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 6 de Fevereiro de 1947. AOS/CD-17, fls. 45-52.



“Impossível ficar calado!”

lhe pediam, ficar-se mais um ano pelo Brasil, mas a permanência de Theotónio Pereira pouco ou nada adiantaria. Feito tudo aquilo que havia para fazer, era óbvio que deveria ser substituído.²²⁰

Embora formalmente Pedro Theotónio Pereira viesse a sair do Brasil trazendo apenas na bagagem a assinatura de um acordo luso-brasileiro sobre transportes aéreos celebrado em 10 de Dezembro de 1946, e sobre cuja existência se limitou a ser informado,²²¹ já em aspectos mais substanciais das relações entre Portugal e o Brasil acumulara os êxitos possíveis. Mesmo que se considere, por exemplo, que no domínio das relações económicas, especialmente comerciais, mais do que em qualquer outro domínio, houvera a expectativa de que algo de significativo podia ser construído e, afinal, pouco ou nada se fez. Ao apresentar diante de Oliveira Salazar um balanço positivo da sua acção, Theotónio Pereira não andaria muito longe da verdade, sendo certo que ao sublinhar o peso que as circunstâncias tiveram no exercício do seu trabalho, estava não apenas a ser rigoroso mas, essencialmente, a reclamar para si o reconhecimento pelo seu interlocutor de que era hora ver reconhecido o seu mérito através de uma nomeação para outro posto.²²² Não tinha por isso pejo em afirmar:

Vimos como tropas de choque romper com uma muralha de ódio e de mentira. Vencemos em toda a linha e reina agora a paz.

*Mas exactamente porque a minha acção se desenvolveu contra uma Constituinte açulada contra Portugal; uma imprensa em fúria; um governo que só frouxamente me suportou; e uma opinião pública cheia de perversões a nosso respeito, chego a pensar que não devo ser substituído por um embaixador político. A América do Sul não gosta de atitudes claras nem do estilo um pouco rude dos nossos códigos de honra e de maneiras. Convém possivelmente um prato menos forte para estes estômagos debilitados pelo clima. Talvez outro consiga realmente mais facilidades que eu estou encontrando.*²²³

Vista a situação, e compreendendo, embora não concordando, a preocupação de Salazar sobre o efeito desmoralizador que poderia ter na colónia uma saída tão apressada de Theotónio Pereira do Rio de Janeiro, reconhecia que a proposta feita por Salazar para que, caso não pretendesse continuar no Brasil, aceitasse uma colocação em Washington (“a Meca dos brasileiros”), o embaixador reconhecia que do ponto de vista da colónia essa seria uma solução

²²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-17, fls. 58-74.

²²¹ “Acordo sobre Transportes Aéreos entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil. Assinado em Lisboa em 10 de Dezembro de 1946” in *Tratados e Actos Internacionais Brasil-Portugal*, s.e, Lisboa, 1962, pp. 202-210.

²²² “[...] a parte ‘fazível’ desta obra está assegurada e realizada: a colónia mais numerosa, unida vibrante de patriotismo [do] que nunca; os elementos adversos reduzidos a um punhado de pedras no fundo duma pedreira; o Martinho metido definitivamente na sombra, quieto e calado; a imprensa completamente calma; as campanhas terminadas; os grupos de intelectuais brasileiros tendo deixado de apoiar os nossos revirralhistas e não tomando já parte em quaisquer manifestações; toda a virulência muito atenuada; toda a febre de há um ano reduzida a uns décimos que afloram de vez em quando. E, com tudo isto, um novo e crescente respeito por Portugal, pelo seu governo e por V. Ex.a..” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 26 de Março de 1947. AOS/CD-17, fls. 58-74. Sublinhado no original.

²²³ Idem, ibidem.

“Impossível ficar calado!”

muito interessante uma vez que “os patrícios aplaudiriam e os inimigos é que ficariam ainda mais desnorteados.”²²⁴

Apesar da tentativa de Salazar para manter Theotónio Pereira à frente dos destinos da Embaixada no Rio, não deixou de perceber que não apenas aquele estava firmemente disposto a sair, como seria insensato, vistas as circunstâncias, conservá-lo num posto no qual, efectivamente, fizera praticamente tudo o que havia para fazer. Por isso, na carta enviada, além da ter argumentado a favor de uma solução de continuidade, adiantou outras opções no estrito domínio da diplomacia. Havia dois postos vagos, ou em vias de vir a estar, e Salazar e Caeiro da Matta colocavam-nos à disposição de Theotónio Pereira. O primeiro, Paris, não fora ainda elevado à categoria de Embaixada, mas estava livre. Apesar de se propor, certamente, a sua elevação de categoria do posto e tratando-se certamente de uma cidade e de um País interessantes para exercer as funções de Embaixador, Theotónio Pereira recusou-o. Não lhe “parecia de considerar em vista dos evidentes inconvenientes” que resultavam dos oito anos passados em Espanha “e do estado actual da política francesa.”²²⁵

Quanto à possibilidade Washington, posto ocupado ainda por João de Bianchi, mas que Caeiro da Matta e Oliveira Salazar queriam fazer retirar para Lisboa, Theotónio Pereira considerava-a positivamente, embora também lhe parecesse merecer algumas objecções de monta. “No campo puramente profissional, a maior e a primeira deficiência” decorria do facto de não considerar “suficientemente bom” o seu inglês. Outras, deste mesmo foro, existiam, mas nesse caso “eram comuns a todos os postos” que já ocupara ou poderia vir a ocupar, e que teriam que ver com o facto de Theotónio Pereira se considerar “um matemático” que viera “tocar mal outros instrumentos aprendidos à última hora.” Mas era do ponto de vista pessoal que uma colocação em Washington preocupava o ainda embaixador no Rio. A distância a que iria ficar colocado de Lisboa, mantendo-se afastado de sua família, era qualquer coisa que, à partida, o fazia pensar seriamente em não aceitar o desafio. Lançava então a sua cartada. Confessava a Salazar nunca ter pensado em Washington, mas confessava ter-lhe já vindo algumas vezes à mente “a ideia de Londres” não por nenhum motivo especial, mas por a crescente rapidez nos transportes a ter transformado numa “espécie de subúrbio de Lisboa.” Uma vez que Londres não estava disponível – o duque de Palmela era o embaixador –, imediatamente percebeu que só lhe restava aceitar Washington que, aliás, embora não fosse tão prestigiante como Londres, era política e diplomaticamente mais importante do que qualquer outra capital onde pudesse ser colocado como embaixador – como o próprio reconhecia, “ir para Washington era ir para a

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

capital do mundo.” Mesmo assim, e embora intimamente já tivesse aceite a proposta de uma saída rumo à capital dos EUA, fez-se caro. Reconhecia a importância do posto, mas com ares de modéstia dizia que talvez não fosse capaz de “dar conta do recado”, mas por outro lado ficava na margem ocidental do Atlântico, pelo que se repetia o “grave problema da distância” o que era um “verdadeiro pesadelo” pessoal.

Evocando depois os problemas graves que constatara existirem no Ministério dos Negócios Estrangeiros durante a sua estada no Rio, e de que nunca se apercebera durante a temporada passada em Espanha por causa da proximidade geográfica e do facto de manter canais de contacto directo e preferencial com Salazar, recordou ao chefe do Governo a possibilidade de poder abandonar a carreira diplomática, ainda que temporariamente, no caso de não lhe ser possível conciliar a sua vontade de servir com os seus interesses pessoais. Mesmo reconhecendo a “gravidade do momento” e reconhecendo o que valia o exemplo de Salazar, insistia no transtorno que seria aceitar Washington e o prazer que teria em ser brindado com Londres, mesmo que isso implicasse o afastamento extemporâneo daquele posto do seu amigo pessoal, o duque de Palmela, queixando-se mais com os problemas causados pelo seu afastamento de uns pais idosos e doentes do que da mulher ou dos filhos.

Além da distância, Washington colocar-lhe-ia pela terceira vez na sua carreira o problema ou a “história da casa.” Fora sua “sina nunca encontrar instalação”, trabalhando sempre “para os outros ao contrário do que os mais fizeram para mim.” Em Madrid, deixara uma “embaixada modelo” mas que Carneiro Pacheco não rentabilizava e até descaracterizava.²²⁶ No Rio ficava uma residência provisória “onde nada falta e onde todos os dias recebo gente a almoçar e jantar.” Tratava-se de um “simples andar mas onde” havia “dignidade, bom gosto e ordem”, ao contrário do que sucedia no “velho e escalavrado palácio da Rua de S. Clemente.” Quem lhe sucedesse precisava apenas de “arrumar as suas roupas e trazer criados. Tudo o espera como num conto de fadas”, sendo também verdade que podia sempre aparecer alguém a “dizer mal e troçar do que deu trabalho e custou a conseguir.” Ora em matéria de residência e de chancelaria, em Washington iria encontrar mais ou menos o mesmo que lhe sucedera em Madrid e no Rio de Janeiro. “Outra trapalhada a emendar, despesas [...], o esforço eterno de fazer coisas e não de criticar.” Tudo porque o “caso de Washington” não tinha “solução fácil”, à imagem do que sucedia no Rio de Janeiro. Aliás, o facto de tanto em Espanha como no Brasil

²²⁶ “Não consegui infelizmente que o embaixador Sampaio a fosse ver e deixasse documentada a razão de ser e a aprovação do que se fez. O resultado é o que V. Ex.a sabe. E isso não pode deixar de me desgostar porque trabalhei muitíssimo na Casa de Madrid, sei que aquilo é que está certo para a função e as posses normais, e estou farto de mestres de obra feita, nunca tendo encontrado quem a fizesse para mim. O que tenho encontrado é esterco, desmazelo, a confusão ou vácuo.” Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

Theotónio Pereira ter adquirido uma importante e ímpar experiência em matéria de reforma e construção de edifícios de embaixadas, tornava-o numa autoridade na matéria mas, sobretudo, em alguém que, pelas dificuldades encontradas num passado mais ou menos recente, se sentia renitente a aceitar um posto em que teria de repetir experiências que lhe não haviam deixado saudades, conhecendo como conhecia a burocracia da administração pública e as crónicas limitações financeiras do Estado português. Neste domínio, e caso não tivesse ido, como foi, para Washington, só lhe restava aconselhar o Estado português a “estabelecer doutrina” em matéria de construção e reconstrução de edifícios de embaixadas.

Resumindo, e fazendo um último esforço em prol da sua colocação em Londres, dizia que caso tivesse sido essa a proposta teria aceite sem hesitar. Assim não sendo, iria reflectir ponderadamente nas vantagens e desvantagens da aceitação de Washington, sendo que tanto a distância como o problema da construção da primeira Embaixada portuguesa naquele País o empurravam para uma recusa e, portanto, para um abandono da carreira diplomática.²²⁷ Por mais autênticos que fossem os óbices a uma transferência para Washington, a verdade foi que acabou por aceitá-la, tendo a sua família e o próprio, uma vez mais, que aceitar o fardo do afastamento, sendo certo que a melhoria na segurança e na velocidade do transporte aéreo, tornaram mais frequentes as idas de familiares seus aos EUA, nomeadamente a irmã Virgínia e os filhos. No final de Abril estava então assente que iria para Washington, sendo que, aparentemente, apenas Theotónio Pereira, Oliveira Salazar e Caeiro da Matta estavam a par do assunto. Bianchi ainda não sabia de nada, pelo que tudo devia ser mantido na maior discrição.²²⁸

Antes de deixar o Rio de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira organizou uma despedida que deveria estar, minimamente, à altura daquilo que considerava ser tanto o valor da sua figura como diplomata e como político, mas também da missão que ali desempenhara, sobretudo junto da comunidade portuguesa. Preparou-se em Lisboa, numa conversa entre o embaixador e o ministro dos Negócios Estrangeiros, uma recepção de despedida da colónia que deveria ser em tudo idêntica àquela que a mesma colónia lhe oferecera em Janeiro de 1946 quando se celebrou o primeiro aniversário da chegada de Theotónio Pereira ao Brasil. A festa, que se realizaria no “Automóvel Club ou, se possível, nos jardins da Embaixada, mesmo tendo sido já iniciada a demolição do velho edifício”, seria oferecida a “800 ou 900 pessoas.” A “ocasião” deveria ser

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Chegado aos EUA, referir-se-ia a Bianchi nos seguintes termos. “Creio que está melhor de saúde mas não sei se com as forças necessárias para o cargo. Tenho a convicção de que não lhe faltam qualidades de trabalho e organização. Nesse particular julgo que nenhum outro na carreira se lhe compara. Resta ver o aspecto político. Deve ter sido sempre homem de outra formação e esta longa ausência fez-lhe perder muito o contacto com Portugal.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 31 de Julho de 1947. AOS/CD-18, fls. 97-99.

“Impossível ficar calado!”

aproveitada para “mostrar aos portugueses os planos da nova casa”. Para além desta iniciativa junto da comunidade lusa, seria oferecido, eventualmente no Hotel Copacabana, um “cocktail” às autoridades do “Corpo Diplomático e Sociedade até 400 pessoas.” As duas recepções teriam lugar na véspera da partida de Pedro Theotónio Pereira, sendo por ele recusada a proposta de oferta de um banquete pela colónia. O essencial resumia-se, no entanto, à recepção oferecida pelo embaixador “em despedida e agradecimento pela lealdade e patriotismo da colónia.”²²⁹

Sucede que de facto Theotónio Pereira saiu do Brasil em alta. O Governo brasileiro, por exemplo, fez notar que se tratava de uma promoção, tornando-se rapidamente claro que através da passagem de Theotónio Pereira do Rio para Washington, Portugal e o seu Governo ganhavam muito em prestígio.²³⁰

“Faith in Western Nations.”²³¹

Chegado a Nova Iorque, e antes de seguir para a capital dos EUA, na sequência das derradeiras conversas que ali manteve com o seu antecessor à frente da Embaixada portuguesa, tornou-se evidente que tanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros como o seu novo representante na capital dos EUA, Pedro Theotónio Pereira, se preparavam para incutir um novo ritmo e um novo estilo à até aí demasiado discreta acção diplomática levada a cabo na “capital do mundo”. Uma das mudanças passava pelo arrendamento de uma casa onde deviam ser instalados os serviços da Embaixada – algo que Bianchi sempre defendera que não devia ser feito²³² – e, necessária e consequentemente, por “passar a receber gente.”²³³ Naquilo que dizia respeito à instalação da

²²⁹ Telegrama n.º 180. Expedido do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1947.

²³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 31 de Julho de 1947. AOS/CD-18, fls. 97-99.

²³¹ Título do *Standard Times* a uma entrevista concedida a este jornal pelo embaixador português em Washington, Pedro Theotónio Pereira. Anexo ao documento AOS / CP-213, fl. 259.

²³² Tendo em conta o elevado custo de vida nos EUA e o estilo de vida completamente distinto dos norte-americanos, por comparação com os europeus em geral e os portugueses em particular, Bianchi procurou dissuadir Theotónio Pereira das suas tentações mundanas, procurando chamá-lo à razão. Em pouco tempo de estada nos EUA, já o próprio Theotónio Pereira se sentia entontecido pelo “meio”, uma vez que tudo vivia para os dólares e “qualquer serviço” custava uma “fortuna.” Gastara “50 contos no transporte de pessoal.” Bianchi garantia que Theotónio Pereira acabaria por não aguentar o ritmo e que em breve perceberia o “seu procedimento.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 31 de Julho de 1947. AOS/CD-18, fls. 97-99.

²³³ Esta não se tratava apenas de uma questão de novo estilo pessoal. Theotónio Pereira recomendava a Salazar que convinha que as novas intenções e procedimentos fossem “vontade do Governo” que, neste capítulo, deveria querer remediar uma “falha” que por Bianchi houvera sido “cometida.” Idem, ibidem. No início de Março de 1948, informava Salazar de que já tinha recebido para almoçar e jantar na casa arrendada pelo Estado português, para onde se mudara em Dezembro, “mais de 300 pessoas”, acrescentando que, pelo menos, se ia “fazendo alguma publicidade culinária!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 8 de Março de 1948. AOS/CD-18, fls. 139-146. A propósito da importância da “publicidade” a Portugal, e numa altura em que esta era muito reduzida, quando em meados de Março se deslocou à Universidade de Columbia, em Nova Iorque, para assistir a uma “festa oferecida pelo presidente cessante” daquela instituição, fez questão de sublinhar a importância das notícias sobre o evento aparecidas no *New York Times*, facto que teve a felicidade de coincidir com notícias dadas pela melhor imprensa norte-americana à proposta apresentada por Caeiro da Matta na reunião de Paris sobre a projectada ajuda económica e financeira norte-americana à Europa. Para Theotónio Pereira a “imprensa”

“Impossível ficar calado!”

Embaixada no novo edifício adquirido para o efeito, e ainda em obras, havia que introduzir alterações no estilo que Bianchi decidira adoptar no “arranjo interno” da nova casa e com a qual o Governo não concordava, uma vez que deveria apresentar “uma atmosfera portuguesa” que não fora cuidada.²³⁴ O “caso das obras” na Embaixada, no que respeitava à “parte da residência” – uma vez que quanto à chancelaria já se podia esforçar por instalá-la “o mais depressa possível” na “casa nova” –, provocava aliás grandes aborrecimentos. Em consequência dos problemas de saúde que haviam apoquentado seriamente Bianchi nos últimos meses em que ocupara o posto de Washington, tudo tinha sido deixado numa “situação muito embrulhada.” Devia-se muito dinheiro e havia muitas reclamações contra a representação portuguesa. O problema tinha então que ser estudado, o que obrigava a alguma perda de tempo e à feitura de um relatório que naquele caso orientasse o novo embaixador e os próprios serviços do Ministério.²³⁵

Ainda no estrito domínio da gestão quotidiana dos serviços da Embaixada, e ao contrário do que sucedera no Rio de Janeiro, em Washington as questões de segurança voltaram a ser para Theotónio Pereira uma preocupação com proporções idênticas ao sucedido durante a sua estada em Espanha. Na capital norte-americana encontrara um problema sério de segurança provocado pela forma como o antigo embaixador tratava os telegramas cifrados. O desleixo era tal que Theotónio Pereira não se abstinha de garantir que no Departamento de Estado deviam conhecer tão bem as “coisas” da chancelaria portuguesa como as suas. O facto da missão diplomática de Portugal em Washington, em catorze anos, nunca ter saído de quartos de hotel – “abertos a todo o pessoal de serviço e sem o mínimo de resguardo” –, aliado àquilo que considerava ser a incúria de Bianchi, fizera com que os telegramas fossem guardados nos “processos”, estando estes “ao alcance das várias dactilógrafas”, pelo que qualquer uma delas – “empregadas luso-americanas” que “tudo” podiam saber – estava em condições de passar informação a quem quisesse e quando o desejasse.²³⁶ Mais grave ainda era o facto do acesso à última informação secreta sobre “o uso da cifra”, que fora enviada do Ministério, não ter sido devidamente resguardada de olhares indiscretos. Finalmente, e como se não bastasse, “Bianchi tinha uma colecção de todos os telegramas recebidos numa estante aberta junto à sua mesa de

fora finalmente “excelente”, sendo que pela primeira vez, desde que chegara aos EUA, Portugal estava na “1.ª página.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 18 de Março de 1948. AOS/CO-18, fls. 148-152.

²³⁴ Uma vez que Bianchi não partilhava desta opinião e se preparava para ocupar em Lisboa o cargo de secretário geral do Ministério, é óbvio que a questão do arranjo da casa poderia complicar-se.

²³⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108.

²³⁶ “Elas arrumam os papéis, tiram cópias dos telegramas e falam com a maior naturalidade das questões.” A todas as “observações” que sobre a situação Theotónio Pereira fazia, respondiam “Isso aqui não é costume. Nunca se fez isso.”

“Impossível ficar calado!”

trabalho”, facto que deixara Pedro Theotónio Pereira “assombrado.”²³⁷ É claro que esta situação era em certa medida muito mais grave do que a que encontrara no Rio de Janeiro – embora aí a legação diplomática portuguesa estivesse estado entregue a um embaixador político –, denunciando um funcionamento absolutamente defeituoso dos serviços do Ministério que não faziam actuar a necessária acção de “inspecção” aos postos, única maneira de “evitar tais critérios individuais” de gestão das legações.²³⁸

Tal como no Brasil, também em Washington Theotónio Pereira se deparou com atrasos intoleráveis na chegada da mala diplomática oriunda das Necessidades, sobretudo por causa das demoras no percurso feito entre Washington e Nova Iorque.²³⁹ Queixava-se, considerando ser lamentável o facto de ter recebido com uma semana de atraso informação muito importante, inclusivamente instruções sobre determinadas diligências urgentes e delicadas que deveria executar junto do Departamento de Estado, sendo ainda que à imagem do sucedido no Brasil, arriscava-se ter que andar a trocar ofícios, recortes de imprensa e outros materiais absolutamente fora dos prazos tidos como minimamente razoáveis na gestão política e administrativa de qualquer Embaixada. Fosse tido ainda em conta o destino que muito possivelmente fora dado por Bianchi à cifra e ao seu secretismo, pondo em causa a segurança da emissão e recepção de telegramas, era ainda mais urgente e necessária uma rápida resolução do problema do recebimento e envio regular de uma mala diplomática entre Lisboa e Washington. Era verdade que havia “sempre gente amiga” que ia e vinha e, por isso, era possível escrever quando fosse necessário – sobretudo a Oliveira Salazar –, mas também é óbvio que uma Embaixada não podia, por hábito, ser gerida dessa maneira.

²³⁷ É claro que Theotónio Pereira não dizia estas coisas por “delação mas a pensar na Secretaria Geral do Ministério” que passava a ser ocupada por Bianchi. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108.

²³⁸ Idem, ibidem. Em Outubro de 1948, numa altura em que Portugal se encontraria nos EUA em “situação excepcional”, dizia a Salazar: “Tenho o Ministério bem informado mas evito fazer certos comentários pelo telegrama para se não irritarem os americanos, pois nunca se pode garantir que cedo ou tarde não venham a conhecer o que dizemos pelo fio. Com os recursos técnicos de que dispõem e a mania da informação, tudo indica que nos lêem.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 6 de Outubro de 1948. AOS/CO-18, fls. 166-175.

²³⁹ “A grande dificuldade para a mala são os 500 km que separam New Iorque de Washington. Tudo é caro e extremamente difícil em matéria de pessoal. Não temos um único contínuo. Um homem não ganharia menos de 300 dólares por mês. Mandei vir seis ou sete criados e vou-me ver aflito para os defender da Influência do meio.” Ibidem. Mais tarde um deles – criado de “mesa” – “fugiu” para trabalhar na Embaixada da Bolívia, onde foi ganhar o “triplo”. Nesta altura teve também de “devolver o cozinheiro para Lisboa.” Ficou muito desgostoso, sem “saber o que fazer no futuro.” Era um “problema mau em toda a parte”, mas “infernal” nos EUA. Como Bianchi, e a Secretaria Geral não faziam nada, lamentava-se por não estar num hotel, como sempre sucedera em Washington: “ganhava mais e não tinha destes aborrecimentos. Mas o país é que ficava mal.” Só lhe restou queixar-se do facto a Salazar e ao Departamento de Estado. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 23 de Agosto de 1948. AOS/CO-18, fls. 166-168 e “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 11 de Outubro de 1948. AOS/CO-18, fls. 176-182.

“Impossível ficar calado!”

Três meses depois de ter chegado ao novo posto, Theotónio Pereira concedeu várias entrevistas a uns quantos jornais da Nova Inglaterra, região pela qual se encontravam dispersas as principais colónias de emigrantes portugueses da costa leste dos EUA.²⁴⁰ Adoptou um discurso que, sem dúvida, era aquele que podia ir ao encontro de vários sectores da opinião pública luso descendente, mas também dos sectores da sociedade norte-americana claramente mais conservadores e susceptíveis de responderem favoravelmente a uma retórica anticomunista, mesmo que muitas vezes adoptassem posições isolacionistas em matéria de política externa. Independentemente daquela que era a prática sistemática, por parte de Pedro Theotónio Pereira, de execução de uma política de informação que tinha como objectivo seduzir e conquistar a gente que interessava no País em que se encontrava colocado – o que sempre fez através da manutenção de uma relação privilegiada com vários sectores influentes, entre eles a imprensa –, a entrevista concedida ao *Standard Times* definia exactamente os termos em que se devia estabelecer o discurso oficial do Estado português nos Estados Unidos da América²⁴¹ – independentemente da existência de uma colónia portuguesa naquela vasta e importante região –, quando não estivessem em causa questões político-diplomáticas concretas e delicadas. Embora as suas declarações não fossem gratuitas, tanto o estilo como certos aspectos do conteúdo constituíam uma interpretação bastante generosa e livre daquilo que Oliveira Salazar ou Caeiro da Matta teriam determinado que deveria ser o teor das declarações à imprensa a serem feitas pelo novo embaixador português em Washington. Por isso, e para o início da entrevista, o editor puxara uma declaração extremamente optimista, que embora revelasse muito da espontaneidade, da sinceridade e do carácter de quem a produzira, denunciava sobretudo que o seu autor reflectira sobre o teor das declarações a produzir, aconselhando-se até junto de amigos e conhecidos seus norte-americanos, consciente de que

²⁴⁰ Recorde-se que Nova Inglaterra é o nome dado aos seis estados norte-americanos que correspondem às colónias inglesas fundadas no século XVII na costa atlântica: Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. Segundo o recenseamento levado a cabo pelas autoridades norte-americanas em 1940, cerca de 120 000 cidadãos residentes nos estados do Massachusetts e de Rhode Island afirmavam ser o português a sua “língua mãe”. Nos estados de Nova Iorque, New Jersey e Connecticut, segundo o mesmo censo, a população de origem portuguesa era, respectivamente, de 9 000, 4 500 e 4 700 almas. As restantes colónias portuguesas mais numerosas encontravam-se em Oakland (Califórnia). Salvo raras excepções, as organizações cívicas e os jornais que serviam estas comunidades eram, segundo as autoridades norte-americanas, reconhecidamente pró Salazar e enquadradas por uma estrutura luso-americana da Igreja Católica. O *Diário de Notícias* de New Bedford e a Aliança Liberal Portuguesa, ambas instituições que serviam as comunidades da costa leste, eram consideradas adversárias do salazarismo. O essencial do retrato produzido pelas autoridades norte-americanas acerca da reduzida colónia portuguesa instalada nos EUA, resumia-se ao seguinte. “Luso-American immigrants have been mostly low-wage mill-hands, farmers or fishermen, of a class which took no part in political activities in the homeland, and had little training for democratic political life in this country. The second generation, with better economic and educational opportunities, has produced qualified professional and business leaders, but no political leaders to make the group conscious of itself as a separate faction in American politics.” “The Portuguese Community in the United States: It’s Political Aspects.” 6 de Maio de 1943, NA, GRDS, 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/01/31).

²⁴¹ *Standard Times*, 28 de Outubro de 1947.

“Impossível ficar calado!”

as suas palavras deveriam corresponder àquilo que o grosso da opinião pública consumidora do *Standard Times* gostaria de ler. Com um discurso evocador das grandes linhas ideológicas que, segundo certos sectores, davam coerência à sociedade norte-americana e ao seu discurso político para consumo interno e externo, Theotónio Pereira evocava o estado de espírito de que os norte-americanos dependiam num momento em que se confrontavam com os temores provocados pela preparação de uma nova ordem internacional e na qual, um tanto inesperadamente, viam substituir à dupla ameaça alemã e nipónica (nazi, militarista e imperialista), o espectro soviético (comunista, militarista e imperialista).²⁴²

Para quem nos EUA representava o Governo de um dos dois únicos e últimos regimes autoritários da Europa Ocidental, e que durante toda a sua vida criticara sincera e denodadamente os princípios políticos em que assentava a democracia norte-americana, era realmente extraordinário que na entrevista concedida manifestasse a sua “fé” na “capacidade de recuperação” e nos “ideais” das “nações Ocidentais”, para acrescentar que também acreditava que os EUA “iriam manter os princípios [...] essenciais à preservação da civilização e da liberdade no mundo.” Se a visão do pós-guerra fosse, como era, para Theotónio Pereira e o regime político que representava, a da quase inevitabilidade de um conflito militar de carácter civilizacional entre o universo cristão e ocidental, por um lado, e o Comunismo eslavo, por outro, é óbvio que as suas declarações não podiam ser consideradas nem surpreendentes nem originais. No entanto, já a evocação do valor objectivo da liberdade não deixa de ser extraordinária se, naturalmente, for tomada à letra. Sucede que era meramente conveniente, oportuna e oportunista, porque se adequava ao ambiente político e ideológico que historicamente caracterizava a sociedade norte-americana e que imediatamente depois do fim da

²⁴² Com o discurso pronunciado por Truman no Congresso, a 12 de Março de 1947, e durante o qual pediu uma ajuda de 400 milhões de dólares – 1% do Orçamento Federal – para ajudar a Turquia e a Grécia a resistirem à ameaça colocada pela União Soviética à sua segurança, o presidente manifestou todo o seu empenho na execução da chamada política de “contenção”, mas, sobretudo, quis tomar claro perante os cidadãos norte-americanos que a ameaça soviética à segurança dos EUA e do mundo era idêntica àquela que fora colocada pela Itália, pela Alemanha e pelo Japão até 1945. Tal como os seus antecessores, os soviéticos não constituíam apenas uma ameaça político-militar. A União Soviética era, sobretudo, uma ameaça ideológica e moral que obrigava os EUA a empenharem-se na ajuda a todos os povos que “resistissem a tentativas de subjugação por minorias armadas [caso da Grécia] ou por pressões externas [caso da Turquia].” A política de “contenção” e o pedido de Truman ao Congresso para que aprovasse elevados créditos para ajuda económica, militar e política à Grécia e à Turquia produziram um grande debate dentro e fora do Congresso, dividindo os campos republicano e democrata. Mesmo assim, a 22 de Abril de 1947, e por uma esmagadora maioria (67-23), o Senado aprovou a ajuda norte-americana à Grécia e à Turquia. A Câmara dos Representantes aprovou a ajuda a 9 de Maio com 287 votos contra 107. James T. Patterson, *op. cit.*, pp. 127-130. Sobre as reacções contrárias ao discurso e à estratégia de Truman, David McCullough, *Truman*, s.e., Nova Iorque, A Touchstone Book, 1993, pp. 547-549. Para Michael J. Hogan, o discurso de Março de 1947 proferido por Truman no Congresso, constituiu a terceira peça ideológica que deu origem ao conceito de segurança nacional constituído entre 1945 e 1954. Michael J. Hogan, *A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1998, pp. 11-12. Ainda sobre o significado do discurso, Melvyn P. Leffler, *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*, s.e., Standford, Califórnia, Standford University Press, 1992, pp. 142-146.

“Impossível ficar calado!”

Segunda Guerra Mundial prevalecia em circunstâncias muito especiais, discutidas e discutíveis, reassumindo novamente uma dimensão externa decorrente da sua aplicação na esfera interna.²⁴³ Por outro lado, tratava-se do discurso adequado para ser proferido por alguém que sabia representar um regime político que saíra enfraquecido da Segunda Guerra Mundial, que intuía em que sentido podiam conduzir as tensões internacionais prevalecentes e que, finalmente, tinha consciência da importância das negociações em que no imediato iria participar – base militar nos Açores –, e do tipo de relações que pretendia criar e consolidar.

Convém notar que, chegado aos EUA, enquanto em privado Theotónio Pereira tratava com Lisboa – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Presidência do Conselho – da questão dos Açores, publicamente, além das suas declarações de apressamento pelo que deveria ser o aprofundamento das relações entre Portugal e os EUA, tendo em conta a amizade e a tradição de cooperação entre os dois povos – reforçada durante a Segunda Guerra Mundial –, multiplicaram-se ainda, por parte das autoridades portuguesas, declarações de apoio ao Plano Marshall.²⁴⁴ Numa fase em que esta iniciativa estava ainda num estágio de arranque e em que não era sequer líquido que viesse a concretizar-se,²⁴⁵ e sendo este um período durante o qual o Governo português se mostrava até disposto a ajudar à recuperação europeia, Theotónio Pereira veiculava a opinião muito em voga de que não só era possível mas, sobretudo, desejável a restabelecimento da economia europeia como elemento de barragem ao avanço do

²⁴³ Sobre o esforço de promoção da democracia no estrangeiro, enquanto natureza e objectivo da política externa norte-americana desde 1898, Tony Smith, *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1995, *passim*.

²⁴⁴ A 23 de Junho tinha o Governo português comunicado a sua primeira reacção ao discurso pronunciado pelo general George Marshall na Universidade de Harvard, a 5 de Junho de 1947. Fê-lo nos seguintes termos: “[...] apesar das linhas gerais de orientação prática dos planos de reconstrução ainda não estarem definidas, é desejo do Governo Português expressar desde já o apreço e a profunda simpatia com que recebe a declaração do Secretário de Estado.” Memorando entregue por João de Bianchi, embaixador de Portugal em Washington, no Departamento de Estado (23 de Junho de 1947). Citado em Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall: Da rejeição à solicitação de ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, s.e, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 115. Aquando da visita de Theotónio Pereira à Nova Inglaterra, em Outubro, já tinha sido concluída em Paris a reunião entre representantes de dezasseis Governos europeus – entre eles Portugal – onde fora discutida a proposta norte-americana. O Governo português declarou que não receberia, porque não necessitava, qualquer ajuda financeira ao abrigo da proposta feita pelo secretário de Estado George Marshall. A este propósito, Theotónio Pereira declarava ao *Standard Times*: “For the moment, we in Portugal have not asked help or credits. Our Government has been able to rule the nation in wisdom and peace. Having been spared the troubles and losses of a nation at war, conditions in Portugal have been maintained nearly at normal.” *Standard Times*, 28 de Outubro de 1947.

²⁴⁵ “Western European nations [...] eagerly embraced Marshall's offer. In late August [1947] they came in with a proposal for \$29 billion spread over four years. This was an enormous, politically unacceptable sum, and American officials pared it down to \$17.8 billion. Even this was extraordinary amount of money, especially to budget-conscious Republicans (and many Democrats) who were then trying to cut federal spending and taxes. Some conservatives and isolationists derided the plan [...]. Wallace [ex secretário de Estado do Comércio de Roosevelt e de Truman, conhecido pelas suas ideias liberais] was ambivalent – after all, this was economic, not military aid, and it could do much to reduce suffering. But he cooled to the idea, proclaiming that ERP meant Erase the Russian Peril and that Marshall Plan ought to be known as the Martial Plan.” James T Patterson, *Grand Expectations. The United States, 1945-1974*, vol. X, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 131.

“Impossível ficar calado!”

Comunismo.²⁴⁶ Sendo que entre 1947 e 1949 a questão da ameaça comunista se foi tornando num tema recorrente, percebe-se bem em que medida Theotónio Pereira e Portugal tiveram uma tão grande e tão boa receptividade na América da segunda metade da década de 1940, embora nunca unânime.²⁴⁷ O País que representava aparecia aos olhos dos norte-americanos não como uma Ditadura com cerca de duas décadas que num passado recente manifestava de modo bastante ostensivo alguns sinais indiscutíveis de identificação com o fascismo derrotado pelos Aliados em 1945, mas como um Estado enquadrado por um regime que historicamente (desde 1932-33) se preocupara e preocupava em combater a ameaça comunista na sua expressão política, social e civilizacional. Por isso, e voltando às declarações feitas na entrevista citada, com grande à vontade e sabendo que iria ao encontro de muitos leitores receptivos a tal tipo de discurso, o embaixador português afirmava:

As for Communism, I can say that in my country we are well aware of dangers it presents and of the evil philosophy, which is its soul. We feel there is a serious reaction in the world against Communism. This is very important, for as long as Communism maintains its grip, there is no safety for the world.

Num estilo e com uma liberdade de que de facto não gozou nos dois postos diplomáticos que ocupara anteriormente, fosse porque a política de neutralidade e a censura à imprensa espanhola não o permitiram louvar as virtudes das democracias ocidentais, fosse porque o ambiente político no Brasil, quando ali exerceu funções de embaixador, não era ainda o ideal para apregoar um discurso tão declaradamente anticomunista,²⁴⁸ Theotónio Pereira potencializou toda a sua vocação retórica e toda a intencionalidade política num domínio em que começara a dar os seus primeiros passos quando se tornou subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Sem temor e nem fazendo sequer questão de esquecer os acontecimentos político-militares que tinham tido lugar na Europa apenas três ou quatro anos antes, afirmava:

²⁴⁶ Noutras alturas da sua vida chamara a atenção para o facto do Comunismo não ser apenas uma consequência das condições de vida de uma determinada população ou classe, mas o produto de uma moda intelectual, de um estado de espírito, da disponibilidade para acreditar num sistema de valores que se assemelhava muito a uma religião e que, por isso, se percebia a sua capacidade de atracção junto de grupos sociais com mais instrução e com maiores rendimentos. Ou seja, era uma ideologia do operariado qualificado e de certos sectores das classes médias e das classes altas. É interessante notar que os mais variados sectores da opinião pública norte-americana, inclusivamente inúmeros cidadãos anónimos que se manifestavam nas incontáveis cartas que escreviam para os jornais, não tinham qualquer dúvida de que o Plano Marshall não contribuiria para combater eficazmente a ameaça comunista na Europa. Para estas e outras críticas a iniciativas de ajuda financeira massiva à Europa por parte da Administração Truman, Michael J. Hogan, *op. cit.*, pp. 445-461.

²⁴⁷ Vários organismos directa ou indirectamente dependentes da Administração Truman, a começar pelos seus representantes diplomáticos e consulares em Lisboa produziram inúmeras páginas onde fizeram apreciações muito críticas do salazarismo; tanto do ponto de vista político-ideológico, como económico e social.

²⁴⁸ Declarara-se entretanto uma crise diplomática séria entre o Brasil e a União Soviética. Sobre ela, aliás, foi Theotónio Pereira convidado a pronunciar-se pelo jornalista que o entrevistou. Mostrando alguma reserva e uma certa esperança, Theotónio Pereira sentenciou sobre a crise: “I am sure President Dutra of Brazil has sensed the Communist danger and taken measures against it.”

“Impossível ficar calado!”

Communism is the worst thing we have known in two centuries, and we have seen two World Wars and many other evils since Napoleon. We know Communism for the menace it is, that is why we have been so firm in Portugal – and sometimes have been attacked and sometimes misunderstood for our stand.

Como é natural, Theotónio Pereira podia expressar a sua confiança e a do seu País nos EUA, vista aquela que começava ser a chamada política de “contenção” que a Administração Truman, de forma cada vez mais firme, começava a adoptar face aos avanços, ou às ameaças de avanço, da União Soviética nas imediações das suas fronteiras, ao mesmo tempo que declarava o seu apoio a praticamente todas e quaisquer políticas que buscassem bloquear na Europa o avanço do Comunismo. Na entrevista citada, apreende-se ainda a percepção de um pensamento político sobre a Europa e a forma como ela se deveria evoluir. Embora de uma forma esquemática, natural numa entrevista, o embaixador português em Washington considerava estar a Europa “doente” mas não morta, com capacidade para se reerguer e colaborar com os Estados Unidos por todo o mundo num combate em prol da civilização ocidental contra a ameaça do Comunismo. Advogando a cooperação transatlântica, sublinhava que sem a ajuda dos EUA era óbvio que pelo menos parte da Europa não poderia reerguer-se. Porém, e como a promessa dessa ajuda era uma realidade, tudo se resumia a uma questão de tempo.

Em consequência das importantes mudanças verificadas na vida política norte-americana e da evolução na situação internacional, a partir da segunda metade de 1948, Theotónio Pereira podia começar a colher os frutos do seu trabalho de promoção de Portugal e do salazarismo nos EUA. Notava um cada vez maior movimento de interesse pelo País e pelo regime que representava. Escrevia:

Ainda totalmente desconhecidos há 20 anos, creio bem que esse movimento de interesse por nós tem vindo sempre a aumentar, aparte os momentos de hesitação devido em boa parte a causas artificiais. É incontestável que cresce geometricamente o número de pessoas que se sentem tomadas de curiosidade pelas coisas da vida portuguesa. Qualquer ajuda ou encorajamento da nossa parte logo se nota. Creio que não me iludo verificando isto. Neste ano que levo aqui, todos os dias tenho a impressão que os esforços são imediatamente recompensados.²⁴⁹

E para que Salazar não pensasse que tudo era obra ou mérito do embaixador em Washington, Theotónio Pereira logo o descansava dizendo-lhe que o “centro das atenções” dos norte-americanos “pelas coisas contemporâneas” não podia ser outra personalidade que não a do chefe do Governo. Aliás, multiplicavam-se junto da Embaixada o número de pedidos da parte de personalidades do mundo da política que, programando deslocações e estadas em Portugal, pareciam não desejar outra coisa que não fosse serem recebidos por Salazar em São Bento. A

²⁴⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 23 de Agosto de 1948. AOS/CO-18, fls. 166-168.

“Impossível ficar calado!”

projectão do País, do Estado Novo e de Salazar só não eram maiores porque faltava “material em inglês.” O que havia era “pouco e antigo”, sendo que a ideia do lançamento pela Embaixada de um boletim em inglês ainda era uma questão pendente por falta de pessoal e de dinheiro.²⁵⁰ Com toda esta melhor recepção das coisas portuguesas por parte dos norte-americanos, coincidia uma outra capacidade de entendimento de Theotónio Pereira daqueles que eram os mecanismos de funcionamento dos “negócios de Estado” em Washington. Um ano depois da sua chegada, sentia-se mais conhecedor dos canais de “acesso” para o tratamento das “diferentes questões.” Passara a sentir-se mais seguro e, portanto, mais experiente.²⁵¹

Em finais de 1948, também as campanhas políticas veiculadas por alguma imprensa, acabavam afinal por quebrar-se quando confrontadas com a realidade e o testemunho que a elite norte-americana que se deslocava a Europa e passava por Portugal, trazia e transmitia. Ou seja, quanto mais “gente” ia à Europa, mais crescia o “crédito de Portugal.” Com a já citada multiplicação do número de pedidos de “audiência para o Presidente do Conselho”, respondendo a uma tática delineada por Theotónio Pereira e que levava Salazar a receber alguns dos notáveis norte-americanos que visitavam Lisboa – tinha “sido óptimo” que o chefe do Governo tivesse “recebido essas pessoas que recomendei e outras que por várias vias lhe chegaram à fala.” –, Portugal estava “novamente com uma grande situação internacional”, parecendo regressada à década de 1930, só que agora sem Frente Popular e sem Guerra Civil em Espanha. Como notava Theotónio Pereira: “V. Ex.a como nos melhores dias antes da guerra e das desgraçadas confusões que tivemos de suportar.” É claro que a década de 1930 fora terrível para Salazar e para o Estado Novo, parecendo que a cada esquina podia surgir um acontecimento fatal. Mas vistas as surpresas e os trabalhos trazidos pela guerra, os primeiros anos do regime podiam ser agora tidos como uma época dourada.²⁵² De qualquer modo, parecia

²⁵⁰ A propósito da tão ansiada projecção de Portugal nos EUA, viu, por exemplo, com agrado a publicação de um “curioso guia de turismo para viajantes à Europa” e no qual as “referências a Portugal” eram “no geral agradáveis aparte certas notas que nos vexam.” E continuava: “Verá V. Ex.a como o autor do guia faz justiça ao que tem sido a obra de V. Ex.a em Portugal. Já não fazemos má figura no confronto com os outros países. E isso é tudo novo, aparte os Jerónimos e a Batalha!” Nesta mesma carta dava notícia de uma sua intervenção num artigo da *National Geographic Magazine* sobre Portugal (de Novembro de 1948). Revira o texto e ajudara nas “legendas das gravuras.” Como a “maior parte da gente vê só as legendas das gravuras”, e essas davam “certa altura” a Portugal, podia dizer que o artigo saíra “muito bom.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 11 de Outubro de 1948. AOS/CO-18, fls. 176-182. Sublinhado no original.

²⁵¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 23 de Agosto de 1948. AOS/CO-18, fls. 166-168.

²⁵² Para manter o ritmo, pedia a Salazar que não deixasse de receber Edward Weintal, redactor da Newsweek, com grande “situação” no Departamento de Estado. Ainda por cima não queria encontrar-se com Salazar para “entrevista jornalística” mas, apenas, para “conversar”. Talvez pudesse dispensar-lhe “1/2 hora.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 19 de Outubro de 1948. AOS/CO-18, fls. 183-185. O encontro não se realizou, porque Weintal acabou por não poder ir a Lisboa. Mas houvera reconhecimento pela disponibilidade de Salazar, ficando-se à espera de uma nova ocasião. “O jornal [sic.] tem sido agradável connosco e verifiquei que a

“Impossível ficar calado!”

ser convicção tanto de Theotónio Pereira como de Salazar que a aceitação internacional do Estado Novo, ou pelo menos a sua aceitação pelos EUA, podia depender em boa parte de expedientes de relações públicas dirigidos a determinados grupos sociais e que, ao mesmo tempo, cortejassem os meios de informação, nomeadamente os jornais, numa altura em que a televisão não tinha ainda o peso e a importância que rapidamente viria a adquirir. Ou seja, a mudança profunda que a Segunda Guerra Mundial e o seu desfecho tinham imposto ao mundo e, em especial, à Europa, apesar de não serem ignorados, e sendo até capazmente entendidos, pareciam tratar-se de acontecimentos que poderiam ser enfrentados com êxito pelo salazarismo, nomeadamente com o recurso a pequenas manobras envolvendo escassos recursos e não impondo nem sacrifícios nem mudanças substanciais a um regime que mais do que estar internacionalmente encurralado, se sentia encurralado.

“Although this is acceptable [...]”²⁵³

Quando, em Agosto de 1947, Pedro Theotónio Pereira chegou a Washington para assumir as funções de embaixador,²⁵⁴ encontrava-se em fase de arranque a iniciativa norte-americana de ajuda económica à Europa, cujos objectivos, a começar pelos aparentemente mais óbvios, ainda não deixaram de ser discutidos pelos entendidos.²⁵⁵ Por outro lado, e embora fosse previsível, mas não inevitável, em menos de dois anos veio a consumir-se a construção de um sistema de defesa que além de integrar parte daqueles países europeus que haviam recebido a ajuda económica e financeira norte-americana, pôde fazer com que os aderentes pudessem passar a

resposta de V. Ex.a os deixou muito sensibilizados.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 9 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 186-190.

²⁵³ “Do director dos Assuntos Europeus para o Secretário de Estado”, 10 de Maio de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 3455 (711.53/5-1048).

²⁵⁴ Entregou as suas credenciais de embaixador, ao presidente Truman, a 12 de Agosto de 1947.

²⁵⁵ Alan S. Milward, *The Reconstruction of Western Europe 1945-1951*, s.e., Londres, Routledge, 1992, é ainda o estudo clássico sobre o significado do Plano Marshall, distinguindo-se pela forma como desmistificou o significado tradicionalmente atribuído na Europa ao ano de 1947. Isto é, o de uma dramática crise económica que o Plano Marshall, sem mais, teria tratado de socorrer e resolver. Mas para Milward “the ultimate purposes of the Marshall Plan were almost entirely political albeit that its mechanisms were almost entirely economic.” (p. 5). Ou seja, a Administração Truman desejava intervir na Europa e o melhor argumento que encontrou para justificar essa intervenção junto da opinião pública norte-americana, foi dizer que caso não houvesse uma ajuda económica e financeira significativa da sua parte a uma economia europeia pretensamente à beira do colapso, desabaria, arrastando consigo as liberdades políticas e a liberdade económica. Portanto, o Plano Marshall foi um instrumento político assente em argumentos que tinham muito mais que ver com a propaganda do que com a realidade. Uma crítica à tese de Milward encontra-se em Melvyn P. Leffler, *op. cit.*, pp. 159-160. Leffler reconhece que as “motivações económicas por trás do Plano Marshall eram secundárias”, mas mesmo assim importantes. Sobretudo por os decisores políticos europeus que receberam de braços abertos a ajuda norte-americana não estarem em condições, em 1947, de possuir do problema muito sério que enfrentavam a perspectiva clara, e ao mesmo tempo relativa, que a passagem do tempo concede aos historiadores. Ver ainda Michael J. Hogan, *The Marshall Plan. America, Britain and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1995, *passim*, para quem o Plano Marshall foi um instrumento essencial utilizado pelos EUA para projectarem na Europa e eventualmente no mundo, o seu poder político e o seu modelo de organização económica e social, nomeadamente aquele que nascera e se afirmara ao longo da década de 1930 e no decurso da Segunda Guerra Mundial.

“Impossível ficar calado!”

partilhar novos objectivos políticos, tornado-se a “segurança” na “outra face da moeda” da cooperação euro-atlântica.²⁵⁶ No entanto, e tendo sido a questão dos Açores o primeiro grande desafio político-diplomático a apoquentar Pedro Theotónio Pereira em Washington, como já foi dito não foi essa a razão que fez com que Salazar e Caeiro da Matta tivessem ocorrido a transferi-lo do Rio de Janeiro para a capital dos EUA. É verdade que tinham a consciência de que João de Bianchi devia sair de Washington, pelo que era necessário encontrar um substituto que o superasse diplomática e politicamente. Mas as transferências de Bianchi e de Theotónio Pereira foram acima de tudo consequência de um movimento de diplomatas que sucedeu à subida de Caeiro da Matta à pasta dos Negócios Estrangeiros. O facto de Theotónio Pereira desejar sair do Rio e continuar na carreira diplomática – ainda que não em qualquer posto –, de apresentar o perfil adequado para exercer as funções de embaixador em Washington, não significa que fosse, à partida, o embaixador preferido para representar o Governo português nas negociações sobre os Açores. Seria apenas uma opção, sendo possível que Caeiro da Matta e Oliveira Salazar estivessem em condições de nomear para a capital norte-americana tanto um embaixador de carreira como um embaixador político, incógnita que apenas o avanço da investigação sobre a história política e diplomática do salazarismo poderá um dia esclarecer. De qualquer modo, a ida de Theotónio Pereira para Washington, apesar da má experiência brasileira, sendo uma demonstração da confiança que Salazar nele depositava, evidencia um fenómeno com tanto de curioso como de politicamente relevante. É que no decurso do processo negocial relativo à questão dos Açores – continuação e renovação do uso pelas autoridades militares norte-americanas da base aérea das Lajes –, como naquilo que respeitou à acção de Theotónio Pereira noutras áreas, nomeadamente no aprofundamento dos laços económicos e comerciais entre os Portugal e EUA, o novo embaixador foi, afinal, em escala modesta, o parceiro ou o confidente na elaboração e na execução das políticas que marcaram a mudança e o aprofundamento das relações luso-americanas entre 1947 e 1949. Ora este facto tem importância por três razões. Em primeiro lugar, porque embora Theotónio Pereira tenha estado no sítio certo e no momento certo, do ponto de vista da história da política externa portuguesa entre Agosto de '47 e Dezembro de '49, foi mais um espectador do que um actor. Daí que, portanto, a definição da política portuguesa em relação aos EUA durante aquele período, tenha alicerçado muito mais na colaboração que Salazar buscou e encontrou nos burocratas do Ministério dos Negócios Estrangeiros do que nos apoios e nas propostas político-ideológicas interiores ao Governo e ao regime político, de que Theotónio Pereira era representante e figura

²⁵⁶ J. P. D. Dunbabin, *International Relations Since 1945. A History in Two Volumes. The Cold War: The Great Powers and their Allies*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1994, p. 99.

“Impossível ficar calado!”

proeminente. Em segundo lugar, e independentemente de Oliveira Salazar ter sempre reflectido nas suas opções de política externa a matriz ideológica definidora do seu pensamento e os equilíbrios próprios do regime, a verdade é que a passagem de Theotónio Pereira pelos postos do Rio de Janeiro e, sobretudo, de Washington, embora não tendo sido irrelevante, não foi de forma alguma fundamental na história da política externa do Estado Novo, independentemente da bondade de algumas ideias e propostas si defendidas. Por último, ao ter completado doze anos de carreira diplomática em Dezembro de 1949, Theotónio Pereira viu ficar irremediavelmente para trás a influência exercida e o protagonismo conhecido durante a estada em Espanha, o que se não lhe criou, pelo menos aguçou-lhe a vontade de se tornar na figura cimeira da diplomacia portuguesa assumindo a pasta de ministro dos Negócios Estrangeiros, o que buscava com o duplo objectivo de ser reconhecido como o sucessor natural de Salazar²⁵⁷ e de poder subordinar às suas ambições pessoais e políticas toda a máquina do Ministério dos Negócios Estrangeiros e que desde 1946, não tinha qualquer dúvida, não deixava de enfrentar e até humilhar.²⁵⁸

De qualquer modo, voltando atrás, e uma vez decidido que Theotónio Pereira, em Washington, e Bianchi, em Lisboa,²⁵⁹ deveriam ter papel activo na intermediação das negociações sobre os Açores, não restou outra solução a Caeiro da Matta senão utilizar uma linguagem dura e clara para pôr fim às dilações utilizadas pelo embaixador João de Bianchi e que tinham como objectivo protelar o seu regresso a Lisboa. O antecessor de Theotónio Pereira, que por motivos pessoais pretendia manter-se na capital dos EUA até ao fim de Agosto, estava disposto a atrasar não apenas a ida de Pedro Theotónio Pereira para o seu novo posto – e que se mostrara totalmente disponível para o ocupar logo na segunda quinzena de Julho²⁶⁰ –, mas, acima de tudo, a perturbar o início de todo o processo de negociações luso-americanas

²⁵⁷ Nesta linha, é natural que tivesse manifestado em 1948, tal como Marcello Caetano, uma opinião favorável a apresentação por Salazar de uma candidatura à presidência da República. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 115.

²⁵⁸ Como se viu, e do seu ponto de vista, nos primeiros meses de 1947 a ascensão de Theotónio Pereira no firmamento da diplomacia (e da política) portuguesa podia passar pela sua colocação na Embaixada de Londres, nem que para isso o seu amigo duque de Palmela fosse compulsivamente afastado daquele posto.

²⁵⁹ Independentemente da saída de Bianchi de Washington estar integrado num movimento mais vasto de funcionários do corpo diplomático, além de se tratar de uma necessidade imperiosa, uma vez que João de Bianchi tinha passado catorze anos como chefe da missão portuguesa na capital dos EUA, a verdade é que a sua chamada a Lisboa num momento importante das relações luso-americanas e de grandes e importantes mudanças na política externa dos EUA, parece revelar uma significativa ausência de confiança pessoal (encontrava-se gravemente doente) e, sobretudo, político-diplomática de Salazar naquele embaixador. Aliás, em 1948, foi enviado para o posto deixado vago por Theotónio Pereira no Rio de Janeiro.

²⁶⁰ Numa carta de 16 de Junho, o secretário de Estado Marshall informava o presidente Truman de que o ainda embaixador de Portugal em Washington lhe houvera comunicado ser intenção das autoridades portuguesas nomearem um novo representante. Marshall não encontrava objecções, aproveitando para enviar ao presidente uma breve biografia pessoal e política de Theotónio Pereira. Na opinião do subsecretário de Estado, “the appointment of Dr. Pereira as Ambassador of Portugal to the United States would be satisfactory [...]”. A 18 de Junho Truman deu a sua aprovação. Ofício do secretário de Estado Marshall para o presidente Truman. 16 de Junho de 1947. National Archives and Records Administration – Harry S. Truman Library, Independence (NARA-HSTL).

“Impossível ficar calado!”

respeitante às Lajes. Consciente da gravidade do facto, Caeiro da Matta enviou um telegrama ao indigitado secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual se podia ler:

O Embaixador Theotónio Pereira deu-me conhecimento do desejo manifestado por V. Ex.a de que ele só chegasse a esse posto no fim de Agosto. Já pelo meu telegrama n.º 238 fora comunicado a V. Ex.a que Embaixador Theotónio Pereira chegaria a Washington na segunda quinzena de Julho, o que significava a urgência com que o Governo pretende com que ele inicie as suas funções. Efectivamente, como é do conhecimento de V. Ex.a, o Embaixador dos Estados Unidos da América traz a missão de abrir negociações sobre os Açores, sendo indispensável que as diligências aqui efectuadas sejam acompanhadas em Washington por quem se encontre habilitado a permanecer, e por quem esteja apenas aguardando embarque para partir.²⁶¹

Além doutros pormenores, o ministro estabelecia que Bianchi tinha que estar em Lisboa no dia 1 de Agosto, enquanto Pedro Theotónio Pereira deveria tomar conta do seu posto no dia 31 de Julho. Como se a argumentação de cunho político e administrativo não bastasse, Caeiro da Matta rematava: “A circunstância de V. Ex.a viver em hotel certamente também facilitará a mais rápida partida.”²⁶² Ou seja, Theotónio Pereira tomou conta do seu novo posto num contexto de conflito com o seu antecessor, conflito esse que se alargava a Lisboa e impunha a intervenção de Caeiro da Matta. Este facto era importante porque além de significar que Bianchi não desejava ser substituído em Washington, queria acima de tudo dizer que via com maus olhos que o lugar que ocupara durante treze anos fosse preenchido não por um colega seu de carreira, mas por um embaixador político. No entanto, o facto mais importante para o futuro próximo da política portuguesa em relação aos EUA, e para perceber o apagamento progressivo que nessa política Theotónio Pereira irá conhecer, foi a nomeação de António Leite de Faria para director geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, depois, em substituição de Bianchi, para secretário geral daquele Ministério.²⁶³ O facto de António Leite de Faria se ter constituído no braço direito de Salazar na definição da parte da política externa portuguesa relativa aos EUA, nomeadamente na questão das negociações sobre os Açores e sobre o Pacto do Atlântico, acabará por ser facilmente percebido por Theotónio Pereira que, desde

²⁶¹ Na sequência do movimento diplomático que colocou Theotónio Pereira em Washington e João de Bianchi em Lisboa, como secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, António Leite de Faria, transita de Haia, onde era ministro plenipotenciário, para Lisboa, onde irá desempenhar as funções de director geral dos Negócios Políticos. Exercerá, simultaneamente, “as funções de Secretário-Geral interino em Julho e Agosto de 1947 e de 11 de Fevereiro de 1948 a 25 de Julho de 1950”, substituindo João de Bianchi. António José Telo (org.), *António de Faria*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 48.

²⁶² “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Washington”, telegrama n.º 256, Lisboa, 3 de Julho de 1947 in *Dez Anos de Política Externa (1936-1948). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, XIII vol., s.e., Lisboa, INCM, 1986, p. 503 (documento n.º 97). No mesmo telegrama recordava-se ao embaixador Bianchi as responsabilidades que iria assumir em Lisboa nas negociações sobre os Açores, uma vez que lhe cabia desempenhar as “altas funções” de secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era também comunicado a Bianchi que não se podia dizer aos americanos que as conversações não podiam ter início antes de Setembro apenas porque o embaixador “não podia ausentar-se de Washington senão em fins de Agosto.”

²⁶³ Sobre a biografia do diplomata António Leite de Faria, António José Telo (org.), *op. cit.*, pp. 13-102.

“Impossível ficar calado!”

Washington, lançará a ofensiva possível contra o seu adversário e depois inimigo em Lisboa.²⁶⁴ As acusações, umas graves, outras insidiosas, que quase desde a sua chegada a Washington, Theotónio Pereira lançará sobre os burocratas do Ministério dos Negócios Estrangeiro, retomando uma atitude que tivera já aquando da sua passagem pelo Rio, são acusações que têm como destinatários, numa primeira fase, Bianchi, Marcello Mathias e António Leite de Faria e, posteriormente, sobretudo o último dos três. Note-se que aqueles diplomatas mais jovens que deixaram um testemunho favorável de Theotónio Pereira enquanto embaixador, tratavam-se de personalidades de formação conservadora, monárquicos, nacionalistas e largamente identificados com o regime, como foi o caso de Faria e Maia ou de Eduardo Brazão. Calvet de Magalhães, por outro lado, e apesar das suas inclinações liberais – depois de na década de 1930 ter sido simpatizante do Nacional Sindicalismo²⁶⁵ –, embora não tenha guardado uma impressão totalmente favorável sobre Theotónio Pereira – que se pode aferir pela leitura das suas “memórias” –, confessou, senão a admiração política, pelo menos a profunda simpatia pessoal que por ele nutria nas décadas de 1940 e 1950 quando exerceu actividade diplomática. Via-o, como outros da sua geração – seria também o caso de Faria e Maia –, como o embaixador que tinha a vontade e a autoridade para romper com a herança que Teixeira de Sampaio deixara nas Necessidades e que depois da sua morte tinha dois rostos: Marcello Mathias e António Leite de Faria. Estes dois diplomatas foram até ao início da década de 1960 os interlocutores privilegiados por Oliveira Salazar na definição e na execução de alguns dos vectores principais da política externa portuguesa. Por esse facto, eram vistos por muitos dos colegas mais novos como funcionários demasiadamente hipotecados ao regime e, por esse facto, excessivamente privilegiados e beneficiados nas suas carreiras. Sendo certo que as suas difíceis relações com Theotónio Pereira não decorreram directamente desta fidelidade político-ideológica ao regime mas da fidelidade pessoal a Teixeira de Sampaio, figura que Theotónio Pereira nunca suportou, a verdade é que até meados da década de 1950 mantiveram com Theotónio Pereira, e este com eles, um conflito pessoal declarado e que directamente contribuiu para impedir que enquanto embaixador em Madrid, no Rio de Janeiro ou em Washington

²⁶⁴ Sobre o papel preponderante assumido por António Leite de Faria na vida do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde de Julho de 1947 até à sua partida para o Brasil, em Junho de 1950, período durante o qual se tornou no confidente e conselheiro por excelência de Salazar em questões de política externa, Idem, *ibidem*, pp. 48-57. Recorde-se que já em Londres, durante a Segunda Guerra Mundial, quer como número dois de Armindo Monteiro e do duque de Palmela, e ainda na qualidade de homem de confiança de Teixeira de Sampaio dentro da estrutura do Ministério, Leite de Faria se tinha tomado numa figura com quem Salazar discutia muitas das questões diplomáticas mais delicadas com que se confrontava. Naturalmente, o seu regresso a Lisboa, vindo da Haia, não fora uma opção tomada levemente por Caeiro da Matta e por Salazar depois da passagem daquele para a frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

²⁶⁵ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1992, p. 270 (nota 5).

“Impossível ficar calado!”

pudesse transitar para a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1950. Parece aliás evidente que caso tal nomeação tivesse acontecido naquelas datas teria certamente nascido uma aliança tácita entre o ministro e algumas figuras destacadas das gerações mais novas de diplomatas, nomeadamente aqueles admitidos nas Necessidades já com a Segunda Guerra Mundial a decorrer, optando-se simultaneamente para uma secundarização de todos aqueles que tivessem ascendido na carreira à sombra de Teixeira de Sampayo.²⁶⁶ Este conjunto de factos determinou então que, tal como sucedera no Rio de Janeiro, mas não acontecera em Espanha, Theotónio Pereira se visse em Washington politicamente desclassificado por Salazar como interlocutor mais ou menos privilegiado na definição da política externa e da acção diplomática do Estado português, tanto em termos gerais como em relação aos países em que estava colocado.²⁶⁷

No dia 1 de Agosto estava então Theotónio Pereira no seu “posto”, instalado no hotel mas já pensando em procurar casa para residir enquanto não estivessem prontas as obras no edifício onde iria funcionar a Embaixada e a Chancelaria. Satisfeito com o modo como a sua despedida decorrera no Brasil, seguindo directamente de avião do Rio para Washington, sabia-se em condições de passar à acção executando as diligências que lhe permitiriam dar início na capital dos EUA às negociações luso-americanas sobre os Açores.²⁶⁸ Também os norte-americanos desejavam retomar em Washington os contactos que lhes permitissem resolver aquela que era a principal questão pendente com Portugal e que fora deixada em aberto pelo antigo embaixador. Neste contexto, a Repartição dos Assuntos Europeus no Departamento de Estado comunicava ao secretário de Estado George Marshall a realidade em que laborava ao tratar dessa questão pendente nas suas relações Portugal:

*We hope to obtain permission for military aircraft to transit the Azores and to station a limited number of military personnel there to service our aircraft. In the initial discussions in Lisbon, the Portuguese Government has shown friendly and cooperative understanding of our problem.*²⁶⁹

Era igualmente recordado que as chefias militares consideravam a posse de bases militares nos Açores “essencial para a defesa do Hemisfério Ocidental” e que, em 1946, tinham já havido “conversas exploratórias” sobre o assunto com o Governo português. As autoridades norte-

²⁶⁶ Entrevista com o embaixador José Calvet Magalhães. Estoril, 1 de Setembro de 2004. Será ainda de considerar a hipótese de no mundo conturbado do pós-guerra, Oliveira Salazar não desejar colocar Theotónio Pereira à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros por certamente ter presente que algumas das principais características daquele embaixador e ex. ministro era a enorme devoção pela autonomia política e o protagonismo mediático.

²⁶⁷ No Brasil, e como se viu, foi o secretário geral Marcello Mathias quem, bem ou mal, conduziu os destinos do Ministério dos Negócios Estrangeiros contra as pretensões repetidamente manifestadas por Theotónio Pereira.

²⁶⁸ “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 297, 1 de Agosto de 1947. AHDMNE, Embaixadas e Legações (Arquivo) III, Washington, Pós-guerra. Miscelânea. Maço 131, proc. n.º 23.

²⁶⁹ “Da Repartição dos Assuntos Europeus do Departamento de Estado para o secretário de Estado”, 21 de Julho de 1947, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 5042 (811.24553B/7-2147).

“Impossível ficar calado!”

americanas haviam então percebido que os portugueses eram “relutantes” quanto à concessão aos americanos de direitos muito alargados, excepto no caso de obterem dos EUA “garantias de segurança” que iam muito para além do “praticável” e que, por isso, o Departamento de Estado achara preferível “suspender as negociações.” No Verão de 1947, estava pois em causa convencer Lisboa de que haveria um “interesse mútuo” em garantir a “segurança do Atlântico e o desejo de desenvolver relações de trabalho” idênticas àquelas que existiam entre os EUA e a Grã-Bretanha, “sem a necessidade de acordos formais.” Ou seja, “o relacionamento nos Açores” devia ser visto “como uma contribuição substancial para atingir” um objectivo mais alargado e que já existia na forma como Londres e Nova Iorque começavam a entender o mundo pós-Segunda Guerra Mundial. E era tudo.²⁷⁰

Antes da chegada de Theotónio Pereira a Washington, as conversações sobre os Açores, convém recordá-lo, tinham tido lugar num contexto de grande instabilidade internacional. Arrastavam-se as negociações de paz na Europa, sendo particularmente acesas as discussões entre as quatro potências ocupantes quanto ao futuro da Alemanha, ao mesmo tempo que existiam ou tinham existido claros sinais de um avanço soviético na Europa e no Próximo e no Médio Oriente – nomeadamente em direcção à Turquia e ao Irão.²⁷¹ Entretanto a guerra civil na Grécia reiniciara-se, o Paquistão e a União Indiana abeiravam-se da independência, o Governo britânico reclamara a intervenção norte-americana na Grécia e na Turquia, Truman fizera um primeiro discurso comprometendo os EUA com uma política de “contenção” do avanço soviético pelo mundo e o general e secretário de Estado George Marshall acabava de anunciar um programa de ajuda económica à Europa.²⁷²

Face à complexidade da situação internacional e ao quase permanente agravamento de tensões, Oliveira Salazar e muitas das personalidades do regime que com ele mais directamente tratavam das questões de política externa e de defesa, inclinavam-se a pensar ser uma terceira guerra mundial entre o Ocidente e a União Soviética qualquer coisa de inevitável.²⁷³ Por isso, no

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Sobre os primeiros passos dados pela Guerra Fria naquela região do globo, Bruce Robellet Kuniholm, *The Origins of the Cold War in the Near East. Great Power Conflict and Diplomacy in Iran, Turkey, and Greece*, s.e., New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 303-350 e pp. 355-399.

²⁷² Sobre os primeiros anos quentes da Guerra Fria, Louis J. Halle, *The Cold War as History. With a new epilogue on The Ending of the Cold War*, s.e., s.l., Harper Perennial, 1991pp. 99-134 e Wilfried Loth, *The Division of the World 1941-1955*, s.e., s.l., Routledge, s.d., pp. 105-154.

²⁷³ “[...] havia a ideia de que uma nova guerra geral iria estalar dentro de pouco tempo, tese abertamente defendida por vários responsáveis portugueses nas conversas com os anglo-americanos e alimentada por estes. Tudo indica que havia mesmo a esperança de que essa guerra «limpasse o Ocidente», o fizesse regressar aos valores tradicionais afastasse os «desvios» destes «loucos tempos» do pós-guerra, com os quais o Estado Novo não se identificava. António José Telo, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1996, pp. 26-27. Segundo Franco Nogueira, não seria essa a percepção de Salazar, pelo menos em 1947. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 77.

“Impossível ficar calado!”

domínio da política externa era natural que o chefe do Governo português defendesse uma aproximação e cooperação entre as nações ocidentais, ainda que nunca se tivesse cansado de repetir que lhes faltava a “doutrina”, a “força”, a “técnica de acção” e o “governo.”²⁷⁴ Fazia-o com a convicção de que só assim se poderia vir a enfrentar com êxito aquele que parecia ser o alastramento da influência soviética na Europa e que, mais cedo do que tarde, se pensava vir a acabar por degenerar em guerra.²⁷⁵ Por outro lado, e apesar dos riscos que comportava, o agravamento da situação internacional favorecia interna e externamente o salazarismo, uma vez que lançava para segundo plano as discussões em torno da sua natureza política e ideológica, sobressaindo a sua feição anticomunista. Nesse sentido, as negociações com os EUA sobre os Açores eram importantes mas não vitais, embora a cedência de bases naquele território pudesse constituir-se num contributo assinalável de Portugal para a luta que se avizinhava e para o reforço do seu prestígio interno e externo. Porém, e ao mesmo tempo, essa cooperação tão necessária, implicando a constituição de uma espécie de bloco ocidental, anticomunista, colidia com as noções de soberania que o Governo português considerava politicamente inegociáveis porque ideologicamente inaceitáveis – facilmente apelidadas de bastante rígidas ou intransigentes – , e que se materializavam no impedimento da permanência de forças militares norte-americanas estacionadas em território português em tempo de paz. Era portanto com a especificidade portuguesa, a visão norte-americana do mundo do pós-guerra e os desenvolvimentos internacionais que se consideravam bastante prováveis a curto e médio prazo, que o Departamento de Estado se confrontava, tentando prolongar a presença de forças norte-americanas nos Açores. Já do outro lado, predominava a desconfiança de Salazar em relação aos norte-americanos, especificamente naquilo que dizia respeito àquilo que consideravam ser as suas tentações imperialistas que tinham em vista a submissão da Europa e do seu apêndice africano,²⁷⁶ além da maximização do conceito de soberania e seu profundo nacionalismo.

²⁷⁴ Oliveira Salazar, “Relevância do Factor Político e a Solução Portuguesa” in *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 255 (Na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional, 9 de Novembro de 1946).

²⁷⁵ Oliveira Salazar, “Miséria e Medo: Características do Momento Actual” in *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 287-311 (Discurso proferido numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional em 25 de Novembro de 1947). Neste discurso, além de propor uma partilha do mundo entre o Ocidente e a União Soviética, Salazar manifesta o desejo de ver emergir uma unidade desse mesmo Ocidente que seja capaz de escapar à hegemonia dos EUA. Nele exprime ainda, claramente, a sua convicção de que a “Rússia” não deseja a guerra. “[...] a evolução do pensamento político nalguns estados afastam-me de uma visão do futuro excessivamente pessimista. Isto é: eu não prevejo a catástrofe. Os dirigentes soviéticos têm-se revelado duros, tenazes, mas também prudentes.” Idem, *ibidem*, p. 295.

²⁷⁶ Sobre o sentimentos anti-americanos de Oliveira Salazar, José Calvet de Magalhães, “Estados Unidos da América, relações com” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 666-667.

“Impossível ficar calado!”

A partir do início de 1946, e estando para breve o fim da presença norte-americana e britânica nos Açores, aquilo que o Governo de Washington conseguiu nas negociações que decorreram até ao Verão daquele ano,²⁷⁷ foi a transferência dos seus meios de Santa Maria para as Lajes – onde da antiga estrutura militar criada pelos britânicos nascera a Base Aérea n.º 4 –, o que aconteceu a 1 de Setembro. De facto, a 10 de Julho, o Governo português tinha declarado que caso os norte-americanos desejassem continuar a utilizar os Açores para trânsito de aeronaves deveriam fazê-lo nas Lajes (Santa Maria passaria a aeródromo civil), sendo que a partir de 8 de Setembro, e após complicadas negociações políticas que envolveram militares, ficou assente que durante um período limitado a dezoito meses as Lajes poderiam continuar a ser utilizadas para os fins previstos nos acordos celebrados ainda durante a guerra, sempre em colaboração com as autoridades portuguesas ou superintendidas por estas. Isto quando o Governo de Washington desejava manter em permanência – a médio, longo prazo – uma base aérea naquele arquipélago e tencionava fazê-lo negociando com o Governo português num plano bilateral, afastando as pretensões do Governo britânico de vir ter uma palavra a dizer sobre o assunto, nomeadamente participando nas conversações e aconselhando a celebração de um acordo tripartido para a concessão de facilidades que se tornaria efectivo apenas quando tivesse lugar uma deflagração militar que tornasse útil e necessário aos três signatários o recurso a uma presença militar nos Açores.

Concedida pelo Governo português a referida autorização, e tendo em Agosto de 1946 os britânicos retirado da base das Lajes na Terceira, os norte-americanos, sem consultarem o Governo de Sua Majestade, voltaram a pressionar o Governo de Lisboa com o objectivo de conseguirem uma presença militar permanente em tempo de paz nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde. Às propostas norte-americanas, o Governo de Lisboa respondeu que aceitaria um acordo conjunto para a criação de uma base por britânicos e norte-americanos, mas que estaria activa apenas em tempo de guerra, sendo que uma comissão tripartida trataria da sua manutenção em tempo de paz. Com esta contraproposta portuguesa cessou mais uma ronda de negociações, facto apenas justificado pela autorização entretanto concedida para que os norte-americanos continuassem a utilizar as Lajes até finais de 1947.²⁷⁸

À chegada a Washington, e ao contrário do sucedido no Rio de Janeiro, Theotónio Pereira foi muito bem recebido pelas autoridades oficiais. Vários funcionários do Departamento

²⁷⁷ Isto depois da entrega oficial às autoridades portuguesas, a 2 de Junho, das bases situadas naquele arquipélago. As Lajes foram entregues pelos britânicos e Santa Maria pelos norte-americanos.

²⁷⁸ “Da Embaixada britânica em Lisboa para o Foreign Office”. 31 de Dezembro de 1946. PRO-FO371/67855. Sobre o andamento e o significado das negociações tripartidas sobre os Açores em 1946, António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898 / 1948)*, 1ª ed., s.l., Ed. Asa, 1993, pp. 480-496.

“Impossível ficar calado!”

que tinham estado na Embaixada dos EUA em Madrid durante a Segunda Guerra Mundial, mas que pela sua “categoria de então” não deviam “ter privado muito” com Theotónio Pereira, tinham-se apressado “a dizer coisas e a fazer recomendações simpáticas”. Três deles possuíam agora a categoria de embaixador ou de ministros, sendo que das “referências dos três” a seu respeito, lhe tinham falado uns quantos “altos funcionários” do Departamento de Estado. Por outro lado, o subsecretário de Estado Robert Lovett²⁷⁹ dissera-lhe que ele, Theotónio Pereira, tinha um “ambiente excepcional” para começar a trabalhar, pois nunca naquele departamento governamental houvera “tantas informações insuspeitamente favoráveis acerca do embaixador estrangeiro.”²⁸⁰

Também a entrega das suas credenciais a Truman fora feliz. A entrevista fora “francamente agradável”, valendo a pena ser sublinhado que a resposta do presidente ao discurso escrito de Theotónio Pereira fora muito mais amistosa e expressiva da amizade entre os dois países do que houvera sido a resposta de Roosevelt a Bianchi ou do que aquilo que o embaixador dos EUA em Portugal, John C. Wiley, “fora dizer a Lisboa” quando ali chegara.²⁸¹ Ou seja, com sinceridade, simpatia e (falsa) ingenuidade à parte, a Administração norte-americana criava um bom ambiente com o objectivo de amaciar as autoridades portuguesas de modo a tornar mais fácil o recomeço da abordagem da questão dos Açores. De qualquer modo, consciente, ou não, desse facto era positivo saber que entrara com algum “crédito” num “meio” novo e com características muito próprias, assinalando ainda:

*Posso dizer que os americanos que conheci em Espanha e no Brasil demonstram agora certa sensibilidade de coração que não é corrente na vida. Nunca esqueço que represento um pequeno País que só pode ser estimado e respeitado pela personalidade e valor moral. E agora que estou na capital do mundo – aonde os grandes estados se humilham – mais recordo que somos pequenos e mais me esforçarei ao mesmo tempo para que não deixem de nos apreciar.*²⁸²

Mas se esta sua boa impressão inicial, aliás recíproca, não se alterou substancialmente ao longo dos mais de dois anos que passou em Washington, rapidamente percebeu que não iria

²⁷⁹ A 1 de Julho, Lovett substituiu Dean Acheson como subsecretário de Estado. Após a resignação de Marshall, será Acheson e não Lovett a assumir a chefia do Departamento de Estado, o que sucedeu em Janeiro de 1949.

²⁸⁰ A este propósito afirmava Theotónio Pereira a Salazar: “Não toquei mais esta tecla nos telegramas para não me tornar ridículo. Mas com isto é verdade, sempre gosto de o dizer a V. Ex.a. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108.

²⁸¹ Num discurso que Theotónio Pereira pronunciaria dez anos mais tarde em Londres, perante a British Society for International Understanding, evocou este seu encontro Truman. Dele relatou um momento da entrevista em que se discutiram questões de segurança internacional e a eventual disponibilidade dos EUA para embarcarem na constituição de uma aliança que pretendesse manter a paz. Interrogado pelo embaixador português sobre tal disponibilidade, “Mr. Truman said that George Washington himself could give me the answer to that. And he took from a shelf a book beautifully bound. It was Washington’s last Will and Testament, and I read his remarks about the risks of commitment with the other side of the Atlantic.” Cópia do discurso proferido por Pedro Theotónio Pereira perante a British Society for International Understanding. Maio de 1957. AOS/CD-19, fls. 73-81.

²⁸² Idem, ibidem.

“Impossível ficar calado!”

voltar a conhecer uma situação idêntica àquela com que regularmente convivera em Madrid. Havia muito poucas ocasiões para entrar em contacto “com gente do State Department”, apenas sendo possível no plano pessoal ir “cultivando cuidadosamente as relações” e “conviver alguma coisa.” É que os funcionários da Administração norte-americana e, especialmente, do Departamento de Estado, tinham “grandes problemas a debater [...], só de longe em longe” se lembrando que Portugal existia. Aliás, e também por este conjunto de factos que tendiam a empurrar a representação portuguesa para o anonimato, é que Theotónio Pereira não parou enquanto não arrendou uma casa onde instalasse provisoriamente a sua residência de embaixador. A “residência” fazia-lhe a “maior falta” porque “sem isso” não existia embaixador. “Só com uma casa se” podia “ver gente e exercer alguma acção.” Por isso, e até ao momento, “era como se não existissemos”.²⁸³ De qualquer modo, tardou algum tempo em fazê-lo, uma vez que as duas primeiras que viu e que “convinham” tinham sido arrendadas por “preço inconcebível.”²⁸⁴

Tendo-lhe sido incumbida por Salazar a missão de funcionar como um dos canais diplomáticos nas negociações em curso, Theotónio Pereira apresentou-se no Departamento de Estado para transmitir claramente aos seus interlocutores aquelas que eram as pretensões do Governo que representava. O papel que lhe fora atribuído era o de conseguir proporcionar a celebração de um acordo que, não pondo em causa os princípios de soberania nas cedências a fazer aos norte-americanos para que pudessem permanecer nos Açores e aí manterem operacional uma base militar virada essencialmente para o trânsito de aeronaves entre a América do Norte e a Europa, o Médio Oriente, África e a própria Ásia, obtivesse para Portugal uma série de garantias respeitantes à sua segurança e à sua soberania. Desde Agosto até Outubro, Theotónio Pereira caminhou para o Departamento de Estado na expectativa de conseguir um acordo com os norte-americanos que, a troco de uma presença militar destes nos Açores – muito modesta aliás –, desse em troca a Portugal uma aliança que comprometesse política e militarmente os EUA, isto é, um tipo de compromisso que até então nunca este País celebrara em tempo de paz. Ora o que sucedeu foi muito simples. A missão de que Theotónio Pereira fora em Lisboa incumbido por Salazar estava condenada ao fracasso pelo simples facto dos EUA, do ponto de vista português, poderem dar muito pouco, mas ainda porque os portugueses, na óptica norte-americana, pedirem o impossível e cederem quase nada. Tudo aquilo que se fez e que esteve directamente ligado ao acordo luso-americano para os Açores

²⁸³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 1 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 109-116.

²⁸⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 1 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 118-123.

“Impossível ficar calado!”

celebrado a 2 de Fevereiro de 1948, resumiu-se a prolongar por três anos, renováveis por mais dois, com escassas cedências de parte a parte, os acordos de 1944 e 1946. Assumindo que nada nele pode ser encontrando que possua o cunho do eventual talento e pensamento do embaixador português em Washington, convém notar que Pedro Theotónio Pereira manteve sempre a opinião de que o Governo português deveria hostilizar o menos possível os norte-americanos e tentar aproveitar, tanto quanto lhe fosse permitido, a aproximação entre os dois países que a simples existência dos Açores naturalmente proporcionava.²⁸⁵ Daí que, feito o acordo, Theotónio Pereira se tivesse sentido verdadeiramente incomodado pelo facto daquele não ter sido minimamente aproveitado por Portugal, desde logo do ponto de vista da sua publicitação, ainda mais por se tratar, como se tratava, de um acontecimento único, sobretudo do ponto de vista dos EUA. Para Theotónio Pereira, por impreparação ou incompetência do lado português, no domínio do impacto na opinião pública, o resultado do Acordo dos Açores tinha sido desastroso. Os jornais norte-americanos tinham praticamente ignorado o evento, não sendo dessa forma rentabilizado um momento político e diplomático único que permitisse a Portugal, apesar de se tratar de uma pequena potência europeia, aparecer, a par do Reino Unido, como um dos países parceiros do EUA na luta pela preservação da segurança do Ocidente. Ignorado pela imprensa, desconhecido da opinião pública, era como se o acordo dos Açores e Portugal não existissem.²⁸⁶

No entanto, e para além da forma manifestamente insuficiente como o Acordo fora noticiado e, sobretudo, propagandeado pelos meios e comunicação, a começar pela imprensa,²⁸⁷ parecia a Theotónio Pereira injustificável e precipitado o facto dos negociadores portugueses não terem retirado garantias e vantagens para o Estado português senão aquelas que diziam directamente respeito à cedência da base e, portanto, na área da política de defesa. Esta realidade era tanto mais grave quando, por meados de Fevereiro, estavam sendo discutidas por Pedro Theotónio Pereira, em Washington, e pelas autoridades portuguesas em Lisboa, alguns

²⁸⁵ Muitas vezes, esquecido pelos diplomatas das Necessidades e por Salazar, afirmava: “Ter-se-á avançado alguma coisa nas negociações sobre os Açores?” Na sua ignorância, continuava: “Aqui, volta e meia, pedem-me notícias mas sinto que as conversas de V. Ex.a com o Wiley sossegou por completo os americanos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 1 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 118-123.

²⁸⁶ Sobre as negociações do Acordo de Fevereiro de 1948, António José Telo, *op. cit.*, pp. 511-526 e Fernanda Rollo, *op. cit.*, pp. 194-203.

²⁸⁷ Em Março escrevia: Fez-me funda impressão a maneira como deixámos perder o efeito político que se poderia tirar com o acordo dos Açores. Prevaleceu em Lisboa a tal influência de obter efeitos e fomos literalmente comidos pela manha do Wiley em colaboração com o Sr. Bianchi.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 8 de Março de 1948. AOS/CD-18, fls. 139-146. Nesta mesma carta lamentava, mas não estranhava, o facto da imprensa norte-americana não ter dedicado uma única linha à condecoração de Santos Costa, em Lisboa, pelo general Hoyt Vandenberg, isto quando nem o “Ministério da Guerra” (norte-americano) nem o Departamento de Estado “eram desprovidos de serviços de imprensa ou que lhes não sobeje o gosto de falar aos jornalistas por tudo e por nada.” Simplesmente, achara-se que não valia a pena fazer qualquer referência a Portugal.

“Impossível ficar calado!”

assuntos relativos ao abastecimento pelos EUA de vários produtos essenciais para o regular funcionamento do mercado português de bens alimentares. Tendo estado em Janeiro e nos primeiros dias de Fevereiro de 1948 em Lisboa, e tido com Salazar e Caeiro da Matta várias conversas sobre o estado das relações luso-americanas e sobre a iminente celebração do Acordo dos Açores; tendo por esse motivo muito provavelmente discutido com o chefe do Governo a grave situação da economia portuguesa – muito dependente para a sua recuperação do abastecimento externo com origem nos EUA; tendo inclusivamente dado ao *Diário de Notícias*²⁸⁸ uma entrevista na qual não se eximiu de recordar a frágil situação económica e do quanto ela dependia para a sua recuperação da cooperação norte-americana, era óbvio que de regresso ao seu posto, e sendo confrontado com um corte inesperado no fornecimento de trigo a Portugal, poucos dias depois da celebração do Acordo dos Açores, se indignasse pelo facto de, ao menos informalmente, os negociadores portugueses não terem querido ou podido garantir um claro apoio dos EUA à política de abastecimentos absolutamente vitais à recuperação e estabilização da economia portuguesa.²⁸⁹

Aproveitando a oportunidade, manifestou então a sua opinião sobre a qualidade do Acordo luso-americano de Fevereiro. Além de sustentar que tinha tido pouco impacto junto da opinião pública norte-americana, criticando a atitude dos burocratas das Necessidades, repugnavam-lhe acima de tudo as poucas contrapartidas conseguidas pelo Governo português pela cedência da base militar das Lajes.²⁹⁰ Consciente dos problemas sentidos pela economia portuguesa e da dificuldade em conseguir nesse domínio o apoio nos Estados Unidos no estrito plano bilateral, tinha ainda consciência de que não tendo sido possível forçar a Administração a fazer algumas cedências a propósito dos Açores, no momento em que os EUA viviam uma situação de crise política interna, ou pelo menos de indefinição, pelo facto de 1948 ser ano de eleições, faziam com que Theotónio Pereira se mostrasse muito preocupado pela “marcha dos acontecimentos” e céptico quanto à possibilidade de Portugal poder vir a colher quaisquer frutos na sequência do entendimento firmado em Fevereiro de 1948.²⁹¹ É que enquanto a posição

²⁸⁸ *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 1948, p. 1. No dia 6, o *Diário da Manhã* reproduziu a entrevista. Nesta entrevista o redactor fez eco de uma ideia de Theotónio Pereira e segundo a qual se devia “aproveitar as vantagens da aviação para o contacto frequente com a Secretaria de Estado e com o País.” Interrogado sobre as relações económicas luso-americanas, declarou que a má colheita de cereais verificada em Portugal “pôde ser em boa parte remediada com o trigo que comprámos nos EU e que vamos receber até Junho.”

²⁸⁹ Algo que, em 1944, tinha sido uma contrapartida implícita na cedência de uma base aos norte-americanos na ilha de Santa Maria. Sobre as negociações luso-americanas de 1946-47 para a concessão de direitos de trânsito de aeronaves nos Açores aos norte-americanos, a sua relação com o problema do abastecimento de trigo a Portugal e a resolução da “questão do ouro alemão”, Fernando Rollo, *op. cit.*, pp. 194-218.

²⁹⁰ Mesmo que a cedência se reduzisse teoricamente ao período de tempo em que se mantivesse a ocupação norte-americana da Alemanha e do Japão.

²⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 23 de Fevereiro de 1948. AOS/CD-18, fls. 129-132.

“Impossível ficar calado!”

oficial portuguesa passara de exigências máximas para aceitação de concessões mínimas pelos EUA – sempre coerentemente dogmática –,²⁹² Theotónio Pereira entendia a cedência das Lajes aos norte-americanos de um modo diverso. Do seu ponto de vista, sendo claro que a disponibilização de bases nos Açores não proporcionava a Portugal a possibilidade de vir a estabelecer com os EUA um conjunto de tratados idênticos àqueles que existiam com o Reino Unido, mas apenas a capacidade de aparecer junto dos norte-americanos como aliado e parceiro preferencial em sentido estrito, isso não significava que o Estado português não estivesse em condições de negociar garantias concretas em domínios específicos que, nos duros anos do pós-guerra, só os EUA estavam em condições de proporcionar a Portugal, nomeadamente no domínio económico e financeiro.²⁹³

Na sua primeira visita ao Departamento de Estado, depois do regresso de Lisboa, Theotónio Pereira “expressou satisfação” pela conclusão do Acordo dos Açores e pelas “implicações” que teria para as “relações futuras entre os dois Governos.” Tendo esperança de que o espírito de cooperação mostrado pelos portugueses obtivesse respostas do lado norte-americano, nomeadamente junto de vários departamentos da Administração norte-americana onde se arrastavam alguns problemas pendentes – desde a inesperada e substancial redução do quantitativo de trigo a ser exportado para Portugal, até ao congelamento de bens portugueses nos EUA por causa da não resolução do problema dos bens alemães e do ouro roubado pelos nazis durante a guerra –, a verdade é que não só não conseguiu nenhum resultado concreto, como não obteve a promessa de que a propósito do Acordo dos Açores aqueles dois problemas iriam ser abordados com maior disponibilidade por parte das autoridades de Washington.²⁹⁴ Era

²⁹² A alguns observadores, o dogmatismo de posições parecia no mínimo exótico. Veja-se o relato de parte de uma conversa entre Oliveira Salazar e Cyrus L. Sulzberger (“Chief Foreign Correspondent of the ‘The New York Times,’ with headquarters in London”): “Mr. Sulzberger remarked that as an American he wished to express appreciation for the friendly attitude of Portugal in granting us facilities in the Azores and jokingly said, ‘What I can’t understand is why you don’t make us pay rent’. The Doctor [Salazar] replied very quickly that he could explain this easily. ‘It is because of our concept of sovereignty,’ he said, ‘we can give you facilities in our territory but we cannot sell them or rent them.’” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado,” despacho n.º 424, 22 de Novembro de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6364 (853.002/11-2248). Sublinhado no original. Embora o documento esteja datado de 22, a conversa teve lugar a 19.

²⁹³ Desde muito cedo, mesmo que não criticando a política de fundo, queixou-se a Oliveira Salazar da atitude assumida pelos negociadores portugueses: “Com este caso dos Açores em suspenso (o Wiley mandou dizer que a nota do Faria era completamente ‘discouraging’) e a multidão de problemas que hoje preocupa os EUA, receio realmente que comecemos a perder terreno.” Ou ainda: “Vim a saber aqui que o Colbertson se queixou amargamente, a alguns íntimos, das discussões que teve em Lisboa. A um amigo lhe disse, a propósito do calor de Madrid em Agosto, - go to Lisbon – ele respondeu que já vira Lisboa suficientemente.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108. Sublinhado no original.

²⁹⁴ “Memorandum of Conversation. Participants: Theotonio Pereira, Portuguese Ambassador; Theodore C. Achilles, Chief, WE; Outerbridge Horsey, WE.” 10 de Fevereiro de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 3328 (711.53/2-1048). Sobre as dificuldades sentidas por Portugal, no segundo pós-guerra, para estabelecer com os EUA relações de natureza económica e financeira no plano bilateral, José Medeiros Ferreira, “As Relações Luso-Americanas no Século XX – A Descoberta do Plano Bilateral” in *Ler História*, n.º 25, 1994, p. 77.

“Impossível ficar calado!”

um autêntico balde de água fria que caía sobre Theotónio Pereira e, sobretudo, sobre aqueles que em Lisboa haviam dado do princípio ao fim uma orientação quase exclusivamente ideológica ao modo como deviam evoluir e firmar-se as relações político-diplomáticas entre Portugal e os EUA.

Já a perspectiva norte-americana sobre o significado do Acordo dos Açores era enquadrado de modo diferente. Num retrato e numa análise sumária das relações luso-americanas, o director dos Assuntos Europeus do Departamento de Estado considerava o documento assinado a 2 de Fevereiro como tendo sido “altamente satisfatório”, uma vez que garantira às Forças Armadas norte-americanas, durante cinco anos, “privilégios de circulação” na base das Lajes. No entanto, havia a consciência de que para os militares o carácter provisório do acordo estava longe de ser suficiente, já que era seu desejo a obtenção de direitos de longo prazo.²⁹⁵ Resolvida, ainda que provisoriamente, a questão dos direitos nos Açores, o director dos Assuntos Europeus do Departamento de Estado concentrava a sua atenção, e a do secretário de Estado, na possibilidade das autoridades portuguesas poderem vir a colaborar no programa de reabilitação da Europa Ocidental. Mas fá-lo-iam, pensava-se ainda em Washington em meados de 1948, numa situação económica e financeira favorável.²⁹⁶ Com um pouco mais de detalhe, o secretário de Estado era informado de que Portugal participava no ERP [European Recovery Program], mas que não desejava receber qualquer ajuda financeira. O Governo português, recordava-se, oferecera-se para conceder crédito, nomeadamente para a aquisição por terceiros de bens e serviços que a sua economia estava em condições de transaccionar. Eram eles o peixe e os seus derivados, nomeadamente sob a forma de conservas, a construção e a reparação naval, os citrinos e a cortiça. Do ponto de vista norte-americano este era um comportamento correcto e compreensível uma vez que o objectivo de Portugal não era recuperar a sua economia mas sim estabilizá-la.²⁹⁷

“[...] tudo é hoje muito complexo [...]”²⁹⁸

1948 foi ano de eleições presidenciais nos EUA. Do lado republicano o embaixador português em Washington começou a ouvir mais e mais “enormidades”. Theotónio Pereira, e nisso não estava só, deu consigo a temer que os EUA voltassem a discutir seriamente um regresso ao isolacionismo, nomeadamente no caso do senador republicano do Michigan, Arthur Vandenberg,

²⁹⁵ “Do director dos Assuntos Europeus para o Secretário de Estado”, 10 de Maio de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 3455 (711.53/5-1048).

²⁹⁶ “[...] Portugal’s financial condition is sound; its budget has been balanced for the past 15 years and the escudo is one of the firmest currencies in Europe.” Idem, *ibidem*.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ Excerto de uma entrevista de Pedro Theotónio Pereira ao *Diário de Notícias*. 5 de Fevereiro de 1948, p. 1.

“Impossível ficar calado!”

vir a ser o candidato do Partido Republicano às presidenciais de Novembro e, claro está, caso fosse eleito pelos norte-americanos. Pelo meio, Truman ia perdendo margem de manobra e os “democráticos” dividiam-se, parecendo que a “política de auxílio à Europa” se tornara numa realidade cada vez menos segura. Como se não bastasse, a dissidência do antigo secretário do Comércio, Henry Wallace, recordava e sublinhava o significado da “rebeldia” dos “democratas do sul” que não acatavam a “política de Truman em relação aos negros.”²⁹⁹ Finalmente, Theotónio Pereira destacava “o desvairamento dos judeus por causa da Palestina.” Em resumo, entre finais de 1947 e o início de Março de 1948, como que aproveitando a ausência do embaixador português em Lisboa durante o mês de Janeiro, a vida política norte-americana parecia ter sofrido uma reviravolta de quase 180°, ao ponto daquilo que tinha parecido ser uma “política forte” ameaçar agora desfazer-se como uma nuvem depois da chuva. Portanto, e até ao mês em que tudo se decidia nas urnas, as perspectivas não eram naturalmente boas – não apenas para Portugal mas para todo o Ocidente –, sendo recomendável que se pedisse a Deus que afastasse “os Wallaces³⁰⁰ e os isolacionistas por igual” da vida política norte-americana.³⁰¹

Foi neste contexto de instabilidade crescente mas natural em ano de eleições, que Pedro Theotónio Pereira regressou a Washington. Voltou para dar um novo fôlego à política que vinha do ano anterior mas que, depois da sua chamada a Lisboa, sofrera alguns acertos. Era seu objectivo aprofundar as relações económicas entre Portugal e os EUA, depois de ter sido temporariamente encerrada a questão dos Açores e de declarada, no Verão de 1947 e, depois, em Janeiro de 1948, a intenção do Governo português de se manter dentro da estrutura política e técnica criada para concretizar a ajuda Marshall, mas dela não recebendo qualquer benefício

²⁹⁹ “Henry Wallace [...] was crusading up and down the country and drawing huge crowds. His followers included ardent young liberals, working people, blacks, and, conspicuously, members of the American Communist Party. Attacking the Democrats and the republicans alike for their internal ‘rot’, Wallace proposed turning America’s atomic weapons over to the United Nations, and called for a massive reconstruction program from the Soviet Union to be financed by the United States. [...] He talked of nationalizing the country’s coal mines and railroads. Truman’s political strategists worried that the effect of the Wallace movement on Democratic loyalties could do more damage than defections in the South.” David McCullough, *op. cit.*, pp. 594-595.

³⁰⁰ Theotónio Pereira ficara particularmente impressionado com as últimas declarações de Wallace à Câmara dos Representantes e no decurso das quais defendeu que se devia estender a mão à “Rússia”, o que lhe parecia mais impressionante quando estava em curso a intervenção da URSS na Checoslováquia. Mesmo assim, meses mais tarde afirmava que o “golpe comunista” na Checoslováquia “voltou a acordar esta gente”, não se tendo assim agravado o desinteresse dos norte-americanos por aquela que seria a grave situação internacional. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 8 de Março de 1948. AOS/CD-18, fls. 139-146.

³⁰¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 23 de Fevereiro de 1948. AOS/CD-18, fls. 129-132. Poucos meses mais tarde mantinha-se convicto de que a “política americana” continuaria “nesta deplorável confusão ou inércia. Não temos feito outra coisa senão andar para trás. É o preço da democracia e do regime eleitoral cada quatro anos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 24 de Junho [de 1948]. AOS/CO-18, fls. 157-160. Sobre a situação política nos EUA em ano de eleições, nomeadamente os confrontos em torno do alargamento dos “direitos civis” nos Estados do sul, o reconhecimento do Estado de Israel, a corrida à Presidência da República e os debates em torno da política externa, James T. Patterson, *op. cit.*, pp. 105-164 e David McCullough, *op. cit.*, pp. 586 e ss.

“Impossível ficar calado!”

material. Nesta altura ainda se sustentava, em Lisboa, ser possível resolver os problemas económicos e financeiros do País provocados pelo impacto da guerra. Os objectivos seriam cumpridos com recurso à intensificação de trocas comerciais com o exterior e pela disponibilização de créditos em divisas que tinham sido acumuladas durante conflito.³⁰² Na conjuntura do pós-guerra, foi um fenómeno assinalável e surpreendente a fé demonstrada por Salazar, como pelos círculos políticos e económicos que sustentavam o Governo, na capacidade que o crescimento do comércio internacional e, portanto, o comércio externo português teriam para regenerar tanto a economia portuguesa como a economia europeia, mesmo que depois as suas esperanças e os seus cálculos se mostrassem errados.³⁰³ Mantendo este rumo, em Novembro de 1948, quando era visível e internacionalmente conhecida a difícil situação económica e financeira portuguesa, e quando o Governo de Lisboa tinha dado já sinais claros de que iria pedir ajuda económica e financeira ao abrigo do Plano Marshall para o biénio 1949-50, pelo facto das reservas em dólares e em ouro ameaçarem chegar a um ponto de ruptura no curto prazo, Salazar declarou ao jornalista do *New York Times* que com ele conversou em Lisboa, toda a confiança que tinha nutrido por uma liberalização do comércio internacional como instrumento de recuperação económica de Portugal e de todo o espaço Atlântico, com especial incidência na América do Norte e na Europa Ocidental.

*[...] when war ended, Portugal was in relatively good financial and economic shape and it was hoped that a period of freedom of trade and free flow of merchandise would follow the termination of hostilities thereby enabling Portugal to maintain her prosperous condition. However, the contrary took place and trade restrictions began to freeze out Portugal's purchase of imports, principally from the United States, began to dry up the country's foreign exchange reserves.*³⁰⁴

De Fevereiro de 1947 até ao Verão de 1948, quando se tornou claro que Portugal teria afinal que aceitar a ajuda Marshall para pôr fim à ininterrupta sangria de divisas, foi posto em marcha um plano de estabilização da economia portuguesa concebido e concertado inicialmente por Daniel Barbosa e Marcello Caetano,³⁰⁵ mas executado pelo ministro da Economia nomeado na sequência da recomposição ministerial de Fevereiro. Através desse plano, as autoridades puseram em prática uma política em que as reservas de divisas e de ouro acumuladas durante a guerra foram utilizadas para executar uma dupla estratégia. A primeira delas, cujos resultados seriam imediatos, assentava na importação massiva de bens alimentares e de matérias primas

³⁰² Sobre a “rejeição portuguesa da ajuda financeira dos EUA”, Fernando Rollo, *op. cit.*, pp. 135-148 e pp. 153-155.

³⁰³ Vejam-se, por exemplo, os excertos do parecer elaborado pelo ministro das Finanças de então, João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), a justificar, no Verão de 1947, a não aceitação por Portugal da ajuda financeira norte-americana e citados em Fernando Rollo, *op. cit.*, pp. 143-148. Será parcialmente citado mais abaixo.

³⁰⁴ “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado,” despacho n.º 424, 22 de Novembro de 1948, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6364 (853.002/11-2248).

³⁰⁵ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 285.

“Impossível ficar calado!”

que escasseavam no mercado português, e que eram motivo da existência do racionamento, do mercado negro, da inflação e, claro está, da significativa pressão política e social de que o regime se passou a sentir vítima a partir dos derradeiros anos da guerra. A outra face desta política, recorrendo também ela aos recursos financeiros e monetários acumulados entre 1939 e 1945, buscava resultados a médio, longo prazo, e apostava na importação de bens de capital que seriam utilizados na promoção da modernização económica do País, abrindo as portas a uma nova fase da sua industrialização, designadamente através do investimento público em vias de comunicação ou na edificação de uma estrutura de produção e distribuição de energia. Esta última aposta tinha tanto uma dimensão económica como estratégica, vistos os graves problemas energéticos que Portugal conheceu durante a guerra e que, aliás, tinham sido previstos antes de ter deflagrado, ficando, no entanto, por resolver (ver capítulo V).³⁰⁶ Mas se esta política de duas faces assentava em grande parte numa utilização económica e politicamente racional de recursos acumulados, não descurava, antes pelo contrário, a aposta no crescimento do comércio exportador português, tanto metropolitano como ultramarino. Ou seja, aquela que se considerou ter sido a estratégia ordinária para o desenvolvimento económico português apenas a partir da década de 1960, um desenvolvimento assente na exportação de bens, de serviços e de mão-de-obra, teve afinal um primeiro capítulo no imediato pós-guerra quando a Presidência do Conselho, o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia e alguma diplomacia concertaram uma política que tinha como objectivo promover o crescimento e o desenvolvimento económico com base na utilização de recursos acumulados mas, também, na riqueza originada pelo crescimento do comércio internacional, que se esperava pudesse vir a desenvolver-se numa base moderadamente livre-cambista e da qual a economia portuguesa sairia beneficiada através daquele que seria o crescimento natural das suas exportações.

As declarações que logo no início de Fevereiro Pedro Theotónio Pereira fez ao *Diário de Notícias* – justamente no dia em que apanhou no Aeroporto de Lisboa o avião que o iria levar de regresso a Washington –, iam exactamente nesse sentido. Embora recordando as palavras proferidas à sua chegada a Lisboa, quando o embaixador afirmou serem excelentes as relações políticas entre os EUA e Portugal, o redactor do *Diário Notícias* centrou a entrevista feita momentos antes da partida no estado das relações económicas luso-americanas e na possibilidade de virem a ser efectivamente melhoradas e aprofundadas. Recordando que

³⁰⁶ Sobre a política económica do ministro da Economia Daniel Barbosa, que exerceu funções entre Fevereiro de 1947 e Novembro de 1948, Fernando Rosas, *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 126-149. Sobre a eficácia da política de Daniel Barbosa, atestada por um observador estrangeiro, “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado,” despacho n.º 68, 22 de Julho de 1947, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 6369 (853.5017-2247).

“Impossível ficar calado!”

relações económicas eram também relações políticas, Theotónio Pereira além de ter declarado que a má colheita portuguesa de cereais iria ser em “em boa parte remediada com o trigo” comprado nos EUA – a ser recebido até ao mês de Junho³⁰⁷ –, acrescentava que os “materiais necessários para algumas das grandes obras que estão em curso, especialmente no campo da energia hidroeléctrica, na renovação da rede de transportes e em certos apetrechamentos essenciais”, iria “depende em larga escala da cooperação” que os EUA pudessem vir a dar. Ora esta política tinha uma outra face. Era ela a aposta que o Governo fazia na possibilidade de conseguir um crescimento das exportações portuguesas para o mercado norte-americano, mesmo que na entrevista não tivesse sido estabelecida uma relação directa e óbvia, até de dependência, entre as duas realidades. De qualquer modo, interrogado sobre “o problema da nossa exportação para os Estados Unidos”, Theotónio Pereira sublinhou que essa fora “uma das questões” de que mais se ocupara durante a sua estada em Lisboa. Sendo o mercado norte-americano tão vasto e tão rico, o embaixador apelava a que se fizesse “um grande esforço para tornar ali mais conhecidos” os produtos portugueses,³⁰⁸ no que era necessário utilizar os “organismos de exportação” nacionais, porque só através deles se prestigiavam os produtos e se disciplinava o comércio exportador. Ainda que só se conseguissem os objectivos propostos e desejados com “esforço”, “decisão” e “orientação”, acrescentava ainda:

Os anos têm passado, as necessidades e o gosto evoluem, e o comércio precisa de ser actual e de ser dinâmico. É absurdo supor que a nossa vida económica possa seguir o desenvolvimento por que todos ansiamos se nos não lançarmos corajosamente a produzir e a exportar.³⁰⁹

Ou seja, para usar uma linguagem muito em voga no início do século XXI, a economia portuguesa e o seu sector exportador tinham que ser competitivos, pois caso contrário o futuro imediato ameaçava ser sombrio. Frisando sempre a incontornável importância dos mercados externos para a prosperidade económica portuguesa, acrescentava:

Portugal só é pequeno nesta estreita faixa de terra que é a nossa velha casa da Europa. Foi a nossa alma que irradiou pelo Mundo. E com o nosso espírito vão as bandeiras dos nossos navios e os produtos de Portugal que incumbe ao nosso comércio expandir cada vez mais.³¹⁰

³⁰⁷ Regressado a Washington escrevia: “Creio que vamos ter um Inverno difícil. Será preciso lutar para obtermos algum trigo e outros produtos fundamentais.” As autoridades comerciais norte-americanas tinham levado “muito a mal a compra do arroz do Brasil”, correndo já o rumor de que essa compra iria ser deduzida no trigo entretanto garantido aos portugueses. De qualquer modo, nesta altura Theotónio Pereira tinha ainda a certeza de que seria possível importar algum trigo do mercado norte-americano, sentindo-se verdadeiramente preocupado com o estado das relações comerciais bilaterais e com a fraca capacidade exportadora da economia portuguesa. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 12 de Fevereiro de 1948. AOS/CD-18, fls. 124-128.

³⁰⁸ Seriam eles a cortiça, as conservas, os vinhos, os bordados, as faianças, as porcelanas, os vidros, os panos estampados e “certas frutas em momentos próprios.” *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 1948, p. 4.

³⁰⁹ *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 1948, pp. 1 e 4.

³¹⁰ *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 1948, p. 4 Destaques nosso.

“Impossível ficar calado!”

Foi, no entanto, através de uma pergunta sobre a influência que o Plano Marshall estava em vias de exercer no modo como iriam evoluir as relações económicas entre os Países nele participantes, que se revelou a posição periclitante para que Portugal fora empurrado ao ter recusado receber qualquer ajuda financeira norte-americana. Por causa dessa recusa, Theotónio Pereira partia para Washington com o objectivo de levar as autoridades dos EUA a abrirem uma excepção para Portugal. Apesar da posição um tanto ambígua que mantinha no seio da estrutura que estava a ser criada para gerir não apenas a concessão da ajuda mas, ainda, a regulação das relações económicas entre os Países participantes no ERP enquanto seus beneficiários, Portugal desejava encontrar nos EUA “motivos de compreensão e de simpatia” que, compensando pela sua generosidade a opção tomada pelo Governo de Lisboa, satisfizessem “dentro do possível” as necessidades da economia portuguesa naqueles aspectos em que eram idênticas aos demais Países que participavam integralmente no Plano Marshall. Ou seja, Theotónio Pereira tinha o encargo de demonstrar aos norte-americanos que apesar, ou por causa, da sua atitude de puro desinteresse demonstrada pelo Governo português³¹¹ – reflectido na não aceitação de ajuda financeira –, Portugal merecia afinal um tratamento único e especial. O problema estava em saber de que modo iria Portugal reclamar um tratamento especial dos norte-americanos quando precisamente o pedia para resolver um problema suscitado pela sua recusa em aceitar a ajuda Marshall. A economia portuguesa tinha afinal muitos dos problemas que tinham levado vários Países europeus a aceitar a ajuda económica e financeira norte-americana, e não fazia sentido portanto que depois de ter recusado aquela ajuda a viesse agora reclamar em condições assentes no facto de antes a ter recusado. Theotónio Pereira ia para Washington pedir aquilo que teria sido concedido sem problemas de maior a partir do Verão de 1947, caso tivesse havido uma aceitação e não uma recusa da ajuda Marshall. Portanto, do ponto de vista político era altamente discutível, que as autoridades norte-americanas viessem a considerar legítimo que o Governo português manifestasse a vontade de ter no ERP já em marcha um tratamento que lhe permitisse recusar aquilo que parecia ser e era recusável, ao mesmo tempo que lhe possibilitasse aceitar aquilo que era necessário ou imprescindível. Ou seja, o Governo português desejava que o Plano Marshall fosse aquilo que os seus interesses ditavam e não aquilo que os interesses da globalidade dos Países participantes impusera, a começar pelos interesses daquele que, além de seu mentor e financiador, era a maior potência política e económica mundial.

³¹¹ Sobre a “generosidade” portuguesa, basta recordar que uma das razões que levou o Governo de Lisboa a recusar aceitar uma participação plena na ajuda Marshall foi o temor de que tal implicasse colocar os dólares portugueses à disposição de outros Países europeus. Fernanda Rollo, *op. cit.*, p. 144.

“Impossível ficar calado!”

Como se sabe, o Governo português não conseguiu que a realidade se adaptasse àqueles que eram os seus desejos e os seus interesses, tendo acabado por ser ele a ir ao encontro daquilo que os EUA almejavam. De qualquer modo, e como Theotónio Pereira fez questão de provar na entrevista ao *Diário de Notícias*, com o Plano Marshall desapareceram as ilusões portuguesas de uma reconstrução económica no pós-guerra assente numa base livre-cambista por um lado, e soberanista por outro, no decurso da qual Portugal pudesse utilizar os seus recursos segundo os seus interesses, fazendo escolhas económicas livres de grandes constrangimentos impostos por terceiros. Precisamente aquilo que o Plano Marshall demonstrou foi que o livre-cambismo a existir, a ser praticado, estaria sujeito a fortes regras, regulamentações de todo o tipo, não possuindo nunca qualquer dimensão universalista, mas sim uma dimensão que se restringiria àqueles Estados que participassem em estruturas políticas e económicas transnacionais ou supranacionais como foi o ERP. Em contradição com a política desejada pelo Governo português, esta realidade estava subjacente nos elogios que entrevistador e entrevistado fizeram à preservação da estrutura corporativa portuguesa de organização económica, depois da agitação política interna verificada em Portugal imediato pós-guerra. Daí que se pudesse ler no *Diário de Notícias*:

Que longe estamos do liberalismo económico e como o Dr. Teotónio Pereira foi quase profético ao criar, quando ministro do Comércio, os serviços de coordenação das relações económicas e do comércio exterior. Fazemo-lho notar e diz-nos com simplicidade:

– Efectivamente, tudo é hoje muito complexo e implica que se tomem posições e se assumam responsabilidades em cada instante. Sem serviços competentes e sem organização é impossível dar um passo na vida actual. A guerra perturbou de alto a baixo o sistema de organização económica que tão penosamente tínhamos posto a trabalhar. As circunstâncias da própria guerra viciaram e deseducaram alguns dos nossos sectores económicos. [...]

«Imagine o que seria hoje a nossa situação se, nessa vaga de desordem mental que há pouco mais de dois anos se levantou contra a organização corporativa, temos tido a fraqueza de desfazer tudo e de regressar à inconsistência de outros tempos.»³¹²

Independentemente da incapacidade demonstrada pelas estruturas económicas corporativas para enfrentar os desafios colocados pelo ERP, e as críticas que Theotónio Pereira fazia à pesada arquitectura burocrática norte-americanas para a gestão corrente das questões económicas,³¹³ a verdade é que a partir de 1947 a realidade foi ficando cada vez mais longe do

³¹² *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 1948, pp. 1 e 4.

³¹³ Theotónio Pereira sentia-se negativamente impressionado pelo modelo de organização económica norte-americana e pelo facto de não ser condescendente com Portugal, nomeadamente a partir do momento em que foi reduzida, por decisão unilateral, a tonelagem de exportação de trigo para Portugal: “Esta economia dirigida daria vontade de rir senão acontecessem coisas muito tristes como foi o caso do trigo.

Aqui tudo está regulamentado e medido em camisa de forças. A tecnocracia é uma das piores superstições da América – mais grotesca e a mais perniciosa. Num estado totalitário ainda haveria o recurso de apelar para a

“Impossível ficar calado!”

cenário político e económico em que o Governo português gostaria de ter laborado. Tal cenário que nunca se confirmou, foi apresentado por Costa Leite (Lumbralles), ministro das Finanças, num documento guia que conduziu à recusa por Portugal, logo no Verão daquele ano, da ajuda financeira norte-americana subjacente ao Plano Marshall.

*[...] Porque na orientação que está sendo seguida parece encaminhar-se para uma série de regimes bilaterais de comércio, aos quais se sobreporá um sistema de liquidações multilaterais. Portugal tem-se orientado no sentido de liberdade comercial; conhece as suas necessidades em mercadorias, mas, embora esteja disposto a defender as suas exportações, não pode, por não conhecer as disposições dos outros países na matéria, pôr ao serviço destes as suas reservas monetárias.*³¹⁴

Já em Washington, Theotónio Pereira deu uma entrevista à United Press, onde além de se congratular com a conclusão do Acordo dos Açores, discorreu sobre o optimismo com que via – tal como o seu Governo – o crescimento das exportações portuguesas para os EUA. A sua previsão assentava no desejo que o mercado norte-americano tinha de consumir produtos portugueses e, também, no facto do escudo ser “uma moeda livre.”³¹⁵ No entanto, tudo não passava de desejos.

Tendo partido de Lisboa uma semana depois de ter sido confirmado em Conselho de Ministros, convocado para o efeito por Salazar, que Portugal não aceitaria a ajuda Marshall e tudo apostava para a recuperação económica portuguesa numa ajuda pontual norte-americana e na abertura de mercados às exportações portuguesas,³¹⁶ Pedro Theotónio Pereira desembarcou em Washington incumbido de preparar o relançamento das relações económicas bilaterais e de se aperceber de que forma poderia colher informações creíveis acerca dos meios que teria à sua disposição para acompanhar a evolução do ERP. Como se viu, rapidamente percebeu que não só o Acordo dos Açores em quase nada beneficiaria a posição portuguesa, como haveria

autoridade do Governo e este teria poder para se impor aos burocratas e às regulamentações, se isso fosse da sua vontade. Mas aqui não há nada a fazer. [...] e não tivemos o trigo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 8 de Março de 1948. AOS/CD-18, fls. 139-146.

³¹⁴ “Parecer do Ministério das Finanças, Gabinete do Ministro, Costa Leite Lumbralles, de 27 de Agosto de 1947. AHDMNE, 2.º piso, maço 53, proc. n.º 41,2, citado em Fernanda Rollo, *op. cit.*, p. 144.

³¹⁵ *O Século*, 25 de Fevereiro de 1948, pp. 1 e 2.

³¹⁶ “Em Conselho de Ministros de 27 de Janeiro de 1948, Salazar submete [...] ao gabinete [...] a posição a assumir para com o [...] Plano Marshall. [...] Deve Portugal aceitar empréstimos, créditos e mesmo dádivas dos Estados Unidos para acorrer às necessidades mais prementes e para fomento em geral? Alguns ministros, mais directamente ligados ao fomento, inclinar-se-iam para aceitar a aplicação do Plano Marshall ao país. Salazar segue, no entanto, um ponto de vista diverso. Tem o chefe do governo suspeitas dos objectivos americanos: receia que a penetração dos Estados Unidos no sentido da Europa constitua, mais do que um auxílio a esta, um designio imperial de Washington; teme que uma preponderância económica e financeira no Ocidente Europeu seja apenas uma forma de acesso às posições europeias no continente africano; e apavora-o a ideia de que a vulnerabilidade das estruturas portuguesas possa tornar estas presa fácil de um credor poderoso, que para mais se julga predestinado ao exercício do poder global. Estes aspectos, expostos pelo chefe do governo ao Conselho de Ministros, levam o gabinete a uma decisão negativa. [...] prefere pagar com exportações portuguesas o que houver de adquirir, e apenas deseja, além de uma ou outra ajuda limitada, que sejam progressivamente eliminadas as restrições impostas pelos outros países e que nestes se abram mercados aos produtos portugueses.” Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 89-90.

“Impossível ficar calado!”

que percorrer um caminho apreciável para, no âmbito do ERP, Portugal poder assinar um acordo bilateral feito à medida de um País que recusava ajuda financeira no âmbito daquele programa. No entanto, quando celebrado este último Acordo, não apenas financeiramente a situação portuguesa era cada vez mais insustentável, sendo quase irracional a assinatura do Acordo nos termos em que foi concebido e ratificado, como o Governo português dera início a um conjunto de diligências que caso viessem a ser bem sucedidas degenerariam numa relação diametralmente diferente de Portugal com o ERP, tendo por base o que sucedera entre o Verão de 1947 e o Verão do ano seguinte.³¹⁷ No entanto, Theotónio Pereira quase rejubilou com o Acordo. Enviou para Lisboa no documento em que testemunhava o seu agrado, uma chamada de atenção para o facto de Portugal, ao continuar na situação de não receber “ajuda financeira”, ficar colocado em “condições verdadeiramente excepcionais.” E continuava:

Perante a mentalidade americana, não sei de outra circunstância que pudesse pesar mais na sua consideração quando as maiores nações da Europa Ocidental estão vivendo na realidade da ajuda dos Estado Unidos. Acrescia ainda a razão de prestígio de nos anteciparmos neste gesto à Suíça que se tem mostrado muito hesitante e mais atreita a pegar-se ao aspecto económico do problema do que ao seu significado político.³¹⁸

Para o embaixador português em Washington era óbvio que a política externa portuguesa nos EUA ou tinha prestígio ou não era nada.

Semanas antes, e quando se tornara evidente que Portugal tinha uma absoluta carência de reservas financeiras em dólares, escasseando-lhe os recursos para adquirir no mercado internacional todo o tipo de bens que rareavam no mercado português, Theotónio Pereira dera já mostras do modo como avaliava a relação de Portugal com o Plano Marshall. Nessa altura, Costa Leite (Lumbralles) sugeriu que se levasse a cabo uma iniciativa diplomática com o objectivo de transferir para os EUA um crédito de 40 milhões de libras que a economia portuguesa detinha sobre o Reino Unido. Tratado o assunto uma primeira vez em Lisboa, directamente com o conselheiro comercial norte-americano, e totalmente à revelia das autoridades britânicas, foi-lhe dito que o objectivo da operação seria fazer com que Portugal ficasse habilitado “a efectuar compras ‘essenciais’” nesse valor nos EUA. Aquele diplomata norte-americano mostrou “simpatia por esta ideia” e declarou que a Embaixada já a conhecia e lhe dava apoio, sendo que a favor das pretensões portuguesas jogava ainda o facto da posição credora de Portugal junto Reino Unido continuar a manter-se “forte” mesmo depois da

³¹⁷ O Acordo Bilateral de Cooperação Económica entre Portugal e os EUA foi assinado em Lisboa a 28 de Setembro. Firmaram-no Caeiro da Matta e o embaixador norte-americano em Lisboa, Lincoln MacVeagh. Sobre o seu significado e as negociações que conduziram à sua celebração, Fernanda Rollo, *op. cit.*, pp. 219-233.

³¹⁸ Do embaixador português em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, carta n.º 568, AHDMNE, 2.º piso, M 381, A 60, proc.º n.º 39,314, citada em Fernanda Rollo, *op. cit.*, p. 232.

“Impossível ficar calado!”

transferência daquele crédito, o que permitiria que “continuar a adquirir ali todos os materiais importantes” que a indústria britânica pudesse “fornecer.”³¹⁹ Porém, se tal como apresentada em Lisboa, a iniciativa portuguesa aceitava que o referido acordo podia ser feito “aproveitando” a política de auxílio americano à Europa, doze dias mais tarde, quando se deu a notícia de que se iria continuar a insistir na resolução do problema da transferência do crédito junto do conselheiro comercial norte-americano em Lisboa, já as autoridades portuguesas sublinharam – ou talvez tenham apenas precisado –, que não era intenção do seu Governo “que o problema a considerar” fosse “integrado no Plano Marshall devendo ser objecto de acordo à parte.” Neste contexto, afigurava-se “útil” que Theotónio Pereira acompanhasse em Washington as “negociações”, “estabelecendo futuros contactos” e “apoando o ponto de vista português.”³²⁰ Finalmente, no dia seguinte, a 16 de Julho, Caeiro da Matta telegrafou a Theotónio Pereira com a informação que este não só conhecia mas já previa: o conselheiro comercial da Embaixada dos EUA acabava de “comunicar verbalmente” que o Departamento de Estado, “após consulta ao departamento fiscal”, entendia não poder “considerar [o] assunto”.³²¹ Acontece que Theotónio Pereira interpretava a iniciativa de modo idêntico ao das autoridades norte-americanas e que entretanto sondara no Departamento de Estado. Segundo o embaixador, e em primeiro lugar, os conselheiros financeiros do Departamento de Estado não encontravam qualquer vantagem em ver crescer a dívida britânica nos EUA. Em segundo lugar, o mesmo Departamento de Estado não apreciava o facto da sondagem portuguesa estar a ser feita à revelia das autoridades de Londres. Por outro lado, aos funcionários do Departamento de Estado com quem Theotónio Pereira conversou sobre o assunto, parecia que a proposta feita, e caso viesse a ser aceite, acabaria por transformar-se em “propaganda prejudicial para Portugal.” Ou seja, depois de ter recusado a ajuda Marshall, por considerar ser boa a sua situação financeira, Portugal vinha agora reclamar “auxílio.” Finalmente, e tendo em conta o volume de crédito já autorizado pelo Congresso para auxiliar a Europa, seria de todo impossível encontrar qualquer margem para satisfazer as necessidades financeiras portuguesas, mesmo que tal implicasse uma aparentemente simples transferência de créditos portugueses do Reino Unido para os EUA.³²²

³¹⁹ Esta medida impunha-se pelo facto das “reservas” portuguesas em dólares serem “relativamente limitadas não podendo a Inglaterra fornecer os ‘capital goods’ que o nosso reequipamento industrial exige.” “Do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Washington.” Telegrama n.º 184. 3 de Julho de 1948. AHDMNE. “Plano Marshall. Negociação para a transferência para os E.U. de parte do nosso crédito sobre a Inglaterra dentro do mecanismo do Plano Marshall.” AHDMNE, 2.º Piso, Armário 9, Maço 771, proc. n.º 42(4).

³²⁰ “Do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Washington.” Telegrama n.º 198. 15 de Julho de 1948. Loc. cit..

³²¹ “Do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Washington.” Telegrama n.º 199. 16 de Julho de 1948. Loc. cit..

³²² “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 272. 23 de Julho de 1948. Loc. cit..

“Impossível ficar calado!”

Embora parecesse partilhar com o Departamento de Estado todo este conjunto de argumentos, o essencial do pensamento de Pedro Theotónio Pereira sobre a decisão do Governo português poder vir a recorrer ao “auxílio americano” foi transmitido em Setembro, quando afirmou que tudo devia se fazer pelo Governo em Lisboa de modo a “evitar até ao fim” uma eventual utilização de tal ajuda.³²³ Ficava apenas por saber se esta opinião radicava na convicção de que essa ajuda seria prejudicial para os interesses portugueses, ou na certeza de que se tratava de uma decisão que mancharia profundamente a imagem de Portugal nos EUA. Isto por não se poder considerar que depois de tão intensamente se ter publicitado a boa saúde da economia e das finanças portuguesas, ao ponto de se recusar a ajuda norte-americana, uma mudança radical de atitude não teria fortes consequências negativas na credibilidade e no prestígio de Portugal.³²⁴ Neste contexto, durante todo o Verão de 1948, convém ainda acrescentar ser óbvio que Theotónio Pereira desconhecia em absoluto, pelo menos através de canais oficiais, as intenções imediatas e futuras do Governo português em relação ao Plano Marshall nem, muito menos, a situação dramática em que se encontravam as reservas em dólares e a balança comercial.³²⁵ Perdida a tábua de salvação que seria a transferência de créditos do Reino Unido para os EUA, percebe-se em Lisboa que a única maneira de evitar o descalabro financeiro do País era declarar um pedido de crédito aos EUA no âmbito do Plano Marshall. É essa realidade que em Julho, no dia 20, está presente num documento produzido por Oliveira Salazar e enviado para a Embaixada de Portugal em Paris.³²⁶ Finalmente, a 28 de Setembro, com todos os dados fornecidos por várias equipas de diferentes Ministérios já disponíveis e a decisão tomada, o Governo português solicitou, em Paris, ajuda financeira ao abrigo do Plano Marshall, de preferência ainda para o biénio de 1948/49.³²⁷ Ainda em Novembro, um seu representante defendeu na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) a aplicação a Portugal de “um programa a longo prazo” e “para cuja execução” requereu um “financiamento global de 625 milhões de dólares.” No “quadro” deste plano geral, o programa para o primeiro biénio (1949-50) reclamava uma ajuda no valor global de 100 milhões de dólares. Porém, a Economic Cooperation Administration (ECA)

³²³ Do embaixador português em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, carta n.º 558, AHDMNE, 2.º piso, Maço 381, A 60, proc.º n.º 39,314, citada em Fernanda Rollo, *op. cit.*, p. 233.

³²⁴ Sobre a tentativa malograda de transferência do crédito de Portugal sobre o Reino Unido para os EUA, Fernanda Rollo, *op. cit.*, pp. 242-249.

³²⁵ Seria o embaixador Ruy Teixeira Guerra, representante de Portugal na OECE, o interlocutor escolhido por Oliveira Salazar e por Costa Leite (Lumbralles) para dar início em Paris aos contactos que permitissem tornar Portugal em beneficiário da ajuda financeira ao abrigo do Plano Marshall. *Idem*, *ibidem*, pp. 252-254.

³²⁶ *Ibidem*, pp. 250-251.

³²⁷ *Ibidem*, pp. 232 e 257-262.

“Impossível ficar calado!”

concedeu pouco mais do que 10 milhões de dólares, apesar do Departamento de Estado se ter manifestado contra um corte tão radical.³²⁸

O erro, embora explicável à luz da lógica política e ideológica que condicionou a decisão tomada pelo Governo português no Verão de 1947 e em Janeiro de 1948, que significou a não aceitação por Portugal de ajuda financeira ao abrigo do Plano Marshall no momento do seu lançamento, foi certamente um dos maiores erros de avaliação política de toda a carreira política de Oliveira Salazar, faltando ainda contabilizar o eventual impacte negativo que a prazo essa decisão possa ter tido para o crescimento e desenvolvimento económico português. A prova do que o erro político fora enorme e que os efeitos desse erro da opinião pública portuguesa podiam ser grandes e mereciam ser controlados, demonstra-o o conteúdo da entrevista concedida por Pedro Theotónio Pereira ao *Diário de Notícias* em Janeiro de 1949. Nessa peça jornalística, e ao contrário do sucedido nas declarações feitas onze meses antes, as relações económicas luso-americanas estiveram convenientemente ausentes. O embaixador português em Washington limitou-se a perorar longamente sobre as eleições presidenciais portuguesas que se avizinhavam, sendo que sobre política externa falou apenas para dizer que, globalmente, o Pacto do Atlântico e o Plano Marshall seriam, ou já eram, poderosos argumentos na luta contra a ameaça comunista que se manifestava por todo o mundo, começando em Portugal e acabando nos EUA.³²⁹

Cerca de um mês depois de ter saído de Lisboa, Theotónio Pereira não se eximia de afirmar a Salazar, um tanto enigmaticamente, que o “caso do Plano Marshall” fora “realmente deplorável”, fazendo votos de que através da compra de “materiais estratégicos” ainda pudesse vir a ser possível “obter alguma compensação.” Por outro lado, parecia-lhe que todas as diligências que pudesse fazer junto do Departamento de Estado a propósito da ajuda Marshall, teriam sempre qualquer coisa de estranho – para ele, embaixador, e para as autoridades norte-americanas –, uma vez que até então tudo fora tratado em Paris, o que, ainda por cima, segundo Theotónio Pereira, significava que as opções neste domínio tomadas em Lisboa tinham sido “diferentes” das seguidas por “outros países que de início pediram auxílio.”³³⁰

Como Theotónio Pereira desde há muito se queixava da “falta de notícias” e da “falta de ligação” entre a Embaixada em Washington e a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros naquilo que respeitava às mais variadas matérias, era óbvio que além dos

³²⁸ *Ibidem*, p. 271.

³²⁹ *Diário de Notícias*, 9 de Janeiro de 1949, pp. 1 e 5. O texto original dactilografado desta entrevista encontra-se depositado no Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

³³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 22 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 233-239.

“Impossível ficar calado!”

problemas de ordem geral com que se iria deparar na capital norte-americana para executar as tarefas que lhe começavam a ser pedidas depois da mudança de atitude do Governo Português em relação ao Plano Marshall, o embaixador padecia ainda de um assinalável desconhecimento, senão das linhas gerais, pelo menos dos termos concretos em que as relações do Governo de Lisboa se estabeleciam em Paris com a estrutura ali montada para tratar da aplicação da ajuda económica e financeira norte-americana à Europa. Como se este tipo de dificuldades não fosse já de si suficiente, Salazar continuava convencido de que na posse de algumas instruções precisas, e em conversa com o secretário de Estado Dean Acheson, Theotónio Pereira seria capaz de convencer as autoridades norte-americanas sobre a bondade das reivindicações ou das necessidades portuguesas a serem satisfeitas ao abrigo da ajuda Marshall.³³¹ Sucede que o embaixador português, embora cumprindo ordens e tendo já marcada audiência com Acheson, alertava o chefe do Governo português para o facto de nos EUA ser “cada vez mais difícil ter uma conversa” idêntica àquelas que Salazar ainda podia manter em Lisboa com o embaixador norte-americano.³³² É que em “lugar de se encontrar um homem sozinho, detrás duma mesa, disposto a escutar”, deparava-se “com ele rodeado de técnicos.” Por isso, a conversa “era logo debate aplicado e não troca de impressões.” Podia fazer votos de que a audiência que se avizinhava fosse diferente, “uma excepção”, mas era tudo. Verdade era que, definitivamente, a diplomacia se tornara cada vez mais em conversas de carácter técnico, menos dada, portanto, às conversas de maior ou menor intimidade entre membros de Governos e diplomatas.

De qualquer modo a audiência com Acheson, que deveria alterar o tom e o teor das relações luso-americanas, fora planeada por Theotónio Pereira de modo a iniciar-se com a entrega da carta enviada por Salazar a Acheson. Passar-se-ia às “considerações sobre as relações gerais entre os dois países.” Far-se-ia depois referência às “provas de amizade e

³³¹ Numa carta que Theotónio Pereira enviou a Alice Acheson transmitindo-lhe o seu pesar pela recente e inesperada morte do marido – Dean Acheson – recordou-lhe as circunstâncias em que os dois homens se tinham conhecido pessoalmente e forte impressão que então subsecretário de Estado norte-americano lhe tinha causado: “When, in 1947, I was first appointed to the United States, I remember Mrs. White Davis gave, as usual, a splendid New Year’s Eve party. I was completely new to Washington society and after our hostess had [...] most kindly saluted me at midnight in the customary way, I felt among all those people who were naturally only thinking of their old friends at that moment. Then a very distinguished gentleman who was leaning on the mantelpiece pensively watching the flames (certainly with you in his mind), came to me and said ‘I see you are a stranger. May I keep you company for a moment while they celebrate? My name is Dean Acheson.’” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Alice e Dean Acheson”. Lisboa, 22 de Janeiro de 1971. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

³³² A conversa, diga-se, não correu nada bem. Dean Acheson pouco ou nada disse, parecendo evidente que não tinha apreciado o tom e o conteúdo da carta que Salazar lhe enviara pronunciando-se sobre o Pacto do Atlântico e as relações luso-americanas. Theotónio Pereira saiu do Departamento de Estado convencido de que o encontro de pouco ou nada servira e que a carta e demais diligências pedindo apoio norte-americano para a resolução dos problemas económicos e financeiros portugueses tinham chegado tarde. De qualquer modo, era bom que não se perdessem as esperanças, porque era “bom agir e marcar posição.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 21 de Junho [de 1949]. AOS/CO-18, fls. 250-256.

“Impossível ficar calado!”

cooperação” e à atitude portuguesa de, dois anos antes, ter recusado a ajuda Marshall. A esse propósito seriam apresentadas queixas pela forma como Portugal estava a ser tratado, depois de se ter mostrado interessado em vir a ser receptor de ajuda financeira em 1949-50. Passar-se-ia depois à discussão do “caso da Beira”,³³³ historiando o processo e traçando o “caminho andado [...] pondo finalmente a urgência da solução,” o que para Portugal era muito mais importante do que disponibilização pelo seu Governo dos “números finais do auxílio geral.” Mas o essencial era que em Julho de 1949 a Administração norte-americana pensasse o mesmo que no fim do ano de 1948. Senão, nada feito.³³⁴

Tendo ou não sido absolutamente sincero com Salazar quando lhe disse que só não pedira pessoalmente a demissão a Caeiro da Matta em Abril de 1949, por causa da difícil situação em que então Portugal se encontrava “dentro do Plano Marshall”³³⁵ – a propósito da discordância de Theotónio Pereira pela forma como Salazar conduziu o processo de adesão de Portugal ao Pacto Atlântico –, a verdade é que em Washington pôde certamente ter consciência do tremendo erro político e económico que fora a não aceitação da oferta de ajuda financeira norte-americana apresentada à Europa no Verão de 1947. No âmbito geral, porém, a atitude portuguesa face ao Plano Marshall foi um testemunho importante para apreender as dificuldades que a política externa do Governo de Lisboa e a sua diplomacia iriam ter para se adaptar ao mundo pós 1945, independentemente de num futuro imediato a história da política externa portuguesa ter sido muito mais uma história de êxitos do que de fracassos, de decisões tomadas muito mais certas do que de decisões erradas, e em que os erros cometidos inicialmente puderam ser reconhecidos e melhor ou pior corrigidos. No caso do Plano Marshall, a virtude de Theotónio Pereira não esteve no facto de ter reconhecido antecipadamente a sua importância, como viria a suceder no caso do Pacto do Atlântico, e advogado que Portugal se tornasse beneficiário da ajuda financeira oferecida. O seu mérito esteve em ter sido um parceiro importante de Salazar no combate diplomático que houve que levar a cabo em Washington no sentido de sensibilizar as autoridades norte-americanas para a importância das necessidades económicas e financeiras portuguesas, necessidades essas que podiam ser satisfeitas, primeiro, no estrito plano bilateral, aprofundando e institucionalizando as relações luso-americanas, e, em segundo lugar, no plano multilateral em que também funcionava o Plano Marshall.

³³³ Referência ao pedido de empréstimo para apetrechamento do porto da cidade da Beira em Moçambique. Fernanda Rollo, *op. cit.*, p. 287 (quadro 19):

³³⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 9 de Julho de 1949. AOS/CD-18, fls. 240-249.

³³⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 19 de Setembro de 1949. AOS/CO-18, fls. 259-263.

“É uma jacquerie em marcha.”³³⁶

Por muito que lhe tenha custado, e custou-lhe, enquanto esteve colocado como embaixador nos EUA, tanto entre 1947 e 1950, como entre 1961 e 1963, Pedro Theotónio Pereira assistiu de muito perto àquela que foi talvez a mais profunda mudança que o mundo estava a conhecer e iria continuar a conhecer nos anos que se sucederam ao fim da Segunda Guerra Mundial.³³⁷ Essa mudança constou do advento do chamado Terceiro Mundo, uma consequência do progressivo, e às vezes até abrupto, desaparecimento dos impérios coloniais europeus e imediata emergência de novos Estados e nações espalhados pela Ásia e pela África. Em 1947, o convívio de Pedro Theotónio Pereira com esta realidade ter-lhe-á parecido quase brutal e terá tido lugar quando assistiu pela primeira vez, em Nova Iorque, a uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Formado e educado num mundo em que parecia evidente a existência de uma identidade civilizacional Ocidental e Cristã, de uma superioridade deste universo sobre todos os outros – superioridade essa que explicava a existência de impérios coloniais europeus espalhados por vários continentes e que identificava sem complexos as raízes históricas dessa realidade –, Theotónio Pereira presenciou a partir de Agosto de 1947, e como testemunhou exemplarmente a Salazar, todo o processo que iria pôr fim ao velho mundo hegemónico pelo Ocidente cristão.

Há 15 dias que estou neste país e já tenho aprendido muita coisa. Vejo por exemplo que nas Nações Unidas cada dia ganham mais força estes países novos que necessariamente nos odeiam. Agora é a Síria que preside ao Conselho de Segurança. E ainda hoje a Holanda (cheia de razão) se viu batida por 8 votos contra 3, o Conselho resolveu chamar os indonésios.

Não vejo fenómeno mais grave que a presença em massa destes novos pseudo-países. É uma jacquerie em marcha.

As velhas nações coloniais esfrangalham-se. Do império britânico já quase não resta a sombra. Estão isoladas as velhas nações nas U. N. e são constantemente vexadas pela multidão caótica desses recém-chegados que a Rússia impele e assina.³³⁸

Enunciado o quadro geral, passava depois a uma análise um pouco mais detalhada da realidade, dela retirando alguns ensinamentos para o futuro em relação à questão colonial pela forma como implicitamente previa o comportamento de países como os EUA ou a União Indiana.

³³⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108.

³³⁷ Sobre o impacto da Segunda Guerra Mundial na desestruturação e posterior destruição do poder europeu pelo mundo, Graham Ross, *The great powers and the decline of the European states system 1914-1945*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, s.d., pp. 127-146.

³³⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 14 de Agosto de 1947. AOS/CD-18, fls. 100-108.

“Impossível ficar calado!”

Os Estados Unidos sem suficiente firmeza nem experiência, constantemente se deixam ainda levar pelo seu velho idealismo libertador e o seu rancor aos países coloniais. Não se apercebem do perigo e fazem liricamente o jogo da desordem apoiando todos os povos com ânsia de emancipação.

Reli os relatórios do que se passou agora nas Nações Unidas. Lá aparecem a Índia a dizer as últimas a nosso respeito e a louvar a França (!) nos seus processos de colonização.

Para nos defenderem, os Estados Unidos têm de fazer um esforço que às vezes não sabem explicar a eles próprios pois não têm a tradição de uma política. Se não temos contacto com eles, interesses sérios que nos reunam, pode partir-se este ténue fio.³³⁹

No entanto, enganava-se na eficácia de algumas soluções que parecia disposto a aconselhar com parcimónia.

Eu sinto que há para connosco uma boa vontade excepcional e que será de certo modo possível fazer-nos ouvir aqui. Há 8 dias que a todos falo do Comunismo, da situação da Europa, do que representa Portugal na costa Atlântica e do que representamos moralmente. E encontro simpatia.³⁴⁰

Era, no entanto, para o seio de uma organização como as Nações Unidas, repositório de um mundo organizado em novo moldes que, no Outono de 1946, Portugal tentara conseguir a sua entrada. Naquela data, Theotónio Pereira tinha esperança que a admissão de Portugal traria benefícios importantes no confronto político do salazarismo com adversários políticos internos e externos que não paravam de associar o regime vigente em Portugal com as potências do Eixo derrotas na Segunda Guerra Mundial. No Rio de Janeiro em 1946, como em Nova Iorque em 1947, quando ainda demonstrou algum empolgação pelos benefícios que uma admissão nas Nações Unidas poderia comportar, tendia a valorizar os benefícios políticos no curto prazo com os sérios problemas que Portugal viria a ter no seio daquela organização depois da sua admissão em Novembro de 1955. Assim, em pleno Verão de 1947, movimentando-se ainda a custo nos bastidores da Assembleia Geral, confessava não saber ainda até que ponto os EUA iriam preparar o golpe prometido que permitiria a Portugal ser admitido na ONU ultrapassando assim o veto soviético que inviabilizara a admissão no anterior. Pelo meio houvera uma tentativa por parte do representante dos EUA no Conselho de Segurança para discutir o caso português – entre outros, eventualmente –, acabando por recuar à última hora por se ter percebido que não era a melhor altura para o fazer. Estando aquele órgão cheio de “países exóticos” não admirava que esse tipo de hesitações acontecessem. De positivo, numa cidade ainda totalmente estranha a Theotónio Pereira, apenas parecia haver uma reunião da Assembleia Anual da American Legion – “organização de veteranos das duas guerras” –, e que anunciava, pelo teor dos discursos oficiais ali proferidos, que a “acção contra o comunismo” nos EUA e no estrangeiro

³³⁹ Idem, ibidem.

³⁴⁰ Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

tinha pernas para andar, e que o “serviço militar intensivo”, o “rearmamento do exército” e a “defesa a outrance do segredo da bomba atômica” poderia ser uma realidade.³⁴¹

Apesar de Portugal não ter sido admitido como membro das Nações Unidas nos anos em que Theotónio Pereira ocupou o posto de Washington,³⁴² ao assistir, em Setembro de 1947, aos trabalhos daquela que foi a II Assembleia Geral das NU, apercebeu-se da importância do evento e da instituição, mesmo que esta estivesse longe de colher as suas simpatias. Tratou de sugerir a Oliveira Salazar que fosse nomeado um observador português dos trabalhos. Fosse porque havia de estar a par do evento, fosse porque não convinha ao embaixador em Washington “andar [...] naquelas vizinhanças”. Aconselhava que fosse outra pessoa, “de menor categoria.” De qualquer modo, tinha a consciência que não era de todo impossível “ir acompanhando as coisas” a partir de Washington. Notava ainda que em Nova Iorque, nos trabalhos da Assembleia Geral, tanto a França como o Reino Unido, um tanto estranhamente, se tinham absterido de apoiar “publicamente” o discurso do secretário de Estado Marshall, nomeadamente naquelas que eram tidas como as suas “propostas fundamentais” e que seriam “limitação do veto”, a constituição de uma “assembleia permanente” que deveria “substituir o Conselho de Segurança”³⁴³ e, finalmente, o tipo de acção a levar a cabo pelas Nações Unidas na Grécia. Segundo Theotónio Pereira a única justificação para um comportamento estranho da parte dos representantes dos Governos britânico e francês, não seria outro sintoma que não o “medo da Rússia” e a “pressão dos socialistas” na vida política interna daqueles dois Países.³⁴⁴ Embora acreditasse que tanto a França como o Reino Unido acabariam por votar ao lado dos norte-americanos, esta apreciação dos eventos dava um sinal claro de que Theotónio Pereira não lhe custaria tornar-se num apoiante claro das posições norte-americanas, pelo menos enquanto a Administração Truman fosse assumindo um discurso e uma prática claramente anticomunista, de afrontamento inequívoco da União Soviética. Aliás, em Setembro de 1947, e não apenas no âmbito das Nações Unidas, o comportamento da Administração Truman parecia-lhe cada vez mais decidido e decisivo no combate à ameaça comunista, tanto no domínio da sua

³⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 22 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 118-123.

³⁴² No entanto, e apesar do comportamento da União Soviética, especialmente nos trabalhos do Conselho de Segurança da ONU – onde em 1947 voltou a vetar a admissão de Portugal –, Theotónio Pereira supunha que antes de pouco tempo haveria “ocasião de entrar [...] ou coisa que o valha.” Ibidem.

³⁴³ Sobre o uso e o abuso do veto por parte dos países membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente nos primeiros anos da sua história, Evan Luard, *A History of the United Nations. I. The Years of Western Domination, 1945-1955*, s.e., s.l., Macmillan Press, 1982, pp. 364-372.

³⁴⁴ Posteriormente veio a perceber que a razão da não concordância franco-britânica às propostas do secretário de Estado Marshall era motivadas por razões menos prosaicas. Num acrescento do dia 24 a uma carta datada de 22 de Setembro, Theotónio Pereira notava a oposição do delegado britânico à proposta norte-americana de limitação do uso do direito de veto era consequência da sua oposição frontal a qualquer redução dos “poderes do Conselho de Segurança” e, portanto, dos seus próprios poderes.

“Impossível ficar calado!”

acção externa como, sobretudo, na forma como agia internamente, uma vez que, na opinião de Theotónio Pereira, os EUA estariam muito mal preparados para corresponder aos desafios impostos pela realidade do pós-guerra.³⁴⁵ Numa conjuntura em que Theotónio Pereira via o Governo norte-americano a tentar reagir, mas a respectiva opinião pública e os seus principais aliados europeus a claudicarem moral e politicamente, parecia-lhe claro que apenas “a paixão e o primarismo dos soviets” fariam com que se pusessem de lado “a habilidade e o tacto” que “levariam facilmente”, e naquele momento, os EUA “ao domínio do mundo.”³⁴⁶

O ritmo acelerado a que os acontecimentos corriam pelo mundo, e em especial no continente asiático, fizeram com que Theotónio Pereira tivesse de levar a cabo uma das mais interessantes e singulares iniciativas diplomáticas da sua carreira. Certamente não a mais importante ou a mais marcante, mas a mais original. Reveladora da necessidade que o Estado português tinha de desenvolver uma política externa à escala mundial, com fronteiras geográficas e políticas espalhadas por três continentes, a diligência de Theotónio Pereira dava continuidade, na sua preocupação pelos destinos da China e pela evolução no futuro imediato da situação no Extremo Oriente, à estratégia cautelosa que fora adoptada aquando da guerra sino-japonesa iniciada na década de 1930 e prosseguida com o início da Guerra Mundial na Ásia e no Pacífico a partir de Dezembro de 1941.³⁴⁷ Os cuidados acentuaram-se a partir desta data, sendo na altura preocupação de Lisboa, por causa da presença portuguesa em Macau, não hostilizar o Japão, mesmo depois da ocupação de Timor por tropas nipónicas, sendo ainda útil recordar que fora por causa da guerra no Pacífico que em 1944 o Governo de Lisboa cedera facilidades nos Açores aos EUA.

No Verão de 1949, Theotónio Pereira procurou inteirar-se em Washington daquela que era e poderia vir a ser a política norte-americana em relação à China. Fazia-o num momento em que tinha lugar o avanço comunista no âmbito da guerra civil iniciada na década de 1930 e em que se estava perante um cenário de profunda transformação política do Extremo Oriente com o Japão derrotado e ocupado, o avanço soviético em direcção à Mongólia Exterior e à Ilhas Curilhas e Sacalina, cerca de metade da península da Coreia nas mãos de um regime comunista e parte da Indochina francesa ameaçando sucumbir a uma guerrilha nacionalista de forte

³⁴⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 1 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 118-123.

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

³⁴⁷ Sobre as preocupações e atitudes das autoridades portuguesas com o destino de Macau na primeira metade da década de 1920, José Medeiros Ferreira, “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU” in *Política Internacional*, n.º 6, vol. 1, Primavera, 1993, pp. 134.

“Impossível ficar calado!”

inspiração marxista-leninista.³⁴⁸ Mas era, sobretudo, a ameaça da China poder vir a cair nas mãos dos comunistas que preocupava Lisboa e levava Theotónio Pereira em busca de informação que permitisse prever a evolução dos acontecimentos no Extremo Oriente, numa tentativa de salvaguardar a posição portuguesa em Macau.

A 20 de Junho de 1949, o embaixador português encontrou-se com Butterworth, secretário de Estado Adjunto para o Extremo Oriente.³⁴⁹ O encontro ia de encontro aos desejos de Oliveira Salazar, preocupado com a evolução política e militar na China e incapaz de determinar aquela que seria a política norte-americana para o Extremo Oriente, com excepção, talvez, daquilo que se estava a passar no Japão.³⁵⁰ A entrevista ocorreu da forma mais discreta e confidencial que lhe foi permitido, embora nada tivesse de secreto. Encontraram-se num restaurante localizado num “Clube” do centro da cidade e não no Departamento de Estado. A conversa, claro está, aconteceu “livremente” o que permitiu que Theotónio Pereira fizesse as perguntas desejadas sobre o assunto que o levava a procurar Butterworth. O seu resumo da conversa começou e terminou em tom crítico, sendo poucos os pontos tocados em que a Theotónio Pereira pareceu que a política da Administração Truman seguia um rumo minimamente adequado.

Da longa e informal troca de impressões, era desde logo possível concluir que os EUA “nunca” tinham “pensado numa acção de conjunto” de europeus e de norte-americanos quanto à China. Do ponto de vista de Theotónio Pereira essa atitude talvez quisesse dizer que Washington considerava que a resolução do problema chinês, tal como o japonês, não dizia respeito à comunidade internacional e, especialmente, “aos países europeus que como o Reino Unido, a França e Portugal tinham interesses na região e uma presença de décadas quando não de séculos no Extremo Oriente.” Portanto, ou bem que o problema da China se resolvia entre norte-americanos e chineses ou não se resolvia. De qualquer modo, o embaixador português

³⁴⁸ Sobre a política francesa e norte-americana no Sudeste Asiático desde Agosto de 1945 até ao início do mandato presidencial de Eisenhower, Anthony Short, *The Origins of the Vietnam War*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1989, pp. 41-101.

³⁴⁹ Curiosamente, a 6 de Junho Walton Butterworth enviara para o embaixador dos EUA em Paris um memorando no qual defendia que o Governo francês devia encontrar uma solução para a Indochina que fosse ao encontro do “orgulho nacional vietnamita”. Caso contrário, a maior parte do povo vietnamita apoiaria Ho Chi Minh. James Chace, *Acheson: The Secretary of State Who Created the American World*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1998, p. 266.

³⁵⁰ Esta preocupação do Governo português com o destino de Macau, voltou a manifestar-se ostensivamente no mês de Setembro. Desta vez tanto junto das autoridades norte-americanas como britânicas. Aquando de uma ida a Washington para participar numa reunião do Pacto do Atlântico, Caeiro da Matta encontrou-se com Dean Acheson e com Ernest Bevin – ministro dos Negócios Estrangeiros britânico – para com eles discutir a evolução da situação na China e as medidas que estariam a ser tomadas para travar o avanço dos comunistas naquele País. O ministro português ficou desfavoravelmente impressionado pelo facto de Bevin ter afirmado que “não acreditava num ataque dos comunistas chineses nem a Hong-Kong nem a Macau.” “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Apontamento, Washington, 16 de Setembro de 1949. AOS/CO/NE-1E, fls. 343-350.

“Impossível ficar calado!”

também notava que para os EUA o avanço do Comunismo viera alterar profunda e, talvez também, irremediavelmente os dados do problema. Ou seja, os norte-americanos tinham feito “sempre jogo à parte”, o que, aliás, lhes estava na “massa do sangue”, mas de repente perceberam que a sua estratégia não produzia os resultados pretendidos. De qualquer modo, e pelo menos no que respeitava ao Extremo Oriente, Theotónio Pereira tinha a consciência de que a Administração Truman jamais pensara em “pautar a sua acção pela dos outros” e esse era um dado que, naturalmente, o Governo português jamais deveria perder de vista³⁵¹

Na altura em que a conversa se desenrolou, e foi por isso aliás que Salazar pediu a Theotónio Pereira que se informasse sobre a política norte-americana para com a China, começava a ser considerada como inevitável por muitos a derrota dos nacionalistas e o consequente triunfo de Mao. Era também do conhecimento geral que a missão de mediação que George Marshall levava a cabo na China em 1946, com o objectivo de encontrar consensos e impedir o reatar da guerra civil, redundara num fracasso tremendo, agravado pelo facto dos nacionalistas se terem tornado totalmente incapazes de conduzir com um mínimo de eficácia a sua luta contra os seus inimigos comunistas. A política conduzida pela Administração Truman, que acabaria por levar a um abandono quase total dos nacionalistas à sua sorte, era naturalmente vista de modo muito crítico por Theotónio Pereira, uma vez que em tal atitude via um sintoma mais da fraqueza norte-americana na sua luta global contra o Comunismo.³⁵²

Durante o almoço pôde então confirmar as últimas consequências desta política: as meramente circunstanciais e as de fundo. Por um lado, os norte-americanos haviam retirado forças militares de “Tsong-Tao” e evacuado a Coreia. Por outro, o que era mais grave, parecia-lhe evidente que os EUA prosseguiam uma política cujo objectivo era não provocar “choques com os Comunistas.” A atitude da Administração Truman parecia, e era verdade, reduzir uma parte importante da sua política em relação à China à feitura de “votos” para que Mao Tsé-tung não obedecesse a Moscovo, da mesma forma que não estava muito disposta “a encorajar a Inglaterra ou a França na sua resistência para defesa do território” que ocupavam no sudeste asiático.³⁵³

³⁵¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 21 de Junho [de 1949]. AOS/CO-18, fls. 250-256.

³⁵² Alguns relatos e análises da política chinesa conduzida pela Administração Truman desde 1945 até ao triunfo dos comunistas quatro anos mais tarde, encontram-se em Peter Lowe, *The Origins of the Korean War*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1986, pp. 98-125; Louis J. Halle, *op. cit.*, pp. 190-201; Melvyn P. Leffler, *op. cit.*, pp. 246-253 e pp. 291-298. Sobre a política norte-americana da China comunista desde o reinício da guerra civil até à vitória militar do Exército de Libertação Nacional, Chen Jiang, *Mao's China and the Cold War*, s.e., Chapel Hill & Londres, The University of North Carolina Press, 2001, pp. 17-48

³⁵³ A este propósito, Theotónio Pereira acrescentava: “deve porém dizer-se que se a França se mostra belicosa, já o mesmo não acontece com os ingleses. Embora mandem forças para Hong-Kong, são eles os mais esperançados em chegar a um acordo prático com os comunistas chineses. Têm muita esperança de não ser atacados e temem

“Impossível ficar calado!”

Em Julho de 1949, cerca de dois pares de meses antes da queda de Pequim, a Administração Truman mantinha ainda a esperança de poder estabelecer alguns contactos mais ou menos informais que lhe permitissem no futuro o reatamento de relações com a China. Tinham “gente” em Nanquim, “Chum King” e Cantão, embora o embaixador instalado em Nanquim já tivesse sido chamado.³⁵⁴ Por outro lado, as autoridades norte-americanas pareciam dar mostras de acreditar que os nacionalistas poderiam aguentar as suas posições no sul da China e que o Governo de Chiang Kai-shek se mantivesse no Cantão. Embora Pedro Theotónio Pereira notasse a existência de uma continuidade na política para a China, uma vez que Dean Acheson não alterara uma vírgula daquilo que George Marshall estabelecera, seguindo, como designava o embaixador português, uma política isolacionista, a verdade era que se notava uma cada vez maior oposição àquela estratégia por parte de inúmeros sectores políticos e da opinião pública norte-americana. Desde logo, as Forças Armadas “achavam asneira” a retirada da China. Mac-Arthur, no Japão, não parava de “apontar os perigos” que daí poderiam “resultar”. Visto este ambiente, o embaixador português ainda guardava uma certa esperança de que a política norte-americana para a China podia mudar, como mudaria, acabando por se empenhar em travar o avanço comunista, senão na China, pelo menos noutras zonas do Extremo Oriente consideradas à sua mercê. Mesmo assim, parecia óbvio a Theotónio Pereira que muito do terreno perdido já não poderia ser recuperado e que a queda de toda a China nas mãos dos comunistas parecia um dado adquirido. As suas esperanças estavam então colocadas na possibilidade de se vir a poder barrar o avanço do Comunismo no Extremo Oriente nas fronteiras da China continental, com a exclusão natural do Hong-Kong e Macau. No entanto, a avaliar pela forma como Butterworth e o Departamento de Estado avaliavam a situação no imediato, parecia inevitável que a situação daquele território português na China se tornasse em motivo para grandes apreensões. Afinal, os “comunistas” deviam ter “sanha especial” contra os portugueses. Com franqueza, e apesar das esperanças dadas pelo seu interlocutor de que os nacionalistas ainda poderiam resistir e manter algum território na sua posse, Theotónio Pereira sustentava que não havia ajuda que valesse no caso dos nacionalistas continuarem a não resistir. Caso resistissem, “talvez” se salvasse o sul. Sendo esta a situação, o destino dos portugueses era o de uma vez

mais infiltrações, greves e sabotagens que propriamente o conflito directo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 21 de Junho [de 1949]. AOS/CO-18, fls. 250-256. Sobre os focos de crise conhecidos pelo império colonial britânico no imediato pós-guerra, evidentes quase em exclusivo no continente asiático, John Darwin, *Britain and Decolonisation. The retreat from Empire in the post-war world*, s.e., s.l., Macmillan, 1988, pp. 69-125.

³⁵⁴ De facto, John Leighton Stuart, o embaixador norte-americano em Nanquim – capital da China Nacionalista ocupada pelos comunistas em finais de Abril –, ali permaneceu em Maio e Junho. Discutiu com as autoridades comunistas locais, entre outros assuntos, a possibilidade do estabelecimento de relações entre os EUA e o Partido Comunista Chinês. Depois de uma abertura inicial por parte da liderança comunista, os contactos revelaram-se infrutuosos, obrigando à retirada do embaixador em finais de Julho de 1949. Chen Jiang, *op. cit.*, pp. 41-43.

“Impossível ficar calado!”

mais apenas poderem contar consigo mesmos, depois da “Providência” se ter encarregado de “milagrosamente” salvar “Macau durante mais de quatro séculos.”³⁵⁵

“[...] chegámos no último comboio.”³⁵⁶

Com o início da Guerra Fria, a cada vez mais evidente fragilidade europeia e o aparente crescimento da ameaça soviética, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo trabalhista britânico, Ernest Bevin, pressionava cada vez mais os seus parceiros norte-americanos e europeus propondo-lhes a formação de uma aliança militar que (re)unisse a Europa ocidental e os Estados Unidos. Em Maio de 1948, por exemplo, “implorou” ao ainda secretário de Estado norte-americano, George Marshall, para que os EUA não deixassem de atender às suas responsabilidades políticas no velho continente. Esta iniciativa britânica tinha condicionantes. Na mente de homens como Ernest Bevin estavam, em primeiro lugar, os acontecimentos da história europeia da segunda metade da década de 1930 – nomeadamente, a política de apaziguamento franco-britânica, o Pacto Germano-Soviético de Agosto de 1939 e o isolacionismo norte-americano que vigorara no período entre guerras. Em segundo lugar, o expansionismo da União Soviética no imediato pós-guerra, nomeadamente os incidentes na Checoslováquia em Fevereiro de 1948 e o bloqueio de Berlim (a partir do Verão daquele ano). Em terceiro lugar, naturalmente, aquilo que se considerava ser o fracasso das múltiplas tentativas políticas de entendimento com a União Soviética.³⁵⁷ Em quarto lugar, o reconhecimento de que o império britânico, e não apenas o Reino Unido, saíra da Segunda Guerra Mundial política, militar e economicamente enfraquecido. Finalmente, mas igualmente de grande importância, existia a necessidade absoluta de resolução do complicado problema alemão, isto depois de se ter constatado que as soluções acordadas pelos “Três Grandes”, mais a França, sobretudo até à Conferência Potsdam ocorrida de 17 Julho a 2 Agosto de 1945, não tinham conseguido produzir, por razões várias e contraditórias, resultados minimamente aceitáveis.³⁵⁸

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 30 de Março de 1949. AOS/CO-18, fls. 226-229.

³⁵⁷ Bevin ficou muito impressionado com a “intransigência soviética” durante a “conferência de ministros dos Negócios Estrangeiros” realizada em finais de 1947, decidindo dar finalmente início, de uma forma aberta, a uma estratégia de unidade do Ocidente. Até então, Bevin tinha considerado essa estratégia prematura e capaz de provocar e alienar os soviéticos. C. J. Bartlett, *The Special Relationship: A Political History of Anglo-American Relations since 1945*, s.e., s.l., Longman, 1992, p. 34.

³⁵⁸ Apesar de ser incontável a bibliografia que trata a relação entre a criação do Pacto do Atlântico e a solução do delicado problema alemão, não se poderá deixar de citar Melvyn P. Leffler, *op. cit., passim*; Michael J. Hogan, *The Marshall Plan. America, Britain and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1987, *passim*; Norbert Wiggershaus, “The German Question and the Foundation of the Atlantic Pact” in Joseph Smith (ed.), *The Origins of NATO*, s.e., s.l., University of Exeter Press, 1990, pp. 113-126. A constatação de que, do ponto de vista da política externa e de “segurança” britânica, a aposta na OTAN foi uma

“Impossível ficar calado!”

De qualquer forma, a constituição do Pacto do Atlântico em Abril de 1949, como o estabelecimento prévio e posterior de vários programas e organismos de cooperação económico-financeira transatlântica, foi o resultado de um conjunto de acontecimentos que além de terem procurado resolver problemas concretos, particulares ou globais, das potências que deles se tornaram signatários, se veio a caracterizar, no caso do Pacto do Atlântico, por dar início a uma nova era na vida política internacional. A noção de que assim era, de que se tratava de um importante e singular salto, fez com que, entre 1946 e 1949, todas as potências que foram chamadas a participar na construção de um novo e nunca visto instrumento de cooperação político-militar, equacionassem sistematicamente a bondade e a sensatez das propostas que iam sendo avançadas e das decisões que tinham de ser tomadas. Pela sua natureza político-militar e originalidade histórica, o Pacto do Atlântico tornou-se na proposta do segundo pós-guerra que mais interrogações e dúvidas suscitou àqueles que politicamente tiveram que se decidir por uma participação. Do ponto de vista dos dirigentes políticos de uma grande potência europeia e mundial como a Grã-Bretanha, estava em causa uma mudança radical na tradição da sua política externa. Nunca na sua história, em tempo de paz, tinha qualquer Governo de Sua Majestade proposto não apenas a constituição mas, também, a participação numa qualquer aliança político-militar, ainda por cima multilateral. A força das circunstâncias, depois de 1945, impôs esta quase que revolução no pensamento e na acção político-diplomática e militar dos britânicos.³⁵⁹

Também a política externa dos Estados Unidos, finda a Segunda Guerra Mundial, teve de digerir uma mudança radical. Uma revolução que a diplomacia de Roosevelt e a participação

espécie de mal menor após o fracasso das estratégias de estabelecimento de “relações cordiais com a União Soviética”, por um lado, e da ambição falhada em desempenhar o papel de terceira potência mundial, por outro, foi analisado e demonstrado em John Baylis, *The Diplomacy of Pragmatism: Britain and the Formation of NATO, 1942-1949*, s.e., Kent, Ohio, The Kent State University Press, 1993, *passim*.

³⁵⁹ Até à Primeira Guerra Mundial, inclusive, apenas com Portugal mantiveram os britânicos uma aliança permanente. O século XIX equivaleu, para Londres, ao chamado “esplêndido isolamento”. O fim aparente desta realidade, provocada ou acelerada com a Guerra Anglo-Boer (1899-1902), não conduziu à celebração pelos britânicos de quaisquer alianças, nomeadamente com franceses e russos, mas apenas de “entendimentos”. Só o deflagrar da guerra permitirá falar em alianças e aliados, como aliás acontecera em conflitos gerais europeus (e não só) como a Guerra dos Sete Anos ou as chamadas guerras Revolucionárias e Napoleónicas. Os argumentos defendendo a política de apaziguamento, entre as duas guerras, como sinónimo da permanência da tradição não intervencionista britânica nos assuntos do continente europeu encontra-se em A. J. P. Taylor, *The Origins of the Second World War*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d., *passim*. Para este período histórico convém citar os dois seguintes trabalhos de cunho marcadamente revisionista: John Charmley, *Chamberlain and the Lost Peace*, s.e., Chicago, Ivan R. Dee, Publisher, 1989 e idem, *Churchill: The End of Glory. A Political Biography*, s.e., s.l., Sceptre, 1995. Uma crítica à ideia feita, e normalmente aceite, segundo a qual os dirigentes políticos britânicos, sobretudo no último terço do século XIX, prosseguiram uma estratégia isolacionista em matéria de política externa, encontra-se em John Charmley, *Splendid Isolation? Britain and the Balance of Power: 1874-1914*, s.e., s.l., Sceptre, 1999.

“Impossível ficar calado!”

dos EUA naquele conflito preparou,³⁶⁰ mas que apenas a catadupa de acontecimentos que tiveram lugar entre 1947 e 1950 consumou. Essa revolução, “profunda e duradoura”, ao ponto de ser vista como “transformadora” da política mundial, teve como momentos essenciais a declaração da Doutrina Truman, o Plano Marshall e o Pacto do Atlântico. Se se cingir a análise ao último daqueles três acontecimentos, e para provar a sua natureza politicamente polémica, pode-se recordar que no seio das altas esferas político-militares de Washington houve sempre quem se opusesse não apenas à ideia da criação do Pacto, como, depois, à sua existência, à forma como funcionava e, finalmente, à “continuação” do “compromisso” dos EUA com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em 1951, por exemplo, pedida pelos jornalistas ao presidente Eisenhower uma previsão quanto ao tempo de permanência de forças militares norte-americanas na Europa – facto decorrente dos compromissos norte-americanos com a OTAN –, foi respondido que ela não iria além de “seis a sete anos”.³⁶¹ Ou seja, também do ponto de vista dos Estados Unidos, da sua classe política – com assento no Congresso e na administração federal – e da respectiva opinião pública, tanto a criação do Pacto do Atlântico, como a permanência no seu seio, foi sempre merecedora de críticas, hesitações ou desconfianças.³⁶² De qualquer forma, uma mudança, ou a mudança, central no mundo pós 1945 foi a vontade manifestada pelos EUA de se envolverem na política internacional. Essa vontade dependeu da estratégia definida em dois mandatos presididos por Harry Truman, entre 1945 e 1952. Assim, a nação que acabara por recusar tornar-se membro da Sociedade das Nações, deu abrigo à ONU, criou o Plano Marshall, participou na OECE, tornou-se membro fundador do Pacto do Atlântico, além de que manteve uma forte presença militar fora do seu território nacional e assumiu a responsabilidade da defesa da Europa e de outras regiões geopoliticamente delicadas do globo.³⁶³

³⁶⁰ Robert Dallek, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945. With a New Afterword*, 2.ª ed., Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, 1995, *passim* e Warren F. Kimball, *The Juggler: Franklin Roosevelt as Wartime Statesman*, s.e., Princeton, Princeton University Press, 1994, pp. 3-19 e *passim*.

³⁶¹ David Reynolds, *Britannia Overruled. British Policy and World Power in the Twentieth Century*, 1ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1991, p. 177.

³⁶² Uma síntese algo irónica das relações conturbadas entre países membros da OTAN e a própria aliança, durante e após a Guerra Fria, encontra-se em Sir Frank Roberts, “Foreword” in Joseph Smith (ed.), *op. cit.*, pp. xi-xvi. Texto produzido a partir do discurso “NATO’s Record over 40 Years”, pronunciado na Universidade de Exeter a 18 de Maio de 1989.

³⁶³ J. Robert Moskin, *Mr. Truman’s War. The Final Victories of World War II and the Birth of the Postwar World*, 1ª ed., Nova Iorque, Random House, 1996, pp. 349-350. A história do confronto, na vida política norte-americana, entre aqueles que apoiavam e se opunham um empenhamento nunca visto dos EUA na vida política internacional encontra-se em Michael J. Hogan, *A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1998, *passim*. A sobrevivência do nacionalismo norte-americano de cunho nacionalista (por oposição ao internacionalista) foi um facto durável. Demonstra-o a sua emergência cheia de vigor nos últimos anos da guerra fria e nos primeiros anos pós 1989-91. Michael J. Hogan, “Partisan Politics and Foreign Policy in the American Century” in Michael J. Hogan (ed.), *The Ambiguous Legacy. U.S. Foreign Relations in*

“Impossível ficar calado!”

Algumas destas como outras hesitações e controvérsias foram observadas e reportadas por Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar. Iniciado 1948, ano de eleições presidenciais nos EUA, trouxe a Theotónio Pereira fortes e sérios receios de que uma vez aumentada a “confusão política” – “tudo são manobras com vista à eleição presidencial” –, não só não se avançasse com o Plano Marshall mas, sobretudo, que se andasse a perder tempo “quando uma ameaça tão grave pairava sobre o mundo civilizado, ou o que dele resta.” Naquilo que respeitava ao “plano de auxílio à Europa”, era evidente que se acumulavam dificuldades, algumas delas antes quase imprevistas. Tal sucedia pelo facto do combate político que rodeava a campanha eleitoral para as presidenciais andar “à volta do eterno dilema: isolacionistas e anti-isolacionistas.” Sendo verdade que estes últimos estavam, “felizmente”, muito melhor colocados para serem bem sucedidos, isso não significava que se conseguissem evitar “demoras e hesitações” que se poderiam “pagar caro, mesmo muito caro, num futuro próximo.”³⁶⁴ Próximo do fim de 1948, quando se aproximava a ida a votos, Theotónio Pereira percebeu que os republicanos iam ganhando terreno, sendo também evidente que por fim os EUA se tinham apercebido do “perigo comunista”, parecendo-lhe cada vez mais a política de Roosevelt e de Truman “para com a Rússia” nada mais do que um “sudário de tolices.” Paralelamente, notava que se começava a falar abertamente em Washington do estabelecimento de “alianças” com “nações anticomunistas”, sendo evidente que as coisas começavam a “correr muito depressa.”³⁶⁵ Feitas as eleições e tendo Truman delas saído vitorioso – “uma surpresa estrondosa” –, Theotónio Pereira mostrou a Salazar algum pessimismo, considerando ter sido a “votação” um “mau sinal”. Não porque temesse transigência no combate ao Comunismo – que apesar de tudo temia –, mas por achar que a “massa americana” acabara por demonstrar “estar muito embebida de ideias socialistas.” Considerando que Truman tinha perdido “todo o prestígio pessoal” e, “não obstante”, ganhou as eleições, isso apenas significava que os norte-americanos tinham “medo à guerra” e que recebiam a “política forte anunciada por [Thomas E.] Dewey em matéria de trabalho.” No primeiro caso, dera frutos a “ideia” lançada por Truman de que a “política forte” proposta pelo candidato republicano provocaria a guerra no curto prazo. No segundo, queria apenas dizer que a “tendência demagógica e socializante” vencera, lamentando ainda que os republicanos não

the “American Century”, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1999, pp. 358 e 368. Ver ainda Leffler, op. cit., passim.

³⁶⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 12 de Fevereiro de 1948. AOS/CD-18, fls. 124-128.

³⁶⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 6 de Outubro de 1948. AOS/CO-18, fls. 169-175.

“Impossível ficar calado!”

tivessem tido “uma figura que se impusesse.”³⁶⁶ Mas mais graves teriam sido as “verdadeiras indignidades” cometidas por Truman. Fora “desleal” com Marshall “na política com a Rússia”; faltara à “última hora” ao “compromisso tomado no caso da Palestina”;³⁶⁷ recorrera “aos últimos processos da baixa demagogia dizendo que o triunfo de Dewey seria a escravidão dos trabalhadores.” Naturalmente, a “massa” gostara e “votou com ele.”³⁶⁸

Apesar da eleição de Truman, parecia evidente que em matéria de política externa, “mas com um atraso de 6 meses”, o presidente reeleito faria o mesmo que o candidato republicano. Em matéria de política interna, tarde ou cedo era previsível que optasse “por se opor à desordem crescente nas questões de trabalho”, uma vez que a “produção era cada vez mais insuficiente.” Embora deplorasse a vitória de Truman, numa coisa, porém, ela lhe agradou bastante. Tivessem os republicanos conseguido eleger o seu candidato, muito mais fácil teria sido aos espanhóis recuperar posições nos EUA e, conseqüentemente, na política internacional. Ao que parece, e como a derrota de Truman foi sempre o resultado esperado, os espanhóis tinham-se deixado “embalar”, preparando um movimento diplomático que implicava a passagem do encarregado de negócios para cônsul em Nova Iorque, enquanto Lequerica – “embaixador inspector” que estava nos EUA havia sete meses –, estaria uns dias como encarregado de negócios “para ser triunfalmente guindado a Embaixador no mês de Janeiro”, tendo todas estas manobras decorrido sem que fosse dada uma palavra aos portugueses sobre as suas intenções. Naturalmente, para Theotónio Pereira era tudo intolerável e revelador.³⁶⁹

Foi neste contexto de grande indecisão na política interna norte-americana, cerca de um mês antes das eleições presidenciais, a 8 de Outubro de 1948, que o Governo português foi notificado pela representação diplomática britânica em Lisboa de que tinham tido início conversações entre os EUA, Canadá e Países signatários do Pacto de Bruxelas (Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), cujo objectivo era a assinatura de um pacto de assistência mútua entre os subscritores. No documento entregue em Lisboa era colocada a possibilidade de Portugal poder vir a ser convidado a aderir a um sistema político-militar que

³⁶⁶ Dewey, candidato do Partido Republicano derrotado por Truman, “was personally cold, pompous, and virtually without charisma. While machine-like in his efficiency, he appeared uninterested in people around him. Alice Roosevelt Longworth, Theodore Roosevelt’s daughter, memorably called him ‘the little man on the wedding cake.’ Even smiling seemed to come with difficulty. A photographer once said, ‘Smile, governor.’ ‘I though I was,’ he responded.” James T. Patterson, *op. cit.*, pp. 158-159.

³⁶⁷ Segundo o testemunho de Margaret Truman, filha do presidente, o problema da Palestina foi o seu maior e mais “difícil dilema.” David McCullough, *op. cit.*, p. 595. Theotónio Pereira referia-se certamente ao facto do presidente Truman, indo contra o conselho do Departamento de Estado, ter reconhecido, de facto, o Estado de Israel, depois da sua proclamação a 14 de Maio de 1948. *Idem, ibidem*, pp. 595-620 e Avi Shlaim, *The Iron Wall. Israel and the Arab World*, s.e., s.l., Penguin Books, 2001, p. 33.

³⁶⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 9 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 186-190.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

começava a dar os seus primeiros passos. Esta situação evoluiu para um convite formal em que Portugal passava a poder gozar da condição de País fundador da aliança que ficou conhecida como OTAN. Ao analisar esta problemática a historiografia tem sublinhado um conjunto de factos que, do seu ponto de vista, não só diminuem a importância do convite como, sobretudo, a legitimidade política que desse convite o salazarismo procurou retirar. Em primeiro lugar, sublinha-se o facto do convite ter decorrido de uma fatalidade geoestratégica. No entanto, esquecesse que a importância geoestratégica da Espanha era equivalente à portuguesa, e que mesmo assim o Governo de Franco não foi tido nem achado na formação do Pacto do Atlântico.³⁷⁰ Também se tem destacado que o Governo português teria sido excessiva e incompreensivelmente cauteloso nas curtas negociações que conduziram à constituição do Pacto, e que uma vez aceite a sua participação como membro fundador, tal teria apenas sucedido por falta de alternativa, uma vez que se encontrava numa situação de quase isolamento internacional. Paralelamente, critica-se o facto de Portugal ter procurado fazer estender à Espanha, numa tentativa algo absurda, o convite que lhe fora dirigido e de possuir uma visão estratégica inconsequente e anacrónica do conflito leste-oeste e daquela que seria a melhor forma de se proceder à defesa militar do velho continente face à ameaça vinda do lado oriental da Europa. Estas observações, embora válidas, correspondem a uma versão parcelar e parcial do problema.³⁷¹

A razão do convite a Portugal, como a outras pequenas potências europeias ocidentais, decorreu sempre de considerações políticas e geoestratégicas. No caso português, o pedido nasceu da importância da localização do seu território continental europeu e, sobretudo, dos seus arquipélagos atlânticos, nomeadamente dos Açores. Nenhuma destas circunstâncias tem alguma coisa de extraordinário, nem permite que daí se conclua que apenas por tal facto Portugal foi convidado dada a natureza política e ideológica do regime vigente. Basta recordar que, logo em 1946, Portugal fora convidado pelos EUA e Reino Unido a apresentar a sua candidatura a País membro das Nações Unidas, enquanto, por exemplo, a Espanha franquista

³⁷⁰ Numa longa entrevista que concedeu a Leitão de Barros e que *O Século* publicou, a propósito da exclusão da Espanha do Pacto do Atlântico, Salazar estabeleceria a seguinte analogia: “Entendo que se justifica a revisão do processo arbitrário e de compromisso que julga a Espanha e a coloca na posição de valor de reserva. [...] É um erro fazer incidir, sob aspectos que são exclusivos da sua soberania, as condições de uma eventual colaboração com as Nações representativas do espírito ocidental.

«A América do Norte e a Inglaterra, sem cuidarem de saber o carácter do regime social da Rússia, aliaram-se com ela na defesa e no ataque quando o julgaram oportuno. A oportunidade com a Espanha parece escapar agora aos observadores responsáveis. Além de tudo, é pueril pensar que as relações desse país com as grandes potências alteram, seja o que for, as expressões da sua política interna.» *O Século*, 10 de Agosto de 1950, p. 2.

³⁷¹ Sobre o triângulo político-diplomático e estratégico envolvendo Portugal, Espanha durante o curto período que precedeu a criação do Pacto do Atlântico, Juan Carlos Jiménez Redondo, “Portugal, Espanha e a Formação da NATO” in *Política Internacional*, Primavera-Verão, 1999, pp. 97-111.

“Impossível ficar calado!”

não sonhava ainda com essa possibilidade, lutando denodadamente para sair do isolamento internacional em que se encontrava. De facto, o autoritarismo português, por razões de realismo político ou outras, era visto no mundo ocidental como globalmente benigno, não se comparando ao espanhol ou àqueles que já existiam ou estavam a ser implantados na Europa de leste.

Aquilo que importa então discutir, se possível sob um enfoque um tanto diferente, são os motivos das hesitações e dos atrasos na resposta ao convite. O convite e, sobretudo, os termos do Pacto a ser celebrado foram vistos com a cautela normal dos diplomatas, sobretudo quando representam um pequeno País e reconhecem estar fora da discussão para a construção de um projecto que era uma novidade político-diplomática e militar absoluta. Por outro lado, ter-se-á pensado em Lisboa que o convite britânico dizia respeito à participação num tratado cujos termos encerravam uma novidade absoluta nas relações políticas entre os Países que viessem, como vieram, a subscrevê-lo. Nestas circunstâncias, Oliveira Salazar desenvolveu uma “táctica negociadora” na qual adiantou “algumas reservas diplomáticas no sentido de conseguir não só alguma margem negocial como algum tempo para o processo decisório.” Começou por apresentar “duas observações formais sobre a proposta de redacção do Tratado: a referência à democracia que Portugal não era e à Carta da ONU a que Portugal não pertencia.” Levantou em seguida “três reservas de substância”. Uma respeitante ao “prazo de vigência do Tratado – 20 anos parecia um prazo demasiado longo.” Outra ao facto de não estar previsto qualquer convite à Espanha, considerando que assim se punha em causa “a unidade estratégica da península ibérica e a importância da Espanha para a defesa do ocidente.” Finalmente, e seguindo a lógica dos tratados vigentes com o Reino Unido e, até, com os EUA, além de uma parte significativa de toda estratégia de política externa previamente definida e a espaços praticada, a diplomacia portuguesa procurou a “inclusão das colónias na zona de aplicação do Tratado, o que, ao abrigo do art.º V e em caso de agressão externa, garantiria a segurança e a soberania portuguesa nos territórios coloniais.”³⁷² Por razões que não importa agora e aqui enunciar em detalhe, a verdade é que as propostas lusas foram liminarmente recusadas. Entretanto, usando vias diplomáticas, mais ou menos formais, EUA e Reino Unido vinham pressionando Portugal no sentido da

³⁷² Nada de original, e muito menos anacrónico, uma vez que também a França desenvolveu esforços no sentido de incluir as suas colónias norte-africanas no âmbito do Tratado. Carlos Gaspar, “Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII. *Suplemento*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., Figueirinhas, 1999, p. 682. Também a Holanda procurou, a propósito das negociações para a criação do Pacto Atlântico, obter concessões norte-americanas em matéria colonial. O ministro dos Negócios Estrangeiros holandês chegou a dizer a Dean Acheson (secretário de Estado norte-americano) que a continuação da atitude de antipatia dos EUA para com a Holanda em matéria colonial poderia “resultar na reconsideração pelo seu Governo acerca da conveniência da assinatura do Pacto.” Cees Wiebes, *op. cit.*, p. 135 e *passim* para mais pormenores da actividade das diplomacias holandesa, francesa e belga para a inclusão no Pacto de disposições favoráveis à segurança dos territórios coloniais. Tal como Portugal, todos sucumbiram à estratégia preestabelecida por Washington. O caso holandês, ao contrário do português, foi particularmente humilhante.

“Impossível ficar calado!”

adesão, enquanto a Espanha pressionava no sentido contrário, em respeito, aliás, por aquilo que considerava ser o espírito e a letra do Pacto Ibérico. As facções no interior do regime também se manifestam, num sentido ou noutro.

Portugal acabará, no entanto, por se tornar em membro fundador daquilo que virá a ser a OTAN, apesar de Oliveira Salazar ter “reservas” e o “executivo” se encontrar dividido.³⁷³ Portanto, apesar da originalidade do sistema político português, especialmente quando comparado com os seus parceiros no Pacto do Atlântico, e dessa originalidade ter sido importante e até determinante na forma como decorreu o processo de decisão que conduziu à adesão, importa recordar que estas hesitações não foram privilégio exclusivo do Governo sediado em Lisboa uma vez que no momento das negociações para sua celebração não era possível qualquer leitura que garantisse aqueles que eram no texto do Tratado proposto os aspectos positivos ou negativos tal e qual como se veio a tornar possível determinar em momentos posteriores.³⁷⁴

Foi Salazar quem pela primeira vez transmitiu a Theotónio Pereira instruções sobre aquele que devia ser o seu procedimento em resposta às primeiras sondagens e convites para que Portugal aderisse ao futuro Pacto do Atlântico. Embora o embaixador em Washington não estivesse, nem pudesse estar, totalmente às escuras com aquilo que se estava a passar, sabia que conclusões podia retirar da atitude do Governo português face ao convite que lhe houvera sido dirigido. Desde logo, aproveitou o seu desconhecimento oficial sobre o assunto para reatar a sua guerra privada com os burocratas do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, com ou sem razão, julgava responsáveis pelas dificuldades sentidas quotidianamente no exercício da sua actividade. Acusava-os de o ignorarem, de lhe sonegarem informação mais ou menos vital. Por isso, via-se na contingência de trabalhar muitas vezes “por intuição”, uma vez que a Secretaria de Estado “só raramente” saía do seu mutismo, sendo que desta vez a crítica se dirigia ao secretário geral do Ministério, António Leite de Faria, muito embora não nomeasse nem o cargo nem o responsável. Como se não bastassem estes comentários nada abonatórios, não hesitava em afirmar que a “diplomacia” portuguesa não tinha a “actividade que devia ter e primeiro que tudo – porque não sabe.” Raros eram aqueles que se lançavam “a tomar atitudes

³⁷³ Nuno Severiano Teixeira, “Política Externa” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX. *Suplemento*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., Figueirinhas, 2000, pp. 119-120.

³⁷⁴ Sobre a atitude negocial portuguesa no período que antecedeu adesão do Governo de Lisboa ao Pacto, José Medeiros Ferreira, *Um Século de Problemas. As relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 57-66; idem, “A ratificação portuguesa do Tratado do Atlântico Norte” in *Política Internacional*, n.º 1, vol. 1, Janeiro de 1990, pp. 155-193 (onde se encontra transcrito, na íntegra, o debate na Assembleia Nacional e o Parecer da Câmara Corporativa que antecederam a ratificação do Pacto do Atlântico por Portugal); Nuno Severiano Teixeira, “Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico” in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993, pp. 55-80 e António José Telo, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1996, pp. 59-84.

“Impossível ficar calado!”

ou a mostrar que se existe”, uma vez que obviamente incorriam em grandes “riscos”. Apesar de tantas vezes ter elogiado a Salazar os resultados da sua acção de embaixador em Washington, fazia-o agora declarar que a forma como fora tratado pelo Ministério a propósito do Pacto Atlântico – quando o verdadeiro ministro era António Leite de Faria e não Caeiro da Matta –, não era mais do que a prova que faltava de que se continuava a “trabalhar mal.” As poucas notícias que ia tendo sobre alguma coisa vinham, afinal, e em regra, “pelos americanos.” “A Secretaria - recebe noticias mas não as dá.” Queixava-se de enviar todas as “semanas quilos de papéis e alguma informação útil de permeio”, mas “só por acaso” se fazia o mesmo em sentido inverso. Desconhecia, por exemplo, naquilo que dizia respeito à implementação do Plano Marshall, o que se passara com as “negociações na Europa”. Essa ignorância obrigava-o a “usar da maior cautela nas conversas oficiais” tanto para evitar a tomada de “posições erradas” mas, sobretudo, para se não perder “todo o crédito pessoal.”³⁷⁵ Por exemplo, fora apenas através dos funcionários do Departamento de Estado que soubera que a imprensa em Lisboa reagira “fortemente contra a ideia da organização defensiva da Europa Ocidental”³⁷⁶ e que, em resumo, Portugal não via “o caso com bons olhos”. Consequentemente, não reagira porque não “sabia exactamente do que se tratava.” Esperou alguns dias até que a *Newsweek* de 8 de Novembro fez o favor de o permitir ver um pouco mais aquilo de que se tratava. Comentando o pensamento e a atitude de Salazar sobre a bondade da criação de uma aliança de defesa ocidental, e que lhe chegara através da cópia de uma carta que o chefe do Governo mandara para Palmela, pondo-o a par dos acontecimentos, afirmava:

Alcanço inteiramente o pensamento de V. Ex.a expresso na carta ao nosso embaixador em Londres. Também sinto o problema da mesma forma e é isso que está na linha tradicional da nossa política. O escorregamento do centro de gravidade para oeste nem por isso altera fundamentalmente a nossa posição. O âmbito presente é que alcance toda a bacia Atlântica, como de resto V. Ex.a foi o primeiro a

³⁷⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 16 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 191-197.

³⁷⁶ Idem, ibidem. Referia-se certamente à seguinte notícia: “Procurámos obter informações sobre assunto de tão alto interesse para o País, em meios indiscutivelmente bem informados. Chegámos à conclusão que se encara com cepticismo essa próxima adesão de Portugal ao Pacto, pois se considera que, quer pela existência da secular aliança com a Inglaterra, quer pelas facilidades concedidas aos Estados Unidos, seria pouco menos de irrelevante que, neste momento, e no terreno prático, se registasse essa adesão formal. Além disso, os mesmos meios consideram que o que se passa quanto à defesa do Ocidente europeu, e na parte em que se tem procurado fazer interferir com esta determinadas formas de organização política do nosso continente, é ainda – disseram-no-lo categoricamente – bastante confuso e suscita as maiores dúvidas num País cujo apego à independência se conhece bem e é naturalmente animado do propósito de não deixar atingir uma concepção de soberania que estende por igual ao seu Império ultramarino.” *O Século*, 31 de Outubro de 1948, p. 1. Notícia de teor idêntico era transmitida no mesmo dia no *Diário da Manhã*.

“Impossível ficar calado!”

*definir. Esta é a base em que a Civilização europeia se pode sustentar e salvar; tudo o mais não passa de hipóteses confusas.*³⁷⁷

Ou seja, Theotónio Pereira concordava que o âmbito de acção do Tratado deveria estender-se aos territórios coloniais dos países europeus que fossem seus subscritores e que assim o desejassem. No entanto, pensava que a não satisfação desta exigência não devia ser considerada impeditiva da adesão portuguesa. Aquilo que efectivamente o preocupava era o finca pé do Governo de Lisboa quanto a um alargamento à Espanha do convite fora feito a Portugal. Mais do que não entender, sobretudo não concordava com a atitude teimosamente sustentada por Salazar e segundo a qual a adesão portuguesa ao Pacto do Atlântico estava dependente da mesma opção ser colocada aos espanhóis. Na linha daquilo que tinha sido defendido pelo Estado português aquando do lançamento do Plano Marshall, Portugal fazia-se representante ou intérprete dos interesses da Espanha franquista, com a agravante de desta vez parecer haver a possibilidade de que caso o Governo de Madrid não fosse chamado a participar, Portugal, provavelmente, recusaria o convite. Tudo porque Salazar, aparentemente na ignorância daquelas que eram as verdadeiras intenções norte-americanas em relação a Espanha, e que não iam de todo já no sentido de a manter isolada ou até proscrita, temia que o facto de não ter sido convidada a fazer parte do futuro Pacto a levasse para uma situação, tanto interna como externa, totalmente insustentável.³⁷⁸ Daí a sua intransigência e a sua quase incompreensível teimosia. Para Theotónio Pereira, fosse qual fosse a situação da Espanha, em circunstância alguma seria aceitável que Portugal recusasse o convite que lhe fora dirigido por britânicos e reforçado pelos norte-americanos. Por isso, iniciou a sua cruzada no sentido de convencer Salazar de que as suas preocupações com o País vizinho assentavam em equívocos. Por exemplo, na entrevista que Franco dera ao *New York Times*, e que este jornal publicara na sua primeira página nos primeiros dias de Novembro de 1948,³⁷⁹ segundo Theotónio Pereira era

³⁷⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 16 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 191-197.

³⁷⁸ O primeiro facto de importante que certificou o fim da proscrição da Espanha franquista por parte da Administração Truman foi o anúncio, a 8 de Fevereiro de 1949, de que duas importantes instituições financeiras, o Chase Manhattan Bank e o National City Bank, tinham recebido autorização do Departamento de Estado para concederem ao Governo espanhol um empréstimo de 25 milhões de dólares. Paul Preston, *Franco: A Biography*, s.e., Londres, Harper Collins, 1993, p. 587.

³⁷⁹ Fora entrevistado por Cyrus L. Sulzberger que de Madrid seguira para Lisboa onde conversara com Salazar. Na altura em que se discutia a criação de uma aliança ocidental, o *New York Times* fez publicar, além da citada entrevista a Franco, um artigo da autoria do mesmo jornalista sobre Portugal e no qual teceu considerações e usou de procedimentos que mereceram reclamações informais das autoridades portuguesas, tanto em Lisboa como em Washington. A Theotónio Pereira impressionou-o facto de estando aquele jornal “ajudando tanto a Espanha”, não se eximisse em deixar Portugal ostensivamente “mal colocado.” E acrescentava: “Há uma regra que já vou tomando como certa: os amigos da Espanha olham-nos quase sempre com antipatia. As causas não são difíceis de descortinar: cá por fora, a Espanha quando nos não denigre é porque se quer servir de nós. E de todas as formas empurram-nos sempre para 2.º plano.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 22 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 198-203.

“Impossível ficar calado!”

evidente todo o “bom senso” que os americanos começavam a colocar na abordagem da questão espanhola. “Apesar da vitória de Truman”, o interesse pela Espanha mantivera-se, pelo que se podia afirmar que o seu “isolamento” não passava de “uma ficção apresentada por Madrid.” Era convicção profunda de Theotónio Pereira, e essa convicção andava muito próxima da realidade, de que os espanhóis estavam “ansiosos por ‘aderir’: aderir a qualquer coisa.”³⁸⁰ Por isso, advertia Salazar: “Creia V. Ex.a que não têm as mesmas objecções (nem práticas nem teóricas) em face da organização europeia.” Por outro lado, recordava a Salazar – que certamente não lera a entrevista nem o ofício que Theotónio Pereira enviara sobre a mesma –, que no *New York Times* Franco propunha uma aproximação directa entre a Espanha e os EUA, o que naturalmente facilitava “as coisas” do ponto de vista de Portugal. Em consequência, avançava Theotónio Pereira a sua posição sobre as relações entre os dois Estados peninsulares e a forma como se deveriam colocar perante o mundo:

A Península vale incomparavelmente mais unida. Era agora a altura de incitar a Espanha a manter a posição de independência (quanto a certos compromissos para leste) e a ajudar-nos – quando fosse a altura – na política Atlântica. Já foi o nosso bom entendimento que nos salvou durante a guerra e bem poderia agora repetir-se o facto.

A dificuldade será em conseguir que a Espanha não escorregue para a asneira.

Assim tinha sido quando semanas antes propusera, nas costas do Governo português, a criação de um bloco de cooperação política que integrasse a Península Ibérica e a Argentina – um exemplo claro, segundo Theotónio Pereira, de como a Espanha procedia para com Portugal.³⁸¹

Oito dias depois do envio desta carta, faleceu o pai de Pedro Theotónio Pereira. Imediatamente abandonou o seu posto e veio a Lisboa assistir às últimas cerimónias fúnebres, consolar sua mãe e tratar de inúmeros assuntos pessoais que o desaparecimento de seu pai naturalmente impunha. Esteve em Lisboa todo o mês de Dezembro, passando com a família o primeiro Natal em muitos anos. Depois do aniversário de sua mãe, voltou a Washington. A 6 de Janeiro, como sucedera cerca de onze meses antes, fez com que o *Diário de Notícias* publicasse uma entrevista sua. Nela falou mais das eleições presidenciais que se aproximavam do que de questões de política externa. Omitiu as referências à conjuntura económica que tinham ocupado

³⁸⁰ A propósito da disponibilidade da Espanha para “aderir a qualquer coisa” e em qualquer circunstância, uns bons meses antes Theotónio Pereira enviara a Oliveira Salazar o seguinte comentário: “Tive aqui conhecimento de um folheto que esta última fez distribuir em resposta à decisão das Nações Unidas. Por ele verá V. Ex.a que como de costume, a Espanha nem sequer se refere ao pacto com Portugal e só nos menciona para dizer que nos deu apoio durante as conversas com os aliados para a utilização dos Açores. Este durante é uma boa espanholada. Convém que todas estas coisas sejam notadas para que nunca se perca de vista o verdadeiro clima das nossas relações com Espanha.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Nova Iorque, 1 de Setembro de 1947. AOS/CD-18, fls. 118-123. Sublinhado no original. Sobre o significado político das entrevistas dadas por Franco ao *New York Times* e à *Newsweek*, Paul Preston, *op. cit.*, p. 584.

³⁸¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 22 de Novembro de 1948. AOS/CO-18, fls. 198-203.

“Impossível ficar calado!”

o grosso das suas declarações em Fevereiro de 1948. Sobre o Pacto do Atlântico nem uma palavra. Chegado a Washington, assistiu à posse de Truman – sentindo-se animado pelo discurso –, e acompanhou como um estranho a evolução dos acontecimentos respeitantes à criação do Pacto do Atlântico. No primeiro dia de Fevereiro escrevia a Salazar dizendo-lhe que regressara havia três semanas e não tinha recebido qualquer informação sobre a posição de Portugal em relação àquele Tratado. Sobre o tema apenas podia dizer – e nada inocentemente – que nos EUA se sabia que a “Rússia” tudo fazia “para o evitar”, parecendo-lhe que as suas manobras iriam “ser a pedra de toque da real situação” nos EUA. Mantido então, aparentemente, na ignorância, garantia que tinha de se calar sobre a “posição portuguesa”, o que não significa que se calasse sobre a sua e que não aproveitasse todos os momentos para criticar as hesitações de Salazar, as suas incoerência e, sobretudo, o medo que parecia ter de enfrentar os espanhóis. Sobre o Caeiro da Matta e os diplomatas das Necessidades não devia também calar-se por um momento. Tanto os seus amigos americanos, como informalmente vários funcionários da Administração Truman, já para não falar de alguns dos funcionários da Embaixada portuguesa, devem ter ouvido o pior sobre a atitude que o Governo estava a tomar. De qualquer modo, ia esperando para ver.³⁸²

Pelo meio registava a hostilidade com que as agências noticiosas internacionais tratavam o Governo português a propósito das eleições que se avizinhavam, omitindo convenientemente as “reservas” que Norton de Mattos, o candidato da oposição, manifestava em relação a uma participação de Portugal no Pacto do Atlântico. Mais uma vez lamentava que a política de informação portuguesa não funcionasse e que, portanto, não enviasse para o circuito das agências uma “nota” que fosse a “frisar” tal facto, o que teria a vantagem de influenciar bastante a opinião norte-americana de modo a torná-la mais favorável ao Governo português. Mesmo que a situação do regime não fosse comparável àquela que conhecera em 1945, repetia a opinião de que devia ser feito em Lisboa um esforço para “conseguir alguns telegramas favoráveis das agências” ou, porque não, “alguns telegramas mais hábeis e verdadeiros para os jornais.”³⁸³ E, de facto, o “noticiário sobre as eleições” acabara por ser “em geral mau”, mesmo tendo em conta o apoio inicial do Partido Comunista Português a Norton de Mattos e das declarações por ele feitas “contra o pacto do Atlântico.” Verdade era que perante a imprensa internacional, na opinião de Pedro Theotónio Pereira, “o venerável Norton” fizera-se “passar por

³⁸² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 1 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 204-214.

³⁸³ Além de muita imprensa norte-americana acompanhar com simpatia declarada pela oposição a campanha para as eleições presidenciais portuguesas, Theotónio Pereira notava que também por causa das mesmas eleições, o *Diário de Notícias* de New Bedford, estava “pior do que a República”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 1 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 204-214.

“Impossível ficar calado!”

candidato da verdadeira democracia”. ganhando...

“Impossível ficar calado!”

assumida pelo Governo em Lisboa não teria feito outra coisa que não fosse retirar a Portugal algum protagonismo político concreto, nomeadamente impedindo-o de participar nas importantes reuniões da Comissão que preparava o Tratado. Além de ter em si mesmo vantagens, a participação naquele tipo de eventos arrancaria Portugal de uma espécie de inexistência em que mergulhara nos últimos tempos, quando tinham parado as notícias sobre as eleições presidenciais.³⁸⁸

Mas do seu ponto de vista o essencial era que Portugal não podia nem devia de forma alguma “desinteressar-se do Pacto.” Sendo, no domínio da razoabilidade, quase inevitável a adesão ao Pacto no momento em que fosse decretado o seu nascimento, era óbvio que Portugal devia fazê-lo quanto antes de modo a evitar más interpretações. Sobretudo quando parecia evidente que as hesitações portuguesas tinham apenas uma única razão substancial: a Espanha. Era por causa da Espanha que Portugal não se mexia e seria por causa dela que o Governo português poderia ser acusado de “falta de personalidade”. Com esta atitude desperdiçaria aquilo que tinha conquistado duramente nos últimos anos e que fora conseguir evitar a continuação da abusiva identificação política e ideológica entre os dois Países. Por outro lado, e como já tivera ocasião de demonstrar noutras ocasiões, os pruridos de Portugal em relação à Espanha eram injustificáveis porque não restava qualquer dúvida de que não só a situação internacional da Espanha não era tão grave como os espanhóis gostavam de fazer ver ao Governo de Lisboa, como, sobretudo, estivesse Espanha na situação de Portugal, não seria necessário grande perspicácia para perceber que Madrid, se necessário fosse para os seus interesses, abandonaria Portugal à sua sorte. Por isso escrevia:

No caso recíproco, ela não perderia 10 minutos com... Podemos...
quando interesses fundamentais coincidam. Fora disso, ela trata-nos como o pobre. Mesmo
na situação em que está, já V. Ex.ª sabe a atmosfera que nos cria perante os americanos.³⁸⁹

Cerca de duas semanas antes, já Theotónio Pereira escrevera a Salazar uma
que lhe apresentara diversos argumentos contra a excessiva identificação de Portugal e Espanha e que parecia existir entre Portugal e Espanha e que, tanto no imediato como a pariam os
apenas prejudicar os interesses portugueses. Nessa altura, também prevendo do Atlântico
perigos que resultariam da visita, prevista para breve, de Franco a Lisboa
rumores no “ocidente europeu” de que a “demora” portuguesa, ainda era alvo a propósito

da Comissão, não dera notícia
figura.” Ibidem.

Acheson, facto que lhe teria permitido aliviar “muito o seu país”
da Indonésia. Idem, ibidem.

³⁸⁸ Desta sua opinião, sobre as vantagens da participação
ao Ministério para que não o julgassem “vítima de al-

³⁸⁹ Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

o grosso das suas declarações em Fevereiro de 1948. Sobre o Pacto do Atlântico nem uma palavra. Chegado a Washington, assistiu à posse de Truman – sentindo-se animado pelo discurso –, e acompanhou como um estranho a evolução dos acontecimentos respeitantes à criação do Pacto do Atlântico. No primeiro dia de Fevereiro escrevia a Salazar dizendo-lhe que regressara havia três semanas e não tinha recebido qualquer informação sobre a posição de Portugal em relação àquele Tratado. Sobre o tema apenas podia dizer – e nada inocentemente – que nos EUA se sabia que a “Rússia” tudo fazia “para o evitar”, parecendo-lhe que as suas manobras iriam “ser a pedra de toque da real situação” nos EUA. Mantido então, aparentemente, na ignorância, garantia que tinha de se calar sobre a “posição portuguesa”, o que não significa que se calasse sobre a sua e que não aproveitasse todos os momentos para criticar as hesitações de Salazar, as suas incoerência e, sobretudo, o medo que parecia ter de enfrentar os espanhóis. Sobre o Caeiro da Matta e os diplomatas das Necessidades não devia também calar-se por um momento. Tanto os seus amigos americanos, como informalmente vários funcionários da Administração Truman, já para não falar de alguns dos funcionários da Embaixada portuguesa, devem ter ouvido o pior sobre a atitude que o Governo estava a tomar. De qualquer modo, ia esperando para ver.³⁸²

Pelo meio registava a hostilidade com que as agências noticiosas internacionais tratavam o Governo português a propósito das eleições que se avizinhavam, omitindo convenientemente as “reservas” que Norton de Mattos, o candidato da oposição, manifestava em relação a uma participação de Portugal no Pacto do Atlântico. Mais uma vez lamentava que a política de informação portuguesa não funcionasse e que, portanto, não enviasse para o circuito das agências uma “nota” que fosse a “frisar” tal facto, o que teria a vantagem de influenciar bastante a opinião norte-americana de modo a torná-la mais favorável ao Governo português. Mesmo que a situação do regime não fosse comparável àquela que conhecera em 1945, repetia a opinião de que devia ser feito em Lisboa um esforço para “conseguir alguns telegramas favoráveis das agências” ou, porque não, “alguns telegramas mais hábeis e verdadeiros para os jornais.”³⁸³ E, de facto, o “noticiário sobre as eleições” acabara por ser “em geral mau”, mesmo tendo em conta o apoio inicial do Partido Comunista Português a Norton de Mattos e das declarações por ele feitas “contra o pacto do Atlântico.” Verdade era que perante a imprensa internacional, na opinião de Pedro Theotónio Pereira, “o venerável Norton” fizera-se “passar por

³⁸² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 1 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 204-214.

³⁸³ Além de muita imprensa norte-americana acompanhar com simpatia declarada pela oposição a campanha para as eleições presidenciais portuguesas, Theotónio Pereira notava que também por causa das mesmas eleições, o *Diário de Notícias* de New Bedford, estava “pior do que a República”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 1 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 204-214.

“Impossível ficar calado!”

candidato da verdadeira democracia”, ganhando, portanto, “o carinho [geral] desta imprensa.” Apenas um par de semanas após a realização das eleições – às quais Norton de Mattos, recorde-se, acabou por não concorrer –, as “notícias” começaram a melhorar, sendo que no dia seguinte à realização do acto eleitoral os “jornais” tinham saído “bastante bons”, tendo o “trunfo” da “causa” do Governo sido “suficientemente divulgado”, ao ponto do *New York Times* ter incluído as eleições portuguesas “entre os 15 maiores acontecimentos da semana.”³⁸⁴ A forma como aquele acontecimento tinha sido tratado pelos meios de comunicação, fazia com que uma vez mais renascesse em si o patriotismo ferido. Custava-lhe que pouco ou nada se falasse de Portugal nos EUA e que quando tal acontecia fosse, acima de tudo, para criticar o regime ou para diminuir o País, constatando e sublinhando aquele que era o seu gritante atraso económico e social. E ainda que ao longo dos dois anos e meio que esteve em Washington tivessem havido momentos em que Portugal emergiu publicamente com uma imagem favorável a verdade era que a imagem predominante andava mais ou menos próxima da ideia um País atrasado governado por um ditador, um e outro desprovidos de qualquer interesse.

Theotónio Pereira sentia, como aliás sempre sentiu, ser possível dar luta e alterar profundamente a imagem negativa com que Portugal contava. Porém, fosse por escassez de meios, fosse por falta de vontade política em Lisboa – ou ambas –, a verdade era que nunca pôde pôr em prática, em todos os postos por onde passou, uma estratégia de controle da informação que as agências internacionais faziam circular referindo-se a Portugal. Não era pois “de repente” que se conseguiria nos EUA algum progresso, sendo que para o “tentar” era “mesmo necessário um esforço sério em muitos campos.” No entanto, depois daquilo que sucedera com os artigos sobre Portugal e Espanha publicados no *New York Times*, com a entrevista a Franco publicada neste jornal – tudo em Novembro de 1948 – parecia ainda óbvio a Theotónio Pereira que muito daquilo que de menos bom acontecia a Portugal decorria de uma coincidência interessante e que, no fundo, era mais do que uma coincidência. Achava Theotónio Pereira que “coisa estranha se continuava a notar”: “[...] jornalista americano que se chegue aos espanhóis imediatamente se vira contra nós. Podemos ter a certeza que não ouvem lá boas coisas a nosso respeito. Sei bem que isto é assim.”³⁸⁵

Cinco semanas mais tarde, Pedro Theotónio Pereira não pôde manter-se calado. Escreveu a Salazar uma carta na qual resumia a sua posição sobre a questão do Pacto do Atlântico e atacava duramente os procedimentos inqualificáveis de que se achava vítima em

³⁸⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 22 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 233-239.

³⁸⁵ *Idem*, *ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

Washington, tanto por parte das Necessidades como do próprio chefe do Governo que, como era sabido, coordenava os aspectos mais relevantes da política externa portuguesa. Estando na iminência de ser chamado ao Departamento de Estado e não fazendo “a mais pequena ideia de como as coisas estavam a correr em Lisboa acerca do Pacto do Atlântico”, vira-se na contingência de telefonar a António Leite de Faria. Esta atitude pouco comum, justificava-se pela ignorância que tinha dos factos e, ainda, por sustentar a opinião de que o Governo português com as suas ambiguidades estava a arrastar o País para uma situação insustentável. A seis dias da publicação do texto do Pacto, Portugal estava a dois, três ou, no máximo, quatro dias de comunicar se queria ou não ser convidado para a ele aderir. Era verdade que, segundo Theotónio Pereira, restava uma derradeira “oportunidade” para que Lisboa entrasse “bem” na questão. Caso contrário, ou os portugueses não seriam subscritores do Tratado, ou caso ainda o viessem a ser acabariam “mal recebidos.” Ora a história de todo o processo, que resumia em poucas linhas, documentava do seu ponto de vista as nefastas consequências que tivera para a posição de Portugal em relação ao Tratado e para sua imagem internacional, as hesitações que inexplicavelmente se foram acumulando desde Novembro e Dezembro de 1948. De início, recordava, os meios políticos e jornalísticos norte-americanos tinham afirmado que Portugal iria aderir e que essa sua atitude era muito importante. Depois, “veio um silêncio”, sendo que este “silêncio” tinha sido terrível porque coincidira com o período da campanha eleitoral e das eleições presidenciais portuguesas. Durante esse período grande parte das notícias sobre Portugal eram de crítica ao regime e de apoio ou simpatia pela situação em que se encontrava a oposição. Era ainda de simpatia pelas suas posições políticas uma vez que advogavam a restauração no País das instituições democráticas liquidadas com o 28 de Maio. Finalmente, após o “silêncio” do Governo português sobre a sua adesão, ou não, ao Pacto do Atlântico, os jornais tinham começado a dizer que “talvez” Portugal viesse a pedir para aderir. Para Theotónio Pereira era claramente descabida, além de insustentável, a atitude portuguesa. Desde logo porque, ao contrário doutros Países – como a Dinamarca ou a Noruega – não rentabilizara a projecção nos EUA que o anúncio atempado da sua adesão teria proporcionado,³⁸⁶ sobretudo pelo facto de no chamado mundo ocidental Portugal se encontrar numa posição mais delicada do que os restantes pequenos Países que tinham sido convidados a aderir.³⁸⁷ Ora a atitude

³⁸⁶ Por exemplo, no dia seguinte àquele em que escrevia a carta chegava a Washington o ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês. Em consequência, todo “o interesse americano” se virava “para a Dinamarca.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 9 de Março de 1949. AOS/CO-18, fls. 215-225.

³⁸⁷ Mesmo a Holanda, que por causa da Indonésia defrontava grandes dificuldades nas Nações Unidas, não deixara de garantir a sua adesão e, portanto, permitir que o seu embaixador em Washington desempenhasse “um grande papel no Comité de embaixadores do Pacto do Atlântico.” Por causa da disponibilidade e da prontidão do seu País, o mesmo embaixador tinha a possibilidade de falar “quase todos os dias” com o secretário de Estado, Dean

“Impossível ficar calado!”

assumida pelo Governo em Lisboa não teria feito outra coisa que não fosse retirar a Portugal algum protagonismo político concreto, nomeadamente impedindo-o de participar nas importantes reuniões da Comissão que preparava o Tratado. Além de ter em si mesmo vantagens, a participação naquele tipo de eventos arrancaria Portugal de uma espécie de inexistência em que mergulhara nos últimos tempos, quando tinham parado as notícias sobre as eleições presidenciais.³⁸⁸

Mas do seu ponto de vista o essencial era que Portugal não podia nem devia de forma alguma “desinteressar-se do Pacto.” Sendo, no domínio da razoabilidade, quase inevitável a adesão ao Pacto no momento em que fosse decretado o seu nascimento, era óbvio que Portugal devia fazê-lo quanto antes de modo a evitar más interpretações. Sobretudo quando parecia evidente que as hesitações portuguesas tinham apenas uma única razão substancial: a Espanha. Era por causa da Espanha que Portugal não se mexia e seria por causa dela que o Governo português poderia ser acusado de “falta de personalidade”. Com esta atitude desperdiçaria aquilo que tinha conquistado duramente nos últimos anos e que fora conseguir evitar a continuação da abusiva identificação política e ideológica entre os dois Países. Por outro lado, e como já tivera ocasião de demonstrar noutras ocasiões, os pruridos de Portugal em relação à Espanha eram injustificáveis porque não restava qualquer dúvida de que não só a situação internacional da Espanha não era tão grave como os espanhóis gostavam de fazer ver ao Governo de Lisboa, como, sobretudo, estivesse Espanha na situação de Portugal, não seria necessário grande perspicácia para perceber que Madrid, se necessário fosse para os seus interesses, abandonaria Portugal à sua sorte. Por isso escrevia:

No caso recíproco, ela não perderia 10 minutos connosco. Não podemos confiar nela. Só há colaboração quando interesses fundamentalíssimos coincidem. Fora disso, ela trata-nos como o parente pobre. Mesmo na situação em que está, já V. Ex.a sabe a atmosfera que nos cria perante os americanos.³⁸⁹

Cerca de duas semanas antes, já Theotónio Pereira escrevera a Salazar uma carta em que lhe apresentara diversos argumentos contra a excessiva identificação de políticas que lhe parecia existir entre Portugal e Espanha e que, tanto no imediato como a prazo, lhe pareciam apenas prejudicar os interesses portugueses. Nessa altura, também prevenira Salazar sobre os perigos que resultariam da visita, prevista para breve, de Franco a Lisboa, e que aumentariam os rumores no “ocidente europeu” de que a “demora” portuguesa na adesão ao Pacto do Atlântico

Acheson, facto que lhe teria permitido aliviar “muito o seu país dos ataques” de que a Holanda era alvo a propósito da Indonésia. Idem, *ibidem*.

³⁸⁸ Desta sua opinião, sobre as vantagens da participação portuguesa nos trabalhos da Comissão, não dera notícia ao Ministério para que não o julgassem “vítima de algum apetite pessoal de fazer figura.” *Ibidem*.

³⁸⁹ *Ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

era “devida” às ligações com a Espanha e que, portanto, os dois Estados ibéricos tinham uma “política comum.”³⁹⁰

Pelas características do Pacto, considerava Theotónio Pereira que não estava em causa nem a segurança da Espanha nem a possibilidade de, em caso de guerra com a União Soviética, o Governo de Madrid poder vir a ser admitido. Por outro lado, e ao contrário do sucedido durante a Guerra Civil e daquilo que estipulava o Pacto Ibérico renovado no anterior, Portugal não deveria ir na defesa de Espanha mais longe do que aquilo que estava previsto nos termos do Pacto do Atlântico. Ou seja, mesmo existindo e recentemente renovado, o Pacto Ibérico deveria, para todos os efeitos, ser considerado nulo pelas autoridades portuguesas.³⁹¹ Se, ainda por cima, às indefinições a propósito do Pacto do Atlântico, Franco, como previsto, fosse a Lisboa para cumprir a visita programada, então era óbvio que todo o trabalho que vinha sendo feito para criar uma dinâmica e uma identidade própria à política externa portuguesa, acabaria por se esvaír.³⁹² E depois sentenciava:

Estamos num momento de grande importância para o futuro da nossa política internacional. Da decisão de V. Ex.a nestes três dias e na forma que o fizer depende muito da nossa posição para o tempo que vem.

Fomos infelizes no plano Marshall – apesar de lá estarmos dentro – por falta de ligação suficiente. Pior será que fiquemos fora do Pacto do Atlântico.

Todos os sacrifícios feitos arriscavam-se, por causa dos erros cometidos a propósito das hesitações na adesão ou não ao Pacto, a ter sido em vão. Em consequência, e assumindo que a opinião expressa numa carta que era acima de tudo pessoal ia contra a política definida por Salazar, reconhecia que podia estar a servir mal e, conseqüentemente, afirmava compreender as razões que levassem a mandá-lo sair de Washington.³⁹³

Salazar, naturalmente, irritou-se com a franqueza e, sobretudo, com a clarividência que Theotónio Pereira apresentou. De repente, o chefe do Governo era confrontado com a essência

³⁹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 22 de Fevereiro de 1949. AOS/CO-18, fls. 233-239. Em Agosto de 1948, depois do ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol ter dito ao embaixador português em Madrid, Carneiro Pacheco, que havia total disponibilidade de Franco para visitar Portugal, Salazar tinha a convicção de que o isolamento internacional da Espanha regredia significativamente e que, portanto, a sua vinda a Portugal em nada prejudicaria a imagem do Governo de Lisboa. Serviria, isso sim, para encurtar o espaço de tempo necessário para que a Espanha fosse readmitida na comunidade de nações ocidentais. Esta percepção optimista do estado das relações da Espanha com os EUA e com países como o Reino Unido e a França, e do seu potencial de evolução acelerada, levaram-no a tentar forçar a extensão à Espanha do convite dirigido a Portugal para se constituir em País fundador do Pacto do Atlântico. “Cópia da carta de Sua Excelência o Presidente do Conselho para o Embaixador de Portugal em Londres, datada de 6 de Agosto de 1948, na parte relativa à projectada visitado general Franco a Lisboa”. AOS/CO/NE-2B2, fls. 82-85.

³⁹¹ Sobre a possibilidade de Portugal não vir a aderir ao Pacto, a Theotónio Pereira ocorreu-lhe uma curiosa analogia, talvez capaz de espicaçar Salazar, embora não de alterar o sentido da sua decisão, no caso desta já estar tomada: “A Suécia não se atreveu por causa da Rússia. De nós dirão que foi a Espanha que não deixou.” Ibidem.

³⁹² De facto, a visita de Franco a Portugal acabou por ser adiada. O Governo português entendeu que era insustentável receber o generalíssimo depois dos rumores que circulavam nos meios internacionais sobre as razões que tinham levado Portugal a hesitar na sua adesão ao Pacto do Atlântico.

³⁹³ Ibidem.

“Impossível ficar calado!”

da sua política externa no pós-guerra. Uma política que, neste caso concreto, não parecia ser outra coisa senão mesquinha, hesitante e medrosa, afogada em ideologia, e que, talvez o pior dos pecados, por sistema não era discutida nas implicações políticas que tinha tanto para o regime como para o País. Mas o pior estava no facto de Salazar ser obrigado a reconhecer os erros em que assentava a sua política e que Theotónio Pereira lhe apontou. Não pelo facto dos seus erros de percepção terem sido únicos no contexto internacional, mas por a esses mesmos erros se ter deixado ficar preso até muito tarde. Em cima da hora, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou o embaixador em Washington de que Caeiro da Matta ia seguir para os EUA para participar na cerimónia de assinatura do Pacto do Atlântico.³⁹⁴ Tudo continuava a ser tão mal feito que a notícia da adesão portuguesa talvez só pudesse ser divulgada pela imprensa norte-americana na tarde do dia 30 de Março. Por outro lado, e como temia, nas vésperas das cerimónias de assinatura a Espanha pusera a correr nas agências uma notícia segundo a qual Portugal apenas aderira depois de conversas bilaterais realizadas em Lisboa. Era como se o Governo de Lisboa só tivesse avançado pelo facto da Espanha ter autorizado. De facto, e como com facilidade reconheceu, não apenas nenhuma “sugestão” sua fora atendida, como jamais percebera – ou se percebeu preferiu sustentar sempre o contrário – qual a fora “a orientação seguida em Lisboa.” Mas, pelo menos, sabia que podia ter chegado o momento de fazer as malas. Se fosse caso, certamente que Caeiro da Matta lho diria. E depois concluiu: “Oxalá o avião se não atrase, pois é o caso para dizer que chegámos no último comboio.”³⁹⁵ Com este incidente, e até ao início de Julho, não há registo de envio de qualquer carta pessoal da parte de Theotónio Pereira a Salazar, parecendo ter sido este a reatar relações ao expedir duas cartas que chegaram à mão do embaixador através do adido comercial.³⁹⁶

³⁹⁴ A ida inesperada de Caeiro da Matta a Washington criou problemas acrescidos à Embaixada, como Theotónio Pereira fez questão de recordar a Salazar, ao mesmo tempo que era uma crítica aos procedimentos que considerava levianos das Necessidades. Segundo o embaixador era muito difícil preparar um programa condigno de recepção ao ministro. “Todas as embaixadas” tinham já “estabelecido os seus programas e no primeiro momento foi-me respondido [no Departamento de Estado] que todo o tempo estava ocupado.

Trata-se da vinda pela 1.ª vez do nosso Ministro, temos agora casa em condições e seria uma pena não fazer nada. Mas não sei realmente o que será possível a 48 horas de distância e quando todos os demais já organizaram a sua vida.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 30 de Março de 1949. AOS/CO-18, fls. 226-229.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*. Do ponto de vista do protocolo, o “comboio” arriscava-se a não ser sequer apanhado. O jantar em honra de Caeiro da Matta estava “mal parado” uma vez que quando Theotónio Pereira soube da sua vinda e começou a prepará-lo, constatou, sem surpresa, que “todas as pessoas importantes” estavam já “comprometidas com as outras embaixadas.” Recorde-se que a diplomacia norte-americana aproveitou a presença em Washington dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que iam assinar o novo tratado, para iniciar conversações com franceses e britânicos acerca de vários problemas alemães, nomeadamente o estatuto de ocupação, as reparações, a fusão das “três zonas” e a futura Lei Fundamental. Melvyn P. Leffler, *op. cit.*, pp. 280-282.

³⁹⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 9 de Julho de 1949. AOS/CO-18, fls. 240-249. António Leite de Faria, que acompanhou Caeiro da Matta a Washington, de modo a manter com Salazar um canal independente que desse a este conta das conversas derradeiras a manter com o Departamento de Estado nos momentos que antecederiam a assinatura do Tratado do Atlântico, envolveu-se em incidentes sérios com Pedro

“Impossível ficar calado!”

A posição de Theotónio Pereira em relação ao modo como Portugal devia ter reagido ao convite que lhe foi dirigido para aderir ao Pacto do Atlântico, mas, sobretudo, a forma como discutia com Lisboa – e não só – a melhor maneira de tratar o problema espanhol que aquele convite colocava, não passou despercebida à diplomacia de Madrid. O adido de imprensa da Embaixada de Espanha em Lisboa enviou para o Ministério dos Assuntos Exteriores em Madrid, a 21 de Março de 1949, um ofício no qual, embora manifestasse o seu desconhecimento de alguns dos pormenores importantes relativos à posição oficial portuguesa perante o convite que havia sido dirigido ao Governo de Lisboa para aderir ao Pacto do Atlântico, avaliava o papel e a influência de Theotónio Pereira em todo o processo, além de mostrar o estado de desconfiança mútua em que se desenvolviam as relações luso-espanholas:

«La maniobra, propiamente dicha, de Portugal respecto a nosotros, en el ámbito internacional, se ha desarrollado en Washington a través de uno de los más finos diplomáticos – y por eso el más enemigo – que España ha tenido que padecer en sus relaciones con Portugal: Theotónio Pereira. La maniobra consistió en decir, hace meses, a Washington que Portugal estaba decidido a entrar en el Pacto del Atlántico sin reservas,³⁹⁷ pero encontraba la dificultad de una reacción fuerte de España que, deshaciendo el Bloque Ibérico, invalidase el concurso español para la acción militar y política que se pretendía con la inclusión de la Península en el Pacto del Atlántico. Para deshacer esta dificultad, Theotónio Pereira y el Departamento de Estado [...] combinaron en dorarnos la píldora de la mejor manera posible. Estoy seguro que, una vez más, Theotónio Pereira fingiéndose nuestro mejor amigo, habrá tenido por parte de la Embajada de España en Washington toda la clase de informaciones respecto a nuestra actitud – no en balde, repito, es un gran diplomático! – y teniendo en la mano toda clase de elementos, ha podido realizar impecablemente su plan. En efecto, la nota que ha dado sobre el Pacto del Atlántico es completa y en ella destaca, por su brío, la aparente defensa de España. Con ello queda cubierto, ante nosotros, el Gobierno portugués, el mismo que ha impedido que esa nota, que hace la defensa de España, se haya publicado en los periódicos de Portugal.»³⁹⁸

No entanto, e independentemente de em alguns aspectos serem justas as críticas feitas por Theotónio Pereira à forma como Salazar conduziu o processo negocial que levou à participação de Portugal no Pacto Atlântico, a verdade é que teria bastado ao embaixador em

Theotónio Pereira. Um deles, o mais grave, surgiu quando o secretário geral do Ministério fez “uma chamada telefónica” da Embaixada para Salazar com o objectivo de “discutir pontos em aberto nas negociações.” Sentindo-se desautorizado e humilhado pessoalmente, Theotónio Pereira agrediu verbalmente e fisicamente António Leite de Faria. António José Telo (org.), *op. cit.*, pp. 54-55. Estes e outros pormenores do incidente foram-me fornecidos pelos drs. Gonçalo Sampaio e Mello e Pedro Leite de Faria.

³⁹⁷ Embora esta acusação possa ser verdadeira, convém sublinhar que nenhum documento depositado em arquivos portugueses ou norte-americanos atesta a possibilidade de que Theotónio Pereira se tenha antecipado ao Governo de Lisboa aceitando, ainda que condicionalmente, um convite norte-americano para que Portugal aderisse a um pacto político-militar que estava a ser preparado em Washington e nalgumas, poucas, capitais europeias. No entanto, a título informal é possível que o tenha feito, comprometendo-se a utilizar o seu peso político para que o convite fosse aceite por Salazar.

³⁹⁸ Citado em Ana Vicente, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-1960*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1992, p. 59.

“Impossível ficar calado!”

Washington acompanhar com maior atenção todo o processo de criação do Tratado para perceber que os obstáculos e as hesitações se sucediam e se viravam inúmeras vezes contra aqueles que tinham sido os seus mentores. Basta recordar que o Pacto do Atlântico se nasceu como um instrumento político-militar capaz de enfrentar a União Soviética, foi também a fórmula encontrada pelo secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, para resolver o problema alemão. Acheson chegara à conclusão de que a integração de uma Alemanha democrática numa comunidade europeia ocidental apenas poderia ser conseguida no caso da França se sentir segura. Pareceu-lhe por isso que o pacto de segurança do Atlântico Norte, de que com cada vez maior insistência se falava, poderia ser utilizado como a “cenoura” capaz de promover a cooperação francesa, em vez o do “pau” que levaria Paris à submissão, como muitos desejavam no seio da administração norte-americana. Acheson, em conversa com alguns senadores norte-americanos, disse-lhes estar convencido de que um Tratado “daria à França um grande sentido de segurança contra a Alemanha e, também, contra a União Soviética”, ao mesmo tempo que ajudaria “materialmente na consideração realística do problema alemão.”

Portanto foi à medida que se avançava na reavaliação da política alemã dos EUA que Acheson forçou o desfecho das negociações para a celebração do Tratado do Atlântico Norte. No entanto, é sempre bom recordar que entre os problemas por resolver estava, à partida, a área de influência e a composição da aliança. Numa data tão tardia como Fevereiro de 1949, e quando se cumpriam cerca de quatro meses sobre a data em que Portugal tinha sido pela primeira vez convidado para fazer parte de uma aliança atlântica, Acheson ainda desenvolvia esforços no sentido de atrair os noruegueses e os dinamarqueses ao novo Tratado, afastando-os de um pacto escandinavo de tendências neutrais. O secretário de Estado teve ainda de opor-se ao desejo francês de incluir o seu império colonial norte africano no Tratado, acabando por aceitar uma disposição limitada à Argélia. Por causa dos franceses, cedeu na participação da Itália, enquanto, confidencialmente, informava o Comité do Senado para as relações externas de que um dia também a Alemanha se juntaria ao Pacto.

Os termos pouco seguros em que o Tratado ia sendo construído eram evidentes na forma como no início de 1949 Dean Acheson conseguiu manter intacto o conteúdo do seu artigo 5.º.³⁹⁹ Em Fevereiro, houve quem no Partido Democrático e no Senado apresentasse sérias

³⁹⁹ Na sua redacção final, o art.º 5.º do Tratado estipulava: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.”

“Impossível ficar calado!”

dúvidas quanto à vantagem de os EUA assumirem compromissos militares duradouros na Europa, tendo Acheson conseguido demonstrar que o referido artigo não usurpava o “direito do Congresso de declarar guerra”, assim como não “ditava aonde e como os Estados Unidos responderiam a uma agressão.” Houve ainda que provar que sem esta disposição o “valor dissuasório do pacto se diluiria”, criando-se condições para que os europeus duvidassem da fiabilidade de Washington. Houve, de facto, alterações na redacção do artigo 5.º, mas foram apenas cosméticas, não modificando a afirmação da intenção norte-americana de agir imediatamente em resposta a uma “agressão armada”.

Mas se o Departamento de Estado comandou todo o processo político-diplomático que conduziu à celebração do Pacto do Atlântico, o Pentágono seguiu imediatamente atrás. O *Joint Chiefs of Staff* insistiu na manutenção da “flexibilidade estratégica”, ao mesmo tempo que reconheciam não possuir a capacidade necessária para apoiar os compromissos em que incorriam, além de que se sentiam apreensivos quanto à sua capacidade de cumprirem as exigências dos seus aliados no fornecimento de ajuda militar. E, no entanto, as chefias militares não apenas favoreceram a inclusão da Itália, como apelaram à participação da Noruega e da Dinamarca, o acesso a bases na Gronelândia e liberdade para sobrevoarem o espaço aéreo escandinavo. Assim, e com o Pacto celebrado, era possível, do ponto de vista militar, e caso a guerra rebentasse num futuro próximo, conseguir vantagens e facilidades na guerra aérea. Por outro lado, e no caso do Pacto vir a ser bem sucedido, ainda que apenas durante um punhado de anos, poderia ajudar a potencializar a capacidade militar das partes de forma a permitir uma acção defensiva bem sucedida no Reno.

A realidade político-militar a que Portugal aderiu em Abril de 1949, ajudou a rentabilizar os recursos, o trabalho qualificado e as infra-estruturas industriais do ocidente europeu em favor daquilo que então se pensava poder ser a constituição de uma verdadeira comunidade atlântica, embora de formato ainda indefinido e que, aliás, em boa parte não se consumaria. Como Acheson e Harriman acabaram por reconhecer, ao ouvirem da parte de um senador a caracterização daqueles que pareciam ser os objectivos do Pacto, a verdade é que este parecia destinado a reunir a “preponderância” de recursos industriais, potencial económico, “estabilidade financeira, génio inventivo, equipamento militar” e “saber fazer”, elementos essenciais para se poder conseguir a manutenção da paz. De tudo isto resulta que a possibilidade de uma agressão por parte da União Soviética era apenas uma entre diversas variáveis que conduziram ao Pacto

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.”

“Impossível ficar calado!”

do Atlântico e, não necessariamente, a mais importante. Na qualidade de subscritor do referido Pacto, Portugal, se bem que estivesse integrado numa aliança político-militar que se comprometia a garantir a sua segurança e a dos seus aliados, era também uma peça que se revelou essencial para promover a estabilidade europeia através da recuperação e integração da Alemanha.⁴⁰⁰

Sendo certo que a análise do significado do Pacto do Atlântico por Salazar, Theotónio Pereira ou António Leite de Faria podia ter tido em 1948 ou 1949 a profundidade daquela que veio a ser produzida pelos historiadores, a verdade é que as razões pelas quais Theotónio Pereira insistiu com Salazar para que a adesão ao Tratado se fizesse sem quaisquer delongas, não assentava predominantemente numa análise global do problema, mas apenas nos termos da sua importância para a evolução das relações luso-espanholas. E nesse sentido, muito mais do que o Plano Marshall, o Pacto do Atlântico era um instrumento de que Portugal podia dispor para se libertar definitivamente do peso que significava a existência de relações políticas tão próximas – e ainda por cima com expressão jurídica – entre os dois Estados ibéricos. Aliás, aquando da renovação do Pacto Ibérico, em finais de 1948, Theotónio Pereira não deixara, mesmo a partir de Washington, de tecer algumas considerações críticas sobre a natureza de uma relação bilateral que considerava estruturalmente conturbada:

Fiquei encantado com a lição dada à Espanha por V. Ex.a. Não há dúvida que aquela estava a enrodilhar-nos na sua política. Foi golpe de mestre o adiamento da visita do Franco como foi golpe de mestre a renovação do pacto há semanas.

Temos que estar atentos e não nos deixar envolver pela Espanha nesta sua volta ao tablado.

Temos todos os trunfos para jogar o nosso jogo e já sabemos como procede por regra. Ainda ontem estive a ler o D. João VI do Oliveira Lima. Meditando no calvário que passámos nessa altura, é que se dá valor à nossa política de hoje.⁴⁰¹

No fundo, aquilo que Theotónio Pereira pensava era que a Espanha era mais um peso do que uma vantagem na política externa portuguesa, nada dependendo para a evolução política interna espanhola o facto de Portugal poder vir a decidir seguir o seu próprio caminho na política internacional. É claro que esta opinião nascera quando da sua passagem por Espanha como embaixador, consolidando-se naquela época e cristalizando-se cada vez mais à medida que ia, como embaixador colocado noutros postos, contabilizando os custos que tinha para Portugal a sua identificação com a Espanha na política internacional e, sobretudo, aquele que parecia ser o

⁴⁰⁰ Recorde-se que a diplomacia norte-americana aproveitou a presença em Washington dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que iam assinar o novo tratado, para iniciar conversações com franceses e britânicos acerca de vários problemas alemães, nomeadamente o estatuto de ocupação, as reparações, a fusão das “três zonas” e a futura Lei Fundamental. Melvyn P. Leffler, *op. cit.*, pp. 280-282.

⁴⁰¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 6 de Outubro de 1948. AOS / CO-18, fls. 169-175.

“Impossível ficar calado!”

modo indigno como Portugal era tratado pela Espanha – e em particular a Espanha franquista – no mundo. Embora a sua análise do problema das relações luso-espanholas tivesse uma importante dimensão geoestratégica, a verdade é que ela devia quase tudo à sua experiência pessoal de diplomata que passara largos anos em Espanha e assistira ao que lhe pareciam ter sido tentativas sucessivas, embora todas elas falhadas, de subjugação de Portugal ao seu único vizinho europeu. Aliás, só nos derradeiros anos da sua vida, com Marcello Caetano no poder e as suas *Memórias* a serem redigidas, é que a sua visão do problema das relações luso-espanholas se viria a alterar substancialmente, por parecerem ter desaparecido as antigas desconfianças e, ao mesmo tempo, emergido todas as vantagens no aprofundamento das relações entre os dois Estados.⁴⁰²

“We hope to give to all Portuguese, too, a place in the sun.”⁴⁰³

Em 21 de Março de 1948, regressado de Nova Iorque, Pedro Theotónio Pereira enviou a Salazar um cartão em que relatava que o arquitecto Castro Freire tinha dado o impulso que faltava para o início da obra no edifício da futura Embaixada portuguesa em Washington. Arranjara-se um novo “construtor”, tudo indicando que se estava no “bom caminho” para concluir a reparação e reformulação da ampla moradia em estilo “vitoriano” comprada pelo Estado português. Tal como sucedera com a Embaixada em Madrid, o mercado parisiense seria fornecedor de muitos dos objectos que fariam falta para decorar o interior do edifício. Do ponto de vista de Theotónio Pereira era essencial que a “embaixada” ficasse “portuguesa e europeia naquilo que não for marcadamente portuguesa.”⁴⁰⁴ Finalmente, na última semana de Agosto, chegou-se à “fase final das obras”. Estavam prestes a chegar a Nova Iorque “três carregamentos (cerca de 20 toneladas) de móveis, elementos de decoração e material para os acabamentos.” Comprara-se em Londres e em Paris tudo o que não fora possível encontrar em Lisboa. Com sensatez e inteligência, vista a situação financeira em que se encontrava o País, evitara-se fazer compras

⁴⁰² Seria interessante saber o que teria escrito Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias* no caso de ter sido completado o volume relativo à sua primeira passagem por Washington. De qualquer modo, e a avaliar por aquilo que escreveu sobre os primeiros anos da sua estada em Espanha, todos os seus sentimentos e posições anti-espanholas e anti-Franco, entre muitas outras, foram omitidas por clara conveniência política. O relato dos eventos que conduziram à adesão portuguesa ao Pacto do Atlântico teriam conhecido muito provavelmente um destino idêntico.

⁴⁰³ Declaração de Pedro Theotónio Pereira em entrevista ao *The Standard Times* (29 de Janeiro de 1950).

⁴⁰⁴ “Cartão de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 21 de Março [de 1948]. AOS/CP-213, fls. 202. Mudou-se para a casa nova na primeira semana de Setembro de 1948, embora ainda houvesse que concluir as obras no “andar das salas.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 8 de Setembro [de 1948]. AOS/CP-213, fls. 270-271. As obras na chancelaria eram dadas por concluídas na primeira semana de Julho. Na altura contava mudar-se a 15 de Setembro, “mesmo com alguns trabalhos da decoração para terminar.” Theotónio Pereira achava que tudo ficara “bastante bom.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 7 de Julho de 1948. AOS/CO-18, fls. 161-162.

“Impossível ficar calado!”

em dólares nos EUA, gastando em Paris e em Londres as libras e os francos que abundavam nos cofres do Estado português e do Banco de Portugal. A chancelaria encontrava-se “completa” e Theotónio Pereira sentia “grande consolo” com aquilo que tinha diante dos olhos. O bom gosto parecia ser coisa indiscutível, uma vez que todos aqueles que viam por dentro e por fora a chancelaria não regateavam “louvores”. A mudança para a casa estava para breve, independentemente das obras no andar da recepção poderem ainda tardar dois ou três meses.⁴⁰⁵

Depois de concluídas a chancelaria e a residência da Embaixada, e uma vez que não podia contar com a presença e a ajuda de sua mulher, Theotónio Pereira recebia o apoio de sua irmã para desempenhar as tarefas que eram normalmente da responsabilidade das embaixatrizes. Nas suas *Memórias*, Virgínia Theotónio Pereira deixou alguns detalhes sobre aqueles que eram pormenores essenciais à gestão de uma residência de um embaixador português, normalmente sempre muito ligados à boa gestão e formação do chamado “pessoal menor”. Na Embaixada em Washington, aquele era composto

por dois antigos empregados que tínhamos levado da casa dos meus Pais: o Zé Cozinheiro e o Américo, este último criado de mesa. Além deles havia um empregado muito bom que trabalhara no barco “Gil Eanes” e um sobrinho deste, recém-casado, a quem nasceu depois um filho na Embaixada.⁴⁰⁶

O Zé Cozinheiro tinha entrado ao serviço dos meus Pais através da “Santa Zita”. De cozinha pouco mais sabia, de início, do que assar carne e fazer arroz doce muito e estendido em travessas; mas como era e tinha imenso gosto em aprender, em menos de um ano fizera-se cozinheiro muito razoável. Pedia, para se ilustrar, todas as revistas em que aparecessem fotografias de bonitos pratos armados; e tinha ideias, era artista. Nunca dizia que a comida que fazia era má (quando saía mal) porque “a Senhora não dava os precisos”, como fazem, em regra, as cozinheiras matarrolanas.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 23 de Agosto de 1948. AOS/CO-18, fls. 166-168.

⁴⁰⁶ Sobre a composição e proveniência do “pessoal doméstico” ao serviço da Embaixada em Washington, Pedro Theotónio Pereira informou o Ministério da tutela. “O pessoal doméstico que trouxe comigo da minha residência no Brasil” constava de “um mordomo, dois criados de mesa, cozinheiro e duas criadas.” Sobre os encargos de transporte e salário dizia ao Ministro: “Os transportes deste pessoal por vapor, mesmo com o desconto que me foi feito, ficou em mais de quarenta e dois mil escudos. Os seus ordenados mensais somam onze mil escudos. Tive o cuidado de explicar ao pessoal que nos Estados Unidos se pagam [...] salários mais altos mas não deixei de lhes observar que tais vencimentos haviam sido elevados ao máximo compatível com as minhas possibilidades, que as despesas de viagem eram de minha conta e que a sua vinda para os Estados Unidos representava um caso especial havendo os vistos de entrada sido concedidos apenas para serviço na Embaixada.” “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Washington, 20 de Outubro de 1948. Ofício n.º 633. Proc.º n.º 47,1. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação.. ACMPTP.

⁴⁰⁷ Virgínia Theotónio Pereira, *Simple Memórias (1910-1990)*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor, 1993, pp. 118-119. Segundo conta Virgínia Theotónio Pereira o “pessoal menor” era muito devoto: “Certa vez tive de sair de Washington por uns dias e quando regresssei esperava-me uma surpresa. Estava o Zé Cozinheiro à porta para me receber e, conduzido-me ao meu quarto, tira reverentemente o barrete e aponta para um dos lados da cama. Fiquei pasmada com o que vi. Junto à cama erguia-se uma enorme imagem de Nossa Senhora, quase em tamanho natural. Ele então disse: ‘O mês de Maio está a chegar, assim podemos fazer o mês de Maria como lá em casa!’. Nunca soube aonde a tinha ido arranjar.” Idem, *ibidem*, p. 119.

“Impossível ficar calado!”

O “Zé cozinheiro” acabaria no entanto por ser enviado para Lisboa por causa de alguma atitude considerada menos própria pelo embaixador. De qualquer modo a questão da gestão de “pessoal” para serviço “doméstico”, e de que Pedro Theotónio Pereira se chegou a queixar mais do que uma vez a Oliveira Salazar nas cartas pessoais que lhe enviava, era um problema de tal forma sério que mereceu um envio de alguns ofícios para as Necessidades. Num deles, recordava ser necessário que a partir do momento em que Portugal passara a ter uma Embaixada, “para a qual” era “de desejar uma vida própria” que estivesse “em harmonia com o grande sacrifício feito pelo Estado construindo, decorando e mobilando [...] uma residência à altura da representação” que lhe competia “nas suas relações diplomáticas”, dotá-la do “pessoal doméstico suficiente para a manutenção decorosa da Residência.” Sucedia que tendo em conta os elevados níveis salariais praticados nos EUA, Theotónio Pereira rapidamente concluíra que lhe era impossível pagar do seu bolso a totalidade dos gastos com o pessoal doméstico, como era normal e já lhe sucedera enquanto estivera em Madrid e no Rio de Janeiro. Por isso, propunha que o Estado português dotasse a “missão com pessoal doméstico pago por sua conta.” Desde o tempo de João de Bianchi a missão já possuía “um condutor de automóvel e um porteiro”, ambos “indivíduos habilidosos.” O primeiro era um “índio inglês que já servia o Embaixador Bianchi, há sete anos”, e que fora mantido por “parecer bom empregado.”⁴⁰⁸ O segundo viera de Portugal “com sua mulher”, parecia uma boa escolha, tendo-lhe sido atribuída a missão de “cuidar do jardim” e fazer “serviços auxiliares compatíveis.”⁴⁰⁹

No entanto, ao propor que o Estado arcasse com as despesas de parte do “pessoal doméstico” da Embaixada, não significava “torná-lo ‘funcionário público.’” Segundo Theotónio Pereira o “meio” exercia no “pessoal doméstico” uma “acção deletéria”, sendo bom de ver que o “contacto com o pessoal das setenta embaixadas [...] existentes” em Washington se tornava “fonte de maus hábitos de toda a classe.” Os “altos salários” praticados provocavam “inquietação

⁴⁰⁸ “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Washington, 20 de Outubro de 1948. Ofício n.º 633. Proc.º n.º 47,1. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP. Segundo Virgínia Theotónio Pereira, houve uma “ocasião” em que seu irmão resolvera “que fossemos, a minha sobrinha e eu, dar um passeio a cavalo. Marcou a nossa partida rumo ao campo para as seis da manhã, pois a distância a percorrer era longa, e mandou-nos conduzir pelo seu motorista particular, um americano de nome Redwing. ‘Redwing’ (Asa Vermelha), era um índio de cabelo negro azulado e muito vaidoso; fardava-se por conta própria e considerava-se o ‘chauffeur’ mais bem vestido de toda a América. Foi sempre muito dedicado ao meu irmão e só aceitava ordens suas ou minhas; recados dados por outra pessoa eram para ele letra morta.

[...] Só uma nota mais: foi tal o entusiasmo de Redwing que, passado algum tempo, nos ofereceu de presente um lindo cavalo! Um cavalo é um presente real. Contaram-nos depois que Redwing tinha a paixão do jogo; ganhara e, com o dinheiro, tinha comprado um casaco de martas para uma filha e um cavalo para nós. Creio que o meu irmão posteriormente o recompensou.” Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 120-121.

⁴⁰⁹ “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Washington, 20 de Outubro de 1948. Ofício n.º 633. Proc.º n.º 47,1. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“Impossível ficar calado!”

nos espíritos”, sendo que o “excessivo pessoal” ao serviço das outras Embaixadas e os “hábitos de esbanjamento” nelas supostamente existente concorria “fatalmente para desmoralizar a nossa boa gente.” Por isso, pouco depois da chegada, Theotónio Pereira começou a ter os já “previstos aborrecimentos”. Faziam-se “comparações de ordenados com situações análogas”, reconhecendo o embaixador que caso seguisse o padrão de salários pagos em Washington, deveria despender “mais do dobro” com o seu pessoal. Com a fuga de um “criado de mesa” para a Embaixada da Bolívia e a obrigação de repatriar o cozinheiro, considerava a sua “situação [...] bem deplorável.”

Com a mudança definitiva para nova Embaixada, Theotónio Pereira mandara vir de Portugal uma cozinheira, uma “ajudanta” e um “criado de mesa”, ficando ao todo, ao seu serviço, “sete pessoas”, entre as quais “dois casais”. As “novas despesas de transporte e passaportes” rondariam os “vinte e dois mil escudos”, passando a pagar por mês “treze mil e quinhentos escudos por mês ao pessoal” que tinha em “casa, depois de feita uma pequena revisão.” Embora compreendesse que podia parecer excessivo um tão elevado número de gente ligada ao serviço “doméstico” da Embaixada, Theotónio Pereira recordava que em Washington, contrário de Madrid ou do Rio de Janeiro, “era impossível obter pessoal auxiliar [...]”. A alternativa seria recorrer “às casas especializadas a servir banquetes e festas.” Mas nesse caso os “preços” eram “astronómicos.” Resumindo, para Theotónio Pereira sem “pessoal doméstico” não era possível ter a Embaixada a funcionar em condições, sendo que a “única defesa” estava em seleccioná-los bem e “pagar ordenados” que o pusesse “a coberto dum excessivo desnível com os salários correntes” Washington.⁴¹⁰ Portanto, a Secretaria de Estado deveria encontrar uma solução para o problema, sendo que Theotónio Pereira colocava claramente a hipótese de lhe serem pagas pela primeira vez, para fazer face às elevadas despesas com “pessoal doméstico”, “despesas de representação” a “título extraordinário.”⁴¹¹

Mas os problemas com salários e com a generalidade dos funcionários ao serviço da Embaixada não se esgotava ao “pessoal doméstico”. O elevado custo de vida nos Estados Unidos fazia com que Theotónio Pereira propusesse à Secretaria Geral uma revisão no “nível dos vencimentos totais” do “pessoal de carreira.” As “rendas de casa” tinham passado para o

⁴¹⁰ Tal como em Madrid e no Rio de Janeiro, Theotónio Pereira tinha o hábito de ter quase diariamente convidados pequenos grupos de convidados para almoçar e, sobretudo, jantar. Em vésperas da sua partida definitiva de Washington calculava ter recebido em dois anos e meio cerca de duas mil pessoas. No cocktail de despedida que ofereceu na Embaixada estiveram presentes cerca de 700 convidados. Não admira que necessitasse de pessoal doméstico em “grande número” e de qualidade. “Very Happy Mission.” *The Standard Times*, 29 de Janeiro de 1950.

⁴¹¹ “Da Embaixada de Portugal em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Washington, 20 de Outubro de 1948. Ofício n.º 633. Proc.º n.º 47,1. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“Impossível ficar calado!”

dobro em menos de três anos, sendo que desde que chegara a Washington “os preços dos principais artigos de primeira necessidade” tinham subido “cerca de 25 por cento.” E rematava:

Não tenho dúvida que os referidos funcionários têm hoje muito maiores dificuldades do que sempre tiveram para levar neste meio uma vida de família mesmo modesta. Na escala das suas possibilidades, também eles têm de trazer pessoal de Portugal se quiserem arranjar quem os sirva pois não podem pagar os salários do pessoal neste local.⁴¹²

Apesar dos sacrifícios financeiros que o exercício das funções de embaixador impuseram a Pedro Theotónio Pereira, a verdade é que pôde manter em Washington um estilo de vida que o tornava amigo e cúmplice de algumas das figuras mais notáveis do meio. Ao contrário do sucedido durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro, enquanto esteve em Washington voltou o poder interessar-se pelas coisas do mar – tanto pelo facto da prática da vela estar bastante generalizada por toda a costa leste dos EUA como por ter podido deslocar-se algumas vezes aos bancos da Terra Nova e aí ter acompanhado a faina da frota portuguesa dedicada à pesca do bacalhau⁴¹³ –, documentou-se sobre a história e a cultura norte-americana, podendo pela primeira vez em toda a sua vida fazer largas temporadas fora de meios periféricos e relativamente provincianos como eram o Rio de Janeiro, Madrid e Lisboa. Embora continuasse a ser essencialmente a mesma pessoa, verdade é que a realidade norte-americana era diferente de todas as outras que conhecera anteriormente, mesmo por comparação com aquelas que conhecera na Europa durante as décadas de 1920 e 1930. As diferenças eram de tal ordem que embora mantivesse muito do seu conservadorismo e elitismo social – já para não dizer político e ideológico –, quando confrontado com a rotina da vida política lisboeta, com as intrigas que ela naturalmente gerava, Theotónio Pereira não podia calar algumas impressões que desde havia muito trazia consigo mas que no início do Outono de 1948 finalmente verbalizava. Numa carta a Marcello Caetano, em resposta a uma outra enviada pelo ex. ministro das Colónias, e na qual comentava algumas calúnias de que se sentia vítima – a propósito da sua eleição para a direcção do Banco Nacional Ultramarino e das dificuldades que ia sentindo à frente da União Nacional –, Theotónio Pereira asseverava:

O nosso provincianismo tem-nos feito muito mal. É mesmo, quanto a mim, o pior defeito da actual situação. Visto cá de fora, ainda mais me aflige. A província trouxe para o Terreiro do Paço um feitiço pequeno e enrededeiro [sic.] que contrasta com o evidente espírito de progresso que domina tudo o mais.

⁴¹² Theotónio Pereira informava que o seu “chauffer”, “tendo casa de habitação e comendo frequentemente à minha custa”, recebia do “Estado o ordenado de 250 dólares mensais.” Como os segundos e terceiros secretários de legação ganhavam à volta de 500 dólares mensais, havia sem dúvida um “desequilíbrio” que deveria ser parcialmente corrigido.” *Ibidem*.

⁴¹³ “He [Theotónio Pereira] cruised to the Grand Banks of Newfoundland in 1948 to visit with the men of Portugal’s codfishing fleet, following his participation in the blessing of the Portuguese-American fishermen’s fleet in Gloucester. Two secretaries accompanied him [...]. He worked for or five hours daily aboard ship on official business and was in constant contact with the Embassy.” “Very Happy Mission.” *The Standard Times*, 29 de Janeiro de 1950.

“Impossível ficar calado!”

*Já é tempo de Lisboa valer mais que as boticas concelhias. Mas o encanto delas pode muito no feitio e nas maneiras de que pretendem ser tão altos como o campanário local. São uns chatos.*⁴¹⁴

Antes de sair do seu posto em Washington, e para além das inúmeras cerimónias públicas e privadas de despedida em que participou, Pedro Theotónio Pereira desdobrou-se em declarações à imprensa, nas quais fazia um balanço dos cerca de dois anos e meio que passara nos EUA, ao mesmo tempo que se pronunciava, embora de forma sintética e circunspecta, sobre a situação política e económica em Portugal. Na entrevista que deu por esta altura ao *The Standard Times*, emergiu o embaixador na intimidade da nova residência em Washington, fazendo um balanço do trabalho ali realizado e permitindo que transparecessem algumas das suas ideias e preocupações sobre a realidade portuguesa que se preparava para encontrar no seu regresso a Lisboa.⁴¹⁵ Lembrando o redactor que a missão de Theotónio Pereira fora desempenhada, desde Agosto de 1947, sempre com “um sinal de distinção”, logo sublinhou que a entrevista foi tomada na “map-room” da Embaixada. Tratava-se de uma divisão muito especial por nela serem visíveis alguns dos traços da personalidade de Theotónio Pereira e que este, mais do que nunca, fazia questão de apresentar publicamente:

Dr. Pereira talked in the Embassy's richly oak-panelled “map-room”, where old engravings, an antique sextant, ship models and other furnishings remind of Portugal's maritime past and his own great love of the sea. His dog, quivering with delight at the privilege, was a part-time listener-in, close at his master's knee.

Classificando a sua missão de “muito feliz”, Theotónio Pereira lamentava ter de deixar para trás uma grande quantidade de bons amigos que fizera durante a sua estada em Washington, New Bedford e noutros pontos dos EUA. Agradava-lhe, e tinha razões para isso, o facto de deixar também uma herança de excelentes relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos, e, ainda, um novo edifício onde passara a instalar-se a Embaixada, o que naturalmente, além de razão de orgulho pessoal, permitiria ao seu País a partir daí desenvolver com maior dignidade e em melhores condições a sua actividade diplomática. Porém, e apesar do êxito pessoal e político que fora a sua passagem por Washington, Theotónio Pereira justificava o regresso a Lisboa pelo facto de haver catorze anos que estava ausente de Portugal, e vinte que não sabia o que era ter umas férias sem a preocupação de estar permanentemente em risco de ser chamado. Deixava então cair algumas palavras de agradecimento à família e que eram também a promessa de que uma recompensa lhes era devida:

⁴¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Washington, 30 de Dezembro de 1949 (documento n.º 59). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

⁴¹⁵ A entrevista escolheu para título os termos em que Pedro Theotónio Pereira classificava a sua passagem por Washington: “Very Happy Mission.” *The Standard Times*, 29 de Janeiro de 1950.

“Impossível ficar calado!”

*[...] I look forward to having time at last to devote myself to my family – my mother, my wife, who has encouraged me in my career though her health has not permitted her to share it, and my young daughters, of whom I have seen so little.*⁴¹⁶

Mas estas palavras não significavam que estivesse a pensar reformar-se da política e dedicar-se apenas a negócios privados. Prometia continuar “ao serviço” do seu “país.” Avançando a entrevista no estilo intimista, pessoal, muito ao gosto do jornalismo norte-americano, evocava o conforto que sentiria no reencontro com o lar:

[...] it will be wonderful to be back again in our town house at Dafundo, just 10 miles from Lisbon, and to breath once more the fresh air of our country place, Quinta do Pombal. [...]

The Ambassador, smiling, took a deep breath, as though he already whiffed the warm breezes of the plains estate where generations of Pereiras have cultivated cork, range cattle, wheat and wine grapes. The ancient gateway to Quinta do Pombal is pictured on the label of their wine bottles.

Considerando a sua missão em Washington como a mais trabalhosa que já tivera, uma vez que coincidira com uma fase extremamente complicada da história recente das relações internacionais, Theotónio Pereira destacava a realização das conferências do Atlantic Council – tendo duas delas ocorrido na Embaixada portuguesa – e, claro, a assinatura do Pacto do Atlântico. Depositava ainda esperança nos resultados que traria num futuro próximo o início recente da participação portuguesa no Plano Marshall.⁴¹⁷ O ERP era particularmente elogiado pelo facto se estar já a ser utilizado na aquisição de maquinaria que iria permitir construir e, sobretudo, apetrechar as centrais hidroeléctricas que o Governo português, e ele próprio, considerava essencial para o desenvolvimento económico do País e para a melhoria das condições de vida da população. Ao seu entrevistador demonstrava ter esperança de que um vasto plano de construção de barragens iria permitir, num prazo razoável, levar a electricidade à mais recôndita aldeia portuguesa. E isso era importante, porque permitiria evitar a muito temida e indesejada fuga de populações do campo para as cidades, algo que atingiria proporções dramáticas e criaria enormes problemas num País esmagadoramente rural como ainda era o caso de Portugal. A devoção ideológica e política de Theotónio Pereira pelo País rural fazia-o acreditar e dizer que a agricultura portuguesa de minifúndio se tinha desenvolvido muito nos últimos vinte anos e que os portugueses que viviam espalhados pelos campos não desejavam outra coisa senão neles permanecer. A sua devoção pela agricultura era tão grande que sublinhava o facto do seu filho estudar agronomia, como desejava, e não Direito, como muita gente parecia achar natural, uma vez que essa seria a maneira mais óbvia de poder vir a seguir

⁴¹⁶ *Idem, ibidem.*

⁴¹⁷ A propósito da recusa do Governo português em receber ajuda no primeiro ano em que vigorara o dito Plano, Theotónio Pereira adiantou aquela que seria cada vez mais a explicação oficial portuguesa para a atitude tomada no Verão de 1947: “Portugal did not ask for assistance the first year, he commented, feeling other nations in more urgent need of rehabilitation should have priority.” *Ibidem.*

“Impossível ficar calado!”

os passos do pai na diplomacia. Desenvolvia depois a tese do Portugal País eminentemente pobre do ponto de vista agrícola e a forma como essa fatalidade tinha provocado um atraso económico em grande medida inevitável. Mas mesmo assim referia-se à Quinta do Pombal como uma propriedade na qual se praticava uma agricultura de ponta, sendo que através dela se procuravam melhorar tanto as condições de produção na própria Quinta como, eventualmente, em toda a agricultura portuguesa.

Na sua tantas vezes incontrolável tendência para simplificar, garantia então que o problema português era muito fácil de definir, embora não especialmente fácil de resolver:

[...] *the dairy problem has been difficult on other areas. It is not transportation that balks us now – we have railroads and fine highways – but the land and the lack of moisture.*

Voltando às revelações sobre a vida pessoal, Theotónio Pereira garantia que no seu regresso a Lisboa iria cumprir uma promessa feita há algum tempo a suas filhas. Uma viagem de carro até Itália, prevendo visitar Roma depois da Páscoa, quando cidade prometia estar menos ocupada pelos turistas.⁴¹⁸ Entretanto, quer o embaixador quer a sua secretária, sobretudo esta, tinham passado as últimas semanas em compras, procurando garantir que seria adquirido tudo aquilo que fazia parte de uma extensa lista enviada pelas filhas.⁴¹⁹ Adquirira ainda inúmeros livros sobre temas do mar, nomeadamente sobre a navegação à vela e história dos EUA – “da Declaração de Independência à Guerra Civil”. Para Lisboa levava números das revistas *New Yorker* e da *Ladies Home Journal*, de que sua mulher era grande apreciadora.

Gabava-se, e tinha razão para isso, de como nenhum outro embaixador ter visitado as principais colónias de portugueses nos EUA, nomeadamente na Nova Inglaterra – onde fora seis vezes – e na Califórnia onde o impressionaram os “Muir Woods”, que passara a considerar “uma das memórias mais sublimes da sua vida.” Na Califórnia visitara o vale de São Joaquim, apreciando a sua riqueza agrícola e industrial, para depois percorrer o Estado de Sacramento a Los Angeles. Em Novembro de 1949, para visitar alguns amigos, deslocara-se a alguns Estados do Sul, as duas Carolinas, Alabama, Georgia e Louisiana, tendo feito uma paragem em duas pequenas cidades deste Estado para poder estar e pescar com luso-americanos que ali se encontravam. Mas nos EUA a última viagem não oficial que fizera antes de partir fora a Gloucester. Aí se deslocou para a oferecer à igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem a miniatura de uma escuna de pesca. Fizera-o, por devoção à virgem mas também por saber que

⁴¹⁸ Sobre os estudos de suas filhas, podia ler-se no jornal: “Clarinha, 15, is finishing school this year. Her handsome older sister [Madalena] is training as a nurse aid, with a view to enhance usefulness in assisting the religious of her parish as a visitor among the sick and the aged. Their father added the girls are members of a new church choir group. A recent letter related how well their Epiphany program went off, a great improvement over their achievement at Christmas.” *Ibidem*.

⁴¹⁹ O embaixador fora às compras em Nova Iorque à Abercrombie e à Fitch. Adquirira “cinco pares de sapatos especiais impermeáveis de que a família gostava muito.” *Ibidem*.

“Impossível ficar calado!”

cada vez que os seus amigos de Washington visitassem a igreja situada no topo de uma elevação com vista para o mar, se iriam lembrar sempre de Theotónio Pereira cada vez que vissem o barco.⁴²⁰

Muito poucos meses depois de ter chegado aos EUA, Theotónio Pereira declarou publicamente a sua “fé” nos princípios políticos e ideológicos que guiavam a nação americana e que eram partilhados pela generalidade das nações ocidentais, entre elas Portugal. Fê-lo em declarações ao *Standard Times*. Em Janeiro de 1950, despedia-se dos norte-americanos e dos luso-descendentes no mesmo jornal e com palavras igualmente expressivas:

“Here men have found themselves members of a free society, without shackling prejudices, without limitations imposed by overpopulation on the other side of the Atlantic. They have found opportunity and obviously a favorable atmosphere in which to develop their capacities.

“I hope with all my heart the United States will be able to maintain the basic conditions of their happiness and prosperity. In this troubled world, ridden by collectivism and other isms and overwhelming lacks, the example of a free society based on individual rights and opportunities for everyone, in family life, right to own and acquire property, to develop capacities and reap legitimate rewards, is a real asset for the future of mankind.

“In Portugal we believe in all this. [...] We hope to give to all Portuguese, too, a place in the sun by allowing them to grow accordingly to their merits and capacity.”⁴²¹

Estas declarações demonstravam a mesma fé nos princípios de liberdade, de democracia e de igualdade que historicamente tinham caracterizado os Estados Unidos e que, no mundo conturbado da Guerra Fria, considerava serem imprescindíveis, havendo não apenas a obrigação de defendê-los como, sobretudo, o dever de expandi-los. Quem lesse em Portugal as declarações de Pedro Theotónio Pereira ao *Standard Times* de New Bedford podia pensar que o embaixador regressava a Lisboa disposto a travar uma batalha por um outro futuro para Portugal. Tratava-se porém, e como é óbvio, de uma mera declaração de circunstância proferida num momento em que desejou que lhe reconhecessem valor por qualidades que não possuía e por defender valores em que nunca acreditou. Entre 1945 e 1950, o mundo mudara muito em todos os aspectos, mas especialmente no campo político. Durante aquele período, e pelo menos politicamente, Theotónio Pereira ficara na mesma.

⁴²⁰ A devoção de Theotónio Pereira era evidente na preocupação que tinha cada Natal de montar um altar na Embaixada e chamar um padre que dissesse missa perante o embaixador e todo o pessoal da missão, desde os secretários ao “pessoal doméstico.” À missa seguia-se um pequeno almoço na principal sala de jantar da Embaixada, refeição na qual todos participavam em situação de igualdade. *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Capítulo VIII

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”¹

Ninguna decisión es final, todas se ramifican en otras.

Jorge Luis Borges, “La lotería en Babilonia” in El jardín de los senderos que se bifurcan (1941).

“[...] I manage to keep busy, even though I am temporarily out of public life.”²

Como confessou a Marcello Caetano, Pedro Theotónio Pereira não saía de Washington por causa da família nem dos seus “interesses pessoais”. Afinal havia treze anos, “catorze” como ele gostava de dizer, que tinha aceite “uma missão no estrangeiro” e pelo estrangeiro se tinha “conservado sem sobrepor nem a família nem os interesses pessoais à ideia da Pátria.” Fizera o melhor que lhe era possível e esquecera tudo “para só olhar” ao seu “dever nos postos.” Simplesmente, estava “farto do Ministério dos Estrangeiros e de muita coisa medíocre” que havia “lá pela terra” e que via “infelizmente a prosperarem.” Por isso, em Washington, no mês de Setembro de 1949, pedira a Caeiro da Matta que o deixasse sair. O “caso” tinha-se complicado e, apenas por isso, em finais de Dezembro continuava à espera de uma “solução”. Mas a ladainha de queixas não ficava por aqui:

Não devo fazer aí nenhuma falta pois faz agora 2 anos que me chamaram em serviço a última vez e só lá fui há um ano porque tive a desgraça de perder o meu querido Pai. Os postos supremos (mesmo os de importância suprema) caíram no rol do esquecimento. E por isso se criaram fenómenos como o bom do Bianchi.³

Mas Theotónio Pereira não era homem para se deixar abater. Fazia questão em recordar àqueles que conheciam a sua insatisfação que dificilmente aceitava cair no esquecimento, tanto como figura com obra no regime, como enquanto embaixador que ininterruptamente ocupara postos de grande relevância na diplomacia portuguesa desde os

¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 21 de Maio de 1956 (documento n.º 81). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

² *The Standard Times*, 11 de Maio de 1951.

³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Washington, 30 de Dezembro de 1949 (documento n.º 59). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

tempos da Guerra Civil de Espanha. Para a todos proclamar que desempenhara uma importante missão em Washington, Pedro Theotónio Pereira preparou politicamente o seu regresso a casa. A imprensa portuguesa,⁴ a começar pelos jornais açoreanos e madeirenses, cobriu generosamente a viagem de regresso de Theotónio Pereira. É verdade que tinha confessado a sua mãe que desejava regressar a Lisboa num “vapor de carga”, uma vez que considerava ser esse o melhor meio de poder vir a “ter um pouco de sossego”, mas também por desejar viajar na companhia do “Sport”, o dalmata que em Washington passara a ser seu camarada inseparável, e por não querer separar-se dos seus “modelos de navios, tão delicados” que para viajarem em segurança tinham de ir ao “colo”.⁵ Mas certo foi que uma viagem de regresso, pausada, com paragens nos Açores e uma outra na Madeira – arquipélagos de onde eram originárias duas das maiores comunidades portuguesas emigradas nos EUA –, lhe proporcionou contactos com a imprensa permitindo-lhe vencer o anonimato e recuperar alguma iniciativa política. A repetida publicitação em jornais metropolitanos e insulares das etapas de que se compunha o seu regresso, multiplicava afinal as alusões elogiosas ao trabalho do diplomata e do antigo membro do Governo. As referências ao reconhecimento que lhe seria votado pelas autoridades insulares e, por exemplo, pela melhor sociedade micaelense, tudo actos de que Theotónio Pereira se julgava merecedor, foram acontecimentos que o ajudaram a recuperar-se. Da sua parte nada parece ter sido feito, antes pelo contrário, para evitar que as autoridades civis e militares dos dois arquipélagos o aguardassem nos cais dos portos das ilhas por onde passou. Aí esperaram que desembarcasse para solene e efusivamente o cumprimentarem, ou daí subiram a bordo do *Horta* para felicitarem tão ilustre visitante e dar-lhe as boas vindas de regresso à pátria.

⁴ No continente, o *Diário da Manhã* foi o órgão de imprensa que mais atenção deu ao regresso do Pedro Theotónio Pereira. Aliás, em rigor, começou a noticiar a saída de Washington. “O Embaixador de Portugal nos Estados Unidos deixa o seu posto e regressa a Lisboa” in *Diário da Manhã*, 15 de Fevereiro de 1950, p. 1. Ver ainda as edições do mesmo jornal dos dias 8, 16, 17, 24, 25 e 27 de Fevereiro de 1950. Tudo notícias de primeira página e divulgando as declarações dadas por Theotónio Pereira à saída dos EUA, nos Açores, na Madeira e à chegada a Lisboa. Na capital esperavam-no, além de familiares, várias individualidades. “Os Srs. Drs. Castro Fernandes, Ministro da Economia; Eng. Jorge Pereira Jardim, subsecretário de Estado do Comércio e Indústria; e comandante Tenreiro embarcaram cerca das 9 e 30 numa lancha dos Pilotos e foram à barra saudar o ilustre viajante, quando o «Horta» entrou no Tejo.

Rio acima, outras embarcações, conduzindo entidades oficiais e pessoas das relações e amizade do Dr. Teotónio Pereira, rondaram também o navio, em saudação amiga [...].

Quando o navio atracou, o prestigioso diplomata desceu ao cais recebendo calorosa salva de palmas das individualidades que ali o aguardavam e entre as quais estavam os Srs. Eng. Frederico Ulrich, Ministro das Obras Públicas; o Dr. Coelho Lopes que representava o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Leão de Sousa Gracioso, Embaixador do Brasil em Lisboa; Xantaky, 1.º Secretário da Embaixada americana; Dr. Esteves Fernandes, director-geral dos Negócios Económicos e Consulares [...] e muitas outras entidades, amigos e pessoas e famílias.” *Diário da Manhã*, 27 de Fevereiro de 1950, pp. 1 e 2.

⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Virgínia Carlota Hermann Von Bötischer,” Washington 25 de Janeiro [de 1950]. Arquivo da Sociedade Comercial Theotónio Pereira, Lisboa (ASCTP).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

As escalas do *Horta* permitiram que Theotónio Pereira fosse notícia. Acedeu a ser homenageado nos Açores e a prestar algumas declarações ao *Correio dos Açores*. No Funchal, embora não houvesse qualquer homenagem, até porque a escala do vapor era pouco demorada, prestou algumas declarações a um jornalista da ANI que o *Jornal do Funchal* reproduziu (Dutra Faria, seu condiscípulo na “escola”, era na altura director da agência de notícias portuguesa).⁶ De qualquer modo, foi a imprensa açoreana que deu um tratamento mais generoso à travessia do Atlântico por Theotónio Pereira. A 22 de Fevereiro, foi-lhe oferecido pelo governador do distrito, Aniceto dos Santos, um almoço, no qual estiveram presentes autoridades civis e militares, dirigentes da Legião Portuguesa e da União Nacional.⁷ No discurso, o capitão Aniceto dos Santos classificou Theotónio Pereira como o “primeiro apóstolo e realizador do corporativismo português” e teceu enormes elogios ao percurso do homenageado como embaixador, destacando, que o “triumfo da diplomacia lusa em Espanha” se devera “à sagacidade, à inteligência e à habilíssima actuação de um ilustre e distinto português” – que se presume tratar-se de Theotónio Pereira. Os comentários e os elogios à passagem pelo Brasil e à estada nos EUA centraram-se na acção desenvolvida junto das comunidades emigrantes portuguesas. Theotónio Pereira respondeu gentilmente mas sem proferir uma única palavra sobre a situação política portuguesa ou internacional.

*Acentuou que escolhera intencionalmente o seu regresso à pátria através do mar, num barco português e com escala pelos Açores. Pela primeira vez tivera a ventura em quase seis anos de poder escolher o caminho e fazê-lo a seu gosto.*⁸

Enalteceu os tripulantes do *Horta*, que pertenciam à Companhia de “Carregadores Açoreanos”, pela “sua categoria, competência e disciplina”, qualidades que honravam Portugal no estrangeiro. Fez referências elogiosas aos açoreanos emigrados e criticou o facto da “grande epopeia marítima dos portugueses” ser muitas vezes esquecida ou injustamente tratada no estrangeiro.⁹ Celebrou a importância dos Açores na vida portuguesa e recordou uma história

⁶ Uma das primeiras perguntas feitas pelo jornalista respeitou à possibilidade de ser intensificada a emigração portuguesa, e em especial a madeirense, para os EUA. Theotónio Pereira respondeu que não via forma de os portugueses conseguirem uma liberalização da política de imigração norte-americana. *O Jornal da Madeira*, 25 de Fevereiro de 1950, p. 1.

⁷ *Diário dos Açores*, 24 de Fevereiro de 1950, pp. 1 e 4. Segundo o *Correio dos Açores*, o “almoço foi primorosamente servido pelo pessoal do Hotel sob a direcção do seu gerente sr. Jaime Brizida.” Decorreu “cheio de animação, tendo-se ouvido durante este excelentes trechos de música de diversos autores célebres e canções portuguesas, intermedeando grande propaganda de S. Miguel e saudações a S. Ex.a o sr. Embaixador ditos ao microfone por uma distinta locutora da primeira sociedade micaelense.” *Correio dos Açores*, 24 de Fevereiro de 1950, p. 1.

⁸ *Diário dos Açores*, 24 de Fevereiro de 1950, pp. 1 e 4.

⁹ “Chegámos aos Açores e conquistámos com segurança a ciência náutica. Conhecíamos os segredos da navegação porque sabíamos voltar para trás.” Idem, *ibidem*, p. 4.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

várias vezes repetida quando esteve nos EUA sobre as circunstâncias em que fizera a sua primeira viagem ao arquipélago (ver capítulo I, nota 241).

Muito mais generoso com Theotónio Pereira foi o semanário *Correio dos Açores*. Ocupou grande parte da primeira página da sua edição do dia 24 de Fevereiro com a visita realizada pelo homenageado a várias obras em curso em Ponta Delgada e noutros locais da ilha de São Miguel. Ainda na primeira página, como na quarta, transcreveu uma entrevista concedida por tão ilustre visitante à última hora já a bordo do *Horta*. Por outro lado, a importância dada pela imprensa à visita não se reduzia à dimensão política interna. Os jornais açoreanos – que tinham parte significativa dos seus leitores nos EUA –, ao cobrirem o regresso de Theotónio Pereira em Lisboa, sabiam estar a ir ao encontro do interesse de uma fatia importante dos seus assinantes e leitores. Aquele, por sua vez, via reforçado o seu papel de intermediário privilegiado entre Portugal e os emigrantes açoreanos nos EUA e noutros países onde se recebessem notícias através de jornais *Correio dos Açores* ou do *Diário dos Açores*.

Além do almoço, Theotónio Pereira esteve presente num “«chá»” realizado no Convento de Belém, oferecido por uma colaboradora do *Correio dos Açores* e por seu marido, respectivamente D. Maria Luísa de Vasconcelos Soares de Albergaria de Athayde e Luís Bernardo Leite de Athayde, nele participando a nata da sociedade de São Miguel, tendo sido notável o desfile de senhoras e cavalheiros com nomes sonantes.¹⁰

No antigo refeitório conventual, em que o dono da casa realizou com as suas mãos de artista, expressões de beleza, que valorizam o seu talento magnífico – foi servido o chá com requintes de grande distinção.

O homenageado [...] trocou impressões [...] com os donos da casa, seus filhos e convidados, mantendo o fulgor da brilhante conversação, depois do que retirou directamente para bordo do «Horta», onde era aguardado por muitas pessoas.¹¹

Estavam portanto longe os tempos em que Theotónio Pereira gostava de ser notícia em acontecimentos que o colocavam em aparente comunhão com as classes populares. Sobre política externa louvou o Pacto do Atlântico, sublinhou que se tratava da “primeira aliança” dos EUA e que Portugal estava “nela, defendendo uma causa que dia a dia” se afigurava “vital para os países livres da bacia atlântica.” Interrogado sobre a participação portuguesa no Plano Marshall foi dizendo que esperava “ajuda substancial” em 1951 e que ela seria importante para o financiamento e desenvolvimento de grandes projectos essenciais ao progresso da economia

¹⁰ Caso da condessa da Silva, de Clotilde de Andrade Albuquerque Pereira da Costa Santos, D. Maria Adelaide Nunes da Costa Serrão dos Reis, D. Judith Nunes da Costa Corte Real e Amaral, D. Rosa Sotto-Mayor de Faria e Maya, D. Gabriela Borges de Sousa Jacome Correia Hintze Ribeiro, D. Maria de Chaves Cimbron Borges e Sousa, D. Maria Eduarda Sotto-Mayor de Faria e Maya, D. Maria da Graça Hintze Ribeiro Jardim de Athayde e D. Hermínia Read Henriques e vários cavalheiros com apelido Faria e Maya ou Athayde Corte Real Soares de Albergaria. *Correio dos Açores*, 24 de Fevereiro de 1950, p. 4.

¹¹ Idem, *ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

portuguesa. Sobre o facto de Portugal ter mudado de atitude em relação à ajuda norte-americana, Theotónio Pereira justificou-se afirmando que a dispensa de “auxílios no primeiro ano” era um “título de orgulho” para os portugueses e “ao mesmo tempo um índice” do seu “espírito de colaboração.” Dirigiu-se depois aos açoreanos emigrados louvando o seu patriotismo, mas não deixando de detalhar, referindo expressamente, a importância dos sacerdotes portugueses junto daquelas comunidades. O facto das comunidades açoreanas radicadas nos EUA manterem índices muito elevados de prática religiosa e de procurarem instituições de ensino católicas portuguesas para os seus filhos, parecia ser, na óptica de Theotónio Pereira, factor de grande importância para a sustentação da sua harmonia, patriotismo e da fidelidade ao Estado Novo.¹² Finalmente, merece ser notada a forma como o *Correio dos Açores* tratou a questão pendente relativa ao futuro político imediato de Theotónio Pereira:

*Havia um ponto delicado em que ninguém falava, mas que a fraqueza do jornalista revela – qual o destino que Portugal dará, em solene investidura de novas responsabilidades, ao antigo Embaixador em Madrid, Rio de Janeiro e Washington?*¹³

A pergunta foi pensada mas não foi feita porque o embaixador tinha pressa. Mesmo assim o jornalista atrevia-se a acrescentar que em São Bento certamente se reconheceriam as qualidades do “Homem de ideologia e acção, que tem ajudado a escrever as modernas páginas da vida nacional, nas suas mais rasgadas atitudes...”¹⁴

Já em Lisboa, foi recebido por amigos, alguns deles políticos, por familiares e pela imprensa. A mesma imprensa que em Lisboa dera já notícia da sua saída dos EUA, da forma como fora recebido em São Miguel e da entrevista concedida no Funchal a bordo do *Horta*. Além de entrevistado pelos jornais, à sua chegada a Lisboa fez declarações à Emissora Nacional. Voltava a chamar a atenção para a grande importância do trabalho que desenvolvera em Washington, tanto no aprofundamento das relações entre Portugal e os EUA, como na reaproximação das colónias de emigrantes portugueses ao seu País de origem. Independentemente da sensação causada pelas suas declarações, verdade era que em Fevereiro de 1950 estava encerrada mais uma etapa na sua biografia política. A 13 de Março passava à situação de licença ilimitada.

Durante o período de quase nove meses que passou sem ocupar qualquer cargo oficial, escrevia a Marcello Caetano dando-lhe conta da felicidade que sentia por poder desfrutar daquilo que mais falta sentira durante tantos anos passados no estrangeiro:

¹² *Ibidem*, pp. 1 e 4.

¹³ *Ibidem*, p. 4 (destaque no original).

¹⁴ *Ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*Para a semana lhe telefonarei para passar umas horas da tarde consigo. Deus louvado, cá estou com a família e o espírito em sossego. Estou feliz por ter regressado e acho que era tempo.*¹⁵

Mas o descanso da política, que não o da diplomacia,¹⁶ seria curto, para dizer que não chegou a existir, apesar de apenas em Novembro de 1950 ter voltado a ocupar um cargo público como procurador à Câmara Corporativa. E assim tinha que ser, fosse por causa da sua dependência da política para poder viver quotidianamente, fosse como resultado do facto de se tratar de uma figura eminente do regime, mesmo se os treze anos passados no estrangeiro o tinham tornado mais dispensável por Oliveira Salazar. De qualquer modo, e por muito que no estrangeiro tivesse sinceramente suspirado de tristeza pela falta da família e sentisse saudades de Portugal, não seria quase aos cinquenta anos de idade que iria mudar radicalmente a sua forma de ser, uma vez que desde a adolescência vivera de braço dado com a política, ocupando com apenas trinta anos o seu primeiro posto governamental.

Tendo Pedro Theotónio Pereira, em Março de 1949, anunciado a Oliveira Salazar a sua disponibilidade para sair de Washington, desejo que renovou no início de Abril, pessoalmente, a Caeiro da Matta, o assunto morreu rapidamente. Não só porque não obteve qualquer resposta, mas porque na altura teria considerado, apesar do seu desejo de sair, ser importante continuar por causa da difícil situação em que então Portugal se encontrava “dentro do Plano Marshall”. No entanto, convém notar, não houve propriamente um pedido de demissão mas apenas a sugestão de que podia regressar a Lisboa no caso de nas Necessidades e em São Bento ter havido uma quebra de confiança em relação à pessoa do embaixador em Washington, pelo facto deste ter manifestado opiniões muito próprias sobre vários assuntos relativos ao funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a certos aspectos da política externa portuguesa e, em particular, à forma como tinha sido gerido por Salazar o convite para Portugal participar, como membro fundador, no Pacto do Atlântico. Finalmente, em Setembro, e tendo sido informado que estava a ser preparado pelo Ministério “um largo movimento nos postos”, julgou que era chegada

¹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Estoril, s.d. (muito provavelmente 1950) (documento n.º 60). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

¹⁶ Em certa medida o seu descanso da actividade diplomática também não foi muito prolongado, uma vez que mercê do seu currículo de diplomata chefiou, em Outubro de 1950, a delegação portuguesa ao “Colloquium Internacional de Estudos Luso-Portugueses” realizado em Washington. Pedro Theotónio Pereira, “Alocução da Sessão Solene Inaugural” in *Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, s.e., s.l., Instituto para a Alta Cultura, s.d.. Segundo Theotónio Pereira, o *Colloquium* foi a consequência lógica do esforço norte-americano para melhor ficar a conhecer o mundo português e uma consequência de, com a sua passagem por Washington, Portugal ter saído do anonimato. O evento foi quase integralmente “custeado” pela Biblioteca do Congresso e pela Universidade Vanderbilt e pretendia unir os esforços do Brasil e de Portugal para a promoção da língua portuguesa nos EUA. Além de acossada pelo castelhano, a divulgação da língua portuguesa padecia, como o próprio Theotónio Pereira reconhecia, da falta de uma política concertada por portugueses e brasileiros. Por outro lado, o pouco que se fazia devia-se à acção brasileira. “Relatório do embaixador Pedro Theotónio Pereira para o ministro dos Negócios Estrangeiros”, Lisboa, 6 de Novembro de 1950, 26 pp.. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

a altura de apresentar o “pedido” para ser substituído. Exposto o seu caso a Caeiro da Matta, aproveitando uma ida deste a Washington, Theotónio Pereira apressou-se a escrever a Salazar comunicando-lhe que pedira que o posto que ocupara “fosse incluído no movimento” de diplomatas que estava a ser preparado. Desejava que lhe fosse “permitido sair do serviço activo do Ministério.” Contudo, informava Salazar que recordara a Caeiro da Matta o facto do duque de Palmella ter decidido sair em Novembro e que, portanto, “seria uma boa solução” que o embaixador em Washington o acompanhasse, utilizando-se o “mesmo procedimento” em relação a dois diplomatas que inicialmente não eram de carreira. No entanto, muito mais do que um pedido para sair, este foi o procedimento que Theotónio Pereira utilizou para recordar a Caeiro da Matta e, sobretudo, a Salazar, a sua velha ambição de poder vir a ser colocado em Londres. Tendo, quando fora colocado em Washington, solicitando a sua nomeação para a capital do império britânico, o que aparentemente só não pudera concretizar-se pelo facto de ali se encontrar ainda colocado o duque de Palmella, ao pedir, em Setembro de 1949, para abandonar a carreira diplomática, aquilo que Theotónio Pereira efectivamente fazia era recordar a vagatura iminente do posto de Londres e a ambição que havia alguns anos alimentava de poder vir a ocupá-lo. A sua vontade de ir para Londres era compreensível. Como se sabe, juntamente com o Vaticano, ou até mais do que o Vaticano, Londres era considerado o posto mais prestigiado, o coroar natural de uma carreira diplomática que voluntariamente, mas também por lei, Theotónio Pereira abraçara depois de ter cumprido cinco anos como embaixador em Espanha.¹⁷

Assim, e embora por um lado manifestasse o desejo de abandonar a carreira diplomática, informando que aceitava de “bom grado a decisão” que mais convinha ao Ministério, e que seria a sua passagem, e a de Palmella, à situação de “licença ilimitada”, na carta enviada a Salazar dando-lhe conta desse facto, não podia deixar de mostrar aquelas que eram as suas verdadeiras intenções:

Quando V. Ex.a me honrou com a nomeação para este posto, escrevi-lhe do Rio uma longuíssima carta a expor as hesitações com que o aceitava. Umas de carácter particular, outras derivadas das condições de serviço no estrangeiro e da experiência nesse aspecto já recolhida, especialmente, na minha missão no Brasil. Não sei se foi possível a V. Ex.a prestar alguma atenção às minhas modestas observações, mas posso sinceramente dizer depois destes dois anos e meio que não me sinto encorajado a continuar no serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros por muitas das razões que naquela carta expus.¹⁸

¹⁷ “Ambos fomos [Palmella e Theotónio Pereira], com efeito, dois amadores que nas horas graves da guerra se resolveram servir em postos difíceis, ambos fomos incluídos na escala por motivo de mais de cinco anos de serviço e ambos pedimos na mesma altura para regressar à vida particular.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 19 de Setembro de 1949. AOS/CO-18, fls. 259-263.

¹⁸ Idem, ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

E no tom de lamento que sempre gostava de empregar junto dos seus interlocutores, a começar por Oliveira Salazar, rematava: “O posto de Washington fez-me perder a esperança de poder continuar nesta vida.”¹⁹

Na resposta, Oliveira Salazar foi direto ao assunto. Não se quis deixar enredar pelas razões que Theotónio Pereira evocava para abandonar a carreira diplomática e, implicitamente também, a vida pública. Salazar percebia que, como fora comunicado pelo ainda embaixador em Washington a Caeiro da Matta, Theotónio Pereira evocasse motivos pessoais fortes para regressar a Lisboa – “desejo naturalíssimo de acompanhar no país a educação dos seus filhos” e ainda que, por causa da morte do pai, sentisse “necessidade de gozar, enquanto Deus permitir, a existência e companhia de sua Mãe.” No entanto, e tirando estas, não considerava “reais” quaisquer outras das razões aduzidas por Theotónio Pereira. Para refrescar a sua própria memória e a do embaixador, recordou o conteúdo da carta que, em Março de 1947, Theotónio Pereira escrevera a Salazar do Rio de Janeiro. Tendo o presidente do Conselho ido buscá-la aos seus arquivos para, em Outubro de 1949, responder como devia e como queria ao pedido de Theotónio Pereira, traçou semelhanças e paralelismos no conteúdo de ambas as missivas, da mesma forma que evocou as omissões da última e os pedidos presentes na primeira. As semelhanças diziam respeito à continuação das queixas sobre o muito deficiente funcionamento dos “serviços.” Sobre este ponto, Salazar fazia questão de precisar que embora não quisesse nem pudesse “defender a Secretaria de Estado de todas as acusações” – algumas delas por si partilhadas e até formuladas –, a verdade era que havia circunstâncias históricas que justificavam as dificuldades sentidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. A guerra em Espanha e a Segunda Guerra Mundial tinham, afinal, “aumentado” o seu “trabalho” em “proporções enormes, e o pessoal nem quantitativa nem qualitativamente” tinha “podido “acompanhar a progressão,” o que, aliás, garantia Salazar, se tratava de um problema que não afectava apenas a diplomacia portuguesa. Por outro lado, as permanentes ausências do ministro Caeiro da Matta no estrangeiro, embora imprescindíveis, não ajudavam em nada à resolução dos problemas.²⁰

¹⁹ Sintetizava nos seguintes termos os problemas vividos em Washington: “Sabe bem V. Ex.a como já neste posto algumas vezes estranhei a forma como fui tratado pela Secretaria de Estado, especialmente a propósito do Plano Marshall e do Pacto do Atlântico. Não desejo tomar-me um funcionário impertinente ou difícil, nem sei servir senão com lealdade e compreensão total do que estou a fazer.” *Ibidem*.

²⁰ Salazar fazia questão de sublinhar que durante as ausências do ministro era ele quem assumia as rédeas da gestão do Ministério, de modo a que Theotónio Pereira compreendesse que o próprio Salazar percebia que muitas das críticas que fizera ao funcionamento dos serviços da Secretaria de Estado, eram, em boa medida, críticas ao presidente do Conselho. “Carta de Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 11 de Outubro de 1949. AOS/CO-18, f. 264-272. Este documento encontra-se truncado. Trata-se de uma cópia dactilografada redigida sob papel químico. O desacerto entre o papel químico e papel que fixou o texto fez com que algumas frases situadas no topo e na base das páginas dois, seis e oito se encontrem ilegíveis ou então totalmente desaparecidas.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Quanto “ao assunto do pedido de demissão,” depois de ter conversado sobre o assunto com Caeiro da Matta, Salazar ficara com a certeza que era qualquer coisa de irreversível, mas apenas no que respeitava à saída de Washington. Por outro lado, dizia claramente a Theotónio Pereira que não via qualquer motivo para misturar aquilo que era o seu desejo legítimo de sair do seu posto, com o movimento diplomático mais geral que surgira em consequência das eleições presidenciais, realizadas no ano em curso e, em particular, com a eventual entrega da Embaixada de Londres a um novo titular. Ou seja, enquanto em Londres, como noutros postos, se iria mexer por causa do movimento normal de diplomatas, em Washington não era o caso. Isto significava que Salazar não estava ainda disponível para juntar a vaga de Londres com a outra parte da conversa que, por carta, desejava manter com Theotónio Pereira. Londres teria que esperar.²¹

Certo era que a Pedro Theotónio Pereira interessava uma colocação em Londres fundamentalmente por três razões. Em primeiro lugar, por razões pessoais. Como católico fervoroso, é possível que não pudesse desejar a coroação da sua carreira no Vaticano. Não apenas pelo facto do Vaticano ser já menos importante e relevante do que muitas outras embaixadas, a começar por Washington, restando-lhe pouco mais do que a tradição, mas, sobretudo, por ter a convicção íntima de que no exercício das funções de embaixador entrariam em conflito aquelas que eram as suas convicções pessoais de católico e os seus deveres de representante político e diplomático de um Estado junto de outro Estado. Daí que estando-lhe vedado o Vaticano, apenas em Londres podia satisfazer a sua ambição de ver rapidamente coroada a sua carreira de embaixador político colocado em postos chave em momentos chave. O segundo motivo está intimamente ligado com o primeiro. Sendo este essencialmente pessoal, servia um segundo que era fundamentalmente político. Tendo toda a sua carreira política a partir de 1938 decorrido no estrangeiro, Theotónio Pereira poderá ter percebido a certa altura que apenas com uma carreira diplomática notável, e na qual uma colocação em Londres era uma etapa necessária, senão mesmo imprescindível, poderia ambicionar regressar à vida política interna em condições que lhe permitissem manter-se como figura de topo do regime e, a prazo, como substituto de Salazar. Finalmente, o terceiro ponto que, embora menos importante, estava certamente presente no pensamento de Theotónio Pereira quando tanto em 1947 como, sobretudo, em 1949, sugeriu a sua colocação em Londres. Este desejo e ambição era também a forma que lhe ocorria e que tinha à sua disposição de humilhar alguns dos seus colegas na carreira diplomática, nomeadamente àqueles que, do seu ponto vista, minavam a actividade de

²¹ Idem, *ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

diplomata que vinha exercendo ininterruptamente desde 1938. A sua situação parecera agravar-se seriamente quando, depois da morte do embaixador Teixeira de Sampaio, a gestão corrente do Ministério dos Negócios Estrangeiros passara a ser da responsabilidade de um veterano da carreira diplomática como João de Bianchi,²² ou por duas jovens estrelas ascendentes como Marcello Mathias,²³ e António Leite de Faria.²⁴ Salazar, no entanto, percebendo as intenções de Theotónio Pereira, a que terá acrescentado outros motivos, não aceitou que fosse Theotónio Pereira a substituir Palmella em Londres e nomeou Rui Enes Ulrich, que em 1936 fora substituído, também em Londres, por Armindo Monteiro. Ou seja, entre 1933 e 1950 – e também depois –, a Embaixada de Londres foi exclusivamente ocupada por embaixadores políticos, mas nunca por Theotónio Pereira que, recorde-se, em 1943 não aceitara ir para aquele posto substituir o demissionário Armindo Monteiro. Só dez anos mais tarde deu Salazar a Theotónio Pereira um posto que recusara em 1943, depois do chefe do Governo ter então muito insistido para que o embaixador em Madrid o aceitasse. Também por causa desta recusa num momento muito delicado, é possível que Salazar não tenha aceite os pedidos de Theotónio Pereira, feitos em 1947 e em 1949, para ir para Londres.

Afastada liminarmente por Oliveira Salazar a hipótese de Londres, e apesar do interesse manifestado por Theotónio Pereira para regressar à vida particular, o chefe do Governo deu conta de que vinha pensando, desde Fevereiro, na necessidade imperiosa de proceder a uma remodelação governamental, que só o acumular de vários problemas o impedira de executar.²⁵ A esta juntar-se-ia a promoção de uma “reforma constitucional” – “a próxima Câmara poderá arrogar-se poderes constituintes” –, e, finalmente, a introdução de mudanças no “conjunto da administração” que precisava “de ser de novo carrilada segundo velhos princípios, pouco a pouco esquecidos ou caídos em desuso.”²⁶

²² Em 1947 e 1948.

²³ Entre 1945 e 1947.

²⁴ De 1948 a 1950. Marcello Mathias e António Leite Faria, independentemente das suas qualidades de diplomatas, foram colaboradores e protegidos do embaixador Teixeira de Sampaio e, portanto também, de Oliveira Salazar. Como ficou dito no capítulo VI, Teixeira de Sampaio sempre foi visto por Theotónio Pereira como um obstáculo nas suas relações com Salazar em matéria de diplomacia e de política externa. Em 1945, o jovem Marcello Mathias sucedeu a Teixeira de Sampaio e manteve a sua hostilidade até 1947 quando foi mandado para Paris a seu pedido. Sucedeu-lhe João de Bianchi. Quando este seguiu para o Rio de Janeiro, em 1948, António Leite de Faria veio de Haia ocupar o seu lugar. Ou seja, entre 1937 e 1950, sempre que Theotónio Pereira exerceu as funções de embaixador, o vértice da Secretaria Geral foi sistematicamente ocupado por embaixadores de carreira que lhe eram hostis tanto do ponto de vista pessoal como político-diplomático. Entrevista com o embaixador José Calvet Magalhães. Estoril, 1 de Setembro de 2004.

²⁵ “Fiz os estudos e consultas necessários para reorganizar o Governo, mas tudo isto demorou, em virtude de outras preocupações e trabalhos urgentes, mais do que devia ser, e a oportunidade passou.” “Carta de Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 11 de Outubro de 1949. AOS/CO-18, fls. 264-272.

²⁶ *Ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

As mudanças que se propunha introduzir eram indiscutivelmente vastas, ambiciosas e denunciavam, estranhamente em Salazar, uma vontade de mudar arriscando politicamente alguma coisa de substancial. Isto talvez queira então dizer que o tom das suas afirmações tinha muito menos de genuíno e muito mais de vontade de seduzir pela forma, um colaborador que sabia ser importante mas bastante difícil de recrutar. De qualquer forma, pelo tom e pelo conteúdo, o modo como se dirigiu a Theotónio Pereira tratava-se quase de uma declaração única saída da cabeça e da pena de Oliveira Salazar, pela visão que apresenta da evolução passada e futura do regime e do País. Indicando claramente que o futuro de ambos estava, não numa abertura à democratização por via da restauração de um sistema parlamentar assente na concorrência política entre partidos, mas na recuperação dos valores originais em que assentou a fundação do Estado Novo e que, por um conjunto variado de circunstâncias, nunca se tinham podido afirmar conveniente e devidamente, para não dizer de forma hegemónica, o presidente do Conselho descrevia ao ainda embaixador em Washington aquele que era o seu entendimento da realidade política portuguesa:

Não se me afigura possível continuar a viver, quanto aos fundamentos e características do regime, em sistema de ecletismo provisório mas afinal excessivamente duradouro. Ou sob a pressão das ideias e factos externos o País recomeça o seu partidarismo, com todas as consequências conhecidas aqui e lá fora, ou sob a pressão dos interesses nacionais e arrostando com as incompreensões possíveis, há que consolidar, praticando-o embora por fases e sem precipitações, o regime corporativo. Eu opto decididamente por esta alternativa. Como experiência? Como regime a implantar-se e viver duradouramente? Não sei; em qualquer caso como a única possibilidade real de salvar, definir e defender, através de governos competentes e estáveis, os grandes interesses da Nação Portuguesa.²⁷

Dezassete anos depois da promulgação da Constituição e da tomada de posse de Theotónio Pereira como subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, Salazar declarava que, para andar pelo caminho que acabara de apontar e a que parecia, novamente, ter chegado à conclusão ser não apenas o melhor, mas o único para o País e para o regime, havia que instaurar uma “base” e essa base era “a organização corporativa.” Dois, pelo menos, eram os caminhos a seguir nessa obra de restauração. Por um lado, “reverter ao pensamento original de que várias circunstâncias” haviam “desviado” o regime. Por outro, fazer a “doutrinação intensa” que tinha “faltado”.²⁸ Sendo ainda evidentes para Salazar os problemas que não resolvera, e por outro lado até criara, a existência durante quase duas décadas de uma subsecretaria de Estado das Corporações. Tratando-se, igualmente, as Corporações uma “roda livre na orgânica do Estado, interessadas a fundo nas reivindicações de ordem material dos

²⁷ Ibidem (sublinhado no original).

²⁸ Ibidem. Haveria uma terceira área – que, aliás, para Salazar era a primeira – em que seria necessário trabalhar afincadamente. Mas as características do documento acima referidas não permitem sequer que seja adivinhada.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

trabalhadores, sem ligação estreita nem com a economia nem com a política”, mas, sobretudo, “sem resultados sensíveis para a consolidação do regime e da sua natureza corporativa.” Vista então a vontade política de reverter no caminho do Corporativismo e tendo em conta a reforma constitucional planeada que abria o caminho para a alteração da orgânica governamental, constatando os problemas relacionados com a existência de uma simples Subsecretaria de Estado das Corporações, era óbvio que outra alternativa não havia senão criar o Ministério das Corporações, entregando-o a uma pessoa que pudesse “responder por aquela missão”. Essa pessoa, obviamente, era Pedro Theotónio Pereira. Segundo Salazar, a profunda mudança política e constitucional que vinha sendo preparada constituía o momento “ótimo” para um regresso “às lides do Governo” daquele que fora o primeiro subsecretário de Estado das Corporações. Que, aquele que fora “responsável pelo lançamento das bases”, aparecesse como Ministro “a realizar a tarefa da corporativização (nem sei se se pode empregar o termo) do País,” era para Salazar uma excelente solução. Sobretudo quando àquela “tarefa” se ligava “a consolidação do regime no que tem de específico,” surgindo “a tomar conta da obra [...] [alguém] enriquecido com a observação da vida de vários países e com a experiência de muitos homens e sistemas em acção.” Seria ainda por cima algo que “todos compreenderão bem e saudarão como esperança e penhor de abundantes realidades.” O “facto” assim tão “simples” seria, segundo Salazar, “suficiente para imprimir carácter e dar sentido à recomposição ministerial.”²⁹

Prevedo que a Theotónio Pereira poderia não agradar um convite para chefiar o novo Ministério das Corporações, ou que poderia sentir-se melindrado por ser convidado apenas para uma pasta, caso desejasse regressar ao Governo, deixando-o sem opções (o que seria sempre uma situação politicamente delicada), Salazar ofereceu-lhe também a Economia visto que, “por óbvias razões, não deveria transitar de uma Embaixada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, do qual tanto se queixava. A solução da Economia era importante e adequada dada a passagem de Theotónio Pereira pelo Comércio e Indústria em 1936-37 e por aquilo que era o seu conhecimento dos problemas económicos do País e internacionais, como consequência das tarefas que desempenhara na área da diplomacia económica, tanto em

²⁹ Ibidem (sublinhado no original). Note-se que, a 23 de Setembro de 1949, Pedro Theotónio Pereira publicara em *O Século*, porque para isso fora convidado pela direcção do jornal, um artigo evocativo do 16.º aniversário da publicação do primeiro pacote legislativo do Estado Novo sobre o Corporativismo. Trata-se de um texto que embora não negasse aquilo que para Theotónio Pereira, e outros apologistas da experiência corporativa portuguesa, tinha sido o caminho percorrido no sentido da criação e aperfeiçoamento de uma política social, se desenvolvia afinal em termos muito moderados, em que o autor se preocupava mais em explicar o Corporativismo do que a propagandear-lo. *O Século*, 23 de Setembro de 1949. Não seria de admirar, embora não passe de uma suspeita, que Salazar tivesse arranjado forma de fazer com que *O Século* convidasse Theotónio Pereira a escrever sobre o tema. Dessa forma, teria maneira de conhecer o pensamento sobre o Corporativismo daquele que era um potencial candidato à nova pasta das Corporações.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Espanha como nos EUA.³⁰ Restava-lhe pedir a Theotónio Pereira que lhe respondesse com alguma celeridade, uma vez que desejava ter um novo Governo entre as eleições de 13 de Novembro e a abertura das Câmaras a 25 do mesmo mês.

Na volta do correio, Pedro Theotónio Pereira, além de ter uma vez mais comentado de forma muito crítica o modo de funcionamento da Secretaria de Estado – relatando alguns casos recentes –, adiantava que esta, como muitas outras críticas de que fizera eco junto de Caeiro da Matta e do próprio Salazar (já para não falar na discordância que adiantara ao chefe do Governo pela forma como este tinha conduzido a questão da resposta ao pedido de adesão ao Pacto do Atlântico), não eram, do seu ponto de vista, motivos suficientes, nem sequer politicamente honestos, para lhe ser recusada a pasta dos Negócios Estrangeiros. Até porque, se as críticas ao funcionamento da Secretaria de Estado e as divergências de fundo que apresentara nos últimos meses sobre a política externa portuguesa eram razão bastante para o afastar de um Ministério, interrogava-se sobre se seria “essa situação diferente quanto aos outros postos” a que Salazar se “referia” na carta que lhe enviara. Pela sua parte, confessava que não o via “claramente.”³¹

Como fez questão de chamar a atenção um par de semanas mais tarde, quando Salazar já o tranquilizara sublinhando que as divergências existentes entre os dois não afectavam a relação de amizade de longa data, nem o percurso político que em conjunto tinham feito desde finais da década de 1920, a decisão tomada por Theotónio Pereira de se “afastar do serviço assentava exactamente na verificação de que – sendo funcionário – não devo discutir a orientação do Governo.” Daí que não fosse outra coisa a sua atitude, senão uma prova de coerência com aquele que era o seu “próprio respeito pela hierarquia e pela disciplina”. Mas se as críticas ao modo como funcionava a Secretaria de Estado, à sua descoordenação, à sua total indisponibilidade funcional para conceder um mínimo de liberdade de iniciativa, impedindo que embaixadores e chefes de missão assumissem algumas responsabilidades; se até as funções coordenadoras entre serviços e de políticas eram suficientemente claras para que Salazar

³⁰ Escrevia Salazar: “Os assuntos são-lhe familiares, não encontraria dificuldades, além das inúmeras que resultam da natureza da pasta e do momento que se atravessa.” *Ibidem*.

³¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 27 de Outubro de 1949. AOS/CO-18, fls. 273-280. Nesta data já Salazar proferira um importante discurso no qual apresentara as suas ideias sobre o estado da chamada “fórmula” corporativa, propondo que a promoção do Corporativismo se passasse a fazer através de um Ministério das Corporações e já não de uma Subsecretaria de Estado. Oliveira Salazar, “Questões de Política Interna” in *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 429-442. (Discurso dirigido aos governadores civis, às comissões distritais da União Nacional e aos candidatos a deputados, numa sala da Assembleia Nacional, 20 de Outubro de 1949). Marcello Caetano respondeu-lhe, criticando a fórmula que iria ser adoptada numa conferência que depois publicaria em livro. Marcello Caetano, “O Corporativismo Português em 1950” in *Páginas Inoportunas*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 115-142 (Sociedade de Geografia, 23 de Março de 1950). Sobre as peripécias à volta da realização da conferência e seu impacto no seio do regime, Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 341-346.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

compreendesse as razões da saída de Theotónio Pereira da carreira diplomática, a verdade era que os motivos apresentados numa primeira carta pelo ainda embaixador para não aceitar o convite que lhe fora dirigido para vir a ser o primeiro ministro das Corporações ou o novo titular da Economia reclamaram da parte do chefe de Governo uma explicação mais detalhada e esclarecedora.³² Assim, e sobre a recusa da pasta das Corporações, justificava-se Theotónio Pereira:

Há justamente 14 ou 15 anos que saí das Corporações por entender que era o momento para “corporatizar” (se isso se pode dizer) o Estado e a vida do país, e por V. Ex.a não aprovar as minhas ideias a tal respeito. Pois é com sinceridade igual que eu não vejo claramente neste momento como poderá V. Ex.a pôr em prática o programa esboçado há dias.³³

Quanto à recusa em vir a ocupar a pasta da Economia, a justificação era apresentada em termos idênticos à das Corporações.

Quanto à Economia (que sei por experiência própria tão ligada às Corporações) já V. Ex.a sabe, por uma conversa que tivemos há 4 anos, o desgosto profundo que me produziu ver essa parte da organização corporativa convertida em foco de aversão do país.

V. Ex.a recordar-se-á também porque declinei nessa ocasião a pasta da Economia. Continuo a pensar da mesma forma.³⁴

Ou seja, não estava interessado em pastas que sabia poderem vir a trazer-lhe muitos problemas e nenhuma espécie de simpatia ou reconhecimento público, sobretudo tratando-se Pedro Theotónio Pereira duma figura destacada do regime, com prestígio, carismática, que compreensivelmente ambicionava poder um dia suceder a Salazar e que não estava disposto a imolar-se no exercício de funções em áreas políticas nas quais rapidamente se arriscava a tornar-se impopular e onde os obstáculos políticos de toda a sorte tenderiam a acumular-se e a manchar-lhe, talvez irreversivelmente, o currículo. Além dos problemas económicos nacionais e internacionais existentes, da desorganização, da impopularidade e do descrédito em que caíra uma parte dos organismos económicos corporativos, e que dificilmente lhe permitiriam ser no curto prazo um bom ministro da Economia – Supico Pinto e Daniel Barbosa, ainda que por razões distintas, tinham saído em desgraça da pasta que agora Salazar lhe oferecia –, a

³² “Carta de Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 8 de Novembro de 1949. AOS/CO-18, fls. 281-292 e “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 14 de Novembro de 1949. AOS/CO-18, fls. 293-299.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem. É possível que Theotónio Pereira recusasse tanto a Economia como as Corporações por não desejar ver novamente levantado o fantasma das acusações de corrupção que ainda pendiam, embora com muito menor intensidade do que durante os últimos anos da guerra e naqueles que imediatamente lhe seguiram. Recorde-se que, por pressão de Santos Costa, haviam sido essas acusações a impor a saída de Supico Pinto do Governo em 1947. Acusações de corrupção essas que aquele oficial do Exército, e subsecretário da Guerra, tinha feito publicamente pela primeira vez a 28 de Maio de 1944. MATOS, Luís Salgado de, “COSTA, Fernando dos Santos” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, p. 447.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

aceitação do convite para desempenhar aquele cargo correspondia a uma desclassificação política na hierarquia do regime e do Governo. Era como marcar passo por comparação com o último posto governamental, ocupado na segunda metade da década de 1930. Já a recusa das Corporações – que não seria também propriamente uma promoção –, era, em primeiro lugar, o reconhecimento por parte de Theotónio Pereira de que os anos que passara no Governo, a experiência que aí tivera trabalhando na dependência de Salazar na tarefa de instituição de um regime corporativo, pouco tinham servido para cumprir os objectivos que conjuntamente se haviam proposto em 1933. Em segundo lugar, reforçavam a percepção de que quase nada lhe garantia que na sociedade portuguesa, como no regime ou no Governo, pudesse passar a haver uma margem de manobra acrescida para instaurar uma realidade que não pudera concretizar-se quando, interna e externamente, o ambiente era muito mais favorável. Finalmente, parecia descabido a Theotónio Pereira que se convidasse para a Economia ou para as Corporações alguém que ostensivamente fora afastado por Salazar do conhecimento e da discussão dos problemas políticos do País. Pelas contas de Theotónio Pereira estavam prestes a cumprir-se dois anos sobre a última vez que fora chamado a Lisboa.³⁵ Daí que lhe parecesse que uma vez que não tinha havido interesse em auscultar as suas opiniões “no campo dos problemas políticos nem dos interesses económicos”, não fazia sentido que o convidassem para uma daquelas duas pastas. Portanto, o melhor era tornar-se novamente num “cidadão sem cargos oficiais” – o que constituía uma “grande compensação” –, mas não deixando de dizer que da sua “última experiência” em Washington lhe ficava “alguma mortificação na alma.”³⁶

Convém recordar que tanto a ideia de se proceder a uma alteração profunda na orgânica governamental como à consequente mudança na sua composição, não partiu originalmente de Oliveira Salazar. Em 1946, Santos Costa e Lumbralles tinham discutido o problema, não do ponto de vista da criação de um Ministério das Corporações mas do cargo de ministro adjunto do chefe do Governo, de vice-primeiro ministro ou de ministro sem Pasta (ver capítulo VII). Mas para além destas conversas havidas nos bastidores do regime naquele ano, pelo menos no Verão de 1949 Albino dos Reis teve com Oliveira Salazar algumas conversas que prepararam a alteração na composição do Governo e as mudanças na sua orgânica. Destas conversas saíram

³⁵ De facto, no final de 1948 e no início de 1949, Pedro Theotónio Pereira estivera em Lisboa por causa do falecimento de seu pai. No entanto, isso não o impediu de se encontrar com Salazar e Caeiro da Matta, nem significou que o ministro dos Negócios Estrangeiros ou o presidente do Conselho não tivessem pensado em convocá-lo para consultas. Afinal, se já estava em Lisboa, ainda que por razões pessoais, não havia razão para chamar em serviço o embaixador em Washington. Mesmo assim a este propósito escrevia: “Se fui mesmo há um ano a Lisboa, foi só porque tive a desgraça de perder o meu Pai. Nem pelo telegrafo, nem por ofícios, nem por relatórios, logrei realmente concorrer para ter o Governo esclarecido e habilitá-lo algumas vezes a agir nos melhores momentos.” Ibidem.

³⁶ Ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

alguns documentos de trabalho – apontamentos e cartas – da autoria daquele conselheiro de Salazar e entre os quais se encontra o nome de Theotónio Pereira como ministériável.³⁷ Fora, aliás, depois de ter conhecimento da opinião de Albino dos Reis sobre aquela que poderia ser a composição de um novo elenco governativo e das razões que aconselhavam a uma recomposição ministerial, e de Theotónio Pereira ter dado conhecimento a Salazar de que tinha pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para ser substituído no cargo de embaixador, que o chefe do Governo lhe escreveu uma carta na qual, além de lhe comunicar estarem para breve mexidas no Governo, convidou Theotónio Pereira para ocupar ou o Ministério das Corporações ou o da Economia.

A necessidade de remodelação, como se sabe, radicou na profunda crise da União Nacional – que muitos atribuíam a Marcello Caetano³⁸ – e na necessidade de a resolver de forma a que o Governo pudesse vir a enfrentar, da melhor maneira que lhe era possível, as previstas eleições para a Assembleia Nacional.³⁹ De qualquer modo, em Novembro de 1949 fizeram-se as eleições para a Assembleia Nacional, sem ter havido ainda remodelação de Governo e, só em finais de Maio de 1950, parecia o processo de recomposição dos Ministérios ter entrado novamente para o topo das prioridades de Oliveira Salazar. Esta sim, seria profunda. Deu-se seguimento àquela que em 1943-44 era a ideia de Marcello acerca das vantagens de uma profunda alteração na orgânica do Governo e que, para si, já então implicava a criação de um Ministério coordenador. Seguia ainda as propostas em sentido idêntico que, pelo menos, Santos Costa e Lumbralles tinham discutido em Junho de 1946 e feito chegar ao conhecimento de Salazar (ver capítulo VII). Por último, aceitava a proposta defendida por Albino dos Reis em Agosto de 1949, para quem uma remodelação a ser feita deveria ser profunda, não apenas quanto à mudança de nomes mas, também, quanto à estrutura do próprio Governo.

Nos contactos que anteciparam as mudanças, e apesar das críticas que recebera e das dificuldades políticas por que passara após as presidenciais de 1949, Marcello Caetano foi um dos braços de Salazar na remodelação.⁴⁰ Já com o ano de 1950 bastante adiantado, tendo escutado as opiniões de algumas personagens do regime sobre o momento político, registou, e disso deu nota a Salazar, que Theotónio Pereira esperava “ser utilizado (e por isso se mantém sem ocupação e sem dar rumo à vida).” Marcello Caetano tomou nota de que o antigo

³⁷ “Carta de Albino dos Reis para Oliveira Salazar”, 14 de Agosto de 1949. AOS/CO/PC-3K. E, sobretudo, uma lista de ministériáveis da autoria de Albino dos Reis, s. d..

³⁸ A forma como Marcello Caetano abordou as eleições presidenciais de Março de 1949, foi factor de contestação e divisão no regime.

³⁹ “Isto quer dizer que embora o Dr. Marcelo Caetano tenha toda a culpa na crise da U. N. (em política desesperadamente é assim) temos nós necessidade de lhe reduzir as consequências e procurar recuperá-lo a ele.” “Carta de Albino dos Reis para Oliveira Salazar”, 14 de Agosto de 1949. Loc. cit..

⁴⁰ Marcello Caetano passara então a desempenhar o cargo de presidente da Câmara Corporativa.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

embaixador estava disponível para “qualquer pasta que significasse um grande serviço político v.g. a Defesa Nacional (que toda a gente espera seja agora criada) ou as Colónias.”⁴¹ A preferência por estas duas pastas poderia denotar diferentes e até algo contraditórias percepções do momento político por parte de Theotónio Pereira. Em primeiro lugar, a existência de uma certa animosidade política em relação a Santos Costa (ministro da Guerra e, antes disso, subsecretário de Estado da Guerra há longos anos), que em 1946 e 1947 se destacara por intrigar contra Supico Pinto e impedi-lo de ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Revelava também a vontade de ocupar uma pasta não apenas com grande relevo político, mas, sobretudo, de enorme simbolismo, logo ele que desde cedo parecia ter percebido as vantagens – eventualmente também para as Forças Armadas – de uma participação de Portugal no Pacto do Atlântico. O simbolismo decorria do facto de, desde o 28 de Maio, apenas um civil ter ocupado a pasta da Guerra, e de esse civil ter sido Salazar. Por outro lado, porque ocupando a nova pasta da Defesa Nacional Pedro Theotónio Pereira contaria certamente poder utilizá-la para reconquistar, com certa facilidade, algum do espaço que perdera na política interna. Finalmente, e embora pensasse poder fazer uso da sua experiência diplomática numa área política que lhe estava próxima, o desejo de ocupar a pasta da Defesa era a demonstração clara de que Pedro Theotónio Pereira se via a si mesmo, em 1950, como uma personagem do regime que, se chamada ao Governo, apenas aceitava ser considerada como uma figura de maior estatuto, colocada em destaque entre a liderança incontestável de Salazar e os demais notáveis do salazarismo. Por outro lado, a sua predilecção pelas Colónias tinha obviamente que ver com a percepção da importância que, a curto prazo, o império iria ter na política portuguesa e internacional, quando ainda não era demasiado evidente o progresso que o movimento de descolonização iria ter, alastrando da Ásia e de algumas regiões da África setentrional ao resto deste continente.⁴² Note-se que em 1950 estava em curso a revisão do Acto Colonial, uma das grandes prioridades políticas de Salazar.

De qualquer modo, e apesar de tida como urgente já no Verão de 1949, só em Julho de 1950 decidiu Salazar dar um novo e decisivo impulso à recomposição ministerial. Sabendo do interesse de Theotónio Pereira em fazer parte do Governo e em que pastas, pediu a Marcello Caetano que lhe fizesse então chegar uma palavra sobre uma futura entrada para o Governo.

⁴¹ “Carta de Marcello Caetano para Oliveira Salazar.” Lisboa, 29 de Maio de 1950. AOS/CO/PC-3K, fls. 153-154. Nesta altura Salazar pensava em Theotónio Pereira para os Negócios Estrangeiros, mas considerava que as Corporações ou a Economia ainda eram hipótese. Depois da sondagem feita por Marcello Caetano acabou por convidá-lo para as Colónias. “Apontamento de Oliveira Salazar”, s.d., AOS/CO/PC-3K, fls. 275, 278, 280 e 282.

⁴² Em Abril, Salazar enviara para a Câmara Corporativa o projecto de revisão do Acto Colonial. “Carta de Oliveira Salazar a Marcello Caetano”, [Lisboa] 29 de Abril de 1950. José Freire Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 260 (documento S121).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Cansado de esperar, e chegado o Verão, o antigo embaixador acabara por sair do País. Esta atitude mereceu comentário de Marcello Caetano:

Procurei informar-me acerca das disposições dele na ocasião da partida, junto das pessoas que o tivessem ouvido tempo antes, mas não consegui encontrar nenhum dos amigos mais assíduos. Interpreto a atitude dele apenas como o gesto de uma pessoa que tendo aguardado longos meses uma palavra de orientação sem a receber não está agora disposta a sacrificar as suas férias.⁴³

Marcello Caetano aproveitava o desaparecimento de Pedro Theotónio Pereira para criticar a forma como Salazar vinha conduzindo a crise política que se arrastava há mais de um ano.⁴⁴

A minha pequena experiência destas coisas e a larga audiência de gente que se interessa pela política tem-me ensinado o inconveniente de arrastar a solução de crises, por mais limitadas que sejam. Esta, a bem dizer, vem desde a eleição presidencial. Por motivos óbvios nunca desde então falei a V. Ex.a na necessidade de a resolver [...]. Mas julgo ter chegado o momento de dizer que na última semana de Maio, em que V. Ex.a deliberou abri-la, deveria ter sido solucionada [...]. Pela 3.ª ou 4.ª vez desde Fevereiro de 49 o país convenceu-se de que ia haver recomposição ministerial. Os ministros, de resto, foram os primeiros a espalhá-la e a arrumar papéis. O princípio de Junho era propício porque não tinha ainda chegado a época da fadiga estival nem se abria próxima a perspectiva das férias e das viagens.

Como se tudo isso não bastasse, e para explicar a atitude tomada por Theotónio Pereira, Marcello Caetano recordava que perante tal cenário os “ministeriáveis”, depois de assediados e comentados, acabavam por se sentir em posição desagradável. Julho, portanto, era um péssimo mês para se falar de crise àqueles que, eventualmente, pudessem estar dispostos a colaborar na sua resolução. Por um lado estavam cansados. Por outro desconfiados. Havendo, é certo, segundo Marcello, “urgência inadiável de recompor o governo”, e de o “recompor reorganizando a sua própria estrutura de modo a imprimir sensível impulso às coisas publicas”, não deixava de ser uma “ocasião má para encontrar e decidir as pessoas a entrar nele.” De qualquer forma, e

⁴³ “Carta de Marcello Caetano para Oliveira Salazar.” Lisboa, s.d. [8 de Julho de 1950]. AOS/CO/PC-3K, fls. 155-156. (data do punho de Salazar).

⁴⁴ Ao que parece, e sem ter dado sequer conhecimento do facto à família, para não a “inquietar”, Theotónio Pereira tinha viajado para França com o objectivo de reatar um tratamento à “circulação” interrompido com a sua ida para o Rio de Janeiro. Salazar que o sabia em França, mas não exactamente onde, pediu a Marcello Mathias que localizasse o mais rapidamente possível Theotónio Pereira. Este, ao contrário daquilo que Marcello Caetano parecia pensar, não tinha perdido ainda nem a esperança nem a vontade de ser convidado a entrar no Governo. Por isso, e embora não estivesse em Paris, apressara-se a ir à Embaixada deixar um cartão, facilitando desse modo a sua localização, fosse por razões pessoais, fosse por motivos políticos. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Paris, 10 de Julho de 1950. AOS/CO/PC-3K, fls. 246-247. Ver ainda “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Mathias”, Lisboa, 3 de Julho de 1950. Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, 2ª. ed., Lisboa, Difel, 1984, pp. 153-154. De facto, quando no Brasil, Theotónio Pereira pediu a Salazar que lhe permitisse deslocar-se durante um mês a Portugal para poder fazer um tratamento “à má circulação nas veias das pernas.” O mal apanhara-o em Espanha e o clima do Brasil piorara a sua situação. Ainda começara a fazer um tratamento em Portugal antes de ir para o Brasil, mas ficara incompleto. Em 1946, tinha esperança de melhorar no caso de se tratar nas termas de Monfortinho. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1946. AOS/CP-213, fls. 194-197. Sobre as dificuldades inesperadas encontradas por Salazar para encontrar Theotónio Pereira no estrangeiro, “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Caetano”, [Lisboa] 8 de Julho de 1950 in José Freire Antunes (ed.), *op. cit.*, pp. 263-263 (documento n.º S125).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

caso não se actuasse “com vigor e depressa”, a crise poderia passar de “simples acidente de governo a grave afecção do regime: é um perigo que já esteve bem mais longe.”⁴⁵

Naquilo que à possível e desejada entrada de Theotónio Pereira para o Governo diz respeito, a história acabou com uma recusa. A razão de tal gesto deveu-se pura e simplesmente ao facto de Theotónio Pereira, pelo menos aparentemente, ter feito questão de misturar questões pessoais e questões políticas, a ponto de se ter sentido “escandalizado” pelo facto de António Leite de Faria, depois do incidente de Washington, ter sido nomeado por Salazar para embaixador no Rio Janeiro. Marcello Caetano, pela sua parte, e depois de mais uma diligência para convencer o seu amigo a entrar no Governo, confessava não perceber porque motivo “tão particular sentimento” era colocado “acima do que nesta altura lhe surgia como de interesse nacional.” Posto o problema desta forma, a Marcello Caetano parecia, acima de tudo, que deveriam existir “outras razões” que desconhecia e sobre as quais não podia nem devia pronunciar-se.⁴⁶ Da sua parte o assunto estava arrumado.

A carta de recusa ao convite feito pelo telefone por Salazar a Theotónio Pereira para que aceitasse ser nomeado ministro das Colónias, é um testemunho da duplicidade do antigo embaixador. Mostrou-se surpreendido e agradado ao mesmo tempo. Agradado por se tratar de um convite para uma área de grande responsabilidade e onde seria possível dar claras provas de patriotismo. Surpreendido porque “nunca tinha encarado a ideia de ocupar o Ministério das Colónias [...]” Por isso, confessava que desde que no dia anterior, à noite, tinha recebido de Salazar o convite para ocupar a pasta das Colónias pensara “incessantemente” no assunto. “Depois desta longa meditação” acabava por concluir que não devia “ir para tal posto.” Justificava-se dizendo que aquilo que fizera ao longo de quase duas décadas (“embora servindo o país noutros sectores”) o tinha privado “duma experiência” que julgava “fundamental: ter ao menos ido às colónias.” Este homem que conhecia grande parte da Europa, servira no Brasil e já viajara até aos EUA e o Canadá, recusava-se a ser ministro por nunca ter visitado o Império. Essa falha parecia-lhe tanto mais assinalável quando sabia que “todos os últimos ministros estavam nessas condições aparte V. Ex.a que tem sempre posição distinta dos outros, como

⁴⁵ Carta de Marcello Caetano para Oliveira Salazar.” Lisboa, s.d.. AOS/CO/PC-3K, fls. 155-156. Sublinhados no original. Salazar reconhecia que a resolução da crise ministerial se tinha “arrastado demasiadamente”, mas não pudera ser ainda resolvida “em virtude de dependências de vária ordem [...]” “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Mathias”, Lisboa, 3 de Julho de 1950. Marcello Mathias, *op. cit.*, p. 153.

⁴⁶ “Carta de Marcello Caetano para Oliveira Salazar.” Lisboa, 27 de Julho de 1950. AOS/CO/PC-3 K, fls. 159-160. Quando tentava ainda convencer Theotónio Pereira a entrar para o Governo, Salazar escrevia ao embaixador português em Paris: “Fui surpreendido por esta viagem e tinha necessidade de falar com ele. Devo remodelar o Governo dentro de pouco [...] e não quero proceder a esse trabalho sem me assegurar que o Dr. Teotónio Pereira estaria disposto a coadjuvar-me e como. [...] Quando me dispunha a chamá-lo para uma troca de impressões hoje ou amanhã, tenho notícias da sua partida.” “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Mathias”, Lisboa, 3 de Julho de 1950. Marcello Mathias, *op. cit.*, p. 153.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Presidente do Conselho.”⁴⁷ Ora não só tinha Theotónio Pereira dito a Marcello Caetano que para poder dar-se um regresso seu ao Governo fazia questão em ficar com a pasta da Defesa Nacional ou a das Colónias, como na única conversa que mantivera com Salazar depois do seu regresso de Washington, este lhe havia expressado claramente o desejo de o ver ingressar no Governo, tendo-lhe oferecido, eventualmente, uma de duas pastas (Corporações ou Economia) na linha, aliás, daquilo que lhe houvera transmitido por carta para Washington quando começara a reflectir seriamente na possibilidade de fazer uma profunda recomposição ministerial.⁴⁸ Das razões da recusa ao convite que lhe foi dirigido em Julho para ocupar a pasta das Colónias, ficou-se apenas com aquilo que quis dizer telegráfica e algo enigmaticamente a Marcello Caetano:

*Como talvez já saiba, fui a Lisboa há 2 dias, mas não resultou. Não encontrei a atmosfera necessária para me decidir. Peço ao Céu que se tenha encontrado a melhor solução. O horizonte geral está muito feio. [...].*⁴⁹

Próximo do final de 1950, e como provavelmente Salazar já suspeitava quando lhe oferecera várias pastas no Governo que rejeitou, depois de regressado de Washington onde chefiara a delegação portuguesa ao Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros, e possivelmente até antes, Theotónio Pereira vivia a ser “explorado por algumas pessoas” que estabeleciam “à sua volta uma pequena intriga.”⁵⁰ Para não permitir que tal situação se mantivesse, Salazar tentou encontrar uma solução rápida para o assunto, “alguma coisa de importante” e séria que ocupasse o “espírito” do antigo embaixador. É que começava a “andar à roda de pequenas coisas e ditos” que o acabariam por indispor, “sem utilidade para ele nem proveito para o País.” Dirigindo-se a Marcello Caetano, presidente da Câmara Corporativa desde Novembro de 1949, o

⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, s.l., s.d. (recebida a 26 de Julho de 1950). AOS/CO/PC-3 K, fls. 148-250.

⁴⁸ “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Mathias”, Lisboa, 3 de Julho de 1950. Marcello Mathias, *op. cit.*, p. 153.

⁴⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 30 de Julho de 1950 (documento n.º 61). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Theotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

⁵⁰ Um presumível embora muito discutível sinal dessa “pequena intriga”, seria visível no início de 1951, quando Pedro Theotónio Pereira participou activamente nas celebrações do 26.º aniversário da morte de António Sardinha. No discurso de encerramento que proferiu na cerimónia evocativa da memória de António Sardinha, Theotónio Pereira concluiu afirmando que havia em “aberto” uma “dívida de gratidão [...] nacional” para com Sardinha, e que essa dívida tinha de ser paga “um dia como dívida sagrada da geração presente!” Fernando Aguiar, “No 26.º aniversário da Morte de António Sardinha” in *Reconquista*, volume III, n.º 2/3, 1952, p. 187. O *Diário da Manhã* noticiou largamente a homenagem que a Assembleia Nacional prestou a António Sardinha, reproduzindo na íntegra o discurso ali proferido por Lopes de Almeida. Deu ainda destaque à “sessão efectuada na Sociedade de Geografia”, reproduzindo, parcialmente, as preleções de João do Amaral, de João Ameal e de Alberto de Monsaraz, o penúltimo orador que se referiu ao poeta e à sua obra. Do discurso de encerramento de Pedro Theotónio Pereira apenas assinalou que o embaixador tinha salientado que os “versos” de Sardinha “serviam à maravilha para que a homenagem terminasse em beleza. E, calorosamente secundado, ergueu um «viva» a Portugal.” *Diário da Manhã*, 11 de Janeiro de 1951, pp. 1 e 6. A 18 de Fevereiro, os integralistas organizaram a sua própria homenagem a Sardinha, numa romagem ao seu túmulo em Monforte. Ai, Hipólito Raposo referiu-se-lhe como “[...]o valoroso combatente contra os falsos ídolos da política mortífera, o vingador das verdades históricas negadas ou deformadas, o vencedor de si mesmo pelo repúdio das mentiras com que cegaram os generosos sonhos da sua mocidade.” *A Época*, 19 de Fevereiro de 1951, p. 4.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

chefe do Governo perguntava-lhe se não haveria por lá “alguma de coisa de nível correspondente à situação política” e com a qual Pedro Theotónio pudesse “entreter-se e render”, uma vez que a simples dedicação aos negócios privados lhe dava tempo para intrigar politicamente com resultados que, no mínimo, se podia prever não seriam bons nem para o regime nem, sobretudo, para os que intrigavam.⁵¹ Assim sendo, é óbvio que o convite que Marcello Caetano dirigiu a Pedro Theotónio Pereira para que este passasse a ser “digno procurador” à Câmara Corporativa correspondia a uma tentativa bem sucedida de neutralizar um adversário potencial no seio do regime.

Acordado o convite entre Salazar e Marcello Caetano, e tendo-lhe este sido transmitido, Theotónio Pereira apressou-se a enviar uma carta pessoal a Salazar manifestando a sua aceitação e exprimindo o seu agradecimento pela “elevada distinção” com que o honrara o Conselho Corporativo ao escolhê-lo.⁵² Parecia estar à beira de terminar uma curta, mas eventualmente penosa, travessia do deserto. Na Câmara Corporativa, para a qual Marcello Caetano fizera questão de convidar, de modo a dar-lhes novo fôlego, figuras que lhe pareciam ter indiscutível prestígio na vida do País, mas que havendo colaborado com o regime, ou desejando fazê-lo pela primeira vez, se encontravam afastados da vida pública,⁵³ Theotónio Pereira viria a ter alguma actividade. Apesar de a partir de 12 de Fevereiro de 1951 ter passado a juntar às tarefas de procurador as de administrador do Banco Nacional Ultramarino (BNU),⁵⁴ de continuar a dedicar-se aos negócios da família⁵⁵ e de se ter ausentado várias vezes do País, ofereceu-se para elaborar pareceres, tarefa à qual não poucas vezes muitos dos procuradores se eximiam por ser encargo delicado e trabalhoso.⁵⁶

Na terceira sessão plenária, realizada a 25 de Novembro de 1950, na segunda sessão legislativa da V legislatura, foram reconhecidos e validados, entre outros, os poderes de Pedro

⁵¹ “Carta de Oliveira Salazar para Marcello Caetano”, [Lisboa] 11 de Novembro de 1950 in José Freire Antunes (ed.), *op. cit.*, pp. 275 (documento n.º S134).

⁵² “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 23 de Novembro de 1950. AOS/CP-213, fl.362.

⁵³ “Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar”, Lisboa, 19 de Novembro de 1949 in José Freire Antunes (ed.), *op. cit.*, pp. 250-251 (documento C128) e “Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar”, Lisboa, 17 de Outubro de 1950 in *idem*, *ibidem*, pp. 270-271 (documento C140).

⁵⁴ Deste Conselho de Administração faziam ainda parte o governador Francisco José Vieira Machado, o vice-governador António Pedroso Pimenta e os administradores António Júlio de Castro Fernandes, Visconde de Marceana, José de Azeredo Perdigão, D. Luís Pereira Coutinho e o capitão Teófilo Duarte.

⁵⁵ Além de confessar ter passado a ter tempo para ir à ópera em Lisboa com a filha mais velha, em entrevista a um jornal norte-americano muito lido em certos meios da emigração portuguesa da Nova Inglaterra, declarava que depois do regresso de Washington recomeçara a dedicar-se aos seus negócios privados. Sobre eles declarava que, depois de nomeado para a Administração do BNU – “one of Portugal’s largest banking houses” –, passara a gastar ali cerca de dez horas por dia. Voltara a colaborar com a Fidelidade, entretanto dirigida pelo seu irmão Luís (segundo o jornal, e o entrevistado, a Fidelidade constituira-se e ainda existia a partir do “padrão” definido pela Lloyd’s de Londres). Finalmente, informava-se que as suas outras “empresas de negócios” iam desde o comércio de exportação à agricultura. *The Standard Times*, 11 de Maio de 1951.

⁵⁶ Disso se queixava Marcello Caetano a Salazar.



“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Teotónio Pereira como “Digno Procurador”. Designado por “nomeação legal do Conselho Corporativo, em reunião de 20 do corrente”,⁵⁷ regressava doze anos mais tarde a São Bento. Marcello Caetano ficou radiante com a entrada do seu amigo pessoal e político, chegando a afirmar:

Não se estranhará, porém, que de entre todos [os novos Procuradores] destaque um nome: o Digno Procurador Pedro Teotónio Pereira, que, na qualidade de primeiro Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, tão intimamente colaborou na criação e na instalação desta Câmara e a quem a causa corporativa deve, no nosso país, tão assinalados serviços.

E prosseguiu:

Pelo seu passado de corporativista [sic] militante, pela sua experiência de homem de Governo, pelo conhecimento do Mundo obtido, nas difíceis circunstâncias, de todos sabidas, nas Embaixadas de Madrid, do Rio de Janeiro e de Washington, o novo Procurador vai certamente desempenhar nesta casa um papel de excepcional relevo.⁵⁸

Mas não foi exactamente assim. Até Agosto de 1953,⁵⁹ quando voltou a deixar São Bento para ocupar o cargo de embaixador em Londres, constituiu-se em relator de dois pareceres (favoráveis) à aprovação pelo Governo português de igual número de protocolos adicionais ao Tratado do Atlântico Norte. O primeiro, quando a Grécia e a Turquia foram convidados a subscrever o Tratado do Atlântico. O segundo, aquando do convite dirigido à República Federal Alemã para passar à condição de País membro do mesmo Tratado.⁶⁰ Sem grande relevância política, estes dois textos associavam-se ao facto da Câmara Corporativa ser, na realidade, uma instituição relativamente pouco importante naquilo que dizia respeito ao processo de decisão do poder político português, particularmente quando se tratava de recomendar, ou não, a ratificação de protocolos adicionais a tratados. Bem diferente, senão no seu alcance pelo menos no seu significado, foi o parecer em que, participando como relator, Pedro Theotónio Pereira avaliou as alterações ao quadro em que deveria passar a vigorar o condicionamento industrial.⁶¹

⁵⁷ Iniciaram funções na mesma data: Quirino dos Santos Mealha, João Baptista de Araújo, Rui de Melo Braga e Inocêncio Galvão Teles.

⁵⁸ *Diário das Sessões*, Suplemento ao n.º 55, 27 de Novembro de 1950.

⁵⁹ Três meses mais tarde, o decreto-lei 39 442 (21 de Novembro de 1953) reorganizaria profundamente a Câmara Corporativa. Coincidiu com o início da VI legislatura.

⁶⁰ Respectivamente, “Parecer N.º24/5” in *Diário das Sessões*, n.º 126, 25 de Janeiro de 1952 e “Parecer N.º42/5” *Diário das Sessões*, n.º 218, 18 de Março de 1953. Foi a sua relevante participação nas negociações que levaram Portugal à condição de signatário do Pacto do Atlântico que lhe permitiu intervir na elaboração destes dois pareceres, uma vez que não pertencia à respectiva secção.

⁶¹ “Parecer n.º 15/V – Projecto de proposta de lei n.º 511” in *Diário das Sessões*, n.º 101, 25 de Abril de 1951. A análise do condicionamento industrial no duplo papel de “instrumento da política industrial” e da “corporativização da indústria”, e de que a proposta de lei n.º 511 pretendia ser mais um passo, foi analisado em José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): O condicionamento industrial*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 112-138. O debate e o ambiente algo crispado, no interior do regime, em torno da política industrial era de tal forma significativo que mesmo antes de ser conhecido o teor do parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei e antes, também, da mesma ter sido analisada pelos deputados – apenas a imprensa já dera publicidade à sua existência –, já um deputado, Pinho Brandão, aproveitara o período de “antes da

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Desempenhou esta tarefa na qualidade de presidente das secções de “Pesca e Conservas” e das “Finanças e Economia Geral” mas, sobretudo, de antigo titular da pasta do Comércio e Indústria. O “tom crítico” do documento produzido foi para todos os efeitos “esquecido”, até porque assentava no pressuposto de que a lei anterior “era suficiente e se estava perante um retrocesso.” Apesar de “largamente” fundamentado, o parecer não teve “qualquer acolhimento na redacção final da lei.”⁶²

Na Câmara Corporativa, Pedro Theotónio Pereira ainda desempenhou as funções de presidente da secção de Educação Física e Desportos, facto que decorria da sua paixão e empenho na prática e desenvolvimento dos desportos náuticos, nomeadamente da Vela, mas também da sua ligação, de outros tempos, à FNAT.⁶³ Pedro Theotónio Pereira foi ainda membro do Conselho da Presidência, onde o acompanharam algumas figuras ilustres do regime.⁶⁴ Este órgão funcionava junto da presidência da Câmara e “era composto” pelos vice-presidentes e pelos “assessores escolhidos, em número ilimitado pelo Presidente, de entre os Procuradores.” Em Agosto de 1953 saiu da Câmara Corporativa e partiu para Londres. Por maior que fosse a sua devoção àquele órgão, a verdade é que nem por lá passou para assistir à derradeira sessão em que deveria participar e na sequência da qual aproveitaria para se despedir dos colegas e “apresentar” os seus “respeitos”. Nas vésperas da sua nomeação para Londres, mandou uma pequena carta a Marcello Caetano pedindo-lhe que lhe perdoasse a falta que ia dar na sessão do dia seguinte, mas a verdade era que tinha a sua “vida numa trapalhada e os dias voam.” Pedia-lhe ainda: “Rogo [que] diga uma palavra por mim aos colegas que tanto aprecio e tão bem

ordem do dia” para afirmar: “Sabe-se, Sr. Presidente, que chegou a ser objecto de negócio muito lucrativo a obtenção de alvarás industriais. Obtinha-se o alvará das instâncias superiores e vendia-se em seguida por preços fabulosos [...] sem que se tivesse feito a respectiva instalação industrial.” E mais à frente: “Tal não pode admitir-se porque é imoral, e por isso repugna ao espírito de justiça e de honestidade da Revolução Nacional. Há que criar um regime legal que impeça se pratiquem actos desta natureza.” *Diário das Sessões*, n.º 71, 21 de Fevereiro de 1951, p. 327. Finalmente, também o procurador Afonso Rodrigues Queiró acrescentou ao parecer elaborado pela Câmara a que pertencia, uma declaração em que se opunha com veemência tanto à proposta do Governo como ao teor do parecer elaborado. “Parecer n.º 15/V – Projecto de proposta de lei n.º 511” in *Diário das Sessões*, n.º 101, 25 de Abril de 1951, pp. 917-918.

⁶² José Maria Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 130. Por exemplo, e ao contrário de Theotónio Pereira, que achava bem a lei permanecer como estava, Marcello Caetano considerava que a proposta do Governo levada à Câmara Corporativa traduzia “um progresso sobre a lei vigente, mas talvez não tivesse avançado ainda bastante no sentido da liberalização.” “Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar”, Lisboa, 20 de Dezembro de 1950 in José Freire Antunes (ed.), *op. cit.*, pp. 278-279 (documento C138).

⁶³ Pedro Theotónio Pereira foi sócio da Associação Naval de Lisboa, cotando-se como uma das figuras notáveis daquela colectividade e tendo sido membro da sua direcção. Em 1947, a Assembleia Geral da Associação de Andebol de Lisboa elegeu “Primeiro Sócio Honorário” o então ainda embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. “Carta da Associação de Andebol de Lisboa para Pedro Theotónio Pereira”, Lisboa, 12 de Fevereiro de 1947. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁶⁴ Compunham o Conselho da Presidência, além do próprio Marcelo Caetano, Afonso de Melo Pinto Veloso, António Pinto de Mesquita, António Vicente Ferreira, Armindo Monteiro, Ezequiel de Campos, Francisco José Vieira Machado, José Gabriel Pinto Coelho, Ferreira Dias Júnior, José Tristão de Bettencourt, Júlio Dantas, Luís Quartín Graça, Luís Supico Pinto e Rafael Duque.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

me trataram.”⁶⁵ A propósito da Câmara Corporativa, só voltou a tocar no assunto na correspondência particular trocada com Marcello Caetano desde Londres ao pedir informações sobre o desempenho de Carneiro Pacheco, entretanto nomeado procurador, e aproveitando para o ridicularizar.⁶⁶

Quando havia pouco mais de um ano que se encontrava na Direcção do BNU, Salazar convidou Theotónio Pereira para governador do Banco de Angola. Houve que recusar, embora tenha sido “extremamente penoso.” Na altura o BNU encontrava-se numa fase delicada da sua vida, estando-se a proceder a uma profunda reestruturação do banco e a mudanças substanciais na respectiva estratégia de acção nos territórios ultramarinos portugueses – intervindo nesse processo tanto os accionistas como o “Conselho de Administração”. Por isso, Pedro Theotónio Pereira afirmava ter a “maior pena” que o BNU se encontrasse numa “singular situação”, e que por isso não tinha “qualquer dúvida que seria muito mal julgada” uma “passagem para o Banco de Angola” quando estavam “por esclarecer certos problemas importantes do ultramarino,” sendo o “mais delicado e o mais imediato o do dividendo.”

Por outro lado, e a propósito do convite, Theotónio Pereira fez questão de notar o seguinte:

*Confesso ainda lealmente a V. Ex.a que além destas razões ligadas com o ultramarino, eu teria, antes de aceitar o lugar do Governador do Banco de Angola, que dizer algumas impressões colhidas na minha visita a Angola e as dúvidas que tenho acerca do decreto da maior valia. Vi as coisas de perto e considero que não poderia assumir funções de tamanha importância sem conversar lealmente [...] e dizer o que penso sobre Angola.*⁶⁷

De facto, quando saiu do BNU, fê-lo com a escritura dos novos estatutos já assinada e estando prestes a realizarem-se “os actos relativos ao aumento de capital.”⁶⁸ Enquanto administrador de

⁶⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 23 de Agosto de 1953 (documento n.º 65). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

⁶⁶ “Que tal actua o Carneiro Pacheco? Leva o filho para as sessões da Câmara? O garoto já se sentou na presidência?” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 5 de Fevereiro [de 1954] (documento n.º 695). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

⁶⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 30 de Maio de 1952. AOS/CP-213, fls. 365-366. Referia-se Pedro Theotónio Pereira ao decreto-lei n.º 38 704, de 29 de Março de 1952 que estabelecia “o regime para sobrevalorização verificada na exportação de diversas mercadorias” produzidas nas “Provincias Ultramarinas.” Criava ainda o “Fundo de Fomento e Povoamento” do Ultramar e designava os seus “objectivos.” João Morais e Luís Violante, *Contribuição para uma cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 132.

⁶⁸ Referia-se à conclusão da primeira fase de privatização do BNU, confirmada em Junho com a assinatura de um novo contrato entre o Estado e o BNU. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Lisboa, 10 de Setembro de 1953. AOS/CP-213, fls.379-380. Em Maio enviara a Salazar uma carta na qual reforçava a sua convicção sobre a bondade da intenção do Governo em “devolver o Banco à sua forma tradicional.” Mas não deixava de assinalar “que outro poderia ter sido o caminho escolhido e que estava na mão do Estado decidir da constituição e índoles futuras deste organismo de crédito, uma vez refeito da grave crise que atravessou.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 18 de Maio de 1953. AOS/CP-213, fls.373-374. A escritura dos novos estatutos do BNU, confirmando a sua privatização, aconteceu a 10 de Setembro de 1953. Seguir-se-iam

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

uma instituição financeira que se dedicava à actividade comercial e dava nome a um importante grupo económico, Pedro Theotónio Pereira passou a pertencer aos quadros do banco emissor para os territórios de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, territórios na Índia, Macau e Timor. No início da década de 1950, o universo da banca portuguesa sofreu mudanças profundas. O ambiente de crescimento da economia mundial que se repercutiu em Portugal e nas suas colónias, produziu, para não dizer que exigiu, um clima muito favorável ao crescimento da actividade bancária. Na dupla qualidade de banco emissor e comercial, beneficiando do ajustamento da política económica e financeira portuguesa e de alterações profundas na política colonial do Estado Novo, o BNU conheceu logo a partir do início da década de 1950 mudanças profundas, sendo que Pedro Theotónio Pereira assumiu as suas funções de administrador nomeado pelo accionista Estado.⁶⁹

Desconhecendo-se as circunstâncias precisas que conduziram à entrada de Theotónio Pereira,⁷⁰ a verdade é que através da escassa documentação disponível para historiar o desempenho de funções durante cerca de dois anos e meio,⁷¹ se percebe precisamente essa dinâmica de crescimento e de mudança. Entre 1951 e 1953, além de se ter praticamente retirado do mercado brasileiro, o BNU viu crescerem os quantitativos dos “depósitos à ordem”, assim como a “relação entre as disponibilidades e as exigibilidades à vista, segundo a forma de calcular adoptada pelo Banco,” que aumentou de 20,91 para 21,55%.⁷² Num outro âmbito, e recuperando a sua experiência de embaixador, Pedro Theotónio Pereira ficou encarregue de apresentar ao Conselho de Administração “o projecto elaborado pelo architecto Cristino da Silva para as obras” a realizar na sede do Banco, consequência do “incêndio” que se registado em 1950 e da aquisição que o BNU “fez da Caixa Geral dos Depósitos do prédio da Rua Augusta,

“os actos relativos ao aumento de capital.” A partir deste podia seguir para férias e, depois, para Londres. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 10 de Setembro de 1953. AOS/CP-213, fls.379-380. O cargo que deixou vago na Administração do BNU não foi imediatamente preenchido através da eleição de um novo membro. Só em Março de 1956, quando se colocou a hipótese da reeleição de Pedro Theotónio Pereira, é que este a recusou, abrindo definitivamente a porta para um novo administrador. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 4 de Março de 1956. AOS/CD-18, fls. 406-408.

⁶⁹ O crescimento do investimento público nas colónias ao abrigo do Plano Marshall, a disponibilidade da economia norte-americana para começar a investir em África, já para não falar na aplicação do I Plano de Fomento, forçaram o BNU a mudar de modo a poder acompanhar as exigências colocadas pela nova conjuntura. Fernando Teixeira Santos, “Banca (1946-74)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, p. 163.

⁷⁰ Ainda que se possa tratar de uma coincidência, a verdade é que o grupo BNU acabaria por integrar, na década de 1960, a Companhia de Seguros Fidelidade. Américo Ramos dos Santos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, s.e., Lisboa, Publicações Alfa, pp. 116 e 119.

⁷¹ Utilizaram-se exclusivamente os livros de actas do Conselho de Administração.

⁷² Estas eram, no entanto, variáveis relativamente volúveis – tal como a disponibilidade em dólares e libras. Exigiam uma atenção sistemática por parte dos membros do Conselho de Administração.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

esquina da Rua de São Julião, o qual se destina à ampliação das suas instalações e melhoria das condições de trabalho.”⁷³

Uma vez que o Conselho de Administração do BNU ponderava seriamente desfazer-se de parte ou da totalidade das suas agências no Brasil, Theotónio Pereira, aproveitando as suas relações naquele País, interveio e estabeleceu o seus contactos. Como ficaria registado em acta:

O Sr. Governador informou o Conselho ter-lhe sido apresentado pelo Administrador Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira o Sr. Alfredo Egídio de Sousa Aranha que, como representante de um grupo financeiro, se declarou interessado na aquisição da nossa organização no Brasil. Foi lida uma carta de apresentação do Sr. Embaixador do Brasil para o Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira.

Mas como o negócio oferecia dúvidas, houve que esperar e fazer estudos de modo a que o Conselho de Administração chegasse a uma conclusão.⁷⁴ As participações do BNU estendiam-se a empresas como a Companhia Colonial de Navegação, a Companhia de Aguardente da Madeira, a Companhia Geral de Cal e Cimento – SECIL,⁷⁵ iniciando-se ainda uma colaboração mais íntima com a Fidelidade nos territórios ultramarinos, o que tornava mais óbvia a posição de accionista naquela seguradora.⁷⁶

Entretanto, no início de Março de 1952, Pedro Theotónio Pereira seguiu para Angola para tratar de assuntos do BNU e de negócios da família. No império, onde com cinquenta anos incompletos se deslocou pela primeira vez, sentiu o seu feitiço. De lá escreveu uma longa carta a Marcello Caetano, dando conta das suas impressões. Angola parecia-lhe perfeita tanto para ser pessoalmente feliz, como para ganhar dinheiro prosperando nos negócios. Além disso foi recebido como um notável pelas autoridades da Província.

Pois como previa, gostei muito disto! Se fosse mais novo estabelecia-me cá de vez a criar gado. O interior tem uma sedução assombrosa. Já conheço todo o sul, da foz do Cunene ao Bié. Andei dia e noite por estas pobres picadas de mato, estive enalhado com os carros nas malolias alagadas, dormi em fazendas onde se houve no escuro o rugido das feras, comi nas rústicas tabernas onde também se passa a noite como calha, e comovi-me com as grandezas e misérias simultâneas deste Portugal do Atlântico Sul. [...]
Vamos ver se posso ajudar meu filho a realizar o que seria uma vida séria: cinquenta mil hectares em

⁷³ “Acta da reunião do dia 5 de Julho de 1951” in *Actas do Concelho da Administração (25/11/1951 a 24/04/1952)*, p. 85. Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino, Lisboa (AHBNU). Em Março de 1952 tiveram início os trabalhos na sede.

⁷⁴ “Mais uma vez foi apreciado o assunto que merece ao Conselho o maior cuidado, tendo os srs. Administradores, no uso da palavra, explanado a forma de pensar sobre o caso.

Foi, contudo, parecer unânime que antes de apreciar a operação se faça um estudo sobre a possibilidade de transformação das nossas filiais e das vantagens e encargos resultantes dessa transformação. Foi encarregado o vogal Sr. Visconde de Merceana de fazer o estudo, tão detalhado quanto possível, deste problema, podendo, entretanto, o referido Administrador colher quaisquer informações úteis da parte do mesmo Sr. Sousa Aranha.” “Acta da reunião do dia 18 de Agosto de 1951” in *idem*, *ibidem*, p. 103. Loc. cit..

⁷⁵ “Acta da reunião do dia 13 de Março de 1952” in *ibidem*, p. 184. Loc. cit..

⁷⁶ “Foi resolvido aceitar o cargo de agentes daquela companhia, em todas as localidades do Ultramar Português, onde temos dependências.” “Acta da reunião do dia 24 de Abril de 1952” in *Actas do Concelho da Administração (24/04/1952 a 27/08/1953)*, p. 1. Loc. cit.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

qualquer parte capaz para o gado, e dez mil cabeças de animais já apurados, comendo melhor que este capim entremeado de bissapas e arbustos calixtos que cobre todo o planalto.

Creio que já vi muita coisa. Há uma distância bastante grande para aquilo que se lê em geral. Mas eu tinha conhecido bem o Brasil e estava por isso capaz para vir entender Angola.

Passsei três semanas ou quatro no interior e vim agora de novo ao Lobito. Apesar de pior o clima na costa, creio que não deixaria de precisar de ver o mar de tempos a tempos. Em matéria de pesca isto é um assombro. Não lhe sei dizer o que tenho feito o gosto ao dedo. Em parte nenhuma, Brasil, Califórnia, Golfo do México ou Terra Nova, vi coisa que se comparasse ao mar do Lobito ou da Baía Farta. E já fui, está claro, à Baía dos Tigres.

Não tenho nenhuma saudades da política. Conseguiram de facto enojar-me tanto a respeito dela, que o indivíduo que vive dentro de mim, aceitaria com prazer ser feitor numa grande fazenda à orla do Bié, de preferência a qualquer cargo oficial.

Tenho visto raros jornais e não tenho falado de política com as autoridades. Acho que o decreto da maior valia, atirou com alça muito alta. Tiro muito comprido. Fraco palpite sobre a realidade das coisas aqui. Em matéria de agricultura (aparte às lufadas de sorte dos produtos chamados ricos) isto é só o que faz o preto. Guarde para si este desabafo. Tal e qual aquelas janelas do Brasil.

O Governador Geral foi inexcédível de gentileza e pachorra para me acompanhar a ver as coisas difíceis. Os Governadores da Huila e do Bié, idem idem. Estive esta manhã em Benguela no gabinete do Lima e Lemos (que já foi comigo numa pescaria “a sério” com gente da Baía Farta) e tive a alegria de lá ver o seu retrato.

Não sei ainda quando parto. O Pedro tem de começar. Já possuímos os centos de cabeças. Isto irá devagar e espero que por caminho seguro. Gostava que fosse no futuro um Alentejo mais distante em que eu pudesse ter a minha parte no gosto destes trabalhos simples e exarduos. Cá estou a ajudá-lo nas decisões. Mas falta ainda bastante.

[...] Gosto bem de pensar que lhe escrevo de Angola que ocupou tão intensa parte da sua vida.⁷⁷

Culturalmente colonialista e quase colonizador, a ida de Theotónio Pereira a Angola permitiu-lhe descobrir o Império que não conhecia a não ser dos livros e da história, mas também abrir novos caminhos na sua relação com o mundo dos negócios. Partira com a intenção de ajudar o seu filho a investir na criação de gado, mas fazia-o respaldado pelo BNU e por uma empresa da qual este banco era o principal accionista: a Companhia Agrícola Pecuária de Angola (CAPA). Desde a sua criação, a CAPA conheceu momentos difíceis. Nascida em 1923 com um capital de 23 mil contos, a partir de Janeiro de 1932 o BNU transformou-se no seu principal accionista, ao mesmo tempo que o Banco de Angola se tornara, cada vez mais, no seu primeiro credor.⁷⁸ Em 1952, por razões que se desconhecem – mas que podem ter estado

⁷⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Lobito, 21 de Abril de 1952 (documento n.º 64). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

⁷⁸ Sendo o principal accionista da CAPA o BNU – cujo “principal capitalista” era o Estado –, desde a década de 1930 o Ministério das Colónias foi procurando soluções para tornar a CAPA uma empresa rentável. Aliás, a entrada do BNU no seu capital foi uma consequência da profunda crise que conheceu entre finais da década de 1920 e o início da década de 1930. Em 1932, foi proposto ao Governo que patrocinasse a concessão de um empréstimo de 15 mil

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

ligadas ao interesse de Theotónio Pereira e do seu filho pela pecuária, a Administração do BNU deliberou que alguma coisa devia ser feita para resolver os problemas da CAPA tornando-a, se possível, numa empresa rentável e dinâmica.

Na Primavera de 1952, com a dupla intenção de ajudar o seu filho a estabelecer-se em Angola – onde aplicaria os conhecimentos de pecuária aprendidos na Califórnia –, e de patrocinar o renascimento da CAPA, Theotónio Pereira foi a África e percorreu grande parte da metade sul daquela que era maior província ultramarina portuguesa.⁷⁹ Constatou no terreno o estado em que a CAPA se encontrava, avaliando os seus problemas e capacidades. Regressou entusiasmado com as potencialidades de crescimento da empresa e com a convicção de que caso o Governo, o BNU e o Banco de Angola, nomeadamente através do seu “Fundo de Fomento”, se interessassem a CAPA tinha futuro. Bastava uma boa estratégia e disponibilidade de capital.⁸⁰

E de facto, semanas depois de ter chegado de Angola, Theotónio Pereira comunicou à Administração do BNU que não só tinha “sido chamado pelo Sr. Ministro do Ultramar” para discutir os problemas da CAPA, como o ministro lhe disse “ter falado com o Sr. Presidente do Conselho sobre o assunto, e que S. Ex.a se mostrara muito interessado pela orientação, não tendo nenhuma objecção a fazer à nomeação dum técnico estrangeiro para director” daquela empresa.⁸¹ Após a conversa com o ministro, com autorização da Administração do BNU e tendo sido já contactado um técnico estrangeiro, Theotónio Pereira regressou a Angola. Por lá esteve, na companhia de Joseph Smart,⁸² entre 15 de Outubro e 15 de Novembro, passando a maior

contos através da Caixa Nacional de Crédito, ao “juro de 5% ao ano”, por considerar a sua Administração ser essa a melhor forma de viabilizar a CAPA. Na altura, a CAPA possuía milhares de hectares de terra e alguns milhares de cabeças de gado. “Companhias Coloniais – CAPA – Companhia Agrícola-Pecuária de Angola.” AOS/CO/UL-8B.

⁷⁹ No regresso de Angola, Pedro Theotónio Pereira tinha a imprensa à sua espera, assim como algumas individualidades. Entre outras não nomeadas, eram elas Américo Thomaz, Henrique Tenreiro e o almirante Guerreiro de Brito. “A bordo do «Império», vindo de Angola, onde esteve de visita ao seu filho, regressou o sr. embaixador dr. Pedro Teotónio Pereira.” Ao repórter declarou: “Foi [...] uma viagem estritamente particular. Sinto-me feliz por a ter podido realizar pois trouxe no espírito durante longos anos o projecto de ir à nossa África com algum vagar. Dou por extraordinariamente bem empregadas as semanas que passei agora em Angola, pagando a minha dívida sentimental de português e observando e estudando de perto aqueles aspectos que mais desejava conhecer. Creio que resumirei os meus sentimentos sobre Angola dizendo que, tendo meu filho demonstrado desejo de lá se instalar, aprovei e encorajei essa decisão, fazendo tudo quanto estava ao meu alcance para o ajudar a iniciar os seus planos de trabalho.” *Diário da Manhã*, 17 de Maio de 1952.

⁸⁰ A CAPA estava em condições únicas para aproveitar aquele que era o “tão grande [...] interesse” com que se olhava para “o problema da criação de gado em Angola.” “Acta da reunião do dia 18 de Agosto de 1952” in *Actas do Concelho da Administração (24/04/1952 a 27/08/1953)*. Loc. cit., p. 71.

⁸¹ “Acta da reunião do dia 11 de Setembro de 1952” in idem, ibidem. Loc. cit., p. 76.

⁸² Exercera actividade na ECA e na Agência de segurança Mútua como Chefe Adjunto das Missões da Indonésia e Portugal. Fora funcionário do Governo norte-americano em áreas respeitantes à agricultura, pecuária e aproveitamento de recursos naturais. “Nasceu e foi criado na região de planalto dos Estados Ocidentais da América do Norte, tendo participado no desenvolvimento da reforma e da indústria pecuária.”

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

parte do tempo nos “dois terços do território [situado] ao sul do Caminho de Ferro de Benguela.”⁸³

Finalmente, nas vésperas do Natal de 1952 a Administração do BNU teve conhecimento de que o ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, telefonara a Pedro Theotónio Pereira “informando-o de que já recebera do Sr. Joseph Smart o relatório” elaborado “sobre a sua recente visita a Angola,” e que autorizara o seu autor a entregar uma cópia do mesmo à Administração do Banco, sendo que naquele era feita uma “especial referência” à CAPA. Precisamente sobre a CAPA, Theotónio Pereira informou o Conselho que Smart produzira um “relatório particular [...] especialmente destinado ao Banco.”⁸⁴ Embora não tenha sido possível consultar o relatório entregue à Administração do BNU, através da leitura daquele que se encontra depositado no Arquivo Oliveira Salazar é possível avaliar com rigor os principais problemas e vantagens com que se defrontaria a CAPA num futuro a curto e médio prazo. Ali se começava por escrever que Angola era uma

*fronteira comparável aos Estados Ocidentais da América do Norte de há 75 anos, mas sem as suas durezas e desconfortos. Tal como os Estados Ocidentais da América, o solo e as condições climatéricas são desfavoráveis, mas existem grandes possibilidades para homens ousados e férteis em recursos.*⁸⁵

O ministro do Ultramar pedira a Smart que “apresentasse um trabalho não técnico sobre a actual situação do gado bovino”, devendo o relatório conter “informações pormenorizadas acerca dos recursos da CAPA”. Tendo em conta que o “principal accionista desta Companhia” era “o Banco Nacional Ultramarino, onde o Governo, além de interesses financeiros, se ocupa[va] também do seu plano de acção”, parecia óbvio que este não podia deixar de ter “um interesse directo no êxito” da CAPA e na sua capacidade de “desempenhar um papel importante no desenvolvimento da moderna indústria pecuária.” Recordando que a CAPA tinha “sido um factor importante na vida económica de Angola” desde a década de 1920, mencionava a dimensão dos “terrenos” que explorava e que cobriam “cerca de 300 000 hectares, sendo parte pertença da companhia e encontrando-se parte sob concessão.” Embora gozasse “de enorme prestígio, contando-se entre os seus directores, e os do Banco Nacional Ultramarino, algumas das figuras mais proeminentes na finança e na vida pública portuguesa”, e sendo as suas “actividades [...] de grande interesse público”, Smart recordava que eventuais “êxitos” da CAPA

⁸³ Joseph H. Smart, “Observações acerca da indústria do gado bovino de Angola. África Ocidental Portuguesa.” Lisboa, 9 de Dezembro de 195[2]. AOS/CO/UL-8B.

⁸⁴ Nesta reunião Pedro Teotónio Pereira “terminou a sua exposição, agradecendo ao Conselho do Banco a retribuição especial que lhe atribuiu pela sua última deslocação a Angola.” Enquanto o “Governador agradeceu, uma vez mais, ao Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira, a colaboração prestada neste assunto de muito interesse para o Banco.” “Acta da reunião do dia 22 de Dezembro de 1952” in *Actas do Concelho da Administração (24/04/1952 a 27/08/1953)*. Loc. cit., p. 109.

⁸⁵ Joseph H. Smart, “Observações acerca da indústria do gado bovino de Angola. África Ocidental Portuguesa.” Lisboa, 9 de Dezembro de 195[2]. AOS/CO/UL-8B.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

“inspirariam confiança e provocariam futuros investimentos de capital na indústria do gado bovino, bem como na economia ultramarina.” Mas, por outro lado, “se a companhia decidisse abandonar a sua actividade, o facto traria indubitavelmente incalculáveis prejuízos.” Por isso, fora Theotónio Pereira “solicitado a aceitar a direcção” da Companhia e a “fazer” com Smart a “inspecção” que tivera lugar em Outubro e Novembro de 1952. Naquele papel deveria “auxiliar os directores da CAPA na sua eventual decisão de assumirem novas e pesadas obrigações financeiras, necessárias a continuar e a assegurar o êxito das actividades da Companhia.” Embora existissem em Angola “as bases para uma indústria pecuária próspera e, particularmente, nos locais escolhidos para as fazendas da CAPA”, a verdade era que os seus “métodos” não podiam “ser bem sucedidos”, não bastando “alargar simplesmente a escala das explorações”, uma vez que “sem uma mudança completa do sistema seria desastroso.” Perante um relatório moderadamente optimista mas, sobretudo, muito realista, que obrigava a avultados investimentos e a uma profunda alteração de métodos de exploração – o que seria difícil de conseguir dadas as limitações apontadas no relatório –, a Theotónio Pereira nada mais restou do que reconhecer o fracasso das suas intenções.⁸⁶ O filho não se instalou em Angola, quando no fim do Verão de 1953 abandonou a Administração do BNU, não fora resolvida em definitivo a questão do investimento em Angola através da CAPA. Por outro lado, o BNU continuava a ter as suas sucursais no Brasil, parecendo claro que os dois negócios que mereceram o empenho daquele administrador não puderam ser consumados. A sua relação com o modelo em que assentava o desenvolvimento capitalista português nem sempre servia – outras vezes apenas tardava – para correr em auxílio dos interesses aqueles que o tinham ajudado a moldar ideológica e politicamente.

Durante todo este período, Theotónio Pereira manteve-se do ponto de vista político obviamente vivo, embora não seja fácil seguir o seu rasto. Numa perspectiva pessoal, e tal como tinha prometido antes de regressar de Washington, dedicou-se à família, além de no Verão de 1950 ter viajado por França, e aí ter feito tratamento aos problemas de circulação que o apoquentavam havia já uns quantos anos. Dois anos mais tarde, em Março, passou uma semana em Madrid. Cumpria assim uma “promessa” feita às “pequenas”, desde que dois anos antes regressara dos EUA.⁸⁷ Foi imediatamente a seguir que partiu para Angola numa viagem que para si era essencialmente pessoal. A ideia da visita àquele território deixava-o encantado, indo com muita “esperança de poder ajudar” o seu filho “a fazer vida”. Sentia-se este muito

⁸⁶ Idem, *ibidem* (sublinhado no original).

⁸⁷ A filha mais velha de Pedro Theotónio Pereira recorda-se de lhe parecer evidente, na altura desta viagem a Madrid, a existência de um “qualquer pequeno amuo” entre seu pai e Oliveira Salazar. Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

“animado” e cheio de vontade aclimatar a África e ao novo estilo de vida que fora obrigado a seguir depois de no Verão de 1950 ter recusado o convite de Salazar para integrar o Governo.⁸⁸ Aliás, o abandono temporário da política, tendo-lhe permitido concentrar-se nos negócios, fez com que se recuperasse financeiramente. Terá sido este facto que lhe possibilitou adquirir a Casa da Cerca em Almada (capítulo IV, nota 268) e, sobretudo, o *Bellatrix*.

No início da década de 1940, encontrando-se Theotónio Pereira em San Sebastián, “viu entrar na baía um iate que considerou” de grande beleza e elegância, ao ponto de não apenas ter desejado ser seu dono como de nunca lhe ter saído da memória. Tendo buscado alguma informação sobre o iate, soube que se chamava *Cubana*, pertencia ao Governo cubano, a sua origem era norte-americana e o nome original *Bellatrix*. Em 1953, Theotónio Pereira foi informado de que o *Cubana* jazia, abandonado, no Guadalquivir, nas imediações de Sevilha.⁸⁹ Indisponível para se deslocar à Andaluzia, Theotónio Pereira pediu a Eduardo Van-Zeller que percorresse as margens do Guadalquivir em busca da embarcação e, caso a encontrasse em estado aproveitável, a comprasse. Acompanhado de um “carpinteiro de machado”, Van-Zeller partiu para Sevilha, fez “várias passagens no rio e a certa altura” descobriu “uma embarcação, semi-afundada onde mal se lia o nome de «Cubana».” Depois foi uma questão de negociar com o cônsul a compra do palhabote ao Governo cubano, o que aconteceu numa segunda viagem feita por Eduardo Van-Zeller e Pedro Theotónio Pereira.⁹⁰

Com a ajuda do almirante Moreno, que forneceu os meios da Armada espanhola, o barco foi rebocado para os seus estaleiros. Fizeram-se velas, reparou-se o motor e substituiu-se “quase todo o aparelho fixo e de laborar” e calafetou-se o convés. Reparações longas e delicadas que tardaram dois meses. Em Maio, tendo já as condições mínimas para poder navegar, desceu o Guadalquivir, rumou a Portugal directamente para o estaleiro do Seixal, onde fez “as reparações definitivas.”⁹¹ Durante todo o Verão de 1953 sucederam-se as afinações que prepararam o palhabote para viagens mais seguras ao longo da costa portuguesa. Finalmente, fez uma viagem ao Algarve. Mas além de ter proporcionado a Theotónio Pereira momentos únicos de lazer, e de lhe ter permitido cumprir um sonho de anos, a aquisição do *Bellatrix*

⁸⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 4 de Março de 1952 (documento n.º 63). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64. Nesta carta pessoal enviada a Marcello Caetano, Theotónio Pereira pedia uma autorização para a sua ausência dos trabalhos da Câmara Corporativa.

⁸⁹ O último contacto que Theotónio Pereira teve com o *Cubana*, ex. *Bellatrix*, terá sido em 1950 ou 1951, quando se deslocou a San Sebastián para assistir à chegada de uma regata Havana-San Sebastián. Pedro Theotónio Pereira, “A propósito da regata Havana-San Sebastián” in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 14-15, ano V, Verão / Outono de 1951, pp. 17-18.

⁹⁰ Apesar do estado de degradação em que se encontrava, os interiores estavam em boas condições, tal como o casco. Metera água pelas escotilhas mal fechadas e pelo convés mal calafetado. Gabriel Lobo Fialho, “A nossa Marinha de Recreio foi veículo de grande sucesso diplomático” in *Revista da Marinha*, n.º 139, Julho de 1984, p. 4.

⁹¹ Idem, *ibidem*. Entrevista com o eng. Eduardo Van-Zeller. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

ajudou-o muitíssimo na projecção de figura pública como diplomata e político. Já convidado por Paulo Cunha e por Salazar para ir ocupar o posto de embaixador em Londres, teve a sorte de poder adiar a sua partida até ao momento em que o *Bellatrix* era já um barco afinado,⁹² com viagens costa abaixo e costa acima, e depois de finalmente conseguir contar com a presença a bordo do presidente do Conselho.⁹³

“He will be the tallest ambassador in London.”⁹⁴

A 20 de Julho de 1953, Pedro Theotónio Pereira comunicou a Salazar ter tido uma conversa com Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros, e aceite o convite que lhe fora feito por Oliveira Salazar para exercer as funções de embaixador em Londres, substituindo Rui Enes Ulrich que atingira o limite de idade. Quando o presidente do Conselho o convidou encontrava-se em Navarra, “a fazer tratamento de águas”. Na altura tinha-lhe sido “impossível” dar uma resposta, uma vez que “tinha a vida organizada em sentido muito diverso”, com “obrigações” a seu “cargo e deveres de ordem familiar que não sabia como resolver.” Tendo-lhe sido dado o tempo de que necessitava para “ver” se lhe “era possível corresponder ao convite feito”, agradecia a Salazar a sua disponibilidade para esperar e, nomeadamente, para lhe conceder mais alguma margem de manobra que lhe permitisse desvincular-se convenientemente dos compromissos que o uniam ao BNU. Sobre a sua aceitação do “posto”, dizia tê-lo feito “esforçando-se para servir o País com o mesmo espírito de sempre,” desejando da sua parte “poder corresponder ao gesto” que representava a sua chamada para o lugar do seu antecessor. Sempre fazia notar a Salazar não ter sido “fácil preparar as coisas para poder partir novamente para uma missão no estrangeiro”, mas por outro lado era “igualmente sincero dizendo” que o “sacrifício ou transtorno” não tinham contado e que “tudo subordinava ao desejo de servir.”⁹⁵

Durante aquilo que restou do mês de Agosto, Theotónio Pereira pareceu muito mais preocupado com os arranjos no seu veleiro, com a forma como se comportaria em alto mar e

⁹² O *Bellatrix* foi construído por uma empresa nova iorquina em 1928. “Tinha um comprimento de 17,58 m. boca de 4,32 m e um pontal de 2,13 m. Deslocava 40,5 toneladas e podia embarcar vinte e cinco tripulantes. Disponha de um motor Scripp de 4 cilindros e 50 HP de potência, a gasolina, e tinha dois motores electrogénios. Armava em palhaborde com a vela grande triangular. O costado era ‘pitch pine’ pregado com pregos zincados que era necessário substituir quando o zinco desaparecia [...]” Gabriel Lobo Fialho, *op. cit.*

⁹³ Este tema será retomado neste capítulo. Ver *infra*.

⁹⁴ “Social and Personal” in *The Recorder*, 28 de Outubro de 1953.

⁹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 20 de Julho de 1953. AOS/CP-213, fls.375-376. No dia seguinte, Pedro Theotónio Pereira escrevia novamente a Salazar informando-o de que não podia desvincular-se do BNU antes do fim de Agosto, pois “caso contrário” iria haver dificuldade da parte da sua Direcção “em ter algum descanso no Verão.” Por outro lado, confessava a Salazar que “gostaria de utilizar um pouco o novo barco” – e que o próprio Salazar poderia “estrear” – “dentro de duas ou três semanas.” Ou seja, “em fim de Setembro, dentro do prazo regulamentar, poderia fazer as malas.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 21 de Julho de 1953. AOS/CP-213, fl.377.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

com a possibilidade de Salazar poder vir a acompanhá-lo numa curta viagem de experimentação dos arranjos que sofrera, do que propriamente com a partida para Londres.⁹⁶ Esta, afinal, só teria lugar em meados de Outubro, uma vez que tinha informações seguras de que seria “inútil ir antes.” De qualquer modo, já se estava a “tratar da entrega de credenciais no espaço” que mediasse “entre o regresso da Rainha a Londres e a sua saída para o Ultramar.”⁹⁷ Perto de meados de Setembro, importante era que o “barco” estava finalmente “afinado”, tendo já prestado “as primeiras provas de mar.” A “reparação” pusera o *Bellatrix* “como novo.” Entretanto, Theotónio Pereira continuava a insistir com Salazar para que este “experimentasse” o “novo barquinho.” Sugeria o dia 27, “o grande Domingo da vela em Cascais”, como uma boa ocasião para Salazar estrear o *Bellatrix* renovado. Aliás, caso naquela data o chefe do Governo aceitasse unir-se ao evento, “daria a todos neste desporto muita alegria”, sobretudo por se saber que o chefe do Governo continuava a dar à vela o “seu bom interesse.”⁹⁸ Oliveira Salazar não só anuiu como, em retribuição, convidou o próprio Theotónio Pereira para um almoço em São Bento.⁹⁹

Ainda Rui Ulrich não tinha abandonado as suas funções de embaixador em Londres, e já se especulava, tanto em Lisboa como na capital do Reino Unido, sobre quem iria substituí-lo. Isso devia-se, em primeiro lugar, ao facto de em Abril de 1953 aquele diplomata cumprir o 65.º aniversário e, portanto ter a obrigação legal de retirar-se.¹⁰⁰ De facto, e desejando que se mantivesse aquele posto atribuído a um embaixador político, Oliveira Salazar convidou Luis Supico Pinto que não aceitou. Apesar de Salazar conhecer a velha ambição de Theotónio Pereira de vir a exercer as funções de embaixador em Londres e daquele ter sido uma figura proeminente do Estado Novo no decurso dos seus primeiros anos, a verdade é que na década

⁹⁶ “Deixei já o serviço regular no Banco e vou sair uns dias para o mar com o meu barquinho a ver se consigo acabar os arranjos e afinar tudo como deve ser. As reparações são sempre lentas e no estaleiro isto não acabava mais.

No regresso espero ter o barco como deve ser e seria para mim um grande favor se V. Ex.a o quisesse experimentar.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 25 de Agosto de 1953. AOS/CP-213, fl.378.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁸ A insistência era tanta para que Salazar o acompanhasse, que dava quase a sensação que Pedro Theotónio Pereira não rumaria a Londres enquanto Salazar não desse uma volta no *Bellatrix*. Caso não estivesse em Lisboa a 27 de Setembro, Theotónio Pereira dizia a Salazar que “qualquer outro dia servia antes de 18 de Outubro.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Lisboa, 10 de Setembro de 1953. AOS/CP-213, fls.379-380. Num cartão datado de 14 de Setembro, Pedro Theotónio Pereira voltava ao assunto do “barquinho.” Escrevia: “Fico cheio de esperança que V. Ex.a possa experimentar o meu barquinho na 1.ª quinzena de Outubro ou antes se assim decidir.” “Cartão de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Lisboa, 14 de Setembro de 1953. AOS/CP-213, fl. 381.

⁹⁹ Tal qual rapaz enlevado por ter sido satisfeito um capricho muito desejado, Theotónio Pereira escrevia ainda: “Rogo [que] aceite essa fotografia do ‘Bellatrix’ que me pareceu bastante boa. Foi o meu 4.º barco em que V. Ex.a andou! Pena foi não termos tido um dia de sol.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, 17 de Setembro de 1953. AOS/CP-213, fl. 382.

¹⁰⁰ FO371/107638. Confidential. British Embassy. Minutes of the 2nd Office Meeting held on 15th January, 1953 [2231(2/53)].

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

de 1950, como já alguns anos antes, a aura de Theotónio Pereira diminuía, tornando-se definitivamente numa segunda escolha.¹⁰¹ Aliás, não seria a última vez que tal sucederia.

Era por isso curioso, e não apenas curioso, que Pedro Theotónio Pereira se considerasse dois anos antes – e só porque de alguma maneira se considerava, não lhe importava que outros o escrevessem – a segunda figura do Estado Novo. Em Maio de 1951, o *Standard Times* publicava uma peça oriunda de Lisboa, e da autoria de um tal Walter Hackett, que dava notícias pormenorizadas sobre a vida do antigo embaixador português em Washington. Além do registo informal da notícia e dos pormenores sobre o perfil profissional e pessoal de Theotónio Pereira, a partir de declarações concedidas numa entrevista, nela salientava tratar-se aquele ex. diplomata, além do decano dos embaixadores portugueses, da figura mais reputada do regime, logo depois de Salazar.¹⁰² Apesar de “temporariamente retirado da vida pública”, como fazia questão de sublinhar, a ela efectivamente regressou de modo inesperado, senão para ele, pelo menos em parte para quem o convidou. É até possível que o envio de Theotónio Pereira para Londres tivesse sido uma maneira de dar mais eficácia ao mesmo princípio que fizera com que, em Novembro de 1950, Salazar sugerisse a Marcello Caetano o seu nome para procurador à Câmara Corporativa. Dar-lhe cargos, dar-lhe importância e não lhe dar muito tempo nem motivos para conspirar ou para se tornar em foco congregador de conspiratas mais ou menos inconsequentes.

Ainda que Londres e o Reino Unido não possuíssem na década de 1950 a mesma relevância que tinham conhecido na época em que o Império britânico era a maior e a mais poderosa massa político-militar e económica do mundo (como sucedera na passagem do século XIX para o século XX), quando o marquês de Soveral exercera as suas funções de embaixador e se tornara íntimo de Eduardo VII, a verdade é que seguir para Londres como embaixador se tornava num acontecimento pessoal e político importante. Em 1953, e apesar da decadência visível do Reino Unido, com a simultânea ascensão da URSS e dos EUA como grandes potências mundiais, tanto no espaço europeu ocidental, como no universo afro-asiático onde Portugal mantinha a sua própria presença de velha potência colonial, era para Londres que Lisboa olhava esperando ajuda e orientação. Em 1953, e independentemente de ter sido Pedro Theotónio Pereira o escolhido para ocupar o posto de embaixador em Londres, ao Governo português interessava conhecer o sentido da política colonial e europeia do Reino Unido,

¹⁰¹ Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 337. Por lapso, o autor indica 1954 como o ano em que se fez na Embaixada de Londres a substituição de Rui Ulrich por Pedro Theotónio Pereira.

¹⁰² “He is now reputedly Portugal’s No 2 man, ranking second only to Prime Minister Salazar.” *The Standard Times*, 11 de Maio de 1951.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

perceber e eventualmente alterar a percepção britânica de Portugal e, por último, buscar apoios, limitados é certo, para o sério e depois dramático confronto luso-indiano a propósito da preservação imediata e futura da soberania do Governo de Lisboa em Goa, Diu e Damão. Em tudo isto, o papel de um embaixador era limitado, até porque Salazar se vinha habituando cada vez mais a dar uma utilização meramente instrumental aos embaixadores portugueses, excepto quando as circunstâncias lhe impunham o contrário, sendo evidente pela documentação disponível que já não havia espaço para papéis como aquele que o próprio Theotónio Pereira e Armindo Monteiro tinham desempenhado durante parte da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial.

Uma semana depois de ter chegado a Londres, apenas Isabel II havia impressionado profundamente Pedro Theotónio Pereira.

*Encantou-me a Rainha. O que mais tenho gostado da Inglaterra! Conversámos um longo pedaço e disse tudo aquilo que julguei útil. Tem uma graça subtil, ao mesmo tempo real e tímida que produz funda impressão.*¹⁰³

Durante a entrevista com Isabel II estivera presente o ministro dos Negócios Estrangeiros Anthony Eden. Tinha caprichado em ser “amável e cordial”, falando várias vezes de Oliveira Salazar, inquirindo “com muito interesse” sobre o “estado de saúde” e a “disposição” do presidente do Conselho, além de ter recordado episódios da passagem de Pedro Theotónio Pereira por Madrid. Mas o mais importante era o facto de ter estado presente durante a entrega de credenciais, algo que já não acontecia há algum tempo. Na recepção que entretanto tivera lugar no palácio de Buckingham, a presença de Hoare permitira que Theotónio Pereira fosse apresentado a muitos dos presentes, denunciando este que o prestígio daquele se mantinha intacto entre “a velha nobreza e a gente do Governo.” Resumindo, no Reino Unido só a “crise de espírito” é que era “muito grave.”¹⁰⁴

Poucos meses depois de ter assumido funções em Londres, confessava que ia vendo aquilo que era possível fazer para se adaptar, ao mesmo tempo que procurava perceber qual o “rendimento” que se conseguia “tirar.” A “política internacional” não estava “nos seus momentos mais felizes”, mas sempre achava que “Deus” poderia “defender” Portugal do “pior.” A conversa que entretanto tivera com o ministro Paulo Cunha em Lisboa, onde acabara de ser chamado, correria bem. Era natural. Primeiro, porque ao contrário daquilo que sucedera enquanto estivera em Washington, fora-lhe dito que teria de ir “de vez em quando” a Lisboa. Em segundo lugar, porque Paulo Cunha queria mexer no Ministério dos Negócios Estrangeiros afrontando os

¹⁰³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 31 de Outubro de 1953. AOS/CO-18, fls. 310-313.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

interesses que muito tinham apoquentado Theotónio Pereira quando este ocupara os postos do Brasil e dos EUA.¹⁰⁵ Por outro lado, o ministro empenhara-se em financiar largamente a reconstrução do edifício da Embaixada em Londres¹⁰⁶ que, pelo menos desde os tempos de Armindo Monteiro, se encontrava num estado mais ou menos lastimoso e a necessitar de uma intervenção de fundo.¹⁰⁷ Em finais de Março, cinco meses depois de ter chegado, já Pedro Theotónio Pereira sentia “uma certa mudança nesta muralha da China que é Londres.” Estava “um pouco mais orientado acerca do meio” e ia “conhecendo as gentes e as instituições na medida do possível.”¹⁰⁸ Mas não eram só os britânicos e a especificidade de uma metrópole como Londres que exigiram a Theotónio Pereira um esforço especial. Era a própria colónia portuguesa na capital do Reino Unido que tinha uma natureza diferente das outras que conhecera, em particular a estabelecida no Brasil. Por altura da quadra pascal confessava-o a Marcello Caetano escrevendo-lhe: “Tive este ano um jesuíta português a fazer conferências à minha gente de Londres. E foi um sucesso. Não é a colónia do Rio mas sempre há uma boa mão cheia.”¹⁰⁹

Num meio como o britânico, Pedro Theotónio Pereira aproveitou, e com grande êxito, para pôr em prática uma ideia que terá tido, ou que alguém lha terá dado, pela primeira vez no Verão de 1953, já depois de ter sido nomeado embaixador em Londres. Tratava-se de fazer, num futuro próximo, uma viagem para Londres – mais propriamente Portsmouth –, a bordo do *Bellatrix*, não apenas como um desafio às capacidades da embarcação e da sua tripulação mas,

¹⁰⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 28 de Março de 1954 (documento n.º 70). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁰⁶ “Um despesão que parecia bem inútil.” Eduardo Brazão, *Memorial de Dom Quixote*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1976, p. 298. Opinião totalmente diversa sustenta o embaixador João Hall Themido, para quem a reforma em Belgrave Square foi uma obra notável, de “vinte valores”, sublinhando o bom gosto da profunda reforma levada a cabo no edifício e o equilíbrio conseguido através da introdução de elementos decorativos portugueses. Entrevista com o embaixador João Hall Themido, Lisboa, dia 14 de Janeiro de 2002.

¹⁰⁷ “O lixo que retirei de Belgrave Sq. dava para uma horta de couves. Londres respira carvão.” Idem, *ibidem*. E um par de meses mais tarde: “Foi óptimo o nosso Paulo Cunha ter-me deixado limpar e arrumar a velha mansão. Pude já começar a receber (este mês tive quase mil pessoas) e existe assim uma base de operações para o tempo certamente longo que ainda levará a acabar a nova casa.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 28 de Março de 1954 (documento n.º 70). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Em Junho, prosseguiam as excelentes relações com Paulo Cunha: “Tenho-me dado muito bem com o Paulo Cunha. É um homem com carácter, direito e leal. Eu que não nasci para a política nem para panelinhas, fico desarmado e sem nenhuma pachorra de continuar quando não sinto essas qualidades por cima.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 18 de Junho de 1954 (documento n.º 72). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Sobre o estado de decrepitude da Embaixada na década de 1930, Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma biografia política (1896-1955)*, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 2000, pp. 168-169.

¹⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 28 de Março de 1954 (documento n.º 70). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Mesmo assim, em Outubro de 1955, quando Craveiro Lopes visitou Londres, Eduardo Brazão apenas escutou referências elogiosas a dois embaixadores portugueses junto da corte de St. James: ao marquês de Soveral e ao duque de Palmella, que lá estivera entre 1943 e 1950. “Dos outros, mesmo os que nos representavam então, nem uma palavra.” Eduardo Brazão, *op. cit.*, p. 202.

¹⁰⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 17 de Abril de 1954 (documento n.º 71). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

sobretudo, para daí retirar benefícios políticos e diplomáticos para si e para o País. Conhecendo a popularidade do *Yatching* nos meios mais elitistas da sociedade londrina, precisamente aqueles em que Pedro Theotónio Pereira se movia por inerência do seu cargo de embaixador, e que desejava definitivamente seduzir, pensou que poderia causar grande impacto e reconhecimento a preparação e realização de uma viagem que levasse a bordo do seu iate, o embaixador de Portugal na corte de *St. James*. Como se tratava de uma iniciativa que jogava com o prestígio do embaixador, Theotónio Pereira, depois de amadurecer o projecto e de ter percebido que poderia executá-lo com êxito, levou-o ao conhecimento de Salazar que, vincando os riscos mas reconhecendo os benefícios, aprovou a ideia. A bordo seguiam, além de “três marinheiros”, Pedro Theotónio Pereira, Eduardo Van-Zeller, o conde de Barcelona, o escritor australiano Alan Villiers¹¹⁰ e o almirante Rattray. Com tempo muito pouco favorável, o *Bellatrix* saiu de Lisboa a 2 de Maio de 1954. Porém, a primeira saída seria uma falsa partida. O mau tempo, nomeadamente a fortíssima nortada, rasgou velas e obrigou ao regresso a Lisboa quando o *Bellatrix*, a custo, chegara às imediações de Peniche. A segunda, a 5 de Maio, correu muito melhor, em grande parte por causa da melhoria do estado do tempo, e permitiu não apenas que se cumprisse com êxito a missão que Theotónio Pereira tinha imposto ao embaixador e ao País que representava,¹¹¹ como obteve para si o reconhecimento imediato de que se tratava de um embaixador especial, com características de *gentleman* e de *sportsman* que lhe permitiam figurar no meio topo da pirâmide social britânica, junto de figuras da aristocracia, fossem elas membros do Parlamento, da Câmara dos Lordes ou do Governo, de gente do mundo dos negócios e, claro está, junto da própria família real britânica com a qual, a partir de 1954 pôde manter um certo tipo de contactos muito pouco comuns aos embaixadores portugueses que o tinham precedido em Londres, com excepção do marquês de Soveral.¹¹² Além da imprensa britânica, nomeadamente o *Times* e o *Daily Telegraph*, terem pegado no acontecimento, multiplicando-se em elogios ao significado do evento e ao feito do embaixador, o

¹¹⁰ Escritor e fotógrafo australiano, autor de *The Quest of the Schooner Argus: A Voyage to The Banks and Greenland* (1951). Edição portuguesa: *A Campanha do «Argus» (The Quest of the Schooner Argus): Uma Viagem aos Bancos da Terra Nova e à Groenelândia*. Tradução de José da Natividade Gaspar, s.d.. Publicou dois artigos na *National Geographic*, nos quais abordou a relação histórica de Portugal com o mar. “I Sailed with Portugal’s Captains Courageous” in *National Geographic Magazine*, Maio de 1952, pp. 565-596 e “Golden Beaches of Portugal” in *National Geographic Magazine*, Novembro de 1954, pp. 673-696.

¹¹¹ O *Bellatrix* atracou no sul de Inglaterra a 13 de Maio, dia da “festa solene de Senhora em Fátima e na Catedral de Westminster em Londres, para a qual trazíamos a bordo, a pedido do Cardeal Griffin, uma linda imagem da Virgem [...]” Pedro Theotónio Pereira, “A Viagem do «Bellatrix»” in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 20, ano VII, Outono de 1954, p. 46.

¹¹² “Em terra, sobre a muralha da Doca, uma despedida que nos emocionou: as nossas famílias, os companheiros de desporto, a gente dos barco, e de repente, com um sorriso, interessado e amigo, o Dr. Salazar.” Idem, *ibidem*, p. 6. Ver ainda “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 15 de Maio de 1955. AOS/CO-18, fls. 316-317.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

corolário da viagem esteve no convite formal que o *Royal Yatch Squadron* dirigiu a Theotónio Pereira para passar a seu membro de pleno direito.¹¹³

Perfeitamente integrado nos meios do *Yatching* britânico, Theotónio Pereira viria ainda a ter um papel de destaque no esforço de recuperação do famoso *clipper* britânico *Cutty Sark*. Encontrando-se em estado de avançada degradação numa das margens do Tamisa, constituiu-se uma comissão, sob a presidência do duque de Edimburgo, que recolheu 250 mil libras com o objectivo de restaurar aquela embarcação e instalá-la no Museu Marítimo de Greenwich. Como conhecedor e apaixonado que era da história de ascensão e queda dos *clippers*, sobretudo na navegação transatlântica, sabedor tanto do carácter único do *Cutty Sark*, como do facto de ter esta embarcação chegado a navegar durante vinte e sete anos sob bandeira portuguesa, “com o nome de «Ferreira» escrito no painel da popa, quando todos os mais «clippers» eram desmantelados ante a indiferença geral”, Theotónio Pereira aceitou pertencer, como um dos seus vice-presidentes, à *Cutty Sark Preservation Society*.¹¹⁴

Mas o êxito e a visibilidade de Portugal a propósito de acontecimentos náuticos, voltou a acontecer durante a realização de uma competição reservada a todo o tipo de veleiros, a regata Torbay-Lisboa. No decurso dos meses de Junho e Julho de 1956, a imprensa britânica e portuguesa, sobretudo esta última,¹¹⁵ não se cansaram de falar no evento. O que, como fenómeno de propaganda política, deixou Theotónio Pereira radiante. Depois de concluída escreveu a Marcello Caetano, então ministro da Presidência, contando-lhe que a “regata” correria “maravilhosamente e Portugal esteve outra vez no mapa. Foi uma bela coisa não ter havido desastres e todos terem concluído.”¹¹⁶ Durante o banquete, seguido de baile, oferecido no Casino do Estoril aos participantes, Theotónio Pereira improvisou um discurso em que deixou transparecer a boa disposição e, portanto, toda a felicidade que efectivamente lhe trouxera o êxito que coroara o evento:

*Tenho apenas uma coisa a lamentar, entre tantas. É que eu tinha marcado um encontro com o vento norte português à esquina do Finisterra, e ele não compareceu. Nem ali nem mesmo em qualquer ponto da costa de Portugal. Confesso até que achei isso um abuso, tanto mais que esse maroto se mascarou de meia tempestade e se opôs à proa do meu palhabotezinho quando ele se dirigia de Lisboa para Torbay.*¹¹⁷

¹¹³ Gabriel Lobo Fialho, *op. cit.*, p. 6. Entrevista com o Eng. Eduardo Van-Zeller. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001.

¹¹⁴ Pedro Theotónio Pereira, “«Cutty Sark»” in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 21, ano VII, Inverno de 1955, p. 8.

¹¹⁵ Vejam-se as edições do *Diário da Manhã* desde o dia 15 de Junho até 18 de Julho de 1956. O *Bellatrix* e o navio escola *Sagres* foram os participantes portugueses na regata.

¹¹⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 28 de Julho [de 1956] (documento n.º 73). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Sublinhado no original.

¹¹⁷ Excerto do discurso pronunciado em inglês por Theotónio Pereira. “*Vela. Desportos Náuticos*, n.º 25, ano X, Primavera de 1956, p. 17.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Dentro desta linha que pretendia abrir novos caminhos para a acção da diplomacia portuguesa no Reino Unido, Pedro Theotónio Pereira deu ainda um importante contributo ao ter proposto ao Governo em Lisboa a realização, no ano de 1956, da Grande Exposição de Arte Portuguesa na *Royal Academy*.¹¹⁸ Tudo começou em Fevereiro de 1955, quando em conversa com o novo presidente daquela instituição¹¹⁹ – que acabara de tomar posse –, este lhe propôs a realização quase imediata de uma exposição de arte portuguesa em Londres, utilizando para o efeito os recursos e o espaço daquela instituição. A proposta era importante politicamente porque seis meses antes “nenhuma instituição de categoria” tinha querido “receber” as fotografias portuguesas da Índia que o Governo português acabara por expor envergonhadamente num espaço sem visibilidade da capital britânica. Tratando-se agora da “própria Royal Academy,” instalada “na famosa Burlington House, em Picadilly”, a oferecer “todas as salas” que se quisessem para um período que ia de Novembro de 1955 a Março de 1956, o Governo português dificilmente poderia estar em condições de recusar uma proposta política tão generosa. Pedindo perdão a Salazar, informava-o de que em nome de Portugal aceitara, “em princípio”, o convite. Tratava-se de uma ideia ambiciosa, uma vez que Richardson queria “uma ‘cross-section’ da arte portuguesa”, algo que desse uma perspectiva do “património geral” português. “Pintura, móveis, faianças, pratos, fotografias dos monumentos – enfim a personalidade artística do país. Nunca se fez.” Mas por tudo isso, valia a pena.¹²⁰

Theotónio Pereira tratou de chamar imediatamente Reynaldo dos Santos que se encontrava em Paris – e que acabaria por ser o responsável português pela exposição¹²¹ –, organizando com ele e com o director da *Royal Academy* uma primeira “reunião.” Mas o embaixador deixava claro que a “exposição” tinha de “ser uma coisa boa”, tendo em conta tanto o meio em que o evento se iria realizar, uma vez que se tratava daquele em que o País mais precisava “de ser conhecido.” Fascinava-o a “ideia” de ser possível incluir “os monumentos da Índia” em fotografias com dimensão adequada, até porque aquilo que antes fora ao Reino Unido, sobre a Índia portuguesa, não tinha tido qualidade suficiente para ser exibido, porque não dava nota capaz da riqueza e da diversidade do património português na Índia. Na linha daquilo que já

¹¹⁸ Para os ingleses: *Exhibition of Portuguese Art – 800-1800*.

¹¹⁹ Tratava-se do professor Richardson que Theotónio Pereira considerava, “sem dúvida”, o primeiro dos arquitectos ingleses, “muito conservador, religioso, anticomunista e nosso amigo. [...] a eleição dele foi um triunfo conservador. Há muitos anos que não se tem na Academia um arquitecto e um homem com a cabeça no seu lugar. Não podemos perder este ensejo. Ele já suspeita do temporal de críticas que pode surgir mas vejo-o muito animado. Por isso eu não hesitei.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 24 de Fevereiro de 1955. AOS/CP-213, fls.404-406.

¹²⁰ Sobre a Grande Exposição de Arte Portuguesa da *Royal Academy*, José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3.ª ed., Venda Nova, Bertrand Ed., 1991, p. 491.

¹²¹ Nas palavras de Eduardo Brazão, Reynaldo dos Santos era “um brilhantíssimo *amador* em Arte.” Eduardo Brazão, *op. cit.*, p. 304 (itálico no original).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

tinha sido feito em Paris (uma exposição de “pratas”), e que se revelara um “grande êxito”, em Londres poder-se-ia e dever-se-ia ir mais longe, até porque o meio estava muito carenciado.¹²²

Paulo Cunha, consultado sobre o assunto por Salazar, e já informado por Theotónio Pereira sobre aquelas que eram as suas intenções, achava a “ideia de interesse”. Uma “exposição de arte portuguesa em Londres” afigurava-se-lhe “oportuna e de muita projecção”, embora se considerasse “mais céptico do que o embaixador” quanto à possibilidade daquele tipo de evento conseguir “desfazer [...] as mil ideias injustas e inimigas que a cada passo” pululavam “na Inglaterra” contra Portugal. Depois adiantava as dificuldades. Havia problemas financeiros, uma vez que uma exposição representativa de toda a arte portuguesa implicava a mobilização de muitas peças, sendo inclusivamente de prever uma diferença substancial entre aquilo que seria inicialmente orçamentado e os custos efectivos da exposição. Colocava-se depois o problema dos riscos. Em caso de acidente, e caso fossem enviadas para o Reino Unido as melhores peças, Portugal podia ver-se privado de algumas das obras com mais valor em vários domínios da expressão artística. Havia ainda que contar com as dificuldades que seriam colocadas por parte de alguns “sectores técnicos” do Ministério da Educação, além dos obstáculos previsíveis do lado das Finanças. Vistas as dificuldades, o interesse e a dimensão da proposta que se encontrava na mesa, Paulo Cunha propunha que se tratasse e resolvesse o assunto em Conselho de Ministros. O ministro recordava ainda que por causa de obstáculos idênticos àqueles que enunciara, acabara por ter de ser cancelada uma exposição demonstrativa da arte portuguesa que estivera prevista para Paris. Por isso, e independentemente daquilo que pudesse ser discutido, Paulo Cunha sugeria que se ponderasse a realização de uma exposição no mesmo espaço e com os mesmos objectivos mas com uma dimensão, senão mais modesta, pelo menos mais realista. Mas sentenciava: “De qualquer modo – a perspectiva tem interesse. E vale a pena considerar o assunto com atenção e sem precipitação.”¹²³ Na verdade, por decisão de Salazar, a exposição fez-se, perpetuando a propaganda de Portugal no Reino Unido um pouco para além da visita que o presidente Craveiro Lopes fez a Londres. A exposição, além de favoravelmente recebida pela generalidade da imprensa, permitiu ainda que no decurso de um jantar organizado pela *Royal Academy* para celebrar a sua inauguração, Churchill estivesse presente – com Theotónio Pereira sentado ao seu lado –, mostrando grande amabilidade, “falando das nossas coisas” e manifestando o “seu grande desejo” de poder vir um dia a

¹²² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 24 de Fevereiro de 1955. AOS/CP-213, fls.404-406.

¹²³ “Carta de Paulo Cunha para Oliveira Salazar”, Lisboa, 3 de Março de 1953. AOS/CP-213, fls.407-413.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

“encontrar” o “Senhor Presidente do Conselho”, “o grande homem de Portugal.”¹²⁴ Em Fevereiro, por convite da *Royal Academy*, a rainha Mãe e a princesa Margarida visitaram “demoradamente” a Exposição, “demonstrando grande interesse” e pedindo “constantes esclarecimentos.”¹²⁵ A verdade era que, inaugurada aquando da visita do presidente da República a Londres, a exposição era fraca, tendo a maioria das peças expostas fraquíssima qualidade. Eduardo Brazão, chefe do protocolo do Estado aquando da visita e da inauguração, achou que o período cronológico “cheirava de longe a um exibicionismo falso!” Acrescentando depois que “àquela elite de críticos de Arte, tão sabedores e profissionais”, Portugal fora apenas mostrar a “Custódia de Belém, pratas dos séculos XVI e XVII e pouco mais.” Por exemplo, a pintura “das escolas primitivas portuguesas”, que apenas terá provocado nos “lábios” dos entendidos um “imperceptível sorriso”, tinha fraquíssima qualidade. O resto, quando tinha qualidade, podia pertencer a autores portugueses mas não passava de manifestação de forte influência estrangeira, fosse ela, ainda no caso da pintura, italiana ou flamenga. Tratando-se Londres de um meio em que era possível ver da melhor arte, dos mais variados períodos e regiões do mundo, a exposição portuguesa acabou por ter um êxito relativo, do qual Theotónio Pereira não se deverá ter apercebido. Tão feliz se sentia pela atenção que a imprensa deu ao evento, pelos elogios simpáticos que lhe fez e pelos comentários favoráveis à qualidade da Exposição que certamente por delicadeza ouviu durante o período em que aquela esteve patente ao público, só se apercebeu da sua dimensão política. Mas era também isso o que mais lhe interessava e fora para isso que tinha sido escolhido como embaixador.¹²⁶

¹²⁴ “Telegrama n.º 16. Do embaixador de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 11 de Janeiro de 1956. AHDMNE. Telegramas recebidos de Londres. 1956. Desde Abril de 1955, Winston Churchill deixara de ser primeiro ministro, sendo substituído no cargo por Anthony Eden. Durante o jantar, Churchill terá dito a Pedro Theotónio Pereira que estava a pensar ir a Portugal no próximo Outono e que se o fizesse avisaria. Churchill estivera na Madeira em Janeiro de 1950, em visita particular, mas sempre recusou grandes intimidades com as autoridades portuguesas, fosse por causa da natureza autoritária do Estado Novo português, fosse por ressentimento em relação à atitude portuguesa na concessão de facilidades nos Açores às Forças Armadas britânicas durante a Segunda Mundial, ou pelas duas razões. Sobre a curta estada de Churchill na Madeira, Roy Jenkins, *Churchill*, s.e., s.l., Pan Books, 2002, pp. 823 e 829.

¹²⁵ “Telegrama n.º 27. Do embaixador de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 1 de Fevereiro de 1956. Loc. cit.. Terão demorado cerca de duas horas a percorrer a exposição, tendo a rainha Mãe enviado uma “linda” carta pessoal ao embaixador “com as boas impressões” que guardara. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 4 de Fevereiro de 1956. AOS/CO-18, fls. 398-403.

¹²⁶ Eduardo Brazão atribuiu o fracasso da iniciativa também ao facto de Isabel II não ter visitado a exposição. Eduardo Brazão, *op. cit.*, pp. 304-305. Mas algum êxito teve. Aberta ao público de Outubro de 1955 a Fevereiro de 1956, terá tido cerca de 100 mil visitantes e qualquer coisa como 50 mil exemplares do catálogo vendidos. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 4 de Fevereiro de 1956. AOS/CO-18, fls. 398-403.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

“[...] falta de espírito e de ordem [...]”¹²⁷

Em Londres, Theotónio Pereira ia tendo notícia da erosão que o regime sofria quotidianamente depois de concluída a Segunda Guerra Mundial, independentemente de se verificarem momentos melhores ou piores, de distensão ou de crise. A sua percepção de que o mundo mudava irremediavelmente e de que tal mudança afectava tanto o presente como, sobretudo, o futuro do regime, não sucedeu apenas a propósito de grandes acontecimentos políticos, como as eleições presidenciais de 1958, mas pela observação atenta daqueles que eram os comportamentos que tinham lugar entre as gerações mais novas das famílias mais comprometidas com a história política do salazarismo. Os riscos e as mudanças, que passavam por um afastamento progressivo de muitos jovens em relação ao Estado Novo, eram e foram clara e facilmente reconhecidas por Pedro Theotónio Pereira. Dessa percepção acertada deu notícia numa carta enviada a Marcello Caetano. Escreveu-a na sequência de uma estada do filho deste em Londres, onde foi passar a quadra natalícia em 1953. É claro que João Alves Caetano não parecia nada ser razão de preocupações para o pai e o padrinho como, eventualmente, sucedeu com vários jovens familiares de figuras gradas do salazarismo, a começar pelo seu sobrinho, Nuno Teotónio Pereira. Poucos meses depois de ter ocupado o posto de embaixador em Londres, Theotónio Pereira reconhecia que seu afilhado estava “feito um homem” e admiravelmente diferente, o que contribuía para que pensasse ter sido precisamente aquele “o melhor momento para viajar e conhecer um mundo novo como este.” Tendo os dois conversado muito, tinha o jovem João deixado ao seu padrinho uma “ótima lembrança.” Depois prosseguia aquilo que parecia ser uma espécie de relatório sobre a fidelidade política do afilhado aos princípios que davam forma ao salazarismo, mas feito num tom que provavelmente revelava mais acerca do carácter de Pedro Theotónio Pereira do que do seu afilhado João:

Acho-o equilibrado nos conceitos, com tendência para acertar, vivo, inteligente. É de facto a grande altura para o deixar concluir por si, mas fazendo-se todo o possível para imediatamente o ajudar.

Muito simpático de tão espontâneo e simples que é. Já o vi muito mais atreito à maleita geral dos jovens arquitectos. Faz-lhe decerto muito bem o que viu aqui.

*Ainda bem!*¹²⁸

Seis meses mais tarde, em Junho, parecia-lhe que, se por um lado João Alves Caetano, na opinião do seu padrinho, estava “mais calmo e sempre sensato”, por outro tinha-lhe feito um

¹²⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 18 de Junho de 1954 (documento n.º 72). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹²⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 2 de Janeiro [de 1954] (documento n.º 66). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Em carta de 28 de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira reforçava as suas convicções: “O pequeno vai numa boa evolução, em todos os aspectos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 28 de Janeiro de 1954 (documento n.º 68). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

relato nada tranquilizador sobre a juventude que cumpria serviço militar. Colocado como recruta em Cascais, desabafou com o embaixador fazendo referência à “falta de espírito e de ordem na escola de milicianos.”¹²⁹

Esta procura de informações sobre o estado de espírito e de fidelidade política e ideológica das elites futuras do Estado Novo, bem como os termos em que foi feita, era a outra face daquela que era a preocupação de Pedro Theotónio Pereira com a forma como o legado histórico, recente do regime era transmitido aos portugueses. Do ponto de vista do embaixador, a sobrevivência futura do regime – interna como externa –, estava muitíssimo dependente do modo como fosse capaz de explicar, rentabilizando politicamente, aqueles que teriam sido os benefícios incalculáveis trazidos para a vida do País. Esta atitude explica alguma coisa sobre a forma como Pedro Theotónio Pereira cuidava, quando colocado em Londres, de defender a herança da sua passagem pela Embaixada portuguesa em Madrid e de publicitar a visão muito crítica que possuía da evolução das relações diplomáticas entre Portugal e Espanha desde que, em 1946, Carneiro Pacheco fora nomeado para o cargo.¹³⁰ Na linha daquela que era sua visão dos termos em que se deveriam processar as relações com Espanha, quer quando por lá foi embaixador, quer, sobretudo, quando desempenhou as mesmas funções noutros postos, escrevia Theotónio Pereira:

*Li uns artigos sobre Espanha no Notícias. Encontrei muitas inexactidões e aqui para nós até escrevia ao [Augusto de] Castro a apontar as principais. O principal defeito a meu ver foi dar uma versão muito favorável à Espanha em certos factos que, ou seria melhor calá-los agora ou só os trazer a público tal como se passaram. A história do relato da conversa entregue aos alemães pelo Serrano Suñer vem de forma a camuflar a gravidade do gesto. E diz-se depois que a Espanha proclamou a “neutralidade armada” em Marrocos, como se fosse uma espécie de gesto combinado com o nosso guarnecimento militar dos Açores. Tal coisa nunca aconteceu.*¹³¹

Mas a obsessão de Pedro Theotónio Pereira com a história não tinha apenas uma dimensão utilitária. Continuava a preocupá-lo o papel que aquela lhe reservaria a propósito da

¹²⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 18 de Junho de 1954 (documento n.º 72). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹³⁰ Quanto à dificuldade que Carneiro Pacheco teve em tratar com a herança deixada em Madrid por Pedro Theotónio Pereira, Eduardo Brazão escreveu: “Na Chancelaria a vida era trepidante. Parecia haver o desejo, infelizmente tão português, de desviar as atenções de popularidade que ali tivera Theotónio Pereira, que com a sua bela aparência, altura física e desembaraço esportivo, criara um ambiente de muita simpatia à sua volta, não só nos meios mundanos e militares, como na política [...]” Eduardo Brazão, *op. cit.*, p. 226.

¹³¹ Ainda sobre a avaliação do papel e do lugar de Portugal e de Espanha na Segunda Guerra Mundial acrescentava em jeito de conclusão: “Eu acho que deveríamos estar preparados para que as gerações futuras soubessem ao menos isto: na 2.ª guerra mundial foi a política de Portugal que prevaleceu ao contrário do ocorrido no século XVIII e nas guerras de Napoleão. E salvámo-nos os dois. Se a Espanha tem estado sozinha na Península tinha sido o desastre total. Até nisto deviam ter em Madrid o devido respeito pela chamada dualidade peninsular.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 5 de Fevereiro [de 1954] (documento n.º 695). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

sua passagem por Espanha como embaixador, sendo que com o passar do tempo não a escondia de ninguém e muito menos de Salazar. Aquando da visita de Craveiro Lopes a Espanha, escrevia ao presidente do Conselho dizendo que lera “com muito prazer no discurso de Madrid [...] a referência feita aos tempos da guerra mundial e aos acordos feitos com a Espanha nessas horas incertas.” Não tinha quaisquer dúvidas que fora bom “recordar tais coisas”, quanto mais não fosse “em contraste com o habitual silêncio de ‘nuestros hermanos’ nessa matéria.” E continuava:

Embora seja natural que os espanhóis prefiram esquecer-lo, a História não deixará de dizer que uma vez ao menos durante uma guerra na Europa ou no mundo a política de Portugal prevaleceu (com a ajuda da Providência) sobre a política de Madrid que, sozinha, teria levado a Península para o desastre.

Gostei imenso da referência. E assim ainda as festas parecem mais brilhantes e alegres! E todos devemos estar contentes.¹³²

Numa outra carta enviada de Londres, Pedro Theotónio Pereira dava conta de uma conversa mantida com um Sr. Coles, autor de um livro intitulado *Franco and Spain* e no qual se afirmava que Portugal e Gibraltar eram duas pedras no sapato da Espanha. O embaixador viu-se imediatamente obrigado a informá-lo de que o caso de Olivença vinha muito confusamente tratado.¹³³ Já em 1957, e quando Augusto de Castro se preparava para publicar no *Diário de Notícias* uma série de artigos sobre o papel de Portugal na Guerra Civil espanhola e na Segunda Guerra Mundial, por desejo do autor, tanto Salazar como, a instâncias deste, Theotónio Pereira, tiveram ocasião de ler o seu rascunho e fazer algumas sugestões. Do ponto de vista do antigo embaixador em Madrid, e “aparte duas pequenas sugestões”, o “artigo satisfazia” no “essencial”. Colocava Portugal “bem sem agravar o actual Governo espanhol e até” fazia a “defesa de Franco contra S.[errano] S.[uñer]!” Depois, além de considerar o artigo de Augusto de Castro pior do que as notas que sobre o mesmo assunto Theotónio Pereira lhe enviara,¹³⁴ acrescentava um comentário sobre algumas das principais questões políticas que julgava terem estado em causa na Península Ibérica durante a Segunda Guerra Mundial:

Tem graça o Augusto de Castro dizer duas vezes que a intriga era alemã. Os documentos provam bem que o S. S. queria ir adiante.

As minhas duas sugestões dizem respeito às 2 passagens marcadas a lápis na pág. 2 [...].

a) Dizer política peninsular pode levar os leitores a não verem o fundo da questão. É demasiado subtil.

Melhor dizer: a política que salvou a Península da invasão e da ruína.

¹³² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 18 de Maio de 1953. AOS/CP-213, Pasta 3, fls.373-374.

¹³³ Do embaixador de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Londres, 11 de Junho de 1955. Ofício n.º 834. AHDMNE, proc.º 4,23. PEA M-159 (2.º Piso).

¹³⁴ “O preâmbulo é longo e desanimará o leitor vulgar que, receio, não venha a ler o resto.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 19 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 119-127.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

b) Rogo se não diga: “Informado certamente desses factos, Salazar, etc.” O certamente é vago e não joga com o resto. Preferível dizer-se a Embaixada logo pôs V. Ex.a ao corrente da manobra.¹³⁵

E para que não restassem dúvidas, mandava a Salazar um relatório da sua autoria e que guardava entre o seus papéis – mas provavelmente perdido no Ministério dos Negócios Estrangeiros –, e no qual era possível perceber aquilo que de facto se tinha passado.¹³⁶

Em Janeiro do ano seguinte voltava ao tema, comentando os três artigos entretanto publicados por Augusto de Castro no *Diário de Notícias*. Não tinha qualquer objecção, mas concordava com Salazar quando este dizia que lhes faltava “condensação e precisão”. No entanto, e naquilo que dizia respeito a um dos artigos – “o que se refere mais a Espanha” –, achava “oportuno” fazer “pequenas anotações.” Isto porque ao contrário daquilo que escrevia Augusto de Castro, em momento algum teriam britânicos ou norte-americanos reconhecido “amplamente a ajuda recebida em Madrid.” Perguntava depois se não seria a altura de recordar essas “pequenas realidades.”¹³⁷ Independentemente das sugestões que fazia para uma alteração de conteúdo dos artigos de modo a destacar, com a sua verdade, o papel de Portugal e do seu embaixador em Madrid durante a Segunda Guerra Mundial, agradecia a Salazar a confiança que nele depositara ao permitir-lhe rever os artigos, constatando ainda com agrado o facto de Augusto de Castro ter lido a sua “memória sobre o Protocolo.”¹³⁸ E concluía; “Os artigos de há três anos ficaram muito fracos [tinha-os aliás comentado depreciativamente a Marcello Caetano]. Estes são melhores.”¹³⁹

“[...] sendo eu estruturalmente anglófilo [...].”¹⁴⁰

Aquando da remodelação governamental de 1955, que levou Marcello Caetano a ministro da Presidência, substituindo João Costa Leite Lumbralles, Pedro Theotónio Pereira respondeu a uma carta enviada pelo novo número dois do Governo e na qual, aparentemente, este dava conta dos tormentos que o teriam desmoralizado em todo o processo de intriga política que obviamente acompanhava os processos da recomposição ministerial concluída por Oliveira Salazar. Aliás, mesmo em Londres, Theotónio Pereira tivera notícia de “muitos boatos e de muitas versões disparatadas”, achando embora “tudo fruto da habitual política dos cafés.” A

¹³⁵ Idem, *ibidem*.

¹³⁶ *ibidem*.

¹³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 10 de Janeiro de 1958. AOS/CD-19, fls. 135-138. Sublinhado no original.

¹³⁸ Ver capítulo VI deste trabalho e Pedro Theotónio Pereira, “Antecedentes do Protocolo ao Tratado de Amizade com a Espanha”, s.d.. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942, s.e., s.l.*, Presidência do Conselho de Ministros, 1990, pp. 297-323.

¹³⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 10 de Janeiro de 1958. AOS/CD-19, fls. 135-138.

¹⁴⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Rio [de Janeiro], 25 de Abril [de 1947]. AOS/CD-18, fls. 80-84.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Theotónio Pereira parecia óbvio que Lumbralles saia fruto de cansaço, da mesma forma que seria natural que Salazar pedisse a Marcello Caetano “que o fosse ajudar para a Presidência do Conselho.” Embora o conhecesse e tivesse a absoluta certeza de que Marcello Caetano não recusaria o convite para o cargo de número dois na hierarquia do Governo – e a certeza de Theotónio Pereira decorria do facto de Marcello possuir uma enorme ambição política –, sempre foi dizendo ao seu amigo aquilo que este provavelmente mais queria ouvir:

Eu tinha a certeza que o Marcello não diria que não. [...] Há deveres morais que em certos momentos fecham todos os outros caminhos. Deus lhe dê luzes e forças para a tarefa. O Dr. Salazar deve ter ficado satisfeito. Deus lhe continue também a insuflar fé e pachorra para que este esforço quase milagroso não abrande. Temos de aguentar.

Mas prevendo talvez o alcance das ambições de Marcello, e acautelando também a sua própria posição no seio do regime, Theotónio Pereira recordava: “E ele [Salazar] tem sido tão extraordinariamente superior e tão prodigiosamente constante que não pode deixar de se sentir admiração cada vez maior.”¹⁴¹

A prazo, uma das consequências da remodelação governamental de Julho de 1955 e da visita de Craveiro Lopes a Londres, foi a nomeação de Theotónio Pereira como membro vitalício do Conselho de Estado.¹⁴² O convite, que lhe foi feito por Salazar, provocou-lhe uma enorme satisfação, ficando “[...] vivamente sensibilizado e agradecido”, agradando-lhe não apenas os “termos” em que a sua nomeação lhe fora “comunicada”, mas também por lhe “ter sido feita essa grande mercê”, mesmo encontrando-se longe do País, no exercício das funções de embaixador. Independentemente da nomeação lhe ter dado vários motivos de satisfação política e pessoal, Theotónio Pereira sentia que era importante pelo facto de ter percebido que o ajudaria a reforçar a sua imagem de diplomata. Como escrevia a Marcello: “Isto é país onde de facto as coisas são tomadas a sério e onde se aprecia muito certos gestos. Tive pois duplo prazer.”¹⁴³ Depois, susceptível aos rumores e conhecedor do ambiente de conflito e de rivalidades pessoais e políticas que caracterizavam o regime, mas não querendo também esquecer e fazer esquecer a

¹⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 16 de Julho de 1955 (?) (documento n.º 75). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁴² “[...] Craveiro Lopes quer preencher uma das vagas do Conselho de Estado e concorda em convidar Pedro Theotónio a quem Salazar escreve para Londres, formulando o convite em nome do chefe do Estado.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 404.

¹⁴³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 30 de Dezembro de 1955 (documento n.º 78). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Ainda sobre a satisfação causada, escrevia a Marcello Caetano, em meados de Janeiro de 1956, o seguinte: “[...] deu-me grande satisfação: pela maneira tão gentil como que me foi comunicado pelo Dr. Salazar e pela ocasião em que veio. Caiu muito bem aqui e parecia tal e qual um destes gestos reais tão característicos da vida inglesa. Claro que ninguém duvidou que era uma consequência da visita de Estado.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Janeiro de 1956 (documento n.º 79). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

lebre que soltara ao suscitar o caso Sarmiento Rodrigues, entretanto já substituído por Raul Ventura, desabafava:

Mas notei também uma circunstância curiosa: a notícia deve ter desagradado em vários sectores. Não deixa de ter graça a pouca importância que vários sujeitos lhe deram. E em alguns casos foi surpresa. Estaremos em face de conspiração maçónica de grande estilo? Não tive resposta sua ao que lhe escrevi sobre certa personalidade e compreendo perfeitamente que esteja abafado em trabalho.¹⁴⁴ Mas já sabe que estou desconfiado com algumas coisas que não me parecem filhas do acaso. Esses filhos da viúva é que se cobrem mutuamente e jogam com todas as influências e protecções. Mas pense bem no que lhe digo e veja se encontra explicação clara para o silêncio que se notou em certos casos quando veio a notícia da minha nomeação para o Conselho de Estado. Penso que não me engano no que digo. Alguma coisa deve haver. E que se mexem, mexem.

E depois rematava:

Claro que lhe digo tudo isto porque já sabe que sob o aspecto pessoal nunca fiz propaganda e que se não trata dum reparo gratuito.

Você deve ter o olho aberto!¹⁴⁵

Porém, a recomposição ministerial concretizada em Julho de 1955 deixara Theotónio Pereira satisfeito. A “média” dos ministros subira muito, apenas lamentando que Ulisses Cortês, ministro da Economia, se mantivesse no Governo.¹⁴⁶ Apesar de satisfeito com o “arranjo do

¹⁴⁴ Independentemente de não ter tido muito tempo para responder a Theotónio Pereira, comentando o caso Sarmiento Rodrigues, a verdade é que este oficial da Armada era desde, pelo menos, os tempos da passagem do ministro da Presidência pela pasta das Colónias, um homem da sua confiança política. Por sugestão de Marcello Caetano, fora nomeado Governador da Guiné (1945-1949).

¹⁴⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 30 de Dezembro de 1955 (documento n.º 78). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁴⁶ Em Ulisses Cortês, ministro da Economia de 1950 a 1958, via Theotónio Pereira tanto o responsável pela má situação da economia portuguesa, como, sobretudo, um adversário da estrutura económica corporativa portuguesa montada na década de 1930. Acusava-o de não ter nem pensamento “governativo”, nem pensamento “corporativo”. Na carta em que faz estas acusações ao ministro da Economia, ao mesmo tempo que louva parcialmente o novo impulso corporativo levado a cabo pelo Governo, chama a atenção de Marcello Caetano para o caos em que se encontrava o sub-sector exportador em que actuava a empresa da família de Theotónio Pereira. Especialmente por não haver uma regulação eficaz da exportação de vinho. Uma regulação capaz de salvaguardar as margens de lucro dos exportadores, tal como muito a custo se procurara instituir na década de 1930. Regressara-se à “concorrência desvairada” que empurrava “ainda mais para baixo os preços na origem.” E concluía: “Devemos ser o último país onde estas burrices se fazem e com a agravante de nos considerarmos corporativos. Fomos nós os principais culpados da baixa fora do país.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 20 de Março de 1956 (documento n.º 80). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Vinte anos mais tarde, dava claramente a sensação de que a sua política corporativa à frente do Ministério do Comércio e Indústria se fizera em grande medida para proteger as margens de lucro de negócios com as características daquele que a sua família possuía em Lisboa e no Ginjal. Como relatava Theotónio Pereira, na primeira metade da década de 1950 os exportadores ainda tentaram proteger-se instituindo um sistema de cotas. Porém, as pressões daqueles que as queriam banidas foram superiores às exercidas por aqueles que desejavam mantê-las e as cotas acabaram, penalizando, sobretudo, os interesses instalados. Restava-lhe a esperança de que as novas leis corporativas liquidassem definitivamente a política de Ulisses Cortês. Idem, ibidem. Ulisses Cortês assumia-se “como um liberal no contexto da economia corporativa”, tendo revisto e aligeirado “toda a legislação do condicionamento industrial; não para conseguir a extensão daquele que era o principal instrumento da política industrial, mas para evitar o que consideravam ser os seus excessos [...]”. José Maria Brandão de Brito, “CORTÊS, Ulisses Cruz de Aguiar” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 227-228.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

governo”, preocupava-se com o estado da economia portuguesa. Qualificava-a de “difícil e ingrata, que só se agravava com um sujeito assim a fazer das suas há longos anos.” Theotónio Pereira notava que havia “muita gente” que se queixava “e com razão”, sendo que, e puxando a “brasa à sardinha” dos negócios a que dedicava a empresa comercial pertencente à família Theotónio Pereira, recordava que a “exportação” estava “abandonada.”¹⁴⁷

Nesta carta enviada a Marcello Caetano, dá Theotónio Pereira nota da resposta daquele às suspeitas por si levantadas quanto à delicadeza e até gravidade da situação política em Portugal e ao papel nela desempenhado por homens como Sarmiento Rodrigues. Embora sobre o ex. ministro das Colónias e a situação política interna Caetano, “benevolmente”, tivesse deitado “água na fervura”, a verdade é que não convencera minimamente o embaixador em Londres. Conquanto o assunto devesse ser tratado definitivamente em Lisboa numa conversa pessoal, Theotónio Pereira insistia que via “claro” e havia “uma manobra em curso”, sugerindo a Marcello que não deixasse de estar “atento”.¹⁴⁸

Quando em Maio de 1956 se deslocou a Lisboa para participar na sua primeira reunião do Conselho de Estado – um regresso em pleno à política interna e verdadeiramente o primeiro desde 1938 –, Pedro Theotónio Pereira estranhou tanto “a falta de receptividade que depois se notou para factos que parecem bem evidentes”, como a ausência de qualquer notícia na imprensa sobre a reunião daquele órgão. Mais estranho lhe parecia este facto se se tivesse em conta que alguns “jornais” britânicos tinham noticiado a sua ida a Lisboa “por causa disso e afinal nada saiu.” Daí concluía, num aviso claro à desmobilização em que parecia ter caído o Governo e o regime: “Nem sempre temos razão quando nos queixamos que se não notam os acontecimentos da nossa vida política.”¹⁴⁹

“[...] havia um certo mal estar, pelo acanhamento e nervosismo da parte dos nossos [...].”¹⁵⁰

Foi, portanto, já com Marcello Caetano no Governo que se preparou a visita de Craveiro Lopes ao Reino Unido. Não tendo tido na sua preparação qualquer papel decisivo, excepto naquilo que dizia respeito às questões de pormenor protocolar, mesmo assim Pedro Theotónio Pereira

¹⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Janeiro de 1956 (documento n.º 79). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Ulisses Cortés, que conhecia as críticas com que Pedro Theotónio Pereira o brindava, chamava-lhe “paspalhão sonoro.” Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, p. 348.

¹⁴⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Janeiro de 1956 (documento n.º 79). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁴⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Janeiro de 1956 (documento n.º 79). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁵⁰ Eduardo Brazão, *op. cit.*, 292.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

assistiu e interveio uma vez mais em questões relacionadas com a atribuição de condecorações, tanto por parte do Estado português a estrangeiros, como de Governos estrangeiros – neste particular o britânico – a cidadãos portugueses. No caso da visita de Craveiro Lopes a Londres, tudo se deveu ao facto de a comitiva portuguesa ter pedido, ainda aquando da preparação da viagem, uma condecoração para a mulher de Craveiro – um pedido que decorria do facto do duque de Edimburgo ir ser condecorado com a Torre e Espada. Ao desejo de Berta Craveiro Lopes, acresciam os da mulher do ministro dos Negócios Estrangeiros e da nora de Craveiro Lopes, que fazendo parte da comitiva, também desejavam– ou alguém desejava por elas –, ser condecoradas pelo Estado britânico. Sobre este facto, que ameaçava tornar-se num problema bicudo, capaz de toldar o ambiente da visita, Theotónio Pereira explicava:

Recordei [...] em telegrama particular ao Dr. Paulo Cunha que este país é uma monarquia, com uma corte, e que já várias vezes me têm feito sentir que não se pode tratar as repúblicas como se tratam os reinos. E que as repúblicas o entendem, a prova está no que sucedeu quando veio aqui o presidente Auriol:

- a) a senhora não foi condecorada, mas estava presente;*
- b) não houve senhoras na comitiva e portanto não houve senhoras a condecorar. As senhoras da comitiva sueca foram condecoradas, porque eram duas damas do paço com situação oficial, como aqui.*

E sugeri ao Dr. Paulo Cunha que não se insistisse. Mas estou muito inquieto depois do telegrama que ele me mandou. Insistir nisto é pouco elegante e pode trazer a este assunto da visita uma nota desagradável. Tudo tem sido decente e elevado e não convém por pequenas coisas destas (como o número de corvetas no outro dia) comprometer o que vai tão bem orientado.¹⁵¹

Mas para além da questão da mulher do Presidente, havia uma outra ainda relativa à presença de duas outras senhoras, que não exerciam qualquer função oficial, na comitiva. Queixava-se então a Salazar de que tinha já recebido ordem em Londres, vinda do Ministério, “para pedir uma Grã Cruz da Ordem de Vitória” para a mulher de Paulo Cunha e “uma comenda” para a nora de Craveiro Lopes. Theotónio Pereira não tinha a menor “dúvida” de que tal “pedido seria mal recebido.”

Dirão: Essas Senhoras estão muito bem na comitiva, receberão qualquer lembrança pessoal da Soberana, mas não podem ser condecoradas porque não têm situação oficial. Já ouvi mesmo dizer: para evitar situações embaraçosas é que os franceses não trouxeram as senhoras na comitiva oficial.

Claro que V. Ex.a sabe que eu costumo ser franco e ser leal. Mas é muito difícil esclarecer um caso destes sem que fique um frio. E com certos frios é depois difícil trabalhar ou manter a confiança indispensável dum chefe que se serve e se respeita.

¹⁵¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 14 de Setembro de 1955. AOS/CP-213, fls. 417-418.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*Eu não vejo senão uma saída: Não falar mais na condecoração da Mme. Craveiro Lopes e dizermos espontaneamente que não pedimos condecoração para as senhoras da Comitiva, mas que deixamos isso ao seu critério.*¹⁵²

O apelo a Salazar era feito por haver urgência em apresentar a lista de condecorações propostas. E confessava: “Tenho estado nesta indecisão pois sinto perfeitamente que não tendo condecoração a Esposa do Presidente da República, é ainda mais difícil ir pedir condecorações para as senhoras da comitiva.”¹⁵³

Mas não era só com Salazar que Theotónio Pereira trocava correspondência privada sobre os problemas colocados pelos sucessivos pedidos de condecorações aquando de visitas realizadas por chefes de Estado. Em 1957, nas vésperas da vinda de Isabel II a Portugal, e tal como sucedera quando passara pela Embaixada portuguesa em Madrid, Marcello Caetano dirigiu-se a Theotónio Pereira procurando que este intervisse junto do Governo britânico, pedindo-lhe que atribuisse determinadas condecorações a certas figuras do Estado Novo. Sendo na altura ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Marcello Caetano tentou aliviar as pressões sobre si exercidas por algumas figuras daquele Ministério, apelando directamente ao embaixador em Londres. Como era normal nos momentos que precediam situações de distribuição algo generosa de condecorações, notavam-se inúmeras movimentações que além de terem como objectivo obtê-las, não desdenhavam o seu próprio tráfico. É claro que do tema tinha Theotónio Pereira uma opinião de franca oposição àquela que era a tendência dos portugueses para banalizarem o que ele considerava ser uma importante questão de Estado.¹⁵⁴

Em concreto, sucedia que os dois directores gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros pressionavam Marcello Caetano ao garantirem-lhe que tinham toda a legitimidade em serem condecorados com a Grã Cruz de Vitória (*Victoria Cross*). Ora, segundo as regras do Foreign Office, a *Victoria Cross* era “uma condecoração de nível muito alto” para ser entregue a directores gerais. Mas como se isto não bastasse, aqueles que nas Necessidades cobijavam a dita Grã Cruz, não percebiam, por um lado, e ficavam ofendidos, por outro, o facto dos funcionários do Foreign Office agraciáveis com condecorações portuguesas de nível idêntico à Grã Cruz Vitória, ou até superiores, se recusavam a recebê-las. Sobre este facto, Pedro Theotónio Pereira esclarecia:

¹⁵² *Idem*, *ibidem*.

¹⁵³ *Ibidem*. Quando Theotónio Pereira veio a Lisboa para ajudar a preparar a visita de Craveiro Lopes a Londres, a questão das condecorações ficou resolvida, não tendo sido sequer tocado o assunto durante a conversa que manteve em Belém com o presidente da República. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Lisboa, 7 de Outubro de 1955. AOS/CO-18, fls. 375-376.

¹⁵⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 25 de Janeiro [de 1957] (documento n.º 67). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Theotónio Pereira considerava ser “melindroso” e “desagradável” o “tema” das “condecorações”, confessando que “já há um ano [aquando da visita de Paulo Cunha a Londres] o ambiente da visita chegou a estar algo envinagrado devido a uma outra ideia nossa.”

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Os ingleses têm os seus defeitos mas são gente sensata e quase sempre com regras que merecem algum respeito.

[...]

O princípio de não consentir que o Foreign Office aceite condecorações é útil e decente. Só raramente os funcionários são agraciados com ordens estrangeiras, e quando o são é dentro duma regra fixa para manter o equilíbrio. Só os que estão na missão do país que a Rainha visita, são autorizados a receber condecorações. Ou o embaixador e adidos militares no caso recíproco. (Como foi há um ano).

Fora disso, ninguém no Foreign Office se propõe nem pode aceitar.

Esta regra parece tão razoável que está a ser já seguida por países estrangeiros.¹⁵⁵

E mais à frente prosseguia, manifestando novamente as suas críticas à mentalidade imperante no Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Não quis dizer no telegrama mas acho que tinha sido mais elegante do lado português não pedir condecorações para as Necessidades e fazer a recíproca do que os ingleses receberam há um ano indicando nós agora uma lista toda ligada à visita propriamente dita. Não disse isto telegrama porque já há um ano o sugeri e não teve seguimento.

Pensasse-se o que se pensasse em Lisboa, Theotónio Pereira estava convencido de que a Rainha não daria as “duas Grã Cruzes de Vitória” e de que seria “muito difícil obter Grã Cruzes do Império Britânico para o Quiroga e o Guerra quando os embaixadores ingleses recebem o Grande Oficialato.” Por outro lado, Theotónio Pereira criticava o facto de o Estado português ter banalizado a entrega de “Grã Cruzes de Cristo” a chefes de missão, fossem elas pequenas ou grandes. Daí que lhe ocorresse sugerir muito informalmente a criação “duma ordem ‘mais em conta’ para pouparmos a de Cristo.”¹⁵⁶

Em Março de 1957, já depois de Isabel II ter estado em Lisboa, Theotónio Pereira ainda evocava a irritação que lhe provocava a questão das condecorações, sobretudo depois de ter conhecido novos desenvolvimentos:

Fiquei francamente triste por me ter imitado no seu gabinete sem reparar que a porta estava aberta e que o filho do Brazão poderia ouvir naturalmente o que se dizia.

Claro que não tenho nada contra o Brazão mas chocou-me a tendência com que em Portugal se nivela por baixo.

Eu tive uma condecoração dois meses antes da visita do Presidente a Londres – sem a pedir. E logo arranjámos maneira de torná-la coisa corrente indo pedi-la para numerosas pessoas e promovendo até o Brazão de grande oficial (que já era de mais para ele) a grã-cruz!

¹⁵⁵ Idem, ibidem. Sublinhado no original.

¹⁵⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 25 de Janeiro [de 1957] (documento n.º 67). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Também a Salazar, embora em tom de maior moderação, se referiu ao problema que lhe colocara em Londres a corrida despropositada, da parte de altos funcionários portugueses, às condecorações britânicas. “Penso que do nosso lado fomos longe de mais pedindo grã-cruzes de Ordem de Vitória para os directores-gerais.” “Carta de Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira”. Londres, 2 de Fevereiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 41-46.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*Os ingleses hão de ter percebido o pouco valor que damos à nossa própria hierarquia. E não melhoramos!...*¹⁵⁷

Voltando atrás, importa salientar que depois de concluída a visita de Craveiro Lopes, ocorrida de 25 a 28 de Outubro de 1955, Theotónio Pereira fazia um estranho balanço. Se por um lado não tinha qualquer dúvida de que tinha corrido “bem e foi decerto um acontecimento de grande significado”,¹⁵⁸ por outro chamava a atenção para o facto da visita ter estado à beira de “se azedar por coisas insignificantes.”¹⁵⁹ Ao que parece, e na opinião do embaixador, um “dos piores momentos” da visita teria sido protagonizado por Sarmento Rodrigues.¹⁶⁰ Isto porque se teria deslocado a Londres antes da visita de Craveiro Lopes, numa “missão pouco oportuna” e que “ia causando pouco dano.” Impressionado com a “forma” como o ministro “procedeu”, Theotónio Pereira passou a “observá-lo com atenção.” Da observação e da reflexão que inevitavelmente se seguiu, saiu uma missiva “particular” destinada não tanto ao ministro mas ao amigo Marcello Caetano. Desde logo, caracterizava o ministro das Colónias com base em rumores: “Dizem que é gros bonnet na maçonaria.” Mas independentemente do rumor, impressionara Theotónio Pereira o facto de se mover com enormes “excessos de propaganda” e de “tanto cabotinismo à mistura que se poderia crer um caso grotesco de vaidade.” No entanto, ainda não era esse o juízo que definitivamente fazia sobre a personagem, apesar das suas “limitações naturais”.

Ele tem bastantes qualidades e aparte certo provincianismo não é tolo. O que por aqui fez, só visto é que se acredita. Distribuiu a sua biografia pelos jornais com inúmeros retratos à mistura [...] e vi a todo o momento que era muito protegido pelo presidente e pelo nosso Paulo Cunha.

¹⁵⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 11 de Março [de 1957] (documento n.º 88). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Eduardo Brazão era diplomata de carreira. Uma semana após a morte de Pedro Theotónio Pereira escreveu a Marcello Caetano pedindo-lhe que considerasse o seu nome como hipóteses válida para a substituição da “vaga” que se abria na Administração da Fundação Calouste Gulbenkian após aquele “fatídico acontecimento”. “Carta de Eduardo Brazão a Marcello Caetano”, Roma, 21 de Novembro de 1972. José Freire Antunes, (ed.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 1.º vol., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1985, p. 251 (documento 151).

¹⁵⁸ Embora julgando em causa própria, não tinha qualquer dúvida de que em dois anos tinha sido feito “muito caminho.” E depois acrescentava: “Não sei se em Portugal se teve a ideia do que isto representou ou se, como dizem os ingleses, também já se take it for granted. Aqui o efeito foi enorme e vai durar muito e talvez aumentar ainda com o tempo se não houver algum facto que faça esfriar este ambiente. Demos um grande passo em frente e continuamos a andar.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 5 de Novembro de 1955[?] (documento n.º 76). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Menos de uma semana mais tarde reforçava o êxito: “Isto correu de facto maravilhosamente. Valeu bem a pena todo o esforço!” Londres, 14 de Novembro de 1955[?] (documento n.º 77). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁵⁹ A Salazar escreveu dizendo que a visita tinha corrido o melhor possível, mas “como comentário íntimo do final de festa”, dizia “simplesmente que não desejaria recomeçar.” Mas mesmo que algumas vezes as “coisas” tivessem estado à beira de se azedar, a verdade é que se tinha quebrado a “crosta da ignorância e da má vontade [...].” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 3 de Novembro de 1955. AOS/CO-18, fls. 382-385.

¹⁶⁰ Manuel Maria Sarmento Rodrigues (1899-1979). Oficial da Armada. Ministro das Colónias (1950-1955).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Mas não era tudo, uma vez que além dos méritos do ministro e da protecção política de que gozava da parte de Craveiro Lopes e do próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Theotónio Pereira pressentira “certa maquinação em volta” de Sarmento Rodrigues. “Protecções da imprensa, apoios políticos, ambição desmedida.” E como cúmulo da intriga política e até pessoal, rematava: “Acho que o devo avisar. Já disse isto ao Paulo Cunha mas não me pareceu que ele entendesse.” No entanto, qual era afinal o problema de Sarmento Rodrigues? Ambição, o facto de que enquanto estivera em Londres em visita oficial fora eventualmente capaz de fazer sombra a Theotónio Pereira enquanto única figura que interessava da vida pública portuguesa em Londres, descontando Salazar – que não viajava –, Craveiro Lopes – chefe de Estado – e, eventualmente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha. É possível que em Londres Sarmento Rodrigues se tenha portado pessoal e politicamente de forma despropositada. No entanto, nada de concreto apontava Theotónio Pereira na missiva enviada a Marcello Caetano. Adiantava apenas que o ministro se teria excedido em algum momento, obrigando o embaixador a “intervir” e acusando-o ainda de que “muita coisa” lhe teria subido à “cabeça” e de que talvez houvesse “alguma coisa mais grave por detrás.” Além de pedir a Marcello Caetano que rasgasse a carta, introduzindo algum dramatismo na situação, e acrescentando que bastava “ficar-se prevenido”, autorizava ainda o destinatário a “contar isto ao Dr. Salazar, ou antes, dizer-lhe em poucas palavras as minhas suspeitas.” Não havendo mais nada, era óbvio que Theotónio Pereira queria estender a intriga ao mais alto nível, fazendo-o com a ajuda do próprio ministro da Presidência.¹⁶¹

Dias depois voltava ao tema, relatando a Marcello Caetano as últimas informações obtidas:

[...] vim a saber aqui de mais coisas. Incrível o que neste meio manobrou ou tentou manobrar. Não tenho dúvida: estamos em frente dum plano de expansão metodicamente calculado.

*Lembra-me muita coisa do que faria o António Cabreira, mas desta vez o propósito é mais ambicioso e há muita gente a ajudar, mesmo sem dar por isso.*¹⁶²

Fosse como fosse, com intrigas ou sem intrigas, antes do fim de 1955, Sarmento Rodrigues abandonou o Ministério do Ultramar.

Todas estes comentários e episódios em torno da visita de Craveiro Lopes a Londres reproduziam, do lado português, o ambiente que rodeou a visita e que Eduardo Brazão resumiu

¹⁶¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 5 de Novembro de 1955 (documento n.º 76). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. É possível que Theotónio Pereira tivesse algumas contas a ajustar com Sarmento Rodrigues e que remontassem ao tempo em que fora administrador do BNU.

¹⁶² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 14 de Novembro de 1955 (documento n.º 77). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

nas suas *Memórias*. “Naquela estreita sala do barco” em que Craveiro Lopes viajara para Londres, o *Bartolomeu Dias*, “havia um certo mal estar, pelo acanhamento e nervosismo da parte dos nossos, que aquele primeiro contacto” com o duque de Edimburgo “provocara.” E logo continuava:

*A Família Real e o povo de Londres iam ver de perto a mais alta autoridade portuguesa! E nós que dentro de casa somos tão importantes e mesmo arrogantes, apenas saímos a fronteira ficamos desfeitos em frente dos grandes deste mundo!*¹⁶³

E mais à frente ainda recordou, a propósito do banquete “deslumbrante” oferecido por Isabel II em Buckingham:

*No meio daquele alto cerimonial, o Presidente Craveiro Lopes, que mal sabia inglês, leu nessa língua um discurso, pela forma a mais correcta e digna. Depois do jantar fui vê-lo aos seus aposentos. Estava arrasado, mas feliz por sentir que tinham apreciado o seu enorme esforço.*¹⁶⁴

Mas todas as questões ligadas ao protocolo e ao cerimonial em torno da visita dão conta das dificuldades existentes no relacionamento luso-britânico e na forma como a elite política do Reino Unido procurava furtar-se a estabelecer quaisquer laços comprometedores com o Governo português. Isso notou-se na necessidade que houve de fazer e refazer o “plano da mesa” do “banquete” que ia ser oferecido por Craveiro Lopes na Embaixada. Isto porque uns convidados comunicavam ter já outros compromissos, “outros estavam adoentados, ainda alguns partiam naquela data!...” Ao chefe do Protocolo do Estado parecia “que as pessoas mais desejadas para mostrar à autoridade máxima portuguesa, como garantes duma amizade sempre mantida, não estavam muito dispostas a dar essa prova.” A começar por Winston Churchill que apesar de convidado, mandou dizer que não ia. A certa altura, Eduardo Brazão temeu que em vez de numa mesa em “U”, os convidados jantariam numa mesa em “I”. Resumindo, acabaram por estar presentes aqueles convidados “que por honra da firma não podiam recusar.”¹⁶⁵ Houve que esperar mais algum tempo para que a opinião sobre Portugal no Reino Unido melhorasse, sendo que essas melhorias rapidamente se dissiparam, primeiro logo no início do ano de 1958 e, definitivamente, sob o impacto político internacional provocado pelas eleições presidenciais daquele ano. Mesmo assim, do ponto de vista do seu impacto político no norte do País, o cônsul de Portugal no Porto avaliou muito favoravelmente a visita de Craveiro Lopes. Recordando que o chefe de Estado português era tudo menos uma “figura popular”, no caso da visita à capital do Reino Unido, “toda a gente acreditava que tinha representado a nação com distinção e

¹⁶³ Eduardo Brazão, *op. cit.*, p. 292.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 303.

¹⁶⁵ “Mesmo assim Theotónio não incluiu, entre os convivas do repasto oficial, os membros da sua Missão. Estes ficariam na copa, com os seus uniformes novinhos em folha, a apressar e a disciplinar o serviço! O Cônsul-Geral em Londres, que era Franco Nogueira, nem sequer fora convidado para a copa! De nada valeu a minha discordância, os meus respeitosos reparos.” *Ibidem*, p. 288.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

dignidade.” Reportando que Portugal vivia um momento de “lua-de-mel” com a sua velha aliada – e que devia continuar durante algum tempo, uma vez que já estava prevista a visita de Isabel II –, sublinhava que poucos “acontecimentos recentes” tinham conseguido fazer tanto para “fortalecer o prestígio do Governo de Salazar no norte de Portugal do que o significado que tinha sido atribuída” àquela visita, sendo que as opiniões favoráveis não seriam manifestadas, exclusivamente, por personalidades favoráveis ao Estado Novo.¹⁶⁶ Como instrumento de restituição de muito do prestígio eventualmente perdido pelo País desde a restauração da República e como iniciativa de política externa com objectivos claros, o cônsul Henry Clinton Reed acrescentou:

Portugal has now been a republic for forty-five years, but the population is excessively proud of its great kings and associates the past glories of the nation with their names. Even the names of their evil kings and queens are remembered with sentimental tolerance. For the Portuguese President to receive a most cordial reception at the brilliant court of the power they still admire most in the world aroused intense national pride. They felt that after all Portugal was again a nation to be reckoned with and that undoubtedly Dr. Salazar must be given credit for having brought about this favorable international climate. Furthermore, they took it for granted that the visit meant tacit approval and support of Dr. Salazar's strong stand in Goa.¹⁶⁷

“Que a providência nos não desampare.”¹⁶⁸

Depois da ocupação pela União Indiana dos “enclaves” portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli, o que aconteceu a 22 de Julho de 1954, intensificou-se, sem grandes resultados – e que não eram, diga-se, esperados –, a actividade da diplomacia portuguesa junto dos países parceiros de Portugal na Aliança Atlântica. Quando se afirma que não eram esperados grandes resultados, isso significa que, em momento algum, a diplomacia portuguesa equacionou seriamente a possibilidade de uma retirada por parte da União Indiana e do regresso de Dadrá e Nagar-Aveli à anterior soberania ou, noutro plano, que os EUA fizessem, como lhes foi pedido pelo embaixador português, uma declaração pública de condenação pela ocupação dos dois enclaves.¹⁶⁹ O

¹⁶⁶ Alguns opositores teriam chegado a afirmar que o êxito da visita de Craveiro Lopes teria sido um duro golpe infligido por Salazar a Nehru. “Do Consulado dos EUA no Porto para o Departamento de Estado”, despacho n.º 28, 10 de Novembro de 1955, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3411 (753.11/11-1055).

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 17 de Abril de 1954 (documento n.º 71). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁶⁹ “Quanto à declaração oficial americana que pretendíamos, [o Secretário Assistente do Departamento de Estado] declarou que lhe parecia difícil dar satisfação a Portugal. [...] Desta diligência o Embaixador de Portugal colheu impressão de que os Estados Unidos, que procuram com o maior empenho ganhar a simpatia de Nehru, não desejam imiscuir-se num problema em que sabem que a Índia não quer transigir e por isso evitam uma diligência que lhes possa criar mais má vontade por parte da União Indiana.” Ofício n.º 474. Da Direcção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Gabinete do Ministério do Ultramar. Lisboa, 31 de Julho de 1954, in MNE, *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, 2.º vol., 1967, p. 36. Este

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

objectivo daquela iniciativa diplomática portuguesa resumia-se a conseguir algumas vitórias que tivessem algum alcance moral. Esta componente moral serviria tanto objectivos de política interna, como proporcionaria uma folga naquela que era uma cada vez menor margem de manobra por parte de Portugal sob o ponto de vista externo e que, claro, o descontrolo da situação internacional tenderia a agravar. Como confessava Paulo Cunha a Pedro Theotónio Pereira, Portugal tinha como objectivo “evitar” que a União Indiana desenvolvesse “uma agressão” e com isso forçasse “pedidos mais concretos” aos seus aliados e em especial ao Governo de Sua Majestade, uma vez que sabia que cada pedido concreto seria sempre recusado.¹⁷⁰ Das diligências dos países membros da OTAN em Nova Deli, que Portugal reclamava, mas, sobretudo, da parte dos EUA e do RU, esperava-se que pudessem fazer com que, no futuro, a União Indiana não avançasse para actos idênticos àquele praticado contra Dadrá e Nagar-Aveli e que se sabia não poderem contar com uma oposição consequente por parte de Portugal, tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista político-diplomático. Finalmente, para a diplomacia portuguesa haveria que fazer ver aos britânicos que era do seu interesse contribuírem para uma moderação dos ímpetos do Governo indiano. Caso contrário, e numa situação ainda mais delicada, de iminência de confronto militar ou de confronto militar directo entre tropas portuguesas e tropas da União Indiana, poderia ter que vir a confrontar-se com pedidos mais concretos e que, se considerava, o Governo de Londres ia cumprir, com grandes custos de toda a ordem. Pensava-se em Lisboa que Londres se viria forçada a agir de acordo com os interesses de Portugal perante a possibilidade de poder vir a ser evocada a aliança, em caso de aumentarem as dificuldades na Índia, uma vez que a confrontação militar luso-indiana era claramente uma ameaça à integridade dos seus territórios ultramarinos, Portugal pensava que perante essa advertência, os britânicos acabariam por se decidir a agir no

documento, da autoria de Franco Nogueira, sistematiza e resume a actividade da diplomacia portuguesa na sequência da ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli.

¹⁷⁰ Durante uma conversa mantida entre Theotónio Pereira e Selwyn Lloyd, fora manifesta a diferença entre aquilo que o Governo português esperava do Reino Unido por causa da questão da Índia portuguesa, e aquilo que Selwyn Lloyd pensava que lhe iria ser exigido pelo embaixador português. Mas o equívoco manifestou-se ao contrário daquilo que seria de esperar. De facto, as autoridades portuguesas nunca esperaram evocar a aliança com o Reino Unido com o objectivo de levar este País para uma guerra com a União Indiana ou a um apoio incondicional às posições do Governo de Lisboa. A diplomacia portuguesa esperava, tão somente, que o Governo britânico dissesse “uma palavra de bom senso ao Governo do Senhor Nehru.” Ainda no mesmo relato da conversa mantida com Selwyn Lloyd, Theotónio Pereira acrescentou: “[...] Selwyn Lloyd insistiu em dizer que esperava que eu não ficasse com nenhuma má impressão nem considerasse menos amistosamente alguma coisa do que lhe ouvira, mas que neste clima de actuação conjugada e de confiança (que era felizmente aquele em que estávamos trabalhando) lhes parecia que podíamos continuar a contar com a ajuda inglesa e acção constante para moderar a Índia.” Ofício n.º 988. Da Embaixada de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Londres, 1 de Julho de 1954, in AOS/CO/UL – 23, fls. 10-13 (pasta 3). O próprio Paulo Cunha, numa curta missiva apresentando uma cópia do ofício relatando a conversa atrás citada que enviou a Salazar, escrevia: a conversa está “exactamente na linha de todos os outros casos em que, desde o início do Século passado, temos feito apelo à Aliança Britânica!” Carta de Paulo Cunha a Oliveira Salazar. Lisboa, 2 de Julho de 1954. AOS/CO/UL – 23, fls., 8-9 (pasta 3).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

sentido de refrearem os ímpetos da União Indiana, evitando que caísse na tentação de invasão de Diu, Damão e Goa. Nada disto seria uma vitória política definitiva, uma vez que dificilmente o Governo da União Indiana deixaria de reivindicar o seu direito à anexação daqueles territórios. Simplesmente, permitiria ao Governo português continuar a reivindicar interna e externamente a legitimidade jurídica, histórica e moral das suas posições, ao mesmo tempo que se adiava uma derrota político-militar.¹⁷¹

O primeiro passo desta estratégia parecia estar a cumprir-se a partir do momento em que o Departamento de Estado se comprometeu – segundo as informações transmitidas para Lisboa, na sequência de uma conversa mantida com Esteves Fernandes, embaixador português em Washington – a iniciar contactos junto do Foreign Office com o objectivo de serem feitas “diligências” em Nova Deli. Partindo do princípio de que outros países “aliados” fariam o mesmo, Paulo Cunha informava Pedro Theotónio Pereira de que o Governo britânico deveria ser pressionado. O embaixador deveria recordar aos seus interlocutores no Foreign Office aquela que era a sua ascendência sobre Nova Deli mas, e sobretudo, pelo seu próprio interesse, as vantagens que teriam em pôr fim ao ritmo a que se vinha agravando o problema luso-indiano. De qualquer forma, tanto no momento da ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli, como posteriormente, grande parte do alcance e dos bons resultados da diplomacia portuguesa estavam dependentes da qualidade das iniciativas inglesas ou, no pior dos cenários, da falta delas. É verdade que no decurso do Conselho da OTAN realizado a 26 de Julho, o representante permanente inglês “fizera uma excelente declaração” a favor das posições portuguesas, condenando os acontecimentos que tinham levado à ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli e à morte de um número indeterminado de cidadãos portugueses – entre um e quatro, todos eles naturais dos territórios que compunham o Estado Português da Índia.¹⁷² Mas o que mais deveria ficar retido na mente daqueles que conduziam a diplomacia portuguesa (perdendo-se assim de forma realista a esperança de que o Reino Unido poderia fazer algo pelos interesses portugueses na Índia), foi a afirmação proferida por John Selwyn Lloyd (na altura ministro de Estado) a Pedro Theotónio

¹⁷¹ Telegrama n.º 130. Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres. Lisboa, 29 de Julho de 1954 in idem, *ibidem*, p. 23.

¹⁷² Acerca do número e alcance das baixas decorrentes da ocupação do pequeno posto de polícia com que Portugal garantia a sua soberania em Dadrá: “O Governo Português recebeu notícias que confirmam a morte, no decurso da agressão cometida contra o pequeno território português de Dadrá, do Chefe da Polícia, Aniceto Rosário, natural de Diu, e de um elemento da Polícia ainda não identificado. O agente de Polícia António Fernandes, natural de Damão, que ficou gravemente ferido, morreu pouco depois; e o agente da Polícia Clemente Pereira, também natural de Damão, foi gravemente ferido, supondo-se que já tenha morrido. Todas as mortes foram causadas pela resistência oferecida aos invasores, depois de estes últimos, por meio de um altifalante instalado num automóvel, terem exigido a rendição da pequena força de polícia estacionada nessa aldeia isolada.” “Nota verbal da Legação de Portugal em Nova Deli ao Ministério dos Assuntos Externos da União Indiana” (Nova Deli, 28 de Julho de 1954), in idem, *ibidem*, p. 20.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Pereira, numa conversa a dois que mantiveram a 29 de Julho. No decurso desta, e depois de ter comunicado terem sido infrutíferas as diligências que fizera em Londres junto de um representante do Governo indiano, Selwyn Lloyd terá dito que estava muito “preocupado” e que “não via claramente como a Inglaterra poderia intervir” no conflito que envolvia Portugal e a Índia, mais que não fosse pelo facto da opinião pública britânica não ver com bons olhos a posição portuguesa, ao contrário da indiana, com a qual de uma forma geral simpatizava.¹⁷³ Lloyd prometeu “conversar” com Eden – ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo conservador ainda chefiado por Churchill –, “mas mostrou-se muito apreensivo sobre as dificuldades especiais da situação geral do momento.”¹⁷⁴

Na sequência da invasão, Theotónio Pereira concentrou todos os seus esforços e mobilizou os seus poucos recursos procurando estagnar na imprensa a catadupa de notícias e comentários exclusivamente favoráveis à posição da União Indiana. Para além de tentar travar este fluxo noticioso, buscou, e conseguiu, que pelo menos os jornais conservadores como o *Daily Telegraph* e o *Times* publicassem notícias e comentários em que sobressaísse o pensamento do Governo português sobre os acontecimentos de Julho em Dadrá e Nagar-Aveli e, sobretudo, as razões históricas, políticas e jurídicas que sustentavam a continuação da existência de um Estado Português da Índia. Obteve resultados¹⁷⁵ A 7 de Agosto comunicava que a “maré” tinha mudado no Reino Unido. Os jornais vinham “ótimos”, tendo-se ganho “esta batalha” mas chamando a atenção para o facto de ser muito difícil poder o Governo de Sua Majestade continuar a “seguir” a mesma “linha” durante muito tempo, mesmo que tudo fizesse para a “manter”. Isto porque eram grandes as “dificuldades internas e externas”, além de que favorecia os interesses de Portugal o facto de o Parlamento se encontrar fechado.¹⁷⁶ Estas boas

¹⁷³ A importância que tinha neste combate a conquista das opiniões públicas das duas potências chave no desenrolar da disputa entre Portugal e a União Indiana, está presente num ofício, já citado, enviado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros ao ministério do Ultramar: “Secreto [...] esta Secretaria de Estado, logo após o ataque e ocupação de Dadrá, expediu instruções para várias Missões diplomáticas e consulares portuguesas [...]”

2. Às Embaixadas de Portugal em Londres e Washington foi recomendado que exercessem a sua acção junto da imprensa local a fim de que esta desse o maior relevo possível aos comunicados portugueses e ao noticiário imparcial e objectivo sobre o que se passa [...]” Ofício n.º 474. Da Direcção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Gabinete do Ministério do Ultramar. Lisboa, 31 de Julho de 1954, in *ibidem*, p. 32-33.

¹⁷⁴ Telegrama n.º 112. Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Londres, 29 de Julho de 1954, in *ibidem*, pp. 22-23.

¹⁷⁵ Ao contrário do *Times* que, apesar de tudo, teria mantido segundo Theotónio Pereira uma posição equilibrada, o *Daily Telegraph* teria começado por se portar muito mal. O embaixador atribuía esse facto à presença de “um comunista” que “sabotou” Portugal naquele jornal. Notava ainda que o “comum dos jornais tem sido duma cobardia incrível” e que o principal amigo de Portugal no *Times* tinha “um traço característico,” isto é, mais de “70 anos.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 29 de Julho de 1954. AOS/CO-18, fls. 318-321.

¹⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 7 de Agosto [de 1954]. AOS/CO-18, fls. 334-335. O pior que notava dias mais tarde era a ideia avançada pelo *Times* em editorial. Nele se podia ler que o Governo português deveria procurar resolver o problema promovendo um plebiscito em Goa. A propósito da sugestão, Theotónio Pereira escrevia: “É uma ideia fixa dos ingleses esta mania dos plebiscitos ou das soluções de

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

relações com a imprensa conservadora britânica, permitiriam que, logo no início de Fevereiro de 1955, o *Daily Telegraph* publicasse uma entrevista com Salazar.

Independentemente de todo o trabalho que desenvolveu em Londres em prol de uma explicação e promoção daquela que era a posição portuguesa no sub-contidente indiano, junto do Governo de Sua Majestade como junto da opinião pública britânica, e de cujos resultados ia dando informação regular às Necessidades e a Salazar, Theotónio Pereira, seguindo instruções, agia muitas vezes em concertação com o embaixador paquistanês. No caso, procedia de forma a tentar fazer prevalecer aqueles que eram interesses do Governo de Islamabad em relação a Caxemira. Theotónio Pereira estava disponível para pressionar o Foreign Office naquele assunto, assim como os embaixadores em Londres dos vários países que compunham a Commonwealth. Pelo meio, já a diplomacia portuguesa tinha sensibilizado “os países da América Central” para a legitimidade dos interesses e das reivindicações paquistanesas. E para dar um tom dramático e de grande relevância aos acontecimentos, Theotónio Pereira informava que o embaixador do Paquistão em Londres chamara a atenção para a necessidade da diplomacia portuguesa usar de “grande cautela nas comunicações que envolvam relações com a Inglaterra.” Era “preferível não telegrafar.” Avisara-o ainda de que

Harrison, actual embaixador inglês no Rio, é muito partidário da União Indiana. Pediu para o nosso embaixador no Brasil estar ao facto disso e contrariar a acção de Harrison. Falámos [Theotónio Pereira e Ikkramulah] da importância da visita de Presidente Craveiro Lopes e das excelentes relações que temos com o Brasil. Agradeceu a nossa constante ajuda nesse particular.¹⁷⁷

Mas nada disto era decisivo. A diplomacia portuguesa em relação à questão colonial, e em particular naquilo que respeitava à questão de Goa, vivia de paliativos, uma vez que lhe faltava força, mesmo que transbordasse de determinação. Aparentemente, a posição de Theotónio Pereira em relação ao problema colonial caracterizava-se justamente pela aceitação dessa política de intransigência. Uma intransigência que assentava nos pressupostos políticos e ideológicos que definiam o regime e grande parte da sua liderança política.

“Se estiverem no canal esta tarde, tudo dará certo.”¹⁷⁸

As origens do incidente militar do Suez em 1956 podem ser encontradas no realinhamento de poder no Médio Oriente, consequência da guerra israelo-árabe de 1948-49.¹⁷⁹ As sucessivas

compromisso.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 17 de Agosto de 1954. AOS/CO-18, fls. 336-338.

¹⁷⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 6 de Junho de 1957 (documento n.º 89). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

¹⁷⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 1 de Novembro de 1956 (documento n.º 83). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Na verdade, as tropas franco-britânicas só ocuparam o canal do Suez a 6 de Novembro.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

mudanças nos Governos dos Estados árabes, humilhados pelas derrotas frente ao quase minúsculo Estado judeu, implicavam que um “novo” nacionalismo árabe iria enraizar-se no Norte de África e no Médio Oriente. Esta nova realidade era consequência da criação no seu seio daquilo que consideravam ser um Estado expansionista, agressivo e estrangeiro, mas também do facto de o Reino Unido ter perdido a sua capacidade de influenciar Israel (a partir de 1948) e o “mundo árabe” (de 1949 a 1956) – neste último caso, em grande medida, uma consequência da criação do Estado sionista. A tradição da presença britânica na região, a permanência dos seus interesses a leste do Suez – na Ásia e na costa Oriental africana –, bem como a pressão norte-americana para a continuação e aprofundamento de uma parceria naquela região cada vez mais conturbada do globo, fez com que Londres tentasse ultrapassar os obstáculos. Numa primeira fase fê-lo através da criação do Pacto de Bagdade. No entanto, a retirada militar britânica do Egipto, que deveria dar-se no ano de 1956, uma vez que o Parlamento egípcio votara por unanimidade (em Outubro de 1951) a não renovação daquela situação, implicava a perda daquela que havia sido considerada como a principal base para a segurança do Médio Oriente na era pré-nuclear. Este facto, convidava a União Soviética a uma penetração sempre desejada na região, ao mesmo tempo que Washington deveria, no mais curto espaço de tempo, preencher o vazio deixado pela retirada forçada do Reino Unido. Perante estes factos, a que se deveriam ainda juntar as dificuldades francesas na Argélia, todo o Médio Oriente e Norte de África, pela sua instabilidade, iam-se tornando rapidamente num cenário prioritário para a acção das grandes potências. Neste contexto, e em mais um esforço pela sua segurança, o Governo de Israel chefiado por Ben Gurion mostrou-se aberto a uma guerra preventiva com o Egipto. A atitude de Nasser que reclamava com cada vez maior frequência a intenção de se tornar no grande líder da nação árabe, divulgava a visão de um Egipto como o eixo de três círculos concêntricos,¹⁸⁰ desafiando assim a posição do Reino Unido, não apenas no Médio Oriente, mas também em África, como o seu relacionamento especial com o mundo árabe, ao mesmo tempo que tornava o Egipto numa base para a guerrilha argelina e afrontava os EUA, exibindo desafios

¹⁷⁹ “On 29 October [1956] the Israelis attacked Egypt. Britain and France delivered simultaneous ultimatums to Egypt and Israel, warning both sides to keep their forces away from the canal. Everything was carefully drafted to provoke Nasser into rejection so that the British and French could seize the canal area.” Henry S. Wilson, *African Decolonization*, s.e., Londres, Edward Arnold, 1994, p. 162.

¹⁸⁰ Num trabalho publicado em 1954, intitulado *A Filosofia da Revolução*, e que vários “líderes” ocidentais várias vezes comparavam ao *Mein Kampf*, Nasser apresentava o papel do Egipto no mundo. Segundo Nasser, o Egipto localizava-se na confluência de três círculos: o círculo árabe, o círculo africano e o círculo islâmico. A riqueza, a dimensão demográfica e territorial do Egipto, além das suas qualidades intelectuais e religiosas, tomavam o país no “líder” óbvio do mundo árabe, embora Nasser reconhecesse que no passado o Egipto tivesse vivido um tanto afastado das suas raízes árabes (o círculo árabe). As nações da África negra que vinham emergindo e lutando pela sua independência, virar-se-iam também para o Egipto, por este ser a ligação entre África e o mundo exterior (o círculo africano). Por seu lado, o Cairo, com a sua Universidade de séculos, era o maior foco de cultura e reflexão religiosa do mundo muçulmano (círculo islâmico).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

claros à desejada neutralidade egípcia no confronto Leste-Oeste. De facto, a política audaciosa de Nasser conseguiu pôr fim ao acordo tripartido de 1950 para o Médio Oriente, através do qual as potências ocidentais tentavam estabilizar essa região. O resultado foi que Israel e o sionismo deixaram de ser a primeira ameaça ao poder Ocidental na região – isto é, o britânico –, ocupando Nasser e o Egipto o seu lugar. Assim, quer a França quer o Reino Unido prestaram-se a rearmar Israel contra o Egipto, ao mesmo tempo que também o Governo norte-americano concordava com a eliminação daquele putativo chefe do mundo árabe. Faltava um entendimento apenas quanto ao momento em que tal deveria acontecer. Para israelitas, franceses e britânicos, a partir de 1955, quanto mais cedo melhor.¹⁸¹ É claro que os resultados de uma acção não concertada com os EUA, resultou numa vitória para Nasser e para o nacionalismo árabe, mas também para o bloco político chefiado pela União Soviética. A partir de 1957, uma boa parte dos árabes tenderia a inclinar-se para Moscovo em busca de armas, apoio técnico, financeiro e político. Em contrapartida, Israel e algumas das monarquias da região tornar-se-iam em aliados mais ou menos fiéis dos EUA e do chamado bloco Ocidental. Como consequência do vazio de poder que seguiu à retirada britânica do Médio Oriente, e da incapacidade norte-americana para preencher esse vazio, a região tornou-se não apenas num cenário de conflitualidade entre israelitas e árabes, mas também entre soviéticos e norte-americanos.

O incidente do Suez de 1956 é tradicionalmente identificado como um acontecimento importante para a compreensão de algumas das mais relevantes mutações verificadas na política internacional na década de 1950.¹⁸² O episódio teve como pano de fundo o ambiente político internacional gerado pela Guerra Fria, o fenómeno de recuo do domínio formal e informal europeu sobre o universo afro-asiático, as peripécias da evolução no relacionamento entre os EUA e o Reino Unido¹⁸³ e do bloco Ocidental com o Médio Oriente, além de, finalmente, o

¹⁸¹ Ritchie Ovendale, *The Origins of the Arab-Israeli Wars*, 3.ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1994, pp. 164-165.

¹⁸² Sobre a crise do Suez a literatura é vastíssima, por isso apenas se cita C. J. Bartlett, *'The Special Relationship': A Political History of Anglo-American Relations Since 1945*, s.e., s.l., Longman, 1992, pp. 77-87; John Charmley, *Churchill's Grand Alliance. The Anglo-American Special Relationship 1940-57*, s.e., s.l., Sceptre, 1995, pp. 287-355; J. P. D. Dunbabin, *International Relations Since 1945. A History in Two Volumes. The Post-Imperial Age: The Great Powers and the Wider World*, s.e., Londres e Nova Iorque, pp. 273-301; Marc Ferro, 1956. *Suez. Naissance d'un Tiers-Monde*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d.; R. F. Holland, *European Decolonization 1918-1981: an introductory survey*, s.e., s.l., Macmillan, 1985, pp. 195-200; Lawrence James, *The rise and fall of the British Empire*, s.e., s.l., Little, Brown and Company, 1994, pp. 578-587; John Darwin, *Britain and Decolonisation. The retreat from Empire in the post-war world*, s.e., s.l., Macmillan, 1988, pp. 211-232; Henry Kissinger, *Diplomacy*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994, pp. 522-549; Ritchie Ovendale, *op. cit.*, pp. 145-187; Denis Judd, *Empire. The British Imperial Experience from 1765 to the Present*, s.e., s.l., Basic Books, 1997, pp. 359-371. Do ponto de vista da história da política interna e externa de Israel, Avi Shlaim, *The Iron Wall. Israel and the Arab World*, s.e., s.l., Penguin Books, 2001, pp. 143-185.

¹⁸³ Discussões sobre a política de defesa Ocidental, tidas entre os EUA e o Reino Unido no início da década de 1950, que pretendiam prevenir a penetração soviética no Médio Oriente, concluíram que esta região seria, sobretudo, da “responsabilidade britânica”. Assim, a política oficial norte-americana ajudaria os britânicos a

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

próprio conflito israelo-árabe. Como condicionantes mais imediatas pesaram a tensão permanente entre os EUA e os seus aliados europeus nas chamadas questões coloniais e a emergência de uma terceira força política à escala mundial – os chamados “não-alinhados”, que pretendia agir fora da influência europeia, norte-americana e soviética. Finalmente, e dada a simultaneidade cronológica da sublevação húngara, os acontecimentos do Suez demonstram também a duplicidade de critérios vigente na avaliação pela comunidade internacional da legitimidade dos povos em definirem a sua autodeterminação, independência e destino político.

Independentemente daquelas que foram as causas da nacionalização do Canal do Suez pelo chefe de Estado egípcio, Abdel Gamal Nasser, e as reacções internacionais que provocou, a verdade é que a acção militar israelita – e mais tarde franco-britânica¹⁸⁴ –, sobre território egípcio que se lhe seguiu, com a consequente ocupação do Canal, despertou um forte elemento de antagonismo, entretanto adormecido, entre os EUA e os seus principais aliados europeus, sendo que esse antagonismo tinha o nome de (anti)colonialismo. A condenação formal da intervenção levada a cabo por aqueles três aliados de circunstância, norte-americana primeiro, e depois por parte de praticamente toda a comunidade internacional – já no âmbito das Nações Unidas –, além de trazer a franceses e a britânicos a acumulação de dificuldades na angariação dos meios para continuarem a sua acção e arregimentarem apoios, provaria que, decididamente, a independência ou a autonomia necessárias para o exercício de um poder à escala mundial se encontrava noutras coordenadas geopolíticas: na União Soviética e nos EUA.

Em relação ao Egipto, e apesar dos princípios de acção política de “*contenção*” face ao perigo soviético desenvolvidos por Truman e que Eisenhower não rejeitara, os EUA não estavam dispostos a agir como o haviam feito em 1946, a propósito das reais ou putativas ameaças soviéticas sobre a Grécia e a Turquia, altura em que aceitaram a herança do antigo ascendente britânico sobre aqueles territórios. O problema da nacionalização do Canal devia, na óptica norte-americana, ser resolvido pela ONU, e não através da imposição da presença britânica ou norte-americana. Por outro lado, embora os britânicos, auxiliados pelos EUA, pudessem manter a sua presença e influência no Egipto e em praticamente todos os países árabes do Médio Oriente, tal objectivo só deveria ser atingido recorrendo a uma acção com perfil moderado, e através da qual se aumentaria o grau de confiança, por parte dos países na região, nas

“assegurar e consolidar os seus interesses no Médio Oriente.” Ritchie Ovendale, *op. cit.*, p. 153 e C. J. Bartlett, *op. cit.*, p. 78. No entanto, e sobretudo ao longo do ano de 1956, eram cada vez maiores os equívocos no relacionamento entre as duas capitais. O encontro entre Eisenhower e Macmillan em Setembro de 1956 é o exemplo acabado da sucessão de mal-entendidos. As intenções de cada um dos intervenientes apenas teriam ficado claras caso Ike tivesse falado de “forma brutalmente franca” e Macmillan se tivesse comportado de forma “menos subjectiva.” *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁸⁴ Sob o comando político militar de Londres.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

potências ocidentais. Simultaneamente, proceder-se-ia a uma aproximação cautelosa, embora firme, relativamente aos interlocutores mais difíceis. Quanto ao perigo de o Egipto de Nasser se vir a ligar política e ideologicamente à União Soviética, implicando uma deserção numa área tradicionalmente de influência Ocidental, não deveria o problema ser tratado, na óptica norte-americana, segundo os velhos métodos de tipo colonial. Neste caso, o Departamento de Estado entendia que um apoio às atitudes e à influência britânica, quer em relação ao Egipto, quer em relação a todo o Médio Oriente, não podia ser entendido como um meio que visasse sustentar um equívoco colonial o que, naturalmente, nas novas circunstâncias, os EUA consideravam incomportável e contraproducente. Também a França, que se empenhava no combate a Nasser como consequência do apoio que os nacionalistas argelinos receberiam no Egipto,¹⁸⁵ não era de forma alguma portadora de uma causa que sensibilizasse Washington. Sob o ponto de vista do Departamento de Estado, Paris deveria retirar-se quanto antes da Argélia.

A forma que tomou a reacção franco-britânica à nacionalização do Canal do Suez fez com que o vice presidente Richard Nixon, na véspera das eleições presidenciais norte-americanas disputadas em Novembro de 1956, afirmasse:

*For the first time in history we have shown independence of Anglo-French policies toward Asia and Africa which seemed to us to reflect the colonial tradition. That declaration of independence has had an electrifying effect throughout the world.*¹⁸⁶

É ainda possível interpretar estes acontecimentos no Médio Oriente como demonstrando que muitos dos “líderes” nacionalistas, africanos ou asiáticos, estavam realmente decididos a agir com o não-alinhamento possível, insinuando-se entre norte-americanos e soviéticos, na expectativa de que assim procedendo poderiam retirar a máxima vantagem, simultânea ou alternadamente, junto dos dois grandes rivais, ou apenas através da aproximação a um deles. No entanto, e no futuro os EUA, apesar da condenação da intervenção franco-britânica e do papel preponderante que tiveram no seu fracasso, continuaram a ser particularmente mal vistos pela generalidade dos países “não-alinhados”. Muito mais do que os soviéticos e tanto quanto os britânicos. Sob o ponto de vista dos “não-alinhados”, o que interessava do incidente do Suez não era o apoio norte-americano a Nasser, mas a possibilidade de, através de uma liderança forte e determinada, ser possível jogar as grandes potências umas contra as outras e com isso retirar dividendos.¹⁸⁷

Mas os acontecimentos em torno da nacionalização e ocupação do Canal do Suez podem merecer uma outra leitura. Para isso será bom recordar que tudo começou um par de

¹⁸⁵ Em 1956, o Quartel General da guerrilha argelina localizava-se no Cairo. Ritchie Ovendale, *op. cit.*, p. 149.

¹⁸⁶ Citado em Henry Kissinger, *op. cit.*, p. 546.

¹⁸⁷ *Ibidem*, pp. 546-547.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

anos antes, quando o novo líder egípcio sondou Londres e Washington para o financiamento da construção de uma barragem de enormes dimensões em Assuão. Uma barragem, que feita uma avaliação objectiva das suas finalidades, nunca serviria, como não serve, para regularizar o caudal do Nilo e aumentar a rentabilidade da agricultura egípcia nas margens daquele rio.¹⁸⁸ O seu objectivo era, e estava à vista de todos, propagandear o novo Egipto, a nação árabe e, principalmente, Nasser. Os britânicos apercebendo-se da irracionalidade do projecto e dos seus objectivos político-ideológicos, recusaram-se a participar no seu financiamento, conseguindo arrastar nesta atitude os norte-americanos.¹⁸⁹ Os soviéticos, aproveitando a oportunidade, decidiram-se por construir a barragem a Nasser.

É lógico que Anthony Eden, o primeiro ministro britânico da altura, terá errado ao comportar-se a este respeito de forma tão honesta com Nasser, embora no caso a honestidade fosse uma arma política aparentemente útil aos interesses britânicos. Mas Eden terá voltado a errar quando à data da nacionalização do Canal – uma retaliação espúria pelo facto de as potências Ocidentais se recusarem a agir de acordo com os caprichos e interesses do ditador egípcio –, evocou Munique e comparou Nasser a Hitler e a Mussolini. De facto, nem Nasser era Hitler ou Mussolini, embora no Egipto como noutros países islâmicos houvesse uma simpatia por parte de alguns importantes chefes políticos nacionalistas pelas figuras daqueles ditadores, nem, sobretudo, o Egipto era uma grande potência, comparável à Itália e, muito menos, à Alemanha. Desde logo, as Forças Armadas egípcias eram uma entidade desorganizada e inconsequente, como aliás ficou demonstrado na forma como as tropas israelitas e mais tarde as franco-britânicas aniquilaram qualquer uma das suas iniciativas levadas a cabo a partir do Cairo.

É claro que o Presidente Eisenhower não teve também um comportamento exemplar, mesmo do ponto de vista dos interesses vitais norte-americanos. Independentemente daquilo que separava os EUA da França e do Reino Unido na questão do Suez, no que dizia respeito às possíveis formas de relacionamento com os “não-alinhados” e nos meios a utilizar para manter o Médio Oriente relativamente neutral e desmilitarizado, o chefe de Estado norte-americano agiu tendo sobretudo como objectivo o desejo de vir a ser reeleito nas presidenciais de Novembro. Não agradando a atitude radical tomada por israelitas, franceses e britânicos a uma parte muito significativa da opinião pública norte-americana, e não estando a Administração Eisenhower disposta a tolerar acções político-militares independentes por parte de seus aliados, mesmo tratando-se dos mais importantes (ou por isso mesmo), o presidente encorajou imediatamente o

¹⁸⁸ Importância que se reduz à componente hidroeléctrica.

¹⁸⁹ Ritchie Ovendale, *op. cit.*, p. 159. Dulles estava convencido de que quem viesse a financiar a construção da barragem ganharia o ódio dos egípcios, uma vez que ela se tornaria num fardo insuportável. Também por isto, os EUA estavam dispostos a brindar a União Soviética com o “privilegio” do financiamento.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Tesouro a “boicotar” a libra esterlina, criando-se assim dificuldades suplementares à “tripla aliança” e, em especial, aos britânicos. Por outro lado, Harold Macmillan, que antes e em diversas reuniões do Gabinete britânico, havia sido um dos mais firmes defensores da tomada de medidas duras perante o comportamento de Nasser, acabou por revelar, sobretudo, grande oportunismo e pouca honestidade – mesmo tendo presente os padrões mais permissivos sob os quais se regem os políticos. Abandonou Eden e minou a imagem de Rab Butler, acusando-o de defender posições e de tomar atitudes frágeis e hesitantes. Após a demissão de Eden do cargo de primeiro ministro, a 9 de Janeiro de 1957, Butler, pela gravidade das acusações que lhe foram feitas, não foi eleito pelos seus pares, ao contrário do que se esperaria alguns meses antes, tanto para chefiar o Partido Conservador como o Governo. Butler deixara de ser credível aos olhos da maioria dos deputados do Partido Conservador que, assim, escolheram Macmillan para chefiar o novo Governo britânico e preparar as eleições.¹⁹⁰

Na altura, a grande maioria dos “líderes” políticos mundiais apressaram-se a condenar e a invectivar violentamente a acção militar sobre o Suez, ao mesmo tempo que moderavam o conteúdo das críticas à intervenção soviética na Hungria. Nehru, o grande lutador pela liberdade dos povos coloniais, ao mesmo tempo que evocava a brutalidade da intervenção no Médio Oriente, recusava fazer qualquer crítica à intervenção militar da União Soviética na Hungria — acontecimento em relação ao qual era possível contar 60 mil vítimas, além do assassinato do primeiro ministro Imry Nagy.¹⁹¹ O próprio secretário geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, tudo fez para que a instituição a que presidia condenasse, para além de qualquer dúvida, os acontecimentos no Egipto, ao mesmo tempo que quase ignorava os factos ocorridos na Europa Central.¹⁹²

Em geral, a crise do Suez é avaliada como uma desgraça nacional para franceses e britânicos. O fracasso da acção marca não apenas a transformação, definitiva, da França e do Reino Unido em potências de segunda ordem, mas também como o rombo final no colonialismo europeu. No entanto, e apesar do recuo imposto às duas potências europeias, o Reino Unido e a França mantiveram-se, transitoriamente é certo, como grandes potências coloniais. No Reino

¹⁹⁰ Richard Lamb, *The Macmillan Years. 1957-1963. The Emerging Truth*, s.e., Londres, John Murray, 1995, pp. 20-25.

¹⁹¹ Na década de 1930, Nagy havia sido agente do NKVD cabendo-lhe a elaboração de relatórios sobre os seus camaradas, o que o tornaria num cúmplice das purgas estalinistas. Este era o facto que sustentava a antipatia que por ele Khrushchev nutria. Depois de os tanques soviéticos terem feito o seu trabalho em Budapeste, agentes do KGB subtraíram Nagy e outros camaradas seus do exílio na Embaixada jugoslava, tendo sido eliminados após um julgamento secreto. Vladislav Zubok e Constantine Pleshakov, *Inside the Kremlin's Cold War. From Stalin to Khrushchev*, Cambridge, Massachusetts - Londres, Harvard University Press, 1996, p. 186-187.

¹⁹² Paul Johnson, “Canal Running Through London” in *The Spectator*, 9 de Novembro de 1996, p. 16. Sobre o comportamento de Hammarskjöld durante a crise do Suez, Brian Urquhart, *Hammarskjöld*, s.e., Londres e Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1994. pp. 159-194

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Unido, antes do fracasso que a evolução dos acontecimentos revelou, grande parte da opinião pública invectivava Nasser e reclamava uma intervenção dura por parte do Governo de Sua Majestade. Por exemplo, em Dezembro de 1953, quarenta e um membros do Parlamento, pertencentes ao Partido Conservador, haviam formado o “Grupo do Suez”. Chefiados por um tal Capitão Waterhouse lutavam para pôr fim àquilo que consideravam ser a ininterrupta retirada do império desde 1945. O “Grupo do Suez” sentia que sob pressão norte-americana e egípcia o Governo deixara de estar em “sintonia” com a opinião pública. Lutavam para “restaurar” aquilo que consideravam ser “a missão britânica”, chegando a ganhar “a simpatia emocional de Churchill”.¹⁹³ No entanto, em Novembro de 1956, a “opinião pública” não apoiou a intervenção militar. Ou se o fez, foi muito discretamente.

A tudo isto assistiu Theotónio Pereira com enorme expectativa. Em meados de Setembro, nas vésperas da realização de uma reunião em Londres na qual participariam dezoito países utilizadores do Canal do Suez, o embaixador já constatava a existência de divisões na sociedade britânica. A intervenção do líder trabalhista nos Comuns ia inequivocamente contra aquela que era a atitude de intransigência adoptada pelo Governo conservador para resolver a crise criada pela nacionalização do Canal após a sua nacionalização pelas autoridades egípcias em Julho. Essa divisão, além de vincada pelas reacções dos trabalhistas na Câmara dos Comuns – aquando da ida de Eden para explicar a sua visão do problema –, teria sido acompanhada por forte “agitação política” da parte de importantes sectores da opinião pública. De qualquer forma, sublinhava que era “opinião geral” que o Governo se encontrava “muito firme na orientação traçada”, continuando a “ter apoio do país”, acrescentando que tanto Eden como o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, continuavam a obter “marcados êxitos políticos.” No entanto, percebia que às ténues nuvens que avistavam na frente interna, se juntavam outras bem mais grossas na vertente externa, desde logo oriundas do mais importante aliado britânico e líder do chamado mundo ocidental. O Governo dos EUA, talvez porque em vésperas de eleições presidenciais e para o Congresso e porque se encontrava numa fase de definição de uma nova política para o Médio Oriente, aparecia “por um lado” como “co-autor” do projecto de criação de uma “Associação de Utentes,” e, por outro, com o secretário de Estado Dulles a fazer “declarações pacifistas” consolidando no Reino Unido a “convicção” de que acabaria caber a Londres e a Paris continuarem “decididas no prosseguimento de uma política de mão forte.” E acrescentava Pedro Theotónio Pereira, não se furtando à previsão:

Estados Unidos entrarão Associação e enviarão navios com sua bandeira abrir caminho Suez ao mesmo tempo que mantendo-se pacifistas imporão Rússia política prudência. Inglaterra e França poderão em

¹⁹³ Ritchie Ovendale, *op. cit.*, p. 156.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*última análise decidir-se acção enérgica local caso Egipto recuse o tal mínimo cooperação para livre trânsito Canal.*¹⁹⁴

Semanas mais tarde, teve por momentos a percepção, afinal errada, de que as duas ainda grandes potências coloniais, a França e o Reino Unido, pareciam dispostas a lutar pela preservação do seu poder em África e em algumas zonas do Médio Oriente. Ou seja, que a sua retirada de posições coloniais já consumada no continente asiático, ficaria suspensa justamente naquelas regiões sobre as quais Salazar já mais de uma vez se pronunciara e definira como sendo essenciais à segurança, ao poder e à prosperidade da Europa.¹⁹⁵ Mas a crença de Theotónio Pereira, em Novembro de 1956, naquela que seria a capacidade e a vontade de lutar dos britânicos era particularmente estranha, uma vez que três anos antes, pouco depois de chegar a Londres como embaixador, medira de imediato “o estado verdadeiramente deplorável desta opinião em matéria colonial.” A situação, como escrevia na altura a Salazar, estava “muito pior que supunha. A Inglaterra perdeu a fé. Desde os conservadores aos trabalhistas. Todos só falam em ajudar a emancipar o gentio. As palavras são quase as mesmas.”¹⁹⁶ No entanto, a sua vontade de acreditar que algo no domínio colonial no Reino Unido podia ter mudado, fez com que em Novembro de 1956, à margem dos ofícios que mandava para Lisboa, mostrasse alguma esperança pelo rumo que os acontecimentos tomavam. Acreditava ainda tanto no êxito da operação político-militar levada a cabo pelos britânicos e pelos seus aliados no Suez, como na possibilidade de tal êxito poder vir a mudar a percepção britânica do seu poder e da forma como deveria e poderia voltar a exercê-lo.

*Escrevo-lhe num momento de bastante ansiedade acerca da política deste país. Deus permita que o golpe no Suez dê resultado. Eles viram que perderam a boa oportunidade de o fazer nas 1.as 48 horas da crise e quiseram agora aproveitar esta na verdade excepcional que se lhes ofereceu. Se estiverem no Canal esta tarde, tudo terá dado certo.*¹⁹⁷

¹⁹⁴ “Telegrama n.º 295. Do embaixador de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, 14 de Setembro de 1956. AHDMNE. 2.º piso, Armário 1, Maço 478.

¹⁹⁵ Sobre a independência dos países africanos da bacia do Mediterrâneo escreveu o presidente do Conselho que a Europa “não pôde nunca julgar-se segura nem efectivamente o esteve senão quando a extensa frente afro-mediterrânea se podia considerar, sob qualquer forma, amiga ou aliada.” E depois acrescentava que era o problema da África Negra que se jogava “ali”, afirmando em seguida que a “África” era “o complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência. Sem a África, a Rússia pode desde já ditar ao Ocidente os termos em que lhe permite viver.” Oliveira Salazar, “Apontamento sobre a situação internacional” in *Discursos e Notas Políticas, V, 1951-1958*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1959, pp. 371-372 (discurso pronunciado em 30 de Maio de 1956).

¹⁹⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 31 de Outubro de 1953. AOS/CO-18, fls. 310-313.

¹⁹⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 1 de Novembro de 1956 (documento n.º 83). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Provavelmente, Pedro Theotónio Pereira nunca se apercebeu da gravidade da situação internacional. Recorde-se que quando os soviéticos ameaçaram utilizar o seu poder militar para expulsarem israelitas, franceses e britânicos do Suez, Eisenhower, que dias antes criticara e condenara a intervenção a acção daqueles três Países, ameaçou enviar tropas norte-americanas para resistirem a uma intervenção soviética. Este foi o momento mais tenso de toda a crise do Suez e

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Em Janeiro de 1957, já consciente do fiasco em que se transformara a ocupação franco-britânica do canal do Suez, Theotónio Pereira passava pelo Foreign Office para tomar conhecimento do tempo que ainda poderiam tardar as negociações para o regresso do canal à normalidade, de forma a permitir que, sem agravo dos interesses e do prestígio do Governo de Sua Majestade, os navios mercantes portugueses pudessem voltar a utilizar aquela via nas ligações entre o Índico e o Atlântico. Isto quando as próprias autoridades britânicas apenas “aconselhavam” os armadores britânicos a não utilizarem o canal e apenas tinham “esperança” de que os seus “amigos”, entre “outras nações marítimas” seguissem a “mesma linha de comportamento.”¹⁹⁸ A solidariedade de Theotónio Pereira para com os britânicos era tal que não apenas se comprometia a avisar o seu Governo da forma como Londres gostava de ver conduzida a política de países terceiros em relação à questão do Suez, como propunha uma espécie de acção conjunta:

*The Ambassador said he would inform Lisbon, but expressed the hope that his own representations there should be reinforced by some communication from us, making our position quite clear. After consulting you, I have rung the Ambassador back to tell him that we are hoping to send such a telegram to Lisbon in the course of the day.*¹⁹⁹

“[...] acho que lhe devo dar notícias de vez em quando.”²⁰⁰

A 18 de Junho de 1953, Calouste Sarkis Gulbenkian redigiu, assistido pelo advogado e amigo Azeredo Perdigão, o seu segundo testamento. Nele manifestava o desejo de que fosse criada com a parte da sua fortuna que a ela consignava, e com sede em Lisboa, uma Fundação que levaria o seu nome. A 20 de Julho de 1955, faleceu. No espaço de um ano, a 18 de Julho de 1956, o decreto-lei n.º 40 690, aprovava os estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian redigidos por Salazar, Marcello Caetano e Azeredo Perdigão. O mesmo Azeredo Perdigão, que fora colega de Theotónio Pereira na Administração do BNU, assumiu a presidência daquela importante instituição de “utilidade pública” que se iria dedicar a desenvolver “actividades caritativas, científicas e culturais” em vários países e regiões, desde Portugal e respectivos territórios ultramarinos, até ao Reino Unido e Commonwealth, passando pela França, EUA, Brasil, China, Japão e Médio Oriente. Pelo meio mantinha-se indefinida a percentagem dos rendimentos a atribuir às regiões e Países onde a Fundação deveria desenvolver a sua

um dos mais assustadores de toda a Guerra Fria. James T. Patterson, *Grand Expectations. The United States, 1945-1974*, vol. X, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 306-307.

¹⁹⁸ Apontamento de conversa. Londres, 9 de Abril de 1957. FO371/125514.

¹⁹⁹ Apontamento de conversa. Londres, 10 de Abril de 1957. FO371/125514.

²⁰⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 12 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 114-117.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

actividade, a composição do Conselho de Administração – que deveria ter entre três e nove elementos –, além de disputas sérias entre a Fundação e o Governo português, por um lado, e o filho de Calouste Gulbenkian, Nubar, por outro, e de uma “polémica” entre o lorde Cyril Radcliffe – presidente da Fundação designado por Gulbenkian – e o segundo *trustee*, Azeredo Perdigão.²⁰¹ Finalmente, havia ainda o problema do encaminhamento para Lisboa, onde iriam constituir o museu da instituição, das colecções de arte de que Calouste Gulbenkian era proprietário e que se encontravam essencialmente espalhadas por três países: Reino Unido, França e EUA.²⁰²

Embora ainda se encontre por fazer uma história deste importante acontecimento da vida política e cultural de Portugal que foi a criação da Fundação Calouste Gulbenkian, não se andarão muito longe da verdade se se considerar que o convite feito a Theotónio Pereira para integrar a sua Administração terá estado intimamente ligada às circunstâncias acidentadas do nascimento da Fundação²⁰³ e ao facto de Salazar ter pensado ser o embaixador de Portugal em Londres figura adequada para ocupar o lugar.²⁰⁴ Desde logo, o presidente designado por Gulbenkian para dirigir a Fundação era um advogado britânico, lorde Radcliffe. Por outro lado, uma grande parte das colecções que Calouste Gulbenkian legara à Fundação encontravam-se depositadas nos EUA, Grã-Bretanha e França o que, independentemente das questões jurídicas envolvidas, criava diversos problemas que convinha que fossem tratados e resolvidos política e diplomaticamente. Finalmente, e apesar de alguns sinais em contrário,²⁰⁵ Oliveira Salazar não

²⁰¹ Sobre as disputas acerca dos objectivos e modo de gestão da Fundação, envolvendo Azeredo Perdigão, por um lado, e Cyril Radcliffe, por outro, Nubar Gulbenkian, *Pantaraxia. The autobiography of Nubar Gulbenkian*, s.e., Londres, Hutchinson of London, 1965, pp. 263-281. Lord Radcliffe, na qualidade de presidente indigitado da Fundação, discutiu diversas vezes em Londres com Pedro Theotónio Pereira várias questões relacionadas com o futuro daquela. Idem, *ibidem*, p. 264.

²⁰² Pedro Aires Oliveira, “Fundação Calouste Gulbenkian” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 373-376; idem, “PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 2, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 714-715; Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian: Uma Reconstituição*, s.e., Lisboa, Gradiva, 1992, passim e idem, “GULBENKIAN, Calouste Sarkis” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 422.

²⁰³ A nomeação de Pedro Theotónio Pereira, juntamente com a do duque de Palmella e Charles Wishaw, foi anunciada por Azeredo Perdigão um ano depois da morte de Calouste Gulbenkian, quando foi dado início formal às actividades da Fundação. O quinto elemento da Administração era Kvork Essayan. Nubar Gulbenkian, *op. cit.*, pp. 269-270.

²⁰⁴ No final de 1963, já bastante doente, embora sentindo algumas melhoras da doença que o vitimava mas ainda não fora diagnosticada, Theotónio Pereira escrevia a Salazar dando-lhe conta das suas preocupações com o seu futuro na Administração da Gulbenkian: “Estou na Fundação só porque V. Ex.a indicou há seis anos o meu nome como elemento aproveitável para a tarefa. Não quero por isso retomar a actividade num futuro próximo sem o acordo de V. Ex.a” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Dafundo, 13 de Dezembro de 1963. AOS/CP-213, fls.400-501.

²⁰⁵ É apenas parcialmente verdadeira a afirmação de Franco Nogueira segundo a qual teria sido “grande preocupação de Salazar tomar a instituição completamente apolítica e independente do Governo.” Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 385n.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

podia deixar a Fundação a funcionar, do ponto de vista político, em roda livre, o que obrigou a tentar e a conseguir instalar na sua Administração alguém da sua confiança mas que, também, estivesse em condições de satisfazer outros critérios, nomeadamente ajudando com eficácia na resolução dos outros problemas atrás referenciados.²⁰⁶ É, portanto, neste contexto que deve ser entendida a nomeação de Theotónio Pereira.²⁰⁷ Conhecia Azeredo Perdigão, tinha experiência de administração de empresas, contactos e alguma influência em certos meios britânicos e norte-americanos, experiência política e diplomática e era um homem da confiança pessoal e política de Salazar, com ambição, com capacidade de trabalho, carismático e com uma contínua vontade de servir o País e o regime.²⁰⁸

E de facto, quando nomeado para a Administração da Gulbenkian, Theotónio Pereira assumiu imediatamente o papel de confidente de Salazar sobre os assuntos da instituição.²⁰⁹ Após a realização em Lisboa de uma das primeiras reuniões do Conselho de Administração em que participou, deu nota a Oliveira Salazar do sentimento que lhe causara o convite para fazer parte do órgão máximo de administração daquela instituição, sobretudo por considerar que iria ser notável a obra que a Fundação se preparava para fazer em prol do desenvolvimento de Portugal.

Por mim, sinto tanto a importância desta obra, que gostaria de lhe consagrar o resto da minha vida. E foi com sincero prazer que verifiquei pela última reunião em Lisboa o muito que se tem melhorado nestes meses mais chegados. Parece pois assegurado que seremos capazes de trabalhar no plano internacional.²¹⁰

Em Outubro e Novembro de 1957, com a situação no Médio Oriente ainda muito incerta após a ocupação frustrada do Suez por uma coligação militar israelo-franco-britânica, e com o processo de negociação dos termos do testamento de Gulbenkian, envolvendo a Fundação e Nubar e Radcliffe, a Administração da Fundação preparou e publicou uma lista de financiamentos a atribuir. Previa-se que viriam a ser repartidos por instituições sediadas no Médio Oriente, na “Comunidade Britânica” e em Portugal – “todas as zonas geográficas adoptadas pela Fundação.”

²⁰⁶ Pelo menos logo Outubro de 1955, Salazar e Theotónio Pereira tiveram uma primeira conversa privada sobre “o caso Gulbenkian”, tendo o embaixador em Londres afirmado que tudo faria para ajudar a “cumprir” o “pensamento” do chefe do Governo sobre a questão. Acrescentava depois: “Penso que o Dr. Azeredo Perdigão está animado do melhor desejo de servir e que só desejo receber orientação de V. Ex.a.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Lisboa, 7 de Outubro de 1955. AOS/CO-18, fls. 375-376.

²⁰⁷ O que aconteceu imediatamente após a publicação do decreto-lei n.º 40 690.

²⁰⁸ Segundo Marcello Caetano, Theotónio Pereira e Palmella foram escolhidos para membros vitalícios da Administração da Fundação pelo facto de “serem bem conhecidos e muito respeitados na Grã-Bretanha.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 477.

²⁰⁹ “Como sei que V. Ex.a desejou que eu acompanhasse os trabalhos da Fundação Gulbenkian, acho que lhe devo dar notícias de vez em quando.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 12 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 114-117.

²¹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 15 de Outubro de 1957. AOS/CD-18, fls. 91-95.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

A iniciativa era importante por se apresentar como uma prova de “vitalidade” e por demonstrar publicamente que, apesar de sediada em Lisboa, a Fundação iria cumprir escrupulosamente as determinações testamentárias quanto à distribuição geográfica dos recursos. Havia “95 000 contos” para aplicar, sendo que dos 40 mil contos destinados a Portugal, cerca de metade se destinava à criação de um “novo centro de investigações fundamental anexo ao Laboratório de Engenharia Civil.” Para Theotónio Pereira, esta tratava-se de uma das melhores decisões que se poderiam tomar”, com a vantagem de os estrangeiros a terem apoiado com “entusiasmo.”²¹¹ No entanto, se via com admiração a obra da Gulbenkian quando ligada a questões relativas ao desenvolvimento económico e social, à investigação científica ou à promoção do ensino, também lhe custava que se consumissem recursos em exposições e em prémios de arte que possuíam qualidade menos do que duvidosa. A exposição que em Dezembro de 1957 decorria em Lisboa, promovida que era pela Fundação, não apenas lhe parecia “muito mázinha”, como o deixava com a certeza de que se tinha “ido longe de mais no dinheiro dos prémios.”

Num país onde o prémio Camões é de 20 contos, não se justifica muito 4 ou 6 prémios de 35 contos em belas artes – especialmente quando elas estão tão por baixo.

Fiz o possível por parar esta fogueira mas não consegui. [...] Acho que foi excessivo. Digo isto em confidência a V. Ex.a para que não suponha que hesitei em recomendar bom senso.

*Disseram-me que a exposição vale muito pouco. Por toda a parte o mesmo.*²¹²

Decididamente a arte contemporânea não era coisa do seu agrado. Logo Theotónio Pereira que recebera de sua mãe – na infância e na adolescência – alguns ensinamentos sobre artes plásticas, especialmente sobre pintura, e que se dedicava ele próprio, mesmo quando adulto, a desenhar em pequenos blocos de apontamentos e folhas soltas algumas figuras normalmente enquadradas por paisagens naturais.²¹³

²¹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 15 de Outubro de 1957. AOS/CD-18, fls. 91-95.

²¹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 12 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 114-117. Tratou-se da *I Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian*. Dos 551 artistas que concorreram a apresentar os seus trabalhos para serem expostos e, eventualmente, premiados, foram aprovados 148. Entre os premiados estiveram Júlio Resende, Abel Manta, Guilherme Camarinha, Teresa de Sousa e Dórdio Guimarães. Parte da polémica gerada esteve relacionada com a exposição, associada ao evento, de “quatro (de uma série mais extensa) pinturas abstractas-geométricas, de sentido simbólico,” da autoria de Almada Negreiros e que “defendeu em conferência.” João Lima Pinharanda, “O declínio das vanguardas: dos anos 50 ao fim do milénio” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, III volume, *Do Barroco à Contemporaneidade*, s.e., s.e., Círculo de Leitores, s.d., pp. 593-594 e José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3.ª ed., Venda Nova, Bertrand Ed., 1991, p. 509.

²¹³ Tão pouco Salazar terá apreciado a exposição. Se é que a visitou. O mais provável é que tenha formado uma opinião através dos comentários que sobre ela lhe iam chegando aos ouvidos. “Consolou-me ler a clara reacção de V. Ex.a sobre o caso da Exposição. [...] Sinceramente penso que foi um erro fazer esta exposição e estimular a grotesca arte de alguns dos nossos chamados artistas com prémios anormais.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 19 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 119-127.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

As já citadas negociações entre a Administração da Fundação e Nubar Gulbenkian, que se opusera à criação daquela nos termos em que se verificara, recusando-se por isso a fazer parte da sua Administração, tratavam de procurar cumprir os termos do testamento de Calouste Gulbenkian, atribuindo-lhe uma compensação financeira por esse facto. Em vésperas da quadra natalícia decorria uma “conferência da paz” que parecia “enfim destinada a ter êxito. Dá-se um pouco mais de dinheiro a Nubar e ele aceita o testamento e a Fundação e promete deixar-nos em paz.” O primeiro acto de Nubar seria “desistir da acção.”²¹⁴ Era a sentença de Theotónio Pereira. Mas uma semana depois, já o ambiente envolvendo os administradores se degradara por causa da contestação testamentária. Pedro Theotónio Pereira dava notícia do facto de se ter estado “à beira dum conflito.” O embaixador em Londres acusava Azeredo Perdigão de se inclinar “para a submissão” às “pretensões” de Nubar. Apenas pelo facto de Theotónio Pereira e Charles Whishaw se terem oposto “tenazmente”, arrastando para as suas posições Palmella e Kvork Essayan, é que Perdigão, vendo-se isolado, acabou por desistir de um entendimento com Nubar. Do assunto retirou a conclusão de que não seria fácil ser administrador da Gulbenkian a partir de Londres. E garantia: “Se eu estivesse em Lisboa teria agora travado estes ímpetos e nada destes exageros se teriam dado. Palmella poderia ter-nos ajudado mais pois já sabia que havia 2 votos contra. Receio muito porém que ele esteja ainda doente.” Falando da sua qualidade de administrador praticamente nomeado pelo Governo, e de nessa qualidade assumir o exercício das suas funções, Theotónio Pereira acrescentava: “O caso preocupa-me pois é preciso a todo o custo provar que somos capazes de a manejar.”²¹⁵ Em consequência, desejava voltar a Lisboa e assumir por inteiro o seu cargo de administrador – o que o ajudaria ainda a resolver alguns problemas pessoais pendentes –, para “evitar muitos casos como os lamentáveis deslizos verificados agora com a exposição.” E a seguir acrescentava – “em confidência” – que existia um verdadeiro problema nas suas relações e de outros administradores com o “Dr. Perdigão”: “V. Ex.a conhece de certo o feitio dele e certas influências de que sofre. Só presença constante e acção constante podem evitar os erros que tememos.” Daí que aconselhasse Salazar “a falar entretanto com o Palmella” porque só assim se podia manter a Administração da Gulbenkian a fazer a Fundação funcionar dentro daquelas que eram as intenções do Governo.²¹⁶ Em 1958, a situação da Gulbenkian melhorava significativamente. Fora conseguido um acordo com Nubar em que se “pagara praticamente só aquilo que o testamento previa, renunciando ele

²¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Londres, 12 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 114-117. Sobre as negociações entre Azeredo Perdigão e Nubar Gulbenkian, ver Nubar Gulbenkian, *op. cit.*, pp. 270-271.

²¹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 19 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 119-127.

²¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

a quaisquer futuras intervenções”. O resultado deixava Theotónio Pereira “muito satisfeito” e devera-se em grande medida à intervenção de Salazar cerca de um ano antes.²¹⁷

“Não haverá mais nenhuma visita para ela tão feliz e tão poética como esta.”²¹⁸

Nas vésperas da visita de Isabel II a Portugal, que decorreu em Fevereiro de 1957,²¹⁹ Pedro Theotónio Pereira preocupava-se cada vez mais com os mínimos pormenores relativos à sua organização. Temia que a escassez de meios e a sua descoordenação pudessem deitar tudo a perder. Apenas durante a sua estada em Lisboa, no decurso do mês de Dezembro, pudera Theotónio Pereira ajudar a concluir o programa da visita, introduzindo-lhe alguns pormenores que acabaram por torná-la num acontecimento marcante da história do Estado Novo na década de 1950. A sua acção, como explicou detalhadamente na correspondência trocada com Salazar, centrou-se na tentativa de transformar o programa oficial em algo mais do que uma sucessão de cerimónias que, de uma maneira ou outra, todos os restantes chefes de Estado estrangeiros que tinham visitado Portugal cumpriam, o que impedia que esses acontecimentos se tornassem em qualquer coisa de notável, de onde se retirassem dividendos políticos tanto no domínio da política interna como externa. O êxito limitado desses acontecimentos devia-se à falta de originalidade e de espontaneidade, o que significava o alheamento por parte da generalidade dos cidadãos em relação a essas visitas, que, por outro lado, pelo seu cinzentismo, não se transformavam em algo de marcante nos percursos políticos e pessoais dos visitantes enquanto altos dirigentes de um Estado.

Iniciado o ano de 1957, Pedro Theotónio Pereira alertava o chefe do Governo para a necessidade de ser rapidamente resolvido o problema da visita do duque de Bragança à rainha em Queluz. D. Duarte aceitava “gostosamente” encontrar-se com Isabel II num “momento” que lhe “fosse marcado” e por isso havia que definir a data da entrevista, tarefa que poderia ser atribuída a Palmella, caso se preferisse que fosse um “particular o intermediário.” Mas o essencial era que neste assunto Isabel II se submeteria em tudo às “indicações” do Governo português.²²⁰ De qualquer modo, a questão do conteúdo e da forma do programa da visita foi

²¹⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 20 de Fevereiro de 1958. AOS/CD-19, fls. 144-145.

²¹⁸ “Carta de Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira”. Londres, 8 de Março de 1957. AOS/CD-19, fls. 47-51.

²¹⁹ A visita privada teve início a 16. A oficial, dois dias mais tarde.

²²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Lisboa, 1 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 1-5. A 8 de Janeiro já estava resolvida a questão da entrevista. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 8 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fl. 13. Sem que se perceba porquê, em Fevereiro a questão da entrevista entre a rainha e o duque de Bragança estava por resolver. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres,

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

sempre de grande preocupação para Theotónio Pereira uma vez que tinha a consciência, justa ou não, de que as autoridades portuguesas não possuíam experiência adequada para a preparação de uma visita com a importância e a mobilização de meios de todo o tipo como era o caso daquela que Isabel II realizaria.²²¹ Provavelmente, porque do seu ponto de vista, desde a visita de Eduardo VII não se organizava nada parecido em Portugal. É verdade que tanto antes como depois da passagem da monarca por Portugal, o “programa” parecia ser a “Pedro Theotónio Pereira” apenas o possível, sendo que depois da sua intervenção tinha “felizmente” adquirido “aspectos próprios”, os únicos que iriam “perdurar no espírito dos reais visitantes.” Para o embaixador em Londres, conhecedor da sensibilidade e dos gostos cultivados pela família real britânica, era importante que a especificidade social e cultural portuguesa fosse apresentada durante a visita, mas tanto quanto possível de maneira sóbria, relativamente pouco latina. Por outro lado, o “programa” parecia-lhe estar “ao mesmo tempo muito completo e suficientemente espaçado entre os seus números”, de modo a que Isabel II não tivesse de “andar a correr.” No entanto, havia alguns pormenores que antes da consumação da viagem pareciam merecer ser corrigidos, melhorados. A viagem oficial – precedida de uma visita privada aos duques de Palmella²²² –, que principiava com a chegada do casal real a Lisboa pelo Tejo, deveria merecer, do ponto de vista de Theotónio Pereira, uma “grande concentração de fragatas [...] a montante do Terreiro do Paço e mais ao sul do cortejo” que iria acompanhar a chegada do navio em que Isabel II se fazia transportar.²²³ Preocupava-o também a composição da comitiva que iria com o embaixador britânico a bordo do iate real “buscar a Rainha.” Por outro lado, a passagem de Isabel II pela Nazaré deveria, segundo Theotónio Pereira, abster-se de ter qualquer “demonstração de folclore”, assegurando “apenas” que a terra se iria apresentar “com o máximo de carácter local.”

29 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 38-40 e “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 2 de Fevereiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 41-46.

²²¹ Independentemente de na década de 1950, antes da vinda de Isabel II, terem sido vários os chefes de Estado que visitaram oficialmente Portugal. Franco estivera em Portugal em Outubro de 1949 e Café Filho em Janeiro de 1955. No entanto, só em 1959 e em 1960 visitaram oficialmente Portugal figuras como Hailé Selassié I, Sukarno e Eisenhower.

²²² O desejo de Isabel II visitar os duques de Palmella na Arrábida, e que devia ser atendido, era interpretado do seguinte modo por Salazar: “A sua atitude tem a meu ver enorme importância social e política: a Rainha não nota em Portugal a separação, noutros países evidente, entre a classe governante e a sociedade em geral. Pensa que o regime não vive à margem de qualquer sector da população e que existem aqui famílias, às quais em inteira intimidade pode pedir que dêem de almoçar, no espaço de tempo em que faz apenas vida privada e durante um passeio pelos campos. Só temos a louvar com esse juízo.” “Carta de Oliveira Salazar a Craveiro Lopes”, 9 de Fevereiro de 1957 in Manuel José Homem de Mello (introd., apêndice e coord.), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes: 1951-1958*, s.e., s.l., Edições 70, s.d., p. 170.

²²³ “Seria de grande efeito”, podendo, uma vez que a maré vazava, reunirem-se “às 11 horas” diante do largo da Alfândega, “descendo o rio em direcção a Cacilhas.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 14 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 14-19.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*Arranjar as coisas por forma que tudo fosse um quadro da vida real do seu povo apenas com as cores mais avivadas. Era mais efectiva a impressão e sem nenhum dos traços dum espectáculo preparado.*²²⁴

Finalmente, a ida do casal real ao Ribatejo era também motivo de preocupação e, ao mesmo tempo, de grande expectativa. Também aí se devia exibir naturalidade – por isso escrevera Pedro Theotónio Pereira a José Palha uma carta com todas as recomendações que achara necessárias –, mesmo que aí tudo fosse “diferente”. Em Vila Franca, a rainha iria fazer “uma paragem para tomar chá” – preferencialmente “poucos minutos depois das 5” – e havia “boa ocasião para juntar elementos de grande pitoresco da vida do campo na Lezíria.” É que para o embaixador a “maior beleza” estava na “paisagem e nos seus elementos vivos.” Por isso, advertia:

*Nada de ranchos sucessivos a cantar dando a sensação de números de programa. A Rainha gosta muito de cavalos e gado em geral e ficará entusiasmada com a concentração. A ida das carretas enfeitadas formando um círculo em pleno campo, é muito boa. E já tem arranjada uma concentração de 200 campinos e 150 proprietários a cavalo. Enfim: a Rainha vai ver um pouco de Portugal, para além dos números obrigatórios de uma Visita de Estado.*²²⁵

Havia ainda pendente a questão da oferta de um retrato da rainha pintado por Eduardo Malta e que lhe viria a ser oferecido por Craveiro Lopes. Embora a questão do retrato envolvesse alguma polémica e certos contratempos, mesmo assim Theotónio Pereira já arranjara maneira de instruir a rainha para a necessidade de esta agradecer ao presidente da República a futura oferta daquele trabalho. Sobre este tema, Theotónio Pereira discorria:

*[...] para apoiar o meu pedido e mostrar a importância do artista, propus que a Rainha examinasse uns livros com trabalhos do Malta que tinha por acaso aqui. Resposta: não os mande. Já cá os temos pois o sr. Malta já os enviou há tempos. Fiz investigação discreta e creio poder dizer que a oferta teve lugar no momento da visita aqui do Presidente. E é de presumir que houvesse tentativa de retrato nessa altura.*²²⁶

A visita de Isabel II ia entretanto sendo muito publicitada na imprensa britânica, onde se sucediam inúmeros artigos sobre Portugal nos quais não se beliscava minimamente a natureza política do Estado Novo e, além do mais, se teciam alguns elogios às melhorias sentidas pelo País nas últimas décadas. A repercussão do evento não estava apenas a ser grande. Estava, sobretudo, a ser muito favorável a Portugal. Ainda assim, havia sempre pormenores pendentes relacionados com a recepção a Isabel II. Uma vez que ia ter lugar ainda em pleno Inverno, Theotónio Pereira chamava a atenção para os rumores que corriam nos meios britânicos e segundo os quais os banquetes no palácio da Ajuda tendiam, ao fim de algum tempo, a decorrer sob temperaturas muito altas. E acrescentava:

²²⁴ Idem, ibidem.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

É curiosa que tal observação consta das Memórias de Lady Bunsen que foi embaixatriz de Inglaterra há 50 anos e fala muito da Ajuda. Já recomendei ao Brazão que tenha alguém atento a esse aspecto.

Como isto aqui é muito mais frio, os ingleses começam por se queixar quando não temos aquecimento mas depressa dizem o contrário logo que o calor dentro de casa aperta um pouco. Será fácil fechar os radiadores ou abrir alguma janela se a temperatura subir demasiado.²²⁷

Nas vésperas da partida, e quando a adrenalina dos portugueses começava a subir, restava a consolação de um dos secretários pessoais de Isabel II ter feito saber ao embaixador que a monarca “estava entusiasmada com a visita.”²²⁸

O próprio Theotónio Pereira, à medida que se aproximava a data, ia ficando mais ansioso e consciente das gafes ou pequenos incidentes que poderiam ocorrer e manchar um acontecimento que além de politicamente importante, muito significava para a melhoria da imagem de Portugal não só no Reino Unido mas, também, junto daquela elite política e social que se movia em torno da corte e que era essencial conquistar. Permitia-se, por isso, fazer algumas “observações construtivas.”²²⁹ Sobre o “cortejo” e a visita do duque de Palmella aos navios parecia-lhe haver qualquer coisa a “corrigir”. Parecia-lhe ainda que Salazar devia dar uma “palavra” ao “Ministro da Marinha [Américo Thomaz] para não magoar o Tenreiro e as suas ideias de ruído.”²³⁰ Em Fevereiro preocupavam-no ainda as “comidas” e os “vinhos.”

A experiência que tenho da maneira como os estrangeiros nos julgam no seu íntimo, leva-me a desejar que se seja sóbrio numa coisa e noutra. As refeições não devem ter mais de 2 pratos e só deve haver uma sobremesa. Tudo deve ser tão simples quanto possível, evitando-se pratos arranjados e grandes misturas. Os ingleses não gostam de doces de ovos.

Quanto a vinhos, também é de usar de moderação no número a servir. Aqui na embaixada, nos maiores jantares, sirvo Madeira na sala, branco e tinto com pratos e Porto no final.

Não se deve nunca misturar vinho com Porto.²³¹

Estes cuidados e “reflexões” deviam-se afinal às críticas que ouvia os estrangeiros fazerem acerca das “comezainas e misturas de vinhos” muito típicas dos portugueses. Como havia

²²⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar.” Londres, 22 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 31-35.

²²⁸ Idem, ibidem. Na mesma carta, comunicava a Salazar que enviara a Macmillan uma caixa de vinho do Porto para o animar quando grandes eram as dificuldades políticas internas e externas sentidas pelo novo primeiro ministro. Na volta viera uma resposta com “graça”. “If anything could make me feel more warmly than I do towards your county it would be some of the excellent port which you have so kindly sent.” “Carta de Harold Macmillan a Pedro Theotónio Pereira”, Londres, 13 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fl. 36.

²²⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 29 de Janeiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 38-40. Sublinhado no original.

²³⁰ Idem, ibidem.

²³¹ Acrescentava ainda que não havia “inconveniente em servir fruta depois do doce.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 2 de Fevereiro de 1957. AOS/CD-19, fls. 41-46. Sobre os estranhos hábitos gastronómicos dos portugueses durante as recepções oficiais, opinou um diplomata: “Lá na Grã-Bretanha, faz-se a todos o que é correcto: nós, os latinos, sobretudo os portugueses, exageraremos sempre, como naqueles velhos solares ou habitações burguesas da nossa província, onde a dona da casa insistia com os seus convidados para comerem mais, para repetir ainda... Vistos de fora somos todos uns simpáticos provincianos! Talvez esteja aí o nosso encanto, pelo menos a surpresa divertida que causamos ao estrangeiro civilizado que nos visita.” Eduardo Brazão, *op. cit.*, pp. 274-275.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

vontade e necessidade de ser agradável, melhor seria “ir ao encontro daquilo que eles gosta[va]m.” Mas, pelo sim pelo não, Theotónio Pereira prometia chegar a Lisboa dois ou três dias antes da rainha. Assim poderia ainda ver “alguns pormenores in-loco.”²³²

Terminada a visita, e apesar de ter a sensação de que não tinha corrido como desejava, Theotónio Pereira recebeu na Embaixada uma carta de Isabel II – ou melhor, do seu secretário Micael Adeane²³³ –, que o fez esquecer muito daquilo que lhe desagradara.²³⁴

A rainha é admirável e sabe guardar as coisas e marcar a sua nota pessoal. Vê-se que gostou “tremendamente” da festa da Lezíria. Eu já sabia que ela se interessaria imenso. Seria uma pena – e uma injustiça – não lhe ter mostrado de passagem um pouco do Ribatejo.

[...] E penso com alegria que desta vez se fez mais e melhor em tudo que na vinda do Eduardo VII.²³⁵

E depois ia ao essencial naquilo que tinham sido os objectivos e o significado da visita, quando dizia que revira os “centos de recortes e ilustrações desta colossal propaganda do nosso nome e das nossas coisas”, ao ponto de ter registado “o ressentimento indiano a dar cor ao quadro!”²³⁶ Ainda que atribuísse a Salazar toda a responsabilidade pelos resultados alcançados, uma vez que fora o chefe do Governo quem “num momento” soubera ver o que se “podia e devia fazer”, a verdade era que, depois, tal como nos elogios que fizera à ideia de promover uma visita de Isabel II à Lezíria, destacava na sua estadia apenas aqueles pormenores que tinham sido adoptados depois da passagem de Theotónio Pereira por Lisboa em Dezembro de 1956.

Sem o sal que se juntou em Dezembro na revisão do programa: Bergantim, coches, cavalaria, Sagres, Fragata, Belém, Nazaré, Lezíria de Vila Franca, fogo de artifício e o Tejo, o programa teria sido série de actos oficiais sem carácter e sem vida. Deus louvado a rainha viu e sentiu Portugal. E levou o fio de ternura e gratidão que sempre a prenderá à recordação de ter vindo ao encontro do marido, com zanga ou sem zanga. Não haverá mais nenhuma visita para ela tão feliz e tão poética como esta.²³⁷

²³² Idem, ibidem.

²³³ Na carta em apreço, além de se agradecerem e elogiarem os acontecimentos da Lezíria, acrescentava-se que embora Isabel II tivesse já agradecido em termos gerais a Craveiro Lopes a “Visita de Estado”, parecia-lhe que talvez aquela parte do programa não tivesse: “strictly speaking, have fallen within the compass of the State arrangements. If so, Her Majesty would be most grateful to you if you could convey a word of her very genuine appreciation to those who were responsible.” “Carta de Micael Adeane a Pedro Theotónio Pereira”. Londres, 25 de Fevereiro de 1957. AOS/CD-19, fl. 52.

²³⁴ “Nós ainda podíamos ter feito melhor. Mas tem de se reconhecer que cada ideia teve de sofrer o embate dos defeitos nacionais que só por isso poderiam deitar abaixo o esquema mais sensato. Houve muita asneira inútil mas o conjunto salvou-se com momentos de verdadeira beleza e emoção.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 8 de Março de 1957. AOS/CD-19, fls. 47-51.

²³⁵ Idem, ibidem.

²³⁶ Mas nem tudo foi aplauso. A *New Statesman* – “órgão da esquerda trabalhista e dirigida por uns intelectuais quase-comunistas” –, publicou um artigo “cheio de veneno a procurar contrariar o efeito da viagem da Rainha: Fascismo em nome de Jesus.” Theotónio Pereira respondeu, batendo o “homem no terreno donde não [...] podia fugir: – o dos factos da nossa política externa durante a guerra.” A carta foi publicada. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 21 de Março de 1957. AOS/CD-19, fls. 54-57. Theotónio Pereira redigiu ainda outra carta, em nome de “um amigo nosso”, que dirigiu à *New Statesman*. Redigida noutra estilo, tratava do problema da prostituição que fora tratado na parte final do artigo. AOS/CD-19, fls. 58-63.

²³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 8 de Março de 1957. AOS/CD-19, fls. 47-51.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Mas a propósito da visita de Isabel II a Portugal, e não discutindo o seu êxito político, nomeadamente pela mobilização popular que conseguiu promover, rentabilizando em torno do regime tanto a simpatia da monarca como, sobretudo, o prestígio do Estado e das instituições que representava, criaram-se alguns problemas e agravaram-se outros já existentes no seio do regime.²³⁸ Desde logo, houve tempo para mais uma “disputa” entre o presidente da República e o presidente do Conselho, constituindo um motivo mais para o não apoio da União Nacional à sua reeleição em 1958.²³⁹ Paralelamente, e a propósito do facto Marcello Caetano não ter expedido os convites para o banquete na Ajuda com os títulos nobiliárquicos usados por “representantes das velhas famílias da aristocracia portuguesa”, criou um incidente político que, embora sem gravidade aparente, “redobrou” contra o ministro da Presidência a campanha política já em marcha.²⁴⁰

Do ponto de vista das relações bilaterais, e para além do aparato visível, a visita de Isabel II a Portugal teve uma agenda que na forma como foi definida pelos diplomatas britânicos, mas nunca preparada previamente entre o Foreign Office e as Necessidades, dizia quase tudo sobre o estado das relações luso-britânicas e da sua relativa estagnação. Os britânicos suspeitavam que os portugueses fariam perguntas sobre a situação vivida no Norte de África e no Médio Oriente – nomeadamente a normalização da situação político-militar no Canal do Suez – e a proposta britânica de criação de uma zona europeia de comércio livre. Por outro lado, a “política soviética”, as Nações Unidas²⁴¹ e Goa seriam os restantes temas que o Governo português certamente abordaria, embora sobre nenhum deles pudesse dar-se qualquer resposta concreta, a par das questões relativas à situação da OTAN, à evolução política na África a sul do Saara, assuntos de interesse comum respeitantes à Federação da Rodésia e Niassalândia e sobre a celebração de um contrato relativo à comercialização de aço.²⁴² Independentemente de os britânicos parecerem ir a Lisboa dispostos a serem conduzidos pelos portugueses na discussão de problemas políticos, a verdade é que da viagem de Isabel II nada de concreto saiu, parecendo evidente que o objectivo do Governo de Sua Majestade era retribuir o mais depressa possível a visita de Craveiro Lopes, de forma a encerrar um capítulo nas relações bilaterais. Do

²³⁸ “During the recent state visit of Queen Elizabeth II, the Embassy was struck by the warmth and spontaneity of the applause which greeted Salazar even on those occasions when he made unexpected and unscheduled appearances.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 482, 13 de Março de 1957, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3408 (755.00/3-1357).

²³⁹ Idem, ibidem.

²⁴⁰ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 474-475 e Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 224.

²⁴¹ “[...] what can the European members do to prevent the organization being used to their detriment, particularly on colonial issues.” “The Queen’s Visit to Portugal”, Fevereiro de 1957. FO371/130245.

²⁴² Idem, ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

ponto de vista da Embaixada britânica em Lisboa, da visita da monarca resultara para Portugal e para os portugueses um dos acontecimentos importantes do ano de 1957. Porém, do “ponto de vista formal”, a visita seguira as linhas habituais, embora as autoridades portuguesas tivessem embarcado “em grandes trabalhos e despesas para assinalarem a ocasião como única.”²⁴³

Durante a sua estada em Londres, Pedro Theotónio continuou a dar grande importância ao papel político da imprensa e da gestão de informação. Tal preocupação manifestou-se na forma como acompanhou e depois comunicou informalmente ao Governo português a chegada a Madrid do novo correspondente do *New York Times*. Sabia tratar-se de Benjamim Welles, filho do antigo secretário de Estado Sumner Welles, tendo a seu favor, e também a favor dos regimes políticos que conduziam os destinos de Portugal e Espanha, o facto de ter “grande situação” e parecer “bem orientado.” Uma vez que Benjamim Welles também “ficava a representar o NYT em Lisboa”, tencionando deslocar-se à capital portuguesa pouco depois de chegado a Madrid, Theotónio Pereira recordava a Marcello Caetano vir a ser essa uma “boa oportunidade” para contactá-lo, valendo a “pena aproveitá-la.” Além de ter prometido ao próprio Benjamim que nele falaria ao ministro da Presidência, aconselhava seriamente Marcello a ter com o correspondente do *New York Times* “uma conversa franca e factual.”²⁴⁴ Theotónio Pereira recordava ainda que embora o *Times* de Nova Iorque tivesse “feito mal várias vezes porque é o maior e o melhor jornal da América”, o facto do novo correspondente na Península ser “conservador e [...] muito bem disposto a [...] respeito” de Portugal, poderia e deveria ser rentabilizado.

Porém, no Verão de 1957, na sequência da inesperada morte do seu irmão Alberto, e depois de casada a filha Clara, Theotónio Pereira viu-se na obrigação de pedir dois meses de “licença registada.”²⁴⁵ De regresso a Londres, comentava os efeitos da campanha para eleger uma nova Assembleia Nacional na opinião pública britânica e, portanto, na rotina do seu labor de diplomata. Considerando “sempre desagradável, confuso e talvez inútil” o “período eleitoral”, Theotónio Pereira sentia-se afectado, como figura cimeira do regime e como embaixador em

²⁴³ E acrescentava ainda: “[...] the enthusiasm of the crowds was a moving demonstration of something that could not be accounted for entirely either by a subconscious feeling for monarchy or by attachment to the English Alliance.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”. Lisboa, 11 de Janeiro de 1958. FO371/136531.

²⁴⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 1 de Novembro de 1956 (documento n.º 83). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Sublinhado no original.

²⁴⁵ Que gozou de 3 Agosto a 27 Setembro. “[...] comecei logo a olhar pelos assuntos de família e avaliará o trabalho que tive. Não saí do escritório da Rua de S. Paulo e durante algum tempo cheguei a pensar se não seria mais acertado dizer ao Dr. Paulo Cunha que me era impossível continuar no serviço. Felizmente os problemas foram-se arrumando e não cheguei mesmo a ter 2 meses de licença. No final fui com o barco para o Algarve e lá estive 15 dias.” No entanto, o irmão fazia-lhe “uma falta terrível”, mantendo-se “pendentes” diversos “problemas de ordem pessoal.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 6 de Novembro de 1957 (documento n.º 90). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91. Em Dezembro escrevia: “Tive um Verão muito triste e ainda sinto o espírito muito carregado do desgosto e dos cuidados que a morte do Alberto me causou.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 29 de Dezembro de 1957 (documento n.º 91). Loc. cit..

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Londres, com as “últimas infâmias” pronunciadas no Reino Unido pela oposição portuguesa e as quais a imprensa e os “liberais ingleses” acompanhavam. Mesmo que naquilo que respeitava aos ecos nos jornais apenas a “parte mais vil” destes desse algum relevo às manobras da oposição portuguesa. De qualquer modo, não deixara de “ser uma fase aborrecida.”²⁴⁶ Como consolação, embora não o soubesse, restava-lhe apenas o facto de as eleições presidenciais de 1958 lhe irem causar muitos mais aborrecimentos.

“Vamos ver é como as coisas correm na prática.”²⁴⁷

A Theotónio Pereira pareceu evidente que depois do fracasso do Suez – acontecimento que produziu uma profunda crise política no Reino Unido, conduzindo à demissão de Eden e à sua substituição por Macmillan –, o novo Governo, mesmo que ainda Conservador, iria tentar resolver muitos dos seus problemas políticos, na frente interna como externa, aproximando-se do projecto de unificação política e económica europeia iniciado pelos seis países que iriam fundar a Comunidade Económica Europeia depois da celebração dos tratados de Roma.²⁴⁸ Como uma boa parte das figuras cimeiras do regime, o embaixador português em Londres preocupava-se “especialmente que o Macmillan” se tivesse “comprometido com este negócio da zona livre”, embora reconhecesse que o primeiro-ministro britânico estava sobretudo “empenhado em ver se restabelecia a política e a popularidade do governo conservador”, mesmo que para isso estivesse “correndo o risco de certas aventuras.” Não percebendo e não intuindo sequer que a política de Macmillan não só vinha do seu antecessor como, sobretudo, era mais do que um mero expediente tático, Theotónio Pereira percebia que, na sua aproximação ao conjunto de países que se preparavam para assinar em Roma um tratado que iria constituir-se não apenas numa nova organização de comércio, Macmillan e o Reino Unido andavam a “reboque do grupo dos seis e embarcando em ideias que sozinha nunca teria.”²⁴⁹

No novo figurino que a organização política da Europa ocidental ia tomando, assumindo novas formas mas exprimindo também muitas hesitações e contradições, Theotónio Pereira chamava a atenção para essa “coisa disparatada da inclusão dos territórios ultramarinos” na

²⁴⁶ Consolava-o o facto de uma “reunião da Sociedade Anglo Portuguesa” realizada na véspera, ter podido ouvir muitas “declarações favoráveis da gente mais representativa aqui.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 6 de Novembro de 1957 (documento n.º 90). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

²⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 11 de Março [de 1957] (documento n.º 88). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

²⁴⁸ A 25 Março de 1957, os tratados de Roma criaram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM).

²⁴⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 11 de Março [de 1957] (documento n.º 88). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

planeada Zona de Comércio Livre, embora continuasse “a pensar que a Inglaterra acabará por pôr os travões.” E depois continuava, avaliando o ponto em que se encontrava a posição portuguesa naquilo que respeitava ao movimento em prol de uma unificação europeia e que, como é sabido, continha várias possibilidades e modelos:

Agrada-me muito que tenha havido um gesto de amizade e compreensão [britânica] para o nosso lado. Vamos a ver é como as coisas correm na prática. A mania da reciprocidade vem especialmente de alguns países dos 6.

Gostava de saber qual é o plano que apresentaremos como mínimo indispensável. 6+15? 6+12? É importante que se lhes leve uma fórmula.²⁵⁰

De que é que falava Theotónio Pereira e a que processo político se referia quando em Março de 1957 se dirigia nestes termos ao seu amigo Marcello Caetano, então ministro da Presidência? Convém recordar que quando Pedro Theotónio Pereira partiu para Londres, no Outono de 1953, a questão europeia tal como começou a ser colocada um par de anos mais tarde, era ainda uma espécie de miragem para o Governo português – e em certa medida para os próprios Governos europeus ocidentais –,²⁵¹ o que não significa que em Lisboa não se prestasse atenção àquilo que as principais potências pensavam e faziam no domínio do aprofundamento da cooperação económica e política.²⁵² Aparentemente, e com toda a lógica, foi apenas a partir de finais de 1956 que Theotónio Pereira recebeu instruções das Necessidades no sentido de procurar informações sólidas que pudessem esclarecer a forma como o Governo de Sua Majestade encarava o processo de cooperação europeia. Na altura, enquanto estava em vias de ser protagonizado pelos seis países que subscreveram o Tratado de Roma, em Março de 1957, um processo de cooperação de cunho supranacional que implicava a cedência de soberania por parte dos Governos signatários, os britânicos, em Julho de 1956, tinham lançado a proposta de criação de uma Zona de Comércio Livre que incluísse os Países da OECE e do

²⁵⁰ Idem, *ibidem* (sublinhado no original).

²⁵¹ Derek W. Urwin, *The Community of Europe: A History of European Integration since 1945*, 2ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1995, pp. 58-75 e Richard Lamb, *op. cit.*, p. 102. Independentemente do lançamento do Plano Schuman a 9 de Maio de 1950. Apenas a substituição em França do Governo de Mendès-France pelo de Fauré, o que sucedeu em Fevereiro de 1955, deu um impulso decisivo à constituição do Mercado Comum. O novo Governo era composto por vários federalistas, entre eles Schuman. Idem, *ibidem*, p. 104.

²⁵² Quando no início da década de 1950 se afirmou na Europa o reforço de um certo modelo de cooperação entre Estados, como foi o caso da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado de Paris de 18 de Abril de 1951) e da Comunidade de Defesa Europeia (27 de Maio de 1952), logo Salazar definiu a posição de Portugal ao afirmar, em circular enviada a várias missões diplomáticas portuguesas, que embora “«a criação de uma Federação Europeia»” constituísse “«uma das ideias dominantes da política actual»”, do seu ponto de vista, e caso pudesse ser “«intérprete do sentimento do povo português»”, devia “«afirmar [...] que a ideia da federação lhe repugna[va] absolutamente.»” Citado em Fernanda Rollo, “Salazar e a Construção Europeia” in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 18, 1998, p. 66. Salvaguardadas as respectivas distâncias, convém recordar parte de um memorando enviado por Eden a todas as Embaixadas britânicas no início de Dezembro 1951: “We want a united Europe... it is only when plans for uniting Europe take a federal form that we cannot ourselves take part.” Citado em Richard Lamb, *op. cit.*, p. 103.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

futuro Mercado Comum (na altura conhecidos como os países da Conferência de Messina). O objectivo deste projecto – chamado a “EFTA dos dezassete”²⁵³ –, era, além de tentar impedir a exclusão em absoluto do Reino Unido e da sua economia daquela estrutura emergente, “sabotar as potências de Messina e a planeada evolução da Comunidade Económica Europeia,” um projecto com o qual os Governos conservadores britânicos, chefiados por Eden e por Macmillan, se preocupavam, mas que não desejavam integrar dada a sua natureza e os seus objectivos supranacionais.²⁵⁴ A Zona de Comércio Livre pensada pelos britânicos caracterizar-se-ia pela livre troca de bens industriais entre os Países subscritores – excluindo, portanto, os bens agrícolas –, mas sem tarifas externas, como veio a suceder com a Comunidade Económica Europeia.²⁵⁵

A partir do início de 1957, como embaixador, depois de 1958, como ministro da Presidência, Theotónio Pereira esteve formalmente ligado a todo um processo que conduziu Portugal à condição de País fundador da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e, antes disso, a uma mudança profunda na forma como a Europa ocidental se passou a organizar económica e politicamente. No entanto, durante grande parte da segunda metade de 1956, como nos primeiros meses de 1957, é óbvio que no Reino Unido a questão europeia viveu publicamente ofuscada com o problema do Suez e o conseqüente advento da confrontação entre os Governos de Londres e de Washington.²⁵⁶ Em finais de 1956 e no início de 1957, era com o destino da supremacia ocidental no mundo, nomeadamente a supremacia europeia, que Theotónio Pereira se preocupava, e não com um fenómeno com destino aparentemente incerto, como a constituição de uma Zona de Comércio Livre. Por outro lado, em momento algum, quer enquanto embaixador, quer enquanto ministro, teve Theotónio Pereira um papel de destaque nas conversações e nos contactos que, até 1958, tiveram como objectivo a criação de uma EFTA com dezassete Países membros, ou naquelas outras que, a partir ainda daquele mesmo ano, conduziram à criação da EFTA com apenas sete Países.²⁵⁷

Durante grande parte do ano de 1957, e naquilo que respeitava à apresentação da posição do Governo português em relação à criação de uma Zona de Comércio Livre, tudo se

²⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 102-125.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 111.

²⁵⁵ “The advance towards EEC had, of course, taken place without British participation, since Britain could not accept the fundamental supranational principle. In fact, in many ways Britain disapproved of the whole venture, though continuing to lend vocal encouragement to the idea of unity.” Derek W. Urwin, *op. cit.*, p. 90.

²⁵⁶ Tanto Dezembro, como Janeiro e Fevereiro, foram meses em que as atenções portuguesas, também da diplomacia, se centraram na visita da rainha Isabel II. Por outro lado, em Janeiro de 1957 Harold Macmillan substituiu Anthony Eden como primeiro ministro, embora Selwyn Lloyd se tenha mantido como ministro dos Negócios Estrangeiros.

²⁵⁷ Sobre as várias fases por que passaram as negociações que levaram à adesão de Portugal à EFTA, Elsa Santos Alípio, “O processo negocial da adesão de Portugal à EFTA (1956-1960)” in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 29-59.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

resumia à intenção de vir a fazer parte de tal estrutura, na qualidade de País fundador e de pleno direito, ao mesmo tempo que se desejava que, em relação a Portugal, fosse constituído um regime de excepção. Evocando em nome do seu Governo o atraso da economia portuguesa, caracterizada por um baixo nível de industrialização e um forte peso de bens agrícolas no seu comércio exportador, Theotónio Pereira em Londres, tal como outros diplomatas e governantes portugueses em Lisboa ou noutras cidades europeias, esforçava-se por não permitir que Portugal ficasse fora da nova organização – sobretudo depois de ter sido constituída a CEE –, mas consciente de que uma participação que não negociasse um tratamento especial do caso português, certamente que teria consequências inoportáveis.²⁵⁸ Independentemente de terem tido lugar inúmeras conversas e negociações envolvendo representantes do Estado português, um acontecimento houve que ajudou a ultrapassar a desconfiança de Salazar e do Governo em relação ao objectivo britânico de criar uma “EFTA de dezassete” Estados e, depois, uma “EFTA de sete” Estados.

Em Maio, na cidade de Birmingham, em conversa com David Eccles – ministro do Comércio –, Theotónio Pereira confessou-lhe que se sentia, tal como o seu Governo, “«confuso e infeliz»” com o Tratado de Roma e a Zona de Comércio Livre. Independentemente de ter sido sugerido por Eccles a entrega de um memorando que condensasse as apreensões portuguesas sobre o assunto, o embaixador sugeriu que, embora tal fosse uma boa proposta, talvez valesse a pena por ser do interesse tanto do Governo português como do britânico, que alguém fosse de Londres a Lisboa falar com Salazar sobre o tema e esclarecê-lo sobre as muitas dúvidas que tinha sobre todo o processo, nomeadamente discutindo aquelas que seriam as “intenções” britânicas. Segundo o relato de Eccles, Theotónio Pereira era da opinião de que, caso o ministro do Comércio britânico fosse a Lisboa falar com Salazar, e uma vez que já se conheciam pessoalmente do tempo da Segunda Guerra Mundial,²⁵⁹ seria possível serenar o presidente do Conselho.²⁶⁰ Transmitida por Theotónio Pereira ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a ideia de um encontro entre Eccles e Salazar para se conversar sobre o Tratado de Roma e a Zona de Comércio Livre, logo o presidente do Conselho manifestou um profundo desagrado que obrigou Theotónio Pereira a contar uma aparentemente falsa versão sobre quem tinha proposto a realização da entrevista:

²⁵⁸ Foi isto que Theotónio Pereira foi dizer ao Foreign Office em Janeiro de 1957, acrescentando ainda que o projecto britânico deveria avançar lenta e cautelosamente. “Record of Conversation”. Londres, 9 de Janeiro de 1957. FO371/128333.

²⁵⁹ David Eccles fora um alto funcionário do Ministério da Guerra Económica e deslocara-se a Lisboa para negociar e assinar um acordo comercial luso-britânico.

²⁶⁰ “Do Ministério do Comércio para o Foreign Office.” Londres, 14 de Maio de 1957. FO371/128345.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Receio que V. Ex.a tenha recebido mal a ideia do Eccles. Foi exclusivamente dele. Não o tenho agora encontrado e não sei bem o que lhe hei de dizer. Ele tem sido amigo. Penso que não teríamos de tomar nenhum compromisso e tudo indica até com a queda do Governo francês – que várias coisas vão ficar em águas de bacalhau.²⁶¹

Pensando que Eccles já não viria a Lisboa, Theotónio Pereira escreveu a Marcello Caetano elogiando-lhe o discurso que proferira na cerimónia de abertura do Congresso de Industriais e Economista, a 26 de Maio de 1957, evento que também inaugurava “as novas instalações, na Junqueira, da antiga Feira das Indústrias Portuguesas, depois convertida em Feira Internacional de Lisboa.”²⁶² Parecia óbvio, por aquilo que mandava dizer a Marcello Caetano sobre o teor do seu discurso, e lamentando a eventual não vinda de Eccles a Lisboa para se encontrar com Salazar, que temia que, sem um esforço sério, Portugal pudesse vir a não participar na Zona de Comércio Livre que vinha sendo preparada.

Li na devida altura o seu discurso no Congresso das Indústrias. Gostei muito. O problema está admiravelmente posto para ser entendido no país. Explica também para os estranhos as dificuldades em que nos encontramos.

Não se poderão porém retomar discussões sem se saber precisamente se podemos oferecer alguma fórmula. Nós temos de saber se há viabilidade em aderir e dentro de que condições. É de certo mais difícil de decidir.

Tive pena que se não pudesse aproveitar a oferta do Eccles. Podia talvez ajudar a preparar o caminho para um futuro entendimento e serviria (além de um agradável fim de semana em Portugal) para ele compreender melhor as dificuldades que se nos deparam.²⁶³

Treze dias depois, a disposição de Salazar mudava. Theotónio Pereira pôde dizer a Eccles que afinal o chefe do Governo português não se opunha a recebê-lo. Sentir-se-ia mesmo muito feliz no caso de o ministro do Comércio britânico poder deslocar-se a Lisboa um fim de semana para conversar. Agora tudo dependia da vontade britânica e das vantagens que o Foreign Office pudesse encontrar e retirar da entrevista. Era verdade que não havia qualquer margem para serem feitas “propostas concretas” a Portugal, mas a verdade era que Salazar poderia ser tranquilizado dizendo-se-lhe quais eram os “objectivos” do Governo de Sua Majestade com a futura constituição de uma Zona de Comércio Livre. Se a opinião fosse favorável – do Foreign Office, mas também do Ministério das Finanças – Eccles iria com prazer a

²⁶¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 23 de Maio de 1957. AOS/CD-19, fls. 69-72.

²⁶² Tratou-se de um importante discurso, uma vez que definia uma nova etapa do desenvolvimento económico português. Deveria este assentar, cada vez mais, na dispensa do apoio sistemático e quase indiscriminado do Estado à iniciativa empresarial privada. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 488-490. O discurso pode ser lido em Marcello Caetano, “Perseverança no presente e confiança no futuro” in *Páginas Inoportunas*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 125-143.

²⁶³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 6 de Junho de 1957 (documento n.º 89). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Lisboa encontrar-se com um dos homens mais “amáveis que conhecia.”²⁶⁴ Consideradas em várias instâncias do Foreign Office as vantagens de uma ida de Eccles a Lisboa, a resposta foi favorável, tendo pesado a opinião emitida pela Embaixada do Reino Unido em Lisboa.

*I feel certain that the visit would do good on balance. The Portuguese appreciate the personal touch and would be flattered by a visit from Sir David Eccles, which should go far to remove their unfortunate impression that we are determined to ride rough-shod over their interests. The exact effect of the talks would [...] depend on the extent to which we can agree to modify plans, which they think necessary to enable them to join the club.*²⁶⁵

Num outro documento, o Foreign Office aprofundava ainda mais as razões que sustentavam os receios portugueses quanto às soluções a adoptar para resolver os problemas relativos à organização económica, e também política, da Europa, e que Eccles não podia deixar de ter presentes no encontro em preparação com Oliveira Salazar.

*The Portuguese have shown themselves very suspicious and touchy over the Free Trade Area. They are insistent that Portugal should be able to be a founder member of any Free Trade Area with equal rights, but that Portugal should be entitled to some special treatment. They are suspicious of the United Kingdom in connection particularly with the question of the inclusion or otherwise of colonial territories, and marketing arrangements for colonial produce. Although we have taken special pains to keep them posted, they constantly suspect that we are keeping things from them about our discussions with other countries.*²⁶⁶

Quando era já claro que Eccles iria a Lisboa conferenciar com Salazar, Theotónio Pereira ainda tentava livrar-se daquela suspeita, segundo a qual teria sido ele e não o ministro do Comércio britânico a propor a realização de uma conversa a dois.

Mandei hoje um telegrama acerca da visita do Eccles. O que não disse nele é que o Eccles disse a certa altura: - Esta sua ideia de eu ir a Lisboa...

Claro que a ideia não foi minha como V. Ex.a sabe. Ele bem provou com a sua insistência que desejava ter a conversa com V. Ex.a.

*A meu ver, a Inglaterra está deveras preocupada com os efeitos do mercado comum e quer ver se reúne alguns amigos ao seu lado. Para os conservadores – e com o tempo a voar – é um problema muito grave. E nós temos muito que pensar.*²⁶⁷

No entanto, soubesse Theotónio Pereira o quanto os britânicos viram naquele encontro realizado em Julho de 1957 em Lisboa, um passo decisivo para que Portugal pudesse passar a ver com outros olhos o processo de criação de uma Zona de Comércio Livre que, em Janeiro de 1960, se transformaria definitivamente na EFTA, talvez se tivesse comportado em Londres de modo idêntico ao que fizera, por exemplo, em Washington em 1949, quando não escondeu a

²⁶⁴ “Do Ministério do Comércio para o Foreign Office.” Londres, 19 de Junho de 1957. FO371/128345.

²⁶⁵ “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office.” 24 de Junho de 1957. FO371/128345.

²⁶⁶ Londres, 26 de Junho de 1957. FO371/128345.

²⁶⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 17 de Julho de 1957. AOS/CD-19, fls. 85-86.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Salazar a sua discordância sob a forma como o presidente do Conselho conduzia o processo de uma eventual adesão portuguesa ao Tratado do Atlântico Norte. Isto quando também a adesão de Portugal a uma futura Zona de Comércio Livre parecia estar, ao menos parcialmente, dependente do assentimento espanhol, uma vez que antes de se encontrar com Eccles, Salazar arranjava maneira de conferenciar com Franco em Ciudad Rodrigo, o que sucedeu a 10 de Julho, e de aí produzir uma declaração conjunta, na qual se confessava os dois Governos terem estudado e irem continuar a estudar todas as implicações para Portugal e Espanha decorrentes da criação da CEE e de uma Zona de Comércio Livre.²⁶⁸ De qualquer modo, a conversa de Eccles, em Julho, com Salazar, e a posterior ida de funcionários do Governo britânico a Lisboa em Setembro, tinham convencido o Governo português de que havia na futura Zona de Comércio Livre um lugar à sua espera.²⁶⁹ Em 20 de Setembro de 1957, numa reunião restrita em que participaram os ministros das Finanças, da Presidência e dos Negócios Estrangeiros, quando fora já decidida a adesão de Portugal à Zona de Comércio Livre, Marcello Caetano apresentou um plano que definia as condições de excepção em que assentava aquela mesma adesão.²⁷⁰ Quando a 4 de Janeiro de 1960 foi assinada em Estocolmo a Convenção que instituiu a EFTA – uma organização constituída pela Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Reino Unido e Suíça –, Theotónio Pereira encontrava-se em Lisboa a ultimar com Salazar os preparativos de uma viagem que o levaria à Índia portuguesa, ao Paquistão e, finalmente, a Roma.

Que se “supõe ter feito grande evolução para a Democracia.”²⁷¹

Decidido que Craveiro Lopes não seria apoiado pelo Governo e pela União Nacional numa eventual reeleição, e descartada a possibilidade de Oliveira Salazar se candidatar à chefia do

²⁶⁸ Acrescentava-se ainda: “This no doubt reflected misgivings in Spain at the project of being left outside the new organizations and a certain uneasiness in Portugal on the same subject.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”. Lisboa, 11 de Janeiro de 1958. FO371/136531.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 490. Esta decisão teria sido apenas a formalização de um cenário que desde há meses se vinha perfilando nas várias discussões governamentais sobre o assunto.” Elsa Santos Alípio, *op. cit.*, p. 45. A autora não se refere uma única vez à visita de Eccles a Lisboa nem à eventual intervenção de Salazar no processo de decisão que conduziu à decisão de 20 de Setembro. Em Julho de 1957, apenas encontra como facto um pouco fora de comum e importante na opção seguida em Lisboa em relação à futura Zona de Comércio Livre, a visita do canadiano J. F. Cahan, secretário-geral adjunto da OEEC. Igualmente decisivo na evolução de todo o processo terá sido um segundo relatório produzido por Correia de Oliveira e entregue em Agosto, no qual discutia o impacto de uma adesão portuguesa à Zona de Comércio Livre, defendendo-se, sob certas condições, esta opção. Idem, *ibidem*, pp. 43-45. Do Ministério das Finanças britânico veio também um parecer favorável à visita. A certa altura podia ler-se: “I think that this invitation should be accepted. The Portuguese are still suspicious of us and a visit by the President of the Board of Trade should do good.” Do Ministério da Finanças para o Foreign Office.” Londres, 27 de Junho de 1957. FO371/128345.

²⁷¹ “Apontamento de conversa entre o ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, e o general Botelho Moniz”, Lisboa, 24 de Abril de 1958, AOS/CO/PC-55, fl. 305.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Estado, os notáveis do regime desdobraram-se em conversas e consultas com o objectivo de encontrar para o País, para o regime, para o Governo e, sobretudo, para Salazar, o candidato ideal à presidência da República. Entre outros, o nome de Pedro Theotónio Pereira foi pronunciado, escutado e ponderado, o que, aliás, tinha já acontecido em 1951.²⁷² Estes rumores que em 1958 tinham corrido em Lisboa sobre tal possibilidade, assim como outros que também envolviam Pedro Theotónio Pereira, chegaram com facilidade a Londres. Aquele que respeitava à possibilidade de Theotónio Pereira poder ter sido o candidato do Governo à chefia do Estado, e que o próprio já conhecia mas de que ignorava a origem, foi-lhe transmitido por carta pelo seu irmão Luís.²⁷³ Pedro agradeceu-lhe o “aviso” e aproveitou para tecer algumas considerações sobre aquele que com a passagem do tempo, sobretudo desde o advento de Salazar, passara a ser o seu entendimento acerca da questão da chefia do Estado.

*Toda a minha vida fui monárquico mas cada vez esse meu sentimento se torna mais uma forma de nostalgia e apego à tradição. Não vejo nada que a monarquia possa vir a ser uma realidade próxima na nossa vida. Sinto a maior preocupação pelo futuro e lastimo as asneiras feitas. Mas elas não nos tornam mais indiferentes à sorte do regime que é afinal aquele que dura desde 1926 e nos tem permitido viver.*²⁷⁴

Depois de emitir a sua opinião sobre questões formais que envolviam a vida do regime, mas que no início da década de 1950 se tinham revelado muito mais do que isso, uma vez que tinham conduzido a uma ofensiva de um grupo de monárquicos integrados no Estado Novo em prol da restauração da Monarquia,²⁷⁵ Theotónio Pereira sentiu-se na obrigação de esclarecer o irmão sobre aquela que, em finais da década de 1950, era a sua forma de estar na política. Recordava que apenas à “terceira oferta” aceitara o posto em Londres e que apenas a “dificuldade de

²⁷² “Carta do general José Millán Astray y Terreros a Pedro Theotónio Pereira”, Madrid, 18 de Junho de 1951. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

²⁷³ Luís Theotónio Pereira era administrador da Companhia de Seguros Fidelidade. Fora presidente do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos e presidente do Grémio dos Exportadores de Azeite. No desempenho destes cargos tomara iniciativas pioneiras em Portugal, como a celebração do primeiro contrato colectivo de trabalho e a criação da primeira Caixa Sindical de Previdência. Foi procurador à Câmara Corporativa – integrando a 2.ª secção (Vinhos) – nas duas primeiras legislaturas do Estado Novo (1938-1942) e deputado à Assembleia Nacional na IV legislatura (1945-1949). Da década de 1940 fora presidente da Câmara Municipal de Almada.

²⁷⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Theotónio Pereira”, Londres, 8 de Maio de 1958. Documento cedido pelo dr. Gonçalo de Sampaio e Mello. No rescaldo das eleições presidenciais, numa carta enviada a Pequito Rebelo, Theotónio Pereira também se pronunciou sobre aquilo que lhe parecia poder ser o futuro da Monarquia em Portugal: “Nunca fui republicano, Mas não vejo que a restauração monárquica nos aliviasse agora das nossas aflições. Tenho a sensação que nos desuniria ainda mais. Como escreve com razão no seu testemunho, o preconceito anti-monárquico continua a ser explosivo e uma espécie de praga que pesa sobre nós.

O seu apelo para uma restauração monárquica como solução imediata não convence ninguém da esquerda nem une os que da direita procuram sustentar um terreno comum de entendimento e salvação.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a José Pequito Rebelo”. Londres, 4 de Julho de 1958. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP. Sublinhado no original.

²⁷⁵ Em 1950, recorde-se, fora revogada pela Assembleia Nacional a “lei do banimento”, podendo o pretendente ao trono passar a visitar e a residir livremente em Portugal. Manuel Braga da Cruz, “Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 192-202.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

justificar a saída” o tinha impedido de voltar a Lisboa, cortando definitivamente “com a vida pública”, sobretudo depois da morte do seu irmão Alberto. Se o momento para sair não era o adequado, pelo menos fazia votos para que Deus lhe permitisse desligar-se um dia “destas coisas e dedicar-se a uma existência totalmente obscura”,²⁷⁶ o que parecia ser uma evocação daquele estado de espírito que, durante a sua juventude, o fazia embrenhar-se pela Serra da Arrábida, “recolhendo à noite a uma das celas baixas,” do convento e “dormindo sobre a pedra nua onde os frades arrábidos se haviam deitado.”²⁷⁷ Desejando quase ardentemente que a sua vontade de regressar a uma vida recolhida pudesse acontecer o mais brevemente possível, não deixava de reconhecer que “a nossa política” ainda não se tinha consolidado o suficiente de modo a “olhar o futuro com a possível confiança.” De qualquer modo, fazia votos para que o “pai Thomaz” tivesse uma “boa eleição” e escolhesse “gente” que o ajudasse.²⁷⁸ Em Junho, voltava ao tema daquela que parecia ser a sua cada vez mais difícil relação com a política e que o efeito Delgado apenas agravou:

O assunto das eleições deixou-me muito preocupado. Fez-nos bastante mal cá por fora. E será preciso procurar readquirir a confiança lá dentro. Falta gente capaz e o ambiente geral deixa muito a desejar.

*Tomara em poder sair de cá e desaparecer de vez da vida pública.*²⁷⁹

Mas independentemente daquelas que foram as suas expectativas quanto à possibilidade de vir ser o eleito por Salazar para se candidatar pelo Governo às eleições presidenciais, a verdade é que o modo como a possibilidade da sua candidatura foi trabalhada por vários sectores do regime, diz alguma coisa não só sobre a situação em que este se encontrava e o tipo de presidente de que necessitava, mas também sobre a natureza e o peso relativo das várias sensibilidades do regime e a forma como cada uma destas e as personalidades que as compunham avaliavam Theotónio Pereira politicamente.²⁸⁰

²⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Theotónio Pereira”, Londres, 8 de Maio de 1958. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

²⁷⁷ Entrevista a Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004. Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

²⁷⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Theotónio Pereira”, Londres, 8 de Maio de 1958. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello. Já em Dezembro de 1957, Theotónio Pereira transmitira a Salazar o sacrifício que implicava para a sua vida pessoal, sobretudo depois da morte trágica do seu irmão Alberto, a continuação da sua missão em Londres. Na mesma carta, e logo de seguida, manifestava o desejo de, uma vez em Lisboa, poder dedicar-se exclusivamente à Fundação Calouste Gulbenkian. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 19 de Dezembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 119-127.

²⁷⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Luís Theotónio Pereira”, Londres, 18 de Junho de 1958. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

²⁸⁰ Uma realidade difícil de aferir, como reconhecia a Embaixada britânica em Lisboa e que comunicava ao Foreign Office no início de 1958. “Internal political developments do not bulk large in the history of Portugal under Salazar. The most important events are changes in the personal relations of the principal figures of the régime, which take place very often imperceptibly behind the scenes.” “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”. Lisboa, 11 de Janeiro de 1958. FO371/136531.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Descontando aquele que era o seu cada vez maior isolamento político no seio do Estado Novo, em 1958 Santos Costa foi uma das figuras que, mais próxima de Salazar, tratou da questão da escolha de um novo candidato apoiado pelo Governo à chefia do Estado. Tal sucedera já em 1951, uma vez que fora Santos Costa quem fora incumbido por Salazar para se certificar das qualidades políticas e pessoais de Craveiro Lopes para o exercício do cargo.²⁸¹ Embora os testemunhos em torno das movimentações que tiveram lugar na Primavera de 1958, tendo em vista a escolha de um novo candidato, se encontrem parcialmente dispersos ou, pela sua natureza, irremediavelmente perdidos, uma vez que foram tratados em conversas pessoais ou telefónicas cujo rasto se consumiu, alguma coisa pode ser dita. Na última semana de Abril de 1958, e com cada vez menos espaço para agir e tomar a decisão que se impunha, Santos Costa enviou a Salazar um documento no qual relatava uma conversa mantida com o seu camarada Júlio Botelho Moniz. Logo no primeiro ponto desse documento eliminava-se Pedro Theotónio Pereira enquanto personalidade do regime que pudesse ser escolhida para se apresentar às eleições presidenciais. A prova de que esta eliminação se reportava a uma hipótese credível e com alguns apoios – caso contrário não teria sido discutida –, estava no facto de ter sido tratada a par da possibilidade de se verificar um apoio à reeleição de Craveiro Lopes. Ora Santos Costa, que com Botelho Moniz também se opunha a uma reeleição do presidente em exercício, sustentava que o embaixador em Londres não seria a melhor “indicação.” Botelho Moniz supunha que Pedro Theotónio Pereira tinha “feito grande evolução para a Democracia”, tratando-se, ao mesmo tempo, de “um político enigmático e incerto.” Segundo Santos Costa, Botelho Moniz veria com bons olhos a candidatura de Mário de Figueiredo, “político claro, que toda a gente sabe de onde vem e para onde vai,” além de apontar ainda os nomes do general Venancio Deslandes.²⁸²

Nas muitas movimentações que precederam a escolha de um novo candidato do regime às eleições presidenciais de 1958, Theotónio Pereira favoreceu a candidatura de Salazar. Em Março de 1958, escreveu-lhe dizendo precisamente isso. Estava convencido de que vista a situação política do País – na altura Pedro Theotónio Pereira regressava a Londres com “o espírito cheio de ansiedade quanto à solução que se irá dar à eleição de Junho” –, a única “solução” passava pela candidatura de Salazar. Ela seria a única capaz de “unir outra vez as forças nacionais” e que dava “mais garantias para o futuro.”²⁸³ Tomada a decisão final,

²⁸¹ Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 378-380 e 528; Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., pp. 225-227. Ver ainda Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, p. 449.

²⁸² “Apontamento de conversa entre o ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, e o general Botelho Moniz”, Lisboa, 24 de Abril de 1958, AOS/CO/PC-55, fl. 305.

²⁸³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 20 de Março de 1958. AOS/CD-19, fls. 161-163.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

reconhecia que o “Almirante” Américo Tomás estava “bem”, mas não se consolava pelo facto de Salazar não ter “mudado de ideias.” Convencera-se de que fora “uma grande oportunidade” perdida. Como recordava a Marcello Caetano, escrevendo-lhe da capital britânica:

Aqui não entenderão e era uma ocasião única de lhes mostrar neste mundo em decomposição como um país seria capaz de aclamar um Chefe de Estado e de consagrar definitivamente o homem que o redimiu. Foi pena!²⁸⁴

Que a eleição de Salazar podia criar espaço para a sua ascensão à chefia do Governo, ou que poderia dar início a uma crise profunda no seio do regime, aberta que ficava a luta por uma sucessão que nunca fora pensada, nem sequer minimamente preparada, era uma questão que não parecia preocupar Theotónio Pereira. Tal como o seu amigo Marcello Caetano, apenas via vantagens na subida de Salazar à presidência da República.

Na reunião do “conselho privado” que teve lugar a 25 de Abril de 1958,²⁸⁵ no dia seguinte ao da conversa entre Santos Costa e Botelho Moniz, em que se discutira o nome de Theotónio Pereira como eventual candidato do regime à Presidência da República, Trigo de Negreiros votou pela reeleição de Craveiro Lopes, Marcello Caetano pela reeleição ou pela candidatura de Salazar, e Mário de Figueiredo, Albino dos Reis e Lumbralles pela escolha de outro candidato que não Salazar ou Craveiro Lopes.

Salazar achou melhor passar adiante e entrar na consulta dos nomes, perguntando a todos se “o Tomaz seria uma boa solução”. Excluídos por fás ou por nefas outros possíveis candidatos, o Presidente encerrou a reunião anunciando que iria submeter à Comissão Central da União Nacional o problema da reeleição de Craveiro Lopes ou da eleição de um novo Chefe do Estado, verificando que a melhor solução a que ali tínhamos chegado era a do Almirante Tomaz.²⁸⁶

Ficava a faltar a aprovação da União Nacional, o que aconteceu na reunião da respectiva Comissão Central, a 1 de Maio.²⁸⁷

“Eu cá vou andando a explicar Portugal o melhor que posso. E sofro mais que ninguém quando não tem explicação.”²⁸⁸

Em Fevereiro de 1958, aquando de um debate na Câmara dos Lordes em torno das vantagens de vir a ser dirigido à Espanha, com o apoio do Reino Unido, um convite para que viesse a aderir à OTAN, e em que se discutiu e reconheceu ser genericamente “fascista” a natureza política e

²⁸⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 5 de Maio de 1958 (documento n.º 94). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

²⁸⁵ Compunham-no Albino dos Reis, Marcello Caetano, Costa Leite (Lumbralles), Mário de Figueiredo, Joaquim Trigo de Negreiros – na altura ministro do Interior – e, claro está, Oliveira Salazar. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 547.

²⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 548. Destaque no original.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 554.

²⁸⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 21 de Maio de 1956 (documento n.º 81). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

ideológica do franquismo e do salazarismo – mesmo que este fosse tido como um autoritarismo não tão maléfico –, estava definitivamente demonstrado que apesar do impacto positivo que tinham tido as visitas de Craveiro Lopes ao Reino Unido e de Isabel II a Portugal, muito dificilmente haveria naquele País um ambiente e uma opinião globalmente favorável ao Estado Novo.²⁸⁹ Ainda nesse mesmo mês, com a aproximação e depois com o início do julgamento de Henrique Galvão em Lisboa, uma outra ofensiva teve início na imprensa e em diversos meios políticos,²⁹⁰ levantando-se o véu sobre a forma como o sistema policial e judicial agia em Portugal o que, naturalmente, era motivo de fortes críticas à natureza política do salazarismo. Neste contexto, é importante notar que o ambiente geral no Reino Unido se caracterizava, quando as dificuldades aumentavam para o Governo de Lisboa, por uma crescente indiferença por parte dos meios conservadores, nominal e tradicionalmente simpatizantes do salazarismo, e um reavivar das críticas por parte dos sectores ligados aos meios liberais, trabalhistas e, também, a todos aqueles que se situavam à esquerda destes. No entanto, e apesar de 1958 ter começado em ambiente muito adverso para Portugal em terras de Sua Majestade, em Março Theotónio Pereira recebeu um convite de Isabel II para, em Abril, ir a Windsor passar alguns dias com a família real. Este facto, que efectivamente constituía uma “grande distinção”, e que não seria a última oportunidade de Theotónio Pereira para ser recebido na intimidade da família real, dava mostras claras da existência de um certo grau de amizade e, sobretudo, de solidariedade política por parte da família real britânica para com Portugal e o seu embaixador junto da Corte de St. James, justamente em momentos políticos delicados.²⁹¹ De facto, quando abandonou o posto de embaixador, Isabel II voltou a convidar Theotónio Pereira para passar uns dias com a família real, desta vez no castelo de Balmoral, na qualidade de “único hóspede da Rainha.” Este gesto não podia ser coisa senão a demonstração clara de que todo o trabalho que Theotónio Pereira desenvolvera no Reino Unido fora apreciado em Buckingham, sobretudo pela rainha Mãe que era visita regular da Embaixada portuguesa e que, como notaram alguns amigos pessoais

²⁸⁹ “Da Embaixada de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 290. 17 de Fevereiro de 1958. AOS/CD-19, fls. 146-149. Doze dias antes, Theotónio Pereira tivera de reagir às notícias do *New Statesman* que davam conta das condições de detenção de uma opositora ao regime – Georgette Oliveira –, nomeadamente por lhe ser negada assistência médica. “Da Embaixada de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 193. 5 de Fevereiro de 1958. AOS/CD-19, fls. 142-143.

²⁹⁰ Um grupo de cidadãos britânicos, nomeadamente advogados, endereçaram uma carta à Embaixada portuguesa na qual pediam esclarecimentos sobre a situação em que se estava detido Henrique Galvão e em se que iria processar o seu julgamento. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 21 de Fevereiro de 1957. Ver ainda cópias de cartas em anexo, enviadas para a Embaixada e remetidas por esta. AOS/CD-19, fls. 150-160.

²⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 22 de Março de 1958. AOS/CD-19, fls. 164-166.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

de Theotónio Pereira, nutria pelo embaixador uma grande simpatia pessoal.²⁹² No entanto, e como o próprio Theotónio Pereira sublinhava, o convite para ir a Balmoral, depois de Portugal ter como que caído em desgraça depois dos episódios graves ocorridos em torno da eleição presidencial, manifestava a “coisa mais gloriosa” que era para “um país ter uma Soberana que não hesita[va] em ter gestos destes no momento próprio.”²⁹³ O convite era realmente importante, pessoal e politicamente, uma vez que foi feito depois de Theotónio Pereira ter escrito para Balmoral, onde a família real estava de férias, perguntando qual o procedimento que deveria ter para apresentar as suas despedidas.²⁹⁴

Desde praticamente o início de 1958, Theotónio Pereira notara haver no Reino Unido “muito interesse” em torno das presidenciais,²⁹⁵ sendo que as características do acto num regime como o português, além das dificuldades enfrentadas pelo Governo para arranjar um candidato, contribuíam para que se especulasse muito e se depositassem algumas esperanças na possibilidade das eleições poderem vir a abrir uma nova fase na vida do regime, nomeadamente no sentido da sua abertura ou liberalização.²⁹⁶ Como recordou já nas vésperas do seu regresso a casa, para fazer parte do novo Governo, desde “o Inverno que os nossos créditos aqui [no Reino Unido] começaram caindo.”

*Fez-se o que se pôde para travar um ambiente de hostilidade mas é manifesto que a campanha eleitoral nos fez terrível dano. Acabaram os ataques desde o fim das eleições seguindo-se-lhe um silêncio total por parte da imprensa. Chega a parecer impossível como em tão curto espaço foi possível uma tal transformação.*²⁹⁷

²⁹² A mulher de Eduardo Van-Zeller, que com a rainha Mãe chegou a conviver pessoalmente em Londres, era da opinião que a viúva de Jorge VI “engraçara” e tinha “um fraquinho” por Theotónio Pereira. Entrevista com o Eng. Eduardo Van-Zeller. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001.

²⁹³ Num dos dias fizera um “pic-nic no campo onde a Rainha e os filhos (acompanhados pela Rainha Mãe e a Princesa Margarida) assaram alegremente as costeletas.” Num outro dia o príncipe Filipe organizara “uma pesca ao salmão no Rio.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Balmoral, 24 [de Agosto de 1958]. AOS/CD-19, fls. 188-189. “Comoveu-me muito a maneira como fui recebido pela Rainha. Não houve gesto que não fizesse para me demonstrar amizade e apreço. Durante quase três dias vivi na intimidade da Família Real e fui tratado como um velho amigo. E eu sei bem como é raro que isto aconteça a embaixadores estrangeiros nos tempos que vão correndo. Fiquei profundamente agradecido e graças a essa generosidade real não saio de cá diminuído. E ao silêncio da imprensa – e especialmente ao que os amigos ingleses me perguntam – tenho respondido com um encolher de ombros bem humorado.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 27 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fl. 190.

²⁹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 17 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fls. 186-187.

²⁹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 20 de Março de 1958. AOS/CD-19, fls. 161-163.

²⁹⁶ Sobre o impacto internacional das eleições presidenciais portuguesas de Junho de 1958, Marta Duarte e Pedro Aires Oliveira, “As eleições portuguesas: um olhar inglês” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Prefácio de Fernando Rosas, s.e., s.l., Veja, s.d., pp. 391-426; Luís Nuno Rodrigues, “«Um primeiro passo em direcção à liberdade»: O *The New York Times* e o general Humberto Delgado” in idem, *ibidem*, pp. 427-447 e Douglas L. Wheeler, “«Estado presente de tranquilidade» posto em causa: Portugal observado e analisado no contexto internacional de 1958-59” in idem, *ibidem*, pp. 448-471.

²⁹⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 17 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fls. 186-187.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Por exemplo, a notícia do novo Governo saíra apenas em “curto telegrama” no *Times* – “que decididamente mudou de política a nosso respeito” –, enquanto o *Daily Telegraph* publicara umas “amabilidades puramente pessoais” a respeito do embaixador. Era óbvio que a situação dava que pensar.

No rescaldo das eleições presidenciais de 8 de Junho de 1958, Pedro Theotónio Pereira escrevia a Marcello Caetano dizendo-lhe o óbvio, mas parecendo preocupar-se mais com os efeitos dos acontecimentos no Reino Unido do que em Portugal:

Venceu-se a batalha, mas tudo isto foi um aviso grave.

Deus nos ajude a reagrupar as forças e a fazer o que é preciso no futuro.

[...]

É incalculável o mal que o Deigado nos fez aqui. A última semana foi trágica. Logo que os correspondentes estrangeiros começaram a envenenar com notícias falsas esta atmosfera, os amigos acobardaram-se e remeteram-se ao silêncio, e os inimigos tomaram freio nos dentes com os piores insultos e insinuações.

Entre os maiores, só o “Telegraph” teve alguma coragem para nos defender. Também merece registo um artigo de fundo do “Catholic Times”.²⁹⁸

Já a carta a Salazar sublinhou que caso não tivesse podido contar com a solidariedade política e pessoal de Isabel II, o impacte das eleições presidenciais portuguesas teria sido humilhante para o País que representava e para o próprio Pedro Theotónio Pereira. Passando à análise política mais crua do efeito produzido pelas eleições, o futuro ministro da Presidência adiantava:

Tive de enfrentar um ambiente de gelada reserva a nosso respeito. Salvo raras referências pessoais nos jornais amigos, a imprensa ignorou em absoluto o novo governo português e tive todas as provas de que o silêncio foi intencional. Por parte dos círculos oficiais, a reserva foi idêntica e não estranharia que se tratasse de facto dum posição combinada ou aconselhada. Tão espantoso é o contraste com o ambiente que tínhamos ainda há seis meses, que não encontro de facto outra explicação se não que consideraram a situação política em Portugal muito ameaçada e não querem comprometer-se com quaisquer demonstrações. Depois da posição que aqui consegui, teria sido uma fuga confessada sair a correr. Salvaram-se portanto as aparências, e à Rainha o devo. Sei que recebi um tratamento excepcional e isso influi no próprio Governo. Estavam todos mais ou menos de férias e facilmente me teriam despedido com um recado pelo telefone. [...] O escândalo da passada campanha eleitoral destruiu boa parte do crédito público que tínhamos.²⁹⁹

Mas o impacto político das eleições presidenciais não se restringiu à vertente oficial da vida de Pedro Theotónio Pereira. Ele gerou em certos meios católicos um movimento que se foi organizando e crescendo na condenação da política social e dos métodos repressivos utilizados pelo regime, nomeadamente pela PIDE. Tendo como precedente a carta escrita e divulgada pelo

²⁹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 12 de Junho de 1958 (documento n.º 96). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

²⁹⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 27 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fl. 190.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

bispo do Porto, António Ferreira Gomes, no Verão de 1958, em Fevereiro e Março do ano seguinte, um grupo de católicos assinou e divulgou dois documentos muito críticos em relação ao regime, sendo que num deles, o segundo, se denunciavam os “indícios diversos e persistentes” que pareciam “indicar que os serviços de repressão do regime” admitiam e empregavam “métodos que uma consciência humana bem formada” não podia “tolerar” e um “espírito cristão” tinha “necessariamente de repudiar.” O resultado da divulgação pública destas acusações ao regime e à sua polícia política fez com que fosse instaurado um processo crime aos seus subscritores, encontrando-se entre eles o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, filho de Luís Theotónio Pereira. Embora não tivessem sido presos, uma vez que puderam depositar uma “caução” que lhes permitiu que aguardassem o julgamento em liberdade, o escândalo estalou em Lisboa e no País pelo facto de um sobrinho da segunda figura na hierarquia do Governo se encontrar entre os indiciados de um crime contra a segurança do Estado, “divulgando notícias falsas tendentes a causar alarme na opinião pública e que faziam perigar o bom nome de Portugal e o prestígio português no estrangeiro.”³⁰⁰

Perante estes factos, o alarme soou no seio familiar. Nuno e seu pai confrontaram-se tendo por base, se não as ideias daquele tal como expressas no documento que subscrevera em Março de 1959, pelo menos o melindre pessoal e político que a atitude tomada causaria a Pedro Theotónio Pereira.³⁰¹ Por isso, teve lugar uma curta troca de cartas entre tio e sobrinho, mas com o conhecimento de Luís Theotónio Pereira. Instado por seu pai a justificar-se perante o tio, depois de Pedro Theotónio Pereira ter feito chegar ao seu irmão Luís alguns recortes de jornais estrangeiros em que se fazia referência tanto ao conteúdo do documento subscrito por Nuno Teotónio Pereira, como à sua relação familiar com o ministro da Presidência, enviou uma longa carta onde reafirmava as suas convicções e as bases sólidas em que assentavam. Além de mostrar interesse em encontrar-se com seu tio para com ele discutir pessoalmente o conteúdo das notícias divulgadas em jornais estrangeiros, explicava-se historiando e justificando a sua atitude em relação ao conteúdo do documento que subscrevera.

Quando há meses dei a minha adesão a dois documentos firmados por católicos, fi-lo depois de prolongada reflexão e com nítida consciência de todas as possíveis consequências de tal acto.

³⁰⁰ Nuno Teotónio Pereira, “O arranque da dissidência católica” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *op. cit.*, pp. 131-134.

³⁰¹ No relatório do processo movido contra Nuno Teotónio Pereira, podia ler-se: “Foi arguido, em 1959, em processo-crime por ser um dos signatários de um documento que diziam destinar-se a ser entregue na Presidência do Conselho e que, depois, veio a ser divulgado por diversos modos, por meio de folhetos impressos clandestinamente. O texto do referido documento continha notícias falsas ou grosseiramente deformadas e tendo sido tomado público no estrangeiro através da sua notificação em diversos jornais, levou à conclusão de que os seus autores tinham por objectivo fazer perigar o bom nome de Portugal ou o crédito ou o prestígio do Estado além fronteiras.” Caixa 7295, processo n.º 3823, CI (2) (fl.320). 1959. IANTT – PIDE/DGS.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Assim, tive perfeitamente presente o doloroso problema familiar que com essa adesão iria criar: em 1.º lugar, em relação a meu Pai, por quem tenho uma veneração e um amor cada vez maiores; em segundo lugar em relação ao Tio e a outras pessoas da Família, por quem sinto grande estima e profundo respeito. A minha atitude não foi, portanto, nesse aspecto (como nos outros), nem precipitada, nem leviana, nem menos respeitosa: foi uma atitude de coerência, apenas imposta, por um imperativo de consciência, tão forte que, faltando a ele, me negaria a mim mesmo.³⁰²

Depois confessava que só não avisara o tio das suas intenções, porque em conversa com o pai este o aconselhara a que não o fizesse, por considerar que essa atitude “fosse agravar ainda mais o caso.” E para concluir, afirmava as suas convicções ao mesmo tempo que pedia as desculpas possíveis.

Pensando sempre que não devia ter procedido de modo diferente do que fiz, só me resta pedir-lhe que aceite as minhas desculpas por todos os dissabores, contrariedades e prejuízos morais que, pela minha atitude, lhe tenha involuntariamente causado.³⁰³

Pedro Theotónio Pereira respondeu num tom tão afectuoso como paternalista mas também preocupado. Considerando o sobrinho, que tinha 37 anos, um “rapaz sério e sincero”, não significava isso aos seus olhos que uma “pessoa” não se pudesse “enganar e cometer, mesmo com todo o escrúpulo de consciência, uma acção tão injusta como imprudente.” Afirmando desconhecer o conteúdo dos documentos que o sobrinho assinara – o que era aliás muito conveniente visto que se referiam a acusações de prática sistemática de tortura por parte da PIDE –, chamava a atenção do sobrinho para o facto da “aposição” do seu nome em documentos subscritos por opositores ao Estado Novo ter criado dois problemas “lamentáveis”:

[...] deste o teu endosso a acusações de factos que não podias conhecer directamente e de que outros menos sinceros te convenceram e por outro lado o teu exemplo passou a ser usado como instrumento por certos sem escrúpulos, dentro e fora do país.³⁰⁴

E concluía com um conselho, numa tentativa que parecia derradeira de afastar o sobrinho de caminhos que apenas pareciam levá-lo ao destino que efectivamente tomou como opositor que foi do Estado Novo, até ao seu derrube em Abril de 1974.

Muito nos podem comprometer na vida as companhias que temos, consciente ou inconscientemente. É muito perigoso que as mesmas acções ou opiniões vão ajudar aqueles que afinal nada têm em comum com os nossos ideais ou os nossos fins. Por isso é bom ver de que lado nos aplaudem algum gesto menos feliz que se cometa.³⁰⁵

³⁰² “Carta de Nuno Teotónio Pereira a Pedro Theotónio Pereira”. Lisboa, 15 de Julho de 1959. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

³⁰³ Idem, ibidem.

³⁰⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Nuno Teotónio Pereira”. Lisboa, 20 de Julho de 1959. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

³⁰⁵ Despedia-se do sobrinho modo afectuoso e sedutor: “Mais uma vez te agradeço a carta e espero não levarás a mal este pequeno e sincero comentário.” Idem, ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Em Março de 1959, ao subscrever o documento que subscreveu, Nuno Teotónio Pereira entrou num caminho de não retorno que o levaria a posições cada vez mais radicais na luta contra o Estado Novo. Preso pela primeira vez em 1966, movimentou-se sempre junto de meios católicos que, nas vésperas do golpe militar que derrubou Marcello Caetano, tinham já enveredado pelo caminho da luta armada. Como se isso não bastasse, passou a poder falar com conhecimento de causa daqueles “factos” que em 1959 o tio o acusava de não poder “conhecer directamente.” Foi não apenas várias vezes detido como violentamente torturado. Pedro Theotónio Pereira, por seu lado, preferia fazer que ignorava a existência daquele que era um dos pilares em que assentava o regime que ajudara a construir, pelo menos, desde 1933: o do recurso à violência física e psicológica sistemáticas, executadas por aparelhos policiais e judiciais feitos à medida das necessidades de sustentação de um regime autoritário.

Porém, o escândalo causado pela assinatura de um documento incriminador das atitudes violentas do Estado Novo em relação aos seus opositores, documento esse subscrito pelo sobrinho de uma das figuras mais notáveis do regime, resolveu-se com um perdão. A propósito das comemorações do centenário da morte do infante D. Henrique em 1960, e nas quais o Governo e o regime muito apostaram, foi promulgada uma amnistia que, tendo em conta a ausência de antecedentes criminais por parte dos subscritores do documento de Março de 1959, arquivou o processo. No entanto, e como provavelmente muitos perceberam na altura, o problema era apenas transitoriamente resolvido. Evitava-se o escândalo internacional e salvaguardara-se transitoriamente a imagem de um ministro. Se no futuro houvesse reincidência, não haveria nada que evitasse que Nuno Teotónio Pereira fosse parar às prisões onde se encerravam os opositores políticos do regime.³⁰⁶

*** **

Em finais de Agosto de 1958, Pedro Theotónio Pereira avisou o secretário do Foreign Office do convite que recebera para ocupar o cargo de ministro da Presidência no executivo português. Também lhe disse que lamentava deixar o posto de embaixador, o que embora se pudesse tratar de um desabafo de circunstância nesta ocasião, a verdade é que foi sincera. Os documentos produzidos, na altura, pelo Foreign Office salientavam o facto de Theotónio Pereira se preparar para ocupar na orgânica do Governo português um cargo cujo equivalente no Reino Unido era o de “Deputy Prime Minister”, tendo chegado a pensar-se em Londres que depois de o convite ter

³⁰⁶ Nuno Teotónio Pereira, “O arranque da dissidência católica” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *op. cit.*, pp. 134-135.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

sido formalizado por Salazar, aquele poderia vir a substituir o próprio presidente do Conselho.³⁰⁷ Reconheciam ainda os britânicos que o futuro antigo embaixador português não apenas fizera muitos amigos no Reino Unido, como se tornara num “dos elementos mais populares do Corpo Diplomático” e que sempre fora muito amigo do País onde desempenhara as suas funções de diplomata, recordando-se no momento da partida que os acontecimentos mais importantes ocorridos durante a sua estada em Londres tinham sido a visita de Craveiro Lopes em Outubro de 1955 e a visita de Isabel II a Portugal em Fevereiro de 1957. A popularidade, mas sobretudo a amizade, aliás recíproca, entre o embaixador e a família real ficou assinalada à despedida pelo convite que a rainha lhe dirigiu para que passasse parte da última semana de Agosto em Balmoral, naquele que era um gesto de consideração pessoal mas também política, e que as autoridades britânicas não deixaram de notar.³⁰⁸ O Foreign Office preparou-lhe, como era normal nestas circunstâncias, sobretudo quando um embaixador deixava o seu posto em Londres para ser ministro, um jantar em que deveria participar o ministro dos Negócios Estrangeiros ou alguém por ele especialmente indicado.³⁰⁹

“[...] bom senso e acção.”³¹⁰

Numa cerimónia “breve” e que se revestiu de “grande simplicidade”, Pedro Theotónio Pereira tomou posse como ministro da Presidência perante os presidentes da República e do Conselho. O evento teve lugar no palácio de Belém, ao fim da tarde, no dia 9 de Setembro de 1958. Na mesma cerimónia, tomaria ainda posse o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Álvaro da Silva Tavares.³¹¹ “Conferidas as posses”, Salazar e Theotónio Pereira seguiram juntos para o Palácio de São Bento, onde o novo ministro da Presidência “assumiu as funções do seu cargo.” No salão nobre da Assembleia Nacional, que “já se encontrava completamente cheio”, estavam presentes todos os membros do Governo – com “excepção dos que se encontra[va]m fora do País” –, “dirigentes dos departamentos” que dependiam “directamente do ministro da

³⁰⁷ “Dr. Pereira’s new appointment naturally tends to support the view, which is often expressed, that he is a likely successor to Dr. Salazar as Prime Minister.” “Portuguese Ambassador’s call on the Secretary of State: Monday August 25” Londres, 25 de Agosto de 1958. FO371/136540.

³⁰⁸ Idem, *ibidem*.

³⁰⁹ A Anglo-Portuguese Society, por seu lado, propôs-se realizar um almoço em honra de Pedro Theotónio Pereira. Cerimónia a realizar no Savoy com a participação de 150 a 200 pessoas, entre membros da sociedade e convidados. “Departure of the Portuguese Ambassador”, Londres, 18 de Agosto de 1958. FO371/136540.

³¹⁰ Lema escolhido e apresentado por Pedro Theotónio Pereira no seu discurso de tomada de posse do cargo de ministro da Presidência, a 9 de Setembro de 1958. Era ele que deveria nortear o exercício das tarefas que o País e o ministério da Presidência tinham pela frente. “A posse dos senhores ministros da Presidência e subsecretário de Estado da Administração Ultramarina” in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, ano XXXIV, n.º 399-400, Set.º-Out.º de 1958, p. 32.

³¹¹ “As posses foram dadas em conjunto, no gabinete de trabalho do sr. almirante Américo Tomás, onde se encontravam também o Sr. Dr. Pereira Coutinho, que leu os autos, na qualidade de secretário-geral da Presidência da República, e o ajudante de campo e oficiais às ordens do Chefe do Estado.” Idem, *ibidem*, p. 2.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Presidência”, oficiais-generais, directores-gerais e “outros funcionários superiores; governadores civis, professores universitários, magistrados e muitas outras individualidades de relevo na vida pública da Nação.” Quando entraram no salão nobre, Salazar e Theotónio Pereira foram saudados com “uma entusiástica e demorada salva de palmas.”³¹²

No seu curto discurso, Salazar louvou o antigo ministro e a qualidade do seu trabalho desempenhado com “brilho” e “eficiência.” Além de “precioso colaborador de todos os momentos”, tomara a “iniciativa de muitos trabalhos”, sendo o mais destacado a forma como orientara e presidira “à elaboração do II Plano de Fomento”, algo que a partir de 1959 marcaria “um grande passo em frente na vida deste País.” No ministro que chegava, e naquilo que era uma inconfidência sobre as qualidades daquele que saíra, Salazar sublinhava publicamente o facto do “seu espírito” se manter “fiel às grandes linhas mestras do mesmo pensamento político”, apesar de durante anos ter feito uma “longa peregrinação por tantos países” nos quais pudera observar e comparar “tantos pensares diferentes” e “tão diversos regimes e instituições.” Finalmente, e para que nem Pedro Theotónio Pereira nem quaisquer outros que sobrevalorizassem a importância real e simbólica do Ministério da Presidência, o presidente do Conselho recordou o que é que efectivamente aquele departamento da governação:

*Quero dizer que, além dos serviços colocados legalmente aqui, à falta de mais indicada dependência, a Presidência não dispõe de serviços próprios, além de uma pequena secretaria. Aquela função propulsora e coordenadora da actividade governativa poderia ser desempenhada, e noutras partes o é, com o auxílio de miniaturas de serviços altamente especializados e competentes e tantos quantos os ministérios. Mas eu tenho considerado mais conforme com a modéstia do País e a escassez dos seus recursos servir-se a Presidência dos mesmos serviços dos vários departamentos ministeriais para estudo, informação ou correcção necessária, do que chamar a si a iniciativa e no fundo a duplicação dos estudos e pareceres que se entendem caberem aos órgãos ministeriais.*³¹³

Tudo isto para concluir que a “dificuldade e delicadeza extremas” do lugar de ministro da Presidência se encontravam no facto de não possuir “um campo de competência distinto para o seu exercício, salvo coordenação de assuntos que interessem a mais que uma pasta.”³¹⁴ Os

³¹² *Ibidem*, pp. 18-19.

³¹³ *Ibidem*, pp. 20-21.

³¹⁴ Do Ministério da Presidência dependiam a Junta de Energia Nuclear, o Fundo de Fomento Nacional, o SNI, a Emissora Nacional de Radiodifusão, o Instituto Nacional de Estatística, a Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, a Secretaria da Presidência da República e a Secretaria Geral. *Ibidem*, p. 23. Apesar de os serviços serem poucos, no seu discurso de posse Theotónio Pereira não deixou de apelar ao “jogo de conjunto”, sublinhando que passara “completamente a época dos esforços isolados” e que “sozinho, ninguém pode fazer tudo nem produzir obra que dure.” *Ibidem*, p. 31.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

bons resultados resultavam então apenas da “boa vontade” e da boa “compreensão” de todos, fazendo votos de que assim tendo sido no passado continuasse a ser no futuro.³¹⁵

Pela sua parte, Pedro Theotónio Pereira regressava ao Governo para ajudar a resolver um dilema, pelo menos a julgar pelo conteúdo do seu discurso. Esse dilema era simples: “[...] ou manter, renovando e corrigindo, uma situação política cujo activo não se pode ignorar, ou deixar cair outra vez a Nação na situação caótica donde a arrancámos há mais de trinta anos.” Esta problemática era importante no momento em que o novo ministro tomou posse, visto o impacto extremamente negativo que as eleições presidenciais de Junho tinham tido no seio do regime. Por isso se propunha e propunha recuperar novamente para colaborarem com o regime e o Governo – não aqueles que tivessem “resolvido fazer oposição de toda a maneira” ou os “comunistas” –, os espíritos sensatos e justos que apesar de obcecados “pelos postulados da democracia pura” não se tinham certamente sentido agradaados com “certas reacções que o País” presenciara havia “pouco.” Vinha então para o Governo para uma vez mais impor “uma forte atmosfera de idealismo em acção” capaz de neutralizar a desordem nos espíritos que os acontecimentos recentes tinham provocado. Apenas dessa forma seria possível restaurar a confiança que era o fundamento da paz social entretanto perdida. Desqualificava assim aqueles que argumentavam ser o crescimento acelerado da economia portuguesa o único factor capaz de atrair para as políticas do Governo aqueles que entretanto se tinham afastado buscando consolo político noutras paragens. Aliás, e do seu ponto de vista, bem mais valia um crescimento lento e moderado da riqueza, do que a perda do “carácter nacional” às mãos de um aumento desenfreado da riqueza produzida e a distribuir. “Contra o cinismo, a indiferença e o materialismo” que iam “pelo mundo”, haveria que “contrapor o desinteresse, a dedicação e o espírito de servir.”³¹⁶

Apesar do ambiente de desconstracção que rodeou a sua tomada de posse, é indiscutível que a chegada de Theotónio Pereira ao Ministério da Presidência tinha sido produto da maior crise política que o Estado Novo conheceu desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma crise provocada directamente pelo forte impacto produzido pela candidatura de Humberto Delgado à presidência da República, cujo elemento mais evidente foi o forte apoio popular conquistado. Contudo, o efeito das eleições presidenciais de 1958 não se resumiu àquele resultado mais evidente. A crise política que atravessou o País em 1958 por causa de um acto eleitoral, acabou

³¹⁵ *Ibidem*, p. 21. Não admira que Pedro Theotónio Pereira tivesse tido, e o reconhecesse, “pouca margem de manobra” política. Entrevista com José Júlio Pereira Cordeiro Blanco. Lisboa, dia 3 de Setembro de 2001. José Blanco exerceu as funções de secretário pessoal de Pedro Theotónio Pereira no Ministério da Presidência.

³¹⁶ “A posse dos senhores ministros da Presidência e subsecretário de Estado da Administração Ultramarina” in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, ano XXXIV, n.º 399-400, Set.º-Out.º de 1958, pp. 28-30.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

por trazer à superfície as profundas divisões e rivalidades que existiam num regime que afinal só na aparência podia parecer política e ideologicamente homogéneo.³¹⁷ Se depois das eleições presidenciais de 1958 há uma história política que diz respeito à forma como o regime lidou com o lastro deixado pela candidatura de Delgado, e que é a história de sucessivos actos de supressão e repressão de todas actividades políticas da oposição com recurso a diversos métodos de acção política e policial, há também uma história de luta política cerrada no seio do regime, tendo sido por causa desta que Theotónio Pereira foi chamado a regressar ao Governo.

No decurso dos primeiros meses do exercício das suas funções como ministro da Presidência, Theotónio Pereira teve algumas responsabilidades políticas na tentativa de resolução dos problemas políticos criados ao Estado Novo por Humberto Delgado. Nessa altura, e por causa das funções de embaixador em Londres que desempenhara antes de regressar ao Governo, um grupo de oposicionistas – talvez convencido que Theotónio Pereira viera de Londres permeável a certos princípios –,³¹⁸ endereçou-lhe uma carta pedindo autorização para a realização de uma conferência de imprensa. Nela, argumentavam, pretendiam esclarecer a opinião pública sobre a situação em que se encontrava o general, entretanto refugiado na embaixada do Brasil em Lisboa. Em Lisboa, mas sobretudo no Porto, correu o rumor que depois de Theotónio Pereira ter concordado com a realização da conversa dos oposicionistas com a imprensa, Salazar o tinha desautorizado, impondo o cancelamento da iniciativa. Como resultado, e de acordo com um relatório da embaixada dos EUA em Lisboa, Salazar esteve à beira de ficar sem ministro da Presidência.³¹⁹

Meses antes da tomada de posse de Theotónio Pereira, a Embaixada dos EUA em Lisboa resumia a situação política em Portugal, após a “crise de Maio-Junho” de 1958, como equivalendo à restauração do “domínio” de Salazar sobre o regime. O presidente Craveiro Lopes, que em Agosto de 1957 teria sugerido a Salazar a sua substituição, “tinha sido eliminado”. Marcelo Caetano, ministro da Presidência, e que “parecia estar na linha directa para assumir o manto de Salazar”, também fora obrigado a renunciar. Santos Costa, que até então

³¹⁷ Para uma caracterização das duas grandes facções do salazarismo, desde o início da década de 1950 até à crise governamental de Agosto de 1958, Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 503-518 e 523-529 e José Freire Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 58-78.

³¹⁸ Era esta, pelo menos, a opinião do cônsul dos EUA no Porto, sobretudo a partir do momento em que aqueles mesmos dirigentes oposicionistas continuaram a endereçar cartas ao ministro da Presidência apelando à sua intervenção no sentido de satisfazer algumas das suas reivindicações, provavelmente relacionadas com a política de informação do regime. Tudo indica que estavam enganados. “Do Consulado dos EUA no Porto para o Departamento de Estado”, despacho n.º 41, 12 de Fevereiro de 1959, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/2-1259).

³¹⁹ *Ibidem*. O cancelamento da conferência de imprensa obrigou à publicação de uma nota oficiosa no dia 23 de Janeiro. Nela se negava a existência de qualquer autorização para a realização daquele evento.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

surgia como uma figura “indispensável ao Dr. Salazar e à segurança do Regime,” também fora “substituído.”³²⁰ Opinião idêntica, sobre os eventuais custos de uma saída de Santos Costa da Defesa, tinha Costa Leite (Lumbralles), uma das destacadas figuras do regime que Salazar mais consultou durante a crise governamental do Verão 1958.³²¹ Infrutiferamente escreveu Lumbralles um longo parágrafo recordando as razões ponderosas que justificavam a continuação de Santos Costa no Governo:

Peço licença a V. Ex.a para de novo manifestar as preocupações que me causa a hipótese de uma possível modificação quanto à Defesa Nacional neste momento.

*A saída do S.[antos] C.[osta] seria certamente causa de fundo desânimo nos mais dedicados nacionalistas, os que têm como essencial a fidelidade ao pensamento que V. Ex.a imprimiu à Revolução Nacional. Creio que com razão vêm no Santos Costa – mesmo quando não concordam incondicionalmente com a sua maneira de agir em todos os casos dia a dia – um modelo daquela fidelidade, e o mais seguro e decidido defensor daquele pensamento nas horas em que se pretenda abafá-lo por golpes de força ou pela desordem.*³²²

Ainda mais, segundo o mesmo Lumbralles, quando o ambiente era de crise profunda, notando-se hesitações por parte daqueles a quem não lhes importaria transigir na vertente “ideológica”. Nestas circunstâncias poderia ser trágico o abandono por Santos Costa do “posto que tem ocupado.” Tal seria inclusivamente a opinião de “muitos que consideram que em outra ocasião o problema poderia ser revisto.”³²³ No caso de Santos Costa sair, como Salazar parecia ter já decidido, colocava-se a Lumbralles e aos sectores “nacionalistas” em nome dos quais falava, o problema do destino político de Marcello Caetano. E sobre ele escrevia:

Um outro ponto devo, por lealdade, tocar, embora não tenha sido até hoje abordado. Será certamente uma desilusão para os mais dedicados nacionalistas a eventual continuação do Dr. Marcelo Caetano nas funções de Ministro da Presidência. Porventura sem razão, consideram-no como responsável por certas

³²⁰ Houve quem considerasse que por trás da exoneração de Santos Costa poderia estar o “alarme” causado pelos “boatos que corriam sobre os capitães” e as conspirações mais ou menos inconsequentes em que se metiam, além de um cansaço político de Salazar “em face das atitudes demasiado espectaculares do seu Ministro da Defesa.” Viana de Lemos, *Duas Crises. 1961 e 1974*, s.e, s.l., Ed. Nova Gente, 1977, p. 18. A vigilância, aliás quase ostensiva, a que a PIDE submetia indiscriminadamente os oficiais do Exército, e a que Santos Costa dava cobro, merece ser recordada, pelo ambiente de mal-estar e contestação que gerava no seio do Exército, nomeadamente entre os oficiais mais jovens. Salazar tinha muitas razões para estar, pessoal e politicamente, saturado de Santos Costa, uma vez que o ministro da Defesa se tornara em motivo de conspiração entre militares, idem, *ibidem*, pp. 15-18. Há quem tenha atribuído a saída de Santos Costa ao facto de desde o início da década de 1950 se ter deixado enfraquecer politicamente em função do isolamento que cavara no seio do regime. Em 1958, Santos Costa era “um personagem isolado, vivendo à sombra exclusiva da confiança do chefe do governo – e do susto potencial que representavam uma enorme quantidade de baionetas caladas.” Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, pp. 214-215.

³²¹ Já retirado da vida política activa, embora continuasse conselheiro de Estado, foi-lhe no entanto pedido por Salazar que sugerisse nomes a “apresentar para uma possível remodelação ministerial dentro da nova estrutura e da orientação que em anteriores reuniões tinham sido definidas” por Salazar. “Carta de João Pinto da Costa Leite (Lumbralles) a Oliveira Salazar”, Lisboa, 2 de Agosto de 1958, AOS/CO/PC-55, fls. 323-327.

³²² Idem, *ibidem*.

³²³ Por outro lado, Lumbralles recordava a Salazar que a saída de Santos Costa podia ser interpretada como uma vitória política, a posteriori, de Craveiro Lopes, uma vez que este “nunca escondera a ninguém a sua animosidade contra o S. C. e o seu desejo de o ver deixar o Governo.” *Ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

tentativas de desvio ideológico e de transigência na acção política, mas não pode negar-se a verdade de uma outra convicção: a de que Marcelo Caetano e seus amigos participam de maneira activa e clara na campanha contra o S. C. e tentativas de o fazer “cair”.

E depois continuava:

Ninguém nega talento ao Dr. Marcelo Caetano e a sua manutenção no posto de Ministro da Presidência seria, a despeito daquela desilusão, politicamente viável se a renovação ministerial tivesse um nítido significado de renovação, sim, mas com reforço do pensamento da Revolução Nacional e renúncia a políticas de mão estendida. Considero aquela manutenção impossível, sem completo desânimo e desagregação das forças mais delicadas da situação se com ela coincidir o abandono pelo Santos Costa da pasta da Defesa. Isso teria, na verdade, o significado da preferência dada a um grupo, com mais ou menos razão – mas sempre com alguma pelo culto da “manobra política” e pelo carácter complexo de certas tácticas – considerado menos firme na sua adesão aos princípios da Revolução Nacional, em relação aos seus mais devotados servidores e a um homem cujas qualidades de acção e cuja dedicação a V. Ex.a e àqueles princípios não sofrem dúvidas para ninguém, nem mesmo para os inimigos.³²⁴

Na proposta de remodelação apresentada por Lumbralles a Salazar, e onde se omitia qualquer referência à pasta da Defesa, Theotónio Pereira aparecia como primeira hipótese para ocupar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, à frente de Marcello Mathias e de José Nosolini,³²⁵ embora na data em que tivera lugar a reunião em São Bento para discutir a recomposição ministerial ainda não se soubesse exactamente se a cadeira das Necessidades ia ou não ficar livre.³²⁶

Pelo teor da carta de Lumbralles já citada, como de uma outra que a propósito da crise ministerial o mesmo Lumbralles enviou a Salazar, percebe-se a delicadeza do momento político e as dúvidas que tanto Salazar como os seus conselheiros tinham sobre a melhor forma de ultrapassá-la com menor número possível de efeitos colaterais sérios. Lumbralles, extremamente preocupado com os efeitos que poderia produzir a aceitação do pedido de Santos Costa para sair do Governo, propôs uma solução transitória que preservasse no Governo tanto aquele militar como Marcello Caetano e assim ultrapassasse o “condicionalismo político” definido por Salazar que obrigava sempre à saída dos dois, mesmo que inicialmente essa não parecesse ser a opinião do chefe do Governo. Por isso, Lumbralles perguntava:

[...] não seria preferível neste momento, manter no Governo o Marcelo Caetano e o Santos Costa como ministros sem pasta ou mesmo, como vice-presidentes do Conselho? A solução seria manifestamente defeituosa e pouco lógica, mas como solução de oportunidade e de transição poderia ser útil.

³²⁴ Ibidem. Sublinhado no original.

³²⁵ Em apontamentos do punho de Oliveira Salazar, sem data, encontra-se acrescentado o nome de Supico Pinto. AOS/CO/PC-55, fl. 348.

³²⁶ Nesta reunião realizada no dia 1 de Agosto participaram, além de Salazar e Lumbralles, Mário de Figueiredo, Supico Pinto e Albino dos Reis. À frente de algumas das personalidades discutidas para cada uma das pastas, aparece, entre parênteses, o nome, ou nomes, dos proponentes. Para a pasta dos Negócios Estrangeiros, foi Supico Pinto quem adiantou as três personalidades citadas. Ibidem.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Reconhecendo Lumbralles que Santos Costa poderia abandonar a Defesa Nacional por existirem “certos vestígios de descontentamento no exército, ou em certos sectores dele”, perguntava se “esse descontentamento” se dirigiria “exclusivamente” contra Santos Costa ou não seria o “reflexo da intriga e da acção conspiratória que o Delgado e seus associados” procuravam “exercer por toda a parte?” Se assim fosse, era lógico que Santos Costa fosse “a pessoa mais capaz de com decisão e a coragem moral que todos lhe conhecemos, agir a tempo de inutilizar a manobra?”³²⁷ Na sua opinião, o sector nacionalista no Governo, aquele que era da “inteira confiança de Salazar, ficava ainda mais enfraquecido pelo facto de estar de saída o ministro das Comunicações.³²⁸ A própria entrada de Kaúlza de Arriaga não era suficiente, uma vez que embora de confiança não tinha “a experiência de qualquer dos outros dois.”³²⁹

Entendida deste modo parte da origem das pressões e do pensamento que conduziram à saída de Marcello Caetano do Governo na sequência da crise governamental ocorrida no Verão de 1958, vale a pena recordar o modo frontal como entre finais de 1932 e o início de 1933, Marcello Caetano defendera perante Salazar a legitimidade das opções nacionais sindicalistas de Lumbralles e a fidelidade inequívoca deste ao já então chefe do Governo. Não seria pois de admirar que Marcello Caetano se sentisse particularmente agastado com a evolução desta crise, nomeadamente por se ter visto abandonado por gente do regime com a qual partilhara a formação ideológica profundamente nacionalista, bebida no Integralismo de feição sardinhista e se aprofundara tanto nos primeiros anos de vigência da Ditadura Militar como do salazarismo. A verdade era que a história do regime depois da Segunda Guerra Mundial redefinira política e ideologicamente de forma profunda a posição de muitos dos seus membros mais ilustres, a começar por aqueles que pertenciam à geração de Theotónio Pereira. Em 1958, e independentemente daquele que tinha sido o seu próprio percurso político e alteração das convicções ideológicas, Marcello Caetano pagava pelo protagonismo que assumira durante a ofensiva que tivera lugar em 1951 contra as tentativas de restauração monárquica, manifestadas dentro do regime, mas também pelo afã reformista de que se tornara o rosto e que o levavam a afrontar parte do peso e da dimensão nacionalista do salazarismo. Pagava ainda pelos sinais claros que vinha demonstrando abertamente de não apenas querer ver Salazar afastado da chefia do Governo, mas, sobretudo, de se predispor abertamente para fazer o sacrifício de

³²⁷ “Carta de João Pinto da Costa Leite (Lumbralles) a Oliveira Salazar”, Lisboa, 7 de Agosto de 1958, AOS/CO/PC-55, fls. 328-330.

³²⁸ Manuel Gomes de Araújo.

³²⁹ Idem, *ibidem*. Sobre o efeito nas Forças Armadas da crise política provocado pelas eleições presidenciais, ver um “memorandum secreto” da autoria dos subsecretários de Estado do Exército e da Aeronáutica, dirigido a Santos Costa e que este remeteu para Salazar. Lisboa, 24 de Junho de 1958, AOS/CO/PC-55, fls. 307-314. Uma síntese da crise política que conduziu à saída de Santos do Governo, Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, pp. 452-453, citando abundantemente as *memórias inéditas* de Santos Costa.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

proceder à sua substituição. Em 1958, e até alguns anos antes, aparentemente já ninguém se lembrava que em 1932-33, embora em doses diferentes, tanto Lumbralles como Caetano tinham vibrado com o advento do Nacional Sindicalismo e o tinham visto como o complemento de força de que o salazarismo necessitava para verdadeiramente cumprir os seus desígnios.³³⁰

Durante a crise política que sucedeu às eleições presidenciais e que degenerou numa recomposição ministerial, Salazar escreveu a Theotónio Pereira convidando-o para ocupar uma de duas pastas: Ultramar ou Negócios Estrangeiros. As duas foram recusadas pelo embaixador em Londres, adiantando razões pessoais para justificar tal decisão. Recusava o Ministério do Ultramar “porque desde a desventurada morte” do seu irmão Alberto se tornara a “cabeça” da “secular casa comercial” da família, “casa” essa que tinha “interesses de certa importância em Angola e Moçambique.” Não tendo sido possível evitar que o seu nome ficasse à “frente dos negócios”, e não só por esse facto, Pedro Theotónio Pereira reclamava há já algum tempo escusa do cargo de embaixador, da mesma forma que considerava existir uma total incompatibilidade de interesses entre ser ministro do Ultramar e empresário com negócios com alguma relevância nos territórios que ia administrar.

Naquilo que dizia respeito ao convite para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, recordava a Salazar que tivera “de assumir graves responsabilidades financeiras em virtude da morte” do seu irmão, ficando sozinho para defender os “interesses” da sua mãe e das suas irmãs “numa grande casa que dá o pão a muita gente.” Nestas circunstâncias, Pedro Theotónio Pereira era “a única fonte de crédito responsável”, tendo tido que dar o seu nome para “substituir” o do seu “falecido irmão.” Não tinha quem tomasse o seu lugar e era Pedro Theotónio Pereira que tinha “de assinar todos os documentos fundamentais.” Assim, e enquanto as “complicadas questões da herança” do seu irmão Alberto não estivessem resolvidas, só lhe restava “aguentar esta carga.” Mas mesmo assim, não fechava totalmente a porta a uma ida para as Necessidades, aliás uma velha ambição sua:

Oxalá o Dr. Paulo Cunha possa continuar no posto. Caso contrário, e encontrando-se pois V. Ex.a na necessidade de prover o Ministério dos Negócios Estrangeiros, terá de decidir se faz sentido que eu assim mesmo entre para o Governo.³³¹

Ao corpo principal da carta acrescentou depois Pedro Theotónio Pereira uma longa nota motivada por um telefonema entretanto recebido de Supico Pinto. Ter-lhe-á este então falado de uma “nova hipótese”. Embora não se saiba de que “hipótese” se tratava, embora pudesse ser o

³³⁰ Ver capítulo V.

³³¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Londres, 6 de Agosto de 1958, AOS/CO/PC-55, fls. 333-335.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

oferecimento da pasta da Presidência,³³² Theotónio Pereira considerava que também para ela se mantinham as condicionantes evocadas para a recusa dos convites feitos para ocupar os Ministérios do Ultramar ou dos Negócios Estrangeiros.³³³ No entanto, a explicação mais plausível para a recusa daquelas duas pastas por parte de Theotónio Pereira e futura, para não dizer quase imediata, aceitação do convite para ocupar a cadeira deixada vaga por Marcello Caetano no Ministério da Presidência, poderá dizer afinal respeito à sua percepção clara de que por causa da questão colonial, tanto o Ministério do Ultramar como o dos Negócios Estrangeiros, se estavam a tornar e se tinham tornado cada vez mais, pastas politicamente muito difíceis. Embora nada exista que indique que Theotónio Pereira se desinteressou das questões de política externa e de política colonial, ou que tenha deixado de se identificar com a opção política do regime no respeitante à preservação intransigente da chamada integridade da nação portuguesa pluricontinental, a verdade é que o conhecimento muito razoável que possuía do ambiente político internacional (bastante acima da média, aliás, se comparado com muitas outras figuras de destaque do regime), tê-lo-á feito perceber que a aceitação de qualquer uma daquelas duas pastas lhe traria muitas complicações. Fosse qual fosse o ponto de vista, a verdade era que a opção colonial do regime era muito difícil de gerir por si mesma mas, sobretudo, do ponto de vista da política externa. Finalmente, o impacto que as eleições presidenciais de 1958 tiveram no estrangeiro, nomeadamente junto dos meios políticos e das opiniões públicas de países amigos de Portugal, fizera emergir de forma nunca vista na história do salazarismo uma vaga de críticas e hostilidade declarada à situação política interna portuguesa, algo que Theotónio Pereira viu e sentiu profundamente nos últimos meses que passou em Londres. Apesar da sua missão de embaixador na capital britânica ter sido globalmente positiva, acumulando êxitos únicos na história das relações luso-britânicas e de o próprio Theotónio Pereira ter conquistado um prestígio junto de determinados meios que tinham paralelo apenas na figura do marquês de Soveral, verdade foi que, feito o balanço final, o resultado da sua acção ficou aquém do esperado. Os acontecimentos políticos ocorridos em Portugal durante uma meia dúzia de meses, e que revelaram aos olhos dos britânicos a natureza insuportavelmente autoritária do Estado Novo, mesmo daqueles que em momentos de acalmia se mostravam compreensivos em relação aquilo que consideravam ser o carácter benigno regime e até admiradores de Oliveira Salazar,

³³² Nos apontamentos tomados por Oliveira Salazar para gerir a recomposição ministerial, pode ler-se a dada altura que no dia 6 de Agosto se telefonara para Londres a propor a Presidência. AOS/CO/PC-55, fl. 357.

³³³ Ainda em nota, aproveitava Theotónio Pereira para justificar a sua não ida a Lisboa durante tão grave crise. Tudo se devia à falta, na Embaixada portuguesa em Londres, de um funcionário suficientemente categorizado para o substituir. *Ibidem*. De qualquer modo, Theotónio Pereira só foi convidado para ocupar a pasta de ministro da Presidência depois de Supico Pinto ter recusado “com firmeza” o convite de Salazar para ser o número dois do Governo. Terá sido Supico Pinto a sugerir a Salazar o nome de Theotónio Pereira para a Presidência. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 520.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

não apenas puderam em causa os ganhos acumulados, como beliscaram seriamente a imagem do embaixador Theotónio Pereira, como diplomata, como político mas, sobretudo, como homem. Por isso, fez ver a Salazar que a sua aceitação do cargo de ministro da Presidência significava um grande sacrifício pessoal, o que em 1958, mais do que acontecera em momentos anteriores em que evocara impedimentos da mesma natureza, era verdade. Além da morte do seu irmão Alberto ter sido um choque emocional e um rombo importante na forma como estavam organizados os negócios da família, o estado de saúde de Theotónio Pereira deteriora-se muito nos cinco anos que passara em Londres.

Numa carta de 17 de Agosto, Theotónio Pereira afirmava ter aceite submeter-se “à decisão” de Salazar e que por isso o tinha “no Governo e na pasta” que considerara “mais conveniente.” Mas depois recordava que “tinha razões sérias para pedir escusa”, pois ainda não sabia aquilo que ia poder “fazer” relativamente aos seus “problemas familiares e às graves responsabilidades” que tivera de “assumir depois da morte [...] irmão.” Garantia por isso que “só o grande respeito e a grande gratidão” que tinha por Salazar, o haviam levado “a dizer que sim em tais circunstâncias.” Falava-lhe depois da saúde, afirmando que, “ao fim de cinco anos neste clima sem sol,” não podia ter a melhor “forma física e moral para deitar a mão a uma tarefa tão difícil” como era substituir Marcello Caetano no Ministério da Presidência. E depois fazia questão de sublinhar que não fora para o Governo por causa de afirmações aparentemente sedutoras produzidas por Salazar quando o convidara e lhe explicara aquilo que pretendia:

Além disso eu não me creio nada “um dos novos valores políticos criados” a que V. Ex.a alude na carta. Saí do Governo há quase 21 anos e já uma vez, creio que em 1950, disse a V. Ex.a que me encontrava fora de questão quanto a poder regressar à política. V. Ex.a sabe que eu sou sincero, teimoso naquilo que creio e sem nenhuma ambições políticas. Acho que se perderam várias oportunidades mais favoráveis para tentar inculcar novos hábitos e nova mentalidade na vida da nossa gente, não concordo com boa parte dos preceitos que hoje regulam a organização corporativa e não compreendo como foi possível manter a Câmara naqueles mesmos moldes provisórios que preparámos para uma rápida improvisação no inverno de 1934.

No entanto, afirmava compreender os “cuidados” de Salazar, respeitando-o e admirando-o “como mais ninguém,” sentindo ao mesmo tempo que o “momento” era “grave e difícil” e que por isso, apesar da pouca conta em que se tinha, colocava-se às ordens de Salazar, na esperança de que seria aquilo que “Deus [viesse a] permitir.”³³⁴ E terminava perguntando: “Que poderei

³³⁴ Mesmo assim, algumas afirmações de Pedro Theotónio Pereira contidas nesta carta eram manifestamente exageradas. Nomeadamente naquilo que respeitava à ideia de que toda a sua carreira política se fizera apenas com sacrifício e nunca por gosto pessoal ou ambição política. “Voltando ao meu caso pessoal: por minha vontade não voltaria mais a um lugar no Governo porque estou envelhecendo e não me sinto com as qualidades nem as possibilidades que essas coisas hoje requerem. Tive muito tempo para pensar durante estes 21 anos e concluí que não fui fadado para tal. Servi entretanto nestas quatro embaixadas por me parecer que eram trabalho que eu

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

fazer agora? Tenho muitas dúvidas e muitos receios no meu espírito. Assim Deus consinta que possa ajudar V. Ex.a a fazer virar a maré.”³³⁵

Por último, e demonstrando que não era de ânimo leve que voltava ao Governo para desempenhar o papel de improvável delfim, não se eximia de confessar a Salazar aquele que seria o seu profundo desconhecimento das questões governamentais com que teria de confrontar na qualidade de ministro da Presidência:

*Penso que V. Ex.a acharia bem que se converse um pouco. Estou há muito fora do país e não tenho ideia muito clara das minhas novas funções. Tenho necessidade de escutar os seus planos de acção pois é evidente que se defronta uma situação difícil. E combina-se a posse para a semana seguinte.*³³⁶

Na carta que Pedro Theotónio Pereira escreveu a Marcello Caetano lamentando a saída deste do Governo e comunicando-lhe a sua entrada, justamente para o posto por ele deixado vago, também sublinhava o sacrifício que lhe impunha a aceitação do convite feito por Salazar.

Acabo de saber pela United Press que já saiu a notícia do novo governo. Estão pois os factos consumados!

Avalio o sentimento de alívio com que vê encerrar-se este capítulo da sua vida. Todos terão pena de o ver deixar o Ministério e eu mais que ninguém! E não é só porque a carga caia em cima dos meus fracos ombros!

Recebi com grande perturbação o apelo do Dr. Salazar para entrar no novo governo. Eu tinha todas as razões para me escusar e nem quero pensar nas consequências que poderão resultar de me ter disposto a não fazer mais objecções. Só o Dr. Salazar é que me poderá levar a ir contra a minha consciência: eu não devia ter aceitado antes de resolver certos problemas familiares ainda pendentes.

*Mas acabou-se! Só tenho agora que pedir a Deus que me ajude a cumprir o meu dever.*³³⁷

No decurso da crise de recomposição ministerial, tendo em conta a hierarquia informal que definia a posição relativa das personalidades do regime, num nível intermédio, Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros fortemente ligado à “facção de Marcelo Caetano”, viu-se forçado a abandonar o Governo.³³⁸ Tinha tido ao longo dos oito anos que ocupara aquela pasta

poderia fazer. Pus todo o entusiasmo em cumprir e creio que o saldo é positivo. Oxalá V. Ex.a pense o mesmo.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 17 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fls. 186-187.

³³⁵ Idem, ibidem.

³³⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”. Londres, 27 de Agosto de 1958. AOS/CD-19, fls. 190. Sobre o mesmo tema escreveu a Marcello Caetano dizendo-lhe: “Pouco sei da organização do Ministério da Presidência. Terá de me ajudar e ter paciência.

Haverá posse pública? Teremos discursos? Se lhe calhar diga-me alguma coisa.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Agosto de 1958 (documento n.º 97). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125. O relativo desconhecimento que Theotónio Pereira tinha da realidade política portuguesa fê-lo, por exemplo, convidar para chefe de Gabinete um magistrado que lhe foi sugerido pelo ministro da Justiça, Antunes Varela. Chamava-se Quesada Pastor.

³³⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 13 de Agosto de 1958 (documento n.º 97). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

³³⁸ A embaixada norte-americana em Lisboa registou “ter razões para acreditar que o Dr. Cunha também tinha ambições de suceder, no imediato, ao Dr. Salazar.” Despacho n.º 110 da embaixada dos EUA em Lisboa para o

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

alguns problemas de saúde que o haviam impedido de exercer as suas funções, sendo duas vezes interinamente substituído por Marcello Caetano. Mas na verdade, Paulo Cunha abandonava o Governo pelo facto de o ministro da Presidência também o ter feito, temendo ser confrontado com o seu isolamento político em Conselho de Ministros.³³⁹ Com a substituição do ministro dos Negócios Estrangeiros e com os postos diplomáticos em Paris e Londres livres, como consequência do avanço de Marcelo Mathias e de Pedro Theotónio Pereira para as pastas dos Negócios Estrangeiros e Presidência, respectivamente, as circunstâncias da remodelação impuseram um rombo importante na diplomacia do Estado, uma vez que aqueles dois embaixadores eram extremamente prestigiados nas capitais onde se encontravam. Ao mesmo tempo, a libertação dos postos vagos em Londres e em Paris poderiam proporcionar uma saída airosa para alguns dos remodelados de 1958. No caso de Paulo Cunha, correu o rumor de que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros veria com bons olhos a sua retirada daquele para Paris ou para Londres. No que a Santos Costa dizia respeito, a Embaixada portuguesa em Madrid foi, também, mais tarde, encarada como uma possibilidade de exílio a contento de todos.³⁴⁰ No entanto, e ao contrário do sucedido noutros momentos da história do regime, a insatisfação política sentida por figuras notáveis, ou o incómodo por elas causada, não fez com que Salazar fosse levado a afastar para qualquer Embaixada de prestígio quem quer que fosse.

Se não bastasse a crise decorrente das eleições presidenciais e que, como é sabido, a prazo agravou muitíssimo o conflito no seio do regime entre as facções corporizadas por Santos Costa e Marcello Caetano, Salazar confessou ao primeiro, e não fez segredo disso, que pensava retirar-se no curto, médio prazo. Quanto aos projectos pessoais do chefe do Governo, uma “pista” podia ser encontrada na “declaração” que fizera a Santos Costa aquando da discussão da remodelação governamental e na qual o futuro general se oferecera para sair caso essa atitude fosse do agrado de Salazar e resultasse em benefício do Governo e do regime.³⁴¹ No decurso

Departamento de Estado em Washington. 27 de Agosto de 1958. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/8-2758 HBS).

³³⁹ “Muito grato pelo seu cartão de ontem, quero dizer-lhe que tenho efectivamente procedido ao balanço rigoroso das minhas possibilidades – e infelizmente o resultado é negativo. Bem quisera, juntando pobres forças decaídas, poder aceder aos desejos que o Senhor Presidente há dias tão penhorantemente [sic.] me manifestou de que continuasse por mais uns tempos. Mas em verdade já não tenho resistência para tanto, e vejo-me constringido a pedir-lhe uma vez mais que me dispense agora do posto no Governo que há oito anos venho servindo.” “Carta de Paulo Cunha a Oliveira Salazar”, Lisboa, 5 de Agosto de 1958, AOS/CO/PC-55, fls. 320-322.

³⁴⁰ Aerograma n.º G-36 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 7 de Dezembro de 1959. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3441 (753.13/12-1759 EMW).

³⁴¹ Registe-se a ironia em torno da prontidão de Santos Costa para o autosacrifício. “Completely loyal to Salazar, Santos Costa facilitated his own retirement when, on being consulted by the Prime Minister on the composition of the new Cabinet, he told the latter that he wished to leave the Government in order to take military courses essential for his promotion to a General. It is reported that Salazar quickly agreed and there is some reason to believe that Santos Costa was disappointed with the alacrity with which his proposal was accepted. It is reasonable to assume that if Dr. Salazar had insisted with Santos Costa to remain, telling him not to worry about his generalship since that could be

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

dessa conversa o presidente do Conselho confessou ao ministro da Defesa demissionário que decidira manter Henrique Veiga de Macedo como ministro das Corporações com o objectivo de “completar a estrutura Corporativa do regime”, não querendo ter o trabalho de apostar num “homem novo”, com os atrasos que isso implicava, uma vez que “desejava retirar-se para a vida privada” após o desfecho dessa obra e a conclusão do edifício legislativo que alterava “o método de eleição do presidente da República” – nada mais do que a transformação da eleição directa do chefe de Estado em escolha com recurso a um colégio eleitoral.³⁴²

Assim sendo, e se alguém acreditasse genuinamente nas palavras de Salazar a Santos Costa,³⁴³ Pedro Theotónio Pereira, em função do seu papel e do seu prestígio adquirido ao longo da vida do regime, como da posição que veio a ocupar na hierarquia do Governo na sequência da “recomposição” de Agosto, estava pela primeira vez, ao ser nomeado ministro da Presidência, numa situação privilegiada para aceder à Presidência do Conselho.³⁴⁴ Assim o desejasse e Salazar e as diversas facções do regime o permitissem. Mas eram demasiados “ses”. De qualquer modo, quem tivesse conhecimento dos relatos das conversas mantidas por Oliveira Salazar e Santos Costa, tal como testemunhadas por este, tinha boas razões para acreditar que o convite feito ao embaixador em Londres para regressar ao Governo na qualidade de ministro da Presidência, indicava que, do ponto de vista dos equilíbrios e dos interesses do regime, Theotónio Pereira estaria particularmente bem colocado para vir a ser presidente do Conselho.

Um regresso ao Governo, após vinte e um anos de ausência, permite inúmeras interrogações, tanto quanto ao contexto como às circunstâncias individuais. Um ponto de partida para se chegar às respostas, ainda que estas acabem por suscitar as suas próprias incógnitas, encontra-se na leitura feita pela diplomacia norte-americana em Lisboa. Desde logo, e segundo a informação por ela recebida, a “opinião pública informada” considerava depreciativamente o

arranged by Government decree, he would have been pleased to continue his collaboration as Minister of Defense.” Despacho n.º 110 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 27 de Agosto de 1958. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/8-2758 HBS).

³⁴² Idem, ibidem.

³⁴³ Ao diplomata norte-americano a quem Santos Costa relatou esta conversa, era permitido escrever: “[...] that although Salazar had textually made that statement to him, he is inclined to believe that he will not retire soon. Santos Costa explained that Salazar is probably having a inner conflict on this problem; on the one hand he is getting older and he would like to leave the Government with his prestige and glory relatively unimpaired; on the other, he loves power which he will probably find difficult to relinquish.” Idem, ibidem.

³⁴⁴ Pouco mais de um ano antes de Pedro Theotónio Pereira chegar ao Ministério da Presidência, e ao considerá-lo, atrás de Marcelo Caetano, mas muito à frente de Paulo Cunha, e até de Santos Costa, na linha de sucessão a Salazar, a embaixada dos EUA em Lisboa informava o Departamento de Estado nos seguintes termos: “Another candidate often mentioned is Dr. Pedro Theotónio Pereira, the present Portuguese Ambassador in London. An ambitious, intelligent and competent man, he is known to have aspirations for the office. The fact that he has been in semi-political exile during the past ten years has kept his reputation untarnished by those day-to-day grievances that inevitably arise against those actually in power.” Despacho n.º 482 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 13 de Março de 1957. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3408 (753.00/3-1357 HBS).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

novo Governo, considerando ter ele um carácter transitório uma vez que assentava excessivamente em “técnicos competentes”. No fundo, e como também era afirmado, Salazar procurara constituir um Governo composto por um “grupo de homens” que não repetisse os conflitos do anterior e que tanto lhe dificultara a vida.

É por isso difícil alinhar os membros do novo Governo em função das antigas facções, com excepção das pastas respeitantes às Forças Armadas, todos nomeados por proposta ou com o consentimento de Santos Costa,³⁴⁵ e independentemente dos novos alinhamentos que a Abrilada de 1961 viria a revelar (mas que um par de anos antes já se manifestava).³⁴⁶ Paralelamente é difícil perceber o papel que se pretendia dar a Pedro Theotónio Pereira no novo Governo e que, registe-se, a profunda crise do regime não conduzira a qualquer mudança estrutural, a começar na sua orgânica. Para isso, haveria que esperar pelas remodelações de 1961 quando, por exemplo, foi extinta a pasta da Presidência e foram chamados jovens falcões para ocuparem os ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros – Adriano Moreira e Franco Nogueira, respectivamente.

De qualquer modo, dificilmente se podia ver a substituição de Marcelo Caetano pelo seu amigo Theotónio Pereira como correspondendo à manutenção na Presidência nas mãos da mesma facção. O embaixador tinha ambições políticas e um percurso político que não passava, pelo menos directamente, pela pertença a qualquer facção, embora houvesse quem considerasse que o antigo embaixador era o sucessor natural de Marcelo Caetano na Presidência. Mas era por outras razões. Tratava-se de uma “personalidade dirigente do Regime e um dos seus fundadores.” “Atractivo fisicamente, rico e um yachtman”, vira ser-lhe concedido pelos britânicos, no decurso da sua passagem por Londres, o tratamento de “mi Lord”, algo que, na opinião de alguns amigos, “lhe tinha subido à cabeça”. Era público que tivera as suas discordâncias com Oliveira Salazar, causa e consequência do seu “forte carácter”, algo que fazia pensar que a sua nomeação acabava por não agradar totalmente ao chefe do Governo – muito embora em Abril de 1958 o seu nome tivesse sido equacionado como uma opção política e pessoal de Salazar para candidato à Presidência da República. Com muitas amizades feitas durante a sua passagem por Washington e em Londres, tendo vivido largos anos no estrangeiro,

³⁴⁵ “Botelho Moniz’s name was suggested to Dr. Salazar by Colonel Santos Costa. (With the exception of the new Minister of Marine [Commodore Quintanilha e Mendonça Dias], all of the new defense posts are held by Santos Costa men [Colonel Almeida Fernandes, Minister of the Army, former Under Secretary for the same Ministry].” Despacho n.º 110 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 27 de Agosto de 1958. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/8-2758 HBS).

³⁴⁶ Segundo Kaulza de Arriaga, em almoço com um funcionário da Embaixada norte-americana (Theo. Xanthaky), não se registava qualquer abrandamento na “campanha de Botelho Moniz contra Santos Costa.” Despacho n.º 41 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 28 de Julho de 1959. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/8-2759 CAA).

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Theotónio Pereira era em 1958 uma das figuras mais cosmopolitas do regime. Mesmo assim, era voz corrente que se mantinha fortemente nacionalista. Conhecido pelo seu estrênuo anticomunismo, Pedro Theotónio Pereira era identificado não apenas por ter sido um dos signatários do Pacto do Atlântico, mas por desde o início ter sido um “apoiantes entusiasta” daquela organização. Mas o que realmente contava, é que se tratava de “um homem ambicioso” que se via, produto da crise política pós eleições presidenciais, na situação de “Delfim” caso Salazar se retirasse da governação. No entanto, se isso acontecesse, não parecia que pudesse vir a “contar com todo o apoio das Forças Armadas.”³⁴⁷

Júlio Botelho Moniz ocupou, entretanto, a pasta da Defesa com “o rótulo de *costista* e – sobretudo – de *ultra*.” Por esse facto, terá tranquilizado não apenas Salazar, mas a generalidade das personalidades e dos sectores mais à direita do regime. Logo ele que na remodelação governamental de 1944 fora nomeado por Salazar ministro do Interior, com o objectivo de enfrentar a previsível crise e instabilidade que o fim da guerra acarretaria. Naquela altura, destacou-se num discurso em que afirmara que “o Governo não cairia nem a votos nem a tiros.”³⁴⁸ Porém, e uma vez nomeado ministro da Defesa, começou rapidamente a conspirar, e fê-lo, pelo menos indirectamente, também contra Salazar. Da sua acção inicial constou uma purga sistemática das chefias militares. Afastou, progressiva e cautelosamente, dos “principais postos da chefia militar, todos quanto haviam apoiado Santos Costa.” É difícil conhecer com exactidão quais eram as suas intenções com estas medidas e, antes disso, os sinais políticos que efectivamente tinha dado enquanto chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, de forma a compreender as razões que levaram à sua nomeação por Salazar. Rapidamente passou a comportar-se como alguém que não se identificava com a forma como o regime vinha evoluindo, não apenas na esfera militar, mas também na política. Pretendia Botelho Moniz afirmar apenas a sua autoridade nas Forças Armadas e, para isso, via-se obrigado, mais ou menos contra a sua vontade, a afastar os principais *costistas*? Não era sequer esse o seu objectivo, pretendendo tão somente trabalhar com homens da sua confiança, pelo que o seu anti-*costismo* apenas nasceu, ou se afirmou, depois da chegada ao ministério da Defesa? Será que a partir desse momento se viu na contingência de pôr rapidamente em prática a sua vontade manifesta de mudar a instituição castrense, sendo que os seus objectivos de melhoramento técnico acabaram por lhe impor mudanças políticas, ao afrontar e afastar os homens de

³⁴⁷ Despacho n.º 110 da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado em Washington. 27 de Agosto de 1958. GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/8-2758 HBS).

³⁴⁸ Manuel José Homem de Mello (introd., apêndice e coord.), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes: 1951-1958*, s.e., s.l., Edições 70, s.d., p. 75.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

confiança de Santos Costa?³⁴⁹ Há quem lhe veja, desde o início, objectivos de médio prazo, que passavam não apenas pela reforma das Forças Armadas mas, sobretudo, pela reforma do regime, sendo aquela o prelúdio e a condição necessária para que esta se afirmasse.³⁵⁰ De qualquer modo, ainda antes da Abrilada, era Trigo de Negreiros, então presidente do Supremo Tribunal Administrativo, quem considerava e confidenciava que o “doutor Salazar, ao recorrer a Botelho Moniz, *estava perdido*.” É verdade que a colocação das Forças Armadas nas mãos de um homem que mostrara não ser indefectível do regime e do próprio Salazar, antes pelo contrário, revelou-se não apenas um erro, mas algo que não sucedia desde os anos de chumbo de finais da década de 1920 e início da de 1930. E era tanto mais delicado quando Américo Thomaz não tinha o prestígio de que trinta anos antes gozara Carmona,³⁵¹ quando a derrota de Humberto Delgado nas eleições presidenciais conduziu não apenas à sua humilhação política, mas também enquanto militar, e, finalmente, quando boa parte das chefias militares começavam a questionar séria e sistematicamente a natureza política do Estado Novo e a legitimidade do seu chefe. Se, da parte de Botelho Moniz, as ambições e maquinações políticas eram de tão grande significado, resta saber até que ponto, tomado o poder, entregaria, ou estaria em condições de entregar, a presidência da República a Craveiro Lopes e a chefia do Governo a Marcelo Caetano. Tudo isto para se concluir que, enquanto Pedro Theotónio Pereira esteve no Ministério da Presidência, o grosso das conversas e das conspirações político-militares com origem no interior do regime e que tinham como objectivo afastar Salazar, se fizeram sem a sua intervenção. Isto significa que embora pudesse ter pensado em poder ascender à chefia do Governo – nem que fosse por morte repentina de Oliveira Salazar³⁵² –, o ministro da Presidência não conspiraria ao nível que o fizeram homens como Marcello Caetano e Botelho Moniz.³⁵³

³⁴⁹ Recorde-se que um dos seus braços direitos até à Abrilada de 1961, foi Costa Gomes, um homem sempre muito próximo de Santos Costa.

³⁵⁰ “Botelho Moniz cedo se revela disposto a afastar, dos principais postos da chefia militar, todos quantos haviam apoiado Santos Costa. Com pertinácia e paciência coloca as suas pedras. O objectivo – iniludível – não era outro que dar xeque-mate ao novo presidente da República e ao chefe do Governo.” Homem de Mello, *op. cit.*, p. 76.

³⁵¹ Contrariando o juízo e as expectativas daqueles que sempre o desprezaram, a começar pelo próprio Botelho Moniz, Américo Tomás agiu politicamente de forma exemplar, ganhando tempo que foi essencial para que Salazar, e aqueles que lhe eram fiéis, se organizarem e prepararem o contra-ataque. Propositadamente, ou não, acabaram por ser de antologia afirmações do chefe de Estado como: “– Oh Botelho – replica[va] o chefe do Estado, cabisbaixo, como habitualmente, *enrolando* nervosamente os dois polegares, com as mãos justapostas assentes sobre os joelhos – você sempre me prega cada *estucha*...” Homem de Mello, pp. 77-78.

³⁵² Quando, em Março de 1959, Salazar adoeceu com alguma gravidade – vítima de pneumonia –, Botelho Moniz declarou ao então adido naval norte-americano em Lisboa (John Fitzpatrick) que, caso as circunstâncias o exigissem, estava preparado para tomar em mãos o Governo, vetando, se necessário fosse, aquela que pudesse ser a escolha de Américo Thomaz. Por outro lado, embora Botelho Moniz pensasse que Theotónio Pereira era o eleito de Salazar para lhe suceder, confessava ao seu interlocutor da Embaixada dos EUA em Lisboa, já em Outubro, que essa não seria a sua escolha: “It is Botelho Moniz’ opinion that Teotonio Pereira is Dr. Salazar’s choice for succession. However, he, Botelho Moniz, does not favor Teotonio. It is his belief that the Portuguese must ‘look to the outside and deeper for succession.’ It is his opinion that the successor will be an ‘unknown’ When asked whether or not that unknown might not be the Minister of Defense, Botelho Moniz smiled and said, ‘No. I am too old’, but

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

“[...] tenho na alma cicatrizes dos desapontamentos que sofri ao meter ombros à magna empresa”³⁵⁴

No Ministério da Presidência, Pedro Theotónio Pereira assumiu de bom grado uma tarefa que não lhe era de todo estranha e que, quer nas suas anteriores passagens pelo Governo, quer nos seus tempos de jovem político encarniçado, quer quando embaixador, desempenhou na perfeição e com gosto: o da propaganda político-ideológica. Pode-se sempre começar por considerar que não deixou de ser irónico o facto de que tendo sido Pedro Theotónio Pereira em toda a sua vida um inimigo figadal da I República e de tudo aquilo que ela representara entre 1910 e 1926 (excepção feita ao interregno sidonista), se tornasse desde muito novo num intérprete cada vez mais perfeito, e até um aperfeiçoador, de algumas das técnicas de propaganda político-ideológica utilizadas desde 1880 por inúmeras ilustres figuras do republicanismo português. Recorde-se que foi durante a República que a “comemoração anual do 10 de Junho passou a ter grande solenidade em Lisboa, com uma romagem à estátua de Luís de Camões, que a mocidade escolar juncava de flores.” Então, “além de cortejos cívicos e de manifestações populares, o 10 de Junho era também assinalado por sessões solenes nos liceus, de exaltação do soldado e do poeta que, no seu dizer, trouxera sempre ‘numa mão a espada e noutra a pena’.”³⁵⁵ Tendo sido criada pelos republicanos a imagem de que Camões quisera “morrer com a Pátria”, para não ter o desgosto de a ver nas mãos de Filipe II, é não só natural que o sentimento anti-castelhano de homens como Pedro Theotónio Pereira ficasse, desde muito cedo, não apenas reconfortado com este discurso e esta prática republicana, mas que por outro lado, o procurasse adaptar e aperfeiçoar de acordo com as formas de exercício do poder

added that ‘anybody chosen will have to have my approval.’ When pressed as to what action he would take if Salazar died suddenly, Moniz replied without hesitation that the Army would immediately take over and control the country until the logical person was chosen.” “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 163, 23 de Outubro de 1959, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (755.00/10-2359). Com memorando de conversa em anexo. “Conversation Between Minister of Defense and Former U. S. Naval Attaché to Lisbon – Survey of Portuguese Political Situation”. Semanas mais tarde, o general Luís da Câmara Pina confessava a C. Burke Elbrick, embaixador dos EUA em Lisboa, que o então ministro da Presidência era “um político notável”. Ao contrário de Botelho Moniz considerava que o sucessor de Salazar deveria ser um civil e uma figura bem conhecida da vida política portuguesa, embora tivesse de ser aprovado pelo Exército. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 202, 13 de Novembro de 1959, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/11-1359).

³⁵³ Durante o período em que Theotónio Pereira exerceu o cargo de ministro da Presidência, correria o rumor de que Marcello Caetano desejava voltar ao Governo. “Vários amigos comuns dizem que o Marcello está nervoso com a situação geral e que gostaria de entrar no Governo. Por mim, não pude formar opinião a tal respeito. Mas é muito provável.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Lisboa, 21 de Abril. AOS/CP-214.

³⁵⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a José Pequito Rebelo”. Londres, 4 de Julho de 1958. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

³⁵⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XII, *A Primeira República (1910-1926)*. *História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1990), pp. 288-289.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

pós Constituição de 1933. Neste aspecto particular, o da mobilização política da nação levada a cabo pelos republicanos, e que no início podia parecer pouco ortodoxa e potencialmente perigosa, mostrava um enorme potencial de êxito, facto que foi prontamente reconhecido pelos próprios adversários e inimigos políticos. O 10 de Junho, além do dia dedicado a Camões, e através dele à Pátria, assumiu uma nova fórmula igualmente patriótica e nacionalista ao ser dedicada à “raça” e servir para a glorificação dos novos heróis que combatiam pela nação pluricontinental a partir de 1961.³⁵⁶

As romagens a Braga em cada 28 de Maio, que Pedro Theotónio Pereira nem sempre pôde, ou quis, cumprir, as festas do trabalho logo no primeiro dia do mês de Maio em alguns dos anos da década de 1930, em que fortemente se empenhou, os funerais de D. Manuel II com os quais se comoveu profundamente, os discursos “nacionalistas” que pronunciou nas mais variadas ocasiões e locais, além de estabelecerem uma ligação directa com a fórmula através da qual o republicanismo português – seguindo o seu homónimo francês –, interpretara o casamento entre as massas, a política e os seus dirigentes, foi, igualmente, a consequência da mudança na forma de fazer política um pouco por toda a parte, que o impacte social e político da Grande Guerra veio acelerar e com a qual Pedro Theotónio Pereira não apenas se identificou como também cultivou.

As peregrinações aos cemitérios dos Prazeres e do Alto de São João em Lisboa, promovidas pelo Grande Oriente Lusitano, e que sobreviveram à Ditadura Militar e à implantação do Estado Novo, tinham como contraponto, da parte de homens como Pedro Theotónio Pereira, não apenas as deslocações à capital minhota para a comemoração de mais um aniversário do 28 de Maio, mas ainda as celebrações da Restauração, a vitória lusa em Aljubarrota, a evocação pública de inúmeras figuras e factos da história portuguesa, normalmente ligados à dinastia de Avis.³⁵⁷ Poder-se-á dizer que terá sido o braço republicano da Ditadura Militar e do Estado Novo

³⁵⁶ Isto não significa que à real ou imaginária rivalidade existente entre Camões e Nuno Álvares Pereira, a partir da Grande Guerra, a direita católica não preferisse e, também, Pedro Theotónio Pereira, o segundo. O primeiro era laico, o segundo era o símbolo do Portugal não apenas “guerreiro”, mas também “cristão”. A partir de 1918, o Santo Condestável passou a “gozar de uma grande auréola nos meios militares e estudantis, não lhe faltando também a comunhão de forte apoio popular.” Idem, *ibidem*, p. 290.

³⁵⁷ Pedro Theotónio Pereira presidiu a, pelo menos, um par de comissões criadas para evocar figuras e factos relevantes da história de Portugal. Em 1951, presidiu ao “Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros” e, em 1960, na qualidade de ministro da Presidência, foi presidente da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (substituindo Caeiro da Matta). Para estas comemorações contribuiu ainda com a autoria do “esquema literário para um filme documentário em scope e a cores” intitulado *D. Henrique, o Navegador*. Produzido por Filipe de Solms e realizado e planificado por João Mendes. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. O “fundo musical” era da autoria do maestro Silva Pereira. Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcaçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP). A 19 de Dezembro de 1960, no cinema Império, em Lisboa, Américo Thomaz assistiu à primeira projecção do documentário. A película destinava-se a ser apresentada, exclusivamente, aos visitantes do promontório de Sagres. *A Voz*, 20 de Dezembro de 1960, p. 6.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

quem promoveu este tipo de iniciativas que teve, aliás, como momento ironicamente emblemático o fim das obras em Santa Engrácia e a muito esperada inauguração do Panteão Nacional. A verdade é que figuras do Estado Novo, oriundas do Integralismo Lusitano e, portanto, profundamente monárquicos, não recusaram, à boa maneira laica e republicana, a evocação e celebração do patriotismo com fins político-ideológicos, antes pelo contrário, refinaram métodos e adaptaram-nos aos fins desejados, estando a principal diferença no facto da figura de Deus e a instituição da Igreja Católica terem sido naturalmente recuperados, mas nunca voltando a ocupar o espaço e a importância que objectivamente lhes haviam sido conferidos durante a monarquia constitucional.³⁵⁸

As cerimónias realizadas anualmente em Lisboa de benção dos bacalhoeiros que partiam rumo aos bancos do Atlântico Norte, foram talvez os instrumentos de propaganda utilizados pelo regime a que Pedro Theotónio Pereira assistiu com maior prazer pessoal e político.³⁵⁹ A que se realizou em Abril de 1959, e à qual compareceu, tinha tudo para evocar aquilo que Pedro Theotónio Pereira mais admirava e cultivava na existência histórica e social dos portugueses. Numa manhã de Domingo, 4 de Abril, acompanhou a benção de lugres bacalhoeiros pelo arcebispo de Évora. Uma cerimónia que decorria “com a solenidade habitual,” e que uma vez mais incidia sobre os navios e as tripulações que se dirigiam aos bancos da Terra Nova e da Gronelândia.

Fora dos Jerónimos aguardavam o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, os srs.: dr. Pedro Teotónio Pereira, almirante Quintanilha Mendonça Dias, professor Ferreira Dias e dr. Veiga de Macedo, ministros da Presidência, da Marinha, da Economia e das Corporações e Previdência Social; capitão-de-mar-e-guerra Henrique Tenreiro, delegado do Governo junto dos organismos de pesca e presidente da Junta Central da Casa de Pescadores; comandante Raul Fernandes, José Gomes de Carvalho e António Cunha, directores do Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau [...].

O mosteiro tinha a “nave [...] completamente cheia de fiéis,” passando as autoridades quando nele entraram, “entre rapazes da Obra Social da Fragata D. Fernando, vestidos de

³⁵⁸ Serve como um entre muitos outros exemplos dessa continuidade ideológica entre a República, a Ditadura Militar e o Estado Novo, o facto de em 1912 se ter criado “uma comissão nacional para relembrar o 5.º centenário da conquista de Ceuta e o 4.º da morte de Afonso de Albuquerque, que haviam de ocorrer três anos depois.” Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 287.

³⁵⁹ Sobre este tipo de cerimónias enquanto fenómeno de “encenação épica” e representação económica, Álvaro Garrido, “O Estado Novo e a pesca do bacalhau. Encenação épica e representações ideológicas” in *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, n.º 45, Janeiro-Março, 2001, pp. 124-134 e *idem*, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, 1.ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 2004, pp. 235-249. Sobre as dificuldades económicas conhecidas pela actividade pesqueira no subsector do bacalhau, nomeadamente entre 1958 e 1961, *idem*, *ibidem*, pp. 374-385. Sobre a importância económica e política do sector da pesca e do comércio do bacalhau depois de 1945, *idem*, “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a ‘Organização das Pescas’” in *Análise Social*, XXXV (156), 2000, pp. 651-694. Sobre a figura de referência de actividade de organização político e económica da pesca e do comércio do bacalhau durante Estado Novo, *idem*, “Henrique Tenreiro – ‘patrão das pescas’ e guardião do Estado Novo” in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 839-862

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

meninos de coro, empunhando velas.” Os Jerónimos estavam engalanados com “festões de louro dourados; e o Púlpito da capela-mor do lado da Epístola estava envolvido por uma esfera armilar, encimada pela Cruz de Cristo.” Enquanto no “fundo do altar-mor ardia uma pirâmide de velas; e em frente e do lado do Evangelho, quarenta rapazes da Escola da Marinha Mercante empunhavam os estandartes dos diversos armadores, estando também uma delegação dos escuteiros de Portugal, do ramo marítimo.” Do lado da Epístola, encontravam-se “os capitães da frota e a fanfarras do Corpo de Alunos Marinheiros.” Às “lavandas, estiveram quatro capitães,” tendo a missa sido “explicada por um sacerdote.” À “elevação, a fanfarras tocou uma marcha de continência.” A “missa solene” foi celebrada pelo arcebispo, “acompanhada por um coro misto da Casa Pia de Lisboa e do Teatro Nacional de S. Carlos e por uma orquestra.” Depois de numerosas pessoas terem comungado na capela do Senhor dos Passos e de terminada a missa, “o celebrante, de mitra e báculo, fez uma alocução:”

– Mais uma vez vai iniciar-se a grande aventura! Em breve hão de içar-se as velas, ouvir-se-á o resfolegar dos motores, levantar-se-á o ferro, começará a azafama... Desta vez, a campanha começa em pleno tempo pascal; e isso me fez lembrar os contrastes da vida do Senhor.

Referiu-se depois à “inconstância das multidões”, à “alegria dos hosanas”, à “sombra torturante da paixão e da morte e da ressurreição, sem a qual – disse – «é vã a nossa fé»”, acrescentando que partir é “sempre morrer um pouco” e que “Jesus” partira “voluntariamente para a morte.” Em frente do estuário do Tejo, “disse que sempre ali vieram os Portugueses, com sentimento de fé e de solidariedade”, dissertando depois “sobre a partida para uma longa, e talvez agitada viagem para uma pesca aventureira, a dura faina e o regresso, evocando os seis barcos que se afundaram na campanha anterior e a vida dos seus tripulantes” que tinha estado em “perigo”.

Acentuando que no esforço dos pescadores bacalhoeiros se baseiam a alegria de tantos lares e uma parte importante da economia da Nação, condenou os que não trabalham, e disse que “matar o tempo” é um crime:

– As vossas famílias e a própria Nação têm necessidade do vosso trabalho.

Evocou a figura do padre Cruz, esse homem humilde “que encheu de luz espiritual Lisboa e o País inteiro”; e dirigindo-se aos pescadores, disse:

– Ides partir. Estão ali no Tejo, lindos, embandeirados os barcos; e dentro das nossas almas, há uma ansiedade que é já saudade.

Não se esqueceu o prelado de recordar que “ainda a bordo de muitos bacalhoeiros se rende o quarto ao grito: «Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo»”, e terminou com um pedido: “– Oraí! O vosso trabalho é já uma oração, por vezes uma oração da própria vida. Ide em paz e voltai em paz, com pesca farta e abundante! Voltai; Até à volta amigos!”

Organizou-se, depois, um cortejo que “processionalmente se dirigiu para a porta do templo.” À frente seguia

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

a cruz alçada, seguida do prelado, dos seus acólitos, dos membros do Governo e das autoridades; e, quando o arcebispo voltado para o Tejo, abençoou os lugres, embandeirados em arco, ouviu-se o ribombar dos morteiros e o estrealjar dos foguetes, enquanto centenas de pombos correios, especialmente largados sobrevoavam o local, antes de partir para os respectivos destinos.³⁶⁰

A Rádio Televisão Portuguesa (RTP) foi outro dos campos em que pôde actuar, uma vez que o Ministério da Presidência sobre ele exercia a sua tutela. Independentemente deste ter sido um meio de comunicação ao serviço do Estado Novo, a verdade é que também a utilizou para nela colocar um grande amigo pessoal, que era também alguém em quem depositava uma enorme confiança política. Em Abril de 1959, Pedro Theotónio Pereira avisou o seu antecessor de que tinha em mente levar a cabo algumas alterações na orgânica da RTP. Pensara mudar o “delegado do Governo” na televisão, o “Dr. Alçada”, muito amigo de Caetano, passando-o “para presidente dum conselho fiscal em sociedade de 1.ª ordem.” Descansando o anterior titular da pasta da Presidência, escrevia-lhe:

Perde um pouco mas troca um lugar que não duraria já dois anos por outro muito mais estável e sossegado. Ele está adoentado e creio bem (aqui entre nós) que a RTP exige pessoa mais activa e mais nova. O novo lugar é muito bom e sem problemas, rendendo uns 60 contos. E não tem prazo.

Continuava, certo do seu poder e seguro da bondade natural das suas decisões: “Tenciono pôr na Televisão o Jorge Blanco (que gosta muito daquilo) e que ainda não tem nada. Tenho a certeza que fará um bom lugar. E é 100% nacionalista.”³⁶¹

Escassos meses depois de tomar posse como ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira procurou dar início a uma reforma da Administração Pública com o objectivo de simplificar procedimentos e de combater a burocracia. O plano passava, do seu ponto de vista, por uma alteração profunda no quadro legislativo português em praticamente todos os domínios – ou pelo menos em todos os domínios dependentes da pasta que lhe fora atribuída. Independentemente da necessidade e da sinceridade das suas intenções, não é demasiado ousado presumir que tal reforma incutiria no Ministério que chefiava e nas funções que passara a desempenhar uma missão que, não lhe estando à partida atribuída, lhe permitiria ganhar peso político no todo governamental. Para elaborar o estudo prévio que daria depois azo à implementação de tão desejada reforma, Pedro Theotónio Pereira lembrou-se do seu amigo e antecessor no cargo, Marcello Caetano. Embora tivesse a noção de que muito provavelmente o

³⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 5 de Abril de 1959, p. 1 e 3.

³⁶¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 7 de Abril de 1959 (documento n.º 104). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125. Jorge Blanco, recorde-se, era amigo de Pedro Theotónio Pereira desde os tempos da juventude. Tinham sido colegas na Politécnica, cursando Matemática. Blanco nunca chegou a licenciar-se. O filho deste, José Júlio Pereira Cordeiro Blanco, foi secretário de Theotónio Pereira enquanto ocupou a pasta da Presidência. Chegaria a administrador da Gulbenkian, tornando-se rapidamente num dos mais valiosos membros do Conselho de Administração daquela Fundação.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

convite seria recusado – sendo também possível que lho tivesse dirigido instado pelo próprio Salazar –, tentou convencê-lo, recordando-lhe que quando Marcello estivera na Presidência verificara que a “legislação” portuguesa aparecia “muitas vezes como um novelo embaraçado.” Neste, e sendo “tantas as voltas, sobreposições e nós”, acontecia que muito frequentemente só apetecia “cortar, pôr a limpo e atar de novo.” Por isso, estava Theotónio Pereira disposto a elaborar um despacho no qual se reconhecesse ser “urgente um esforço de simplificação e de revisão – ao menos em pontos concretos e mais gritantes.” Ingenuamente, ou não, dizia-se convencido de que a medida iria “cair bem e receber o apoio compreensão gerais.” Perguntava então a Marcello se queria “presidir a uma comissão de estudo desta importante matéria”, acrescentando que teria o “mais vivo prazer que o assunto fosse estudado sob a sua direcção.” Como era de prever, o seu antecessor no cargo não apenas recusou o convite como respondeu “mal disposto”, acrescentando que uma tal tarefa estava “completamente fora das [...] presentes actividades escolares.”³⁶²

A Theotónio Pereira coube ainda apresentar e coordenar o II Plano de Fomento. Veio encontrá-lo pronto – fora um trabalho coordenado pelo seu antecessor –, e aceite por Salazar, desconhecendo-se qual era a opinião que sobre aquele importante documento o novo ministro tinha. Logo ele que além de antigo ministro do Comércio e Indústria, se destacara, aquando da sua passagem pela Câmara Corporativa, por defender os princípios do condicionamento industrial que, juntamente com Sebastião Ramirez, preparara e promulgara ainda antes da partida para Espanha em Janeiro de 1938. No entanto, e apesar das eventuais discordâncias com os princípios corporativos um tanto heterodoxos que, do seu ponto de vista, o II Plano de Fomento certamente encerrava, adoptou-o sem problemas de maior, tendo aparecido aos microfones da Emissora Nacional a apresentar e a explicar as suas virtudes duma “«boa-nova ansiosamente aguardada.” Tratava-se de “um vasto programa de acção” que devia “falar à inteligência, à vontade e ao sentimento de todos os portugueses.”³⁶³

Este seu pragmatismo, que o fazia aceitar de novo um modelo de Corporativismo, fundamentalmente planificador do crescimento e do desenvolvimento económico, era o produto de uma aprendizagem, em certa medida dura, de um caminho que fizera desde que em Abril de 1933 fora nomeado subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Numa carta que escreveu a José Pequito Rebelo no rescaldo das eleições de 1958 – e que era a

³⁶² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Lisboa, 4 de Dezembro de 1958 (documento n.º 99). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

³⁶³ *Diário da Manhã*, 29 de Dezembro de 1958, p. 1.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

resposta a uma outra que este lhe enviara³⁶⁴ –, Pedro Theotónio Pereira sintetizou a forma como a sua experiência política governamental o fizera ganhar uma outra perspectiva sobre o modo como seria possível aplicar o programa corporativo que aprendera e com que se identificara quando militante do Integralismo Lusitano e discípulo do pensamento de António Sardinha. Por isso, não podia deixar de comentar objectivamente aquilo que lhe pareciam ser os devaneios, é certo que legítimos, de Pequito Rebelo em prol de uma futura instauração do Corporativismo de feição integralista em Portugal:

Quanto à ideia corporativa e de uma mais verídica representação nacional que o parlamentarismo corrente, sou talvez a pessoa que mais lhe pode dar uma opinião sobre as dificuldades do problema em Portugal. Nenhum país ainda encontrou essa almejada solução e eu tenho na alma cicatrizes dos desapontamentos que sofri ao meter ombros à magna empresa.³⁶⁵

Recordava ao seu interlocutor que aceitara a nova Constituição em 1933 “como base de trabalho”, uma vez que tivera a “esperança” de que, num “curto prazo”, seria possível “substituir as fórmulas da democracia parlamentar pelos órgãos e funções duma nova democracia mais legitimamente representativa.” Fora por isso que aceitara ser o “primeiro” subsecretário de Estado das Corporações, e embora houvesse na altura muita gente que “falasse em Corporações sob o aspecto abstracto”, cedo percebeu quão difícil seria encontrar quem quer que fosse que estivesse disposto a “ocupar-se do problema com realismo e aplicação imediata.” Não admira, portanto, que ao fim de três anos se convencesse que o seu “esforço era pelo menos prematuro.” E confidenciava, referindo-se implicitamente ao papel de Oliveira Salazar em todo o processo:

Encontrei-me na situação dum comandante da vanguarda dum exército que constantemente se sentia desligada, cortada, ou atraçoada pela grande massa que ficava sempre para trás sem se querer mover. Foi esse o motivo da minha demissão.³⁶⁶

Mas embora tivesse havido um problema político em todo o processo – tendo pesado “muitíssimo a opinião dos que não queriam ou não acreditavam em inovações dessa natureza” –, Theotónio Pereira tinha a consciência de que as suas intenções também tinham sucumbido perante a questão doutrinária. Entre 1933 e 1936, face àqueles “poucos” que o tinham querido ajudar, sentira-se entalado entre os que “viviam no corporativismo romântico do passado, ou tinham ideias completamente desligadas da realidade.” Ou seja, tivera que gerir o seu programa corporativo e o programa corporativo do Estado Novo, entre aquilo que era o corporativismo

³⁶⁴ Esta carta, a que não tive acesso, fazia referência a um trabalho que o próprio José Pequito Rebelo publicara no *Diário de Lisboa* aquando das eleições presidenciais de 1949. José Pequito Rebelo, *O Meu Testemunho*, s.e., Lisboa, Edições do Autor, s.d..

³⁶⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a José Pequito Rebelo”. Londres, 4 de Julho de 1958. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

³⁶⁶ *Idem*, *ibidem*.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

integralista, por um lado, catolicismo social, por outro, e o corporativismo fascista e até nacional socialista, importados da Itália e da Alemanha hitleriana.³⁶⁷

Em função da sua experiência, Theotónio Pereira não tinha qualquer problema em considerar que existia “um abismo entre o «wishful thinking»” do artigo de Pequito Rebelo publicado no *Diário de Lisboa* em 1949 e aquilo que se podia “arrancar das realidades – das nossas pobres realidades.” Por isso, e também ao contrário do seu interlocutor, aquele que fora o primeiro subsecretário de Estado das Corporações tinha por Salazar o “mais alto respeito” e a certeza de que fora até ao presente o “português com mais sentido do possível”, mesmo que muitas vezes tivesse discordado e ainda discordasse das suas “ideias” e da sua “acção.”³⁶⁸ Ainda que a carta de Theotónio Pereira não fosse um testemunho totalmente sincero e fiel daquela que fora a sua experiência enquanto subsecretário de Estado das Corporações – e não havia razão nenhuma para que o pudesse ser –, faltando-lhe esclarecer minimamente o seu papel e a sua posição no meio das duas facções que se digladiariam no seio do panorama corporativo português, tinha ao menos o mérito de demonstrar que o factor ideológico fora essencial no processo inicial de institucionalização do Corporativismo português.

Com a publicação da Lei n.º 2105,³⁶⁹ Theotónio Pereira sentiu que deveria retirar-se. As suas disposições criavam-lhe aquilo que considerava ser uma situação difícil em extremo. E não podia “continuar” como ministro, porque deixara de “sentir” que podia exercê-lo com a segurança doutros tempos. Mas se a Lei n.º 2105 lhe provocava reparos e a vontade de sair, mais ainda sucedia com outros servidores do Estado e do Governo. Pedro Theotónio Pereira não parecia capaz de conseguir ver outra coisa que não fosse gente a demitir-se, a retrair-se ou a pedir “explicações” ao ministro da Presidência, às quais não podia “responder com a lógica que sempre” usara. Tentando pressionar politicamente Salazar, informava-o de que começava a “esboçar-se uma forte (e invulgar reacção) contra” a lei, e que embora tivesse acabado por “afrouxar” – “talvez pelo costume em que se está de esperar que o Governo faça tudo ou talvez por descrença nas suas possibilidades presentes” –, seria muito “grave”, do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, se não se concretizasse. Isto porque caso se perdesse a ocasião presente de “tentar formar uma consciência nítida da extensão do erro cometido, o mal produzido pela lei” ir-se-ia acumulando, não havendo depois “remédio” para o mal que

³⁶⁷ “Não faltavam os que queriam copiar fórmulas estrangeiras em voga ao tempo nem aqueles que facilmente fariam resvalar o novo corporativismo para fórmulas socialistas que nos eram totalmente contrárias. Por cima de tudo isto, as dificuldades provenientes de defeitos psicológicos de longe vindos e a nossa falta educação cívica.” Idem, *ibidem*.

³⁶⁸ *ibidem*.

³⁶⁹ De 6 de Junho de 1960, promulgava disposições relativas a remunerações, acumulações e incompatibilidades dos membros dos corpos gerentes de algumas empresas.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

causaria.³⁷⁰ A uma primeira carta manuscrita e privada, juntava Theotónio Pereira uma outra para publicar, devidamente dactilografada. Neste documento recordava que a Lei n.º 2105 era uma imposição da Assembleia Nacional ao Governo – uma vez que nem este nem o próprio Salazar teriam participado na sua “feitura” –, mas que mesmo assim aquele tinha a obrigação de a “executar e o país [...] sofrer-lhe as consequências de vária ordem.” As suas críticas à lei tocavam uma série de pontos, tanto de natureza político-ideológica, como ética, criticando-lhe tanto a letra como, sobretudo, o espírito:

Justificada a proposta original com os intuitos de contrariar mais eficazmente acumulações inconvenientes ou proventos excessivos, é manifesto que, ao procurar-se concretizar tais medidas, se enveredou por caminhos perigosos ou se foi longe de mais em quase todos os pontos tratados na lei. E o resultado de tal orientação pode agora ver-se na desproporção que se nos depara entre os propósitos originais e a gravidade de certas posições que vieram a ser tomadas.³⁷¹

Concordando, naturalmente, que todos os “abusos” deviam ser “coibidos”, defendia que tal não devia ser feito “recorrendo a medidas” que subvertessem a “ordem constituída” ou que pudessem ir contra os direitos naturais. Por outro lado, considerava existirem conflitos insanáveis e evidentes entre as “disposições” da lei e as “ideias básicas do Estatuto do Trabalho Nacional e da própria Constituição”, ao ponto de notar que a “iniciativa privada era de tal modo atingida” por algumas das disposições, que lhe parecia haver na Lei n.º 2105 uma tentativa de destruir todo o enquadramento político-ideológico e jurídico que, “nas últimas dezenas” de anos, tinha possibilitado a “reabilitação económica e financeira” do País. Justamente quando estava a ter início a aplicação do II Plano de Fomento e, portanto, eram necessárias “todas” as “forças e recursos”, além de “consolidar o clima de confiança no ‘Estado pessoa de bem’, estimular e ajudar o esforço criador dos que produzem riqueza e dão trabalho,” e, quando “mais que tudo”, havia que encontrar “homens necessários para o servirem em todos os níveis”, a Assembleia Nacional produzira e impusera ao País a Lei n.º 2105.³⁷²

De um ponto de vista quase exclusivamente pessoal, Theotónio Pereira explicava no que é que a nova legislação o melindrava, procurando demonstrar que contra ela o moviam apenas razões de princípio e não de interesse pessoal.

Como indivíduo não concordo com a doutrina de vários preceitos da Lei n.º 2105. Encontro-os em violenta contradição com alguns dos princípios fundamentais do Estado. Nunca tive mais de um emprego ao mesmo tempo, quer na vida privada quer na vida pública, nem jamais careci da acção moralizadora que a

³⁷⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Dafundo, 14 de Julho de 1960. AOS/CP-213, fl.441.

³⁷¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Dafundo, 14 de Julho de 1960. AOS/CP-213, fls.442.-444.

³⁷² *idem*, *ibidem* (sublinhado no original)



“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

mesma lei leva a extremos como o do seu artigo 6.º. Não creio que este clima de suspeição seja o mais apropriado para a selecção incessante de valores de que o país precisa.

Como ministro, não posso desconhecer os inconvenientes que já produziu, nem ter dúvidas sobre aqueles que irá produzir.³⁷³

Por isso, e caso a lei não fosse repudiada – restava saber como – Theotónio Pereira demitia-se. A 15 de Julho, encontrou-se pessoalmente com Salazar. No dia seguinte, comunicava-lhe que continuava a trabalhar no programa das Comemorações Henriquinas e na preparação de alguns detalhes relativos à ainda eventual visita do presidente do Brasil a Portugal, nomeadamente dando “instruções para serem publicados nos jornais telegramas” que iam “orientando o público” sobre as medidas que viessem a ser tomadas a propósito da visita do chefe de Estado brasileiro. Sobre a sua atitude em relação à Lei n.º 2106 e a sua firme intenção de abandonar o Governo, escrevia um tanto enigmaticamente:

Acerca da conversa que ontem tive com V. Ex.a, estou firmemente convencido que será útil para a nossa política a resolução em que me encontro. O factor surpresa é muito importante.

Se isto for bem feito e sem demora, terá sido aplicado o contraveneno indispensável.³⁷⁴

Na realidade, Pedro Theotónio Pereira manteve-se no Governo, como ministro da Presidência, até à Primavera de 1961. Era como se repetissem, a uma escala politicamente mais modesta e ideologicamente mais irrelevante, os conflitos entre Salazar e Theotónio Pereira que tinham decorrido na já longínqua década de 1930.

“«Confesso a minha indizível emoção por me encontrar em Goa.»³⁷⁵

Logo no início de Janeiro de 1960, Theotónio Pereira partiu para Goa. Tendo sido posta de lado alguns anos antes, como sintoma de saudável previdência política, a possibilidade daquele território ser visitado pelo ministro da Defesa,³⁷⁶ tendo já o antigo ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues visitado o Estado português da Índia e estando, por razões políticas, afastada a possibilidade de tanto o presidente da República como o presidente do Conselho ali se deslocarem, coube a Theotónio Pereira, ministro da Presidência, ter sido, durante a República, o

³⁷³ ibidem.

³⁷⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 16 de Julho de 1960. AOS/CP-213, fls.445.-446.

³⁷⁵ Pedro Theotónio Pereira in “Visita do Ministro da Presidência à Índia” in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36.º, Jan.º-Fev.º, n.º 415-416, p. 25.

³⁷⁶ “Não me parece bem a ida a Goa, mas julgo necessário que vá alguém que ajude tecnicamente e espiritualmente incite aquela gente a cumprir o seu dever. É longo e difícil escrever as razões: se amanhã estiver livre e puder vir às 19h, apesar de ser domingo, conversar-se-á.

Já o mesmo não digo da ida a Angola que pode ser necessária, mas mesmo que o não seja é certamente útil.” “Carta de Oliveira Salazar a Santos Costa”, 26 de Fevereiro de 1955 (documento 52). Manuel Braga da Cruz (org. e prefácio), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, s.e., Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo, 2004, p. 62. A visita de Santos Costa a Angola e Moçambique teve lugar em 1957.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

seu mais alto magistrado a deslocar-se e a percorrer Goa, Diu³⁷⁷ e Damão, enquanto territórios submetidos à soberania portuguesa. Tratou-se sem dúvida de uma importante viagem. Pelo significado real, como pelo lado simbólico, uma vez que Theotónio Pereira, o número dois na hierarquia do Governo, se deslocava a territórios ao qual o Estado Novo atribuía grande valor histórico no conjunto da arquitectura do império português, ainda por cima ameaçados de invasão e de ocupação militar e razão de grande controvérsia no plano internacional.³⁷⁸

No entanto, e apesar de todo o significado, não se conhecem objectivamente as razões da ida, uma vez que não foi até hoje encontrado qualquer documento que o testemunhe, nem sequer foi produzido, que se saiba, qualquer relatório por parte do ministro da Presidência no qual desse conta dos motivos e resultados da deslocação que, além daqueles territórios, implicou ainda uma visita ao Paquistão e um encontro privado de Pedro Theotónio Pereira (já na viagem de regresso) em Roma, com o papa João XXIII.³⁷⁹ O périplo por vários territórios coloniais portugueses e as visitas – uma oficial e outra privada – a dois Estados, tinha claramente o propósito de demonstrar a continuação das pretensões soberanistas do Governo de Lisboa sobre os seus territórios da Índia junto da União Indiana, dos aliados britânicos e norte-americanos, da comunidade internacional em geral e, sobretudo, das populações residentes naqueles territórios, independentemente daquela que seria a sua posição face a uma continuação da situação vigente ou de uma futura passagem para a tutela do Governo de Nova Deli. Como escreveu o redactor do *Boletim Geral do Ultramar*:

A ida a Goa do senhor embaixador Teotónio Pereira foi não apenas nova e repetida expressão do muito interesse da Metrópole pela Índia longínqua, mas sempre presente no coração de todos os portugueses, como ainda afirmação inequívoca do agradecimento da Mãe-Pátria ao lealismo nunca excedido e nunca demais exaltado dos seus filhos indianos.

A visita do senhor ministro da Presidência mostrou ao mundo como e quanto Portugal quer à sua província do Oriente, testemunho sempre vivo dum esforço benemérito e sem igual ao serviço da civilização do

³⁷⁷ Em Diu, o “comércio e as repartições” encerraram para receber o ministro. “Enquanto no ar os foguetes estralejavam, o Dr. Pedro Teotónio Pereira, já dentro da cidade, tomou lugar num carro puxado por cavalos, em que o cocheiro era uma álaçre nota de cor, com o seu grande turbante amarelo e talabarte vermelho. Assim seguiu pelas ruas da cidade, sob aplausos e flores, detendo-se repetidas vezes para agradecer e corresponder às manifestações da população.” Pedro Theotónio Pereira in “Visita do Ministro da Presidência à Índia” in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36.º, Jan.º-Fev.º, n.º 415-416, p. 64.

³⁷⁸ “Naquele mês de Janeiro de 1960, Oliveira Salazar está particularmente activo. Preocupa-o a visita que o ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, vai fazer a Goa e ao Paquistão: conversam longamente os dois homens: e quando o ministro parte, está habilitado com todo o quadro político, interno e externo, que rodeia o problema de Goa.” Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 109.

³⁷⁹ A imprensa portuguesa cobriu a viagem de Theotónio Pereira à Índia Portuguesa, enviando alguns repórteres. Já a viagem ao Paquistão e o encontro com o Papa tiveram uma cobertura mais discreta. No Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Salazar nada se encontrou que pudesse documentar a viagem de Theotónio Pereira. Optou-se, para a narrar e caracterizar, por seguir um longo artigo publicado no *Boletim Geral do Ultramar*. “Visita do Ministro da Presidência à Índia” in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36.º, Jan.º-Fev.º, n.º 415-416, pp. 15-104.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

*Ocidente, da expansão da Fé de Cristo, que pela nossa mão, à custa do nosso sangue, com sacrifício quantas vezes da própria carne, golpeada na dureza de mil combates, pôde chegar a tão longínquas paragens, prestando aos povos de todas as idades um serviço dos maiores e mais espantosos entre quantos regista em suas milenárias laudas a história da humanidade.*³⁸⁰

Em 1960, para se chegar por via aérea a Goa, vindo de Lisboa, havia que fazer escala em Paris, Zurique, Beirute e Carachi, num percurso que demorava cerca de 48 horas. Chegado a Goa a 9 de Janeiro, permaneceu no Estado português da Índia até ao dia 17, quando partiu para o Paquistão, onde teve início a primeira visita oficial de um governante português àquele País. Em Lisboa, na despedida, esteve o Governo em peso, faltando, que se notasse, apenas Salazar. Havia depois inúmeros dirigentes de vários organismos públicos e representantes da União Nacional e da Legião Portuguesa. No discurso de despedida, Theotónio Pereira afirmou que ia “conhecer a Índia Portuguesa”, levando-lhe “uma calorosa mensagem não só dos portugueses da Metrópole, mas de todas as outras partes de Portugal”, a começar por “portugueses radicados há muitos anos em países amigos” que “teriam recebido com interesse a notícia da viagem.” Todos os portugueses nutriam, afinal, “o sentimento de ternura e de orgulho pelos pequeninos pedaços de terra” que constituíam o “Estado da Índia” e aquilo que ele representava. Na afirmação mais marcadamente ideológica que produziu, sublinhou que partia em “verdadeira peregrinação” que o “levaria, com íntima devoção, até junto do túmulo de S. Francisco Xavier.”³⁸¹

A aterragem em Goa do avião dos Transportes Aéreos da Índia Portuguesa que levava Theotónio Pereira, coincidiu com a inauguração do novo aeroporto Benard Guedes. A partir deste momento e em praticamente todos os passos que dava, o ministro português esteve rodeado por multidões mais ou menos densas, mais ou menos numerosas.³⁸² Além de ter visitado o território, percorrendo-o exaustivamente e indo a inúmeros recantos, Theotónio Pereira foi recebido como aquilo que era e que representava: o número dois do Governo, obreiro da

³⁸⁰ Idem, *ibidem*, pp. 15-16.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 20. Interrogado em Lisboa sobre aquele que tinha sido o momento mais alto da sua visita à Índia, Theotónio Pereira respondeu: “- O instante em que na velha Goa estive junto do Túmulo de S. Francisco Xavier. Particularmente impressionante era a viva comoção de milhares e milhares de pessoas de todas as raças e religiões que, silenciosamente, aguardavam a sua vez para se aproximarem do túmulo do grande santo. Ali senti toda a força e poder dos laços que unem todos os que estão sob a bandeira portuguesa. Fiquei profundamente agradecido ao senhor patriarca das Índias por ter tornado possível aquela assombrosa demonstração de fé religiosa e patriotismo.” *Ibidem*, pp. 97-98. Sobre a política de Salazar na Índia portuguesa depois da Segunda Guerra Mundial, Fernando Rosas, “Goa, ou o princípio do fim” in Orlando Ribeiro, *Goa em 1956: Relatório ao Governo*, org. e introd., Suzanne Daveau, s.e., Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 11-24.

³⁸² Foi no concelho de Mormugão, nomeadamente em Vasco da Gama, que se preparou a recepção mais vibrante durante toda a passagem de Theotónio Pereira pela Índia. “Aqui o entusiasmo popular atingiu o auge. Todas as ruas estavam profusamente embandeiradas e colgaduras indianas pendiam de quase todas as janelas. Centenas de pessoas, que não tinham conseguido lugar nos passeios, amontoavam-se nas varandas e aclamavam o ministro da Presidência.” *Ibidem*, pp. 54-55.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

política corporativa que definia o regime e antigo embaixador em postos chave da diplomacia portuguesa.³⁸³ Mas o essencial do discurso público em torno da visita de Pedro Theotónio Pereira, além da evocação pontual da política de melhoramentos materiais e progresso económico, da determinação portuguesa de ficar na Índia ou da natureza multirracial e multicultural do império colonial português, esteve na dimensão ideológica.³⁸⁴ É importante notar, como que retomando aquilo que fora feito na metrópole aquando das Comemorações Centenárias, a preocupação pela adopção e execução de uma política de recuperação do património histórico português na Índia portuguesa.³⁸⁵ Como afirmou Vassalo e Silva, o seu objectivo era integrar a “antiga cidade de Goa no seu ambiente espiritual”, o que se traduziria nas “obras de restauração, conservação e consolidação dos seus monumentos [...] erguidos através de cinco séculos de uma história em que a glória e a santidade” teriam andado juntas. Retomava-se e reforçava-se assim a ideia de que, com recurso a esse instrumento, seria possível “«atestar ao mundo que os Portugueses têm na política do espírito o seu principal apoio na sua expansão através dos mares e continentes, fundindo num só os destinos de povos que dispersos pelo mundo se reuniram sob a bandeira de Portugal, sem que de tal facto resulte qualquer limitação aos usos e costumes.»”³⁸⁶

Theotónio Pereira, naturalmente, respondia num discurso repleto de espiritualidade e de evocação de acontecimentos históricos e de feitos náuticos. Lembrou que o português que como ele vinha pela primeira vez à Índia, “à nossa Índia”, trazia no “coração todo o fervor do peregrino.”

*«Espiritualmente não é nem o navio nem o avião que o conduzem, antes o trazem os seus passos por uma via de saudade e exaltação, alvoraçado pelo tumulto de evocações sublimes e devorado pelo anseio de avistar a terra tão buscada. Cada um de nós que se aproxima é de novo um gajeiro da nau do Gama à espera de ver surgir a Índia numa hora gloriosa.»*³⁸⁷

³⁸³ “«Na pessoa ilustre de V. Ex.a eu saúdo não apenas um alto representante do Governo da Nação e colaborador mais directo de Salazar, mas ainda um dos arquitectos mais destacados da ordem nova que há cerca de trinta anos rege a nação portuguesa.»” *Ibidem*, pp. 23-24.

³⁸⁴ Em Diu Theotónio Pereira evocou um dos episódios da história militar de Mombaça durante o qual a defesa da praça teria sido chefiada, mortos todos os portugueses da metrópole, por africanos. *Ibidem*, p. 68. Aquando da sua visita a Angola, em Novembro do mesmo ano, voltaria a repetir o exemplo num discurso então pronunciado. “O Ministro da Presidência no Quênia e na África Portuguesa” in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36.º, Dezembro, n.º 426, pp. 59-60.

³⁸⁵ “Por toda a parte da velha cidade prosseguem, em ritmo acelerado, os trabalhos de restauro e de reintegração. Na visita ao grandioso e meritório empreendimento – dos mais notáveis e certamente dos mais acentuadamente patrióticos que, no género, se têm realizado no mundo português – o senhor ministro da Presidência inteirou-se de todos os pormenores que dizem respeito àquelas obras.” *Ibidem*, pp. 34-35.

³⁸⁶ Vassalo e Silva in *ibidem*, pp. 24-25. Ou ainda, como dizia Theotónio Pereira, o “culto dos valores morais, que se enraíza no património herdado, é um dos fundamentos mais fortes da nossa capacidade de sobreviver.” *Ibidem*, p. 26.

³⁸⁷ Pedro Theotónio Pereira in *ibidem*, p. 25.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

E mais à frente, propagandeando a ideia de que o Império português nascera e vivera, essencialmente, como ideia, como programa espiritual, acrescentava:

Já não vimos hoje carregar as nossas naus nas águas quietas de Goa Velha. Nem levamos para Portugal, através delas, as cargas preciosas recebidas das Molucas, da China ou do Japão. As viagens perderam toda a ideia do lucro e se alguns vieram alguma vez mais pela cobiça que pela fé, foram-nos perdoados, pelo correr dos séculos, os nossos pecados. Podemos agora dizer com o coração limpo que só o espírito nos prende a Goa. Mas esse laço comparticipa da própria essência da vida, faz parte da herança nacional. Temos igual sentimento pela Índia Portuguesa todos os portugueses que nascemos em outras partes do mundo. E hoje mais do que nunca!³⁸⁸

E respondendo aqueles que legitimamente se interrogassem sobre a capacidade que poderia ter um pequeno País como Portugal de manter a sua presença no sub-continente indiano, Theotónio Pereira afirmava que os recursos nunca faltavam quando a “alma” era “grande”: “O que primeiramente é necessário é ter fé. E o resto virá depois.”³⁸⁹

Os relatos oficiosos da visita de Theotónio Pereira sublinhavam o facto de o povo de Goa insistir em manifestar pública e inequivocamente a sua simpatia pelo ministro e, sobretudo, numa presença irmanada de católicos, hindus e muçulmanos, “todos orgulhosos de poderem exteriorizar novamente o seu portuguesismo.”³⁹⁰ Neste ambiente assumiu grande relevância simbólica – e era esse o objectivo dos organizadores da viagem –, o recolhimento de Theotónio Pereira junto do “túmulo do grande apóstolo das Índias”, S. Francisco Xavier, e o “descerramento” de um busto de Salazar, “«Intérprete da unidade lusiada.»”³⁹¹ Ainda nesta linha, em Damão, Theotónio Pereira “depôs flores no túmulo dos heróis de Dadrá.”³⁹² A visita a Damão era particularmente importante, uma vez que Dadrá e Nagar-Aveli, ocupados em 1954 pela União Indiana, eram suas dependências. Foi em Damão que o ministro da Presidência recordou o “traíçoeiro ataque” e louvou a “indefectível lealdade do povo de Damão e comportamento heróico de Aniceto do Rosário e António Fernandes”, os dois polícias mortos durante a ocupação dos dois enclaves, acrescentando, que era “«fácil fazer diplomacia»” quando se contava “«com a fidelidade dum povo e com a bravura de soldados que sabem morrer com honra!»”³⁹³

³⁸⁸ Pedro Theotónio Pereira in *ibidem*, p. 28.

³⁸⁹ Pedro Theotónio Pereira in *ibidem*, p. 28. A propósito do estado de espírito das Forças Armadas estacionadas na Índia portuguesa, à chegada a Lisboa o ministro da Presidência declarou: “«Tive também estreito contacto com as nossas forças armadas, nas quais invariavelmente encontrei esplêndido optimismo, extraordinário espírito de servir e um aprumo militar que me desvaneceu.»”

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 30.

³⁹¹ “Oferta de Portugal do Ocidente aos cidadãos de Goa – iniciativa do «Diário Popular».” Na sua base podia ler-se o excerto de um discurso de Salazar: “«Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do apóstolo das Índias todo o português pode combater até ao último extremo contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever – 30 de Novembro de 1954.»” *Ibidem*, p. 38.

³⁹² *Ibidem*, p. 48.

³⁹³ *Ibidem*, p. 51.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

A poucas horas da saída de Theotónio Pereira de Goa, na “patriótica” homília que acompanhou o *Te Deum* de despedida do ministro, D. José Alvernás afirmou que a Índia Portuguesa estivera perante “um desses homens” que “pertencia à geração dos novos, que, sob a direcção de um chefe prestigioso” tinham reconduzido o País à sua “tradição.” Theotónio Pereira tinha a seu favor o facto de ter sido o “iniciador” da “organização” corporativa portuguesa que, “infelizmente”, ainda não tinha chegado a “todas as pessoas e a todos os lugares, talvez por falta de conhecimento e compreensão.” Elogiou em seguida o papel desempenhado por Theotónio Pereira em Espanha durante a Guerra Civil, quando fora “necessário um homem que no meio da fogueira animasse os que combatiam pela civilização ocidental [...]” Prossequindo, acrescentou:

«Vem depois a terrível guerra, anunciada em Fátima como o castigo da falta de correspondência do mundo à mensagem salvadora. As nações grandes, pouco respeitadoras dos direitos dos povos pequenos, estavam dispostas a ocupar o nosso território, e é V. Ex.a o homem escolhido para, com a sua acção pacificadora, mover os ânimos do respeito pelos nossos direitos. Vem a paz, que de paz só tem o nome, e de novo esta nossa terra se vê ameaçada por vizinhos poderosos [...]. Somos ameaçados por toda a casta de ruínas, e é V. Ex.a ainda um dos obreiros da nossa libertação. Estamos no ano de 1960, e V. Ex.a está entre nós, o que é sinal de que Deus nos não abandona.»³⁹⁴

Depois da recepção no Palácio do Governo, e levando na bagagem “alguns terços que, em 1952,” tinham sido “tocados nos pés do apóstolo das Índias, um dos quais para ser entregue” a Salazar e outros dois a Américo Thomaz, Theotónio Pereira deixou Goa rumo ao Paquistão, depois de ter recebido um “colar de flores do representante do templo hindu.”³⁹⁵

A ida de Theotónio Pereira ao Paquistão deve ser interpretada como de agradecimento à visita que o chefe do Estado paquistanês fizera a Lisboa em Novembro de 1957, ao mesmo tempo que as autoridades portuguesas entendiam que o estreitamento das relações com o Paquistão se consubstanciava num apoio moral contra a hostilidade da Índia.³⁹⁶ Recebido em Carachi por João de Deus Ramos, o embaixador de Portugal no Paquistão, e pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Informação deste País, Theotónio Pereira encontrou-se no aeroporto com os embaixadores do Brasil, Espanha, França e Turquia, que ali se tinham deslocado para o saudar.³⁹⁷ O ministro da Presidência deslocou-se em seguida ao túmulo de Ali Jiná, “o fundador

³⁹⁴ D. José Alvernás, in *ibidem*, pp. 71-72.

³⁹⁵ “Numerosos autocarros transportaram centenas de pessoas para o aeroporto, que estava repleto quando o Dr. Teotónio Pereira ali chegou [...]” *Ibidem*, pp. 72-74.

³⁹⁶ Em visita oficial, o general Iskander Mirza chegara a Lisboa a 11 de Novembro de 1957. João Morais e Luís Violante, *op. cit.*, p. 152 e “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office”. Lisboa, 11 de Janeiro de 1958. FO371/136531.

³⁹⁷ Curiosamente, no jantar de despedida de Theotónio Pereira oferecido na Embaixada portuguesa em Carachi, apenas estiveram presentes os embaixadores do Brasil e de Espanha. É certo que horas antes o Ministério dos

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

e o primeiro Chefe do Estado do Paquistão”, onde depositou uma coroa de flores. Como disse à imprensa, Theotónio Pereira estava no Paquistão para “troca de impressões acerca dos aspectos cultural, comercial e outros das relações entre os dois países” e para declarar publicamente naquela País que Portugal se manteria em Goa, onde a respectiva população “«vivia feliz e contente»”, sendo o seu quadro “«pitoresco e fascinante».”³⁹⁸ Para além dos encontros com o presidente da República paquistanesa e com vários ministros – cujo teor das conversas serão um mistério enquanto não se encontrarem nos arquivos os respectivos relatos – , a visita de Theotónio Pereira foi preenchida com episódios como a passagem pelas cidades de Taxila, Sirkupe e a ida ao “Templo de Zoroastro, levantado pelos adoradores do fogo.” Aí se declarou “maravilhado com o esplendor antigo das relíquias arqueológicas e interessou-se em especial pelo alto valor revelado pelos artistas da velha civilização”, aproveitando para pôr em prática uma paixão que se fora aprofundando desde a sua estada como embaixador nos EUA: “filmou vários aspectos do templo e dos monumentos.” Theotónio Pereira cativou os paquistaneses com a sua “simpatia pessoal” e com a disponibilidade para enfrentar algumas adversidades,³⁹⁹ não recusando a embrenhar-se até às imediações do Afeganistão, visitando Peshawar, a “nova capital do Paquistão” e o “Passo de Khyber” nos desfiladeiros que ligam aqueles dois Países. No “Passo de Khyber” participou numa “cerimónia tradicional, que ao longo dos anos se tem repetido.” Aí, no ponto em que o “defiladeiro se reduz a uma passagem de quatro metros e meio de largura, entre rochas talhadas a pique,” Theotónio Pereira “impôs as suas mãos sobre a cabeça de quatro ovelhas, que em sinal de submissão e amizade lhe foram apresentadas, como oferta simbólica, pelos vinte chefes das tribos da região do Khyber.” Um chefe tribal que comandava a comitiva, e cujos membros se distinguiam pelos “trajes tradicionais, armados de espingardas e com bandoleiras de cartuchame”, deu as boas vindas a Theotónio Pereira, “garantindo que era apreciada a sua visita à zona fronteiriça, por demonstrar «a amizade e a compreensão» do ministro e do povo de Portugal.”⁴⁰⁰ Para o ministro, do ponto de vista pessoal, esta viagem ao coração da Ásia e do Mundo terá sido uma experiência única e inesperada. É verdade que no Brasil se embrenhara pelo interior de territórios que certamente considerara exóticos. Mas fê-lo sempre demandando sinais de Portugal e de cidadãos

Negócios estrangeiros paquistanês ofereceu uma recepção a cento e cinquenta convidados em honra do ministro da Presidência portuguesa.” *Ibidem*, p. 91.

³⁹⁸ *Ibidem*, pp. 76-77.

³⁹⁹ Além de ter elogiado em várias ocasiões o profissionalismo dos paquistaneses, a sua cultura e a sua história, a gastronomia, Theotónio Pereira impressionou, pelo menos os jornalistas portugueses que o acompanhavam, pelo facto de ter sabido enfrentar os rigores do clima nas regiões montanhosas do Paquistão que percorreu. Por exemplo, no local onde estava a ser construída uma barragem, “da comitiva portuguesa foi o ministro o único a apear-se do carro, para melhor apreciar as obras.”

⁴⁰⁰ *Ibidem*, pp. 82-83.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

portugueses, servindo os interesses do Estado que representava. Na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, como noutros pontos deste País que também visitou, confrontava-se, à imagem dos primeiros portugueses que percorreram a Ásia (normalmente homens da Igreja), com o inesperado. Representava Portugal em circunstâncias únicas e com objectivos políticos pouco claros, excepto os relativos ao efeito de propaganda que nos jornais portugueses os relatos da sua viagem pudessem vir a ter.⁴⁰¹ De qualquer modo, se para o Governo de Lisboa foram poucos os benefícios retirados deste périplo, pessoalmente foi uma experiência única para um homem que se orgulhava da superioridade civilizacional do Ocidente e, portanto, da sua missão civilizadora, passada, presente e futura. Não terá desaparecido, tendo até possivelmente sido reforçado o seu eurocentrismo cristão.⁴⁰² E, no entanto, quer na Índia portuguesa, como no Paquistão, ou, no final de 1960, em vários pontos de África, agiu e falou adaptando as suas convicções à realidade com que era confrontado. No “Passo de Khyber”, Pedro Theotónio Pereira agradeceu o que tinha que agradecer e “depois de proferir uma curta saudação em pughtu, a língua local,” declarou em inglês:

«É bem conhecida, no meu país a tradicional hospitalidade destes povos e a sua coragem. Por isso tenho grande prazer em visitar esta zona do Paquistão, cujas tradições chegaram a Portugal. Vim de muito longe. E o facto de ter empreendido tão longa viagem prova bem, melhor do que quaisquer palavras, a amizade e o apreço por estes povos. Impressionou-me profundamente a vossa hospitalidade e aceito os vossos presentes, como símbolo de amizade, pedindo a Deus que vos abençoe.»⁴⁰³

Em Khyber visitou o aquartelamento dos fuzileiros, repetindo o gesto que poucos anos antes o primeiro ministro britânico, Harold Macmillan fizera àquela unidade militar.

A 21 de Janeiro, rumou a Lahore onde, além doutros compromissos, viria a visitar o túmulo do imperador mongol Jehangir e a catedral do Sagrado Coração de Jesus, apresentando cumprimentos ao bispo. Viu-se inesperadamente rodeado por crianças que frequentavam o Colégio de Santo António, encontrando-se entre eles “um rapaz de 14 anos, que agitava os livros escolares no ar, gritando: «Eu sou português!»⁴⁰⁴ Chegado ao Paquistão no dia 19, partiu a 24

⁴⁰¹ No regresso a Lisboa, Pedro Theotónio Pereira declarou: “– Vi, nas nossas embaixadas do Paquistão e de Roma, jomais da Metrópole e causou-me imenso prazer verificar que todos os portugueses, graças ao entusiasmo da imprensa, puderam, por assim dizer, participar na maravilhosa viagem que realizei.” *Ibidem*, p. 96.

⁴⁰² A caminho do “Passo de Khyber”, Theotónio Pereira visitou a Universidade de Peshawar, um importante centro cultural do Islão, onde contactou com alunos e professores. Mais tarde, também em Peshawar, vários alunos da Universidade tê-lo-ão abordado, oferecido flores e pedido o “intercâmbio de estudantes, professores e missões culturais entre os dois países.” *Ibidem*, pp. 84-87.

⁴⁰³ Pedro Theotónio Pereira in *ibidem*, p. 83.

⁴⁰⁴ Não seria o único. “[...] quando o Sr. Dr. Teotónio Pereira se apeava junto à porta da catedral, um motociclista da escolta, perfilando-se em impecável continência, disse: «Eu também sou português e católico. Chamo-me Leslie Pereira!»

Outros e semelhantes exemplos poderiam referir-se, pois em toda a viagem os portugueses de Goa parece terem querido assinalar o percurso com as flores do seu patriotismo ardente – da mesma forma que o fizeram os seus conterrâneos, oferecendo colares ao ministro, desde Pangim até Diu.” *Ibidem*, pp. 88-89.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

tendo Roma como destino. Aí tinha agendada uma conversa particular de meia hora com João XXIII e um encontro com o primeiro ministro italiano, Giuseppe Pella. Quando chegou a Lisboa, Theotónio Pereira teve no aeroporto uma recepção quase apoteótica. Lá estavam os mesmos ministros que tinham assistido à sua partida mas, sobretudo, um conjunto bastante mais alargado de figuras ligadas a vários organismos públicos, da PIDE à RTP, da Emissora Nacional à direcção geral das Alfândegas, o presidente da TAP, o director dos Serviços de Censura e o comandante da PSP de Lisboa, o presidente da Fundação Calouste Gulbenkian e, claro está, um representante da Embaixada do Paquistão.⁴⁰⁵

Dias depois, o ministro da Presidência encontrou-se com Salazar e com Américo Thomaz para lhes relatar as impressões da viagem.⁴⁰⁶ Uma vez que não se conhecem quaisquer documentos que relatem o teor das entrevistas, resta apenas uma carta que Theotónio Pereira escreveu a sua mãe e na qual resumia a impressão causada pela ida à Índia Portuguesa. Escreveu-a seis dias antes de tropas da União Indiana terem dado início à invasão dos territórios portugueses de Goa, Diu e Damão e nela, a dado passo, podia ler-se: “Dói-me o coração pensar naquela terra tão bonita e tão boa com gente tão sossegada e civilizada que nunca se queixou de nós e que só terá a perder na mudança para a Índia. E pela maldade do Nehru e dos que o acompanham está-se neste momento num perigo enorme de ver cometer uma tão revoltante violência. [...] Desde que lá fui que fiquei muito preso àquela terra e à devoção de S. Francisco Xavier.”⁴⁰⁷

“E corações ao alto, que estamos cada vez mais unidos.”⁴⁰⁸

Segundo o relatório produzido por uma “entidade estrangeira” para o seu Governo, e ao qual os “serviços secretos” da PIDE tiveram acesso, a visita de Pedro Theotónio Pereira ao Quénia e a Moçambique merecia comentários judiciosos sobre a figura do ministro da Presidência, o ambiente político prevalecente naquela Província e, finalmente, sobre novo tipo de relação que

⁴⁰⁵ *Ibidem*, pp. 94-96.

⁴⁰⁶ “No dia 29 de Janeiro [de 1960] foi recebido em audiência pelo chefe do Estado, após ter regressado de uma viagem realizada à nossa Índia e ao Paquistão, o ministro da Presidência, dr. Theotónio Pereira. Nessa audiência relatou-lhe a sua viagem, as impressões colhidas nas visitas efectuadas e a forma entusiástica como tinha sido recebido em Goa.” Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal*, 3º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d., p. 49.

⁴⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Virgínia Carlota Hermann Von Bötischer”. Washington, 12 de Dezembro [de 1961]. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

⁴⁰⁸ Palavras proferidas por Pedro Theotónio Pereira a 17 de Novembro de 1960, no regresso da sua visita a África. “O Ministro da Presidência no Quénia e na África Portuguesa” in *op. cit.*, p. 34.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

parecia estar a ser estabelecida entre o Governo de Lisboa e os territórios coloniais e as respectivas populações.⁴⁰⁹

Vindo do Quênia, onde se deslocara para inaugurar “um monumento em honra de Vasco da Gama”,⁴¹⁰ Theotónio Pereira chegou a Lourenço Marques a 3 de Novembro, 24 horas antes do apazado.⁴¹¹ No aeroporto, além de ser aguardado por “todas as personalidades” da Província e da cidade, esperavam “uma importante multidão, quer branca quer de cor.” Nos dias seguintes, Theotónio Pereira percorreu a cidade e parte da região sul de Moçambique, dando uma especial atenção aos empreendimentos que, dependentes ou não do investimento público, podiam fazer notar o desenvolvimento económico registado nos últimos anos.⁴¹² Mas tão ou mais importante do que dar conta do progresso económico registado, era adoptar um discurso e uma atitude que, segundo o relatório transcrito pela PIDE, sublinhasse a popularidade dos dirigentes políticos oriundos da metrópole e a existência de uma comunhão de objectivos políticos e de sentimentos patrióticos entre a elite branca – metropolitana ou ultramarina – e a maioria indígena. Assim, a meio da viagem que trouxe o ministro de regresso do vale do Limpopo a Lourenço Marques, em Macia, o “régulo [...] leu-lhe uma curta mensagem na qual proclamava a união indestrutível da população nativa ao ‘Portugal uno e indivisível’”, aproveitando depois para “solicitar a intervenção” de Theotónio Pereira na “obtenção dum aumento da rede de ensino primário, técnico e profissional.”⁴¹³

A visita teve, no entanto, duas surpresas. Uma delas quando em vez de deixar o território na data prevista, a 7 de Novembro, Theotónio Pereira prolongou a sua estada por mais alguns dias de maneira a poder deslocar-se à Ilha de Moçambique e à Beira.⁴¹⁴ Estas visitas repetiram o que tinha sucedido na capital:

⁴⁰⁹ P.I.D.E. Serviços de Segurança. Secção Central. Informação n.º 799/60-GU. Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar e Interior. 20 de Dezembro de 1960. AOS/CO/PC-63.

⁴¹⁰ “Recebido com honras militares em Nairobi, primeira escala da sua visita oficial ao Quênia, o ministro português chegou a Mombaça no dia 29 de Outubro e ali decorreram as principais comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique no Quênia.” Inaugurou, no Forte de Jesus, “restaurado por iniciativa da Fundação Gulbenkian, o Museu Histórico do Quênia [...]” “O Ministro da Presidência no Quênia e na África Portuguesa” in *op. cit.*, pp. 34-35.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p. 38.

⁴¹² Em Lourenço Marques Theotónio Pereira visitou, por exemplo, o porto e o bairro industrial da Matola. Deslocouse depois ao vale do Limpopo “para aí observar a barragem, os trabalhos de irrigação e os colonatos.” P.I.D.E. Serviços de Segurança. Secção Central. Informação n.º 799/60-GU. Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar e Interior. 20 de Dezembro de 1960. *Loc. cit.*. Na Matola, “mesmo depois de ter o ministro tomado lugar no automóvel, foi difícil conter a multidão. A alta figura do Dr. Teotónio Pereira, de pé, dominava a massa humana que o aplaudia delirantemente. Mulheres indígenas impediam que o carro se pusesse em marcha, e tudo constituiu uma das manifestações populares mais vibrantes.” “O Ministro da Presidência no Quênia e na África Portuguesa” in *op. cit.*, p. 43.

⁴¹³ P.I.D.E. Serviços de Segurança. Secção Central. Informação n.º 799/60-GU. Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar e Interior. 20 de Dezembro de 1960. *Loc. cit.*

⁴¹⁴ “Durante uma reunião que decorreu num ambiente de grande simplicidade, o Dr. Pedro Teotónio Pereira anunciou que, em resultado de consultas que tivera com Lisboa, poderia prolongar por mais três dias a sua

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Visita aos lugares turísticos e industriais, recepções por multidões raciais mistas e leitura de discursos, subordinados ao tema “Unidade da Nação e Viva Portugal”, desejo manifesto de lisonjear os negros, sobretudo associando-os largamente em pé de igualdade às cerimónias, enfim, crescente popularidade até ao fim da estadia.

Aliás, quando no dia 10 Theotónio Pereira deixou Moçambique a caminho de Luanda, fê-lo “sob as aclamações duma muito importante multidão.”⁴¹⁵

A outra surpresa, e que era afinal a primeira e mais importante de toda a visita, esteve no facto dela se ter realizado. Aparentemente, e segundo a imprensa, Theotónio Pereira ter-se-ia decidido já no Quênia a visitar Moçambique pelo facto de não conhecer aquele território e por dele se encontrar tão próximo por causa da visita que estava a realizar àquela colónia britânica.⁴¹⁶ A seu favor nesta decisão estava o facto de, segundo o relatório, nunca nenhum político do Governo nos últimos dez anos, ter manifestado tamanho empenho “em conhecer os territórios do ultramar”, o que significava que desde que Marcello Caetano ocupara a pasta das Colónias, nenhum político metropolitano fizera aquilo que Theotónio Pereira deu mostras ao deslocar-se a Moçambique, a Angola, a S. Tomé e à Guiné. De qualquer modo, a viagem de Theotónio Pereira era uma consequência da nova política encetada em Lisboa naquilo que respeitava à sua relação com os territórios e populações residentes nos territórios coloniais. Era uma “política que pretendia estreitar os laços com Moçambique e provar à sua população que a sua antiga queixa – estar esquecida pela metrópole – não tem fundamento e que esta a defenderá contra todo o perigo.”⁴¹⁷

O inesperado prolongamento da estada de Theotónio Pereira em Moçambique pode então ser interpretado, e foi interpretado no relatório citado pela PIDE, como uma “preocupação de galvanizar a moral e cimentar a união de todos os portugueses [...]”. Pelo meio, a sua intenção de “tomar contacto com a cidade da Beira que acabava de ser afectada pelo regresso antecipado” à metrópole “de um Governador de distrito muito amado, o coronel Macedo Pinto”,

permanência em Moçambique, o que lhe permitiria uma visita ao Norte da Província.” “O Ministro da Presidência no Quênia e na África Portuguesa” in *op. cit.*, pp. 44-45.

⁴¹⁵ P.I.D.E. Serviços de Segurança. Secção Central. Informação n.º 799/60-GU. Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar e Interior. 20 de Dezembro de 1960. Loc. cit.

⁴¹⁶ Esta afirmação, presente no relatório traduzido pela PIDE, não é verdadeira. A visita foi oficial e estava devidamente programada. O que não estava previsto era a antecipação da data da chegada a Lourenço Marques. Desconhecem-se as razões dessa antecipação, embora deva ser considerada estranha, uma vez que criava problemas na recepção apoteótica que certamente as autoridades de Moçambique desejavam proporcionar ao ministro da Presidência.

⁴¹⁷ Para provar a sinceridade das suas intenções, antes da visita de Theotónio Pereira tinham passado por Moçambique, embora já não exercessem funções governativas, Paulo Cunha, Marcello Caetano e outros professores universitários. A realização deste conjunto de visitas num tão curto espaço de tempo, fez com que se especulasse em Moçambique sobre a possibilidade de uma futura ida a esta província do presidente da República ou do “próprio Salazar”. P.I.D.E. Serviços de Segurança. Secção Central. Informação n.º 799/60-GU. Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar e Interior. 20 de Dezembro de 1960. Loc. cit.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

homem extremamente popular “mas pouco afecto ao Estado Novo”, não passaria de uma tentativa de recuperar algum prestígio perdido pelas autoridades. Em resumo, Theotónio Pereira chegara “inopinadamente a Moçambique” para realizar uma visita difícil mas que se revelou “duma popularidade grandiosa.” Foi esta popularidade, também ela algo inesperada, que conduziu ao prolongamento da estada, como a intenção de promover uma deslocação à Beira, onde se sabia que o moral das populações era baixo, para ajudar a resolver um problema político concreto e preocupante. A estada em Moçambique acontecera com o objectivo de mostrar aos moçambicanos que não tinham sido “esquecidos nem abandonados” pela metrópole. Finalmente, as visitas a Moçambique registadas desde 1959, tanto de figura públicas portuguesas ligadas aos meios políticos e universitários, como de “diplomatas acreditados em Lisboa”, demonstravam ser “crescente” a “importância da província de Moçambique.”⁴¹⁸

Nos restantes territórios que visitou, Pedro Theotónio Pereira deu mostras de todo o seu talento político e de uma capacidade única para, com maior ou menor formalidade, cativar aqueles que o rodeavam, que o esperavam, que dele se foram despedir. Inteirou-se do alcance dos melhoramentos materiais e do estado de espírito das populações em relação à situação política vivida. Falou com técnicos, com políticos e com empresários, apertou a mão a sobas e ter-lhes-á, eventualmente, ouvido pronunciar palavras de circunstância. Atendeu a militares, a civis e às autoridades eclesiásticas. Mas mais uma vez se desconhece qualquer documento que testemunhe as impressões políticas que retirou da viagem, logo ele que anos antes visitara Angola e São Tomé, que tinha sido convidado para ser ministro das Colónias e que sempre manifestou publicamente o apoio incondicional à determinação de preservar a integridade imperial definida por Oliveira Salazar.

Convém sublinhar que algumas sensibilidades dos sectores mais à direita do salazarismo viram a viagem de Theotónio Pereira a África como uma jornada que, além de gloriosa, abria espaço para continuação de uma política nacionalista sem Salazar ou apesar de Salazar.⁴¹⁹ Em Mombaça soubera pronunciar “uma insigne oração que as comunidades” da Índia portuguesa radicadas no Quénia, “fidelíssimas à bandeira nacional e desprezando todas as ameaças,” haviam recebido “como uma monção da Pátria.” O ministro da Presidência fora ainda “aclamado, na intimidade das diversas instituições goesas, com fervor patriótico.” Já em Nairobi

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁹ Mês e meio depois de Theotónio Pereira ter tomado posse como ministro da Presidência, elementos oposicionistas classificavam-no como “um antigo fascista.” “Do Consulado dos EUA no Porto para o Departamento de Estado”, despacho n.º 22, 27 de Outubro de 1958, NA, GRDS, 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.00/10-2758). O cônsul norte-americano era agora J. Alfred LaFreniere.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

– e depois de em Melinde ter descerrado “um padrão em homenagem a Vasco da Gama”⁴²⁰ –, o ministro português teria sido “alvo de atenções penhorantes” e, por isso, pudera “desprezar, senhoril e desportivamente, a arruaça de uma minoria de fanfarrões do Sr. Nehru.” E continuava-se a nota em termos muito elogiosos para o ministro:

*O Sr. Ministro [...] deve ser, hoje, um dos portugueses que melhor conhecem o mundo. É um viajante experiente e culto. No Brasil e nos Estados Unidos da América, visitou patrioticamente as colónias dos portugueses. [...] A experiência do mundo não o fez contudo, deixar de preferir as veigas ribatejanas para o seu lirismo sentimental nem jamais o desenraizou. [...] Por isso, Pedro Theotónio não deixou de percorrer em África, com olhos experientes e compreensivos, porventura divagadores quanto ao Futuro, o regadio do vale do Limpopo, a região fértil e promissiva do Niassa, o colonato de Ceta, o planalto de Huila, os cafezais de Ambris. É um Ministro de alta envergadura que simboliza e encarna a juventude fremente e preservante da geração do Resgate. Deus no-lo guarde, por muito tempo! Deus no-lo guarde por bastante tempo. Precisamos muito dele.*⁴²¹

Provavelmente, pensavam, como alternativa a Marcello Caetano na luta pela sucessão de Oliveira Salazar.

“[...] heir apparent [...].”⁴²²

O assalto ao *Santa Maria* teve lugar a 21 de Janeiro, mas foi só a 24 que os jornais noticiaram, pela primeira vez, o acontecimento. Era um dia de Inverno tristonho mas relativamente ameno, com 10º registados em Lisboa ao princípio da manhã, tendo chegado a atingir os 15º às 3 da tarde. O vento vinha de sudoeste, moderado, e trazia chuva. A culpa era “da acção duma massa de ar marítimo transportado na circulação duma depressão acentuada a oeste da Holanda”. Para o dia seguinte, previa-se uma melhoria, embora o vento viesse a soprar de noroeste, “por vezes com rajadas fortes.”⁴²³ Ao ter tomado conhecimento dos dramáticos acontecimentos, o Governo teve que se multiplicar em tarefas à medida que a crise se foi desenvolvendo.⁴²⁴ Na frente interna, por exemplo, havia que “prevenir qualquer levantamento pró-Galvão”. Era tido como quase certo que nessa Terça-feira à noite, Polícia e Exército se mantinham confinados às respectivas unidades. Alguns cafés foram instados pela polícia para que encerrassem às 10 da noite. “Circulavam” ainda “rumores”, alimentados, entre outros, por um subchefe da polícia, de que “vários apoiantes” do general Humberto Delgado tinham sido presos em Lisboa. De qualquer

⁴²⁰ “[...] um mastro com cerca de dez metros de altura em que uma vela enfunada, com a cruz de Cristo, se projecta sobre o Índico.” *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. II, fascículo VI, Março de 1961, p. 49.

⁴²¹ *Idem, ibidem*.

⁴²² “Da Embaixada do Reino em Lisboa para o Earl of Home”. 22 de Fevereiro de 1961. Despacho n.º 15. FO179/585.

⁴²³ “O tempo que faz” in *Diário de Lisboa*, Terça-feira, 24 de Janeiro de 1961, p. 7.

⁴²⁴ “The Government are evidently fairly worried about the situation and I have heard that the Cabinet have been meeting far into the night.” FO179/584, Minuta, G. M. F. Stow, 27 de Janeiro de 1961.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

forma, não se conheciam os nomes. Na imprensa, os reflexos do assalto ao *Santa Maria* passaram não apenas pela suspensão, por três dias, do jornal *República*, mas pelo facto de correr a notícia de que o jornal do *Benfica* teria sido suspenso por três meses por ter tratado frivolamente o incidente do *Santa Maria*. Um oposicionista, o Dr. Estorninho do Instituto Britânico, não apenas confirmava as prisões – embora não conhecesse os nomes dos detidos uma vez que, dadas as circunstâncias, se mantinha momentaneamente afastado dos seus amigos oposicionistas –, como certificava a ideia de que os assaltantes pensaram que o desvio do navio seria acompanhado e apoiado por um levantamento em Portugal, levantamento esse que naturalmente “nunca se materializou”. A evidência deste argumento decorria do facto de no Sábado à tarde, dia 28 de Janeiro, se ter realizado, na casa do dr. Acácio Gouveia, uma reunião de oposicionistas próximos de Humberto Delgado, oriundos de todo o País, para preparem “ostensivamente” aquele que seria o “programa político das próximas eleições”.⁴²⁵ Mas a verdade foi que após a divulgação do início do assalto, grande parte da oposição se remeteu a um prudente silêncio e uma redução drástica das suas inofensivas práticas quotidianas. Fê-lo não apenas porque a vigilância policial cresceu significativamente,⁴²⁶ mas sobretudo pelo facto de o assalto ao *Santa Maria* ter dividido uma vez mais os oposicionistas. Apesar da atitude do capitão Henrique Galvão ter merecido a admiração de sectores da oposição, os seus elementos mais liberais não apenas não apreciavam a personagem como chegaram a declarar estar o seu comportamento a “arruinar a causa”.⁴²⁷

Por outro lado, independentemente das esperanças da oposição, das suas movimentações e divisões, não era fácil avaliar a reacção da “massa do povo” ao assalto ao *Santa Maria*. Apenas se pode dizer que “não era fácil – e continua a não ser – colher uma impressão clara” do efeito causado pelo acontecimento. Parecia evidente que a maioria da classe média baixa e da classe média ficara chocada com os “actos de violência” protagonizados por Henrique Galvão e, mesmo alguns oposicionistas ao regime sentiam que a opção escolhida estava longe de ser a melhor forma de agir. O factor inesperado do incidente, cujas consequências a médio ou longo prazo poderiam revelar-se nefastas para o regime, residia no facto da audácia do assalto ao *Santa Maria* ter “capturado a imaginação” dos mais novos,

⁴²⁵ “Minuta”. T. A. Solesby, 27 de Janeiro de 1961. FO179/584.

⁴²⁶ Um observador diplomático britânico afirmou: “If there is any plot those who are involved in it will presumably wish to keep quiet.” FO179/584, Minuta, G. M. F. Stow, 27 de Janeiro de 1961.

⁴²⁷ Idem, ibidem. Franco Nogueira, na altura não era ainda membro do Governo, confidenciou ao seu diário que o regime saíra “malferido” do “episódio *Santa Maria*.” Este não seria, aparentemente, o sentimento de Pedro Theotónio Pereira. Uma semana mais tarde, a 11 de Março, Franco Nogueira encontrou-o à noite no teatro S. Luís a assistir à representação de uma peça francesa, *La Collection Dressen*, e o ministro da Presidência lá estava, “muito calmo e bem-disposto.” Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986, p. 11.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

especialmente dos jovens oficiais.⁴²⁸ No geral, as reacções ao evento eram compreensíveis num País que vivia há 25 anos sob uma ditadura. Mas por outro lado, e como notava um diplomata britânico que redigia e enviava para Lisboa relatórios sobre o impacto dos acontecimentos, estava-se muito longe de uma situação em que “qualquer um” estava pronto para “correr para as barricadas” ou para “arriscar o seu pescoço” de qualquer maneira. Os dados do problema apenas se alterariam no caso de emergir um dirigente político alternativo a Salazar. Por exemplo, o oficial das Forças Armadas portuguesas, interlocutor do diplomata britânico que produziu o relatório que vem sendo citado – o Capitão Pereira Coutinho⁴²⁹ –, acreditava que “cerca de 30 a 40% do Exército estava descontente”. Mas por outro lado concordava que a maioria desse mesmo Exército, em situação de crise, alinharia com o Presidente do Concelho,⁴³⁰ o que, diga-se, veio a acontecer na Abrilada.

Quando ao cair da noite de 22 de Janeiro, o Governo teve um conhecimento claro dos eventos, todos os seus membros, com excepção de Salazar, reuniram-se num gabinete de crise improvisado nas reduzidas instalações do Ministério da Presidência, que funcionava no Palácio de São Bento. Daqui, entrou Theotónio Pereira em contacto com Salazar que, na altura, estava a meio de uma conversa com Luís Supico Pinto, discutindo uma remodelação do Governo em que vinha pensando havia algum tempo, mas que só se consumaria em Maio. O chefe do Governo acabara de sair de uma complicação de saúde relativamente séria e, também por isso, fora o ministro da Presidência a coordenar as primeiras iniciativas.⁴³¹ No imediato, após o deflagrar da crise, o Governo português procurou a assistência dos seus parceiros político-militares na OTAN. No entanto, o facto destes não se mostrarem colaboradores inequívocos e voluntariosos, satisfazendo os pedidos portugueses tanto de apoio logístico como político-militar, fez com que a gestão da crise fosse mais complicada. Franco Nogueira, na altura director dos negócios políticos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pressionava os diplomatas britânicos no sentido de que o Governo de Sua Majestade reconhecesse o acto como de pirataria pura e simples, e não como um acto político. Os britânicos que, aliás, mantinham uma coordenação apenas informal da sua acção com aquelas levadas a cabo pela nova Administração em Washington, tinham dúvidas em evocar a legislação internacional sobre a matéria. Não lhes parecia que o assalto ao *Santa Maria* tivesse “um fim particular” e, portanto, pudesse

⁴²⁸ Alguns trabalhadores dos estaleiros Parry em Cacilhas, também parecem ter manifestado simpatia pela atitude de Henrique Galvão. Mas por outro lado, interrogavam-se acerca das vantagens que o episódio poderia trazer para Portugal e, em especial, para as suas “Colónias”.

⁴²⁹ Oficial da Armada. Membro do Conselho Nacional de Defesa.

⁴³⁰ FO179/584, Minuta, G. M. F. Stow, 27 de Janeiro de 1961.

⁴³¹ Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., pp. 193-194.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

imediatamente, ou alguma vez, ser considerado como acto de pirataria.⁴³² Franco Nogueira exasperava-se com a atitude “legalista” do Governo de Sua Majestade que considerava, e bem, resultar em detrimento dos interesses do Governo de Lisboa. As autoridades portuguesas conheciam e criticavam o pressuposto jurídico da ambiguidade britânica. A propósito da expressão crucial “fins particulares”, Franco Nogueira insistia em que os “captos do navio” agiam precisamente em função dos seus “fins particulares” e não de quaisquer outros, para depois insinuar ao seu interlocutor britânico que, caso o Governo de Londres não cumprisse o dever de classificar o acto como de pirataria, então era porque talvez tivesse em mente o “reconhecimento doutro Governo de Portugal que não o de Lisboa”. A seguir sublinhava que o ataque ao *Santa Maria* não era apenas, como poderia parecer, “um problema português”. De facto, tratava-se de um “problema amplo e muito sério no sentido bilateral e internacional mas um problema interno para Portugal, onde o Governo estava firme e era popular.” Não se poupava nos argumentos e os factos confundiam-se com desejos, a que se seguia a exposição de uma teoria conspirativa engendrada em Londres. Assim, a atitude a inicial norte-americana, francesa e brasileira, entendida por Lisboa como de cooperação, e que entretanto esmoreceu, não passava de uma consequência da intervenção britânica de desencorajamento. Finalmente, Franco Nogueira esperava que o Governo de Sua Majestade fosse à Câmara dos Comuns considerar o acto como de pirataria e manifestar em consequência o seu apoio às autoridades portuguesas, nem que fosse porque um êxito ainda que parcial de um acto deste tipo apenas poderia funcionar em favor do Comunismo – apesar das autoridades portuguesas não pensarem que esta acção específica fosse da responsabilidade de comunistas. A insatisfação manifestada por Franco Nogueira ao seu interlocutor britânico rematava com uma crítica à simpatia por Henrique Galvão que tanto a B.B.C. como vários jornais britânicos tinham demonstrado, ou ainda pelo facto de um tal Cabral, um “renegado” goês, ter sido convidado por alguns parlamentares trabalhistas para participar numa reunião no Parlamento.⁴³³ Na verdade, em poucos dias, aqueles que deveriam ser em potência os dois principais aliados de Portugal após o assalto ao *Santa Maria*, tinham passado de um apoio quase incondicional (em que não apenas

⁴³² “The sources which give rise to doubt as to whether piracy has been committed are: Article 15 of the 1958 Convention on the High Seas read in conjunction with article 39 of the Report of the Eight Session of the International Law Commission 1956 (A/3, 159) and paragraph 1 (vi), paragraph 4 and paragraph 6 of commentary of the latter article.” “Memorandum on Piracy”, s.d.. FO179/584.

⁴³³ “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office,” 27 de Janeiro de 1961. Telegrama n.º 48.. FO179/584. Transitoriamente, pelo menos, o Governo britânico parecia estar em maus lençóis. Um porta voz da marinha de guerra norte-americana afirmara entretanto que os seus navios agiam no decurso da crise ao abrigo “dos termos bem definidos da Lei Internacional que governavam a pirataria e a insurreição a bordo de um navio”. Telegrama n.º 85, Confidencial. Do Foreign Office para a Embaixada britânica em Lisboa, 25 de Janeiro de 1961 (na verdade, o conteúdo do telegrama era dirigido a Washington e repetido para informação à Embaixada em Lisboa). FO179/584.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

empenhavam meios navais e aéreos na caça ao navio, como condenavam invariável e veementemente o acto), para uma posição de ambiguidade em que factos e argumentos jurídicos eram utilizados com objectivos políticos.⁴³⁴ De facto, no curto prazo, nem o Governo de Londres nem o de Washington queriam aparecer aos olhos das respectivas opiniões públicas como muletas de um regime ditatorial e, portanto, como cúmplices na repressão de um acto que não poucos consideravam, no mínimo, heróico. E isto era tanto mais irónico, como reconheceu o embaixador britânico em Lisboa, pelo facto de o Governo português ter decidido que o termo “pirataria” era o *slogan* que melhor poderia servir os seus objectivos na cena política internacional. Ou seja, ao classificar precipitadamente o assalto ao *Santa Maria* como um acto de pirataria, sem ter em conta a legislação internacional sobre a matéria, o Governo português pensou poder aproveitar, em seu benefício, os acontecimentos trágicos protagonizados por sectores minoritários das oposições portuguesa e espanhola. Esta atitude revelou conter um duplo risco. Em primeiro lugar, o *slogan* poderia não pegar no exterior, sobretudo junto das opiniões públicas que interessavam – a norte-americana e a britânica –, o que por si era arriscado. A ideia era fazer com que os Governos daqueles dois países, pressionados por um público impressionado pelos acontecimentos e rejeitando-os moral e politicamente, apoiassem as posições portuguesas. Não resultou. Foi a primeira desilusão. Em segundo lugar, o erro jurídico e também político de classificar o acto como pirataria, jurídica e politicamente insustentável, mantinha o Governo português numa situação indefensável aos olhos da opinião pública internacional e dos seus parceiros. Em resumo, por um lado tinha que deixar de classificar o acto como de pirataria. Por outro, tinha de encontrar uma solução para não perder a face.⁴³⁵

Durante toda a crise do *Santa Maria*, Theotónio Pereira teve um papel destacado. Embora não subsista, que se conheça, qualquer documentação em arquivos portugueses que registe os passos por si dados para ajudar a resolver os problemas que se iam apresentando e acumulando, a verdade é que se tratou de uma das faces mais visíveis do poder enquanto o *Santa Maria* não regressou a Portugal, o que veio a suceder a 16 de Fevereiro. Desde logo, apareceu pontualmente, perante a imprensa portuguesa e internacional, para apresentar o ponto de situação da crise e os objectivos do Governo português. Por outro lado, foi apontado como

⁴³⁴ Num telegrama redigido no Foreign Office e enviado para a Embaixada britânica em Lisboa, em que se juntavam argumentos que rebatiam as queixas portuguesas sobre o comportamento do Governo de Sua Majestade, o auxílio militar e político prestado era classificado como sendo “por razões jurídicas e humanitárias”, sem qualquer ligação com motivações políticas. “Do Foreign Office para a Embaixada do Reino Unido em Lisboa” 31 de Janeiro de 1961. Telegrama n.º 137. FO179/585.

⁴³⁵ Telegrama n.º 85, Confidencial. Da Embaixada britânica em Lisboa para o Foreign Office, 25 de Janeiro de 1961. FO179/585.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

uma das personagens do regime que mais procurou rentabilizar os muitos contactos pessoais, políticos e jornalísticos que tinha, sobretudo nos meios anglo-americanos.⁴³⁶ Naquela data, justamente, esteve ao lado de Salazar em Alcântara para receber o *Santa Maria*, não podendo ter sido ignorado pelos cerca de 100 mil portugueses que se terão deslocado ao porto de Lisboa para vitoriar a chegada daquela espécie de navio mártir. Mesmo que tal ajuntamento tivesse sido conseguido à custa do encerramento, durante a tarde, do comércio e dos serviços públicos, a verdade é que toda a encenação, organizada em torno desta chegada e acostagem do *Santa Maria*, acabou por ser favorável ao regime. Embora o entusiasmo da multidão não tivesse sido inicialmente muito evidente, com o começo dos discursos e da proliferação de palavras de ordem, a que se juntou, primeiro a possibilidade e, depois, a efectiva presença de Salazar no exterior e no interior do navio, o evento conseguiu de facto arrebatá-lo o povo presente. Pelo meio tocou-se e cantou-se a *Portuguesa*, subindo Salazar a bordo no meio daquilo que pareciam ser “demonstrações genuínas de afeição e admiração popular.” As palavras que proferiu ao abandonar o navio – “O *Santa Maria* está outra vez connosco. Obrigado portugueses!” –, espontâneas ou preparadas, provocaram enorme emoção e foram muito mais eficazes junto da multidão reunida à beira rio em Alcântara, do que um discurso mais ou menos formal, mais ou menos extenso.⁴³⁷

Esta iniciativa de recepção ao *Santa Maria*, com uma aparição em público do Presidente do Conselho – acontecimento raríssimo –, e a mobilização dos jornais durante toda a crise e no seu rescaldo em torno do regime, não pode deixar de ser vista como uma manobra de propaganda aguardada, mas não particularmente previsível porque muito bem preparada. Tendo na altura o Ministério da Presidência na sua dependência funcional o SNI, a RTP e a EN, e conhecendo-se o passado político de Pedro Theotónio Pereira, não é de afastar a possibilidade de lhe ter cabido alguma responsabilidade pela forma como foi conduzida do ponto de vista da informação, contra-informação, desinformação e propaganda toda a crise e o seu desfecho. Aliás, a extrema direita do salazarismo louvou, na sequência da crise do *Santa Maria*, o facto de

⁴³⁶ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise de Uma Aliança*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 48.

⁴³⁷ “Da Embaixada do Reino em Lisboa para o Earl of Home”. 22 de Fevereiro de 1961. Despacho n.º 15. FO179/585. “Depois do paquete ‘*Santa Maria*’ ter atracado ao cais estação marítima de Alcântara, sr. presidente do Conselho entrou a bordo e cumprimentou o respectivo capitão, sr. comandante Mário Simões Maia, a quem felicitou, bem como toda a tripulação.

A multidão que se juntou no largo fronteiro à Estação de Alcântara aclamou o sr. dr. Oliveira Salazar, que foi ali recebido pelos srs. ministros da Presidência, do Exército, da Marinha e das Comunicações e outros membros do Governo, almirantes Sousa Uva, chefe do Estado-Maior da Armada; Newton da Fonseca, director-geral de Marinha e Henrique Tenreiro, inspector de Marinha; comodoro Vítor Duque, comandante da base naval de Lisboa; eng.º Pedro Nunes, director-geral do porto de Lisboa, muitos oficiais superiores da Armada e outras entidades.

Momentos depois de entrar a bordo, o Presidente do Conselho apareceu na ponte de comando do navio e, acompanhado pelo comandante Maia. Dali agradeceu as manifestações da multidão.” *Diário de Lisboa*, 16 de Fevereiro de 1961, p. 1.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

Pedro Theotónio Pereira ter escolhido, à sua chegada ao Ministério da Presidência, Jaime Ferreira para presidente da Direcção da Emissora Nacional. Para além dos “programas” terem “melhorado em alto grau, de dia para dia”, nela voltara a “observar-se mais acentuadamente” através das “diárias emissões” um “frémto nacionalista.” E, de facto, “na reportagem do triste caso do *Santa Maria*,” a emissora comportara-se “estupendamente”, destacando-se tanto Jaime Ferreira como Artur Agostinho. Para a direita mais nacionalista, a presença de Theotónio Pereira no Governo – desde logo pelas garantias dadas pelo seu passado⁴³⁸ –, devia ser “acarinhada por ser frutuosa em utilidades concretas para o Regime e reverdecer as esperanças e ideais dos descrentes e desiludidos.”⁴³⁹ Fosse como fosse, depois da saída Theotónio Pereira do Ministério da Presidência Jaime Ferreira foi imediatamente afastado por Salazar da Emissora Nacional, aparentemente por causa do seu nacionalismo destemperado.⁴⁴⁰

Ora independentemente daquele que tivesse sido o papel de Theotónio Pereira na gestão destes ou doutros assuntos durante o desenrolar da crise, e de pertencer a esta ou aquela sensibilidade, a verdade era que aos olhos da Embaixada britânica o ministro da Presidência fora a única individualidade do regime cuja “envergadura”, como consequência dos “acontecimentos das últimas semanas”, crescera consideravelmente aos olhos daqueles” que em Portugal “tinham e desejavam o poder”. E prosseguia a análise em termos muito favoráveis ao número dois na hierarquia do Governo:

It seems that he was mainly responsible for the handling of the Santa Maria affair in the Portuguese Cabinet and that he personally persuaded Dr. Salazar to go on board the Santa Maria on her return to Lisbon. Up to now Dr. Teotónio Pereira has tended to stand aside from the various individuals and factions who have been, and perhaps still are, jockeying for position in Portugal, although in his present position of Minister of Presidency, sometimes loosely and wrongly described as Vice Premier, he might seem to be chosen “heir apparent” of Dr. Salazar. People are already beginning to suggest that, having demonstrated his abilities in a time of crisis – Dr. Salazar had in fact been quite seriously ill with influenza after Christmas

⁴³⁸ “O Sr. Ministro da Presidência é uma alma moça, ardente de fé e amor nos destinos da Pátria. Quando estudante, distinguiu-se no Liceu e na Universidade pela coragem, pela combatividade, pela sinceridade de um ideário religioso e político que com António Sardinha discutira e fermentara. [...] Foi o galvanizador, quando Subsecretário das Corporações, do surto sindical e corporativo, anti-burguês e anti-plutocrático. Na pasta do Comércio e Indústria pôde definir, com equilíbrio e senso, os limites marginais do nosso capitalismo patronal [...]” *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. II, fascículo VI, Março de 1961, p. 48.

⁴³⁹ *Idem*, *ibidem*, pp. 48-49.

⁴⁴⁰ Segundo Costa Brochado, eram inquestionáveis as ligações de Theotónio Pereira à extrema direita do regime: “O *paspalhão sonoro* [Pedro Teotónio Pereira] como Ulisses Cortês gostava de lhe chamar, foi um dia homenageado no Porto, quando era Ministro da Presidência, pelas mesnadas monárquicas do Norte, num grande banquete em que, de súbito, um desconhecido, Dr. Jaime Ferreira, tomou a palavra, irrompendo em destemperados elogios a Teotónio Pereira, para concluir que ele era o futuro, que estava encontrado o chefe, etc., etc. Quando Marcelo Caetano se afastou da Causa Monárquica, os monárquicos voltaram-se para Pedro Teotónio Pereira, o qual não se fez rogado, posto que muito amigo de Marcelo, o excomungado...” Costa Brochado, *op. cit.*, p. 348. Manuel Maria Múrias, por sua parte, designou de “sorumbática” a passagem de Theotónio Pereira pelo Ministério da Presidência. Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 227.

“[...] explicar Portugal o melhor que posso.”

and was only convalescent when the Santa Maria was seized – Dr. Theotónio Pereira may provide the sort of leadership that will be necessary if Portugal is to acquire the “new look” that she needs to improve her position in the face of the world opinion adverse to the so-called Salazar dictatorship.⁴⁴¹

Sendo possível que Archibald Ross, o embaixador e autor do relatório citado e enviado para Londres, não estivesse a ser muito rigoroso na sua análise, uma vez que as suas fontes e a interpretação destas poderiam ter importantes limitações e deturpações, a verdade é que nada daquilo que transmitia aos seus superiores acerca do prestígio conquistado por Theotónio Pereira em certos sectores, como resultado do modo como gerira toda a crise, era inverosímil. Correndo o risco de cair em contradição, pode-se mesmo concluir que a maior prova da plausibilidade das afirmações proferidas pelo embaixador britânico e da fiabilidade das fontes que alimentavam os seus relatórios, esteve no facto de imediatamente após a resolução da crise Salazar ter pedido ao ministro da Presidência que se preparasse para voltar a Washington como embaixador.⁴⁴² Regressava ao exílio para voltar gravemente doente três anos mais tarde, já sem qualquer esperança de poder vir a suceder ao homem que servira quase ininterruptamente durante mais de trinta anos.

⁴⁴¹ “Da Embaixada do Reino em Lisboa para o Earl of Home”. 22 de Fevereiro de 1961. Despacho n.º 15. FO179/585. Na entrada do diário de Franco Nogueira para o dia 22 de Janeiro de 1961, pode ler-se: “Galvão e uns tantos apoderam-se do *Santa Maria*. Este episódio, se for politizado pelo mundo, vai no futuro ter repercussões. Lisboa ferve de boatos: remodelação ministerial, Salazar gravemente doente e desavindo com Thomaz, confusão. Uma trapalhada.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁴² O que sucedeu ainda em Fevereiro. Entrevista com José Júlio Pereira Cordeiro Blanco. Lisboa, 3 de Setembro de 2001.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Capítulo IX

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”¹

[O lama] Cruzou as mãos no regaço e sorriu, como um homem que obteve a redenção para si próprio e para os entes queridos.

Rudyard Kipling, Kim.

“Há de ser o que Deus quiser e cá marcho outra vez para a frente.”²

Na sequência da crise do *Santa Maria*, o antigo secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, escreveu ao seu ex. colega e ex. ministro dos Negócios Estrangeiros português, Caeiro da Matta, uma carta na qual teria manifestado toda a sua preocupação e amizade, a propósito daquilo que considerava terem sido as consequências dramáticas daquele “infeliz” episódio.³ Aproveitando a oportunidade, e muito provavelmente em concertação com Oliveira Salazar, Pedro Theotónio Pereira redigiu e fez seguir para os EUA uma carta pessoal na qual não se limitava a agradecer a Dean Acheson a amizade e a preocupação manifestada a Caeiro da Matta. Nesta missiva, o ainda ministro da Presidência recordou aquele que fora o último encontro pessoal entre os dois – o que sucedera em Londres –, mas também o momento da assinatura por Portugal do Pacto do Atlântico e os “quatro” anos que passara em Washington como embaixador. Alertando Acheson para o facto de ter entretanto passado a exercer as funções no Governo, lamentava-se, aparentemente de forma repentina e inesperada, de ter sido notada em Lisboa uma mudança substancial de atitude dos EUA em relação a Portugal. Tal

¹ Cornélio Nepote (Nepos), IV, *Pausânias*, II, 3.

² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 21 de Junho de 1961 (documento n.º 107). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125

³ Foi Caeiro da Matta quem, por assim dizer, abriu as hostilidades, ao escrever uma carta pessoal a Dean Acheson. Nela solicitava “a sua intervenção «no sentido de conseguir que a protecção que a armada dos estados Unidos deve dispensar aos passageiros do paquete *Santa Maria* abranja também a desafortunada tripulação, submetida à força por um bando armado, dominado por estrangeiros.” Excerto publicado pelo *Diário da Manhã* de 2 de Fevereiro de 1961 e citado em Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise de Uma Aliança*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 50.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

parecia-lhe estranho, mesmo que entretanto tivesse acabado de tomar posse um novo presidente – J. F. Kennedy –, uma vez que Portugal e o seu Governo tinham sido sempre amigos do povo e dos Governos norte-americanos, além de seus aliados na qualidade de País membro do Pacto do Atlântico. Indo direito àquilo que pareciam ser as razões da atitude da Administração Kennedy, Theotónio Pereira acrescentava:

The causes of this lack of understanding most probably lie in our policy in Africa. The long experience of the Portuguese in the dark continent prevents us from making lighthearted plans to abandon lands where we have been for many centuries and to sever ties with millions of loyal Portuguese. For us the problem is undoubtedly a different one from that which some other Europeans have had to face.

On the other hand, we see that the threat from the East is becoming steadily more dangerous. We know why Moscow radio attacks Portugal every evening and why all the pro-communists throughout the world were ready to applaud the attack on the Santa Maria. We stand for many things that are a serious obstacle to the plans of those who want to destroy western civilization.⁴

Por um lado, Theotónio Pereira admitia ainda que aquilo que se considerava ter sido uma falta de solidariedade dos EUA para com o Governo português, a propósito do assalto ao *Santa Maria*, não se devia à matriz autoritária deste, mas sim à sua política africana, o que era interpretado como uma tentativa ilegítima e irresponsável de levar os portugueses a abandonarem rapidamente os seus territórios africanos. Por outro, chamava a atenção de Acheson para o facto do comportamento da Administração Kennedy ser um passo dado no sentido de enfraquecer o bloco ocidental, revigorando o perigo comunista chefiado e patrocinado pela União Soviética. Queixando-se a Acheson daquela que fora a reacção de vários sectores da sociedade norte-americana aos acontecimentos do *Santa Maria*, a começar pelo teor das notícias e comentários reproduzidos pelos seus principais jornais, Pedro Theotónio Pereira dirigia-se-lhe sobretudo em termos estritamente pessoais. Fazia-o porque sendo tão precárias as circunstâncias que se estavam vivendo, o Governo a que pertencia necessitava de um “conselho experimentado” que permitisse que se pudessem vir a criar e desenvolver relações privilegiadas com certos “meios” norte-americanos. Este tipo de solução seria a única capaz de permitir inverter tão rapidamente quanto possível nos EUA um ambiente entretanto criado de hostilidade ao Governo português. Mas pedia-se ainda a Dean Acheson que perdesse algum do seu tempo valioso transmitindo as suas impressões sobre tudo o que se estava a passar, nomeadamente explicando o ponto de vista norte-americano e as razões daquilo que parecia ser mais do que uma mudança efectiva da atitude dos EUA em relação a Portugal. Assim, e referindo-se tanto ao assalto ao *Santa Maria*, como a essa inesperada mudança de atitude norte-americana,

⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Dean Acheson”, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1961. AOS/CP-213, fls.451-452. A cópia desta carta enviada a Salazar, encontra-se acompanhada de um cartão de Pedro Theotónio Pereira onde pode ler-se: “Fiz o melhor que pude.”

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Theotónio Pereira rematava a missiva escrevendo: “As a sincere friend of America I cannot help feeling profoundly disturbed by the recent turn of events.”⁵

Um mês mais tarde, Dean Acheson redigiu e enviou o seu comentário acerca do conjunto de temas sobre o qual Theotónio Pereira o interrogara. Apesar de, e muito justamente, aquele que fora secretário de Estado do presidente Truman, ter ganho a fama – antes, durante e após a vigência da Administração Kennedy –, de apoiante tácito das posições portuguesas naquilo que respeitava à sua política colonial, certo é que produziu um documento no qual aconselhava as autoridades portuguesas a abandonarem – na forma e no conteúdo –, essa mesma política colonial.⁶ Começando por comparar a situação que o Governo português vivia no início de 1961 com aquela conhecida pelas autoridades francesas no início da década de 1950, a propósito do começo da guerra na Argélia – quando também os franceses recriminaram os EUA por não darem o seu apoio à continuação da soberania de Paris naquele território norte africano –, Dean Acheson aconselhava Theotónio Pereira e o Governo português a não seguirem o caminho e a não repetirem os erros em que tinham caído aqueles aliados dos EUA na OTAN. Dean Acheson fez questão de começar por sublinhar que o sentimento e o ambiente de hostilidade em relação a Portugal, que começara por manifestar-se de forma intensa nos EUA a partir do episódio do *Santa Maria* e dos primeiros incidentes ocorridos em Angola em Fevereiro de 1961, eram uma espécie de inevitabilidade. Como já acontecera com a política francesa na Argélia, a “atitude do povo americano” tinha como base “duas tradições muito fortes”. Uma “tradição” libertária e uma “tradição de afinidade pelos oprimidos.” A “tradição” libertária, herdada do Reino Unido e da França, fizera com que os norte-americanos detestassem tudo aquilo que lhes parecesse significar a opressão de um povo por outro, o que os tornara forte e convictamente “anticolonialistas e anti-imperialistas”. Era verdade que tal atitude fazia com que os norte-americanos não se apercebessem nem reconhecessem os “benefícios” indiscutíveis que muitas vezes tinham andado a par do exercício do poder colonial, da mesma forma que ignoravam, na sua “impaciência”, a “grande dificuldade” que subjazia à “preparação de povos primitivos para a autodeterminação.”⁷ Segundo Acheson, aquelas características políticas estruturais dos norte-americanos haviam feito com que os EUA tivessem apoiado a independência das colónias espanholas no continente americano, concebessem a “Doutrina

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Sobre Dean Acheson, na qualidade de “«godfather of Portugal»”, Douglas Brinkley, *Dean Acheson. The Cold War Years. 1953-71*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1992, pp. 303-305 e Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 171-181.

⁷ A este propósito acrescentava: “Today the Congo has awakened many Americans to the extent of this problem.” “Carta de Dean Acheson para Pedro Theotónio Pereira.” 27 de Março de 1961. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP).

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Monroe” – uma tentativa de “excluir o colonialismo” do hemisfério ocidental –, protagonizassem uma guerra com a Espanha em 1898 – cujo o objectivo teria sido proporcionar a independência a Cuba e às Filipinas –, ou, finalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, o exercessem uma pressão constante sobre os britânicos com o objectivo destes acelerarem a outorga de independência à Índia. Ainda nesta linha, Acheson recordava a “tradição de afinidade” dos norte-americanos pelos povos “oprimidos”, nomeadamente a propósito de acontecimentos como a “grande imigração irlandesa depois da fome da batata em 1848” – que fizera com se reforçasse nos EUA um forte sentimento anti-inglês –, da simpatia manifestada em favor dos *boers* durante o conflito pós-1898 na África austral, ou pelos japoneses, em 1904, durante a sua guerra contra a Rússia, mas também por uma China fraca contra um Japão forte e arrogante depois de 1931.

Uma e outra característica, recordava o antigo secretário de Estado, faziam parte da natureza do País e nunca mudariam, o que, aliás, considerava ser um capital político muito importante numa altura em que a União Soviética se constituía, do seu ponto de vista, numa ameaça que quotidianamente se materializava na “conquista e na coerção.” Ou seja, todos os povos poderiam ter a certeza de que a América nunca desertaria, deixando-os à mercê dos soviéticos. Por isso, e naquilo que era realmente importante, Dean Acheson propunha que não podendo ir a América ao encontro do que eram os interesses, as políticas e a tradição dos portugueses – como já sucedera com franceses ou com britânicos –, fossem estes a adoptar políticas que correspondessem, ou pelo menos se aproximassem, das expectativas norte-americanas. Para que assim pudesse ser, o Governo português não podia fazer outra coisa que não fosse adoptar medidas que “atacassem” o “problema” de forma “prática” e “construtiva”. Para melhor explicar a sensatez da sua proposta, recordava a Theotónio Pereira qual fora o procedimento adoptado pelos franceses quando confrontados com problema idêntico àquele com que os portugueses se confrontavam, e quais tinham sido os resultados da sua opção.

If some one is at work on a problem and getting somewhere, we are impatient with those who wish to hamper him for ideological differences. So I said to M. Schuman and the others that if they had a plan and would announce it and go to work on it, they would gain American popular and governmental sympathy and support. But they did nothing of the sort. Instead they talked like lawyers and mystics. They said that since Algeria was a part of metropolitan France, it was wrong for anyone but Frenchmen to talk about it. This seemed to me a nonsequitur piled upon anachronism. Any non-French child who looked at the map knew that Algeria was part of Africa and not part of Europe. [...]

I urged M. Pinay to get on with a program in North Africa and, if he needed help of any sort, to let us know. But I also assured him that to take position that nothing was wrong and that, if everyone stopped talking, all would be well, would convince no one in North America and would make it impossible for France's friends –

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

and there were millions of them – to do anything of a practical nature to get on with a difficult and costly job.⁸

O resultado do imobilismo francês acabou por resultar em desperdício de recursos, “derramamento de sangue” e no quase desaparecimento do prestígio da França no Norte de África. Finalmente, e segundo Acheson, de modo a resolver capazmente a crise, De Gaulle deixara progressivamente de se referir à Argélia como sendo parte da França, encontrando-se, entretanto, já à beira das “negociações mais delicadas e críticas” que podiam decorrer em qualquer parte do mundo.⁹ Resumindo, aquilo que Dean Acheson queria que Theotónio Pereira e outros governantes portugueses percebessem, era que não havia nada nos EUA que se “dirigisse contra Portugal enquanto Portugal”, reflectindo qualquer tipo de hostilidade e de uma grande potência em relação a um pequeno País. A atitude norte-americana era apenas a expressão de um comportamento com raízes históricas definidas. Por isso, e tendo também em conta aquilo que acontecera recentemente nas Nações Unidas, com os EUA a apoiarem no Conselho de Segurança uma resolução proposta pela Libéria e que se aprovada condenaria a política colonial portuguesa¹⁰ – como consequência dos acontecimentos ocorridos em Angola em Fevereiro de 1961 –, Dean Acheson considerava que o importante era que Portugal substituísse palavras por actos enquanto pedra angular da sua política.

Assim, e independentemente daquilo que os EUA julgavam ser, segundo Dean Acheson, as pretensões expansionistas da União Soviética – através da exportação do Comunismo – em África e na América Latina, ou de o continente africano viver entre o “fascismo protestante do Dr. Verwoerd” e o caos instalado no Congo, Portugal deveria tão rapidamente quanto lhe fosse possível encetar um conjunto de reformas que, por um lado, demonstrassem a intenção de elevar significativamente as condições de vida população africana, nomeadamente com a tomada de medidas concretas no plano económico e educacional. Mas por outro lado, estas medidas só poderiam ser eficazes, diminuindo as críticas internas e externas ao colonialismo luso, se as populações africanas fossem, progressiva e activamente, convidadas a participar no programa de reformas. Finalmente, o esforço “civilizador” do continente africano que competiria primacialmente à Europa, devia ser, senão repartido, pelo menos discutido entre parceiros. Isto

⁸ Idem, *ibidem*. Destaque nosso.

⁹ Sobre a Guerra da Argélia e as negociações que conduziram à outorga da independência àquele território a 3 de Julho de 1962, Alistair Home, *A Savage War of Peace: Algeria, 1954-1962*, 2ª. ed., s.l., Papermac, 1996; Raymond F. Betts, *France and Decolonisation, 1900-1960*, s.e., s.l., Macmillan, 1991, pp. 102-114; Henri Grimal, *La décolonisation de 1919 à nos jours*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d., pp. 311-323. Sobre as negociações entre as autoridades gaulesas e os independentistas argelinos, vejam-se as memórias do delegado geral do Governo francês na Argélia. Jean Morin, *De Gaulle et l'Algérie: Mon témoignage, 1960-1962*, s.e., Paris, Albin Michel, 1999.

¹⁰ O projecto de resolução foi derrotado com as abstenções da França, Grã-Bretanha, China (Formosa), Chile, Equador e Turquia. Os cinco votos favoráveis pertenceram ao Ceilão, EUA, Libéria, República Árabe Unida e URSS. Nas votações de CS as abstenções contam como votos contrários.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

é, Acheson aconselhava o Governo português a buscar auxílio e até a discutir políticas com os seus aliados e amigos. Seria essa atitude que deveria ser adoptada e não aquela que os portugueses estavam a seguir. Esta correspondia afinal àquela que durante muito tempo os franceses tinham seguido, caracterizada pela tentativa de garantir aprovação para aquilo que não passavam de “posições ideológicas de um aliado” e que, por isso, ninguém estava em condições de apoiar. E sentenciava:

If we can agree on the road for half the distance, do not let us fall apart because we are not agreed on the proper for road far ahead. This requires some tolerance and adjustment on all sides.

This suggestion is, I am quite aware, a typical American and pragmatic one. It will seem quite intellectual to many who must be guided by doctrine from where they are to the farthest goal. I don't believe an alliance can work that way. The common denominator of agreement can be adequate for immediate tasks. It will not chart a far distant course. But it is our good fortune that the future comes one day at a time.¹¹

Os conselhos e a opinião de Acheson apostavam numa solução moderada e faseada do problema colonial português em África, uma vez que assentavam em concessões feitas tanto da parte dos EUA como de Portugal. Propunha o início de uma política colonial reformista por parte do Governo de Lisboa e na atracção dos aliados de Portugal para o esforço de desenvolvimento económico e social que deveria ser levado a cabo nos seus territórios africanos. Em grande parte, as propostas foram ignoradas por Salazar. Por exemplo, na conversa que manteve com Franco Nogueira, justamente no dia em que lhe dirigiu o convite para assumir as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, ficaram definitivamente traçados os termos em que a política externa portuguesa iria ser prosseguida, não havendo nela, aparentemente, margem para qualquer transigência. O próprio Franco Nogueira, corroborando o pensamento do presidente do Conselho, “não tinha dúvidas [...] de que a política ultramarina era correcta, e a que mais convinha aos interesses nacionais;” confirmando que se “bem usados, com tenacidade, frieza, lucidez”, os “meios” disponíveis “deveriam ser bastantes para a vitória, ainda que a longo prazo”. Por último, voltava a não ter “dúvidas de que, perante valores tão imensos e tão vitais, todo o esforço valia a pena”, sublinhando que Portugal e o seu Governo não deviam “em nenhum caso” renderem-se “sem luta.”¹² Para Salazar, por outro lado, e ao contrário de Acheson, pareciam-lhe transitórias algumas das dificuldades, quando, na verdade, eram permanentes.¹³ Mas independentemente disso, em Abril de 1961 sabia estar apenas que o País e o regime se encontravam em condições de “tentar”. A Franco Nogueira disse-lhe:

«[...] E vamos ver, vamos tentar. Quanto tempo duraremos? Quanto tempo duraremos? Não sei. Três meses? Seis meses? Sobre a política não tenho dúvidas ou hesitações; mas até onde poderemos ir?»

¹¹ “Carta de Dean Acheson para Pedro Theotónio Pereira.” 27 de Março de 1961.

¹² Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986, p. 15.

¹³ *Idem ibidem*, pp. 14-15.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Veremos. Mas isto é só para nós. Para a opinião pública, para o país, só temos certezas e confiança. Quando encontrarmos um obstáculo intransponível, então reconsideraremos. Mas temos de partir do princípio de que venceremos todos os obstáculos.»¹⁴

E depois, num sinal claro de que nunca, sob a sua chefia, o Governo transigiria, aproximando-se de soluções como aquela que Dean Acheson adiantara em carta a Theotónio Pereira, e que a missão do subsecretário George Ball a Lisboa no Verão e no Outono de 1963, viria em grande medida tentar concretizar, Salazar avisava Franco Nogueira:

«[...] sentado nessa cadeira, [...] o general Botelho Moniz dizia-me que tínhamos de ceder, ou ao menos fingir que cedíamos, em face das pressões americanas ou outras, e ao menos pintar a fachada das cores que eles quisessem. Como se os outros se deixassem convencer com fingimentos! Histórias! Não podemos ser ingênuos, nem julgar que os outros o são.»¹⁵

Sendo evidente logo depois do episódio do *Santa Maria* e dos primeiros incidentes em Angola que as políticas externa e colonial do Governo português se manteriam, no essencial, idênticas àquilo que vinham sendo desde que terminara a Segunda Guerra Mundial, alguns ajustes táticos deveriam ser postos em prática. Fazendo uso da sua experiência como diplomata e dos contactos que a sua longa carreira de embaixador e de homem de negócios lhe tinham proporcionado junto de meios influentes nos EUA,¹⁶ mas pondo também em prática a sua longa experiência política junto dos *media*, Theotónio Pereira foi o arquitecto de uma iniciativa que teve como objectivo contactar e contratar uma empresa de relações públicas capaz de apresentar e desenvolver um conjunto de iniciativas que fizesse com que melhorasse drasticamente nos EUA a imagem, a projecção, de Portugal e das suas políticas na vertente externa e colonial, nomeadamente tentando passar uma imagem positiva do salazarismo enquanto regime e do colonialismo português enquanto política, ideologia e realidade histórica.

Dai que uma das vertentes mais visíveis e originais da ofensiva política portuguesa nos EUA após o assalto ao *Santa Maria*, feita com interferência directa de Pedro Theotónio Pereira, foi o esboçar e posterior lançamento de uma política de “relações públicas” que, fazendo uso da contratação de uma empresa especializada, tinha como objectivo não só apresentar em novos moldes a política do Governo de Lisboa em África, mas fazê-lo através da constituição de um *lobby* que, junto da Administração e, sobretudo, do Congresso e da imprensa, apresentasse a legitimidade e a bondade das atitudes assumidas em Lisboa.¹⁷ Imediatamente depois do incidente com o *Santa Maria*, e com o acordo de Oliveira Salazar, o ministro da Presidência contactou uma empresa especializada nesse tipo de iniciativas. Num curto espaço de tempo veio

¹⁴ *Ibidem*, p. 15.

¹⁵ *Ibidem*, p. 16.

¹⁶ Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., pp. 275-276.

¹⁷ Entrevista com José Júlio Pereira Cordeiro Blanco. Lisboa, dia 3 de Setembro de 2001.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

a primeira resposta. Propunha-se a compra em vários jornais, mas sobretudo no *Evening Star* (o vespertino da capital federal dos EUA mais lido pelo público norte-americano naquela cidade, mais citado nos trabalhos do Congresso e com maior número de assinantes entre os funcionários do Governo federal), de um suplemento sobre Portugal. No *Evening Star* poderia o Governo português, com toda a liberdade, publicitar aquela que era a sua versão da realidade política, económica e social existente no País, tanto na metrópole como nos territórios ultramarinos. No mesmo relatório, chamava-se depois a atenção para as vantagens que se poderiam retirar da criação de uma “União Americana dos Amigos de Portugal”. A mesma empresa produziu um memorando sobre aquela que poderia ser a melhor “forma” de actuação junto do Congresso e sobre a melhor maneira de se “conseguir maior informação” acerca da maneira como “os problemas ultramarinos portugueses” eram tratados pela Câmara dos Representantes e pelo Senado. Finalmente, a empresa consultada discorria sobre a “possibilidade” de se vir a “utilizar a cinematografia comercial como via de acção” junto da “opinião pública americana no sentido de a esclarecer sobre a política ultramarina portuguesa, e as razões históricas e espirituais, jurídicas e estratégicas da presença de Portugal nos seus territórios; e sobre o valor destes na defesa do Mundo Ocidental.”¹⁸

No rescaldo da crise do *Santa Maria*, Pedro Theotónio Pereira teve com Salazar algumas conversas acerca das renovadas dificuldades sentidas pelo regime na frente externa. Da constatação daquela que era essa nova realidade saiu a decisão de, mais uma vez, deixar o Governo e rumar a um posto diplomático que assumia importância acrescida depois de se ter alterado substancialmente o estado das relações luso-americanas. Theotónio Pereira era uma escolha lógica pelo facto de ser um conhecedor dos meios políticos norte-americanos, do modo como funcionavam os seus meandros, por ter experiência diplomática, de ser uma figura de grande prestígio junto da colónia portuguesa radicada nos EUA,¹⁹ de se tratar de uma personalidade da confiança política de Salazar e de, provavelmente, poder constituir-se numa sombra ao presidente do Conselho no caso de continuar em Portugal exercendo, ou não,

¹⁸ “Memorandum sobre o plano preparado por ‘The Two World International Advertising Trust Reg.’ para uma acção geral de relações públicas nos Estados Unidos da América [...]”. S. d.. AOS/CP/213, fls. 456-472. Convém sublinhar que Dean Rusk, o secretário de Estado norte-americano, aconselhou o Governo português a fazer “propaganda nos Estados Unidos para esclarecer e persuadir uma opinião pública americana que é hostil à política portuguesa em África.” Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, s.e., Braga-Lisboa, Ed. Intervenção, 1979, p. 61.

¹⁹ Tal como sucedera no Brasil, em 1946 e em 1947, e nos EUA, entre 1947 e 1950, Theotónio Pereira teria o papel de não permitir que os portugueses radicados nos EUA não só não se desinteressassem pelo destino político do salazarismo, como se mobilizassem em torno das suas opções em matéria de política externa e colonial, partilhando com o Governo em Lisboa a mesma preocupação pelos destinos dos territórios ultramarinos portugueses. Mobilizá-los para esta causa era essencial. Fazer com que se preocupassem com ela como se preocupavam pelos destinos do Portugal metropolitano, insular e da diáspora espalhada pelos quatro cantos do mundo, era outra das tarefas do novo embaixador em Washington.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

funções governativas. Depois do papel de destaque e da eficácia que mostrou na gestão da crise política interna e externa suscitada pela operação comandada por Henrique Galvão em Janeiro (ver capítulo VIII), e sendo cada vez mais uma alternativa teórica a Salazar junto de sectores conservadores do regime,²⁰ a sua ida para Washington apenas trazia vantagens a Salazar. Se para a remodelação governamental de Maio de 1961, ainda houve quem propusesse a Oliveira Salazar a nomeação de Pedro Theotónio Pereira para a pasta dos Negócios Estrangeiros,²¹ a verdade é que Salazar tinha já feito a sua escolha e seria para Washington e não para as Necessidades que o ministro da Presidência rumaria.²²

Tendo cessado funções de ministro da Presidência a 22 de Junho – ficando concluída a remodelação do Governo iniciada a 13 de Abril e prosseguida a 4 de Maio – , tomou posse como embaixador a 1 de Julho. Ainda assim tardou um pouco mais de um mês a sua partida para Washington.²³ Apenas a 6 de Agosto, a bordo do paquete *Vulcânia*, rumou em direcção à capital dos EUA. O próprio facto de ter seguido a bordo de um navio era um sinal claro de que não havia pressa em chegar ao seu posto. Mais tarde confessou que quando partiu para Washington seguia “cheio de esperança e de sentimentos de simpatia para com os Estados Unidos, pronto

²⁰ Mesmo que não seja sempre fácil arrumar Theotónio Pereira no seio das chamadas famílias político-ideológicas que compunham o Estado Novo, a verdade é que depois do seu regresso de Londres se tomou num dos mais fervorosos adeptos da sua ortodoxia, apoiando as opções de política externa e ultramarina e louvando a bondade genérica dos princípios político-ideológicos em que assentava a Constituição de 1933. Numa das publicações que mais se pode identificar com a extrema direita do salazarismo, liam-se comentários sobre o ministro da Presidência que mostravam identidade de pontos de vista e aprovação de posições. A propósito da sua visita à Índia e ao Paquistão, escreveu: “Ouvimos enlevados, as palavras fervorosas de Pedro Theotónio Pereira que continua a ser, como nos tempos de António Sardinha, um combate da boa doutrina. Ele não mudou nem se transformou. Continua a ouvir na sua alma a melodia lusiada que entusiasmou Nun’Álvares. Por isso, nós o acarinhámos, o estimámos, o compreendemos e seguimos. Tem uma qualidade rara: é fiel às ideias e aos homens. Nunca traiu. Nunca desanimou. É inteiriço e autêntico. Pisando emocionado o solo heróico de Goa, rezando com fé junto do túmulo do Apóstolo das Índias, perorando com entusiasmo às gentes daquelas acres paragens onde Afonso de Albuquerque acendeu a labareda mais alta da Portugalidade, o sr. Ministro da Presidência representou condignamente Portugal. [...] Ele ouviu, nas costas do Oceano Índico, a voz dos mortos e dos vivos, concitando-o à peleja quotidiana. [...] Nós não podemos transigir nem parar nem desanimar nem alterar o rumo!” *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. I, fascículo III, Janeiro-Fevereiro de 1960, pp. 224-225.

²¹ “Albino dos Reis recomenda um regresso a personalidades já experimentadas e com nome no país; Paulo Cunha ou Pedro Theotónio para os Estrangeiros; Rebelo de Sousa para o Interior; e acha que para o Ultramar seria preferível Sarmiento Rodrigues a Adriano Moreira.” Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., p. 251. Soares da Fonseca, numa carta enviada a Salazar, defendia que os Negócios Estrangeiros deviam ser entregues a Theotónio Pereira ou a Supico Pinto. Argumentava que Franco Nogueira era um homem de Marcello Mathias e não tinha “formação nacionalista.” Idem, *ibidem*, p. 256n.

²² Nas Necessidades ficou Franco Nogueira que fora cônsul-geral em Londres quando Theotónio Pereira exerceu as funções de embaixador junto da Corte de St. James.

²³ Nesta altura o Departamento de Estado descrevia Pedro Theotónio Pereira como “fundamentalmente aristocrático [...] charmoso e bem parecido, [...] capaz de monopolizar uma conversa com anedotas e histórias.” Classificavam-no ainda como “um fanático velejador” que possuía o “seu próprio iate.” Citado em José Freire Antunes, *Os americanos e Portugal. 1961. Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, s.e., s.l., Difusão Cultural, s.d., p. 267. Kennedy que possuía a sua embarcação e parte da Casa Branca decorada com objectos evocativos da vida no mar – peixes embalsamados e miniaturas dos mais variados tipos de embarcações –, tinha em comum com Theotónio Pereira o fascínio e a paixão pelas coisas do mar. Veja-se a descrição deste ambiente em Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, s.e., Braga-Lisboa, Ed. Intervenção, 1979, pp. 63-64.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

para se devotar uma vez mais com toda a boa vontade ao estreitamento dos laços de amizade e compreensão entre os dois países, e que levava instruções” do seu “Governo para explicar” até ao limite dos “seus poderes o caso português e fazer compreender as razões válidas que militavam” a favor de Portugal.²⁴

Já instalado, e ao contrário do sucedido em 1947, esperou semanas para entregar credenciais ao presidente Kennedy. Apesar de, antes da sua partida para Washington, Theotónio Pereira ter mantido com Charles Elbrick, o embaixador dos EUA em Lisboa, uma conversa que considerou útil e de certa maneira desanuviadora do ambiente crispado existente entre os Governos dos dois Países,²⁵ a verdade é que em Washington teria de aguardar algumas semanas para ser chamado à Casa Branca e aí entregar as suas credenciais ao presidente Kennedy, o que sucedeu a 15 de Setembro.²⁶ Não só esperou mais de um mês para que o presidente encontrasse espaço na sua agenda para o receber, como foi diplomaticamente humilhado. O novo embaixador da União Indiana nos EUA, chegado a Washington depois de Theotónio Pereira, aguardou apenas uma semana para ser recebido na Casa Branca. Se alguma dúvida houvesse no espírito do embaixador português quanto ao tipo de ambiente prevalecente na Administração Kennedy em relação a Portugal, certamente que se dissiparam. “Obviamente”, e por contraste com aquilo que tinha acontecido durante a primeira passagem de Theotónio Pereira por Washington, o Governo português tinha “caído em desfavor.”²⁷ Mas não era totalmente verdade, uma vez que numa carta – terá sido talvez a primeira –, que enviou directamente para Salazar algumas semanas depois de ter chegado à capital dos EUA, recordava que Portugal sempre lutara com uma certa impopularidade naquele País, além de que sempre fora muito pouco hábil em matéria de relações públicas. Por outro lado, e isso era previsível, Theotónio Pereira sublinhava as dificuldades que ele próprio estava a ter para se readaptar.²⁸

Chegado a Washington, e pelo menos durante o que restava de 1961 e todo o ano de 1962, Theotónio Pereira não tardou em constatar os resultados práticos daquilo que tinha sido a chegada ao poder de uma nova geração de norte-americanos. Eram precisamente aqueles que,

²⁴ “Oral History Statement by Pedro Theotónio Pereira made by response to a series of questions by Joseph E. O’Connor.” Lisboa, 18 de Dezembro de 1966. National Archives and Records Administration – John Fitzgerald Kennedy Library, Boston (NARA-JFKL).

²⁵ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 136.

²⁶ Um resumo dos discursos feitos por Theotónio Pereira e John F. Kennedy durante a entrega das credenciais, encontra-se em José Freire Antunes, *op. cit.*, pp. 281-282.

²⁷ “Oral History Statement by Pedro Theotónio Pereira made by response to a series of questions by Joseph E. O’Connor.” Lisboa, 18 de Dezembro de 1966. *Loc. cit.*

²⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Washington, 5 de Setembro de 1961. AOS/CD-19, fls. 191-196.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

ao contrário de Truman, durante a Segunda Guerra Mundial não tinham tido responsabilidades políticas mas sim cumprido o seu dever de cidadãos-soldados. Em 1961, o universo político norte-americano mudara quase que radicalmente. É verdade que não desaparecera o forte sentimento anticomunista que em grande medida condicionara a política externa dos EUA nos anos em que Theotónio Pereira fora pela primeira embaixador em Washington. Nesse ponto, os EUA de 1949 não eram muito diferentes do de 1961. Simplesmente a presença do anticomunismo na nova Administração norte-americana passara a produzir outros efeitos. Ainda que repleta de ideologia, a política externa de Kennedy integrara outras realidades e adoptara um discurso e uma prática francamente liberais que no domínio externo, embora disposta a enfrentar os desafios colocados pela União Soviética e pelo Comunismo, nada tinha do conservadorismo, mesmo que relativo, que caracterizara as antigas administrações Truman (sobretudo) e Eisenhower.²⁹ Mas independentemente da expressão externa de uma nova era da política norte-americana projectada pelos democratas liderados por Kennedy – e que tão profundamente estava a afectar os interesses portugueses nos seus territórios africanos e a própria estabilidade do regime conduzido por Salazar –, era a dimensão interna da política da nova Administração que merecia, também, uma particular atenção por parte de Pedro Theotónio Pereira, condicionando inclusivamente a sua acção. Sendo a sociedade norte-americana, pela sua natureza social e política, complexa e conflituosa, em 1961 ela parecia mais instável do que nunca, em grande medida como consequência não apenas do eventual agravamento natural das suas tensões internas mas, sobretudo, da política liberal conduzida a partir de Washington desde que J. F. Kennedy tomara posse.³⁰ E era isso que nunca se cansava de mandar dizer a Salazar ou a Franco Nogueira. Àquele, no rescaldo da publicação de um artigo seu no *The New York Herald Tribune*, em que abordara a situação em Angola, escrevia:

Sabe Vossa Excelência o que tem sido a minha luta aqui com esta terrível mentalidade progressista que rodeou o novo e jovem presidente. Há já sinais de que tem aprendido alguma coisa de definitivo nestes últimos meses mas prevejo que esta influencia má ainda venha a fazer alguns estragos antes de ser eliminada. Penso não me enganar dizendo que isto está a dar uma volta.³¹

Tanto sobre a política externa como sobre a política interna da nova Administração, Theotónio Pereira não pararia de se documentar. Rapidamente se apercebeu que outra coisa não estava a acontecer senão uma profunda divisão dos norte-americanos em torno do seu

²⁹ Sobre a política externa da Administração Kennedy, James T. Patterson, *Grand Expectations. The United States, 1945-1974*, vol. X, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 486-523.

³⁰ Sobre a conturbada aplicação do programa de política interna da Administração Kennedy, a chamada “Nova Fronteira”, idem, *ibidem*, pp. 458-485.

³¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Washington, 1 de Outubro de 1961. AOS/CD-19, fls. 197-206.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

presidente. Reconhecia que se tratava de um líder popular. Mas a sua popularidade, se por um lado lhe criava apoios relativamente alargados e indefectíveis, era causadora de fortes antagonismos junto dos sectores menos liberais e mais conservadores do panorama político norte-americano. Fora dos contactos oficiais que mantinha em Washington, foi para os críticos que Theotónio Pereira se virou e foi com eles e com o Governo português que procurou pôr em prática uma estratégia que, aproveitando as características da democracia americana e os anticorpos que Kennedy ia criando, reunisse apoios em torno da bondade e da legitimidade das posições de Portugal em África.

Durante os dois anos e alguns meses que passou em Washington, Pedro Theotónio Pereira enviou relatório sobre relatório, telegrama sobre telegrama, ofício sobre ofício, recorte de jornal sobre recorte de jornal, radiografando a política norte-americana pela anotação dos apoios, das críticas, das fraquezas, das forças, das divisões que a travessavam. Lia e fazia ler a imprensa liberal, a conservadora, ouvia jornalistas de todos os quadrantes, embora privilegiasse os conservadores. Mantinha contactos com políticos que tentava atrair para junto das posições portuguesas e estava atento às posições dos militares.³² Auscultava o impacto que resoluções adoptadas na Organização das Nações Unidas tinham na opinião pública norte-americana e de que forma os ataques do Departamento de Estado ao colonialismo europeu provocavam sucessivas críticas, o que sucedia por tantas vezes se considerar serem aqueles o caminho mais curto para destruir uma relação transatlântica por muitos considerada vital para a segurança dos EUA. Em finais de Setembro de 1961, enunciava a tese do jornalista do *New York Times*, Arthur Krock, segundo a qual a política externa de Kennedy não era capaz de convencer os “círculos responsáveis da Europa Ocidental.” O “cepticismo dos aliados dos Estados Unidos” estava tanto na suposta “convicção”, por parte da Administração Kennedy, segundo a qual seria possível à ONU “realizar a paz no mundo”, como no apoio entretanto dado pelos EUA à “política de subjugação do Catanga” pelo Congo. Finalmente, manifestava-se naquilo que seriam as críticas

³² Notava, por exemplo, que, segundo a imprensa, o general Van Fleet – “nomeado consultor do Departamento de Defesa em guerra de guerrilhas devido ao sucesso obtido na Grécia em 1948 contra os comunistas” –, “teria feito declarações criticando” a “política externa” de Kennedy e acusado Stevenson – o representante dos EUA na ONU – de “ser o inspirador dos fracassos que, como o de Cuba,” se desenhavam em Berlim, no Laos e no Vietname. “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 954. Washington, 2 de Novembro de 1961. AHDMNE. Repartição de Negócios Políticos. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1960/61. 2.º Piso. Maço 483. Armário 1. Proc. n.º 331,42. Dias mais tarde, Theotónio Pereira fazia notar que Van Fleet se retratara “perante Stevenson quanto às declarações anteriormente feitas que lhe atribuíam responsabilidade pelo fracasso da invasão de Cuba.” Mas por outro lado, sublinhava que era cada vez maior a “oposição nos meios militares à política da Administração.” Em editorial, o *Evening Star* teria comentado o facto de o major general Edwin A. Walker ter abdicado do “seu direito à reforma pedindo a demissão do exército a fim de poder levar por diante sem limitações oficiais a campanha que crê necessária para fortalecer a política deste país na luta contra o comunismo.” “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 968. Washington, 8 de Novembro de 1961. Loc. cit..

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

à “continuada confiança do Presidente em conselheiros” que defendiam “conceitos já ultrapassados pelos acontecimentos.”³³ No mesmo ofício, Theotónio Pereira relatava ainda “os três efeitos adversos obtidos pela política externa americana” e “que imporiam forte necessidade de revisão” já reclamada no próprio Departamento de Estado. Enunciados pelo chefe dos escritórios do *New York Times* em Washington – James Reston –, eles seriam o “descrédito junto dos aliados”, o “desinteresse mostrado pelos neutralistas [sic.] em Belgrado” e o “crescente criticismo por parte da oposição republicana.”³⁴

Em Novembro, causava impressão “o incidente ocorrido num almoço oferecido pelo Presidente Kennedy aos editores do Texas e noticiado” pela Associated Press. Um dos editores teria criticado duramente a Administração, ao ponto de ter declarado que os EUA necessitavam de “um homem a cavalo” capaz de conduzir a “Nação”, e que havia muita gente no Texas e no “Sudeste” a pensar que o presidente apenas “montava um triciclo da Carolina”. Independentemente de Kennedy ter estado à altura na resposta dada e de a maioria dos editores presentes no almoço não se identificarem com aquele comentário, verdade era que o incidente parecia não ser outra coisa senão a “expressão” da opinião de um importante “sector da opinião pública norte-americana.”³⁵ Escassos dias depois, Theotónio Pereira transmitia para Lisboa o teor das declarações públicas proferidas pelo subsecretário de Estado Chester Bowles, segundo as quais era crescente o número de nostálgicos do isolacionismo na opinião pública norte-americana. Portanto, apenas podia concluir com agrado que as declarações do subsecretário de Estado, assim como a existência de um maior ou menor desejo por parte de alguns sectores da opinião pública de um regresso ao isolacionismo, serem um sintoma da existência de “um certo espírito de desapontamento perante algumas orientações de que se não tem visto colher senão maus frutos”, o que teria levado “algumas personalidades americanas de relevo a denunciar vigorosamente os riscos do seu prosseguimento”, aconselhando embora um “fortalecimento da solidariedade da aliança ocidental e não o isolacionismo.”³⁶

Questões como a dos direitos da minoria negra no Sul dos EUA, que conduziram à intervenção do Governo federal nos assuntos internos de vários Estados, mereceram do embaixador Theotónio Pereira comentários em dois níveis. Num primeiro patamar, destacava

³³ Sobre a política da Administração Kennedy no Congo, veja-se o testemunho de Arthur M. Schlesinger, Jr., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*, s.e., Boston, Houghton Mifflin Company. 1965, pp. 574-579. Nele se faz uma referência às circunstâncias em que foi escrito o artigo de Arthur Krock (p. 577).

³⁴ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 863. Washington, 29 de Setembro de 1961. Loc. cit..

³⁵ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 971. Washington, 9 de Novembro de 1961. Loc. cit..

³⁶ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 976. Washington, 9 de Novembro de 1961. Loc. cit..

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

que apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração Kennedy no sentido de proteger internamente os direitos dos negros, a posição dos EUA junto dos países da África negra já independentes e da generalidade dos países latino-americanos não pararia de se degradar. Isto muito por causa da demonstração de impotência por parte da Administração, incapaz de resolver capaz e rapidamente o problema racial. Por outro lado, a profunda divisão dos norte-americanos brancos em torno da questão racial fazia com que, incontornavelmente, a sociedade norte-americana emergisse como ostensivamente racista. Já do ponto de vista interno, no segundo patamar dos seus comentários, parecia a Pedro Theotónio Pereira que a atitude da Administração parecia muito mais capaz de alienar a população branca – e não apenas no sul –, do que a atrair, em termos de apoio social e eleitoral, as massas negras. Aquilo que lhe parecia ser a arrogância e a demagogia dos líderes negros, e que Pedro Theotónio Pereira facilmente identificava, desclassificava aos seus olhos figuras como Martin Luther King, que considerava como sendo alguém exclusivamente em busca do “escândalo público” com “fins puramente demagógicos.”³⁷

Justamente, a questão racial norte-americana mereceu da parte de Theotónio Pereira toda a atenção, parecendo-lhe evidente que tendia a tornar-se numa das mais importantes, senão mesmo a mais importante, a resolver pela Administração Kennedy. Os incidentes raciais, que não pareciam capazes de parar de se agravar, tinham para Theotónio Pereira “uma ligação comum: a crescente barreira que se nota existir nos Estados Unidos, dividindo negros e brancos, e que a pouco e pouco se está tornando numa autêntica frente de combate.” A situação, grave como era, do seu ponto de vista apenas “reflexamente” podia atribuir-se à população branca. Esta ia-se tornando violenta apenas como resposta legítima à “atitude negra, cada vez mais arrogante.” Embora houvesse nos EUA “igualdade de direitos entre brancos e negros”, era clara a existência de uma “barreira discriminatória”. Porém, era cada vez mais “evidente” que a atitude da Administração Kennedy, face às exigências do “eleitorado negro e dos tão apregoados ‘civil rights’”, falhava “redondamente” nos seus propósitos, embora ninguém o confessasse (“não me refiro”, escrevia Theotónio Pereira, “às forças conservadoras do País e aos seus meios de difusão”). Parecia-lhe que aquilo que não passava de um “expediente eleitoral convencional”, a conquista do voto negro, “se estava evidenciando como um puro recurso demagógico, muito embora – quero ainda crer – este não fosse intencional o que, aliás, seria um contra-senso.” E fazia depois a sua previsão sobre a evolução dos acontecimentos:

³⁷ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Telegrama n.º 899. Washington, 4 de Outubro de 1962. AHDMNE. Repartição Europa-América. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1961/62. PEA. Maço 71. Proc. n.º 331,42. Sobre a questão racial nos EUA no decurso das décadas de 1950 e 1960, James T. Patterson, *op. cit.*, pp. 375-406.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Este fervilhar latente – e apesar de tudo ainda muito esporádico – pode vir a ser, dentro de muitos poucos anos, um elemento decisivo das concepções políticas norte-americanas.

Há, por outro lado, índices que são muito reveladores: o contínuo e assustador aumento da criminalidade neste País é, em grande parte, devido ao elemento negro.

Mas ao que considerava ser a irresponsabilidade política da Administração no agravamento do problema racial, juntava Theotónio Pereira a acção do “elemento comunista”, quer interna, quer externamente. E relatava então um caso concreto:

Ainda há relativamente pouco tempo, no Congresso realizado pela N.A. A.C.P. – em que esteve presente um elemento desta Embaixada – um jovem secretário checoslovaco, em conversa ocasional – e sem saber com quem falava – afirmou que a sua presença ‘naquela multidão de negros’ era devida ao interesse e simpatia que despertava no seu País um movimento que dentro dos Estados Unidos reúne 18 milhões de seres.

Mas para ir depois ao cerne da questão, do ponto de vista dos interesse portugueses, acrescentava:

Ironicamente, enquanto a imprensa noticia e recrimina que energúmenos negros sovem indefesos jogadores brancos de base-ball o Subsecretário de Estado Williams aparece a fechar ‘com chave de ouro’ a conferência preparada por outros energúmenos (e estes nem sequer são ‘teen-agers’) para alastrar o ódio e a violência às regiões de África que ainda gozam de sossego.³⁸

Em 1962, por exemplo, a Embaixada portuguesa em Washington produziu uma série de relatórios sobre as eleições para o Congresso, procurando acompanhar de perto os temas discutidos entre os candidatos mas, sobretudo, a forma como a imprensa acompanhava a contenda e a avaliação que fazia, para o futuro da Administração Kennedy, dos resultados que os Democratas pudessem vir a obter. A candidatura do irmão mais novo do presidente, Teddy Kennedy, ao Senado – concorrendo pelo Estado de Massachussets –, quando um outro irmão de John, Robert, era já procurador-geral, lançou o debate em torno do advento de uma dinastia política nos EUA, a “dinastia Kennedy”, algo que se poderia transformar no tema da batalha eleitoral que se aproximava. Sendo verdade que a posição portuguesa nos EUA e em particular no seio de vários sectores da Administração, era muito delicada, com a objectividade possível a Embaixada portuguesa em Washington reconhecia a justeza dos comentários que consideravam ser J. F. Kennedy muito mais popular no fim do Verão de 1962 do que fora em 1960, quando se preparava para a batalha eleitoral que o levou à vitória sobre Nixon, o que sucedia tanto por mérito próprio como pelo facto do partido Republicano estar a atravessar uma enorme crise.³⁹

³⁸ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 265. Washington, 17 de Abril de 1963. AHDMNE. Repartição Europa-América. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1961/62. PEA. 2.º Piso. Maço 70. Proc. n.º 331,42.

³⁹ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 864. Washington, 25 de Setembro de 1962. AHDMNE. Repartição Europa-América. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1961/62. PEA. Maço 71. Proc. n.º 331,42.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Mas apesar de muito atento à forma como evoluía a política interna norte-americana, e ao modo como as mudanças por ela sofrida podiam influenciar os interesses portugueses, Pedro Theotónio Pereira ia acompanhando a situação em Portugal. Da crise académica de 1962 e da demissão de Marcello Caetano, no início de Abril,⁴⁰ do cargo de reitor da Universidade de Lisboa a que aquela crise deu lugar, recebeu Pedro Theotónio Pereira notícias em Washington. No entanto, só em Junho escreveu ao amigo dizendo-lhe que fora “um alarme ouvir aqui da sua saída”, tendo ficado a reflectir sobre quais teriam sido as “graves razões que a teriam motivado.” Nos juízos que produzia sobre os acontecimentos, e que parcialmente acompanhara em Lisboa,⁴¹ denotavam um conhecimento satisfatório das grandes linhas da crise. Expressou a opinião de que as “hesitações” reveladas durante os acontecimentos apenas tinham agravado o “que já de si não era um problema simples.” Considerando serem os factos lamentáveis, e mesmo tendo a noção de que se trataria “dum conflito encomendado”, reconhecia que iria ter, “infelizmente”, “repercussões sérias e perigosas.” No essencial, a crise académica era particularmente grave por se tratar de uma primeira brecha clara na frente interna de um conflito externo em que o regime se envolvera e envolvera o País. E continuava:

Os perigos externos são a meu ver ainda solúveis se se mantiver firme a frente interna. Caso contrário, não há depois linhas de retirada. Querem tirar-nos tudo e não se contentam com abdições parciais.

Referindo-se depois à situação de Portugal nos EUA, esclarecia que ali havia “cada vez mais gente que nos dá razão e se os factos ajudarem, não é impossível uma volta maré.” Mas tão ou mais importante do que a análise, certa ou errada, que Pedro Theotónio Pereira fazia da situação política, eram isso sim os efeitos que os acontecimentos políticos iam provocando na saúde de Pedro Theotónio Pereira. “A perda de Goa”, que acontecera em Dezembro de 1961, produzira-lhe “açúcar no sangue e em dose elevada” e, por isso, passara sérios cuidados com a sua saúde.⁴²

⁴⁰ “Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar”, [Lisboa] 5 de Abril de 1962. José Freire Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 399-400 (documento C225).

⁴¹ Mário de Alenquer, médico e sogro de Pedro Theotónio Pereira, assinou um atestado médico onde afirmava que o embaixador se encontrava doente, “necessitando de algumas semanas de tratamento, durante o qual não deve retomar o trabalho activo sob pena de [ilegível] para a sua saúde.” Desde 27 de Dezembro de 1961, quando seguiu para Lisboa, “para consultar o médico”, Pedro Theotónio Pereira foi considerado na situação de “chamado em serviço”. “Despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros”. 9 de Janeiro de 1962. Proc.º 211,1 (86). AHDMNE.

⁴² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Washington, 2 de Junho de 1962 (documento n.º 108). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

“E estes não aprenderam ainda a tomar decisões a fazer uso do poder.”⁴³

A pouco menos de uma semana do Governo de Nova Deli ter consumado a ocupação dos territórios portugueses situados no subcontinente indiano, Pedro Theotónio Pereira escreveu a sua mãe dando-lhe conta de que já nada havia a fazer. Dizia-lhe sem hesitações que só “um milagre” podia “salvar” a Índia portuguesa. Nas semanas imediatamente anteriores à redacção da carta trabalhava horas seguidas, sem tempo para nada, desde logo para escrever à família.⁴⁴ A “tensão de nervos” era imensa, permanente mesmo. Que a crise de Goa terá sido fatal para a sua saúde, confessou-o mais tarde a Marcello Caetano, embora também lhe tivesse confessado que fora ao cruzar “a fronteira dos 60” que tudo piorara. Contudo, desde a Primavera de 1963, deixara definitivamente de estar “bem.”⁴⁵ Para um homem que tinha estado uma única vez a Índia portuguesa, mas para a quem a visita, ainda muito viva na sua memória, ajudara a consolidar as suas convicções nacionalistas e a convencer-se da bondade da política que sustentava a intransigência posta em prática por Salazar, a partida para Washington não seria nem foi penosa apenas do ponto de vista daquilo que era a crise nas relações político-diplomáticas entre Portugal e os EUA. A ida para Washington seria dramática porque lhe permitiria ver de perto como era, de facto, impossível conduzir uma política – ainda que a considerasse moralmente justa e a única factível –, contra uma realidade imposta por aquela que era uma nova divisão do poder à escala mundial.

Se a conversa mantida com Elbrick, antes de Theotónio Pereira sair de Lisboa rumo a Washington, tinha servido para aquele lhe comunicar que, em circunstância alguma, o Governo dos EUA entendia a sua identificação com o princípio da autodeterminação como sinónimo de “«apoio a qualquer aspiração intervencionista ou expansionista ou a ataques predatórios contra os territórios ultramarinos portugueses por parte de outras nações»”,⁴⁶ a verdade é que, no período anterior à ocupação da Índia portuguesa, nunca conseguiu o Governo português receber quaisquer garantias de que os EUA estariam dispostos a ser consequentes com uma declaração feita exclusivamente em privado pelo embaixador norte-americano em Lisboa.⁴⁷

⁴³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Virginia Carlota Hermann Von Bötischer”. Washington, 12 de Dezembro [de 1961]. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

⁴⁴ “A Mãe diga à Madalena e Clarinha que mando muitas saudades e não escrevo por não ter tempo.” [...] A Madalena mandou-me as vitaminas e cá as estou a tomar. [...] Mil saudades a todos.” Idem, *ibidem*.

⁴⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 22 de Outubro de 1963 (documento n.º 108). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

⁴⁶ Citado em Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 136.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, pp. 136-138.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Embora, logo em Outubro, Theotónio Pereira tenha informado Salazar de que a situação em Angola se ia tornando cada vez mais clara nos Estados Unidos, sublinhando que se ia conhecendo cada vez melhor a realidade naquele território e as razões da política portuguesa em relação a ele,⁴⁸ já sobre Goa nada de concreto transpirava.⁴⁹ Fosse porque a opinião pública norte-americana não reagia, fosse porque a Administração Kennedy não se comprometia com nada de palpável que dissesse respeito à adopção de medidas que dissuadissem as intenções anexionistas do Governo de Nova Deli em relação ao chamado Estado Português da Índia.

Chegado o mês de Dezembro, Pedro Theotónio Pereira começou a detectar na imprensa norte-americana sinais de que a União Indiana se preparava para ocupar Goa, Diu e Damão. Como paliativo, e seguindo as instruções que lhe tinham sido enviadas por Franco Nogueira,⁵⁰ intensificou as diligências que pretendiam conseguir a ida imediata de “jornalistas americanos para Goa.”⁵¹ Apesar de três dias mais tarde o *Washington Post* ter publicado uma notícia em que se dizia que Nehru declarara ter desistido, “por agora”, da “acção violenta e imediata contra os territórios portugueses”, Theotónio Pereira dirigiu-se ao Departamento de Estado acompanhado por Bonifácio de Miranda para que este expusesse “o ponto de vista dos goeses com grande vibração e firmeza.”⁵²

Mas mesmo que a imprensa norte-americana fosse publicando cada vez mais um noticiário crítico sobre posições indianas que pareciam crescentemente agressivas, a verdade é que do lado da Administração nada vinha, nem veio, de concreto. Era como se Portugal não tivesse embaixador em Washington. Ao contrário do que sucedera no passado, e pelo menos no caso do destino da Índia portuguesa, a acção de Theotónio Pereira como diplomata não produzia

⁴⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar”, Washington, 26 de Outubro de 1961. AOS/CD-19, fls. 207-220

⁴⁹ Em Agosto, Theotónio Pereira informava que (o) *The New York Times* publicava um comentário criticando a atitude desrespeitadora de Nehru em relação à sentença proferida pelo Tribunal da Haia, pelo facto do primeiro ministro indiano ter anunciado a intenção de integrar Dadra e Nagar-Aveli na União Indiana. Mas este tipo de eventos jornalísticos não tinham, e não viam a ter, qualquer relevância política, mesmo que neles Theotónio Pereira viesse a depositar alguma esperança. “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Ofício n.º 753. Washington, 18 de Agosto de 1961, in MNE, *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, 4.º vol., 1968, pp. 15-16 (documento n.º 1024). A partir daqui citado como MNE, VADEPI.

⁵⁰ Em Outubro, Theotónio Pereira recebera um telegrama informando-o de que o Governo português soubera de fonte segura que o “exército indiano” poderia vir a ser utilizado “para resolver o problema” pendente entre Portugal e a União Indiana. Por isso, tornava-se necessário “emprender por nossa parte certo número de iniciativas no sentido de tentar prevenir qualquer golpe. [...] Dentro deste quadro afigura-se-nos que seria útil que visitassem Goa algumas altas personalidades da vida pública desse país e representantes dos maiores órgãos de imprensa que oferecessem garantias de imparcialidade e estivessem dispostos a fazer depois os seus depoimentos públicos.” “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros aos Embaixadores de Portugal em Londres e em Washington.” Telegrama. Lisboa, 10 de Outubro de 1961, in MNE, VADEPI, 4.º vol., 1968, p. 35 (documento n.º 1039).

⁵¹ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 471. Washington, 1 de Dezembro de 1961, in idem, *ibidem*, p. 54 (documento n.º 1058).

⁵² “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 479. Washington, 4 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 58 (documento n.º 1065).

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

efeitos. Aliás, quando Nehru visitou os EUA no início de Novembro, sendo recebido em privado por John F. Kennedy no dia 6,⁵³ Theotónio Pereira ainda passou pelo Departamento de Estado para fazer uma “diligência”. Nesta chamou a “atenção para a ameaça de emprego de meios violentos contra Goa”, uma ameaça contida em muitas declarações públicas já produzidas por Nehru. Também recordou “a promessa americana de usar oportunamente a sua influência moral no sentido de impedir uso da força e manobras” que procurassem integrar “territórios vizinhos contra a vontade das populações sob a alegação” de que Portugal criava “riscos à segurança da União Indiana.” Os norte-americanos apenas

Prometeram estudar o assunto e examinar as possibilidades que se oferecerão de ser abordado este ponto durante a visita de Nehru. Pelas informações que haviam recebido de Nova Deli os funcionários do State Department estariam inclinados a pensar que as afirmações de Nehru teriam visado dar satisfação a certas pressões, a que estava normalmente sujeito nesta matéria, não significando, porém, uma modificação real da posição anterior sobre este problema.⁵⁴

Entretanto, alguns jornalistas norte-americanos seguiram para Goa⁵⁵ e uma queixa portuguesa contra o comportamento cada vez mais ameaçador por parte da União Indiana foi apresentada pelo Governo na ONU. Mas tanto Pedro Theotónio Pereira em Washington, como Franco Nogueira em Lisboa, nunca souberam se alguma coisa tinha sido dita pelos norte-americanos a Nehru que o pudesse dissuadir de fazer avançar as tropas na direcção dos três territórios portugueses na Índia.⁵⁶ É verdade que o secretário de Estado, Dean Rusk, disse a Theotónio Pereira que fora feita uma “diligência” junto do embaixador da União Indiana e que era “convicção sua de que a União Indiana não atacaria Goa.” Simplesmente, não só a diligência – cujo conteúdo exacto era uma incógnita –, não era suficiente, como a declaração de não agressão entretanto proferida por Nova Deli não conseguia ser nada tranquilizadora.⁵⁷

⁵³ O relato do encontro encontra-se em Arthur M. Schlesinger, Jr., *op. cit.*, pp. 524-526.

⁵⁴ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 424. Washington, 2 de Novembro de 1961, in *ibidem*, p. 41 (documento n.º 1044).

⁵⁵ Ao que parece produziam “relatos [...] excelentes” para Portugal, mas que depois os seus jornais não publicavam. Theotónio Pereira recebia instruções para indagar junto das redacções dos jornais as razões de tal atitude. Instruções idênticas eram enviadas para Manuel Rocheta em Londres e para Marcello Mathias em Paris. “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Embaixador de Portugal em Washington.” Telegrama n.º 331. Lisboa, 11 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 117 (documento n.º 1156) e “Do Ministro dos Negócios Estrangeiros aos Embaixadores de Portugal em Londres, Paris e Washington.” Telegrama. Lisboa, 11 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 131 (documento n.º 1182). Sobre as notícias e reportagens favoráveis a Portugal publicadas no *The New York Times* e no *Washington Post*, “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 504. Washington, 12 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 138 (documento n.º 1196).

⁵⁶ Segundo Schlesinger, Nehru e Kennedy não falaram de Goa. Depois da invasão, o presidente norte-americano mostrar-se-ia arrependido de o não ter feito e recriminou Nehru por não lhe apresentado as preocupações e intenções em relação àquele território. Arthur M. Schlesinger, Jr., *op. cit.*, p. 529.

⁵⁷ “Teria sido manifestada com certa firmeza, a posição deste Governo contra o uso da força para resolver a questão de Goa e expressa a esperança de que fosse certa a presunção dos Estados Unidos, que era no sentido de que não vinha a ser usado esse meio. [...] O Embaixador da União Indiana teria respondido não ter no momento conhecimento de quais eram, exactamente, as intenções do seu Governo.” “Do Embaixador de Portugal em

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Adensavam-se as notícias, que aliás ninguém desmentia, segundo as quais tropas indianas se iam aglomerando em volta dos territórios portugueses.⁵⁸ A 12 de Dezembro, já Theotónio Pereira se dizia procurado por “vários” embaixadores, “todos exprimindo ansiedade e protesto contra a União Indiana.” Em uníssono previam o pior e sabiam exactamente o que é que se iria passar. Só restava saber quando. E exactamente no mesmo dia em que escrevia a sua mãe dizendo-lhe que já não havia esperança, Theotónio Pereira mandava um telegrama a Franco Nogueira em termos relativamente optimistas, procurando dar sinais de que nem tudo estava ainda perdido:

O ambiente está subindo de temperatura e devem ter sido vencidos os esforços que a propaganda indiana fez neste meio para conseguir silêncio quanto à manobra em preparação. Os Embaixadores da Espanha e do Paquistão têm sido particularmente calorosos. O da República Árabe Unida também foi muito expressivo. Circulei pelas Embaixadas do Sul e Centro-América a declaração do Brasil.⁵⁹

No dia 15 de Dezembro, Theotónio Pereira telegrafava para Lisboa dizendo que no Departamento de Estado lhe tinham dito que uma carta pessoal de Kennedy fora entregue a Nehru. Nesse documento o presidente norte-americano repudiava o “emprego da força em Goa”, declarava que em caso de ataque os EUA censurariam a União Indiana no Conselho de Segurança da ONU e exprimia o desejo de que o problema dos territórios portugueses reclamados por Nova Deli fosse “tratado no âmbito de autodeterminação de povos.”⁶⁰ A 16, certa imprensa norte-americana já aceitava “como definitiva a hipocrisia indiana”, de nada servindo as reportagens e as notícias da imprensa, senão para antecipar o inevitável. Ainda assim, apesar de Nehru e a Índia serem muito criticadas e de Portugal aparecer com uma imagem mais favorável, para espanto e desconforto de Pedro Theotónio Pereira não se deixava de sublinhar que a Índia portuguesa deveria autodeterminar-se.⁶¹

Com a invasão já a decorrer e à beira de se consumir a queda do império colonial português na Índia, após um relato relativamente detalhado da reacção manifestada pela imprensa norte-americana e pelos meios políticos – desde logo do próprio presidente Kennedy – àquele acontecimento, Theotónio Pereira ainda encontrou forma de fazer uma leitura relativamente optimista da conjuntura:

Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 496. Washington, 9 de Dezembro de 1961, in MNE, *op. cit.*, p. 100 (documento n.º 1125).

⁵⁸ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 495. Washington, 8 de Dezembro de 1961, in *idem, ibidem*, 4.º vol., 1968, pp. 90-91 (documento n.º 1110).

⁵⁹ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 512. Washington, 13 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 154 (documento n.º 1222).

⁶⁰ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 518. Washington, 15 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, p. 176 (documento n.º 1266).

⁶¹ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 520. Washington, 16 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, pp. 200-201 (documento n.º 1300).

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Como impressão geral deste doloroso momento, penso o seguinte: Depois de muitos meses de impopularidade e agravos recebidos no plano internacional, em grande parte devidos à obsessão do self-determination de americanos, temos pela primeira vez uma boa oportunidade à nossa frente. Estamos recebendo efectivamente apoio de muitos lados e tudo indica que a União Indiana vai ser objecto de reprovação dos países ainda opostos à subversão total.⁶²

Dean Rusk e Theotónio Pereira puderam conversar antes da reunião do Conselho de Segurança que discutira e votaria, com o veto soviético, a condenação da União Indiana pela agressão militar que levava a cabo contra território sob soberania portuguesa. Adlai Stevenson, um adversário figadal do colonialismo português, discursou naquele organismo em termos que muito agradaram a Theotónio Pereira.⁶³ Kennedy escreveu a Nehru censurando-o pela atitude tomada. Respondeu-lhe não apenas o primeiro-ministro indiano mas, também, John Kenneth Galbraith, o embaixador dos EUA em Nova Deli. Este criticou o Departamento de Estado pelos termos demasiadamente duros utilizados tanto na missiva enviada pelo presidente, e pelo teor do discurso proferido por Stevenson no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recordava que, apesar de tudo, a força militar fora afinal usada legitimamente contra uma situação de colonialismo que, naturalmente, a Administração Kennedy também não podia tolerar.⁶⁴

Enquanto em Lisboa Salazar lamentava que contra a agressão indiana os aliados de Portugal não apresentassem nada mais do que palavras,⁶⁵ Theotónio Pereira tinha que explicar em Washington, desde logo à imprensa, não apenas o facto do Governo português, e apesar dos sinais de que a invasão de Goa ia ocorrer, não ter despachado navios de guerra para o Índico, mas ainda a “rapidez das operações e [a] falta de resistência portuguesa.” Sobre esta realidade, acrescentava: “Este facto e o numeroso noticiário indiano têm-nos prejudicado neste momento em que toda a opinião americana reconhece a nossa razão.”⁶⁶ Como se não bastasse, teve ainda que passar pelo Departamento de Estado para “falar” com o subsecretário de Estado George Ball e explicar-lhe “as notícias vindas de Lisboa acerca de alteração da nossa política em relação a compromissos com as nações ocidentais.”⁶⁷ Logo depois do Natal, a imprensa norte-americana continuava a publicar notícias e comentários críticos em relação à União Indiana e

⁶² “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 521. Washington, 18 de Dezembro de 1961, in *ibidem*, pp. 242-243 (documento n.º 1365). Em inglês no original.

⁶³ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 153-154.

⁶⁴ Arthur M. Schlesinger, Jr., *op. cit.*, pp. 527-529.

⁶⁵ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 154.

⁶⁶ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 529. Washington, 22 de Dezembro de 1961, in MNE, *op. cit.*, p. 330 (documento n.º 1448).

⁶⁷ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 530. Washington, 22 de Dezembro de 1961, in *idem*, *ibidem*, p. 332 (documento n.º 1454). Sobre as razões da preocupação de Ball, Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 154-156.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

favoráveis a Portugal. Theotónio Pereira mandava para Lisboa toda essa informação,⁶⁸ mas dificilmente acreditaria que havia alguma coisa a fazer que pudesse restaurar a soberania portuguesa em Goa. Talvez acreditasse apenas que, enquanto Portugal fosse visto em Washington como vítima de agressão por parte da União Indiana, não houvesse espaço para atacar a política de Lisboa em relação a África ou para denunciar a natureza autoritária do salazarismo. A 27 de Dezembro de 1961, Theotónio Pereira deixava Washington rumo a Lisboa. Além de ter provavelmente ouvido *in loco* Mário de Figueiredo ler o discurso de Salazar na Assembleia Nacional sobre a questão de Goa, Theotónio Pereira iria poder passar com sua mãe mais um aniversário. No entanto, e desta vez, encontrava-se seriamente doente, embora ainda longe de imaginar qual seria a evolução do seu cada vez mais degradado estado de saúde.

“E despedimo-nos cordialmente.”⁶⁹

Próximo do final de 1962, comentando o “encerramento do 87.º Congresso dos Estados Unidos”, Pedro Theotónio Pereira sublinhava com agrado “que no decurso deste ano não se levantou uma única voz no Congresso para dirigir qualquer ataque a Portugal”, sendo de notar, como já vinha sendo comunicado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tinham passado a ser “numerosas e significativas [...] as manifestações de apoio a Portugal e ao estreitamento das relações de amizade entre os dois países.⁷⁰ Este tipo de observações, se por um lado certificava aquilo que vinha sendo um aliviar das tensões políticas entre Portugal e os EUA, como consequência de uma série factores já detectados pela historiografia,⁷¹ era ainda o resultado de um tipo de abordagem das relações entre os dois países que tinha, possivelmente, um cunho pessoal de Pedro Theotónio Pereira. Era disso que dava conta, a Franco Nogueira, o secretário de Estado Dean Rusk, quando no decurso de uma conversa lhe fez referência ao conteúdo dos

⁶⁸ “Do Embaixador de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.” Telegrama n.º 531. Washington, 26 de Dezembro de 1961 in MNE, *op. cit.*, p. 353 (documento n.º 1478).

⁶⁹ “Conversa de despedida com o Presidente Kennedy em 12 de Novembro de 1963 na Casa Branca”. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁷⁰ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n.º 929. Washington, 18 de Outubro de 1962. AHDMNE. Repartição Europa-América. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1961/62. PEA. Maio 71. Proc. n.º 331,42.

⁷¹ Foram eles o problema da concessão das Lajes aos norte-americanos, a nova atitude do Congresso, os resultados apresentados pela actividade militar portuguesa em Angola, o esforço de relações públicas conduzido por Portugal e, sobretudo, o facto de no debate interno ao Departamento de Estado entre “africanistas” e “europeístas”, estes terem saído vencedores, tanto nas discussões relativas a Portugal como ao formato global que deveria assumir a política externa norte-americana. A esse resultado não foram estranhas, embora não decisivas, as crises de Berlim e dos mísseis em Cuba. Luis Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 161 e ss. Sobre as grandes linhas da política externa de Kennedy e o debate historiográfico que suscita, Burton Kaufman, “John F. Kennedy as World Leader: A Perspective on the Literature” in Michael J. Hogan (ed.), *America in the World: The Historiography of American Foreign Relations since 1941*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1995, pp. 352-357. Para uma visão daquelas duas crises enquanto pontos de viragem na história da Guerra Fria, Henry Kissinger, *Diplomacy*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994, pp. 591-593.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

“discursos” pronunciados pelo “embaixador Theotónio Pereira”. Ao que parece, caso as “opiniões” aí vertidas “assumissem o carácter de declarações formais e oficiais do Governo português, então seria outra a posição” da Administração norte-americana, podendo facilmente passar-se a dizer “que quase não existiria qualquer «faixa de separação» entre os pontos de vista dos dois países.” Franco Nogueira teve então de explicar ao seu interlocutor o “alcance das frases” do embaixador, sublinhando que “a grande, a considerável diferença entre nós residia” no facto de os portugueses entregarem “tudo à evolução natural das sociedades e das instituições”, ao passo que os norte-americanos queriam que Portugal procedesse “com datas, prazos, e objectivos predeterminados, como se fosse viável planear tecnicamente a evolução de uma sociedade humana.”⁷² De facto, aquilo que Pedro Theotónio Pereira fez em Washington, desde Março de 1962 até Junho do ano seguinte, foi pôr em prática um conjunto de iniciativas que tinham como objectivo melhorar a imagem de Portugal nos EUA e ganhar margem de manobra possível para o seu Governo. Fê-lo através da renovação do discurso político do Governo e do regime que representava, sendo que dessa forma transmitia à opinião pública e às autoridades dos EUA a ideia de que algo de significativo estava a ser feito em Lisboa no sentido de aproximar as posições dos dois Países.⁷³ É claro que a posição portuguesa melhorou muito a partir do momento em que a Administração Kennedy percebeu que caso continuasse a hostilizar, como até aí, o Governo português, poderia ter dificuldades em continuar a utilizar a base das Lajes nos Açores. Simultaneamente, Portugal saiu favorecido pela circunstância de no confronto interno à Administração, opondo militares, europeístas e conservadores por um lado, e africanistas e liberais por outro, o primeiro núcleo ter acabado por sair vencedor.

Com o tempo, Theotónio Pereira foi-se sentido diplomática e politicamente mais confortável em Washington, ao ponto de aquando da declaração pública, a 22 de Outubro de 1962, da crise dos mísseis em Cuba, ter alterado parcial mas definitivamente a percepção que até aí tinha tido da realidade que viera encontrar no seu regresso a Washington em Agosto de 1961. Além de mergulhado na profunda ansiedade que tomou conta de todos os norte-americanos, uma vez que passaram a temer a deflagração, a qualquer momento, de um ataque nuclear perpetrado com mísseis carregados de ogivas nucleares contra várias das grandes cidades do terço leste dos EUA, Theotónio Pereira viu-se na contingência de reconhecer que, embora a Administração Kennedy tivesse muito que se lhe pudesse apontar, nomeadamente do

⁷² Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 147. Relato de conversa ocorrida em Lisboa a 28 de Junho de 1962.

⁷³ Logo em Abril de 1962, Dean Rusk comentava aos seus colegas britânicos a estranheza que lhe causara uma declaração produzida por Pedro Theotónio Pereira em Washington, e segundo a qual o seu Governo havia aceite o “princípio da autodeterminação para Angola”, acrescentando ainda que as movimentações políticas nesse sentido vinham de dentro daquele território e não do exterior. “Telegrama do Foreign Office para a Embaixada do Reino Unido em Lisboa.” 7 de Maio de 1962. FO371/161630.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

ponto de vista dos interesses portugueses, a verdade era que não podiam ser afinal questionadas as suas credenciais anticomunistas.

[...] Situação tende a agravar-se pois parece cada vez mais aparente que este Governo tomou posição definitiva em face ameaça comunista centrada Cuba. Observadores independentes até agora pouco inclinados confiarem hipótese política forte mostram-se cada vez mais dispostos aceitar que Estados Unidos já não recuarão caminho tomado. Reconhece-se unanimemente que qualquer vacilação do lado americano acerca Cuba representaria desastre equivalente Suez para este hemisfério e conseqüente derrota último reduto supremacia Ocidente. Nação americana está finalmente unida nesta política resistir Rússia ao mesmo tempo que verifico aqui completa noção grave perigo em que nos encontramos todos na capital americana. Noto renascimento confiança nos méritos política forte e [...] de que só esta maneira Rússia parará seu avanço até agora sempre coroado êxito através alternativas manhas coexistência pacífica ou golpes de força súbitos como em Berlim. [...] Penso que seria útil qualquer gesto da nossa parte exprimindo apoio nesta contingência.⁷⁴

A conversa que Franco Nogueira manteve com Kennedy a 7 de Novembro de 1963, assim como a entrevista que o presidente norte-americano concedeu ao embaixador português antes deste abandonar definitivamente o seu posto, eram sintomáticos da melhoria das relações bilaterais, mas, também, do estado de espírito, sob o ponto de vista político-diplomático, com que Theotónio Pereira saía de Washington. O ministro dos Negócios Estrangeiros português foi recebido, segundo o próprio contou, “como a um companheiro.” Como sempre, Kennedy sentou-se na sua cadeira de baloiço – desta vez com “ar bem disposto” – irrompendo em seguida um “enorme cão” com quem brincou atirando para longe uma “caixa de fósforos” e que o “animal” se precipitou “a trazer-lhe à mão.” Em seguida, entrou “um dos filhos do presidente: durante momentos brinca[ra]m ambos com o cão.” Acaso? Encenação? Depois os dois homens ficaram a sós. A conversa, e segundo a versão de Franco Nogueira, centrou-se na confirmação daquilo que seria uma mudança de atitude da Administração Kennedy em relação a Portugal e à sua política colonial. Esta seria não apenas inevitável como estava já em marcha, num ritmo relativamente lento, explicando o presidente que precisava de tempo, “para modificações políticas fundamentais.” Haveria, terá confessado, “aspectos externos” a “ter em conta” e, sobretudo, “problemas internos que têm de ser resolvidos previamente.”⁷⁵

⁷⁴ “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Telegrama n.º 393. Washington, 27 de Outubro de 1962. Repartição Europa-América. Estados Unidos. Política Interna. Política Externa. 1961/62. PEA. Maço 71. Proc. n.º 331,42. Quando, a propósito da crise dos misseis, Theotónio Pereira fora convocado para uma reunião no Departamento de Estado, corriam rumores de que embora a hipótese Cuba fosse a mais provável, a chamada se podia dever a um agravamento da crise em Berlim ou da “ajuda da União Indiana contra China Vermelha.” “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Telegrama n.º 385. Washington, 23 de Outubro de 1962. Loc. cit.. A reunião conduzida por George Ball e a “declaração” por ele ali proferida fez-se em “ambiente altamente dramático.” “De Pedro Theotónio Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros”. Telegrama n.º 386. Washington, 23 de Outubro de 1962. Loc. cit..

⁷⁵ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 281 (Washington, 7 de Novembro de 1963).

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Mas sintomática da evolução que tinham conhecido desde, pelo menos, o Verão de 1961, as relações luso-americanas, foi o tom e o conteúdo da conversa mantida entre Pedro Theotónio Pereira e Kennedy poucos dias antes daquele ter regressado a Lisboa e deste ter sido assassinado em Dallas (o que sucedeu a 22 de Novembro).⁷⁶ Um dos elementos mais interessantes da entrevista decorreu do facto de, apesar de ter cabido a Theotónio Pereira a iniciativa de pedir para ser recebido, uma vez que desejava despedir-se do presidente antes de deixar o seu posto, já Kennedy se lhe antecipara, uma vez que também fizera manifestar à Embaixada de Portugal em Washington a intenção de se encontrar com o seu primeiro responsável.⁷⁷ Às 9,30h, estando Theotónio Pereira no gabinete do presidente, este entrou acompanhado do seu filho “John Júnior”. Naturalmente, o ambiente tornou-se informal, cordial e familiar.⁷⁸ Depois, Kennedy sentou-se na cadeira de baloiço e pediu ao funcionário do Departamento de Estado que acompanhava Theotónio Pereira, Maloy, que “tomasse também assento.” O embaixador agradeceu imediatamente “os parabéns” que lhe enviara no dia do seu aniversário e o pronto deferimento que fora dado ao pedido de entrevista que fizera.⁷⁹ Os dez a quinze minutos iniciais da conversa andaram todos à volta de temas pessoais, em “ambiente de afabilidade e confiança. [...] Recordações, amigos” e a “saúde” do embaixador. Kennedy passou depois para a política. A propósito da conversa que mantivera dias antes com Franco Nogueira, comentou que, ao contrário daquilo este poderia pensar, os EUA não apoiavam – directa ou indirectamente – uma proposta de resolução contra Portugal que o “grupo escandinavo” se preparava para apresentar na Assembleia Geral das Nações Unidas e que acabaria por ser aprovada pelos EUA já depois da morte de Kennedy.⁸⁰ Não tendo qualquer fundamento a desconfiança que vislumbrara em Franco Nogueira, o presidente achava ser “uma pena e inútil que se estivesse sempre com suspeitas destas.” Adiantando a conversa, Kennedy afirmou ainda que não sendo possível “obter acordo em absolutamente todos os pontos em discussão, o

⁷⁶ Theotónio Pereira regressou a Lisboa a 25 de Novembro.

⁷⁷ “Conversa de despedida com o Presidente Kennedy em 12 de Novembro de 1963 na Casa Branca”. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁷⁸ Mais tarde, recordando este derradeiro encontro, Theotónio Pereira afirmou: “I immediately had the feeling that the President wanted me to leave with the most friendly impression possible when I saw little John-John entering Kennedy’s office before his father’s arrival to start the day’s work. “Oral History Statement by Pedro Theotónio Pereira made by response to a series of questions by Joseph E. O’Connor.” Lisboa, 18 de Dezembro de 1966. Loc. cit..

⁷⁹ Num aparte, Theotónio Pereira acrescentava: “Talvez Kennedy se lembrasse que tive de esperar quase cinco semanas para apresentar credenciais e que quisesse agora fazer-me uma despedida bastante mais cordial que o acolhimento.” “Conversa de despedida com o Presidente Kennedy em 12 de Novembro de 1963 na Casa Branca”. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁸⁰ Resolução n.º 1913 (XVIII) de 3 de Dezembro de 1963. Foi aprovada com 91 votos favoráveis, 11 abstenções e dois votos contra (Portugal e Espanha).

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

melhor método de entendimento era procurar alargar o campo daqueles em que era possível a cooperação.”⁸¹

Coube depois a Theotónio Pereira dar o rumo à conversa. Fê-lo para fazer um balanço daquela que tinha sido a sua estada em Washington como embaixador. Mais de dez anos antes, como desta segunda vez, tudo fizera para contribuir para o reforço da amizade entre os dois Países. Após a segunda missão, partia “com uma certa pena de não ter podido fazer mais.” Como compensação restava-lhe a certeza de que, ao fim de dois anos e poucos meses, se começava a encontrar a “opinião” norte-americana “melhor informada” sobre os assuntos portugueses. Se, no Verão de 1961, não se falara de outra coisa senão na existência de uma “rebelião em Angola” que possuía exclusivamente causas internas, em Novembro de 1963 congratulava-se por ver publicado no *New York Times* um artigo em que se noticiava que dois mil e duzentos rebeldes tinham entrado em Angola, depois de terem sido treinados no Congo e apetrechados com armas originárias da Argélia.⁸² A “revolta” em Angola, de que tanto se falara nos EUA em 1961, comentou Theotónio Pereira, acabara em “informações deste género” e que eram “agora o lugar comum nos jornais americanos.” Se a isso se juntasse o facto dos portugueses, na opinião do embaixador, se encontrarem “melhores e mais unidos”, porque os “sacrifícios e os sofrimentos desta guerra injusta” tinham “depurado e estimulado os sentimentos do povo”, fazendo com que os “portugueses” respondessem “unanimemente nesta emergência nacional”, não haveria outra conclusão a retirar que não fosse a vontade e a capacidade de Lisboa continuar a tutelar indefinidamente os seus territórios coloniais. Por último, o presidente Kennedy, que escutava em Theotónio Pereira esta tirada nacionalista e irrealista, foi ainda informado de que “muito caminho” tinha sido “feito” em “todos os campos” e que portanto, implicitamente, nada havia a criticar com objectividade naquela que era a política de Portugal em África.⁸³

Em seguida entraram os fotógrafos e “uma multidão de jornalistas.” Depois de terem saído, o presidente quis então informar-se com algum pormenor sobre o estado de saúde do seu interlocutor. Na altura, Pedro Theotónio Pereira confessou que, de tão longa, era muito provável que a sua carreira diplomática tivesse chegado ao fim. Encontrava-se a ser seguido por médicos de Baltimore que já lhe haviam prescrito um tratamento para uma doença que ainda não tinha sido diagnosticada. Delicada e atenciosamente, Kennedy fez várias perguntas sobre os postos

⁸¹ “Conversa de despedida com o Presidente Kennedy em 12 de Novembro de 1963 na Casa Branca”. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

⁸² “Passei o recorte respectivo às mãos do Presidente que o leu cuidadosamente. O único comentário que fez foi “Weapons from Algeria...”. Ibidem.

⁸³ Ibidem.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

anteriormente ocupados por Theotónio Pereira, interessando-se “particularmente” pela sua “missão em Espanha”.⁸⁴ Depois levantaram-se e foram para o jardim.⁸⁵ “A conversa já durava há mais de 45 minutos.” O presidente falou da *Operation Sail*, uma “concentração de navios escolas prevista para Julho de 1964 em New York, em seguida à regata a partir de Lisboa.” Como membro da *Sail Training Association* de Londres, Theotónio Pereira deu alguns esclarecimentos sobre o evento a Kennedy e prometeu que, caso a saúde o permitisse, viria a Nova Iorque assistir à chegada dos navios, prometendo o presidente que também esperaria os navios naquela cidade. Despediram-se “cordialmente”, embora só Theotónio Pereira estivesse no ano seguinte em condições de cumprir promessa feita na derradeira conversa que manteve com JFK.⁸⁶

Além de as relações entre os dois Países terem mudado alguma coisa num espaço de tempo inferior a três anos, havia nesta despedida que Kennedy dispensou a Theotónio Pereira uma semelhança, mesmo que ligeira, com a atenção que Isabel II lhe votara quando, no Verão de 1958, teve que abandonar o seu posto em Londres também de modo imprevisto e quase intempestivo, ainda que uma e outra vez as razões de uma saída apressada fossem totalmente diversas. Mesmo que possam ter sido várias as razões políticas que explicaram a atenção dispensada a um embaixador de um pequeno País aquando da sua despedida, a verdade é que Theotónio Pereira saía de Washington pessoal e politicamente engrandecido, ficando, sem que o desejasse ou pudesse supor, com o título de ter sido o último embaixador estrangeiro a encontra-se com Kennedy antes deste ter sido assassinado.

⁸⁴ Kennedy confessou nunca ter percebido porque razão as Forças Armadas alemãs não tinham atravessado os Pirinéus. Theotónio Pereira disse-lhe que tal se devera “à hábil política de Portugal e Espanha no sentido de evitar a todo o custo a invasão da Península.” Para além doutros pormenores, acrescentou ainda que muito provavelmente os alemães não tinham avançado por conhecerem a história e saberem aquilo que tinha sucedido aos exércitos de Napoleão quando invadiram a Península Ibérica. “Kennedy recordou certas passagens dos livros de Sir Arthur Bryan. O desembarque inglês na Corunha, e depois, as campanhas em Portugal. Vi que se interessava vivamente pelo assunto e que facilmente se poderia estender a conversa. Houve também perguntas sobre o terror vermelho em Espanha. A seguir, algumas outras sobre a minha primeira missão na América.” *Ibidem*.

⁸⁵ “The autumn leaves were still on the trees and the garden was beautiful, as always.” “Oral History Statement by Pedro Theotónio Pereira made by response to a series of questions by Joseph E. O’Connor.” Lisboa, 18 de Dezembro de 1966. *Loc. cit.*

⁸⁶ *Ibidem*. “With a broad smile, Kennedy asked, ‘Are you coming?’ I answered that I would do my best. The number of Tall Ships coming into New York harbour would certainly make it unforgettable occasion for all those who love sail. The President said: ‘You can count on me. I too will be there on the Fourth of July.’...” “Oral History Statement by Pedro Theotónio Pereira made by response to a series of questions by Joseph E. O’Connor.” Lisboa, 18 de Dezembro de 1966. *Loc. cit.*

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

“[...] retardar os efeitos da doença e ter resignação.”⁸⁷

Em finais de Junho de 1963, Pedro Theotónio Pereira viu-se à beira de reconhecer o inevitável. Estava gravemente doente e sem condições para continuar no exercício do cargo de embaixador. Não teve outra alternativa que não fosse informar Salazar de que o seu estado de saúde merecia bastantes cuidados. Ao seu eterno problema com as varizes, que muito se agravara nos últimos anos – e que em Washington muitas vezes o impediam de se calçar –, juntou-se uma evidente perda de movimentos da mão esquerda e um crescente tremor. Na altura, os médicos sustentavam, tal como sucedera em finais de 1961, que Pedro Theotónio Pereira deveria suspender o trabalho por algum tempo e submeter-se a tratamento. As suspeitas no primeiro diagnóstico recaíram sobre a hipótese de arteriosclerose ou de um tumor cerebral.⁸⁸ Em Agosto, e depois de feitos os exames médicos necessários, se se sentiu aliviado por ter sido posta de parte a hipótese de um tumor cerebral ou da arteriosclerose, terá sentido uma amargura profunda por lhe ter sido confirmada a terceira hipótese colocada inicialmente. Tinha Parkinson⁸⁹ e, embora menos importante, uma profunda anemia.⁹⁰ Em Setembro de 1963, reconhecia que se sentia melhor mas ainda incapaz de regressar ao trabalho, o que o impedia de ter qualquer interferência nos contactos luso-americanos que trouxeram o subsecretário de Estado George Ball a Portugal nos últimos dias de Agosto e depois, outra vez, em Setembro.⁹¹ Em Outubro, reconhecia que não tinha outra alternativa, e que aliás muito o desgostava, senão

⁸⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 22 de Junho de 1965. AOS/CP-214, fl. 41-42.

⁸⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 24 de Junho de 1963. AOS/CD-19, fl. 254.

⁸⁹ “Parkinson é uma doença degenerativa do sistema nervoso central que atinge, sobretudo, pessoas idosas. Caracteriza-se pela destruição de determinadas células nervosas que produzem uma substância chamada dopamina, essencial à coordenação motora. Os primeiros sintomas são rigidez muscular, tremor, ausência de mímica facial, diminuição do piscar, olhar fixo, e movimentos lentos. No início os sintomas não são específicos, sendo eles tremores ligeiros dos braços, falta de destreza, sensação de lentidão.” Por causa da **rigidez**, os doentes tendem a ficar com as costas inclinadas para a frente, os braços colados ao corpo e os joelhos gradualmente flectidos. A **lentidão dos movimentos** é um sinal antecipado da doença. Os parkinsonianos tomam-se naturalmente imóveis, uma vez que sentem dificuldade em dar início a qualquer movimento. Padecem ainda de **instabilidade postural** (posição curvada, pode levar a perder o equilíbrio, por vezes os doentes tropeçam e dão passos em falso). Para além destes habituais sintomas, podem também surgir outros tais como a “salivação excessiva”, “transpiração abundante, sobretudo durante a noite”, “distúrbios sexuais”, “tensão arterial inferior ao normal”, “perda de capacidades intelectuais, principalmente a nível da memória, da concentração e da compreensão”, “problemas de humor”, uma vez que “conscientes das suas limitações, cerca de metade dos doentes ficam deprimidos e ansiosos”, “distúrbios digestivos e de prisão de ventre”, “fadiga, que limita o doente nas suas actividades normais.” A evolução da doença de Parkinson é lenta e não tem cura. Progressivamente os doentes vêem-se obrigados “a reduzir a sua actividade.” Esta evolução não é igual de doente para doente, sendo que relativamente à esperança de vida se tem concluído que a dos parkinsonianos não é inferior à das pessoas saudáveis. <http://www.espigueiro.pt/reportagem/eee27d77ca20db309e056e3d2dcd7d69.html>. Acedido a 14 de Julho de 2004.

⁹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 1 de Agosto de 1963. AOS/CD-19, fls. 255-256.

⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 28 de Setembro de 1963. AOS/CD-19, fls. 257-258. Sobre as duas visitas de George Ball a Lisboa, em Agosto e Setembro, Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, pp. 292-301. Sobre a relevância que para os EUA veio a assumir a resolução do problema colonial português no estrito plano bilateral, José Medeiros Ferreira, “As Relações Luso-Americanas no Século XX – A Descoberta do Plano Bilateral” in *Ler História*, n.º 25, 1994, pp. 81-82.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

abandonar a carreira diplomática, apesar de informar Salazar que tinha conversado com o almirante Anderson – o novo embaixador dos EUA em Portugal –, e que este lhe deixara uma excelente impressão.⁹²

No início de 1964, Pedro Theotónio Pereira conheceu melhoras significativas o que lhe permitiu retomar a sua actividade no Conselho de Administração da Gulbenkian.⁹³ Cerca de mês e meio após o seu regresso sentia-se “bastante melhor mas não ainda liberto dos males” que o “apoquentavam”. Por meados de Março, afirmava ter esperança de que o “próprio trabalho” que passara a fazer “entre a Fundação” e as suas “coisas particulares” o ajudasse “a restabelecer a saúde.”⁹⁴ Mesmo assim, em Julho partia de viagem para os EUA. Ia “consultar de novo o médico” que o vinha tratando desde que “há aproximadamente um ano” tinha começado a não se “sentir bem.” No pico de Verão, confessava que “ultimamente” não tinha “passado melhor”, notando que “qualquer esforço maior” lhe ganhava “as forças” e o deixava “abatido”, confessando:

Há qualquer coisa que não está bem e a esperança que tenho é que seja susceptível de conserto pois se fosse o que de começo receava já não seria deste mundo.

*O facto é que as melhoras têm sido poucas e não voltei a sentir-me como antes.*⁹⁵

No regresso dos EUA vinha com a certeza médica de que, afinal, o seu “estado era estacionário e sem novas complicações.” Encontrava-se, “sensivelmente”, como no mês de Novembro de 1963, tendo recibo indicações de que deveria prosseguir com o “mesmo tratamento.” Uma coisa, porém, era indesmentível: cansava-se “muito mais”, tendo-se sentido muito fatigado durante a viagem de regresso de Baltimore.⁹⁶ Em finais de Outubro, reconhecia que nas últimas semanas se vinha sentindo “bastante melhor”, o que lhe parecia ser consequência do novo tratamento que lhe fora prescrito durante a última ida aos EUA.⁹⁷ Mas, em Fevereiro do ano seguinte, tinha que encarar de frente a crua realidade.⁹⁸ O seu estado de saúde deteriorara-se. Encontrando-se “há duas ou três semanas a tomar o remédio” que lhe tinham dado “na América” e que se era eficaz para o que mais se queixava, não podia esquecer que tinha “efeitos” que o “inquietavam relativamente à vista e à memória.” Entretanto, cada vez mais posto de lado pelo chefe do

⁹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 21 de Outubro de 1963. AOS/CD-19, fls. 259-260. Sobre a iniciativa protagonizada em Lisboa pelo embaixador Anderson com o objectivo de encontrar uma solução para o problema colonial português (Plano Anderson, 1965), José Medeiros Ferreira, *op. cit.*, p. 81 e Luís Nuno Rodrigues, “Missão Impossível: O Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965” in *Relações Internacionais*, n.º 1, volume 1, Março de 2004, pp. 99-112.

⁹³ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 9 de Janeiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 5-6.

⁹⁴ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 4 de Julho de 1964. AOS/CP-214, fls. 21-22.

⁹⁵ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 12 de Março de 1964. AOS/CP-214, fls. 12-16.

⁹⁶ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 22 de Julho de 1964. AOS/CP-214, fls. 23-24.

⁹⁷ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 29 de Outubro de 1964. AOS/CP-214, fl. 33.

⁹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. 19 de Fevereiro de 1965. AOS/CP-214, fls. 39-40.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Governo, dada a inutilidade provocada tanto pela doença como pelas tarefas que cada vez com maior dificuldade ia desempenhando na Gulbenkian – mesmo que, explicitamente, o não admitisse⁹⁹ –, Pedro Theotónio Pereira pedia a Oliveira Salazar “uns minutos para gastar comigo”, o que seria motivo de “grande prazer”.¹⁰⁰

Em Junho de 1965, encontrava-se em Londres para, mais uma vez, consultar o seu médico norte-americano. O “longo período de tratamento” a que tinha estado sujeito ia ser avaliado. Por outro lado, prestara-se a ouvir a opinião de dois médicos ingleses que avaliaram positivamente o tratamento de que vinha sendo alvo e o diagnóstico da doença que cerca de dois anos antes lhe tinha sido feito nos EUA: “Parkinsonismo”. Finalmente, e embora fossem essas as notícias esperadas, mas muito duras ouvir e aceitar, Pedro Theotónio Pereira reconhecia que o novo tratamento tinha adiado para já a degradação do seu estado de saúde, mesmo que essa fosse uma realidade incontornável.¹⁰¹ Em Londres propuseram-lhe, “basicamente”, a continuação do tratamento prescrito em Baltimore, mas com a inclusão de “uma droga nova” que se esperava poder ter alguns resultados na forma como os sintomas da doença se manifestavam. Admitia que a sua vida atravessava uma fase muito “depressiva” e, claro está, agradecia uma recente manifestação de “interesse e bondade” que Oliveira Salazar manifestara pelo estado de saúde daquele que fora o seu último ministro da Presidência. Nesta fase, reconhecia que apenas era possível “fazer retardar os efeitos da doença e ter resignação”, independentemente de “ambos os médicos” lhe terem confidenciado que a “ciência” tinha já “mais probabilidades” de “conseguir” melhores resultados no combate à doença.¹⁰²

O Parkinson, porém, era impiedoso e dessa impiedade se dava conta Pedro Theotónio Pereira à medida que a enfermidade dele ia tomando conta. Dos angustiantes problemas de memória que o apoquentavam chegou a desabafar com Oliveira Salazar.

*Esta estranha doença não me afecta a memória do que se passou há várias dezenas de anos, mas cria-me uma luta constante e cheia de ansiedade para me recordar das coisas mais simples de há uma semana.*¹⁰³

⁹⁹ “Tenho-me dedicado a este trabalho da Fundação e procurado ser útil.” Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 22 de Junho de 1965. AOS/CP-214, fls. 41-42. “O médico de Londres confirma diagnóstico e tratamento dos médicos dos Estados Unidos e de momento não há outra esperança que continuar com os remédios que felizmente já existem. Se não são capazes de curar, pelo menos parece que exercem uma acção retardatária. Uns dias estou melhor, outros pior.” Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 8 de Novembro de 1965. AOS/CP-214, fls. 43-44.

¹⁰² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Londres, 22 de Junho de 1965. AOS/CP-214, fls. 41-42.

¹⁰³ Vinha esta dissertação sobre o estado em que se encontrava a sua memória a propósito de uma evocação de acontecimentos passados no dia 7 de Novembro de 1942: “Fez ontem 23 anos que chegado a Lisboa às 8 da noite, V. Ex.a me deu ordem de marcha, findo o jantar de anos com os meus Pais, para ir apoiar junto do generalíssimo Franco, a diligência aliada sobre o desembarque no Norte de África. Antes da meia noite já eu ia outra vez a

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Para uma pessoa que, ao longo de toda a sua vida, fora não apenas relativamente saudável mas, sobretudo, extremamente dinâmica, a “inactividade” que a falta de saúde impunha era apenas parcialmente colmatada pelo facto de ter a noção de que na Administração da Gulbenkian estava a desempenhar funções não apenas úteis mas, sobretudo, extremamente inovadoras no “horizonte da vida nacional”. Por outro lado, e não conseguindo nunca deixar de falar de política, Theotónio Pereira sentia-se confortado por ver que o País estava a ser bem conduzido – por quem devia e sabia – e que por esse facto estava “à altura” das “dificuldades muito grandes” com que vinha sendo confrontado.¹⁰⁴

Mas o inevitável acontecia. Em Janeiro, Pedro Theotónio Pereira partia para os EUA não apenas para tratar de “assuntos de alguma importância ligados com a Fundação Gulbenkian”,¹⁰⁵ mas, sobretudo, “para consultar o médico”. É que apesar do “efeito obtido com os medicamentos” que vinha usando, tinha a forte “impressão” de que ia “piorando.” E fazia um voto: “Permita Deus que a acção retardadora das drogas possa intensificar-se.” No regresso, e também por razões de saúde, passaria por Londres.¹⁰⁶ Ainda em 1966, depositou alguma esperança na possibilidade de uma intervenção cirúrgica poder vir a resolver, ainda que parcialmente, o seu problema. Mas ao contrário dos médicos que o acompanhavam em Baltimore e que aconselhavam a intervenção, um especialista britânico, consultado já algumas vezes por Theotónio Pereira, opôs-se àquela solução. Deveria continuar com os medicamentos que tomava, não procurando outra forma de aliviar os sintomas da doença, mesmo que a medicação produzisse efeitos que lhe afectavam “a vista e a fala.”¹⁰⁷

Além de ter de se preocupar com o seu estado de saúde, Pedro Theotónio Pereira viveu os últimos anos da década de 1960 pendente do progressivo e preocupante envelhecimento de sua mãe. Vindo a falecer em 1969, passou os derradeiros anos de vida “cega”, apesar de “completamente lúcida”, tendo-se agravado muitíssimo o seu estado de saúde no Natal de 1966, o que deixava os seus filhos muito preocupados mas, sobretudo, Pedro Theotónio Pereira.¹⁰⁸ Pedro Theotónio Pereira escondeu de sua mãe a sua própria doença. Quando completou 65

caminho de Madrid.” Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 8 de Novembro de 1965. AOS/CP-214, fls. 43-44.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁵ “Os assuntos que vou tratar são: o pedido de isenção fiscal para os rendimentos da Fundação nos E. U. E dois planos de acção nos meios universitários que se afiguram com boas perspectivas. E ambos podem ser muito importantes. Já duram há ano e meio e agora é que se pode ter uma ideia de conjunto. Deles faz parte um estudo sobre o Ultramar português que está quase concluído. Tenho grandes esperanças.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 22 de Janeiro de 1966. AOS/CP-214, fl. 53.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Dafundo, 8 de Novembro de 1966. AOS/CP-214, fl. 62.

¹⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Dafundo, 26 de Dezembro de 1966. AOS/CP-214, fl. 64.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

anos, pôde constatar as melhoras da mãe e o facto de as suas próprias melhoras permitirem mantê-la na ignorância daquele que era o estado de saúde do seu filho mais novo. Nesta altura, uma alteração nos horários e nas doses da toma dos medicamentos permitiu-lhe melhorar substancialmente a sua condição. As mãos passaram a tremer-lhe muito menos, ao passo que a voz saía mais firme e clara.¹⁰⁹

Um ano mais tarde, em Novembro de 1968, e num tom desolado, confessava a Marcello Caetano que “infelizmente” não estava a passar “melhor”. “Os remédios” tinham “uma acção bastante limitada”, parecendo que o último recurso era “pedir a Deus” que não faltasse com “resignação.”¹¹⁰ Em Julho de 1969, numa carta que escreveu ao presidente do Conselho para o incentivar na visita oficial que se preparava para realizar ao Brasil, dizia-lhe que estava “agora a preparar uma viagem aos Estados Unidos para ensaiar um novo medicamento.” E logo a seguir acrescentava: “Não tenho passado melhor e é esta uma doença que aniquila. Deus permita que obtenha algum resultado.”¹¹¹ A esperança no novo tratamento era tanta que numa carta datada de Agosto seguinte, escrita também antes da tão aguardada partida para os EUA, voltava a referir-se-lhe dizendo que não tendo “nenhuma certeza adiante dos olhos”, e não sabendo sequer se podia ser aceite para experimentar o novo tratamento, nele depositava toda a sua esperança uma vez que vinha vendo “com alarme temperado de tristeza” uma degradação da sua saúde.¹¹²

Dos EUA, com o novo tratamento já a decorrer e a produzir efeito, Pedro Theotónio Pereira escreveu com uma alma nova, mais optimista, numa consequência lógica das melhoras que experimentava, embora quanto aos resultados nada fosse ainda definitivo. Tratava-se do primeiro estrangeiro a submeter-se à nova medicação do Parkinson, participando assim num projecto dirigido por um professor de neurologia da Universidade de Columbia. Após duas semanas de “testes preliminares”, na qualidade de novo paciente, foi aceite para fazer o “tratamento de L-Dopa.” Na data em que escrevia a Marcello Caetano encontrava-se já na terceira semana em que lhe era administrada a nova terapêutica. Notava melhoras e, sobretudo,

¹⁰⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Dafundo, 8 de Novembro de 1967. AOS/CP-214, fl. 67.

¹¹⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 28 de Novembro de 1968 (documento n.º 119). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125. No Verão, escrevera a Salazar uma carta, provavelmente a última, em que lhe pedia perdão por não poder estar presente nas cerimónias do centenário de Pedro Álvares Cabral. Isto porque desde Fevereiro a doença não cessava de progredir, tendo a medicação que tomava deixado praticamente de produzir efeitos. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Dafundo, 25 de Junho de 1968. AOS/CP-214, fl. 71. Pedro Theotónio Pereira fez parte da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral.

¹¹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 4 de Julho [de 1969] (documento n.º 120). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

¹¹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 3 de Agosto [de 1969] (documento n.º 122). Loc. cit.. Acrescentava no fim: “Perdoe se escrevo à máquina mas agora já com dificuldade me entendem de outra forma.”

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

sentia-se satisfeito por não terem surgido quaisquer “efeitos secundários que poderiam inclusivamente atrasar ou inutilizar a experiência.” E desabafava: “Deus permita que obtenha resultados seguros pois é uma doença segura.” Mas o seu periclitante estado de saúde não lhe permitia esquecer o de Salazar, por isso recordava que num congresso de neurologia que se aproximava estariam presentes tanto o médico que o estava a tratar como o dr. Merrit “que tem ido ver o Dr. Salazar.”¹¹³

Em Fevereiro de 1970, preparava-se para voltar aos EUA, sendo evidente que o novo medicamento tinha “resultados contraditórios.” Submetera-se ao “tratamento na América aceitando ir lá cada 3 meses buscar o remédio.” Em “certos aspectos” tinha “melhoras incontestáveis mas noutros” não estava “infelizmente mais aliviado.”¹¹⁴ Se por um lado o “L-Dopa” quase lhe normalizou o “estado geral”, por outro provocou-lhe “umas vertigens muito perigosas”. Infelizmente, o “tremor na mão direita” já não parecia poder ser melhorado substancialmente. Isso fazia com que tivesse de escrever muito devagar e nunca se soubesse muito bem em que condições poderia afinal sair “a letra” (a mão direita “Nem sempre obedece!”)¹¹⁵

No início do ano seguinte, escrevia a Alice e a Dean Acheson em tom optimista como consequência das melhoras que o tratamento com o L-Dopa lhe vinha proporcionando: “Thank you for your friendly enquiries about my health. I continue on the L-Dopa and, thank God, it enables me to carry on and keep interested in my work, and a little riding on the side.”¹¹⁶ Ao “18.º mês do tratamento” garantia ir “resistindo aos efeitos secundários” provocados pelo medicamento. Tinha “nítidas melhoras” e via a sua “letra voltar ao que era.” E acrescentava, enunciando aquela que podia ser uma das causas da doença de que padecia:

*Mas tem de ser numa calma difícil de manter no tempo corrente. Se me exalto, ou zango, ou deixo ferver o sangue, fico logo transtornado. Sem o aparecimento desse remédio, sabe Deus qual seria agora o meu estado!*¹¹⁷

Uma obsessão compreensível que repetia semanas mais tarde.

¹¹³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Nova Iorque, 18 de Setembro de 1969 (documento n.º 123). Loc. cit.. Para além de se referir com algum detalhe ao seu estado de saúde, Theotónio Pereira felicitava Marcello Caetano pela entrevista dada ao jornal francês *L’Aurore* e mostrava preocupação pelas eleições que se aproximavam – as “eleições são sempre um momento perigoso.”

¹¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 23 de Fevereiro de 1970 (documento n.º 124). Loc. cit..

¹¹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Setembro [de 1970] (documento n.º 130). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹¹⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Alice e Dean Acheson”. Lisboa, 22 de Janeiro de 1971. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹¹⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 30 de Maio de 1971 (documento n.º 133). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Eu continuo a viver pela acção do L-Dopa, o remédio que me valeu. Deus seja louvado, não tenho tido complicações secundárias ou alérgicas que me interrompam o tratamento. Mas há dias que me custa muito a escrever.¹¹⁸

Em Setembro as vertigens voltaram em força, ao ponto de mal o deixarem mover-se.¹¹⁹

Três meses mais tarde, confessava que tinha um “temporal na vida com operações e despesas médicas de aterrarem o mais tranquilo.” Sua mulher, que adoecera com gravidade, continuava “a recuperar mas muito devagarinho”, embora as melhoras fossem uma realidade. Depois de uma curta estada em Nova Iorque para tratamento, conheceu algumas melhoras no início de Fevereiro de 1972. Vinha com a “letra mais firme” e, portanto, “mais animado.” Até as vertigens pareciam ter regredido.¹²⁰ Porém, quando emocionava ou zangava continuava a piorar “instantaneamente.” A sua “esperança” estava em que “ao fim dum período mais longo as melhoras” se consolidassem. No entanto, e como a doença era “traíçoeira”, as melhoras ultimamente sentidas podiam esboroar-se de um momento para o outro.¹²¹ De qualquer modo, a última ida a Nova Iorque parecia ter sido excelente nos resultados. Em finais de Maio, mesmo quando se enervava ou agitava, podia “escrever no papel uma letra quase normal.”¹²² Mas poucos dias depois era novamente atraído. Fora internado na Cruz Vermelha como consequência de uma queda violenta que dera à porta do Museu da Gulbenkian, queda essa provocada por uma daquelas vertigens súbitas que o passaram a atormentar desde que lhe fora prescrito o L-Dopa. Perdera subitamente “a vista” e fora “violentamente projectado para o chão.” Felizmente, e apesar de ter caído com “todo o peso sobre o crânio”, não tivera qualquer fractura. Apenas uns grafos foram usados para lhe resolver o problema. Certo era que apesar da violência da queda, preferia correr o risco de uma outra igualmente violenta a parar com o “L-Dopa”: “[...] prefiro estar aliviado dos tremores que continuar a piorar do parkinsonismo.”¹²³

Na primeira fase dos seus derradeiros anos de vida, Pedro Theotónio Pereira passou a manter uma relação contraditória com aquela que era a sua velha paixão pelo mar e pela navegação à vela. Por um lado, o tormento quotidiano e cada vez mais difícil de suportar, provocado pela doença de Parkinson, limitavam-lhe a disponibilidade física e emocional para

¹¹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 29 de Junho de 1971 (documento n.º 134). Loc. cit.

¹¹⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 17 de Outubro de 1971 Loc. cit.

¹²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 28 de Fevereiro [de 1971] (documento n.º 145). Loc. cit.

¹²¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 7 de Março de 1972 (documento n.º 146). Loc. cit.

¹²² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 30 de Maio [de 1972] (documento n.º 148). Loc. cit.

¹²³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 15 de Junho [de 1972] (documento n.º 149). Loc. cit.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

poder continuar a usufruir dos prazeres da navegação à vela no seu *Bellatrix* ou, até, para acompanhar ou ser acompanhado por amigos nas suas incursões marítimas, para assistir à chegada ou à partida de regatas tanto em Portugal como no estrangeiro. Mas por outro lado, procurava manter-se a par de muito daquilo que no domínio das actividades náuticas se passava e, sobretudo, quando dizia respeito a Portugal e à afirmação do seu nome no estrangeiro.¹²⁴

No início da última semana de Maio de 1964, numa carta na qual o outro grande tema era o seu deplorável estado de saúde, chamava a atenção de Salazar para a muito próxima chegada a Lisboa dos “navios escolas à vela”, recordando que se vinham reunir no estuário do Tejo para depois seguirem em direcção a Nova Iorque para participarem na *Operation Sail*. Aproveitava para recordar ainda que o escritor Alan Villiers, cronista de vários feitos náuticos dos portugueses, seguiria a bordo do navio escola Sagres “para o outro lado do Atlântico”, mas, sobretudo, para sublinhar a importância do evento. O facto de Lisboa ser o ponto de reunião e de partida de tão importante acontecimento significava que o País – ou o regime ou ambos – tinham “muitos amigos nesse meio náutico” – por contraponto a outros –, e que tinham sido esses amigos a conseguir que fosse a capital portuguesa o “ponto de reunião” da regata. Mas além do significado político que apesar de tudo o evento tinha, Pedro Theotónio Pereira transmitia a Oliveira Salazar toda a sua ansiedade pelo magnífico espectáculo que se previa, caso o estado do tempo ajudasse: “Se o tempo estiver capaz no Domingo 31 será um espectáculo soberbo ver os dez navios escolas subir o Tejo à tarde.”¹²⁵

Em Julho, passava-se exactamente o mesmo. Depois duma estada em Baltimore, onde passara deslocar-se periodicamente para ser observado pelo seu médico, numa carta em que as notícias sobre o seu estado de saúde ocupavam parte da missiva, escrevia longamente sobre veleiros:

[...] tive a alegria de assistir à grande revista naval de New York em que a nossa Sagres marcou um lugar de honra. A todo o momento a sua presença fez recordar o passado de Portugal e a sua missão histórica na descoberta dos caminhos dos mares.

*A Life publicou as belas fotografias em que a Sagres sobressai sempre. Ainda bem que Portugal tem este navio!*¹²⁶

¹²⁴ No início do ano de 1971, Theotónio informava o casal Acheson sobre o modo como se alterara fatalmente a sua relação com os desportos náuticos: “[...] I have had to give up sailing. The ‘Bellatrix’ is now a small training-ship for the young men of the Mocidade Portuguesa, to whom I gave her last year. I have moved from the position of skipper to that of occasional guest aboard my friends’ yachts for short trips.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Alice e Dean Acheson”. Lisboa, 22 de Janeiro de 1971. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹²⁵ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 22 de Maio [de 1964]. AOS/CP-214, fls. 19-20.

¹²⁶ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 22 de Julho de 1964. AOS/CP-214, fls. 23-24. Ainda nesta carta, só os recentes êxitos de Goldwater na política norte-americana e a percepção de que as coisas estariam, finalmente, a mudar em favor dos interesses portugueses nos EUA, pareciam também produzir em Pedro

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Talvez se tivesse ainda recordado do teor da última conversa com mantivera com Kennedy nos jardins da Casa Branca.

“É uma tarefa fascinante.”¹²⁷

A 3 Fevereiro de 1964, Pedro Theotónio Pereira reassumiu as funções de administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.¹²⁸ Era algo que, não apenas no seu íntimo, desejava fortemente mas que o seu deplorável estado de saúde o vinha obrigando a adiar, já depois de ter regressado a Lisboa e, a 19 de Novembro último, ter sido colocado na “disponibilidade” pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.¹²⁹ Na segunda semana de Janeiro confessava a Salazar que, embora já escrevesse “com mais facilidade”, a “fala e a reflexão” estavam “ainda submetidas a uma causa retardadora que muito me apoquentam.” Eram os tais “aspectos” do seu “mal-estar” que ainda se não tinham atenuado “sensivelmente”. À pressão exercida por Oliveira Salazar para que Pedro Theotónio Pereira retomasse rapidamente o seu cargo na Gulbenkian, este apenas garantia ir “fazer o possível para começar a trabalhar nos processos da Fundação no começo do próximo mês”, fazendo votos para que as suas “melhoras” se intensificassem.¹³⁰ Entretanto, fez chegar a Salazar o mal estar sentido por alguns milionários residentes em Portugal a propósito da publicação, em *Diário do Governo*,¹³¹ de legislação respeitante a novas medidas fiscais para os residentes estrangeiros em Portugal. O Ministério das Finanças parecia ter ido longe de mais, sentindo-se aqueles cidadãos afectados pela nova legislação. Fizeram chegar a Theotónio Pereira queixas em que se diziam vítimas de tributação que consideravam

Theotónio Pereira alguma satisfação com aquilo que se passava na cena política internacional. De qualquer modo, o optimismo aqui revelado, era consequência de algumas melhoras do seu estado de saúde sentidas nas últimas semanas. Sobre Goldwater, James T. Patterson, *Grand Expectations. The United States, 1945-1974*, vol. X, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 548-549. Barry M. Goldwater, do Arizona, um homem alto, afável e bem parecido, conseguiu a nomeação do Partido Republicano para as presidenciais de 1964, batendo Nelson Rockefeller, de Nova Iorque, um candidato muito mais liberal. Pedro Theotónio Pereira, na sua ida aos EUA, terá presenciado e ficado muito bem impressionado não apenas com o seu conservadorismo radical, mas também com a aceitação que parecia estar a ter na sociedade norte-americana, depois dos quatro anos francamente liberais das administrações Kennedy e Johnson. Independentemente daquele que era o conteúdo do programa com que se apresentou aos eleitores, a sua campanha foi tão desastrosa que Goldwater seria esmagado por Johnson numa derrota histórica: 27,2 milhões e 43,1 milhões votos foi quanto recolheram, respectivamente, os dois candidatos. Idem, *ibidem*, pp. 557-561.

¹²⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 12 de Março de 1964. AOS/CP-214, fls. 12-16.

¹²⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 3 de Fevereiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 9-10.

¹²⁹ A colocação de um embaixador na “disponibilidade” significava que continuava a poder receber a sua remuneração. Porém, após o seu regresso à Fundação, e apesar de Franco Nogueira o ter “tratado com grande bondade”, Pedro Theotónio Pereira requereu a passagem a “licença ilimitada”, dispensando assim o Ministério dos Negócios Estrangeiros de lhe pagar “um vencimento”. E acrescentava: “Estou em contacto com o Ministério e por estes dias tenciono meter requerimento. Não quis no entanto fazê-lo sem primeiro submeter a V. Ex.a esta minha intenção.” Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 12 de Março de 1964. AOS/CP-214, fls. 12-16.

¹³⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 9 de Janeiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 5-6.

¹³¹ O que estava em causa era a promulgação do decreto-lei n.º 45 399 e do Código do Imposto Complementar. *Diário do Governo*, 30 de Novembro de 1963, 1.ª Serie, Suplemento n.º 281.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

elevada e aplicada em duplicado, uma vez que os seus rendimentos estariam a ser alvo do fisco, tanto nos seus países de origem, ou nos países de origem dos seus rendimentos, como em Portugal, ainda por cima aqui a um nível muito elevado. Esta realidade, argumentavam os queixosos, além de injusta em si mesma, punha Portugal e o seu sistema de tributação dos cidadãos estrangeiros nele residentes em posição desfavorável por comparação com países como a Espanha e a Suíça. Pedro Theotónio Pereira, regressado a Lisboa havia pouco, uma figura destacada do regime com acesso directo a Salazar, mas mantendo também relações de grande proximidade pessoal com algumas das mais distintas figuras estrangeiras residentes em Portugal – sobretudo na região de Lisboa –, foi imediatamente contactado por aqueles que se consideravam lesados e, portanto, instado a agir. Sendo certo que os seus amigos não punham em causa o pagamento de impostos em Portugal por rendimentos oriundos de países terceiros, passaram a considerar a acção do fisco demasiadamente zelosa.¹³² Para Pedro Theotónio Pereira, como para Oliveira Salazar, entretanto posto já ao corrente do incidente, parecia evidente que o Ministério das Finanças avançara no sentido da “duplicação do imposto.” Por esse facto, notava o antigo ministro da Presidência, a “reação” era “muito forte do lado dos estrangeiros amigos.” Sir Peter Norton-Griffitts, antigo director geral da Shell, dignara-se a enviar uma carta a Theotónio Pereira queixando-se da medida. A única solução, e antes que se instalasse uma “onda de alarme e de protesto”, seria “rever sem demora o problema.”¹³³ Porém, em Fevereiro, já tudo serenara. Um dos organizadores do protesto contra as medidas fiscais do Governo, van Kleffens, escrevera “já mais calmo” a Pedro Theotónio Pereira, muito por causa do que este entretanto lhe dissera sobre o assunto e as medidas correctoras que o Governo se comprometia a aplicar. Para van Kleffens, no entanto, uma solução aceitável do problema passava pela adopção pelo Estado português dos acordos da “OECD em Paris” que impediam “a dupla tributação.”¹³⁴

Na Administração da Gulbenkian, de onde saíra por causa da sua entrada para o Governo em Setembro de 1958, e da qual se manteve afastado durante a sua missão diplomática em Washington, Theotónio Pereira procurou inteirar-se da evolução que a Fundação

¹³² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 5 de Janeiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 1-2. Theotónio Pereira enviou a Salazar o extracto de uma carta trocada entre representantes da comunidade estrangeira em Portugal sobre o assunto. “Dum trecho duma carta do Sr. van Kleffens para um amigo”. AOS/CP-214, fl. 3.

¹³³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Lisboa, 9 de Janeiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 5-6. Salazar pôs-se em contacto com o ministro das Finanças, tendo-lhe este enviado informação sobre o assunto e colocado-se à disposição do chefe do Governo para quaisquer esclarecimentos sobre o assunto. Cartão do Gabinete do Ministro das Finanças para Oliveira Salazar. 14 de Janeiro de 1964. Assinatura ilegível. AOS/CP-214, fl. 8. Na altura, o Pinto Barbosa era o ministro das Finanças.

¹³⁴ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 3 de Fevereiro de 1964. AOS/CP-214, fls. 9-10.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

conhecera durante a sua prolongada ausência. A pedido de Oliveira Salazar, e como já sucedera no passado, procurou mantê-lo informado de tudo aquilo que de mais relevante ali se passava, sendo evidente que as suas preocupações, como as do presidente do Conselho, tinham sobretudo que ver com duas questões essenciais. Saber se a Fundação, na sua actividade de enormes proporções e significado, não agia excessivamente ao arrepio das grandes linhas de orientação política e ideológica do regime. Perceber se no seu funcionamento, desde logo a partir das cúpulas, mas também nos seus sectores intermédios, preenchidos por funcionários normalmente bem preparados, não havia quaisquer indícios de uma alteração nas orientações estabelecidas aquando da sua criação, e se o seu equilíbrio político interno, cuidadosamente preparado por Salazar, com a colaboração de Theotónio Pereira, não sofria alterações repentinas e inconvenientes. Escassas semanas após o retomar de funções, Pedro Theotónio Pereira alertava o presidente do Conselho para a existência de “uma publicação” que tinha começado a ser distribuída pouco depois do seu regresso às funções de administrador. Assim, a leitura dos trabalhos editados com a responsabilidade ou com o patrocínio do Centro de Estudos de Economia Agrária¹³⁵ – “que nestes seis ou sete anos tem produzido fortemente desta ciência tão do agrado dos economistas” –, tinham deixado Theotónio Pereira esclarecido. Desagradado com o economicismo e o marxismo mais ou menos larvar, mais ou menos ostensivo, das publicações do Centro e, especialmente, da revista, relatava a Salazar que enviara imediatamente a Azeredo Perdigão “um apontamento” sobre o assunto, registando com prazer que o presidente da Fundação reagira “muito bem.” Rematava a nota enviada a São Bento nos seguintes termos:

Se V. Ex.a tiver pachorra, vale a pena ler o apontamento que fiz e o despacho nele dado pelo Dr. Az. P. que vai permitir vigilância séria.

Como não tenho outra cópia, muito agradecerá a V. Ex.a a devolução.¹³⁶

Pedro Theotónio Pereira mantinha o velho espírito de inspiração inquisitorial que na década de 1920 o tinha levado a polemizar com escritores e a policiar livrarias, fazendo rusgas em busca de livros proibidos pelo índice lavrado pelas autoridades republicanas.¹³⁷ Em 1964, igual a si próprio,

¹³⁵ Entre 1959 e 1964, o Centro de Estudos de Economia agrária tinha editado quinze estudos. Instituto Gulbenkian de Ciência, *Centro de Estudos de Economia Agrária: Publicação Comemorativa do XXV Aniversário do Centro de Estudos de Economia Agrária*, s.e., s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p. 361. Criado em 1958 pelo Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian. As peripécias e as razões históricas, políticas e técnicas da sua criação encontram-se narradas em: Henrique de Barros, “Antecedentes e Criação do Centro de Estudos de Economia Agrária: Breve Notícia Histórica” in *op. cit.*, pp. 1-43.

¹³⁶ “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 24 de Fevereiro de 1964. AOS/CP-214, fl. 11.

¹³⁷ Sobre o papel de zelador da pureza ideológica e política dos colaboradores da Fundação Calouste Gulbenkian, desempenhado por Pedro Theotónio Pereira, queixou-se Vasco Pulido Valente: “[...] O falecido patriota Pedro Teotónio Pereira, com a ajuda da PIDE, prestou-me o inestimável serviço de se opor a que eu entrasse para o Centro de Investigação Pedagógica da Gulbenkian.” Vasco Pulido Valente, “O Modo da Vida” in *Retratos e Auto-Retratos (Ensaio e Memórias)*, 2ª ed., Assírio & Alvim, 1997, p. 47.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

vigiava o conteúdo político e ideológico das actividades desenvolvidas no seio da Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Calouste Gulbenkian, agindo depois em conformidade, fosse pela informação transmitida Oliveira Salazar, fosse pela pressão exercida sobre o presidente do Conselho de Administração de que fazia parte.¹³⁸

Pouco mais de um mês após o seu regresso, com Azeredo Perdigão em viagem, Pedro Theotónio Pereira tinha finalmente retomado o “pleno contacto com a vida da Fundação depois de seis anos de ausência.” Reconhecia mais uma vez que a “máquina que o velho rei do petróleo deixou a Portugal” era um “meio colossal de ajudar o país em muitos aspectos em que os nossos recursos próprios não abundam”, descansando depois Oliveira Salazar ao comunicarlhe que ela tinha “melhorado naqueles ângulos que mais nos inquietavam”. Era evidente que a sua organização fora aperfeiçoada e que “à parte uns elementos perigosos que entraram no momento em que” Pedro Theotónio Pereira tivera de se “afastar”, podia-se “dizer que o espírito da Fundação permanecia inclinado para o interesse nacional – e que se pode contar com ela.” Como uma espécie de comissário político, Theotónio Pereira vasculhara atentamente “inúmeros processos e papéis”,¹³⁹ o que lhe permitia não apenas reconhecer o “esforço verdadeiramente titânico que o Presidente da Fundação” tinha desenvolvido “nestes oito anos”, como, “mais do que isso”, demonstrara “constante lealdade e desejo de servir o país”, o que se reflectia “nos seus despachos e nas soluções dadas a muitos casos que ofereciam grande melindre.” A manutenção da estrutura directiva, assente desde o estabelecimento da Fundação e após muitas polémicas, deveria permanecer uma vez que não apenas resultava bem, como permitia trabalhar com “gente verdadeiramente integrada no pensamento inicial.”¹⁴⁰

¹³⁸ Depois de criado o Centro, numa reunião dos vogais do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian residentes em Lisboa – de 3 de Julho de 1958 –, Pedro Theotónio Pereira, que não esteve presente, fez chegar a sua opinião sobre a região à qual o Centro deveria dedicar, inicialmente, os seus trabalhos de investigação: “O Senhor Presidente referiu-se, em seguida, à necessidade de escolher a região em que começaria a trabalhar o Serviço do Inquérito; recordou que o Senhor Embaixador Theotónio Pereira havia sido de parecer que se deveria dar preferência a uma zona de policultura, com milho e vinha, por serem estas zonas as mais características do País.” Henrique de Barros, o cérebro do centro, “aceitando este princípio”, defendeu o estudo da “zona ocidental ao centro do País, por ser região bastante importante, em evolução, abrangendo as mais importantes culturas portuguesas, com domínio da pequena e média explorações, constituída por uma população progressiva e ansiosa por progredir ainda mais; além disso, é uma região de fácil acesso, o que, no início da actividade do Centro, é muito importante, por haver facilidade de assegurar as comunicações entre o Centro e a zona de trabalhos.” A escolha de Henrique de Barros seria aceite por todos os Administradores. Henrique de Barros, *op. cit.*, p. 43.

¹³⁹ O “trabalho” ali desenvolvido por Pedro Theotónio Pereira era, apesar de tudo, e como o próprio confessava, “muito moderado”, o que adequava ao seu estado de saúde.

¹⁴⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 12 de Março de 1964. AOS/CP-214, fls. 12-16. Num cartão datado de 3 de Abril do mesmo ano, Pedro Theotónio Pereira manifestava a sua preocupação em manter, de preferência pessoalmente, Oliveira Salazar a par daquilo que se passava na Gulbenkian. Porém, e de forma abreviada, garantia que continuava a “encontrar muito bom espírito”, patentes, aliás, em recentes “declarações do Presidente da Fundação.” Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 3 de Abril de 1964. AOS/CP-214, fls. 17-18.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, um dos aspectos da relativa fidelidade e seguidismo da Fundação em relação ao Governo e ao regime, exprimia-se, por exemplo, no apoio a um “vasto programa de acção nos meios académicos dos E. Unidos que pela primeira vez” tornava “possível certos contactos da maior importância.” O ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, estava “ao corrente de tudo” aquilo que se pretendia fazer ou já se estava a fazer, sendo que Pedro Theotónio Pereira recorria muitas vezes àquele com o intuito de concertar iniciativas. Uma coisa era certa: a Fundação estava disposta a “tentar realizar um trabalho de considerável alcance.”¹⁴¹

No seu regresso à Gulbenkian, além de desempenhar uma tarefa de vigilante em nome dos desígnios determinados por Oliveira Salazar e, portanto, daquilo que ainda sobrevivia da velha estrutura ortodoxa e originária do regime fundado em 1933 – mas repetindo, no fundo, os velhos hábitos que numa outra escala aprendera e desenvolvera ao longo de anos enquanto embaixador e colaborador próximo e privilegiado de Oliveira Salazar –, Pedro Theotónio Pereira deixou-se uma vez mais – mas naquela que seria a vez derradeira –, tomar pela importância e pelo fascínio das políticas sociais, nestas vendo a possibilidade de deixar uma obra que pudesse servir as classes mais desfavorecidas e prestigiar o regime. Em Março de 1964, dava disso conta:

*Sempre tive desejo que a Fundação pudesse cooperar na construção de casas para gente modesta e com alegria digo a V. Ex.a que essa ideia já é bem encarada pelo Conselho. Se V. Ex.a tiver tempo e paciência para conversar um dia sobre estes assuntos, é só chamar-me.*¹⁴²

Meses mais tarde, Pedro Theotónio Pereira voltava ao tema. O “assunto das casas económicas” parecia cada vez mais “susceptível de receber uma considerável ajuda da Fundação”, tendo a esse propósito, o administrador para as Relações Internacionais, mantido contactos com o Ministério das Finanças.¹⁴³ O objectivo de Theotónio Pereira era revigorar a política de construção de habitação social do regime através duma conjugação de recursos financeiros ao dispor do Governo e da Fundação, retomando o esforço que alguns frutos dera, nomeadamente nas já longínquas décadas de 1930 e 1940. A sua iniciativa traria resultados, uma vez que também neste domínio a Fundação Calouste Gulbenkian desenvolveu esforços e apresentou resultados. É, no entanto, impossível saber em que medida a intervenção de Pedro Theotónio Pereira terá sido relevante ou, até, determinante, na decisão adoptada pela Administração da Gulbenkian de aplicar alguns recursos em políticas que, aparentemente, não estariam totalmente

¹⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 6 de Janeiro de 1965. AOS/CP-214, fl. 38.

¹⁴² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 12 de Março de 1964. AOS/CP-214, fls. 12-16.

¹⁴³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 22 de Maio [de 1964]. AOS/CP-214, fls. 19-20.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

nas suas cogitações e até no seu programa de acção.¹⁴⁴ De qualquer modo, e do ponto de vista da sensibilidade política e pessoal de Pedro Theotónio Pereira, era evidente que lhe parecia muito mais útil e necessária a canalização dos enormes recursos financeiros da Fundação para iniciativas que promovessem o bem estar social dos portugueses e não, certamente, para eventos ligados a actos culturais elitistas, mesmo que tivesse sido à sombra do fomento daquele tipo de iniciativas que a Fundação fora pensada e nascera.

No decurso dos anos que passou na Gulbenkian, Pedro Theotónio Pereira teve também a oportunidade de dar o seu apoio a alguns jovens investigadores estrangeiros que demandavam Portugal e a Fundação para estudar a realidade política e económico-social, tanto passada como presente. Harry Mark Makler, um “jovem sociólogo” norte-americano que se dedicou a estudar as elites industriais portuguesas em meados da década de 1960, não deixou de escrever nos agradecimentos da memória da sua tese que:

In Portugal there are many people to whom I wish to express my appreciation. Ambassador Pedro Theotónio Pereira, to whom this study is dedicated, launched my career in Portuguese studies. He devoted countless hours to the project and, although he will never tell me the details, I know that he often had to explain what “this young American sociologist” was doing in his country. In spite of his busy schedule as director of the Calouste Gulbenkian Foundation’s International Department, he found many moments to discuss the study’s progress and to offer me the benefit of his years of experience. For all his support I shall be forever grateful.¹⁴⁵

Anos mais tarde, Pedro Theotónio Pereira teve ainda ocasião de dar o seu testemunho – o testemunho de um dos grandes do regime – sobre os inúmeros aspectos da história portuguesa que tinha vivido como espectador e como protagonista, numa conversa que manteve com Douglas Wheeler, um então jovem historiador norte-americano que trabalhava sobre a história da I República e da Ditadura Militar.¹⁴⁶ Esta sua preocupação e este seu comportamento era compreensível tanto pelo facto de sempre ter gostado de se rodear de gente mais nova que se lançava sobre o trabalho de forma voluntariosa e devotada – mas que lhe parecesse política e ideologicamente fiável –, mas ainda por ter sido sistematicamente seu desejo tentar controlar o discurso que os analistas, os estudiosos de várias proveniências, produziam sobre Portugal e os portugueses.

¹⁴⁴ A Fundação também fora criada com fins caritativos. Resta saber se, inicialmente, estava prevista a sua acção na construção de habitação para populações carenciadas. Caso tal não sucedesse, ou sucedesse apenas através de uma aplicação muito limitada de recursos, é lícito que se atribua a Theotónio Pereira a responsabilidade por uma tal mudança na sua política assistencial.

¹⁴⁵ Harry Mark Makler, *The Portuguese Industrial Elite* (submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, in the Faculty of Political Science, Columbia University), 1968, pp. iii-iv. O chamado orientador foi, o hoje famoso cientista político hispano-americano, Juan J. Linz.

¹⁴⁶ Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1986, p. 87, nota 55.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Por isso, a ligação de Pedro Theotónio Pereira, através da Gulbenkian, ao mundo académico e da investigação científica – nomeadamente estrangeiro –, fez-se igualmente com declarados objectivos de benefício político para o Estado Novo. Em finais de Novembro de 1965, propunha que se rentabilizasse politicamente a presença em Portugal, a convite da Gulbenkian, de um professor sueco tido como “amigo já bem provado” do salazarismo. Pelo facto de ser sueco – oriundo, portanto, de um dos países europeus mais fortemente crítico da política colonial portuguesa –, Pedro Theotónio Pereira sugeria que além da entrevista à imprensa – que fora entretanto redigida pelo professor Alves Martins¹⁴⁷ –, Salazar se disponibilizasse para receber o professor de estatística da Universidade de Uppsala, O. A. Wold, permitindo dessa forma que se cumprisse o desejo manifestado por alguém que se considerava um amigo de Portugal.¹⁴⁸ Do ponto de vista da propaganda do regime e da sua figura cimeira, e mesmo que se processasse discretamente, o encontro entre Salazar e Wold traria sempre, era a convicção de Theotónio Pereira, resultados positivos.

Por finais da década de 1960, já com Marcello Caetano na chefia do Governo, a Fundação Calouste Gulbenkian atravessou uma crise séria que, ao gerar conflitos na sua cúpula, esteve intimamente ligada à necessidade de se proceder à substituição de alguns dos administradores que tinham inesperadamente abandonado as suas funções¹⁴⁹ e de outros que, pelo seu estado de saúde e idade avançada, não estavam em condições de exercer as suas funções.¹⁵⁰ Vista esta realidade, Azeredo Perdigão achou por bem proceder a uma remodelação relâmpago da Administração, dando conhecimento desse facto e das condições que o levaram a

¹⁴⁷ Pedro Theotónio Pereira remeteu a Oliveira Salazar um recorte do *Diário de Notícias* de 25 de Novembro de 1965, com a entrevista ao professor Wold. Das declarações deste, aquele matutino chamava a atenção para duas afirmações do entrevistado: “Estou impressionado com a firmeza da moeda portuguesa” e “Não estou de modo algum certo de que os goeses vivam agora melhor.” Salazar, de qualquer modo, não recebeu O. A. Wold. AOS/CP-214, 6.1.6., 20.º.

¹⁴⁸ “Wold há muito tempo que fala em ter um dia a oportunidade de conhecer V. Ex.a pessoalmente. Creio que ele mereceria essa honra e seria agora uma boa oportunidade.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Lisboa, 23 de Novembro de 1965. AOS/CP-214, fls. 45-46.

¹⁴⁹ “[...] o conselho de administração da Fundação, para poder continuar a funcionar legalmente, teve de fazer, à pressa, a substituição de dois administradores que, por motivos exclusivamente particulares, renunciaram imprevistamente, ao exercício das respectivas funções – o Sr. Kevork Essayan, genro de Calouste Gulbenkian, e o prof. engenheiro Leite Pinto.” “Carta de José de Azeredo Perdigão a Marcello Caetano”, 14 de Outubro de 1969. José Freire Antunes (ed.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2.º vol., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1985, p. 119 (documento 329).

¹⁵⁰ “A prolongada doença do Sr. Duque de Palmela tem-no mantido, há meses, em casa, impossibilitando, portanto, de tomar parte nas reuniões do Conselho e, até, de prover regularmente, ao expediente dos seus pelouros; o embaixador Dr. Teotónio Pereira, embora o seu estado de saúde acuse apreciáveis melhoras, não pode ser encarregado de novas tarefas; o embaixador Dr. Marcello Mathias continua impedido em Paris; e, por último, o Sr. Robert Gulbenkian, em cumprimento de obrigações de cargo há muito assumidas e inadiáveis, tem de partir, ainda amanhã, para o Médio Oriente com demora de algumas semanas.” *Idem*, *ibidem*.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

agir numa carta enviada ao presidente do Conselho.¹⁵¹ Nomeou “dois novos administradores, pessoas já conhecedoras dos problemas da Fundação, novos, com boa saúde e dispostos a dar, à Fundação, toda a sua actividade – o engenheiro Luis de Guimarães Lobato e o Dr. Sá Machado” – que até então “exerciam, respectivamente, os cargos de directores do Serviço de Projectos e Obras e do Serviço do Ultramar.”¹⁵²

Ao fim de meia dúzia de anos com um papel activo no Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, e com esta em permanente mudança e fazendo um esforço para se adaptar a novas realidades tanto no domínio nacional como internacional, Pedro Theotónio Pereira começou, cada vez mais, a manifestar o seu desacordo com a política seguida por Azeredo Perdigão. Acusava-o de estar completamente “dominado pelas ideias de sua mulher”, Madalena Perdigão, o que fizera com que se desligasse “do critério que até aí o pusera de acordo com os seus colegas [...]”. Classificando como “turva” a situação na Fundação, temia que no futuro os conflitos entre as diversas sensibilidades do Conselho de Administração da Gulbenkian se agravassem.¹⁵³

Simplemente, os problemas da Fundação não ficavam por aqui. A dada altura, a prevista visita privada do presidente do Iraque a Portugal, viagem realizava com o objectivo de pressionar uma maior disponibilização de fundos, por parte da Administração da Fundação, para o seu País, ameaçou tornar-se numa questão delicada. E se no passado fora possível manter boas relações com Estado iraquiano, no futuro próximo, suspeitava Theotónio Pereira, tal poderia deixar de ser uma realidade. A Marcello Caetano dizia:

[...] Até agora temos podido manter boas relações dando-lhes bastante dinheiro mas muito menos do que pediam.

A vinda a Lisboa deve ser a mais volumosa das reivindicações e vai inquietar bastante a Fundação. Não creio que se possa obter nada de palpável para os nossos interesses. Acho que não se deve falar muito no caso, uma vez que nunca tivemos relações diplomáticas com o Iraque desde a sua fundação.

*Penso que a Fundação queira ser discreta.*¹⁵⁴

No pico do Verão de 1971, Theotónio Pereira preocupava-se em assegurar a continuidade da sua missão no Conselho de Administração da Gulbenkian, tendo por isso

¹⁵¹ “Por todos os motivos eu teria desejado pôr V. Ex.a ao corrente destes acontecimentos logo que eles ocorreram, pois que o seu conselho poderia ter sido, para o efeito de bem resolver a situação, de grande utilidade; mas tudo se passou, praticamente, no fim da última semana e era necessário que as resoluções fossem tomadas e postas em prática antes de saída de Robert Gulbenkian para o Médio Oriente.” Ibidem.

¹⁵² A propósito da segunda escolha, Azeredo Perdigão chamava a atenção de Marcello Caetano para o facto de se tratar de alguém que reunia todas as condições para a continuação da acção a desenvolver pela “Fundação nas nossas Províncias de África.” Ibidem.

¹⁵³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Setembro [de 1970] (documento n.º 130). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹⁵⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Setembro [de 1970] (documento n.º 130). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

procurado nomear Luís Soares de Oliveira para o cargo de director do serviço internacional. Conhecendo-o da sua passagem por Washington no início da década de 1960, recomendava-o para aquele cargo por com ele ter já trabalhado, mas por também ter “experiência de relações internacionais e gosto por esse trabalho.” Como sentia e sabia a sua saúde instável, achava-se no direito de escolher alguém que não apenas o ajudasse mas, sobretudo, o substituísse “assegurando a continuação de uma política” no caso de falecimento ou de incapacitação.¹⁵⁵ Resolvido o “caso Soares de Oliveira”, o que obviamente deixou Theotónio Pereira muito feliz, comunicou a Marcello Caetano que José Blanco, filho do seu amigo Jorge Blanco e seu secretário pessoal quando fora ministro da Presidência, também voltara a trabalhar na Gulbenkian, agora como director de serviço no “Serviço Internacional Extra-Europeu.” Meses mais tarde enviava uma carta a Marcello Caetano pedindo-lhe que este interviesse, como já sucedera com Soares de Oliveira, na resolução do “problema militar” de José Blanco. Encarando também José Blanco como uma espécie de sucessor ou continuador do seu trabalho na Gulbenkian, tinha a consciência de que tudo se poderia perder caso tivesse de se afastar durante “dois anos ou coisa que o valha.”¹⁵⁶

“[...] mais perto da morte que da vida.”¹⁵⁷

Quando, em Setembro de 1968, Américo Thomaz se decidiu pela substituição de Salazar na Presidência do Conselho, Pedro Theotónio Pereira, depois de se ter oposto a tal solução, acabou por aceitar o inevitável: a exoneração de Salazar da chefia do Governo e a entrega deste cargo a Marcello Caetano. Independentemente daquele que foi o teor da intriga que rodeou este acontecimento charneira na história do Estado Novo, é óbvio que Theotónio Pereira teve em todo o processo um papel muito mais apagado do que aquele que lhe estaria reservado caso Salazar tivesse sido substituído, por exemplo, dez anos antes. Nessa altura, na qualidade de embaixador em Londres ou de ministro da Presidência, e de membro vitalício do Conselho de Estado, Pedro Theotónio Pereira encontrava-se no uso pleno das suas capacidades físicas e intelectuais, estando em condições, pelo menos teóricas, tanto de ambicionar substituir Salazar como de influenciar seriamente a escolha de um sucessor.

¹⁵⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 27 de Agosto de 1971 (documento n.º 135). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹⁵⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Lisboa, 17 de Janeiro de 1972 (documento n.º 142). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155. Na altura, José Blanco encontrava-se a cumprir o serviço militar na Guiné, às ordens directas do general Spínola. Entrevista com José Júlio Pereira Cordeiro Blanco. Lisboa, dia 3 de Setembro de 2001.

¹⁵⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Ramón Serrano Suñer.” Lisboa, 27 de Setembro de 1968. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

O acidente de que Salazar foi vítima teve um efeito profundo em Theotónio Pereira. O seu cunhado, António Palha, escreveu-lhe uma carta procurando confortá-lo, precisamente por saber quão sentido era o seu “desgosto com estado do Professor Salazar”, recordando aquela que tinha sido a “dedicação a esse Homem, durante quase todo o tempo que ele serviu, ou mesmo todo o tempo.” E depois, recordando que o desconhecido e o imprevisto se sucederiam àquilo que certamente desejava pudesse ser eterno, acrescentava:

Nós não sabemos ainda bem o que perdemos, mas a nossa intuição diz-nos muita coisa que se há de ir confirmando a pouco e pouco. Que a vontade de Deus se cumpra, e não nossa, e que ao menos ele não tenha sofrimento de qualquer espécie.¹⁵⁸

Na resposta, Pedro Theotónio Pereira resumiu pelo menos uma parte daquela que era a impressão que lhe causara a incapacitação o presidente do Conselho. O momento vivido classificava-o como de “transe [...] difícil”, aproveitando para recordar que um dos “maiores serviços” prestados por Salazar ao País tinha sido a sua disponibilização para o “servir [...] incondicionalmente numa época de dissolução como foi a que ele encontrou em 1926 [sic].” A sua explicação para a excelência de Salazar enquanto político, residia no facto de ter mostrado que “sem homens bons e sem dedicação pela causa pública não há nação que se levante.” E então acrescentava, tentando clarificar aquele que fora o seu próprio percurso político ao serviço do Estado Novo: “E assim houve centenas que, como eu, se dispuseram a servir e a subir uma encosta cada vez mais íngreme e sem outra recompensa que a consciência de um dever cumprido.” Sentindo a gravidade da hora que passava, ainda confidenciava ao cunhado que tinha “muita pena” do “transtorno de saúde” que havia anos o começara a “inutilizar.”¹⁵⁹

Uma outra visão da crise política que conduziu à substituição de Salazar à frente do Governo, deu-a Pedro Theotónio Pereira a Ramon Serrano Suñer. Na altura empresário ligado aos meios de comunicação social espanhóis e exercendo advocacia, o antigo ministro de Franco enviou a Theotónio Pereira um artigo que publicara no *ABC* e onde analisara Salazar como homem e como político, sublinhando alguns traços daquilo que considerava ser o seu carácter excepcional, nomeadamente a sua integridade moral. Na resposta, além de sublinhar a existência de “alguma esperança” de que se verificasse uma melhora substancial do estado de

¹⁵⁸ “Carta de António Van Zeller Pereira Palha para Pedro Theotónio Pereira.” Vila Franca de Xira, 18 de Setembro de 1968. Loc. cit.. Salazar fora operado a um hematoma no cérebro a 6 de Setembro. A 16, foi “atingido por uma trombose cerebral. [...]” Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986, p. 312-313. Sobre as movimentações políticas protagonizadas pela elite política do salazarismo nas vésperas da incapacitação de Oliveira Salazar e depois desta, idem, *ibidem*, pp. 306-316; idem, *Salazar. VI. O Último Combate (1964-1970)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d., pp. 377-422; Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, pp. 141-155 e pp. 229-234; Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal*, 3º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d., pp. 292-307.

¹⁵⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Van Zeller Pereira Palha.” Lisboa, 20 de Setembro de 1968. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

saúde de Oliveira Salazar, o que lhe permitiria o regresso a “uma vida tranquila” nos anos que ainda lhe restariam de vida, Pedro Theotónio Pereira destacava o facto da substituição do chefe do Governo estar em vias de ser consumada, tranquilamente. A saída da crise em que o regime caíra durante umas poucas semanas, mas que acabara por superar, devia-se, segundo Theotónio Pereira, ao facto da Constituição vigente ter demonstrado ser um instrumento suficientemente capaz de limitar os estragos causados pelos acontecimentos políticos recentes. Por esse facto, o antigo embaixador considerava legítimo evocar, ainda que brevemente, as sessões de trabalho que tivera com Salazar na “preparação de certos artigos da Constituição” e durante as quais o presidente do Conselho lhe confessara estar convicto de que se “«estava a concretizar uma solução jurídica para cada caso, a fim de que se crie uma situação constitucional melhor que a que nos foi imposta pelos teóricos da democracia.»” Justamente, e essa era a razão de optimismo por parte de Theotónio Pereira depois dos desgostos que sofrera nos últimos dias, a Constituição de 1933 provara toda a sua vitalidade e qualidade jurídico-política ao ser “posta à prova com o Presidente do Conselho no seu leito de hospital, mais perto da morte que da vida.” Mas o mérito daquele documento residia ainda no facto de ter permitido que se escolhesse, por decisão do presidente da República, depois de ouvido o Conselho de Estado, o “homem mais preparado” para chefiar o Governo. Era um conforto que destacava as qualidades do Estado Novo, tanto internamente como no contexto internacional:

Apesar da desordem que vai pelo mundo – e mais que tudo, desordem moral – atravessamos aqui a época de crise sem o menor contratempo. O país, como acontece com os grandes desgostos, sentindo cada dia mais a perda de Salazar mas ao mesmo tempo ganhando consciência de que seria uma transmissão de poderes dentro da normalidade constitucional.

Esta tarde vou assistir à posse de Marcello Caetano e terei um pensamento para Espanha e para os grandes amigos que Portugal lá encontrou.¹⁶⁰

Se este último parágrafo era um comentário irónico – imbuído de um anti-castelhanismo larvar –, dando a entender que a substituição do ditador se consumara em Portugal de forma pacífica e que, portanto, a elite política portuguesa podia olhar com um certo optimismo para o futuro mais ou menos próxima – ao contrário daquilo que poderia suceder em Espanha –, a verdade é que Theotónio Pereira se enganou rotundamente nas previsões que de forma subliminar adiantou a Serrano Suñer. É que enquanto a prazo a sucessão pacífica de Salazar, dentro do marco Constitucional nascido em 1933, degenerou num pronunciamento militar triunfante e, imediatamente a seguir, numa revolução, em Espanha as elites franquistas puderam controlar um processo de transição política que, embora alterando radicalmente a natureza do sistema

¹⁶⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Ramón Serrano Suñer.” Lisboa, 27 de Setembro de 1968. Loc. cit.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

político e constitucional, preservou aquela que com o tempo se tornara na trave mestra do franquismo: a instituição monárquica.¹⁶¹

O pesar sentido por Pedro Theotónio Pereira em Setembro de 1968, seria ainda mais significativo pelo facto de ter passado os anos subsequentes à sua saída de Washington fiel ao regime e à figura do seu chefe. Parecia, mais do que nunca, não apenas um indefectível de Salazar mas, sobretudo, um zelador da ortodoxia ideológica do regime, clamando pela preservação dos valores que teriam sustentado o seu triunfo e a afirmação. Por onde quer que tivessem andado os seus ideais de juventude, e que o haviam feito abraçar o sardinhismo e o salazarismo, no Outono da vida Pedro Theotónio Pereira parecia mais convicto do que nunca da bondade das grandes linhas políticas e ideológicas que o tinham formado e, em parte, conduzido pela vida. Jamais deixando de reconhecer que era de Oliveira Salazar que dependiam os êxitos que a pátria teria conhecido e acumulado desde a sua entrada para o Governo no longínquo mês de Abril de 1928, Theotónio Pereira fez questão de demonstrar que ainda se mantinha fiel à influência que sobre si exercera António Sardinha. Não esquecia que aquilo que considerava ser o génio de Salazar apenas se pudera manifestar porque vivera enquadrado pelas ideias que verdadeiramente serviam e respeitavam uma espécie de essência e de génio da nação. A sua crença no homem absolutamente excepcional que seria Salazar, notou-o, se falta fizesse, já na fase adiantada das suas vidas, numa carta que lhe enviou na sequência do discurso que pronunciou a 18 de Fevereiro de 1965, na posse da Comissão Executiva da União Nacional.¹⁶² De facto, aquele é uma das peças mais interessantes do legado oratório e político de Oliveira Salazar por revelar o seu apego aos valores originais do Estado Novo e a sua própria impotência relativa para pôr cobro ao seu progressivo definhamento e desaparecimento em função daquela que era a inexorável mudança do mundo e à qual a sociedade portuguesa não era imune. Parte da sua relevância à época, mede-se precisamente pelo impacto que produziu junto de Pedro Theotónio Pereira e daqueles sectores guardiães da ortodoxia político-ideológica do regime. Essa realidade está justamente presente na carta que enviou a Salazar. Transmitido em directo pela RTP, fora possível ver e ouvir um discurso que, pelo seu conteúdo, era merecedor tanto de elogios como de agradecimento. O principal motivo de louvor estava no facto de Oliveira Salazar ser ainda, “física e moralmente”, o “mesmo homem do discurso da Sala do Risco”, com a vantagem de, passados mais de trinta anos, possuir “uma espécie de serenidade benevolente e

¹⁶¹ Curiosamente, e apesar dos elogios feitos por Theotónio Pereira à solução encontrada e ao caminho percorrido para se chegar a essa mesma solução, rematava a carta da seguinte forma: “P.S. Creio que nunca te disse que não tenho tido muita saúde nos últimos tempos. Isso não me permitiu tomar uma parte mais activa.” *Idem, ibidem.*

¹⁶² Oliveira Salazar, *Erros e Fracassos da Era Política* (Discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Novembro de 1965), Lisboa, SNI, 1965.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

afável” capaz de “comover os amigos” e “perturbar fundamentalmente os que o não são.” Mas tal como na sua juventude, a propósito dos textos de António Sardinha que lia na *Monarquia* e na *Nação Portuguesa*, e com os quais particularmente vibrava e se identificava, Pedro Theotónio Pereira continuava a confessar não ser capaz de traduzir “em palavras” aquilo que efectivamente apreciara. Mas nesse sentimento não estava só, uma vez que os amigos com quem falara sobre o assunto eram também incapazes de verbalizar a impressão causada, mesmo que não pudesse ter sido “mais claro nem mais oportuno no que veio dizer à Nação.” Portanto, enquanto vivesse, Salazar não deixaria de ser o guardião necessário e suficiente da ortodoxia do regime.¹⁶³

A fidelidade de Pedro Theotónio Pereira às ideias que sustentavam e definiam o Estado Novo, e que depois do desenlace da Segunda Guerra Mundial pareciam ser, e eram, cada vez mais um anacronismo, demonstrou-a em várias intervenções públicas que produziu, por exemplo, nas campanhas eleitorais de 1945 e 1958, ou nos inúmeros discursos que foi fazendo na qualidade de ministro da Presidência. Já depois de 1963, o momento mais relevante deste tipo de intervenções teve lugar durante uma conferência que Pedro Theotónio Pereira pronunciou no decurso de uma iniciativa que comemorava o 40.º aniversário do 28 de Maio.¹⁶⁴ Nessa palestra, intitulada o “Nacionalismo Português”, Theotónio Pereira reproduziu os chavões ideológicos escudados numa legitimidade histórica ficcionada. Reportando-se aos escritos de António de Sardinha e confrontado com a questão da legitimidade do colonialismo português e do esforço que impunha a sustentação dessa realidade colonial, garantia que

*A cadeia da nossa existência como estado independente e soberano parece já nos alvares da primeira dinastia vir inspirada e influenciada por certos aspectos da ingente tarefa que tão longe nos iria levar no século de ouro do Renascimento.*¹⁶⁵

Como nos tempos da sua juventude, recordava aquele período negro da história de Portugal que fora o do liberalismo, alertando para os perigos que decorreriam de um regresso a esse passado:

Tivemos em Portugal várias fases de negativismo que se estenderam por boa parte do século XIX e daquele em que vivemos. O veneno foi subtilmente instilado em todas as camadas da população e volta a

¹⁶³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 19 de Fevereiro de 1965. AOS/CP-214, fls. 39-40.

¹⁶⁴ Pedro Theotónio Pereira, “Nacionalismo Português” in *Pontos de Doutrina*, coord. Horácio de Moura, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1968, pp. 145-158. Contou ainda com intervenções de Antunes Varela, Torquato Soares, Cabral Moncada, Craveiro da Silva, Arminda Sanches, João Porto, João Ameal, Luis de Pina, Eduardo Soveral, Pinto Loureiro, Miranda Barbosa, Gonçalves Proença, Diogo Pacheco de Amorim, Martins de Carvalho, Horácio de Moura, Silva Cunha, Gonçalves Pereira e Silva Rego. A primeira edição foi publicada em dois volumes no ano de 1967.

¹⁶⁵ Pedro Theotónio Pereira, “Nacionalismo Português” in *Pontos de Doutrina* (Separata), Coimbra, Coimbra Editora, 1967, pp. 4-5.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

*ser moda o pedantismo intelectual de semear descrença acerca do que mais podemos respeitar ou amar na folha de serviços à humanidade de que Portugal se orgulha.*¹⁶⁶

É claro que não explicava o motivo pelo qual seria preferível a uma nação como a portuguesa seguir nos caminhos da solução nacionalista e antidemocrática proposta por uns, e recusar a solução liberal e democrática proposta por outros, excepto, talvez, por perceber, mais do que nunca, que só o autoritarismo de feição nacionalista estava em condições de poder manter o esforço de guerra que sustentava a sobrevivência do império colonial português.¹⁶⁷

Entretanto, era a realidade político-ideológica vigente a permitir que Theotónio Pereira produzisse afirmações que, por sua vez, reproduziam outras de carácter idêntico feitas por figuras do chamado sector “ultra” do regime. Nelas garantia que os “nossos mortos de África”, mortos de muitos séculos, “os santos e heróis que por lá deixámos e pelas outras partidas do mundo”, tinham afinal tido da “vida um conceito mais alto e mais consistente” do que aquele que era verbalizado pelos inimigos internos da dimensão imperial que Portugal historicamente assumira. Paralelamente, na forma como sempre vira o País, e mais do que nunca aquando do 40.º aniversário do 28 de Maio, tudo era ideologia e espiritualidade:

O que o espírito é para o homem, é-o igualmente na existência do nosso povo esse fluído vital duma alma colectiva que o tempo veio enriquecer e tornado mais forte.

*Sempre que foi preciso escolher e decidir em momentos de incerteza ou angústia nacional, juntaram-se invariavelmente em maior número aqueles que tinham dentro de si essa capacidade de crer e amar. E viu-se como era superficial em tantos o snobismo da dúvida: no fundo, quase todos, no último momento, caíam para o bom lado.*¹⁶⁸

Recordava de que forma vivera e vivia o “Nacionalismo português no coração do povo” quando, depois de Alcácer-Quibir, e parecendo ter-se afundado toda a “esperança”, se registou o seu renascimento “sob a forma do mito do Encoberto.” O “Sebastianismo” tivera então o “papel de

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 5-6 e pp. 10-15. Apesar de tudo, escreveu nas suas *Memórias*: “Em Portugal – e por mais volta que lhe dêem portugueses e estrangeiros que se debruçam sobre as nossas desventuras políticas do século XIX – nunca fomos felizes dentro dos figurinos parlamentares. Sem ofensa para a memória dos que deixaram atrás de si uma reputação de grandes parlamentares e para as legislaturas que se mostraram mais activas desde 1834 para cá, as épocas mais afortunadas de S. Bento têm sido justamente as dezenas de anos da Constituição de 1933 e da vigência da Assembleia Nacional.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 23.

¹⁶⁷ Por esta altura, a Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar procurou Theotónio Pereira para que este sondasse Dean Acheson sobre a sua disponibilidade para escrever o prefácio da edição norte-americana do livro de Franco Nogueira intitulado *Terceiro Mundo* (1ª ed., Lisboa, Ática, 1967). De facto, tal como o embaixador português em Londres conseguiu a colaboração de lorde Salisbury para prefaciá-la edição inglesa, Theotónio Pereira também seria bem sucedido nos seus ofícios. “Carta de Alexandre Pinto Basto a Pedro Theotónio Pereira”. Lisboa, 17 de Julho de 1967; “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Dean Acheson”. Lisboa, 23 de Agosto de 1967; “Carta de Dean Acheson a Pedro Theotónio Pereira”. 1 de Setembro de 1967; “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Dean Acheson”. Lisboa, 7 de Setembro de 1967. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

¹⁶⁸ Pedro Theotónio Pereira, “Nacionalismo Português” in *Pontos de Doutrina* (Separata), Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 8.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

brasas ardendo na cinza que na hora própria havia de permitir o levantamento de todo o Reino para a Restauração.” O “amor da Pátria” era, portanto, mais forte do que o “amor filial”, havendo nele “qualquer coisa de sublime” que apenas se encontrava “no amor pela mãe.” Evocando o episódio no *Antigo Testamento* no qual o rei Salomão exerce a sua justiça perante duas mulheres que reclamavam o mesmo filho, Theotónio Pereira sublinhava que “mãe só era aquela que não queria a verdade dividida em duas metades.” Como uma mãe, o nacionalismo português definia-se por ser sustentado pela “ideia de unidade” e da absoluta necessidade da sua preservação dessa mesma unidade.¹⁶⁹

Citando Antero de Quental, Theotónio Pereira recordava aquilo que sucederia fatalmente a Portugal no caso de se proceder a uma restauração do liberalismo: a impossibilidade de prosseguir a sua luta pela manutenção do império uma vez que, como o poeta teria uma vez afirmado “em carta a um amigo”, havia uma “incompatibilidade irreductível do liberalismo – fosse ele da coroa ou de barrete frígio – com o Nacionalismo, «cujas raízes e essência [...] são muito outras.»” Historiando, como nunca se cansaram de fazer os integralistas, o longo processo de renascimento que o nacionalismo português teria conhecido após a instauração do liberalismo em Portugal no século XIX, Theotónio Pereira deteve-se com algum pormenor no papel único desempenhado por António Sardinha e “pelos seus pares.”¹⁷⁰ A ele se devia “um programa nítido e integral de salvação pública”, num contexto “preparado entre o escol nacional [...] para se pensar num sério e eficaz movimento nacionalista.” Mas como é óbvio, se Sardinha ajudara a criar o ambiente e formara um escol, outros houve que tiveram um papel tão ou mais importante para assegurar o triunfo do nacionalismo português no segundo quartel do século XX. E desses outros, “obra do C.A.D.C.” – “velando pela consciência e pureza da fé católica nos jovens que subiam para a vida” –, sobressaiu Oliveira Salazar, que beneficiou tanto do ambiente de “profunda renovação espiritualista”, como das “truculências jacobinas” e das “incapacidades governativas manifestadas pelo regime proclamado em 1910.” Aquele seria, segundo Theotónio Pereira, o “Homem de Estado” que trouxera “ao movimento salvador a directriz essencial do espírito nacionalista [...]”, o único capaz de “colocar os valores morais que a Nação sempre consagrara” no seu lugar e, portanto, criador e sustentáculo da “era de Nacionalismo” que teria

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 9.

¹⁷⁰ Como que recuperando a experiência política da sua juventude, recordava: “Os integralistas de 1914, tendo como animador incansável a fascinadora figura de António Sardinha, ao mesmo tempo que vitoriosamente conquistavam o espírito e o coração das gerações novas que saíam das Escolas, encontravam também eco favorável nos melhores intelectuais das gerações anteriores – um Lopes Vieira, um Correia de Oliveira, um Antero de Figueiredo, um Trindade Coelho, um Carlos Malheiro Dias, etc. Assim se tornou fácil – sem um único tiro disparado, e após as tentativas infrutíferas, porque prematuras, dos outros «africanos» – o golpe do seu irmão de armas Gomes da Costa, em 1926.” *Ibidem*, p. 19.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

permitido “a reconciliação de todos os portugueses e o sulco de renascimento que tornou possíveis as mais altas esperanças.”¹⁷¹

Em resumo, poder-se-ia dizer que, para consumo interno, tanto nas décadas de 1920 e 1930, como enquanto ministro da Presidência, e, finalmente, já como político retirado do activo, Pedro Theotónio Pereira apresentou-se globalmente como seguidor de uma mesma linha ideológica nacionalista, autoritária, que se antes da Segunda Guerra Mundial poderia parecer – e em certa medida era – revolucionária, a partir das décadas de 1940 e 1950 não merecia outra classificação que não a de profundamente reaccionária. Nesse sentido, e comparando o seu percurso político-ideológico com o de Marcello Caetano, que partiu exactamente do mesmo ponto e praticamente na mesma altura, na década de 1960 não se pode concluir senão pela existência de profundas divergências de pensamento entre os dois homens. A sua visão de Portugal e do mundo, como a sustentação ideológica das suas posições políticas eram totalmente diversas. E se é verdade que além de sempre se terem mantido intactas as suas relações pessoais, a sua amizade – mesmo que com alguns desentendimentos pelo meio –, Theotónio Pereira veio a dar, como se sabe, o seu total apoio à nomeação de Marcello Caetano para presidente do Conselho e a manifestar, entre Setembro de 1968 e Novembro de 1972, toda a sua concordância com as políticas seguidas nos mais variados domínios, convém sublinhar que caso em Setembro de 1968 Theotónio Pereira estivesse em condições de substituir Salazar, como algumas figuras notáveis do regime teriam desejado, teria tido lugar um confronto político claro, senão entre os dois homens, pelo menos entre as duas sensibilidades e individualidades que os apoiariam. Em 1968, ao chegar à Presidência do Conselho, Marcello Caetano tomou as rédeas do poder sem um rosto que se lhe opusesse. Poderiam existir as Forças Armadas, os “ultras” ou o presidente da República como adversários reais ou potenciais das suas políticas de abertura. Simplesmente, estas e outras forças não tinham em 1968 ninguém que se constituísse numa alternativa a Marcello Caetano. No entanto, e pelo teor daquilo que disse e daquilo que fez em Portugal desde a década de 1920, e que mantinha mais ou menos intacto ainda em finais da década de 1960, Theotónio Pereira poderia ter sido, assim a sua saúde o tivesse permitido, o homem da ala direita do regime com prestígio suficiente para competir com Marcello Caetano e, até, muito provavelmente vencê-lo. Se tivesse sucedido a Salazar, e analisando a situação política muito difícil com que se iria defrontar, escudado no seu usual pragmatismo, é até possível que Theotónio Pereira pudesse arrear caminho e introduzir no regime algumas das mudanças de que este mais necessitava para ultrapassar os bloqueios que conhecia. Todavia, é

¹⁷¹ *Ibidem*, pp. 19-20.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

extremamente improvável que tal tivesse acontecido. Pelo contrário, fruto das suas convicções e dos apoios que reuniria, caso tivesse sido Theotónio Pereira, e não Marcello Caetano, a suceder a Salazar – realizando assim aquele que parece ter sido o sonho de Américo Thomaz –, o Estado Novo ter-se-ia provavelmente tornado, e tanto quanto a realidade o permitisse, num regime mais próximo daquilo que tinha procurado ser aquando da sua criação, e não numa solução de cunho mais liberal como Marcello Caetano, muitos dos seus apoiantes e grande parte dos seus adversários e inimigos pensaram poder vir a acontecer nos dois ou três primeiros anos do seu consulado.

Apesar destas divergências, e aceitando aparentemente o inevitável, a subida Marcello Caetano à presidência do Conselho, solução que Pedro Theotónio Pereira apoiou tanto nas consultas com Américo Tomás como nas reuniões do Conselho de Estado convocadas para discutir a crise política decorrente da incapacitação de Salazar, foi vista pelo antigo embaixador como um ajuste de contas da sua geração com a história. Por isso, agradeceu e louvou ao novo presidente do Conselho o facto de ter “recolhido nas suas mãos o facho da nossa vitória”, o que produzia um “entusiasmo” particular na forma como seguia o “trabalho” do seu amigo.¹⁷² Daqui para frente foram várias as oportunidades que Theotónio Pereira teve de manifestar o seu apoio e dar o seu incentivo àquilo que de mais relevante Marcello Caetano ia fazendo.

Depois de Marcello ter ascendido à chefia do Governo, merecia da parte de Pedro Theotónio Pereira uma atenção muito particular aquela que continuava chamar como política corporativa. Em Novembro de 1968, tranquilizou-o o facto de, na sequência de uma visita do presidente do Conselho ao Ministério das Corporações, ter este ali pronunciado um discurso no qual assegurara a “permanência das nossas bases da Organização Corporativa.” E precisava, num tom de enorme de nostalgia que ultrapassava claramente a esperança mais ou menos genuína de que seria possível quase quarenta anos mais tarde, em circunstâncias totalmente diversas, completar uma reforma que ficara pela metade:

Que prazer me deu ouvir falar com aquela segurança com que se exprimiu acerca de todos os problemas mencionados! Vão muitos anos passados sobre aqueles momentos gloriosos do nosso ressurgimento e que boa fortuna a nossa de que haja alguém que possa falar naquele tom de juventude e com a maneira e o conhecimento dum mestre! Foi simplesmente admirável.

¹⁷² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 5 de Outubro [de 1968] (documento n.º 117). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125. Em anexo a esta carta encontra-se uma fotocópia de um artigo do *Chicago Tribune*, de 30 de Setembro de 1968, e no qual se elogia de forma extremamente favorável a situação política portuguesa após a substituição de Salazar, sublinhando a intenção manifestada por Marcello Caetano de continuar a defender por via política e militar os seus territórios ultramarinos em África. Este documento foi enviado ao seu amigo Marcello por Theotónio Pereira, podendo ser o gesto interpretado tanto como um incentivo, como enquanto uma mensagem não muito subtil sobre qual deveria ser a sua política relativamente ao destino a dar às chamadas províncias ultramarinas.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Tanto prazer me deu ouvi-lo que quase esquecia de lhe agradecer a amiga referência que me fez. Um momento depois vários telefones retiniam a perguntar se tinha ouvido!¹⁷³

Escassas semanas mais tarde, Pedro Theotónio Pereira dava mostras de continuar fascinado com a forma como Marcello desempenhava as suas funções de chefe do Governo. Apesar da flebite, que o fazia ficar em casa havia duas semanas, ouvira o último discurso que aquele pronunciara em São Bento. Evocava o “companheiro de juventude”, sentindo a “consolação e orgulho” de que “a nossa geração” tivesse “podido produzir um líder com as qualidades” de Marcello Caetano. Sem poder esquecer a política, apesar do estado deplorável da sua saúde, além de evocar os méritos da sua geração finalmente chegada ao topo do poder político nacional, elogiava o discurso de Marcello por este ter dito ao País aquilo que ele “queria saber nesta encruzilhada em que tantos se têm perdido.” Quando “se era capaz de falar assim, depressa se cria um estilo que passa a ser língua franca na vida dum povo como o nosso – e factor de união interna mais efectiva para serem muito poucos os que o podem fazer.” Utilizando mais uma metáfora marítima tão do seu agrado, incentivava Marcello Caetano dizendo-lhe que a “Nação já sentiu que se rendeu o quarto do leme e que o navio vai em mãos seguras.” Tranquilizava-o ainda, e disso também dava nota ao destinatário, saber que os “sectores fielmente inimigos e desleais” estavam desapontados com a capacidade e o talento político demonstrados pelo novo chefe do Governo: “O seu dom de profecia saiu-lhes pela culatra.” De facto, e naquilo que era mais importante, Marcello tivera a capacidade de agarrar o País evitando aquilo que mais se temia. Isto é, que à transferência de poder se seguisse imediatamente um período de forte instabilidade política e social que, de alguma maneira, repetisse os acontecimentos da vida portuguesa que fora imagem de marca dos anos em que vigorara a República e a Ditadura Militar.¹⁷⁴ Mas, ao mesmo tempo, era como se os quarenta anos de salazarismo tivessem sido uma enorme desilusão política e ideológica naquilo que dizia respeito à institucionalização do Corporativismo.

Em 1970, continuava a apreciar o trabalho de Marcello Caetano na frente interna. Em casa de um cunhado, todos tinham corrido na direcção de um “rádio” para ouvir o chefe do Governo com uma “expectativa cheia de emoção.” O discurso valera por ter sido “todo ele um grito de acção.” E para ilustrar com uma imagem tanto o valor do discurso como a atitude de excepção que obrigava também ela a procedimentos excepcionais, evocava a nova tática de guerra anti-guerrilha que o governador-geral da Guiné estaria a utilizar naquele território:

¹⁷³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 6 de Novembro de 1968 (documento n.º 118). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

¹⁷⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 28 de Novembro de 1968 (documento n.º 119). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Ouçõ que o Spínola [...] mandou em certos postos avançados colocar o dispositivo de segurança à frente do arame farpado. O seu discurso foi todo feito à frente do arame farpado com uma lógica e uma coragem verdadeiramente contagiantes.

E evocando uma vez mais a solidariedade daqueles que na mesma geração haviam experimentado as mesmas ideias, observava:

O Marcello não envelheceu. O seu estilo é o da proclamação da Ordem Nova ampliado a toda a dimensão dos problemas que pesam na vida nacional. Tem-se a sensação de que se não perde tempo nem espaço. Em lugar de esperar que as necessidades ou contestações tomem corpo ou nos venham bater violentamente à porta, a sua alocução situa-se à frente dos arames e passa logo à ofensiva.

Manifestando depois a sua preocupação permanente pelo tratamento que merecia a questão social, tão abandonada que aparentemente fora desde que Theotónio Pereira saíra para Espanha em Janeiro de 1938, felicitava e felicitava-se pela forma como de modo “admirável” Marcello fizera “referência aos métodos de reforma no campo social!!” E sem falsa modéstia dizia:

Quando há quase 40 anos começámos a trabalhar nesse terreno nós sabíamos bem que nos estávamos antecipando. Madrugava-se naqueles anos de alvorada nacional e agora já há tanta coisa boa dentro dos nossos horizontes que já é tarde demais para os nossos adversários lançarem os seus apelos.

Mas como acreditava ainda na bondade e na utilidade das chamadas ideias nacionalistas que começara a beber no Integralismo Lusitano cerca de cinquenta anos antes, Pedro Theotónio Pereira elogiava, neste domínio, o significado da reforma da União Nacional. Ajustando contas com o regime que servira durante trinta anos, fazia questão de sublinhar que a reforma recentemente implementada daquela instituição era algo que já se pedia “desde o seu início.”¹⁷⁵

Tão grande ou maior do que o interesse demonstrado pelo destino político e até histórico do Corporativismo em Portugal, foi a atenção que depois de deixar o exercício de cargos públicos continuou a dar à questão colonial. Em 1968, com Salazar no poder, ainda mantinha a convicção de que depois dos acontecimentos de 1961 em Luanda e do assalto ao *Santa Maria*, tendo embora “vindo provocações em cadeia que pareciam destinadas a fazer-nos sucumbir”, o País fora recompensado no seu esforço. Isto por várias razões mas, sobretudo, pelo facto de, segundo notara, todo o corpo diplomático creditado em Lisboa ter estado presente na despedida de Américo Thomaz aquando da sua partida para uma viagem à Guiné e a Cabo Verde. Por outro lado, parecia-lhe evidente que a própria capacidade que Portugal tinha de sustentar uma dura guerra em três frentes só era possível como consequência do progresso material que o Governo de Salazar trouxera ao País desde a década de 1930. Por último notava que

¹⁷⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 23 de Fevereiro de 1970 (documento n.º 124). Loc. cit..

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

independentemente do progresso material, o Estado Novo promovera e elevara o “moral da nação” e a sua “decisão de vencer.”¹⁷⁶

Um par de anos mais tarde, olhando para as dificuldades crescentes da política colonial, para a hostilidade internacional que ela produzia e, sobretudo, para a evolução da política mundial em moldes totalmente diversos daquela que conhecera quando começara a exercer actividade diplomática, Pedro Theotónio Pereira parecia acreditar cegamente na existência de uma “conspiração internacional” contra Portugal. Embora, talvez por convicção, talvez como mero recurso retórico, achasse Theotónio Pereira que a dita conspiração “já não assusta[va] ninguém que não” fosse “apanhado com reféns” ou que vivesse “com fronteiras no Próximo Oriente”, tinha a convicção de que na África portuguesa apenas fora dado o primeiro passo para a instauração de uma nova ordem internacional assente num “terrorismo” que se ia “generalizando”. A revelação tinha, porém, do ponto de vista de Theotónio Pereira, uma vantagem. Podia ser “talvez o único meio de levar as nações mais aptas a assumirem responsabilidades e a convencer-se que isto que se tem estado a fazer levaria a uma derrocada geral.”¹⁷⁷

A política externa, e alguns dos aparentes êxitos que nesse campo Marcello Caetano parecia ir conquistando, mereceu também a atenção de Theotónio Pereira. Já depois do regresso de Marcello Caetano do Brasil, Theotónio Pereira aproveitou para lhe escrever agradecendo não apenas a resposta à carta que lhe enviara com felicitações em Julho, mas, ainda, para evocar a sua passagem pelo Brasil como embaixador. Continuando a considerar-se um profundo conhecedor da realidade brasileira,¹⁷⁸ comparava o ambiente que o aguardara à sua chegada ao Rio de Janeiro em 1945,¹⁷⁹ com aquele, globalmente favorável, que envolvera

¹⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” Dafundo, 29 de Janeiro de 1968. AOS/CP-214, fls. 69-70.

¹⁷⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Setembro [de 1970] (documento n.º 130). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155. Já em Dezembro de 1967 tivera oportunidade de elogiar o discurso que Salazar fizera aos municípios de Moçambique que haviam vindo a Lisboa saudar o presidente do Conselho. E dizia: “Quem como eu andou lá por fora em ocasiões de tanta injustiça para com Portugal, pode realmente comprovar agora certas situações bem estranhas em que os nossos críticos incorreram, com aquela fase de discussões académicas que eles julgavam ponto final no assunto.” Sendo que, claro, todos os portugueses deviam agradecer “infinidamente” a Salazar o facto de continuarem a ter “mão firme” a segurar o “leme.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar.” 2 de Dezembro de 1967. AOS/CP-214, fl. 68.

¹⁷⁸ “Creio que serei um dos que conhece mais amplamente e profundamente o meio brasileiro, possuindo nessa matéria saber de experiência feito” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 3 de Agosto [de 1969] (documento n.º 122). Loc. cit.

¹⁷⁹ “Quando para lá segui em 1945 as coisas estavam verdadeiramente assanhadas. O velho e simpático Serpa Pinto na véspera da chegada já estava cheio de boataria da pior qualidade. Os jornais atribuíam-me um vistoso retrato do Nobre Guedes rodeado de ameaças e o protocolo decidiu-se a jogar tudo por tudo. Vieram dizer-me que em menos de 48 horas entregaria credenciais e na rua 30 ou 40.000 portugueses davam a tónica. Mas foi tudo num ar de balbúrdia.” Idem, *ibidem*.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Marcello Caetano durante toda a estada.¹⁸⁰ Também a propósito da visita oficial realizada pelo chefe do Governo a Madrid, não deixou Theotónio Pereira de dar o seu curto testemunho sobre as agruras passadas em Espanha quando aí fora o representante diplomático de Portugal, chamando a atenção para algumas armadilhas que as relações com Espanha sempre comportavam. Não escondia “as dificuldades do meio para poder avaliar” o que representava a deslocação de Marcello. Como monárquico e amigo pessoal do conde Barcelona, D. Juan de Bourbon, Theotónio Pereira apreciara a “visita” de Marcello Caetano ao “Príncipe” D. Juan Carlos. Valorizava-lhe as provas de “bom senso” e “carácter” que possuía e já bastas vezes demonstrara. Naturalmente, o generalíssimo parecia-lhe “muito envelhecido”, embora soubesse que tinha tido um papel activo nas conversas e continuava “nosso amigo.”¹⁸¹

O lançamento do projecto de Sines deixou Theotónio Pereira aparentemente muito satisfeito e, finalmente, conciliado com o modelo planificador e desenvolvimentista que o Corporativismo português cada vez mais foi assumindo depois da Segunda Guerra Mundial. Gabava-se de conhecer bem as “101 milhas de costa absolutamente desertas” que iam de “Lisboa a S. Vicente.” “Nas noites escuras”, quando havia “névoa em Sines”, ficava “aquele enorme segmento da costa completamente negro.” Não podia deixar de reconhecer que não era “fácil contar com os elementos como sejam uma refinaria, dois quebra-mares, cais interior, estradas e oleodutos, indústrias anexas, etc., etc.” Porém, vivendo há vários anos o País uma fase da sua história em que a emigração atingia valores praticamente nunca vistos, “o único remédio”, parecia-lhe, “era civilizar e melhorar a sorte das gentes. E dizer que isso também está no nosso programa.”¹⁸²

O apoio moral e político a Marcello continuou, parecendo algumas vezes até excessivo – mesmo vindo de quem vinha –, mas isso não significa que não fosse sentido ou ponderado. Ao receber, em 1971, um livro de Marcello Caetano que recolhia uma parte dos discursos pronunciados no último ano de governação, Theotónio Pereira não se eximia de lhe dizer que muita gente achava que continuava “a fazer prodígios”, felicitando-o ainda por estar a usar na política uma qualidade absolutamente essencial: “a imaginação! Tem tido ideias muito felizes e esse é um lado muito importante num tempo de renovação. Deus lhe conserve!”¹⁸³

¹⁸⁰ “Que contraste com o que se passou na sua visita agora! Você soube em cada hora – e com os temas delicados – servir-se das oportunidades e dizer tudo o que era necessário dizer. E além dessa tensão indizível – soube manter uma fisionomia calma e bonomia que durou de começo até final.” *Ibidem* . Sublinhado no original.

¹⁸¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” *Dafundo*, 23 de Maio de 1970 (documento n.º 127). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹⁸² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” *Dafundo*, [29 de Junho de 1971] (documento n.º 134). *Loc. cit.*

¹⁸³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” *Dafundo*, 29 de Setembro de 1971 (documento n.º 137). *Loc. cit.*

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Mas em Outubro, o cenário parecia ter-se alterado substancialmente, voltando a marcar a sua presença na vida do País “os inimigos que têm procurado atacar por todos os lados”, apesar dos “resultados” dessas atitudes serem “negativos.” E sentia-se obrigado a fazer este tipo de afirmações pelo facto de pensar que a “capa de protecção mais perigosa” era aquela que levava a que se fosse “indulgente com o inimigo.” Os ataques de que o regime vinha sendo alvo, com “insultos e ataques” que lhe eram “endereçados”, faziam com que crescesse “toda a possibilidade de confusão.” E referindo-se a um caso concreto, sublinhava:

O procedimento dos alunos de Económicas e Financeiras é degradante e afasta toda a possibilidade de ilusão. Você tem o respeito e apoio da gente de ordem. Pessoalmente eu sei que é a sua coragem e o seu espírito de combate breve terá tudo nos seus lugares.¹⁸⁴

Quando, no início de 1971, Pedro Theotónio Pereira recebeu a notícia da morte de Teresa Barros, além do enorme sentimento de perda, ter-se-á recordado de toda uma vida em que, tal como sucedera com Marcello Caetano ao longo da década de 1960, transportara resignadamente o fardo do permanente e extremamente frágil estado de saúde de sua mulher Isabel, apoquentando-o sinceramente a possibilidade de, tal como acabara de acontecer ao seu amigo, também ele se poder ver privado daquela a quem amara e se dedicara ao longo de mais de quarenta anos. Mas como se isso não bastasse, o terrível estado da sua saúde, como o de Isabel Palha, parecia-lhe ainda mais cruel, ao ponto de não poderem ir despedir-se de uma muito estimada amiga na última oportunidade que tinham para o fazer.

Não o vou ver porque tenho estado com umas vertigens muito fortes que tornam penoso e perigoso encontrar-me no meio de muita gente. Perdoe se só posso estar em espírito consigo por este meio.

A Isabel junta-se a mim para lhe dizer toda a nossa pena.

Rogo me perdoe também se amanhã não puder vir ao funeral.¹⁸⁵

Para agravar este sentimento de que se estava percorrer um caminho cujo final era não apenas naturalmente previsível mas que, sobretudo, se encontrava cada vez mais próximo, Isabel Palha adoeceu gravemente na sequência de uma “trombose”. Ficara parcialmente paralisada, tardando a iniciar uma recuperação. Este incidente não deixou de surpreender Theotónio Pereira por considerar que, sendo sua mulher “uma pessoa tão toda espírito e a pesar como uma pena,” não seria possível que pudesse vir a “ter um acidente desta natureza!”¹⁸⁶ Em

¹⁸⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 17 de Outubro de 1971 (documento n.º 139). Loc. cit..

¹⁸⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Janeiro [de 1971] (documento n.º 132). Loc. cit..

¹⁸⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 30 de Maio de 1971 (documento n.º 133). Loc. cit..

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

finais de Junho, continuava “ralado [...] com o Estado da Isabel.” Havia dois meses que estava no Hospital, revelando-se muito lenta a sua recuperação da “trombose”.¹⁸⁷

“Será o livro compreendido?”¹⁸⁸

Quando, a 23 de Setembro de 1967, foi inaugurado no Porto, na praça das Flores, um busto de Pedro Theotónio Pereira, o homenageado encontrava-se em Londres. Nem por isso deixou de ouvir pela rádio as palavras proferidas na ocasião por Américo Tomás e que, naturalmente, o deixaram sinceramente emocionado.¹⁸⁹ Antes protestara já contra a inauguração da estátua e contra a atribuição do seu nome a uma praça, sobretudo por se encontrar ainda vivo. Mas tinha-o feito “sem resultado!”¹⁹⁰ Depois, e mais uma vez em jeito de balanço, dizia a Marcello:

*O que você me escreveu dá-me a sensação de se poder pensar que boa parte da obra que começámos em 1933 já ganhou raízes fundas. Apoquentava-me muito que se dissesse que a nossa geração não seria, como as que a antecederam, capaz de passar da teoria à prática. Fiz o que pude, [...] com boas ajudas [...] e consola-me pensar que aquele grito O que nós queremos! Não ficou sem realização.*¹⁹¹

A reacção a esta e a outras homenagens de que discretamente Theotónio Pereira foi alvo já depois de ter deixado a vida política activa, eram um pequeno exemplo daquela que desde muito cedo foi a sua preocupação pelo lugar que tanto a ele, individualmente, como ao regime político que servira quase ininterruptamente durante trinta anos, seria reservado pela história. Várias foram certamente as iniciativas, mais ou menos visíveis, mais ou menos ostensivas, que institucional ou individualmente algumas figuras do regime levaram a cabo com o intuito de salvaguardar para o Estado Novo um lugar digno na história de Portugal e uma avaliação justa por parte dos historiadores. Desde muito cedo, ou seja, pelo menos a partir

¹⁸⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 29 de Junho de 1971 (documento n.º 134). Loc. cit.

¹⁸⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 17 de Outubro de 1971 (documento n.º 139). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹⁸⁹ Américo Thomaz, *op. cit.*, 3.º vol., p. 255.

¹⁹⁰ Tinha razão Theotónio Pereira em não querer estátuas e nome de praça, mesmo que não fosse pelos motivos politicamente mais sensatos. Depois do 25 de Abril de 1974, “alguém [...] arremessou uma lata de tinta vermelha à cara” da dita estátua que não era mais do que um busto. Depois, “pretextando limpeza, a câmara de então apressou-se a recolher o busto mascarrado. Para sempre! Manuel da Silva Nogueira, o escultor, não perdoa: «Foi um complot político, não tenho qualquer dúvida...».” No entanto, e como escreveram os autores da peça jornalística que buscou encontrar a estatuária desaparecida evocativa de figuras cimeiras do Estado Novo, “[...] há quem ache que foi uma revolução” que traçou o destino dado ao nome do largo e ao busto. Froufe Andrade e Augusto Batista, “O assalto das Estátuas” in *Notícias Magazine*, n.º 387, 24 de Outubro de 1999, p. 30. Depois do 25 de Abril de 1974, a praça Pedro Theotónio Pereira voltou à sua designação original.

¹⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 5 de Outubro [de 1967] (documento n.º 115). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125. Sublinhado no original. A 23 de setembro de 1966, no 33.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, Theotónio Pereira foi agraciado com a medalha do “Trabalho e Corporação.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”. Dafundo, 23 de Setembro de 1966. AOS/CP-214, fl. 60.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

daquele que foi o triunfo da política portuguesa na Segunda Guerra Mundial,¹⁹² tanto Oliveira Salazar como Theotónio Pereira trocaram impressões sobre a necessidade de se vir a produzir, a partir do interior do regime, um trabalho sistemático que transmitisse a sua própria visão daqueles acontecimentos que considerava serem os mais destacados ocorridos desde a chegada de Salazar ao poder mas, em especial, naqueles domínios em que parecia evidente não vir a estar o futuro escrutínio e análise dos historiadores mais claramente sujeita ao preconceito político-ideológico. Se no campo da política interna, o regime, e também Pedro Theotónio Pereira, sempre procuraram salvaguardar-se historicamente contrapondo o virtuosismo da solução ordeira e nacional posterior ao 28 de Maio àquela que, vigorando anteriormente, se caracterizava pela instabilidade e pela desordem crónica, na política externa a sua estratégia esteve em sublinhar que os êxitos conquistados valiam tanto pelos seus méritos intrínsecos e objectivos, como pelo facto de terem sido obtidos em consequência da adopção de uma política assente na definição daquilo que seriam os interesses nacionais, sem qualquer interferência do preconceito político-ideológico que definia o salazarismo.

Naquilo que respeita a Theotónio Pereira, pode afirmar-se que a sua obsessão pela história e pelo lugar que esta lhe reservaria, se tornou evidente quando desempenhou as funções de embaixador em Espanha. No entanto, veio a acentuar-se nos anos subsequentes à medida que iam sendo publicados trabalhos que, dando uma visão da Segunda Guerra Mundial e do papel que neste conflito coubera à Península Ibérica desempenhar, na opinião de Theotónio Pereira (e Salazar) não valorizavam suficientemente a acção do Governo de Lisboa. Subestimar-se-iam tanto os esforços desenvolvidos para manter a Espanha afastada da nefasta influência alemã ou italiana e, portanto, fora da guerra, como a importância que tivera para o desfecho do conflito a concessão de facilidades a britânicos e a norte-americanos para utilizarem bases militares no arquipélago dos Açores.

Se a partir de finais da década de 1940, Pedro Theotónio foi sempre dando notícia da necessidade de ser vincada a importância, para a causa aliada e para o desfecho da Segunda Guerra Mundial, daquela que tinha sido a acção política e diplomática portuguesa, depois de se ter retirado da vida pública acentuou-se essa sua preocupação. Por outro lado, a publicação das memórias de guerra de Hayes¹⁹³ e de Hoare,¹⁹⁴ onde generosamente se elogiava a acção de Theotónio Pereira em Madrid e o papel da diplomacia portuguesa na manutenção da neutralidade da Península Ibérica, funcionaram a prazo como um dos detonadores da decisão de

¹⁹² Ver capítulo VI, nota 104.

¹⁹³ Carlton J. H. Hayes, *War Time Mission in Spain: 1942-1945*, s.e., Nova Iorque, The Macmillan Company, 1946.

¹⁹⁴ Samuel Hoare, *Ambassador on Special Mission*, s.e., Londres, Collins, 1946.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

vir a escrever e a publicar memórias. Pretendia deixar a sua visão dos acontecimentos que protagonizara e emular trabalhos redigidos por antigos parceiros nas lides diplomáticas.¹⁹⁵

Com o objectivo de zelar por aquilo que deveria ser o tratamento justo da acção político-diplomática portuguesa durante a guerra, Theotónio Pereira leu muito, estando particularmente atento àquilo que os jornais e as editoras iam publicando com uma cada vez maior cadência, sobretudo nos EUA e no Reino Unido, à medida que todo o tipo de documentação sobre a Segunda Guerra na Europa ia sendo disponibilizada. Paralelamente, não podia deixar de se interessar por aquilo que se publicava em Espanha e em Portugal, sendo normalmente motivo da sua crítica praticamente tudo o que nestes dois Países se escrevia sobre o assunto. No caso de Espanha, merecia a sua censura o facto de normalmente se publicar sem preocupação com qualquer tipo de rigor histórico. Escreviam-se livros (poucos) e artigos de jornais e revistas (muitos) chamando a atenção para o que teria sido a trave mestra da neutralidade espanhola. Ela teria assentado na convicção e no desejo de garantir a vitória aliada e de criar todo o tipo de obstáculos ao que teria sido o desejo infrene por parte dos alemães de invadirem a Península e ocuparem Portugal e Gibraltar. No caso da literatura portuguesa, Theotónio Pereira censurava a tentação de analisar o papel desempenhado por Portugal durante a guerra à luz do que teria sido a existência de uma política pacificamente concertada pelos Governos dos dois Estados peninsulares, como se ambos tivessem mantido a mesmo posicionamento em relação ao conflito e aos beligerantes. Para Theotónio Pereira, patrioticamente, politicamente, e em nome da verdade histórica, este tipo de visão dos acontecimentos, desde muito cedo abraçada por políticos e intelectuais apoiantes do salazarismo, além de desastrosa do ponto de vista dos interesses portugueses, não passava de uma falsidade que diminuía o País e aqueles que o tinham servido e ainda serviam.

Era com este espírito que, já bem entrada a década de 1960, Theotónio Pereira continuava a recolher informação que ia sendo divulgava sobre acontecimentos e personalidades ligadas ao período em que exercera em Espanha o cargo de embaixador. Valha a verdade, que não se preocupava apenas com os juízos e o lugar reservado à sua pessoa, mas

¹⁹⁵ A devoção e a admiração de Theotónio Pereira por Hayes foi, sobretudo, um fenómeno posterior à publicação das memórias do antigo embaixador dos EUA em Madrid. Era a consequência directa dos elogios que aquele fez ao que considerava ter sido a competência político-diplomática do embaixador português em Madrid durante a Segunda Guerra Mundial e à política de cooperação do Governo de Lisboa com os Aliados em prol da manutenção da neutralidade da Península Ibérica (ver capítulos VI e VII). Hoare foi uma personagem com a qual Theotónio Pereira estabeleceu uma relação de amizade pessoal praticamente desde o início da sua chegada a Madrid como embaixador do Governo de Sua Majestade. A amizade manter-se-ia, sobrevivendo, pelo menos, até à estada de Theotónio Pereira em Londres como embaixador. Foi Hoare quem introduziu Theotónio Pereira em certos círculos influentes britânicos (ver capítulo VIII) e fez com que fosse investido membro da Sociedade dos Cavaleiros da Távola Redonda. *Jornal do Comércio*, 31 de Maio de 1954, p. 1.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

também com o lugar que caberia a Oliveira Salazar. Por exemplo, e logo no início de Novembro de 1964, Theotónio Pereira enviava-lhe um recorte do *ABC* que evocava o 20.º aniversário da morte do Conde Jordana – antigo vice presidente do primeiro “governo nacional” e duas vezes ministro dos Assuntos Exteriores. No artigo fazia-se muito sinteticamente uma análise das relações luso-espanholas durante a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que se reproduzia uma fotografia em que o ex. ministro aparecia acompanhado de Oliveira Salazar tendo como “motivo a constituição do bloco ibérico.”¹⁹⁶ Se desta vez o texto daquele jornal espanhol não merecia críticas ao antigo embaixador em Madrid, a verdade é que foi a intenção de legar ao futuro uma visão do regime sobre a sua própria história, salvaguardando-os dos caprichos de maus jornalistas ou historiadores, que fez com que, incentivado por Oliveira Salazar, Pedro Theotónio Pereira tivesse decidido escrever as suas *Memórias*.

Na abertura do primeiro capítulo daquele foi o primeiro volume de uma obra que se planeou vir a ter um total de cinco, Pedro Theotónio Pereira deu conta de algumas das razões que o levaram a deixar escrito o testemunho de uma longa vida dedicada ao serviço do Estado português, de um regime político e do seu chefe. Independentemente daquela que era a sua convicção pessoal sobre as vantagens que decorreriam da redacção e publicação de um trabalho cujo género era pouco cultivado em Portugal, Theotónio Pereira fez questão de relatar o excerto de uma conversa que manteve com Salazar e no decurso da qual este o aconselhou a avançar para um projecto em que consumiu os três últimos anos da sua vida.¹⁹⁷ Desde esse dia, que não se sabe exactamente quando terá sido, mas que se presume ter decorrido já tardiamente na vida política e pessoal dos dois homens, Theotónio Pereira tomou “como ponto assente que começaria a apontar” as suas “notas para ficar alguma coisa escrita sobre certos factos pouco conhecidos,” além do que poderia “encontrar-se na colecção do *Diário do Governo* e na imprensa.”¹⁹⁸ Confessava ainda que, alguns anos antes de ter dado início à sua redacção, começara “a fazer planos de conjunto e a pensar no critério de escolha das matérias a incluir, sem esquecer [...] a documentação de quarentena” que só podia ser “usada de memória.” Tudo isto na convicção de que o seu testemunho sobre os factos e os acontecimentos só teria algum valor no caso de ajudar a “compreender como se procurou servir o interesse nacional e influir no curso dos acontecimentos sempre que o factor humano pôde ter alguma intervenção.”¹⁹⁹

¹⁹⁶ Recorte do jornal *ABC*, Novembro de 1964. AOS/CP-214, fls. 35-37.

¹⁹⁷ Salazar ter-lhe-ia dito: “«Eu não vou escrever memórias. Não terei tempo para o fazer. Os outros têm paciência. Somos um povo pouco dado a essas coisas. E é pena. Você devia pensar nisso e ir escrevendo alguma coisa dos postos por onde andou.»” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 17.

¹⁹⁸ *Idem*, *ibidem*, pp. 17-18.

¹⁹⁹ *Ibidem*, pp. 19-20.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Que Salazar incentivou Theotónio Pereira a escrever as suas *Memórias* e que a elas lhes atribuía grande importância, testemunha-o uma carta que escreveu a Santos Costa quando este se encontrava à frente, havia meia dúzia de anos, da Comissão do Livro Branco que publicou os primeiros volumes da colectânea de documentos oficiais portugueses relativos à acção político-diplomática portuguesa durante a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial. Depois de manifestar grande satisfação pela publicação para breve do 5.º volume dos *Dez Anos de Política Externa*, e de confessar ser sua convicção de que morreria “sem que a obra fosse publicada no seu conjunto”, comentava:

*Fiquei bem contente com que achasse em casa do Teotónio Pereira os documentos que desejava. O Teotónio deve ter coisas preciosas dos seus tempos de Espanha. Pedi-lhe que escrevesse as memórias dessa e de outras épocas, nem que não fosse senão para arquivar nos Negócios Estrangeiros. Infelizmente está com pouca saúde e não sei se terá forças para esse trabalho. Não só tem os documentos em ordem como conserva a memória dos factos então passados.*²⁰⁰

Apesar de Salazar lhe ter dado carta branca e de o projecto de redacção das suas *Memórias* ter sido ponderado durante algum tempo, a verdade é que, em Agosto de 1971, Theotónio Pereira confessava a Santos Costa que embora estivesse a “agrupar notas” para eventualmente pôr mãos à realização daquele trabalho, ainda não havia tomado a decisão final.²⁰¹ No entanto, não estava a contar toda a verdade. No penúltimo dia de Maio de 1971, pouco menos de ano e meio antes da sua morte, numa extensa carta já citada e em que falava dos mais diversos assuntos públicos e privados, Pedro Theotónio Pereira comunicou ao seu amigo e presidente do Conselho, Marcello Caetano, que, “para compensar o desgosto” que sentia pela sua “quase inutilização”, se metera a escrever as memórias, estando praticamente “pronto o 1.º volume (1933.1937)].” E depois, claro está, acrescentava que tinha que lhe mostrar a sua “prosa.”²⁰² A 23 de Setembro, garantia estar a acabar o “I volume das memórias”, prometendo que, com toda a lógica, submeteria a tal “prosa” a Marcello Caetano. Como lhe aconselhara o chefe do Governo, estava a pensar em recorrer à Verbo para a edição do trabalho.²⁰³ Seis dias mais tarde comunicava que estava “no último capítulo das memórias”,

²⁰⁰ “Carta de Oliveira Salazar a Santos Costa”. 2 de Março de 1967. Manuel Braga da Cruz (org. e prefácio), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, s.e., Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo, 2004, pp. 87-88 (documento n.º 98).

²⁰¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Santos Costa”. 23 de Agosto [de 1971]. Idem, *ibidem*, p. 125 (documento n.º 156).

²⁰² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 30 de Maio de 1971 (documento n.º 133). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

²⁰³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 23 de Setembro [de 1971] (documento n.º 136). Loc. cit.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

voltando a perguntar a Marcello se estava interessado em “folhear o manuscrito.”²⁰⁴ Nesta altura, as *Memórias* eram mais do que nunca uma solução encontrada para se manter ocupado e se sentir útil politicamente. Por outro lado, se com a sua publicação poderia temporariamente regressar à ribalta – seria a primeira figura destacada do regime saído da Constituição de 1933 a publicar umas memórias²⁰⁵ –, verdade era que o tempo e o esforço que lhes devotou eram o testemunho de uma personalidade única, incapaz de se deixar vencer pela adversidade, sobretudo quando a adversidade se manifestava através de uma doença que diminuía profundamente todas as capacidades de um ser humano. Em meados de Outubro, agradecia ao seu amigo Marcello não apenas as linhas amigas mas também todo o apoio para a redacção das *Memórias*, sem o qual, dizia, não se teria decidido a “levar por diante a obra.” E desta vez alargava-se um pouco sobre aquilo que, em parte, pretendia ser o seu trabalho.

*A maneira despretensiosa procura resumir a vida amarga daquelas gerações de portugueses que não se resignavam a ver cair a pátria em pedaços. Será o livro compreendido? Eu creio que sim e destrozado por esta doença quero tentar guindá-lo com as forças poucas que me restam.*²⁰⁶

Já próximo do final de Novembro, recebeu de Marcello Caetano um documento que este possuía nos seus arquivos relativo à fase inicial de implantação da ordem corporativa portuguesa. O seu conteúdo abalçou-o a rever o início do nono capítulo.²⁰⁷ Porém, já no princípio de Dezembro, Theotónio Pereira desculpava-se junto de Marcello por um erro grave incluído no seu trabalho e que, entretanto, aquele tiver oportunidade de ler e assinalar.²⁰⁸

Quando o manuscrito seguira já para a editora, Theotónio Pereira interrogava-se sobre se pusera “suficientemente a claro a vineta” lhe dera ao começar a escrever e decidir-se a publicar as suas *Memórias*.

Depois de pensar no caso, creio que posso dizer que achei útil que um sujeito com uma experiência de umas dezenas de anos viesse contar coisas sobre um lapso de tempo da vida do país que dentro de alguns anos será vastamente ignorado. [...] A causa parece pois muito certa.

²⁰⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 29 de Setembro de 1971 (documento n.º 137). Loc. cit.. Entretanto, enviara a José Júlio Gonçalves, docente do ISCSP, algumas partes do seu trabalho pedindo-lhe uma opinião sincera. Depois desta ter sido dada, Theotónio Pereira respondeu agradecendo e afirmando: “Os seus conselhos foram tidos na melhor conta e, se precisar de socorro de gramática estilística, que tanto tenho negligenciado desde o meu tempo no liceu, não deixarei de lhe bater à porta.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira a José Júlio Gonçalves”. 10 de Novembro de 1971. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

²⁰⁵ Curiosamente, embora em condições muito diferentes, e com excepção de Américo Thomaz, Marcello Caetano seria para além de Theotónio Pereira a única figura destacada do Estado Novo a publicar o seu testemunho pessoal sobre o regime que serviu ao longo de décadas.

²⁰⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 17 de Outubro de 1971 (documento n.º 139). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

²⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Lisboa, 23 de Novembro de 1971 (documento n.º 140). Loc. cit..

²⁰⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 2 de Dezembro de 1971 (documento n.º 141). Loc. cit..

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

Restava apenas saber, do seu ponto de vista, se o “tom e a maneira da obra” seria a mais adequada. Iniciara entretanto o “volume II”, sentindo que iria “despachar esse bastante mais depressa.”²⁰⁹ Sobre “o estilo e o pensamento” o trabalho parecia-lhe bem.²¹⁰ Mas tinha dúvidas sobre a possibilidade da obra poder mexer com “alguns sectores do povo português.” Simultaneamente, a apreciação que Marcello Caetano fizesse do seu trabalho parecia ser para Theotónio Pereira sempre de grande importância, quase vital, confessando-lhe que dele esperara a última palavra para se decidir sobre a sua publicação ou não: “A sua opinião é muito importante para mim pois escrevo o livro por o ver nesse lugar e parecer que o meu testemunho pode produzir algum bem.”²¹¹ Finalmente, não enjeitava ser seu objectivo “levantar ainda mais a memória do Dr. Salazar”, independentemente da “ajuda” que tencionava dar a Marcello Caetano, concluindo que fora “difícil encontrar uma maneira que não compromettesse o ‘tempo’ dumas memórias”, mas acreditava que tinha conseguido.²¹² Tratava-se portanto, e muito compreensivelmente, do derradeiro trabalho político executado por Theotónio Pereira. Traído pela saúde, seria ingloriamente interrompido.²¹³

“[...] a personalidade mais indicada para suceder ao doutor Salazar.”²¹⁴

Dias após o lançamento do primeiro volume das suas *Memórias* e uma semana depois de ter completado 70 anos, Pedro Theotónio Pereira faleceu vítima de uma crise cardíaca.²¹⁵ Quando ainda não tinham saído na imprensa quaisquer comentários de fundo à primeira parte de uma

²⁰⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 25 de Dezembro de 1971 (documento n.º 142). Loc. cit..

²¹⁰ Sobre o estilo a usar, era da opinião de que poderia seguir o exemplo de Forsyte, de “memórias género folhetim [...]” Mas o que decidiria a “2.ª etapa” era o “efeito que o primeiro volume” fosse capaz de “provocar.” De qualquer modo, no início de Março já sabia que o primeiro volume não sairia antes do Outono. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 7 de Março de 1972 (documento n.º 146). Loc. cit..

²¹¹ Idem, ibidem. Em Maio, quando estava prestes a acertar o contrato com a Verbo, confessava que às vezes se sentia “tomado de terríveis dúvidas”, perguntando-se a si mesmo se estaria certo na sua “ideia.” Mas provavelmente dramatizava de forma artificial, esperando de Marcello Caetano uma atenção, uma palavra de conforto que lhe recordasse a importância do seu trabalho. Por isso escrevia: “A intenção é boa! Mas serei capaz?” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 30 de Maio [de 1972] (documento n.º 148). Loc. cit..

²¹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, s.d. (documento n.º 150). Loc. cit..

²¹³ Quando já se encontrava a preparar o segundo volume, António Leite de Faria escreveu a Theotónio Pereira dando conta de uma referência muito elogiosa feita por Samuel Hoare a seu “respeito” quando fora embaixador em Madrid e encontrada nos documentos “abertos à consulta pública no Record Office.” Tratava-se de uma apreciação datada de 29 de Julho de 1940, “depois da assinatura do Protocolo ao Tratado luso espanhol.” Leite de Faria terminava a carta garantindo que “quaisquer outras referências” a Theotónio Pereira que o secretário da Embaixada encontrasse durante o seu labor naquele arquivo seriam “comunicadas com muito prazer.” Carta de António Leite de Faria a Pedro Theotónio Pereira”. Londres, 4 de Fevereiro de 1972. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. ACMPTP.

²¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 15 de Junho [de 1972] (documento n.º 149). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

²¹⁵ Entrevista a Maria Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

obra que ficou incompleta, e à qual dedicara o melhor do seu esforço nos derradeiros anos de vida, a imprensa noticiou o desaparecimento daquela que tinha sido uma figura emblemática do regime nascido com a Constituição de 1933. Os jornais que mais detalhadamente trataram o acontecimento, recordaram, sobretudo, o seu labor em prol da construção inicial do edifício corporativo e a importância dos postos diplomáticos ocupados e da acção ali exercida desde finais da década de 1930. A *Época*, sucessora do *Diário da Manhã* como órgão de imprensa escrita mais próximo do regime, louvava-lhe os sacrifícios de uma vida dedicada à causa pública.

Pedro Theotónio era um desses homens que o destino arrasta um dia para a realização de uma obra e só o deixa quando a morte chega, inexorável, a reclamar os seus direitos. Muitos olharão para a vida de Pedro Theotónio, julgando-o apenas pelos aspectos exteriores de um triunfo: subsecretário, ministro, embaixador em quatro grandes capitais, gozando da consideração dos poderosos e do respeito geral do povo. Mas estas realidades são o reverso de um sacrifício: um rapaz rico, superiormente saudável, desportista, faz um curso brilhante e principia a sua vida profissional, ordenada e calma, com um futuro promissor. Salazar chama-o para a sua beira, encarrega-o de estudar e promover a revolução corporativa. Pedro Theotónio atira-se corajosamente ao trabalho - e são as longas noites de estudo e de discussão dos problemas, de delineamento dos esquemas de acção, de organização do trabalho, de estruturação de um sistema que já deu provas e que mostra vigorosamente a sua força ao fim de dezenas de anos de experiência e de vida. Depois, as vigílias no Ministério do Comércio, as aflições com o estudo de problemas sobre os quais não havia ainda os suficientes elementos de informação. E logo a nossa representação junto do Governo de Burgos e, depois, no Rio de Janeiro, Washington, Londres, em épocas difíceis, erçadas de incompreensões, atravessadas de correntes contrárias aos nossos interesses, exigindo uma presença de todas as horas e uma atenção de todos os momentos. E não era só a actuação simplesmente diplomática, mas a sua presença junto das comunidades portuguesas. Nas associações das nossas colónias nos Estados Unidos ou no Brasil, a presença de Pedro Theotónio marcou e perdura ainda como saudade inapagável. Depois, outra vez no Governo, e a sua actividade como ministro da Presidência, que precedeu uma segunda ida para Washington. A tirania de uma vida complexa e dispersa, em sacrifício da existência calma de quem pretendia seguir a sua vida desligado das funções do Estado.²¹⁶

Além da própria morte de Pedro Theotónio Pereira, *A Época* lamentava ainda o facto das suas *Memórias* terem ficado incompletas.

Mas se o serviço da Nação lhe roubou a tranquilidade, não conseguiu feri-lo na serenidade de espírito do homem superior, a que nos referimos há dias, quando aqui falámos no primeiro volume das suas “Memórias”. Dizem-nos que estava adiantada a redacção do segundo volume, em que trabalhava afincadamente, ainda que muito doente. Ficam por escrever os três últimos volumes previstos e anunciados. É uma falha importante para a história do nosso tempo. A única falha que podemos lamentar

²¹⁶ “Editorial” in *A Época*, 15 de Novembro de 1972.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

*na obra exemplar deste homem exemplar. Pôde mais a morte - o único adversário que conseguiu vencê-lo.*²¹⁷

Tendo o corpo do embaixador ficado em câmara ardente na Igreja de São Paulo em Lisboa, por ali passaram a quase totalidade das maiores figuras do regime, da sociedade portuguesa e do corpo diplomático creditado na capital. No dia do funeral, a 15 de Novembro, o féretro foi acompanhado ao cemitério dos Prazeres por uma impressionante multidão que incluía inúmeros populares. Entre todos, destacava-se o seu amigo Marcello Caetano. Apesar de alguma imponência, a cerimónia teve como marca de simplicidade o facto de não só não se ter tratado de um funeral de Estado, como a “urna” ter sido “transportada aos ombros de elementos dos Bombeiros Voluntários de Algés e Dafundo” que, já depois “da encomendação do corpo [...] prestaram guarda de honra.”²¹⁸

Mas a maior homenagem pública de que Theotónio Pereira foi alvo depois da sua morte, prestou-a Marcello Caetano na RTP quando, no decurso das *Conversas em Família* programadas para o serão do dia 14, se lhe referiu em termos elogiosos tanto enquanto homem como enquanto político, e que teria oportunidade de aprofundar no prefácio que escreveu ao segundo volume de *Memórias* publicado postumamente. Aí louvou-lhe “a elegância” do “espírito” traduzida a cada momento na “delicadeza das atenções e na gentileza das atitudes”, conjecturando sobre se não teria sido o seu “sentido de grandeza que desde os verdes anos” o teria “atraído para o mar.” E embora na longa biografia política de Theotónio Pereira a acção de diplomata acabasse certamente por ser o elemento merecedor de maior destaque das *Memórias* deixadas incompletas, a verdade é que para Marcello tinha sido na descoberta dos “caminhos da justiça social no nosso país” que mais se vislumbrava a essência do ser humano e do político e que maior cumplicidade dava ao percurso de vida feito pelos dois homens desde o início da década de 1920.²¹⁹

No entanto, se Marcello Caetano ajustou as contas que teria pendentes com Theotónio Pereira recuperando o seu legado através daquela que teria sido a acção política do Estado Novo no domínio social, nas suas *Memórias*, escritas alguns anos depois da morte de Pedro Theotónio Pereira, Américo Thomaz resumiu em termos substancialmente diferentes aquele que

²¹⁷ Idem, *ibidem*. O *Diário de Lisboa*, por seu lado, enumerava alguns dos títulos e condecorações do falecido; “Além de doutor “honoris causa” em Direito pela Universidade de S. Boaventura, de Nova York, e sócio de honra da Académica [sic] Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, o embaixador Pedro Teotónio Pereira possuía as seguintes condecorações: grã-cruz da Ordem Militar de Cristo e da Ordem do Infante D. Henrique; grã-cruz das Ordens do Mérito Naval, do Mérito Militar, de Jugo y Flechas e de Carlos III de Espanha; grã-cruz da Royal Victorian Order; grã-cruz da Ordem de Jorge I, da Grécia.” *Diário de Lisboa*, 15 de Novembro de 1972, p. 17.

²¹⁸ A *Época*, 16 de Novembro de 1972, p. 7.

²¹⁹ Marcello Caetano, “Prefácio” in Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. II, *Prefácio de Marcello Caetano*, s.e., s.l., Verbo, 1973. Marcello Caetano escreveu este prefácio a pedido de Virginia Theotónio Pereira. Entrevista a Maria Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004.

“[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”

teria sido o significado da vida do homem que exerceu pela primeira vez o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social:

Faleceu no dia 14 de Novembro o embaixador dr. Pedro Theotónio Pereira, de há muito doente, de mal progressivo que não perdoa. Foi um dos mais salientes vultos políticos do Estado Novo, durante largos anos, tendo exercido larga acção na organização corporativa do Estado, realizada nos anos da década de trinta. Foi embaixador de Portugal na Espanha, no Brasil, nos Estados Unidos da América do Norte, na Grã-Bretanha e novamente nos Estados Unidos; a segunda vez depois de ter desempenhado, durante 3 anos, o cargo de ministro da Presidência, para que fora nomeado em 14 de Agosto de 1958. Foi sempre um grande entusiasta pelas coisas do Mar, sobretudo pela vela. Das memórias da sua vida, que estava escrevendo, só viu a publicação do primeiro volume, dos cinco que tencionava publicar. Teria sido, muito possivelmente em Setembro de 1968, a personalidade mais indicada para suceder ao doutor Salazar, se a sua saúde o tivesse permitido.²²⁰

²²⁰ Américo Thomaz, *op. cit.*, 4.º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d., p. 262.

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

Epílogo

Biografia & História

“Um aluno de 16” valores¹ que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”²

*[...] even the details of the conversation were less clear. They were like the missing letters on a Roman tomb and I the archeologist filling in the gaps according to the bias of my scholarship.
Graham Greene, The Quiet American, Penguin Books, parte 2, capítulo I.*

*Das duas principais partes da nossa natureza, Razão e Paixão, procederam dois tipos de saber: o matemático e o dogmático. O primeiro está livre de controvérsias e disputas, porque consiste apenas na comparação de figuras e movimentos; nestas coisas, a verdade e o interesse dos homens não se opõem. Mas no segundo nada é indiscutível, porque compara os homens e se imiscui nos seus direitos e lucros; aqui, sempre que a razão estiver contra um homem, ele, por sua vez, estará contra a razão. Por isso, os que escreverem sobre a justiça e a política em geral, enredam-se uns aos outros e a si próprios em contradições.
Thomas Hobbes, “Carta Dedicatória” in A Natureza Humana (tradução, introdução e notas de João Aloísio Lopes), s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda / F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, s.d..*

“Não havia liberdade, nem tolerância, nem independência moral.”³

“Peço-lhe perdão por mais este desgosto, a juntar a tantos outros que já lhe tenho dado.” Era nestes termos que, aquando da sua primeira detenção em Caxias, Nuno Teotónio Pereira se dirigia em carta ao seu pai, Luís Theotónio Pereira. Pedia-lhe que o perdoasse apenas por aquilo que pessoal e emocionalmente a sua detenção representava para um pai, e “não por aquilo” que

¹ Pedro Theotónio Pereira concluiu a sua licenciatura com dezasseis valores. Uma vez, numa reunião do Conselho de Ministros, ainda na década de 1930, um lente de Coimbra explicou-lhe o que era um aluno com aquela classificação: “– Estudante de 16 [...] é o estudante a quem damos ainda escalão de distinção para lhe consolar a boa vontade, mas que não tem asas para voar.” A isto respondeu Pedro Theotónio Pereira: “– Oh, diabo [...] É que eu sou mesmo um aluno de 16!” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 49.

² Marcello Caetano, “Conversas em Família” do dia 14 de Novembro de 1972. Citado no matutino *Época*, 15 de Novembro de 1972, p. 3, 1.ª coluna.

³ Excerto de uma palestra proferida por Pedro Theotónio Pereira durante a campanha eleitoral. Referia-se à “República Velha” e à “Nova República Velha”. Lisboa, 12 de Novembro de 1945 à noite. Original do autor. Documento dactilografado (11 pp.) e depositado nos escritórios da Sociedade Comercial Teotónio Pereira. Arquivo da Sociedade Comercial Teotónio Pereira, Lisboa (ASCTP).

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

a “situação” era, ou esperava que fosse, “aos olhos do mundo e de Deus.” Fazia ainda questão de recordar e de sublinhar que se encontrava privado da sua liberdade por “causa” daquele a quem se dirigia. Não porque este fosse e sempre tivesse sido um apoiante quase incondicional de um regime autoritário como era o Estado Novo, mas porque de Luís Theotónio Pereira herdara “algumas coisas que tinha cultivado”, como era “o não dobrar a espinha perante os poderosos.”⁴ Reconhecendo serem bem diferentes os “caminhos” e as “épocas” que ambos tinham percorrido e vivido, desde logo durante a juventude, lembrava que tanto pai como filho, “por volta dos 40 anos”, tinham fundado “cooperativas” e que “nessas cooperativas” tinham trabalhado “lado a lado com operários.” E ainda que, no momento em que escrevia e mandava a carta, os “pontos de contacto” entre os dois pudessem ser “imprecisos e raros”, na vida que haveria de vir seria a todos “bem patente a unidade do Reino de Deus.”⁵ Situações e cartas como estas ocorreram aos milhares durante os anos em que os portugueses se viram privados das liberdades mais essenciais e com as quais, melhor ou pior, tinham podido conviver desde que D. Pedro IV comandara um exército vitorioso que restaurou em Portugal o liberalismo entretanto usurpado pelo seu irmão D. Miguel.

O exemplo de Nuno Teotónio Pereira e da situação em que se encontrava em Abril de 1967, como o drama pessoal e familiar então vivido por causa da sua detenção, são importantes e úteis porque ajudam a explicar o essencial na vida de um homem que, como Pedro Theotónio Pereira, lutou pela implantação e consolidação de um regime político e de um modelo de sociedade que deixaram aqueles que os serviram com uma marca indelével de conivência com práticas sistemáticas de uma violência moralmente indigna. Esta realidade merece ser interrogada porque Pedro Theotónio Pereira, como muitos outros que com ele serviram Oliveira Salazar, considerava a violência política não apenas indigna como imoral. Essas considerações, aliás, começavam dentro de casa. Pelo menos à sua filha mais velha, ainda quando adolescente, Pedro Theotónio Pereira teve não apenas a preocupação de lhe relatar episódios relativos à violência brutal praticada pelos “rojos” sobre os seus inimigos durante a Guerra Civil, como de a levar a visitar em Espanha uma exposição onde supostamente se encontrariam os instrumentos de tortura utilizados por esses mesmos “rojos” para infligirem o maior sofrimento possível àqueles que passavam pelas suas masmorras, nunca tendo Madalena Theotónio Pereira

⁴ Reconhecia que herdara muita outra coisa: “Não vou recordar tudo o que de si tenho recebido, e que é imenso. Mas há outra coisa que neste momento me parece importante! O amor a uma vida simples, sem aparato, sem grandezas. O horror ao luxo e à ostentação. Tem sido isto um bem enorme na minha vida, que ambiciono poder transmitir aos meus filhos, porque nos faz estar mais próximos dos pequenos do que dos grandes: e dos pequenos é que é o reino dos Céus.” “Carta de Nuno Teotónio Pereira a Luís Theotónio Pereira”. Caxias, 10 de Abril de 1967. Documento cedido pelo Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

⁵ Idem, *ibidem*.

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

esquecido um colete recheado de pregos que se encontrava exposto com o qual, como lhe contou seu pai, os algozes costumavam vestir as suas vítimas.⁶ Em Portugal, porém, não há notícia de que Pedro Theotónio Pereira tivesse alguma vez reconhecido, por parte do regime que serviu, a existência de uma política sistemática que não apenas privava indiscriminadamente cidadãos de direitos e de liberdades, como não se eximia de violentar física e emocionalmente muitos deles. Esta realidade incontornável do regime que serviu, e que indiscutivelmente sabia existir – desde logo como consequência de algumas políticas que promoveu enquanto subsecretário de Estado, mas também na qualidade de tio de Nuno Teotónio Pereira –, lançam uma interrogação inevitável sobre a forma como poderá um homem reconhecer, aceitar e justificar moralmente, para si próprio e para a sociedade em que vive, a existência de uma ordem como aquela que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974. De que forma se aceita do ponto de vista moral e se chega ao reconhecimento da legitimidade e da bondade de um regime que tem como pedra angular da sua existência um aparelho institucional que se caracterizava por violentar impunemente milhares de cidadãos de várias origens sociais e dos mais diversos credos políticos, religiosos, culturais ou outros? De que modo, e ainda que durante as suas primeiras prisões Nuno Teotónio Pereira não tenha sido fisicamente molestado,⁷ justificaria para si mesmo Pedro Theotónio Pereira – e o seu irmão Luís⁸ – a privação da liberdade a um familiar e a um cidadão cuja integridade moral se julgava acima de qualquer recriminação?

Pedro Theotónio Pereira, recorde-se, e muitos da sua geração que abraçaram como opção política e ideológica soluções de tipo autoritário, nacionalista e corporativa, tinham sido confrontados, desde a mais tenra adolescência até aos primeiros anos da idade adulta, com uma certa banalização da violência como arma política. Apesar do seu liberalismo formal, os derradeiros anos da Monarquia e da República, e mais ainda o interregno sidonista, tinham-se caracterizado pela emergência e pela perpetuação do confronto político violento que tinha como base princípios ideológicos que tendiam a cristalizar-se e que se cristalizaram. O assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, que deveria ter sido complementado pela eliminação física de João Franco, a violência anticlerical que sucedeu à implantação da República, as greves selvagens, a repressão do movimento operário, antes, durante e depois do sidonismo, a

⁶ Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

⁷ Nas primeiras vezes que Nuno Teotónio Pereira foi preso, a polícia política tratou-o “com uma certa deferência” pelo facto da sua família estar ligada ao regime. Não seria assim depois de ter sido detido na sequência da vigília da capela do Rato. Ana Soromenho, “Um homem na cidade” in *Actual* (suplemento do semanário *Expresso*), n.º 1 651, 19 de Junho de 2004, p. 20.

⁸ A certa altura, por causa das opções políticas do seu filho, Luís Theotónio Pereira sentiu-se na obrigação de se justificar perante Salazar. Mandou-lhe um telegrama: “Profundamente desgostoso atitude meu filho Nuno Teotónio Pereira peço Vossa Excelência me permita mais uma vez manifestar-lhe minha muita admiração e meu imenso reconhecimento por tudo que Vossa Excelência tem feito por Portugal e por todos nós portugueses.” Lisboa, 5 de Novembro de 1965. AOS/CP-212 P-9 6.1.5.

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

violência exercida por monárquicos sobre republicanos e destes sobre aqueles – a “leva da morte” ou a “noite sangrenta”, as incursões monárquicas, a Monarquia do Norte e o Monsanto –, ou seja, as permanentes revoltas e revoluções que tomaram conta da vida portuguesa depois de 1891 foram não apenas o ambiente em que Theotónio Pereira nasceu para a política mas, sobretudo, a memória mais marcante da sua vida até ao momento em que seria nomeado subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. Dessa experiência e dessa memória, Theotónio Pereira e muitos outros, monárquicos ou republicanos, católicos ou agnósticos, socialistas ou conservadores, concluíram provavelmente que não seria possível a estabilização da sociedade portuguesa sem que àqueles que tomassem conta do Estado fosse permitido utilizar o monopólio da violência que, em princípio, este pode e deve deter. Dito de uma outra forma, e vistas as circunstâncias, o poder não podia ser conservado senão com o recurso à repressão violenta dos seus adversários e inimigos, o que era dito com o objectivo lógico de permitir a preservação e até a perpetuação do poder, mas também com a intenção de permitir a existência de uma ordem que seria a única capaz de trazer paz e progresso aos portugueses. Este seria, portanto, o álibi daqueles que triunfaram em Portugal com o advento da Ditadura Militar e, sobretudo, do Estado Novo. Era e foi o álibi que permitia justificar a existência de um regime político reconhecidamente violento, mas que parecia justa e racionalmente violento, fosse porque servia a única solução política viável e porque impedia o triunfo de outras que se julgavam menos adequadas aos interesses do País e que fatalmente se tornariam ainda mais violentas. Deste ponto de vista, e mesmo que não fosse historicamente verdade, a I República pareceu a Theotónio Pereira muito mais violenta do que o Estado Novo, temendo inclusive que o derrube deste último levasse ou à restauração da primeira ou à implantação de um regime de inspiração bolchevista, à semelhança daquele de que tivera notícias quando servira como agente especial e embaixador em Burgos. A admissão da violência do Estado Novo foi para Pedro Theotónio Pereira a aceitação da sua banalidade e legitimidade, tanto do ponto de vista político como moral, isto num século em que, valha a verdade, a vulgarização da violência tendeu a multiplicar-se, em grande medida pelo facto dos desastres se terem tornado uma consequência não do problema que se procurava resolver mas da solução entretanto encontrada e adoptada.

Parece, portanto, que fazendo reportar as opções políticas de Pedro Theotónio Pereira – com as suas inevitáveis consequências morais – às circunstâncias em que foram tomadas, se poderão diluir as suas responsabilidades. No entanto, seria um erro tentar perceber e explicar um percurso biográfico através da diluição da responsabilidade individual naquilo que normalmente se designam por forças impessoais, no peso da estrutura ou na ditadura da

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

conjuntura, numa palavra, nas circunstâncias. Não ignorando a importância destas variáveis numa biografia, a verdade é que elas não ajudam a que se responda cabalmente aos dilemas morais que um biografado coloca não apenas ao seu biógrafo mas, sobretudo, a ele próprio. E a verdade é que apesar das respostas que Pedro Theotónio Pereira encontrou para justificar o seu percurso político, como homem devotadamente católico, não se descortina o caminho que percorreu para resolver os dilemas pessoais e morais que as suas opções políticas impuseram, logo a ele que se orgulhava da sua coerência.

“Um aluno de 16” valores⁹ que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”¹⁰

Um outro aspecto extraordinário e surpreendente na biografia (não apenas política) de Theotónio Pereira reporta-se ao facto de pela sua formação – pessoal, académica –, pelo seu percurso profissional e pela sua origem social, ter aceite servir não apenas um regime autoritário, formalmente durante trinta anos, mas sobretudo um regime assente num homem que independentemente de possuir indiscutíveis qualidades políticas, dirigia-se aos portugueses, em geral, e aos seus colaboradores, em particular, de um modo que reflectia, nas palavras de um diplomata norte-americano colocado em Lisboa, além de “um grau extraordinário de autocomplacência”, a convicção de que se tratava do único indivíduo capaz de produzir um “julgamento sereno” e, portanto, de governar Portugal. É verdade que tudo se poderia reduzir ao facto de Theotónio Pereira, entre muitos outros que o acompanhavam na sua devoção pelo presidente do Conselho, ver em Salazar a personalidade que melhor podia encarnar o funcionamento de um sistema que se situava algures entre as “formas de governo totalitárias e democráticas, evitando as imperfeições de ambas.”¹¹ Mas, tendo sido Theotónio Pereira uma personalidade com uma experiência de vida totalmente diferente da de Salazar, torna-se difícil admitir que tenha sido apenas por pragmatismo político que reconheceu e depois aceitou uma tão prolongada e intensa hegemonia, por parte de um só homem, na vida política portuguesa. Sendo certo que Pedro Theotónio Pereira apoiou a solução que apontou Marcello Caetano como sucessor de Salazar na Presidência do Conselho e que, eventualmente, também se tenha considerado, em algum momento, um substituto à altura, a verdade é que não se conhece na sua vida, entre 1933 e 1968, um único momento em que de forma indiscutível tivesse ponderado que uma boa solução política implicava o derrube do chefe do Governo. A resposta definitiva a

⁹ Ver nota 1.

¹⁰ Ver nota 2.

¹¹ “Da Legação dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 607, 10 de Setembro de 1942, NA, General Records of the Department of State (GRDS), 1940-1944. Caixa n.º 5129 (853/001/93).

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

esta aparentemente estranha atitude só seria possível se se pudesse confrontar a biografia de Pedro Theotónio Pereira com uma realidade política em que a solução de regime fosse idêntica mas em que o seu líder tivesse outra personagem que não Salazar. Só assim seria possível perceber se aquilo que seduzia Theotónio Pereira em Salazar era a forma como o homem exercia a poder político, ou o modo como o exercício do poder político fazia o homem, o líder.

Foi esta devoção a Salazar, e que num curto mas importante momento da sua vida tinha dedicado também a António Sardinha, que transformou um aluno de “dezasseis valores” num homem público de “dezasseis valores.” Muito embora tenha sido uma figura destacada da vida política do salazarismo, da mesma forma que já tinha dado nas vistas enquanto discípulo de Sardinha, antes e imediatamente depois da morte deste, existiu politicamente sempre necessitando de uma referência, da referência. António Sardinha numa primeira fase. De 1928, ou talvez uns poucos anos mais tarde, até à sua morte, seria Oliveira Salazar. O primeiro foi a referência intelectual, uma promessa que, pelo seu labor e pelo seu carisma, deixaria um lastro ideológico que não se pôde cumprir enquanto viveu.¹² Oliveira Salazar seria a síntese de tudo aquilo que anteriormente não conseguira passar de um compromisso teórico por concretizar na realidade histórica.¹³ O facto de Pedro Theotónio Pereira nunca ter, pelo menos ostensivamente, emulado Salazar, substituindo-o através da imposição de uma derrota ou da incompatibilização política – como foi o caso de Armindo Monteiro e, noutros termos, de Marcello Caetano –, demonstra que embora tivesse sido uma figura destacada do Estado Novo e da vida política portuguesa durante décadas, nunca passou afinal de uma figura que valia somente “dezasseis valores”. Era eficaz e foi importante, mas faltou sempre aquele estalão que o poderia ter tornado na figura excepcional que nunca foi. Pelo menos enquanto político. Inclusivamente, é até possível dizer que sem um Oliveira Salazar, como antes sem a proximidade e a dependência de um António Sardinha, dificilmente teria sido Pedro Theotónio Pereira uma figura de destaque. É que além de sempre ter sido homem pouco dado a grandes reflexões teóricas, Pedro Theotónio Pereira não era um estratega. Era e foi sempre um político com grande sensibilidade táctica. Tinha uma enorme intuição política, mesmo que muitas vezes a ignorasse e não agisse de acordo com ela. Tratava-se, no entanto, de uma intuição política que o tornava em alguém que executava, que cumpria e não numa personalidade que pudesse ser colocado no centro do

¹² “[...] quando António Sardinha e os seus pares da *Nação Portuguesa* surgiram, há cinquenta anos, com um programa nítido e informal de salvação pública, o ambiente estava preparado entre o escol nacional (quer nos domínios da inteligência, quer nos domínios da acção) para se pensar num sério e eficaz movimento nacionalista.” Pedro Theotónio Pereira, “Nacionalismo Português”, Separata de *Pontos de Doutrina*, Horácio de Moura (coord.), 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, col. “Pontos de Doutrina”, 1968, pp. 18-19.

¹³ “Nos nichos vazios donde a pouco e pouco haviam caído as falsas divindades, Salazar veio colocar os valores morais que a Nação sempre consagrara. Maiores ou menores na escala que das coisas divinas desce até às humanas, ali estava tudo quanto Portugal toda a vida conhecera e amara.” Idem, *ibidem*, p. 22.

“Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”

espaço de decisão, definindo táticas e traçando o caminho a percorrer no médio ou no longo prazo. Tendo faltado muitas vezes a Pedro Theotónio Pereira uma perspectiva estratégica da acção política, por mais meritória que fosse a sua dedicação e mais extraordinária a sua capacidade e o seu gosto pelo trabalho, tratava-se de alguém com recursos políticos limitados. Mas tivesse Pedro Theotónio Pereira tido o rigor estratégico de Marcello Caetano e Marcello Caetano os recursos táticos de Pedro Theotónio Pereira, é possível que Salazar não tivesse perdurado tanto no poder e a história de Portugal sob o Estado Novo tivesse sido outra.

FONTES & BIBLIOGRAFIA¹

TRABALHOS DA AUTORIA DE PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA.

TEXTOS QUE SÃO EXERCÍCIOS ESTÉTICOS, DE REFLEXÃO E DE ACTIVIDADE POLÍTICA:

- "Os Césares" in *A Monarquia*, 16 de Dezembro de 1920, p. 2 (1.º e 2.ª coluna).
- "A fascinação da Esfinge" in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: António Sardinha)*, 2.ª série, n.º 8, Fevereiro de 1923, pp. 358-365.
- "Aos que souberam crer" in *Gil Vicente*, 1.ª Série, 1.º ano, Janeiro-Dezembro, 1925, pp. 15-17.
- "Notas desenfadadas sobre coisas mais ou menos conhecidas" in *Gil Vicente*, 1.ª Série, 1.º ano, Janeiro-Dezembro, 1925, pp. 139-141.
- "Palavras que não foram escritas" in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: Manuel Múrias)*, 3.ª série, n.º 7-8, 1925, pp. 320-325.
- "Na hora da reconstrução" in *Gil Vicente*, 2.ª Série, Janeiro-Dezembro, 2.º Ano, 1926, pp. 155-156.
- "O Pesadelo de Gonçalo Ramires" in *Ordem Nova*, n.º 2, Abril de 1926, pp. 41-46.
- "Clarins que esmorecem" in *Época*, 6 Junho de 1926 (1.ª página).
- "A alavanca do Progresso (I)" in *Ordem Nova*, n.º 7, Setembro de 1926, pp. 204-212.
- "Recensão do livro de António Sardinha: *Na Feira dos Mitos* (ed. da Liv. Universal)" in *Ordem Nova*, n.º 8, Outubro de 1926, pp. 256-259.
- "A alavanca do Progresso (II)" in *Ordem Nova*, n.º 9-10, Novembro-Dezembro de 1926, pp. 288-293.
- "António Sardinha" in *A Época*, 10 de Janeiro de 1927 (1.ª página).
- "O Levantar da Feira" (Editorial) in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, 13 de Abril de 1927, p. 1, 1.ª coluna.²
- "As Duas Raças" (Editorial) in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, 6 de Maio de 1927, p. 1, 1.ª coluna.³
- "António Sardinha e o renascimento do espírito monárquico" in *Gil Vicente*, 3.ª Série, Janeiro-Dezembro, 3.º Ano, 1927, p. 16.
- "O Último Livro de António Sardinha" in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, VI volume, 1930, pp. 7-11.
- "António Sardinha e a sua missão" in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, IX volume, 1933, pp. 11-13.
- "Espírito Corporativo" in *Cadernos Corporativos*, tomo 1, n.º 2, 5 de Fevereiro de 1933, pp. 56-60.
- "Prefácio", in Augusto da Costa, *A Nação Corporativa. Textos legais, comentados e justificados*, 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
- "Prefácio" in Conde D'Aurora, *Pela Grei. Exortações*, s.e., Porto, 1936, pp. 7-11.⁴

¹ A lista que se segue contém unicamente os títulos citados nas notas. Uma bibliografia completa sobre o tema aqui tratado seria materialmente incomportável, e provavelmente indesejável, num trabalho desta natureza.

² Na *Monarquia* de 14 de Janeiro de 1920, p. 2, há um artigo de Félix Correia intitulado "O desmanchar da feira". A "feira" é a "república". Este editorial de Pedro Teotónio Pereira seria transcrito em *O Popular*, "semanário independente de New Bedford." *A Ideia Nacional*, 1 de Julho de 1922, p. 1 (1.ª coluna).

³ Igual título deu António Sardinha a um artigo que publicou na *Monarquia*, em Outubro de 1917, e reproduzido em *Durante a Fogueira*, uma colectânea de textos dispersos do mesmo António Sardinha. Aquele texto "não passa de uma interpretação racista da história da nossa pátria, com forte tonalidade anti-republicana [...]." António José de Brito, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Verbo, s.d., p. 122.

Fontes & Bibliografia

O espírito da gente nova e a revolução nacional, s.e., Lisboa, 1937.⁵

A batalha do futuro. Organização corporativa, 2ª. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937. Colectânea de conferências e discursos sobre a organização corporativa. Publicou-se uma edição espanhola: *La batalla del futuro* (tradução e notas de Manuel Casado Nieto), s.e., Barcelona, Bosh, 1942.

Resumo do Discurso Proferido por Sua Excelência o Embaixador de Portugal, Dr. Pedro Teotónio Pereira, na Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1946. (Apostamentos colhidos das notas taquigráficas), Rio de Janeiro, 1946.

"Alocação da Sessão Solene Inaugural" in *Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, s.e., s.l., Instituto para a Alta Cultura, s.d..

"Nacionalismo Português" in *Pontos de Doutrina*, Horácio de Moura (coord.), 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, col.

"Pontos de Doutrina", 1968, pp. 145-158. Publicado também em separata.

OUTROS:

"O 'Au-Delá' dum plutocrata" in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, 29 de Abril de 1927, p. 4 (última página). 3.ª e 4.ª colunas. Secção de Teatro (fundo da página)

"Os Seguros de Crédito" in *Revista de Contabilidade e Comércio*, Porto, n.º 1, volume 1, Janeiro-Março de 1933, pp. 44-47 [reproduzido em *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, Ano 1, n.º 5, Março de 1933, pp. 9-10.]

"Prefácio [à 1.ª edição]" in *Guia do Marinheiro Amador*, compilado por Domingos Heitor Gomes, 3.ª ed. completamente refundida e muito aumentada por António de Meneses, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1960 (1.ª ed., 1936).

"Miguel de Sá e Melo" in *Estudos. Revista de Cultura e Formação Católica*, n.º 197-198, Fascículos 5-6, Maio-Junho, Coimbra, 1941, p. 201.

"Regatas de Cruzeiro" in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 12, ano IV, Inverno de 1950-51, pp. 11-12 e 78.

"A propósito da regata Havana-San Sebastián" in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 14-15, ano V, Verão / Outono de 1951, pp. 17-18.

"A Viagem do «Bellatrix»" in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 20, ano VII, Outono de 1954, pp. 6-7 e 46.⁶

"«Cutty Sark»" in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 21, ano VII, Inverno de 1955, p. 8.

"A Glória do Infante" in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 30, ano XIV, Maio de 1960, pp. 4-5.

"Prefácio" in António de Meneses, *Vela Desportiva*, 1ª. ed., Lisboa, Edições Panorama, 1961, pp. 9 a 13.

"«A Época» e o seu tempo" in *A Voz*, 29 de Janeiro de 1966, pp. 1-22.

Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972.

Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais, vol. II, Prefácio de Marcello Caetano, s.e., s.l., Verbo, 1973.

⁴ Colectânea de conferências proferidas no norte do país e que tinham como objectivo apresentar e divulgar a organização política e as bases ideológicas do Corporativismo.

⁵ Passagens deste discurso são citadas no *Decálogo do Legionário*, s.e., Lisboa, S.P.N., s.d., pp. 40-41 e 47-49. O major Joaquim Abranches (ministro das Obras Públicas), João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) – na altura Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa –, Pedro Teotónio Pereira e Oliveira Salazar são os únicas figuras do governo e do regime citadas e comentadas no documento.

⁶ Uma versão inglesa foi publicada em *The Motor Boat and Yatching*, vol. LXXXVIII, n.º 2046, Fevereiro de 1955.

Fontes & Bibliografia

TEXTOS SOBRE PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA.

D'AZEVEDO, A. da Silva, *Teotónio Pereira: Intelectual Diplomata & Diplomata Intelectual. Discurso de 19-VI-946 no Clube Portugália de São Paulo*, s.e., s.l., s.d..

LUCENA, Manuel de, "Pereira, Pedro Teotónio" in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 43-60.

ROSAS, Fernando, "Pereira, Pedro Teotónio" in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, M-Z, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 718-719.

Três Dias Felizes: Homenagem da Colónia Portuguesa de Pernambuco a S. Excia. o Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira, D. D. Embaixador de Portugal no Brasil, s.e., Recife, Livraria Moderna, 1948.

FONTES ORAIS:

ENTREVISTAS:

Dr. José Júlio Pereira Cordeiro Blanco. Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, dia 3 de Setembro de 2001.

Eng. Eduardo Van-Zeller. Proprietário, lavrador e industrial reformado. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001.

D. Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

D. Maria Teresa Palha (Duquesa de Palmela). Lisboa, dia 24 de Novembro de 2001.

Dr. Baltazar Rebelo de Sousa. Político e empresário na reforma. Lisboa, dia 1 de Março de 2002.

Embaixador João Hall Themido, Lisboa, dia 14 de Janeiro de 2002.

Eng. Fernando Sanchez Ramirez. Empresário. Évora, dia 15 de Março de 2004.

D. Maria Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004.

Embaixador José Calvet Magalhães. Estoril, 1 de Setembro de 2004.

Dr. Gonçalo Sampaio e Mello. Jurista e docente universitário. Lisboa, várias datas.

FONTES PRIMÁRIAS:

ARQUIVOS:

Agência Barata, Título do Jazigo n.º 6 971, Rua n.º 11, Lado Esquerdo, 2.º Cemitério.

Archivo del Ministerio de los Asuntos Exteriores, Madrid (AMAE).

Arquivo da Escola Secundária Passos Manuel. (ESPM)

Arquivo da Sociedade Comercial Theotónio Pereira, Lisboa (ASCTP).

Arquivo de Tadm. Fundo Geral. Arquivo Guilherme Braga da Cruz.

Arquivo Geral do Exército, Lisboa (AGE).

Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo, Lisboa (AHBES).

Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino, Lisboa (AHBNU).

Arquivo Histórico José Maria da Fonseca, Lisboa.

Arquivo Histórico Parlamentar, Lisboa (AHP).

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa (AH-DMNE).

Arquivo Marcello Caetano, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (AMC, IAN/TT).

Arquivo Municipal – Arco do Cego, Lisboa. Fundo: Livros de Registo de Recenseamento Eleitoral.

Arquivo Oliveira Salazar, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (AOS, IAN/TT).



Fontes & Bibliografia

Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Correspondência recebida e outra documentação. Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP).

Espólio de António Sardinha. Universidade Católica Portuguesa – Biblioteca Universitária João Paulo II (UCP-BUJPII). Lisboa.

Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. Arquivo de Teresa Martins de Carvalho (ATMC). Lisboa.

National Archives and Records Administration - State Department, Washington, D.C. (NARA-SD).

National Archives and Records Administration – Harry S. Truman Library, Independence (NARA-HSTL).

National Archives and Records Administration – John Fitzgerald Kennedy Library, Boston (NARA-JFKL).

National Archives (antigo Public Record Office) Foreign Office, Kew (PRO- FO).

OUTRA DOCUMENTAÇÃO:

Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

Quadro Genealógico da Família Teotónio Pereira, s.d., 30 pp. (QGFTP).

Resumo dos Interesses Empresariais da Família Teotónio Pereira, s.d., 25 pp. (RIEFTP).

ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS:

Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, Américo Costa, vols. 7, 8 9 e 12, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1940, 1943, 1947 e 1949.

Dicionário de Eça de Queirós (organização e coordenação de A. Campos Matos), 2.ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

Dicionário de História do Estado Novo, 2 volumes, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996.

Dicionário de História de Portugal, volume V, *Paróquia – Sintra*, dir., Joel Serrão, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, s.d..

Dicionário de História de Portugal, volumes VII, VIII e IX, *Suplemento*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999 e 2000.

Dicionário de História Religiosa de Portugal (dir. Carlos Moreira Azevedo), 4 volumes, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2000 e 2001.

Dicionário da Literatura, 2.º volume, *L/S*, 3.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1976.

Dicionário Histórico de Economistas Portugueses (coord. José Luís Cardoso), 1.ª ed., Lisboa, Temas & Debates, 2001

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, volume 18, s.e., Lisboa, Ed. Verbo, v.d..

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volumes 9; 15; 18; 20; 22; 27, 30 e 31; s.e., Lisboa – Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, v.d..

Guia de Portugal, 1.º vol., *Generalidades. Lisboa e Arredores, Apresentação e Notas de Sant'Anna Dionísio*, s.e., s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, s.d..

Guia de Portugal, 2.º vol., *Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta, Apresentação e Notas de Sant'Anna Dionísio*, s.e., s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, s.d..

Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal, vários volumes, s.l., Círculo de Leitores, s.d..

New Penguin Dictionary of Quotations (The), J. M. & M. J. Cohen, s.e., s.l., Penguin Books, 1998.

Fontes & Bibliografia

New Encyclopaedia Britannica in 30 volumes (The), volume X, *Ready Reference and Index*, 15.ª ed., v. I., Encyclopaedia Britannica Inc., 1943-1973.

New (The) Penguin Dictionary of Quotations, J. M. & M. J. Cohen, s.e., s.l., Penguin Books, 1998.

Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Ethimologico de todas as Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de Aldeias, vols. 1, 2, 5 e 7, António Pinho Leal, s.e., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, 1874, 1875 e 1876.

PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, s.e., Lisboa, Grifo, s.d..

INVENTÁRIOS:

GARCIA, Maria Madalena, *Arquivo Salazar: Inventário e índices*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa – Biblioteca Nacional, col. "Biblioteca Universitária n.º 94", 1992.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, 1981.

SERRA, João B., "Os estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 5, Ed. Cosmos, 1991, pp. 111-147.

CRONOLOGIAS:

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar: Biografia da Ditadura*, s.e., s.l., Edições Avante!, 1999.

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, s.e., Lisboa, Circulo de Leitores, s.d..

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS.

ABC., Madrid (1938).

Ação Realista. Diário da Tarde. Órgão da Ação Realista Portuguesa (1925 e 1926).

Análise Social.

Anais de Almada. Revista Cultural (2000).

Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.

Anuário Estatístico de Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional (anos de edição: 1937, 1938, 1939 e 1940).

Aventura de la Historia (La).

Boletim da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra (1938 e 1950).

Boletim da Legião Portuguesa. Ação Social e Política (1938 a 1940).

Boletim Geral do Ultramar (1960).

Brasil-Portugal, Rio de Janeiro (1946).

Cadernos Corporativos (1933).

Cadernos de Manuel Anselmo (Os) (1960).

Chiado (O).

Cidade (A). Revista Cultural de Portalegre.

Correio da Manhã (1922, 1923 e 1928).

Correio dos Açores (1950).

Fontes & Bibliografia

- Correio Paulistano*, São Paulo (1947).
- Daily Mail* (1953 e 1956).
- Diário (O)*, Santos – São Paulo (1946).
- Diário da Manhã* (1933 a 1938; 1948; 1950, 1952, 1956 e 1958).
- Diário de Lisboa* (1921, 1926, 1927, 1934, 1959, 1961, 1970 e 1972).
- Diário de Notícias* (1902, 1926, 1927, 1930, 1933, 1934, 1936 a 1938 e 1948).
- Diário do Governo*, I e II séries (v.d.).
- Diário dos Açores* (1950 e 1973).
- Diário Popular*, São Paulo (1946).
- Época (A)* (1920 a 1926, 1947 e 1972).
- Estudos. Revista de Cultura e Formação Católica* (1924 e 1941).
- Evening Standard (The)* (1954).
- Gil Vicente* (1925 a 1927, 1930, 1933, 1950 e 1973).
- História (Nova Série)*.
- História (III Série)*.
- History and Theory. Studies in the Philosophy of History*.
- Ideal*, Granada (1938).
- Ideia Nacional (A)* (1927).
- Ideia Nova (A)* (1927 e 1928).
- Integralismo Lusitano*.
- Jornal de Notícias*, São Paulo (1946).
- Jornal do Comércio e das Colónias* (1932, 1933 e 1954).
- Jornal do Funchal* (1950).
- Journal of Contemporary History*.
- Journal of European Economic History*.
- Legião em Marcha* (1952).
- Ler História*.
- London Review of Books* (2000).
- Monarquia (a)* [1919 a 1922, 1923 (dois números), 1924 (número único) e 1925 (número único)].
- Nação Portuguesa* (1922 a 1925).
- National Geographic Magazine* (1952 e 1954).
- Noite (A)*, São Paulo (1946).
- Nosso Colégio (O)* (1908).
- Notícias Magazine* (1999).
- Novidades* (1924 e 1926).
- Oceanos* (2001).
- Ordem Nova* (1926 e 1927).
- Palavra (A)* (1927 e 1928).
- Penélope. Fazer e Desfazer a História*.
- Política* (1930).
- Política Internacional*.

Fontes & Bibliografia

Reconquista, São Paulo (1952).
Recorder (The) (1953).
Relações Internacionais.
Resistência (1974).
Revista da Marinha (1984).
Revista de Contabilidade e Comércio (1933).
Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros). (1932-1940).
Revolução (A) (1923).
Revolução (1932-1933).
Revolução Nacional (1934).
Século (O) (1923, 1924, 1934, 1936 a 1939, 1948 e 1950).
Spectator (The). (1996).
Standard Times (The), New Bedford (1950 e 1951).
Tempo Presente: Revista Portuguesa de Cultura.
Vela: Desportos Náuticos (1950 a 1960).
Voz (A) (1927, 1928, 1935, 1936, 1937, 1948, 1960 e 1966).
YA, Madrid, (1945).

FONTES IMPRESSAS.

AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974.
Almanach de Portugal para 1856, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.
Almanach Commercial de Lisboa para 1881 por Carlos Augusto da Silva Campos, I ano, Lisboa, Tipografia Universal, 1880.
AAVV, *Assinaturas das Notas do Banco de Portugal*, 2.ª Edição Revista, s.l., Banco de Portugal, 2000.
Almanach Commercial de Lisboa para 1890 por Carlos Augusto da Silva Campos, X ano, Lisboa, 1889.
AMADO, Fernando, *O Nosso Lugar (Conferência realizada na Liga Naval, na noite de 8 de Março de 1922)*, s.e., Lisboa, Tipografia da Livraria Ferin, 1922.
—, *Peças de Teatro*, organização de Teresa Amado e Vítor Silva Tavares, prefácio de Augusto Sobral, s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d..
AMEAL, João, *Panorama do Nacionalismo Português*, s.e., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932.
João Ameal (dir.), *Anais da Revolução Nacional*, 5 volumes, s.e., s.l., s.d..
Aniversário. Primeiro Jornal Comemorativo do 5.º Aniversário da Reorganização da Casa do Pessoal da Companhia de Seguros Fidelidade, Maio de 1967.
ANTUNES, José Freire, (ed.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 vols., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1985.
—, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993.
—, *A Guerra de África (1961-1974)*, 1º volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
—, *A Guerra de África (1961-1974)*, 2º volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, *Diário das Sessões*, Lisboa. v.d..
ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943.
Conde D'Aurora, *Pela Grei. Exortações*, s.e., Porto, 1936.

Fontes & Bibliografia

- *Esse Direito Novo: O Trabalho*, Coimbra, 1949.
- BAPTISTA, Manuel Dias, "Ensaio de uma descrição, física e económica de Coimbra, e seus arredores" in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Aditamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, tomo I, José Luís Cardoso (Introdução e Direcção de Edição), s.e., Lisboa, Banco de Portugal, 1990, pp. 195-224.
- BARBOSA, Zacharias de Vilhena, *Almanak Industrial, Comercial e Profissional de Lisboa para o Anno de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865
- BLAVATSKY, H. P., *A Chave da Teosofia*, s.e., s.l., Edições 70, s.d.
- BRAGA, Luís de Almeida, "Flores para a grinalda de António Sardinha" in *Espada ao Sol*, s.e, s.l., Edição do Autor, s.d., pp. 129-140.
- , "O Centro Católico" in *Sob o Pendão Real*, s.e., s.l., Edições Gama, 1942, pp. 239-251.
- , *Posição de António Sardinha*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943.
- BRAGANÇA-CUNHA, V. de, *Revolutionary Portugal (1910-1936)*, s.e., s.l., James Clarke & CO., Ltd, s.d.
- BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de Dom Quixote*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1976.
- BROCHADO, Costa, *Salazar e "A Verdade"*, s.e., Porto, Livraria da Educação Nacional, 1937.
- , *Para a História de um Regime*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1949.
- , *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987.
- CABRAL, António, *Cartas D'El-Rei D. Manuel II: O Homem, o Rei, o Português. Notícias e revelações. Memórias políticas*, s.e., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.
- , *El-Rei D. Duarte II (Rei Morto, Rei Posto): A Sua vida – Os Seus direitos – Páginas de História*, s.e., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1934.
- CAETANO, Marcello, *O Sistema Corporativo*, s.e., Lisboa, 1938.
- , *Problemas da Revolução Corporativa*, s.e., s.l., Editorial Acção, 1941.
- , *A Constituição de 1933: Estudo de Direito Político*, 2.ª ed., s.l., Coimbra Editora, 1947.
- , *Páginas Inoportunas*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, s.d.
- , *Pelo Futuro de Portugal*, s.e., s.l., Verbo, s.d. (1969).
- , *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977.
- , *Constituições Portuguesas*, 6.ª ed., s.l., Verbo, 1986
- CAMPOS, Álvaro de, "Carta de Álvaro de Campos à «Contemporânea»" in Fernando Pessoa, *Obras em Prosa (organização de João Gaspar Simões)*, II volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 65-66.
- , "Aviso por causa da moral" in Fernando Pessoa, *Obras em Prosa (organização de João Gaspar Simões)*, II volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 68.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Política*, 2.ª edição actualizada, Porto, Lello & Irmão Editores, 1954.
- CAMPOS, Fernando, *Páginas Corporativas. Com algumas palavras do Sr. Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social*, s.e., s.l., Edição do Boletim da União de Grémios de Lojistas de Lisboa, 1941.
- , "O enterro de António Sardinha" in *Gil Vicente*, vol. 1.º, 2.ª Série, n.º 1 e 2, Janeiro-Fevereiro, 1950, pp. 7-9.
- CANEDO, Fernando de Castro da Silva, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 1.º vol., s.e., Lisboa, Edições Gama, 1945.
- , *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2.º vol., s.e., Lisboa, Edições Gama, 1945.

Fontes & Bibliografia

- CASTRO, Fernanda de, *Ao Fim da Memória. Memórias [1906-1939]*, s.e., s.l., Editorial Verbo, 1986.
- , *Ao Fim da Memória. Memórias II [1939-1982]*, s.e., s.l., Editorial Verbo, 1987.
- CASTRO, Augusto de, *A Crise Internacional e a Política Externa Portuguesa. Conferência realizada na Academia de Ciências de Lisboa na noite de 28 de Outubro de 1949*, s.e., Lisboa, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1949.
- CASTRO, Luís Vieira de, *Em Pé de Guerra*, s.e., Funchal, Tipografia Esperança, 1938.
- Catálogo dos Antigos Alunos dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal*, s.e., s.l., 1963.
- CAVALHEIRO, Rodrigues (selecção e prefácio), *António Sardinha*, s.e., Lisboa, Edições Panorama – S. N. I., 1959.
- CAVALHEIRO, António Rodrigues, "Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu hispanismo" in AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974, pp. 38-70.
- CAZAL-RIBEIRO, Francisco do, *Longos Dias*, 1.ª ed., Queluz, Literal, 1978.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, *Vinte Anos de Coimbra*, s.e., Lisboa, Edições Gama, 1943.
- CHRISTO, Fernando Homem, *A Cabeceira do Ocidente: A Reacção Integral*, s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, 1984.
- CHURCHILL, Winston, *The Second World War*, volume III, *The Grand Alliance*, s.e, s.l., Penguin Books, 1988.
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (CLNSRF), *Assis Gonçalves: Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1981.
- , *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1986.
- , *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987.
- , *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar. Vol. I, 1934-1950*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1988.
- , *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. I, (1931-1939)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987.
- , *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. II, 1940-1941*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1989.
- , *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1990.
- , *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. IV, (1943-1944)*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1991.
- Companhia de Seguros Fidelidade., *100 Anos de Seguros de Vidas*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Fidelidade, 1945.
- CORREIA, Romeu, *Gandaia*, s.e., Lisboa, Guimarães Editores, s.d. (1952).
- , *Os Taneiros. Romance (Nova versão de Gandaia)*, s.e., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1976.
- , *O Tritão*, s.e., s.l., Editorial Notícias, s.d.
- , *Cais do Ginjal (Romance)*, s.e., s.l., Editorial Notícias, s.d. (1989).
- COSTA-SACADURA, Sebastião C. da, *De L'École Française de S. Vicent de Paul (1864) au Lycée Charles Lepierre (17 Novembre 1952)*, s.e., Lisboa, 1952.

Fontes & Bibliografia

- CRUZ, Guilherme Braga da, *Discurso de Elogio de Sua Excelência o Chefe do Estado Espanhol Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde*, s.e., Coimbra, 1950 (Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, Universidade de Coimbra, vol. XXV, Fascículo II).
- , “Formação Social e Corporativa” in *Obras Esparsas*, volume IV, *Estudos Doutrinários e Sociais*, 2.ª parte, s.e., Coimbra, 1985, pp. 121-180.
- CRUZ, Manuel Braga da (org. e prefácio), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, s.e., Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo, 2004.
- D’AGUIAR, Armando, *Oliveira Salazar: O Homem e o Ditador. A sua vida e a sua obra*, s.e., Rio de Janeiro – São Paulo, Civilização Brasileira S.A. – Companhia Editora Nacional, 1934.
- DELGADO, Humberto, *Memórias*, s.e., Lisboa, Ed. Delfos, s.d..
- État Présent du Royaume de Portugal. Nouvelle édition revue, corrigée et considérablement augmenté*, Hamburgo, P. Chateaufort, Libraire, 1797.
- DESCAMPS, Paul, *Le Portugal: La Vie Sociale Actuelle*, s.e., Paris, Firmin-Didot et Cie, Éditeurs, s.d. (1935).
- DOMINGUES, Mário, *Delicioso Pecado*, 1923.
- FERRAZ, Artur Ivens, *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz* (Prefácio e anotações de César de Oliveira) 1.ª ed., Lisboa, O Jornal, 1988.
- FERREIRA, A. Jacinto, *Integralismo Lusitano: Uma doutrina política de ideias novas*, s.e., Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991.
- , *Ao Serviço da Pátria e do Rei: Memórias Políticas (1926-1974)*, Prefácio de Henrique Martins de Carvalho, s.e., Lisboa, Ed. Autor, 1991.
- FERRO, António, *Salazar: O Homem e a Sua Obra. Com Prefácio e Oliveira Salazar*, s.e., Lisboa, Edições Fernando Pereira Editor, 1982 (1.ª ed., 1933).
- , *D. Manuel II. O Desventurado*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, 1954.
- FIDALGO, Manuel, *Convenções Internacionais de Trabalho Ratificadas por Portugal (1928-1985)*, s.e., Lisboa, Rei dos Livros, s.d..
- FLORES, Alexandre M., *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico*, II, *Freguesia de Cacilhas*, s.e., s.l., Câmara Municipal de Almada, 1987.
- , *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico*, III, *Freguesia da Cova da Piedade*, s.e., s.l., Câmara Municipal de Almada, 1990.
- FONSECA, Carlos Pires de Lima da, *Roteiro da Minha Vida. Memórias (Obra Póstuma)*, 2.º volume, s.e., Lisboa, 1960.
- FONTOURA, João Neves da, *Palavras aos Portugueses. Prefácio de Júlio Dantas*, s.e., Lisboa – Rio, Edições Dois Mundos, s.d.
- GONÇALVES, Assis, *Intimidades de Salazar. O Homem e a sua Época (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete e difíceis anos da sua Vida Pública)*, 2.ª ed., Lisboa, Liv. Bertrand Editora, 1972.
- GONÇALVES, Júlio, *Leis da Informação (Portugal), 1627-1965*, s.e., Braga, Editora Pax, 1965.
- GUEDES, Armando Marques, *Cinco meses no governo*, s.e., Porto, Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, 1926.
- Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação de Arquitectos Lisboetas, 1987.
- Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus ou que n’elles pretendem fazer exame. Anuário para 1905-1906*, coord. João Baptista de Lemos Figueiredo, Lisboa, Typographia do Commercio, 1905.

Fontes & Bibliografia

- Guia dos Alumnos Matriculados nos Lyceus ou que n'elles pretendem fazer exame. Anuário para 1909-1910*, coord. João Baptista de Lemos Figueiredo, s.l., Typographia do Commercio, 1909
- Guia Escolar do Liceu Camões*, coord. Acácio Adolfo Rodrigues e José Ricardo da Costa, 1.º ano da sua publicação e 2.º ano da República, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1913,
- GULBENKIAN, Nubar, *The Autobiography of Nubar Gulbenkian*, s.e., Londres, Hutchinson of London, 1965.
- HAYES, Carlton J. H., *War Time Mission in Spain: 1942-1945*, s.e., Nova Iorque, The Macmillan Company, 1946.
- HERCULANO, Alexandre, *Cenas de Um Ano da Minha Vida: Poesia e Meditação [1831-1832]. Apontamentos de Viagem [1853-1854], Prefácio e Notas de Vitorino Nemésio*, s.e., Amadora, Livraria Bertrand, 1973.
- Itinerário Lisbonense ou Directorio Geral de todas as Ruas, Travessas, Becos, Calçadas, Praças, etc....*, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1804.
- JESUS, Quirino Avelino de, *Nacionalismo Português*, s.e., Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932.
- Junta Central do Integralismo Lusitano, *A Questão Dinástica. Documentos para a História mandados coligidos e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, s.e., Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921.
- LEAL, Raul (Henocho), *Sodoma Divinisada*, s.e., s.l., Contraponto, s.d. (1.ª ed., 1923).
- LEAL, Raul, "O Abstraccionismo trágico de Artur Bual" in *Tempo Presente: Revista Portuguesa de Cultura*, n.º 25, Ano III, 1961, pp. 21-25.
- LEAL, Raul de Oliveira de Sousa, *O Sentido Esotérico da História (coordenação, prefácio e notas de Pinharanda Gomes)*, s.e., Lisboa, Livraria Portugal, 1970.
- LEMOS, Viana de, *Duas Crises. 1961 e 1974*, s.e., s.l., Ed. Nova Gente, 1977.
- MACHADO, Bernardino, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, s.e., Lisboa, Palas Editores, 1978.
- MACHADO E SAMPAIO, Vasco Bettencourt de Faria, *Ascendência e Descendência do Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt*, s.e., Lisboa, 1991.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *Diplomacia Doce e Amarga*, s.e., Lisboa, Editorial Bizâncio, 2002.
- MAGALHÃES, Luís de, *A Crise Monárquica: Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, s.e., Porto, Livraria Lello, Limitada – Editora, 1934.
- MARGUERITTE, Victor, *La Garçonne. Roman*, s.e., Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, s.d. (1922).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (organização e notas), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928): A Questão do Empréstimo Externo*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1976.
- MATA, J. Caeiro da, *Ao Serviço de Portugal*, 2.º vol., s.e., Lisboa, 1944.
- , *Ao Serviço de Portugal*, 3.º vol., s.e., Lisboa, 1951.
- MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, (Prefácio de J. Veríssimo Serrão; selecção, organização e notas de M.ª José Vaz Pinto), 2ª. ed., Lisboa, Difel, 1984.
- MATTHEWS, Henry, *The Diary of an Invalid: Being the Journal of a Tour in Pursuit of Health in Portugal, Italy, Switzerland and France in the Years 1817, 1818 and 1819*, 2ª. ed., Londres, John Murray, 1820.
- MEDEIROS, Gago, (visconde de Botelho), *Eu e a Sacor*, Lisboa, 1957.
- MELLO, Albano Homem de, *Os Meus Ecos (1960-1972)*, s.e., Lisboa, Editorial Pórtico, s.d..
- MELLO, Manuel José Homem de (introdução, apêndice e coordenação), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes: 1951-1958*, s.e., s.l., Edições 70, s.d..
- MELLO, Maria Teresa de Souza Botelho e, *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas, 1910-1920 (prefácio Vasco Pulido Valente)*, 3.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2002.

Fontes & Bibliografia

- MESQUITA, Simeão Pinto de, "Um morto que vive" in António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, *António Sardinha. Apóstolo contra-revolucionário e rectificador da História de Portugal (Conferência pronunciada na noite de 23 de Maio de 1930)*, s.e., Porto, Araújo & Sobrinho, 1930, pp. xxi-xxv.
- Ministério das Corporações e Previdência Social, *Plano de Formação Social e Corporativa*, s.e., s.l., "Biblioteca Social e Corporativa, n.º 17" Coleção III – Textos Legais e Outra Documentação, Série A – n.º 1", s.d..
- Ministère des Affaires Etrangères – Direction Générale des Affaires Commerciales, *Le Portugal et Son Activité Économique*, s.e., Lisboa, 1932.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1948). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 15 vols., Lisboa, INCM, v.d..
- , *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, 4 vols., 1967-1968.
- I. N. T. P., *A «moção» de resistência das associações de classe. Nota do gabinete do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social em resposta à moção aprovada por algumas associações de classe que se recusaram a reformar os seus estatutos*, s.e., s.l., Edições do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1934.
- MONCADA, Luís Cabral de, *Memórias. Ao Longo de Uma Vida (Pessoas, Factos, Ideias): 1888-1974*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1992).
- MONIZ, Jorge Botelho, *O 18 de Abril. Subsídios para a História de Uma Revolução Vencida*, 2.ª ed., Lisboa, 1926.
- MOREIRA, Adriano, *Direito Corporativo. Súmula das Lições dadas ao 3.º ano do Curso de Administração Ultramarina*, s.e., s.l., Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, s.d..
- MOURA, João Lopes Carneiro, *A instrução Educativa e a organização geral do Estado. Relatório*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.
- MÚRIAS, Manuel Maria, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998.
- NEMÉSIO, Gonçalo, *Azevedos da Ilha do Pico (A Descendência de Francisco de Azevedo, Capitão de Milícias, e de Sua Mulher D. Maria da Terra)*, s.e., Lisboa, 1987.
- Núcleo dos Antigos Alunos do Passos Manuel*, ALPA, n.º 1, 9 de Janeiro de 1968.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, I A Mocidade e os Princípios (1889-1928). Estudo Biográfico*, 2ª. ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 1986.
- , *Salazar, II Os tempos áureos (1828-1936). Estudo Biográfico*, s.e., Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
- , *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., 1986.
- , *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª. ed., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d..
- , *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d..
- , *Salazar. VI. O Último Combate (1964-1970)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed., s.d..
- , *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, s.e., Braga-Lisboa, Ed. Intervenção, 1979.
- , *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986.
- NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, 1928.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de, *Em lembrança de António Sardinha*, Separata da *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, s.e., Guimarães, 1954.
- , "Pedro Theotónio Pereira – da nossa saudade e em achega às suas Memórias –" in *Gil Vicente. Revista de Portugalidade*, vol. XXIV, 49.º ano, 2.ª série, Guimarães, 1973, pp. 7-12.
- PAXECO, Oscar, *Os que Arrancaram em 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1937.

Fontes & Bibliografia

- , *A Arrancada de 28 de Maio. Elementos par a história da sua preparação e eclosão*, s.e., s.l., Editorial Vanguarda – Companhia Nacional Editora, 1956.
- PAÇO D'ARCOS, Joaquim, *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, II volume, s.e., s.l., Guimarães & C.^a Editores, s.d..
- , *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, III volume, s.e., s.l., Guimarães & C.^a Editores, s.d..
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “Na Casa da Cerca, a propósito de uma homenagem” in *Anais de Almada. Revista Cultural*, n.º 3, Câmara Municipal de Almada, 2000, pp. 201-206.
- PEREIRA, Virgínia Theotónio, *Simples Memórias (1910-1990)*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor, 1993.
- PESSOA, Fernando, “António Botto e o Ideal Estético em Portugal” in Fernando Pessoa, *Obras em Prosa (organização de João Gaspar Simões)*, II volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 57-64.
- PIMENTA, Alfredo, *A propósito de António Sardinha. Carta ao escritor brasileiro Guilherme Auler com quatro cartas de António Sardinha*, Lisboa, Edição do Autor, 1944.
- POINSARD, Leon, *Portugal Ignorado. Estudo Social, Económico e Político seguido de um apêndice relativo aos últimos acontecimentos*, s.e, Porto, 1912.
- PONCINS, Léon de, *Oliveira Salazar y el Nuevo Portugal (traducción de Angel Minchero)*, s.e., San Sebastián, Librería Internacional, 1937.
- PRETO, Rolão, *Salazar e a sua época: comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*, s.e., Lisboa, Imprensa Moderna, 1933.
- PROENÇA, Raul, *Polémicas (Organização, Prefácio e Cronologia de Daniel Pires)*, 1.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- QUINTANAR, Marquês de, Conde de Santibáñez del Río, “Prologo de la Segunda Edición” in Antonio Sardinha, *La Alianza Peninsular*, 2.^a ed., Segovia, Imp. De «El Adelantado», 1939, pp. IX-XLV.
- RAPOSO, Hipólito, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*, s.e., s.l., Edições Gama, 1945.
- , *Folhas do Meu Cadastro, volume II (1926-1952)*, s.e., Lisboa, 1986.
- REBELO, José Pequito, *O Meu Testemunho*, s.e., Lisboa, Edições do Autor, s.d. (1949).
- RÊGO, Raul, *História da República, volume IV, Do Sidonismo ao 28 de Maio*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1987.
- REGO, Rogério de Figueiroa (Relator), *Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1933-1963, Subsídios para o seu historial*, s.e., Lisboa, 1963.
- RIBEIRO, Aquilino, *Filhas de Babilónia: Novelas*, s.e., s.l., Bertrand Editora, 1985. (1.^a ed., 1920).
- Companhia de Seguros Fidelidade, *A Companhia de Seguros 'Fidelidade' no seu primeiro centenário: 1835-1935*, s.e., Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1935.
- S. A., “Palavras justas e necessárias” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, Ano 1, n.º 2, Dezembro de 1932, pp. 1-2.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Centro Católico Português: Princípios e Organização (Tese apresentada ao II Congresso do Centro Católico Português, 1922)” in idem, *Inéditos e Dispersos. I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, pp. 253-282.
- , *Discursos*, 1.^o volume, 1928-1934, 4.^a ed. (revista e acrescida de novo prefácio do autor), Coimbra, Coimbra Editora, 1948.
- , *Discursos e Notas Políticas, II, 1935-1937*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- , *Discursos e Notas Políticas, III, 1938-1943*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, s.d..

Fontes & Bibliografia

- , *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1951.
- , *Discursos e Notas Políticas, V, 1951-1958*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1959.
- , *Erros e Fracassos da Era Política* (Discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Novembro de 1965), Lisboa, 1965.
- SARDINHA, António, *A Aliança Peninsular: Antecedentes & Possibilidades. Prefácio do Ex.mo Senhor D. Gabriel Maura Gamazo, conde la Mortera*, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1924.
- , "Significado do Amadis – I" in *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 9, Março de 1923, pp. 400-409.
- , "Significado do Amadis – II" in *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 10, Abril de 1923, pp. 455-468.
- , "A Religião da Beleza" in *A Nação Portuguesa. Revista de Cultura Nacionalista*, 2.ª série, n.º 12, 1924, pp. 601-613.
- , "Mais longe ainda" in «*A Prol do Comum...*» *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, pp. 253-266.
- , "Adiante, por sobre os cadáveres" in «*A Prol do Comum...*» *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, pp. 269-286.
- , "A Geração Nova e a Esperança" in *Glossário dos Tempos*, s.e., s.l., Edições Gama, 1942, pp. 297-301.
- SCHLESINGER, Jr., Arthur M., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*, s.e., Boston, Houghton Mifflin Company, 1965.
- SEABRA, António, *O Meu Tempo*, s.e., Lisboa, 1989.
- SÊCCO, Antonio Luiz de Sousa Henriques, *Memoria Historico-Chorographica dos Diversos Concelhos do Distrito Administrativo de Coimbra*, s.e., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853.
- , *Mappa do Districto Administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854.
- SERRANO SUÑER, *Entre Hendaya y Gibraltar (Noticia y reflexión, frente a una leyenda, sobre nuestra política en dos guerras)*, s.e., Madrid, Ediciones y Publicaciones Españolas, 1947.
- SIMÕES, João Gaspar, *Retratos de Poetas Que Conheci: Autobiografia*, 1.ª ed., s.l., Brasília Editora, 1974.
- SOARES, António José, *Saudades de Coimbra. Pequena História da Academia de Coimbra, 1901-1950*, fascículo 7, s.l., s.d..
- Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal, SACOR, *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1940*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1940*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1941*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1942*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1943*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1944*, Lisboa, s.d..
- , *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1945*, Lisboa, s.d..
- SOUSA, J. Fernando de, *Ação Católica e Política Nacional*, s.e., Lisboa, 1922.
- , *A Religião na Monarquia. A solução do problema religioso na restauração monárquica*, s.e., Lisboa, 1923.
- TEIXEIRA, Judith, *Poemas. Decadência. Castelo de Sombras. NVA. Conferência de Mim*, s.e., s.l., & etc., 1996.
- TEIXEIRA, Luiz, *Perfil de Salazar: Elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa, 1938.
- Tratados e Actos Internacionais Brasil-Portugal*, s.e, Lisboa, 1962.
- TRINDADE, M. D'Almeida (Reitor do Seminário Maior de Coimbra), *O Padre Luís de Melo e a Sua Época (1885-1951)*, s.e., Coimbra, Casa do Castelo-Editora, 1958.

Fontes & Bibliografia

- THOMAZ, Américo, *Últimas Décadas de Portugal*, 2º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d.
- , *Últimas Décadas de Portugal*, 3º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d.
- , *Últimas Décadas de Portugal*, 4º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d.
- VASCONCELOS, Joaquim C. de, *O Movimento Nacional do 18 de Abril: Comentários e Revelações*, s.e., Porto, Manuel Guedes Cardoso, 1925.
- VIANA, António Manuel Couto, *Coração Arquivista*, Lisboa, Ed. Verbo, 1977.
- VILLIERS, Alan, *The Quest of the Schooner Argus: A Voyage to The Banks and Greenland*, s.e., Londres, Hodder And Stoughton, s.d. (1951). Edição portuguesa: *A Campanha do «Argus» (The Quest of the Schooner Argus): Uma Viagem aos Bancos da Terra Nova e à Groenelândia*. Tradução de José da Natividade Gaspar, s.e., Lisboa, Livraria Clássica Editora, s.d.
- , "I Sailed with Portugal's Captains Courageous" in *National Geographic Magazine*, Maio de 1952, pp. 565-596.
- , "Golden Beaches of Portugal" in *National Geographic Magazine*, Novembro de 1954, pp. 673-696.

FONTES SECUNDÁRIAS:

LIVROS:

- AFONSO, Aniceto, *A História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, s.e., s.l., Editorial Notícias, 2000.
- ALDCROFT, Derek H., *From Versailles to Wall Street. 1919-1929*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d.
- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, s.e., Porto, Ed. Afrontamento, 1993.
- ALVES, Adelino, *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, s.e., Editora Rei dos Livros, s.d.
- ALVES, Dário Moreira de Castro (org.), *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*, 1.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal. 1961. Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, s.e., s.l., Difusão Cultural, s.d.
- BACKSCHEIDER, Paula R., *Reflections on Biography*, s.e., s.l., Oxford University Press, 2001.
- BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora: Para a história do diário sindicalista a Batalha/1917-1927*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- BARRETO Filho, Fernando P. de Mello, *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil. 1912 a 1964*, s.e., São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena, *Retrato da Lisboa Popular 1900*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- BARTLETT, C. J., *'The Special Relationship': A Political History of Anglo-American Relations since 1945*, s.e., s.l., Longman, 1992.
- BARUCH, Marc Olivier, *Servir l'Etat français. L'Administration en France de 1940 à 1944*, Préface de Jean-Pierre Azéma, s.e., s.l., Fayard, col. "Pour Une Histoire du XX^e Siècle", 1997.
- BAYLIS, John, *The Diplomacy of Pragmatism: Britain and the Formation of NATO, 1942-1949*, s.e., Kent, Ohio, The Kent State University Press, 1993.
- BÉDARIDA, François, *Churchill*, s.e., Paris, Fayard, 1999.

Fontes & Bibliografia

- BELL, P. M. H., *The Origins of the Second World War in Europe*, 2.ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, col. "Origins of Modern Wars", 1997.
- BERMEO, Nancy, *A teoria da democracia e as realidades da Europa do Sul*, s.e., s.l., Difel, 2000.
- BETTS, Raymond F., *France and Decolonisation, 1900-1960*, s.e., s.l., Macmillan, 1991.
- BONIFÁCIO, M. Fátima, *O século XIX português*, s.e., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- BOSWELL, James, *Life of Johnson*, ed. R. W. Chapman, introd., Pat Rogers, s.e., Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press, s.d.
- BOSWORTH, R. J. B., *Mussolini*, s.e., Londres, Arnold, 2002.
- BRINKLEY, Douglas, *Dean Acheson. The Cold War Years. 1953-71*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1992.
- BRITO, António José de, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Verbo, s.d.
- , *Para a Compreensão do Pensamento Contra-Revolucionário: Alfredo Pimenta, António Sardinha, Charles Maurras, Salazar*, s.e., s.l., Hugin, 1996.
- BRITO, José Maria Brandão de, *Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): O Condicionamento Industrial*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- BURLEIGH, Michael, *Ethics and extermination: Reflections on Nazi genocide*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997.
- , *The Third Reich: A New History*, s.e., Nova Iorque, Hill & Wang, 2000.
- BURUMA, Ian e MARGALIT, Avishai, *Occidentalism: The West in the Eyes of Its Enemies*, s.e., Nova Iorque, The Penguin Press, 2004.
- CAETANO, António Alves, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. I, *Da Fundação à Sede do Corpo Santo (1835-1863)*, s.e., Lisboa, 2000.
- , *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. II, *Primus inter pares (1864-1907)*, s.e., Lisboa, 2002.
- CALVOCRESSI, Peter, WINT, Guy e PRITCHARD, John, *Total War. The Causes and Courses of the Second World War. Revised Second Edition*, 2ª ed., s.l., Penguin Books, s.d. (1989).
- CARR, E. H., *The Twenty Years' Crisis. 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, s.e., s.l., Papermac, 1981.
- CARR, Raymond, *España. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990.
- CARVALHAIS, José, S. J., (redactor e coordenador), *80 Anos na Educação, 1912-1992*, s.e., Caldas da Saúde, 1992.
- CARVALHO, Henrique Martins de, *Portugal e o Pacto do Atlântico*, s.e., Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1953.
- CARVALHO, Rita Almeida de, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, s.e., s.l., Assembleia da República / Edições Afrontamento, s.d.
- CHACE, James, *Acheson: The Secretary of State Who Created the American World*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1998.
- CHADWICK, Owen, *The Secularization of the European Mind*, s.e., s.l., Cambridge University Press, s.d.
- CHARMLEY, John, *Chamberlain and the Lost Peace*, s.e., Chicago, Ivan R. Dee, Publisher, 1989.
- , *Churchill: The End of Glory. A Political Biography*, s.e., s.l., Sceptre, 1995 (1.ª ed., 1993).
- , *Churchill's Grand Alliance. The Anglo-American Special Relationship 1940-57*, s.e., s.l., Sceptre, 1995.

Fontes & Bibliografia

- , *Splendid Isolation? Britain and the Balance of Power: 1874-1914*, s.e., s.l., Sceptre, 1999.
- CLARK, Alan, *Barbarossa. The Russian-German Conflict. 1941-1945*, s.e., s.l., Phoenix, 1995.
- CLARKSON, L. A., *Proto-Industrialization: The First Phase of Industrialization?*, s.e., s.l., Macmillan, s.d.
- COLLINGWOOD, R. G., *A Ideia de História*, 7.ª edição, Lisboa, Ed. Presença, col. "Biblioteca de Textos Universitários, n.º 2," 1989.
- COLLOTI, Enzo, *Fascismo, fascismos*, s.e., Lisboa, Ed. Caminho, 1992.
- CONQUEST, Robert, *Stalin: Breaker of Nations*, s.e., s.l., Penguin Books, 1991.
- COSTA, Eduardo Freitas da, *História do 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Edições do Templo, 1979.
- , *Acuso Marcelo Caetano*, s.e., s.l., Editorial e Publicidade Portugal Brasil, 1975.
- CRAIG, Gordon A., *Germany 1866-1945*, s.e., Oxford, Clarendon Press, 1981.
- CRAIG, Gordon A., e LOEWENHEIM, Francis L. (ed.), *The Diplomats 1939-1979*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1994.
- CRUZ, Duarte Ivo, *Introdução ao Teatro Português do Século XX (seguido de uma antologia)*, s.e., s.l., Espiral, s.d.
- CRUZ, Guilherme Braga da, *A Revista de Legislação e de Jurisprudência: Esboço da Sua História. Publicação Comemorativa do Centenário da Revista (1868-1968)*, volume I, s.e., Coimbra, 1975.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980).
- , *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.
- , *O Partido e o Estado no Salazarismo*, s.e., Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- , *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.
- DALLEK, Robert, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945. With a New Afterword*, 2.ª ed., Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, 1995 (1.ª ed., 1979).
- DARWIN, John, *Britain and Decolonisation. The retreat from Empire in the post-war world*, s.e., s.l., Macmillan, 1988.
- DAVIS, Kenneth S., *FDR. The War President: 1940-1943: A History*, s.e., Nova Iorque, Random House, 2000.
- DE FELICE, Renzo, *Mussolini il rivoluzionario. 1883-1920*, s.e., Turim, Einaudi, col. "Einaudi Tascabili. Saggi 330", 1995.
- , *Mussolini il fascista. I. La conquista del potere. 1921-1925*, s.e., Turim, Einaudi, col. "Einaudi Tascabili. Saggi 331", 1995.
- , *Mussolini il fascista. II. L'organizzazione dello Stato Fascista. 1925-1929*, s.e., Turim, Einaudi, col. "Einaudi Tascabili. Saggi 332", 1995.
- , *Mussolini il Duce. I. Gli anni del consenso. 1929-1936*, s.e., Turim, Einaudi, col. "Einaudi Tascabili. Saggi 341", 1996.
- , *Mussolini l'alleato. I. L'Italia in guerra 1940-1943. Tomo primo. Dalla guerra "breve" alla guerra lunga*, s.e., Turim, Einaudi, col. "Einaudi Tascabili. Saggi 395", 1996.
- DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d.
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (org.), *Humberto Delgado: as Eleições de 58*, s.e., s.l., Veja, 1998.
- DUNBABIN, J. P. D., *International Relations Since 1945. A History in Two Volumes. The Cold War: The Great Powers and their Allies*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1994.
- , *International Relations Since 1945. A History in Two Volumes. The Post-Imperial Age: The Great Powers and the Wider World*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, 1994.

Fontes & Bibliografia

- EATWELL, Roger, *Fascism: A History*, s.e., s.l., Vintage, 1996 (1.ª ed., 1995).
- ERICKSON, John, *The Road to Stalingrad. Stalin's War With Germany: Volume One*, s.e., Londres, Weidenfeld, 1993.
- , *The Road to Berlin. Stalin's War With Germany: Volume Two*, s.e., Londres, Phoenix Giants, 1983 (1996).
- ESPADAS BURGOS, Manuel, *Franquismo y Política Exterior*, s.e., Madrid, Ediciones Rialp, 1988.
- FARIA, Cristina, *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, s.e., Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- FARIA, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000.
- FARINHA, Luís, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, col. "Histórias de Portugal n.º 39", 1998.
- FERGUSON, Niall, "Introduction. Virtual History: Towards a 'chaotic' theory of the past" in Niall Ferguson (ed.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals*, s.e., s.l., Picador, 1997, pp. 1-90.
- FERNANDES, Maria da Conceição, *António Botto – Um Poeta de Lisboa. Vida e Obra. Novas Contribuições*, s.e., Lisboa, Editorial Minerva, 1998.
- FERRÃO, Carlos, *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 2.º e 3.º vols., s.e., Lisboa, Inquérito, s.d.
- FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa*, 2 volumes em 3 tomos, Lisboa, 1973-1981.
- FERREIRA, José Medeiros, *Um Século de Problemas. As relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- , *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, col. "Imprensa Universitária, n.º 93", 1992.
- Marc Ferro, 1956. *Suez. Naissance d'un Tiers-Monde*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d.
- FIALHO, Gabriel Lobo, "A nossa Marinha de Recreio foi veículo de grande sucesso diplomático" in *Revista da Marinha*, n.º 139, Julho de 1984, pp. 3-7.
- FITZPATRICK, Shelia, *Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Soviet Russia in the 1930s*, s.e., Nova Iorque - Oxford, Oxford University Press, 1999.
- FOREMAN, Amanda, *Georgiana: A Duchess of Devonshire*, s.e., s.l., Harper Collins Publishers, 1999 (1.ª ed., 1998).
- FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3.ª ed., Venda Nova, Bertrand Ed., 1991.
- FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *O Movimento do Porto de Lisboa e o Comércio Luso-Brasileiro (1769-1836)*, s.e., Lisboa, CNCDP, 2001.
- FUNK, Arthur, 1945. *De Yalta a Potsdam. Des illusions a la guerre froide*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d.
- GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, 1.ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 2004.
- GELLATELY, Robert, *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany*, s.e., Nova Iorque, Oxford University Press, 2001.
- GLANTZ, David M. e HOUSE, Jonathan M., *When Titans Clashed. How the Red Army Stopped Hitler*, s.e., s.l., University Press of Kansas, 1995.
- GLOVER, Jonathan, *Humanity: A Moral History of the Twentieth Century*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 2000.
- GODA, Norman J., W., *Tomorrow the World. Hitler, Northwest Africa, and the Path Toward America*, s.e., s.l., Texas A & M University Press, 1998.

Fontes & Bibliografia

- GOMES, J. Pinharanda, *Os Congressos Católicos em Portugal (Subsídios para a História da Cultura Católica Portuguesa Contemporânea, 1870-1980)*, s.e., Acção Católica Portuguesa, Lisboa, 1984.
- GORODETSKY, Gabriel, *Grand Delusion. Stalin and the German Invasion of Russia*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1999.
- GRIMAL, Henri, *La decolonisation de 1919 à nos jours*, s.e., s.l., Editions Complexe, s.d..
- GUEDES, Francisco Corrêa, *Calouste Gulbenkian: Uma Reconstituição*, s.e., Lisboa, Gradiva, 1992.
- HAFFNER, Sebastian, *Winston Churchill. Uma biografia*, tradução de Rosa Sala Rose, s.e., Barcelona, Ediciones Destino, 2003 (1.ª ed. alemã de 1967).
- HALLE, Louis J., *The Cold War as History. With a new epilogue on The Ending of the Cold War*, s.e., s.l., Harper Perennial, 1991 (1.ª ed., 1967).
- HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro: Estudo e Antologia*, s.e., s.l., Alfa, 1990.
- HOGAN, Michael J., *The Marshall Plan. America, Britain and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1995 (1.ª ed., 1987).
- , *A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1998.
- HOGAN, Michael J. (ed.), *America in the World: The Historiography of American Foreign Relations since 1941*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1995.
- , *The Ambiguous Legacy. U.S. Foreign Relations in the "American Century"*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1999.
- HOLLAND, R. F., *European Decolonization 1918-1981: an introductory survey*, s.e., s.l., Macmillan, s.d. (1985).
- HOLROYD, Michael, *Works on Paper: The Craft of Biography and Autobiography*, s.e., Londres, Abacus, 2003 (1.ª ed., 2002).
- HOOPEES, Townsend e BRINKLEY, Douglas, *FDR and the Creation of the U.N.*, s.e., Londres e New Haven, Yale University Press, 1997.
- HORNE, Alistair, *A Savage War of Peace: Algeria, 1954-1962*, 2.ª ed., s.l., Papermac, 1996.
- HOWSON, Gerald, *Arms for Spain. The Untold Story of the Spanish Civil War*, s.e., Nova Iorque, St. Martin's Press, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel P., *Political Order in Changing Societies*, s.e., New Haven, Yale University Press, 1968.
- IRIYE, Akira, *The Origins of the Second World War in Asia and the Pacific*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, col. "Origins of Modern Wars", 1987.
- JAMES, Harold, *The End of Globalization: Lessons from the Great Depression*, s.e., Cambridge, Massachusetts – Londres, Harvard University Press, 2002.
- JAMES, Lawrence, *The rise and fall of the British Empire*, s.e., s.l., Little, Brown and Company, 1994.
- JIANG, Chen, *Mao's China and the Cold War*, s.e., Chapel Hill & Londres, The University of North Carolina Press, 2001.
- JENKINS, Roy, *Churchill*, s.e., s.l., Pan Books, 2002 (1.ª ed., 2001).
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, *Franco e Salazar: as relações luso-espanholas durante a Guerra Fria*, s.e., Lisboa, Assírio e Alvim, 1996.
- JOHNSON, Paul, *Modern Times: A History of the World From the 1920s to the Year 2000*, 3.ª edição revista, s.l., Phoenix Giant, 1999 (1.ª ed., 1983).
- JOLL, James, *Europe Since 1870: An International History*, 3.ª ed., s.l., Penguin Books, 1990 (1.ª ed., 1973).

Fontes & Bibliografia

- JUDD, Denis, *Empire. The British Imperial Experience from 1765 to the Present*, s.e., s.l., Basic Books, 1997.
- KAY, Hugh, *Salazar and Modern Portugal*, s.e., Londres, Eyre & Spottiswoode, s.d. (1970).
- KENDALL, Paul Murray, *Richard the Third*, s.e., Nova Iorque – Londres, W. W. Norton & Company, s.d. (1.ª ed., 1955).
- , *The Art of Biography*, s.e., Nova Iorque, W. W. Norton & Company, Inc., 1965.
- KENNEDY, David M., *Freedom From Fear. The American People in Depression and War, 1929-1945*, vol. IX, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1999.
- KERSHAW, Ian, *The Nazi Dictatorship. Problems and Perspectives of Interpretation*, 4.ª ed., Londres, Arnold, 2000.
- KERSHAW, Ian e LEWIN, Moshe (ed.), *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997.
- KIMBALL, Warren F., *The Juggler: Franklin Roosevelt as Wartime Statesman*, s.e., Princeton, Princeton University Press, 1994 (1.ª ed., 1991).
- , *Forged in War. Roosevelt, Churchill, and the Second World War*, 1ª ed., Nova Iorque, William Morrow and Company, Inc., 1997.
- KINDLEBERGER, Charles P., *The World in Depression 1929-1939*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d..
- KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994.
- KRAUZE, Enrique, *Mexico: Biography of Power. A History of Modern Mexico, 1810-1996* (Trad. de Hank Heifetz), s.e., Nova Iorque, Harper Collins, 1997.
- KRIEDTE, Peter, et alia., *Industrialización antes de la industrialización*, s.e., Barcelona, Ed. Crítica, 1986.
- KUNIHOLM, Bruce Robellet, *The Origins of the Cold War in the Near East. Great Power Conflict and Diplomacy in Iran, Turkey, and Greece*, s.e., New Jersey, Princeton University Press, 1994.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Les Paysans de Languedoc*, s.e., s.l., Flammarion, s.d. (1.ª ed., 1966).
- LAMB, Richard, *Mussolini and the British*, s.e., s.l., John Murray, 1997.
- , *The Macmillan Years. 1957-1963. The Emerging Truth*, s.e., Londres, John Murray, 1995.
- LANDA, Rubén, *La Enseñanza Secundaria en Portugal*, s.e., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- LAQUEUR, Walter (ed.), *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, s.e., Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1976.
- LAQUEUR, Walter e MOSSE, George L. (ed.), *International Fascism: 1920-1945*, s.e., Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1966.
- LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- LEERSSSEN, Joep e RIGNEY, Ann (ed.), *Historians and Social Values*, s.e., s.l., Amsterdam University Press, 2000.
- LEFFLER, Melvyn P., *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*, s.e., Standford, Califómia, Standford University Press, 1992.
- LOTH, Wilfried, *The Division of the World 1941-1955*, s.e., s.l., Routledge, s.d..
- LOWE, Peter, *The Origins of the Korean War*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, "col. Origins of Modern Wars", 1986.
- LUARD, Evan, *A History of the United Nations. I. The Years of Western Domination, 1945-1955*, s.e., s.l., 1982.
- LUCENA, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. 1.º vol.. O Salazarismo*. s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

Fontes & Bibliografia

- , *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2.º vol.. *O Marcelismo*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- LUKACS, John, *A Thread of Years*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Quercus, 1982.
- , *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Gradiva, 1990.
- , *Marcelo Caetano e Marcelismo*, s.e., Lisboa, Colibri, 1995.
- MACEDO, Jorge Borges de, *et alia, Estudos Sobre a Monarquia*, s.e., Lisboa, 1984.
- MADUREIRA, Amaldo, *O "28 de Maio": Elementos para a sua compreensão. I – Na Génese do Estado Novo*, s.e., Lisboa, Editorial Presença, s.d..
- , *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o salazarismo*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Tranquilidade: História de uma Companhia de Seguros*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Tranquilidade, 1997.
- MALAPARTE, Curzio, *Técnica do Golpe de Estado*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), "Portugal: da Monarquia para a República" in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, vol. XI, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1991.
- MARQUES, Alfredo, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARTINS, Fernando (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do Final da Monarquia ao Marcelismo*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001.
- MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 1998.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 16.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1972.
- MAZOWER, Mark, *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*, s.e., s.l., Penguin Books, 1999 (1.ª ed. 1998).
- McCANN, JR., Frank D., *A Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945*, s.e., Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- McCULLOUGH, David, *Truman*, s.e., Nova Iorque, A Touchstone Book, 1993 (1.ª ed., 1992).
- MEDINA, João, *Os Primeiros Fascistas Portugueses. Subsídios para a história ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao nacional-sindicalismo. Estudo antológico*, s.e., s.l., 1978.
- , *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. XII, *O "Estado Novo"*, I *O ditador e a ditadura*, s.e., s.l., Clube Internacional do Livro, s.d..
- MILWARD, Alan S., *The Reconstruction of Western Europe 1945-1951*, s.e., Londres, Routledge, 1992 (1.ª ed., 1984).
- MILZA, Pierre, *Mussolini*, s.e., Paris, Fayard, 1999.
- MONTEFIORE, Simon Sebag, *Stalin: The Court of the Red Tsar*, s.e., s.l., Phoenix, 2004 (1.ª ed., 2003).
- MORADIELLOS, Enrique, *La Perfidia de Albión. El Gobierno británico y la guerra civil española*, 1ª ed., Madrid, Siglo XXI, 1996.
- MORGENTHAU, Hans J., *Escritos sobre política internacional. Presentación de Antonio Truyol y Serra. Estudio preliminar, traducción y notas de Esther Barbé*, s.e. Madrid, Ed. Tecnos, 1990.

Fontes & Bibliografia

- MOSELEY, Ray, *Mussolini's Shadow. The Double Life of Count Galeazzo Ciano*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1999.
- MOSSE, George L., *Masses and Man. Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, s.e., Detroit, Wayne State University Press, 1987
- , *Fallen Soldiers. Reshaping the Memory of World Wars*, s.e, Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press, 1990.
- , *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*, s.e., Nova Iorque, Howard Fertig, 1999.
- NETO, Vitor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d.
- NOGUEIRA, Franco, *As crises e os homens*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Civilização Editora, 2000.
- NOLTE, Ernst, *La Guerra Civil Europea 1917-1945. Nacionalsocialismo y bolchevismo*, 1.ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- OLIVEIRA, César, *A Preparação do 28 de Maio. António Ferro e a Propaganda do Fascismo. 1920-1926*, 1.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1980.
- , *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d.
- , *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1.ª ed., s.l., O Jornal, 1987.
- , *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas: Política e Economia*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro. Uma biografia política (1896-1955)*, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 2000.
- OVENDALE, Ritchie, *The Origins of the Arab-Israeli Wars*, 3ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, col. "Origins of Modern Wars", 1994.
- OVERY, Richard, *War and Economy in the Third Reich*, s.e., Oxford, Clarendon Press, 1995.
- , *Why the Allies Won*, 1ª ed., Nova Iorque - Londres, W. W. Norton & Company, 1996.
- PABÓN, Jesús, *La Revolución Portuguesa. II (De Sidonio Paes a Salazar)*, s.e., Madrid, Espasa-Calpe, 1945.
- PARKER, R. A. C., *El Siglo XX. I Europa, 1918-1945*, 11.ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº34", s.d. (1986).
- , *Chamberlain and Appeasement: British Policy and the Coming of the Second World War*, s.e., Nova Iorque, St. Martin's Press, 1993.
- , *Churchill and Appeasement*, s.e., s.l., Papermac, s.d. (1.ª ed., 2000).
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- , *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000.
- PATTERSON, James T., *Grand Expectations. The United States, 1945-1974*, vol. X, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press, 1996.
- PAULO, Heloísa, *"Aqui Também é Portugal": A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, s.e., Coimbra, Quarteto, 2000.
- PAXTON, Robert O., *Vichy France: Old Guard and New Order, 1940-1944*, s.e., Nova Iorque, Columbia University Press, 1982 (1ª ed., 1972).
- , *The Anatomy of Fascism*, 1.ª ed., Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 2004.
- PAYNE, Stanley G., *El Fascismo*, 1ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1986.

Fontes & Bibliografia

- , *Franco. El Perfil De La Historia*, s.e., Madrid, Espasa Calpe, 1992
- , *Historia del Fascismo*, s.e., Barcelona, Ed. Planeta, 1995.
- , *Fascism in Spain: 1923-1977*, s.e., s.l., The University of Wisconsin Press, 1999.
- , *Unión Soviética, comunismo y revolución en España (1931-1939)*, tradução de Francisco J. Ramos, 1.ª ed., Barcelona, Plaza Janés, 2003.*
- PEREIRA, Eduardo de Sousa e OPELLO, Walter C. (ed.), *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, s.e., Lisboa, Teorema, 1985.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*, s.e., Lisboa, Difel, 1994.
- PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d..
- , *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, volume I, “Daniel”, *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, 1ª. ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- PERES, Damião, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8º. Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954.
- PINTO, António Costa e RIBEIRO, Nuno Afonso, *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, s.e., Lisboa, Cooperativa Editora, 1980.
- PINTO, António Costa, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1992.
- , *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, col. “Histórias de Portugal n.º 6”, 1992.
- PIPES, Richard, *The Russian Revolution, 1899-1919*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997.
- , *Russia Under The Bolshevik Regime, 1919-1924*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997.
- PLUTARCO, *Vidas Paralelas. I. Teseo – Rómulo. Licurgo – Numa*, (introdução geral, tradução y notas por Aurelio Pérez Jiménez, 1.ª ed., Madrid, Editorial Gredos, 2000 (1.ª ed., 1985).
- PRESTON, Paul, *Franco. A Biography*, s.e., Londres, Harper Collins, 1993.
- , *La política de la venganza. El fascismo y el militarismo en la España del siglo XX*, 2ª. ed., Barcelona, Ediciones Península, 1997.
- RADZINSKY, Edvard, *Stalin* (tradução do russo por H. T. Willetts), s.e., Nova Iorque, Sceptre, 1997 (1.ª ed., 1996).
- RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)” in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores. 1994.
- , *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- READ, A. e FISHER, D., *The Deadly Embrace: Hitler, Stalin and the Nazi Soviet Pact, 1939-1941*, s.e., Nova Iorque-Londres, W. W. Norton & Company, 1988.
- REEVES, Thomas C., *A Question of Character. A Life of John F. Kennedy*, s.e., s.l., Forum, 1997 (1.ª ed., 1991).
- REGO, A. da Silva, *Relações Luso-Brasileiras (1822-1953)*, s.e., s.l., Edições Panorama, s.d..
- REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, s.e., s.l., IN-CM, s.d..
- REYNOLDS, David, *Britannia Overruled. British Policy and World Power in the Twentieth Century*, 1ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1991

Fontes & Bibliografia

- , *From Munich to Pearl Harbor. Roosevelt's America and the Origins of the Second World War*, s.e., Chigado, Ivan R. Dee, 2001.
- RIDLEY, Jasper, *Mussolini*, s.e., s.l., Constable, 1997.
- ROBERTS, Andrew, *The Holy Fox: The Life of Lord Halifax*, s.e., s.l., Phoenix Giant, 1991.
- ROBINSON, Richard A. H., *Contemporary Portugal: A history*, s.e., Londres, George Allen & Unwin Ltd, 1979.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo. 1936-1944*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, col. "Histórias de Portugal n.º 23", 1996.
- , *Salazar-Kennedy: A Crise de Uma Aliança*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis, *La extrema derecha española en el siglo XX*, s.e., Madrid, Alianza Editorial, col. "Alianza Universidad n.º 887", 1997.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: Da rejeição à solicitação de ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, s.e, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As eleições de 16 de Dezembro de 1934*, 1.ª ed., Lisboa, Edições «O Jornal», 1985.
- , *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o estudo na natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, col. "Imprensa Universitária n.º 56", 1986.
- , *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*, s.e., s.l., Ed. Fragmentos, s.d..
- , *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, col. "Imprensa Universitária, n.º 83", 1990.
- , "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994.
- , *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- ROSAS, Fernando (coord.), "Portugal e o Estado Novo (1930-1960)", in *Nova História de Portugal*, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª edição, Lisboa, Ed. Presença, 1992.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (coord.), *Salazar e o Salazarismo*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1989.
- ROSENDO, Vasco, *O Mutualismo em Portugal: Dois Séculos de História e Suas Origens*, s.e., s.l., Montepio Geral, s.d..
- ROSS, Graham, *The great powers and the decline of the European states system 1914-1945*, s.e., Londres e Nova Iorque, Longman, s.d..
- S. A., *A Companhia de Seguros Bonança. Cento e Cinquenta Anos de História*, s.e., Lisboa, 1960.
- SALES, António Augusto, *António Botto Real e Imaginário*, s.e., Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1997.
- SAMARA, Maria Alice, *Sidónio Pais*, 1.ª ed., s.e., Círculo de Leitores, col. "Fotobiografias Século XX", 2002.
- SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa, NOGUEIRA, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1996.
- SANTOS, Vítor Pavão dos, *Amália (Uma Biografia)*, s.e., s.l., Contexto, 1987.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 11.ª ed., Porto, Porto Editora, s.d..
- SHLAIM, Avi, *The Iron Wall. Israel and the Arab World*, s.e., s.l., Penguin Books, 2001 (1.ª ed., 2000).

Fontes & Bibliografia

- SCHUMPETER, Joseph A., *Imperialismo. Clases sociales. Estudio preliminar Fabian Estape. Introducción Bert Hoselitz. Traducción Vicente Girbau*, s.e. Madrid, Ed. Tecnos, 1986.
- SEITENFUS, Ricardo, *O Brasil Vai à Guerra. O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3.ª ed., s.l., Editora Manole, 2003.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, volume VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, s.e., s.l., editorial Verbo, s.d..
- , *História de Portugal*, volume XI, *A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d..
- , *História de Portugal*, volume XII, *A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d..
- , *História de Portugal*, volume XIII, *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d..
- SHORT, Anthony, *The Origins of the Vietnam War*, s.e. Londres e Nova Iorque, Longman, col. "Origins of Modern Wars", 1989.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, s.e., Cascais, Patrimonia, 1997.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, 3 volumes, s.e., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.
- SIMÕES, João Gaspar, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma geração*, 5.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- SMITH, Denis Mack, *Mussolini*, s.e., Londres, Phoenix, 1994.
- SMITH, Joseph (ed.), *The Origins of NATO*, s.e., s.l., University of Exeter Press, 1990.
- SMITH, Tony, *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1995 (1.ª ed., 1994).
- SOUSA, Fernando de, e ALVES, Jorge Fernandes, *Aliança UAP: Uma História de Seguros*, s.e., Porto, 1995.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1999.
- SOUSA, R. H. Pereira de, *Fortalezas de Almada e seu termo*, s.e., s.l., Edição do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada, 1981, pp. 42-43.
- STERNHELL, Zeev, SZNAJDER, Mario e ASHÉRI, Maia (dir.), *Nascimento da Ideologia Fascista* (tradução de Luís de Barros), s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.
- STRACHEY, Lytton, *Eminent Victorians. With an introduction by Michael Holroyd*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d. (1.ª ed., 1918).
- STUEBER, Karsten R., "The Psychological Basis of Historical Explanation: Reenactment, Simulation, and the Fusion of Horizons" in *History and Theory*, 41, Fevereiro, 2002, pp. 25-42.
- SUETONIO, *Vidas de los Césares*. Edição e tradução de Vicente Picón, 2.ª ed., Madrid, Cátedra, 2000.
- TAYLOR, A. J. P., *Bismarck: The Man and the Statesman*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d..
- , *The Origins of the Second World War*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d. (1.ª ed., 1961).
- , *English History 1914-1945*, s.e., Oxford - Nova Iorque, Oxford University Press, 1992.
- TEIXEIRA, António Assis, AMEAL, Benedita, MELLO, Gonçalo de Sampaio e, *Os monárquicos e o poder durante o Estado Novo*, s.e., Lisboa, 1984.
- TELO, António José, *Decadência e Queda da Primeira República*, 1.º vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

Fontes & Bibliografia

- , *Decadência e Queda da Primeira República*, 2.º vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.
- , *Portugal na Segunda Guerra*, s.e., s.l., Perspectivas & Realidades, 1987.
- , *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I, s.e., s.l., Vega, 1991.
- , *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. II, s.e., s.l., Vega, 1991.
- , *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898 / 1948)*, 1ª ed., s.l., Ed. Asa, 1993.
- , *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1994.
- , *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1996.
- TELO, António José (org.), *António de Faria*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 2001.
- THOMAS, Hugh, *The Spanish Civil War*, 3ª ed., s.l., Penguin Books in association with Hamish Hamilton, 1986.
- TORGAL, Luís Reis, *A Universidade e o Estado Novo*, s.e., Coimbra, Minerva, 1999.
- TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, "O Liberalismo (1807-1890)" in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1993.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal - Espanha. 1913-1919*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1980.
- , *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- , *A relação peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- TRINDADE, M. D'Almeida, *O Padre Luís Lopes de Melo e a Sua Época*, s.e., Coimbra, Casa do Castelo – Editora, 1958.
- TUSELL, Javier, *Historia de España en el Siglo XX. I. Del 98 a la proclamación de la República*, s.e., s.l., Madrid, Taurus, 1998.
- , *Historia de España en el Siglo XX. II. La crisis de los años treinta: República y Guerra Civil*, s.e., s.l., Madrid, Taurus, 1998.
- , *Historia de España en el Siglo XX. III. La Dictadura de Franco*, s.e., s.l., Madrid, Taurus, 1998.
- URQUHART, Brian, *Hamarskjold*, s.e., Londres e Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1994.
- URWIN, Derek W., *The Community of Europe: A History of European Integration since 1945*, 2ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1995.
- VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, s.e., Lisboa, Colibri/INATEL, 1999.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Tentar Perceber*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- , *Glória: Biografia de J. C. Vieira de Castro*, s.e., Lisboa, Gótica, 2001.
- , *Marcello Caetano: As desventuras da razão*, s.e., Lisboa, Gótica, 2002.
- VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais*, 1ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- VALÉRIO, Nuno (org.), *Ruy Teixeira Guerra*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VICENTE, Ana, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-1960*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1992.
- VIEIRA, Joaquim, *Marcello Caetano*, 1.ª ed., s.e., Círculo de Leitores, col. "Fotobiografias Século XX", 2002.
- VINCENT-SMITH, *As Relações Políticas Luso-Britânicas*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

Fontes & Bibliografia

- WEBER, Max, *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, 2.ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WEINBERG, Gerhard L., *The Foreign Policy of Hitler's Germany: A Diplomatic Revolution in Europe*, vol. 1, s.e., New Jersey, Humanities Press, 1994. (1.ª ed. de 1974).
- , *The Foreign Policy of Hitler's Germany: Starting World War II 1937-1939*, vol. 2, s.e., New Jersey, Humanities Press, 1994. (1.ª ed. de 1980).
- , *Germany, Hitler & World War II: Essays in Modern German and World History*, 2.ª ed., s.l., Cambridge University Press, 1996 (1.ª ed., 1995).
- WHEALEY, Robert H., *Hitler and Spain. The Nazi Role in the Spanish Civil War 1936-1939*, s.e., s.l., The University Press of Kentucky, 1989.
- WHEELER, Douglas, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d.
- , *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1986.
- WIARDA, Howard G., *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, s.e., Amherst, The University of Massachusetts Press, 1977.
- WILSON, A. N., *God's Funeral*, s.e., Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company, 1999.
- WILSON, Henry S., *African Decolonization*, s.e., Londres, Edward Arnold, 1994.
- WINTER, Jay, *Sites of Memory, sites of mourning. The Great War in European cultural history*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1998 (1.ª ed. de 1995).
- WISTRICH, Robert S., *Hitler e o Holocausto: História Breve*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2004.
- ZUBOK, Vladislav e PLESHAKOV, Constantine, *Inside the Kremlin's Cold War. From Stalin to Khrushchev*, Cambridge, Massachusetts - Londres, Harvard University Press, 1996.

ARTIGOS:

- ALEXANDRE, Paulo Morais, "Duarte Nuno" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 571.
- ALÍPIO, Elsa Santos, "O processo negocial da adesão de Portugal à EFTA (1956-1960)" in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 29-59.
- AMARAL, Luciano, "azeite e óleos" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 155.
- ANES, J. M., "Introdução: Fernando Pessoa e a Teosofia" in Helena Blavatsky, *A Voz do Silêncio, tradução e notas, Fernando Pessoa, desenhos, Ana Marchand*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1998, pp. 9-17.
- ANTUNES, José Freire, "Introdução: Salazar e Caetano nas encruzilhadas do Estado Novo" in Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 4.ª ed., s.l., Verbo, 2000, pp. 9-89.
- BAPTISTA, Luís Vicente, "Casa, família, ideologia: a emergência da política de "moradias unifamiliares" em Portugal nos anos 30" in *Ler História*, n.º 34, 1998, pp. 137-164.
- BARDAVÍO, Joaquín, "Cumple cien años el Cuñadísimo" in *La Aventura de la Historia*, Año 3, n.º 35, Setembro de 2001, pp. 16-24.
- BARREIRA, Cecília, "Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da «Nação Portuguesa», 1914-26)" in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 1421-1429.
- BARRETO, José, "Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar" in *Análise Social*, IV série, vol. XXIX, n.º. 125-126, 1994-1.º. e 2.º., pp. 287-317.

Fontes & Bibliografia

- , “Estatuto do Trabalho Nacional” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 680-684.
- , “Sousa, José Fernando de” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 474-476.
- BASTIEN, Carlos, “José Ferreira Mamoco e Sousa” in José Luís Cardoso (coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, 1.ª ed., Lisboa, Temas & Debates, 2001, pp. 324-327.
- BERLIN, Isaiha, “A Inevitabilidade Histórica” in *A Busca do Ideal: Uma Antologia de Ensaios*, s.e., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, pp. 169-240.
- BONIFÁCIO, M. Fátima, “A republicanização da monarquia (1858-1862)” in *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX português*, s.e., Lisboa, Quetzal, 1999, pp. 241-362.
- BRITO, José Maria Brandão, “CORTÊS, Ulisses Cruz de Aguiar” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 227-228.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a propósito de alguns livros recentes” in *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, pp. 893-915.
- , “A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)” in *Análise Social*, vol. XV (58), 1976-2.º, pp. 373-392.
- , “Classes Sociais” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 328-337.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)” in *Análise Social*, vol. XXII (94), 1997, pp. 943-977.
- CARVALHO, Leonardo Ferraz de, “Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 167-168.
- CARVALHO, Joaquim e PAIVA, José Pedro, “A Diocese de Coimbra no Século XVIII: População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párocos” in *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 11, Faculdade de Letras, Coimbra, 1989, pp. 175-268.
- CARVALHO, Romulo de, *História do Ensino em Portugal*, s.e., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- CONFRARIA, João, “condicionamento industrial (1)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 392-394.
- CRAIG, Gordon A., “Diplomats and Diplomacy during the Second World War” in Gordon A. Craig e Francis L. Loewenheim, *The Diplomats 1939-1979*, s.e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 11-37.
- CRESPINO, Vítor, “Bettencourt, Manuel Ortins de” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 179-180.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Notas para uma caracterização política do salazarismo” in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 773-794.
- , “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 13-74.
- , “A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 75-100.
- , “A Oposição Eleitoral ao Salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 101-182.

Fontes & Bibliografia

- , “Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 183-213.
- , “Centro Católico Português” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 288-291.
- , “Partidos Políticos Confessionais” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, *J-P*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 380-385.
- , “Causa Monárquica” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 269-272.
- , “Monárquicos” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, *Suplemento F/O*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 509-512.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda, “A população universitária portuguesa: uma nota estatística” in *Análise Social*, n.º 32, vol. VIII, 1970, pp. 721-740.
- DAMAS, Carlos Alberto, “José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915” in *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, pp. 851-878.
- DUARTE, Marta e OLIVEIRA, Pedro Aires, “As eleições portuguesas: um olhar inglês” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Prefácio de Fernando Rosas, s.e., s.l., Veja, s.d., pp. 391-426.
- FARIA, Telmo, “Quem tem a tropa...” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Prefácio de Fernando Rosas, s.e., s.l., Veja, s.d., pp. 238-283.
- , “Revoltas de Fevereiro de 1927” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 248-250.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado, “Raposo, José Hipólito” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 208.
- FERREIRA, José Medeiros, “A ratificação portuguesa do Tratado do Atlântico Norte” in *Política Internacional*, n.º 1, vol. 1, Janeiro de 1990, pp. 155-193.
- , “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU” in *Política Internacional*, n.º 6, vol. 1, Primavera de 1993, pp. 113-156.
- , “As Relações Luso-Americanas no Século XX – A Descoberta do Plano Bilateral” in *Ler História*, n.º 25, 1994, pp. 71-87.
- FONTES, Paulo F. Oliveira, “Catolicismo Social” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, *A-C*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 310-324.
- FRANCO, Manuela, “judeus em Portugal” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, *Suplemento F/O*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 314-324.
- FREIRE, Dulce, “Sector vinícola contra a organização corporativa (1933-1937)” in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 175-198.
- GARRIDO, Álvaro, “O Estado Novo e a pesca do bacalhau. Encenação épica e representações ideológicas” in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 45, Janeiro-Março, 2001, pp. 124-134.
- , “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a ‘Organização das Pescas’” in *Análise Social*, XXXV (156), 2000, pp. 651-694.
- , “Henrique Tenreiro – ‘patrão das pescas’ e guardião do Estado Novo” in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, pp. 839-862.

Fontes & Bibliografia

- GASPAR, Carlos, "Espanha, relações com a" in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. *Suplemento A/E*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., pp. 648-657.
- , "Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)" in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII. *Suplemento F/O*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., Figueirinhas, 1999, pp. 678-684.
- GETTY, J. Arch, "Palaces on Monday" in *London Review of Books*, volume 22, n.º 5, 2 de Março de 2000, pp. 23-25.
- GUEDES, Francisco Corrêa, "GULBENKIAN, Calouste Sarkis" in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 418-422.
- GUIBENTIF, Pierre, "Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo" in *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 27-58.
- GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes e JIMÉNEZ NÚÑEZ, Fernando, "La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español" in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, s.e., Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-UE, 2004, pp. 303-321.
- HOGAN, Michael J., "Partisan Politics and Foreign Policy in the American Century" in Michael J. Hogan (ed.), *The Ambiguous Legacy. U.S. Foreign Relations in the "American Century"*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1999, pp. 356-377.
- Paul Johnson, "Canal Running Through London" in *The Spectator*, 9 de Novembro de 1996, p. 16.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, "Portugal, Espanha e a Formação da NATO" in *Política Internacional*, Primavera-Verão, 1999, pp. 97-111.
- KAUFMAN, Burton, "John F. Kennedy as World Leader: A Perspective on the Literature" in Michael J. Hogan (ed.), *America in the World: The Historiography of American Foreign Relations since 1941*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1995, pp. 326-357.
- KUIN, Simon, "A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude" in *Análise Social*, vol. XXVIII, (122), 1993 (3º.), pp. 555-588.
- LAINS, Pedro e REIS, Jaime, "Portuguese economic growth, 1883-1985: some doubts" in *Journal of European Economic History*, vol. XX, n.º 2, Fall, 1991, pp. 441-453.
- LEAL, Ernesto Castro, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo" in *Análise Social*, vol. XXXIII, (148), 1998 (4º.), pp. 823-851.
- LEAL JÚNIOR, Manuel, *Vila Nova de Poiares. Monografia*, s.e., Vila Nova de Poiares, 1978.
- LEVI, Giovanni, "Les usages de la biographie" in *Annales ESC*, n.º 6, Novembro-Dezembro, 1989, pp. 1325-1336.
- LOPES, J. Silva, "condicionamento industrial (2)" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 394-396.
- LUCENA, Manuel de, "Notas para uma teoria dos regimes fascistas" in *Análise Social*, vol. XXIX, (125-126), 1994 (1º. e 2º.), pp. 9-32.
- , "Casas do Povo" in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 245-250.
- LUCENA, Manuel de, e BARRETO, António, "Salazar, António de Oliveira" in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 283-390.
- MADUREIRA, Nuno Luís, "O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)" in *Análise Social*, vol. XXXIII, (148), 1998 (4º.), pp. 777-822.

Fontes & Bibliografia

- MAGALHÃES, José Calvet de, "Estados Unidos da América, relações com" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 665-675.
- MARQUES, Mário Reis, "Estruturas Jurídicas" in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, "O Liberalismo (1807-1890)" in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 173-175.
- MARTINS, Fernando, "FONSECA, José Soares da" in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 365.
- , "Uma Revolução Tranquila? A Política Externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico" in Fernando Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do Final da Monarquia ao Marcelismo*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001, pp. 137-162.
- , "Historiografia, Biografia e Ética" in *Análise Social*, Volume XXXIX (171), Verão de 2004, pp. 391-408.
- MATOS, Luís Salgado de, "COSTA, Fernando dos Santos" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 442-455.
- MATTOSO, José, "História – Arte ou Ciência" in *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, col. "Imprensa Universitária n.º 67", 1988, pp. 31-42.
- MENDELS, Franklin F., "Proto-Industrialization: The First Phase of the Industrialization Process" in *The Journal of Economic History*, vol. XXXII, n.º 1, Março, 1972, pp. 241-261
- MILLS, Joy, "Introdução à Versão Parcial" in H. P. Blavatsky, *A Chave da Teosofia*, s.e., s.l., Edições 70, s.d., pp. 9-13.
- MIRANDA, Pedro Pires, "Petróleos" in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 78-80.
- MOSSE, George L., "Fascism and the Avant Garde" in *Masses and Man. Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, s.e., Detroit, Wayne State University Press, 1987, pp. 229-245.
- , "Toward a General Theory of Fascism" in *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*, s.e., Nova Iorque, Howard Fertig, 1999, pp. 1-44.
- , "Fascist Aesthetics and Society: Some Considerations" in *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*, s.e., Nova Iorque, Howard Fertig, 1999, pp. 45-53.
- NETO, Vítor Parreira, "Ensino III. Época Contemporânea (até 1910)" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), C-I, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 123-127.
- NUNES, Adérito Sedas, "Portugal, sociedade dualista em evolução" in *Análise Social*, vol. II (7-8), 2.ª semestre de 1964, pp. 407-462.
- NUNES, Adérito Sedas e MIRANDA, J. David, "A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações" in *Análise Social*, vol. VII (27-28), 1969, pp. 333-381.
- NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno, "A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: Um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo" in *Estudos de Economia*, vol. III, n.º 3, Abril-Junho, 1983, pp. 331-359.
- NUNES, Ana Bela, MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, "Portuguese Economic Growth. 1833-1985" in *Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, Roma, Fall, 1989, pp. 291-330.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "O C.A.D.C. de Coimbra nos inícios do Estado Novo: a revista *Estudos* entre 1922 e 1934" in *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do estado Novo (1905-1934): Uma abordagem*

Fontes & Bibliografia

introdutória a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934), 2.ª ed., s.l., Edições Colibri, 2000, pp. 117-174.

OLIVEIRA, Pedro Aires, "Fundação Calouste Gulbenkian" in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 373-376.

— , "PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo" in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 2, M-Z, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 714-715.

— , "Portugal e a crise italo-abissina (1935-1936)" in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 5-28.

PAYNE, Stanley, "Fascismo, Modernismo e Modernização" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 11, Ed. Cosmos, 1993, pp. 85-102.

PEREIRA, Miriam Halpern, "As origens do Estado Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado" in *Ler História*, n.º 37, 1999, pp. 45-61.

PEDREIRA, Jorge Miguel, "Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais" in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp. 407-440.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "O arranque da dissidência católica" in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (org.), *Humberto Delgado: as Eleições de 58*, s.e., s.l., Veja, 1998, pp. 128-136.

PINHARANDA, João Lima, "O declínio das vanguardas: dos anos 50 ao fim do milénio" in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, III volume, *Do Barroco à Contemporaneidade*, s.e., s.e., Círculo de Leitores, s.d., pp. 593-649.

PINTO, António Costa, "A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)" in *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Eduardo de Sousa Pereira e Walter C. Opello (ed.), s.e., Lisboa, Teorema, 1985, pp. 23-39.

— , "Integralismo Lusitano" in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 280-281.

— , "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo" in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1055-1076.

PINTO, António Costa e RIBEIRO, Nuno Afonso, "Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)" in *O Fascismo em Portugal*, 1982, pp.-229-258.

POPPER, Karl R., "O Mito do Contexto" in *O Mito do Contexto: Em Defesa da Ciência e da Racionalidade. Organização de M. A. Notturmo*, s.e., s.l., Edições 70, s.d., pp. 55-89.

QUINTAS, José Manuel, "Escritos da Juventude: Origens do Pensamento de Salazar" in *História*, Ano XX (nova série), n.º 4-5, Julho-Agosto, 1998, pp. 77-83.

— , "O Integralismo face à institucionalização do Estado Novo: Contra a 'Salazarquia'" in *História*, Ano XXIV (III série), n.º 44, Abril, 2002, pp. 34-41.

RADOSH, Ronald, HABECK, Mary R. e SEVOSTIANOV, Grigory (ed.), *Spain Betrayed. The Soviet Union in the Spanish Civil War*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 2001.

RAMOS, Rui, "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)" in *Análise. Social*, vol. XXII (90), 1997, pp. 109-135.

— , "A Causa da História do Ponto de Vista Político" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 3, 1991, pp. 27-47.

— , "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins" in *Análise. Social*, vol. XXXII (140), 1997, pp. 113-141.

Fontes & Bibliografia

- , “O fim da República” in *Análise Social*, vol. XXXIV (153), 2000, pp. 1059-1082.
- , “Intelectuais e Estado Novo” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 280-289.
- ROBINSON, Richard A. H., “The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-30” in *Journal of Contemporary History*, 12 (1977), pp. 345-362.
- RODRIGUES, Graciete Barradas, “Instituto Nacional do Trabalho e Previdência” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 279-280.
- RODRIGUES, Jorge de Sousa, “Infra-estruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX” in *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, pp. 547-581.
- RODRIGUES, Luís Nuno, “A Legião Portuguesa no Espectro Político Nacional (1936-1939)” in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 11, Ed. Cosmos, 1993, pp. 21-36.
- , “«Um primeiro passo em direcção à liberdade»: O *The New York Times* e o general Humberto Delgado” in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Prefácio de Fernando Rosas, s.e., s.l., Veja, s.d., pp. 427-447
- , “Missão Impossível: O Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965” in *Relações Internacionais*, n.º 1, volume 1, Março de 2004, pp. 99-112.
- RODRIGUES, Maria Conceição, “SOSA, Mário Pais de” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 2, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 955.
- ROLLO, Fernanda, “Salazar e a Construção Europeia” in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 18, 1998, pp. 51-76.
- ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal” in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro de 1989, pp. 98-114.
- , “A neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial no quadro da política externa do Estado Novo (1935-1945)” in Hipólito de la Torre Gómez (coord.), *Portugal, España y Europa. Cien Años de Desafío*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, 1991, pp. 117-127.
- , “As grandes linhas da evolução institucional” in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, col. “Nova História de Portugal”, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1992, pp. 86-143.
- , “Goa, ou o princípio do fim” in Orlando Ribeiro, *Goa em 1956: Relatório ao Governo*, org. e introd., Suzanne Daveau, s.e., Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 11-24.
- SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, s.e., Lisboa, Publicações Alfa, pp. 109-150.
- SANTOS, Fernando Teixeira, “Banca (1946-74)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 162-166.
- SARDICA, José Miguel, “A Greve Académica de 1907: Combate político e renovação cultural” in *História (Nova Série)*, ano XX, n.º 4-5, Julho/Agosto, 1998, pp. 28- 37.
- SARDINHA, Ana Isabel de Sousa, “Quatro Cartas Inéditas de António Sardinha” in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 2 (Especial – Nova Série), Julho a Dezembro, 1988, pp. 169-174.
- SERRÃO, José Vicente Serrão, “O quadro humano” in António Manuel Hespanha, “O Antigo Regime (1620-1807)” in *História de Portugal*, vol. IV, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores. 1994.

Fontes & Bibliografia

- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano* (Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVI – N.º 81-82 (94-95) Janeiro-Dezembro de 1982), s.e., Braga, 1982.
- SIMÕES, Duarte Nuno, “Pereira, Nuno Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 42-43.
- SOVERAL, Carlos Eduardo de, “Nação Portuguesa” in *Dicionário da Literatura*, 2.º volume, *L/S*, 3.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1976, p. 696.
- SUNY, Ronald Grigor, “Stalin and his Stalinism: power and authority in the Soviet Union, 1930-53” in Ian Kershaw e Moshe Lewin (ed.), *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997, pp. 26-52.
- STERNHELL, Zeev, “Fascist Ideology” in Walter Laqueur (ed.), *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, s.e., Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1976, pp. 315-376.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico” in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993, pp. 55-80.
- , “Portugal e a NATO: 1949-1989” in *Análise Social*, vol. XXVIII (133), 1995, pp. 803-818.
- , “Política Externa” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX. *Suplemento P/Z*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1ª ed., s.l., Figueirinhas, 2000, pp. 116-122.
- TELO, António José, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais a Portugal” in *Revista de História das Ideias*, vol. 16, 1994, 347-369.
- , “Portugal e a NATO: dos Pirinéus a Angola” in *Análise Social*, vol. XXX (134), 1996, pp. 947-973.
- , “A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, pp.779-800.
- TUCHMAN, Barbara, “Biography as a Prism of History” in *Practising History. Selected Essays by Barbara Tuchman*, s.e., Londres, Papermac, 1983, pp. 80-90.
- VALENTE, José Carlos, “PINTO, Clotário Luís Supico Ribeiro” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, M-Z, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 728-729.
- VALENTE, Vasco Pulido, “Estudos sobre Sidónio Paes: Comércio e Distribuição em 1918”. Separata da Revista «*O Tempo e o Modo*», n.º 60-61, Lisboa, 1968.
- , “Estudos sobre Sidónio Paes: Agricultura e Proletariado Agrícola; Indústria e Sindicatos; Comércio Externo”. Separata da Revista «*O Tempo e o Modo*», n.º 62-63, Lisboa, 1968.
- , “A Revolta dos abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917” in *Tentar Perceber*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 159-198.
- , “O Estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)” in *Tentar Perceber*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 363-571.
- , “O Modo da Vida” in *Retratos e Auto-Retratos (Ensaios e Memórias)*, 2ª ed., Assírio & Alvim, 1997, pp. 43-51.
- , “A Sombra de Salazar” in *Retratos e Auto-Retratos (Ensaios e Memórias)*, 2ª ed., Assírio & Alvim, 1997, pp. 77-89.
- , “Caetano, Marcelo José das Neves Alves” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 198-216.
- VENTURA, António, “Um integralista da primeira geração” in *História*, ano XXV (III Série), Abril de 2003, pp. 66-67.

Fontes & Bibliografia

- VICENTE, António Pedro, "Portugal e a NATO face ao isolamento de Espanha" in António José Telo (coord.), *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, s.e., s.l., Edições Cosmos, s.d., pp. 301-314
- VIEIRA, Maria Manuel, "Letras, artes e boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes" in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993 (1.º), pp. 7-53.
- VON PETER, Felicitas, "Apanhados de Surpresa? A Embaixada Alemã e o Acordo dos Açores" in *Penélope*, n.º 22, 2000, pp. 35-51.
- WEBER, Eugen, "The Men of the Archangel" in *International Fascism: 1920-1945* (ed. Walter Laqueur & George L. Mosse), s.e., Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1966, pp. 101-126.
- WHEELER, Douglas L., "«Estado presente de tranquilidade» posto em causa: Portugal observado e analisado no contexto internacional de 1958-59" in Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Prefácio de Fernando Rosas, s.e., s.l., Veja, s.d., pp. 448-471.
- WIEBES, Cees, "The National Security Policy of the Netherlands, 1940-1949" in Joseph Smith (ed.), *The Origins of NATO*, s.e., s.l., University of Exeter Press, 1990, pp. 127-140.
- WIGGERSHAUS, Norbert, "The German Question and the Foundation of the Atlantic Pact" in Joseph Smith (ed.), *The Origins of NATO*, s.e., s.l., University of Exeter Press, 1990, pp. 113-126.
- WRIGLEY, E. A., "Los Economistas Clásicos y la Revolución Industrial" in *Gentes, Ciudades y Riqueza: La transformación de la sociedad tradicional* (tradução castelhana de Enrique Gavilán), s.e., Barcelona, Editorial Crítica, 1992 (1.º ed. original inglesa, 1987), , pp. 37-69.
- , "Crecimiento urbano y cambio agrícola: Inglaterra y el Continente a principios de la Edad Moderna" in *Gentes, Ciudades y Riqueza: La transformación de la sociedad tradicional* (tradução castelhana de Enrique Gavilán), s.e., Barcelona, Editorial Crítica, 1992 (1.º ed. original inglesa, 1987), pp. 221-268.

TEXTOS POLICOPIADOS:

- BARROS, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de, "O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial", Dissertação de Mestrado. Orientada pelo prof. Dr. José Medeiros Ferreira, Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1993.
- LOUSADA, Maria Alexandre, "Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834." 2 volumes. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.
- LOPES, António Francisco Figueiredo Cordeiro, "O Pensamento e a Acção de João Ameal – um Percorso Antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)", Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- LUZIA, Maria Angela Correia, "A Memória, a Cidade e o Rio. Proposta de Musealização dos Núcleos de Almada e do Cais do Ginjal Com Base Num Estudo de Memória Social", Tese apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994/96.
- MATOS, Luís Filipe Salgado de, "Um «Estado de Ordens» contemporâneo – a organização política portuguesa", 3 volumes, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1999.

Fontes & Bibliografia

MONTOITO, Eugénio Manuel dos Santos, "Henrique Galvão: Ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio", 2 tomos, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea sob a Orientação do Professor Doutor João Medina, Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, "Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social." Dissertação de doutoramento em Sociologia (especialidade de Sociologia e Economia Históricas), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

PEREIRA, Maria Paula, "A Associação Comercial de Lisboa e a Grande Burguesia Comercial da Praça de Lisboa. Um Projecto de Desenvolvimento do Comércio Externo Português (1890-1926)", Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção século XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1994.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho, "A Academia de Coimbra (1880-1926): Sociedade, Cultura e Política", Dissertação de doutoramento em Ciências da Educação (na área de especialização da História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2 volumes, Coimbra, 1994.

QUINTAS, José Manuel Alves, "*Filhos de Ramires. No Advento do «Integralismo Lusitano», 1913-1916*". Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (século XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1997.

REIS, António Fernandes Marques Ribeiro, "Raúl Proença: Biografia de um intelectual político republicano", 2 volumes. Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 2000.

SANTOS, Miguel António Dias, "A contra-revolução monárquica – do sidonismo à Monarquia do Norte." Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

Agradecimentos

Agradecimentos

Ao reler o primeiro volume das *Memórias* de Pedro Theotónio Pereira, deparei-me, a meio caminho, com um pequeno relato sobre a *Lisbon Electric Tramways* (ou Carris). Nessa pequena narrativa, e entre outras histórias respeitantes a esta companhia, contava-se em que circunstâncias tinha nascido o chamado “bilhete operário”. Pedro Theotónio Pereira, enquanto exercera as funções de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, dera a ideia à administração da empresa, inspirado não sei por quem nem porquê, de que fossem instituídas, dirigidas especialmente a “operários”, “carreiras de carros eléctricos de manhã e à tarde” que cobrassem “tarifas reduzidas.” A resposta foi parcialmente favorável, uma vez que por um conjunto de razões logísticas a proposta apenas poderia ser satisfeita da parte da “manhã”. Esta modalidade tarifária, ainda hoje me recordo, e já lá vão mais de três décadas, foi durante muitos anos quotidianamente utilizada por minha avó materna (e, claro está, por muitos outros milhares de homens e mulheres que tinham Lisboa e os seus arredores como local de residência e de trabalho). De Segunda a Sexta-feira, a avó Francelina levantava-se bastante mais cedo do que seria normal para poder cumprir o seu horário de trabalho, de forma a beneficiar da tarifa mais em conta que o “bilhete operário”, criado em meados da década de 1930, garantia. Fazia as suas viagens numa carreira, de cujo número já não me recordo, que a levava de Belém, num eléctrico com duas composições, até à Praça do Chile, percorrendo entre outras artérias lisboetas, a rua da Junqueira, a avenida 24 de Julho, cruzando depois a Baixa, o Martim Moniz e subindo a avenida almirante Reis. O “bilhete operário”, lembro-me bem – e enquanto não chegou o 25 de Abril – foi o passe social da avó e de muitas e muitos trabalhadores que como ela percorriam Lisboa nos eléctricos da Carris, fazendo-o de madrugada para aproveitarem uma benesse que hoje nos pode parecer de pouca importância, vistos os direitos e privilégios entretanto felizmente adquiridos pela generalidade dos cidadãos portugueses, mas que durante dezenas de anos permitiram a gente trabalhadora com escassos recursos financeiros rentabilizar para outros fins uma pequena parte de salários muito magros. Duvido que a avó soubesse como, quando e quem tinha pensado e tinha criado o “bilhete operário”. Estou certo que gostaria de o ter sabido. Por várias razões, mas sobretudo por sempre ter sido uma pessoa que gostava de saber.

Conto esta história, ao partilhar uma pequena parte daquele que foi durante muitos anos o quotidiano de uma mulher nascida na terra de João de Deus no já longínquo ano de 1905, não tento demonstrar o motivo ou os motivos porque decidi biografar Pedro Theotónio Pereira – algo que tentei fazer na “Introdução” –, mas para provar que ainda vivem na minha memória – e às vezes em algo mais do que na minha memória – o homem e a época que estudei e de que falo neste trabalho. Por isso esta biografia, fora do domínio estritamente académico, tornou-se num meio não tanto para impedir o esquecimento mas, sobretudo, para recuperar uma memória. Fi-lo, ou se calhar tentei fazê-lo, da melhor forma, sendo certo que sem a ajuda de uma lista significativa de pessoas – muitas delas que há meia dúzia de anos nem sequer conhecia – não me teria sido possível, mal ou bem, fechar esta fase na minha profissional e pessoal.

Os primeiros agradecimentos vão para os familiares de Pedro Theotónio Pereira. Para as suas filhas, Da. Madalena Theotónio Pereira e Da. Clara Theotónio Pereira. Comigo conversaram paciente e demoradamente sobre os mais variados, interessantes e importantes aspectos das suas vidas passadas com seu Pai, dando-me testemunhos únicos da personalidade e do carácter de homem e do político que procurei conhecer o melhor que as

Agradecimentos

minhas modestas qualidades permitiram. Também os sobrinhos netos do embaixador Pedro Theotónio Pereira – André Theotónio Pereira e Pedro Theotónio Pereira – me deram a sua ajuda, disponibilizando-se para conversar, mostrar papéis que se encontravam nos escritórios da Sociedade Theotónio Pereira e passar-me muita informação que vinham reunindo sobre a história da sua família. O Pedro, por exemplo, falou longamente comigo em várias circunstâncias, respondeu-me a e-mails e a telefonemas, não fugiu a encontros pessoais e seleccionou informação que tratou e depois me facultou, sendo que sem a sua preciosa ajuda este trabalho teria saído ainda mais pobre.

Mas foi o Gonçalo Sampaio e Mello – sobrinho neto do embaixador e neto de Luís Theotónio Pereira – com quem mais eu pude contar. Se relatasse tudo aquilo que fez de forma a tornar mais fácil o meu trabalho, tenho a certeza que estes agradecimentos se prolongariam por várias páginas. Sucintamente, direi que de forma empenhada e incansável reuniu todo o tipo de documentação sobre Pedro Theotónio Pereira, pôs à minha disposição a sua rica biblioteca, encontrou-se comigo vezes sem conta, conversámos pessoalmente ou pelo telefone horas sem fim, pôs-me em contacto tanto com as filhas do embaixador Pedro Theotónio Pereira como com um conjunto de pessoas que com ele tinham convivido pessoalmente. Quero agradecer ainda, nalguns casos postumamente, às pessoas que me receberam para falarem sobre o primeiro subsecretário de Estado das Corporações que serviu às ordens de Salazar. Ao engenheiro Eduardo Van-Zeller e ao doutor Baltazar Rebello de Sousa, onde quer que estejam. Ao doutor José Blanco, à duquesa de Palmela, ao embaixador João Hall Themido, ao engenheiro Fernando Sanchez Ramirez e ao embaixador José Calvet Magalhães. O doutor Alves Caetano forneceu-me preciosas informações sobre a história da Companhia de Seguros Fidelidade, nomeadamente naquilo que diz respeito à relação que com esta manteve, no século XIX, a família Theotónio Pereira

À dra. Carla Ribeiro, que foi uma excelente assistente de investigação, reconheço e agradeço a sua competência e dedicação. Uma palavra é devida aos amigos e colegas que comigo discutiram e comentaram os mais variados aspectos do trabalho entretanto concluído. Os que mais trabalho e paciência tiveram foram certamente o Fernando Costa, a Filomena Barros, o Paulo Simões Rodrigues, o Pedro Leite de Faria e a Rita Almeida de Carvalho. Mas a Maria de Fátima Nunes, a Susana Martins, o Fernando Gameiro, a Dulce Freire, a Elsa Santos Alípio, a Maria Jesús Souto Blanco, a Marta Ramirez, o Manuel Patrocínio, o Francisco Vaz, o João Brigola, o Vítor Castro, a Valentina Castro, o Pedro Aires de Oliveira, o Luís Nuno Rodrigues, o Luís Trindade, o Paulo Jorge Fernandes, o José Miguel Sardica e o Nuno Simões Rodrigues também fizeram o que puderam. Sobre o Integralismo Lusitano a ajuda do José Manuel Quintas foi indispensável, embora raramente tenhamos estado de acordo quando falámos de um tema que para mim está mais do que morto mas que a ele lhe corre nas veias. O Doutor António Reis, teve comigo algumas conversas sobre o Integralismo Lusitano e o ofício de biógrafo. O Professor José Alberto Machado também discutiu comigo uns quantos pormenores deste trabalho.

No Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros a ajuda da Doutora Isabel Fevereiro foi uma vez mais preciosa. Na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica, onde consultei o espólio de António Sardinha, pude contar com toda a compreensão e disponibilidade do Dr. Alfredo Magalhães Ramalho. Na Escola Secundária Passos Manuel não teria podido fazer nada sem a colaboração do Doutor Fernando Faria. O major Andrés foi o meu guia no Arquivo Geral do Exército. A Ana e o John receberam-me uma vez mais em Londres, facilitando em tudo o meu trabalho no então ainda Public Record Office instalado em Kew.

Agora os Professores Fernando Rosas e Helder Adegar Fonseca. Apesar do seu estatuto de, respectivamente, orientador e co-orientador do trabalho aqui apresentado, como todos os outros também não têm culpa de nada daquilo que neste exercício possa ser motivo de vergonha. Cumprindo o seu papel, discutiram comigo tanto aquilo que quis fazer como aquilo que ia apresentando feito. Não vale a pena entrar em pormenores.

Agradecimentos

Mas, pelo menos, além de querer dar aqui (mais) um testemunho público das suas qualidades de historiadores e de docentes, devo sublinhar que aceitaram orientar um trabalho que historiograficamente, em muitos dos seus aspectos, está nos antípodas daquilo que fazem e daquilo que pensam que deve ser feito. Não afirmo isto para os comprometer. Em certa medida, esta abertura é compreensível e expectável no ambiente de cada vez maior liberdade que se vive nas universidades portuguesas. Mas é sempre bom reconhecer que a atitude de um e de outro demonstra, a vários níveis, uma abertura que se conquista, pacientemente é certo, muito mais na vida exterior ao mundo académico do que dentro deste.

Finalmente, a família. Como é óbvio os agradecimentos pessoais privados ficam. Mas seria de um enorme cinismo não agradecer aos meus Pais, singelamente que seja, tanto o apoio emocional como a ajuda material e sem os quais nada disto seria possível. Queria agradecer ainda à avó Francelina, que não tendo vivido o suficiente para ver este trabalho concluído, sei também que, por mais defeitos que ele encerre, em momento algum deixaria de incentivar e de se orgulhar do mais novo dos seus dois netos. À Charo e ao Vasco, que entraram na minha vida depois de Pedro Theotónio Pereira, mas que, ao contrário do embaixador, parece que sempre estiveram comigo, dedico este trabalho. É apenas o princípio do muito que se tem de fazer para agradecer todas as penas que um trabalho como este impõe em tão poucos anos de vida em comum. E tudo por causa de uma Ópera de Verdi.

